

1. Formas Antigas

fenício (semítico), 1000 A.C. grego ocidental, 800 A.C. latino, 50 D.C.



2. Nos Manuscritos Gregos do Novo Testamento



3. Formas Modernas

J J j j J J j j J J j j J j

4. História

J é a décima letra do alfabeto português. Historicamente, deriva-se da letra semítica *yod*, «mão». No grego, essa letra tornou-se *iota*. A letra latina *I* reteve os sons do grego (longo, como na palavra portuguesa «sim»; breve como na palavra inglesa «it»). No inglês antigo, essa letra representava o som *I*. Foi somente no século XVI D.C. que o *J* foi adotado como letra distinta em vários alfabetos modernos, com um som diferente do *I*. Ao mesmo tempo, o *J* passou a ser um som consonantal, e não vocálico. Isso posto, o «J» é apenas uma forma modificada do «I», quando esta era escrita com um sinal na parte inferior, abaixo da linha de escrita.

5. Usos e Símbolos

Nas abreviações *J.E.D.P.(S.)*, a primeira letra refere-se a um suposto autor *jeovista*, que teria usado o nome divino *Yahweh* («Jeová», segundo certa grafia equivocada). Ver os artigos sobre *J* e sobre *Yahweh*.

Caligrafia de Darrell Steven Champlin

J

Essa letra é usada para designar uma das alegadas fontes informativas de determinados livros do Antigo Testamento. Deriva-se do nome *Jeová* (ou seja, *Yahweh*) (vide), por causa do uso comum e característico desse nome divino na fonte informativa proposta. Esse material, de acordo com os defensores da teoria, encontra-se em certa seção do livro de Gênesis, e daí até o livro de Juízes, inclusive, e certas porções de I e II Samuel. Esse material teria sido escrito no século X ou IX A.C. Alguns eruditos não encontram qualquer unidade na suposta fonte informativa J, pelo que a têm subdividido em J(1), J(2), J(3), etc. Nesse caso, um editor poderia ter provido certa unidade à fonte informativa, embora ela tivesse tido um certo número de autores.

Em nosso artigo sobre *Gênesis* damos uma demonstração do conceito da teoria das múltiplas fontes informativas do Pentateuco. Ver o artigo sobre J E D S(P) quanto a uma explicação sobre as várias fontes informativas que têm sido propostas pelos críticos. Ver também cada uma daquelas letras individualmente, quanto a detalhes. Ver também sobre o *Código Sacerdotal*. A teoria JEDP(S) propõe a idéia de que o Pentateuco só foi escrito alguns anos após Moisés, embora tivesse usado o seu nome e a sua autoridade *como se ele* fosse o autor desses livros. Os artigos sobre cada um dos cinco livros do Pentateuco contêm uma seção sobre autoria, onde detalhamos essas especulações dos críticos.

JÁ

Forma abreviada de um dos nomes de Deus, *Yahweh*. Todavia, tal forma nunca aparece em nossa versão portuguesa. Em outras versões, ela aparece em Sal. 68:4, por exemplo. É mister esclarecer que os nomes hebraicos de Deus (*El, Adonai* e *Yahweh*, e suas variantes) só ocorrem no Antigo Testamento, e nunca no Novo Testamento. No Novo Testamento os nomes principais são *Theós* e *Kúrios*, traduzidos, respectivamente, por «Deus» e «Senhor». A Tradução do Novo Mundo das Escrituras Sagradas, em seu Apêndice, dá a entender que o nome «Jeová» (corruptela de *Yahweh*) aparece por duzentas e trinta e sete vezes no Novo Testamento, e que a forma abreviada, «Já», figura por quatro vezes, em Apo. 19:1,3,4,6. No entanto, nenhum manuscrito grego do Novo Testamento jamais foi encontrado contendo essas palavras hebraicas. No caso desses quatro versículos do Apocalipse, achamos as palavras gregas *theós* e *kúrios*. O Novo Testamento foi escrito em grego!

No Antigo Testamento, a palavra *Já* aparece em muitas palavras hebraicas compostas, especialmente no caso de nomes pessoais. O intuito era emprestar ao nome um certo ar de imponência e excelência. Ver o artigo sobre *Deus, Nomes Bíblicos*, III.8, *Yahweh*.

JAACÃ

No hebraico, «lutador». Nome do pai de Bene-Jaacã, em Núm. 33:30-32 e Deu. 10:6, que deu origem ao nome de um lugar onde os israelitas acamparam, após terem saído do Egito. Ele era filho de Ezer, filho de Seir, o horeu (I Crô. 1:42). Nessa referência, seu nome aparece com a forma de Jaacã, ao passo que em Gên. 36:27 esse nome aparece como Acã. Alguns eruditos supõem que em Núm. 33:32 haja alusão a uma localidade apenas, e não a algum indivíduo que deu seu nome a essa localidade. Mas, se Jaacã foi mesmo uma pessoa, então deve ter vivido por volta de 1440 A.C.

JAACOBÁ

Na Septuaginta, **Iakaba**. O sentido da palavra, no hebraico, é «que a deidade proteja». No entanto, alguns estudiosos pensam que esse nome é simples variante de *Jacó*, que significa «suplantador» ou «segurador do calcanhar». Jaacobá foi um próspero descendente de Simeão, um dos príncipes da tribo. Ele emigrou para o vale do Gedor nos dias de Ezequias, o rei (cerca de 710 A.C.). Ver I Crô. 4.36 e comparar com I Crô. 4:24-68.

JAALÁ

No hebraico, «cabrito selvagem». Nome de uma família que retornou do cativeiro babilônico (vide) e fixou residência em Jerusalém. Foram alistados como membros dos «filhos dos servos de Salomão» (ver Esd. 2:56; Nee. 7:60). Isso aconteceu por volta de 536 A.C.

JAAR

No hebraico, **ya'ar**, «floresta». Normalmente no AT esta palavra significa «floresta», mas em Salmo 132:6, a palavra pode significar a cidade *Quiriate-Jearim* (vide), sendo uma abreviação daquele nome. A arca do pacto permaneceu lá mais do que 20 anos antes de ter sido recuperada (I Sam. 7:1,2; I Crô. 13:5). Mesmo em Salmo 132:2, a palavra pode significar simplesmente «floresta», na opinião de alguns eruditos.

JAARÉ-OREGIM

O nome significa «bosques dos tecelões». Porém, *oregim* parece haver sido uma inserção descuidada de um escriba qualquer (II Sam. 21:19). Ele era o pai de Elanã. Elanã teria morto ao gigante Golias, o gitita. Porém, em I Crô. 20:5, lemos que ele matou a Lami, irmão de Golias. Alguns eruditos pensam que esta última passagem é a correta, e que um outro erro primitivo esteja envolvido no texto de II Samuel. Isso ocorreu por volta de 1080 A.C.

JAARESIAS

Enquanto alguns eruditos opinam que o sentido desse nome é desconhecido, outros pensam que significa «Yahweh dá um leito». Designa um chefe da tribo de Benjamim, que residia em Jerusalém (I Crô. 8:27). Ele viveu por volta de 588 A.C.

JAASAI

No hebraico, «eles farão». Nome de um homem da família de Bani, que se casou com uma mulher estrangeira, durante o cativeiro babilônico, e foi obrigado a divorciar-se dela, quando Israel se reestabeleceu na Palestina. Ver Esd. 10:37. Ele viveu por volta de 457 A.C.

JAASIEL

No hebraico, «aquele a quem Deus criou». Era filho de Abner e primo do rei Saul (I Crô. 27:21). É chamado Jasiel, em I Crô. 11:47, em algumas versões,

embora seu nome não seja assim alterado, em nossa versão portuguesa. Foi um dos chefes da tribo de Benjamim. Nessa última referência, aprendemos que ele era um dos heróis do exército de Davi. Alguns eruditos pensam que cada uma dessas referências aponta para uma pessoa diferente.

JAATE

No hebraico, «união», «unidade», embora outros especialistas prefiram a tradução «arrebatará». Nome de várias personagens do Antigo Testamento:

1. Um neto de Gérson, filho de Judá (I Crô. 4:2). Foi pai de Aumai e Laade. Viveu por volta de 1600 A.C.

2. Um descendente de Gérson, filho de Levi (I Crô. 6:20). Viveu por volta de 1450 A.C.

3. Um filho de Selomote, um levita coatita (I Crô. 24:22). Viveu por volta de 1014 A.C.

4. Um levita merarita que supervisionou os reparos do templo de Jerusalém, após o cativeiro babilônico (II Crô. 34:12). Viveu por volta de 623 A.C.

5. O chefe da casa mais numerosa de sua tribo, filho de Simei, filho de Ladã (I Crô. 23:10,11). Alguns estudiosos identificam-no com o mesmo Jaate que aparece em segundo lugar nesta lista.

JAAZIAS

No hebraico, «aquele a quem Yahweh consola (ou fortalece)». Foi o terceiro filho de Merari, um levita que viveu nos dias de Salomão (I Crô. 24:26,27), em cerca de 1010 A.C.

JAAZIEL

No hebraico, «Deus vê». Nome de vários homens que figuram nas páginas do Antigo Testamento:

1. Um homem que desertou da causa de Saul e se bandeou para Davi, quando este estava exilado em Ziclague (I Crô. 12:4). Tornou-se, então, um dos poderosos guerreiros de Davi. Viveu em cerca de 1055 A.C.

2. Um sacerdote e trombeteiro de Benaia, cujo dever era comparecer nas ministrações em volta da arca, depois que este a trouxe para Jerusalém (I Crô. 16:6). Ele viveu por volta de 1043 A.C.

3. Um levita coatita que viveu na época de Davi. Sua casa aparece enumerada nos textos sagrados em I Crô. 23:19 e 24:23.

4. O filho de Zacarias, um levita que foi impulsionado pelo Espírito a encorajar Josafá, mediante sua predição do triunfo contra o poderoso exército formado pelos moabitas, amonitas e meunins (II Crô. 20:14—17). Viveu por volta de 896 A.C.

5. Um dos descendentes dos filhos de Jaaziel, chefe dos filhos de Secanias, que retornou do exílio babilônico em companhia de Esdras (Esd. 8:5). Isso aconteceu em cerca de 459 A.C. Alguns eruditos pensam que há aqui alguma corrupção textual, e que o texto deveria dizer algo como «filhos de Zatoé» ou «filhos de Zati». Seja como for, Jaaziel foi o ancestral da família de exilados que retornou à Palestina nos dias de Esdras.

JABAL

No hebraico, «derramamento». Nome de um rio que atravessa a região a leste do rio Jordão, e que, após seguir um curso quase exatamente de leste para oeste, deságua no rio Jordão, cerca de quarenta e oito quilômetros ao sul do mar da Galiléia. As Escrituras mencionam esse rio como a fronteira que separava o reino de Seom, rei dos amorreus, do reino de Ogue, rei de Basã (Jos. 12:2). Posteriormente, parece ter sido a linha fronteiriça entre a tribo de Rúben e a meia-tribo de Manassés. As referências bíblicas a esse rio são: Gên. 32:22; Núm. 21:24; Deu. 2:37; 3:16; Jos. 12:2; Juí. 11:13,22. Nasce perto de Amã e percorre um curso de cerca de 97 km. Atualmente é chamado de wadi Zerqa, ou seja «rio azul». Jacó vadeou esse rio (Gên. 32:22), na ocasião em que teve de lutar com o anjo. O nome hebraico desse rio é muito semelhante a «e lutou», sendo possível que o nome desse rio tenha sido originado nessa circunstância, com ligeira alteração, a fim de que significasse «fluente».

Os arqueólogos têm encontrado muitos locais anteriormente ocupados no wadi ez-Zerka e cercanias. Várias cidades mencionadas na Bíblia ficavam às suas margens ou nas proximidades. O vau referido na história de Jacó ainda não foi identificado, mas Penuel (Gên. 32:31), provavelmente, é a moderna Tulul edh-Dhahab, que não fica muito longe de Sucote.

JABES

No hebraico, «seco» ou «ressecado». Era tanto o nome de uma localidade como o nome de uma pessoa, nas páginas do Antigo Testamento, a saber:

1. Era uma forma abreviada de Jabes-Gileade (ver o artigo seguinte), uma cidade do território da meia-tribo de Manassés.

2. Era o nome do pai de Salum, o décimo quinto rei de Israel, o reino do norte (II Reis 15:10). Esse rei assassinou o rei Zacarias e apossou-se de seu trono (II Reis 15:10,13,14). Alguns eruditos supõem que o nome poderia indicar que Salum era nativo da cidade de Jabes e não que esse tenha sido o nome de seu genitor. Em Isaías 7:6, há um uso dessa natureza, onde a expressão «o filho de Tabeel» significa que havia um certo homem natural dessa localidade.

JABES-GILEADE

Esse nome significa «Jabes que ficava em Gileade». *Jabes* quer dizer «seca» ou «ressecada». Era uma cidade que pertencia à meia-tribo de Manassés, portanto, do outro lado do rio Jordão. É possível que o local seja atualmente marcado por Tell Abu-Kharza, no lado norte do wadi yabis. Esse wadi entra no rio Jordão, vindo do Oriente, cerca de quarenta quilômetros ao sul do mar da Galiléia. Nos dias de Eusébio, o grande historiador da Igreja, Jabes ainda existia como cidade. Ficava cerca de dez quilômetros de Pella, na direção de Gerasa. Os cômoros duplos de Tell el-Mezbereh e Tell Abu-Kharaz parecem identificar o local. Os arqueólogos têm encontrado ali cerâmica e outros artefatos da época de Saul; e esses cômoros ficam suficientemente próximo do rio Jordão para se ajustarem aos informes bíblicos acerca do local. Há algumas décadas atrás, o Tell el-Mazlub era identificado como o local da antiga Jabes; mas esse cômoro fica distante demais de Bete-Seã, que era próxima, e onde foram sepultados os corpos decapitados de Saul e Jônatas. Lemos que os homens de Jabes-Gileade recuperaram os cadáveres de Saul e Jônatas, em Bete-Seã, levaram-nos para Jabes, e ali sepultaram-nos condignamente (I Sam. 31:8-13; I Crô. 10:8-12). O Tell el-Mazlub poderia ser melhor identificado com a cidade natal de Eliseu, Abel-Meolá (ver I Reis 19:16).

Narrativas Bíblicas e Jabes-Gileade. Um dos relatos mais chocantes da Bíblia é aquele que narra como um

levita e sua concubina foram passar algum tempo com os parentes dela, em Belém. Em seguida, eles foram para Gibeá. Neste lugar, os homens que ali residiam exigiram que o levita lhes fosse entregue, para abusarem sexualmente dele. Mas o hospedeiro do casal recusou-se a isso, oferecendo aos homens sua filha virgem e a concubina do levita, na esperança de assim salvar vidas, porquanto enfrentavam uma multidão enlouquecida. Os homens abusaram da concubina do levita a noite inteira. Não somos informados sobre o que aconteceu à virgem. Mas, seja como for, a concubina do levita morreu após ter sofrido tantos abusos.

O levita então desmembrou o corpo de sua concubina morta e enviou os pedaços a todo o território de Israel, para mostrar quão grande ultraje havia sido cometido pelos homens da tribo de Benjamim. Esse incidente, pois, deu início a uma guerra entre a tribo de Benjamim (da qual fazia parte a cidade de Gibeá) e as outras onze tribos. A princípio, a batalha mostrou-se indecisa; mas, finalmente, os homens da tribo de Benjamim foram quase completamente aniquilados. O relato é registrado nos capítulos dezenove a vinte e um do livro de Juízes. Esse capítulo vigésimo primeiro narra que ninguém de Jabes-Gileade quis lutar contra os homens de Benjamim. Assim sendo, forças de Israel, a fim de mostrar seu desprazer diante dessa falta de cooperação, foram à cidade e mataram a todos os seus habitantes, excetuando quatrocentas virgens donzelas. E essas foram dadas aos quatrocentos homens restantes da tribo de Benjamim, como esposas. Ao que parece, Jabes foi repovoada por pessoas vindas de lugares circunvizinhos, especialmente por gileaditas.

O trecho de I Samuel 11 conta a história seguinte. O amonita Naás atacou a cidade. Foram cometidas muitas atrocidades. Então Saul saiu em socorro da cidade e derrotou Naás. Esse ato obteve para Saul a lealdade de Jabes-Gileade e de toda a região da Transjordânia. Mostramos acima como os habitantes dessa cidade, tempos depois, deram a Saul e a seu filho Jônatas um sepultamento decente, em face da lealdade que lhes votavam. Davi, pois, elogiou e recompensou os habitantes de Jabes-Gileade pelo serviço assim prestado a Saul e a Jônatas (II Sam. 2:4-6). Posteriormente, Davi mandou remover os ossos desses dois homens dali, a fim de sepultá-los no território da tribo de Benjamim, juntamente com Quis, pai de Saul (II Sam. 21:10-14).

JABEZ

No hebraico, «aquele que entristece». Esse era o nome de uma cidade e de um homem, nas páginas do Antigo Testamento, a saber:

1. Uma cidade do território de Judá, onde habitavam as famílias dos escribas (I Crô. 2:55). Esses homens descendiam de Calebe. Os especialistas pensam que o lugar ficava perto de Belém.

2. Um homem que era cabeça de uma família da tribo de Judá (I Crô. 4:9,10), e que viveu em cerca de 1444 A.C. Era conhecido por seu caráter honrado. É possível que *Zobeda*, que figura no vs. 8, seja uma forma corrompida do mesmo nome.

JABIM

No hebraico, «discernidor», «inteligente». Esse é o nome de dois reis diferentes de Hazor, a saber:

1. Um rei de Hazor, líder de uma aliança de povos cananeus que ofereceram resistência à invasão israelita dirigida por Josué. Ele era um dos mais poderosos príncipes da área. Parece que governava toda a porção norte do país. Após a derrota de Jabim, Hazor foi destruída, e o rei e outros chefes foram executados (Jos. 11:10-12). O relato faz-nos lembrar quão numerosos eram os cananeus, e, assim sendo, o poder que os israelitas tiveram de enfrentar em sua conquista da Terra Prometida. Esses inimigos foram descritos como «...muito povo, em multidão como a areia...» (Jos. 11:4). Escavações feitas há algumas décadas, em Hazor, mostraram que o lugar podia conter uma população de cerca de quarenta mil habitantes, e isso sem incluir as populações em derredor, em outros territórios, mas igualmente em relação de aliança com os habitantes de Hazor.

2. Um outro monarca de Hazor tinha esse nome. Provavelmente, descendia daquele primeiro. Ver Juí. 4:2. Ele oprimiu o povo de Israel por vinte anos. O motivo espiritual dado para isso foi a idolatria de Israel. Jabim é ali chamado de «rei de Canaã», o que significa que ele deve ter sido o poder dominante na época, naquela área. Contava com novecentos carros de combate de ferro (Juí. 4:3), o que constituía uma formidável força armada na época. O comandante desse exército era Sísera. Sísera foi um dos mais renomados generais da época. Mas, apesar de seu poder e habilidades, Baraque e Débora obtiveram grande vitória sobre ele, na planície de Esdrelom, em cerca de 1285 A.C. Foi assim que o povo de Israel obteve liberdade, por algum tempo. Ainda houve algumas batalhas, mas Israel continuou prevalecendo, de tal modo que isso levou à ruína total de Jabim e à subjugação de seus territórios, por parte dos israelitas (Juí. 4). A vitória de Israel sobre Jabim e Sísera foi cantada festivamente, segundo se vê no quinto capítulo do livro de Juízes. Desse modo, a vitória foi imortalizada em uma notável peça de literatura.

JABNE

Ver sobre **Jabneel**, a primeira das duas cidades com esse nome.

Jabne era uma cidade filistéia, localizada entre Jope e Asdode (II Crô. 26:6), que foi capturada pelo rei Uzias. Houve um conflito armado constante entre os danitas e os filisteus daquela área, fazendo com que a localidade trocasse de mãos por várias vezes. O rei Uzias obteve uma vitória temporária sobre as cidades filistéias de Jabne, Gate e Asdode. Josefo chamava o lugar de *Jamnia*. A moderna Jebuah, uma vila de bom tamanho, assinala o local antigo. Fica cerca de três quilômetros da beira-mar, e a pouco mais de onze quilômetros ao sul de Jope.

Informes Históricos. Como uma cidade antiga, que vem sendo ocupada continuamente até os nossos próprios dias, é natural que ela conte com uma longa história. Em 332 A.C., Alexandre, em sua marcha através da Palestina, passou pelo lugar, conquistando e matando ao longo do caminho. Chegou a Gaza, que lhe custou dois meses para ser conquistada, e então passou o inverno no Egito.

As forças dos Macabeus, sob José e Azarias (ver I Macabeus 5:52-55), atacaram o lugar, sem qualquer sucesso, quando era um importante posto militar, denominado Jamnia, pertencente aos reis selêucidas (ver I Macabeus 4:15; 10:69; 15:40). Posteriormente, Judas atacou o lugar e incendiou o seu porto (ver II Macabeus 12:8). Em 147 A.C., teve lugar a famosa batalha de Jamnia. Israel obteve então uma grande e decisiva vitória, embora a cidade tivesse continuado a ser ocupada pelas forças selêucidas. Então essas forças usaram Jabené e um fortim que construíram à

margem do riacho do Cedrom (perto da moderna Gedera), fazendo desses dois lugares fortalezas de onde podiam lançar ataques contra os judeus. João e Judas Hircano atacaram esses fortes e derrotaram-nos.

Quando o poder romano invadiu a região, essa cidade e algumas outras, próximas da orla marítima e pelo interior, receberam autonomia. Porém, o imperador, César Augusto, em cerca de 30 A.C., adicionou Jamnia ao reino de Herodes. Posteriormente, passou para os domínios de Salomé, irmã de Herodes. Mais tarde ainda, Salomé deu a cidade a Júlia, a imperatriz. Porém, em 67 D.C., Vespasiano capturou-a, juntamente com outras cidades da área.

É provável que o evangelista Filipe tenha visitado esse lugar em sua jornada missionária pela região (ver Atos 8:40). Tornou-se o quartel general do Sinédrio exilado, após a queda de Jerusalém, e até à segunda revolta dos judeus, o que ocorreu em 132 D.C. Em cerca de 100 D.C., ocorreu ali o *Sínodo de Jamnia*, que reviveu o cânon dos escritos sagrados dos judeus.

JABNEEL

No hebraico, «edificado por Deus». Nome de duas cidades mencionadas nas Escrituras Sagradas, a saber:

1. Uma cidade na fronteira de Judá, próxima ao mar (Jos. 15:11). Provavelmente é a mesma cidade chamada Jabné, em II Crô. 26:6. Ver sob esse título. Essa cidade ficava entre Jope e Gaza, perto da costa marítima. Era um importante local, perto da Via Maria, e também era chamada Jamnia. A moderna cidade de Yavne assinala o local antigo.

2. Uma cidade na fronteira do território de Naftali (Jos. 19:33). Ela tem sido identificada com o Tell en-Na'am. Um certo lugar que o Talmude também designa como Jabneel, tem sido identificado com um lugar diferente, isto é, com Kh. Yamma. A moderna aldeia de *Yavneel* fica perto do sítio antigo.

JABOQUE

No hebraico, **fluir fora** ou **adiante**, o nome de um rio que atravessa a região a leste do Jordão, que, depois de um curso quase perfeitamente do leste para o oeste, entra no Jordão c. de 48 km abaixo do mar da Galiléia. Nas escrituras, este rio é mencionado como formador da margem que separou o reino de Seom, rei dos amorreus, daquele de Ogue, rei de Basã (vs. 4).

Depois este mesmo rio formou a margem entre as tribos de Rúbem e a meia-tribo de Manassés. Ver Gên. 32:22; Núm. 21:24; Deut. 2:37; 3:16; Jos. 12:2; Juí. 11:13 e 22. Este rio tem sua fonte inicial perto de Annom; tem um comprimento de um pouco mais de 100 km. Hoje se chama *Wadi Zerqa* que significa *rio azul*. Jacó atravessou este rio um pouco antes de ter sua «luta livre» com o anjo (Gên. 32:22). Assim, a palavra hebraica para este rio é semelhante à palavra *lutar* e é possível que o nome tenha surgido, originalmente, deste verbo, com uma mudança pequena para que ela significasse *fluido*.

A arqueologia tem encontrado muitas evidências de habitação ao longo deste rio na área do Wadi ez-Zerqa. Diversas cidades bíblicas se localizaram ao longo dele. O lugar da atravessia de Jacó não pode ser localizado, mas alguns eruditos sugerem que *Penuel* (vide, Gên. 32:31) provavelmente ficava perto.

JACÃ

Há quem suponha que essa palavra hebraica significa «perturbador». Designa um dos chefes da tribo de Gade, que teria vivido em torno de 1100 A.C. Ver I Crô. 5:13.

JACINTO

Trata-se de uma gema, uma variedade de zircônio mineral (sílica de zircônio). Usualmente tem cor vermelha, embora também apareça com tons de alaranjado e marrom. É uma pedra transparente, sem importar a cor. Nos tempos antigos, esse vocábulo incluía um coríndon azul, uma safira ou uma turqueza. O mais provável é que, em Apo. 21:10, esteja em foco uma safira. Plínio usava esse nome para indicar uma gema de coloração dourada. A palavra também figura em algumas traduções (como a nossa versão portuguesa), em Êxo. 29:19 e 39:12, em relação ao peitoral do sumo sacerdote de Israel; mas ali parece estar em foco uma gema amarela. A Septuaginta usa esse vocábulo para descrever certas peças do tabernáculo, onde as traduções dizem «azul». A maioria dos eruditos supõe que, usualmente, onde a Bíblia diz jacinto (no hebraico, *leshem*), está em pauta alguma forma da nossa safira.

JACÔ

Esboço:

I. O Nome
II. Israel e Seus Significados
III. Informes Históricos Sobre Sua Vida
IV. Seu Caráter
V. Sentidos Espirituais e Metafóricos
VI. A Arqueologia e a Vida de Jacó

I. O Nome

O Jacó do Antigo Testamento era o filho mais novo de Isaque e Rebeca, e o terceiro dos patriarcas hebreus históricos, a saber: Abraão, Isaque e Jacó. Tinha um irmão gêmeo, levemente mais velho que ele, Esaú. Sua íntima identificação com a nação de Israel, que se desenvolveu de sua linhagem, torna-se imediatamente evidente pelo fato de que seu nome foi alterado para *Israel*, depois do incidente de sua luta com o anjo (Gên. 32:28). Dali por diante, a nação inteira de Israel, que se multiplicou partindo dos doze filhos de Jacó, veio a ser assim denominada. O termo hebraico por detrás do nome «Jacó» é *Yaakov*, provavelmente, uma forma abreviada da palavra que significa «Deus protege». No entanto, em Gên. 25:26 o nome é explicado como se significasse «aquele que segura pelo calcanhar», posto que, por ocasião de seu nascimento, Jacó emergiu do útero materno segurando o calcanhar de seu irmão gêmeo, Esaú. Daí é que vem o sentido secundário de «suplantador», isto é, «alguém que toma o lugar de outro, mediante astúcia». Isso alude ao incidente em que Jacó, mediante ludíbrio, furtou a bênção paterna de Esaú, e por causa do que Jacó obteve ascendência sobre seu irmão gêmeo. O fato de que Esaú também perdeu seu direito de primogenitura para Jacó fez parte dessa atividade dele como suplantador (ver Gên. 27:36). Sem dúvida alguma, «Deus protege» é o sentido original do nome, e as outras idéias derivam-se de uma etimologia popular e, talvez, mediante um jogo de palavras: «Este homem, cujo nome é *Deus protege*, de fato é um agarrador de calcanhar e um suplantador!» A raiz *'qb* tem sido encontrada entre os povos dos grupos semitas ocidentais, como os amorreus. O mesmo vocábulo hebraico que tem por base a palavra *calcanhar* também é um elemento básico do verbo que significa «enganar», provavelmente como um termo homófono. Apesar desse nome ter

sido encontrado em fontes extrabíblicas, é significativo que no Antigo Testamento, à parte do patriarca Jacó, ninguém mais foi chamado por esse nome. No período helenista, entretanto, o nome começou a ser largamente usado. Há mais de trezentas referências a Jacó no Antigo Testamento, e vinte e quatro ocorrências no Novo Testamento. Quase uma quarta parte do volume de Gênesis devota-se diretamente a traçar a biografia de Jacó. E o período de vida desse patriarca ocupa metade do volume do mesmo livro.

II. Israel e Seus Significados

Quando Jacó lutou com o anjo de Deus e prevaleceu, e então exigiu dele uma benção, tornou-se apropriado a alteração de seu nome de Jacó para *Israel*. Isso assinalou um significativo avanço em sua vida, em preparação para o desenvolvimento da nação de Israel. O nome *Israel* faz parte da tradição judaica desde que apareceu pela primeira vez no Antigo Testamento, em Gên. 32:28. O anjo deu a Jacó esse novo nome que significa «Deus luta». Naturalmente, deve-se entender que essa luta refere-se ao ato de prevalecer, mediante o qual Jacó recebeu a bênção que desejava, para daí por diante ser considerado um príncipe de Deus, por meio de quem a nação se desenvolveria, debaixo da proteção e bênção especiais de Deus. Portanto, do indivíduo o nome foi transferido a todos os seus descendentes, por meio de seus doze filhos. A antiga designação tornou-se também o nome oficial da restaurada nação, o Estado de Israel. A moderna nação de Israel foi organizada em 1948, sendo um dentre mais de cinqüenta estados soberanos que vieram à existência desde o término da Segunda Guerra Mundial.

Era apenas natural que esse nome envolvesse muitos usos diferentes. No artigo sobre *Israel, História de*, na primeira seção, alistamos oito usos diferentes, incluindo aqueles que dizem respeito à Igreja cristã.

III. Informes Históricos Sobre sua Vida

1. Extensão do material bíblico que versa sobre Jacó. Metade do volume do livro de Gênesis conta a sua história (ver Gên. 25—50). Condições e costumes constantes nessa narrativa têm sido ilustrados na literatura não-bíblica, e também através de muitas descobertas arqueológicas. Isso demonstra a autenticidade do relato bíblico, e do fato de que Jacó não é nenhuma figura mitológica, inventada para ser o pai de uma nação, conforme se dá no caso dos mitos de vários povos antigos.

2. As Datas de Jacó. Sua data tradicional aproximada é de 1800 A.C. Porém, é notoriamente problemático encontrar datas precisas para o tempo dos patriarcas hebreus. No nosso artigo, *Cronologia do Antigo Testamento*, abordo essa questão. Correlações exatas e explícitas entre o relato de Gênesis e outras narrativas históricas (não-bíblicas) são difíceis de encontrar; e depender das datas que nos são fornecidas nas genealogias é uma maneira precária de fazer qualquer cálculo. Há evidências de que Jacó viveu durante o século XVIII A.C. Nesse caso, ele viveu no tempo da dominação do Egito pelos invasores hicsos. Sua data faria a vida de Abraão ter acontecido nos séculos XX e XIX A.C., havendo evidências bíblicas e arqueológicas em favor disso.

3. Circunstâncias do Nascimento de Jacó. A concepção de Jacó ocorreu como resposta a oração (Gên. 25:26). Ele foi o segundo filho gêmeo de Isaque e Rebeca. Seu irmão, levemente mais velho, era Esaú. Nasceu segurando o calcanhar de Esaú, o que, de acordo com uma etimologia popular (e talvez por via de um jogo de palavras), deu-lhe o nome de *Jacó*. Ver sob a primeira seção quanto a uma completa explicação desse nome. Ver Gên. 25:26. O cabeludo Esaú tornou-se um homem que gostava de viver ao ar livre, como bom caçador. Jacó, por sua vez, era homem introvertido e tranqüilo, que preferia habitar em tendas (Gên. 25:26,27). Houve tensões entre os dois gêmeos desde o seu nascimento. Isaque tinha preferências por Esaú, mas Rebeca tinha em Jacó o seu filho favorito.

4. Real Relação Entre Jacó e Esaú. Eles nasceram para se tornarem personagens bem diferentes uma da outra, conforme se vê no parágrafo acima. Suas diferenças tornaram-se ainda mais irreconciliáveis quando Esaú vendeu seu direito de primogenitura a Jacó, em troca de um prato de lentilhas cozidas (ver Gên. 25:30). Esaú vendeu sua primogenitura em um ato impulsivo, quando não conseguiu caçar nenhum animal; e, estando com muita fome, vendeu aquele direito por tão pouco. Os tabletes de Nuzi confirmam o fato de que o direito de primogenitura podia ser vendido. Os intérpretes percebem uma espécie de indiferença, por parte de Esaú, no tocante ao seu privilégio como primogênito. Seria mesmo difícil explicar por que razão ele fez assim, a menos que ele tivesse alguma atitude básica de indiferença para com seus direitos religiosos. Metaforicamente, isso fala sobre sua indiferença espiritual sobre questões importantes, um sinal típico do homem carnal. Esse foi o primeiro ato suplantador de Jacó a ser registrado na Bíblia, por causa do que ele adquiriu o seu nome. O segundo desses atos ocorreu quando ele enganou seu pai, Isaque, e recebeu a bênção paterna que se destinava a Esaú (Gên. 27). Tal bênção, uma vez conferida, não podia mais ser revogada (Gên. 27:33 *ss*), um detalhe igualmente ilustrado nos tabletes de Nuzi. Dessa forma, Jacó tornou-se o porta bandeira da promessa messiânica, e o cabeça da raça eleita, segundo aprendemos em Rom. 9:10 *ss*. Esaú teve de se contentar então com uma bênção secundária, e com territórios menos férteis que aqueles prometidos a Jacó, isto é, *Edom*. Ver o artigo com esse título, quanto a maiores esclarecimentos. Desnecessário é dizer que Esaú ficou furioso, tornando necessário que Jacó fugisse. Jacó, pois, fugiu para a terra natal de Rebeca, em Padã-Harã (ver Gên. 26:41—28:5). Rebeca tinha a esperança que Jacó se casasse com uma mulher dentre a parentela dela, porquanto Esaú se casara com mulheres hititas (ver Gên. 26:34 e 27:46).

5. O Incidente de Betel. A caminho de Berseba para Harã, Jacó parou para descansar, em Betel, que era chamada Luz, antes de receber aquele nome. Ali, Jacó recebeu a visão da escada, com anjos que subiam e desciam pela mesma, posta entre a terra e o céu. Ele ficou sumamente admirado com a divina manifestação, e rebatizou o local com o nome de *Betel*, «casa de Deus» (Gên. 28:18,19). Jacó consagrou uma décima parte de toda a sua renda a Deus (Gên. 28:10-22), aparentemente de forma *perpétua*. Betel (vide) ficava cerca de cem quilômetros de Berseba, pelo que esse incidente ocorreu ainda no começo de sua jornada, provavelmente com o propósito de infundir-lhe coragem. A Jacó, pois, foi garantida a proteção divina. O pacto abraâmico foi confirmado com Jacó nessa oportunidade (Gên. 28:3,4), pelo que os propósitos divinos estavam em operação, apesar das vicissitudes da vida de Jacó, a despeito de seus fracassos misturados com sucessos. Jacó erigiu um altar ali, e fez seus votos, incluindo o pagamento de dízimos a Yahweh.

6. Jacó em Harã, Sujeito a Labão. Aproximando-se de Harã, Jacó veio até um poço que havia fora da cidade. Ali conheceu sua prima, Raquel. Imediata-

mente amou-a com grande amor, e assim começou um dos maiores romances de amor que há na história antiga. Raquel levou Jacó a Labão, tio dele e irmão de Rebeca. Jacó estava apaixonado por Raquel e concordou em trabalhar para Labão, pelo espaço de sete anos, a fim de tê-la como esposa (Gên. 29:1 *ss*). O trecho de Gên. 29:20 revela-nos que Jacó trabalhou durante os sete anos, os quais «...lhe pareceram como poucos dias, pelo muito que a amava». Essa é uma fantástica declaração, na qual eu não teria crido se não a tivesse lido diretamente na Bíblia. Jacó quis receber o seu pagamento, Raquel. Labão concordou, mas, mediante um artifício, pôs Lia em lugar de Raquel, quando o casal se retirou para a tenda deles. Jacó só descobriu que fora ludibriado no dia seguinte, em plena luz do dia. Essa é outra incrível declaração, sobre a qual nem quero comentar. Mas, pelo menos, podemos estar certos de que, naquele momento, Jacó deve ter-se sentido como Esaú, a quem ele havia enganado em proveito próprio. E foi assim que, para desposar Raquel, Jacó teve de comprometer-se que serviria a Labão por outros sete anos, com a diferença que ela lhe foi dada como esposa em antecipação pelo serviço, de tal maneira que, no decurso de uma semana, Jacó estava com duas esposas ao mesmo tempo. E Labão ia prosperando com o fiel trabalho prestado por Jacó, tendo compreendido que a presença de Jacó atraía bênçãos. E Jacó também foi prosperando materialmente, visto que a mão de Deus estava com ele.

Rúben, primogênito de Jacó, nasceu de Lia. Três outros filhos de Lia seguiram-se, a saber: Simeão, Levi e Judá. Raquel, sem filhos, deu Bila a Jacó, para que ela tivesse filhos em nome dela. Dessa união, pois, nasceram Dã e Naftali. Zilpa, criada de Lia, tornou-se a segunda concubina de Jacó, e dessa nova união nasceram Gade e Aser, além de uma filha, Diná. Em seguida, Lia deu à luz a Issacar e Zebulom. Finalmente, Raquel teve o muito querido e amado José. Ver Gên. 29:1-30:24. Passados mais alguns anos, Raquel também teve a Benjamim. Dessa maneira, encontramos os doze filhos de Jacó, dos quais vieram as doze tribos de Israel. José não se tornou cabeça de alguma tribo; mas seus dois filhos, Manassés e Efraim, tornaram-se cabeças de tribos. Isso daria treze tribos, mas doze é o número tradicional, visto que Levi tornou-se um clã sacerdotal, que não herdou territórios. Assim, quando Levi aparece como uma tribo, então Efraim e Manassés são reputados como a tribo de José (ver Núm. 26:28; Jos. 17:14,17). Em Apocalipse 7:14 *ss*, Dã é excluído e José substitui a Efraim. Ver esses problemas discutidos no NTI, em Apo. 7:5.

As Esposas e os Filhos de Jacó

Lia	*Raquel*
1. Rúben	12. José
2. Simeão	13. Benjamim
3. Levi	
4. Judá	
9. Issacar	
10. Zebulom	
11. Diná	

Bila	*Zilpa*
5. Dã	7. Gade
6. Naftali	8. Aser

N.B. — Os números indicam a ordem dos nascimentos.

7. Jacó Parte de Harã. As relações entre Jacó e Labão não demoraram nada a azedar. Jacó sofreu às mãos de seu tio, Labão, o mesmo tratamento que Jacó havia conferido a Esaú, o que mostra que a lei da colheita segundo a semeadura estava operando. Todavia, Labão prosperava, porquanto Jacó era fiel e operoso, e Labão nunca teria abandonado a situação se o próprio Jacó não tivesse desistido. Reunindo sua família e suas propriedades, Jacó partiu de Padã-Harã a fim de retornar à sua terra de Canaã, o que ocorreu em cerca de 1960 A.C. Labão só descobriu a fuga de Jacó ao terceiro dia; mas, quando a percebeu, saiu ao encalço do sobrinho e genro com um grupo armado. Todavia, Deus fez intervenção e advertiu a Labão que não tentasse fazer qualquer mal a Jacó. Assim, não sendo capaz de fazer qualquer coisa de radical, ao alcançar a Jacó, limitou-se a repreendê-lo severamente. Por que Jacó partira secretamente? Por que havia enganado a seu tio? Por que havia levado suas filhas e netos, sem dar-lhe uma oportunidade de despedir-se? E, acima de tudo, por que Jacó cometera o ultraje de furtar seus deuses domésticos (seus santos protetores)?

Dessa vez, pelo menos, Jacó disse a verdade. Ele temia o que Labão poderia querer fazer contra ele. E calculou que, no mínimo, mandá-lo-ia vazio, e que os seus familiares e os seus bens seriam forçados a ficar em Padã-Harã. No tocante aos terafins ou deuses domésticos, Jacó afirmou que não os havia tirado, e que qualquer um que o tivesse feito poderia ser executado. (Raquel não contara a Jacó que ela é quem furtara os tais deuses). Labão procurou e apalpou por toda a parte e nada achou. Raquel estava assentada sobre a sela de seu camelo, e os deuses estavam ocultos debaixo da sela. Ela estava serenamente sentada, com um ar de inocência. E disse a Labão que ele teria de desculpá-la, pois não podia levantar-se, visto que estava menstruada. Os ídolos permaneceram seguramente ocultos debaixo da sela, porquanto uma mulher, e tudo quanto ela tocasse, era considerado imundo, estando ela nesse período. Pelo menos assim se dava na lei mosaica posterior, e podemos supor que a crença era anterior a essa data.

Jacó ficou observando a busca com grande ansiedade; mas, quando viu que coisa alguma pertencente a Labão havia sido achada, ele então tomou coragem. Era a sua vez de repreender severamente a Labão. Que maldade ele havia alguma vez feito a Labão? Por que o seu salário, durante todos aqueles anos, lhe havia sido negado? Por que Labão mudara para pior o seu salário por dez vezes? Jacó acusou Labão de ser um enganador e um homem duro, dizendo que sabia que se anunciasse a sua intenção de voltar à sua terra, Labão fá-lo-ia regressar de mãos abanando. E, concluindo sua argumentação, Jacó relembrou a Labão que Deus havia aprovado a sua fuga, ao advertir que Labão não deveria tentar tolhê-lo. A discussão perdurou mais um pouco, sem produzir qualquer resultado. Finalmente, Labão sugeriu que eles firmassem um acordo. E Jacó concordou. Eles levantaram uma grande pedra, como coluna, e também fizeram um montão de pedras. Esses emblemas eram testemunhas dos termos do acordo. Dessa circunstância é que vieram aquelas imortais palavras: «Vigie o Senhor entre mim e ti, quando estivermos apartados um do outro». Essas palavras têm servido de grande consolo quando pessoas que se amam têm de se separar, provocando muitas lágrimas. Jacó chamou o monumento de *Galeed*, «monte do testemunho»; e Labão chamou-o de *Mizpah*, «posto de vigia». Labão também avisou a Jacó de que se ele não cuidasse bem de suas filhas, então entraria em dificuldades. Em seguida, invoca-

ram o Deus de Abraão e Naor (avô de Abraão), como testemunha do acordo estabelecido. Jacó jurou pelo *Temor de Isaque*, nome dado a Yahweh com base na circunstância da bem conhecida reverência de Isaque ao Senhor Deus. Jacó ofereceu sacrifícios e houve um banquete. Eles se banquetearam a noite inteira e, ao amanhecer, os dois partiram cada um em sua direção. Labão, o idoso espertalhão, amava as suas filhas e seus netos, e, com o coração saudoso, beijou-os, abençoou-os e deixou-os partir!

Quão difícil é deixarmos ir os nossos filhos, o círculo familiar desmanchando-se para que se formem outros círculos familiares, e nós avançando em anos! Apesar das grandes disputas, das mentiras, dos enganos e das astúcias, tudo termina da mesma maneira: mais uma daquelas dolorosas separações familiares que a minha própria família, com seus ramos internacionais, tem sofrido por tantas vezes. Ver o capítulo trinta e um de Gênesis, quanto a essa narrativa bíblica.

O Relato é Tão Humano. Houve alguns elementos religiosos distorcidos, houve a velha idolatria que domina tanto ao coração humano, transformando os homens em tolos; houve mentiras, egoísmo, ludíbrios. No entanto, também houve amor; e cada um, à sua maneira, a despeito de seus defeitos, estava cumprindo o desígnio divino. Essa é uma cena em miniatura do próprio drama humano. A fim de estabelecer o acordo que fizeram, tiveram de invocar a Deus como testemunha. Se Deus não for chamado como testemunha dos lances da vida humana, essa vida não terá sentido.

8. A Presença de Deus. A separação teve lugar, e Jacó, agora uma unidade familiar distinta, começou a viver uma nova fase em sua vida. Ansioso, ele encetou sua nova caminhada. Quase imediatamente em seguida, porém, o quadro ameaçador foi aliviado. Um grupo de anjos encontrou-se com ele no caminho, e Jacó exclamou, admirado: «Este é o acampamento de Deus» (Gên. 32:2). E Jacó denominou o lugar de *Maanaim*, «dois exércitos», evidentemente referindo-se aos dois grupos, o seu próprio grupo, composto por pessoas mortais como ele, que o acompanhavam, e o outro grupo, formado pelos anjos imortais. Temos aí uma ótima lição, ensinada com maiores detalhes no décimo primeiro capítulo da epístola aos Hebreus. O grupo imortal cuida do grupo mortal e o guia pelo caminho.

9. O Antigo Problema Entre Jacó e Esaú. A fuga de Jacó necessariamente fá-lo-ia atravessar o território ocupado por Esaú. Por essa razão, enviou mensageiros à sua frente, que anunciassem sua aproximação. Jacó temia tanto por sua vida como pelas vidas dos seus, segundo se vê em Gên. 32:6-8. E então soube que Esaú estava vindo ao seu encontro com uma companhia de quatrocentos homens, o que, para Jacó, representava um poderoso e hostil exército. Fora capaz de enfrentar a Labão, com a ajuda de Deus; mas, poderia enfrentar a Esaú? A vida é assim. Nenhuma vitória é definitiva e vence a guerra. Precisamos avançar para novos conflitos, procurando obter novas vitórias.

Em seu temor e aflição, Jacó fez a única coisa ao seu alcance. Voltou-se para Deus, para que o livrasse. Em oração, lembrou ao Senhor que ele é quem o enviou naquela jornada de retorno à sua terra natal. Lembrou-O acerca do pacto abraâmico, e da parte do Senhor nesse pacto. Agora, restava Deus cumprir tudo quanto havia dito, visto que Jacó estava impotente, diante de Esaú que se aproximava.

10. Jacó Torna-se Israel. Jacó traçou planos elaborados para salvar o máximo que pudesse, no caso de Esaú promover um massacre (Gên. 32:16 *ss*). Porém, o método de Deus era simples. Quando Jacó estava sozinho, veio ao seu encontro um anjo, e começou uma furiosa luta física. Essa luta durou a noite inteira. Jacó era forte, e o anjo não era capaz de vencê-lo. Portanto, tocou no nervo de sua coxa e a deslocou, embora a luta tivesse continuado. Quando a madrugada chegou, Jacó anunciou que não deixaria o «homem» ir-se embora, a menos que o abençoasse (Gên. 23:26). Dessa bênção é que se derivou a mudança do nome de Jacó, o suplantador e enganador, para *Israel*, fazendo com que Jacó se tornasse um príncipe diante de Deus, aquele que se *esforça* e *prevalece* em suas lutas (Gên. 32:28). Jacó tornou-se alguém dotado de *poder diante de Deus*. Jacó chamou o lugar onde isso ocorreu de Peniel, ou seja, «face de Deus», pois, ao defrontar-se com o Anjo do Senhor, isso foi a mesma coisa que se ter defrontado com o próprio Deus e, no entanto, a sua vida fora preservada. Ele quis saber a identidade do anjo, mas essa identidade não lhe foi conferida. Assim, podemos passar por grandes experiências místicas, mas muitas coisas continuam ocultas de nós.

11. Jacó e Esaú Encontram-se. Chegou o dia de prestação de contas. Aproximou-se a companhia que vinha com Esaú. Jacó, temeroso, enviou à sua frente suas esposas e seus filhos, a fim de tentar tocar o coração de Esaú e fazê-lo sentir misericórdia. Porém, tudo era desnecessário. Esaú não estava mais irado. Os anos haviam varrido sua ira e amargura. E tudo se resumiu em uma daquelas tocantes reuniões de família, após tantos anos de separação. Esaú nem ao menos estava interessado nos liberais presentes que Jacó lhe oferecia. Respondeu que tinha de sobra. Portanto, todos os elaborados planos de Jacó para aplacar seu irmão, foram inúteis. Deus já havia cuidado da situação. Nesse ponto do relato, encontramos outro grande versículo que deveria servir de modelo em todas as relações domésticas: Jacó humilhou-se diante de Esaú e prostrou-se por sete vezes; mas Esaú não poderia ter dado menor atenção às homenagens. «Esaú correu-lhe ao encontro, lançou-se-lhe ao pescoço e o beijou; e eles choraram» (Gên. 33:4). O antigo conflito e o coração iracundo desapareceram subitamente, e o amor cobriu uma multidão de pecados.

Esaú observou o grande número de pessoas que estavam em companhia de Jacó, suas esposas, seus filhos, seus criados e todos os animais. Admirado, indagou quem era toda aquela gente. Jacó falou-lhe sobre como Deus o havia feito prosperar; e isso é o que explica todas as boas coisas que acontecem conosco. Então Jacó forçou Esaú a aceitar alguns generosos presentes, que Esaú aceitou com relutância. Jacó afirmou: «...aceita o presente da minha mão; porquanto tenho visto o teu rosto, como se tivesse visto o rosto de Deus, e tu te agradaste de mim» (Gên. 33:10).

Pouco depois, os dois irmãos separaram-se em paz e amizade, o que prevaleceu durante todo o resto de suas vidas. E não se encontraram de novo senão quando chegou o tempo de sepultar o pai deles, Isaque, na sepultura da família (Gên. 35:29).

12. Jacó Retorna a Betel. Jacó entrou em conflito com os habitantes de Siquém. Sua filha, Diná, foi violentada, e dois dos filhos dele vingaram-se sangüinariamente dos homens daquele lugar, quase exterminando-os (Gên. 34). Mediante uma ordem divina, Jacó voltou a Betel. Ali é que ele tinha visto os anjos subindo e descendo pela escada que ia da terra ao céu, há mais de vinte anos, e erigira um altar em honra a Yahweh. Mas, antes de encetar viagem,

ordenou que todos quantos estavam em sua companhia que se desfizessem de seus deuses estrangeiros e se purificassem. Podemos supor que foi nessa ocasião que foi dado sumiço aos ídolos do lar que Raquel trouxera de Padã-Harã. Todos os ídolos foram enterrados sob um carvalho, perto de Siquém; e, pouco depois, Deus renovou o pacto abraâmico com Jacó, em Betel.

13. Perda de Duas Vidas Queridas. Em viagem entre Betel e Efrata, Raquel, a amada esposa de Jacó, morreu de parto, ao dar à luz seu segundo filho, Benjamim (Gên. 35:20). Não demorou muitos anos para José ser vendido como escravo pelos seus próprios irmãos; e Jacó foi enganado por seus filhos, os quais disseram que tinham encontrado uma peça do vestuário de José, toda ensangüentada, dando a entender que teria sido morto por alguma fera. Ver Gên. 37. Nesta vida, depois de algumas alegrias, sempre há algumas lágrimas; e ninguém está isento de inevitáveis sofrimentos neste mundo.

A VIDA

Feliz aquele que em modesta lida,
Isento da ambição e da miséria,
No regaço do amor e da virtude
A vida passa. Mais feliz ainda
Se, das turbas ruidosas afastado,
À sombra do carvalho, entre os que adora,
Sente a existência deslizar tranqüila,
Como as águas serenas do ribeiro;
Mas, que digo! Nem esse, infindos males,
Comuns a todos, seu viver não poupam.

(Soares de Passos, Portugal)

14. Os Filhos de Jacó Descem ao Egito. Veio a fome, e todos padeceram muito. No Egito, mediante seu dom profético, José soubera da aproximação do período de fome, tendo interpretado corretamente os sonhos de Faraó. Assim, em meio ao flagelo da natureza, os egípcios tinham abundância de víveres. E Jacó enviou seus filhos ao Egito, para adquirirem alimentos, tendo conservado em sua companhia somente a Benjamim (seu favorito, na ausência de José), temendo que alguma tragédia também o atingisse. Os filhos de Jacó retornaram com bom suprimento de cereais, mas informaram a Jacó que o *oficial* que tinham visto no Egito pensara que eles eram espiões; e, como prova de que não eram, havia exigido que levassem a seu irmão mais novo, Benjamim, na próxima vez em que descessem ao Egito. Naturalmente, esse oficial era José, embora seus irmãos ainda não tivessem descoberto isso.

Pressionados no Egito, e sob suspeita, eles lembraram seu crime de terem vendido José como escravo. Simeão foi retido no Egito, como garantia da volta dos demais irmãos. A fome continuou e o suprimento de alimentos se esgotou. Tornava-se necessária outra viagem, e assim Jacó, com relutância, permitiu que Benjamim também fosse com eles, dessa vez. E os irmãos de José chegaram novamente ao Egito. Foi conseguido um encontro com José, a quem seus irmãos conheciam somente como um duro oficial egípcio. Simeão foi solto, e todos os irmãos de José estavam presentes. Quando José viu Benjamim, seu único irmão que não era meio-irmão, filho de sua mãe, Raquel, deixou-se dominar pela emoção e teve de fazer uma retirada estratégica, para não chorar diante de todos. Controlou-se e voltou, e foi servido um banquete. Finalmente, os irmãos de José foram despedidos e partiram. Mas a taça de prata de José havia sido posta ocultamente na sacola de Benjamim. Essa taça seria usada para adivinhações, no dizer de José, não havendo certeza se ele disse isso para fingir-se um egípcio ou se ele usava mesmo a tal taça como uma espécie de bola de cristal. Assim, um grupo de homens saiu ao encalço dos irmãos de José e, feita uma busca, encontrou-se a taça na saca de Benjamim. E, por causa do *crime*, Benjamim foi declarado escravo. Judá fez então uma longa exposição, procurando convencer o «oficial egípcio» a aceitá-lo em lugar de Benjamim; pois a permanência de Benjamim no Egito fatalmente faria o pai deles morrer de tristeza. José estava iniciando uma longa e elaborada charada; mas, de súbito, vencido por suas emoções, mandou para fora todos os circunstantes, exceto os seus irmãos. Então José prorrompeu em choro, em voz alta, de modo que os egípcios ouviram tudo. Então José anunciou sua verdadeira identidade, dizendo: «Eu sou José. Vive ainda meu pai?» E os seus irmãos não sabiam como responder, tão pasmos estavam diante dele (ver Gên. 45:3). Sentiam-se consternados, uns miseráveis, sentindo todo o peso de seus pecados; José, entretanto, consolou-os, assegurando-lhes que o desígnio de Deus é que permitira que tudo aquilo acontecesse, a despeito dos maus propósitos que tinham inspirado o ato deles, ao vender seu próprio irmão como escravo.

«Sabemos que todas as coisas concorrem para o bem daqueles que amam a Deus, daqueles que são chamados segundo o seu propósito» (Rom. 8:29).

15. Jacó Desce ao Egito. Quando Faraó e outros oficiais egípcios souberam que os irmãos de José estavam entre eles, ficaram muito satisfeitos e sugeriram que Jacó fosse chamado ao Egito, onde poderia desfrutar de grande abundância. Os irmãos de José apressaram-se a voltar à Terra Prometida; e, ali chegando, contaram a Jacó a incrível história de José. E, como eles haviam trazido de volta provas palpáveis de que José estava vivo, Jacó, finalmente, deixou-se convencer de que seus filhos estavam dizendo a verdade. O quadragésimo sexto capítulo de Gênesis relata a descida de Jacó ao Egito.

Após algum tempo, a bonança haveria de transformar-se em um longo período de servidão, a outra casa reinante do Egito. Os descendentes de Jacó multiplicaram-se no Egito, formando uma numerosa nação. Mas foi preciso Moisés surgir a fim de Deus pôr fim à escravidão dos filhos de Israel.

O capítulo quarenta e nove de Gênesis registra as bênçãos proferidas por Jacó a seus filhos, e o último versículo daquele capítulo registra sua morte. E o último versículo do último capítulo de Gênesis registra a morte de José. Jacó faleceu com a idade de cento e quarenta e sete anos (ver Gên. 45:28), em cerca de 1854 A.C. Seu corpo foi embalsamado e transportado com grande cuidado para a terra de Canaã, sendo sepultado no sepulcro da família, onde já estavam seus genitores e sua esposa Lia, na caverna de Macpela (Gên. 50:1-13). No entanto, quando José morreu, o seu corpo foi embalsamado e posto em um esquife, no Egito.

O cativeiro de Israel no Egito perdurou por cerca de quatrocentos e trinta anos, de acordo com o texto hebraico; mas apenas duzentos e quinze anos, de conformidade com a Septuaginta. Ver Êxo. 12:40. Estêvão, em Atos 7:6, arredonda esse número para quatrocentos anos. Quanto a esses anos há problemas de harmonia, que são discutidos no artigo intitulado *Cronologia do Antigo Testamento* 5.d.3. Pouco antes de morrer, José fez seus irmãos prometerem que, quando saíssem do Egito, levariam consigo o seu corpo. Essa promessa foi cumprida por Moisés (Êxo. 13:19). E seus ossos foram finalmente sepultados em Siquém (Jos. 24:32), no sepulcro da família, com o resto dos mortos da família patriarcal.

IV. Seu Caráter

A primeira coisa que nos impressiona na vida de Jacó é que, apesar de suas fraquezas e fracassos, em muitas oportunidades ele teve experiências místicas que em muito alteraram o curso de sua vida. O propósito dessas experiências não era apenas o de abençoá-lo pessoalmente, pois também envolvia a nação de Israel e, finalmente, a promessa messiânica. Jacó mostrou-se muito afetuoso com a sua família. E herdou a astúcia de Rebeca, que também era própria de seu tio, Labão. Havia momentos em que Jacó perdia o ânimo; mas logo se lançava aos cuidados de Deus. Foi homem que passou por muitas provações e recuos, embora também tivesse alcançado vitórias súbitas e gloriosas. Sua desonestidade e astúcia eram neutralizadas por seus momentos de grandes vitórias e avanços espirituais. Sua história é o relato de um homem que, começando sua vida como suplantador e enganador, terminou sendo um príncipe diante de Deus, mediante o propósito remidor.

V. Sentidos Espirituais e Metafóricos

1. Os vários incidentes da vida de Jacó foram muito usados nos escritos judaicos a fim de ilustrar grandes e numerosas lições espirituais. Temos indicado algo sobre isso, ao longo deste artigo.

2. *O Talmude* usa a vida de Jacó para ilustrar a vida da própria nação de Israel. Sua vida é ali entendida como emblemática da sorte do povo de Israel. Motivos morais são vistos em todos os seus atos, e muitos detalhes lendários têm ornado o relato do Antigo Testamento, como acréscimos tradicionais. Assim como Jacó teve muitos momentos de triunfo e de derrota, mas Deus sempre esteve com ele, intervindo por ele, sempre que necessário, assim também tem acontecido à nação de Israel, ao longo dos séculos.

3. Há vinte e quatro referências a Jacó no Novo Testamento, algumas das quais visam a ensinar-nos alguma lição espiritual. Ver especialmente Atos 7:8—16, que contém um sumário da vida de Jacó. Ver também Rom. 9:10 *ss* e Heb. 11:20,21, onde Jacó aparece como um modelo da vida de fé.

4. A transformação de Jacó em Israel ilustra como o homem não-remido, dotado de um caráter moral questionável, pode tornar-se um príncipe diante de Deus, mediante o propósito remidor.

5. A vida de Jacó ilustra como o plano divino mostra-se ativo, no caso de indivíduos e de nações, de tal modo que o valor da vida é garantido, bem como, finalmente, uma digna realização.

6. *Usos Figurados com o Nome de Jacó: O Deus de Jacó* é o Deus de Israel (Êxo. 3:6; 4:5; II Sam. 23:1; Sal. 20:1; Isa. 24). Deus também é denominado de «o poderoso de Jacó» (Sal. 132:2). A *casa de Jacó* corresponde à nação de Israel (Êxo. 19:3; Isa. 2:5,6; 8:17). O povo judeu está em foco, nas seguintes expressões: a semente de Jacó (Isa. 45:19; Jer. 33:26), os filhos de Jacó (I Reis 18:31; Mal. 3:6), ou simplesmente, Jacó (Núm. 23:7; 10:23; 24:5). «Em Jacó» significa «entre o povo judeu».

VI. A Arqueologia e a Vida de Jacó

Em Nuzi, entre 1925 e 1941, foram descobertos cerca de quatro mil tabletes de argila, ilustrando certos aspectos dos relatos sobre os patriarcas hebreus, sobretudo Jacó. Naturalmente, a luz se projetou mais sobre aquela área da Mesopotâmia, com o resultado que se sabe mais sobre aquela região do que sobre qualquer outra região da Mesopotâmia. Nuzi ficava cerca de catorze quilômetros e meio a oeste da moderna cidade de Kirkut, na parte nordeste da Mesopotâmia, no atual Iraque, e cerca de cento e sessenta quilômetros da fronteira com o Irã, mais para nordeste. Os tabletes ali achados tratam sobre cidadãos comuns, em contraste com os de Mari, que abordavam a família real. Ver os artigos separados sobre Nuzi e *Mari*, quanto a maiores detalhes.

Ilustrações dos Tabletes de Nuzi sobre a Vida Patriarcal nos Dias Bíblicos:

1. *Adoção*. Não há relato direto de adoção, no Antigo Testamento; mas Abraão, antes de Isaque ter nascido, pensou em fazer de Eliezer de Damasco seu filho e herdeiro adotivo (Gên. 15:2). A lei de Israel não tem qualquer provisão sobre adoções; mas em Nuzi essa questão era regulamentada por lei. Um homem sem filhos podia adotar um filho que levasse avante o nome e a herança da família. Alguns vêem um certo paralelo no relacionamento entre Labão e Jacó (Gên. 29—31), como se houvesse entre eles uma situação de adoração. Um filho adotivo podia tomar como esposa uma filha de seu pai adotivo, mas não podia tomar uma segunda esposa, fora do círculo da família. O paralelo disso com o caso de Labão e Jacó é duvidoso.

2. *A Venda da Primogenitura*. Isso tem um paralelo direto com as leis mencionadas no material encontrado em Nuzi. Os privilégios de um filho primogênito podiam ser transferidos para outro. Isso envolvia tanto um filho adotivo como um filho autêntico. Em certo caso mencionado, o direito de primogenitura foi vendido em troca de três ovelhas, mais do que o preço pago por Jacó a Esaú, mas, mesmo assim, bastante humilde.

3. *Os Deuses Domésticos, ou Terafins*. Raquel ansiava por assenhorar-se daqueles ídolos, que representavam os deuses da família (Gên. 31:34). Os tabletes de Nuzi esclarecem que a possessão desses ídolos emprestava o direito de liderança da família, bem como a herança paterna. Labão tinha filhos para quem a herança seria transmitida. Ficava subentendido que Jacó, se ficasse com aqueles ídolos, poderia suplantar novamente a seus cunhados, obtendo a maior parte da herança deixada por Labão. É perfeitamente possível, pois, que os motivos de Raquel fossem econômicos, e não meramente religiosos. Isso permite-nos ver a natureza séria da ofensa. Ver Gên. 31:19,30,35.

4. *O Nome Jacó*. O sentido básico desse nome é *que El (Deus) proteja* (no hebraico, *Ya' qub 'el*). Esse nome tem sido encontrado em tabletes do século XVIII A.C., descobertos em Chagar Bazar, no norte da Mesopotâmia. O nome Jacó também foi encontrado como nome locativo, na lista de lugares de Tutmés III, do século XV A.C.

5. *As Criadas de Lia e Rebeca*. Os críticos têm duvidado do relato sobre como Labão deu criadas às suas duas filhas, criadas essas que, posteriormente, tornaram-se concubinas de Jacó. Eles supõem que tais informes são interpolações posteriores, com base no documento chamado *S* (sacerdotal). Ver o artigo separado sobre *Código Sacerdotal*, e outro sobre *J.E.D.P.(S.)*,, as alegadas fontes do Pentateuco. Todavia, os tabletes de Nuzi ilustram o costume.

6. *Os Nomes Divinos*. Os tabletes de Mari, em escrita cuneiforme, em número de cerca de vinte mil, ilustram os nomes divinos que figuram no livro de Gênesis, falando sobre *Yawi-Addu* e sobre *Yawi-el*, que seriam paralelos de *Yahweh* e *El*, nomes comuns dados a Deus, no Antigo Testamento. Ver sobre *Deus, Nomes de*.

7. *Vida Nômade*. Os tabletes de Mari também ilustram a vida nômade dos habitantes da região da Mesopotâmia, a saber, os caneanos, suteanos e benjamitas, e isso lança alguma luz sobre as vidas dos

patriarcas hebreus e, mais tarde, as vagueações do povo de Israel pelo deserto.

Bibliografia. AM E GOR(1940) GOR(1937) GORD HUN MILL ND UN Z

JACÔ (NO NOVO TESTAMENTO)

Em Mateus 1:15,16, na genealogia de Jesus Cristo, lemos que o pai de José, marido de Maria, e pai adotivo de Jesus, chamava-se Jacó. Ele viveu algum tempo antes de 40 A.C.

JACÔ, POÇO DE

A única menção bíblica ao poço de Jacó encontra-se em João 4:6. Jesus precisava passar pela Samaria; e, ao assim fazer, chegou a Sicar, cidade daquele território. Essa cidade ficava próxima do campo que Jacó dera a seu filho, José, onde estava o poço de Jacó.

João 4:6: *Achava-se ali o poço de Jacó. Jesus, pois, cansado da viagem, sentou-se assim junto do poço; era cerca da hora sexta.*

1. *Localidade, Sicar.* Essa localidade é geralmente identificada com a moderna *Askar*, aldeia que fica no vale a meio-caminho entre os dois montes Ebal e Gerizim, o que seria cerca de pouco mais de um quilômetro e meio ao norte do poço de Jacó. Cerca de meio-caminho entre a cidade e o poço fica o local tradicional do sepulcro de José (ver Gên. 33:19; 48:22 e Jos. 24:32). Embora o poço de Jacó não seja mencionado nas páginas do A.T., pelo que não possuímos orientações específicas quanto à sua origem, parece não restar qualquer dúvida de que o lugar aqui descrito é a localização autêntica desse poço. Sicar é mencionada na Bíblia exclusivamente neste versículo. W.F. Albright identificou o lugar com a antiga *Siquém* e os evangelhos revertidos para o siríaco antigo assim dizem; porém, escavações recentemente feitas por G.E. Wright, em Siquém, sugerem que Siquém cessou de existir em cerca de 100 A.C. Dessa maneira, a aldeia de Askar, na vertente oriental do monte Ebal, tem sido sugerida como localização alternativa da cidade antiga. Todavia, é-nos impossível ter certeza absoluta sobre o fato, no presente.

Flui água em abundância pelos flancos da montanha, em filetes, nessa região, e isso mostra que deve ter havido alguma razão especial para ter sido cavado ali um poço (que a tradição atribui ao trabalho do próprio Jacó; e isso tem dado foros de local sagrado ao povo, atraindo hoje em dia muitos turistas). É bem possível que Jacó tivesse cavado o poço a fim de impedir as contendas acerca do direito de explorar as águas entre os seus homens e as populações vizinhas, o que teria sido um resultado perfeitamente natural. Desde 333 D.C. foi identificado o poço de Jacó. Em cerca de 400 D.C. foi construído um templo sobre o mesmo. Fica cerca de oitocentos metros a leste de *Balatah* (Sicar, antiga *Siquém*, em uma estrada que vai de Jerusalém à Galiléia). Embora o poço esteja entupido de entulho, ainda conta com mais de vinte e cinco metros de profundidade. Originalmente descia a mais de trinta metros, tendo cerca de dois metros e trinta centímetros de diâmetro, e foi escavado através de um espesso estrato de solo, embora tivesse atingido mais abaixo, alguma rocha mole. A água se inflitra através de suas paredes laterais, de tal maneira que é ao mesmo tempo uma *fonte* (conforme fica indicado pelos vss. 6 e 14) como um poço de dreno (conforme é indicado pelos vss. 11 e 12).

2. *A história de Jesus naquele lugar. Para chegar àquela localidade*, o Senhor Jesus provavelmente seguiu uma vereda que seguia a oriente do monte Ebal, evitando assim as vertentes extremamente inclinadas do caminho que passava por Siquém (*Nablua*) e por Samaria (*Sebaste*), passando também ao largo das populações inamistosas que constituíam aquelas cidades maiores. Nos dias de Jesus, Samaria se compunha de uma população pronunciadamente grega, ao passo que Siquém era primordialmente samaritana (ver Mat. 10:5,6). Jesus chegou à beira do poço cerca de **meio-dia** (a hora sexta, segundo o cômputo judaico, calculado a partir das seis horas da manhã; quanto a notas sobre as «vigílias» e indicações da passagem do tempo, ver os trechos de Mar. 6:48 e João 1:39). Embora aquela fosse hora usual para uma mulher estar ali, o próprio texto, que indica que somente uma mulher estava presente, pode indicar a correção da especulação de que era cerca de meio-dia. Ordinariamente as mulheres vinham buscar água à tardinha. «O fato de que a mulher estava sozinha explica suficientemente que ela viera muito cedo buscar àgua, em vez de vir ao cair da tarde, como era de costume. O tempo do ano devia ser o fim de dezembro, que permitia jornadas pela hora do meio-dia (pois noutras estações do ano essa hora era quente demais para alguém sair ao ar livre)». (*Philip Schaff*, no Lange's Commentary).

3. *A humanidade de Jesus.* Assim sendo, exausto de viagem, cansado e sedento, Jesus se assentou à beira do poço de Jacó. «*...ele estava exausto*, e muito feliz por poder repousar. Ouvindo isso... muitos olham para cima, voltam-se para ele e demonstram um interesse renovado e uma súbita nova esperança. O conceito popular sobre o Messias que viria era de um poderoso conquistador, a esmigalhar violentamente tudo em seu caminho irresistível para a vitória. Porém, existem multidões para quem um Cristo exausto significa muitíssimo mais. Pois eles mesmos estão cansados, sempre cansados, e não vêem possibilidades de sentirem-se diferentes disso. Ora, um Cristo exausto certamente compreende, certamente ajuda, como nenhum outro poderia fazê-lo... Por isso é que o N.T. tanto se esforçou por destacar a unidade que há entre Cristo e nós... assim sendo, aqueles que labutam e estão sobrecarregados podem enxergar, por si mesmos, que Cristo está carregando fardos muito mais pesados que os deles... e, vendo isso, tal cena lhes parece uma voz que se eleva de uma vida aparentemente negra e sombria, que lhes assegura que Deus é amor; não os irrita; pelo contrário, convence-os». (Arthur John Gossip, *in loc.*).

4. *Terras que Jacó dera a seu filho José.* A base dessa tradição é o que se lê no trecho de Gên. 33:19. Jacó comprou dos filhos de Hamor um campo, em Siquém, onde lhe convinha estabelecer-se. Lemos em Jos. 24:32 que os ossos de Jacó foram sepultados em Siquém. Por isso também é que nessa região está assinalado o suposto túmulo de Jacó.

5. *Lições deste texto.*

a. Jesus sentiu fadiga e padeceu sede. Assim, fica negado o docetismo.

b. O docetismo imagina que Jesus não era humano, mas meramente tinha a aparência física de homem. Conforme alguns gnósticos, Jesus teria sido um ser humano; mas teria sido mero instrumento do Cristo divino, possuído por este, desde o momento do batismo, e abandonado quando da morte. Os gnósticos, pois, negavam a identificação do Logos com o homem Jesus.

c. O N.T. ensina a verdadeira humanidade de Cristo (o Verbo encarnado), ver Fil. 2:7.

d. O N.T. também ensina a divindade de Cristo (ver Heb. 1:3).

e. Há uma fusão de naturezas. Grande mistério!

f. Os eleitos, por participarem da ressurreição, ascensão e glorificação, compartilharão da natureza do Logos.

g. Tal como ele se identificou conosco, identificar-nos-emos eternamente com ele, em sua vida, herança e glória.

JACOBI, FRIEDRICH HEINRICH

Suas datas foram 1743-1819. Nasceu em Dusseldorf, na Alemanha. Foi educado para seguir uma carreira comercial. Mostrou-se ativo nos negócios e na política. Então começou seus estudos filosóficos e a escrever. Rejeitava a filosofia kantiana porque a mesma levaria ao solipsismo e ao racionalismo dogmático. Também rejeitava a filosofia de Spinoza, por causa de seu panteísmo e determinismo. Acreditava que sabemos das coisas intuitivamente (vide), e também mediante a fé e os sentimentos, mas nunca através da razão. Para ele, a fé indicava uma espécie de conhecimento, alicerçado sobre a certeza imediata que já é a intuição. — Esse tipo de fé (intuição em operação), para ele, era a base de toda a filosofia, das idéias sobre Deus, da ética, da liberdade e do raciocínio teórico. No tocante a Deus, ele negava que as provas de sua existência possam ser encontradas naquilo que ele chama de *natureza mecanicista*. A natureza e os atributos de Deus estariam acima do conhecimento humano e da capacidade de descrição do homem, mas a sua existência é percebida intuitivamente por nós. Descobrimos Deus dentro de nós, e não fora de nós.

Escritos Principais. On The Teaching of Spinoza in Letters to Moses Mendelssohn; David Hume on Beliefs ou *Idealism and Realism; Open Letters to Fichte; On the Understanding of Criticism in Reducing the Reason to the Understanding; On Divine Things.*

JACOBITAS

A igreja nacional da Síria é chamada também de **jacobita** devido à circunstância histórica de que Jacob Baradeus e seus seguidores rejeitaram as decisões do concílio de Calcedônia (451 D.C.), produzindo assim uma forma distintiva de cristianismo. Eles representavam a posição monofisista da cristologia. Ver sobre *Cristologia* e *Monofisistismo*, quanto a detalhes. Essa doutrina insistia sobre a unidade das naturezas divina e humana, na pessoa de Jesus Cristo. Na encarnação, a carne humana teria assumido a natureza divina, e a doutrina das duas naturezas de Cristo — a divina e a humana — considerada ortodoxa nas Igrejas Ocidental e Oriental era negada. O concílio de Calcedônia defendeu o conceito da dupla natureza de Cristo. Em sua essência, a doutrina dos jacobitas negava a humanidade de Cristo. O *docetismo* (vide) era outra maneira de cair no mesmo erro.

Jacob Baradeus conseguiu unificar facções dispersas, no tempo dos reinados de Justiniano e de Teodora. Esta última também tinha convicções monofisistas e protegeu Jacob das perseguições que Justiniano, seu marido, queria promover, porquanto assumia uma posição ortodoxa. Quando os islamitas invadiram a Síria, os jacobitas foram deixados quase intactos, sendo-lhes permitido manter suas tradições e seu meio de vida. No presente, esse grupo conta com cerca de duzentos mil membros, sendo governado pelo patriarca de Antioquia, cuja sede fica em Mardin, no Iraque.

JACOPO DA VORAGINE

Suas datas foram 1230—1298. Ele foi um pregador popular, frade dominicano e, finalmente, arcebispo de Gênova, na Itália. Tornou-se conhecido por seus escritos sobre as vidas e lendas dos santos. Esses escritos já tiveram dois títulos, o primeiro *Legendae Sanctorum*, e, depois, *Legenda Aurea*. Para muita gente, através de mais de sete séculos, essa obra tem sido inspiradora. Foi mesmo uma obra popular na Idade Média, primeiro circulando em forma de manuscritos e, finalmente, sob forma impressa, em latim, e então traduzida para cinco idiomas vernáculos, meio século após a invenção da imprensa. Xisto de Siena afirma que da Voragine traduziu a Bíblia inteira para o italiano. Essa reivindicação tanto é defendida quanto é disputada.

JACTÂNCIA

Há cinco palavras hebraicas e três palavras gregas, a saber:

Gadal, «engrandecer-se». Palavra hebraica usada por cerca de cento e dez vezes. Mas apenas por algumas vezes com o sentido de jactar-se. Por exemplo: Eze. 35:13; Isa. 10:15; Dan. 11:36,37.

Halal, «louvar-se». Palavra hebraica usada por mais de cento e sessenta vezes, embora apenas por umas tantas vezes com o sentido de jactar-se. Por exemplo: I Reis 20:11; Sal. 10:3; 44:8; Pro. 20:14; 27:1.

Kabad, «fazer-se pesado» (fazer-se importante). Palavra hebraica usada por mais de cento e dez vezes, embora apenas por algumas vezes com o sentido de jactar-se. Por exemplo: II Crô. 25:19; Pro. 12:9

Amar, «falar sobre si mesmo». Palavra hebraica usada por mais de quatrocentas e cinqüenta vezes, mas apenas por algumas vezes com o sentido de jactar-se. Por exemplo: Sal. 94:4; I Reis 20:5.

Yamar, «exaltar-se». Palavra hebraica usada por duas vezes: Isa. 61:1 e Jer. 2:11. Mas o sentido de jactância aparece só na primeira referência.

Kaucháomai, «jactar-se». Palavra grega usada por trinta e três vezes. Por exemplo: Rom. 2:17,23; II Cor. 5:12; 7:14; 10:8-17; Gál. 6:13,14; Tia. 1:9; 4:16.

Katakaucháomai, «jactar-se contra». Palavra grega usada por quatro vezes. Ver Rom. 11:18; Tia. 2:13,14.

Megalauchéo, «engrandecer-se com palavras». Palavra grega usada apenas em Tia. 3:5.

As várias palavras hebraicas e gregas traduzidas com o sentido de jactar-se, envolvem as idéias de gloriar-se, louvar-se, bendizer-se, embora também possam ser usadas transitivamente e não no reflexivo, quando então também podem ter um bom sentido. Assim, aquele que se jacta de si mesmo, erra; mas aquele que se ufana no Senhor exerce uma forma de louvor a Deus, e age corretamente. Ver Sal. 44:8; II Cor. 7:14. Todavia, os homens podem jactar-se de si mesmos, de outros homens, ou até mesmo da lei, embora falsamente (Rom. 2:17; II Tim. 3:2).

Natureza da Jactância. Quando a jactância é errada, envolve uma confiança equivocada no poder, no sucesso ou nas possessões materiais (Jer. 9:22; Sal. 52:1; 49:7; Deu. 8:11-18). Ousa rejeitar a providência divina, com base no sucesso pessoal obtido (Tia. 4:15,16). Confia em si mesma, e não na graça divina (I Cor. 1:31). A verdadeira retidão é conferida através do método da graça-fé (Tito 3:5); mas os fariseus jactavam-se de que, em si mesmos, muita coisa havia para ser louvada (Luc. 18:9-14). Jactância e ufania são opostos.

As causas psicológicas da jactância são: 1. Um

indivíduo quer ser *reconhecido* em seu valor, por outras pessoas, e sabe que, somente em raras ocasiões os outros haverão de louvá-lo espontaneamente. Isso posto, ele louva-se na presença de outros, na esperança de que vejam seu valor, de acordo com uma sóbria estimativa das coisas. 2. Um homem busca ganhar *confiança* em si mesmo, pelo que formula declarações que o encoragem a atingir esse estado de confiança própria. 3. Um homem quer elevar-se acima de outros, que são seus rivais. 4. Um homem quer *ocultar inadequações*, pelo que se encobre com uma cortina de fumaça de jactâncias.

Objetos de ufania legítima: 1. Deus (Sal. 44:8). 2. A cruz (Gál. 6:14). 3. Os frutos da cruz e suas implicações (Rom. 5:1-3). 4. A generosidade cristã para com nossos semelhantes (II Cor. 9:2,3). 5. Autoridade espiritual (II Cor. 10:8). 6. Experiências espirituais especiais, que ajudam o indivíduo a cumprir sua missão e glorificam a Cristo (II Cor. 10:13,15; 12:11). (B NTI)

JADA

No hebraico, «conhecedor». Esse era o nome de um irmão de Samai, filho de Onã e neto de Jerameel (I Crô. 2:28,32). Ele viveu em cerca de 1450 A.C

JADAI

No hebraico, «Já guia». Mas outros pensam em «judeu». Ele tinha seis filhos que aparecem na genealogia de Calebe (I Crô. 2:47). Alguns poucos eruditos opinam que esse nome refere-se a uma concubina de Calebe, e não a um de seus descendentes do sexo masculino.

JADAI

No hebraico, «amado». Algumas traduções dizem Jadau, «sabedor». Ele pertencia ao clã de Nebo e, durante o cativeiro babilônico, casara-se com uma mulher estrangeira. Ao retornar a Jerusalém, foi obrigado a divorciar-se dela, a fim de que pudessem ser reestabelecidos os costumes religiosos dos judeus. Ver Esd. 10:43. Viveu por volta de 446 A.C.

JADIEL

No hebraico, «unidade de Deus», ou então, de acordo com outros, «Deus dá alegria». Ele era um dos chefes da meia-tribo de Manassés (I Crô. 5:24). Era conhecido como um poderoso guerreiro. Viveu por volta de 612 A.C.

JADO

No hebraico «sua união» (?). Esse era o nome de um gadita, filho de Buz e pai de Jesisai (I Crô. 5:14). Deve ter vivido em algum tempo entre 1093 e 782 A.C.

JADOM

No hebraico, «juiz». Esse era o nome de um meronotita que ajudou a reparar as muralhas de Jerusalém, após o retorno de Judá do cativeiro babilônico (Nee. 3:7). Ele viveu por volta de 445 A.C. Josefo (*Anti.* 8.9) dá esse nome ao homem de Deus (cujo nome não aparece no Antigo Testamento) que foi de Judá até à presença de Jeroboão, a fim de adverti-lo das conseqüências de seu pecado (I Reis 13). Esse homem, por sua vez, é identificado pela tradição judaica com o mesmo *Ido* de II Crô. 9:29. Mais do que isso é impossível determinar.

JADUA

No hebraico, «conhecedor». Nome de duas personagens bíblicas:

1. Um levita que assinou o pacto com Neemias, terminado o cativeiro babilônico, quando da restauração de Israel em Jerusalém (Nee. 10:21). Ele viveu por volta de 445 A.C. Esse pacto significava que agora Israel podia voltar aos caminhos trilhados por seus antepassados, seguindo a lei do Senhor.

2. Um filho de Jônatas, o sumo sacerdote. Ele foi o último dos sumos sacerdotes a ser mencionado no Antigo Testamento (Nee. 12:11,22). Viveu em cerca de 520 A.C. Retornou do cativeiro babilônico com o grupo liderado por Zorobabel. Foi sumo sacerdote durante o reinado de Dario, o persa. Josefo menciona um sacerdote com esse nome, em seu relato da entrada de Alexandre, o Grande, em Jerusalém (*Anti.* 11.8,2) e alguns identificam-no com o sacerdote em pauta. Entretanto, as datas parecem por demais separadas para que isso corresponda à realidade dos fatos, a menos que o homem tenha vivido até uma idade extremamente avançada.

JADUS

Em I Esdras 5:38, um dos livros apócrifos do Antigo Testamento, certos sacerdotes são mencionados, os quais não podiam provar seu direito ao sacerdócio, visto que suas genealogias se tinham perdido. O resultado é que não podiam servir como sacerdotes. *Jadus* foi um desses casos.

JAEL

No hebraico, «cabra selvagem», nome da esposa de Héber, o queneu. A história dela é relatada em Juí. 4:17-22. Sísera, famoso comandante cananeu, levara a pior em uma batalha contra Israel, e estava fugindo. Deixou seu carro de guerra e fugia a pé. Chegando às tendas do povo de Héber, refugiou-se na tenda do próprio Héber. É que não havia hostilidades entre a família de Héber e os cananeus. Os queneus, habilidosos artífices em metais, tinham suprido vários itens de que os cananeus precisavam. Porém, a verdade é que o próprio Héber vivia separado dos outros queneus (Juí. 4:11), e, aparentemente, não compartilhava dos bons sentimentos que Sísera esperava encontrar. Héber estava ausente; mas Jael, talvez não podendo evitar a invasão de sua tenda por parte do general fugitivo, fingiu acolhê-lo amigavelmente. Ela o cobriu com um tapete, ele, estando cansado, não tardou a adormecer. E, enquanto ele dormia, ela lhe tirou a vida, enterrando uma estaca de tenda em sua têmpora. Esse ato foi celebrado no famoso Cântico de Débora, em Juí. 5:24-31, como parte da vitória de Israel sobre os cananeus, que, sob a liderança do seu rei, Jabim, vinham oprimindo os israelitas já por vinte anos.

JAFÉ

Esboço:

I. Informações Gerais
II. Raças Descendentes de Jafé
III. Gráfico Comparativo dos Descendentes de Jafé, Cão e Sem

I. Informações Gerais

No hebraico, «espalhado», com o sentido que «Deus engrandecerá» (Gên. 9:24). Era um dos três filhos de Noé. É difícil dizer qual a sua posição entre os outros dois, porquanto ele é mencionado em último lugar em

trechos como Gên. 5:32; 6:10; 7:13; 9:18,23,27; I Crô. 1:4. Todavia, seus descendentes aparecem em primeiro lugar em Gênesis 10 e I Crônicas 1:5-7. Além disso, o trecho de Gên. 9:22, 24 parece afirmar que Cão, pai de Canaã era o mais jovem dos três. Porém, em Gên. 10:21, temos uma afirmação que pode ser interpretada como se dissesse que Jafé era o segundo, e não o terceiro dos filhos de Noé.

Importantes incidentes em sua vida incluem estes pontos: ele foi uma das oito pessoas que participaram das experiências salvadoras da arca de Noé, durante o período do dilúvio universal. Ver sobre o *Dilúvio*. Terminado o dilúvio, Noé plantou uma vinha; e, colhendo a uva e tomando o vinho, ficou alcoolizado. Cão, o filho mais jovem de Noé, quebrou uma rígida lei moral da época, que proibia um filho de ver a nudez de seu pai. Em seu estupor de alcoolizado, Noé jazia nu em seu leito, e Cão observou a cena, divertido. Ao que parece, ele contou o acontecido a seus dois irmãos; e eles, horrorizados diante da infração, entraram de costas onde jazia Noé, e cobriram-no com alguma coisa (Gên. 9:20-27). Quando Noé despertou e ficou sabendo do ato de Cão, lançou sobre ele uma maldição (—que, na verdade, recaiu sobre seu neto, Canaã, filho de Cuxe); mas abençoou a Sem e a Jafé, que haviam respeitado a sua nudez. Os descendentes de Sem e Jafé haveriam de prosperar; mas os descendentes de Cão, através de Canaã, haveriam de ser escravos dos descendentes daqueles.

Alguns intérpretes têm pensado que essa maldição fez de Cão um negro, o que explicaria por que, até os fins do século passado, muitos negros foram escravizados. Porém, isso é ler no texto sagrado o que não está ali escrito, além de ser uma tentativa de encontrar na Bíblia um texto que sirva de prova para a instituição cruel da escravatura. Na verdade, porém, as mais diferentes raças e indivíduos já foram escravizados no passado; e a escravidão negra é um fenômeno relativamente recente. A Bíblia, por sua vez, não nos fornece qualquer explicação de como surgiu a raça negra. O mais provável de tudo é que se trate de uma das potencialidades da raça humana, uma das variações possíveis dentro de uma espécie — a espécie humana. Sabemos que as condições de clima podem causar tanto o enegrecimento quanto o embranquecimento da pele; mas é totalmente impossível que essas condições justifiquem tudo, em face da cronologia bíblica depois do dilúvio ser tão curta. Lembremos que o dilúvio é situado em cerca de 2400 A.C.! Acresça-se a isso que a raça negra possui características físicas, excluída a questão da cor da tez, que não podem ser explicadas por qualquer processo físico normal de que tenhamos conhecimento. Certas coisas terão de permanecer um mistério. Por outro lado, a teoria da evolução, que alguns consideram uma possível explicação alternativa, também se vê a braços com dificuldades intransponíveis, quando se lança à explicação de coisas como essa.

O que se sabe é que os cananeus da época de Josué foram subjugados e que as suas terras lhes foram tomadas pelos israelitas invasores; e podemos supor, com muita razão, que isso cumpriu, pelo menos em parte, a maldição lançada por Noé.

A predição da propagação dos descendentes de Jafé por muitos territórios cumpriu-se à risca, embora muitos eruditos disputem quanto a como isso aconteceu exata e detalhadamente. Os estudiosos liberais supõem que questões dessa ordem revestem-se de pouco valor genealógico real, e que é impossível que raças tão diversas, com suas distintas qualidades, poderiam ter descendido de um único genitor, dentro do tempo alocado pela genealogia bíblica. Pela fé, os eruditos conservadores levam a sério as genealogias constantes na Bíblia, embora também não contem com qualquer explicação, científica ou não, para justificar a grande diversidade de raças que acabou surgindo na terra. Novamente, entramos em mistérios insondáveis.

II. Raças Descendentes de Jafé

As informações que os intérpretes nos fornecem a esse respeito diferem grandemente entre si. A Bíblia informa-nos que ele foi o pai de Gômer, Magogue, Javã, Tubal, Meseque e Tiras (Gên. 10:2 e I Crô. 1:4). Isso faria de Jafé o genitor das raças caucasianas e indo-européias, além de outras. O trecho de Gên. 10:2 *ss* também nos dá a impressão de que seus descendentes migraram para as terras em redor do Mediterrâneo («as ilhas das nações», em Gên. 10:5). Certas tradições árabes faziam de Jafé um dos antigos profetas; e, na enumeração dos seus filhos, faziam dele o pai dos gin ou dshin (os chineses); os seklab (os eslavos); e os manchurges, os gomaris (os turcos) os calages, os gozar, os rôs (os russos); os sussans, gaz ou torages (?)

As tremendas diferenças físicas das raças sinotibetanas são tão difíceis de explicar como aquelas que caracterizam as raças negras, e pelas mesmas razões. Naturalmente, os cientistas modernos atribuem as diferentes raças humanas a mutações genéticas, e não meramente a influências climáticas, supondo que o ser humano já exista há mais de um milhão de anos, e não a algo parecido com seis mil anos. Alguns desses cientistas pensam que várias raças devem sua existência a diferentes antepassados animais, pelo que nem todos os ramos da humanidade descenderiam de um mesmo e único genitor, Adão. Naturalmente, o ensino bíblico não concorda com isso. Paulo deixou bem claro: «O Deus que fez o mundo e tudo o que nele existe... de um só fez toda raça humana...» (Atos 17:24-26).

Para os evolucionistas, as grandes diferenças raciais entre os seres humanos só podem ser explicadas em termos evolutivos. A teoria da evolução das espécies parece oferecer uma explicação lógica, excetuando a questão das origens absolutas; mas, sob um exame mais detido, apresenta muitas dificuldades, porquanto nenhum argumento convincente pode transpor um prodigioso salto evolutivo que poderia levar um ser humano a deixar o mundo dos animais irracionais para ingressar no mundo dos homens racionais e dotados de uma alma eterna. Além disso, se há variantes dentro de uma mesma espécie (por exemplo os cães), nunca se conseguiu comprovar que uma espécie qualquer seja capaz de evoluir de outra, e daí evoluir ainda para uma outra. E, quando há variações, a tendência é sempre voltar ao tipo original, seguindo as leis genéticas de Mendel, e jamais progredir para outra espécie, deixando para trás a espécie supostamente original. Novamente, pois, chegamos a mistérios insolúveis. E a Bíblia em nada pode ajudar-nos quanto a essas questões, pois não foi escrita para revelar questões dessa natureza, e, sim, como o homem pode corrigir seu relacionamento com Deus e seus semelhantes. Ver ainda o artigo intitulado *Antediluvianos*, que aborda os problemas da antiguidade da raça humana, em maiores detalhes.

Identificações Tentativas das Raças Associadas a Jafé:

Povos Antigos

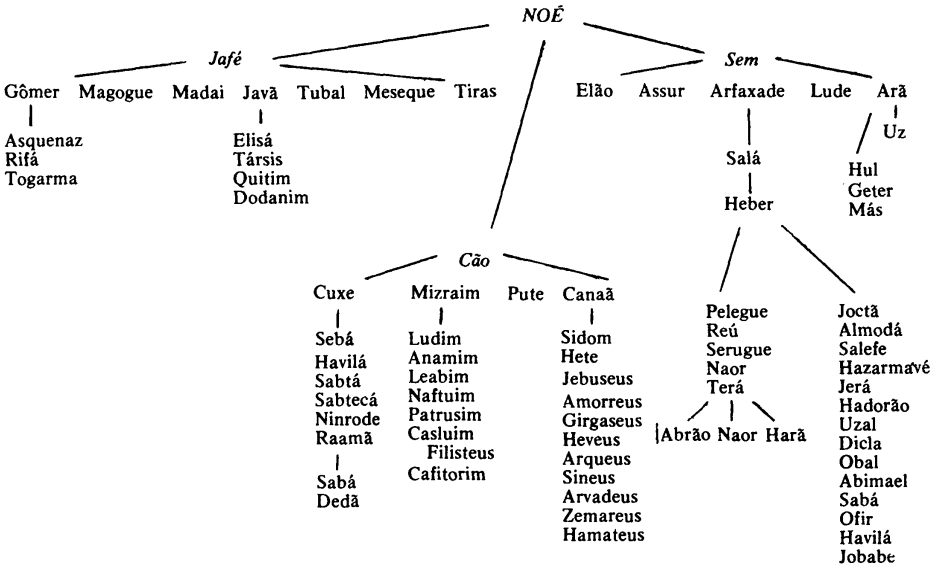
Gômer: os antigos cimérios; *Magogue*: os diversos

povos mongóis; *Madai*: os medos e persas; *Javã*: os gregos; *Tubal* e *Meseque*: povos da porção oriental da Turquia e do centro norte da Ásia; *Tiras*: os «tirsenoi» das ilhas do mar Egeu, talvez incluindo os etruscos.

À medida que esses povos se foram multiplicando, foram ocupando áreas geográficas cada vez mais distantes do ponto de onde todos se irradiaram, após a torre de Babel. «...ali confundiu o Senhor a linguagem de toda a terra, e dali os dispersou por toda a superfície dela» (Gên. 11:9). Naturalmente, nessa dispersão não devemos incluir somente os descendentes de Jafé, mas também os de Cão e os de Sem, embora a tendência dispersiva fosse maior entre os descendentes de Jafé, segundo também o seu nome indica. Os descendentes de Gômer, para exemplificar, com a passagem do tempo, podiam ser encontrados em uma faixa que ia desde o que é hoje o norte da Índia até à porção mais ocidental da Europa, incluindo, entre outros, os *celtas* (vide) e os *germânicos* (vide), estes últimos, descendentes de Asquenaz, um dos filhos de Gômer.

III. Gráfico Comparativo dos Descendentes de Jafé, Cão e Sem

Escrituras envolvidas: Gênesis 10:1-32; 11:11-26 e I Crônicas 1:4-27.



JAFLETE

No hebraico, «aquele a quem Deus livra». Ele era filho de Héber, filho de Aser. Foi pai de três filhos e de uma filha (I Crô. 7:32,33). Viveu em torno de 1856 A.C., mas, conforme outros, tão tarde quanto 1658 A.C.

JAFLETI

Essa localidade, cujo nome tem um sentido desconhecido, é mencionada somente por uma vez em todo o Antigo Testamento, em Jos. 16:3, dentro do contexto da determinação das fronteiras de Manassés e Efraim, tribos descendentes de José. A forma da palavra, no original hebraico, indica um adjetivo pátrio, «jafletitas»; mas a nossa versão portuguesa preferiu traduzir como se essa fosse a designação de uma cidade ou aldeia, Jafleti.

••• ••• •••

JAFLETITAS

Parece que um ramo dos descendentes de Jaflete estabeleceu-se ao longo da linha fronteiriça entre as tribos de Efraim e Dã (Jos. 16:3). Porém, alguns estudiosos pensam que esse nome se refere a um dos povoados cananeus originais. Após a divisão da Terra Prometida, o território foi alocado aos descendentes de José. Ficava perto da fronteira de Efraim, perto de Bete-Horon.

JAGUR

No hebraico, «estalagem». Nome de uma cidade no sul de Judá (Jos. 15:21). Ficava perto da fronteira com Edom, embora não se saiba qual o local exato.

JAIMINI

Autor da obra **Mimamsa Sutra** (vide). Essa obra foi composta em cerca de 400 A.C. Um dos seis sistemas ortodoxos do *hinduísmo* (vide), chamado *Purva*

Mimamsa (vide), usava a *Mimamsa Sutra* como seu documento sagrado básico.

JAINISMO

Esse nome vem do sânscrito, **jaina**, que significa «vitorioso». O jainismo e o materialismo charvakan são considerados os dois principais sistemas heterodoxos religiosos e filosóficos do hinduísmo (vide). O jainismo é uma fé religiosa e uma filosofia nativa da Índia. No século VI A.C., o jainismo e o budismo emergiram do hinduísmo como religiões separadas. Ambas surgiram, em parte, como uma reação contra os conceitos então correntes sobre a divindade, inclinando-se mais na direção do não-teísmo. Ambas ensinam que a salvação (*moksha*) pode ser obtida através dos próprios esforços do indivíduo, sem a necessidade de se buscar continuamente o auxílio dos deuses.

Informes históricos dão conta de que essa fé existia em Magadá, no norte da Índia, desde os séculos VI e V da era cristã. Suas doutrinas fundamentais foram ensinadas por Vardhamana Mahavira. Esse homem buscava a iluminação espiritual de modo muito intenso e depois de treze anos de vida ascética, quando estava com cerca de quarenta e três anos de idade, atingiu a iluminação buscada. Durante outros trinta anos foi um poderoso mestre de suas idéias. Duzentos e cinqüenta anos antes, o mestre Parshva tinha ensinado conceitos que influenciaram no desenvolvimento do jainismo. Ele fundou uma ordem que requeria que os monges fizessem quatro votos básicos: 1. Não prejudicar a qualquer criatura viva. 2. Ser sempre veraz. 3. Nada furtar. 4. Não possuir qualquer propriedade. Mahavira adicionou a esses votos o voto de celibato, além de exigir uma vida ainda mais ascética. O termo *jaina*, «vitorioso» (sobre as desgraças e as vicissitudes da vida) foi outorgado aos mestres desse movimento histórico, de onde temos a derivação do nome *jainismo*. Os *jainas* eram o equivalente aos «santos» do catolicismo, sendo venerados pelos membros da fé que fundaram. Parshva e Mahavira são considerados por essa religião como os últimos dos vinte e quatro grandes líderes religiosos do mundo. Eles também são chamados de *tirthamkara* (ou *tirthakara*), isto é, «atravessador de vau», alguém que ajuda as pessoas a atravessarem o perturbado oceano da vida.

O cânon das sagradas escrituras do jainismo, compostas na língua ardhamagadhi, foi transmitido oralmente, e os documentos escritos aparentemente perderam-se no século III D.C. A tradição oral, segundo dizem, teria sido reescrita em 454 D.C. Uma característica distintiva dessa fé é que ela rejeita a autoridade dos *Vedas* (vide), com seu panteão e suas cerimônias, além de rejeitar o sacerdócio brâhmane. Esses elementos fazem parte de sua postura heterodoxa.

Idéias:

1. A *salvação* deve ser obtida mediante um rígido auto-esforço, com a observância de práticas ascéticas. *Três jóias* ajudariam nesse processo: o conhecimento, a fé e a conduta correta. Isso conduziria à liberação final do espírito.

2. O *renascimento* e o *karma* (vide) são as principais doutrinas desse sistema. A salvação libera a alma dos ciclos de novos nascimentos, até ser atingido o perfeito conhecimento. Esse ideal, para nós, os cristãos bíblicos, é atingido quando a pessoa aceita a Cristo como seu Salvador. Isso posto, se a reencarnação é uma realidade, o ciclo termina para o crente, que, em Cristo, achou a sua perfeição! Mas não cremos em reabsorção e perda da identidade individual!

3. *Conhecimento*. Essa fé religiosa é dominada pelo princípio do *Syadvada*. Esse termo significa «talvez», dando a entender que todo conhecimento humano é meramente provável, e sempre parcial.

Aspectos do Conhecimento. a. O conhecimento ordinário, por meio da memória, do reconhecimento, da indução. b. O conhecimento por meio dos sinais e símbolos que envolvem a associação de idéias, a compreensão e certos aspectos do sentido das coisas. c. A clarividência, o conhecimento à distância, por meios psíquicos. d. A telepatia, o conhecimento dos pensamentos alheios. e. O conhecimento perfeito, que só chega por meio da salvação, e que anula o conhecimento humano, alicerçado sobre o «talvez».

4. *Visões da Realidade, ou Naya*. Poderíamos ver a realidade de sete ângulos diferentes: a. figurado, não-literal; b. geral, como no conceito de classes; c. distributivo, com discriminação de subclasses, ordens ou tipos; d. condição ativa; e. descrições por meio da linguagem; f. descrições específicas, mediante as quais qualquer coisa é descrita em termos exatos e delimitadores; g. descrição ativa, segundo a qual um nome ou termo é compreendido através do exame das suas atividades.

5. *Não-Teísmo*. Esse sistema filosófico religioso não tem qualquer Deus formal, embora as almas liberadas adquiram uma estatura que poderia ser reputada como divina.

6. *Cosmologia*. O universo é eterno e se move passando por ciclos contínuos de ascensão e declínio. Chega-se assim a uma estado ideal; mas, então, o declínio conduz a alma ao seu oposto, um ponto extremamente inferior. Isso posto, haveria ciclos que vão de zênite ao nadir, e daí de volta ao zênite e ao nadir, interminavelmente. O universo não contaria com qualquer Deus supremo, criador e sustentador; mas contaria com divindades secundárias. E o universo operaria sob o impulso de meras forças mecânicas.

7. *Classificação das Essências ou Seres*. Todas as entidades são chamadas *almas*, e todas elas estariam em estado de transmigração. a. Os *nigoda* seriam seres ou essência sem qualquer percepção de sentidos, pelo que seriam inferiores até mesmo a coisas como pedras, minerais, etc. Talvez eles estivessem aludindo aos elementos atômicos, que, em si mesmos, não são entidades. b. Seres dotados de um único sentido, o do tato, seriam coisas como a água, a pedra, o fogo, os minérios, as raízes comestíveis das verduras. c. Seres dotados de dois sentidos, o do tato e o do paladar, também seriam capazes de alguma capacidade de comunicação, como os vermes. d. Os seres dotados de três sentidos, do tato, do paladar e do olfato, seriam os insetos, como as vespas, os escorpiões e os mosquitos. e. Os seres dotados de cinco sentidos, incluindo aqueles que vivem nos mundos infernais, os animais superiores, o homem e os habitantes dos mundos celestiais. Alguns seres dessa última classe também possuiriam a qualidade adicional da mente.

8. *O Destino da Alma*. A alma, uma vez liberada dos ciclos da *reencarnação* (vide), atinge a verdadeira imortalidade, uma espécie de condição divina, com fantásticos atributos, como a onisciência. As poucas almas que teriam atingido esse estado são veneradas, templos são erigidos em sua honra, e tornam-se modelos que devem ser seguidos pelos homens mortais. A veneração a essas almas inclui o uso de imagens. Cerca de dois milhões de pessoas são adeptas dessa fé do jainismo.

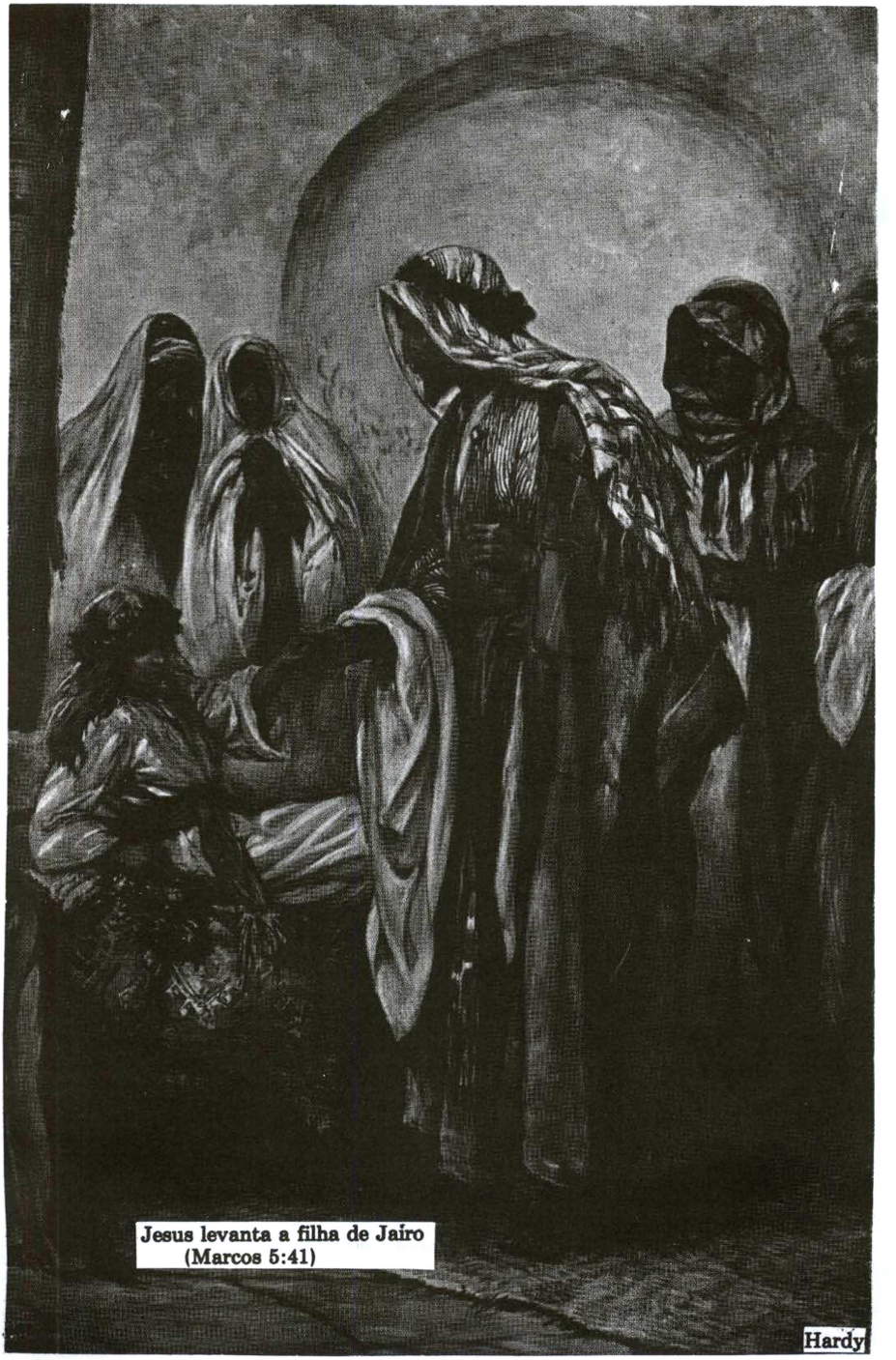

Jesus levanta a filha de Jairo
(Marcos 5:41)
Hardy



Foto por Alistair Duncan

Vista do Monte Hermom

JAIR

No hebraico, «iluminador», ou então «Yahweh ilumina». Esse é o nome de quatro personagens referidos no Antigo Testamento, a saber:

1. Um filho de Segube, da tribo de Manassés (pelo lado de sua mãe) e da tribo de Judá (pelo lado de seu pai). Tornou-se conhecido por sua expedição bem-sucedida contra o reino de Basã, o que parece ter estado vinculado à conquista do território a leste do rio Jordão. Finalmente, ele se estabeleceu naquela parte da Argobe que fazia fronteira com Gileade. Nessa região havia vinte e três aldeias, coletivamente chamadas de Havote-Jair, ou seja, «aldeias de Jair». Ver Núm. 32:41; Deu. 3:14; Jos. 13:30; I Crô. 2:22; I Reis 4:13. Ver o artigo separado sobre *Havote-Jair*. Suas datas são disputadas, mas alguns têm sugerido cerca de 1450 A.C.

2. Um outro Jair foi o oitavo dos juízes de Israel. Ele era natural de Gileade, no território de Manassés, na Transjordânia. Pode-se supor que ele descendia do Jair descrito acima. Governou durante vinte e dois anos, com grande conforto e riquezas materiais. Tinha trinta filhos que montavam em trinta jumentos, e também tinha trinta cidades, a Havote-Jair, mencionada no parágrafo acima. Essas circunstâncias têm levado alguns estudiosos a confundi-lo com o Jair mencionado no primeiro ponto, acima. Ver Juí. 10:3,5. Alguns eruditos defendem a identidade, mas parecem ter vivido em tempos distintos. Viveu em cerca de 1180 A.C.

3. Um benjamita, pai de Mordecai, tio de Ester (Est. 2:5). Viveu em cerca de 518 A.C., e desempenhava o papel de protetor de Ester.

4. O pai de Elanã, um dos heróis do exército de Davi. Elanã matou Lami, irmão de Golias (I Crô. 20:5). Seu nome aparece com a forma de Jaaré-Oregim, em II Sam. 21:19, o que, segundo muitos estudiosos, envolve um erro escribal. Aquele versículo também contém a falsa informação de que foi ele quem matou o gigante Golias, o que tem dado muita dor de cabeça aos harmonistas, uma atividade desnecessária, posto que a nossa fé não repousa sobre a letra, mas sobre o Espírito, que ensina à alma. Jair viveu em algum tempo antes de 1018 A.C.

JAIRITA

No hebraico, «de Jair», ou seja, um de seus descendentes. Esse adjetivo é aplicado a Ira, um sacerdote da época de Davi. O Jair em questão, mui provavelmente, é o primeiro na lista dos quatro desse nome, mencionados no artigo intitulado *Jair*. Ver Núm. 32:41 e Deu. 3:14.

JAIRO

No grego, **Iáeiros**, provavelmente uma transliteração do termo hebraico correspondente, que foi nome de várias personagens do Antigo Testamento. Ele foi chefe de uma sinagoga, cuja filha foi ressuscitada pelo Senhor Jesus. O relato da ocorrência foi registrado em Mar. 5:22-43; Luc. 8:41-56 e Mat. 9:19-26. O nome do homem é dado somente por Marcos. No hebraico, esse nome significa *Yahweh ilumina*. Cada sinagoga usualmente contava somente com um «chefe» (no grego, *archisunágogos*), cujos deveres consistiam em dirigir a adoração que ali se efetuava, selecionando aqueles que haveriam de iniciar as orações e as leituras das Escrituras. Contrariamente ao que geralmente ocorre, o relato de Marcos é o mais detalhado, enquanto que os outros dois evangelistas sinópticos condensaram a sua narrativa.

A História de Jairo no Novo Testamento

Mar. 5:22: *Chegou um dos chefes da sinagoga, chamado Jairo e, logo que viu a Jesus, lançou-se-lhe aos pés.*

1. *Arriscou sua reputação.* Esse homem arriscou sua reputação ao *aproximar-se* de Jesus, já que desde há muito os conflitos e controvérsias com os líderes religiosos tinham começado, dando a Jesus o aspecto de um poderoso agitador herege. Mas sua necessidade era grande, e ele ignorou a política. Devido à sua coragem, seu nome tornou-se imortal, por haver entrado em contacto com Jesus. Ele se serviu de uma das muitas janelas do N.T. através das quais vemos algo da glória do Senhor Jesus. Jairo, juntamente com outros, ilustra aqueles dotados de mente aberta o suficiente para aprenderem algo. Ele ignorou os dogmas que se opunham a Jesus e experimentou o poder de Cristo, querendo saber se ganharia ou não algo com ele. Jairo veio *ver* Jesus. Outros o ignoravam ou criticavam.

2. *Vinho novo.* Jesus trouxera o *Vinho Novo* que não podia ser contido em «odres velhos». Jairo estava pronto a tornar-se um odre novo, a fim de conter o vinho novo. Jairo nos anuncia esta mensagem: «Conserva aberta a tua mente», para que teu crescimento espiritual aumente. E isso porque a mente fechada pelos dogmas e pelas restrições denominacionais somente dificultam o avanço espiritual. Jairo também representa a «necessidade humana». Ele tinha uma «filha» em necessidade, que precisava da atenção de Jesus, pois o caso dela era extremamente grave. Todos nós temos, em nossas vidas, as nossas «filhas» que precisam da ajuda de Jesus.

3. *Autoridade de Jairo: «um dos principais da sinagoga».* O grego traz o plural, «sinagogas». Porém, o mais provável é que aquele homem era um dos principais líderes de uma única sinagoga, embora seu «ofício» fosse válido para todas as sinagogas. O grego, «*archon*», significa «chefe-líder», alguém encarregado dos negócios gerais daquela instituição. O «archisunagogon» talvez fosse indivíduo que não conduzisse a adoração pública, mas que arranjasse as coisas para os outros fazerem, que cuidava das questões materiais e financeiras da sinagoga. Mas deve-se notar que Mateus chama Jairo de «archon»; e Lucas usa os dois títulos intercambiavelmente; pelo que é difícil fazer qualquer distinção válida entre eles, com base neotestamentárias.

4. *Em Mateus*, o homem *adora* a Jesus. Em Marcos, ele se lança a seus pés, detalhes com os quais os autores sagrados queriam indicar a natureza messiânica autêntica de Jesus, pois, de outro modo, tais atos estariam fora de Lucas.

Mat. 9:18: *Enquanto ainda lhes dizia essas coisas, eis que chegou um chefe da sinagoga e o adorou, dizendo: Minha filha acaba de falecer; mas vem, impõe-lhe a tua mão, e ela viverá.*

(Mar. 5:21-24; Luc. 8:42-48). «Chegou». Aparece nas traduções AC e IB, baseadas nos mss SV Gamma Delta Fam Pi; «entrou», aparece nos mss Aleph(4) CDE MX; «aproximando-se», aparece na tradução AA, baseada nos mss Aleph(1) BC(3) FGLU, e sem dúvida é a palavra original do evangelho.

5. *Chamado em Mateus, «chefe».* Oficial da sinagoga. (Marcos diz: «um dos *principais da sinagoga*, chamado Jairo»—Mar. 5:22). Provavelmente foi um dos homens que solicitaram a ajuda de Jesus para que este curasse o criado do centurião (ver Mat. 8:5-13). Sem dúvida Jairo ficou bem impressionado com o milagre que vira naquele caso. Agora, estando

em situação desesperadora (a filha já morrera ou estava moribunda; segundo Marcos, «está à morte»; segundo Lucas «estava à morte»). Provavelmente o autor assim escreveu por conhecer bem o caso, e soubesse que quando Jesus chegou à casa de Jairo, a filha deste já tinha falecido. Por isso escreveu: «faleceu agora mesmo».

«*Viverá*». Não pode significar «continuará viva», e, sim, que o chefe antecipava a ressurreição de sua filha, a volta de sua vida perdida.

«*Impõe a tua mão*». Ver nota sobre o toque que cura, em Mat. 8:3 no NTI.

Nota-se que o autor deste evangelho omite a mensagem enviada pelo chefe, de sua casa, anunciando a morte da jovem (Mar. 5:35 e Luc. 9:49), e isso, naturalmente, porque já declarara a filha morta. Parece que o autor apresenta um resumo do incidente, omitindo alguns detalhes.

6. *Em Lucas*. Lucas fornece detalhes como a idade da jovem (*doze anos*), bem como o fato de ser filha *única* (Luc. 9:42). Sem dúvida ficou sabendo os detalhes ao fazer investigações próprias sobre as ocorrências da vida de Jesus, a fim de escrever um evangelho convincente. É possível que tenha recebido essa informação dos próprios pais da jovem (ver Luc. 1:1-4). Ver o artigo sobre a *Historicidade Dos Evangelhos*.

7. *O termo grego «archon»* aqui traduzido como «chefe», podia ser aplicado a diversos tipos de oficiais. Provavelmente, neste caso, refere-se ao dirigente da sinagoga, o que explica a seleção da tradução «chefe». Essa palavra podia indicar simplesmente o dirigente de uma comunidade local, que também podia ser um dos anciãos, se essa comunidade fosse judaica.

8. *A sinagoga de Cafarnaum* foi recentemente descoberta. É a única sinagoga do 1º século que a arqueologia tem conseguido desenterrar. Ver sobre *Sinagoga*, seção V, onde esta descoberta está descrita.

JALÃO

No hebraico, «aquele a quem Deus oculta». Era filho de Esaú e Aolibama, e veio a tornar-se um dos chefes dos idumeus. Gên. 36:5,14,18; I Crô. 1:35. Viveu por volta de 1740 A.C.

JALOM

No hebraico, «residente», «habitante». Ele era filho de Esdras, mencionado na genealogia de Judá (I Crô. 4:17). Viveu em torno de 1618 A.C.

JAMBRES

Ver sobre **Janes e Jambres**.

JAMBRI

Esse nome não figura nas páginas do Antigo Testamento canônico, mas somente em I Macabeus 9:36-41, onde figura como uma das cidades dos moabitas, embora, originalmente, fosse a designação de uma tribo que proveio de Medeba. Nessa passagem de I Macabeus somos informados de que essa gente tomou João, irmão de Jônatas, o líder macabeu dos judeus rebelados, e levou a ele e às suas possessões. Jônatas e Simão vingaram-se desse ultraje emboscando um grupo dos filhos de Jambri que estavam ocupados em uma festa de casamento, tendo morto a muitos e tendo levado todas as suas possessões.

••• ••• •••

JAMES, WILLIAM

Suas datas foram 1842-1910. Ele foi um médico norte-americano, além de psicólogo e filósofo. Nasceu em Nova Iorque. Educou-se na Universidade de Harvard, onde, mais tarde, tornou-se professor. Descendia de uma família ilustre. Tinha um irmão novelista, Henry James. Seu pai, Henry James Sr. foi um bem conhecido teólogo swedenborgiano. William James, por sua vez, ensinou medicina, e, posteriormente, psicologia, em Harvard. Na verdade, não tinha credenciais acadêmicas no campo da filosofia, mas era homem que muito lia e era dotado de grande experiência, e foi assim que também veio a tornar-se professor de filosofia, em Harvard. Deixou marcas permanentes nos campos da psicologia, da parapsicologia (antes mesmo dessa ciência ser assim chamada), do misticismo e da filosofia. Embora não tivesse cunhado a palavra *pragmatismo* (o que foi feito por Peirce), foi ele quem popularizou o termo, tendo-se tornado um dos principais filósofos pragmáticos. Foi até mesmo capaz de injetar essa posição em sua visão religiosa da vida, com alguns resultados interessantes e frutíferos. Para ele, a lógica era um instrumento forjado pela vida e pela experiência diária. E todas as operações intelectuais eram por ele vistas como se derivassem sua importância do *sucesso* que as mesmas tivessem na concretização de propósitos práticos. Todavia, suas investigações práticas acabaram convencendo-o sobre a realidade e sobrevivência da alma humana, diante da morte biológica. Seu empirismo radical começou como uma teoria psicológica, e terminou como uma metafísica um tanto incompleta. Mas, embora essa sua metafísica tivesse ficado incompleta, quando morreu, deixou sugestões frutíferas quanto a modos de investigação, nesse campo, que até hoje continuam sendo utilizados.

Em certo sentido, a filosofia de William James emergiu das tensões entre a sua dedicação às ciências e o poder de atração que ele sentia pela fé religiosa. Ele procurava um modo de pensamento filosófico que pudesse unificar esses dois pólos.

Idéias:

I. No Tocante aos Princípios da Psicologia

1. Ele combinava um completo empirismo com uma abordagem funcional e biológica, juntamente com uma intensa introspecção. As questões metafísicas só começaram a ser ventiladas por ele um tanto mais tarde.

2. A *consciência* era tida por ele como um fluxo de idéias e impressões, em parceria com a memória. O *presente ilusório* era uma expressão que ele costumava usar para referir-se à real duração da consciência, que contém o passado e parte do futuro. Ele supunha que deve haver no homem e em sua consciência uma certa unidade orgânica, a fim de satisfazer aquilo que sabemos a seu respeito.

3. *A teoria James-Lange sobre as emoções*. Ele ensinava que os sentimentos são uma condição do corpo, originando-se no mesmo. Segue-se daí, em vez de proceder dessas condições. A consciência seria uma função, e não uma entidade. Todavia, suas experiências místicas posteriores levaram-no a reverter esse ponto de vista.

II. No Tocante aos Interesses Religiosos

1. *A vontade de crer*. As grandes questões da vida não nos podem permitir assumir posições de neutralidade. Para evitar essa insensatez, somos inspirados a crer *para além* das evidências, embora de uma maneira sugerida por essas evidências. A nossa

preferência em crer faz parte dessas evidências. Em um sentido universal, essa *vontade de crer* tem feito parte da história humana e explica muitas das crenças que os homens aceitam como se fossem a própria verdade. Os céticos, naturalmente, exercem a atitude contrária: a vontade de ***não-crer***, o que é o mesmo que decidir negativamente. Portanto, com freqüência, os céticos não permitem que as evidências falem por si mesmas, rejeitando as idéias que lhes são sugeridas, decepando assim possíveis ganhos de conhecimento, meramente porque a certeza absoluta não está ao alcance deles. Encontramos um bom exemplo dessa atitude no tocante às pesquisas no campo da parapsicologia. Embora grande acúmulo de evidências já se tenha conseguido, mostrando o lado espiritual do homem, através de capacidades psíquicas e espirituais de que o homem é dotado, e, por intermédio disso, a realidade da existência e da sobrevivência da alma diante da morte biológica, os céticos requerem condições de teste cada vez mais exigentes, negando sempre a validade das descobertas que, como é óbvio, falam em favor da natureza espiritual do homem. Os céticos, pois, sentem a necessidade de subestimar as evidências colhidas e suas implicações, ao mesmo tempo em que os crentes, dando um salto em sua fé, mostram a tendência de superestimar as evidências. Isso posto, confiando no homem como um poder criativo, William James supunha que a sua crença era capaz de produzir a realidade, e não meramente de refletir a realidade como uma entidade estagnada.

2. Seu livro, intitulado «Variedades de Experiências Religiosas», aborda as experiências místicas e suas reivindicações. James chegou à conclusão de que há um aspecto nas experiências humanas que merece ser investigado, embora ultrapasse à razão, conferindo-nos uma base para crer na existência da alma e em sua sobrevivência diante da morte física, além de nos dar um ângulo diferente de considerarmos a atual natureza humana e suas potencialidades. A *unidade* das experiências religiosas (sem importar as culturas e as denominações porventura envolvidas) justifica a crença de que várias declarações importantes da fé religiosa são, realmente, verazes.

III. A Busca Pela Unidade de Conceitos

1. Os interesses de William James eram muito amplos, e até mesmo potencialmente contraditórios. Contudo, ele buscava um modo de unificar seus interesses científicos com seus instintos religiosos. Ele encontrava valor nas experiências místicas e mesmo extraordinárias das pessoas religiosas. Sua busca pela unidade era uma das forças por detrás de sua escolha do *pragmatismo* (vide) como uma maneira de pensamento que expressasse as suas idéias. As experiências religiosas, longe de contradizerem a verdade (conforme alguns cientistas têm pensado), na realidade são uma questão vital e prática para muitas pessoas. Todavia, a leitura dos escritos de William James certamente revelam que ele percebia maior realidade nas experiências religiosas do que se fossem meras ajudas que levam as pessoas a viver melhor, de maneiras eminentemente práticas e frutíferas. A sua doutrina do salto de fé, ou seja, da vontade de crer, acerca do que já falamos, indicava que temos razão em ir além das evidências, porquanto as evidências subentendem, e não meramente provam. Algumas vezes, segundo ele, é sábio e prático confiarmos em implicações, e não meramente em provas.

2. Não obstante, William James era um verdadeiro pragmático, embora estranho, com sua esquisita mescla de psicologia, ciências biológicas e fé religiosa. Juntamente com Peirce, ele concordava que uma idéia é boa quando obtém conseqüências práticas. É mister que uma boa idéia tenha algum *valor comercial*, algo com que contribua para o bem da humanidade.

3. *A verdade em graus variados*. William James reconhecia graus na verdade. A verdade modifica-se e desenvolve-se com a passagem do tempo. Se existem verdades fixas, essas são as verdades de Deus. Para o homem, a verdade está em um estado de fluxo constante; e os valores de qualquer verdade, em qualquer momento, dependem de suas conseqüências práticas. Apesar disso, Tiago não se reduziu à aposta de Pascal, de acordo com a qual apostamos que Deus e a alma existem, porquanto, se assim fizermos, teremos ganho algo; e, se não existirem, não teremos perdido coisa alguma. E então passaríamos a viver de acordo com a opinião vencedora. Bem pelo contrário, James parecia perfeitamente seguro de que viver em consonância com as crenças teístas, e confiar na existência da alma, tem grandes taxas de probabilidade de estarem perfeitamente apoiadas sobre a verdade, de modo a formar isso uma certeza, e não meramente uma chance.

4. James tinha fé no conceito que diz que não pode ser verdade que o homem está vivendo em um mundo caótico, e que este mundo não seria um lugar razoável para o homem aqui viver. Ele fazia seu caso depender da crença teísta, porquanto essa fé lhe parecia mais razoável, dando ao homem uma atitude prática e produtiva para inspirá-lo na vida, dotado de um código moral que possa seguir. Logo, ele rejeitava o ateísmo como uma idéia improdutiva e antiprática.

5. *Testes da Verdade*. a. Uma idéia deve ter coerência teórica em seu favor; b. deve contar com algum apoio nos fatos; quanto à fé religiosa ele satisfazia-se, no tocante a essa exigência, com as experiências místicas e ordinárias dos crentes, boas para suas vidas e dotadas de conseqüências benéficas; c. uma idéia também deve contar com poderes psicológicos práticos, ou seja, com «algo em que se possa apoiar», que nos ajude a viver a vida diária.

6. *O Pluralismo*. O mundo constituir-se-ia de muitas entidades e realidades. Não é algo absolutamente unificado, embora mantendo uma espécie de associação de realidades. Isso deixa espaço para a liberdade humana. Ver sobre o *Livre-Arbítrio*. Ver também a doutrina contrária, o *Determinismo*.

7. *Estar com a razão* não é um absoluto para os homens, o que também sucede no caso da *verdade*. A *ética* consistiria em descobrir, mediante a experiência, o que é melhor, em termos de conseqüências.

8. William James parecia acreditar em uma espécie de teoria de *duplo aspecto* que envolvia as relações entre a mente e o corpo. Ver sobre o *Problema Corpo-Mente*. A realidade que é uma unidade, organiza-se em matéria e espírito (mente). Nessa manifestação encontramos um *dualismo* (vide); mas, por detrás dessa dualidade haveria uma unidade. Sua obra convencera-o psicologicamente da realidade da alma humana e de sua sobrevivência diante da morte biológica. Ele acreditava na comunhão das mentes em um mundo em que todas as coisas são compartilhadas em comum.

9. *A realidade maior*. As mentes (ou almas) humanas podem compartilhar entre si de um mundo mental ou espiritual, com objetos em comum. Porém, acima da nossa consciência pode haver uma consciência ainda maior, da qual fazemos parte, uma consciência cósmica, da qual a consciência humana faz parte. James sentia a força do *pampsiquismo* (vide), e suas elucubrações conduziam-no nessa direção. Deus é o mais *profundo poder* do universo, um poder «fora de nós», mas que nos reconhece e que,

de alguma maneira, nos inclui, embora o faça de maneira tal que não nos furta da nossa liberdade. Deus deve ser menos do que todo inclusivo, pois, do contrário, ele seria a causa do mal. Ver sobre o *Problema do Mal*. Todos devemos participar da história humana, pois, de outra sorte, nossa experiência ficaria destituída de sua significação. Ver sobre o *Teísmo*. (AM E EP MM)

JAMIM

No hebraico, «lado direito» ou «mão direita». Esse foi o nome de várias personagens mencionadas no Antigo Testamento:

1. Um dos filhos de Simeão, filho de Jacó (Gên. 46:10; Êxo. 6:15). O trecho de Núm. 26:12 alude a seus descendentes como *jaminitas*. Viveu em cerca de 1856 A.C.

2. Um filho de Rão, que foi um homem importante da casa de Hezrom (I Crô. 2:27). Ele viveu em cerca de 1650 A.C.

3. Um sacerdote (ou levita) que ajudou Esdras em suas instruções ao povo de Israel, quanto à lei mosaica, terminado o cativeiro babilônico (Nee. 8:7; I Esdras 9:48). Viveu por volta de 410 A.C.

JAMNIA, JAMINITAS

Ver sobre **Jabneel**.

JANAI

No hebraico, «responsivo». Esse era o nome de um chefe gadita (I Crô. 5:12). Um dos antepassados de Jesus também teve esse nome, segundo se lê em Luc. 3:24.

JANE FRANCES DE CHANTAL

A Igreja Católica Romana considera-a uma de suas santas. Seu nome, em francês, era Jeanne Françoise Fremyot de Chantal. Depois que ela enviuvou e que os seus filhos já eram crescidos, ela começou a dedicar-se a obras de caridade e à oração, tendo-se tornado a fundadora de uma ordem religiosa feminina. Ver sobre *Visitação, Ordem da*. Seu diretor espiritual e ajudante foi Francisco de Sales (vide). Ela tornou-se conhecida como uma mulher dotada de raras qualidades e poderes. Suas datas foram 1572—1641.

JANELA

Nada menos de sete palavras hebraicas têm sido traduzidas, nas diversas versões, por «janela», embora nem sempre isso corresponda à realidade dos fatos, porquanto algumas poderiam ser melhor traduzidas por outros termos em português, como «vista», «respiradouro», «objeto luminoso». Destacamos a palavra *tsohar*, que ocorre em Gên. 6:16, que nossa versão portuguesa traduz por «Farás ao seu redor uma abertura de um côvado de alto...», o que mostra que não se tratava, realmente, de uma janela na arca de Noé. Todavia, se essa palavra significava «objeto luminoso», então, *abertura* também nos dá apenas uma pálida idéia do que seria o *tsohar*. Feitos esses reparos necessários, diremos que há duas palavras hebraicas e uma palavra grega, realmente envolvidas neste verbete, a saber:

1. *Arubbah*, «janela», «treliça». Essa palavra hebraica foi utilizada por nove vezes: Gên. 7:11; 8:2; II Reis 7:2,19; Ecl. 12:3; Isa. 24:18; 60:8; Osé. 13:3 e Mal. 3:10.

2. *Challon*, «perfuração», «abertura». Esse termo hebraico ocorre por trinta e uma vezes: Gên. 8:6; 26:8; Jos. 2:15,18,21; Juí. 5:28; I Sam. 19:12; II Sam. 6:16; I Reis 6:4; II Reis 9:30,32; 13:17; I Crô. 15:29; Pro. 7:6; Can. 2:9; Jer. 9:21; 22:14; Eze. 40:16,22,25, 29,33,36, 41:16,26; Joel 2:9; Sof. 2:14.

Além disso, em Dan. 6:10, temos a única utilização da palavra aramaica *kavvin*, «janelas», onde se lê: «Daniel, pois, quando soube que a escritura estava assinada, entrou em sua casa, e, em cima, no seu quarto, onde havia janelas abertas da banda de Jerusalém, três vezes no dia se punha de joelhos, e orava...»

3. *Thurís*, «janelas». Vocábulo grego empregado por apenas duas vezes em todo o Novo Testamento: Atos 20:9 e II Cor. 11:33. A primeira dessas passagens faz parte de um texto famoso, a ressurreição de Êutico, pelo apóstolo Paulo: «Um jovem, chamado Êutico, que estava sentado numa janela, adormecendo profundamente durante o prolongado discurso de Paulo, vencido pelo sono, caiu do terceiro andar abaixo, e foi levantado morto».

As descobertas arqueológicas apontam para uma grande variação nas janelas da antiguidade, quanto a detalhes como dimensões, freqüência, ornamentação, formato e maneiras de fechar a abertura na parede. Assim, nos dias de Jeremias, as mansões dos ricos contavam com inúmeras janelas, para mero efeito de ornamentação, o que mereceu a zombaria do profeta: «Ai daquele que edifica a sua casa com injustiça, e os seus aposentos sem direito; que se vale do serviço do seu próximo sem paga, e não lhe dá o salário; que diz: Edificarei para mim casa espaçosa, e largos aposentos, e lhe abre janelas...» (Jer. 22:13,14).

Os baixos relevos que chegaram até nós dos tempos antigos, com freqüência, apresentam as janelas fechadas com grelhas de pedra ou com treliça de madeira; e também ornamentadas com projeções ou reentrâncias. E algumas janelas abriam para sacadas. A mãe de Sísera, de acordo com o cântico de Débora, esperava por ele, olhando por uma janela, protegida por uma grade (ver Juí 5:28). A Casa do Bosque do Líbano, que fez parte dos grandiosos projetos de construção de Salomão, contava com três fileiras de janelas, umas defronte das outras, provavelmente ao estilo sírio (ver I Reis 7:4).

No templo de Jerusalém também havia janelas, provavelmente localizadas no Lugar Santo, bem no alto da parede, para efeito de iluminação, e não para que as pessoas, do seu interior, olhassem para fora, ou para que, de fora, se pudesse ver o que ocorria ali dentro. Nos dias do império romano já encontramos vidraças, colocadas às janelas de muitas casas; mas, como esse uso só apareceu bem mais tarde, não parece que na Palestina houvesse vidraças nas janelas. Antes, as janelas eram protegidas por cortinas interiores, por painéis de madeira, etc., quando o frio aumentava ou quando fazia muito vento. As treliças ou grades, mais ou menos com a mesma função das modernas venezianas, serviam para evitar que os observadores externos vissem as pessoas que estavam pelo lado de dentro das janelas.

Não há palavra, no Antigo Testamento, para «chaminé». Na verdade, há uma antiga tradução inglesa que usa a palavra «chaminé» em Osé. 13:3. Porém, no hebraico encontramos apenas *arubba* (vide acima). Nossa versão portuguesa corrige esse erro de interpretação, dizendo: «Por isso serão como... fumo que sai por uma janela». É que as janelas, na antiguidade, também eram aberturas por onde saía a fumaça que se fazia no interior das edificações, no ato de cozinhar ou de acender uma fogueira para aquecer

o ambiente.

Simbolismo da Janela. Logo na primeira menção à «janela», na Palavra do Senhor, encontramos esse termo usado metaforicamente: «...romperam-se todas as fontes do grande abismo, e as comportas (no hebraico, *arubbah*) dos céus se abriram...» Nossa versão portuguesa prefere dizer aí «comportas», embora a palavra hebraica, na realidade, signifique «janelas». Uma outra passagem que nos chama a atenção é a de Isa. 24:18, que diz: «E será que aquele que fugir da voz do terror cairá na cova, e se sair da cova, o laço o prenderá; porque as represas (no hebraico, *arubbah*) do alto se abrem, e tremem os fundamentos da terra». O contexto mostra que o profeta falava do tempo do fim, quando haverá tremendos cataclismos por todo o Universo.

Em um belo sentido positivo, prometendo bênçãos, há uma outra menção simbólica à janela, no trecho de Malaquias 3:10: «Trazei todos os dízimos à casa do tesouro, para que haja mantimento na minha casa, e provai-me nisto, diz o Senhor dos Exércitos, se eu não vos abrir as janelas do céu, e não derramar sobre vós bênção sem medida»! Linda promessa de progresso material, aos dizimistas!

JANES E JAMBRES

Esses nomes, mui provavelmente, eram de origem egípcia, e talvez estivessem relacionados a nomes aramaicos que significam, respectivamente, «aquele que seduz» e «aquele que se rebela». O trecho de II Tim. 3:8 chama assim aos mágicos egípcios que se opuseram a Moisés diante do Faraó. O próprio Antigo Testamento, entretanto, não dá seus nomes (ver Êxo. 7:11,12,22). A história é contada em Êxodo 7 e 8, no Antigo Testamento.

II Tim. 3:18: *E assim como Janes e Jambres resistiram a Moisés, assim também estes resistem à verdade, sendo homens corruptos de entendimento e réprobos quanto à fé.*

1. *Os Nomes: Janes e Jambres.* Esses nomes não figuram nas páginas do A.T., e nem mesmo nos escritos de Filo ou de Josefo, no tocante ao conflito de Moisés com os mágicos do Egito. No entanto, são freqüentemente citados nessa conexão, no Talmude, de onde passaram para a literatura cristã primitiva, conforme se vê neste ponto. Supostamente, esses dois homens se encontravam entre os mágicos egípcios, na corte do Faraó, que tentaram impedir a libertação dos israelitas, ao repetirem vários dos milagres realizados por Moisés.

«Pelo menos, desde o primeiro século de nossa era, havia em circulação uma espécie de livro judaico que provavelmente ridicularizava e os desmascarava (Janes e Jambres), transformando-os em um típico exemplo do mundo como a sabedoria dos 'sábios' que se opõem à verdade é desmascarada naquilo que realmente é, 'insensatez'. A sorte dos oponentes de Paulo teria exatamente o mesmo fim dos opositores de Moisés. A despeito de alguns sucessos da parte deles (ver o sexto versículo deste capítulo e também II Tim. 2:16,18), 'não iriam muito longe'. A loucura deles seria amplamente desvendada, tal como sucedeu no caso de Janes e Jambres». (Gealy, *in loc.*).

Os nomes de Janes e Jambres figuram em um Targum de Jônatas, em mais de um lugar, em um dos quais temos o seu comentário sobre a passagem de Êxo. 1:15. Numênio, o filósofo, refere-se a Janes e Jambres como escribas egípcios, famosos por seus escritos acerca das artes do ocultismo. (Apud Euseb. Praeparat. Evangel. 1.9, pág. 411). Targum de Jônatas sobre Núm. 22:22; Zohar sobre Números, fol. 78,3 e o Chronicon Josis. fol. 6:2, fazem de Janes e Jambres filhos de Balaão, principais entre os mágicos egípcios. Porém, o Targum de Jônatas, sobre Êxo. 1:15, acrescenta a informação bastante dúbia de que eles se tinham convertido ao judaísmo, tendo sido os inspiradores da feitura do bezerro de ouro. (Assim também diz Zohar sobre o Êxodo, fol. 1.7S, e sobre Números, fol. 78:3). Tal como no caso de todas as tradições, muitos adornos têm sido adicionados através dos séculos, à história desses personagens. (Ver a simples narrativa bíblica sobre a questão, no sétimo capítulo do livro de Êxodo). E nos escritos cristãos primitivos também aparecem esses nomes. (Ver Orígenes, *ad Matth.* 27:9 e 23:37, onde Orígenes se refere a um livro que tinha por título os nomes deles). Plínio também fez alusão a eles. (Ver *História Natural* xxx.1,11; *Apul. Apol.*, cap. xc). Outro tanto se dá no caso do evangelho apócrifo de Nicodemos, em seu quinto capítulo.

2. *Variantes Textuais.* Em vez do nome grego Jannes, conforme se vê em C(1), — Euthalius (manuscritos conhecidos por ele), temos a forma *Ioannes*, (João). E em vez da forma normal «Iambres», vários manuscritos ocidentais como FG It(dg), a Vulgata, o gótico e os escritos de alguns dos pais da igreja, como Cipriano, Hipólito, Lúcifer, Ambrosiastro e Agostinho, dizem «Membres», o que, segundo as tradições judaicas, é forma paralela do mesmo nome. Essas formas, entretanto, são secundárias.

3. *Resistiram a Moisés.* De que maneira? Procurando duplicar os seus prodígios, o que fizeram com êxito parcial, embora lhes faltasse real poder. Imitavam o poder de Deus através das artes mágicas, nas quais reside um grande poder, conforme estudos sérios o demonstram. Tal poder pode ser puramente humano, manipulado pela força da alma humana, pois o homem também tem espírito.

Muitos crêem que o paralelo entre aqueles homens que se opuseram a Moisés e os «hereges gnósticos», indica que parte da atração deles residia em seu ocultismo, devido às suas artes mágicas. Sabemos, efetivamente, que muitos gnósticos eram praticantes das artes mágicas, pelo que este paralelo mui provavelmente é legítimo. As mulheres sempre demonstraram ter uma tendência natural por se deixarem atrair pelo ocultismo, pelo que também a maioria dos «médiuns» espíritos são mulheres. E esse falso poder dos mestres hereges, que imitava os dons autênticos do Espírito Santo, agia como poder de atração sobre muitos novos convertidos. Parece-nos que eles curavam, falavam em línguas, profetizavam, faziam declarações inspiradas, etc., fazendo tudo quanto se pode fazer mediante o uso legítimo dos dons espirituais, tal como os mágicos egípcios duplicavam tudo quanto Moisés ia fazendo.

4. *Resistiram a verdade*, isto é, a verdade que há na pessoa de Jesus, conforme interpretada e mediada por Paulo, a «doutrina paulina ortodoxa», tal como no sétimo versículo deste capítulo.

5. *Corrompidos na mente.* No grego é *kataphtheiro»*, que significa «destruir», «arruinar», e, portanto, no passivo, «arruinado na mente», «depravado nos processos intelectuais»; e isso porque a alma entenebrecida não pode raciocinar corretamente. A maldade embota as faculdades intelectuais, de tal modo que apesar de toda a erudição e de todas as habilidades adquiridas, a verdade permanece oculta. Dentro dessa categoria precisam ser situados muitos intelectuais, cujo conhecimento mais serve para afastá-los do que para aproximá-los da verdade. Agostinho declarou: «Creio para que possa compreender». Sim,

porque a «esfera da verdadeira fé» é acompanhada de «luz», pelo que também a verdade pode ser assim encontrada. Já a esfera do ceticismo é circundada de trevas, sendo impossível a verdade divina ser descoberta em tal meio ambiente.

6. *Réprobos*. No grego é *adokimos*, isto é, «desaprovado», palavra usada para indicar o teste dos metais das moedas, quando o teste é negativo. Por essa razão é que a tradução inglesa de Williams, aqui vertida para o português, diz «...simuladores na fé...» Ver I Cor. 9:27, onde se vê Paulo preocupado em não ser achado *desaprovado* enquanto pregava para outros. A mesma palavra grega é aqui empregada. «São eles como metal vil, não cunhado; e não deveriam passar como dinheiro legítimo, porquanto não alcançam o padrão certo». (Adam Clarke, *in loc.*). «São rejeitados ao serem testados». (Faucett, *in loc.*).

«*Quanto à fé*». A tradução inglesa RSV diz «*...simulam a fé...*», combinando a idéia que aparece no fim do parágrafo anterior, com a fé, como modificadora. Mas, quanto ao próprio texto sagrado, a fé deve ser aqui entendida como «objetiva», isto é, «aquilo em que se crê», o «credo», e que nestas «epístolas pastorais», com freqüência, indica a «fé cristã», o «cristianismo ortodoxo». No tocante a isso, tais indivíduos são simuladores, embora se professem mestres dá fé—substituíram-na por uma fé fingida. São «simuladores» no meio da verdade. Foram testados pelo Senhor e foram declarados falsos. Eram mestres de novidades e doutrinas prejudiciais e não da «verdadeira doutrina cristã».

Uma obra sadoquita da literatura de Qumran refere-se a Belial, que teria criado a *Yohaneh* e seu irmão, a fim de fazerem oposição a Moisés e a Aarão (ver 7:19 das *pseudepígrafas*). O Talmude Babilônico traz os nomes *Yohane* e *Mamre* (Menahoth 85a). As lendas judaicas associam-nos a Balaão, como se fossem de uma mesma família; mas há bem pouco valor nas tradições que têm surgido em torno desses nomes. As tradições não gostam de deixar hiatos em nosso conhecimento, sendo provável que tudo quanto seja dito sobre essas duas personagens, talvez incluindo até mesmos os seus nomes, sejam puras invenções, ou quase.

JANEU, ALEXANDRE

Ver o artigo geral sobre os **Hasmoneanos**.

JANGADA

Ver **Navios e Embarcações**

JANIM

No hebraico, «sono». Nome de uma cidade do território de Judá, no distrito montanhoso perto de Hebrom. Ficava perto de Bete-Tapua (Jos. 15:53). Alguns arqueólogos identificam o local com a moderna *Beni Na'im*, a leste de Hebrom.

JANLEQUE

No hebraico, «que Deus dê domínio». Esse era o nome de um chefe da tribo de Simeão (I Crô. 4:34). Ele parece ter vivido na época do rei Ezequias (ver o vs. 41). Sua família invadiu o vale do Gedor, em cerca de 711 A.C.

JANOA

No hebraico, «tranqüila». Esse é o nome de duas cidades que figuram nas páginas do Antigo Testamento, a saber:

1. Uma cidade existente nas fronteiras de Efraim (Jos. 16:6,7). Tem sido identificada com a moderna Khirbet Hanum, cerca de onze quilômetros a suleste de Siquém.

2. Uma cidade no norte da Galiléia, no território de Naftali, que foi capturada por ocasião da primeira invasão das tropas de Tiglate-Pileser rei da Assíria, nos preliminares do cativeiro assírio (ver II Reis 15:29). Parece que ficava localizada entre Abel-Bete-Maaca e Cades e tem sido tentativamente identificada com a moderna aldeia de *Yanuh*.

JANSEN, CORNELIUS

Suas datas foram 1585-1638. Nasceu em Acquoi, perto de Leerdam, na Holanda. Estudou na Bélgica, na Universidade de Louvain, e então no departamento teológico daquela mesma instituição. Juntamente com Jean Duvergier de Hauranne, abade de São Cirano, ele buscava respostas para certas questões doutrinárias levantadas pelo luteranismo e pelo calvinismo. Começou a estudar história eclesiástica e história dos pais da Igreja, a fim de obter uma compreensão melhor sobre questões doutrinárias e as interpretações históricas das mesmas. Assim, ele chegou à conclusão geral de que qualquer reforma dos dogmas católicos romanos e da ética católica deveria usar moldes agostinianos como guia, sobretudo no tocante às doutrinas da graça e da salvação.

Obteve seu doutorado em teologia e se tornou o chefe de uma nova faculdade em Louvain. Escreveu comentários sobre as Escrituras, além de várias obras de natureza doutrinária e especulativa. Os jesuítas tornaram-se seus competidores e opositores. Os jesuítas tinham uma escola toda sua, produzindo uma confrontação direta com as opiniões de Jansen. Assim, Jansen fez duas viagens à Espanha, relacionadas a essa controvérsia. Nesse tempo, a Espanha estava sob o domínio belga. Por causa de sua influência, o governo removeu da escola jesuíta os cursos de humanidades e de filosofia, em Louvain. Jansen permaneceu na Igreja Católica Romana, embora desejando que fossem feitas certas reformas internas. Foi assim que, apesar disso, foi obtendo autoridade cada vez maior no catolicismo romano, até tornar-se bispo de Ipres, na França, em 1636. Foi nessa época que ele escreveu um tratado, chamado *Augustinus*, que veio a ser o alicerce daquele movimento que se chamou *jansenismo* (vide), sobre o qual oferecemos um artigo separado.

Jansen faleceu a 6 de maio de 1638, de uma praga. Por ocasião de sua morte, continuava em boas relações com a Igreja Católica Romana. Porém, seu tratado, *Augustinus*, publicado dois anos após o seu falecimento, provocou grande comoção, principalmente em face de sua forte ênfase sobre a doutrina da predestinação e sobre o ensino que a graça divina se limita aos eleitos.

JANSENISMO

Ver o artigo sobre **Jansen, Cornelius**.

O *jansenismo* foi um movimento de tentativa de reforma, dentro da Igreja Católica Romana, seguindo idéias de Cornelius Jansen, bispo de Ipres (1585—1638), depois da morte dele. O seu tratado teológico, publicado dois anos após a sua morte, chamado *Augustinus*, revivia uma forma extrema e radical das idéias de Agostinho. Jansen chegou a essa posição em face de seu desejo de reformar certos aspectos da doutrina católica romana, que lhe pareciam necessá-

rios, visto que os ensinos do luteranismo e do calvinismo haviam «restaurado» a Igreja. Um outro fator histórico foi a oposição de Jansen a alegadas idéias lassas dos jesuítas, sobre questões morais e éticas. Os jesuítas ensinavam que em questões onde haja dúvidas éticas, quando o curso de ação não pode ser claramente determinado, o indivíduo tem a liberdade de agir de acordo com taxas de probabilidade de que seus atos estejam corretos. Jansen opunha-se peremptoriamente ao *probabilismo*, porque era muito rigoroso quanto às questões éticas. Os jesuítas, por outro lado, asseveravam que uma lei dúbia, ou uma lei de aplicação duvidosa, nem pode requerer e nem pode anular um ato. Em tais casos, a liberdade deve prevalecer.

Condenação papal. O papa Inocente X, em 1653, declarou hereges cinco das proposições do **Augustinus** de Jansen. As idéias condenadas eram as seguintes:

1. Certos mandamentos de Deus não podem ser observados por homens justos, a despeito de seus esforços, se lhes faltar a graça divina.

2. Um pecador não pode resistir à graça divina, quando Deus lha confere.

3. Um homem só é livre se não for constrangido a cometer algum pecado.

4. A vontade humana, por si mesma, não pode nem obedecer e nem resistir à graça divina.

5. Cristo morreu exclusivamente em favor dos eleitos.

Conforme podemos ver, excetuando a oposição de Jansen às idéias éticas dos jesuítas, a questão foi apenas outro daqueles conflitos calvinista-arminiano que invadem, qual praga, periodicamente, a cristandade.

O Jansenismo Prosseguiu. Port-Royal, um convento discerciano próximo de Paris, tornou-se o centro do movimento jansenista. Após a morte de Jansen, o principal líder do movimento foi Antoin Arnauld. Ele pôs em dúvida o direito de Roma decidir sobre questões como aquelas que tinham sido levantadas por Jansen. Arnauld tinha algumas poucas distinções e reparos de sua própria lavra, além de negar que Jansen havia ensinado certas coisas pelas quais suas idéias haviam sido condenadas. Por isso, as idéias de Arnauld também foram tidas como heréticas, e ele foi excluído da Sorbonne, onde até então estivera ensinando teologia.

O papa Alexandre VII, em 1656, confirmou a condenação do jansenismo, imposta por seu antecessor. Naquele mesmo ano, as *Cartas Provinciais*, de Blaise Pascal, lançaram no ridículo a ética jesuítica, defendendo, de modo geral, os pontos distintivos do jansenismo. Por um breve período, isso ajudou o movimento. Porém, o clero francês traçou um formulário contra essas cartas, requerendo que todos assinassem. Mas isso apenas provocou maiores controvérsias, e o movimento jansenista continuou sendo promovido pelas freiras de Port-Royal e por quatro bispos franceses. Em 1664, o papa Alexandre VII, com o apoio do rei Luís XIV, exigiu o repúdio, por escrito, das proposições de Jansen, por parte de todos os eclesiásticos, sob pena de julgamento canônico.

Entre 1687 e 1694 foi gerada uma nova tempestade pelo livro de Pasquier Quesnel, *Réflexions morales sur le Nouveau Testament*, que reiterava os ensinos do jansenismo. Embora Louis de Noailles, arcebispo de Paris, tivesse aprovado a obra, em 1713, o papa Clemente XI condenou a mesma, em sua bula *Unigenitus Dei Filius*. O resultado disso foram dificuldades e um quase cisma na Igreja Católica Romana da França. Todavia, quando o arcebispo Noailles submeteu-se à autoridade papal, em 1728, o jansenismo começou a abrandar-se na França e acabou se identificando com o *galicanismo* (vide), um movimento antijesuíta.

O movimento prosseguiu na Holanda, resultando na organização dos *Católicos Antigos* (vide), que acabou se separando de Roma. A Igreja Jansenista continua existindo, mas apenas com alguns poucos milhares de membros, localizados na França e na Holanda. O termo «jansenista» adquiriu significados secundários, como de escrúpulos éticos extremos e grande rigidez quanto a questões dogmáticas, disciplinares e de costumes. Como estamos vendo, o jansenismo contribuiu tão-somente para que a Igreja Católica Romana acabasse reafirmando as doutrinas firmadas por ocasião do concílio de Trento, como representantes da abordagem católica romana padrão às questões em debate. Todavia, um resultado positivo do movimento foi que o mesmo inspirou um maior desenvolvimento da filosofia e da teologia morais.

JANUS

Essa palavra é latina, **ianua**, «pórtico». Janus era o deus do pórtico, uma divindade puramente romana, derivada do animismo antigo. Ele tinha dois rostos, como se fosse capaz de ver o começo e o fim de qualquer coisa, ao mesmo tempo. Daí é que nos vem o nome do mês de *janeiro*, porquanto é então que o ano começa. Seu famoso templo de bronze, no Fórum romano, tinha fachadas para o Oriente e para o Ocidente, assim exemplificando a natureza da divindade que ali era honrada. Esse templo, fundado pelo antigo rei Numa Pompílio, ficava fechado em tempos de guerra e aberto em tempos de paz. De acordo com uma lenda, essa divindade assentou-se sobre a colina do outro lado do rio Tibre, que, por causa disso, veio a ser chamada de Janiculum. Como é que o nome dessa divindade desenvolveu-se é algo obscuro. É possível que seu nome estivesse associado à idéia de que ele era o deus que abria os portões do céu, ao amanhecer, que fazia o dia raiar e que fechava os portões do céu ao cair da noite. Talvez ele fosse um deus da luz. Seja como for, ele era adorado como uma divindade associada aos começos, e que, supostamente, era o protetor dos portões e dos arcos arquitetônicos. O primeiro dia de cada mês era dedicado à sua adoração, e o primeiro mês do ano, em latim, *Ianuarius*, recebeu o nome em honra a ele.

JAPÃO, RELIGIÕES DO

As principais religiões do Japão são: 1. o xintoísmo; 2. o budismo; 3. o confucionismo; e 4. o cristianismo. Visto que todas essas religiões recebem um tratamento em separado, nesta enciclopédia, este artigo é apenas histórico e suplementar. A variedade de expressões do cristianismo aparece em artigos separados sobre as diversas denominações cristãs, bem como no artigo sobre o *Novo Testamento*, que apresenta sua forma original e básica.

1. *Xinto, o Caminho dos Deuses.* A palavra assim traduzida («xinto») reflete dois ideogramas da escrita japonesa. Refere-se essa palavra aos conjuntos de práticas e crenças religiosas que relacionam os santuários japoneses locais e as divindades indígenas do Japão que são honradas naqueles santuários. A história do xintoísmo retrocede até o século VI D.C., embora as suas raízes sejam muito mais antigas do que isso. O xintoísmo pode ser dividido na religião *oficial* e na variedade sectarista que envolve milhares

de santuários onde uma grande maioria da população japonesa adora. O xintoísmo é mais antigo que o budismo, que foi introduzido no Japão no século VI D.C. Incorpora certa variedade de elementos religiosos primitivos, como o *animismo* (vide). O principal desses elementos, contudo, é o shamanismo mongol, que reflete uma antiga cosmogonia, típica do suleste asiático e da Indonésia.

Todos os ritos demonstram que há um panteão extremamente complicado, e que as divindades envolvidas eram consideradas protetoras das famílias, dos clãs e dos poderes dinásticos. A deusa do sol, *Aegis*, finalmente, proveu uma espécie de fé unificada em torno da qual se centralizaram tanto os deuses oficiais como as demais divindades. A deusa, *Amaterasu-Omikami*, deu margem à formação inicial da religião oficial xintoísta. O panteão xintoísta é um complexo sistema de divindades da natureza, com outras variedades de divindades e antepassados que se teriam guindado ao estado divino, juntamente com os espíritos de heróis e governantes que mereceriam ser venerados. O xintoísmo, religião oficial, funciona como um meio de aprofundamento e de fator unificador de diversos sentimentos religiosos do povo japonês, institucionalizando seitas populares em uma espécie de frouxa religião popular. Quanto a mais detalhes, ver o artigo sobre o *Xintoísmo*. O xintoísmo secular compõe-se de um determinado número de seitas que não pertencem ao xintoísmo oficial.

2. *Budismo*. A data tradicional da introdução dessa fé tipicamente indiana no Japão, é 552 D.C. A escola *Mahayana* do budismo sempre exerceu um exclusivo controle prático sobre essa religião. A princípio, os xintoístas opuseram-se à introdução do budismo no Japão; mas não demorou muito para que o budismo adquirisse ali um grande poder. O príncipe Shotoku Taishi (572-622 D.C.) tornou-se budista, e logo o budismo tornou-se a mais influente religião do Japão. De 710 a 784 D.C., vieram à existência nada menos de seis distintas seitas budistas. Três dessas seitas, hosso, kegon e ritsu continuam existindo no Japão; mas várias outras seitas também se desenvolveram ali. Assim, apareceram seitas posteriores como a tendai (806 D.C.), a xingon (806 D.C.), a yuzu nembutsu (1123 D.C.), o jodo (1174 D.C.), a zen (1191 D.C.) e a nichiren (1253 D.C.). O budismo conta com cerca de oito mil agremiações, setenta e dois mil templos, duzentos mil sacerdotes e cerca de quarenta e cinco milhões de aderentes, só no Japão. No tocante às crenças do budismo, ver o artigo separado sobre o *Budismo*.

3. *Confucionismo*. Essa fé religiosa chegou ao Japão antes do budismo. Apesar de não se saber exatamente quando, tem sido oferecida a data tentativa de cerca de 400 D.C. O confucionismo atingiu seu ponto culminante, no Japão, na era Tokugawa (1603—1868 D.C.). Desenvolveram-se vários ramos dessa agremiação religiosa, dentre os quais o mais proeminente era o *shushi*. Contava com um sistema determinístico em que a imutável vontade celestial determinaria todas as gradações e manifestações sociais humanas. A escola *Oyomei*, por sua vez, enfatizava a igualdade entre os homens, porém, exercia menos influência sobre a estrutura social japonesa que o outro ramo. Houve também uma espécie de sincretismo entre o budismo zen e a filosofia shushi, o que proveu as crenças e práticas fundamentais da *bushido*, o Caminho do Guerreiro.

O confucionismo exerceu tremenda influência sobre as instituições políticas, educacionais e culturais do Japão. Por exemplo, o Rescrito Imperial sobre a Educação, decretado em 1890, inspirou o nacionalismo e o patriotismo japoneses contra os avanços das instituições e costumes ocidentais, com base essencial sobre a ética confuciana. Quanto às crenças dessa fé, ver o artigo separado intitulado *Confúcio, Confucionismo*.

4. *Cristianismo*. Missões católicas romanas começaram a atuar no Japão no século XVI, e as missões protestantes começaram ali em 1859. Essas duas fontes da fé cristã desenvolveram variedades conflitantes de cristianismo no Japão. Francisco Xavier começou seus trabalhos em Kagoshima, em 1549. A princípio, ele e os seus seguidores sofreram repressão; mas, finalmente, começou um movimento que floresceu até bem dentro do século XVII. Por volta de 1605, havia cerca de setecentos e cinqüenta mil japoneses católicos romanos, de acordo com estimativas de historiadores católicos. Talvez isso seja um exagero, mas, seja como for, o movimento romanista era poderoso. O bispo Cerqueira (1552—1614), que estava à testa das missões jesuítas, afirmou que havia cerca de duzentos mil católicos romanos japoneses, e isso pode estar mais perto da verdade dos fatos. Foi então que sobrevieram dificuldades. Temores nacionalistas e a ganância de senhores feudais quase puseram fim ao cristianismo católico romano no Japão, em cerca de 1638. O catolicismo só conseguiu sobreviver ali como um movimento subterrâneo. Florescia em locais determinados, mas não nacionalmente. O interdito legal só foi removido em 1872.

No período mais moderno grupos católicos romanos, ortodoxos gregos e protestantes têm feito incursões no Japão. As primeiras igrejas evangélicas foram estabelecidas no Japão por volta de 1872. Imediatamente antes da Segunda Guerra Mundial, segundo cálculos, havia cerca de duzentos e trinta e três mil protestantes japoneses, cerca de cento e vinte mil católicos romanos e cerca de quarenta e um mil ortodoxos gregos. O trabalho missionário, interrompido pela guerra, floresceu novamente, terminada a conflagração.

JAQUE

No hebraico, **obediente**, **piedoso**. Os eruditos encontram dificuldades com esse nome, que parece ter sido um homem de Massá (Pro. 30, no título; ver também Pro. 31). No título do trigésimo capítulo de Provérbios, Jaque aparece como pai de Agur, que teria sido o autor de *apotegmas*, isto é, os capítulos trinta e trinta e um do livro de Provérbios.

Um apotegma é uma máxima instrutiva e sucinta. Essa palavra vem do grego, *apó*, «da parte de» e *phthengesthai*, «falar».

Todavia, outros estudiosos compreendem esse nome como se fora um título místico de Davi. Ainda outros identificam-no com Salomão. Uma outra conjectura é que Agur seria Ezequias, ou algum outro príncipe desconhecido de Judá. A idéia mais comum é que Jaque aponta para Davi, e que Agur, seu filho, seria Salomão, o qual, pelo menos, foi autor de alguns dos provérbios. Entretanto, a verdade da questão pode ser que alguns dos provérbios foram escritos por Agur, e que tanto ele quanto Jaque fossem pessoas para nós desconhecidas. Essa idéia é confirmada em parte pela observação de que Massá (o lugar de origem de Jaque) era uma tribo da Arábia (ver Gên. 25:14). Isso significaria, por sua vez, que pelo menos alguns dos provérbios refletiriam a literatura de sabedoria dos povos árabes. Ver o artigo separado sobre *Massá*.

••• ••• •••

JAQUIM

No hebraico, «ele (Deus) estabelecerá». Esse é o nome de várias personagens que aparecem nas páginas do Antigo Testamento; e também de uma coluna:

1. O quarto filho de Simeão, pai da tribo desse nome, os jaquinitas (Gên. 46:10; Êxo. 6:15; Núm. 26:12). Ele viveu por volta de 1700 A.C. Em I Crô. 4:24, ele é chamado de *Jaribe* (vide).

2. O cabeça de uma família descendente de Aarão, cabeça do vigésimo primeiro turno Sacerdotal (I Crô. 24:17). Viveu em torno de 1015 A.C.

3. Um sacerdote que voltou a residir em Jerusalém, após o cativeiro babilônico (I Crô. 9:10; Nee. 11:10). Ele viveu por volta de 445 A.C. É possível que esse nome se refira a um lugar, e não a um indivíduo. Nesse caso estaria em pauta o vigésimo primeiro turno sacerdotal, do qual Jaquim era o antepassado.

4. Nome de uma das colunas do templo de Salomão. A outra coluna chamava-se Boaz. Ver I Reis 7:21 e II Crô. 3:17.

JARÁ

Um nome egípcio de significação incerta. Esse era o nome de um escravo egípcio de Sesã, um jerameelita, que se casou com a filha de seu senhor (I Crô. 2:34,35). Isso resultou em sua alforria, naturalmente. Sesã não tinha filhos do sexo masculino, e assim sua posteridade continuou através desse casamento. Sem dúvida, Jará era um prosélito do judaísmo. O relato parece pertencer ao período em que Israel esteve no Egito. E é exatamente por essa razão que é difícil entender como um egípcio acabou sendo escravo de um israelita. Quanto a esse problema, nem mesmo o notável John Gill, grande comentador batista do passado, conseguiu dar-me qualquer ajuda.

JARDIM

No hebraico temos três vocábulos envolvidos e no grego, um, quanto a este verbete, a saber:

1. *Gan*, «jardim». Palavra hebraica usada por quarenta e duas vezes, conforme se vê, por exemplo, em Gên. 2:8-10; 13:10; Deu. 11:10; I Reis 21:2; II Reis 9:27; Can. 4:12; Isa. 51:3; Jer. 31:12; Lam. 2:6; Eze. 28:13; 31:8,9; Joel 2:3.

2. *Gannah*, «jardim». Termo hebraico que aparece por doze vezes: Núm. 24:6; Jó 8:16; Ecl. 2:5; Isa. 1:29,30; 61:11; 65:3; 66:17; Jer. 29:5,28; Amós 4:9 e 9:14.

3. *Ginnah*, «jardim», palavra hebraica que ocorre por apenas quatro vezes: Est. 1:5; 7:7,8; Can. 6:11.

4. *Képos*, «jardim», «pomar», «plantação». Palavra grega que é utilizada por cinco vezes: Luc. 13:19; João 18:1,26; 19:41.

As palavras hebraicas (especialmente *gan*) traduzidas por *jardim*, referem-se a lugares de cultivar flores (Can. 6:11), especiarias (Can. 4:16), pomares (Can. 6:11), condimentos (Deu. 11:10) e até mesmo parques (II Reis 9:27; 21:18,26). Diversos jardins são mencionados nas Escrituras, como o do Éden (vide), (Gên. 2:9,10,15,18), o jardim de Acabe (I Reis 21:2), os jardins reais perto da fortaleza de Sião (II Reis 21:18; 25:4), os jardins reais dos reis da Pérsia, em Susã (Est. 1:5; 7:7,8), o jardim de José de Arimatéia (João 19:41) e o jardim de Getsêmani (João 18:1). Os jardins eram usualmente protegidos por cercas ou muros. Josefo expressa especificamente isso, em *Guerras* 5:7. E os trechos de Nee. 2:8 e João 20:15 mostram que havia jardineiros profissionais.

Nos jardins não se plantavam apenas flores belas e fragrantes, mas também arbustos, árvores e árvores frutíferas, que hoje chamaríamos de pomares. Ver Gên. 2:8; Jer. 19:5; Amós 9:14. Alguns se especializavam em produtos particulares, como castanhas (Can. 6:11), romãs (Can. 4:28), azeitonas (Deu. 8:8; I Crô. 27:28), videiras (Can. 7:12). Isso não aponta para nenhuma cultura exclusiva e, sim, que essas eram as espécies principais cultivadas neste ou naquele lugar.

A maioria dos jardins era localizada perto de algum bom suprimento de água, como um riacho, segundo as passagens de Gên. 2:9 *ss* e Isa. 1:30. Na antiguidade, a Palestina era densamente arborizada. Porém, séculos de abuso e destruição da natureza, sem qualquer tentativa de preservação e restauração, deixaram a região, essencialmente, desnuda de vegetação. Por essa razão, os jardins e pomares é que aliviavam a situação de esterilidade. Apesar de que muitas residências tinham seus jardins particulares, geralmente era nos subúrbios que jardins e pomares eram cultivados, longe das massas populacionais. E, mesmo no caso de jardins particulares, muitos eram localizados a boa distância das residências. Esses jardins, pois, ofereciam lugares de descanso e de beleza natural, como propriedades miniaturas da família, não muito distantes do lar. As famílias mais abastadas contavam com uma casa separada, em seu jardim, para onde podiam recolher-se por algum tempo, desfrutando das belezas da natureza. Além disso, esses jardins eram usados para ocasiões e celebrações especiais, onde eram efetuados banquetes, danças e música. Acrescente-se a isso que em muitos jardins havia sepulcros, onde os familiares falecidos eram sepultados, segundo se vê, por exemplo, em Gên. 23:19,20; I Sam. 25:1 e Mar. 15:46. Os gregos também tinham esse costume. Ver Heliodoro, *Aethiop.* 1:2, parte 35. E, igualmente, os romanos (Suetônio, *Galba*, 20).

Os hebreus, que não contavam com uma classe de médicos profissionais, cultivavam ervas medicinais em seus jardins, o que também era comum nos países do Oriente. Ver Jer. 8:22.

Os jardins também eram lugares prediletos para oração e meditação (Gên. 24:63; Mat. 26:36; João 18:1,2). Naturalmente, havia toda a espécie de abuso quanto a essa prática, incluindo a idolatria (I Reis 14:23; II Reis 16:4; 17:10; Isa. 1:29; 45:3; Jer. 2:20; 3:6; Eze. 20:28).

Usos Figurados:

1. Um jardim bem regado (ver Isa. 58:11; Jer. 31:12) simbolizava a fertilidade. Essa fertilidade podia ser da mente, do espírito, literal, ou até sob a forma de prosperidade material.

2. Uma árvore plantada perto de águas (como em um pomar) era um emblema dos justos, que prosperam. Ver Jer. 17:8; Sal. 1:3.

3. Um jardim destituído de água (ver Isa. 1:30) indicava uma situação de esterilidade, como se fosse um deserto de areia.

4. Nos sonhos e nas visões, um jardim pode simbolizar a vida interior do indivíduo, ou seja, o cultivo de sua natureza e de suas qualidades espirituais e morais. Também está em foco o cultivo geral da personalidade.

5. Nos sonhos e nas visões, um jardim também pode indicar aquilo que uma pessoa estiver produzindo, os frutos de seus labores, os resultados de suas atividades profissionais.

6. Ainda nos sonhos ou nas visões, se um jardim aparece tomado por sementes daninhas e arbustos

retorcidos, isso significa que a pessoa tem defeitos em seu caráter, que estão estrangulando as suas melhores qualidades.

7. O jardim do Éden simboliza o paraíso perdido, como também as oportunidades perdidas.

8. Um jardim, quando é associado ao amor romântico, simboliza a reclusão privilegiada, algum lugar ou relação harmoniosa, que duas pessoas conservam somente para elas mesmas.

JARDIM DE UZÁ

Esse era o jardim real, que havia perto da fortaleza de Sião (II Reis 21:18 e 25:4). Ficava perto de En-Rogel, que, provavelmente, é a moderna Bir Ayyub. Ver o artigo geral sobre *Jardim*.

JARDINEIRO

Ver o artigo geral sobre **Jardim**. Desde os dias antigos, os jardineiros eram uma classe profissional que cuidava dos jardins e pomares. Ver Jó 27:18 e João 20:15. Porém, muitas famílias também cuidavam de seus próprios jardins, sem qualquer ajuda externa. Muitos jardins da antiguidade incluíam o cultivo de frutas, o que lhes emprestava um certo valor comercial. Nesses casos, fazia-se mister a assistência de jardineiros profissionais.

Também havia jardins dedicados a ritos religiosos, como aqueles do deus pagão Baal (II Reis 10:19-23). Nesses casos, jardineiros profissionais e/ou religiosos (pertencentes à classe sacerdotal) cuidavam dos jardins. Paulo era fabricante de tendas, mas demonstrou algum interesse e conhecimento de jardinagem, o que é refletido em Romanos 11:17,19, 23,24, o que talvez indique que ele era um jardineiro amador. Isaías também empregou uma metáfora própria de jardinagem (17:10). O livro Cantares de Salomão demonstra profundo interesse pela jardinagem, e seu autor deve ter sido grande apreciador dessa arte da jardinagem.

JAREBE

No hebraico, «adversário» ou então «que ele contenda». Nome de um rei mencionado em Osé. 5:13 e 10:6. Alguns eruditos supõem que se trata de um título simbólico do rei da Assíria. A julgar por seu paralelo com o nome Assur, é possível que esteja em foco um país, e não um indivíduo. A história nada nos diz a respeito de algum monarca assírio com esse nome. Todavia, alguns estudiosos opinam que Jarebe era um outro nome de Sargão, o destruidor da cidade de Samaria, em 722 A.C. Também é possível que tenhamos nesse nome um jogo de palavras, a saber: «O rei da Assíria, o homem ansioso por começar uma luta». Todavia, outros estudiosos pensam que o significado dessa palavra é «grande», em cujo caso esse termo funcionaria como um adjetivo qualificativo, e não como um nome próprio. Os estudiosos não têm conseguido apresentar qualquer argumento conclusivo acerca de qualquer das alternativas que têm sido propostas.

JAREDE

No hebraico, «descida» ou «terra baixa». Esse é o nome de dois indivíduos mencionados nas páginas do Antigo Testamento, a saber:

1. Um patriarca antediluviano, pai de Enoque (Gên. 5:15-20; I Crô. 1:2; Luc. 3:37). É possível que tenha vivido por volta de 3712 A.C. Faleceu com a idade de novecentos e sessenta e dois anos. Nossa versão portuguesa grafa *Jarete*.

2. Um homem da tribo de Judá, aparentemente filho de Esdras e Jeudia. Foi o fundador da cidade de Gedor (I Crô. 4:18). Algumas versões grafam seu nome com a forma de *Jerede*. É muito difícil determinar a época em que ele viveu.

JARIBE

No hebraico, «adversário» ou «ele contende». Nome de várias personagens mencionadas na Bíblia e em livros apócrifos, a saber:

1. Um filho de Simeão, também chamado Jaquim (ver I Crô. 4:24; Gên. 46:10; Êxo. 6:15 e Núm. 26:12). Viveu por volta de 1720 A.C.

2. Um dos chefes de clã enviados por Esdras da Babilônia a Jerusalém, a fim de buscarem levitas, antes do retorno à Palestina, para que pudessem se ocupar nas funções que lhes cabiam. Ver Esd. 8:16; I Esdras 8:44. Isso aconteceu por volta de 459 A.C.

3. Um sacerdote que, na época do cativeiro babilônico (vide), casara-se com uma mulher estrangeira e foi compelido a divorciar-se dela, depois que o povo de Israel retornou à sua terra (Esd. 10:18; I Esdras 9:19). Isso aconteceu por volta de 459 A.C.

4. Nome de uma pessoa que também é chamada Joiaribe, em I Macabeus 14:29.

JARMUTE

No hebraico, «altura», «colina». Esse era o nome de duas antigas cidades da Palestina, a saber:

1. Uma cidade nas terras baixas de Judá (Jos. 15:35), que foi reocupada pelos israelitas que voltaram à Terra Santa, terminado o cativeiro babilônico (Nee. 11:29). Um de seus antigos monarcas, Pirão, foi um daqueles que foram executados em Maquedá, por terem planejado assassinar o povo de Gibeom, que se aliara em aliança com o povo de Israel (Jos. 10:3,5,23 e 12:11). Josué derrotou a coligação dos cinco reis de Jerusalém, Hebrom, Jarmute, Laquis e Eglom, cujas forças combinadas não puderam resistir ao poder de Josué.

2. Uma cidade de Issacar que se tornou possessão dos levitas gersonitas, após a divisão da terra, após a invasão feita pelos israelitas. Tornou-se então uma das cidades de refúgio (Jos. 21:29). Em Josué 19:21, ela é chamada de Remete; e em I Crônicas 6:73 de *Ramote*. A localização moderna da mesma é desconhecida.

JAROA

No hebraico, «lua nova». Ele era chefe da tribo de Gade e residia em Basã (I Crô. 5:14). Sua época foi por volta de 750 A.C.

JARRO

No hebraico, **baqbuq**, palavra que aparece por três vezes: I Reis 14:3; Jer. 19:1,10. Esse vocábulo hebraico indica um pequeno recipiente para água, azeite, ou perfume. Os antigos hebreus, juntamente com povos contemporâneos, contavam com receptáculos de muitos formatos e serventias. Ver verbetes como *Vasos, Cerâmica, Cozinha, etc.*

JASEÍAS

No hebraico, «Yahweh vê». Esse era o nome de um dos quatro homens que ou apoiaram ou se opuseram a

Esdras, quando este exigiu que os israelitas que se tivessem casado com mulheres estrangeiras, durante o cativeiro babilônico, se divorciassem delas. Ver Esd. 10:15.

O sentido de «apoio», dado a Esdras, é confirmado em I Esdras 9:14 e na tradução da Septuaginta. Porém, no Antigo Testamento hebraico as palavras em questão exprimem a idéia de oposição, que aqueles quatro homens teriam feito a Esdras. Ver I Crô. 21:1; II Crô. 20:23; Dan. 11:14. Diferentes traduções adotam ou a idéia de apoio, ou a idéia de oposição. Nossa versão portuguesa encontra uma solução interessante. Diz que dois desses homens se opuseram a Esdras, e que os outros dois o apoiaram, seguindo a Revised Standard Version. Outro tanto ocorre na Berkeley Version, in Modern English. É possível que tenhamos aí a verdadeira tradução da passagem em foco, Esdras 10:15.

JÁSEM (HASÊM); BENÉ-JÁSEM

No hebraico, «filho do rico». Ele foi um dos trinta guerreiros poderosos de Davi (I Crô. 11:34). Ele era gizonita (vide). A passagem paralela, em II Sam. 23:32, diz «filho de Jásem» (em nossa versão portuguesa, Benê-Jásen). Os estudiosos pensam que essa é apenas uma forma variante do nome Benê-Hasém. Ele deve ter vivido por volta de 1014 A.C. Uma tradução variante fá-lo ser pai de um dos heróis de Davi, e não um dos heróis propriamente dito.

JASOBEÃO

No hebraico, «povo que volta». Nome de vários indivíduos que figuram nas páginas do Antigo Testamento:

1. Um dos trinta poderosos guerreiros de Davi. Ele era filho de Zabdiel, um hacmonita. Desertou de Saul e bandeou-se para Davi, que se achava exilado em Ziclague. A Bíblia narra que, de certa feita, matou trezentos homens, em uma única batalha (I Crô. 11:11). O trecho paralelo de II Sam. 23:8 refere-se ao taquemonita Josebe-Bassebete, que seria o principal entre os três maiores heróis de Davi, que brandiu sua lança e matou nada menos de oitocentos homens em uma única batalha. Os estudiosos pensam que as palavras que ali se acham, «filho de Taquemoni» sejam uma corruptela de *Haquemonita* e que está em foco o mesmo Jasobeão, embora chamado por outro nome. Os «três», ao que parece eram uma elite seleta dentre os heróis de Davi, um círculo mais íntimo dos trinta guerreiros de Davi. Visto que os números 300 e 800, escritos por extenso, começam no hebraico com a mesma letra, é possível que tenha havido uma confusão não proposital no trecho de II Samuel 23:8, e que a verdadeira cifra seja trezentos. Contudo, John Gill salienta que apesar de oitocentos homens ser um número significativo não o é mais do que o feito de Sangar, que matou seiscentos com um aguilhão de bois; ou do que o feito de Sansão, que matou a mil homens com a queixada de um jumento. Alguns rabinos também explicaram que estiveram envolvidas duas batalhas. Em uma delas, Jasobeão teria morto a trezentos homens; e na outra, a oitocentos. E há várias outras tentativas de harmonização; porém, visto que são todas conjecturas, em nada nos ajudam a resolver essa questão de diferença numérica. Diz a Septuaginta, em II Samuel 23:8: «Ele brandiu a sua lança contra oitocentos soldados de uma só vez», dando a idéia de que ele precisou enfrentar uma força formidável, e não que tivesse realmente morto a todos eles. Porém, essa tradução pode ter sido propositalmente distorcida a fim de evitar um feito tão fantástico. Jasobeão deve ter vivido por volta de 1050 A.C.

2. Um coreíta que descendia de Coate, e, por conseguinte, um levita (I Crô. 12:6). Viveu mais ou menos na mesma época do primeiro desse nome.

JASOM

Na Bíblia e nas obras apócrifas do Antigo Testamento há menção a um total de cinco homens com esse nome, a saber:

1. O Jasom de Atos 17:1,4,7 (e talvez de Rom. 16:21):

O nome desse personagem ou era um equivalente grego, ou, mais provavelmente ainda, era uma forma helenizada ou latinizada, qual corruptela, do apelativo hebraico Josué, que, através do grego, chegou ao idioma português na forma de *Jesus*. Os greco-romanos, com freqüência, distorciam a pronúncia dos nomes próprios semitas, ou então substituiam-nos, selecionando nomes próprios mais ou menos equivalentes quanto ao som, em lugar dos nomes judaicos. Assim, pois, o nome *Jasom* seria substituto de *Jesus*, do mesmo modo que *Paulo* tomara o lugar de *Saulo*. Em II Macabeus 4:7 há um sumo sacerdote com o nome de Jasom. O Jasom do livro de Atos, portanto, mui provavelmente era um judeu que se tornara cristão.

Aqueles que foram aprisionados durante a perturbação que visava ao apóstolo Paulo e a Silas, foram soltos sob a promessa de que não ocorreria mais qualquer dificuldade; e essa promessa provavelmente incluía a garantia de que Jasom não mais hospedaria os missionários cristãos, juntamente com alguma soma em dinheiro ou compromisso de pagamento, se tal garantia não se cumprisse. Esse astuto plano impediu o apóstolo Paulo de continuar mantendo contacto com os discípulos de Tessalônica. Mas, apesar disso, a igreja cristã local continuou a florescer. Isso aconteceu por volta de 53 D.C. Parece que Jasom acompanhou Paulo até Corinto (Atos 17:5-9; Rom. 16:21).

2. O Jasom de Romanos 16:21:

É possível que o Jasom mencionado nesse texto seja o mesmo Jasom dos dois parágrafos acima. Todavia, o nome era tão comum que é possível que outro homem tivesse estado em pauta. Seja como for, ele era um *parente* de Paulo, embora isso, provavelmente, signifique apenas que ele era um compatriota judeu de Paulo, e não um seu verdadeiro parente de sangue. Se ele fosse um autêntico parente, então também teríamos de incluir nessa parentela a Lúcio e a Sosípatro, que figuram no mesmo versículo como «parentes» de Paulo. Mas, se um Jasom diferente daquele primeiro está aqui envolvido, então não dispomos de qualquer outra informação a seu respeito. Jasom estava entre aqueles que enviaram saudações aos cristãos de Roma. Ou então, se o décimo sexto capítulo de Romanos é uma epístola que mais tarde foi vinculada à de Romanos, mas que originalmente fora enviada à Ásia Menor (talvez a Éfeso), então Jasom teria enviado saudações aos cristãos daquela província. Quanto a esse problema sobre a integridade da epístola aos Romanos, ver o artigo sobre esse livro, em sua oitava seção.

3. *Um filho de Eleazar*, a quem Judas Macabeu enviara para solicitar a ajuda dos romanos contra os sírios, em cerca de 161 A.C. (I Macabeus 8:17). Ele, ou quiçá seu filho, procurou renovar a aliança em 144 A.C. (I Macabeus 12:16; 14:22; Josefo, *Anti.* 12:10,6).

4. *Um filho de Simão II*, e irmão do sumo sacerdote Onias III. Ele obteve o ofício de sumo sacerdote para si mesmo, mediante suborno. Tornou-se conhecido por seus esforços tendentes à helenização do judaísmo (II Macabeus 4:7-26). Entre as suas atividades que refletiam a sua maneira de pensar, temos o fato de que ele deu ricos presentes para os jogos sagrados de Tiro, efetuados em honra a Hércules (II Macabeus 4:16-20). Mas ele ficou ocupando o ofício apenas por três anos de 174 a 171 A.C. Foi substituído por Menelau, ao oferecer ao monarca um suborno ainda mais gordo. Então, Jasom fugiu para os amonitas. Mas, então, ele ouviu o falso rumor de que Antíoco havia falecido no Egito, e retornou à Palestina. E muitos de seus seguidores derrubaram Menelau. Entretanto, Antíoco, após retornar do Egito, vingou-se, e Jasom teve de fugir novamente para Amom, e dali para o Egito e, mais tarde ainda, para a cidade de Esparta, onde, finalmente, veio a falecer (II Macabeus 5:1-10).

5. Um cireneu que escreveu um livro sobre as lutas dos judeus pela liberdade, em conflito contra Antíoco Epifânio e seu sucessor, Eupator. O livro de II Macabeus conta a história sob forma condensada. Provavelmente, Jasom era grego e sua narrativa termina no ano de 160 A.C. Provavelmente, não escreveu muito depois dessa data.

JASPE

Há uma palavra hebraica e uma palavra grega envolvidas, a saber:

1. *Yashepheh*, que aparece por três vezes no Antigo Testamento: Êxo. 28:20; 39:13 e Eze. 28:13.

2. *Íaspis*, termo grego que figura por quatro vezes, todas no Apocalipse (4:3; 21:11,18,19).

O trecho de Êxo. 28:20 menciona essa pedra que era usada no peitoral do sumo sacerdote de Israel. No livro de Apocalipse (21:19) aparece como um dos materiais usados nos alicerces da Nova Jerusalém. O jaspe é uma espécie opaca de quartzo, uma sílica de grão muito fino (dióxido de sílica), aliada à calcedônia e à pederneira. Aparece com certa variedade de cores: vermelho, marrom, amarelo, verde, azul e negro. As pedras com cores mais claras são usadas como gemas. O jaspe do Egito dispõe de faixas de diferentes tons de marrom. Ocorre em nódulos, tal como sucede à ágata. Da mesma forma que outras sílicas de grão fino, o jaspe é depositado pela água circulante, ou a água do subsolo ou em soluções hidrotermais de origem ígnea.

A palavra hebraica e a palavra grega envolvidas incluíam mais pedras do que aquelas que hoje em dia chamaríamos de *jaspe*. As referências antigas incluíam diversos tipos de variedades translúcidas e delicadamente coloridas de quartzo (as calcedônias), e também o que hoje chamamos de *crisópraso*. Atualmente, porém, esse nome limita-se às variedades ricamente coloridas e estritamente opacas. Os antigos usavam o jaspe (em termos modernos) no fabrico de selos, cilindros, etc. Além disso, as antigas palavras hebraica e grega também incluíam o que hoje chamamos de jade.

JASPERS, KARL

Suas datas foram 1883-1973. Ele nasceu em Oldemburgo, na Alemanha e formou-se médico em 1909. Engajou-se no trabalho psiquiátrico em Heidelberg. Tornou-se então um docente particular em psicologia, em Heidelberg, em 1913. Começou a interessar-se vivamente pela metafísica. Ensinou filosofia em Heidelberg, de 1916 a 1938. Durante o regime de Hitler, não recebeu licença para apresentar conferências, e, finalmente, foi destituído de suas funções de professor. Em 1945, entretanto, foi reintegrado e começou a ensinar filosofia em Basiléia, na Suíça. Veio a ser conhecido como um existencialista, embora não apreciasse esse rótulo. Sua obra prima foi uma obra em três volumes, sobre filosofia, publicada em 1932.

Escritos. Além da obra que acabamos de mencionar, ele escreveu os seguintes livros (títulos em inglês): *General Psychopathology; Psychology of Views; Man in the Modern Age; Reason and Existence; Nietzsche; Descartes and Philosophy; The Idea of the University; The Question of Guilt; Nietzsche and Christianity*, além de outras, incluindo, *Introduction to Philosophy* e *Ciphers of Transcendence*.

Idéias:

1. Seu principal interesse era descrever e tentar compreender a distintiva função do homem que filosofa. Sua própria filosofia era a de um pensador subjetivo que extraía idéias de seu próprio discernimento intuitivo, sujeitando-as, por muitas e muitas vezes a uma rigorosa crítica e análise. Para ele, a filosofia precisa passar pela descoberta científica, então pela iluminação pessoal (ou descoberta da liberdade individual, dentro do tempo), e, finalmente, pela *Metaphysik*, palavra germânica que, para ele, indica a consciência da dependência a um ser transcendental.

O elemento existencial do pensamento de Jaspers assemelhava-se ao de Heidegger (vide). Porém, este último era um realista, influenciado pelo escolasticismo, ao passo que Jaspers tendia para o idealismo, exibindo influências da parte de Kant e do protestantismo.

Qual o propósito da filosofia? Para ele, era despertar os homens para a **autenticidade**. a. O homem seria um *Dasein*, um «estar ali», um objeto empírico dentro do espaço e do tempo. b. O homem também seria consciência (*Bewusstsein*). c. Finalmente, o homem seria um espírito (*Geist*). O homem utilizaria os materiais desta vida a fim de chegar a totalidades ideais.

2. A mais importante distinção que uma pessoa poderia exprimir acerca do homem é que ele é uma *existência*. A sua ênfase sobre esse item era tão grande que sua filosofia chegou a ser apodada de «filosofia da existência». Haveria três considerações relacionadas ao homem: a. O homem pode evitar a existência evitando a autenticidade, ou seja, não conhecendo e não atingindo o que ele é e deveria ser como um ser humano. b. Há um aspecto transcendental no homem que depende de um ser transcendental, embora faça parte do mesmo. c. Em meio a isso há a *existência*, ou seja, o homem autêntico, conforme ele pode agora existir. Quando o homem torna-se nele mesmo, então ele é existência. E um homem torna-se em si mesmo quando alcança uma autêntica autoconsciência, postando-se dentro da história com uma atitude de liberdade e franqueza perante a transcendência toda abrangente. E é dessa maneira que o homem alcança um momento de transcendência, embora ele ainda não seja transcendental. Porém, quando o ser humano perde essa franqueza e liberdade, sua consciência fica corrompida e ele perde a sua existência. E então afunda de volta no *Dasein:* ele, meramente, encontra-se ali, um objeto que está no espaço e no tempo.

A existência e seus limites. A existência está limitada por fronteiras impenetráveis (*Grenzsituationem*). Experimentar essas limitações e existir são uma

e a mesma coisa; e, em meio a isso, sentimos desespero. No entanto, o desespero pode ser uma emoção cognitiva e elevadora, pois força-nos na direção da autenticidade. Em suas experiências finitas, o homem enfrenta o problema do mal. E a morte física é a principal dessas experiências finitas, além de ser a mais dramática de todas as barreiras que cercam a existência. A culpa é uma outra importante limitação. A culpa demonstra o poder que a nossa liberdade exerce sobre o nosso destino. O limite da *situacionalidade* é a limitação que temos em nossa própria situação de vida, em nossa condição humana particular. Uma parte da nossa autenticidade consiste em usarmos o poder do livre-arbítrio a fim de transcendermos aos nossos próprios limites. Fazemos as coisas acontecerem; fazemos de nós mesmos aquilo que somos, e assim experimentamos a transcendência. Ainda outras limitações são as oportunidades, os sofrimentos e os conflitos.

3. Até mesmo no caso do indivíduo que já atingiu o nível da *existência*, permanece uma certa polaridade entre a razão e a existência. A razão, sem a existência, fica vazia; e a existência sem a razão não passa de um sonho particular. A razão unifica os diversos elementos da existência, mediante vários modos de comunicação. É nessas comunicações que descobrimos as verdades individualizadas; porém, para além desse ponto temos de forçar na direção da transcendência e do Ser eterno.

4. O objetivo da luta do homem é a transcendência, e essa transcendência consiste em um Ser. O ser é a mais profunda de todas as verdades. Em seu mais completo sentido, não há qualquer possibilidade de que um homem venha a atingir o Ser absoluto; todavia, estará sempre se movendo nessa direção. Para além de nosso atual horizonte de existência, há a *abrangência*. Quando crescemos, fazemos os nossos horizontes ampliarem-se, e assim nos movemos na direção da abrangência. A idéia da abrangência está ligada à nossa percepção da parcialidade e natureza incompleta de todo esquema e idéia. Todas as filosofias são parciais; todas as idéias são imcompletas, todas as realizações são limitadas. Os sistemas de pensamento são todos circulares e necessariamente levam a noções incompletas. E esses fragmentos incompletos são incorporados no conceito da abrangência. Além disso há a transcendência e o estado completo.

5. *Metafísica*. É através da metafísica que podemos ler as cifras da transcendência. Uma cifra é um símbolo e, através das cifras o mundo empírico fala à nossa consciência e nos confere compreensão. Dessa maneira, podemos ler a verdade do Ser, embora não em termos de conceitos. A transcendência fala à existência por meio dos símbolos (cifras). Essa comunicação dá-se por meio da intuição, e nunca mediante os fatos empíricos da percepção dos sentidos. Há uma certa ambigüidade na intuição, e a ambigüidade é uma das características de todas as cifras. Nos mitos e nas filosofias, a cifra primária, que nos daria total compreensão, permanece oculta, mas espera ser descoberta.

6. *Ciência*. Essa emerge do princípio do *Dasein*. Os objetos empíricos existem juntamente com outros, em um mundo que é detectado pela percepção dos sentidos. A razão experimenta a totalidade no *Dasein*, embora em nossas experiências divida-se em esferas separadas. Jaspers falava sobre quatro dessas esferas: a inorgânica, a orgânica, a alma como experiência e o espírito (*Geist*), que é a alma racional da filosofia.

7. *História*. A história compor-se-ia de todos aqueles toques empíricos do homem, e também das tentativas humanas por atingir a transcendência na filosofia, na religião, nos mitos, nos conceitos, etc. A verdade é um ser histórico condicionado pela existência dentro deste mundo empírico. A liberdade é possível ao homem, mas opera dentro dos limites das situações últimas, sendo impedida por essas situações, como a morte, o sofrimento, os conflitos e o senso de culpa.

8. *Ética*. Essa é a exploração da experiência e a potencialidade do livre-arbítrio. Liberdade é sinônimo de escolha, de consciência própria, de identificação pessoal. Escolher é o mesmo que ser livre. O ser do homem é livre, pois sem a liberdade ele é reduzido a nada. Só existo à medida que sou livre. A liberdade consiste em experiência, sob a forma tanto de espontaneidade como de ação. Ajo *com base* em idéias intuitivas de valor. Devo dedicar-me a alguns valores, mas muitos valores continuam sendo investigados e permanecem incertos para nós. Experimento a angústia nas minhas incertezas acerca dos valores e das escolhas. O senso de culpa segue-se à incerteza e ao erro nas escolhas. Não existe tal coisa como um absolutismo que resulte da racionalização e da harmonização humanas, e não da própria verdade. Em meu coração sei que para o homem, em seu estado presente, não há valores fixos, não há conclusões, não há padrões absolutos. No fim, não fora a transcendência, a vida humana redundaria em total fracasso. O homem está condenado a lutar interminavelmente. Há um temível paradoxo entre a existência finita e o esforço para atingirmos a infinitude. O símbolo final da salvação é a transcendência.

9. *Religião*. Jaspers, à semelhança de Kant, criticava as provas tradicionais em prol da existência de Deus. Ele rejeitava o teísmo, o ateísmo, o panteísmo, a religião revelada e todas essas explicações padronizadas, afirmando que tudo isso não passa de símbolos (cifras). Por isso, correríamos o risco de considerar esses símbolos em sentido liberal e absoluto. A verdadeira compreensão religiosa residiria nas intuições que operam através da teologia e da filosofia. Mas esses sistemas tentam, sem êxito, articular as cifras. O homem, em sua liberdade, conhece apenas obscuramente que ele não está sozinho, que há algo de muito grande, vasto e misterioso «lá fora», além das suas limitações, finitudes e conflitos. De alguma forma, intuímos que o homem resulta do poder e dos atos da transcendência, embora não estejamos em posição para definir tais coisas, e embora as nossas cifras nos enganem, levando-nos a pensar que sabemos mais sobre a verdade do que realmente sabemos.

Na abrangência encontramos as pegadas de Deus, embora de forma tão distante e indistinta que só podemos seguir as nossas intuições, na esperança de obter o melhor. A metafísica definiria as cifras, mas a compreensão é uma questão eminentemente pessoal, efetuada em meio à liberdade. O homem está aberto à transcendência, e assim aspira pela eternidade. Nesse próprio desejo temos uma indicação da realidade na direção da qual ele procura avançar. Não podemos rejeitar a fé, pois isso equivaleria a dizer que o mundo imediato é tudo quanto existe. É a fé que pressente a transcendência que há para além deste mundo imediato.

Para Jaspers, a Bíblia era um sugestivo instrumento para atingirmos a compreensão, ou seja, de encontrar e definir as cifras. As cifras salientadas na Bíblia são Deus, o amor, o livre-arbítrio, a necessidade de escolher entre o bem e o mal, a eternidade que há no homem, um universo contingente, a imagem de Deus

como um refúgio do homem — todas essas coisas são símbolos importantes, que deveríamos seguir. Não obstante, na Bíblia continuamos no terreno dos símbolos, e não no campo da realidade última, para a qual a Bíblia aponta. Em nossas dúvidas, entretanto, chegamos a transcender aos símbolos. Se confiamos no tocante a tudo, então acabamos matando a *busca* que é a essência do Ser. No momento, não pode haver qualquer salto final da fé para a certeza. Essa é uma falsidade que os sistemas promovem, procurando obter conforto mental, mas que pouco tem a ver com a verdade.

10. *Gnosiologia*. A maneira de pensar de Jaspers sobre o conhecimento era, essencialmente, uma forma não hostil de *ceticismo* (vide). Ele anelava por explorar, descrever e analisar; e, no entanto, pensava que, em nossa atual condição humana, não podemos obter um conhecimento indiscutível. Ele também tomava um ponto de vista cético quanto àqueles sistemas de conhecimento que modificam os símbolos do conhecimento, elevando-os a dogmas e certezas. O seu método era subjetivo, dependendo dos informes que a intuição nos pode outorgar. Juntamente com Kierkegaard, ele descrevia as experiências imediatas à luz de seu significado emocional e ontológico, nas quais ele via os elementos de amor, de ansiedade, de esperança e de desespero, alternando-se com conflitos. Ele acreditava que a pesquisa científica deveria ser um antídoto para os dogmas religiosos, políticos e filosóficos; mas também asseverava que a ciência pode proporcionar-nos um conhecimento meramente superficial, pouco dizendo a respeito da verdadeira natureza da realidade. Quando muito, a ciência é apenas uma mitologia funcional, capaz de pôr em nossas mãos ferramentas práticas para enfrentarmos nossas vidas físicas, diárias. Mas pouco ou nada tem para dizer a respeito da transcendência, onde, de alguma maneira, em algum ponto, em algum tempo, a verdade pode ser descoberta. (AM E EP MM P)

JASUBE

No hebraico, «aquele que volta». Nome de dois homens que figuram nas páginas do Antigo Testamento:

1. O terceiro dos quatro filhos de Issacar, que fundou a família chamada *jasubitas* (Núm. 26:24; I Crô. 7:1). Entretanto, em Gên. 46:13, ele é chamado Jó. Viveu em cerca de 1856 A.C.

2. Um daqueles israelitas que se tinham casado com alguma mulher estrangeira, na Babilônia, durante o cativeiro dos judeus ali, mas que, quando do retorno à Palestina, foi obrigado a divorciar-se dela para que a sociedade de Israel pudesse ser restaurada à sua pureza. Ver Esd. 10:29. Isso ocorreu por volta de 459 A.C.

JASUBI-LEÉM

No hebraico, «devolvedor do pão». Ao que parece, descendia de Selá (I Crô. 4:22) e viveu por volta de 995 A.C. Contudo, alguns intérpretes crêem que o texto em foco significa que Noemi e Rute *retornaram* do lugar onde tinham estado para Belém da Judéia, terminado o período de escassez de alimentos. Ainda outros opinam que está em pauta um lugar perto de Maresa, situado no lado ocidental do rio Jordão. A Revised Standard Version, em inglês, diz «e retornou a Leém», referindo-se a Sarafe, que governava em Moabe. É preciso reconhecer que há um erro primitivo no texto, que nos impossibilita de entender a passagem com maior satisfação.

JATÃO

De acordo com Tobias 5:13, um dos livros apócrifos, Jatão era filho de Semaías e irmão de Ananias, parentes de Tobias. Em algumas traduções aparece, nesse trecho, a forma variante do nome, Jônatas.

JATIR

No hebraico, «redundante». Esse era o nome de uma das nove cidades que foram entregues à tribo de Judá, para os levitas da família de Coate (Jos. 15:48; 21:14; I Crô. 6:57). Davi enviou despojos para esse lugar, após sua vitória sobre os amalequitas, em Ziclague (I Sam. 30:27). Ela tem sido identificada com a moderna Khirbet 'Attir, cerca de vinte e um quilômetros a sudoeste de Hebrom.

JATNIEL

No hebraico, «aquele a quem Deus confere». Ele foi o quarto filho de Meselemias, porteiro do tabernáculo (I Crô. 26:2), que viveu por volta de 1014 A.C. Era um coreíta.

JAVÃ

No hebraico, «efervescente», embora alguns pensem que o sentido do nome é desconhecido. Era o nome de uma pessoa, o quarto filho de Jafé, e, portanto, neto de Noé. Por extensão, tornou-se o nome designativo de seus descendentes e dos lugares que eles vieram a ocupar.

1. Javã foi o quarto filho de Jafé (Gên. 10:2,4; I Crô. 1:5,7), e viveu em algum tempo depois de 2500 A.C. Alguns eruditos supõem que ele foi o progenitor dos povos originais da Grécia e de certas ilhas do mar Egeu, e também da porção sul da península italiana, embora não se possa dizer essas coisas com certeza absoluta. Ver o artigo sobre *Jafé*, quanto a especulações sobre as origens e os descendentes desse filho de Noé, onde também há um gráfico que ilustra a questão. Etimologicamente, o nome *Javã* corresponde à *Jônia* (no grego antigo, *Ialon*), e foi usado pelos profetas do Antigo Testamento para denotar os descendentes de Javã na Jônia, nas costas ocidentais da Ásia Menor, e, por extensão, também na Grécia, na Macedônia, etc., porquanto havia descendentes seus até mesmo em certas regiões costeiras do mar Negro.

O trecho de Isa. 66:19 refere-se a Javã, juntamente com Társis, Lud, Pute e Tubal como nações distantes às quais seriam enviados missionários que falariam a respeito da glória de Yahweh e da restauração de Jerusalém. Para os judeus, essas nações representavam os limites ocidentais do mundo que eles conheciam. Os trechos de Daniel 8:21; 10:20 e 11:2 identificam Javã com o império greco-macedônio de Alexandre, pelo que o *bode* que marrava vindo do Ocidente era o rei de Javã. As passagens de Dan. 10:20 e 11:2 falam sobre vários conflitos entre nações que envolveriam o povo de Javã. Ezequiel 27:13 é trecho que vincula Javã a Tubal e Meseque, como comerciantes em bronze e em escravos. Joel 3:6 condena Tiro porquanto vendia como escravos cidadãos de Judá e Jerusalém a Javã. Zacarias 9:13 prediz o triunfo final de Israel sobre Javã, o que, naquele texto, evidentemente representa nações aguerridas dentre as quais a Grécia era o exemplo mais destacado.

2. O trecho de Ezequiel 27:19 menciona Javã de tal modo que parece requerer uma localização na Arábia.

Seu comércio com Tubal e Meseque é enfatizado, um comércio que envolvia o tráfico de escravos. Os estudiosos têm-se sentido confusos diante dessa referência de Ezequiel, que remove Javã do Ocidente; e eles não têm conseguido dar uma explicação definitiva. Sucede, porém, que os descendentes de Javã sempre foram grandes colonizadores, não sendo difícil conjecturar que até mesmo na região da Arábia houvesse uma forte colônia deles, em alguma época passada, embora isso não passe de uma conjectura. Todavia, a Septuaginta diz «vinho», em vez de *Javã* (palavras similares aparecem no texto hebraico original), dando a entender que pode ter havido alguma forma de erro primitivo no original hebraico. Nesse caso, a dificuldade de localização geográfica estaria removida, visto que Javã nem estaria em foco nessa referência.

Os descendentes de Javã estavam destinados a exercer poderosíssima influência sobre a civilização antiga. Além deles terem sido os herdeiros da civilização babilônica e medo-persa, a própria civilização romana só é corretamente caracterizada quando a denominamos de greco-latina. Países tão distantes entre si como a Rússia e Portugal exibem sinais de influência grega, desde o idioma até à cultura e a própria etnia. Todo o sul da Itália (berço da civilização latina em sua porção norte) era grego. Durante muitos séculos essa região da porção austral da bota italiana foi conhecida como Magna Grécia. Isso tem reflexos até hoje, incluindo a forma de gesticulação das pessoas, quando falam. Todo italiano é muito gesticulador, mas os italianos do sul gesticulam à moda dos gregos, e não segundo o resto da Europa, conforme fazem os italianos do centro e do norte da Itália!

JAVALI

A palavra hebraica, **chazir**, aparece por sete vezes no Antigo Testamento. (Ver Lev. 11:7; Deu. 14:8; Sal. 80:13; Pro. 11:22; Isa. 65:4; 66:3,17). Esse termo hebraico indicava tanto o porco doméstico como as variedades silvestres. Os hebreus, os egípcios, os árabes, os fenícios e outros povos das proximidades não eram consumidores de carne de porco ou javali. No entanto, em período posterior, do outro lado do mar da Galiléia, e em algumas regiões do Egito, o porco, domesticado, passou a ser usado como um dos itens da alimentação. No Egito, os criadores de porcos eram tidos como uma classe muito baixa; e, naturalmente, os hebreus desprezavam tais homens, por causa de seus conceitos religiosos; O javali não ataca o homem, se não for molestado; mas enfurece-se quando atacado. Sabe-se que grupos de javalis podem atacar até mesmo os grandes felinos. No Brasil há dois tipos de javali, o caititu e o queixada. O primeiro é menor, mas às vezes anda em bandos numerosos, e homens e animais os respeitam, incluindo a própria onça, o maior felino de nossas florestas.

Nos tempos do Antigo Testamento, os javalis eram abundantes na Palestina, e até hoje podem ser encontrados naquela região do mundo. — Os javalis foram domesticados desde os tempos mais remotos como por exemplo, no Egito, antes de 3000 A.C. O habitat desse ungulado ia desde o norte da Ásia, atravessando toda a Europa até às ilhas britânicas. Os islamitas, tanto quanto os judeus, não consomem carne de porco, embora alguns judeus, nos dias de Jesus, preferissem ignorar as proibições mosaicas (Mat. 8:30). Ou o trecho falaria de alguma comunidade gentílica? Também parece que alguns judeus antigos consumiam carne de porco (Isa. 66:17). A proibição mosaica encontra-se em Lev. 11:7 e Deu. 14:8. Sabe-se que o porco é o hospedeiro de um tipo de parasita que pode ser transferido para o organismo humano, mediante a ingestão de carne de porco mal cozida, e que pode ser perigoso para a saúde do homem, podendo até mesmo matá-lo. Naturalmente, os judeus antigos não sabiam disso, pelo que aquela proibição mui provavelmente alicerçava-se, psicologicamente, sobre os hábitos imundos desse animal, capaz de comer quase qualquer coisa.

Usos Metafóricos. 1. A mulher indiscreta e de baixa moral é comparada a esse animal (Pro. 11:22). 2. A queda moral de uma pessoa é simbolizada através do ato de cuidar dos porcos (Luc. 15:15). 3. O trecho de Mateus 8:31 sugere a associação dos demônios com os porcos. Os judeus chegavam mesmo a pensar que uns e outros pertenciam à mesma ordem de seres. 4. Os mestres falsos, que entram em contacto com as idéias cristãs, mas posteriormente retornam às idéias e costumes dos pagãos, são assemelhados aos porcos, em sua natureza (II Ped. 2:22). (G HA ND UN)

JAVÉ

Ver sobre **Yahweh.**

JAZA

No hebraico, «repisada», pois diz respeito a alguma eira. Esse era o nome de uma cidade da Transjordânia, onde houve uma batalha decisiva entre os israelitas e Seom, rei dos amonitas (Núm. 21:23; Deu. 2:32; Juí. 11:20). Essa cidade fora entregue aos levitas meraritas da tribo de Rúben (Jos. 13:18; 21:36; I Crô. 6:78). Posteriormente, os conquistadores babilônios destruíram a cidade. Jaza foi denunciada profeticamente por Jeremias (ver Jer. 48:21,34 e Isa. 15:4). Na época, a cidade era ocupada pelos moabitas. A pedra Moabita (vide) apresenta o rei Mesa a dizer que o rei de Israel residiu em Jaza enquanto fez guerra contra ele, mas que dali foi expulso e que Mesa passou a controlar a cidade, assim aumentando os territórios moabitas. Por isso é que, naquelas duas referências acima, dos livros proféticos, a cidade aparece como pertencente a Moabe. Não há qualquer certeza quanto à identificação moderna da cidade.

JAZANIAS

No hebraico, «Yahweh ouve». Nome de quatro personagens que aparecem nas páginas do Antigo Testamento:

1. O filho de um maacatita (II Reis 25:23; Jer. 40:8), que viveu por volta de 588 A.C. Ele se aliou a Gedalias, governador nomeado pelos babilônios para governar o remanescente de Judá, quando do exílio babilônico. Talvez seja o mesmo Jazanias mencionado em Jer. 40:8 e 42:1. Parece que ele recuperou parte dos despojos tomados por Ismael, filho de Netenas (Jer. 41:11 *ss*), e então foi para o Egito com o resto dos judeus revoltados (Jer. 43:4,5).

2. Um filho de Jeremias (não o profeta), um chefe dos recabitas (Jer. 35:3). Ele se mostrou leal às idéias e às práticas de seus genitores, e o profeta Jeremias usou-o como ilustração de lealdade cujo exemplo deveria ter sido seguido pelos judeus (Jer. 35:3).

3. Um filho de Safã. Ezequiel viu-o em uma visão, oferecendo sacrifícios a ídolos, em Jerusalém (Eze. 8:11). Isso ocorreu por volta de 593 A.C.

4. Um filho de Azur, um ímpio príncipe de Judá, contra quem Ezequiel recebeu ordens para profetizar (Eze. 11:1). Ele foi uma das vinte e cinco pessoas

contra quem a atenção do profeta Ezequiel foi dirigida. Isso aconteceu por volta de 594 A.C.

JAZEEL

No hebraico, «Deus confere». Nome do primogênito de Naftali (Gên. 46:24). Foi ele o fundador do clã dos jazeelitas (Núm. 26:48). Ele viveu por volta de 1856 A.C.

JAZER

No hebraico, talvez «ele ajuda». Esse era o nome de uma cidade dos amonitas, em Gileade, no lado oriental do rio Jordão. Foi conquistada dos amorreus quando Israel invadiu a Terra Prometida (Núm. 23:32). Foi uma das quatro cidades pertencentes à tribo de Gade que foram entregues aos levitas (Jos. 21:39). Alguns dos mais habilidosos e destemidos guerreiros de Davi vieram daquela localidade (I Crô. 26:31). Finalmente, os moabitas conquistaram a área e fizeram de Jazer uma de suas cidades fronteiriças (Isa. 16:9; Jer. 48:32). Isso teve lugar pouco depois da queda de Samaria. Nos tempos helenistas, os amonitas estiveram de posse de Jazer; mas Judas Macabeu tomou-a deles. Isso teve lugar em cerca de 164 A.C. (I Macabeus 5,7,8). O local tem sido tentativamente identificado com o wadi Sa'ib, perto de es-Salt. Outras identificações também têm sido propostas, como Khirbet Sar (Qasr es-Sar), cerca de oito quilômetros a oeste de Amam, perto do wadi esh-Shita; e também Khirbet es-Sireh, cerca de um quilômetro e meio ao norte de Khirbet Sar. Mas a verdade é que a questão da localização exata da antiga cidade continua em aberto.

JAZERA

No hebraico, «guiado de volta por Deus». Um sacerdote, neto de Imer (I Crô. 9:12), filho de Mesulão. Em Nee. 11:13, ele é chamado de Azi, filho de Mesilemote. Encontrava-se entre aqueles que retornaram do cativeiro babilônico a fim de ajudar a reestabelecer o povo de Israel em Jerusalém, em cerca de 536 A.C.

JAZIZ

No hebraico, «proeminente». Todavia, alguns duvidam desse ou de qualquer outro significado sugerido. Esse era o nome de um hagarita que estava encarregado do gado de Davi, provavelmente a leste do rio Jordão (I Crô. 27:31). Ele viveu por volta de 1014 A.C.

JEALELEL

No hebraico, «louvador de Deus», ou então «que Deus resplandeça». Esse era o nome de dois personagens que ocupam as páginas do Antigo Testamento:

1. Um descendente de Judá, mas cujos pais não são mencionados, embora o sejam quatro filhos seus (I Crô. 4:16). Ele viveu em cerca de 1618 A.C.

2. Um levita merarita. Seu filho, Azarias, participou da restauração do templo de Jerusalém, nos tempos de Ezequias (II Crô. 29:12). Viveu por volta de 719 A.C.

JEANS, JAMES H.

Suas datas foram 1877-1946. Ele foi físico e astrônomo, nascido na Inglaterra. Educou-se em Cambridge e ensinou em Cambridge e em Princeton. Foi um habilidoso cientista e conferencista popular. Sua metafísica idealista é importante do ponto de vista religioso. Essa metafísica reduz a realidade ao não-material, pois ele explicava que tudo quanto existe é o conteúdo da *mente divina*. Naturalmente, isso é uma negação do materialismo e a espiritualização do conhecimento. Ver sobre o *Idealismo*. Ele descrevia Deus como o «Matemático Puro». Contudo, preferia chamar Deus de «a Mente divina». Muitos religiosos animam-se diante do fato de que alguns físicos teóricos não são materialistas. De fato, os físicos teóricos estão usando uma linguagem parecida com a dos místicos, e parece que uma visão inteiramente diferente da realidade está surgindo na ciência, que, sem dúvida alguma, produzirá profundos efeitos sobre a teologia cristã.

JEARIM

No hebraico, «florestas». Esse era o nome de uma montanha, localizada na fronteira norte do território de Judá (Jos. 15:10). Essa montanha era forrada por florestas, o que lhe explica o nome. A cidade de Balá ou Quiriate-Jearim ficava localizada ali. Há no local uma serra montanhosa cerca de treze quilômetros de distância de Jerusalém, que lhe fica mais para o Oriente, e onde fica localizada a moderna aldeia de Saris.

JEATERAI

No hebraico, «aquele que é guiado por Yahweh». Esse era o nome de um levita gersonita, antepassado de Asafe (I Crô. 6:21). No vs. 41 daquele trecho, porém, ele é chamado de Etni, o que, segundo alguns eruditos, representa um erro escribal.

JEBEREQUIAS

No hebraico, «aquele a quem **Yahweh** abençoa». Ele era o pai de certo Zacarias (não o profeta desse nome), que Isaías contratara como testemunha de seu casamento com a *profetisa* (Isa. 8:2). Isso ocorreu em cerca de 739 A.C. Ele também era testemunha das profecias de Isaías contra a Síria e Efraim.

JEBUS

No hebraico, «pisada». Um antigo nome de Jerusalém, quando ainda era uma cidade cananéia, nas colinas do sudoeste da Palestina, naquilo que, posteriormente, veio a chamar-se de Sião (Jos. 15:8; 18:16,28; Juí. 10:10; I Crô. 11:4,5). Davi foi quem capturou a Jerusalém jebusita (II Sam. 5:8). A arqueologia tem demonstrado que Jebus era fortificada por duas fortes muralhas. A cidade antiga ficava ao sul da área do templo, que veio a tornar-se o centro de adoração em Israel. Até onde a história nos pode fazer recuar, Jebus já existia, muitos séculos antes da época de Davi. Os jebuseus (vide) deram o seu nome à cidade, e não o contrário, conforme freqüentemente acontecia.

Os eruditos também dizem que «Jerusalém» é um nome antiqüíssimo dessa cidade, ao ponto de, talvez, ser ainda mais antigo que Jebus. Se isso é verdade, então quando Davi chamou a cidade de «Jerusalém», isso foi a restauração de um nome antigo, e não uma mudança de nome. Referências bíblicas, como a de Josué 10:1,3,5, mostram que esse nome existia desde antes da invasão israelita, e o trecho de Josué 15:8 mostra-nos que os dois nomes já eram usados

para indicar o mesmo lugar, no tempo dessa invasão.

Melquisedeque (Gên. 14:18), da época de Abraão, era rei de *Salém*, o que significa *pacífica*. Por sua vez, *Jerusalém* significa «alicerce da pacífica». E isso quer dizer que, nos dias de Abraão, já havia a raiz do nome *Jerusalém*. É possível que o nome original significasse «fundada em paz», e que *Salém* fosse uma forma abreviada do nome original, «Jerusalém». Um informe egípcio, do século XIX A.C., menciona *Urusalimum*, com quase absoluta certeza uma menção à antiga cidade de Jerusalém. A correspondência de Tell el-Amarna, do século XIV A.C., diz *Urusalim*, uma outra antiga evidência da antiguidade desse nome. O trecho de Jos. 15:8 traz a forma variante «jebuseu», que é explicada como uma menção a Jerusalém. Ver os artigos separados sobre *Jebuseu(s)* e *Jerusalém*.

JEBUSEU(S)

Ver o artigo sobre **Jebus** (Jerusalém), a principal cidade dos antigos *jebuseus*. O jebuseus estavam entre as sete populações cananéias condenadas à destruição pelos escritores bíblicos. Os jebuseus, usualmente, aparecem em último lugar nas listas. Ver Gên. 10:16; 15:21; Êxo. 3:8,17; 13:5; Deu. 7:1; 20:17; Jos. 3:10; 9:1; 11:3; 12:8; 24:11; Juí. 3:5; I Reis 9:20; I Crô. 1:14. Os jebuseus eram uma das mais poderosas nações de Canaã que se estabeleceram próximas do monte Moriá, onde construíram a cidade de Jerusalém. Chamaram-na de Jebus, segundo o nome de seu próprio primeiro antepassado, que pertencia à linhagem de Canaã, filho de Cão. Ver Gên. 10:6,15.

Josué e seu exército conseguiram derrotá-los, tendo efetuado grande morticínio e destruição e matando Adonizedeque, o rei deles (Jos. 10). Todavia, os jebuseus não foram totalmente subjugados, conseguiram reter Jebus como sua capital (Juí. 1:8). Só foram inteiramente desapossados nos tempos de Davi (II Sam. 5). — Mas a propriedade particular foi respeitada e alguns jebuseus puderam ficar com suas terras, mesmo nos tempos de Davi. Isso levou à circunstância que o local onde o templo foi, finalmente, edificado, até então era propriedade particular de Araúna, um jebuseu. Davi, entretanto, comprou aquele terreno, embora Araúna tivesse oferecido o mesmo como uma dádiva (II Sam. 24:18-25). Os trechos de Esd. 9:1 e Nee. 9:8 são outras referências bíblicas a esse povo. E no livro apócrifo de Atos dos Apóstolos há uma alusão a uma certa caverna, em Chipre, onde a raça dos jebuseus, ao que se diz, antes tinham vivido. Além disso, nessa mesma obra apócrifa, há menção a um jebuseu piedoso, que seria parente do imperador Nero.

Visto que os jebuseus ocupavam a faixa fronteiriça entre Judá e Benjamim (Jos. 15:63; Juí. 1:21), eles serviam de uma inconveniência para ambas essas tribos de Israel. Mas nenhuma dessas duas tribos foi capaz de deslocar inteiramente aos jebuseus. As referências nos livros de Esdras e Neemias subentendem que os jebuseus continuaram a existir como uma tribo pagã distinta até mesmo após o cativeiro babilônico.

A Arqueologia e os Jebuseus:

1. Os arqueólogos têm localizado a Jerusalém dos jebuseus na colina oriental, ao sul do terreno mais elevado sobre o qual Salomão, no século X A.C., erigiu o suntuoso templo.

2. Os jebuseus não ocupavam esse terreno mais elevado porque ali havia um templo cananeu que era tido como um local sagrado, que devia permanecer desocupado.

3. A área tornou-se um minúsculo terreno em forma triangular, embora pesadamente fortificado. Seus limites eram os vales do Cedrom, Tiropoeano e Sedeque. Contava com um bom suprimento de água potável na fonte de Giom.

4. Davi utilizou-se de um túnel a fim de invadir a cidade. Esse túnel fazia parte do sistema de transporte de água que os cananeus haviam construído para trazer água desde um ponto fora da cidade para um reservatório localizado no interior da cidade murada. Esse sistema, juntamente com um outro, similar, construído por Ezequias, rei de Judá (II Reis 20:20), têm sido explorado pelos arqueólogos. A questão é descrita no artigo separado *Giom, Fonte de*. Ver também os artigos *Aquedutos Antigos* e *Ezequias*, quinto ponto, quanto às construções desse rei, incluindo o seu famoso aqueduto.

5. Várias escavações arqueológicas têm revelado os limites originais da antiga cidade de Jebus, juntamente com suas várias expansões, feitas posteriormente. Têm sido encontradas porções das muralhas da cidade e outras fortificações de Jebus, incluindo o grande portão do lado ocidental. Algumas dessas construções remontam a um tempo tão recuado quanto 2000 A.C.

6. A cidade capturada por Davi, vista de cima, tinha o formato de uma gigantesca pegada humana, com cerca de 380 m de comprimento por cerca de 137 m de largura. Isso fazia de Jebus uma cidade levemente maior do que a antiga Jericó, quando os cananeus exerciam controle sobre a mesma. Contava com altas muralhas e outras fortificações militares, mostrando assim o problema de estratégia que Davi precisou enfrentar. A menos que ele tivesse encontrado uma maneira astuciosa de penetrar na cidade, através de seu sistema de fornecimento de água, ter-lhe-ia sido praticamente impossível conquistá-la, por mais maciças que fossem as forças que pudesse lançar contra ela.

JECAMEÃO

No hebraico, «o povo levantar-se-á». Ele era levita, o quarto filho de Hebrom, no arranjo dos levitas, estabelecido por Davi (I Crô. 23:19; 24:23). Ele viveu em torno de 960 A.C.

JECAMIAS

No hebraico, «Yahweh levantar-se-á» ou «Yahweh estabelecerá». Esse foi o nome de duas personagens da Bíblia:

1. Um homem da tribo de Judá, filho de Salum (I Crô. 3:18). Descendia de Judá. Viveu nos dias do rei Acaz, em cerca de 730 A.C.

2. O quinto filho do rei Jeconias (I Crô. 3:18). Nasceu durante o cativeiro babilônico, em cerca de 598 A.C.

JECOLIAS

No hebraico, «capaz por meio de **Yahweh**». Esse era o nome da mãe do rei Azarias (Uzias), de Judá (II Reis 15:2; II Crô. 26:3). Ele viveu por volta de 810 A.C.

JECONIAS

No hebraico, «Yahweh estabelece». Há três personagens do Antigo Testamento canônico e em seus livros apócrifos com esse nome:

1. O penúltimo rei de Judá, cujo nome é mencionado em I Crô. 3:16,17; Est. 2:6; Jer. 24:1;

27:20; 28:4; 29:2. E, no Novo Testamento, na linhagem do Senhor Jesus, em Mat. 1:11,12. Ele viveu por volta do ano de 599 A.C.

2. Um levita que viveu nos dias do rei Josias. Em II Crô. 35:9, seu nome aparece com leve forma variante, Conanias. Com a forma de Jeconias, somente em I Esdras 1:9.

3. O filho de Josias, que foi rei de Judá (I Esdras 1:34).

O nome *Jeconias* é uma forma alternativa de Jeoiaquim.

JECUTIEL

No hebraico, «Deus sustentará». Esse nome está relacionado ao termo árabe *gata*, «sustentar», «nutrir». Ele era filho de Esdras e uma «mulher judia», que algumas pessoas pensam que se deve traduzir como nome próprio *Jeudia* (vide), e que outros pensam ser a mulher de *Hodias* (vide). Ele fundou a cidade de Zanoa (vide) (I Crô. 4:18). Isso ocorreu em cerca de 1618 A.C. Ele era descendente de Judá, através de Merede (vide).

JEDAÍAS

No hebraico, «louvado por Yahweh». Nome de várias personagens que figuram na Bíblia, a saber:

1. Um chefe do segundo turno de sacerdotes, depois que Davi os dividiu em vinte e quatro grupos (I Crô. 24:7). Ele viveu por volta de 1014 A.C. Talvez tenha sido o antepassado dos novecentos e setenta e três sacerdotes que retornaram a Jerusalém, após o término do cativeiro babilônico, mencionados em Esd. 2:36 e Nee. 7:39.

2. Um sacerdote que serviu na época do sumo sacerdote Josué (I Crô. 9:10; Nee. 11:10), e que, ao que parece, era seu aparentado (Esd. 2:36; Nee. 7:30). Provavelmente, ele é o mesmo indivíduo mencionado em Nee. 12:6, que foi honrado com uma coroa pelo profeta, segundo o registro de Zac. 6:14. Viveu em cerca de 530 A.C.

3. O pai de Sinri e antepassado de Ziza (I Crô. 4:37) mencionado na história de Semaías, com quem estabeleceu residência no vale do Gedor. Viveu por volta de 700 A.C.

4. O filho de Harumafe, um dos edificadores das muralhas de Jerusalém, quando as mesmas foram restauradas após o cativeiro babilônico. Ver Nee. 3:10. Ele viveu em cerca de 446 A.C.

JEDIAEL

No hebraico, «conhecido por Deus». Há três ou quatro homens que podem ser identificados com esse nome, nas páginas do Antigo Testamento:

1. Um patriarca da tribo de Benjamim. Seus descendentes foram enumerados entre os guerreiros, quando do recenseamento feito por Davi (I Crô. 7:6,10,11). É possível que ele tenha sido o mesmo homem que é chamado de Asbel, em I Crônicas 8:1. Alguns eruditos pensam que ele pertencia a uma família de Zebulom. Ele viveu por volta de 1700 A.C.

2. Um levita coreíta, filho de Meselemias, que serviu como porteiro do templo de Jerusalém, nos dias de Davi (I Crô. 26:1,2). Viveu por volta de 1014 A.C.

3. O filho de Sinri, um dos poderosos guerreiros de Davi, que foi para o exílio em companhia dele, em Ziclague, quando Davi fugia de Saul (I Crô. 11:45; 12:20). Isso ocorreu por volta do ano 1000 A.C.

4. Um manassita que se aliou a Davi em Ziclague e que se tornou um de seus poderosos guerreiros (I Crô. 12:20). Entretanto, alguns o identificam com o mesmo Jediael que ocupa o terceiro lugar nesta lista. Viveu por volta de 1000 A.C.

JEDIAS

No hebraico, «unidade de Yahweh», embora outros prefiram interpretar como «que *Yahweh* se alegre». Nome de dois homens que figuram nas páginas da Bíblia:

1. Um representante dos filhos de Subael, que parece ter estado encarregado de uma das divisões dos serviços prestados no templo de Jerusalém (I Crô. 24:20). Ele viveu em cerca de 1014 A.C.

2. Um meronotita que estava encarregado das jumentas de Davi e mais tarde, de Salomão (I Crô. 27:30). Viveu por volta de 1014 A.C.

JEDIDA

No hebraico, «amada». Esse era o nome da mãe do rei Josias. Ela era filha de Adaías. Era esposa do rei Amom (II Reis 22:1). Ela viveu por volta de 650 A.C.

JEDIDIAS

No hebraico, «amado por Yahweh». O profeta Natã deu essa alcunha a Salomão, filho de Davi, declarando ser esse o nome de Deus para ele, como garantia de que Deus estava investindo nele e usaria a sua vida. Ver II Sam. 12:25.

J. E. D. P.(S.)

Essas letras são abreviações das alegadas quatro fontes do Pentateuco (ou Hexateuco). Segundo alguns estudiosos, essas quatro fontes teriam sido entretecidas para formar aqueles documentos sagrados. Isso equivale a dizer que Moisés não foi o autor desses livros, embora algumas de suas idéias e instituições tivessem sido incorporadas aos mesmos. A teoria dá a esses livros datas muito distantes e posteriores dos dias de Moisés, querendo levar-nos a crer que tradições, tanto orais quanto escritas (mas principalmente orais) teriam sido coligidas bem mais tarde, através de um ou mais editores, — formando assim livros como Gênesis, Êxodo, Levítico, etc.

J. Esse símbolo é usado para indicar um dos componentes dos livros em questão, além de porções de I e II Samuel. Significa Jeová (isto é, *Yahweh*), que é um nome divino comum e enfático, no material proveniente dessa suposta fonte. Os eruditos dividiram essa fonte em duas partes, de tal modo que até mesmo *J* deveria ser visto como mais de um autor ou compilador. Ver o artigo separado sobre *J*, quanto a maiores detalhes. Pertenceria aos séculos X e IX A.C.

E. Essa letra é usada para simbolizar outra das fontes formadoras do Pentateuco (ou Hexateuco). Significa *Elohim*, o nome divino enfático e característico dessa suposta fonte. Os estudiosos acreditam que porções de I e II Samuel também se valeram dessa fonte. Teria sido escrito no reino do norte, talvez no território de Efraim, em cerca do século VIII A.C. Os eruditos disputam sobre a sua independência, alguns supondo que meramente seria uma parte de *J*, *D* e *S*, e não uma entidade literária separada, argumentando que parte desse material teria sido trabalho de um editor ou editores, e não uma genuína fonte informativa. Ver também sobre *E*.

D. Essa letra é usada para simbolizar outra suposta fonte do Pentateuco (ou Hexateuco), além de material incorporado em I e II Reis e Jeremias, além de outros

livros do Antigo Testamento, talvez. Esse símbolo indica o autor ou autores do livro de Deuteronômio, além de uma escola de historiadores que teria agido como editores, após a publicação do livro de Deuteronômio (o que teria sido feito somente em 621 A.C.). Esses editores teriam empregado o mesmo vocabulário e outras idéias típicas do livro de Deuteronômio e outros. Dali é que teriam saído materiais incluídos em Josué, Juízes, I e II Reis e Jeremias. Ver o artigo sobre *D*.

P(S). *P* «priestly» em inglês corresponde a *S*, «sacerdotal» em português. — Estaria sob consideração o cógico *sacerdotal*, uma das alegadas fontes informativas do Pentateuco (ou Hexateuco). Ao que alguns presumem, incluindo Êxodo 25—31; 35—40; Levítico 1—16; Números 1:1—10:28, além de outras seções, como porções do livro de Gênesis, porções de Êxodo 1—24; Lev. 17—26; Números 11—36 e trechos de Deuteronômio 31—34, além de uma boa parcela de Josué. Alegam esses teóricos que seria uma fonte «sacerdotal» por causa de sua ênfase sobre as cerimônias, os ritos e as funções sacerdotais da fé judaica. Teria sido uma fonte produzida no século V A.C. Quanto a uma descrição completa a respeito, ver o *Código Sacerdotal*.

S. Uma outra fonte informativa, também chamada *S* por alguns eruditos, é utilizada para indicar certa fonte informativa de Gênesis — (capítulos 1—11 e 14—18). Essa fonte é atribuída ao século X A.C. Ver sobre isso no artigo *S*. Esse *S* representa *Sul* ou *Seir*, seu alegado lugar de origem.

Desnecessário é dizer que essa teoria *J.E.D.P.(S.)* tem servido de campo de batalha que envolve eruditos liberais e conservadores, porquanto destrói a unidade literária do Pentateuco, negando a autoria mosaica e conferindo datas bem posteriores aos livros envolvidos. Temos provido discussões sobre essas questões nos artigos sobre os livros em questão. Questões como diferenças de vocabulário, de estilo, de referências históricas e do tipo e antiguidade do idioma hebraico empregado são destacadas como razões para a opinião de que vários autores e editores estiveram envolvidos na escrita e compilação daqueles primeiros livros da Bíblia Sagrada.

JEDUTIUM

No hebraico, «aquele que louva». O homem com esse nome era um levita da família de Merari. Foi um dos quatro grandes mestres da música do templo (I Crô. 16:41,42; 25:1). Esse nome também designa os seus descendentes, que também foram músicos notáveis em seu tempo (II Crô. 25:15; Nee. 11:17). Os subtítulos dos Salmos 39, 62 e 77 mostram que esses salmos, talvez, fossem recitados com acompanhamento musical; ou, então, há alusão a algum tipo especial de instrumento musical, usado no acompanhamento dos salmos em questão, quando eram recitados. O Jetudum original também era conhecido pelo nome de Etnã (I Crô. 6:44), que talvez tivesse sido seu nome original. Ao que parece ele era dotado tanto de dons musicais quanto de dons proféticos (I Crô. 25:1,3). Era um vidente real (II Crô. 35:15), e, mui provavelmente, ocupava-se em adivinhações e predições, e não meramente em prestar conselhos ao rei. A família que descendia dele continuou a oficiar, terminado o exílio babilônico (Nee. 11:17).

JEEZQUEL

No hebraico, «Deus fortalecerá». Nome de um sacerdote que era o cabeça do vigésimo turno de sacerdotes, na época de Davi (I Crô. 24:16). Ele viveu por volta de 1000 A.C.

JEFONÉ

No hebraico, «vivaz», «ágil», ou, então, como alguns interpretam, «ele está pronto». Esse é o nome de duas pessoas, nas páginas da Bíblia:

1. O pai de Calete, companheiro de Josué na espionagem na terra de Canaã, antes da conquista daqueles territórios. Ver Núm. 13:6; 14:5,30,38; 26:65; 32:12; 34:19; Deu. 1:36; Jos. 14:6,13,14. Ele viveu em torno de 1700 A.C.

2. O filho mais velho de Jeter (Itrã), um descendente de Aser (I Crô. 7:38). Ele viveu em cerca de 1017 A.C.

JEFTÉ

No hebraico, «abridor», «ele abrirá» ou «El (Deus) abrirá». O sentido final do nome pode ser «liberdade».

1. *Caracterização Geral*. Jefté foi o nono juiz de Israel. Pertencia à tribo de Manassés. Ele foi um grande guerreiro de Israel, filho de Gileade e de uma concubina sua, ou de uma prostituta. Foi expulso de casa pelos seus irmãos, e refugiou-se na terra de Tobe (vide). Quando os amonitas atacaram militarmente a nação de Israel, Jefté retornou de seu exílio e apelou para os anciãos dos israelitas, encorajando-os a defender Israel. Jefté tomou a sério a sua responsabilidade. Em primeiro lugar, fez um voto, prometendo que se obtivesse a vitória, ofereceria em sacrifício (em holocausto) a primeira pessoa que viesse a encontrar-se com ele, proveniente de sua casa, quando voltasse da esperada vitória. As coisas complicaram-se quando essa primeira pessoa foi a sua própria filha única. No entanto, ele cumpriu seu voto dois meses mais tarde. Dali por diante, as mulheres de Israel passaram a observar quatro dias de lamentação pela virgindade da filha de Jefté, a cada ano. A última campanha de Jefté, contra os efraimitas revoltosos, também obteve pleno sucesso. Ver Juí. 11:1—12:7.

2. *Informes Históricos*. a. Por causa de seu nascimento ilegítimo é que ele fora expulso da sua casa paterna, tendo ido fixar residência em Tobe, um distrito da Síria, não muito longe de Gileade (Juí. 11:1-3). Em Tobe, Jefté tornou-se o chefe de um bando de homens violentos, que «ganhavam» a vida mediante violências. No Oriente, nos dias da antiguidade, tal atividade era considerada honrosa, se os objetos dos ataques fossem inimigos, quer públicos quer particulares, mormente se se sentisse que tais inimigos mereciam tal tratamento. Seja como for, foi durante esse tempo que Jefté adquiriu suas habilidades violentas que, mais tarde, foram postas a bom uso, em defesa de Israel.

b. Após a morte de Jair, pai de Jefté, os israelitas, por causa de suas idolatrias e corrupções, tornaram-se sujeitos à opressão dos filisteus, a oeste do rio Jordão, bem como dos amonitas, para o Oriente. Dezoito anos de agonia levaram os israelitas de volta a uma melhor espiritualidade, e eles procuraram de Deus a libertação de seus inimigos. O tempo era cerca de 1143 A.C.

c. As tribos israelitas da Transjordânia decidiram fazer oposição violenta contra os amonitas; e Jefté foi escolhido como o melhor líder da revolta. Jefté aceitou o convite, e tornou-se um prestigioso guerreiro. Surpreendentemente, no começo ele tentou barganhar com os amonitas, solucionando a disputa por meios pacíficos. Mas seus esforços diplomáticos redundaram em nada. Isso fez com que a violência se

tornasse a única alternativa para livrar Israel de seus adversários ocupantes.

d. *O Voto Precipitado*. Jefté anelava pelo triunfo, razão pela qual fez um voto *precipitado*, o de que sacrificaria em holocausto a primeira pessoa que viesse recebê-lo, vindo de sua casa, *se* ele retornasse a ela vitorioso. Ver sobre esta loucura em Juí. 11:30,31. — Versículos 3-33 explicam como os amonitas foram totalmente derrotados, com tremendas perdas. Jefté voltou vitorioso para casa. Mas, tragicamente, a primeira pessoa a vir ao seu encontro foi a sua filha única. Houve música e danças em celebração à vitória. Mas Jefté sentia-se tão derrotado quanto os amonitas. E Jefté declarou: «Ah! filha minha, tu me prostras por completo...» (Juí. 11:35). Jefté explicou à sua filha única o voto que fizera, e a donzela só pediu mais dois meses de vida, a fim de chorar sua virgindade com suas amigas. Os dois terríveis meses passaram-se, e o horrendo sacrifício foi consumado.

e. Em seguida, Jefté precisou lutar contra os perturbadores efraimitas, no lado ocidental do rio Jordão. Os efraimitas não estavam satisfeitos, porque não haviam compartilhado do combate e da vitória sobre os amonitas. Foi na batalha que se seguiu entre os seguidores de Jefté e os efraimitas que houve a famosa história da pronúncia da palavra Chibolete, que os efraimitas pronunciavam como Sibolete. Essa palavra significa «espiga de trigo». Dessa forma, os efraimitas podiam ser facilmente identificados, e muitos deles foram mortos quando não conseguiam pronunciar direito a palavra sugerida. Ver o relato em Juí 12:1-6.

3. *Governo e Morte de Jefté*. Jefté julgou Israel durante seis anos (Juí. 10:6; 12:7). Ao que parece, ele conseguiu governar em paz. Corria, aproximadamente, 1105—1099 A.C. Sua autoridade parece ter-se limitado à região a leste do rio Jordão, a Transjordânia. Finalmente, Jefté faleceu e foi sepultado em sua terra nativa, em uma das cidades de Gileade (Juí. 12:7).

4. *Caráter de Jefté*. Jefté era um homem intenso. Ele vivera temerariamente, matou a muitos e fez um famoso voto precipitado, que, mui estupidamente, foi cumprido. Como é óbvio, ele era homem de vontade férrea, embora ele se tivesse mostrado primitivo em sua fé religiosa. A sua tentativa de negociar com os amonitas mostra-nos que a violência não era o único aspecto de seu caráter. Soluções rápidas, por meios violentos, eram o costume da época, e Jefté foi apenas um produto de sua época.

5. *O Problema do Voto*. Os intérpretes têm transformado em campo de batalha essa questão do voto de Jefté. Jefté realmente cumpriu o seu horrendo voto? Alguns respondem na afirmativa; e outros, na negativa. Aqueles que respondem com um «não» inspiram-se na crença dogmática de que isso não pode ter acontecido em Israel, ou, então, temem que possam compreender que Deus, realmente, aprovou e aceitou o ato.

a. *Argumentos em Apoio que o Sacrifício foi Efetuado*. Os textos bíblicos envolvidos deixam claro que Jefté fez o voto e o cumpriu. Além disso, por que as mulheres de Israel lamentariam pela filha de Jefté, se o voto não tivesse sido cumprido! Apesar dos sacrifícios humanos terem sido proibidos pela legislação mosaica (ver Deu. 18:10; 12:30,31; Lev. 18:21; 20:2; Sal. 106:37,38; 7:31; Eze. 16:20,21), não há razão alguma para supormos que essas leis foram observadas cem por cento. Além disso, temos o exemplo de Abraão, no caso de Isaque, que poderia ter servido de precedente para casos especiais, embora, via de regra, a legislação mosaica fosse obedecida. Sabemos, por meio da história, que continuaram em Israel os sacrifícios humanos, apesar das leis em contrário. Finalmente, os registros bíblicos mostram que o próprio Jefté foi um homem violento, que, durante anos, ganhou a vida atacando outras pessoas. Sua primitiva fé religiosa não o impediu, pois, de oferecer um sacrifício humano; e o seu passado violento levou-o a aceitar e praticar atos absurdos, como esse do sacrifício de sua própria filha única. Provavelmente, ele estava bem convencido de que Deus aprovava o seu voto, o que estaria evidenciado pelo fato de que derrotara completamente o inimigo. E, assim sendo, não temeu executar o seu voto, sacrificando a filha única. Sem dúvida, ele classificava isso como um *ato especial*, embora não aprovasse uma prática generalizada de sacrifícios humanos, de adultos ou de infantes.

b. *Argumentos Contra a Realidade do Sacrifício*. O principal desses argumentos estriba-se sobre a proibição mosaica, supondo que Jefté não teria ousado contradizê-la. Porém, o argumento da *coerência* na observação da lei mosaica não é muito forte. Além disso, alguns distorcem o próprio texto sobre o voto. O trecho de Juí. 11:31, então, é interpretado como se dissesse: «...quem primeiro da porta da minha casa me sair ao encontro, voltando eu vitorioso dos filhos de Amom, esse será do Senhor, *ou* (em vez de *e*) eu o oferecerei em holocausto». Mediante essa sutil alteração imaginária, Jefté teria tido uma opção, indicando que a pessoa em foco poderia ser consagrada ao serviço do Senhor, e não como um holocausto que pusesse fim à sua vida terrena. É verdade que a palavra hebraica envolvida pode ser assim traduzida, mas o texto inteiro clama contra tal alteração na tradução. Além disso, o vs. 38, onde as mulheres de Israel aparecem a lamentar pela virgindade da filha de Jefté, é interpretado como se indicasse que elas lamentavam não por sua morte, mas pelo fato de que ela teria de permanecer como virgem, separada para o serviço do Senhor como tal. A condição normal das jovens, em Israel, era casarem-se e terem filhos; e, se não fosse esse o caso, então fazia-se lamentação pela donzela. Porém, a virgindade da filha de Jefté foi lamentada, não porque ela tivesse permanecido no celibato pelo resto da vida, e, sim, porque seria morta quando ainda virgem, pelo que não tivera tido oportunidade de ter filhos, o que era considerado uma desgraça em Israel. Outrossim, sendo ela morta, isso significaria que Jefté não teria quem lhe continuasse o nome, visto que ela era filha única. E isso também era considerado uma calamidade em Israel.

c. *Comentário sobre o Voto de Jefté*. Que o voto de Jefté foi cumprido, tenhamos a certeza. Isso é apenas uma evidência da natureza primitiva da fé de um homem violento. Não há razão para supormos que Deus tenha dado a Jefté a sua notável vitória *porque* ele fizera aquele voto, ou que, depois da vitória, houvesse qualquer *necessidade* de cumprir o voto. Jefté é que criara a questão toda. Deus não esteve envolvido em tão estúpido ato. As pessoas acusam Deus de toda espécie de coisas ridículas, e até mesmo injuriosas e prejudiciais, e inventam coisas estúpidas em suas mentes. O trecho de Juízes 11:29 mostra-nos que Deus usa as pessoas até mesmo quando elas pensam e agem de forma estúpida.

JEGAR-SAADUTA

No hebraico, «montão do testemunho». Esse foi o nome arameu que Labão deu ao monte de pedras que erigira para servir de memorial do pacto firmado entre ele e Jacó, — quando, finalmente, se

separaram. Jacó comemorou o ato levantando uma coluna (Gên. 31:47), — que chamou de *Galeede* (vide), que significa «montão do testemunho». É provável que essa palavra, usada por Jacó, esteja vinculada à região chamada *Gileade* (vide), porquanto naquela região é que foi firmada a aliança entre Jacó e Labão.

JEÍAS

No hebraico, «Yahweh vive». Nome de um dos porteiros da arca, quando Davi a transportou para Jerusalém. Ele foi nomeado porteiro em favor da arca (I Crô. 15:24). Viveu por volta de 1000 A.C.

JEIEL

No hebraico, «que El viva». Esse foi o nome de dez ou onze homens que aparecem nas páginas do Antigo Testamento, a saber:

1. Um levita que serviu nos dias de Davi no ministério musical, que era muito importante para Davi (que também era músico consumado). Foi Davi quem mais desenvolveu a música sacra em Israel. Jeiel ministrava diante da arca do Senhor (I Crô. 15:18,20 e 16:5). Muitos pensam que ele é o mesmo Jeías do vs. 24 desse mesmo capítulo quinze de I Crônicas. E tem sido identificado com o Jeiel de I Crô. 23:8, um dos filhos de Ladã, e que estava encarregado dos tesouros da casa do Senhor (I Crô. 29:8). Viveu por volta do ano 1000 A.C.

2. Um levita gersonita que alguns estudiosos identificam com o homem que acabamos de descrever. Seu pai era Ladã. Os levitas que serviam no tabernáculo também se tornaram servos do templo (I Crô. 23:8 e 29:8).

3. Um filho de Hacmoni, que, ao que parece, trabalhava como tutor real, na porção final do reinado de Davi (I Crô. 27:32). Viveu por volta de 1000 A.C. Serviu tanto aos filhos de Davi como a Jônatas, tio de Davi.

4. Um filho de Josafá, rei de Judá (I Crô. 21:2).

5. Um levita que serviu durante os dias de Ezequias. Era filho de Hemã, um cantor que atuava no culto sagrado (II Crô. 29:14). Uma variante de seu nome é *Jeuel*. Entre seus deveres estava o de cuidar do tesouro guardado no templo de Jerusalém (II Crô. 31:13). Viveu por volta de 726 A.C.

6. Um dos governantes da casa de Deus, que contribuiu para a renovação do culto no templo, nos dias de Josias (II Crô. 35:8). Viveu por volta de 623 A.C.

7. O pai de Obadias. Juntamente com outros duzentos e dezoito homens, retornou do cativeiro babilônico a Jerusalém, em companhia de Esdras (Esd. 8:9). Isso aconteceu em cerca de 459 A.C.

8. O pai de Secanias, dos descendentes de Elão (Esd. 10:2), que se casara com uma mulher estrangeira ao tempo do cativeiro babilônico, mas que foi forçado a divorciar-se dela quando o povo de Israel renovou seu pacto de cultuar ao Senhor, em Jerusalém. Viveu por volta de 457 A.C.

9. Um sacerdote que se casara com uma mulher estrangeira, nos dias do cativeiro babilônico, e que precisou divorciar-se dela quando Israel renovou seu pacto com o Senhor, ao retornar a Jerusalém (Esd. 10:21). Ele viveu por volta de 459 A.C.

10. Um dos filhos de Israel que precisou divorciar-se de sua esposa estrangeira, com quem se casara durante o cativeiro babilônico, para que pudesse participar da renovação do pacto de Israel com o Senhor, em Jerusalém (Esd. 10:26), o que aconteceu em cerca de 459 A.C.

11. Um dos filhos de Hotão, o aroerita. Ele era membro da guarda militar de Davi, cujo nome foi incluído na lista suplementar de I Crô. 11:44. Seu tempo foi em torno de 1046 A.C.

JEIRA

Ver sobre Pesos e Medidas. Essa medida, **jeira** é mencionada no Antigo Testamento em Êxo. 30:13; Lev. 27:25; Núm. 3:47; 18:16 e Eze. 45:12.

JEIZQUIAS

No hebraico «aquele a quem Yahweh fortalece» (pois tem o mesmo sentido do nome Ezequias). Ele era filho de Salum, um dos cabeças da tribo de Efraim. Diante da sugestão feita pelo profeta Obede, insistiu em mostrar clemência para com os prisioneiros tomados da tribo de Judá (II Crô. 28:12), em cerca de 738 A.C. Ele se opôs a que cativos judeus fossem trazidos para Samaria, nos dias do rei Acaz.

JEJUM

Esboço:

I. Caracterização Geral
II. O Valor do Jejum
III. História do Jejum nas Escrituras
IV. O Jejum no Novo Testamento
V. A Importância do Jejum
VI. Do Século II D.C. em Diante
VII. O Jejum no Islamismo, no Hinduísmo e no Budismo

I. Caracterização Geral

A importância do jejum, em muitas e nas mais diversas religiões, sempre foi perfeitamente óbvia. Uma fome prolongada pode provocar visões e diversos outros tipos de experiências místicas, tanto genuínas quanto espúrias. Essa qualidade do jejum tem feito que o mesmo seja largamente empregado, na cultura judaica cristã e fora dela. Assim, tem sido usado pelos shamans a fim de facilitar a comunicação com espíritos desencarnados, como também era usado por aqueles que davam e consultavam os oráculos gregos. Portanto, tem uma longa e diversificada história. Além de seu emprego, como provocador de experiências místicas (a alma rebrilha mais quando o estômago está vazio), o jejum tem sido usado como meio de expressão de arrependimento, ou como um meio de buscar o favor e o perdão da parte de Deus ou dos deuses. Meu irmão, que tem sido homem dotado de poder espiritual, usa o jejum para ajudá-lo a solucionar problemas difíceis. Ele dá início a um período de jejum, buscando respostas através desse tipo de sacrifício e disciplina. O jejum também tem sido um sinal comum de *lamentação* e *luto*. Quanto a esse aspecto do jejum, ver I Sam. 31:13; II Sam. 1:12. No tocante ao *arrependimento*, ver Joel 2:12-18; Nee. 9:1,2. Aquele que *busca intensamente* a Deus, geralmente jejua (Sal. 35:13; 69:10). Os judeus tinham somente um dia de jejum absoluto, a saber, no dia da expiação (Lev. 16:23; Núm. 29:7). Mas o judaísmo posterior também contava com muitos outros dias de jejum. Naturalmente, no caso de muitos, o jejum havia degenerado em mera ostentação, tornando-se parte do legalismo (ver Isa. 58 e Jer. 14:12). Foi contra esse tipo de jejum que o Senhor Jesus se rebelou, condenando-o.

II. O Valor do Jejum

Eis um exercício espiritual que tem perdido sua

popularidade na adoração religiosa, talvez como sinal de nossos tempos, que se caracterizam por grande ausência de disciplina; pois, acima de tudo, o jejum requer disciplina. Não obstante, é fato bem conhecido entre os estudiosos do misticismo, que o jejum tem seu valor como preparação da alma, para que possa exercer suas funções mais elevadas, porque, nesse estado, os apetites do corpo são negados, e esses apetites sempre impedirão as faculdades mais exaltadas da alma. A máxima que diz que a alma brilha mais quanto menor for a atenção dada ao corpo, parece expressar uma verdade, especialmente no que concerne ao jejum e a tudo que diz respeito aos apetites físicos. O jejum, pois, fazia parte importante da adoração judaica, e aparentemente, continuou assim na igreja cristã primitiva.

III. História do Jejum nas Escrituras

As palavras hebraicas usadas para indicar o «jejum» podem significar simples abstinência de alimentos, mas há uma expressão hebraica, «inna napso», que significa «afligir a alma». A princípio o jejum foi instituído como uma das exigências anuais vinculadas às festividades religiosas de todos os anos. Os hebreus jejuavam no dia da Expiação (ver Lev. 17:29,31; 23:27-32 e Núm. 29:7). Após o exílio babilônico, o jejum passou a fazer parte das quatro outras festas anuais religiosas (ver Zac. 8:19), que assinalavam grandes tragédias na história nacional judaica. O trecho de Est. 9:31 talvez deixe entendido o estabelecimento ainda de um outro jejum regular.

O jejum era expressão de tristeza (ver I Sam. 31:13; Nee. 1:4; Est. 4:3 e Sal. 35:13,14); de penitência (ver I Sam. 7:6; Dan. 9:3,4; Jon. 3:5-8); de humilhação (ver Esd. 8:21; Sal. 69:10); de *punição* auto-infligida, como meio de mostrar a Deus a própria sinceridade, na busca pela sua orientação, o que parece ter sido o fator que mais perdurou, no que tange a essa atividade religiosa (ver Êxo. 34:28; Deut. 9:9; II Sam. 12:16-23). A prática desse princípio levou os homens a pensarem que o jejum tem alguma forma de mérito automático diante de Deus (ver Isa. 58:3,4), e essa era a atitude de muitos líderes eclesiásticos dos tempos do Senhor Jesus.

IV. No Novo Testamento

Nos tempos neotestamentários, em adição àquelas ocasiões, mencionadas nos parágrafos imediatamente acima, os judeus piedosos costumavam jejuar todas as segundas e quintas-feiras (ver Luc. 18:12). Outros talvez costumassem jejuar com maior freqüência ainda, como parece ter sido o caso da profetisa Ana (ver Luc. 2:37). O Senhor Jesus jejuou em certos lances de seu ministério, como se vê em Mat. 4:1-4. Sempre o Senhor teve como implícito que seus ouvintes jejuariam, não tendo condenado a esse costume, mas ensinava aos seus seguidores que deveriam jejuar visando a glória de Deus, e não a fim de se ostentarem diante dos homens (ver Mat. 6:16,18). O Senhor Jesus nunca ensinou aos seus discípulos a que não jejuassem, mas instruiu-os sobre um tempo mais apropriado para fazê-lo (quando ele se ausentasse deles, ver Mat. 9:14-17; Mar. 2:18-22 e Luc. 5:33-39

No livro de Atos vemos os líderes cristãos a jejuarem quando da escolha de missionários, o que evidentemente era *prática* que aplicava o jejum como meio de buscar a *orientação* divina (ver Atos 13:2,3 e 14:23). Paulo menciona por duas vezes os seus jejuns (ver II Cor. 6:5 e 11:27), mas não sabemos se esse jejum era voluntário ou ritualista.

O jejum, quando corretamente usado, sem dúvida alguma, é de inestimável valor no desenvolvimento espiritual e na busca pela orientação divina. O jejum e a meditação, ambos poderosos agentes na liberação dos poderes da alma, têm-se perdido na moderna igreja evangélica. Pensa-se atualmente que a simples leitura das Escrituras e a fala com Deus (isto é, a oração), mas desacompanhada da meditação (que é ouvi-lo), sejam suficientes. O estado anêmico das igrejas comprova quão errada é essa suposição. Porém, não é provável que o jejum ou a meditação venham a ser em breve restaurados nas igrejas evangélicas que não simpatizam nem com uma e nem com outra prática, e nem têm a disciplina necessária para torná-la útil.

A palavra traduzida por *servindo*, em Atos 13:2, envolve a oração, o jejum, a meditação, a exortação, provavelmente uma combinação de todos esses elementos. Tudo isso pode ter sido feito propositalmente para buscar a orientação divina sobre o que deveria ser feito em seguida, para obtenção do progresso das atividades missionárias da igreja; ou então essa orientação divina pode ter surgido como um resultado natural. Seja como for, a importância desse exercício fica aqui amplamente ilustrada.

V. A Importância do Jejum

O jejum é um exercício piedoso que tem perdido muitíssimo a sua popularidade na adoração religiosa, talvez como sinal dos tempos em que vivemos, altamente indisciplinados, porquanto o jejum requer, acima de tudo, grande disciplina e força de vontade. Não obstante, é fato bem conhecido, entre os estudiosos do misticismo, que o jejum é de inigualável valor como preparação da alma para exercer suas elevadas funções; porque, nesse estado, os apetites do corpo são negados. Esses apetites físicos, de qualquer modalidade, sempre servem de empecilhos para as funções mais nobres da alma. Parece não restar dúvida de que o máximo de realização que pode ser obtido pela alma brilha mais segundo à proporção da menor atenção que se dê ao corpo.

O *jejum* fazia parte muito importante da adoração judaica; e é evidente que assim continuou sendo, no seio da primitiva igreja cristã. No judaísmo, esse costume foi inicialmente instituído como parte integrante de determinadas festividades religiosas; mas, gradualmente, foi-se tornando uma prática mais constante, visto que os judeus piedosos, dos tempos do cristianismo, e mesmo antes, costumavam jejuar todas as segundas e quintas-feiras (ver Luc. 18:12). Outros jejuavam ainda com maior freqüência do que isso, conforme parece ter sido o caso de Ana (ver Luc. 2:37).

O Senhor Jesus praticava o jejum (ver Mat. 4:1-4), tendo deixado subentendido que os seus seguidores haveriam de jejuar quando ele se ausentasse deles. Isso mostra que ele deve ter encontrado algum valor nessa prática (ver Mat. 9:14-17; Mar. 2:18-22 e Luc. 5:3—39). No livro de Atos observamos que os líderes cristãos costumavam jejuar quando da escolha de missionários e líderes das igrejas locais; e isso, evidentemente, servia para eles de poderoso meio de buscar a orientação divina, a fim de que tais escolhas fossem acertadas. Também servia essa prática para mostrar a seriedade da questão (ver Atos 13:2,3). Paulo também jejuava; mas não sabemos dizer se esse jejum era de natureza ritualista, ou era feito espontaneamente (ver trechos de II Cor. 6:5 e 11:27). Quando é corretamente usado, o jejum é de indiscutível valor para o desenvolvimento espiritual do crente, embora, por si mesmo, utilizado como rito vazio, não tenha valor algum, conforme os fariseus erroneamente supunham. O jejum é auxílio poderoso na busca pela orientação de Deus. À semelhança da

meditação, o jejum é poderoso agente para liberar os poderes da alma. Infelizmente, porém, ambas essas práticas vêm sendo extremamente negligenciadas pela moderna igreja evangélica, onde a indolência espiritual é uma constante. Outrossim, atividades externas de muitas modalidades têm substituído os antigos e bíblicos meios de expressão religiosa, para grande prejuízo do cristianismo, do ponto de vista espiritual.

Comumente se imagina que a simples leitura das Escrituras e o falar com Deus (ao que chamam de oração) sejam suficientes para o desenvolvimento espiritual do crente. Todavia, a prática e a experiência têm comprovado que esse ponto de vista labora em grave equívoco. Pois, apesar dessas práticas mais simples serem necessárias, as igrejas cristãs locais precisam de algo mais profundo. O estado de anemia espiritual das congregações evangélicas demonstra sobejamente essa verdade. Não obstante, não é provável que o jejum e a meditação (que consiste em dar ouvidos e atenção a Deus) sejam novamente instaurados, na igreja cristã, como práticas constantes, visto que os crentes atuais nem simpatizam com elas e nem têm a disciplina necessária para que elas se tornem operantes e eficazes

VI. Do Século II D.C. em Diante

O jejum tornou-se um costume importante e regulamentado, na Igreja cristã, antes do fim do século II D.C. Após o século III D.C., tornou-se uma prática crescentemente ligada ao *ascetismo* (que vede). Os cristãos, no século II D.C., adotaram a prática farisaica de jejuarem duas vezes por semana, embora não o fizessem nem na segunda e nem na quinta-feira, porque esses eram os dias escolhidos pelos judeus com esse propósito. Ver *Didache* 8:1 e *Didascalia* 5:14. Requeria-se o jejum antes da cerimônia do batismo (*Did.* 7:4). A *Epístola de Barnabé* alegoriza a questão do jejum, como também o fazia com outros pontos da lei, em vez de requerer a prática literal do jejum (3:1 *ss*). A segunda epístola de *Clemente* vai ao extremo de conferir ao jejum uma posição superior à oração (ver 16:4). O *Pastor de Hermas* recomenda o jejum, mas também o alegoriza, dizendo que o jejum que realmente agrada o Senhor é a *vida piedosa*. Ver *Hermas Sim.* 5:1. A prática do jejum também estava vinculada à caridade; o dinheiro poupado em razão de não ter sido gasto com uma refeição, era doado aos pobres.

Em vista do fato de que o jejum tornara-se parte das práticas do legalismo e do ascetismo, os reformadores protestantes rejeitaram os jejuns tradicionais e forçados, embora não o desaprovassem como uma questão individual de devoção e exercício espiritual.

Uma das abordagens modernas ao assunto consiste em ligá-lo à preocupação de quem jejua com os pobres e necessitados. O papa Paulo VI (Constituição Apostólica, *Paenitemini*, 17 de fevereiro de 1966), declarou: «As nações que desfrutam de abundância econômica têm o dever de abnegar-se, em combinação com uma prova ativa de amor, para com os nossos irmãos que são atormentados pela pobreza e pela fome». Essa preocupação deveria resultar em obras e feitos de caridade, que visassem ajudar a aliviar o sofrimento humano.

Em alguns lugares, o movimento carismático (que vede) tem renovado o interesse pelo jejum.

Na Igreja Católica Romana, os únicos jejuns obrigatórios são aqueles da Quarta-Feira de Cinzas e da Sexta-Feira da Paixão. Antes de tomar a hóstia, o católico romano deve abster-se de ingerir alimentos, pelo menos durante uma hora. Em séculos passados, os jejuns oficiais também tinham lugar durante todo o decurso da quaresma, em certos dias santificados e solenes. Na Sexta-Feira da Paixão, o bom católico precisa abster-se de certos alimentos, embora não tenha de fazer jejum total. Outros dias, como todos os domingos durante a quaresma, como o dia de São Marcos, etc., continuam sendo, até hoje, dias de jejum, pelo menos para *alguns* católicos romanos.

A Igreja Ortodoxa Grega reconhece duzentos e sessenta e seis dias de jejum no decorrer do ano, incluindo cada quarta e sexta-feira, os quarenta dias anteriores ao Natal e os quarenta dias antes da Páscoa, etc. Na primeira semana da quaresma, a carne é totalmente proibida e, depois disso, também ficam eliminados o peixe, o queijo, a manteiga, o azeite, o leite e os ovos. Os coptas e os nestorianos têm um jejum antes da quaresma, de três dias, que eles chamam de «jejum dos ninivitas». Algumas igrejas reformadas chegaram a recomendar o jejum durante a quaresma.

VII. O Jejum no Islamismo, no Hinduísmo e no Budismo

Maomé ordenou um jejum geral, para os seus discípulos, durante os trinta dias do mês de Ramadã (o nono mês do calendário islâmico). Durante esses dias, os islamitas só podem comer após o pôr-do-sol. Esse jejum comemora a outorga do Alcorão, por parte de Deus. Islamitas devotos também têm outros dias de jejum, além de mais seis dias, no mês seguinte, o jejum de Sura (no décimo dia do mês de Muharram). Também podem jejuar a cada segunda e quinta-feira, se o quiserem.

Os *brâmanes hindus* jejuam no décimo primeiro dia após a lua nova, e depois da lua cheia. Os devotos de Siva jejuam, além desses dias, a cada segunda-feira, durante o mês de novembro. Buda proibiu práticas ascéticas para o público religioso em geral; mas alguma abstinência é requerida da parte dos monges budistas. No zoroastrismo e no jainismo dá-se pouco valor ao jejum. (AM ABR ARB H NTI Z)

JEJUM NEGRO

Nome dado a uma prática de austeridade do século X D.C., por ocasião da Quaresma, e imediatamente antes da ordenação sacerdotal, pela Igreja Católica Romana. Nesses dias de jejum, a quantidade e a qualidade de alimentos ingeridos eram limitadas, como nos outros jejuns; mas, em adição a isso, o indivíduo só podia alimentar-se à noite. Somente *uma* refeição era permitida a cada dia, sendo vedados alimentos frescos como carne, ovos, manteiga, leite e vinho. O horário da única e frugal refeição variava, de acordo com costumes locais. Com o tempo, a prática foi abandonada e, em seu lugar, tornaram-se permissíveis um leve quebra-jejum e um jantar, em tais ocasiões. (AM E)

JALEEL

No hebraico, «esperando em Deus». Nome do terceiro dos três filhos de Zebulom (Gên. 46:14; Núm. 26:26). Ele foi fundador da família que tinha o seu nome, os jaleelitas. Viveu por volta de 1700 A.C.

JEMINA

No hebraico, «pomba». Esse era o nome da filha mais velha de Jó, que lhe nasceu depois que lhe foi restaurada a sua saúde e a sua prosperidade material (Jó 42:14). Ela e suas duas irmãs viveram em torno de

2200 A.C. De acordo com essa avaliação quanto ao tempo, Jó aparece como quem viveu na época dos patriarcas mais antigos de Israel. Porém, a questão tem suscitado aguda controvérsia. Ver sobre o livro de *Jó*, quanto à questão da sua *Data*.

JEMUEL

No hebraico, «dia de Deus». Esse era o nome de um dos filhos de Simeão, filho de Jacó (Gên. 46:10; Êxo. 6:15). Em Núm. 26:12 e I Crô. 4:24, ele é chamado *Nemuel* (vide). Ele viveu em cerca de 1700 A.C. Alguns estudiosos interpretam o significado de seu nome como «Deus é luz».

JEOACAZ

No hebraico, «Yahweh vê», ou, na opinião de outros, «Yahweh tomou conta». Esse nome equivale a Joacaz, uma abreviação daquele. Várias pessoas eram chamadas assim, na Bíblia:

1. Um filho de Jeú, rei de Israel, e que sucedeu a seu pai, em 856 A.C., tornando-se o décimo segundo monarca de Israel. Reinou durante dezessete anos (II Reis 10:35). Deu prosseguimento aos maus caminhos da casa de Jeroboão. Os sírios, sob a liderança de Hazael e Ben-Hadade, atacaram-no, tendo prevalecido sobre ele até que o reduziram a praticamente nada. Humilhado, clamou ao Senhor; e, então, veio-lhe o livramento, provavelmente na forma de seu filho, Jeoás (vide), que foi capaz de expulsar aos sírios e restabelecer o reino de Israel (II Reis 13:1-9,25). No tempo de Jeoacaz, a Síria chegou a controlar praticamente todo o território de Israel, o reino do norte. Porém, apesar de todas as suas tribulações, o rei de Israel não se desvencilhou do culto idólatra de Betel ou da adoração a Aserá, que era, então, extremamente comum (II Reis 13:6; 21:3). Pelo menos, entretanto, houve um reavivamento religioso parcial, que o levou a buscar ao Deus de Israel. A obscura referência a um «salvador de Israel» talvez aponte para o filho de Jeocaz, conforme dissemos acima; ou então a alusão é a Adade-Nirari III, o monarca assírio que começou a debilitar o poder dos sírios em cerca de 805 A.C. Todavia, outros sugerem que quem está em foco é *Eliseu*. Ver o artigo sobre *Israel, Reino de*.

2. O décimo sétimo rei de Judá, o reino do sul. Ele também era conhecido como Salum (Jer. 22:11,12). Era filho de Josias. Seu governo começou e terminou no mesmo ano, 608 A.C. Fora escolhido para suceder a seu pai, mas foi deposto por Faraó Neco apenas três meses mais tarde (II Reis 23:30-34; II Crô. 36:1-4). *Salum* é uma forma abreviada de Selemias. Albright pensava que tivéssemos aí um nome pessoal, e não um nome oficial de coroa. Faraó Neco exercia grande poder sobre a região em derredor do Egito, nomeando ou aprovando reis de povos estrangeiros. Visto que Jeoacaz havia sido nomeado sem a sua aprovação, ele pôs Jeoaquim (o irmão de Jeoacaz) em seu lugar. O monarca judeu deposto a princípio foi levado aprisionado para Ribla, na Síria; mas acabou encarcerado no Egito, onde veio a falecer (II Reis 23:30-35; II Crô. 36:1-4; I Crô. 3:15; Jer. 22:10-12). Ver o artigo sobre *Judá, Reino de*.

3. Esse nome é uma forma variante de Acazias, o filho de Jeorão, rei de Judá em 842 A.C. (II Crô. 21:17; 25:23).

4. *Acaz* é apenas uma forma abreviada de Jeoacaz. Acaz também foi rei de Judá. O nome completo foi encontrado em uma inscrição de Tiglate-Pileser III, da Assíria.

JEOADA

No hebraico, «Yahweh adorna». Nome de um dos filhos de Acaz, bisneto de Meribaal, descendente de Saul (I Crô. 8:36). Seu nome aparece com a forma de Jaerá, na passagem paralela de I Crô. 9:42. Viveu por volta de 1037 A.C.

JEOADÃ

No hebraico «Yahweh agradou». Ela era a esposa do rei Joás (II Reis 14:2; II Crô. 25:1), e mãe de Amazias, rei de Judá. Viveu, aproximadamente, entre 862 e 837 A.C.

JEOAQUIM

No hebraico, «Yahweh estabeleceu», ou então «que o Senhor levante». Ele foi o décimo oitavo monarca de Judá. Ver o artigo sobre *Judá, Reino de* quanto a uma visão panorâmica desse reino, que se separou da porção norte. A porção norte passou a ser conhecida como *Israel*; e a porção sul como *Judá*.

1. *Relações Familiares*. Jeoaquim era o segundo filho de Josias. Originalmente, seu nome era Eliaquim. Seu equivalente, *Jeoaquim*, foi-lhe dado por Faraó Neco, do Egito. Sua mãe chamava-se Zebuda, filha de Pedaías, de Rumá (II Reis 23:36). Ele nasceu em 633 A.C. Reinou, aproximadamente, entre 609 e 598 A.C. A forma *Yoqim*, do mesmo nome, foi encontrada em um selo de procedência desconhecida, do século V A.C.

2. *Caracterização Geral e Circunstâncias de sua Ascensão ao Trono*. Quando Josias, seu pai, faleceu, seu irmão mais jovem, Jeoacaz, também chamado Salum (Jer. 22:11) foi feito rei. Três meses mais tarde, porém, Faraó, tendo retornado de uma campanha militar na área do rio Eufrates, removeu Jeoacaz do trono, tornando rei a Eliaquim (Jeoaquim). Sendo este o filho mais velho de Josias, o trono lhe cabia por direito; mas o ato também serviu para demonstrar a autoridade de Faraó, visto que o Egito era o poder dominante na área, na época. Naturalmente, Jeoaquim era apenas um príncipe subordinado à autoridade egípcia. Começou a reinar em 608 A.C., tendo permanecido no trono por onze anos.

Embora o jugo egípcio fosse pesado, o destino haveria de reduzir Jeoaquim a uma servidão ainda pior. A fim de satisfazer a seus senhores egípcios, Jeoaquim foi forçado a cobrar pesados impostos do povo judeu (II Reis 23:35). Ele edificou grandes obras públicas, incluindo suntuosos edifícios, mediante o uso de labor forçado (Jer. 22:13-17). Jeremias e Habacuque repreenderam sua desintegração religiosa. É que as reformas religiosas de Josias haviam sido revertidas, e formas religiosas egípcias haviam sido introduzidas em Judá (Eze. 8:5-17). Ademais, Jeoaquim foi um governante cruel. Muito sangue inocente foi derramado (II Reis 24:4). O profeta Urias foi assassinado, por ter ousado fazer-lhe oposição (Jer. 26:20); e Jeoaquim combateu ao próprio profeta Jeremias (Jer. 36:26). Josefo descreveu Jeoaquim como um indivíduo «injusto e maligno, não inclinado para Deus» (*Anti.* 10:5,2). De fato, ele chegou mesmo a desenvolver o mau exemplo deixado por Manassés (II Reis 24:3). E a predição de Jeremias, de que ele teria uma morte violenta e desonrosa (Jer. 36:30), finalmente teve cumprimento; mas, quando a predição foi feita, Jeoaquim não lhe deu qualquer atenção. Sua desatenção diante da Palavra de Deus tornou-se famosa. Quando Jeudi leu diante dele um rolo, contendo palavras de reprimenda enviadas por Deus, através do profeta Jeremias, o próprio monarca

encarregou-se de cortar o rolo com um canivete e lançá-lo despedaçado às chamas de um braseiro à sua frente (Jer. 36:22).

3. *Relações com Nabucodonosor.* Em seu quarto ano de governo (602 A.C.), Jeoaquim foi atacado militarmente por Nabucodonosor, que cercou Jerusalém. A cidade foi capturada, e Jeoaquim foi levado em cadeias para a Babilônia (II Crô. 26:6). Muitas outras pessoas também foram deportadas na ocasião. Com a passagem do tempo, Jeoaquim foi restaurado à sua autoridade em Jerusalém, mas as perdas de Judá foram consideráveis. Uma grande quantidade dos vasos sagrados e do tesouro do templo foi levada para a Babilônia. No ano seguinte após o assédio babilônico, os egípcios foram derrotados pelos babilônios; e foi assim que a Babilônia acabou exercendo total controle sobre a Palestina, demonstrando a loucura de Jeoaquim, que tanto confiara nos egípcios. Ver Jer. 42:2; 44:24-30. No entanto, Jeremias já havia advertido ao rei acerca dessa falsa confiança. Foi depois desse aviso que o monarca judeu despedaçou e queimou o rolo das predições de Jeremias, conforme já dissemos. Jeoaquim acabou se rebelando novamente contra o poder babilônico, porquanto queria libertar-se dos pesados encargos econômicos que lhe haviam sido impostos por Nabucodonosor. Por três anos sofreu essa imposição, antes de recusar-se a dar mais tributo (II Reis 24:1).

4. *Estertores Finais.* Nabucodonosor não tinha pressa, mas, no devido tempo, enviou seus exércitos novamente contra Jerusalém. Foi ajudado por tropas enviadas pelos sírios, moabitas e amonitas. Foram necessários apenas três meses e dez dias para completar a matança. Josefo (*Anti.* 10:6,7) revela-nos que Jeoaquim foi morto após a captura, via execução. Seu cadáver ficou exposto, fora das muralhas da cidade, sem ninguém lamentar por ele. Isso ocorreu a 6 de dezembro de 598 A.C. Tinha apenas trinta e seis anos de idade. Jeremias havia predito, em termos exatos, o seu horrendo fim (Jer. 22:18 *ss*). O trecho de II Reis 24:6 nada nos informa no tocante a seu sepultamento. Foi sucedido no trono por seu filho, Joaquim.

Não seria vantajoso para Nabucodonosor destruir Judá completamente. Era preferível que permanecesse como vassalo para pagar-lhe tributo. Além disso, Judá poderia atuar como um posto avançado contra os egípcios. Assim sendo, Nabucodonosor permitiu a continuação da nação de Judá, mas segundo as condições por ele impostas. Assim, deportou muita gente nessa oportunidade, nobres e pessoas de nomeada, em número de cerca de três mil. Entre elas estava Ezequiel, que mais tarde, foi chamado por Deus para profetizar na Babilônia, por bastante tempo, enquanto Israel continuava no cativeiro.

5. *Discrepâncias.* O trecho de Jer. 36:20 afirma que Jeoaquim não tinha sucessor ao trono, para dar continuidade à linhagem de Davi. Porém, a passagem de II Reis 24:6 afirma que Joaquim, seu filho, chegou a reinar em seu lugar. Os estudiosos conservadores, que sentem necessidade de harmonizar tudo e que fazem disso uma parte integral de sua fé, asseveram que *sentar-se* no trono dá a entender algum grau de permanência, mas que Joaquim só ficou no poder por três meses. O trecho de II Crô. 36:6 afirma que Nabucodonosor prendeu a Jeoaquim com cadeias e o levou para a Babilônia. Mas, em II Reis 24:6, lemos que seu corpo foi lançado fora dos portões de Jerusalém (ver também Jer. 22:19). Se dermos crédito a Jeremias, como quem fez uma predição correta, mas quisermos preservar as declarações dos escritores históricos, então teremos de usar vários esquemas, na tentativa de harmonizar os dois informes. É possível que ele tenha sido preso com cadeias, com o intuito de transportá-lo assim à Babilônia, mas que esse propósito não se cumpriu, afinal. Antes, ele foi executado. Ou então, realmente, ele foi levado cativo, foi solto novamente, e então, finalmente, cumpriu-se o horrendo fim que lhe dera a profecia de Jeremias. Embora essas suposições viessem a corrigir muita coisa, ainda assim permaneceria de pé a contradição verbal. As Escrituras simplesmente não nos fornecem todos os detalhes. Questões assim são totalmente destituídas de importância, exceto para os céticos, que gostam de encontrar justificativas para sua falta de fé, ou então para os ultraconservadores, que pensam que é impossível que a Bíblia contenha esse tipo de problemas. Ambas essas atitudes são irracionais e desnecessárias, nada tendo a ver com a fé religiosa e com a espiritualidade.

6. *O Caráter de Jeoaquim.* A Bíblia sempre frisa se algum monarca de Judá ou Israel foi um rei bom ou mau, pois há uma evidente preocupação com o caráter moral e espiritual dos governantes de Israel. Desafortunadamente, informes favoráveis são dados em relação aos heróis, hábeis em liquidar os inimigos, se essa habilidade porventura ajudou a libertar Israel de seus adversários. Seja como for, antes de qualquer outra coisa, Israel era uma nação voltada para o culto religioso e para a fé, e os reis que violaram esses princípios foram severamente criticados pelos profetas do Senhor, e seus atos foram responsabilizados pelas misérias e problemas que Israel teve de enfrentar com as potências estrangeiras. Um rei não podia pecar como um indivíduo isolado. Seus atos sempre lançavam a nação inteira no infortúnio. Temos aí uma importante lição. É difícil a pessoa pecar apenas para si mesma. Sempre ferimos a outros com nossos atos e nossas atitudes errados. Ora, Jeoaquim foi um idólatra, que encorajou abominações em Israel, e também se tornou culpado de muitos crimes pessoais e de sangue. Ver Jer. 19 e II Reis 24:4. As indignidades sofridas por seu cadáver demonstraram o desprazer do povo com aquilo que ele fora e fizera (Jer. 26:20-23). Acompanhando a atitude geral dos políticos, ele construiu para si mesmo magníficentes palácios, ao mesmo tempo em que o povo empobrecia diante de pesados impostos, que ele precisava pagar ao Egito e à Babilônia (Jer. 22:14,15).

JEOIARIBE

No hebraico, «Yahweh defende», ou então «Yahweh pleiteia». Ver I Crônicas 9:10 e 24:7. Ele era o cabeça do primeiro dos vinte e quatro turnos de sacerdotes que foram organizados por Davi, para cuidarem melhor do culto sagrado. Jeoiaribe viveu por volta de 1014 A.C. Alguns dos seus descendentes encontravam-se entre aqueles que retornaram do cativeiro babilônico, a fim de virem residir em Jerusalém; assim sendo, o seu turno sacerdotal foi preservado. Ver Nee. 11:10 e 12:6.

••• ••• •••

JEORÃO

No hebraico, «exaltado por Yahweh». A forma abreviada desse nome, *Jorão*, encontra-se em algumas versões (como a nossa versão portuguesa) em II Sam. 8:10; II Reis 8:10,16,21,23, etc.; 9:14, etc.; I Crô. 3:11; 26:25 e II Crô. 22:5,7. A forma abreviada também aparece na genealogia de Jesus, em Mat. 1:8. Houve um rei de Judá com esse nome, e também um rei de Israel:

I. Jeorão, Rei de Israel:

1. Jeorão, de Israel, era filho de Acabe e Jezabel, e foi o sucessor de seu irmão Acazias, no trono de Israel, que morreu sem filhos. Ele foi o nono rei do reino do norte, e governou durante doze anos. Ver II Reis 1:18; 3:1. Reinou entre 853 e 842 A.C., aproximadamente. Ver o artigo sobre *Israel, Reino de*.

2. *Uma Ímpia Tradição no Governo*. Jeorão aderiu às normas pecaminosas e deletérias de Jeroboão, que tanto corromperam o reino do norte, Israel, incluindo a adoração aos bezerros de ouro. A despeito disso, quando Jezabel, sua mãe, ainda vivia, ele descontinuou as práticas idólatras em torno de Baal, que ela havia introduzido no reino e queria manter a qualquer preço. É possível que esse ato correto tenha resultado de sua reflexão sobre a sorte de seu irmão (ver II Reis 3:2). Todavia, a observação feita por Eliseu, em II Reis 3:13, parece indicar que o rompimento com o culto a Baal não fora completo. A crônica sobre esse monarca está interligada à história de Eliseu (II Reis 1:17—9:29).

3. *Problemas Cronológicos*. O autor dos livros de Reis suprimiu, deliberadamente, os nomes dos reis de Israel, em seus relatos concernentes a Elias e a Eliseu. Portanto, não sabemos dizer por quantas vezes a palavra *rei* refere-se a Jeorão ou a algum outro monarca, cujo nome não é fornecido. Seja como for, parece que Elias sobreviveu pelo menos até o sexto ano do reinado de Jeorão (II Crô. 21:12), ao mesmo tempo em que Eliseu deu início a seu ministério nos dias desse mesmo monarca. Ao que parece, Jeorão viveu durante os sete anos de fome que haviam sido preditos por Eliseu diante da mulher sunamita (II Reis 8:1). Nesse caso, quase todos os grandes feitos de Eliseu também foram realizados durante o governo desse rei. Logo, Elias foi testemunha poderosa em favor de Deus, embora isso tivesse produzido apenas resultados mistos sobre a nação.

4. *A Revolta dos Moabitas*. Israel havia sujeitado esse povo a pagar tributo. Mas, quando Acabe foi morto, o rei Mesa procurou tirar vantagem do período conturbado que se seguiu, a fim de se livrar de Israel. E negou pagar tributo, que consistia em cem mil ovelhas e cem mil carneiros, com a sua lã. Acazias ainda governou durante um breve período, mas não foi capaz de enfrentar a revolta. Todavia, Jeorão teve tempo mais do que suficiente, bem como forças, para pôr fim à questão. Na ocasião, Josafá, rei de Judá, ajudou Israel na empreitada, um auxílio que os comentadores consideram uma desgraça. A campanha quase fracassou, quando os soldados se viram ameaçados de extinção, por falta de água. Mas Eliseu realizou um de seus grandes feitos, tendo sido assim obtida a vitória sobre os moabitas (II Reis 3:4-27). Essa aliança pôs fim à casa de Acabe, por meio de Jeú, sucessor de Jeorão. Mas, depois disso, o acordo que fora estabelecido entre Israel e Judá acabou dando lugar a renovadas hostilidades entre os reinos do norte e do sul.

5. *Ben-Hadade, Rei da Síria*. Por muito tempo, Jeorão foi perturbado por esse homem e suas aguerridas tropas. Não fora Eliseu, para intervir, e as coisas teriam, realmente, chegado a uma premência incalculável. Na realidade, o registro sobre essas tribulações parece que foi preservado especificamente para ilustrar o tremendo poder de Eliseu. Eliseu tinha a desconcertante capacidade de saber o que Ben-Hadade estava planejando fazer, sem necessidade alguma de espiões. A espionagem psíquica está sendo atualmente estudada — tanto na Rússia quanto nos Estados Unidos da América do Norte! Ver o trecho de II Reis 6:1-23 quanto à narrativa que envolve a Ben-Hadade. Samaria foi livrada da fome, quando a cidade estava sendo assediada pelos sírios, sendo esse outro episódio no qual houve decisiva participação de Eliseu (II Reis 6:24-33 e cap. 7). Um intervalo nas hostilidades deu motivo para o caso da cura de Naamã, o general sírio que era leproso, outro dos feitos de Eliseu (II Reis 5).

6. *Hazael* assassinou a Ben-Hadade a fim de se apossar do trono sírio. Jeorão fortaleceu Ramote-Gileade para fazer frente aos sírios; e nem bem Hazael se sentara no trono da Síria, Jeorão resolveu submeter a situação à prova. Hazael acabou levando a melhor na batalha contra Jeorão, que saiu ferido. Jeú era o general do exército de Israel. Ele era um hábil general que, por volta dessa época, foi ungido por Eliseu para ser o próximo rei. Imediatamente ele partiu para Jezreel, a fim de exterminar a casa de Acabe. Jeorão foi a primeira das vítimas de Jeú, tendo morrido por causa de uma flecha atirada ao acaso, em Jezreel (II Reis 9:24-26). Isso cumpriu uma profecia de Eliseu, segundo o registro de I Reis 21:21-29.

Jeorão foi o último rei da dinastia de Onri, que foi o pai de Acabe. Jeú garantiu que assim fosse, mediante o extermínio de toda a família real e de todos os oficiais do culto a Baal (II Reis 9 e 10). A dinastia de Acabe, pois, governara em Israel pelo espaço de quarenta e quatro anos (II Reis 8:25-29; 9:1-20).

II. Jeorão, Rei de Judá:

1. Jeorão, de Judá, foi o filho mais velho de Josafá, e também seu sucessor no trono. Ele começou a reinar (separado de seu pai) quando tinha trinta e cinco anos de idade (cerca de 853 A.C.), tendo permanecido como rei de Judá pelo espaço de doze anos (II Reis 1:17; 3:1). Esteve associado a seu piedoso pai nos últimos anos de seu governo; mas isso parece não lhe ter beneficiado em coisa alguma. — As Escrituras relacionadas à sua vida são II Crônicas 21 e II Reis 8:16-19. Excetuando o espaço de alguns poucos meses, quando então seu filho, Acazias, reinou depois dele, o seu governo correspondeu aos últimos oito anos do reinado de Jeorão, do reino do norte, Israel. Ele foi o quinto rei de Judá. Ver o artigo intitulado *Judá, Reino de*.

2. *Primeiras Influências Negativas*. Jeorão casou-se com Atalia, filha de Acabe e Jezabel.

O exemplo de Jezabel parece ter sido mais poderoso sobre ele do que sobre Josafá, que foi um governante justo.

2. No começo de seu reinado, a fim de estabelecer a sua autoridade e eliminar qualquer competição, Jeorão mandou matar seus irmãos, juntamente com muitos nobres. Em seguida, ele firmou a adoração a Baal (II Reis 8:18,19). Elias advertiu-o dos desastres futuros (II Crô. 21), mas ele ignorou todos os avisos do profeta. Podemos presumir que sua esposa era o poder real por detrás de tudo; mas, considerando seus grandes malefícios, devemos concluir que ele mesmo era indivíduo suficientemente mau para não precisar de muito encorajamento na prática da iniqüidade.

3. Ocorreu, então, uma série de calamidades. Os idumeus revoltaram-se, e não mais enviaram o tributo que até então tinham sido forçados a pagar. Foi assim que os idumeus estabeleceram sua independência permanente, conforme havia sido profetizado há muito (ver Gên. 27:40). Em seguida, revoltou-se uma cidade fortificada, Libna (II Crô. 21:10). Também houve perturbações externas, sob a forma de uma invasão da parte de filisteus e árabes, que chegaram a entrar no palácio real, matando as esposas e os filhos de Jeorão, excetuando Jeoacaz, o caçula (II Crô.

22:1). E aqueles que residiam no palácio, que não foram mortos, foram tomados como reféns, juntamente com muitos bens.

4. Jeorão não escapou pessoalmente do juízo contra suas maldades. Acabou contraindo uma incurável e dolorosa enfermidade nos intestinos que, finalmente, o matou. E a Bíblia informa-nos que ele morreu em grande agonia, e que «se foi sem deixar de si saudades». Além disso, apesar de haver sido sepultado na cidade de Davi, não lhe deram a honra de ser posto nos túmulos dos reis (ver II Crô. 21:19,20).

5. *Um caráter negro*. Jeorão foi o primeiro rei de Judá a evitar uma disputada sucessão ao trono mediante o ato abominável de assassinar seus próprios irmãos, além dos nobres que poderiam perturbá-lo. Prostituiu as filhas de Judá através dos infames ritos de Astarte, e estabeleceu em Judá a idolatria de Baal. O que mais admira, em tudo isso, é que ele conseguiu reverter totalmente tudo que era de bom que seu piedoso pai, Josafá, tinha conseguido realizar.

6. *Uma discrepância*. Em II Reis 1:17, é-nos dito que Jorão, filho de Acabe, começou a reinar no segundo ano de Jeorão, filho de Josafá. Porém, II Reis 8:16 afirma que Jeorão, de Judá, começou a reinar no quinto ano de Jorão, de Israel, o que reverte a situação e fala em datas diferentes. Aqueles que insistem em harmonia a qualquer custo, lembram-nos que Jeorão, de Judá, teria reinado em parceria com seu pai, pelo que Jorão, de Israel, pode ter começado a reinar quando Jeorão, de Judá, ainda era co-regente. E então, no quinto ano do reinado de Jorão, de Israel, Jeorão teria começado a reinar sozinho. Nesse caso, Jeorão, de Judá, teria reinado juntamente com seu pai por cinco anos. *Uma outra discrepância*. O trecho de II Crô. 21:16,17 afirma que os filhos de Jeorão foram levados em cativeiro, ao passo que II Crô. 22:21 diz que eles foram mortos. Os harmonistas sugerem que, a princípio, eles foram tomados cativos; mas que então foram mortos, já no cativeiro. Detalhes como esses não são importantes, exceto para os céticos, que estão sempre à cata de algo para ferir a fé; ou, então, para os harmonistas, que pensam que qualquer discrepância é uma grande ameaça à fé. Ambas as posições são infantis, e nada têm a ver com a fé religiosa e com a espiritualidade.

JEOSABEATE

Forma variante do nome Jeoseba (vide), conforme se vê em II Crô. 22:11

JEOSEBA

No hebraico, literalmente, «Yahweh, juramento dela», que se deve interpretar como «adoradora de Yahweh». Ela era filha de Jorão, irmã de Acazias e tia de Joás, todos eles foram reis de Judá. Joiada, o sumo sacerdote, era marido de Jeoseba, conforme o registro de II Reis 11:2. O trecho de II Crô. 22 apresenta o nome dela com a forma de Jeosabeate (vide), onde ela figura como filha do rei Jeorão e irmã de Acazias; e, com base nisso, alguns estudiosos têm pensado que ela era filha de Jeorão por meio de outra esposa, e não de Atalia.

Foi Jeoseba quem resgatou o infante Joás do massacre da linhagem real, por crime de Atalia. Joás foi ocultado no palácio real, e, posteriormente, no templo (II Reis 11:2,3; II Crô. 22:11,12). Então, Joás passou a ser criado como um dos outros filhos de Jeoseba (II Crô. 23:11). Finalmente, Joás (vide) tornou-se o rei de Judá.

JEOVÁ

Ver sobre **Yahweh.**

Uma variação *non-sense* do nome Yahweh. Outra variação é *Javé*. Ver o artigo geral sobre *Deus, Nomes Bíblicos* de, onde estão incluídas muitas informações sobre esse nome particular. Ver sobre *Yahweh* e os diversos nomes combinados com esta designação.

Yahweh era o nome pessoal do Deus de Israel. Que a forma *Yahweh* é a forma correta pode-se provar mediante transcrições para o grego. Quando, pela primeira vez, foram inseridos sinais representando fonemas vogais, na Bíblia hebraica, já no século VII D.C., as letras vogais da palavra hebraica aDoNaY, «Senhor» foram escritas intercaladas com as consoantes YHWH, produzindo assim o nome artificial Jeová. Esse não era, realmente, um nome divino; mas muitos, temendo pronunciar *Yahweh*, como apelativo por demais sagrado, passaram a usar como um substituto aceitável. Portanto, Jeová é um híbrido sem base bíblica nenhuma, que começou a ser usado de modo geral, como um dos nomes de Deus, no século XIV D.C. Isso ocorreu porque os eruditos cristãos da época não reconheceram a natureza híbrida da forma Jeová.

Esse nome hebraico de Deus também aparece com as formas abreviadas de *Yah* (Êxo. 15:2, etc. em português, «Já») e *Yahu* ou *Yeho*. Estas duas últimas formas aparecem em inscrições hebraicas e assírias, e também nos papiros escritos em aramaico. Mas o nome abreviado original parece ter sido *Yaw*, que tem sido tentativamente identificado com um dos nomes divinos pagãos encontrados nos documentos de Eras Shamra (vide), provenientes do norte da Fenícia, do século XV A.C. Alguns especialistas supõem que o nome Yahweh não foi cunhado por Moisés, e nem por qualquer dos demais autores bíblicos; antes, seria um nome *pré-mosaico*, como um antigo nome de Deus que Moisés usou, tal como a moderna palavra portuguesa «Deus» é apenas o aportuguesamento do termo latino *Deus*, que como é óbvio, antecede ao uso português por muitos e muitos séculos. Os trechos de Êxo. 3:13-15 e 6:4 parecem indicar que esse nome começou a ser usado no Antigo Testamento como se tivesse havido uma revelação especial do nome. Gên. 4:26, por sua vez, parece dar a entender uma origem não hebréia, ou seja, quando esse nome *começou* a ser usado pelos hebreus, teria sido tomado por empréstimo de alguma fonte extrabíblica. Seja como for, a raiz do nome, sem dúvida, é antiqüíssima, sendo provável que aparecesse entre os nomes de divindades mesopotâmicas. Alguns supõem que Moisés chegou a adorar a *Yahweh*, mediante seu casamento com a filha de um queneu, em Midiã (Êxo. 3:1 *ss*; 18:12-24). A isso se chama de teoria quenita, o que, como é óbvio, é uma teoria rejeitada por muitos intérpretes conservadores, pois não querem aceitar a idéia de que os nomes de Deus, na Bíblia, possam ter tido origem pagã. Seja como for, a forma mais longa, YHWH, é confirmada desde o século IX A.C., como na pedra Moabita (vide). De acordo com uma etimologia popular, essa palavra estaria ligada ao verbo hebraico *ser* (ver Êxo. 3:14), pelo que se referiria ao ser eterno de Deus, que é a fonte originária de todos os seres, não dependendo de qualquer outro ser para a sua vida e continuação em existência. Em termos teológicos, isso aponta para a vida *independente* e *necessária*. Deus não deriva de outrem a sua forma de vida, e a sua forma de vida não pode deixar de existir. Todas as demais formas de vida dependem de sua vida, e todas as outras formas de vida, se excluirmos o fator da graça divina, são vidas não necessárias. Em outras palavras, as demais vidas *podem* deixar de existir. A

verdadeira imortalidade, para a alma humana, ocorre mediante a transformação segundo a imagem do Filho, que compartilha da forma de vida do Pai, que é independente e necessária, conforme já dissemos. Um grande mistério! Ver Rom. 8:29; Col. 2:10; II Cor. 3:18 e o artigo intitulado *Transformação Segundo a Imagem de Cristo*.

O General Abraham Ramiro Bentes, historiador brasileiro, de origem judaica, de cultura judaica bem reconhecida, autor de vários livros, diz o seguinte, acerca do nome Yahweh: «...tendo o tempo inacabado, no semítico, o valor do futuro e do presente, assim traduzimos (o mesmo): «Eu Serei Sempre Quem Era». Os velhos comentários tinham uma compreensão neste sentido». (*Das Ruínas de Jerusalém à Verdejante Amazônia*, Edições Bloch, pág. 3). De conformidade com esse abalizado parecer, o nome *Yahweh*, pois apontaria para a eternidade e a imutabilidade da pessoa de Deus.

Objeções dos Eruditos Conservadores. Alguns eruditos, relutando em admitir qualquer origem pagã para os nomes divinos na Bíblia, supõem que o trecho de Êxo. 6:3, que diz: «...mas pelo meu nome, O Senhor (no hebraico, *Yahweh*), não lhes fui conhecido», não subentende que os hebreus não conhecessem e nem usassem esse nome, até que foi adotado para ser usado, nos dias de Moisés e, sim, que os judeus, então, começaram a ter um *conhecimento experimental* desse nome, em suas vidas espirituais. Esse conhecimento experimental lhes foi dado mediante o livramento da servidão ao Egito. Antes disso, como pastores na Palestina, Abraão, Isaque e Jacó conheciam a Deus com o nome de *El Shaddai*, «o Todo Poderoso». Naturalmente, sabemos que *El* (com várias combinações) era um antigo nome mesopotâmico para Deus, que certamente já era usado antes do tempo de Abraão. Assim, no caso desse nome, também temos um uso pré-hebreu. Seja como for, o argumento, na realidade, não faz sentido. O que importa é a nossa experiência com o Ser Divino, e não as palavras e suas origens, que usamos como nomes de Deus.

Usos Comparados dos Nomes Yahweh, Elohim e Shaddai. Yahweh é o mais freqüentemente usado dos nomes de Deus no Antigo Testamento. O uso que se faz dos nomes Yahweh e Elohim, deu margem à teoria das fontes designadas por esses nomes. Ver o artigo sobre J.E.D.P.(S.), que oferece detalhes sobre essa questão. Em uma visão em Horebe (Êxo. 3), Moisés ficou sabendo do nome «Yahweh»; mas, é evidente que esse nome é anterior a Moisés, juntamente com suas variações. Pois ocorria em combinações, como no nome da mãe de Moisés, Joquebede (Êxo. 6:20). O trecho de Êxo. 6:2,3 indica que *Yahweh* não era um nome conhecido pelos patriarcas da nação de Israel, que conheciam como *Adonai* ou *El Shaddai* (vide). O escritor do livro de Jó, que situa seu livro como se tivesse historiado um episódio dos tempos patriarcais, usa o nome *Yahweh* apenas por uma vez (Jó 12:9), o que talvez seja um anacronismo, porquanto Jó talvez reflita um acontecimento ainda anterior a Moisés. O nome mais comumente usado por Jó é *Shaddai*. No livro de Salmos, *Elohim* é usado com mais freqüência do que *Yahweh*.

Origem do Nome Yahweh. Já tecemos comentários sobre esse ponto. Há muitas especulações no tocante à questão. Alguns têm procurado vincular esse nome a divindades indo-européias, ou mesmo do Egito e até da China. Outros vêem esse nome como o apelativo de uma das muitas deidades semíticas, supondo que o mesmo foi, finalmente, adotado pelos hebreus. Faltam-nos informações detalhadas e precisas, pelo que a questão deverá permanecer na semi-obscuridade.

O Eterno. Alguns estudiosos supõem que o melhor sentido para *Yahweh* seja *o Eterno*. Ver a citação acima, do general Abraham Bentes, que confirma a idéia. No tocante aos homens, na obtenção da verdadeira imortalidade, para que eles venham a tornar-se verdadeiramente eternos, e não meramente perenes, a questão é discutida acima, quando se fala na vida independente e necessária de Cristo, que ele tem doado aos regenerados. Ser eterno é compartilhar da forma de vida de Deus. Ser perene é existir para sempre, dotado apenas de uma imortalidade *dependente*. É interessante observar que Platão já fazia esse tipo de distinção, pelo que ela não tem origem meramente cristã.

JEOVÁ-JIRÉ Ver **Yahweh-Jiré**

JEOVÁ-NISSI Ver **Yahweh-Nissi**

JEOVÁ-SAMA Ver **Yahweh-Sama.**

JEOVÁ-SALOM Ver **Yahweh-Salom.**

JEOVÁ-TISIDKENU Ver **Yahweh-Tisidkenu**

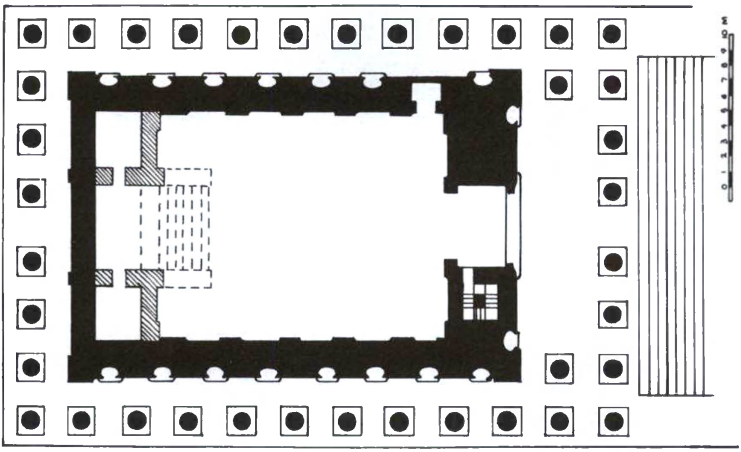
JEOVISTA (ELOÍSTA)

Também são usados os termos *javista* e *yahvista*. Está em foco um hipotético autor do Pentateuco (ou Hexateuco), que teria usado, de forma predominante, o nome hebraico para Deus, *Yahweh*. Isso é contrastado com o uso predominante de *Elohim*, que teria sido usado por um outro hipotético escritor, autor dos mesmos livros. O autor que preferia o nome *Elohim* é chamado, dentro dessa teoria, de *eloísta*. Quase todos os eruditos modernos da Bíblia rejeitam a autoria mosaica dos livros em questão, supondo que dois ou mesmo vários autores estiveram envolvidos na produção dos cinco ou seis primeiros livros da Bíblia; e que as produções literárias deles teriam sido reunidas por um ou mais editores. Os artigos providos sobre o Pentateuco e sobre o livro de Josué fornecem maiores detalhes sobre essas questões. Ver também o artigo sobre J.E.D.P.(S.), cujo propósito é o de sumariar o problema da autoria desses livros da Bíblia.

A história escrita pelo *Jeovista* é aceita como mais antiga que a narrativa do *Eloísta*. Alguns datam aquele primeiro autor em cerca de 950 A.C. Seu alvo principal foi o de contar os relacionamentos de Yahweh com Israel, ao tempo da conquista da terra de Canaã. Os textos envolvidos enfatizariam a supremacia de Yahweh, talvez refletindo um henoteísmo (vide), e não um monoteísmo (vide). No livro de Gênesis, Yahweh é retratado como o criador do mundo, o Pai de um povo seleto. Esse Deus teria aparecido aos patriarcas ora como um ser humano, ora como um ser angelical.

No registro produzido pelo *eloísta*, que cobriria o mesmo período histórico, mas que teria vivido em cerca de 700 A.C., teríamos um tipo mais moderno de interpretação histórica. A pesada linguagem antropomórfica é um tanto suavizada através de expressões teológicas mais elevadas. Elohim seria ouvido, mas nunca visto. Ele usava os seus profetas, mas ele mesmo ocultava-se da visão humana, em uma exaltada majestade da qual os homens não podem aproximar-se.

O Editor ou Editores. A obra editorial teria ocorrido no século VII A.C. Aquelas duas fontes



Templo de Zeus, 163 A.C. — Jerá
— Cortesia, John F. Walvoord



Teatro de Jerá — Cortesia, Jonn F. Walvoord



Mar da Galiléia
Foto por Alistair Duncan

(juntamente com outras, sem dúvida), foram reunidas, formando uma unidade. No século IV A.C., conforme diz ainda essa teoria, um terceiro autor, pós-exílico, adicionou os códigos legais. E foi assim que foi produzido o Hexateuco (os primeiros cinco livros, de Moisés, e o livro de Josué).

JEOZABADE

No hebraico, «Yahweh dá». Esse é o nome de três homens, nas páginas do Antigo Testamento:

1. Um levita, filho de Obede-Edom, que trabalhava como porteiro do templo de Jerusalém, ao tempo de Davi (I Crô. 26:4,15). Ele viveu por volta de 1014 A.C.

2. Um capitão da tribo de Benjamim, que controlava mais de cento e oitenta mil homens. Ele serviu nos dias do rei Josafá, em torno de 910 A.C. Ver II Crô. 17:18.

3. Um filho de Somer, a mulher moabita que conspirou contra o rei Joás, e acabou por assassiná-lo em seu leito, segundo se lê em II Reis 12:21 e II Crô. 24:26. Isso ocorreu em cerca de 837 A.C. O texto de II Crônicas identifica-o como filho de Sinrite, a moabita. Portanto, essa mulher, sua mãe, era conhecida por esses dois nomes diferentes.

JEOZADAQUE

No hebraico, segundo uns, «Yahweh é justo»; segundo outros, «Yahweh justifica». Esse era o nome de um dos filhos de Seraías, e pai de Josué, o sumo sacerdote (I Crô. 6:14,15; Ageu 1:1,12,14; 2:2,4; Zac. 6:11). Sucedeu a seu pai no ofício sumo sacerdotal (I Crô. 6:14,15), e, finalmente, sofreu o cativeiro, nos dias de Nabucodonosor. Viveu em torno de 588 A.C. Crê-se que ele tenha morrido no exílio, visto que seu filho, Josué, oficiava como sumo sacerdote, depois que Judá retornou do cativeiro para Jerusalém (Ageu 1:1,12,14; 2:2,4; Zac. 6:11). Uma forma abreviada de seu nome, *Jozadaque*, aparece em alguns trechos bíblicos, como Esd. 3:2,8; 5:2; 10:18; Nee. 12:26; e, também, em livros apócrifos, como I Esdras 5:5,48,56; 6:2; 2:19 e Eclesiástico 49:12.

JERÁ

No hebraico, «mês». Esse foi o nome do quarto filho de Joctã (I Crô. 1:20; Gên. 10:26). Ele foi o fundador de uma tribo árabe, que parece ter-se estabelecido perto de Hazarmavete e Hadorã.

JERAMEEL

No hebraico, «Yahweh terá compaixão». Esse é o nome de três homens que figuram nas páginas do Antigo Testamento, a saber:

1. Um filho de Hezrom, neto de Perez e bisneto de Judá. Seus descendentes eram chamados jerameelitas (I Crô. 2:9,26,27,33,42). Ele viveu em cerca de 1628 A.C. Uma estranha vocalização do nome Calebe (chamado Quelubai, em I Crô. 2:9), esconde o fato de que Jerameel era irmão de Calebe, o grande companheiro de Josué (Núm. 13:6; 14:1-10). Os jerameelitas habitavam no Neguebe, a porção sul do território de Judá, pelo menos até os dias de Davi (I Sam. 27:10; 30:29). Finalmente, foram absorvidos na população geral e perderam sua posição distintiva.

2. Um levita merarita, da família de Quis, era assim chamado. Ele representava a sua tribo, na organização do serviço religioso, por Davi (I Crô. 24:29). Seu pai, Quis, não tinha qualquer parentesco com o pai do rei Saul, que era benjamita. Viveu em torno de 960 A.C.

3. Um filho de Hameleque, um dos dois homens nomeados pelo rei Jeoaquim para deterem o profeta Jeremias (Jer. 36:26). O rei Jeoaquim deu-lhe essa triste incumbência; Jerameel deveria prender tanto a Jeremias quanto a Baruque, o seu amanuense. Pouco antes, o rei havia queimado o rolo que continha as profecias de Jeremias. Jerameel estava cultivando um triste destino com seus atos de arrogância. Os textos envolvidos não deixam claro se o pai de Jerameel era «o rei», (conforme aparece em algumas traduções e na Septuaginta), ou se era um certo Hameleque, que era amigo de Jeremias. Nossa versão portuguesa prefere esta última possibilidade. Ver Jer. 36:27 e comparar com 38:6. O texto hebraico pode ser entendido de uma ou de outra maneira.

JERAMEELITA

Esse adjetivo pátrio designa os descendentes de *Jerameel* (vide, número 1).

JEREDE

No hebraico, «descida». Há dois homens com esse nome, no volume da Bíblia:

1. Um judaíta, pai de Gedor (I Crô. 4:18). As traduções também grafam seu nome com a forma de Jarede. Ele também é mencionado em Gên. 5:15-20. Ele foi um dos patriarcas antediluvianos.

2. Ao que tudo indica, um filho de Esdras, da tribo de Judá, e de sua esposa «judia», tinha esse nome. Ele aparece como o pai ou fundador de Gedor (I Crô. 4:18). Viveu em cerca de 1640 A.C.

JEREMAI

No hebraico, «habitante das alturas». Esse era o nome de um dos filhos de Hasum. Ele contraíra matrimônio com uma mulher estrangeira, ao tempo do cativeiro babilônico, e fora forçado a divorciar-se dela, após um remanescente de Judá ter voltado a Israel. Ver Esd. 10:33; e, nos livros apócrifos, I Esdras 9:34. Jeremai viveu em torno de 459 A.C.

JEREMIAS (O PROFETA)

Ver sobre **Jeremias (o Livro)**. Nada menos de nove personagens figuram com esse nome, nas páginas do Antigo Testamento. Trataremos, antes de tudo, com o profeta Jeremias, um dos maiores profetas do Antigo Testamento; e então, em artigo separado, falaremos sobre os outros oito homens com esse nome.

Esboço:

I. O Nome
II. A Família de Jeremias
III. Informações Históricas e Biográficas
IV. A Arqueologia e o Profeta Jeremias
V. O Caráter e a Contribuição de Jeremias

I. O Nome

O nome **Jeremias** foi construído em torno do nome hebraico de Deus, *Yahweh*. Significa «Yahweh estabelece». Temos mais informações autênticas sobre ele do que sobre qualquer outra figura exponencial do Antigo Testamento.

II. A Família de Jeremias

Ele era filho de Hilquias, que operava em Anatote, no território de Benjamim (Jer. 1:1). Muitos estudiosos têm pensado que seu pai foi o sumo sacerdote do mesmo nome (II Reis 22:8), que encontrara o rolo do livro da lei, no décimo oitavo ano

do reinado de Josias. Porém, muitos eruditos pensam que isso é improvável, pois Jeremias, em seus escritos, não menciona nada disso. Naturalmente, seu pai era sacerdote, mas não, necessariamente, aquele sumo sacerdote. O nome Hilquias era bastante comum na época. Além disso, os sacerdotes que residiam em Anatote eram da casa de Abiatar (I Reis 2:26,35), enquanto que o sumo sacerdote era da linhagem de Eleazar, a começar por Sadoque (vide). Salomão havia banido Abiatar para Anatote, e dessa linhagem nunca mais surgiu um sumo sacerdote. O próprio Jeremias nunca serviu como sacerdote. Ele cresceu em Anatote e ficou familiarizado com a vida rural daquele lugar. Sem dúvida, ele aprendeu sobre os escritos dos profetas anteriores, e tinha excelente educação religiosa.

III. Informações Históricas e Biográficas

1. **Período do Ministério Profético de Jeremias.** Jeremias viveu em um período histórico crucial tanto para Judá quanto para o Oriente Próximo e Médio em geral. O império assírio havia declinado e caído. Sua capital, Nínive, fora capturada pelos caldeus e pelos medos, em 612 A.C. Sete anos mais tarde, por ocasião da batalha de Carquêmis, os egípcios e os remanescentes dos assírios foram derrotados pelos caldeus. Assim, a nova potência mundial veio a ser o império neobabilônico, governado por uma dinastia caldéia, cuja figura principal era a do rei Nabucodonosor II, que governou em cerca de 605—562 A.C. O minúsculo reino de Judá havia sido vassalo da Assíria, antes disso. Mas teve de mudar a sua lealdade primeiramente para o Egito e, então, para a Babilônia; mas, finalmente, caiu com a captura de Jerusalém, em 587 A.C. Seguiu-se então o famoso cativeiro babilônico. Ver o artigo separado sobre o *Cativeiro Babilônico*.

2. *Começo de sua História e Chamada.* Jeremias residia na cidade rural de Anatote, uma aldeia cerca de três quilômetros a nordeste de Jerusalém. Quando ainda era bem jovem, recebeu sua chamada divina e foi nomeado profeta pelo Senhor Deus (Jer. 1:4-10). Como era usual, ele sentiu sua incapacidade para tão elevada tarefa; mas a vontade de Deus acabou prevalecendo. Logo ele recebeu duas visões, uma de uma vara de amendoeira e outra de um caldeirão fervente, cuja boca estava voltada para o norte (Jer. 1:11-19). O vara de amendoeira simbolizava a ameaça do governo pelo poder estrangeiro dê Nabucodonosor. E o caldeirão fervente tem um sentido óbvio, porque todas as invasões vindas do Oriente atacavam Israel pelo norte. Assim, a ira divina, sob a forma de guerra e cativeiro, logo devastaria Judá. O juízo divino viria da parte do norte. Foi assim que Jeremias deu início às suas predições, a começar em cerca de 627 A.C., até algum tempo depois de 580 A.C., provavelmente já no Egito. Ele deu início ao seu ministério no décimo terceiro ano de Josias, cerca de sessenta anos após a morte de Isaías. Sofonias e Habacuque foram contemporâneos seus, na primeira parte dos seus labores; e Daniel foi outro contemporâneo seu, na segunda metade de suas atividades.

3. *Relacionamento com Cinco Reis*

a. *Josias.* Parece que Jeremias ajudou Josias em sua política reformadora (II Reis 23:1 *ss*). Alguns eruditos, porém, duvidam disso, porque essas reformas foram de natureza cúltica. Porém, é possível que tais reformas fossem mais profundas do que isso. A descoberta do rolo da lei, por Hilquias, ajudou no movimento reformista. Jeremias já era profeta fazia cinco anos, quando isso sucedeu. É possível que os capítulos primeiro a sexto do livro de Jeremias descrevam condições antes daquelas mudanças começarem a ter lugar. O trecho de Jer. 11:1-8, talvez, referia-se ao seu entusiasmo em favor dessas reformas. Josias foi morto, ao oferecer resistência ao Faraó Neco (610—594 A.C.), e Jeremias lamentou a morte desse rei de Judá (Jer. 22:10).

b. *Jeoacaz.* Esse monarca de Judá governou por somente três meses, e nada sabemos acerca do relacionamento de Jeremias com ele. Faraó Neco depôs Jeoacaz e impôs a Judá um pesado tributo (II Reis 23:31-33). Jeoaquim, irmão de Jeoacaz, foi nomeado rei em seu lugar, por autoridade de Neco. Jeremias também lamentou o destronamento de Jeoacaz e seu exílio, no Egito (Jer. 22:10-12).

c. *Jeoaquim.* Este reinou de 608 a 597 A.C. Ele foi apenas um vassalo do poder egípcio. Ora, Jeremias era o principal representante do grupo que favorecia a supremacia dos caldeus. Isso o expôs a um grande perigo, e ele foi aprisionado. Chegou a ser proposta a pena de morte (Jer. 26:11 *ss*). Alguns dos príncipes de Judá tentaram protegê-lo, apelando para o precedente estabelecido por Miquéias, o morastita, que havia profetizado tempos antes de Jeremias. Os oráculos de Jeremias, contra o Egito (ver Jer. 46:3-12), pois, atraíram muitas perturbações contra ele; mas não nos deveríamos esquecer que ele também estava denunciando os pecados do povo judeu; e isso servia somente para aumentar o ódio que cresceu contra ele.

Por ocasião da batalha de Carquêmis, na primavera de 605 A.C., os caldeus derrotaram as forças combinadas dos egípcios e dos remanescentes do exército assírio. — Jeremias havia previsto esse choque (Jer. 46:3-12). Jeremias sabia que a ocasião de Jerusalém ser destruída estava bem próxima. Jeoaquim reteve o tributo que deveria pagar a Nabucodonosor (cerca de 601 A.C.), e este reagiu, — enviando um exército para cercar Jerusalém. O rei Jeoaquim, ao que tudo indica, morreu antes do cerco ter início. Seu filho, Joaquim, rendeu-se, entregando Jerusalém aos babilônios, em 597 A.C.

d. *Joaquim.* Em Jer. 22:24,28 e 24:1, o nome dele aparece com a forma de Jeconias. Outras traduções dizem «Conias», nessa primeira referência. Ele sucedeu no trono a seu pai, e colheu a péssima colheita que fora semeada por Judá e seus governantes anteriores. Tinha apenas dezoito anos de idade quando subiu ao trono, e ficou ali somente por três meses (II Reis 24:8). Jerusalém rendeu-se em 587 A.C., e Joaquim e muita gente de Judá foram levados para o cativeiro. Jeremias lamentou esse acontecimento, segundo se lê em Jer. 13:15-19. Jeremias havia predito a sorte de Joaquim, que o profeta lamentou, em Jer. 22:24-30. Trinta e seis anos mais tarde, Joaquim foi libertado, pelo filho e sucessor de Nabucodonosor (II Reis 25:27-30).

e. *Zedequias.* Nabucodonosor nomeou para o trono a Zedequias, tio de Joaquim. Os registros históricos dos babilônios confirmam essa informação bíblica. Zedequias era o filho mais novo de Josias, e foi o último rei de Judá. Foi um governante fraco, que procurava contrabalançar as facções adversárias que lutavam pelo poder, em Judá. Ele começou a ouvir mais a Jeremias do que a seus antecessores; porém, já era tarde demais para isso fazer qualquer diferença. Zedequias governou por dez anos, pagando tributo à Babilônia. Quando Zedequias deixou de pagar o tributo e firmou um acordo com o Egito, Nabucodonosor perdeu a paciência e enviou um exército para pôr fim à cidade de Jerusalém. Isso teve lugar em agosto de 587 A.C. Jeremias opusera-se à rebelião de Zedequias contra Nabucodonosor, sabendo que somente o sofrimento poderia resultar daí (Jer.

27:1-22). Por causa de suas predições de destruição, que, obviamente estavam tendo cumprimento, Jeremias foi detido, acusado de querer desertar para o inimigo e lançado em uma masmorra (Jer. 27:11-16). Posteriormente, foi removido para um cárcere no pátio da guarda, perto do palácio real (Jer. 27:17-21). Em seguida, esse profeta foi acusado de traição, e lançado em uma cisterna sem água, mas apenas com lama. Teria morrido ali, se Ebede-Meleque não tivesse intervido. Então, Jeremias foi transferido para o pátio da guarda (Jer. 38:13), onde o rei chegou a conferenciar secretamente com ele (Jer. 38:14-28).

Jeremias foi capaz de perceber o fim do cativeiro que então começava, embora soubesse que esse cativeiro perduraria por setenta anos. Os falsos profetas estavam dizendo que o exílio babilônico perduraria somente por dois anos. Seja como for, Jeremias comprou um terreno, pertencente a um seu primo, em Anatote, a fim de mostrar que ele tinha fé que os judeus voltariam do cativeiro babilônico, a despeito das nuvens carregadas que tinham vindo encobrir a nação de Judá (ver Jer. 32:1-15). Foi então que Jeremias predisse a restauração de Judá (Jer. 32:36-44; 33:1-26), o que, de fato, ocorreu, no tempo determinado. As crônicas históricas da Babilônia concordam com os trechos de II Reis 24:10-17; II Crô. 36:17 e Jer. 52:28, quanto aos detalhes que cercaram essa questão.

A destruição de Jerusalém ocorreu em 587 A.C., e Jeremias foi para Mispa. Porém, uma grande multidão foi transportada para a Babilônia. Jeremias, entretanto, foi bondosamente tratado pelos babilônios.

4. *Relações entre Jeremias e Nabucodonosor.* Nabucodonosor deu a seu comandante, Nabuzaradã, a ordem de libertar a Jeremias e seguir qualquer conselho que fosse dado pelo profeta. É estranhíssimo que o monarca pagão respeitasse ao profeta mais do que o próprio povo deste! Ver Jer. 39:11,12. A Jeremias foi dado escolher ficar com o seu povo, no exílio, ou permanecer em Jerusalém, com o remanescente minúsculo que ali seria deixado. Jeremias preferiu ficar em Jerusalém, tendo-se transferido para Mispa, o moderno Tell en-Nasbeh, cerca de treze quilômetros ao norte de Jerusalém. Assim, Jeremias ficou com o povo que permaneceu em Judá, cujo novo governador nomeado, pelos babilônios, era Gedalias. No entanto, não demorou para Gedalias ser assassinado, e Joanã tornou-se o próximo líder do povo judeu. Jeremias aconselhou o povo a seguir a liderança de Joanã e permanecer na Palestina (Jer. 42:7 *ss*). Mas os judeus, em seu espírito revoltado, recusaram-se a isso, novamente acusando o profeta de estar-se bandeando para o inimigo. E foram para o Egito, forçando Jeremias a acompanhá-los (Jer. 43:6,7). Estando no Egito, Jeremias continuou o seu ministério espiritual e profético, procurando desviar os judeus de suas iniqüidades e erros obstinados (Jer. 44).

5. *Morte de Jeremias.* O livro de Jeremias não narra o que, finalmente, sucedeu a Jeremias, Presume-se que ele tenha morrido no Egito. Há uma tradição, aludida por diversas fontes, que diz que Jeremias foi apedrejado até à morte, pelos seus próprios correligionários, em Tafnes, no Egito. Uma tradição alexandrina diz que os ossos de Jeremias foram levados àquele lugar por ordem de Alexandre, o Grande. Uma outra tradição afirma que quando Nabucodonosor conquistou o Egito, Jeremias e Baruque escaparam para a Babilônia. Ali, ele teria vivido durante algum tempo, até morrer em paz. Não há como julgar qual dessas tradições é a correta.

IV. A Arqueologia e o Profeta Jeremias

As chamadas **Cartas de Laquis**, dezoito ostraca escritas em hebraico, no antigo alfabeto fenício, descobertas em 1935 por J. L. Starkey, em um depósito contíguo ao portão externo da Laquis, têm lançado muita luz sobre os tempos e as circunstâncias da vida de Jeremias. Um homem de nome Hosaís escreveu essas cartas a um outro, chamado Joás. Ao que parece, Joás era um oficial sob as ordens de Nabucodonosor, em Laquis. Cerca de dez anos antes, Nabucodonosor havia atacado e incendiado a cidade. Posteriormente, em 588 A.C., Nabucodonosor arrasou a cidade, — no mesmo ano em que Jerusalém foi atacada, embora mais cedo naquele mesmo ano. Essas cartas revestem-se de grande valor paleográfico, pois até usam expressões comuns no livro de Jeremias. De modo geral, elas ilustram itens interessantes, correspondentes ao período de Jeremias.

As *Crônicas Babilônicas* provêem para nós muitas informações que concordam diretamente com o relato de Jeremias. Outros detalhes, que não figuram na narrativa bíblica, ilustram a vida daquele tempo. Abaixo damos exemplos disso:

Como príncipe coroado, Nabucodonosor dirigia o exército babilônio na Assíria (606 A.C.). Nabucodonosor derrotou Neco II, do Egito, em Carquêmis e Hamate (605 A.C.; ver Jer. 4:62; II Reis 23:29; II Crô. 35:20). Suas conquistas deram-lhe a vitória na Síria e na Palestina; e também contou com governantes vassalos em Judá. Nesse tempo, morreu seu pai, e ele se tornou o rei, a 6 de setembro de 605 A.C. Jeoaquim tornou-se seu vassalo (Jer. 25:1). Nabucodonosor sofreu um recuo temporário, ao ser derrotado pelos egípcios. Foi então que Judá transferiu sua lealdade para o Egito, novamente. Porém, isso foi um grave equívoco. Nabucodonosor voltou, mais forte do que nunca. Jeremias (ver 27:9-11) advertiu o povo de Judá quanto a essa má escolha, e previu triunfo após triunfo para os babilônios. Então, Nabucodonosor derrotou as tribos árabes de Quedar, e apossou-se da região a leste do rio Jordão, conforme Jeremias havia predito que aconteceria (Jer. 49:28-33). Nabucodonosor continuou e tomou Jerusalém. Jeoaquim já havia sido morto, pelo que o monarca babilônico pôs Joaquim em lugar daquele. Mas Joaquim só persistiu por três meses. Muitos cativos judeus foram enviados para o exílio, na Babilônia. Nabucodonosor entrou em guerra contra os elamitas (Jer. 49:34). Quando Zedequias, rei de Judá, rebelou-se e recusou-se a pagar mais tributos à Babilônia, provocou a queda final de Jerusalém, em 586 A.C. Mais judeus ainda foram deportados para a Babilônia, em 582 A.C. (Jer. 52:30). Isso sucedeu no vigésimo terceiro ano do governo de Nabucodonosor.

V. O Caráter e a Contribuição de Jeremias

Jeremias viveu em dias de declínio e queda do reino de Judá. Ele nasceu em cerca de 640 A.C. e morreu em cerca de 570 A.C. Seu ofício profético, pois, ampliou-se por mais de quarenta anos. Jeremias recebeu a desagradável tarefa de advertir sobre os envolvimentos e as destruições que um poderoso inimigo, que não dava quartel, haveria de impor. Os falsos profetas, porém, eram sempre otimistas, predizendo o bem, embora falsamente, para a nação de Judá. Jeremias, por sua vez, anunciava a terrível verdade. A exatidão de suas predições era tão grande que os seus compatriotas sentiam que, de algum modo, ele era responsável pelos acontecimentos adversos, perseguindo-o como se fosse um traidor. Porém, Jeremias nunca se esquivou da tarefa, mesmo diante de falsas acusações e de ameaças de morte. Seu

senso de missão era muito forte, e ele serviu com grande zelo até o fim, um fim que, segundo alguns, foi a morte de um mártir, às mãos de sua própria gente.

As lamentações de Jeremias demonstram a profundeza de seu amor por seu próprio povo; e sua chamada à retidão exibe sua piedade que jamais se comprometeu. As perseguições que sofreu tornaram-no um homem que experimentou muitas aflições (Lam. 3:1). Por reiteradas vezes, ele precisou arrostar o ódio e palavras ofensivas e atos vis de homens ímpios, que se tinham levantado como autoridades e líderes. Mas Jeremias confrontou fielmente àquela gente, com a mensagem que Deus lhe dera, sem nunca se comprometer, enquanto os falsos profetas só anunciavam coisas boas. Jeremias quebrou um vaso, diante dos anciãos do povo, ao sul de Jerusalém, e assim proclamou a inevitável derrocada do reino de Judá (Jer. 19:1-15). Foi açoitado por causa disso; seus rolos escritos foram queimados; foi detido e ameaçado de morte. O mais incrível é que foram os adversários, os babilônios, que o trataram bem, libertando-o e dando-lhe a escolha de tomar seu rumo.

Provavelmente nos dias de Zedequias, Jeremias denunciou aos falsos pastores do povo (Jer. 23), e isso fê-lo ser odiado por todos. Os judeus preferiram continuar na rebeldia e na iniqüidade a dar ouvidos à mensagem do profeta de Deus. Quando os babilônios lhe deram a chance de ir para a Babilônia, onde, sem dúvida alguma, seria bem tratado, Jeremias preferiu ficar com o remanescente desprezível de Judá. Então, foi forçado pelo povo a ir para o exílio, no Egito. Mas, Jeremias permaneceu fiel à sua chamada profética, até que foi executado pelos seus próprios concidadãos (se pudermos confiar nas tradições). Assim, a perseverança e a fidelidade eram suas principais qualidades de caráter. Suas profecias, que nos relatam as coisas que sucederam, e que nos fornecem mais informações biográficas sobre ele do que no caso de qualquer outro autor bíblico, serve de imortal contribuição, tanto do ângulo histórico quanto do ângulo religioso. Jeremias tem sido apodado de apóstolo Paulo do Antigo Testamento; e o apóstolo Paulo tem sido chamado de Jeremias do Novo Testamento, o que serve de atributo apropriado para ambos. Paulo, tal como Jeremias, era homem de tristezas, que lamentava a apostasia de Israel, e sofreu muitas perseguições às mãos de seu próprio povo.

Bibliografia. Ver sobre *Jeremias* (*O Livro do Antigo Testamento*).

JEREMIAS (O Livro do Antigo Testamento)

Esboço:

I. Jeremias, o Profeta
II. A Arqueologia, Jeremias e Nabucodonosor
III. Caracterização Geral do Livro
IV. Relações Entre Jeremias e Cinco Reis de Judá
V. Autoria e Integridade do Livro
VI. A Cronologia Histórica e Jeremias
VII. Esboço do Livro
VIII. Alguns Conceitos Básicos de Jeremias — Sua Mensagem

No artigo intitulado *Jeremias* (*o Profeta*), temos apresentado muito material que se aplica, naturalmente, à sua obra, o livro profético do Antigo Testamento que leva o seu nome. Vários pontos do esboço anterior referem-se a materiais específicos, dados no artigo sobre o próprio profeta Jeremias. A esse material adicionamos agora outras informações, sobre o livro propriamente dito.

I. Jeremias, o Profeta

Ver completas descrições no artigo **Jeremias** (*o Profeta*).

II. A Arqueologia, Jeremias e Nabucodonosor

Examinar esse material sob a seção IV do artigo sobre *Jeremias* (*o Profeta*).

III. Caracterização Geral do Livro

As profecias de Jeremias, em forma de livro, tomaram o nome do próprio profeta, cujo nome, em hebraico, era *Yirmeyahu* ou *Yirmeyah*, «Yahweh estabelece». O seu ministério estendeu-se pelo menos durante quarenta anos da história de Judá, história essa que terminou em tragédia, com o cativeiro babilônico (vide).

Propósito. O intuito de Jeremias era conclamar o povo de Judá ao arrependimento, visto que ele via a potência do norte, Babilônia, a erguer-se, pela providência divina, para castigar uma nação desobediente como era Judá. Ele exortou os habitantes de Jerusalém a abandonarem sua apostasia e idolatria. Jeremias via um cativeiro de setenta anos delineando-se no horizonte (Jer. 25:1-14). Ele via que o conflito entre três potências mundiais, a Assíria, o Egito e a Babilônia, terminaria com o triunfo desta última. E advertiu aos judeus acerca de pactos firmados com o Egito, que redundariam em desastre, a longo prazo. Visto que Jeremias previu um resultado desfavorável para Judá, que era um pequeno reino, entalado no meio de lutas entre poderes gigantescos, esse profeta acabou merecendo a desconfiança de seu próprio povo, e foi desprezado. Suas profecias de condenação soavam estranhas, quando comparadas com as palavras consoladoras dos profetas falsos. Todavia, a esperança messiânica resplandece em seus escritos, onde é prometida a restauração e a glória finais, para Israel e para Judá, juntamente. Ver Jer. 23:5 *ss;* 30:4-11; 31:31-34; 33:15-18. Ele previu a manifestação do justo *Ramo de Davi*, *Yahweh-Tsidkenu* (vide). Ver também Jer. 23:6; 30:9.

Jeremias profetizou cerca de sessenta anos após Isaías. Seus contemporâneos foram Sofonias e Habacuque (no começo), e Daniel (mais tarde). Jeremias precisou relacionar-se com cinco dos reis de Judá, o que nos fornece a porção essencialmente histórica do seu livro. Isso é comentado detalhadamente no artigo *Jeremias* (*o Profeta*), seção III.3. As predições de Jeremias incluem os grandes eventos do cativeiro babilônico; a restauração após setenta anos; a dispersão universal dos judeus; o recolhimento final de Israel; a era do reino; o dia do juízo dos poderes gentílicos.

O livro de Jeremias pode ser dividido em três seções bem gerais, a saber: 1. capítulos 1—25: profecias contra Judá; 2. capítulos 46—51: narrativas acerca de Jeremias, o profeta, e predições contra potências estrangeiras; 3. capítulo 52: um apêndice histórico, extraído de II Reis 24:18 *ss*. Várias fontes informativas podem estar envolvidas, algumas delas, provavelmente, — adicionadas por autores posteriores ou editores. Uma dessas fontes diz respeito aos discursos de Jeremias, a saber, os trechos de Jer. 7:1 *ss*, 11:1 *ss*; 18:1 *ss*; 21:1 *ss*; 25:1 *ss*; 32:1 *ss*; 34:1 *ss*; 35:1 *ss*; 44:1 *ss*. Os eruditos liberais supõem que os capítulos 46—51 são, essencialmente, derivados de fontes outras, que não o profeta Jeremias. Os oráculos indubitavelmente genuínos, no parecer de alguns, seriam os capítulos 1—25, que vieram do rolo original escrito por Baruque (o que é mencionado em Jer. 36:32). Os capítulos 26—44 enfocam a atenção sobre os acontecimentos externos. Os capítulos 30 e 31 formam uma coletânea especial de dizeres, que alguns supõem ter sido acrescentada ao livro em tempos

posteriores. Uma característica ímpar do livro são as chamadas «confissões» de Jeremias, a saber, os trechos de Jer. 11:18-23; 12:1-6; 15:10-21; 17:12-18; 18:18-23; 20:7-18. Essas confissões revelam a relação pessoal entre Jeremias e Deus.

IV. Relações Entre Jeremias e Cinco Reis de Judá — No artigo intitulado **Jeremias (o Profeta)** seção III.3, temos provido esse material para o leitor. A terceira seção inteira daquele artigo aborda a história que é contada no livro de Jeremias, e que o leitor faria bem em consultar.

V. Autoria e Integridade do Livro

Jeremias, filho de Hilquias, pertencia a uma família sacerdotal que vivia em Anatote, cidade de Benjamim. Ele foi o autor do livro que traz o seu nome (Jer. 1:1). Há mais informações biográficas sobre ele do que sobre qualquer outra figura profética do Antigo Testamento. Não há que duvidar que o livro pertence, genuinamente, a Jeremias, embora certas porções possam ter sido adicionadas, posteriormente, por editores. E também é claro que Jeremias valeu-se de mais de uma fonte informativa, que incorporou em sua obra.

1. *Jeremias Ditava a Baruque*. Uma boa porção do volume (os liberais concordam com os capítulos 1—25) foi ditada a Baruque, o amanuense de Jeremias. Esses capítulos formavam o rolo que foi queimado pelo rei Jeoaquim (Jer. 36:23). No entanto, foi ditada uma segunda edição, que incluía material novo (Jer. 36:32). Em seguida, aparecem seções que foram compostas posteriormente, embora ainda de autoria de Jeremias, conforme nos sugerem os trechos de Jer. 21:1 e 24:1.

2. O capítulo cinqüenta e dois do livro de Jeremias é um óbvio empréstimo de II Reis 24:18; 25 e 30, que foi adicionado por algum editor.

3. *Evidências de Autenticidade*. Além daquelas evidências internas, no próprio livro, temos as confirmações dos relatos que demonstram a validade das predições de Jeremias, como o caso dos setenta anos de cativeiro, que se tornaram um fato histórico. Ver Dan. 9:2; Jer. 25:11-14; 29:10; II Crô. 36:21; Eze. 1:1 e Josefo (*Anti*. 10:5,1). O livro de Jeremias é muitas vezes citado no Novo Testamento como uma profecia autêntica. Ver Mat. 2:17,18 (Jer. 31:15); 21:13; Mar. 11:17; Luc. 19:46 (Jer. 7:11); Rom. 11:27 (Jer. 31:33 *ss*); Heb. 8:8-13 (Jer. 31:33 *ss*). A tradição talmúdica afirma detalhes sobre a vida e as predições de Jeremias.

4. *Integridade*. É patente que o volume de Jeremias foi escrito em vários estágios, acompanhando os sucessos históricos e as predições de Jeremias pertencentes àqueles acontecimentos. Os estudiosos liberais vêem, nessa atividade, o trabalho de um editor ou editores. Sabemos que a primeira edição dos capítulos 1—25 do livro foi destruída e precisou ser reescrita. Não sabemos dizer quanto trabalho editorial foi feito pelo próprio Baruque. Mas sabemos que o arranjo, algumas vezes, não é cronológico. O fato de que a versão hebraica massorética difere consideravelmente da Septuaginta serve de prova absoluta de que deve ter havido mais de uma edição do livro de Jeremias. Mas aqueles que têm procurado identificar o trabalho dos possíveis editores diferem muito entre si, no tocante às suas reconstruções, baseadas muito mais em sentimentos subjetivos do que naquilo que, realmente, deve ter acontecido. Talvez Baruque tenha refeito alguns dos discursos de Jeremias, redigindo-os com suas próprias palavras, embora preservando-lhes a substância. Apesar disso poder exprimir uma verdade, não há como provar tal suposição, e nem há como descobrir o modo como isso foi feito. Alguns estudiosos pensam que os capítulos 46—51 não pertencem, essencialmente, a Jeremias, mas antes, poderiam ser adições feitas posteriormente, embora não haja nenhuma razão compelidora para apoiar tal argumento. O apêndice, formado pelo capítulo 52, mui provavelmente foi acrescentado pelo próprio Baruque, ou por algum editor posterior. O ministério de Jeremias espraiou-se pelo governo de cinco monarcas de Judá. Se quisermos obter uma seqüência cronológica dos seus escritos, teremos de dar um novo arranjo aos mesmos. O professor C. Lattey sugeriu o seguinte arranjo, que segue os reis envolvidos no relacionamento com Jeremias:

Josias. Caps. 1—20 (excetuando 12:7—13:27).
Jeoacaz. Nada foi escrito em seu tempo.
Jeoaquim. Caps. 12:7—13:27; 21; 25; 27; 28; 33; 35; 36; 45.
Joaquim. Caps. 13:18 *ss*; 20:24—30; 52:31-34.
Zedequias. Caps. 24; 29; 37; 38; 51:59,60 (advertências); 30—33 (promessas de restauração); 21; 34; 37—39 (o cerco babilônico); 40—44 (após a queda de Jerusalém); 46—51 (profecias contra várias nações); 52 (apêndice).

O material inicial cobriu um período de vinte e três anos, desde o décimo terceiro ano de Josias (626 A.C.) até 604 A.C. Esse material foi destruído durante o quinto ano do reinado de Jeoaquim, mas Baruque reescreveu o mesmo. E *então adicionou* algo a esse material (Jer. 36:32).

O texto da Septuaginta nos dá uma versão mais breve que o texto hebraico. Ora, usualmente é o texto mais breve que é o original. É muito mais natural que os escribas tenham expandido do que tenham condensado os textos que copiavam. A diferença é cerca de uma oitava parte, pelo que não é muita coisa. Na Septuaginta, os oráculos contra as nações estrangeiras (caps. 46—51), aparecem depois de Jer. 25:13, e a seqüência desses oráculos também encerra algumas diferenças. Essas diferenças poderiam ser explicadas com base em duas versões do livro de Jeremias; ou, então, poderíamos supor que o trabalho de editores é que produziu isso. O texto hebraico tem sido tradicionalmente preferido; e devemos relembrar que, dificilmente, poderia mesmo ser diferente disso. Pois que estudioso hebreu teria preferido a tradução da Septuaginta à versão em seu próprio idioma? Os materiais autênticos, incluídos nas propostas *adições*, não servem de argumento em favor da originalidade, mas apenas mostram que um editor ou editores estiveram envolvidos, tendo adicionado material histórico genuíno, que é confirmado nos registros babilônicos. As omissões que aparecem na Septuaginta (Jer. 28:1-33; 29:16-20; 33:14-26; 39:4-13; cap. 52, além de alguns outros pequenos trechos) são difíceis de explicar. Por que motivo um tradutor teria deixado essas passagens de lado, propositalmente? Não há resposta para esse problema; mas, considerando o que sucede nas atividades dos escribas, parece que os tradutores da Septuaginta preferiram representar a forma original do livro, ao passo que o texto hebraico foi por eles concebido como uma expansão dessa forma original. Porém, nada de certo se pode dizer quanto a essa questão.

VI. A Cronologia Histórica e Jeremias

Os eventos principais e suas datas, no que se relacionam ao livro de Jeremias, são os seguintes:

686 A.C.: O reinado de Manassés.
648 A.C.: O nascimento de Josias.
642 A.C.: Amom substitui a Manassés como rei.
633 A.C.: Josias busca renovação espiritual (II Crô.

34:3). Morte de Assurbanipal, rei da Assíria.
Ciaxares torna-se rei da Média.
628 A.C.: Reformas religiosas de Josias.
627 A.C.: Chamada divina de Jeremias.
626 A.C.: Nebopolassar torna-se rei da Babilônia.
621 A.C.: Acha-se o rolo da lei, depois utilizado na reforma.
609 A.C.: Josias é morto, em Megido.
Jeoacaz governa por três meses.
Jeoaquim assume o poder, em Jerusalém.
605 A.C.: Os babilônios derrotam o Egito e a Assíria, em Carquêmis.
Daniel e outros são levados à Babilônia (Dan. 1:1).
Nabucodonosor torna-se rei da Babilônia.
604 A.C.: A Palestina paga tributo a Nabucodonosor.
601 A.C.: Os egípcios derrotam momentaneamente aos babilônios.
598 A.C.: Fim do reinado de Jeoaquim; os babilônios invadem Jerusalém.
Joaquim torna-se rei de Judá; governa por três meses e é deportado para a Babilônia.
597 A.C.: Zedequias torna-se rei de Judá.
588 A.C.: Cerco de Jerusalém, iniciado a 15 de janeiro.
587 A.C.: Jeremias é encarcerado pelos judeus (Jer. 32:1,2).
586 A.C.: Fuga de Zedequias diante dos babilônios (II Reis 25:2,3; Jer. 39:4; 52:5,7). Destruição de Jerusalém (II Reis 25:8-10). Gedalias, governador temporário de Judá, é assassinado. Jeremias o apoiava. Os judeus vão para o Egito e levam Jeremias.
?: Morte (e martírio) de Jeremias, no Egito.

VII. Esboço do Livro

I. *Chamada de Jeremias*, Avisos e Mensagem aos Judeus (1:1—29:32)
  A. Oráculos de Condenação:
    1. Contra o pecado e a ingratidão (2:1—3:5)
    2. A destruição virá do norte (3:6—6:30)
    3. Os judeus seriam exilados (7:1—10:25)
    4. O pacto rompido: sinal do cinto (11:1—13:27)
    5. A seca (14:1—15:21): sinal do profeta solteiro (16:1—17:18); avisos acerca do sábado (17:19-27)
    6. O sinal da casa do oleiro (18:1—20:18)
  B. Oposição aos Anciãos e Líderes
    1. Abusos contra Jeremias e seu encarceramento (19:1—20:18)
    2. Seu conselho a Zedequias (21:1-14)
    3. Contra os reis e os falsos profetas (22:1—24:10)
    4. Contra as nações (25:1-38)
    5. Jeremias escapa da execução (26:1-24)
    6. Oposição a Jeremias, em Jerusalém e na Babilônia (27:1—29:32)
II. *Várias Profecias*, da Subida ao Trono ao Cativeiro de Zedequias (30:1—39:18)
    1. Vislumbres de restauração (30:1—33:26)
    2. Uma nova aliança (30:1—31:40)
    3. Um sinal sobre a restauração (32:1-44)
    4. O pacto davídico (33:1-26)
    5. Desintegração do reino de Judá (34:1—39:18)
    6. O exemplo dos recabitas (34:1-22)
    7. Queda de Jerusalém (37:18)
III. *Profecias em Judá*, Após o Cativeiro (40:1—42:22)
    1. Mensagem ao remanescente, na Palestina (40:1—41:18)
    2. Aviso para os judeus não descerem ao Egito (cap. 42)
IV. *Jeremias no Egito* (43:1—45:5)
V. *Profecias contra Nações e Cidades* (46:1—51:64)
    1. Egito (46:1-28)
    2. Filístia (47:1-7)
    3. Moabe (48:1-47)
    4. Amom (49:1-6)
    5. Edom (49:7-22)
    6. Damasco, Quedar e Hazor (49:23—33)
    7. Elão (49:34-39)
    8. Babilônia (50:1—51:64)
VI. *Apêndice*
    1. Queda e Cativeiro de Judá (52:1-30)
    2. Libertação de Joaquim (52:31-34)

VIII. Alguns Conceitos Básicos de Jeremias—Sua Mensagem

1. *O Livre-Arbítrio e o Determinismo.* Jeremias viu o soerguimento inevitável da Babilônia, que subjugaria a Assíria e o Egito. Nesse jogo pelo poder, a nação de Judá seria reduzida a nada. Apesar de predizer tais eventos como inevitáveis, mesmo assim ele cria na genuinidade da chamada de Judá ao arrependimento (o que poderia evitar toda a tragédia). Em outras palavras, Judá *poderia ter escapado* ao terror. Essa circunstância levanta a antiga questão da interação entre o livre-arbítrio humano e o determinismo divino. Para essa questão não há respostas absolutamente adequadas. Deus usa o livre arbítrio humano, sem destruí-lo, embora não saibamos dizer *como*. Quanto a um estudo completo sobre essa questão, examinar os dois artigos intitulados *Livre-Arbítrio* e *Determinismo*. Ver também acerca da *Predestinação*. No que diz respeito a indivíduos, pelo menos no tocante à questão do desenvolvimento espiritual, uma verdade inegável parece ser que os eventos que inevitavelmente devem suceder em uma vida são *auto-escolhidos*. Em outras palavras, a própria pessoa seleciona os acontecimentos principais de sua vida, os quais determinarão o curso que ela seguirá. Porém, esses eventos que determinam o destino de uma pessoa não são em grande número, de tal modo que a *maior parte* daquilo que um homem faz, fá-lo por sua livre agência. Porém, naquilo que dirige o destino da alma, o indivíduo não faz por meio de seu livre-arbítrio; antes, segue os ditames de sua alma, em consonância com a direção e a providência de Deus, que delega tais poderes aos homens. Além disso, como é óbvio, há eventos tanto pessoais, como independentes do indivíduo (mas que exercem profundo efeito sobre a sua vida) que são intervenções diretas ou diretivas de Deus. Depois de dizermos isso, vemos que alguma luz foi projetada sobre o problema, embora muitas perguntas continuem sem resposta.

2. *Conceito de Deus.* Conforme fica implícito no primeiro ponto (acima), Deus é o poder controlador das atividades humanas, embora não seja infenso, como Ser Supremo, àquilo que o homem quer e faz. Ele é o Criador e o Senhor Soberano que governa todas as coisas, nos céus e na terra. Jer. 5:22,24; 10:12 *ss;* 23:23 *ss*; 27:5. Um completo *monoteísmo* era a crença de Jeremias. Não havia qualquer toque de henoteísmo (vide) em seu sistema doutrinário. Para ele, os deuses das nações nem eram entidades (10:14

ss; 14:22 A vontade divina é suprema sobre todas as coisas (Jer. 18:5-10; 25:15-38; 27:6-8).

3. A *presciência de Deus* é absoluta (Jer. 17:5-10).

4. O *amor de Deus* desconhece limites (Jer. 2:2; 31:1-3).

5. *Deus é a fonte originária da vida* de todos os seres vivos (Jer. 2:13; 17:13).

6. *Deus requer* justiça e obediência (Jer. 7:1-15).

7. *As abominações* a Deus incluem os sacrifícios oferecidos aos deuses pagãos (Jer. 7:30 *ss*; 19:5), embora também sejam abominações as oferendas de um povo rebelde e pecaminoso (Jer. 6:20; 7:21 *ss*, 14:12).

8. A *idolatria* (vide) é salientada como uma espécie de ofensa capital contra Deus. Baal, Meloque e a rainha do céu são especificamente condenados pelo profeta. Havia ídolos pagãos no próprio templo de Jerusalém (Jer. 32:34). Em Jerusalém, crianças estavam sendo oferecidas em holocausto a Baal e a Moloque (Jer. 7:31; 19:5; 32:35). Jeremias lamentava a grande apostasia que invadira Judá, mormente porque ele via a ira de Deus preparando Babilônia para ser a vara do castigo contra o seu povo terreno.

9. A *imoralidade* foi condenada como uma forma de idolatria. As pessoas imaginam deuses de acordo com os seus próprios vícios (Jer. 5:1-6; 7:3-11; 23:10-14). A corrupção moral tem uma maneira de abafar o temor de Deus, no coração dos homens. Os próprios sacerdotes tinham-se deixado envolver nisso (Jer. 5:30 *ss*; 6:13-14; 14:14). Em meio à sua imoralidade e idolatria, Judá conseguira manter sua religiosidade. Mas Jeremias proclamou que a lei moral é mais importante do que as práticas religiosas e cerimônias. O povo de Judá reverenciava a arca (Jer. 3:16), as tábuas da lei (31:31 *ss*), o templo de Jerusalém (7:4,10 *ss*; 11:15), o sinal da circuncisão (4:4; 6:10; 9:26) e o sistema de sacrifícios (6:20; 7:21 *ss*; 11:15; 14:2), mas estava afundado na corrupção moral. Isso também tipifica a Igreja organizada, conforme a vemos hoje em dia no mundo. Uma porca pode ser sacrificada sobre o altar, na forma de música irreverente e de práticas profanas, ao mesmo tempo em que o pastor emprega seu sermão, presumivelmente a fim de convocar os homens ao arrependimento.

10. *Julgamento*. O profeta pregou o julgamento divino, explicando que o mesmo haverá de descarregar-se contra os homens desobedientes. Mas também ensinou que o arrependimento pode arredar o castigo. Jeremias tinha em mente, especificamente, a invasão por parte da Babilônia (Jer. 1:13-16; 4:11,12; 5:15-19; 6:1-15). A Babilônia, pois, era um látego usado por Deus como instrumento, embora também servisse de medida corretiva, porquanto todos os juízos divinos são remediais em sua natureza, e não meramente vingativos. Ver o artigo geral sobre o *Julgamento*.

11. Nem todas as religiões são iguais; nem todas as fés religiosas são genuínas. Existem *religiões falsas*. Jeremias manifestou-se contra os falsos profetas, que tão facilmente enganavam ao povo (Jer. 8:10-17; 14:14-18; 23:9-40). A principal falsidade deles consistia em pregar uma mensagem otimista, ao mesmo tempo em que Deus só pensava em castigar o seu povo terreno.

12. A *esperança*, em meio ao juízo divino e à condenação, era um tema constante nas predições de Jeremias. O exílio de Judá era inevitável, embora não houvesse de perdurar para sempre. Haveria de redundar em um digno propósito, visando ao bem do povo judeu, em última análise (Jer. 19:10; 25:11). Nisso consiste a própria natureza do julgamento. O julgamento tem um aspecto *remedial*, não sendo mera reparação, e, menos ainda, vingança. Ver o trecho de I Ped. 4:6, que ensina essa verdade no tocante ao julgamento dos incrédulos. O próprio hades tem um aspecto remedial, conforme se vê no relato bíblico da descida de Cristo ao hades. Ver o artigo intitulado *Descida de Cristo ao Hades*. A esperança de Jeremias, em meio ao juízo divino iminente, deu origem a um ato de fé, quando ele comprou um terreno em Anatote (não distante de Jerusalém), pois sabia que o povo de Judá haveria de retornar à sua pátria. É lamentável que o próprio Jeremias tenha sido assassinado no exílio (no Egito), o que significa que o ato de compra do terreno era simbólico, não lhe tendo trazido qualquer vantagem pessoal. Porém, Deus também estava controlando a situação, e podemos ter a certeza de que o profeta nada perdeu, mas somente teve a ganhar.

13. *A Convocação à Religião Vital*. À semelhança de Paulo, no segundo capítulo da epístola aos Romanos, Jeremias viu que as formalidades religiosas externas são inúteis, a menos que haja uma correspondente vitalidade espiritual, na alma. A confiança de Judá no templo, nos sacrifícios animais, no sacerdócio e no sinal da circuncisão era inteiramente inútil sem a santidade e a dedicação da alma aos princípios espirituais (Jer. 2:8; 5:13; 7:4-15; 8:8; 21—26). É mister que os princípios da lei sejam inscritos nos corações dos homens, e não meramente em alguma superfície de escrita (Jer. 31:31-34; 32:40). Se os símbolos externos fossem destruídos, isso não seria o fim do relacionamento eficaz de Deus com os homens (Jer. 33:14-26). Suas alianças continuariam, mesmo sem símbolos externos. Essa é uma verdade que os ramos sacramentalistas da Igreja cristã ainda não conseguiram absorver.

14. *Contemplando a Esperança Messiânica*. Jeremias viu um brilhante e novo dia, que haveria de raiar, apesar da melancolia do momento. Em primeiro lugar, haveria uma restauração do povo de Israel à sua terra, no tempo certo (Jer. 30:17-22; 32:15,44; 33:9-13). Em segundo lugar, haveria o estabelecimento do governo do Príncipe messiânico sobre Israel (Jer. 23:5 *ss*) e sobre todas as nações da terra (Jer. 3:17; 16:19; 30:9).

15. *A Essência da Fé Religiosa*. Os homens ficam ofuscados e escravizados às formas religiosas externas, cerimônias e instituições. Porém, a fé religiosa genuína é, essencialmente, uma condição moral e espiritual, na qual a alma é unida a Deus (Jer. 31:31-34). Esse foi um dos temas fundamentais da prédica do Senhor Jesus, conforme fica demonstrado pelo Sermão da Montanha (Mat. 5—7), um tema que teve continuidade nos escritos de Paulo, do qual o segundo capítulo de Romanos é um bom exemplo.

Bibliografia. AM ARC BRI BRIG(1966) E EIS G I IB ID ND UN WIS Z.

JEREMIAS (Outras Pessoas, que não o Profeta)

Ver o artigo geral intitulado **Jeremias (O Profeta)**. Além do profeta, outras oito pessoas aparecem com esse nome, no Antigo Testamento. Quanto ao significado do nome *Jeremias*, ver o artigo sobre o profeta desse nome.

1. Um guerreiro gadita que se aliou a Davi, em seu exílio, no deserto, em Ziclague, quando Davi fugia de Saul (I Crô. 12:10). Ele viveu em torno de 1061 A.C.

2. Um benjamita que também veio juntar-se às forças de Davi, no deserto, em Ziclague, quando Davi fugia de Saul (I Crô. 12:4). Viveu em cerca de 1053 A.C.

3. Um outro gadita que veio reunir-se a Davi, nas

mesmas condições dos casos anteriores (I Crô. 12:13). Viveu em cerca de 1050 A.C.

4. Um chefe da meia-tribo de Manassés, que vivia na Transjordânia (I Crô. 5:24). Ele viveu em cerca de 782 A.C. Aparentemente, viveu na época do cativeiro assírio.

5. Um nativo de Libna e pai de Hamutal, a esposa do rei Josias. Ele foi um daqueles que se casaram com mulheres estrangeiras, ao tempo do exílio babilônico, e que, após o retorno a Jerusalém, foi forçado a divorciar-se dela. A esposa de Josias foi mãe de Jeoacaz (II Reis 23:31) e de Zedequias (II Reis 24:18; Jer. 52:1). Ele viveu em torno de 632 A.C.

6. Um filho de Habizinias e pai de Jaazanias, o recabita, a quem o profeta Jeremias testou com uma oferta de vinho (Jer. 35:3). Isso ocorreu em cerca de 536 A.C.

7. Um sacerdote, cabeça de um dos turnos que servia no templo de Jerusalém (Nee. 12:1,34). Ele viveu por volta de 450 A.C.

8. Um dos trombeteiros, por ocasião da celebração das recém-reparadas muralhas de Jerusalém. Talvez seja idêntico ao Jeremias anterior (número 7). É mencionado em Nee. 10:2. Ainda que seja um indivíduo diferente, também viveu por volta de 450 A.C.

JEREMIAS, CARTA DE

Essa breve obra, pseudônima, foi incluída nas obras apócrifas (ver sobre os *Livros Apócrifos*), como uma espécie de adição ao livro de Baruque. Na Septuaginta, os livros aparecem na ordem seguinte: Baruque, Lamentações e Carta de Baruque. Essas três obras constituem uma espécie de apêndice ao livro canônico de Jeremias. Na Vulgata Latina, entretanto, a Carta de Jeremias constitui o sexto capítulo do livro de Baruque.

1. *Origem da Carta*. Sabemos que Jeremias escreveu cartas aos exilados judeus na Babilônia, enquanto ele mesmo ficava no que restara de Jerusalém (Jer. 29:1 *ss*). Bastaria essa circunstância para inspirar algum escritor desconhecido para arrogar-se à tarefa de dar-nos uma dessas cartas. Parece que o trecho de Jer. 10:5,70 sugere o conteúdo de uma carta apócrifa. Porém, também há reflexos de trechos como Isa. 44:9-20; Sal. 115:4-8 e 135:15-18. O que não se sabe com certeza é se a tal carta era uma mera composição literária, com o intuito de dar instruções morais e atacar a idolatria, ou se era uma carta genuína (embora não escrita por Jeremias), com uma destinação real, como por exemplo, alguma comunidade judaica na dispersão, ou na Palestina.

2. *Data*. O terceiro versículo assevera que os exilados deveriam permanecer na Babilônia por longo tempo, por nada menos de sete gerações. Se computarmos esse tempo, a partir de 586 A.C. (quando ocorreu o exílio babilônico), então chegaríamos ao começo do século III A.C., o que poderia ter sido o tempo em que essa carta de Jeremias foi escrita. E, mesmo que essa obra fosse mera peça literária, e não uma missiva genuína, enviada a um grupo específico de pessoas, então essa informação ainda assim poderia indicar quando essa carta foi escrita. Entretanto, alguns eruditos têm-na datado como pertencente ao século I D.C.

3. *Idioma Original*. Alguns estudiosos têm proposto um original hebraico (ou aramaico), embora outros insistam em que houve um autógrafo grego. Quanto a isso, não há consenso de opinião, por falta de evidências sólidas. E, mesmo que pertença a uma data anterior ou posterior, a ambigüidade da linguagem usada não teria sido afetada em coisa alguma.

4. *Canonicidade e Texto*. O Concílio de Trento (vide) aceitou os livros apócrifos do Antigo Testamento como canônicos. Assim, essa carta de Jeremias faz parte da Bíblia católica romana. Porém, poucos, ou mesmo nenhum, dos eruditos considera essa obra uma produção genuína do profeta Jeremias. Na Vulgata Latina, conforme já vimos, não forma um livro separado, mas apenas o capítulo final do livro de Baruque, o que reflete a tradição ocidental. Os anglicanos respeitam e usam os livros apócrifos, embora não lhes dêem posição canônica, pelo que lhes falta autoridade, ali. Os demais grupos protestantes e os evangélicos, por sua vez, ignoram quase inteiramente os livros apócrifos, visto que não os consideram canônicos, e nem ao menos os usam para fins de edificação, conforme fazem os anglicanos (posto que estes não usam os livros apócrifos para, sobre eles, firmar doutrinas cristãs).

Texto. O texto grego dessa obra foi preservado em muitas cópias da Septuaginta (vide). Entretanto, o manuscrito Aleph não o contém. Ora, Aleph é um dos principais manuscritos tanto do Antigo quanto do Novo Testamentos. Além disso, há cópias dessa carta na Vulgata Latina; mas não há nenhum manuscrito dessa obra apócrifa em aramaico.

5. *Conteúdo*. Essa obra, na realidade, não é uma carta. Antes, é uma áspera diatribe contra a idolatria, uma espécie de tratado de fogo. Na introdução, diz que se trata de uma cópia da carta enviada por Jeremias aos judeus que estavam prestes a ser deportados, embora ninguém leve a sério essa declaração. A argumentação é repetitiva, demorando-se sobre a falta de poder e a inutilidade dos ídolos. A peça é caracterizada por forte e constante zombaria. Os ídolos não falam, nem se movem, nem se defendem, e, de modo geral, são inteiramente insensatos e inúteis. Nem ao menos podem limpar-se, e ficam sujos. As térmitas e os vermes, em muitos casos, acabam-nos consumindo. Ora, visto que não podem fazer coisa alguma por si mesmos, é claro que não podem ajudar aos homens. A humilhação espera por aqueles que neles confiam. É ridículo temer aos ídolos ou respeitar os seus supostos poderes. A carta de Jeremias também ataca a prática da prostituição sagrada (vs. 4 e 26), o deus Bel (vs. 41) e as lamentações por uma divindade morta (provavelmente, Tamuz, vss. 31 *ss*). BROC CH ME(1957)

JEREMIAS II, O PATRIARCA

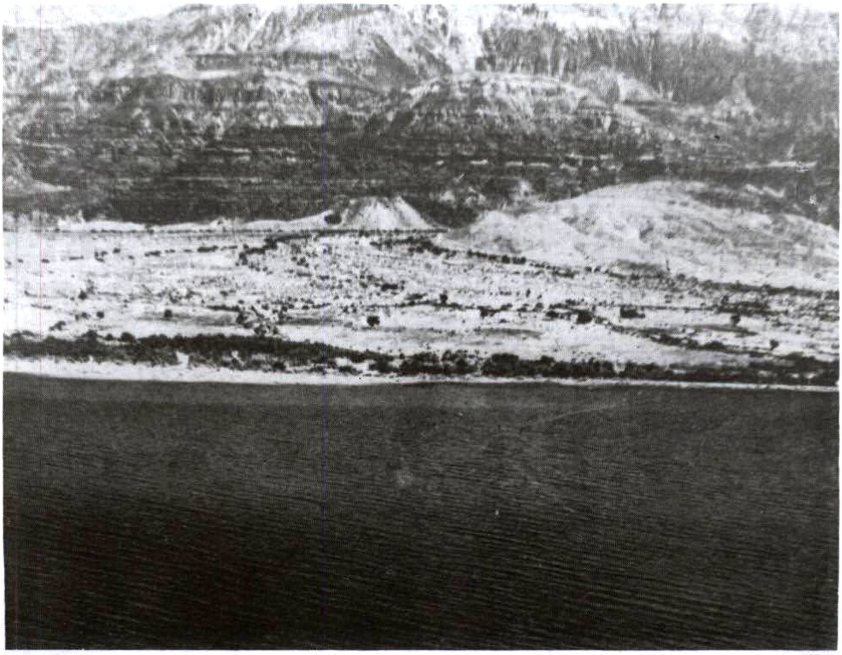
Suas datas foram 1536-1595. Ele foi uma das grandes personalidades da Igreja Ortodoxa Grega, no século XVI. Ele foi o autor das respostas às perguntas existentes na Confissão de Augsburgo, respostas essas que se tornaram uma interpretação fundamental da fé da Igreja Ortodoxa Grega. Ele foi humanista, erudito nos clássicos e amigo dos luteranos. Foi o responsável pela organização da Igreja Ortodoxa Russa, quando esta assumiu uma organização melhor. Viveu por cinco anos na Rússia, ocupado nesse mister. Ver o artigo geral sobre *Ortodoxa Oriental, Igreja*.

JEREMIEL

Esse é o nome de um suposto arcanjo, que responde às perguntas a ele dirigidas pelos mortos justos, conforme o registro de II Esdras 4:36. Alguns identificam-no com o Ramiel de II Baruque 55:3 e com o Remiel de I Enoque 20:8. Ver os artigos gerais sobre os *Anjos* e sobre *Rafael*, onde oferecemos material tradicional a respeito dos arcanjos. Ver



Jericó antiga
Cortesia, Matson Photo Service



Mar Morto, lugar das cidades das planícies
Cortesia, Matson Photo Service



Deserto de Judá
Foto de Alistair Duncan

também o artigo sobre *Gabriel*.

JEREMOTE

No hebraico, «alto», «inchado» ou «grosso». Em algumas traduções (mas não na nossa versão portuguesa), aparece a forma alternativa *Ramote*, em Esd. 10:29. Várias personagens bíblicas aparecem com esse nome, a saber:

1. Dois benjamitas chamavam-se Jeremote (I Crô. 7:8; 8:14). O segundo talvez possa ser identificado com o Jeroão de I Crô. 8:27. Eles viveram em torno de 588 A.C.

2. Um levita merarita, filho de Musi (I Crô. 23:23). Ele é chamado *Jerimote*, em I Crô. 24:30. Viveu em cerca de 960 A.C.

3. Um descendente de Hemã (I Crô. 25:22). No quarto versículo daquele capítulo, ele é chamado de Jerimote. Viveu em cerca de 960 A.C.

4. Um chefe da tribo de Naftali, que viveu durante o reinado de Davi (I Crô. 27:19). O texto massorético grafa seu nome como *Jerimote*.

5. Um dos filhos de Elão, que se casara com uma esposa estrangeira, durante o exílio de Judá na Babilônia. Quando do retorno de Judá a Jerusalém, ele foi forçado a divorciar-se de sua esposa estrangeira (Esd. 10:27). Ele viveu em torno de 456 A.C.

6. Um dos filhos de Zatu, que se casara com uma mulher estrangeira, durante o tempo do cativeiro babilônico, e que, ao retornar a Jerusalém, foi forçado a divorciar-se dela (Esd. 10:27). Ele viveu em torno de 456 A.C.

JERIAS

No hebraico, «Yahweh é o fundamento». Um levita coatita, filho de Hebrom (I Crô. 23:19; 24:23). Ele era chefe dos hebronitas, ao tempo do rei Davi. Viveu em torno do ano 1000 A.C.

JERIAS

No hebraico, **temor de Yahweh**, embora alguns pensem apenas em «ver». Era filho de Selemias. Seu nome chegou até nós porque foi ele quem deteve Jeremias, sob a acusação de que esse profeta planejava desertar para os caldeus (Jer. 37:13,14). Era guardião da porta de Benjamim, em Jerusalém. Viveu por volta de 597 A.C.

JERIBAI

Ele foi um dos valentes guerreiros de Davi, sendo mencionado em I Crô. 11:46. O trecho de II Sam. 22 apresenta uma lista desses guerreiros, e o livro de I Crônicas também dá alguns deles. Esse homem aparece entre os heróis extras, mencionados em II Crônicas. Ele é o segundo filho de Elnaão. Deve ter vivido em torno de 1000 A.C.

JERICÓ

Esboço:

I. O Nome
II. Informes Geográficos
III. Informações Históricas
IV. No Novo Testamento e Posteriormente
V. Escavações Arqueológicas

I. O Nome

O nome «Jericó» tem sua origem e seu sentido incertos, embora pareça significar «lugar perfumado», ou então «cidade da lua». Talvez esteja relacionado à palavra hebraica *yeriho*, que vem da mesma raiz que *yareah*, «lua». Nesse caso, a razão para o uso original desse termo provavelmente esteve ligada ao deus-lua dos semitas ocidentais, *Yarih* ou *Yerah*, conforme foi sugerido pelo arqueólogo W. Albright. Quanto a referências veterotestamentárias sobre essa localidade, ver Núm. 22:1; 26:3; 31:12; 33:48,50; 36:13; Deu. 32:49; Jos. 2:1,2; 3:16; 4:13; 5:10; 6:1,2,25; 16:1,7; 18:12,21; II Sam. 10:5; I Reis 16:34; II Reis 2:4,5,15,18; I Crô. 6:78; 10:15; II Crô. 28:15; Esd. 3:24; Nee. 3:2; 7:36; Jer. 39:5; 52:8. Nas páginas do Novo Testamento, essa cidade é mencionada em Mat. 20:29; Mar. 10:46; Luc. 10:30; 18:35; 19:1 e Heb. 11:30. Assim, a cidade é mencionada por cerca de setenta vezes no Antigo Testamento, e por seis vezes no Novo Testamento.

II. Informes Geográficos

Jericó era uma antiqüíssima cidade, construída na espaçosa planície onde o vale do Jordão alarga-se entre os montes de Moabe e os precipícios ocidentais. Ficava situada na rota que o povo de Israel vinha seguindo, depois da travessia do rio Jordão, sob as ordens de Josué, em preparação para a conquista da Terra Prometida (Jos. 3:16). Jericó fica quase diretamente a leste do mar Morto, cerca de vinte quilômetros das margens do mesmo, e diretamente a leste de Betel, da qual fica cerca de quinze quilômetros. Ficava cerca de trinta quilômetros a nordeste de Jerusalém. O local da antiga Jericó é assinalado, hoje em dia, por um cômoro em forma ovóide, muito desgastado, chamado Tell es-Sultan. Isso fica nos subúrbios da cidade moderna. Uma estrada moderna passa pelo lado oriental do cômoro. Perto desse cômoro fica a fonte de Ain es-Sultan, que provia água na antiguidade e, sem dúvida, foi uma das razões do local ser ocupado desde tempos remotos. O próprio cômoro tem cerca de quatrocentos metros de comprimento, no eixo norte-sul, e cobre uma área de cerca de dez acres, ou seja, pouco mais de quarenta mil metros quadrados. Nos dias do Novo Testamento, a Jericó de Herodes ficava localizada cerca de um quilômetro e meio a oeste da cidade moderna, sendo representada pelas ruínas que ocupam ambas as margens do wadi Qelt. Esse local é chamado de Tulo Abu el-Alyiz. As colinas da Judéia elevam-se abruptamente a oeste desses dois lugares. A área fica a 250 m abaixo do nível do mar. Naquela região, no passado, várias cidades diferentes, com o nome de Jericó, floresceram e declinaram.

III. Informações Históricas

As escavações efetuadas por Carl Watzinger (1907 e 1908) e por John Garstang (1929—1936) demonstraram que havia uma comunidade dos tempos neolíticos naquele local onde Jericó, finalmente, foi erigida, uma comunidade de cerca do quinto milênio A.C. Três cidades foram construídas naquela área, na idade do Bronze (3000 a 1200 A.C.). A terceira dessas cidades era a aldeia cananéia que foi capturada por Josué, e então destruída, em cerca de 1400 A.C. Ver o décimo sexto capítulo do livro de Josué. Subseqüentemente, a cidade foi reconstruída por Hiel, o betelita, conforme se aprende em I Reis 16:34. Há provas de que as cidades assim construídas foram destruídas tanto pelos homens quanto por catástrofes naturais, como guerras e terremotos.

Jericó era uma parada obrigatória para as tribos nômades. Antes da invasão israelita, nos dias de Josué, no começo da idade do Bronze, invasores nômades destruíram aquele lugar. Isso sucedeu em cerca de 2300 A.C. Esses invasores têm sido identificados pelos estudiosos como amorreus. Os

cananeus que viviam no local migraram para a área talvez desde 1900 A.C. Lemos em Núm. 13:29: «...os amorreus habitam na montanha; os cananeus habitam ao pé do mar e pela ribeira do Jordão». Esses fatos são ilustrados por fontes arqueológicas e extrabíblicas.

Os túmulos que têm sido escavados em Jericó ilustram o tipo de vida que ali havia, nos tempos patriarcais. Excelentes peças de cerâmica, mesas de madeira com três ou quatro pernas, ferramentas, camas, cestas, caixas de armazenamento, pratos, travessas, vários tipos de armas, e até mesmo produtos alimentícios, como carne e frutas (preservadas pelo gás metano, em alguns desses túmulos) têm sido desenterrados.

Algum grande cataclismo atingiu o local, em cerca de 1550 A.C. Jericó, assim sendo, foi abandonada de 1550 a 1400 A.C. A invasão israelita ocorreu no século XIII A.C., quando os cananeus ocupavam o local. Não é abundante o material que tem sido recuperado daquele tempo, embora seja o suficiente para confirmar que o local era habitado. Há períodos da história antiga de Jericó que sofreram o desgaste próprio do tempo, e muita coisa continua escondida por debaixo das estruturas modernas, que não podem ser removidas. O relato do Antigo Testamento, a respeito da conquista encabeçada por Josué, aparece nos capítulos terceiro e oitavo do livro de Josué. A Jericó capturada por Josué era apenas uma pequena aldeia. A cidade principal, na conquista liderada por Josué, na Palestina, era Hazor, embora alguns estudiosos tenham pensado que Jericó fosse a cidade mais importante da região. A ênfase da Bíblia sobre Jericó deve-se ao fato de que ela foi uma espécie de primícias da conquista, que prometia muito mais por vir, e não que a cidade foi de conquista difícil, como se mostrasse que todas as cidades que os israelitas ainda teriam de conquistar fossem igualmente difíceis.

A narrativa veterotestamentária, como é óbvio, envolve Raabe, que, como é incrível (devido à graça divina e o seu contacto com os israelitas da época), acabou fazendo parte da genealogia de Jesus Cristo (Mat. 1:5). O livro de Josué informa-nos acerca da natureza caótica da época, e Jericó participava desse estado de coisas. Nenhum resto substancial da cidade antiga tem sido encontrado, pertencente àquele período. Podemos supor, pois, que Jericó, na época de Josué, era apenas uma aldeia em declínio.

Josué proferiu uma maldição contra o lugar (Jos. 6:26). A Bíblia informa-nos que, subseqüentemente, houve ali alguma atividade humana. A área, como um oásis, foi ocupada por Eglon, rei de Moabe (Juí. 3:14). Alguns representantes de Davi passaram algum tempo ali, depois de terem sido ofendidos por Hanum, de Amom (II Sam. 10:4).

Nos dias do rei Acabe, Hiel, de Betel, tentou reconstruir a cidade de Jericó (século IX A.C.), porém, as evidências arqueológicas sobre isso são escassas. Hiel perdeu seus filhos mais velhos e mais jovens, e isso foi interpretado como cumprimento da maldição lançada por Josué, segundo se lê em I Reis 16:34. Isso nos leva aos tempos de Elias e Eliseu (II Reis 2:4,5,18-22). Eliseu purificou as águas amargosas que ali havia.

Jericó chegou ao seu ponto final no tempo do cativeiro babilônico, nos dias de Zedequias, o último rei de Judá (II Reis 25:5; II Crô. 28:15; Jer. 39:5; 52:8). Os trechos de Esd. 2:34 e Nee. 7:36 aludem a uma ocupação do local durante o período de dominação persa; mas a população consistia apenas de trezentas e quarenta e cinco pessoas. Todavia, eles ajudaram no soerguimento das muralhas de Jerusalém (Nee. 3:2).

Árabes, cruzados e turcos chegaram ao local, utilizando-se das águas de suas fontes, e o ocuparam. Porém, essa ocupação foi feita cerca de três quilômetros para sueste do antigo local, que havia nos dias do Antigo Testamento. A atual cidade de Jericó expandiu-se ao ponto de circundar o antigo cômoro.

IV. No Novo Testamento e Posteriormente

Após ter passado de mão em mão, Jericó foi adquirida por Herodes, o Grande, que construiu uma nova cidade um tanto ao sul do local antigo. Ele a romanizou, dando-lhe um hipódromo, um anfiteatro e um palácio. As ruínas do local erigido por Herodes chamam-se, hoje em dia, Tulul Abut el-Alayia. No inverno, o clima da região é quente e agradável, o que explica a escolha feita por Herodes. Uma pequena fortaleza foi erigida ali, em uma estrada que vai do vale do Jordão até Jerusalém.

— Herodes usava essa cidade como sua *capital de inverno*. Fora embelezada com estruturas de estilo helênico, por Herodes, o Grande, e por seu filho, Arquelau. Contava com um palácio de inverno, com uma fortaleza, com um teatro e com um hipódromo. Os arqueólogos têm podido desenterrar indícios das atividades que havia nesse edifício. A arquitetura da Jericó do N.T. era romana e, diferentemente das aldeias de origem cananéia e judaica, Jericó estava ornamentada com árvores como o sicômoro, a qual cresce somente no vale do rio Jordão e na costa do mar Mediterrâneo. Pequenas peças de madeira, usadas para sustentar o muro de uma torre que foi descoberta em Jericó (segundo foi demonstrado pela Escola de Florestas de Yale), eram feitas de sicômoro.

Essa cidade estava situada nos vaus do *rio Jordão*, na fronteira com a Peréia e na planície mais rica da Palestina. Ficava cerca de vinte e quatro quilômetros de Jerusalém, e estava cerca de mil e cem metros abaixo do nível do mar, — que oferecia violentos contrastes com o capital. Herodes, o Grande empenhou-se em extenso programa de edificações ali, e sabemos, pelas descobertas arqueológicas, que havia duas Jericós, a mais antiga (pertencente à história judaica), e a que foi construída pelos romanos. Mas esta última ficava bem próxima da primeira e, na realidade,. não passava de uma continuação daquela. Produzia certo número de importantes produtos, incluindo o bálsamo, e era uma próspera comunidade comercial ao tempo de Jesus. Era um centro de cobrança de impostos. Zaqueu era o chefe desse ofício lucrativo na cidade e, naturalmente, era rico (ver Luc. 19:1-10). Provavelmente Jesus viajara pelo lado oriental do Jordão e cruzara o vau perto de Jericó. Essa cidade foi o último estágio de sua jornada. Ali ele abriu os olhos de dois cegos e foi proclamado Messias. Mediante sua morte e ressurreição, o que ocorreu pouco depois, ele abriu os olhos de um mundo cego pelo pecado.

Evidentemente, — a cidade foi totalmente reconstruída, — e, subseqüentemente, ornamentada por Herodes, o Grande. Era uma cidade ornamentada de palmeiras. No entanto, pelo século XII D.C., não restava qualquer indício da existência dessa cidade. Atualmente, uma miserável localidade está situada no local chamado Richa ou Ericha, e a área perdeu todas as suas antigas palmeiras. O clima é quente e doentio. Tal como no caso de muitas localidades, lembramo-nos melhor de Jericó porque Jesus esteve ali também.

Lucas registra certa permanência de Jesus ali, na

casa de Zaqueu. A parábola dos servos e dos talentos, como acontecimento associado a Jericó, foi registrada também por Lucas. Lucas situa o milagre da cura do cego antes desses outros acontecimentos. (Lucas diz *um* cego; Marcos fala em *dois*). Marcos esclarece que o cego se chamava *Bartimeu*. Segundo a gramática do grego indica, a exclamação: «Senhor, Filho de Davi, tem misericórdia de nós!» foi repetida por diversas vezes. Bartimeu parecia ser mais insistente em seu clamor que o outro, e a multidão não conseguiu fazê-lo calar-se. Essas multidões acompanhavam a Jesus em grande número.

A cidade construída por Herodes foi destruída pelos persas e pelos árabes, e ainda uma outra Jericó foi edificada ali pelos cruzados, no local onde se acha a moderna cidade de Jericó. Com a partida dos europeus, o local tornou-se cada vez menos importante. A aldeia moderna fica na estrada de Jerusalém para Amam, estando localizada em uma região agrícola que é fertilizada pela fonte de Eliseu, uma fonte poderosa localizada na falda ocidental do Tell es-Sultan. Muitos turistas costumam visitar esse lugar, que conta com fontes termais, uma igreja grega, uma igreja latina e um mosteiro russo. Jericó tornou-se parte do mandato britânico sobre a Palestina, em 1920; e após a guerra árabe israelita de 1948-1949, Jericó foi incluída no reino hasemita da Jordânia. A região tem uma população de cerca de cem mil pessoas; mas a própria vila conta com não mais de dez mil habitantes.

V. Escavações Arqueológicas

Sumário:

1. Há evidências que apontam para a ocupação do local desde os tempos neolíticos, ou seja, antes de 4500 A.C.

2. Há provas de que no período calcolítico (4500—3000 A.C.) houve uma série de cidades edificadas ali. Isso é ilustrado por evidências arqueológicas modestas. O professor Garstang atribuiu letras aos vários níveis da cidade, como cidade A (3000 A.C.), cidade B (2500 A.C.), cidade C (1500 A.C.). Esta última era uma cidade maior que as outras, pertencente ao período dos hicsos.

3. Foi a cidade D que foi capturada por Josué. Na época, Jericó era ocupada por filisteus. Contava com um palácio, reparado, pois pertencia à cidade anterior, e também contava com uma dupla muralha de tijolos. A muralha exterior tinha 1,80 m de espessura. A muralha interior, com um vão de cerca de 4 m, em média, entre ela e a muralha externa, tinha 3,60 m de espessura. Originalmente, tinha cerca de 9 m de altura. Na época, Jericó ocupava uma área de cerca de 12 acres (cerca de 48 mil metros quadrados). Era um lugar compacto, havendo casas até mesmo entre as muralhas externa e interna, o que explica a situação em que Raabe fez os espias descerem muralha abaixo com a ajuda de uma corda, pendurada na janela de sua casa, visto que ela residia na muralha (Jos. 2:15). As muralhas da cidade D evidenciam uma violenta destruição, em consonância com a narrativa bíblica. A muralha exterior ruiu ladeira abaixo, enquanto que a muralha interior, com as suas casas, ficou a descoberto, no espaço assim deixado. Os detalhes ajustam-se às descrições do sexto capítulo do livro de Josué.

4. A cidade E veio a tomar o lugar da cidade D; porém, só foi construída em 860 A.C., nos dias do rei Acabe.

5. As escavações iniciadas em 1950 desenterraram o palácio e a fortaleza de Herodes.

6. As escavações efetuadas na Jericó do Antigo Testamento, efetuadas no ano de 1952, encontraram, principalmente, artefatos do período pré-literário.

7. Há evidências da Jericó dos tempos bizantinos, que foi construída entre um quilômetro e meio e dois quilômetros a leste de Jericó construída por Herodes. A atual cidade foi construída acima do nível da localidade bizantina, embora se tenha expandido até dentro da área da Jericó do Antigo Testamento.

Bibliografia. AM KELS KENY UM Z.

JERIEL

No hebraico, «achado por Deus». Jeriel era um dos filhos de Tola, um dos seis cabeças da tribo de Issacar, durante os dias de Davi (I Crô. 7:2). Ele viveu em torno de 1020 A.C.

JERIMOTE

No hebraico, «alturas». Esse foi o nome de várias personagens que figuram nas páginas do Antigo Testamento, a saber:

1. Um filho de Bela, um chefe guerreiro que pertencia à tribo de Benjamim (I Crô. 7:7). Ele viveu em torno de 1860 A.C.

2. Um guerreiro e arqueiro benjamita, que se aliou a Davi, em Ziclague, quando Davi fugia de Saul (I Crô. 12:5). Viveu em cerca de 1040 A.C.

3. Um filho de Bequer, cabeça de uma das famílias benjamitas (I Crô. 7:8). Ele viveu em cerca de 1017 A.C.

4. O líder dos sacerdotes meraritas, ao tempo em que o recenseamento foi feito por determinação de Davi (I Crô. 24:30). Ver sobre *Jeremote*, número dois.

5. Um filho de Hemã, cabeça do décimo quinto turno dos músicos que serviam nos cultos sagrados organizados por Davi (I Crô. 25:4,22). Viveu em torno de 1020 A.C.

6. Um filho de Azriel, capitão da tribo de Naftali, durante os dias de Davi e Salomão (I Crô. 27:19). Viveu em cerca de 1010 A.C.

7. Um dos filhos do rei Davi. Sua filha, Maalate, foi a primeira esposa de Reoboão. Visto que ele não aparece na lista dos filhos de Davi, é possível que ele tivesse sido filho de uma concubina. Porém, Davi teve tantas esposas e concubinas que teria sido possível que alguns dos filhos tivessem sido esquecidos na alistagem. Ver II Crô. 11:18, onde esse homem é mencionado.

8. Um levita, um dos supervisores do templo nos dias de Ezequias, rei de Judá (II Crô. 31:12). Ele viveu em cerca de 729 A.C.

JERIOTE

No hebraico, «cortinas» ou «timidez». Esse era o nome da segunda esposa de Calebe, filho de Hezrom (I Crô. 2:18). Ele viveu em cerca de 1440 A.C. A interpretação do texto envolvido é duvidosa, sendo possível que Jeriote tivesse sido filha, e não esposa de Calebe. O texto massorético ficou corrompido naquele ponto. Jeriote pode ser outro nome de Azuba, a esposa de Calebe, se interpretarmos o *waw* hebraico com o sentido de «a saber», e não com o sentido de «e». Ou então, naturalmente, pode significar que Azuba, antes de se casar com Calebe, fora esposa de um homem chamado Jeriote. Na verdade, não há como solucionar definitivamente o problema.

••• ••• •••

JEROÃO

No hebraico, «compassivo». Esse é o nome com que aparecem oito personagens diferentes, nas páginas do Antigo Testamento, a saber:

1. Um filho de Eliú (Eliabe ou Eliel) e avô de Samuel (I Sam. 1:1; I Crô. 6:27,34). Ele viveu em torno de 1142 A.C. Era efraimita, mas mesmo assim foi incluído na genealogia levítica. Provavelmente, era um levita não praticante, que fora fixar residência em Efraim, embora não oriundo dali. Seja como for, no período dos juízes houve muitas práticas duvidosas, sendo possível que um levita, na verdade, fosse um efraimita. Ver Juí. 17:7—18:31.

2. Um residente de Gedor. Ele era pai de dois arqueiros benjamitas que se aliaram a Davi, em seu exílio em Ziclague, quando fugia de Saul (I Crô. 12:7). Jeroão viveu em torno de 1055 A.C.

3. O pai de Azareel, que era chefe da tribo de Dã, nos dias de Davi e Salomão (I Crô. 27:22), algum tempo antes de 1017 A.C.

4. Um líder da tribo de Benjamim (I Crô. 8:27), que viveu em cerca de 588 A.C. Talvez ele seja a mesma pessoa descrita abaixo, no número cinco.

5. O pai de Ibnéias, que se tornou um chefe benjamita, em Jerusalém (I Crô. 9:8), por volta de 536 A.C. Seu filho viera estabelecer-se em Jerusalém antes dele, logo após o cativeiro babilônico.

6. O filho de Pasur, descendente de Aarão, que pertencia à casa de Imer (Nee. 11:12). Ele viveu em cerca de 530 A.C. Alguns estudiosos identificam-no com o sétimo desta lista. Pertencia a uma família sacerdotal, e seu filho prestou um bom serviço, em seus dias.

7. O filho de Pelalias e pai de Adaías, que veio residir em Jerusalém, terminado o exílio babilônico (Nee. 11:12), em cerca de 440 A.C. Alguns estudiosos pensam que ele pode ser identificado com a personagem anterior, número seis desta lista.

8. O pai de Azarias. Ele era um comandante militar que ajudou o sumo sacerdote, Joiada, a derrubar a rainha apóstata, Atalias (II Crô. 23:1). Joás tornou-se rei, com a ajuda de sua ação. Corria, segundo os cálculos o ano de 836 A.C.

JEROBOÃO

Jeroboão foi o primeiro rei da nação do norte, Israel, quando Israel e Judá tornaram-se reinos distintos. Para melhor entender a história envolvida, o leitor deveria examinar os seguintes artigos: *Israel, História de; Israel, Reino de; Judá, Reino de*. No artigo intitulado *Rei, Realeza*, damos um gráfico que compara os reinos de Judá e Israel com várias outras nações ao redor, ilustrando assim os períodos históricos correspondentes, e seus principais acontecimentos.

1. O Nome

Heb., «povo multiplicado» ou «que se multiplique». Esse nome tem sido ilustrado mediante a descoberta de um belo selo de jaspe, que retrata um leão a rugir. Tem estampada uma inscrição: *Ishm 'bd yrb'm*, ou seja, «pertencente a Sema, ministro de Jeroboão».

2. Informes Históricos

a. *Família de Jeroboão*. Ele era filho de Nebate, um efraimita. Sua mãe chamava-se Zerua (I Reis 11:26).

b. *Exaltado por Salomão*. Salomão estava levantando fortificações em Milo, perto da cidadela de Sião. Foi então que ele observou um ambicioso jovem, que estava ajudando nos trabalhos. E Salomão elevou-o à posição de superintendente sobre a questão da cobrança de impostos e trabalhos forçados, no tocante à tribo de Efraim (I Reis 11:28). Isso aconteceu logo após 960 A.C.

c. *Práticas Opressivas de Salomão*. As condições de trabalho eram ruins, os impostos eram altos demais, e isso gerou a insatisfação geral. Jeroboão, pois, tornou-se o cabeça de um movimento de rebelião. Uma predição feita por Aías, que dizia que, finalmente, Jeroboão, seria elevado à posição de rei, provavelmente encorajou-o a encabeçar a revolta (I Reis 11:29-40).

d. *Conspirações e Fuga*. A questão foi crescendo, e Salomão começou a perceber que Jeroboão servia de ameaça para seu governo. A execução foi planejada, mas Jeroboão fugiu para o Egito. Ali chegando, Jeroboão foi protegido pelo Faraó Sisaque, onde permaneceu até que ocorreu a morte de Salomão, em cerca de 926 A.C. Ver I Reis 11:40. A Septuaginta contém um comentário duvidoso, quanto à sua autenticidade, acerca do exílio de Jeroboão, em parte alicerçado sobre as experiências de Hadade, segundo o registro de I Reis 11:14-22. Faraó Sisaque não permitiu que essa amizade pusesse cobro à invasão dos territórios de Judá e de Israel, pelas tropas egípcias.

e. *Tentativa de Reconciliação, e Nova Revolta*. Reoboão, filho do rei Salomão, subiu ao poder. Aparentemente, Jeroboão encabeçava uma delegação cujo intuito era obter melhores condições para o povo comum, mormente no tocante às condições de trabalho e aos impostos. Mas Reoboão, em sua juventude e arrogância, respondeu rispidamente à petição, prometendo um tratamento até mais duro que aquele que fora dado por seu pai. As dez tribos haviam comissionado Jeroboão quanto à sua incubência, sendo apenas natural que, quando a tentativa fracassou, elas o tivessem convocado para tornar-se o monarca de uma nação independente, as dez tribos do norte, que, depois, tomaram o nome de *Israel*, em contraste com as duas tribos do sul, Judá e Benjamim, que ficaram formando o reino de *Judá*.

f. *A Nova Capital, Siquém*. Os primeiros atos de Jeroboão tiveram por fim ampliar o abismo entre as duas nações em que se dividiu o povo israelita; e o estabelecimento de uma capital rival foi a medida mais importante nesse sentido. Por razões desconhecidas, a capital *de facto* era Penuel, a oeste do rio Jordão, onde ficava a sede do governo nortista. Posteriormente, Jeroboão retornou à porção leste do Jordão, e fixou residência permanente em Tirza (I Reis 12:25; 15:21,33; 16:6 *ss*; Jos. 12:24). Além de perturbações políticas, havia também as dificuldades religiosas. Jeroboão, cansado de tentar impedir o fluxo de peregrinos que se dirigia, anualmente, ao templo de Jerusalém, capital do reino do sul, acabou fundando santuários idólatras em Dã e Betel.

g. *Os Bezerros de Ouro de Dã e Betel*. Os intérpretes, provavelmente, estão com a razão ao suporem que a adoração ao bezerro de ouro, instituída por Jeroboão, era uma maneira de homenagear a Yahweh, posto que mal-orientada, e não uma franca idolatria pagã. Havia um costume semita comum de considerar as deidades como entronizadas sobre as costas de animais. É possível que Yahweh fosse concebido como sentado nas costas dos dois bezerros de ouro, de tal modo que aquela idolatria fosse uma maneira distorcida de adorar a Yahweh! Porém, quão moderno tudo isso parece! Quão triste é que certos segmentos da cristandade estejam fazendo exatamente esse tipo de coisa. Promovem uma forma de idolatria que, segundo pensam, honra a Deus e ao seu Cristo! Ver I Reis

12:26-33. Nem Deus e nem os profetas do Senhor concordaram com tal forma de idolatria. Jeroboão corrompeu as leis antigas. Ele estabeleceu o seu sacerdócio particular, composto de indivíduos que não pertenciam à tribo de Levi. Ele instituiu suas próprias comemorações e seus próprios dias de oferecimento de sacrifícios. Ele erigiu lugares para uma adoração espúria, em lugares altos, seguindo o costume pagão.

h. *Denúncias dos Profetas*. Jeroboão deu início a um curso de ação que só poderia resultar na destruição. Um dia, quando ele oficiava, oferecendo incenso, nos holocaustos, como se fosse um rei sacerdote (imitando a prática egípcia), um profeta que é chamado apenas de «homem de Deus», passava e observou a cena. Este lamentou a idolatria e profetizou no local que um descendente de Davi, que se chamaria «Josias», haveria de pôr fim às práticas idólatras de Jeroboão, sacrificando sobre os altares nos altos, os sacerdotes estabelecidos por esse rei de Israel. Também predisse a destruição dos altares idólatras. Jeroboão, porém, não gostou do que o profeta dissera, e ordenou que ele fosse preso. Jeroboão estendeu o braço, em um gesto de comando, e seu braço ficou imediatamente seco. O altar rachou pelo meio, e então Jeroboão precisou pedir por misericórdia, para que seu braço lhe fosse restaurado. Isso lhe foi concedido, pela graça divina, através da oração feita pelo profeta. Jeroboão, em seguida, mostrou-se generoso, e queria que o homem fosse à sua casa para uma refeição, o que, naturalmente, o profeta recusou.

i. *Mais Idolatria e Declínio*. Os pecadores raramente aprendem as suas lições e se arrependem. Jeroboão não foi uma exceção a isso. Ele continuou em sua obstinação. Seu filho, Abias, adoeceu gravemente; e Jeroboão enviou sua esposa para inquirir do profeta Aías se havia possibilidades de recuperação. O profeta, porém, reconheceu a mulher, que viera disfarçada, e predisse a morte do filho do casal. Nem bem ela chegou de volta, e o menino morreu. Jeroboão nunca se recuperou totalmente do golpe, e das diversas circunstâncias que se estabeleceram. E morreu não muito depois (I Reis 14:1-20).

3. A Dinastia de Jeroboão

Na qualidade de primeiro rei secessionista de Israel, Jeroboão governou por vinte e dois anos (I Reis 14:20), isto é, de 931 a 910 A.C., embora outros estudiosos falem nas datas de 922—901 A.C. Seu filho, Nadabe, governou apenas por dois anos, e foi assassinado por Baasa (I Reis 15:25-30). A breve dinastia de Jeroboão caiu sob o peso de seus próprios pecados e corrupções, embora ele tivesse sido escolhido como rei, no começo de sua carreira, a fim de opor-se a uma série de corrupções, da parte de Salomão, que Reoboão ameaçava continuar. Quão comum isso é, no campo da política em geral! Isso, naturalmente, cumpriu a profecia de Aías, registrada em I Reis 14:2-18 e 15:27-30.

4. Suas Guerras e Dificuldades

No começo, — Jeroboão teve de lutar com Reoboão, rei de Judá; e então com Abias, também de Judá (I Reis 14:30; 15:5; II Crô. 12:15). No quinto ano de seu governo, seu antigo amigo e protetor, o Faraó Sisaque, do Egito, invadiu a Palestina, prejudicando tanto a Judá quanto a Israel (I Reis 14:25 *ss*). A Bíblia não menciona o envolvimento da nação do norte, nessa invasão; mas a inscrição sobre o triunfo de Sisaque, achada em Carnaque, alista a derrota de Taanaque, Sunem, Reobe, Maanaim e Megido, cidades essas que pertenciam ao reino do norte, Israel. Contudo, Abias obteve uma decisiva batalha sobre Jeroboão (II Crô. 13:1-22). Jeroboão perdeu a cidade de Betel, além de outras cidades das proximidades das fronteiras. Nadabe subiu ao trono da nação do norte, mas não permaneceu ocupando-o por longo tempo. A dinastia, desse modo, chegou ao fim, conforme já foi descrito. Aqueles foram tempos agitados para um homem que abandonara a sua herança, e para a sua descendência. Jeroboão começou opondo-se ao erro, mas terminou praticando um número de erros muito maior.

5. Problemas Textuais

O período da vida de Jeroboão, antes de tornar-se rei, é narrado em três versões diferentes: uma delas pertence à Septuaginta, e as outras duas ao texto massorético, em hebraico. *a*. O texto hebraico de I Reis 11:26—12:24 não é seguido exatamente em três menções existentes na Septuaginta. Em I Reis 11:43, a Septuaginta contém uma expansão, dizendo que Jeroboão, ao ouvir a notícia da morte de Salomão, foi à sua cidade, Sarira, na região montanhosa de Efraim. Isso significa que ele deixou o seu exílio, no Egito. Ao que se presume, isso o preparou para a revolta que encabeçou. Muitos manuscritos da Septuaginta omitem I Reis 12:2 e uma parte do versículo seguinte, que aparecem no texto hebraico. Em I Reis 12:12a são acrescentadas as palavras «...e todo Israel veio ao rei Reoboão, no terceiro dia». Isso transparece em nossa versão portuguesa, que diz: «Veio, pois, Jeroboão, e todo o povo, ao terceiro dia, a Reoboão».

b. O trecho de I Reis 12:24, segundo a Septuaginta, é diferente do texto hebraico, havendo diversas adições. Ali Jeroboão é vilipendiado, e ele aparece sob uma luz adversa. Faz sua mãe, Sarira, ser uma meretriz, e não dá o nome de seu pai. Diz que ele tentou apossar-se do poder até mesmo nos dias de vida de Salomão. Ora, isso difere do texto massorético, em I Reis 11:27. A Septuaginta também afirma que, chegando ao Egito, Jeroboão casou-se com a filha mais velha e mais proeminente de Faraó Sisaque, Ano, que lhe deu um filho chamado Abias. Isso pode ser comparado com o relato sobre o rebelde Hadade, em I Reis 11:14-22, que é muito similar ao que diz a Septuaginta, naquela «glosa», sobre Jeroboão. Por essa razão, alguns eruditos pensam que foi dali que se retirou aquele acréscimo. Temos ali o relato de um profeta que foi enviado a Jeroboão para instruí-lo a rasgar uma peça de vestuário em doze pedaços, dizendo-lhe, sarcasticamente, que ficasse com dez pedaços, com os quais se vestiria. Todos os detalhes, pois, aparecem ali com o intuito de degradar a Jeroboão e às suas intenções.

c. Em I Reis 11:26—12:24, achamos outras diferenças. Em I Reis 11:43, a Septuaginta afirma que Jeroboão voltou do exílio, no Egito, assim que ouviu falar sobre a morte de Salomão. O texto massorético, em I Reis 12:1-3, diz que Reoboão veio a Israel e reuniu uma assembléia em Siquém, a fim de ser nomeado rei. Ao mesmo tempo, Jeroboão retornou a Israel. Qual foi o papel de Jeroboão nas negociações com Reoboão? O texto massorético deixa Jeroboão em segundo plano, em I Reis 12:3 e 12. A Septuaginta deixa-o no pano de fundo, omitindo os versículos em pauta. Os estudiosos, pois, têm procurado avaliar essas diferenças. Alguns supõem que a Septuaginta envolve glosas sem autoridade. Outros pensam que há alguma fonte histórica fidedigna por detrás desses pontos, razão pela qual o texto massorético, quanto a esses particulares, deve ser considerado secundário. Mas, após uma longa e intrincada troca de pontos de vista, a enciclopédia Z conclui que o texto massorético deve ser preferido. Todavia, é feito o reparo que, pelo

menos, algumas das informações históricas não dêvem ser consideradas sem valor histórico, sobretudo quando abordam a permanência de Jeroboão no Egito.

JEROBOÃO II

Ele foi o décimo terceiro (ou décimo quarto, se Tibini for contado) rei de Israel. A princípio, governou como co-regente (793—782 A.C.), e então como monarca único (782—753 A.C.; mas há quem prefira 786—746 A.C.).

1. *Família*. Jeroboão II foi filho e sucessor de Jeoaás; e foi o quarto monarca da dinastia de Jeú (vide).

2. *Expansões do Seu Reino*. Jeroboão II conseguiu ampliar as fronteiras de sua nação até à Transjordânia, desde a Arabá (vide) até às fronteiras com Hamate. Isso cumpriu uma profecia de Jonas (II Reis 14:25). É mister usar as descobertas arqueológicas para descrevermos essa expansão, visto que a narrativa bíblica é muito abreviada. Ver II Reis 14:23-29 e I Crô. 5:17. Os assírios debilitaram o reino de Ben-Hadade, e Jeroboão II aproveitou-se disso para recuperar a Transjordânia, que fora tomada por Ben-Hadade. Os assírios, muito ocupados algures, não fizeram oposição ao expansionismo de Jeroboão II, durante todo o tempo em que ele viveu. Naturalmente, depois de sua morte, os assírios tornaram a penetrar na região.

3. *Prosperidade Econômica e Social e Naufrágio Espiritual*. Os dias de Jeroboão II foram assinalados pela prosperidade material. De fato, a nação do norte, Israel, nunca desfrutou de tão grande prosperidade desde os dias de Salomão. Todavia, a vida religiosa da nação de Israel estava caótica. Os livros dos profetas Oséias e Amós refletem essa degradação. Ver Osé. 6:4-10; 10:1-15; Amós 2:6-8; 3:13—4:5.

4. *O Fim da Prosperidade Material*. Quando Jeroboão II faleceu, seu filho, Zacarias, o sucedeu. Mas só permaneceu no trono por seis meses, e então foi assassinado. Isso pôs fim à dinastia de Jeú, que fora condenado desde o começo, em face de seus muitos erros. Ver II Reis 15:8-12. Somente trinta anos depois disso, Israel, a nação do norte, deixou de ser uma nação, em face da invasão assíria e o subseqüente cativeiro de Israel.

5. *Dados Arqueológicos*. — Vários arqueólogos têm feito escavações importantes em Samaria, — tendo confirmado o seu esplendor e as suas riquezas, no século VIII A.C. Jeroboão II construiu várias fortificações, a começar por uma grande muralha dupla que, em alguns lugares, tinha a espessura de dez metros. Suas fortificações ajudam-nos a entender por que os assírios precisaram de três anos completos para capturar a cidade (II Reis 17:5). Um magnificente palácio de pedra calcária, com torres e um espaçoso átrio externo, fazia parte de seu programa de construções. Alguns estudiosos têm pensado que Acabe foi o responsável por essa construção; mas os arqueólogos modernos têm descoberto que o autor da mesma foi, de fato, Jeroboão II. Em Megido, foi descoberto um selo de jaspe, com a inscrição «Sema, servo de Jeroboão». Essa inscrição aponta para Jeroboão II, e não para Jeroboão I. O trabalho de arte nesse selo, representando um leão a rugir, é impressionante. Edificações simples, de tijolos, foram substituídas por casas de pedra talhada, e o país enriqueceu muito (Amós 3:15; 5:11; I Reis 22:39). Havia muitas festividades, danças e folguedos, geralmente acompanhados por práticas morais duvidosas (Amós 6:4-6). A religião degenerou, acompanhando o baixo nível moral (Amós 4:4; 5:5; 8:14). Amós 7:9 é passagem que prediz que a espada visitaria a casa de Jeroboão. Isso poderia indicar morte violenta para o próprio Jeroboão; mas sabemos que ele morreu de morte natural, em 746 A.C. Mas, seu filho e sucessor, Zacarias, após haver ocupado o trono real apenas por seis meses, foi assassinado. O trecho de II Reis 14:29 registra a morte de Jeroboão, e tudo indica que se tratou de uma morte natural.

JERÔNIMO (SANTO)

Ele foi um dos grandes eruditos cristãos antigos. Seu nome, em latim, era Hieronimous, «nome sagrado». Esse nome derivava dos termos gregos *hierós*, «santo», e *ónoma*, «nome». Suas datas foram 342—420 D.C. Ele nasceu na Dalmácia e educou-se em Roma, onde foi batizado. Viajou muito. Finalmente, fixou residência em Belém da Judéia, onde fundou um mosteiro e passou os últimos trinta e quatro anos de sua vida. Foi o mais erudito de todos os pais latinos da Igreja.

A carreira de Jerônimo foi muito variada. Foi eremita, sacerdote, erudito, diretor espiritual de nobres e de ricos, de mulheres e de monges romanos. Viajou extensamente pelo Oriente, visitou Calcis, no deserto da Síria, e também Antioquia da Síria e Constantinopla, no Egito. Então voltou a Roma (382 D.C.), e tornou-se secretário do papa Damasco. Outras viagens levaram-no novamente a Antioquia da Síria, dali ao Egito, e então à Palestina, onde, finalmente, ele se estabeleceu e desenvolveu seu trabalho em um mosteiro, por ele fundado. Também foi fundado ali um convento, e ele dirigia o trabalho da comunidade, ocupando-se em suas atividades eruditas. Ele é considerado o fundador do monasticismo latino. Sua obra mais importante e imortal foi uma nova tradução da Bíblia inteira para o latim, que veio a chamar-se *Vulgata Latina*, ou seja, a Bíblia latina comum. Ele traduziu o Antigo Testamento diretamente do original hebraico, em vez de fazê-lo da Septuaginta, conforme tinham feito seus antecessores tradutores. Sua tradução latina foi uma revisão e harmonização de outras traduções, previamente existentes.

A história informa-nos que ele foi um homem apaixonado e contendor, que era incapaz de controlar a violência de suas palavras e da pena, quando se ocupava em alguma controvérsia, o que acontecia com freqüência. Em sua juventude, ele favoreceu as opiniões de Orígenes; mas, posteriormente, lançou um tremendo ataque contra Orígenes. Tornou-se um asceta severo, que atribuía um exagerado valor a essa forma de vida. Além de sua tradução, a Vulgata Latina, ele produziu outras importantes obras, incluindo comentários bíblicos, biografias de cristãos famosos (*De Viris Illustribus*) e muitas cartas, que ilustram a vida, as doutrinas e a prática cristãs em Roma, durante a segunda metade do século IV D.C. As suas cartas eram cortantes, embora também exibissem uma profunda piedade. Foi um dos poucos hebraístas autênticos de seu tempo. Distinguia entre os livros canônicos e os livros apócrifos do Antigo Testamento, os primeiros escritos em hebraico, e os segundos escritos em grego. Estes últimos haviam sido adicionados àqueles. Jerônimo foi um dos primeiros eruditos antigos a fazer tal distinção. (AM C P)

JERÔNIMO DE PRAGA

Ele era checoslovaco e seguidor das idéias de

Wyclife. Nasceu em Praga, em cerca de 1360 D.C., onde também morreu, a 30 de maio de 1416. Educou-se na Universidade de Praga, e também nas Universidades de Paris, Oxford, Colônia e Heidelberg. Foi companheiro de John Huss, mostrando-se superior a ele em vários particulares, como na erudição e na eloqüência, embora lhe fosse inferior na moderação e na prudência. Em face de suas reconhecidas realizações eruditas, foi empregado por Ladislau II, da Polônia, a fim de organizar a Universidade de Cracóvia. Sigismundo, da Hungria, convidou Jerônimo de Praga para vir pregar na sua presença, em Budapeste.

Ele assumia uma abordagem vigorosa, e mesmo violenta, da reforma. Isso fez com que John Huss e outros amigos seus entrassem em dificuldades, por causa do vigor de suas expressões. Ele mandou prender a monges que a ele se opunham, sempre que isso esteve ao seu alcance. Queimou publicamente a bula da cruzada contra Ladislau, de Nápoles, além de indulgências papais.

John Huss foi aprisionado em Constança, na Suíça, e Jerônimo de Praga correu para lá, a fim de defendê-lo. Porém, quando tentava voltar a Praga, o duque de Sulzbach mandou encarcerá-lo, em Hirschau, e o levou em cadeias a Constança. O que admira é que após apenas seis meses de aprisionamento, Jerônimo de Praga tenha concordado em retratar-se de suas *heresias*. Nem por isso, porém, deram-lhe a liberdade. E assim, após outro ano de padecimentos na prisão, Jerônimo retirou sua retratação. Assim, a 30 de maio de 1415, ele foi queimado vivo na fogueira, por ordens do concílio de Constança, e as suas cinzas foram lançadas no rio Reno. Quão violentos são os homens, em sua fé religiosa; e quanta estupidez eles exibem, pensando que Deus os está inspirando! Jerônimo de Praga foi um homem violento, e morreu de maneira violenta.

JERUBAAL

No hebraico, «que Baal contenda», ou então, «que Baal aumente». Esse foi o apelido dado a Gideão, quando ele destruiu o altar de seu pai, dedicado a Baal, que fora levantado em Ofra. A idéia por detrás desse apelido era que se Baal fosse alguma coisa, então que ele contendesse contra Gideão, por haver derrubado o seu altar. Outros supõem que esse nome não era apenas uma alcunha, mas um verdadeiro nome pessoal de Gideão, refletindo a cultura sincretista em que ele vivia; e também que esse se tornou o seu nome mais proeminente, após seu ato de iconoclasmo. E então, quando, finalmente, o nome Baal se tornou quase pejorativo, em Israel, o seu nome foi alterado para «Jerubesete», segundo se lê em II Sam. 11:21. Ver o artigo sobre *Jerubesete*. Quanto ao relato sobre como Gideão profanou o bosque e derrubou o altar de Baal, ali existente, ver Juí. 6:31,32; 7:1; 8:29,35; 9:1,2,5,16,19,24,28,57; I Sam. 12:11.

JERUBESETE

No hebraico, «contendor contra a vergonha», isto é, contra um *ídolo vergonhoso*. Mas, esse nome também pode significar «que a vergonha contenda», ou então, «que a vergonha aumente». Essa palavra hebraica foi conseguida alterando-se a palavra «baal» para «vergonha» (II Sam. 11:21). Houve tempo em que os israelitas relutavam até em pronunciar a palavra Baal, pelo que ocorreu esse tipo de alteração. Há outros exemplos, no Antigo Testamento, dessa espécie de atividade, como nos casos de Isbosete, que veio a substituir a *Isbaal*, e Mefibosete, que veio a substituir *Meribaal*.

JERUEL

No hebraico, «achado por Deus». Esse era o nome de certa porção do deserto da Judéia, localizada entre Tecoa e En-Gedi. Foi ali que o rei Josafá derrotou a coligação militar dos amonitas, moabitas e meunitas (II Crô. 20:16). Essa área ficava a oeste do mar Morto, e na parte sul do território de Judá; mas, a sua localização exata é desconhecida atualmente. Tem sido identificada com a região ao sul do wadi el-Ghar, que se estende desde o mar Morto até às vizinhanças de Tecoa. Atualmente chama-se *el-Hasasah*.

JERUSA

No hebraico, «possuída» ou «tomada em casamento». Esse era o nome da filha de Sadoque, que se tornou a rainha do rei Uzias. Foi a mãe de Jotão, rei de Judá (II Reis 15:33 e II Crô. 27:1). Ela viveu em cerca de 738 A.C.

JERUSALÉM

Esboço:

I. O Nome
II. Jebus, a Antiga Jerusalém Cananéia
III. Situação Geográfica e Topográfica
IV. Caracterização Geral
V. Esboço da História de Jerusalém
VI. Jerusalém e a Arqueologia
VII. A Jerusalém dos Dias de Davi e de Neemias
VIII. Jerusalém e a Profecia Bíblica
IX. Lugares Interessantes da Moderna Jerusalém
Bibliografia

I. O Nome

Jerusalém é uma das mais antigas cidades do mundo a ter sido continuamente ocupada; e tem recebido vários nomes através de sua história. Apesar da etimologia do nome não ser indubitável, aparentemente é de origem semítica, estando relacionado esse nome ao termo hebraico *shalom*, ou *shalem*, «paz». Em Gên. 14:18 encontramos que o nome do local era *Salém*. Isso posto, nos dias de Abraão a cidade já era chamada por um nome relacionado a «Jerusalém». É possível que o nome original signifique «fundada em paz», e que Salém fosse uma forma abreviada desse nome. Os tabletes de Tell el-Amarna, do século XIV A.C., dizem *Urusalim*, «cidade da paz». Os assírios chamavam-na de *Ursalimmu*. Os gregos e os romanos usavam a transliteração e adaptação do nome, *Hierosoluma*. Os árabes lhe dão o nome de *El Kuds*, «Cidade Santa». O trecho de Jos. 15:8 fala sobre os «...jebuseus do sul, isto é, Jerusalém...» Essas eram designações cananéias. Temos ventilado essa questão em artigos separados, conforme indicamos abaixo.

Em Isa. 52:1, Jerusalém é chamada de *'ir haz-kodesh*, «cidade santa», um significado que, sem dúvida, se acha por detrás das adaptações feitas pelos gregos e romanos desse nome. Sendo a sede do templo e dos ritos sagrados, Jerusalém era, proeminentemente, uma cidade santa, o lugar onde Deus fazia a sua presença conhecida, e onde a sua mensagem era anunciada claramente.

No tocante a *Salém*, seu sentido é evidente, «paz». Porém, o sentido da primeira porção do nome, isto é, «Jeru», é obscuro. As conjecturas têm incluído as idéias de «possessão» e de «fundação». O cognato

assírio diz «cidade da paz». E isso pode significar que, de algum modo, aquela primeira porção do nome, «Jeru», signifique «cidade». Nesse caso, porém, essa palavra não tem origem hebraica.

II. Jebus, A Antiga Jerusalém Cananéia

Quanto a esse aspecto da história de Jerusalém, e dos nomes ali envolvidos, ver os artigos separados sobre *Jebus* e *Jebuseus*.

III. Situação Geográfica e Topográfica

Jerusalém fica situada em meio às colinas da Judéia, a cinqüenta e seis quilômetros a leste do mar Mediterrâneo, em uma elevação com cerca de 730 m. Fica próxima ao cume de uma larga cadeia montanhosa, cerca de cinqüenta e seis quilômetros a leste de Jope, à beira do mar Grande (mar Mediterrâneo), e cerca de vinte e nove quilômetros a oeste da extremidade norte do mar Morto, e a pouco mais de trinta e cinco quilômetros das margens do rio Jordão. A serra montanhosa onde se acha Jerusalém, estende-se sem interrupção desde a planície de Esdrelom até uma linha imaginária, traçada entre a extremidade sul do mar Morto e a esquina suleste do mar Mediterrâneo. Todo esse terreno é rochoso e íngreme, atravessado por vales profundos, que correm na direção leste-oeste, a cada lado do rio Jordão, ou começando às margens do Mediterrâneo, na direção leste. O território em redor de Jerusalém é de formação calcária, não sendo muito fértil. Rochas emergem à superfície, e por toda a parte há grandes pedras soltas. Ali cultiva-se a oliveira, mas os cereais são melhor produzidos nas regiões de Hebrom e de Nablus. Nas elevações maiores, não medram bem nem a parreira e nem a figueira.

Jerusalém não tem porto marítimo (no que se diferencia de Tiro, Sidom e Alexandria, por exemplo). Não obstante, conta com um bom suprimento de água, proveniente da antiga fonte de Giom (vide; também chamada fonte da Virgem). Jerusalém situa-se em um platô elevado, com descidas bem pronunciadas na direção suleste. A serra para leste é formada pelo monte das Oliveiras. O acesso à cidade, vindo de todas as direções, exceto do norte, é impedido por três ravinas profundas, que se juntam no vale de Siloé, perto da fonte de Bir Eyyub, que fica a suleste da cidade. O vale oriental é o Cedrom. O vale ocidental é atualmente chamado de wadi al-Rababi, que, mui provavelmente, corresponde ao antigo vale de Hinom. Uma terceira ravina atravessa a cidade, dividindo-a pelo meio antes de continuar na direção sul, e levemente para o leste, onde, finalmente, encontra-se com as outras duas ravinas. É possível que Mactés (vide), referida em Sof. 1:11, fizesse parte dessa ravina. Josefo chamava-a de vale Tiropoeano (o vale dos fabricantes de queijo). Foi feita uma tentativa deliberada para atulhar as depressões, sem falarmos nos atulhamentos naturais, causados pela erosão e pelos abalos sísmicos. O resultado disso é que camada após camada de entulho se tem empilhado em alguns lugares da cidade, até uma profundidade de cerca de trinta metros.

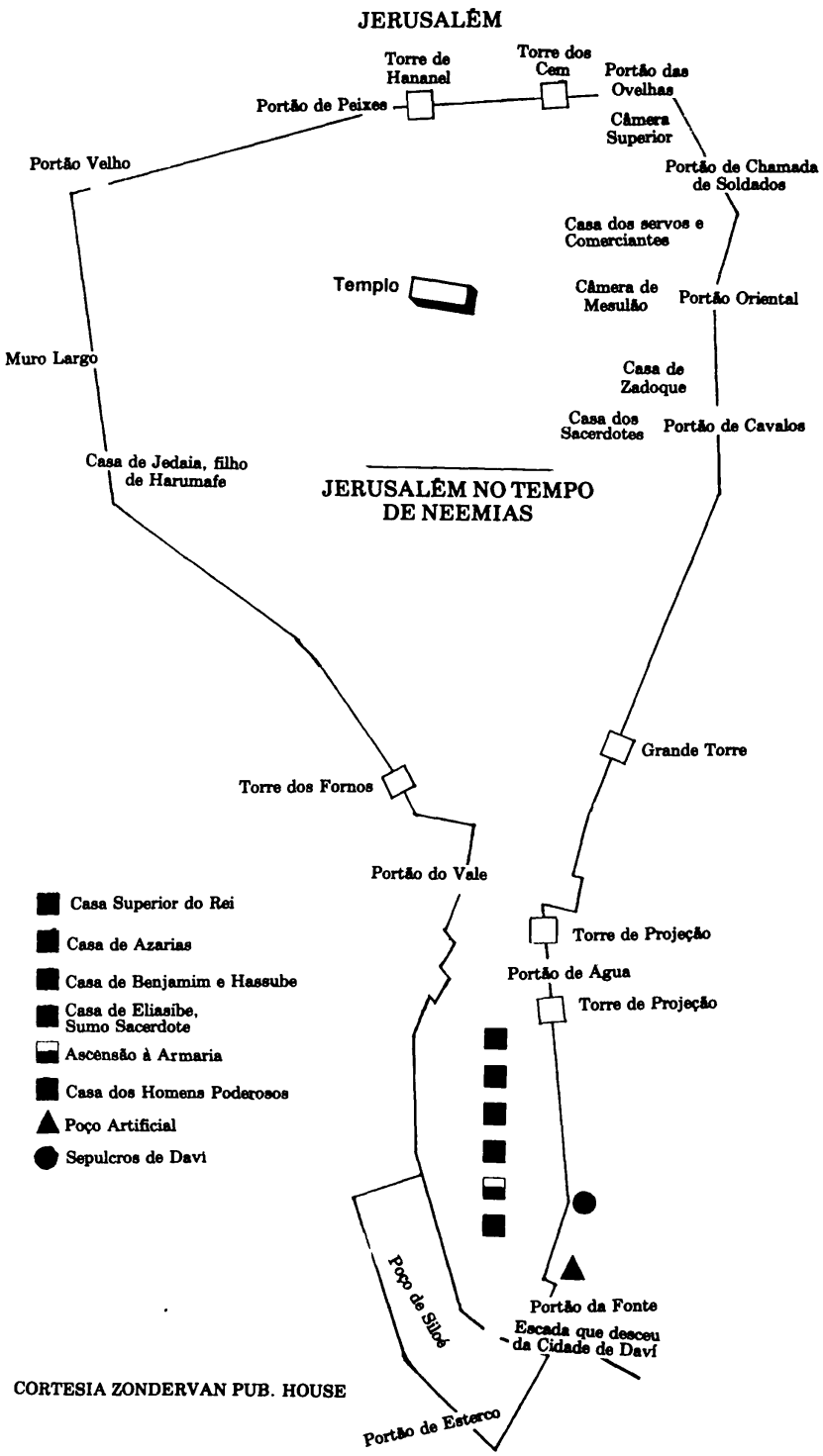
Jerusalém consiste em *cinco colinas* formadas por duras pedras calcárias cenomanianas. Três dessas colinas ficam a leste do vale Tiropoeano. A menor delas, que fica mais para o sul, tem uma crista de cerca de 670 m acima do nível do mar. Essa situação, com seus declives e estreitas gargantas, fazem dessa porção da cidade aquela que mais facilmente podia ser defendida. As escavações arqueológicas têm demonstrado que essa era a Sião original, ou seja, a Cidade de Davi (II Sam. 5:7).

Os vales que cortam a área dividem a cidade em colinas distintas. O vale central divide a cidade naquilo que se chama de Colina Ocidental, que, na realidade, consiste em *duas* elevações. Tentativamente, o Gólgota tradicional e o local do sepultamento de Jesus têm sido localizados na elevação noroeste da cidade. A Colina Oriental, por sua vez, está dividida em *três* seções. Josefo chamava a seção norte de *Bezeta*, que é a elevação maior. A porção central é onde fica a Mesquita de Omar, ou seja, a colina onde, originalmente, foi levantado o templo de Jerusalém. A seção sul é a parte mais baixa, e fica fora das atuais muralhas da cidade. É evidente que essa era a Sião anterior à chegada dos israelitas, que veio a tornar-se a Cidade de Davi. A descoberta, ali feita, de ruínas, de fontes e de obras hidráulicas, parece confirmar essa forte conjectura.

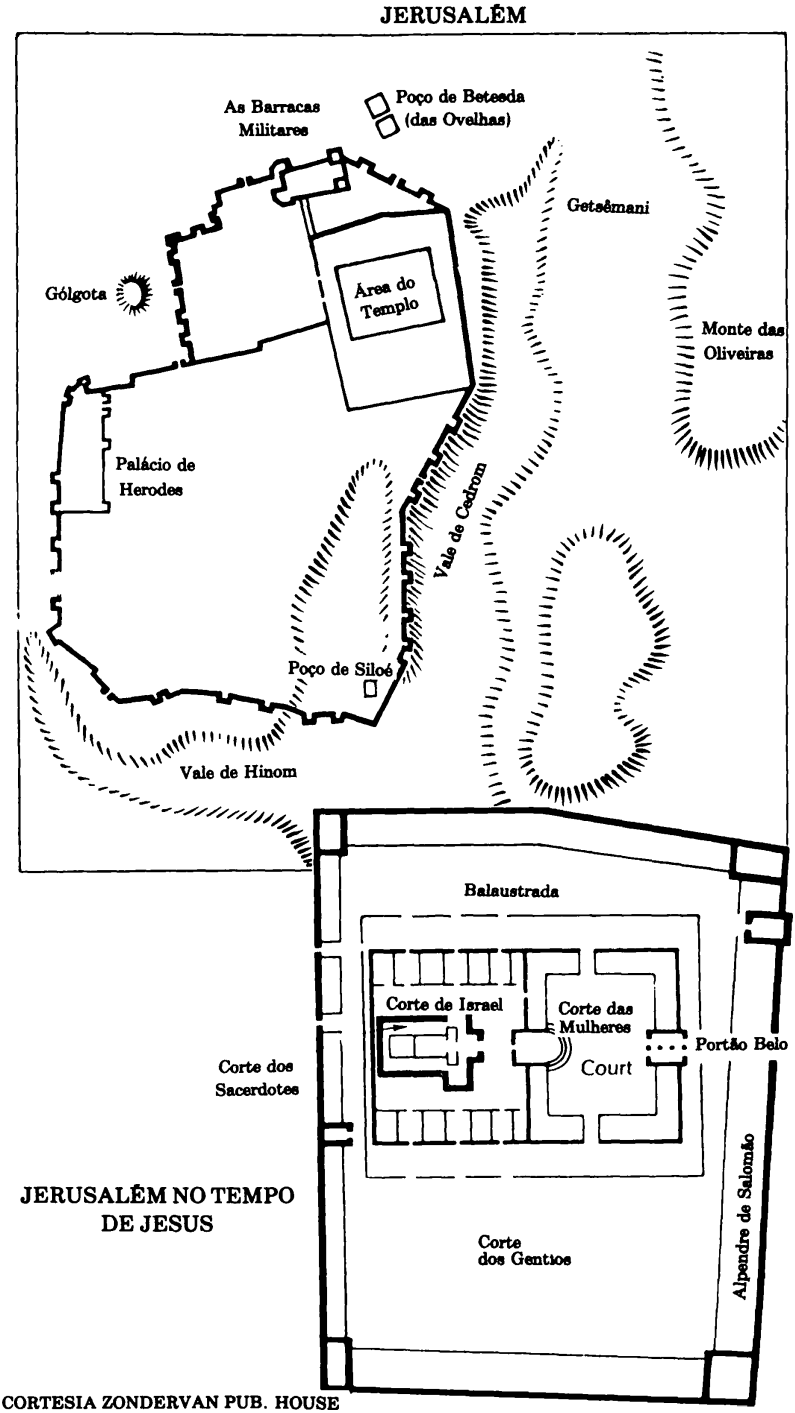
IV. Caracterização Geral

Jerusalém é a principal e mais sagrada cidade da Palestina. Tem existido como cidade e como capital, além de lugar sagrado, há mais de três mil anos. Aparece, no começo, mencionada com o nome de Ursalimmu, nas cartas de Tell el-Amarna, pertencentes ao século XIV A.C., embora a referência bíblica à mesma, em Gên. 14:18, reflita uma antiguidade ainda mais remota do que isso, retrocedendo, talvez, até cerca de 2000 A.C. Desconhece-se a sua origem absoluta; mas a sua história total conhecida cobre, desse modo, uma período de quatro mil anos!

Quando Jerusalém é mencionada nas cartas de Tell el-Amarna, ela já era uma importante cidade-estado do sul da Palestina. Alguns têm aludido a essa cidade como a mais antiga cidade do mundo, embora tal declaração seja impossível de comprovar. Nos tempos históricos mais remotos, era a cidade capital dos jebuseus, uma subdivisão dos habitantes pré-israelitas da Palestina. Naquele tempo, a cidade era reputada como inexpugnável. No entanto, foi capturada por Davi, em cerca de 1000 A.C. Ele deu a ela (ou a uma parte da mesma) o nome de «Cidade de Davi», tornando-a capital de seu reino. Quarenta anos mais tarde, seu filho reinante, Salomão, erigiu ali o famoso templo. Após a divisão do povo de Israel em dois reinos rivais (o do norte, Israel; e o do sul, Judá), Jerusalém continuou sendo capital do reino do sul, Judá. Suas rivais do norte eram Siquém e Samaria, no reino nortista de Israel. Continuou sendo a capital da nação de Judá por cerca de quatrocentos e cinqüenta anos; e, então, foi capturada e destruída pelos babilônios, em 586 A.C. E os seus habitantes, em sua esmagadora maioria, foram deportados para a Babilônia. Os historiadores chamam a esse episódio de *cativeiro babilônico* (vide). Terminado o exílio babilônico, Jerusalém tornou-se, de novo, a capital judaica, embora não tivesse demorado muito a cair novamente em mãos estrangeiras. Os macabeus (vide), restauraram-lhe a independência; mas ela acabou ficando sob os romanos, que puseram fim às fortes rivalidades entre os judeus. Nos anos 70 e 132 D.C., os exércitos romanos destruíram a cidade de Jerusalém. Em 132 D.C., os judeus foram expulsos da cidade e proibidos de ali entrarem. Isso deu origem à grande Dispersão (vide), que só começou a ser revertida em nossos próprios dias, em 1948, quando da formação do moderno estado de Israel. Os islamitas dominaram a cidade em 636 D.C. Por causa de suas persistentes associações religiosas, os judeus, os islamitas e os cristãos consideram-na uma cidade sagrada. Os islamitas pensam que ela só perde em importância religiosa para Meca e para Medina, na Arábia. Conforme alguém observou, Jerusalém é «santa demais por seus próprios méritos», e tem havido contínuas lutas pela possessão da mesma,



CORTESIA ZONDERVAN PUB. HOUSE



JERUSALÉM NO TEMPO DE JESUS

CORTESIA ZONDERVAN PUB. HOUSE

agitando-a o tempo todo.

A *moderna Jerusalém* compõe-se da histórica Cidade Antiga e da Cidade Nova. Quanto à Cidade Nova, a maior parte vem sendo edificada a partir de 1860. Sua atual população excede trezentos mil habitantes. Em 1948, após a decisão das Nações Unidas, de dividir os territórios do mandato britânico na Palestina em estados israelenses e árabes, os árabes passaram a controlar a Cidade Antiga. Essa situação reverteu-se na guerra arabe-israelense de 1967, quando Israel tomou posse de toda a antiga seção da cidade. Desde o começo, ela teve uma porção nova. Desse modo, a cidade de Jerusalém foi unificada, e todos os locais sagrados da mesma estão agora sob o controle do governo israelense. E isso é visto, por muitos estudiosos da Bíblia como um cumprimento profético. Diríamos que isso, pelo menos, dá início ao cumprimento de certas profecias. Jerusalém é, principalmente, um centro religioso, cultural e administrativo, embora também haja ali um certo número de empreendimentos industriais. A Cidade Antiga continua sendo um chamariz tremendo de atividades turísticas e de peregrinos. A arqueologia tem feito ali algumas de suas mais notáveis descobertas.

V. Esboço da História de Jerusalém

A ocupação mais antiga de Jerusalém provavelmente vem desde a Idade da Pedra. Há alguma evidência arqueológica de que houve habitantes de cavernas, nas faldas do vale do Cedrom, perto da fonte dos Degraus, que é o suprimento natural de água potável mais próximo, naquela área. Pederneiras e ossos de animais evidenciam essa ocupação. Em cerca de 2500 A.C., esses ocupantes foram substituídos por invasores semitas do ramo cananeu. Também há provas arqueológicas do uso de tendas, da domesticação de animais, e, posteriormente, de uma atividade agrícola regular.

Os mais antigos registros escritos aparecem em Gên. 14:18, que aludem ao período de cerca de 2000 A.C. Nesse tempo, o misterioso *Melquisedeque* (vide) era o monarca do lugar, talvez um semita, racialmente falando. Uma povoação controlada pelos egípcios aparece nas oito tábuas das cartas de Tell el-Amarna. Tell-el-Amarna é o local da antiga capital do Faraó egípcio, Amenhotepe IV. Esses tabletes vieram dos arquivos reais da corte egípcia, e pertencem a cerca de 1400 A.C. Foram missivas enviadas ao Faraó pelo então rei de Jerusalém, *Abd-Khiba*, que era vassalo daquele. Nesse tempo, Jerusalém parece ter sido uma pequena fortaleza, cercada por uma pequena cidade, em uma colina. Naquelas cartas, Abd-Khiba implorou a ajuda militar do Faraó, visto que estava enfrentando o assédio dos Khabiri (hebreus?), que estavam invadindo a terra. Os jebuseus, com o tempo, vieram a substituir aquela gente, no local de Jerusalém. Ver sobre *Jebus* e sobre os *Jebuseus*.

Quando o povo de Israel penetrou na terra de Canaã, Jerusalém estava em poder de uma tribo semita indígena, os jebuseus, governada por um rei de nome Adonizedeque. Jerusalém não foi conquistada nessa ocasião, provavelmente por causa de suas defesas naturais, e durante esse tempo tinha o nome de Jebus. Após algum tempo, como é evidente, parte da cidade foi ocupada pelos israelitas; mas, finalmente, sob o governo de Davi, ocorreu a sua captura e apropriação final por parte de Israel. Davi estabeleceu sua primeira capital em Hebrom; mas percebendo o valor estratégico de Jerusalém, devido à sua posição central privilegiada, resolveu conquistá-la a qualquer preço. A cidade foi conquistada por ataque de surpresa. (II Sam. 5:6-8). Daí por diante passou a ser chamada pelo nome de *Sião*. A cidade, recém-conquistada, foi transformada na capital israelita e embelezada, e pouco tempo depois Salomão edificou ali o primeiro templo.

Grande parte da história da cidade de Jerusalém, nas páginas do V.T., fala sobre *guerras e conflitos*, até que, finalmente, Nabucodonosor, rei da Babilônia, destruiu a cidade e o templo no ano de 587 A.C.; depois ela passou para o domínio persa. A cidade continuou em ruínas, até que Neemias a restaurou, no século V A.C. Alexandre, o Grande, pôs fim ao poder persa, no fim do século IV A.C. E após a sua morte, um de seus generais, Ptolomeu, fundador da dinastia egípcia que tem o seu nome, incluiu Jerusalém em seus domínios. No ano de 198 A.C., a cidade caiu nas mãos de Antíoco III, o rei selêucida da Síria. Judas Macabeu liderou uma revolta dos judeus contra os selêucidas, e, em 165 A.C., foi reconsagrado o templo de Jerusalém. Judas Macabeu e seus sucessores gradualmente foram conquistando independência da Judéia, e assim se foi formando a dinastia hasmoneana, que governou a Judéia até meados do século I A.C. A fim de pôr ponto final às facções em luta, entre os hasmoneanos, que haviam imposto uma situação de guerra civil na Judéia, o novo poder mundial, *o império romano*, interveio na situação, e Jerusalém passou para a órbita romana (63 a 54 A.C.). Por determinação de Roma é que Herodes, o Grande, foi nomeado rei da Judéia.

Os judeus se revoltaram — contra os romanos — em cerca do começo do ano de 66 D.C., e Tito destruiu a cidade no ano de 70 D.C. Ocorreu outra revolta, e, em cerca de 132 D.C., Adriano destruiu uma vez mais a cidade, expulsando dali todos os judeus. Eles foram proibidos de habitarem na cidade, até que Constantino a fez santuário cristão, no primeiro quartel do século IV D.C. Foi no período do governo de Constantino que se erigiram diversos santuários que supostamente assinalam os locais antigos de maior interesse da vida de Cristo, tal como a Igreja do Santo Sepulcro, etc. Mas não há que duvidar que a maioria dessas indicações é errônea.

No ano de 614 D.C., os persas destruíram parcialmente a cidade, e em 636 D.C., o imperador *bizantino* a recuperou. Em 637 D.C., os islamitas a conquistaram, encabeçados pelo califa Abd. al-Malik, e foi erigida a mesquita de Omar. No século XI D.C., turcos semibárbaros desapossaram os árabes. As cruzadas, no ano de 1099 D.C., restituíram Jerusalém a *mãos cristãs*. Mas Saladino a reconquistou em 1187 D.C., e a cidade caiu em mãos egípcias. Em 1517, os turcos otomanos a tomaram. Em 1542, o Sultão Suleimã, o Magnificente, reconstruiu e ornou a cidade. Os turcos otomanos conservaram a Palestina até o fim da Primeira Grande Guerra, quando tropas britânicas, sob o comando do general Allenby, a conquistaram. De 1917 a 1948 a Palestina esteve debaixo de mandato britânico; e no ano de 1948 a Palestina foi dividida entre árabes e judeus. A guerra árabe-judaica de 1967 restituiu a Israel a cidade antiga de Jerusalém, em sua inteireza, bem como alguns outros territórios que estavam nas mãos dos árabes.

VI. Jerusalém e a Arqueologia

As escavações feitas por Sir Charles Warren revelaram que os habitantes de Jerusalém, de cerca de 2000 A.C., fizeram uma passagem na rocha, similar àquelas de Gezer e de Megido, garantindo suprimento de água vindo da fonte de Giom. Já falamos sobre evidências arqueológicas, relativas a tempos mais

antigos ainda, sobre possíveis habitantes de cavernas, perto do local de Jerusalém. Ver a seção V, no seu começo. A partir da caverna onde a fonte de Giom desaguava, havia um túnel horizontal, colina adentro cerca de onze metros na direção oeste, e, então, cerca de sete metros e meio na direção norte. Isso era um conduto de água que levava a uma antiga caverna, que atuava como reservatório. Estendendo-se daí para cima havia um túnel vertical, chamado Fenda de Warren, com cerca de doze metros de altura. Temos provido um artigo separado sobre essa admirável obra de engenharia antiga, intitulado *Warren, Fenda (Escavação) de*. Parece provável que foi por meio dessa fenda que Davi obteve acesso até à fortaleza de Jerusalém, que, até então, tinha a reputação de ser inexpugnável. Ver II Sam. 5:7. Alguns estudiosos, porém, crêem que ele simplesmente escalou as muralhas, com pesadas perdas humanas, sem dúvida.

Outras curiosas descobertas foram as construções chamadas de *Arco de Robinson* e *Arco de Wilson*. São restos de antigas pontes de pedra, que ligavam os palácios hasmoneanos à testa nordeste da colina ocidental, na área do templo. O arco de Robinson parece ter tido cerca de doze metros de extensão. Um antigo viaduto cruzava o vale Tiropoeano, composto de oito arcos em sucessão. Sir Charles Warren descobriu o arco que recebeu o seu nome quando explorava o sítio geral de Jerusalém. Na extremidade sul do arco, ele encontrou um *Salão Macônico*. Parte do trabalho em tijolos pode ser vista, até hoje, na porção inferior da cidadela e da área ampliada do templo, trabalho de Herodes. Sem dúvida, isso foi visto pelo Senhor Jesus, tal como o túmulo de Absalão, que data dos dias de Herodes. Todavia, não se trata do real túmulo de Absalão, até onde as evidências nos permitem opinar.

Existem certas localidades, em Jerusalém, que têm sido identificadas como lugares autênticos, associados à vida de Cristo. (Ver as seguintes notas no NTI: sobre Calvário, Mat. 27:33; sobre o túmulo de Cristo (chamado o túmulo de Gordon), Mat. 27:60; sobre uma confirmação arqueológica da pessoa de Pilatos, Mat. 27:11. Sobre a destruição de Jerusalém, ver Lucas 21:6. — Outras descobertas incluem o seguinte: um grande número de ossuários (caixas empregadas para guardar ossos de mortos) foi encontrado, que datam da era de Jesus, com nomes gravados em hebraico, aramaico e grego. Esses nomes ilustram quão comuns eram nomes como Jesus, Judas, Ananias, Lázaro, e muitos outros, com os quais estão familiarizados os leitores do N.T. No tocante às descobertas arqueológicas que ilustram as edificações de Herodes, ver o artigo sobre o *Período Intertestamental*.

O Muro das Lamentações também fornece provas da mão construtora de Herodes. Ao norte do templo existem remanescentes da fortaleza dos Macabeus, que ele reconstruiu e designou de *Antônio*, em memória a Marco Antônio. Herodes edificou outras fortalezas e muralhas para proteção da cidade, conquistando a admiração dos próprios romanos, quando estes tomaram Jerusalém, em 60 D.C. É possível que o mais magnificente dos edifícios construídos por Herodes tenha sido o templo de Jerusalém. Grande número de autores antigos exalta a beleza dessa estrutura, feita de mármore branco polido e que, no dizer de Josefo, à distância se parecia com um monte de neve. Somente duas peças remanescentes de pedra têm sido identificadas com certeza como porções daquele templo. Uma delas foi encontrada em um cemitério, e outra perto da porta de Santo Estêvão. Numa delas há uma advertência gravada nestes termos: «Nenhum estrangeiro pode entrar para além da barreira e da muralha ao redor do templo. Quem for apanhado será o único responsável pela morte (pena) que se seguir». Atualmente, a área do antigo templo jaz dentro do santo recinto que os islamitas veneram como o 2º mais importante, depois de Meca e de Medina na Arábia. Chamam este lugar, *o nobre santuário*. Acredita-se que o átrio central da fortaleza de Antônia fosse o pavimento chamado *Gábata* (ver João 19:13), o qual foi descoberto. Fica localizado abaixo do arco de Ecce Homo, pertencente à era de Adriano (120 D.C.).

VII. A Jerusalém dos Dias de Davi e de Neemias

Dos Dias de Davi. Davi conquistou o povoado e a fortaleza de Jerusalém, capturando-os dos jebuseus. Em seus dias, Jerusalém ficava localizada na colina suleste, e tinha o formato, visto do alto, de uma gigantesca pegada humana, com cerca de 380 m de comprimento e 125 m de largura. Essa área fechava cerca de oito acres. Isso pode ser contrastado com os trinta acres de Megido. Manassés, em cerca de 687 A.C., construiu uma muralha exterior no lado ocidental da fonte de Giom, no vale, até à entrada da porta do Peixe (ver II Crô. 33:41), o que representou uma considerável expansão de território.

Dos Dias de Neemias. Os informes bíblicos acerca da Jerusalém dos dias de Neemias—o que deve ter representado uma espécie de último estágio bíblico do território que essa cidade recuperou—devem ser considerados parciais, visto que não há ali qualquer tentativa de descrever a cidade inteira. Seja como for, através desses informes podemos obter alguma idéia sobre como era então a cidade de Jerusalém.

A muralha de Neemias seguia, como é patente, a direção da muralha mais antiga. Porém, chegada à torre Hipica, perto do atual portão Jafa, ampliava-se na direção noroeste e, evidentemente, engolfava o portão da Esquina. Então dirigia-se para o norte e era interrompida pela porta de Efraim, pela porta Antiga e pela porta do Peixe. E chegava até o ângulo noroeste da área do templo. Ao norte, a muralha chegava à área onde ficavam o Calvário e o chamado túmulo de Gordon (vide).

Descrições Detalhadas:

O terceiro capítulo do livro de Neemias fala sobre os seguintes detalhes da cidade de Jerusalém: 1. a Porta das Ovelhas (vs. 1); 2. a Torre dos Cem (também chamada Meá) (vs. 1); 3. a Torre de Hananeel (vs. 1); 4. a Porta do Peixe (vs. 3); 5. a Porta Velha (vs. 6); 6. a Porta do Vale (vs. 13); 7. a Porta do Monturo (vs. 13); 8. a Porta da Fonte (vs. 15); 9. o Açude de Asselá (vs. 15); 10. o Açude Artificial (vs. 16); 11. a Casa dos Heróis (vs. 16); 12. a Casa das Armas (vs. 19); 13. a Porta da Casa de Eliasibe (vs. 20); 14. a torre que sai da casa real superior (vs. 25); 15. a Porta das Águas (vs. 26); 16. a torre grande e alta (vs. 27); 17. o muro de Ofel (vs. 27); 18. a Porta dos Cavalos (vs. 28); 19. a Porta Oriental (vs. 29); 20. a Porta da Guarda (vs. 31). Ao que parece, essas designações davam pontos estratégicos das muralhas e da área de Jerusalém. Além dessa lista, há outros informes, acerca da Porta de Efraim e a Porta do Gado (Nee. 12:39). Ao que parece, a Porta de Efraim era uma designação alternativa para a Porta Velha (ver Nee. 8:16 e 12:39). E também são mencionados outros locais de Jerusalém, como Siloé, que deve ser identificado como o açude de Hasselá (no. 9, na lista).

Os eruditos continuam debatendo quanto às distâncias envolvidas; e, em alguns casos, quanto à localização exata dos locais mencionados. Seja como for, K. Kenhon calculou que as muralhas de

Jerusalém, ao tempo de Neemias, deveriam estender-se por cerca de 4.500 metros, em circuito. Sem dúvida, parte dessa construção incluía a incorporação de partes das antigas muralhas, que não haviam sido destruídas. Ver a ilustração sobre a muralha de Neemias, que inclui a menção a alguns dos itens acima mencionados.

VIII. Jerusalém e a Profecia Bíblica

Alguns estudiosos estão afeitos à interpretação literal de todas as profecias bíblicas, deixando pouco espaço para o que é simbólico e místico. Jerusalém também é manipulada desse jeito. De fato, é difícil dizer quais predições apontam literalmente para Jerusalém, e quais o fazem de modo simbólico ou místico, apontando para a Jerusalém celestial. Temos provido um artigo detalhado, intitulado *Nova Jerusalém*, que nos dá exemplos de conceitos místicos, embora muitos eruditos, mesmo nesse caso, concebam alguma estrutura literal, com ruas de ouro e portões de pérolas literais.

Itens a Notar:

1. Em primeiro lugar, temos a **Nova Jerusalém** (vide).

2. A vinda visível de Cristo (ver sobre a *Parousia*) estará associada à cidade de Jerusalém. Somos informados de que Cristo e os seus santos descerão sobre o monte das Oliveiras (Isa. 35:10; Zac. 14:4,5; Atos 1:11). Exércitos gentios terão assolado a cidade (Zac. 12:2; 14:2), mas o retorno de Cristo haverá de resgatá-la da total destruição. Os judeus arrepender-se-ão e serão restaurados (Isa. 4:3,4; Zac. 2:10; 13:1; 14:5; Mal. 3:2,5). Então, Israel fará parte integrante da Igreja de Cristo (Zac. 12:5; Rom. 11:26). Isso armará o palco para a inauguração do reino milenar de Cristo.

Todavia, essa questão tem dividido os intérpretes. Alguns compreendem toda essa descrição em um sentido espiritual, apesar de admitirem que o segundo advento de Cristo será uma intervenção visível do Senhor Jesus. A despeito disso, esses intérpretes não acreditam que o reino de Cristo será material e visível, e sim, místico e espiritual, posto que perfeitamente real, porquanto o poder de Cristo produzirá uma grande intervenção divina na história humana. E a segunda vinda de Cristo, ainda conforme esse ponto de vista, dará início e um novo ciclo de história mundana e espiritual. Outros estudiosos, por sua vez, compreendem a questão em termos perfeitamente reais, supondo que Jesus Cristo (ou o Davi ressurrecto, Seu Filho) haverá de reinar literalmente em uma Jerusalém física, que se tornará a capital do mundo restaurado.

3. *A Jerusalém do Milênio*. Ao chegarmos a esse ponto, deparamo-nos com os mesmos debates sobre simbologia ou literalismo, conforme destacamos acima. Várias predições podem ser entendidas como se ensinassem que Jerusalém será a capital do mundo milenar e restaurado, o novo mundo que emergirá do período da Grande Tribulação (vide). Ver Jer. 31:40; 33:16; Zac. 8:4,5; 14:20,21. A lei de Deus propagar-se-á por todo o mundo, a partir de Jerusalém, o que resultará em uma vasta e mundial diferença (Miq. 4:1-4). O resultado será a submissão geral à vontade de Deus (Isa. 23:18; 45:14). Uma nova espécie de adoração universal, uma nova fé religiosa, com seu centro em Jerusalém, será a grande conseqüência (Isa. 60:3; Zac. 14:16,17). Alguns milenistas radicais, chamados quiliastas, supõem que será restaurado o antigo sistema de sacrifícios (Eze. 43:20,21), mas isso importa em um literalismo extremo. O trecho de Heb. 9:12-28 ensina-nos que a morte expiatória de Cristo pôs fim a tais simbolismos. Não é provável que o segundo advento de Cristo restaure aquilo que foi ab-rogado. Aquela passagem de Ezequiel, e seu contexto em geral, sem dúvida fala do tempo pós-exílico e sua restauração, embora, provavelmente, também prediga, simbolicamente, a restauração futura, milenar. A própria natureza passará por um novo ciclo, de condições climáticas mais favoráveis que atualmente (Isa. 65:25; Eze. 47:1-12; Zac. 14:10). Naturalmente, os amilenistas (vide) espiritualizam todas as descrições bíblicas sobre o milênio. Alguns deles chegam a pensar que a dispensação da Igreja, a nossa dispensação, é que é o milênio! Se assim fosse, então, o milênio é algo bem horrível, com suas intermináveis guerras, vícios e a rebelião generalizada contra Deus! Ver o artigo separado sobre o *Milênio*. Ver também sobre o *amilenismo*, em um artigo separado. Como é óbvio, o artigo *Milênio* é mais detalhado que esse.

4. *A Jerusalém Pós-Milenar*. Os derradeiros informes proféticos que temos a respeito de Jerusalém são aqueles que aparecem em trechos como Eze. 38 e 39; Isa. 33:20; 65:17,18; Miq. 4:7; Apo. 21:2,9,18,19, 21. Gogue e Magogue haverão de atacar a cidade de Jerusalém e os lugares santos de Deus, terminado o milênio. Porém, o julgamento divino haverá de cair sobre eles. Jerusalém, porém, continuará a existir como a capital política e religiosa do mundo. E o estado final da Igreja de Cristo é identificado com a cidade santa, a Nova Jerusalém, onde, sem dúvida alguma, encontramos um sentido místico, e não literal.

5. *Indicações Dadas pelos Místicos Modernos*. É deveras significativo que os místicos contemporâneos (não necessariamente evangélicos) estejam prevendo uma era áurea, sem importar se a chamam de milênio ou não, que haverá de ser inaugurada imediatamente após uma grande destruição mundial. Também é significativo que eles contemplem a nação de Israel a elevar-se, gloriosa, dentro dessa era áurea, com o surgimento de uma nova fé religiosa. Essa nova fé seria uma graduação acima do cristianismo presente, fazendo com que a capital religiosa do mundo volte a ser Jerusalém. Por assim dizer, Jerusalém tornar-se-á uma nova Roma, porque o ofício papal terá desaparecido, e o centro do mais numeroso grupo cristão não mais se achará na antiga capital do império romano. E, assim como Roma protegeu e fomentou a civilização pelo espaço de mil anos (a Idade Média), em um período extremamente negro e difícil para os homens, assim também a futura Jerusalém servirá de centro de progresso e de bênção para a humanidade, após o agitadíssimo período da Grande Tribulação.

IX. Lugares Interessantes da Moderna Jerusalém

1. A chamada cidade Antiga (ver acima) está mais ou menos dividida em quatro bairros: o bairro *Islâmico*, que é o mais extenso de todos, na porção nordeste; o bairro *Cristão*, a noroeste, onde também fica localizada a Igreja do Santo Sepulcro; o bairro *Armênio*, a sudoeste; e o bairro *Judeu*, a suleste.

2. A Cidade Antiga contém as sedes da Igreja Católica Romana, da Igreja Ortodoxa Grega e dos patriarcados armênios. Tanto as Igrejas Ortodoxas orientais quanto a Igreja Anglicana têm bispos ali sediados.

3. Os monumentos árabes incluem o local do templo e do palácio de Salomão, onde foram erigidas as mesquitas Azsa e de Omar. A mesquita de Omar é um edifício de madeira, em formato octogonal, em que cada lado tem uma largura de 20,3 m. Pelo lado de dentro, essa estrutura é decorada com mármore e ladrilhos de porcelana. Os lados externos dão frente

aos pontos cardeais e subcardeais, e cada um desses lados tem um portão quadrado, encimado por um arco em voluta.

4. A Igreja do Santo Sepulcro contém uma pequena capela. Tem uma cúpula de quase 20 m de diâmetro. Ali também fica localizado o sítio tradicional (mas não verdadeiro) do Gólgota. Também existem outras vinte e duas capelas, e certo número de templos e edifícios eclesiásticos.

5. A via Dolorosa, ao longo da qual Jesus transportou a cruz, até o Calvário, tem sido delineada pelos estudiosos.

6. O monte das Oliveiras é um local muito significativo, intensamente visitado pelos turistas.

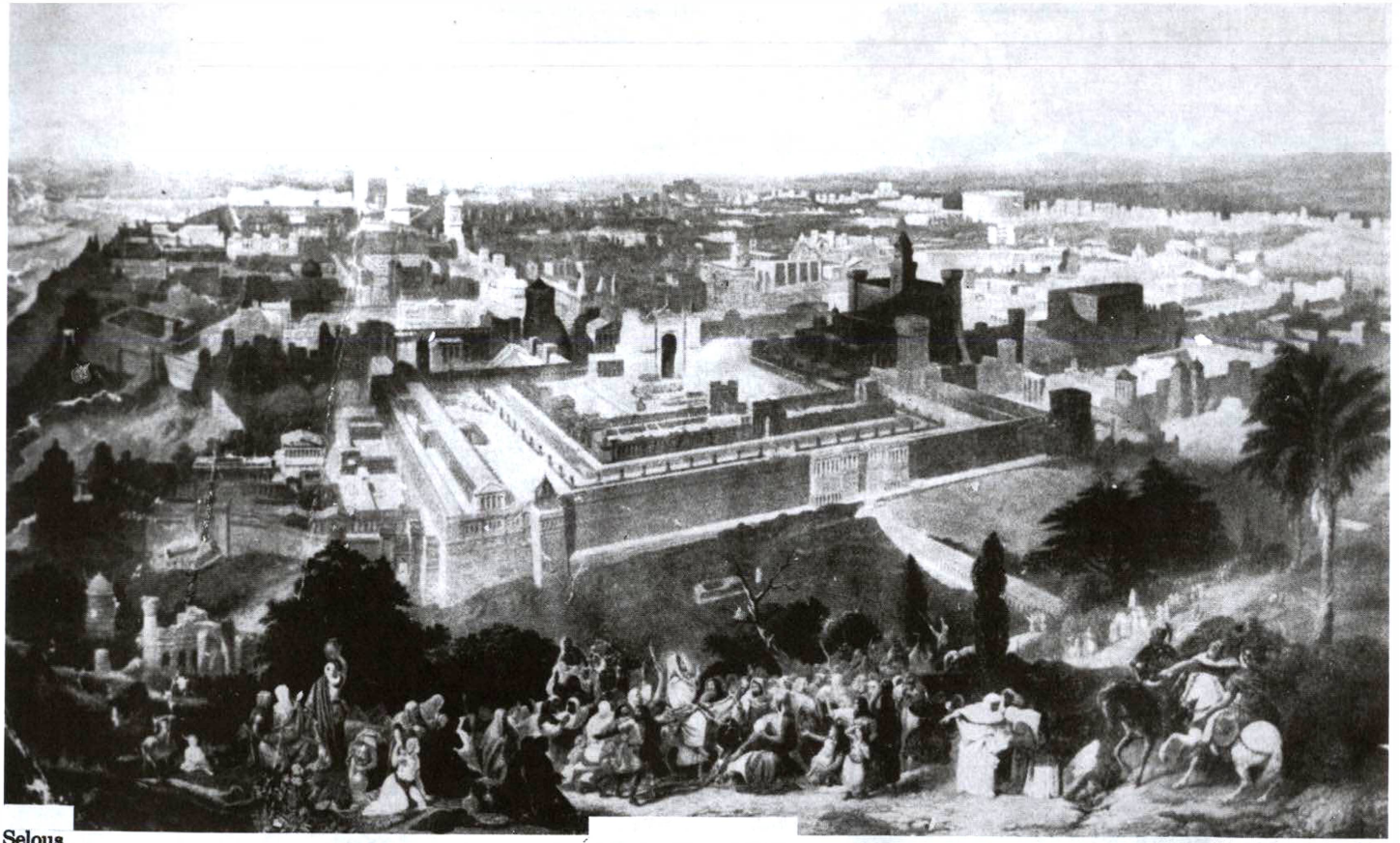
7. O poço de Betesda também já foi identificado.

8. O Calvário e o Túmulo de Gordon (vide) vieram à luz a partir de 1881, como locais mais prováveis da morte e do sepultamento do Senhor Jesus. Ver os artigos separados sobre o *Túmulo de Gordon* e sobre *Sepulcro, Santo, Igreja do*.

A Cidade Nova. Esse é um lugar onde há edifícios de pedra clara, de ruas largas e de muitos logradouros públicos belos. Essa parte da cidade é moderna e funcional. Ali fica a sede do Rabinato Principal e a sede da Agência Judaica para a Palestina, como também a Organização Sionista Mundial, que, juntamente com o Fundo Judaico Nacional e o Fundo da Fundação Palestina fazem parte da Agência Judaica. Há muitas escolas de rabinos e muitas organizações religiosas, para nada dizermos sobre o grande número de igrejas cristãs e sinagogas judaicas. As instituições de ensino superior incluem a Universidade Hebréia e o Centro Médico da Universidade Hadassah. Numerosos projetos residenciais têm sido desenvolvidos ali, a partir de 1949.

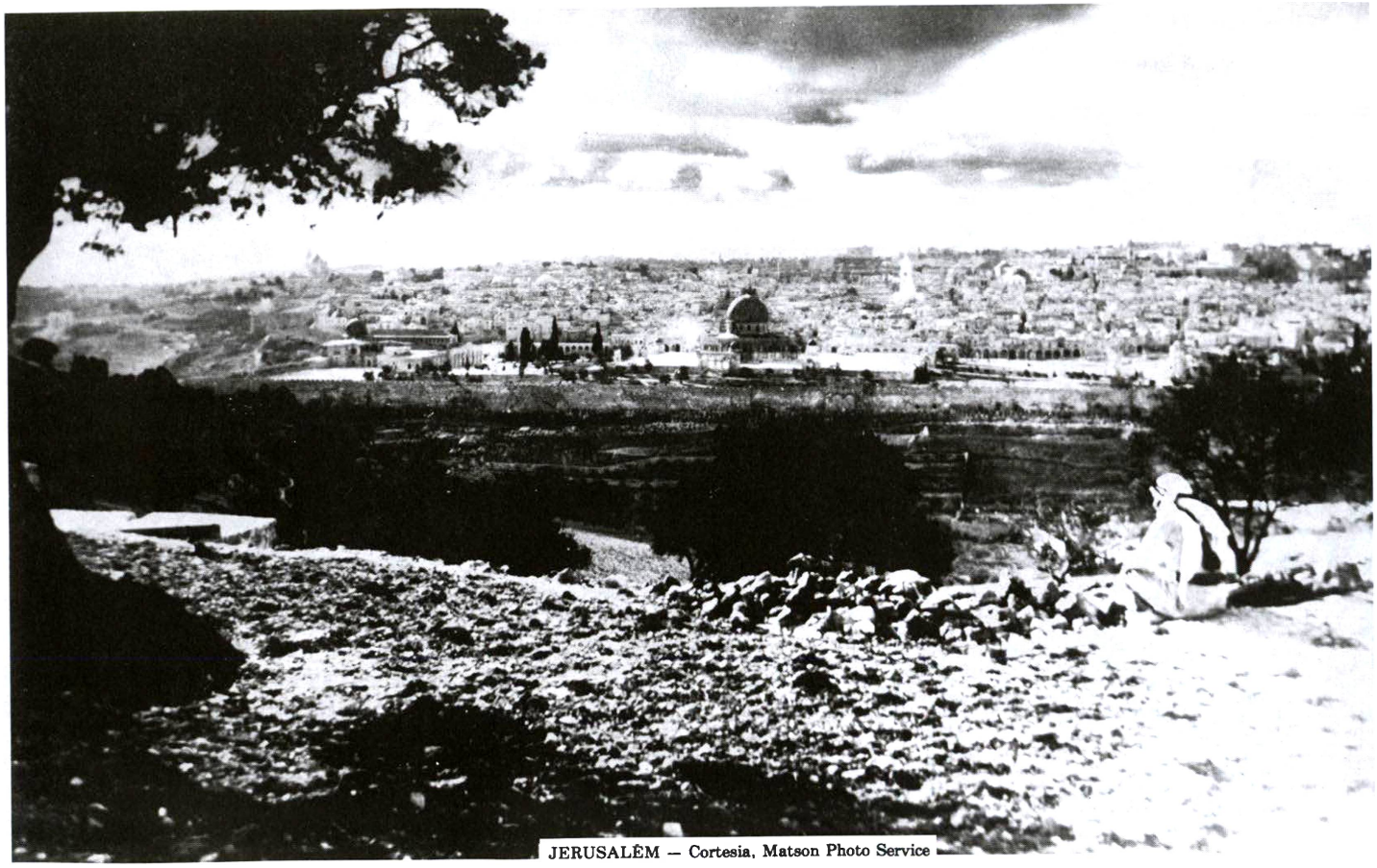
Bibliografia. AM ALB AV CHI KEN(1964) ND UN SI(1954) SMI SMI(1908) Z.

••• ••• •••



Selous

Jerusalém Na Sua Glória



JERUSALÉM — Cortesia, Matson Photo Service

JERUSALÉM CELESTIAL

Ver sobre a **Nova Jerusalém**.

JERUSALÉM, NOVA

Ver sobre **Nova Jerusalém**.

JERUSALÉM, PATRIARCADO DE

Jerusalém é a mãe de todas as igrejas cristãs. Ali reuniu-se a primeira comunidade cristã do mundo. Apesar de sua história e de seu prestígio apostólico, não foi concedido à cidade ser sede de um patriarcado, senão já quando do concílio de Calcedônia (vide), em 451 D.C. Juvenal foi o primeiro patriarca de Jerusalém; mas, mesmo assim, ocupava somente o quinto lugar em grau de importância. Todavia, Juvenal não foi bem aceito pelos habitantes da cidade. A maioria dos cristãos que estava sob a sua autoridade tinha adotado o *monofisistismo* (vide). A conquista árabe da Palestina fez com que o cisma da igreja calcedônica se tornasse permanente. No presente, o patriarcado de Jerusalém é governado por uma hierarquia de prelados gregos, escolhidos, exclusivamente, dentre a confraria do Santo Sepulcro. Mas tal arranjo não é bem acolhido, pois sente-se que um demasiado poder é brandido por apenas alguns. Ver os artigos gerais sobre *Patriarca* e sobre *Patriarcado*.

JERUSALÉM, SÍNODO DE

Um **sínodo** é uma assembléia eclesiástica autoritária. Na Igreja antiga, esse termo foi usado, a princípio, como equivalente a *concílio*. Mais tarde, o vocábulo *concílio* foi restringido às assembléias ecumênicas oficiais, enquanto que o termo *sínodo* passou a indicar convenções eclesiásticas de áreas geográficas específicas e limitadas. Quanto a maiores informações sobre o termo *sínodo*, ver o artigo sobre esse assunto. Também oferecemos um detalhado artigo sobre os *Concílios Ecumênicos*.

O *Sínodo de Jerusalém* foi efetuado em 1672, convocado pelo patriarca Dositeu (1669—1707). Seu ato principal foi uma afirmação da fé ortodoxa. Asseverava que Cirilo Lucaris, patriarca de Constantinopla (falecido em 1638) escrevera uma confissão calvinista, e refutou os pontos de vista do mesmo. Em outras palavras, esse sínodo tomou uma postura anticalvinista. Ver sobre o *Calvinismo*. Mesmo que um patriarca assuma uma posição calvinista, contra a posição ortodoxa comum, sobre questões controvertidas, isso não obriga a comunidade ortodoxa a aceitar tal posição. Isso expressaria apenas a opinião de um indivíduo. Esse sínodo produziu o que se convencionou chamar de *Confissão de Dositeu*, reafirmando a típica teologia ortodoxa, e refutando o calvinismo.

JESAÍAS

No hebraico, «Yahweh salvou». Várias pessoas figuram, com esse nome, nas páginas do Antigo Testamento:

1. Um filho de Hananias, filho de Zorobabel (I Crô. 3:21). Ele viveu por volta de 536 A.C.

2. Um filho de Jedutum, chefe da oitava divisão dos cantores, sob a tutela do pai dele (I Crô. 25:3,15). Ele viveu em torno de 1015 A.C.

3. Um levita que ajudava a supervisionar o tesouro de Davi (I Crô. 26:25). Ele era descendente de Anrão, por meio de Moisés. Ele viveu em torno de 1015 A.C.

4. Um elamita que retornou do cativeiro babilônico em companhia de Esdras (Esd. 8:7; I Esdras 8:33). Viveu em cerca de 459 A.C.

5. Um levita merarita que retornou do cativeiro babilônico com Esdras (Esd. 8:19; I Esdras 8:48). Viveu em cerca de 459 A.C.

6. O pai de Itiel, um benjamita. Alguns de seus descendentes estavam entre aqueles que foram escolhidos por sorte para residir em Jerusalém, terminado a cativeiro babilônico (Nee. 11:7). Isso ocorreu por volta de 445 A.C.

JESANA

No hebraico, «antiga». Esse era o nome de uma cidade, com os seus arrabaldes, que Abias tomou de Jeroboão. Ficava perto de Betel e Efraim (II Crô. 13:19; I Sam. 7:12). Sem dúvida, ficava perto da fronteira entre Judá e Israel. Tem sido identificada com *Isanas*, que servia de quartel-general do general sírio que operava sob as ordens de Antígono. Foi ali que Herodes, o Grande, obteve grande vitória militar sobre o rei da Síria, segundo nos informa Josefo (*Anti.* 14:15,12). O local moderno talvez seja Burj el-Isaneh, ao norte de Jerusalém. Ou pode ser Ain Sinia, a poucos quilômetros ao norte de Betel.

JESARELA

No hebraico «reto diante de Deus». Ele foi o chefe do sétimo dos vinte e quatro turnos em que foram divididos os músicos levitas (I Crô. 25:14). No segundo versículo do mesmo capítulo ele é chamado *Asarela*. Ele viveu em torno de 1015 A.C.

JESEBEABE

No hebraico, «assento do pai». Ele era o chefe do décimo quarto turno de sacerdotes, que serviam no tempo de Davi (I Crô. 24:13). Viveu em torno de 1015 A.C.

JESER

No hebraico, «retidão». Esse era o nome do primeiro filho de Calebe e sua esposa, Azuba (I Crô. 2:18). Viveu em cerca de 1440 A.C.

JESIMIEL

No hebraico, «que Yahweh estabeleça». Esse era o nome de um chefe da tribo de Simeão (I Crô. 4:36). Nos dias de Hezequias, Jesimiel migrou para o vale de Gedor, com o propósito de descobrir melhores regiões de pasto para seu gado; e ali ficou residindo. Ele viveu em torno de 711 A.C.

JESIMOM

No hebraico, «ermo», «deserto». Essa palavra, no hebraico, era usada como um substantivo comum, sem aludir a qualquer lugar específico; mas, quando usada com o artigo definido, então referia-se a algum lugar específico, como:

1. O deserto da Judéia está em foco, em I Sam. 23:19,24 e 26:1,3. Ficava localizado a suleste de Hebrom, nas vizinhanças de Zife (vide).

2. A região de Pisga, em Moabe, a nordeste do mar Morto (Núm. 21:20,23,28). É interessante que o deserto, na mente e no vocabulário dos hebreus, era referido por meio de um termo que aponta não somente para desolação, mas também para devasta-

ção. Os israelitas evitavam o deserto o máximo possível. Mas, sendo mister atravessar alguma área desértica, isso era feito da maneira mais expedita possível. Os habitantes do deserto eram alvo das suspeitas dos israelitas e de outros povos. Assim, os egípcios chamavam-nos de «residentes da areia», e isso em tom de desdém.

Uso Figurado. Uma nação que fosse derrotada e cujos habitantes fossem deportados tornava-se um «deserto» (Jer. 22:6; Osé. 2:3-5). Os antigos meios de transporte tornavam os desertos lugares perigosos. Por essa razão, os desertos eram considerados ameaçadores, símbolos do infortúnio.

JESISAI

No hebraico, «idoso». Esse era o nome de um filho de Jacó, e pai de Micael. Ele foi o ancestral de uma tribo que tinha esse nome, que vivia em Gileade, e cujas genealogias foram registradas no tempo de Jotão (I Crô. 5:14). Viveu em torno de 782 A.C.

JESOAÍAS

No hebraico, «Yahweh perturba». Ele era um chefe simeonita, descendente de Simei (I Crô. 4:36). Ele atacou os camitas, no dias de Ezequias, em cerca de 711 A.C.

JESSÉ

Embora o significado dessa palavra, no hebraico, seja incerto, alguns arriscam a interpretação «firme».

Esboço:

1. Família
2. História
3. Derrisão Quanto ao Nome de Jessé
4. Uma Designação Messiânica

1. *Família*. Jessé foi pai do rei Davi. Era filho de Obede e neto do próspero belemita Boaz e de sua esposa moabita, Rute. Ver Rute 4:17,22; I Crô. 2:12; Mat. 1:5,6; Luc. 3:32. Naturalmente, isso fez de Jessé um dos antepassados de Jesus Cristo. Ao que parece, ele era um abastado proprietário de terras. Tinha oito filhos, conforme aprendemos em I Sam. 16:1-13 e 17:12. Desses, o caçula, Davi, foi quem deixou uma marca permanente na história de Israel.

Jessé também tinha duas filhas, Zeruia e Abigail (I Crô. 2:13-17). Essas duas mulheres tornaram-se genitoras de guerreiros bem conhecidos, que serviam no exército de Davi, a saber, Joabe, Abisai e Asael (de Zeruia), e Amasa (de Abigail). Não há como explicar por que razão Abigail é chamada de filha de Naás, em II Sam. 17:25. Talvez esse fosse outro nome de Jessé. E, no caso de Naás ser um nome feminino, então está ali em foco a mãe de Abigail. Ou, então, as filhas provinham de um primeiro casamento da mãe delas, fazendo delas enteadas de Jessé.

2. *História*. O próprio Jessé não figura como homem importante. A Bíblia narra como Samuel ungiu a Davi, ainda um mancebo, como o futuro rei de Israel, em I Sam. 16:1-13. Os sete filhos mais velhos de Jessé foram sendo rejeitados um a um pelo Espírito do Senhor, embora tivessem impressionado fisicamente ao profeta. Quando Samuel soube que havia um oitavo filho de Jessé, ainda adolescente, que estava no campo, cuidando das ovelhas, só se deu por satisfeito depois de havê-lo ungido. No entanto, parece que, na ocasião, Jessé e Davi não compreenderam bem tudo quanto estava implícito naquela unção.

Davi era conhecido como bom músico. A próxima cena da história conduz-nos ao momento em que Saul enviou um mensageiro para buscar a Davi, para que este fosse tocar a sua harpa no palácio real, a fim de aliviar a natureza melancólica do monarca benjamita (I Sam. 16:14 *ss*). Jessé anuiu ante a ordem do rei e lhe enviou Davi, juntamente com generosos presentes, o que talvez mostre algo de sua abastança. E Davi ficou na corte real, atuando como músico (e, segundo podemos bem supor, ocupado também em outros misteres e treinamentos), segundo se aprende em I Sam. 16:22,23.

Quando o gigantesco Golias (vide) andou ameaçando as tropas de Israel, Jessé enviou Davi ao acampamento, a fim de levar víveres a seus irmãos que faziam parte das tropas de Saul. Ninguém sabia que Davi terminaria sendo o grande campeão de Israel, abatendo ao gigante. Davi aceitou o desafio lançado por Golias, e o abateu com o auxílio da funda, e foi imortalizado (I Sam. 17:17 *ss*).

Jessé e seus familiares foram enviados por Davi para o território de Moabe, quando Davi se tornou vítima da inveja doentia de Saul, e teve de fugir para não perder a vida, ele mesmo. É evidente que os familiares de Davi passaram anos em Moabe, sem quaisquer incidentes negativos (I Sam. 22:2-4).

3. *Derrisão Quanto ao Nome de Jessé*. Jessé não era grande figura, ainda que fosse homem abastado. E assim, quando Saul quis zombar de Davi, chamou-o de «o filho de Jessé» (I Sam. 20:17, 30,31; 22:7,8; 22:9; II Sam. 20:1; I Reis 12:16). No entanto, esse título de zombaria foi revertido pelo povo de Israel, que passou a usá-lo respeitosamente, conforme se vê em II Sam. 23:1; I Crô. 10:14; Sal. 72:20; Atos 13:12.

4. *Uma Designação Messiânica*. Jessé é mencionado dentro de um contexto messiânico, em Isa. 11:1, onde o futuro Messias e Rei de Israel é chamado de descendente de Jessé: «Do tronco de Jessé sairá um rebento, e das suas raízes um renovo». A expressão «raiz de Jessé» é uma referência ao Messias, em Isa. 11:10. Paulo também usou essa expressão, em Rom. 15:12, a fim de identificar Jesus com as passagens messiânicas do Antigo Testamento. O nome de Jessé, mui obviamente, foi incluído na lista dos antepassados de Jesus, em Mat. 1:5,6 e Luc. 3:32.

JESUA

No hebraico, «Yahweh ajuda», ou «Yahweh é salvação». Esse foi o nome de muitos homens ou lugares, nas páginas do Antigo Testamento, a saber:

1. Uma cidade onde alguns descendentes de Judá vieram habitar, após retornarem do cativeiro babilônico (Nee. 11:26). Talvez fosse a mesma Sema de Jos. 15:26, ou Seba, em Jos. 19:2. Tem sido tentativamente identificada com o *Tell Es-Sa'weh*.

2. Um sacerdote da época de Davi, que foi o chefe do nono curso de sacerdotes (I Crô. 24:11). Ele viveu por volta de 1015 A.C.

3. Um filho de Jozadaque, sumo sacerdote que retornou com Zorobabel, terminado o cativeiro babilônico, em cerca de 536 A.C. Parece ter nascido no exílio, ou, então, já era homem muito idoso quando se tornou sumo sacerdote. Encorajou os judeus em seu trabalho de reconstrução e em sua rededicação à antiga adoração. Aliou-se a Zorobabel, na oposição aos esquemas ardilosos dos samaritanos (Esd. 4:3). Encorajou o reinício das obras, que haviam sido interrompidas, e que foram retomadas no segundo ano do reinado de Dario Histapes (Esd. 5:2; Ageu 1:12). Vários pronunciamentos do profeta Ageu foram endereçados a Jesua (que nossa versão dá como

«Josué») (Ageu 1:1; 2:2). Seu nome (com a forma de «Josué») ocorre em duas das profecias simbólicas de Zacarias (Zac. 3:1-10 e 6:11-15). Essas passagens apresentam o povo judaico primeiramente vestido em trajes próprios de um escravo, mas, em seguida, em novas e gloriosas vestimentas de liberdade. Na segunda representação simbólica, Josué usa coroas de prata e de ouro, símbolos das coroas sacerdotal e real de Israel, que haveriam de ser unidas no adorno de cabeça do esperado Messias. Interessante é observar que o nome de Josué, filho de Num, aparece com a forma de «Jesua», em Nee. 8:17, o que significa que *Josué* e *Jesua* eram formas intercambiáveis, provenientes da mesma raiz. Naturalmente, dessa palavra hebraica é que se deriva o nome grego *Iesous* (por meio de transliteração), e também é daí que se deriva a palavra portuguesa *Jesus*.

4. Josué, filho de Num, é chamado Jesua, em Nee. 8:17.

5. Um levita cujo trabalho consistia em distribuir as oferendas sagradas nas cidades sacerdotais, nos dias do rei Ezequias. Ver II Crô. 31:15. Ele viveu em torno de 726 A.C.

6. Um descendente da pessoa ou lugarejo chamado Paate-Moabe. Sua gente, em número de dois mil oitocentos e doze, retornou do cativeiro babilônico (Esd. 2:6; Nee. 7:11). Nossa versão portuguesa dá seu nome como Jesua-Joabe. O tempo desse retorno foi cerca de 536 A.C.

7. Um levita cujo nome é mencionado juntamente com o de Cadmiel, cujos descendentes, em número de setenta e quatro (chamados «filhos de Hodovias»), regressaram à Judéia, após o exílio babilônico (Esd. 2:40; Nee. 7:43), em cerca de 436 A.C.

8. O pai do levita Jozabade. Esdras nomeou-o para cuidar das ofertas para o culto sagrado (Esd. 8:33). Isso ocorreu em cerca de 459 A.C.

9. O pai de Ezer. Este ajudou a reparar as muralhas de Jerusalém, sob a direção de Neemias (Nee. 3:19). Ele viveu em torno de 446 A.C.

10. Um levita, chefe de uma casa, que desde o começo ajudou Neemias nas reformas instituídas em Judá, após o retorno dos judeus do cativeiro babilônico. Pode-se interpretar o texto em que seu nome figura (Nee. 9:5; ver também Nee. 8:7; 9:4; 12:8,24) como se dissesse que era «filho de Cadmiel». Mas é possível que isso envolva um erro de transcrição. Os eruditos preferem pensar em «...Jesua Cadmiel...», ou seja, como dois homens sem qualquer parentesco entre si. E isso faria desse Jesua o mesmo que aparece no número 7 desta lista, acima.

JESUÍTAS

Essa é uma das ordens religiosas organizadas pela Igreja Católica Romana. Essa ordem foi fundada no século XVI e tomou o nome de Sociedade de Jesus, embora seus membros sejam melhor conhecidos como jesuítas.

1. *Fundador.* O fundador da Sociedade de Jesus foi Inácio de Loyola, cujas datas principais são 1491—1556. Ele era espanhol. Temos provido um artigo separado sobre *Inácio de Loyola*. Embora debilitado por dificuldades orgânicas, Inácio foi homem de grande energia e de notável religiosidade. Buscava intensamente a Cristo, posto que a seu modo. Passava muito tempo em preces, atos de disciplina e atos de caridade. De suas experiências espirituais surgiu o seu livro, *Livro dos Exercícios Espirituais*. O propósito desse livro era servir de guia para algum diretor religioso que desejasse alistar recrutas para a causa de Cristo e para o serviço cegamente leal ao papado e para a promoção da religiosidade. Esse livro procura expor aos seus leitores uma espécie de intensa filosofia cristã de vida. É obra altamente devocional, instruindo os homens a ocuparem suas horas em orações, serviços e sacrifícios pessoais. Também é uma espécie de manual do soldado cristão, conforme seu autor entendia a questão. Inácio começou a oferecer suas idéias a outros, e obteve uma resposta entusiasmada da parte de alguns. Seus colegas da Universidade de Paris ficaram encantados diante de sua devoção e poder espiritual, e começaram a fazer uso dos seus exercícios. Um dos resultados disso foi a dedicação de muitos para se lançarem a uma cruzada, na Terra Santa, com o intuito de converter aos sarracenos. Paralelamente a isso, aqueles jovens concluíram que a melhor maneira de servirem a Cristo era jurarem uma total dedicação ao papa. Essas decisões foram ratificadas mediante solenes promessas a Deus, durante uma missa celebrada na capela Montmarte, fora de Paris, a 15 de agosto de 1534.

2. *Uma Ordem Oficial.* Foi assim que a Sociedade de Jesus teve começo, embora, até ali, não fosse uma ordem reconhecida. Inácio e seus seis seguidores mais íntimos não tinham qualquer intenção de formar uma nova ordem religiosa. Ao terminarem os seus estudos em Paris, buscaram a ajuda do papa Paulo III, que os persuadiu de que poderiam servir melhor tendo sua sede em Roma, e não em Jerusalém. A ordem foi oficialmente reconhecida pelo papa a 27 de setembro de 1540. No ano seguinte, Inácio foi eleito primeiro superior da nova Sociedade. Sua tarefa seguinte foi a de traçar uma detalhada constituição para ser seguida como norma pela sociedade.

3. *A Constituição da Sociedade de Jesus e Características Especiais.* A constituição traçada por Inácio tinha algumas características especiais. A *primeira* e mais importante é que o grupo existia a fim de servir devotadamente ao papado. A *segunda*, por sua vez, envolvia um voto exigido dos membros, que os proibia de aceitar qualquer título e honra eclesiásticos, a menos que o papa, mediante sua decisão pessoal, chegasse a conferi-los a algum membro específico. Essa organização também proveu para que os *escolásticos* recebessem as santas ordens, e que os *irmãos* não se ocupassem em estudos acadêmicos, mas passassem a vida cuidando de interesses domésticos, como sacristães, refectorianos, etc. Ambas essas classes primeiramente são submetidas a um período de preparação e de prova, que dura dois anos. Se forem aprovados, então fazem os três votos simples de pobreza, castidade e obediência. Os escolásticos, usualmente, passam entre doze e quinze anos estudando humanidades, filosofia e teologia. Atuam como professores e diretores de escolas. A ordenação dos escolásticos, usualmente, ocorre quando eles ainda são estudantes de teologia. O treinamento dos escolásticos encerra-se mediante um período de estudos especiais, sobre teologia mística adiantada, com um completo curso sobre a história e a natureza da própria sociedade. Aqueles que, finalmente, chegam ao final de todos esses estudos, fazem votos adicionais de cega obediência ao papa, o que não faz parte dos votos de qualquer das outras ordens religiosas do catolicismo romano. Todavia, esse voto de lealdade ao papa só é feito pelos estudantes que mais se notabilizam. Os demais limitam-se aos três votos simples de pobreza, castidade e obediência.

4. *Primeiros Desenvolvimentos.* Após o ano de 1556, a ordem dos jesuítas multiplicou-se rapidamente. Em 1616 havia 13.112 membros; em 1710, 19.978; em 1949, 22.589. Muitos protestantes foram trazidos

de volta à Igreja Católica Romana graças aos esforços de membros dessa agremiação religiosa. Os jesuítas têm aberto muitas escolas e têm exercido uma vasta influência sobre a educação. Famosos educadores jesuítas incluem nomes como os de Vasquez, Valência, Lessius, Busenbaum e Suarez. No Brasil, quem já não ouviu falar no padre Anchieta? Em consonância com a época, os jesuítas salientaram o aristotelismo cristão, mediante o *escolasticismo* e o *tomismo* (ver sobre esses dois assuntos). No campo da filosofia moral, essa ordem caracteriza-se por um otimismo moderado, no tocante à capacidade moral do homem.

5. *Missões ao Estrangeiro*. Muitos países têm sido afetados pelos esforços missionários dessa sociedade religiosa, principalmente no Extremo Oriente e na América do Sul. Naturalmente, a Europa tem sido sempre a base de operações domésticas, e onde o poder educacional do grupo é maior. Por meio de mais de seiscentos colégios a sociedade tem ministrado cursos e tem espalhado a sua filosofia, principalmente do século XVI ao século XVIII.

6. *Supressão e Oposição à Ordem*. No século XVII, a Sociedade de Jesus passou por um período adverso, de oposição e supressão. Os jansenistas (ver sobre o *Jansenismo*) procuravam destruir a influência dos jesuítas na Igreja Católica Romana; os holandeses e os ingleses impediram a expansão jesuítica em seus respectivos territórios; no Japão, uma feroz perseguição quase pôs ponto final à obra da sociedade, naquele país. Até mesmo outros missionários católicos romanos passaram a fazer oposição aos métodos missionários dos jesuítas. E até mesmo em países de fortíssimo catolicismo romano, como Portugal, Espanha e França, grupos pertencentes aos jesuítas debandaram. A família real dos Bourbon, pressionando o papa Clemente XIV, conseguiu dele um breve que, essencialmente, anulava a Sociedade de Jesus. Todavia, Catarina, a Grande, da Rússia, não permitiu que esse breve circulasse onde ela exercia autoridade, razão pela qual os jesuítas sobreviveram ali, bem organizados, até que a ordem foi universalmente descontinuada. A supressão alicerçava-se sobre questões sociais, questões doutrinárias, questões práticas e questões políticas. Por outra parte, a supressão da ordem tinha, como um dos intuitos indiretos, diminuir a autoridade papal.

7. *Restauração*. O papa Pio VII, em 1814, restaurou a Sociedade de Jesus à sua anterior posição na Igreja Católica Romana; e ela começou a espalhar-se pelo mundo, a despeito de contínuos ataques de fora. O holandês John Philip Roothaan (vide) muito fez para restaurar a Sociedade de Jesus nos lugares onde ele era influente. A restauração requeria a expulsão dos membros que tivessem perdido os ideais originais da sociedade, quanto a questões doutrinárias ou quanto a questões políticas.

8. *Situação Moderna*. Em 1939, a Sociedade de Jesus atingiu um número de membros de cerca de vinte e cinco mil. Seu trabalho em escolas, em missões estrangeiras e em retiros especiais têm-na distinguido. Ela tinha então cinqüenta *províncias* de atividade, sete das quais nos Estados Unidos da América do Norte. O seu crescimento nesse país tem sido fenomenal. Atualmente, essa sociedade conta com cerca de trinta e cinco mil membros; um quinto desse número acha-se nos Estados Unidos da América. A Europa continental não é mais o centro de maior desenvolvimento. Essa distinção, atualmente, pertence aos países de língua inglesa e aos países do continente sul-americano.

Se quisermos apontar para uma realização notável dos jesuítas, então teremos de apontar para a educação. Nos Estados Unidos da América, essa organização conta com quarenta e um ginásios, vinte e oito colégios e universidades, com 25.155 alunos em seus ginásios e quase cem mil alunos em suas universidades. Porém, as missões estrangeiras também são uma gigantesca operação desse grupo. Mais de cinqüenta grupos missionários existem ao redor do mundo. Como é óbvio, a Sociedade de Jesus tem produzido muitos eruditos bem conhecidos, em certo número de campos, ao redor do mundo inteiro. (AM CE E)

JESURUM

No hebraico, «reto», «justo». Esse é um nome poético e honorífico outorgado a Israel, em Deu. 32:14; 33:5,26; Isa. 44:22. Esse nome aponta para uma nação ideal, santa em sua natureza e cônscia de seu alto chamamento. O trecho de Deu. 32:15 usa essa palavra como repreensão, porque o elevado ideal não fora atingido; mas, nas demais passagens, o uso é positivo. Gesênio pensava que essa palavra se referia a «um pequeno povo justo», um título dado afetuosamente, talvez aliado a uma idéia similar, no «livro dos Justos» (Jos. 10:13 e II Sam. 1:18; no hebraico, *sepher jasher*, que se parece com *Jesurum*), e onde, novamente, o povo de Israel está em foco.

JESUS

Ver uma explicação deste nome no artigo sobre **Jesus (não o Cristo)**.

O Jesus Histórico

Ver o artigo separado sobre *Jesus Histórico*. Alguns liberais acham que o relatório de pessoas entusiasmadas produziu um *Jesus teológico* que obscureceu o verdadeiro Jesus *histórico*. Em outras palavras, a igreja *inventou* o Jesus teológico (metafísico), e agora é difícil entender o Jesus verdadeiro, histórico pelo uso dos documentos que possuimos. O artigo mencionado acima examina o problema detalhadamente. Ver também sobre *Cristologia*.

Esboço

I. *Identificação*
  1. Magnitude de Sua Influência
  2. Muitas Idéias Sobre Sua Pessoa
    a. Não-existência
    b. Gnóstico
    c. Docetismo
    d. Ário
    e. Emanação
    f. Liberal
    g. Triteísta
    h. N.T. (ortodoxo, trinitário)

II. *Ministério*
  1. Antes do Ministério na Galiléia
    a. Preexistência
    b. Nascimento
    c. Infância
    d. Relações para com João Batista e os Essênios
    e. Batismo
    f. Tentação
    g. Primeiros contactos com seus discípulos especiais
    h. Ministério na Judéia
  2. Ministério na Galiléia
    a. Acontecimentos preliminares

b. Sua mensagem básica e auto-identificação
c. Nas sinagogas
d. Escolha dos doze
e. Grandes sermões
f. Obras prodigiosas
g. Sinagogas próximas de Jesus
h. Missão dos doze (e dos setenta)
i. João Batista e Herodes Antipas
j. Três circuitos pela Galiléia
3. Jesus afasta-se da Galiléia
a. Para Tiro
b. Revelação da pessoa de Jesus e reconhecimento por Pedro
c. Viagem a Jerusalém
4. Ministério na Judéia
a. Ensinos em Jerusalém
b. Ministério na Peréia
5. Dias Finais de Jesus
a. Entrada triunfal em Jerusalém
b. Traição
c. Última Ceia
d. Getsêmani
e. Aprisionamento
f. Vários julgamentos de Jesus
g. Crucificação
h. Descida ao hades
i. Ressurreição
III. *Ensinos*
1. Fontes
2. Sem paralelo
3. Temas básicos
a. Reino
b. Filho do Homem
c. Missão messiânica
d. Princípios éticos
e. Acontecimentos futuros
f. Sua morte e seu sentido
g. Relações para com o judaísmo
h. Diversos temas das suas parábolas
IV. *Bibliografia*

INTRODUÇÃO

Qualquer tentativa de expor de modo breve e completo a identificação, o ministério e os ensinos de Jesus, deve ser vista como algo semelhante à tentativa de pôr o oceano dentro de uma xícara. A grandeza de Jesus, sua subseqüente vastíssima influência, e nosso conhecimento relativamente exíguo de sua vida, ministério e ensinos, de pronto nos colocam em um dilema, porquanto qualquer esforço terá de ficar muito aquém do alvo de uma caracterização adequada de sua pessoa. Todo este comentário é apenas uma tentativa um pouco mais extensa de caracterizar a Jesus e sua importância; e a existência de muitos comentários, alguns deles versículo por versículo, lado a lado com muitos outros volumes de diversas categorias, demonstra que essa tarefa jamais poderá ser realizada de modo completo ou perfeito.

Este artigo foi escrito na esperança de que pelo menos seja útil, e que o ponto de vista aqui apresentado sobre Jesus seja impressionante, a fim de que se descubra aquela «glória em seu seio que transfigura a ti e a mim». Este breve artigo de introdução só pode esperar salientar o esboço geral dos assuntos abordados, e seu propósito específico consiste em explicar os temas básicos de Jesus e de seu ministério, confiando que o leitor se interesse suficientemente por seguir avante com um estudo mais detalhado destas questões.

O *leitor* que lançar mão desses diversos mananciais de informação certamente obterá uma visão mais compreensiva acerca de Jesus, de sua identificação, de seu ministério e de seus ensinos. Não pode haver ocupação mais importante do que essa, pois em verdade o destino de Cristo determina nossos próprios destinos pessoais. *Sua vida* mostrou o caminho pelo qual teremos, finalmente, de seguir na qualidade de homens, se temos a esperança de retornar a Deus. A vida de Cristo, tal como ela é atualmente, é o nosso alvo. Quando a sua glória final tornar-se realizada, seremos co-herdeiros juntamente com ele. Assim, pois, de forma bem real, o estudo da vida de Jesus e sua importância é, ao mesmo tempo, uma sondagem na significação mesma de nossa existência e uma previsão em nosso destino. Por certo todos nós deveríamos nos interessar nessa inquirição.

I. IDENTIFICAÇÃO

1. Magnitude de sua Influência

Ao que sabemos, *Jesus nada escreveu*, apesar de que muitos sentiram a necessidade de escrever a respeito dele, necessidade essa que prossegue até hoje, pois cada geração precisa ter os seus próprios intérpretes sobre o sentido da vida de Cristo. Jesus jamais deixou a Palestina durante o seu ministério terreno (exceto que de certa feita esteve na região de Tiro e Sidom), mas o seu nome é conhecido em toda parte do mundo. Os historiadores afiançam-nos que antes do fim do século II D.C., vinte distintos grupos religiosos tinham saltado à existência, todos afirmando alguma espécie de origem em Cristo, embora apresentando definições diferentes e contraditórias acerca dele e de seu ministério. Antes do fim do século IV D.C., havia mais de oitenta desses grupos; mas hoje exauriria a boa matemática se quiséssemos contar o número de grupos existentes, todos supostamente alicerçados em sua autoridade.

É verdade que quando qualquer *gênio criador* aparece entre os homens, o resultado natural é uma modalidade de conflito e de revolução. As pessoas que entram em contacto com o mesmo são modificadas por ele, ou por outro lado, têm de fazer-lhe tenaz resistência, a fim de se livrarem de sua possível influência. Quanto mais elevada for a estatura desse gênio criador, tanto mais intenso será o conflito, a modificação e a mudança nas vidas daqueles que entram em contacto com ele. No caso de Jesus, essa verdade é óbvia. Até mesmo os elementos liberais, que negam completamente a divindade de Cristo, reconhecem, não obstante, o valor de sua pessoa; e, na maioria dos casos, nem procuram livrar-se totalmente de sua influência. Que isso continue ocorrendo quase dois mil anos depois de sua vida terrena, por si mesmo é grande indicação da magnitude de sua pessoa. Os ateus e agnósticos são igualmente afetados por ele, mas, nesses casos, o conflito e a reação adversa são ativados. Alguns têm passado a vida inteira na tentativa de anular e desacreditar a sua influência e de diminuir-lhe a importância. Essa oposição é apenas um testemunho involuntário acerca da grandeza de Cristo. Os crentes apresentam a maior evidência de sua grandeza, porquanto procuram *incorporar* em si mesmos «algo» de sua vida. Aqueles que conseguem isso em maior profundidade, são os mais excelentes exemplos de sua magnitude. Quase vinte séculos não têm podido diminuir as modificações, alterações, transformações e conflitos que a presença de Jesus criou nesta terra.

Fora das próprias Escrituras não contamos com muito testemunho ou material que nos forneça informações sobre Jesus. Ele é mencionado pelos historiadores romanos *Tácito* (Anais XV.44), *Suetô.* (Cláudio, 25; Nero, 16), *Plínio* (Epístolas X.96), e pelo famoso historiador judeu *Flávio Josefo*, em uma

passagem altamente interpolada (Ant. XVIII.3.3). Também existem numerosas referências indiretas a Jesus na literatura judaica posterior, em sua maioria, adversa. Os livros apócrifos do N.T. se baseiam nele, mas nenhum estudo chegou até às nossas mãos capaz de distinguir quanto dessa informação é digna de confiança e quanto não o é. A maioria das histórias dos livros apócrifos no N.T. se baseia nos quatro evangelhos, pelo que também não tem valor independente. Não obstante, há certa quantidade de informações adicionais, nesses livros, que provavelmente é autêntica; porém, os eruditos sobre os livros apócrifos são poucos, pelo que fica extremamente limitado para nós o valor desses livros como fontes informativas dignas de fé. De modo geral, só nos resta pesquisar as páginas do N.T., para que encontremos informações fidedignas acerca de Jesus.

É fato sobejamente conhecido e muito comentado que, fora dos evangelhos, pouquíssima informação existe sobre a vida de Jesus e, realmente, pouquíssimas citações diretas. Pode-se aprender muito através dos apóstolos e seus ensinos, e existem muitas *revelações* de doutrinas que se tornaram parte do sistema cristão, mas pouquíssimo que se tenha originado do ministério terreno de Jesus propriamente dito. Por esse motivo, ficamos à mercê dos quatro evangelhos (ou quase inteiramente) quanto a fontes informativas sobre Jesus. E nem mesmo esses livros são biografias no sentido moderno do termo, mas, de fato, são uma modalidade distinta de literatura. Os «evangelhos», em si mesmos, são um tipo diferente de literatura, embora incorporem breve esboço biográfico sobre a vida de Jesus. Não podemos estar totalmente certos quanto à ordem cronológica dos acontecimentos nos evangelhos, porquanto, de forma geral, Marcos traça o *esboço básico* (isto é, os outros, com a exceção de João, usaram o evangelho de Marcos como seu esboço), ao passo que Papias, discípulo do apóstolo João, diz-nos que Marcos nem sempre registrou os acontecimentos em sua exata ordem cronológica. Todavia, a base das narrativas de Marcos é, essencialmente, as memórias de Pedro; pelo que nem sempre podemos depender da ordem cronológica dos acontecimentos, embora possamos confiar na historicidade dos mesmos.

Quanto a uma análise geral do conteúdo e das fontes informativas dos evangelhos, o leitor pode examinar o artigo intitulado, o *Problema Sinóptico*, bem como os artigos sobre os *Evangelhos*. A respeito da questão da «historicidade», ou seja, do fato que as narrativas são fidedignas do ponto de vista histórico, o leitor deveria examinar o artigo chamado *Historicidade*. Quanto à questão se os textos dos evangelhos são dignos de confiança (bem como os textos de todo o N.T.), conforme os conhecemos, posto que não existe mais nenhum documento original de qualquer dos livros do N.T., o leitor deveria consultar o artigo sobre *Manuscritos do Novo Testamento*.

2. Muitas Idéias Sobre sua Pessoa

O progresso da história não tem alterado grandemente as várias opiniões do mundo sobre Jesus, pois nos tempos modernos encontramos todos os pontos de vista representados desde o mundo antigo, embora, talvez, em formas modificadas. Apresentamos aqui, de forma abreviada, esses principais pareceres:

a. Não-Existência

Alguns antigos, tanto quanto alguns modernos, têm preferido crer que Jesus realmente nunca existiu, mas que surgiu uma espécie de «culto ao Salvador» (provavelmente entre os essênios), que criou o personagem do «Messias», posteriormente identificado com Jesus. Quiçá os psicólogos chamam isso de uma espécie de «cumprimento de desejo», que é uma das funções psíquicas dos seres humanos. Israel anelava por um Messias, por um Salvador, por um Libertador. Daí alguns deles passaram a criar tal personagem. Talvez alguma figura pouco conhecida, chamada «Jesus», tivesse estado de alguma maneira associada a tal movimento; mas o «Jesus» do cristianismo histórico seria principalmente uma personalidade lendária. David Strauss, teólogo alemão (1873) em seu livro, «Life of Jesus», levantou a questão da realidade histórica de Jesus, e apresentou a sua conclusão que a história de «Jesus» é quase inteiramente mitológica. Authur Drews, em sua obra «*The Christ Myth*», procura demonstrar que já havia um culto ao Salvador antes dos tempos cristãos, que havia criado um «Messias», e que os cristãos subseqüentemente tomaram de empréstimo desse culto o seu *Salvador*, disso se desenvolvendo a doutrina, em torno da pessoa do homem chamado *Jesus*. Diversas formas dessa idéia geral têm aparecido em círculos liberais. Alguns acreditam no «Jesus» histórico, mas também crêem que foi criado um «Jesus teológico», personagem esse meramente mitológico. Isso significaria que os evangelhos são narrativas feitas por zelotes maníacos, não sendo fidedignos como documentos históricos. Por conseguinte, pouco ou nada se conheceria acerca do *Jesus histórico*, realmente.

De modo geral, essa teoria não tem sido bem aceita em círculos históricos, ortodoxos ou liberais. De fato, se é impossível demonstrar a existência de Jesus, seria difícil, se não mesmo impossível, demonstrar a existência da maioria dos personagens antigos. Jesus foi *mencionado pelos historiadores* romanos Tácito (Anais *xv*.44), Suetônio (Cláudio, 25; Nero, 16) e Plínio o Jovem (Epístolas X.96). A data desses escritos é 115 D.C., 125 D.C. e 110 D.C., respectivamente. Em obras de Flávio Josefo temos a declaração que Jesus era «um homem bom (se é legal chamá-lo um homem), com quem se associavam homens bons» (*Ant.* XVIII.3.3). Essa declaração é reputada como altamente interpolada, mas pelo menos temos aqui uma referência ao Jesus histórico, bem como alguma indicação acerca de seu caráter. Nos tempos que se seguiram imediatamente à vida de Jesus, até mesmo os seus mais figadais adversários jamais tentaram negar a sua existência; pelo contrário, as declarações zombeteiras a seu respeito, tais como as alusões indiretas que lemos a ele no Talmude, também servem de provas, pelo menos, de sua existência. O Talmude chama-o de mágico que aprendeu suas artes mágicas no Egito, e de enganador do povo; e a despeito disso ser um testemunho adverso, contudo, comprova a sua existência.

b. Gnósticos

Na Igreja cristã, quase desde o princípio, surgiu um ponto de vista acerca de Jesus que tentava incorporar dentro de sua identificação várias idéias da filosofia e da mitologia gregas, além de pensamentos orientais e judaicos. Os trechos de I João 2:2 e 4:2,3 e as epístolas aos Colossenses e aos Efésios, parecem ser tentativas para combater diversos aspectos dessas idéias externas acerca de Jesus. De conformidade com o pensamento gnóstico, Jesus tornou-se parte da ordem dos anjos, talvez o mais exaltado deles, talvez não. Talvez seja o deus deste mundo, porém, também há muitos outros deuses. Ele é uma criatura superior, mas não o Deus que está acima de todos, nem é filho em qualquer sentido especial, conforme ensina a doutrina trinitária bíblica. Pelas passagens mencionadas acima (I João) aprende-se que os gnósticos negavam a verdadeira humanidade de Jesus, por-



H Hofmann.

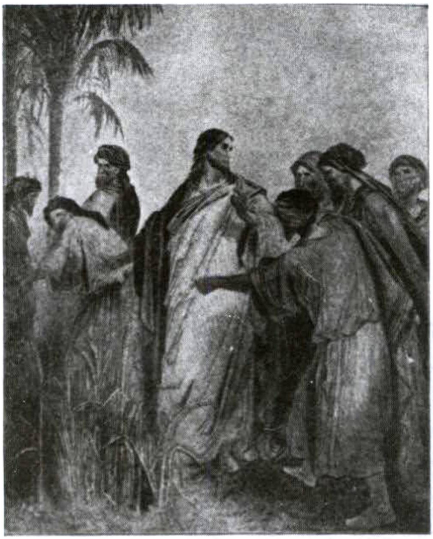
JESUS DISCUTINDO COM OS DOUTORES



JESUS E MATEUS



MARIA SENTADA AOS PÉS DE JESUS



O SENHOR DO SÁBADO



JESUS E NICODEMOS



O. Mengelberg. ECCE HOMO



A PREPARAÇÃO DO CORPO DE JESUS



Jesus, ao lado do lago depois da ressurreição (João 21:4)

quanto não diziam que «...Jesus Cristo veio em carne...» E nas epístolas aos Colossenses e aos Efésios ficamos sabendo que negavam a deidade essencial de Jesus Cristo, provavelmente rebaixando-o a alguma das ordens de anjos. O problema do gnosticismo é o mesmo problema que enfrentamos hoje em dia. Jesus teve uma vida grande e incomum. Como poderia ele ter vivido como viveu? Os gnósticos respondem: Jesus pertencia a alguma ordem angelical, e não à humanidade. Deve ter havido muitas variedades de explicações, entre os gnósticos, acerca da vida de Jesus, e essa heresia era um dos principais flagelos da igreja primitiva. Alguns aceitavam que Jesus era um ser humano controlado por um ser celestial; mas outros criam que um «ser angelical» desceria à terra a fim de cumprir uma missão, e que a sua — *humanidade* — não passava de uma ilusão. Esse era o elemento docético dentro do gnosticismo.

Muitos gnósticos, conforme se dava com os docéticos, ensinavam que o espírito de Cristo descera sobre Jesus, quando de seu batismo, mas deixara-o quando de sua morte. Assim sendo, o homem Jesus não podia ser inseparavelmente identificado com o «espírito descendente de Cristo».

c. Docetismo

Essa palavra se deriva do termo grego **dokeo**, que significa «parecer». Cerinto (85 D.C.), foi um dos principais advogados dessa opinião acerca de Jesus. Ele era alexandrino e discípulo de Filo, o famoso filósofo judeu neoplatônico (até 50 D.C.). O seu ensino geral é que a «humanidade» de Cristo era «ilusória», apenas «parecia» ser real. Entre outras, temos a idéia de que Jesus já existia como homem quando o «espírito de Cristo» veio controlá-lo, mas que não houve verdadeira encarnação de Cristo, nem o Cristo sofreu ou morreu, tão somente o Cristo divino apossou-se de Jesus, quando de seu batismo, e o abandonou quando de sua morte na cruz. O homem Jesus em sentido algum seria Deus, mas tão-somente um homem um pouco melhor e mais sábio do que os demais.

Márcion ensinava certa forma de docetismo quando afirmava que apesar de Cristo ter sofrido, não nascera como outros homens, nem tivera começo na história, mas aparecera subitamente, vindo dos céus, durante o reinado de Tibério. Parte da doutrina islamita também tem elementos docéticos.

Os primeiros pais da igreja, Inácio, Irineu e Tertuliano, opuseram-se vigorosamente ao docetismo. Tertuliano escreveu diversos artigos contra essa heresia, como também o fizeram outros dos pais; e a maior parte de nossas informações a respeito das primeiras heresias nos chega através dessas fontes. Parte da doutrina gnóstica tinha tendências ou implicações docéticas, e era possível a alguém ser gnóstico e docético ao mesmo tempo. Ótima ilustração disso é Márcion. Se o espírito de Cristo viera controlar o homem Jesus, não havia «Cristo humano» real, porquanto seu espírito viera e se fora, mas não fazia parte da personalidade de Jesus. Outros também eliminavam completamente a «humanidade», imaginando que Jesus teria surgido repentinamente dos céus, pelo que também não havia qualquer natureza humana. E a forma humana que parecia existir, era tão-somente uma ilusão. Essa posição geralmente elimina qualquer idéia sobre o «Salvador sofredor». Cristo apenas pareceria ter sofrido. Ele era por demais divino para sofrer.

Salientar demasiadamente a deidade de Cristo, às expensas de sua humanidade, como tão freqüentemente se verifica nas modernas igrejas evangélicas, em realidade é uma forma de *docetismo*. Também nos esquecemos por muitas vezes que essa humanidade foi real, e que as suas limitações eram reais, e que Jesus precisou de «aprender a obediência pelas cousas que sofreu». Mui freqüentemente fazemos de Jesus um homem irreal, e terminamos por ensinar uma forma qualquer de docetismo. O evangelho de Pedro (livro apócrifo do N.T., 130 D.C.) é tão docético quanto os Atos de João (170 D.C.). Outros dos evangelhos refletem o docetismo e o gnosticismo. Os docetistas tinham muito em comum com os gnósticos, mas finalmente formaram uma seita separada. Mas basta-nos um pouco de reflexão para que percebamos que tanto o gnosticismo como o docetismo estão vivos no mundo, até o dia de hoje.

d. Ário

O Arianismo, que derivou seu nome de Ário, presbítero de Alexandria em 256-336 D.C., e que era discípulo de Luciano de Antioquia, combinava o ponto de vista monárquico e adocionista com a «cristologia do Logos», de Orígenes. O monarquianismo — do termo grego «monarchia», que sugere «unidade», salientava a unidade da deidade em oposição às distinções dentro da deidade (como ensina o trinitarismo). A doutrina do *Logos*, por sua vez, procurava estabelecer a transcendência de Deus, e o *Logos* seria uma emanação ou expressão de Deus, mas não podia ser identificado com o Deus altíssimo, que deveria ser visto como totalmente transcendental. Entretanto, para Ário, o *Logos* era perfeita criatura, parte da criação de Deus, embora pudesse ser um agente ativo em outros atos da criação. Ário cria que o *Logos* se tornara carne em Jesus, mas negava que Jesus (ou Cristo) possuísse alma humana. A pessoa de Cristo não possuiria deidade essencial. Cristo teria sido a primeira das criaturas e a maior de todas, e talvez se tivesse tornado em uma espécie de Deus, por adoção, mas jamais como o Pai transcendental. Todavia, poderia ser objeto da adoração dos homens. A idéia essencial de Ário era que a deidade essencial jamais poderia identificar-se com esta esfera terrena inferior, porquanto isso seria uma espécie de contaminação. A «deidade» de Cristo, portanto, tinha de ser de sorte diferente. Aqueles que têm estudado a filosofia platônica reconhecem aqui a influência dos ensinos dos «universais» e dos «demiurgos», nos quais estes últimos criam o mundo visível (nosso mundo) de conformidade com o desígnio dos primeiros. Muitas variedades de arianismo se têm desenvolvido, em variegados graus, dependentes do reconhecimento conferido à pessoa de Cristo, mas nenhuma dessas variedades lhe atribui a deidade essencial do Pai. Após a excomunhão de Ário, suas doutrinas se propagaram largamente, e em pouco tempo toda a Igreja Oriental se transformou em uma batalha «metafísica». O concílio de Nicéia condenou os pontos de vista de Ário e estabeleceu o «trinitarismo» (325 D.C.).

Certas facções do cristianismo atual são bem definidamente arianas em seu caráter.

e. Emanação

A emanação é a doutrina que diz que tudo quanto existe derivou-se da Realidade ou Ser supremo, absoluto, mais alto. Aqueles que têm estudado a filosofia platônica e, especialmente a adaptação religiosa dessa filosofia, que tem sido intitulada neoplatonismo, facilmente poderão ver que tais idéias foram aplicadas a Cristo, por parte de alguns, na igreja primitiva. Pode-se ilustrar a idéia geral pensando no sol e em seus raios. Os raios emanam do sol e, em realidade, são uma expressão da essência do sol. Quanto mais afastado alguém estiver do sol, maior será a escuridão que verá. Deus Pai é como o

sol. Sua emanação mais forte é—o Filho.' Um pouco mais distantes encontramos os seres angelicais. Em seguida, os homens podem ser contemplados muito distantes de Deus, embora continuem sendo uma emanação divina. Finalmente, encontra-se a matéria pura, que está tão distante de Deus que habita em trevas absolutas. O trecho de Heb. 1:3, fala-nos de Cristo nestes termos: «...é o resplendor da glória...», parece expressar uma idéia de emanação, embora os intérpretes e comentaristas (que conhecem as questões envolvidas), façam muitos desvios e contorções para evitarem essa interpretação. Caso uma idéia de emanação fosse aceita por nós, nesse versículo, haveria muitas implicações que os gnósticos e outros extraíam, quando falavam de Cristo como uma emanação de Deus. Mas, podemos ver nesse versículo meramente uma forma de expressão poética, o que parece indicar que Cristo é expressão especial de Deus, tal como os raios do sol são expressões do sol. Alguns dos primeiros pais da igreja foram neoplatônicos em graus variados (por exemplo, Justino Mártir, Orígenes e Clemente de Alexandria), pelo que algumas das primeiras teologias que surgiram na igreja continham idéias de emanação. Essa idéia parece criar uma espécie de panteísmo, e é justamente esse o elemento da idéia que tem provocado a reação a ela. Muitos daqueles que ensinavam as idéias neoplatônicas na igreja primitiva, também fazem Deus totalmente transcendental, e assim pareciam ensinar contra as idéias básicas do teísmo, que ensina que Deus criou e continua diretamente interessado na criação.

f. Liberalismo

Quando Jesus estava no templo, ocupado nos negócios de seu Pai, Maria e José não puderam compreendê-lo, e ficaram — perplexos. Muitas pessoas que não fariam objeção em ser catalogadas como liberais, continuam perplexas ante a personalidade de Jesus. Caracterizar o liberalismo, mediante algumas poucas palavras, é tarefa impossível; pelo que, o melhor que se pode esperar fazer é apresentar uma brevíssima descrição, adicionando algumas poucas idéias liberais específicas acerca da identificação de Jesus Cristo. A palavra *liberal* é definida, pelo Oxford Dictionary, como «epíteto original e distintivo daquelas *artes* e *ciências* que eram consideradas dignas de um homem livre, em oposição às atividades servis ou mecânicas». Quando isso é aplicado à teologia, fica subentendido que o liberalismo é uma realização educacional e espiritual, prenhe às dignidades, responsabilidades e direitos da liberdade. Segundo essa definição, um liberal é um homem livre, em contraste com o conservador que pode estar *escravizado* à tradição e às interpretações mecânicas e absolutistas. Os liberais pretendem interpretar sem o empecilho dos preconceitos e convenções. Suspeitam das autoridades, e algumas vezes se revoltam contra elas. Talvez creiam na revelação, mas não identificam essa revelação com qualquer único livro ou qualquer indivíduo. Talvez cheguem a aceitar o sobrenatural, mas sua compreensão acerca do sobrenatural não pode ser limitada a qualquer *coleção* de livros, regra, etc., ou a qualquer autoridade tal como uma igreja, papa, padre, ministro, etc. Para os liberais, as declarações literais das Escrituras não bastam. A despeito de poderem acreditar que a Bíblia é uma revelação válida, não identificam esse livro com uma revelação infalível. Os liberais não empregam «textos comprovantes» para neles basearem qualquer conhecimento. Estudam a Bíblia como estudariam qualquer outro livro, motivados por considerações lingüísticas, históricas e sociais. Não aceitam a Bíblia como autoridade absoluta, isto é, que seja perfeitamente veraz, completa e sem erro. Procuram separar ali o falso do verdadeiro. O liberalismo, naturalmente, é tão antigo quanto o cristianismo, mas tornou-se especificamente proeminente na igreja a partir do século XIX e já em nosso século XX, pelo que se trata de um movimento um tanto moderno, com um tipo de pensamento teológico mais universal. Assim é que surgiu o «modernismo», termo largamente utilizado como sinônimo de *liberalismo*.

Por causa da base muito vasta do pensamento «liberal», há muitas variedades de liberais, a começar por aqueles que poderiam ser considerados essencialmente conservadores (isto é, aqueles que mantêm algumas poucas opiniões liberais, paralelamente a pontos de vista conservadores) e terminando por aqueles que negam terminantemente qualquer doutrina sobrenatural, que podem até mesmo ser indivíduos ateus que encontram algum valor nos princípios religiosos, mas separadamente de seus valores «metafísicos». Muitos indivíduos liberais enfatizam os elementos sociais e éticos da religião, e não os elementos doutrinários. A leitura de exposições bíblicas feitas por liberais revela que alguns milagres são aceitos por eles, enquanto que outros são rejeitados; algumas das declarações de Jesus são aceitas como autênticas, mas outras são rejeitadas como palavras da igreja que foram postas nos lábios de Jesus algum tempo depois dele ter vivido na terra. Alguns liberais aceitam uma espécie de *divindade* em Jesus, ao passo que outros só vêem uma pessoa humana de considerável valor. Alguns rejeitam as tendências principais do ensinamento evangélico. Por exemplo, alguns vêem um Jesus patriota e político, e não meramente um Jesus religioso, crendo que Cristo morreu principalmente como vítima do estado romano, por ser um ativista político. Essa é a tese dos recentes livros escritos pelo padre anglicano S.G.F. Brandon, «Jesus and the Zealots» (Scribners) e «The Trial of Jesus» (Stein & Day). Esse autor acredita que o evangelho original (o de Marcos), por causa das perseguições movidas pelas autoridades romanas (perseguições essas que então começavam), evitou implicar Roma na morte de Jesus e assim exagerou grandemente a parte desempenhada pelos judeus. Isso teria sido seguido pelos demais evangelhos, e assim Roma ficou quase isenta de culpa, ao mesmo tempo que se criou uma espécie de «anti-semitismo». Tais idéias, como é lógico, forçosamente negam de todo o valor total ou a natureza fidedigna das narrativas que se encontram nos evangelhos, e especulam com pequenos «indícios» a fim de criar argumentos. Por exemplo, a purificação do templo, por Jesus, é vista não principalmente como um ato religioso, que se teria originada na indignação de Cristo, em face dos abusos religiosos das autoridades judaicas, mas antes, como um «ataque» ao tesouro do templo, a fim de desapossar seus diretores sedentos de dinheiro, e tudo isso em favor dos pobres. Esse ato, pois, é visto pelos liberais como uma ação social e política, e não como ação religiosa. Por conseguinte, Jesus teria morrido como patriota, nas mãos de estrangeiros romanos, um «rebelde-mártir» em prol de seu povo. Esse tipo de interpretação é típico do liberalismo, o qual não se sente obrigado a aceitar, totalmente e sem questão, as declarações do N.T. acerca da identidade e do ministério de Jesus Cristo.

g. Triteísmo

Existem alguns que vêem Jesus como Deus, isto é, que adotam a divindade de Jesus, mas que não aceitam o conceito trinitário da deidade. O triteísmo é a opinião de que existem três deuses, a saber, Pai,

Filho e Espírito Santo. Esses três são distinguidos por uma essência de ser que os alça acima de todos os outros seres, o que lhes confere o direito de serem chamados deuses. O triteísmo, em realidade é uma forma de politeísmo. Alguns que professam crer no «trinitarismo», por equívoco, realmente crêem no «triteísmo». O triteísmo ensina uma substância separada, bem como personagens separados. João Filipon, do século VI D.C., mediante uma interpretação extrema do trinitarismo, na realidade ensinava o triteísmo. Ensinava ele que três *hipóstases* devem significar três substâncias. Roscelin, do século XI D.C., ensinava que as pessoas da trindade são apenas *nominalmente* uma, a saber, apenas quanto ao nome, ou por designação apenas, e não como realidade. Isso não passa de triteísmo. Entre os grupos que atualmente se dão o título de cristãos, existem aqueles que defendem o triteísmo. Um exemplo notável disso é o mormonismo. Muitos crentes individuais não compreendem o conceito trinitário de Deus, e de fato são triteístas, sem distinguirem a diferença.

h. Posição do N.T. (ortodoxa, trinitária)

O conceito de Jesus, que finalmente veio a ser reputado *ortodoxo*, de conformidade com as páginas do N.T., é a explicação trinitária. Ao identificarmos a Jesus, adicionamos a isso o ensino da sua verdadeira humanidade, e mediante esses dois conceitos (trinitário e humano), chegamos à verdadeira identificação. A palavra «trindade» não se encontra na Bíblia, nem no Antigo nem no Novo Testamentos. Foi empregada pelo pai Tertuliano, já desde o fim do século II. D.C. Tornou-se uma parte formal da teologia cristã pelo século IV de nossa era. Essa é uma doutrina distintiva do cristianismo, e «reúne, em uma única grande generalização, com referência ao ser e às atividades de Deus, todos os principais aspectos da verdade cristã» (Lowry). O vocábulo *trindade* é meramente uma tentativa teológica de definir, em termos mais ou menos compreensíveis, a substância de Deus, declarando que Deus é um em seu ser essencial, mas que a essência divina existe em três formas ou modos, cada uma constituindo uma pessoa; mas ainda assim, de tal modo, que a essência divina existe em cada uma dessas pessoas. Mas a grande realidade é que ninguém, realmente, pode compreender o que isso significa, mas tudo não passa de uma tentativa de esclarecer algo acerca de Deus. O conhecimento humano é tremendamente limitado até mesmo quanto à questão material mais simples; pelo que também certamente é impossível para nós compreender realmente a essência e as manifestações de Deus. O que sabemos nos é transmitido em termos humanos, que compreendemos por meio de padrões humanos. Ninguém pode reivindicar para si mesmo grande conhecimento acerca da essência de Deus. Podemos conhecer um pouco mais acerca de suas obras, mas até mesmo nesse particular nossa compreensão humana é limitada pelo fato de que tudo nos chega em formas humanas, e não divinas. *O concílio de Nicéia* (325 D.C.) se pronunciou contra o arianismo e em favor do trinitarismo «Deus de Deus, luz da luz, vero Deus de vero Deus, sendo de uma só substância com o Pai» (falando acerca do Filho). Isso é «trinitarismo»; mas fica bem aquém da verdadeira compreensão das questões abordadas, pois qualquer exemplo apresentado para ilustrar o trinitarismo, necessariamente terá de ser insuficiente e inadequado.

Essa doutrina não é bem desenvolvida no A.T. e as tentativas de vê-la na palavra «*elohim*», uma palavra hebraica no plural que indica Deus, não são bem fundadas no idioma hebraico. Essa forma plural era usada para magnificar o conceito e elevar o sentido, isto é, o plural agia como uma forma de aumentativo, e não indicava, necessariamente, o plural em número. Não obstante, pode-se ver traços dessa doutrina em Deus e seu Espírito, no Anjo do Senhor (que era chamado pelo nome divino) e no Servo do Senhor (indícios messiânicos). Nas passagens de Pro. 8:22 e Jó 28:23-27, a Palavra ou Verbo é personificada como a Sabedoria. O trecho de Isa. 9:6 atribui divindade ao «filho que nasceu», e toda a terminologia desse trecho sugere igualdade com o Pai. O Espírito de Deus tem proeminência sobre tudo quanto lhe pertence, e ninguém pode defender, pelas Escrituras, que o Espírito Santo é meramente uma espécie de influência, e não uma pessoa, (ver Isa. 9:2; 42:1; Joel 2:28 e Eze. 36:26,27). Todos os elementos se acham presentes, mas disso não se seguiria obviamente o trinitarismo, a menos que o N.T. não tivesse sido escrito. É por esse motivo que os judeus não são trinitários.

O Trinitarismo é mais claro no N.T. Ali, Pai, Filho e Espírito Santo são reconhecidos como pessoas distintas, com atividades diversas; não obstante, ao mesmo tempo o N.T. procura preservar o *monoteísmo*. Essa dualidade de expressão leva-nos ao trinitarismo. Três pessoas, mas ao mesmo tempo um Deus (não três deuses) — isso é o que o trinitarismo tenta definir. São numerosas as referências à distinção que existe entre o Pai, o Filho e o Espírito Santo. Um desses principais exemplos é a narrativa do batismo, onde as três pessoas se fizeram presentes. O Filho foi imerso, o Pai falou do céu, e o Espírito desceu em forma de pomba, (ver Mat. 3:16,17). A fórmula batismal, dada na Grande Comissão — «...em nome do Pai, e do Filho e do Espírito Santo...» demonstra a mesma verdade (Mat. 28:19,20). Entretanto, tais declarações poderiam provar, igualmente, o triteísmo, e alguns têm frisado que as três personagens, na cena do batismo, foram vistas a ocupar diferentes lugares no espaço. A benção apostólica — «A graça do Senhor Jesus Cristo, e o amor de Deus, e a comunhão do Espírto Santo sejam com todos vós» (II Cor. 13:13) — demonstra o uso que havia na igreja primitiva e que as três pessoas eram vistas como dotadas de essência e exaltação especiais e idênticas, segundo se pode subentender seu esforço.

Passagens como Fil.2 ensinam a igualdade entre Pai e Filho. Passagens como João 1, Col. 1 e 2, Efé. 1 e Fil. 2, ensinam a divindade do Filho. Passagens como Luc. 1:35; João 15:26: Atos 2:32,33, ensinam o ministério do Espírito Santo, e também sua personalidade e suas relações para com o Pai e o Filho. Todavia, tudo isso poderia indicar *triteísmo*, e não trinitarismo. Para essa indicação precisamos depender de declarações neotestamentárias que defendem o monoteísmo, das quais I Cor. 8:6 serve de exemplo, e que tem o propósito de negar especificamente as noções politeístas (como no vs. 5 do mesmo capítulo) — «...todavia, para nós há um só Deus, o Pai... e um só Senhor, Jesus Cristo...» Se continuarmos vinculando o N.T. ao V.T., então teremos de interpretar o pensamento do N.T. de acordo com o V.T., onde há declarações como «...eu sou Deus, e não há outro» (Isa. 45:22); «Há outro Deus além de mim? Não, não há outra Rocha que eu conheça» (Isa. 44:8); «...eu sou Deus, e não há outro semelhante a mim» (Isa. 46:9). O N.T., interpretado à luz do A.T., elimina a possibilidade de qualquer tipo de interpretação politeísta, e o triteísmo é politeísmo. Não é provável que a igreja primitiva, sendo composta essencialmente de judeus, e tendo seguido essencial-

mente os princípios da teologia judaica, tivesse sido politeísta. O trinitarismo oferece o único meio de escape para que se possa aceitar a divindade do Filho e do Espírito Santo, sem que se deixe de ser monoteísta. Continua havendo um só Deus, mas existente em três essências, em três expressões dessa essência. Naturalmente que não compreendemos muito sobre o sentido dessas palavras, e certamente nada das realidades por detrás delas, porquanto compreendemos pouquíssimo acerca da essência de Deus. De fato, nem sabemos do que se compõe a matéria... quanto menos a *Divina Substância*.

Não obstante, pode-se tentar descrever Deus em termos que tenham sentido para nós, e essa tentativa leva-nos ao conceito trinitário, e não ao triteísmo. A palavra «pessoa» pode ser ilusória, pois esse termo sempre designa para nós um indivíduo separado, racional e moral. Mas, no que diz respeito ao ser de Deus (de acordo com o pensamento trinitário), não existem três indivíduos, mas três autodistinções pessoais dentro de uma única essência divina. No homem a personalidade indica independência; mas, ao aplicar-se a Deus, isso não é verdade. Cada pessoa é autoconsciente e auto-orientada, mas jamais independente das demais. Deus é uma unidade, e não dividido em três partes. Dentro dessa unidade, todavia, há diversidade. O Pai é a fonte da vida e da criação. Ele é o primeiro. Diz-se ser ele o originador. O filho é a fonte da vida e da criação. Ele é Alfa; ele é Ômega. O Filho é eternamente gerado com o Pai; ele é o segundo. O Espírito, que procede eternamente do Pai e do Filho, é o terceiro. Diz-se que ele é o executor da vontade divina. Esses termos, *primeiro, segundo* e *terceiro*, não indicam nem prioridade de tempo, nem de existência e nem de dignidade, poder ou posição. Todas as três pessoas são *igualmente eternas*, iguais em dignidade e poder. Portanto, usamos esses termos para ajudar-nos a compreender algo de suas manifestações.

Mas Jesus, o filho de Deus, **também se** tornou homem. — Certamente que o N.T. ensina isso. O segundo capítulo de Filipenses ensina, bem definidamente, a humanidade de Jesus, em sua encarnação. O Filho esvaziou-se, não de sua divindade, mas de seus direitos e poderes, bem como de seu conhecimento — como homem. Palmilhou pela vereda que os homens devem seguir, e sob condições próprias aos homens. Jesus «...aprendeu a obediência pelas cousas que sofreu...» (Heb. 5:8). Também não sabia todas as coisas (ver Mar. 13:32), mas dependia de Deus-Espírito Santo a fim de desenvolver-se como homem e tornar-se suficientemente poderoso para realizar os prodígios que fez. Sofreu as dores e tristezas próprias a todos os homens e, no jardim do Getsêmani, hesitou e enfraqueceu sob a tremenda carga. Contudo, foi vitorioso, não por ser Deus (embora o fosse), mas por causa daquilo que chegara a ser como homem. Jesus era verdadeiro homem, porquanto a encarnação foi real. Um número demasiado de elementos da igreja acredita em um Jesus docético (ver «b» na discussão anterior). Ver o artigo separado sobre a *Humanidade de Cristo*, e o texto bíblico, Fil. 2:6,7.

Jesus, portanto, era o *Deus-Homem* — mas verdadeiro Deus e verdadeiro homem. Como juntar esses pensamentos num só é algo impossível, pois o hiato entre o que conhecemos de Deus e o que conhecemos do homem é demasiadamente lato. Podemos descrever muita coisa do lado humano, e pouquíssimo do lado divino, mas essa doutrina nos apresenta um paradoxo, isto é, um ensino que parece contradizer a si mesmo. Mas, apesar da aparente contradição, suas implicações são importantíssimas, porquanto no Deus-Homem vemos revelados os propósitos de nossos destinos. Ele tomou sobre si mesmo a natureza humana, a fim de elevar-nos de nossa triste condição humana. Sua vida tornou-se o padrão da nossa, não só moralmente, mas também no aspecto metafísico, porquanto não só procuramos imitar a sua vida, mas também seremos um dia transformados segundo a sua própria imagem, assumindo a sua essência. Essa é a mais alta promessa do evangelho e, de fato, o ponto principal do evangelho. Ver as notas detalhadas no NTI sobre as implicações dessas afirmações, em Rom. 8:29 e no contexto geral daquele capítulo. O plano da encarnação, que criou o *Deus-Homem*, é o mesmo plano que nos eleva à alta posição na criação vindoura, como novas criaturas, como novos tipos de seres, modelados segundo a personalidade do Deus-Homem, porquanto seremos, coletivamente, a sua plenitude (Efé. 1:23). Ver notas sobre os três últimos versículos do primeiro capítulo da epístola aos Efé. no NTI, quanto aos detalhes dessas implicações.

Dessa maneira se vê a importância da identificação de Jesus, pois a descoberta de sua identificação é, ao mesmo tempo, a descoberta de nossa identificação. (Ver a declaração introdutória a esta seção sobre «identificação»).

II. *MINISTÉRIO*

Diz o *evangelho de João*: «Há, porém, ainda muitas outras coisas que Jesus fez. Se todas elas fossem relatadas uma por uma, creio eu que nem no mundo inteiro caberiam os livros que seriam escritos» (João 21:25). Naturalmente que isso é uma amostra de hipérbole oriental, mas, não obstante, indica algo do problema de tentar esboçar o ministério de Jesus. Deve ter havido muitas coisas que ele fez, muitos milagres que realizou, muitas palavras que proferiu, e que jamais foram registrados por qualquer autor, enquanto que muitas outras ocorrências que encontraram lugar em documentos escritos primitivos, subseqüentemente devem ter-se perdido para nunca mais serem restauradas. Gostaríamos de ter conhecimento de tudo isso, mas nossos únicos documentos fidedignos, como material informativo sobre a vida de Jesus são os quatro evangelhos. Existem — alusões esparsas — sobre ele nos escritos de Flávio Josefo, de Tácito, de Suetônio e nas tradições talmúdicas posteriores (embora nem todas essas referências sejam favoráveis), mas todas se revestem de pouquíssimo valor histórico. Também há diversas tradições a seu respeito, algumas nos evangelhos apócrifos e outras independentes dessas fontes, tradições essas que buscam descrever sua infância e os anos anteriores ao seu ministério público. Algumas dessas tradições dizem que ele passou algum tempo de estudo na Índia e no Egito, e que estudou com os essênios, no monte Carmelo, que não ficava muito distante de Nazaré. Quanta verdade existe nessas tradições, não temos meios de saber, pelo que ninguém pode apresentar declarações definidas acerca de seus anos formativos.

Sabemos, todavia, que o homem Jesus **deve ter recebido uma educação essencialmente judaica**, porquanto os seus ensinamentos deixam transparecer isso. Sua recomendação acerca do celibato (ver Mat. 19:10-12), todavia, era um conceito contrário às idéias judaicas, e realmente reflete um importante ensino dos *essênios*, pelo que é possível que Jesus tenha mantido conexões com esse grupo, como também João Batista. Os primeiros discípulos de Jesus, mui provavelmente também haviam estado sob a influência dos ensinos dos essênios, através de João Batista, (ver a nota sobre os «essênios», em Luc. 1:80 e Mat. 3:1 no NTI). As narrativas dos evangelhos apócrifos

fornecem muita evidência de que foram histórias ordinariamente produzidas pela imaginação desenfreada (sempre que diferem dos quatro evangelhos), e que as freqüentes narrativas autênticas que ali aparecem não passam de cópias ou adaptações das narrativas dos evangelhos do N.T. Há uma pequena quantidade de material que, sendo autêntica e não produto da imaginação, pode ser posta lado a lado aos evangelhos como informação. Ninguém jamais preparou um estudo preciso que determinasse exatamente quanta informação adicional poderia ser obtida desses evangelhos apócrifos; mas certamente não poderia ser uma informação abundante. Portanto, considerando as atuais fontes de informação de que dispomos, posto que a arqueologia não nos tem proporcionado nada de novo, somos forçados a depender quase totalmente dos quatro evangelhos quando queremos obter conhecimentos acerca do ministério de Jesus. Apresentamos abaixo, em forma de esboço, as principais épocas desse ministério:

1. Antes do Ministério Galileu

a. *Preexistência, João 1*

b. *Nascimento, Mat. 1; Luc. 1 e 2*

c. *Infância*

Jesus nasceu talvez em 6 A.C., em Belém da Judéia. Foi criado em Nazaré. Tinha certo número de irmãos e irmãs (Tiago, José, Judas e Simão — ver Mar. 6:3). Trabalhou como aprendiz de carpinteiro, em Nazaré. Quando seu pai adotivo, José, faleceu, provàvelmente tornou-se o único carpinteiro de Nazaré, por ser essa uma localidade tão pequena que nem ao menos foi mencionada por Josefo, embora tivesse feito a lista de muitas cidades da Galiléia. O Talmude também jamais menciona a localidade. Lucas apresentà-nos uma única instância de Jesus (Luc. 2:52), onde descreve como Jesus confundiu os mestres do templo, devido ao seu conhecimento. Durante esse tempo Jesus pode ter conhecido João Batista (pois era parente seu, e provavelmente primo) e evidentemente teve algum contacto com os essênios. Jesus passou cerca de trinta anos nessa pequena aldeia da Galiléia, que foram anos de preparação; mas os detalhes sobre esse período estão totalmente perdidos para a história.

d. *Relações de Jesus com João Batista e os Essênios*

Poderíamos dizer, como tentativa, que Jesus teve algum contacto com João Batista e com os essênios. O ministério de João Batista foi poderoso, e alguns chegaram a pensar ser ele o Messias. O ministério de Jesus, entretanto, ainda foi mais poderoso que o de João, e foi uma espécie de continuação do de João. (Ver Luc. 3:7).

e. *Batismo de Jesus*

Quanto ao sentido desse acontecimento, ver notas em Mat. 3:6,13-17 no NTI. Jesus identificou-se com o movimento do arrependimento e com o anúncio do reino dos céus que breve viria. Jesus continuou o ministério de João Batista, e, após o falecimento deste, provavelmente ficou com a maioria dos seus discípulos.

f. *Recebimento do Espírito Santo*

O início do ministério de Jesus foi causa natural das tentações lançadas por Satanás, porquanto nenhum pioneiro pode continuar no caminho sem ser testado, porque de outro modo não seria considerado um guia digno de confiança. (Ver Luc. 4 e Mat. 4).

g. *Primeiros Discípulos*

Pouco depois Jesus entrou em contacto com seus primeiros discípulos, Pedro, André, Tiago e João. Alguns têm sugerido que esse contacto se efetuou primeiro na área de Jerusalém, durante uma das festividades religiosas dos judeus (de acordo com o registro no evangelho de João), mas que posteriormente tornou a entrar em contacto com eles, na Galiléia, e seu discipulado tornou-se oficial, (ver Mat. 4:18,19, em comparação com João 1:28,35-51).

h. *Ministério na Judéia*

Isso ocorreu antes do ministério na Galiléia. Evidentemente Jesus teve um ministério preliminar na Judéia. Somente João descreve esse ministério, mas é possível que Luc. 4:44, onde os melhores e mais antigos *mss* gregos dizem *Judéia*, em vez de *Galiléia*, mencione, em termos gerais, aquilo que João apresentou em forma detalhada. De João 1:29 ao fim do capítulo (primeiros contactos com os primeiros discípulos); João 2 (primeiro milagre — mudança da água em vinho); João 3 (entrevista com Nicodemos); João 4 (ministério em Samaria e provável primeira purificação do templo, João 2:13-22, embora muitos eruditos pensem que isso é uma referência fora da ordem cronológica, ou então que essa é a purificação mencionada nos evangelhos sinópticos, como parte da última semana do ministério de Jesus, mas que está deslocada da ordem real dos acontecimentos).

2. Ministério na Galiléia

Jesus nasceu em Belém e no princípio de sua vida habitou em Nazaré; mas, por ter sido rejeitado em Nazaré, mudou-se para Cafarnaum (ver Mat. 4:13).

a. *Acontecimentos Preliminares*

João Batista foi aprisionado e muitos de seus seguidores tornaram-se discípulos de Jesus. João Batista pregava a arrependimento e o reino de Deus, que ele afirmava que breve seria estabelecido na terra. Jesus Cristo viajou pela Galiléia e pregou em muitas sinagogas, mas principalmente, nos primeiros dias, na famosa sinagoga de Cafarnaum, (ver Mat. 4). Sua fama se propagou até a Síria, Decápolis, Jerusalém e outros lugares (ver Mat. 4:24,25).

b. *Identificação com o Filho do Homem*

Jesus se identificou como Filho do homem, dando indicações de sua missão messiânica, embora isso não tivesse sido abertamente declarado a essa altura dos acontecimentos.

c. *Sinagogas*

Jesus fez das sinagogas, congregações judaicas, o seu principal ponto de contacto, embora também pregasse ao ar livre. Jesus declarava ensinos éticos, reexaminava os princípios da lei, demonstrava a sua autoridade, elevou imensamente o tom e a qualidade do ministério nas sinagogas. Não tinha treinamento formal e nem credenciais ordinariamente requeridas de um mestre na sinagoga; a despeito disso, era largamente aceito como mestre (ver Mat. 4—8).

d. *Escolha de Discípulos*

Jesus selecionou doze discípulos especiais, que o acompanharam em seu segundo circuito pela Galiléia, (ver Mat. cap. 10).

e. *Cinco Grandes Blocos de Ensinos*

Jesus pregou grandes sermões, cujos esboços e conteúdos gerais, no evangelho de Mateus, se encontram em cinco grandes blocos de ensinos, pois esse é o evangelho que com maior cuidado preserva os ensinamentos de Jesus (ver Mat. capítulos 5,7,10,13, 18; 24:1 — 26:2). Os principais temas desses sermões são os princípios éticos do reino de Deus, a nova lei, a lei do amor, instruções aos discípulos especiais, discursos sobre a natureza do reino, os problemas comunitários da igreja, e o fim desta dispensação (profecias de Jesus).

f. *Fecham-se as Sinagogas para Jesus*

As sinagogas, finalmente, cerraram as portas para Jesus e seu ministério. Ele provocara muita oposição e inveja. Sua mensagem era por demais poderosa, crítica e revolucionária para os judeus, (ver Mar. 6:3; e Luc. 4:22). Jerusalém enviou espiões que procuravam desacreditar a Jesus. Mas Jesus os confundiu, o que apenas intensificou a ira e a oposição de seus adversários. Após a declaração de Mar. 6:5,6, não lemos mais que Jesus falou em alguma sinagoga. A sinagoga deixara de servir-lhe de instrumento para a propagação de sua mensagem, excetuando-se alguns poucos indivíduos convertidos. Evidentemente, daí por diante, Jesus começou a ensinar ao ar livre.

g. *Envio dos Doze*

Jesus enviou doze discípulos como ministros especiais, (ver Mat. 10). Jesus ensinou-os como deveriam ser discípulos, como deveriam depender dele, como deveriam pregar, curar e andar em suas pisadas. Jesus enviou-os a colher uma ceifa porque proclamava o fim breve da ordem de coisas, e o estabelecimento imediato do reino de Deus à face da terra. Os discípulos de Jesus enfrentaram a mesma oposição que ele mesmo encontrara. Não conseguiram converter a Galiléia, como um todo, para Deus. Foram obtidos alguns poucos convertidos individuais, mas nenhum território para o estabelecimento do reino foi conseguido, (ver Luc. 7:31-35). Um ministério similar foi efetuado por setenta discípulos selecionados, (ver Luc. 10). Talvez esse tenha sido o terceiro circuito pela Galiléia.

h. *Morte de João Batista*

João foi assassinado a mando de Herodes, e o estabelecimento de um reino literal foi inteiramente rejeitado, (ver Mat. 14).

i. *Os Três Circuitos pela Galiléia*

Foram os seguintes: a. Mat. 3—8; Mar. 1; Luc. 3 e 4 — Jesus foi com quatro pescadores; b. Mat. 10:13; Mar. 1; Luc. 3:5 — Jesus foi com os doze. c. Luc. 10:1-17; Mat. 9:14-18; Mar. 6—9; Luc. 9—11 — Jesus enviou os doze (e depois os setenta).

3. Jesus Parte da Galiléia

A multiplicação dos pães para — os quatro mil — (Mar. 8:1-9) assinala o fim do ministério galileu. A sinagoga se fechara para Jesus, ele ganhara apenas alguns verdadeiros discípulos, embora muitos, dentre o povo comum, continuassem simpatizando com sua causa; mas as autoridades religiosas tinham feito progressos notáveis, fazendo a opinião popular voltar-se contra Jesus, e muitos temiam segui-lo abertamente. Entre o ministério galileu e o da semana final em Jerusalém, encontramos uma série indefinida de eventos. Os escritores dos evangelhos obviamente não estavam interessados em prover uma narrativa detalhada ou sistemática dessas ocorrências. Assim sendo, temos de juntá-las à base das escassas evidências com que contamos.

a. *Retirada para Tiro*

Evidentemente Jesus a princípio retirou-se para a região de Tiro, (ver as passagens de Mar. 8:24 e 7:31). Entre essas referências temos a história da mulher siro-fenícia (Mar. 7:24-30). Imediatamente depois disso temos a cura do surdo-mudo. Muitos crêem que a multiplicação dos pães para os quatro mil teve lugar em território gentílico, fazendo parte do ministério não-judaico, um acontecimento que sucedeu antes da semana final na área de Jerusalém. O trecho de Mat. 8:14-19 pode indicar que Jesus primeiro partiu de Genezaré, após ter-se recusado a apresentar um «sinal» aos fariseus; então, tendo atravessado para Betsaida, dali foi para a região de Tiro. Mas, à base da narrativa, isso não pode ser afirmado com certeza. Após a visita a Tiro, Jesus evidentemente retornou a Betsaida (tendo realizado ali alguns poucos milagres), e então foi para as aldeias de Cesaréia de Filipe, onde Pedro apresentou sua grande confissão, (Mar. 8:27-33 com Mat. 16:13-20). Marcos também menciona um ministério «na região de Decápolis», (Mar. 7:31). Este teve lugar mais ou menos nesse tempo, o que teria sido de interesse particular para os leitores romanos de Marcos. É óbvio que Marcos pretendia indicar algo sobre a tencionada universalidade da mensagem e do ministério de Jesus, embora tais questões ainda não tivessem sido claramente definidas. A significação desse ministério, incluindo o de Tiro, é que Jesus, nessa época, começou a declarar abertamente a necessidade de sua morte, indicando o sentido que os apóstolos deveriam ver nesse acontecimento. Nesse tempo, Jesus preferia não ser seguido pelas multidões (ver Mar. 7:24), posto que precisava de tempo para refletir, para planejar e para ganhar coragem para os acontecimentos que breve ocorreriam, e que nessa altura dos acontecimentos via com tanta clareza. Parece que ele andava sozinho durante a maior parte do tempo, dispensando até mesmo a companhia dos discípulos. Jesus refletia sobre sua missão entre os judeus, (ver Mat. 15:24). Sabia que sua missão, a considerar pelos padrões terrenos e numéricos, havia falhado inteiramente. Jesus contemplava os seus sofrimentos, e nisso se via claramente o «Servo Sofredor», o «Filho do homem», o *Homem de dores*, (Mar. 9:12).

b. *Jesus se Revela*

Jesus revelou a sua pessoa como *Servo Sofredor* e como Filho do Homem, e Pedro reconheceu a filiação especial de Jesus, (ver Mat. 16:13-20). As pedras fundamentais estavam lançadas para a doutrina cristã, e o cristianismo seria distintivamente firmado como revelação separada do judaísmo. Pela primeira vez Jesus fez alusão à edificação de sua igreja, (ver notas no NTI em Mat. 16:13-20, que discutem os variegados problemas que cercam esse texto, a posição de Pedro, o sentido da palavra «pedra», o significado de «igreja», etc.). A fim de confirmar a posição de Jesus e a fim de que se reconhecesse a aprovação divina, o Pai fê-lo passar pela experiência da transfiguração. Esse acontecimento teve muita significação, e devem ser consultadas as notas em Mat. 17 no NTI. O reconhecimento é um desses sentidos. Outro desses sentidos é que isso forneceu aos discípulos uma experiência que os fortaleceria por muitas vezes, em tempos posteriores, quando tivessem de enfrentar a perseguição. Lembravam-se de Jesus glorificado e se firmavam. Durante esse período, Jesus tirou proveito da tranqüilidade e do vagar comparativo a fim de instruir aos discípulos. Haveria de deixá-los dentro em breve. Deveriam preparar-se para esse grande acontecimento, — que agora estava muito próximo. — E assim os apóstolos aprenderam a conhecê-lo como nunca antes, — a despeito de sua contínua associação íntima com ele. Alguns situam o ministério na Peréia, nessa altura dos acontecimentos, fazendo-o preceder imediatamente o ministério final de Jesus, em Jerusalém. Outros, porém, fazem desse ministério na Peréia uma espécie de retirada de Jerusalém, depois de Jesus já ter chegado nessa cidade, mas antes da semana final.

c. *Viagem a Jerusalém*

Da Galiléia, Jesus partiu para Samaria (Luc. 9:51-56). Ali Jesus foi rejeitado. Marcos nada nos diz acerca disso, mas meramente afirma que ele entrou nas regiões da Judéia, do outro lado do Jordão, (ver

Mar. 10:1). Isso é interpretado de diversas maneiras: alguns pensam que esse foi um ministério na Peréia; outros imaginam que o próprio Jesus atravessou a Samaria, enquanto seus discípulos, nesse ínterim, cruzavam a Peréia. Até que ponto Jesus penetrou nessa região, não sabemos dizê-lo. Provavelmente Jesus atravessou o Jordão para tornar a atravessá-lo de volta, em um dos vaus que conduzia à estrada de Jericó. Progredindo o grupo em direção a Jerusalém, Marcos dá-nos uma indicação sobre a atitude emocional dos discípulos: «Estes se admiravam e o seguiam tomados de apreensões», (Mar. 10:32). Alguns acreditam que a primeira frase se aplica a Jesus — «Ele estava admirado» — mas essa conjectura não tem alicerce algum no texto grego. Provavelmente temos aqui dois grupos distintos de discípulos, os doze e os outros que os seguiam, conforme deve ter ocorrido com freqüência nas viagens de Jesus, especialmente quando a jornada tinha por seu objetivo a visita a Jerusalém, para freqüentar alguma festividade religiosa. Sabemos que pelo menos os discípulos de Jesus devem ter apreendido algo de suas advertências melancólicas acerca de sua morte próxima, e que estavam admirados e temerosos.

Em Marcos 10:42-45, temos o pronunciamento de Jesus sobre o **resgate que a sua vida daria em favor de** «muitos». Não podemos atribuir essas palavras a reflexos paulinos sobre a igreja primitiva, como se fossem interpolações *posteriores* à narrativa do evangelho. Pois essa idéia de «resgate» também é judaica, pois na literatura judaica lê-se que outros deram suas vidas como resgate e, além disso, a doutrina de Paulo estava profundamente arraigada no cristianismo primitivo. Teorias distorcidas sobre a expiação não devem furtar-nos da clara percepção de Jesus de que ele sofreria em favor dos homens. Em Jericó, cerca de vinte e quatro quilômetros de Jerusalém, ele encontrou o filho de Timeu, o cego, que o chamou de «Filho de Davi». E nisso vemos que sua missão messiânica era conhecida na área de Jerusalém, e que a sua fama se espalhara por todas as regiões de Israel, (ver Mar. 10:46-52).

4. Jesus na Judéia

Neste ponto não podemos seguir apenas um dos evangelhos para traçar os acontecimentos, mas precisamos lançar mão de todos. O evangelho de Marcos sugere que as *ocorrências finais* se seguiram rapidamente umas às outras, isto é, concentraram-se em uma única semana da vida terrena de Jesus — a última. Essa história final foi dividida em dias, e se encaminhou, rapidamente, para o clímax. Entretanto, apesar de geralmente ser aceito e ensinado que houve apenas uma semana final, certo número de estudiosos tem procurado demonstrar que o período foi mais longo, estendendo-se talvez por um mês ou mais. A principal evidência por detrás dessa conjectura é a informação derivada de várias referências no evangelho de João; e ultimamente esse evangelho de João se tem recomendado como historicamente fidedigno (até mesmo quando aparentemente contradiz os evangelhos sinópticos), o que é aceito até mesmo por eruditos liberais. Pelas referências em Mar. 11:2-6 e 14:13,14, onde Jesus é visto a ensinar «dia após dia», talvez tenhamos uma indicação sobre um período mais prolongado. Em Luc. 19:47 e 21:37,38, transparece a mesma idéia. João 7-12, com os acontecimentos ali registrados, parece confirmar de modo definitivo essa impressão de um período de tempo mais lato. As referências de João 7:10,14,32; 8:20; 10:22,40-42; 11:54 e 12:1 mostram que João tinha fontes distintas e valiosas de informação acerca desse período de tempo, o que não aparece nos evangelhos sinópticos. Maurice Goguel (*The Life of Jesus*, traduzida por Olive Wyan, New York, The Macmillan Co., 1933), acredita que Jesus partiu da Galiléia com os seus discípulos pouco antes da festa dos Tabernáculos, (ver João 7:2), em setembro ou outubro, e que continuou a ensinar em Jerusalém até à festa da Dedicação (ver João 10:22), em dezembro, e que pouco depois disso se retirou para a Peréia, do outro lado do Jordão, (ver João 10:40 e 11:54). Dali voltou à capital, «seis dias» antes da Páscoa. Esse pano de fundo nos ajuda a compreender melhor as diversas controvérsias com os fariseus, que parecem ter ocorrido todas no espaço de alguns poucos dias, nos evangelhos sinópticos. O argumento em favor de um período mais longo, em Jerusalém, assevera que essas muitas controvérsias não ocorreram no espaço de alguns poucos dias e, sim, dentro de um período de tempo bem maior. Nesse caso, os evangelhos sinópticos teriam feito uma condensação dos acontecimentos em foco. Marcos registrou cinco controvérsias principais, provavelmente representativas de muitas outras controvérsias similares, que não são especificamente mencionadas.

a. *Ensinos em Jerusalém*

Durante as controvérsias, Jesus ensina sua «missão messiânica», porquanto é o Filho de Davi, mas, ao mesmo tempo, seu Senhor. Também ensina que, na qualidade de Messias, tinha o direito de ensinar e de realizar milagres e exigir discipulado, a despeito do fato de não possuir as credenciais ordinárias das escolas rabínicas. Jesus ensinava uma ressurreição literal e a realidade do mundo espiritual. O reino de Deus esteve em sua mente até o fim, embora soubesse que um reino literal não seria então estabelecido. Mas ensinava os aspectos mais latos desse reino, a saber, seus sentidos espirituais, indicando, em suas predições, que o reino literal ainda seria firmado. Jesus expôs uma série de parábolas que indicam que os homens devem aguardar ansiosamente a chegada do reino e o seu segundo advento, isto é, a *parousia*. Também mostrou as conseqüências sérias para aqueles que não se mantêm nessa expectativa e não se preparam. Mostrou o triunfo final do Cristo, o qual finalmente governará. Advertências dessa sorte têm sido corretamente vinculadas à passagem que se encontra em Mar. 13 e que tem paralelo em Mat. 24 (o Pequeno Apocalipse). Jesus se identificou, em conexão com esses acontecimentos, com o vindouro «Filho do homem», e ligou isso à profecia de Dan. 7:13.

b. *Ministério na Peréia*

Assim como Jesus foi impelido para o deserto, após o seu batismo, para um período de preparação para o seu ministério, assim também, neste ponto de seu ministério final na Judéia, retirou-se para a Peréia. Lembramo-nos de que quando do encerramento de seu ministério na Galiléia, ele também se retirou, por algum tempo, para Tiro. «Novamente se retirou para além do Jordão, para o lugar onde João batizava no princípio; e ali permaneceu», João 10:40. Quantas memórias deve ter isso provocado! Agora, porém, João estava morto e Jesus sabia que em breve se reuniria ao seu espírito. Jesus terminou indo para uma pequena aldeia chamada Efraim, (ver João 11:54). É provável que tenha ficado ali por um mês ou mais; porém, não podemos afirmá-lo com certeza. Alguns sugerem que esse período foi de *três meses*. Jesus tivera muitas controvérsias com as autoridades religiosas e a mais acirrada de todas certamente foi em torno de sua reivindicação de que era capaz de destruir o templo e construí-lo novamente em três dias. Muitos devem ter-se escandalizado ante essa declaração, e é evidente que Jesus agora já rompera

com o judaísmo, conforme o encontrara. Talvez esperasse que muitos se separassem do judaísmo, tal e qual estava corrompido. Talvez tivesse esperado que, ao voltar, encontrasse apoio popular, e que o estabelecimento literal do reino, à face da terra, viesse a ser uma realidade. Porém, foi desapontado novamente, porquanto na Galiléia o povo só queria um *Messias político*, pois não estava espiritualmente preparado para acolher Jesus e a sua mensagem. Alguns acreditam que a sua retirada para a Peréia foi uma medida essencialmente política, e que ao partir gozava do apoio das massas, mas, ao voltar, o ardor popular diminuíra. Alguns crêem que, desse modo, o próprio Jesus afastara dele o povo. Mas essa interpretação exagera as possíveis intenções políticas de Jesus, ao passo que, no relato dos evangelhos, transparece que em realidade Jesus evitava apresentar-se como personagem político. Provavelmente a sua retirada para a Peréia teve o mesmo propósito de suas outras retiradas, a saber, preparar-se espiritualmente para a luta que breve viria. Planejou o que finalmente faria em Jerusalém, pois não podia desistir da batalha. A desconhecida aldeia de Efraim foi o cadinho onde se misturaram os seus pensamentos. Jesus talvez tenha passado ali dias sem ser reconhecido completamente. E dessa maneira moldou os seus pensamentos, longe de amigos e adversários, entre as rochas do deserto.

5. Dias Finais

Quanto a esta parte da vida de Jesus, dependemos principalmente do esboço fornecido por Marcos, com algum escasso material adicional em Lucas. Mateus segue Marcos bem de perto. Os primitivos cristãos compreendiam a história da paixão à luz da profecia do A.T., pelo que, aqui e ali se vê alguma referência às profecias cumpridas em incidentes particulares. Isso é especialmente verdadeiro no evangelho de Mateus. Uma nota de *admiração e urgência* permeia a seção inteira que aborda a última semana da vida de Jesus. Vê-se as controvérsias, a indignação das autoridades religiosas, a frivolidade das multidões, a ignorância e o desânimo dos apóstolos, a coragem de Jesus, o golpe esmagador da cruz, e a magnificente e emocionalmente dominante vitória da ressurreição. É digno de nota que cerca de um terço do conteúdo dos evangelhos se concentra em torno dos acontecimentos dessa última semana. Essas narrativas foram escritas sem qualquer comentário acerca do que essas cenas significaram para o mundo, e com toda a razão. Mas os posteriores evangelhos apócrifos fazem Jesus proferir muitas palavras interpretativas.

a. *A Entrada Triunfal*

Poucos dias antes da páscoa, Jesus entrou de modo significativo em Jerusalém. A cidade inteira se agitou, parecendo mesmo que Jesus estava prestes a ser aceito como o Messias, porquanto foi chamado de Filho de Davi. No templo, realizou diversos prodígios de vulto. É evidente que Jesus entrou na cidade da maneira que fez (montado em um jumentinho) a fim de dramatizar o seu conceito de Messias. Embora sabendo que fora rejeitado como Messias, contudo quis ensinar ao povo o verdadeiro conceito espiritual desse personagem. Seja como for, a sua atração como Messias foi-se gradualmente dissipando. Seus amigos estavam perplexos, sem saber o que aconteceria em seguida; mas sabiam que Jesus era odiado pelas autoridades, e que a situação era perigosa.

b. *A Traição*

Judas, sendo mais arguto que os outros discípulos, compreendeu que toda a aparente intenção do ministério de Jesus fracassara. Não haveria reino, e nem Jesus seria rei. Sabia que os inimigos de Jesus eram poderosos. Sabia que facilmente poderia participar da triste sorte de Jesus, e não podia esquecer-se do trágico fim de João Batista e, em um momento de cobiça, o que não lhe era incomum, porquanto o amor ao dinheiro parece ter sido a sua fraqueza proeminente, resolveu tirar proveito material da situação. Supriu a informação necessária para o aprisionamento de Jesus, em troca de pequena quantia em dinheiro. A *traição*, por parte de um dos doze elementos de confiança, deve ter assustado a pequena comunidade cristã. «...um dos doze...» é reiterado por Marcos (Mar. 14:10,20,43). Judas, cego pela luz da presença de Jesus, não conseguiu ver a sua glória, e traiu o maior personagem da história humana. Ao assim fazer, gravou para sempre o seu nome nas páginas da história, e até hoje chamamos os traidores de «Judas». Alguns escritores, como Schweitzer («Quest of the Historical Jesus», pág. 394), acreditam que o que Judas Iscariotes traiu foi o «segredo messiânico», isto é, que Jesus cria ser o Messias, e estava preparado a declarar-se como tal, o que teria sido uma ameaça às autoridades, tanto religiosas quanto civis. Porém, parece-nos claro que esse «segredo» há muito fora revelado, não por Judas e, sim, pelo próprio Jesus. O que Judas desvendou foi o local onde Jesus costumava recolher-se, pois Jesus se retirara novamente da atenção pública. As autoridades não podiam ter certeza se ele reapareceria. Judas, entretanto, removeu esse receio das mentes das autoridades, revelando onde poderiam aprisionar a Jesus.

c. *A Última Ceia*

Essa ceia tem todos os sinais de ter sido uma observância com fins deliberados, e não apenas para cumprir a páscoa, embora este propósito também estivesse em mira. Jesus, sabendo que o fim se acercava, referiu-se a si mesmo como o *Cordeiro* de Deus — ele é a expiação pelo pecado, o salvador, o resgate, (ver Mar. 14:24 e 11:25). Esse ato se tornou a base do rito supremo da adoração cristã, mas também tem sofrido muitas perversões e exageros. Aqui se comemora a revelação de uma das verdades supremas do cristianismo, ou seja, que Jesus é o pão espiritual, o sustento da vida espiritual.

d. *Jardim do Getsêmani*

Jesus «começou a sentir-se tomado de pavor e de angústia», (Mar. 14:33). Foi um ser humano que entrou no jardim, a fim de orar. Foi um ser humano que sofreu muitas agonias e que, momentaneamente, retrocedeu, mas que logo em seguida avançou para a vitória. Foi um ser humano que naquele momento precisou de consolo e do fortalecimento da oração. Anjos vieram ministrar-lhe, o auxílio estava a caminho, mas foi um ser humano que pediu tal socorro. É isso que torna Jesus compreensível para nós, porque, a menos que tivesse sido realmente humano, dificilmente poderíamos encontrar qualquer consolo na história do Getsêmani. Com demasiada freqüência, na igreja, ouve-se falar de um Jesus *docético*, que é divino, mas que não é verdadeiramente humano, mas só tinha aparência humana. Ver o artigo sobre a *Humanidade de Cristo*. A agonia do jardim foi tanto mais real porque Jesus sofreu tudo sozinho. Ele provou, em sua vida, que em sentido bem real, «cada homem é uma ilha». Sentimos saudades em nossa própria casa e somos estrangeiros debaixo do sol. Jesus sofreu plenamente muitas limitações humanas, mas venceu a tudo. Isso dá sentido à sua vida e à nossa também, porquanto ele não é apenas o caminho, mas é também o pioneiro do caminho. Ele mostrou o caminho e ele é o caminho. Jesus triunfou na provação mais tenebrosa, e perto dele também

haveremos de triunfar.

e. *Aprisionamento*

O aprisionamento de Jesus foi efetuado por um grupo armado com espadas e cacetes, enviado pelos principais sacerdotes e liderado por Judas Iscariotes, (ver Mar. 14:37,38). João supre a informação adicional que também houve o acompanhamento de um grupo de soldados romanos, o que subentende que Pilatos estava mancomunado com as autoridades religiosas, (ver João 18:12). O temível fim levou todos os discípulos a temerem pela própria vida, pelo que todos eles fugiram, pois tinham bem vivos na memória outros casos de indivíduos que haviam tentado alguma revolução, e sabiam a sorte terrível que os romanos reservavam para os tais, (ver Mar. 14:50).

f. *Julgamentos de Jesus*

Pelas Narrativas Bíblicas, parece claro que Jesus não foi julgado no sentido verdadeiro do termo, porquanto sua sorte já fora determinada de antemão pelos principais sacerdotes. Esses julgamentos serviram apenas de «publicidade». No evangelho de Marcos lê-se sobre um julgamento noturno, seguido por outro, cedo pela manhã. Lucas, porém, parece situar todos os acontecimentos pela manhã. À noite, provavelmente Jesus foi manuseado violentamente pela polícia do templo, (Luc. 22:54-65). *Pedro*, que horas antes fugira, quando do aprisionamento de Jesus, agora seguia tudo à distância, até que chegou o momento em que negou finalmente a Jesus, segundo o Senhor mesmo predissera que sucederia. Jesus foi conduzido e guardado na casa de Anás, o qual, após um interrogatório preliminar, enviou-o amarrado à presença de Caifás, o sumo sacerdote, genro de Anás, (ver João 18:13,19,24). Caifás mostrou-se astuto, pois conseguiu levar Jesus a admitir «blasfêmia», ao proclamar abertamente a sua missão messiânica e a sua filiação especial a Deus. Jesus deve ter feito o coração de Caifás saltar de satisfação ao dizer que o Filho do homem viria entre nuvens a fim de governar, porque nessa declaração Jesus deixou transparecer seus interesses políticos. A palavra «todo-poderoso», que se encontra nesse texto (Mar. 14:62), se deriva de Sal. 110:1 e Dan. 7:13, e evidentemente alude ao próprio Deus, que é o grande poder. Jesus se referia à sua «parousia», mas provavelmente as autoridades religiosas pensaram que ele se estivesse referindo a alguma insurreição futura, feita em nome de Deus. Porém, tendo declarado essas coisas, Jesus removeu a necessidade de qualquer testemunho adicional. Aos olhos de todos ele era, claramente, um blasfemo.

Continua *questão disputada* se o sinédrio tinha poder ou não de decretar a punição capital. Os evangelhos deixam entendido que somente o procurador romano estava investido de tal autoridade, e o historiador Mammsen afirma que isso é correto. As acusações foram expostas de tal maneira a Pilatos a não deixar margem de ignorância sobre elas. Disseram que Jesus proibiu os judeus a pagarem tributo a César, tendo-se proclamado rei, (ver Luc. 23:2). A primeira acusação era obviamente falsa, mas a segunda tinha base na verdade, e que o próprio Jesus não queria negar. Alguns têm exagerado o elemento político, fazendo de Jesus pouco mais do que um revolucionário religioso e político. Pilatos não queria adicionar às suas tribulações permitindo que Jesus continuasse agitando o povo, quer essas acusações específicas fossem verdadeiras, quer não; pelo que também Pilatos repeliu o testemunho de sua própria consciência, e assim o seu nome ficou para sempre registrado na história, como aquele que negou o direito e a consciência, moralmente fraco, quando era vantajoso para seus interesses pessoais. As multidões vêem a sorte de Jesus, perdem toda esperança dele ser o Messias, resignam-se a continuar oprimidas pelos romanos e, em espírito de ódio, descarregam sobre Jesus suas indignações e frustrações. Agora todos querem ver Jesus crucificado, a fim de vê-lo padecer sob a ira dos romanos, da qual eles mesmos tinham esperado escapar.

g. *A Crucificação*

Cícero descrevia a crucificação como «o mais cruel e odioso dos castigos» (*The Verrine Orations*, V.64). O flagelamento, que antecedia à crucificação, era só por si uma introdução terrível à cruz, mas Marcos menciona o fato apenas de passagem (Mar. 15:15), o que é típico da grande moderação que assinala toda essa narrativa. Jesus sofreu todas as agonias, e elas foram tão horríveis que ninguém ousa descrevê-las, pois o fato é suficientemente doloroso, e ninguém poderia suportar a descrição das minúcias. «Então o crucificaram...» é tudo quanto é dito, sem qualquer adição. Isso ocorreu no Gólgota, lugar que se assemelhava a uma «caveira», local esse que até hoje pode ser visto. Jesus foi crucificado às 9:00 horas da manhã, e às 15:00 horas já estava morto. Jesus estava morto; os discípulos estavam dispersos; as multidões, que antes se mostravam sedentas de sangue, agora estavam chocadas, e provavelmente sentiam o amargor do remorso. Um corpo foi arriado da cruz, arroxeado e sangrento, e foi depositado em um túmulo novo, pertencente a um homem rico. Esse túmulo pode ser visitado até hoje. A execução teve lugar em uma sexta-feira. Ver os artigos sobre *Crucificação, Cruz*, e *Sexta-feira, Dia da Crucificação*.

h. *A Descida ao Hades*

Jesus teve um ministério pós-morte, pré-ressurreição em Hades como é afirmado em diversas passagens do N.T., principalmente em I Ped. 3:18-20, 4:6. Esta doutrina, não popular em algumas denominações evangélicas modernas, ou ignorada completamente, era reconhecida universalmente pelos pais antigos da igreja. O ministério de Jesus em Hades era de *redenção*. A igreja não tem concordado sobre a extensão e o significado desta redenção (ou restauração), mas a maioria dos pais antigos da igreja pensava que isto estendia o «dia da possibilidade da salvação» para a Segunda Vinda. A morte pessoal nossa então, não seria o fim do dia de graça. O ministério da Descida aumenta enormemente o poder da missão messiânica, e exalta o Cristo, que é o Salvador de todos os mundos, em todos os mundos. Ver o artigo sobre a *Descida de Cristo ao Hades*.

i. *A Ressurreição*

O corpo de Jesus dormiu até o primeiro dia da semana, pela manhã. Alguns afirmam que Jesus ressuscitou no sábado à noite, mas os relatos bíblicos não fornecem base para essa opinião. Ver o artigo sobre *Domingo*. Pedro diz-nos que Jesus teve um ministério anterior à sua ressurreição, no mundo dos espíritos, ver I Ped. 3:18-4:6. — Assim veio à luz um novo e espantoso fato — a *ressurreição*. O impacto foi tão grande que podemos ver os seus efeitos nas narrativas do fato. Essas narrativas são fragmentárias, e certamente diferem umas das outras quanto aos detalhes e às seqüências. É muito difícil preparar uma harmonia entre as quatro narrativas que possuímos nos evangelhos, porque é óbvio que os autores dessas narrativas tinham pouco interesse em descrever, minuciosamente, tudo quanto aconteceu e na ordem das ocorrências. Escreveram apressadamente, aproveitando os relatos de que dispunham, transmitindo-nos o fato espantoso da ressurreição,

sem se importarem muito com os pormenores. Jesus estivera morto. Os discípulos tinham sido assaltados pelo medo e se tinham ocultado, por não quererem compartilhar da mesma horrível sorte. Mas agora as notícias se espalhavam rapidamente que Jesus estava vivo novamente e que já aparecera a algumas mulheres. A notícia foi crescendo intensamente, ao passar de boca em boca. Um rumor ajuntava que Pedro também já vira a Jesus. Esta última notícia foi melhor recebida, porque de uma mulher se poderia esperar que propagasse notícias exageradas, mas Pedro era mais digno de confiança. Então a história adquiriu furos de maior evidência ainda, porque alguns dos onze já o tinham visto, e também outros que não pertenciam a esse grupo mais seleto de discípulos. Finalmente, todos os onze, com exceção de *Tomé*, chegaram a vê-lo. Tomé disse que não creria enquanto não visse a Jesus e o apalpasse, mas certamente seu coração bateu descompassado, porquanto esperava, contra a esperança, que essas narrativas estivessem baseadas em fatos. Então, finalmente, o próprio Senhor Jesus apareceu no meio deles, um tanto diferente, mas perfeitamente reconhecível. Ao ver as cicatrizes dos cravos em suas mãos e pés, e ao ver a cicatriz deixada pela lança, Tomé exclamou: «Senhor meu e Deus meu!», (João 20:28).

As narrativas dos evangelhos são eternas e imperecíveis, mas não representam os relatos mais antigos sobre o novo e espantoso acontecimento — a ressurreição de Jesus. Os relatos de Atos (2:24,32; 3:15; 4:10; 10:40, etc.) e os de Paulo (I Cor. 15:8; Rom. 1:4, etc.) são mais antigos. Paulo diz-nos que mais de *quinhentos* irmãos viram a Jesus de uma só vez e, quando esse apóstolo escreveu, a *maioria* deles ainda vivia, — pelo que seria fácil falar em testemunhas oculares. O cristianismo fez depender o seu destino e a sua natureza sem-par da exatidão histórica desse acontecimento. Ela demonstra o poder eterno do Cristo, bem como nossa fulgurante esperança futura, porque se a morte não pode reter uma alma ou um corpo, então nos está assegurada a vitória final. Paulo reverberou a grande afirmativa cristã quando declarou: «Por que se julga incrível entre vós que Deus ressuscite os mortos?», (Atos 26:8). Certamente que esse evento não é incrível como clímax da vida de Jesus Cristo, que desafia toda descrição no que diz respeito ao seu poder, à sua beleza, à sua graça, ao seu significado e à sua esperança. A morte não pode reter um homem como ele.

III. *ENSINOS*

Embora a quantidade de material de que dispomos acerca dos ensinamentos de Jesus não seja grande, as implicações são tão *vastas* que nem mesmo todos os volumes que já foram escritos acerca de Jesus e seus ensinos têm satisfeito as mentes daqueles que buscam a verdade e a autêntica expressão religiosa revelada. As interpretações sobre os ensinamentos de Jesus são tão numerosas quanto as opiniões sobre a sua pessoa e o sentido de seu ministério. — Por conseguinte, — neste pequeno artigo —, esperamos apresentar somente um esboço abreviado do que Jesus ensinou, esperando compreender apenas os temas principais.

1. Fontes

O corpo principal dos ensinos de Jesus acha-se preservado nos quatro evangelhos, embora os livros de Atos e Apocalipse, e as epístolas, sirvam para corroborar a mensagem essencial de Jesus. Essas obras posteriores, entretanto, não citam freqüentemente a Jesus, e nem mesmo apresentam paráfrases do que ele disse. Sabemos que as *primeiras* epístolas de Paulo foram publicadas antes dos evangelhos, pelo que não se poderia esperar que contivessem citações dos mesmos; mas é surpreendente que não contenham mais citações da tradição oral, e de pesquisas pessoais nos muitos documentos escritos que devem ter vindo à luz antes dos *quatro* evangelhos que conhecemos. Também é verdade que as epístolas paulinas posteriores (escritas após os evangelhos) não citam os evangelhos nem quaisquer outras tradições que porventura contivessem ensinos de Jesus. Assim, tal como se dá com o conhecimento que se tem acerca da vida histórica de Jesus, outro tanto se verifica quanto aos seus ensinos —somos obrigados a depender pessoalmente dos quatro evangelhos. Os evangelhos apócrifos apresentam material adicional, embora a maioria dos ensinos que parecem fidedignos se baseia nos quatro evangelhos, que antecederam àqueles. Entretanto, é muito provável que exista nesses evangelhos apócrifos algum material adicional autêntico. Quem fizesse um estudo especial nesses documentos, a fim de separar o que parece válido e que não é baseado nos quatro evangelhos canônicos, prestaria um grande serviço à causa do cristianismo. Também existe certo número de declarações, fora dos evangelhos, que chegou até nós, sendo possível que muitas dessas declarações sejam autênticas. Essas declarações são intituladas pelos eruditos como declarações «não-canônicas» de Jesus. Importantes escavações arqueológicas foram levadas a efeito por B.P. Grenfell e A.S. Hunt, em Behnesa, a antiga *Oxyrynchus*, cerca de dezesseis quilômetros do rio Nilo, situada no canal principal (Bahr Ysef), que trazia água para a região de Fayum. Essa cidade, na antiguidade, foi a capital do distrito de Oxyrynchus. Nos séculos IV e V de nossa era tornara-se famosa como comunidade cristã.

Foi nessa localidade, pois, que se desenterraram alguns papiros contendo diversas declarações atribuídas a Jesus, algumas delas similares às que se lêem nos evangelhos, embora outras sejam diferentes. Foram publicadas sob o título de *Logia*, em 1897. Algumas delas dizem como segue: «Jesus diz: Exceto jejueis para o mundo, de maneira alguma encontrareis o reino de Deus; e exceto se fizerdes do sábado um verdadeiro sábado, de modo algum vereis ao Pai». «Jesus diz: Estive no meio do mundo e na carne fui visto por eles e encontrei todos os homens bêbados, e a ninguém encontrei sedento entre eles e a minha alma se entristeceu por causa dos filhos dos homens, porque estão cegos em seus corações, e não vêem». «Onde houver dois, não estão sem Deus, e onde houver ao menos um, digo que estou com ele. Levanta a pedra, e ali me encontrarás, racha a lenha, e ali estou eu». «Jesus diz: Ouves com um dos ouvidos, mas o outro ouvido fechaste». Outras declarações desse grupo são similares ou iguais às declarações canônicas, tais como a cidade edificada sobre uma colina, mas há uma declaração na qual Jesus supostamente diz que ninguém pode cair nem ocultar-se. Em 1903, *Grenfell* e *Hunt* descobriram um outro fragmento de papiro, em Oxyrynchus, e que continha mais declarações atribuídas a Jesus, que foi publicado sob o título *New Sayings of Jesus and a Fragment of a Lost Gospel from Oxyrynchus* (London, 1904). Esses documentos indicam quão populares eram as declarações de Jesus entre os cristãos do Egito, e também ilustram o tipo de coleções feitas por eles. Quanto é autêntico nessas coleções é incerto, e provavelmente assim será sempre. Não obstante, não há que duvidar que pelo menos uma parte dessas declarações é autêntica. Outras declarações não-canônicas de Jesus podem ser

encontradas em mss gregos e latinos do N.T., os quais se afastam em muito da tradição textual ordinária. Isso é particularmente verdadeiro acerca do texto «ocidental» do N.T. (isto é, manuscritos que chegaram a nós vindos do *Ocidente*, partes da África da Itália e da Europa). Os códices D e W são os principais exemplares. O códex D e algumas traduções latinas também contêm um texto mais longo do livro de Atos dos Apóstolos do que o texto geralmente aceito, acrescentando detalhes sobre a vida e as palavras dos apóstolos, e fornecendo algumas informações de natureza geográfica. O leitor interessado poderá encontrar essas declarações adicionais e mais informações no NTI, nas seguintes referências: Mat. 20:28; 23:27; Mar. 13:2; 16:3; Luc. 5:10,11; 6:4; 11:35,36; 11:53,54; 23:42,43; 25:53 e João 6:56. Ver sobre *Logia* que dá mais detalhes.

O leitor pode verificar facilmente que, embora exista algum material adicional que preserva algumas declarações de Jesus, e que parte das mesmas certamente é autêntica, contudo, ficamos limitados aos quatro evangelhos como fontes informativas, fidedignas para que compreendamos os ensinamentos de Jesus, porquanto o material adicional extrabíblico é reduzido.

2. Natureza sem-par

Todos concordam que os ensinamentos básicos de Jesus podem ser encontrados no judaísmo revelado. De fato, a *teologia cristã* tem suas raízes ali. Muitas das declarações de Jesus podem ser encontradas na literatura rabínica, algumas vezes em sua forma exata, e outras vezes em forma modificada. Certo número dessas declarações, todavia, deve ter sido autêntico, porque não encontramos traço algum das mesmas em qualquer peça literária. A habilidade especial de Jesus, — ao manusear o pensamento judaico, era de eliminar aquilo que era supérfluo e prejudicial ou mesmo errôneo, preservando o melhor da tradição, tanto no V.T., quanto nos escritos rabínicos. Alguns dos bem conhecidos temas judaicos receberam nova vida ou nova interpretação nas mãos de Jesus. Por exemplo, o ensino sobre o reino de Deus (ou do céu). Esse tema era antigo e familiar entre os judeus, mas Jesus fê-lo soar com uma nova urgência, pois proclamou que o reino estava às portas, e que ele mesmo era o rei, por ser o Messias. Jesus também ensinou a ressurreição dos mortos e indicou que esse evento faria parte integral do estabelecimento do reino. Mais do que qualquer outro contemporâneo ou do que qualquer profeta do A.T., ele revelou a espiritualidade do reino e demonstrou que não pode ser encarado como mero sistema político de governo. Por causa da espiritualidade do reino, o arrependimento é urgente e necessáro. Essa renovação e nova ênfase, bem como a proclamação de que o rei já estava presente, fez com que o ensino de Jesus sobre o «Reino de Deus» fosse não apenas novo, mas absolutamente sem-par. Jesus também revolucionou outros ensinamentos, incluindo muitos ensinos básicos da lei, tal como o sentido do divórcio, do adultério, do amor, etc. De fato, Jesus reinterpretou a lei «de modo radical». Isso não significa que ele não tinha companhia entre os escritores rabínicos, pois a verdade é que os tinha, em muitos particulares. No entanto, o que ele disse e fez foi revolucionário e até mesmo sem igual.

Jesus veio para ensinar sobre o *pequeno rebanho*, em contraste com a correnteza principal do judaísmo e, finalmente, usou a palavra «igreja», com ela indicando um tipo inteiramente novo de comunidade religiosa. Esses ensinos não tinham igual. Desde o décimo sexto capítulo de Mateus temos os primórdios dessa nova ordem, e seguem-se muitas instruções que se aplicam aos diversos problemas que porventura surgissem no seio da nova comunidade. O desenvolvimento do tema messiânico, aplicado à personalidade do próprio Jesus, certamente era uma novidade em Israel. O — *Servo Sofredor* — era novo para o pensamento judaico, pois embora certos trechos do V.T. claramente indiquem sua existência, o pensamento judaico deixara passar completamente em branco as suas implicações. As «duas vindas» do Messias, igualmente, eram uma novidade, porque, embora contidos no V.T., não foram compreendidas pelos teólogos judeus. O tema do *resgate* ou «expiação» era bem conhecido entre os judeus, mas aplicar tal tema a um homem, ou seja, ao Messias, era reconhecido como possível apenas por alguns poucos. O ensino sobre a ressurreição era bem conhecido e largamente aceito nos dias de Jesus, na congregação judaica; Jesus, porém, transformou-o em uma doutrina poderosa, ao ressuscitar pessoalmente e ao insuflar esperança a todos sobre a conquista da morte. Nas mãos de Jesus, a ressurreição se tornou um ensino novo e revolucionário, e a igreja primitiva se desenvolveu à base do mesmo, tendo-o propagado por toda a parte. O corpo inteiro das profecias de Jesus, a começar por Mat. 20, mas especialmente Mat. 24, forma um grupo de ensinos sobre acontecimentos futuros e de sua significação que é definidamente sem-par, e não unicamente novo. Em suma, podemos afirmar que a natureza sem-par dos ensinos de Jesus nos fornece as pedras fundamentais sobre as quais está alicerçado o cristianismo. E naquilo em que o cristianismo difere do judaísmo, nisso mesmo os ensinamentos de Jesus diferem da correnteza principal do judaísmo de seus dias.

3. Temas Básicos

Tal como outros líderes religiosos, Jesus proclamou verdades acerca de Deus e da busca espiritual. Mas, diferentemente de outros líderes, também ensinou a identificação e a importância de sua própria pessoa como Filho único de Deus, o Messias, o Salvador, o Rei e o Juiz. Assim sendo, a sua mensagem não consistia meramente de um sistema de teologia, mas era uma auto-revelação. Essa mensagem começou desde o princípio, e se estendeu até às suas últimas palavras, (ver Luc. 2:48-50 e João 20:17).

a. O Reino de Deus

Mateus empregou quase exclusivamente o título de «reino dos céus», e é certo que ele não entende com isso coisa alguma que os outros também não tencionavam dizer. O trecho de Mat. 19:23,24 usa os termos um em lugar do outro, o que prova positivamente o que acabamos de dizer. São termos sinônimos. Jesus jamais ofereceu qualquer definição do que esse termo significava para ele, pelo que temos de examinar muitas passagens, para que obtenhamos uma visão geral e compreensiva. A expressão «reino dos céus» se encontra cerca de trinta vezes no evangelho de Mateus. A idéia básica desse conceito é a região ou reino onde tudo está sujeito a Deus, onde sua autoridade prevalece. Esse reino, portanto, pode ser presente ou futuro, externo ou interno. Jesus proclamou um reino literal, sobre a face da terra, onde Deus haveria de governar e, segundo ele, logo haveria de ser estabelecido. Tal reino, por conseguinte, deve ser ao mesmo tempo político e religioso, com ordem social e governo.

Não obstante, João fala da impossibilidade de alguém entrar no «reino de Deus» sem o novo nascimento; e apesar de Jesus certamente ter visto a necessidade da conversão, para os que entrassem no reino terrestre, parece óbvio que Jesus também deve

ter usado o termo para referir-se a algo como o «céu», segundo é empregado esse termo na igreja atual. No céu, ou lugares celestiais, Deus governa; ali está o seu reino. Os homens podem entrar nesse reino mediante o novo nascimento. Esse uso, pois, é muito diferente do reino literal, à face da terra, como governo terrestre sobre o qual Deus exerceria controle. Mas esse termo também pode ser entendido como a influência de Deus sobre um mundo ímpio, e alguns, hoje em dia, se referem à igreja como o *reino* sobre a terra, porquanto exerce sua influência no mundo. Quando Jesus declarou que o reino está «dentro» do indivíduo, ou, traduzindo mais exatamente, «entre vós», (ver Luc. 17:21), provavelmente ele tinha em vista algo como isso. Ele e seus discípulos formavam uma espécie de reino de Deus, um começo, um núcleo do reino que era esperado entre os homens.

Desde os dias de *Orígenes* que os intérpretes têm tentado fazer dessas palavras, «entre vós», significarem a condição espiritual do indivíduo — o reino de Deus estaria na vida desta ou daquela pessoa, como se o sentido fosse «dentro de vós». Apesar desta ser uma tradução possível, o contexto parece ser contrário à essa interpretação, pelo que a tradução mais exata é mesmo «entre vós», o que nos transmite a idéia que já foi mencionada. Não obstante, em certo sentido, o reino de Deus pode estar «dentro» de nós, ainda que esse texto não indique isso. Assim, pois, vê-se que o termo pode ser complexo, formado por muitos elementos do N.T. O tema do reino era um dos principais, — se não mesmo *o principal* dos temas do ministério de Jesus, juntamente com o qual ensinava sua própria missão messiânica e real. Os crentes (ainda que não todos) continuam esperando o reino terreno em resultado da segunda vinda de Cristo. A melhor e mais completa descrição sobre o reino, especialmente em seus aspectos espirituais, e como esses aspectos podem ser aplicados aos homens, se encontra no décimo terceiro capítulo do evangelho de Mateus. A leitura da exposição ali feita dará ao leitor ampla compreensão sobre o que estava envolvido no ensino de Jesus sobre o reino. O reino de Deus é encarado como a súmula de todas as bênçãos e benefícios espirituais, e conquistá-lo pode custar um alto preço, ainda que nenhum preço seja alto demais, (ver Mat. 13:44-46). Dessa forma, Jesus convocou os seus discípulos ao «sacrifício» e à dedicação, bem como ao sofrimento, quando necessário, para que pudessem ser membros autênticos desse reino.

b. O Filho do Homem

Alguns têm ensinado que posto **Jesus** ter dito que o **Filho do homem** viria entre «nuvens do céu», que é impossível que ele se tivesse identificado com esse personagem. Porém, a simples leitura dos diversos textos que mencionam esse termo é suficiente para convencer a qualquer leitor de que essa idéia é falsa. A sua vinda das nuvens faz alusão a *um futuro* aparecimento glorioso do reino, isto é, a «parousia», o que não forma uma idéia contraditória ao ensino geral de Jesus sobre ele mesmo como *Filho do Homem*. O próprio termo vem de uma expressão hebraica e indica, principalmente, uma posição de humildade, isto é, a posição de um homem comum, sem privilégios especiais. Essa expressão é usada por cerca de oitenta vezes com respeito a Jesus, a maioria das quais por ele mesmo. É empregada da seguinte maneira: 1. Jesus era um ser humano, um homem comum, um homem típico, um homem identificado com outros homens, compartilhando de sua posição, natureza e sofrimento. 2. Mas com esse termo Jesus se vincula ao personagem profetizado em Dan. 7:13,14. Por esse título o ministério sem igual e poderoso de Jesus é usualmente indicado, bem como a sua estatura metafísica especial. A missão ou ministério indicado inclui a sua futura segunda vinda, quando Jesus aparecerá como juiz universal, (ver João 5:22-27). 3. A idéia do Filho do homem «sofredor» foi um resultado natural da necessidade da missão terrena de Jesus. Ele, na qualidade de Filho do homem, tinha que sofrer como homem representativo. Jesus veio a encarar essa parte de sua missão como inevitável e, de fato, esse foi seu serviço supremo em favor dos homens, (ver Mar. 10:45 e 14:22-24). 4. É título messiânico.

c. Missão Messiânica

A palavra «Messias» significa **ungido** e o vocábulo «Cristo» vem do termo grego equivalente. A palavra Cristo, na realidade, é um adjetivo que se transformou em substantivo próprio, passando a designar um indivíduo — Jesus Cristo — embora os reis, os sacerdotes e os profetas também fossem «ungidos». O próprio Jesus usou esse termo para identificar-se, utilizando-se dele como título, (ver Mat. 23:8,10). A unção tinha o propósito de confirmar a autoridade daquele que recebia determinados ofícios ou funções. Jesus, o maior de todos os reis, sacerdotes e profetas, foi chamado de *o Cristo* por causa de sua unção, efetuada pelo Espírito Santo, para seu ofício e missão especiais. A unção com óleo era aplicada aos enfermos, aos cegos e até mesmo aos mortos, (ver Tia. 5:14; João 9:5,11 e Mar. 14:8). Jesus, na qualidade de ungido, exercia sua autoridade espiritual sobre esses males.

A palavra «Messias» era usada no judaísmo como *título oficial* que indicava a expectação central dos judeus quanto aos benefícios possíveis e profetizados da parte de Deus, e que visavam à nação de Israel. O pleno desenvolvimento das idéias messiânicas pertence ao judaísmo posterior, e talvez seja surpreendente para alguns o conhecimento de que esse termo só se encontra poucas vezes em todo o A.T., a saber, em Dan. 9:25 e 26. Não obstante, as alusões ao Cristo são abundantes nos vários escritos não-bíblicos, os quais, em sua essência, eram comentários de suas Escrituras Sagradas. Alguns acreditam, entretanto, que as chamadas passagens messiânicas do V.T. (quer usem quer não usem realmente a palavra «Messias») eram simples títulos aplicados a profetas ou reis vivos, sem qualquer significação escatológica. Contrariamente a essa idéia, pode-se observar que muitíssimas dessas passagens (tais como os chamados salmos messiânicos) vão muito além do que se poderia esperar ser dito a reis e profetas de Israel. Parece certo, a julgar pelos comentários feitos pelos judeus, que eles esperavam o aparecimento de um grande personagem futuro, que agiria como libertador e rei. O Messias, pois, pode ser definido como um personagem «teológico», isto é, uma pessoa que incorporaria, em si mesmo, de maneira toda especial, a «salvação» e o livramento do povo de Israel, o povo de Deus. O Messias seria o instrumento dos propósitos de Deus.

O elemento temporal desse livramento e dessa salvação pode ser um verdadeiro problema, pois a grande verdade é que sempre houve e sempre haverá desacordo entre as autoridades judaicas, acerca do tempo do aparecimento do Messias. Os trechos de Heb. 1:2 e I João 2:18 falam sobre os *últimos dias*, o que obviamente é um termo de origem judaica para indicar o tempo do reinado do Messias, em contraste com todos os tempos anteriores ao Messias. Na passagem de Heb. 1:2 poderíamos traduzir, com muito maior razão, «os últimos destes dias» onde a palavra «destes» se referiria aos dias imediatamente anteriores ao Messias, os dias finais da antiga

dispensação. Nos últimos daqueles dias, pois, é que o Messias apareceu. É verdade que pelo menos a expressão «últimos dias», segundo o uso atual da igreja, se refere aos dias que precederão imediatamente a segunda vinda de Cristo ou o estabelecimento do reino celestial sobre a face da terra; mas a escatologia judaica não aludia necessariamente a isso ao empregar a expressão «últimos dias».

A doutrina do Messias, tanto no V.T., como no pensamento judaico em geral, não é claramente declarada, conforme esperaríamos que o fosse. Muitos judeus não esperavam o cumprimento de todas as escrituras messiânicas em uma só pessoa. Os essênios aguardavam três personagens separados que haveriam de cumprir essas expectações.

Alguns judeus distinguiam entre o «profeta vindouro» e o Messias, (ver Mat. 11:3), ao passo que outros faziam os dois termos aplicarem-se à mesma personagem. Nem todos os intérpretes judeus criam que o Messias teria de ser, necessariamente, o Filho de Davi, embora o trecho de Mat. 22:42 ilustre o fato de que Cristo seria o Filho de Davi, segundo era também a opinião prevalente dos judeus ao tempo de Jesus. Alguns judeus deixavam passar completamente em branco um personagem terreno, nunca pensando em um bebê que cresceria como homem normal e que se manifestaria como o Messias; mas antes, pensavam que a história do mundo seria terminada de modo súbito, em meio a cataclismos, quando uma figura sobrenatural desceria do céu a fim de assumir *o controle* do mundo. Enquanto isso, outros, que se satisfaziam com as coisas conforme elas eram, que gozavam de riquezas e do luxo, negavam ou ignoravam qualquer espécie de intervenção messiânica. Essa era justamente a atitude dos saduceus, que acima de tudo temiam perder sua posição privilegiada mediante qualquer alteração na ordem ou mediante qualquer revolta. No caso de outros, ainda, era costumeiro identificar governantes terrenos com o Messias, como se esses governantes, em sua autoridade terrena, estivessem cumprindo as exigências das profecias messiânicas. Alguns viam o Messias no livramento político e religioso da nação de Israel através da revolta dos hasmoneanos. Os herodianos chegaram mesmo a proclamar que Herodes era o Messias; mas deve-se ajuntar que tais idéias não obtinham o favor geral entre o povo.

O *N.T.* define mais claramente o ofício do Messias, acrescentando novas dimensões ao mesmo, e identificando a Jesus como o Messias tão longamente esperado. A conexão essencial do judaísmo com o cristianismo depende exatamente dessa identificação. Os cristãos primitivos criam que Jesus cumpriu todas as exigências das profecias messiânicas, e que havia apenas um «messias», e não três. Também criam que não haveria um «profeta vindouro» separado, além do profeta representado na figura do Messias. Vários aspectos da missão do Messias foram definidos, tal como o aspecto do *Servo Sofredor*. Esse servo, no conceito bíblico, é o agente de Deus na restauração nacional, mas também ministraria entre os gentios, (ver Is. 42:1-4). Esperava-se que ele tivesse um tipo definido de ministério entre os pobres, os enfermos e os necessitados, (ver Is. 42:5-25), e os primitivos cristãos viam um cumprimento completo de todas essas idéias na pessoa de Jesus.

Esse servo seria um «Servo Sofredor», embora essa idéia jamais tivesse sido geralmente reconhecida pelos judeus, que jamais a aplicaram ao Messias. Embora Is. 53 indique claramente esse aspecto da missão do Messias, os intérpretes judeus nunca o entenderam com clareza. O N.T. confirma essa interpretação, e embora alguns eruditos mais liberais do N.T. duvidem que o próprio Jesus tenha feito essa identificação, passagens tais como Mat. 20:18,19,28 e 21:38-42 (além de diversas outras predições de Jesus acerca de seus próprios sofrimentos) parecem mostrar claramente que Jesus, ao identificar-se como o *Messias*, ao mesmo tempo ilustrou essa sua missão com a figura do Servo Sofredor.

Jesus parece ter-se referido à sua — missão messiânica — tanto em termos presentes como em termos futuros. O Messias seria o arauto do reino futuro, seria aquele que haveria de sofrer e de dar a sua vida em resgate de muitos, seria aquele cuja vinda haveria de demonstrar a validade das reivindicações messiânicas; mas também seria o rei futuro que ainda viria e estabeleceria o seu domínio neste mundo, (ver Mat. 26:64,65). Alguns intérpretes liberais têm procurado demonstrar que Jesus jamais falou sobre sua missão messiânica ou a defendeu, ou mesmo chegou a reivindicar tal autoridade; mas essa opinião é extremamente estranha, quando nos lembramos que nossas únicas fontes de informação, sobre qualquer autoridade acerca dos ensinamentos ministrados por Jesus, são os quatro evangelhos, cuja intenção, conforme os evangelhos deixam transparecer abertamente, era justamente a de provar que Jesus era o Messias prometido. A acusação que provocou a sua execução era de que havia blasfemado por ter feito elevadas reivindicações, como servo especial de Deus. Os soldados zombavam dele e diziam: «Profetiza-nos, ó Cristo, quem é que te bateu!», (Mat. 26:68). E a *acusação estampada* na cruz foi: «Jesus, o Rei dos Judeus».

Tudo isso indica que as reivindicações da missão messiânica de Jesus não foram apresentadas apenas pelos crentes primitivos, mas, em primeiro lugar, pelo próprio Jesus. É verdade que com freqüência ele teve de ocultar a sua verdadeira identidade, o que certamente se devia às idéias errôneas de que o povo nutria sobre o Messias profetizado, que julgava que seria uma figura essencialmente política e guerreira. Ora, Jesus sempre evitou imiscuir-se nas questões políticas terrenas. Ele contemplava um reino espiritual, um líder espiritual, uma reforma e uma renovação religiosa; mas as multidões não estavam preparadas para acolher esse tipo de Messias que Jesus idealizava.

d. Princípios Éticos

Todos reconhecem que o judaísmo é essencialmente uma *religião ética*, e desde os tempos mais antigos a ênfase do mesmo tem recaído sobre os elementos éticos. Os dez mandamentos, embora apresentados em uma fórmula básica distintiva do judaísmo revelado, refletem, contudo, em grande parte, o que é reconhecido como uma moralidade essencial na maioria das religiões do mundo. Jesus, como filho de Israel, foi um mestre essencialmente ético, embora não o fosse exclusivamente (conforme fica demonstrado pelos outros temas básicos de seus ensinos, referidos nesta seção). Não obstante, parece verdade que os elementos éticos são os que ocuparam, de maneira predominante, os sermões e as instruções particulares expostos por Jesus. Com esse termo, *princípios éticos*, queremos indicar o seguinte: 1. conduta; 2. princípios ou regras que são recomendados como normas dessa conduta; 3. —esforço crítico do estudo e da reflexão que têm por desígnios sistematizar, organizar e aplicar tais princípios. O N.T. (incluindo os evangelhos) apresenta vasto acúmulo de material que serve de uma espécie de sistema «ético organizado».

Deve ser óbvio, em toda a ética cristã básica (que se

alicerça nas declarações de Jesus), que esse é um reflexo da ética judaica básica. A ética cristã modificou a ênfase de parte do ensino judaico, e foi além da tradição judaica em outras particularidades. Por exemplo, o casamento misto não era reputado válido no judaísmo. (Por *misto* o cristianismo entende o casamento entre um crente e um não-crente, ou entre um judeu e um não-judeu). Mas o cristianismo reconhece os casamentos mistos como válidos, ainda que não sábios. Essa é a mensagem de I Cor. 7:13,14. Quanto a uma instância de ênfase, Jesus recomendava o celibato aos que do Senhor recebem esse dom, tal como já tinham feito os essênios e como Paulo confirmou posteriormente; mas, de modo geral, certamente a ênfase judaica não recaía sobre o celibato. No que tange ao divórcio, Jesus falou em termos mais severos do que qualquer judeu comum. Essas são apenas algumas sugestões acerca das diferenças de ênfase ou acerca das modificações que podem ser vistas nos ensinamentos de Jesus, quando confrontados com os princípios éticos do judaísmo; passemos, agora, a observar certos pontos particulares.

Em primeiro lugar, consideremos o grande método básico ou a grande consideração dos ensinos éticos de Jesus, que em sua maioria podem ser identificados com as normas do judaísmo. Os que estão familiarizados com a ética do ponto de vista da filosofia, devem lembrar-se de que os sistemas éticos têm bases extremamente variadas. Por exemplo, parte da conduta reputada ética pode basear-se em considerações inteiramente humanas. Protágoras de Abdera (450 A.C.) fez soar a nota-chave de grande parte da ética moderna, ao dizer: «O homem é a medida de todas as coisas». Com isso ele quis dizer que as *considerações éticas*, como *quaisquer outras* considerações que afetam a vida humana, devem ter seu fundamento apenas naquilo que é bom para o homem, naquilo que é útil para o ser humano, que obtém os alvos desejados pelos homens, e não naquilo que agrada a algum deus ou deuses, ou ao que pode ser reputado como um nebuloso após-vida. A ética pragmática está alicerçada nessa atitude. O que mostra ser bom, após tentativa e erro, é bom para nós, e o que é bom para nós hoje, talvez não seja o que será bom amanhã. Por conseguinte, essa ética pragmática não pode estar baseada em princípios «eternos» ou «teístas». De modo geral, na ética pragmática, as considerações «divinas» ou eternas se fazem completamente ausentes.

Ora, nem o judaísmo e nem Jesus basearam seus princípios éticos nessas crenças. Existem outros que refletem uma ética cínica ou pessimista, os quais negam que exista qualquer valor humano autêntico, e que, por isso mesmo, assumem uma posição adversa ou pelo menos cética acerca de qualquer pronunciamento que procure regulamentar a conduta humana. *O pessimismo* ensina que a própria existência é o maior de todos os males, e que o maior pecado do homem é o de «ter nascido» (Schopenhauer). Evidentemente, Jesus não compartilhava dessas idéias. Mas ensinou que há bens positivos que devem ser obtidos e maus positivos que devem ser evitados. Os estóicos, por sua vez, ensinavam que qualquer espécie de emoção é má, quer positiva, quer negativa. Segundo essa filosofia, o desejo é mau, a busca e a pesquisa também são processos maus. Somente o despreendimento total da vida é aceito como princípio ético para os estóicos. Segundo eles, é mister exercer a «apatia» ante tudo. Embora Jesus tenha aprendido a controlar o seu próprio ser de maneira extraordinária, dificilmente alguém poderia classificar a sua «compaixão» pelas multidões como um sentimento de «apatia». Por outro lado, os epicuristas e hedonistas criam que somente o prazer é um alvo digno da existência humana, e que se deve usar da inteligência na busca do prazer. Jesus permitia o prazer, certamente mais do que João Batista, mas via alvos mais elevados na vida do que o prazer.

Sócrates cria que o perfeito conhecimento do bem assegura, automaticamente, a conduta perfeita. Assim sendo, igualava a bondade com o conhecimento. Acreditava que o indivíduo que realmente soubesse o que é bom para ele, automaticamente faria o que é bom. Portanto, Sócrates ensinava a auto-realização e a compreensão como a busca básica do homem, porquanto, segundo pensava, isso o conduziria à conduta perfeita. Sua vida, pois, foi dedicada à busca do entendimento da bondade. Essa idéia é boa até onde vai, mas ignora a natureza pervertida do homem, que algumas vezes prefere conscientemente o mal, — em vez do bem, e sempre para seu dano próprio. Jesus, portanto, foi muito mais fundo do que Sócrates, porque a sua missão visou essencialmente a transformar a natureza básica do homem, e não simplesmente insuflá-lo à auto-realização. Em geral, poderíamos classificar o sistema ético de Jesus como *teísta*. Com isso queremos dizer que tem por base a grande consideração que é Deus. Deus é o legislador, e o homem é responsável, antes de tudo, a Deus, e apenas secundariamente a si mesmo e aos seus semelhantes. A ética teísta geralmente ensina princípios éticos «eternos» e «imutáveis». Mas a ética pragmática admite mudança e alteração. A ética teísta conta com um Deus eterno e imutável que impede a mudança de qualquer modalidade. Se houver mudança, será tão-somente em resultado de uma melhor compreensão sobre Deus e seus caminhos, e não pela mudança no próprio Deus ou em seus ensinos. Jesus, por conseguinte, falou de princípios eternos, e todo o seu sistema repousa nos mesmos. Esperamos, por conseguinte, que a despeito da passagem de dois mil anos, a contar da vida terrena de Jesus, os princípios e exigências básicas permaneçam inalteráveis.

Falando de maneira muito «generalizada», podemos classificar os sistemas éticos em sistemas *relativistas absolutistas*. Pelo termo «absolutista» se compreende também a idéia de categoria. Os princípios éticos absolutistas ou categóricos ensinam que os princípios éticos são absolutos, não estando sujeitos a modificações, formando uma categoria permanente e imutável. Princípios eternos e imutáveis são inatos ao homem e foram dados por Deus. Entretanto, é possível alguém ter idéias de princípios absolutistas ou categóricos sem pôr Deus no quadro de suas considerações, porque pode crer que a «natureza» ou algum outro princípio «universal» que não seja «Deus» pode servir de fundamento da conduta ética. Em contraste com isso, temos a ética «relativista», que ensina que não existem princípios eternos e, sim, pessoas, condições, estruturas sociais e muitas outras condições, que determinam o que é bom para nós, o que não o é, e que as mudanças nas pessoas, nas estruturas sociais e em outras condições também modificam os princípios éticos. Vê-se, portanto, que, se considerarmos uma classificação geral, Jesus ensinou princípios éticos absolutistas ou categóricos, pois a ética «teísta» é um dos ramos desse tipo de sistema ético.

Consideremos agora algumas particularidades sobre esses ensinamentos éticos. Com esse propósito, não podemos fazer nada melhor do que examinar, ainda que de passagem os conceitos do Sermão da

Montanha, em Mat. 5—7.

1. A paternidade de Deus. Jesus via a Deus como a fonte de toda vida humana e como benfeitor de todos, tal como um pai humano deseja o bem de todos os seus filhos. Jesus expandiu grandemente o conceito judaico de Deus, porquanto apresentou um Deus universal, e não local. Esse conceito é básico para os princípios éticos de Jesus e forma um contraste definido e violento com o judaísmo comum. Por muitas vezes Jesus empregou o termo «vosso Pai que está no céu», no Sermão da Montanha e em outros lugares, (ver Mat. 5:45; 6:1,6,14,18). Isso não visava a contradizer a outra idéia de que alguns são «filhos do diabo», nem afirmar a conversão como experiência a todos os homens. Porém, serve para despertar-nos para o fato da grande compaixão de Jesus, e também que, por força da criação, em sentido bem real, todos têm a fonte de sua existência em Deus, e que esse deve ser o alvo de todos. Por esse motivo é que nos é oferecida a possibilidade e grande realidade de muitos benefícios que são dados aos homens de modo geral. A missão do Messias tinha por finalidade declarar a *salvação universal* oferecida por Deus. Até que grau de perfeição Deus haverá de finalmente desenvolver essa missão, antes do término da história da humanidade, aqui ou no além, pode-se tão-somente conjecturar; mas as implicações são vastíssimas.

2. O princípio do amor. Jesus ensinou insistentemente essa virtude. Ele mesmo foi enviado ao mundo por motivo do amor do Pai. Jesus exercia grande compaixão para com as multidões. O décimo quinto capítulo do evangelho de João é uma demonstração dessa atitude, e muitos dos princípios do Sermão da Montanha repousam nesse alicerce. *O novo mandamento* consiste no amor, pois essa é a virtude que realmente cumpre todos os requisitos da lei. Precisamos sentir pelos outros o que sentimos por nós. mesmos. Sabemos o que é o amor próprio e o praticamos, porquanto quase todos os nossos atos se baseiam no egoísmo. Cuidamos de nós mesmos, de nossos planos para o futuro, vestimo-nos e temos cuidado com nossa saúde. No seio da família tornamos mais evidente esse princípio do amor, pois amamos os membros íntimos de nosso círculo familiar, e nossa grande preocupação é o bem-estar dos mesmos. Ora, o que Jesus quer é justamente que nosso amor se expanda para abranger o mundo inteiro, incluindo até mesmo os nossos inimigos. A vereda do amor é a vereda mais curta para o desenvolvimento e o progresso espirituais. O próprio Jesus foi o exemplo supremo de como deve funcionar esse princípio. O amor não somente diz que não se deve matar, mas proíbe até mesmo o odiar, (ver Mat. 5:21). O amor diz não somente que não se deve adulterar, mas nem mesmo cobiçar, (ver Mat. 5:28). O amor não somente diz que não se deve provocar a violência, mas instrui até mesmo a sermos ativos pacificadores, (ver Mat. 5:9). Aquele que cultiva em sua vida o amor de Jesus, nutrindo-o em seu homem interior, será mais rapidamente transformado à imagem de Cristo, que é o grande propósito da existência humana.

3. Respeito à autoridade constituída. Assim ensinou Jesus, ao falar especificamente da lei e dos profetas como autoridades religiosas (ver Mat. 5:19). Jesus aprovava a lei e os profetas, embora algumas vezes tivesse discordado de seus contemporâneos no tocante à interpretação que davam à lei e aos profetas. Jesus ensinou uma inquirição espiritual sincera e fervorosa durante esta vida, e baseou essa inquirição em antigas pedras fundamentais — as pedras básicas do judaísmo revelado. Por conseguinte, aqueles que desobedecem aos mandamentos, só causam dano a si mesmos. E aqueles que quebram os mandamentos e assim ensinam a outros, prejudicam duplamente a si mesmos e aos outros — serão os chamados mínimos do reino dos céus.

4. Jesus aprofundou parte do ensino do judaísmo contemporâneo. Todos reconheciam que o assassínio é um mal. Mas Jesus procurou mostrar que o *ódio* é uma forma de homicídio; críticas severas, uma língua virulenta e odiosa, ira, etc., são formas de assassínio, porquanto ferem e destroem as suas vítimas, ainda que não causem a morte do corpo físico. Quanto ainda temos de aprender acerca disso na igreja, que por muitas vezes se torna cena de ódio armago e de debates acirrados. Quantos crentes têm destruído um irmão na fé! Quantas igrejas evangélicas têm destruído pastores! Quantos «anciãos» ou «autoridades» da igreja têm destruído a juventude da igreja por fazerem coisas movidos pela ira, criticando amargamente, devido ao ódio que se instala em seus corações. Se Jesus estivesse conosco hoje em dia, pessoalmente, nas nossas igrejas, procuraria aprofundar nossos conceitos acerca do que é o homicídio. E se ele estivesse em nossos corações, faria a mesma coisa sem. ser notado (ver Mat. 5:21,22).

5. Jesus aprofundou a moral: no tocante ao adultério. Um homem talvez congratule a si mesmo se não toca em mulher, mas Jesus indicou que a *cobiça* já é adultério, e qual homem pode congratular-se por não cobiçar? Jesus não ensinava aqui contra as instituições sociais da poligamia e do concubinato (Mat. 5:27) e não é provável que ele classificasse esses costumes sociais dos judeus como adultério; mas em Mat. 5:31,32, e especialmente mais tarde, em Mat. 19:3-9, pelo menos desencorajou tais práticas como indignas daquele que verdadeiramente procura progredir espiritualmente. A lei de Jesus referente ao adultério requer uma transformação completa no íntimo, em contraste com a regulamentação das ações externas que era tão comum na ética judaica. Um bom exame nessa lei ensina-nos o quanto ainda temos de caminhar para sermos moralmente transformados segundo a imagem de Cristo — e esse é um dos propósitos ou alvos desta nossa existência terrena.

6. Jesus pregava uma linha dura sobre o divórcio que é totalmente adversa às filosofias e à sociologia modernas. Muitos eruditos acreditam que o registro das palavras de Jesus por Marcos, que não permitem qualquer desvio nesse particular, são as verdadeiras palavras de Jesus (ver Mar. 10:1-9). Em geral contudo, a igreja tem preferido a versão de Mat. 19:9, que permite o divórcio (e provavelmente novo casamento do cônjuge inocente), por razão de fornicação. Os sociólogos e psiquiatras do mundo inteiro não se sentem à vontade ante as declarações de Jesus, pois crêem que há muitos motivos válidos para o divórcio e que existem muitos outros crimes que uma pessoa casada pode cometer contra seu companheiro ou companheira de matrimônio, que são piores do que o adultério. É possível que se o assunto tivesse sido mais extensamente examinado, e sob outros prismas, — Jesus tivesse acrescentado aos seus ensinos outros detalhes sobre a questão; mas os evangelhos servem para fornecer-nos a ênfase principal de Jesus sobre a questão do casamento e do divórcio. Como sempre foi típico de Jesus, ele alicerçou a questão inteira sobre princípios eternos.

«No princípio...Deus...» fez assim ou assado. Desde o princípio, a norma tem sido «um homem— uma mulher». Nenhum estudo moderno tem melhorado esse princípio, e reconhecemos instintivamente a sua validade. Mediante tal preceito, Jesus indica a

inferioridade ou mesmo o mal da poligamia e do concubinato. «Um homem—uma mulher» é o melhor, e está de conformidade com o desígnio original das coisas. Isso envolve mais do que meras diferenças de ênfases entre Jesus e o judaísmo — o que se praticava entre os judeus de seus dias era uma completa distorção do princípio eterno.

7. Recomendação do celibato. Conforme já disse, Jesus baseava os seus ensinamentos éticos sobre o alicerce de uma intensa *pesquisa espiritual* — aquela pesquisa que leva os homens de volta à presença de Deus. Portanto, sobre determinadas questões que não envolviam necessariamente os princípios do bem e do mal, Jesus enfatizava o bem que seria melhor que outros bens. Jesus honrava o matrimônio e procurou elevar o pensamento judaico sobre o assunto, ao mostrar que o casamento não pode ser rompido por razão alguma. Jesus também elevou a posição da mulher na sociedade judaica e proferiu coisas que tinham em vista solapar o alicerce do duplo padrão que era tão geralmente praticado em Israel, em seus dias. Não obstante, parece perfeitamente claro, por meio de Mat. 19:10-12, que Jesus reconhecia o valor do celibato, pelo menos no caso de algumas pessoas. Somente alguns podem *receber* essa doutrina. Mas esses podem buscar melhor o reino dos céus se praticarem o celibato. Esse princípio concorda com o que Paulo procurou expressar posteriormente, em I Cor. 7:7 (e nesse capítulo em geral). Muitas religiões reconhecem o mesmo princípio, e aqueles que tentam viajar pela estrada mística, em sua inquirição religiosa, ou aqueles que buscam iluminação sobre questões especiais dizem-nos que o celibato é a melhor condição para quem quer dedicar-se a essa busca intensiva. Isso não significa, porém, que Jesus tenha criado — ordens religiosas — ou decretado essa prática para as mesmas. Essas ordens religiosas são desenvolvimentos posteriores da cristandade, e não têm qualquer autoridade nos ensinamentos de Jesus. Todavia, o princípio do celibato, como questão particular, como ajuda no processo espiritual, permanece aprovado e recomendado tanto por Jesus como por Paulo. Esse ensino não era desconhecido para a corrente principal do judaísmo; mas certamente não era praticado de forma generalizada. No entanto, era uma das principais doutrinas dos essênios. Jesus teve algum contacto com os essênios; e alguns dizem que esse contacto foi vital e contínuo, no que era seguido por João Batista. O certo é que Jesus adicionou a sua autoridade a esse preceito.

8. Jesus mostra o alvo da inquirição espiritual. «Portanto, sede vós perfeitos como perfeito é o vosso Pai celeste» (Mat. 5:48). Aqui Jesus falava da perfeição moral no sentido absoluto. A palavra «perfeito» pode significar «maduro», e certamente Jesus recomendava a maturidade espiritual; porém, este ensino é mais profundo do que isso. A igreja geralmente tem perdido de vista o fato de que o alvo da inquirição espiritual é a *perfeição absoluta*, que envolve uma transformação total nos aspectos moral e metafísico. Paulo ensina a mesma coisa no primeiro capítulo de Efésios, ao falar sobre o fato de que somos o «corpo» de Cristo. Isso envolve transformação total, tanto moral como metafisicamente. A perfeição absoluta é o nosso alvo. O trecho de Heb. 2:10 ensina a mesma coisa que fala acerca da verdade que Jesus vai conduzindo «...muitos filhos à glória...». Jesus participou da nossa natureza a fim de que pudéssemos participar da sua natureza, em sentido absoluto. O oitavo capítulo da epístola aos Romanos ensina a mesma verdade ao dizer que estamos sendo transformados à imagem de Cristo. É em direção a esse acontecimento que a criação inteira geme e sofre dores de parto. Essa é a obra especial de Deus — a *duplicação* de seu filho. Aqueles que forem assim transformados serão muito mais elevados que os anjos em sua estatura metafísica, e serão tão perfeitos moralmente quanto o próprio Deus. Esse é um alvo extremamente elevado, e é nessa direção que se deve orientar a inquirição espiritual. Esse conceito (refletido em Mat. 5:48), portanto, é a base de todos os princípios éticos de Jesus. É por essa razão que Jesus requeria um discipulado minucioso em todos os pontos. Esse é o motivo por que ele elevou os princípios do «amor à humanidade», a ponto de incluir os próprios inimigos. É por essa razão que ele regulamentou a conduta entre os sexos e quanto ao matrimônio. Esses princípios éticos são necessários para o sucesso e para o rápido progresso na inquirição cristã que visa a atingir a grande imagem moral de Deus e a imagem metafísica de Cristo. Muitas outras particularidades poderiam ser mencionadas além das que foram referidas nesta breve seção, mas as que foram aqui ventiladas nos dão à idéia dos princípios éticos de Jesus e o alvo ou propósito de toda existência e conduta dos homens.

e. Acontecimento futuros. O conhecimento especial de Jesus.

Os evangelhos mostram que Jesus tinha poderes especiais de conhecimento, inclusive da telepatia e do conhecimento prévio. Este fato é apresentado pelos evangelistas como uma prova (entre muitas) do messiado autêntico de Jesus. Os rabinos previam um Messias dotado de tais poderes e os evangelhos mostram que, neste ponto, (como em muitos outros), Jesus cumpriu as esperanças do povo de Israel. Poderes elevados do conhecimento podem ser a propriedade de meros homens, pois o homem é um espírito, e deve ter altos poderes espirituais. Estes são ainda mais notáveis em pessoas de um desenvolvimento alto de espiritualidade. Não é preciso supor que o conhecimento especial de Jesus foi uma propriedade da divindade dele, embora, possa ser que os evangelistas tenham apresentado esta capacidade aos seus leitores como se fosse uma prova disto. De qualquer maneira, não devemos esquecer da extrema importância da humanidade de Cristo. Ver o artigo sobre a *Humanidade de Cristo*. De modo geral, podemos declarar que Jesus, normalmente, nas suas façanhas, se limitou aos seus poderes humanos espirituais (desenvolvidos e usados pelo Espírito Santo) quando fez seus milagres, com a provável exceção dos milagres «da natureza» (como o ato de acalmar as águas do mar, multiplicar o pão etc.), quando, evidentemente, usava seus poderes divinos. Foi desígnio da encarnação que Jesus fosse limitado (normalmente) às mesmas fontes de poderes as quais nós temos acesso. Nisto, ele nos mostrou o caminho do desenvolvimento espiritual. Jesus era homem verdadeiro, que labutava como homem, que sofreu e se desenvolveu tal como todos os seus irmãos. Seus poderes especiais, por conseguinte, normalmente dependiam de seu desenvolvimento como homem. Se assim não fosse, as suas palavras que indicam que os discípulos podem fazer as mesmas coisas que ele fez, contanto que tenham fé, quase não teriam sentido.

Sua *íntima comunhão* com o Pai, mediante o Espírito Santo, transformava toda a sua pessoa. Ele ia se tornando um ser diferente. Tendo sido feito, por pouco tempo, menor do que os anjos, agora, mediante a inquirição e o desenvolvimento espirituais, na qualidade de homem, se ia elevando. É isso ele fez justamente para mostrar-nos o caminho. Jesus foi ao mesmo tempo o caminho e o pioneiro desse caminho;

e tudo quanto ele fez é possível para nós, a começar pelos milagres e a terminar pela perfeição moral. Ele é o alvo em todos os aspectos da vida cristã. Seremos semelhantes a ele em nossa natureza, e essa transformação está aberta para nós. Precisamos, tão-somente, andar como ele andou, nos desenvolvermos como ele se desenvolveu, e de sermos indivíduos que seguem seriamente essa inquirição, porquanto — não há limite.

Portanto, **parece lógico afirmar que os especiais poderes telepáticos de Jesus e seu conhecimento** prévio eram manifestações dessa sua humanidade altamente desenvolvida, de sua humanidade espiritualizada. Nada disso nega a sua divindade, mas tem o propósito de declarar, sem o menor equívoco, a sua verdadeira humanidade. Jesus, portanto, foi um grande previsor do futuro, um profeta de acontecimentos futuros. Jesus deve ter previsto muitos acontecimentos pormenorizados de sua vida diária. As Escrituras dizem-nos que ele previu a negação de Pedro e a traição de Judas. Ele previu a extensão da oposição que lhe seria movida, tanto pelas autoridades religiosas como pelo povo em geral. É-nos impossível saber com certeza, mas, segundo os detalhes de que dispomos, parece certo que sua vida se assinalava pelo conhecimento prévio de muitas minúcias de sua vida. Entretanto, preocupam-nos mais aquelas profecias que dizem respeito a nós e ao mundo em geral. Jesus previu a sua morte como resgate em favor de muitos (ver Mat. 20:28 e Mar. 10:45). Há três grandes avisos sobre a aproximação de sua morte, no evangelho de Mateus, e esse trecho de Mat. 20:28 nos dá a avaliação de Jesus sobre sua própria morte. Jesus também previu a sua *ressurreição* (ver Mar. 9:9). Previu que teria breve ministério após a sua ressurreição, pois advertiu aos discípulos que fossem encontrá-lo na Galiléia (ver Mat. 28:7). Em conexão com esses eventos, ele previu o seu triunfo final sobre os seus inimigos e o sucesso de seu ministério universal (ver Mat. 24; Mar. 13; Luc. 21:5-36). Nesses ensinamentos, naturalmente, Jesus indicou a vitória de Deus nos homens e entre eles (ver Mat. 10:23; 16:28; Mar. 9:1; Luc. 22:69). Por causa de sua rejeição, Israel passaria pelo juízo e como símbolo desse juízo, Jesus previu a destruição de Jerusalém, bem como a intensificação, e não o desaparecimento do poder romano em Israel (ver Mar. 13:1,2), sendo essa uma de suas mais famosas profecias a breve prazo. Embora esse acontecimento estivesse próximo, suas implicações iam longe, por ser esse um símbolo do fato de Israel ter sido posto temporariamente de lado, que é o tema abordado extensivamente por Paulo em Rom. 9—11, especialmente no décimo primeiro capítulo. Quase desde o princípio de seu ministério Jesus predisse o aparecimento da igreja (ver Mat. 16). Por semelhante modo, descreveu o método geral da ação de Deus, antes da restauração de Israel, bem como os acontecimentos que teriam lugar quando do estabelecimento do reino. Ele predisse o derramamento especial do Espírito Santo, que seria o agente no seio da igreja, a fim de cumprir nela os propósitos de Deus (ver João 16:7-22 e Luc. 24:49).

A passagem mais famosa das profecias de Jesus é o vigésimo quarto capítulo do evangelho de Mateus, cujo paralelo é o décimo terceiro capítulo de Marcos. Aqui é exposto um sumário dos acontecimentos ali previstos:

1. «Predição da destruição de Jerusalém», como símbolo da queda e da rejeição de Israel.

2. «Surgimento de religiões falsas» e de pseudocristos — como característica da «era da igreja», quando o cristianismo haveria de tornar-se poderoso e ser um fator mundial de maior envergadura que o judaísmo.

3. «A desordem geral» e a violência que haveriam de caracterizar a história humana durante esse período, e que se tornariam muito mais graves pouco antes do estabelecimento literal do reino.

4. «A perseguição contra os verdadeiros discípulos» por parte de homens ímpios e desarrazoados, os quais ficarão cada vez pior, ao aproximar-se o fim desse período. Em resultado dessa *maldade crescente*, muitos discípulos esfriarão, isto é, perderão a coragem de continuar na inquirição espiritual.

5. «Uma nova mensagem» o *evangelho* do reino, não diferente da mensagem que Jesus pregou a Israel, mas uma mensagem que deverá ser anunciada pelos seus discípulos em escala internacional, que abrangerá todas as nações. Isso tem sido parcialmente cumprido no ministério da igreja, mas alude especificamente à proclamação do reino pouco antes do fim, quase inteiramente levada a efeito durante o período da Grande Tribulação, um período de sete anos, que precederá de imediato o estabelecimento do reino.

6. «O aparecimento do anticristo» e da abominação desoladora, também mencionada em Dan. 9. A questão também é abordada em II Tes. 2.

7. «Grande e amarga perseguição contra Israel», nos dias da tribulação, intitulada angústia de Jacó. Essa perseguição será um grande agente na restauração de Israel, porquanto os israelitas entrarão nessa perseguição ainda como nação que rejeita a Cristo.

8. Nesse capítulo, Jesus descreve de modo abreviado a «Grande Tribulação», mostrando que será um período de angústias sem paralelo e de sofrimento universal. A maior parte do livro de *Apocalipse* segue paralela a essas profecias, posto que quase todo esse volume se dedica à descrição minuciosa desses acontecimentos.

9. «Alguns serão preservados» durante esse período (os «eleitos»), tempo esse que será assinalado pela violência quase ilimitada dos homens, bem como pelas tremendas comoções da natureza, incluindo a fúria das ondas, a destruição incontrolável das águas do mar, grandes terremotos, pragas generalizadas, enfermidades e morte de milhões de criaturas humanas.

10. Imediatamente antes do aparecimento de Cristo na glória quando ele vier para reinar, os próprios céus sofrerão distúrbios notáveis. Provavelmente a atmosfera da terra será perfurada, permitindo a entrada de calor intenso, que destruirá a muitos (ver Apo. 16:8,9). Os *físicos* também estão predizendo essa modalidade de acontecimentos, o que indica que os tempos realmente estão próximos. Alguém escreveu como segue: «Oxalá não fosse verídico o Apocalipse; mas é». Alguns físicos explicam que a causa de muitos desastres naturais (terremotos, maremotos, etc.) é o fato de que os pólos da terra estão mudando (o que já aconteceu antes), o que provoca muitos distúrbios na natureza, quando as costas marítimas são destruídas, quando os oceanos invadem muitas áreas continentais, quando há terremotos de proporções gigantescas. Um bem conhecido místico de nossos dias (falecido em 1945) indicou que essas destruições serão tão universais e intensas que apenas uma pequena porcentagem da atual população do mundo conseguirá sobreviver. Ele deixou indicado que esses acontecimentos terão lugar antes do ano 2000 D.C., e muitas autoridades bíblicas têm dito exatamente isso por muitos anos. É bem possível que essa profecia sobre a Grande Tribulação

seja um dos tópicos mais pregados atualmente nas igrejas. Estará a igreja dormindo?

11. Jesus ensinou a sua segunda vinda; terá aspectos literais e simbólicos; estabelecerá o reino de Deus longamente esperado à face da terra, inaugurando o reino milenar. Será acompanhado pelo julgamento dos ímpios. Será estabelecida uma nova ordem, e o livro de Apocalipse indica uma espécie de *espiritualização* da humanidade; isso significa que os que tiverem permissão de entrarem com vida na era milenar (que incluirá nações inteiras) receberão uma transformação parcial em seus seres, embora continuem sendo humanos. Essas pessoas terão vidas extremamente longas, e muitas delas provavelmente viverão durante todos os mil anos.

Jesus ensinou a necessidade de — fidelidade — no discipulado como a principal característica à luz desses acontecimentos, a fim de que a humanidade possa atravessar esse período de julgamento, tanto da tribulação como depois, com sucesso. Segundo a opinião de alguns, a «igreja» ficará isenta da tribulação, embora muitos crentes sinceros digam o contrário. Se a igreja tiver de atravessar a tribulação, terá de ser preparada por advertências similares às contidas aqui. Em caso contrário, mesmo assim seus membros devem ser discípulos fiéis, porquanto a igreja também passará pelo juízo do trono de Cristo. Ver o artigo sobre o *Arrebatamento*.

f. Morte de Cristo e sua Significação

A teologia do N.T. acerca do sentido da morte de Cristo, é bastante extensa. A maioria dos ensinos concernentes à expiação e a outros efeitos da morte de Cristo, emerge das epístolas, e não dos evangelhos, e quase sempre da pena do apóstolo Paulo. Podemos alistar como segue as principais implicações da morte de Jesus.

1. *Em relação à Igreja e aos santos:* expiação por substituição — Cristo tornou-se pecado por nós, levando a nossa penalidade, e nós temos ficado com sua justiça. Cristo se tornou o *fim da lei* para aqueles que crêem. A igreja não está debaixo da lei no que diz respeito à justificação. Reina agora uma nova lei no que implanta o poder de praticarmos a justiça — essa é a lei do Espírito (ver Rom. 8). Foi efetuada a redenção que nos livra do pecado e de seu poder e que, finalmente, nos livrará de sua presença. Foi apresentada expiação a Deus, removendo a ira contra os homens e seus pecados. O próprio pecado já foi julgado, pelo que finalmente desaparecerá como um dos fatores da existência. Foi instaurada a purificação de pecados, tanto a dos pecados do passado como progressivamente e também na vida vindoura. A justificação vem através da fé na expiação. Gozamos de identificação especial com Cristo (o batismo espiritual; ver Rom. 6). Participamos de sua morte e ressurreição por meio de um processo místico, e recebemos o benefício decorrente de ambas. A expiação assegura-nos a glorificação final e a nossa transformação segundo a imagem de Cristo, tanto moral quanto metafisicamente.

2. *Sentido da morte de Cristo* para com Israel. A morte de Jesus cumpriu a promessa que foi feita a essa nação concernente ao Messias-Servo Sofredor. Essa morte conseguiu o necessário para a redenção nacional. Removeu os símbolos da salvação na forma de sacrifícios de animais e de outros ritos, dando-nos a substância tão longamente esperada. Finalmente assegurará o estabelecimento da nação de Israel *à testa* de todas as nações, quando a obra de Deus completar-se por meio de Cristo. Isso assegurará alta posição para a nação de Israel, durante o milênio. No que diz respeito a todos os demais povos, a salvação individual será providenciada, embora os alvos finais sejam um tanto diferentes do que no caso da igreja.

3. *Sentido da morte de Cristo* para com as nações. Algumas nações terão permissão de entrarem no período milenar, e essa gente experimentará certa *espiritualização* de seus seres, pois apesar de continuarem humanos e mortais, sua existência terrena será grandemente prolongada, e eles realmente serão mais espirituais, em sua natureza moral e metafísica, do que os homens de hoje em dia. Nações dotadas de imortalidade serão finalmente estabelecidas à face da terra, o que também será resultado direto da obra da expiação de Cristo e de outras realizações do Senhor Jesus, em sua missão benéfica em favor dos homens.

4. *Sentido da morte de Cristo* para com a criação física: A criação física inteira, segundo a conhecemos atualmente, será *renovada*. A maldição contra o pecado será suspensa. Finalmente haverá uma nova criação, que instaurará novos céus e nova terra.

5. *Sentido da morte de Cristo* para com os céus. A passagem de Heb. 9:23 indica a purificação dos lugares celestiais, em resultado da morte de Cristo. Sabemos que o pecado começou nos lugares celestiais, e não à face da terra. Finalmente, porém, o princípio do pecado será removido dos lugares celestiais. Os seres celestiais deixarão de lutar contra esse princípio pecaminoso. Obterão a vitória completa e final, demonstrando que seres dotados de livre-arbítrio podem preferir o bem em vez do mal.

6. *Relação da morte de Cristo* para com os anjos caídos, os demônios e Satanás. Segundo ensina o segundo capítulo de Colossenses, o reino da maldade finalmente cairá. Essa destruição será gradual. A morte de Cristo assegurou a destruição final desse reino, embora até agora não tenha produzido esse resultado final.

7. *Influência da morte de Cristo sobre Hades;* sobre o inferno: I Ped. 3:18-20, 4:6 (e outras passagens do N.T.) falam de um ministério de Cristo em Hades. Alguns vêem este ministério como uma oferta completa de salvação aos perdidos, além do túmulo, até que a Segunda Vinda de Cristo termine este tempo, este dia de oportunidade. Isto significa que a nossa morte pessoal não marca este limite. A maioria dos pais antigos da igreja tinha este ponto de vista, como João de Damasco (seção VIII) nos informa em seu livro, *A Fonte de Sabedoria*. Apenas nos tempos modernos é que qualquer seção de tamanho razoável da igreja tem ignorado ou rejeitado a estória da Descida de Cristo ao Hades. Alguns vêem este ministério do submundo como um meio de «restauração», mas não como uma salvação evangélica, para os perdidos. Em outras palavras, o seu ministério no Hades «melhorou» o seu estado de perdição. Ef. 4:8,10 demonstra que os efeitos deste ministério são permanentes ao estado de todos os homens em todo lugar. O assunto, logicamente, tem sido sujeito a muita controvérsia, e a alguns abusos. Ver o artigo sobre a Descida de Cristo ao Hades.

8. *Por causa de sua obra remidora* (que inclui sua morte expiatória), Cristo será estabelecido como cabeça do universo, e não somente da terra (ver Efé. 1, Col. 1 e 2). Jesus é o grande alvo de toda a criação. Os crentes serão transformados à imagem de Cristo, moral e metafisicamente. Toda a criação, todas as criaturas, celestiais e terrenas, terão em Cristo o seu centro. O ponto mais alto de toda a criação será a duplicação da pessoa de Jesus Cristo nos homens remidos.

O leitor poderá observar que quase todas essas doutrinas emergem das epístolas, especialmente das

de *autoria de Paulo*. Muitos se interessam pelo quadro exposto nos evangelhos, especialmente em face de que as idéias ali apresentadas resultam diretamente das palavras autênticas e verdadeiras do próprio Jesus, e não das palavras dos discípulos, como desenvolvimento posterior da igreja. Alguns eruditos mais liberais insistem que a igreja criou um Jesus «teológico», sem nenhuma ligação com o Jesus histórico. Por isso, rejeitam quase totalmente as epístolas como verdadeiras representações de Jesus. Esses mesmos mestres negam, igualmente, qualquer ensino que se aproxime do das epístolas que porventura se ache nos evangelhos. A *grande verdade*, porém, é que os evangelhos expõem um quadro da expiação que a torna universal. Se não quisermos aceitar esse testemunho, seremos obrigados a depender de conjecturas para encontrar a verdade, e embora todo homem seja um agente moral livre, que pode fazer toda forma de conjectura, o crente sério, especialmente se a sua experiência religiosa é válida e vívida, terá de rejeitar o método da conjectura na busca da verdade. A vida de Jesus foi tão grande, as suas obras foram tão profundas, que parece razoável aceitar o testemunho dos evangelhos como explicação de sua grandeza. Durante a *parte final* do seu ministério, Jesus devotou grande parte de sua atenção à sua morte próxima e ao sentido de sua morte para com os seus discípulos (ver Mat. 16:21; Mar. 8:31; 9:31; 10:33,34; Luc. 9:22,44; 22:37; João 6:51; 10:11-18). Jesus declarou que a sua morte seria um resgate em favor de muitos (ver Mat. 20:28). As tentativas da parte de alguns, que procuram negar isso como parte dos próprios ensinos de Jesus, por alegarem que ele não poderia compreender a sua própria morte dessa maneira, têm falhado inteiramente. Que alguém desse a sua vida como resgate pelo povo não era um conceito inteiramente estranho ao judaísmo. Naturalmente que o resgate oferecido por Jesus deve ser compreendido em sentido diferente do oferecido da própria vida, por parte de algum profeta, segundo esse oferecimento deve ter sido compreendido pelos judeus. Jesus ilustrou isso na cena da «última ceia». Nessa oportunidade ele ensinou claramente as implicações espirituais desse ensino (ver Luc. 22:19,20; Mat. 26:27,28; Mar. 14:22-24). A passagem de Mat. 26:27,28 indica que a morte de Cristo nos traz a *remissão* de pecados, estabelecendo uma nova aliança entre Deus e os homens (ver Luc. 22:20). A linguagem usada é similar à de Is. 52:13—53:12, que descreve, em forma profética, a vinda do Messias-Servo Sofredor. Também nos devemos lembrar de que os discípulos imediatos de Jesus, especialmente Pedro, se tornaram seus intérpretes especiais na igreja primitiva, ao passo que Paulo assevera que o seu «evangelho» não diferia em nada do deles. A igreja primitiva, de modo geral, aceitava a interpretação de Paulo, não achando que fosse incoerente com a que haviam recebido da parte dos discípulos imediatos de Jesus. Passagens tais como Mat. 28:19,20 emprestam universalidade ao ensino que a morte de Cristo e os benefícios dela decorrentes não podem ser aceitos como limitados a qualquer nação ou povo.

g. Relação de Cristo para com o judaísmo

A relação entre Jesus, seus ensinos e o judaísmo, já transpareceu nos comentários acima acerca de Jesus, de sua identificação, de seu ministério e de seus ensinamentos distintivos; pelo que também basta apresentar aqui um «breve sumário». A magnitude de sua pessoa eleva-o de imediato acima de qualquer profeta, sacerdote ou rei de Israel. Pelos fins do século II de nossa era, mais de vinte religiões distintas se tinham desenvolvido em torno de seu nome. Pelos fins do século IV de nossa era mais de oitenta desses grupos já haviam surgido, enquanto a corrente principal do cristianismo se transformava em uma religião universal, mais que o judaísmo fora ou mesmo tentara ser. Jesus tinha muitas características próprias dos mestres e profetas judeus, e o seu ministério visava especialmente à nação de Israel. Mas quase desde o início de seu ministério Jesus foi rejeitado. Já no oitavo capítulo do evangelho de Marcos, vemos uma rejeição definida à pessoa de Jesus e ao seu ministério. A sinagoga fora fechada para Jesus. Enganamo-nos quando vemos, no ministério de Jesus, apenas um *movimento reformista* no seio do judaísmo. Não é de forma alguma improvável que Jesus tivesse tido muito contacto com os essênios, tal como acontecera com João Batista. Jesus se identificou desde o começo com o movimento de João Batista e pela história sabemos que os essênios já se tinham alienado, como um grupo, do judaísmo. A alienação de Jesus não demorou muito mais, e as sinagogas cerraram-lhe as portas, o que forçou o Senhor a pregar ao ar livre. Seu ministério, por conseguinte, dificilmente poderia ser reputado um movimento reformador. Consistia mais da formação de um grupo distinto dentro do judaísmo. Posteriormente (Mat. 16) Jesus intitulou o seu grupo de seguidores de *sua igreja*. Embora alienado e separado da corrente principal do judaísmo, Jesus continuava a ministrar para toda a nação de Israel, pois disso consistia sua missão como Messias.

A separação entre Jesus e o judaísmo tradicional pode ser vista ainda com maior clareza nos ensinos dos evangelhos. Já no décimo sexto capítulo do evangelho de Mateus, encontramos menção da *igreja*. Os capítulos que vêm logo em seguida, baseados nos ensinos de Jesus, contêm diversas instruções acerca de problemas que poderiam surgir na sua «igreja». Jesus estabeleceu leis disciplinares, leis de amor mútuo entre os crentes, leis de autoridade no seio da igreja, leis relativas ao perdão entre os membros da igreja, leis acerca das atitudes que devem ser mantidas para com os novos convertidos, leis sobre as relações familiares, leis acerca das atitudes para com as crianças. Esses ensinos indicam o aparecimento, desde o começo, de um grupo totalmente — separado — dentro do judaísmo, e também que a igreja de Jesus se separaria, finalmente, de modo total do judaísmo, em grau maior que os essênios (ver Mat. 16-19). Parte do ensino sobre o reino dos céus reflete certo colorido de uma «era da igreja», isto é, representa o reino visto na igreja que surgia e se desenvolvia, e não como desenvolvimento dentro do judaísmo (ver Mat. 13). Jesus, em seus ensinos sobre a sua própria pessoa como Filho do homem, foi muito além do que se poderia esperar no judaísmo convencional, especialmente porque universalizou o conceito de Filho do homem. Por semelhante modo, a idéia inteira da sua missão messiânica é universalizada nos evangelhos.

Marcos procura mostrar que o cristianismo não deve ser entendido apenas como um ramo do judaísmo. As seções finais desse evangelho e dos demais enfatizam, particularmente, essa particularidade, ao mostrarem que o *evangelho* deverá ser anunciado a todas as nações e que Jesus voltará como rei e juiz universal.

Nem mesmo os ensinamentos éticos de Jesus podem ser inteiramente contidos dentro da tradição judaica. Jesus elevou a Deus como pai universal dos homens, assim alterando um princípio judaico exclusivista. Jesus ensinou um princípio de amor universal, em

favor de todos os homens, ao passo que a maioria dos mestres judaicos permitia ou mesmo encorajava o ódio contra os inimigos estrangeiros. Jesus muito elevou os princípios éticos, mostrando que o ódio é reputado por Deus como assassínio, e que a cobiça já é adultério aos olhos do Senhor. A posição da mulher também foi guindada a novos níveis, bem como todo o conceito do matrimônio, devido ao princípio eterno de «um homem-uma mulher». Mais do que qualquer outro mestre antigo ou moderno, Jesus apontou para o alvo da perfeição absoluta, e ensinou que os homens, finalmente, serão semelhantes a Deus no aspecto moral, quando atingirem totalmente o alvo determinado para eles pela vontade de Deus (ver Mat. 5:48).

Na qualidade de profeta sobre acontecimentos futuros, Jesus **ultrapassou** a tudo quanto se conhecia no judaísmo, especialmente em face de ter revelado não apenas o futuro de Israel, mas também o futuro de todas as nações e de todos os homens e, mais especialmente ainda, por ter revelado que sua própria pessoa, finalmente, seria rei e juiz universal. O judaísmo jamais reconheceu qualquer ensino semelhante a esse, e nesses particulares é que vemos a distinção entre o judaísmo e o cristianismo, que equivale à distinção entre o judaísmo e Jesus Cristo.

Talvez o mais distintivo de todos os ensinamentos de Jesus seja o da expiação e o do sentido geral de sua morte, não visando apenas aos indivíduos, mas também às nações e ao universo em geral, incluindo tanto a criação física como a espiritual, tanto os homens como os anjos, tanto a terra como os lugares celestiais. Jesus, por conseguinte, emprestava um sentido universal ao seu ministério e aos seus ensinos. Essa universalidade é a marca distintiva do cristianismo e, em seus muitos e variados aspectos, reflete a natureza das relações entre Jesus e o judaísmo. Jesus é o Salvador dos crentes, —é Senhor e Rei deles; mas também é o Salvador do mundo inteiro, e o seu nome está acima de todo e qualquer outro nome.

h. Vários Temas das Parábolas de Jesus

Finalmente, a fim de completarmos esta seção sobre Jesus e seus ensinamentos, observemos, em forma esboçada, os diversos temas das suas parábolas. Jesus deve ter proferido muitas outras parábolas que não se acham registradas, mas aquelas de que dispomos mui provavelmente servem de boa indicação sobre os assuntos que ele ensinou por esse método. Encontramos quarenta e uma parábolas de Jesus. O evangelho de Mateus contém vinte e três delas, dez das quais não se encontram em nenhum dos outros evangelhos. O evangelho de Marcos contém apenas oito das quarenta e uma parábolas, e apenas uma que os outros não registraram — a parábola da semente em crescimento, Mar. 4:26-29. O evangelho de Lucas foi o que melhor preservou as parábolas de Jesus, porquanto contém trinta das quarenta e uma dessas parábolas, dezesseis das quais foram registradas exclusivamente por ele. Quanto a uma lista completa das parábolas de Jesus, bem como suas localizações, etc., ver o artigo intitulado o *Problema Sinóptico*. Este artigo também contém uma lista completa dos milagres de Jesus (registrados nos evangelhos).

Quando se fala sobre as *parábolas* de Jesus, deve-se usar uma lata definição desse termo, porquanto algumas de suas parábolas mais extensas, que fornecem explicações pormenorizadas (como a parábola do «semeador», Mat. 13:3-23), poderiam ser chamadas, com mais razão, de alegorias. Também se poderia empregar a designação de «símiles» para as parábolas mais breves, como a da pérola de grande preço, em Mat. 13:45,46. O evangelho de João não usa «parábolas», «alegorias», ou «símiles» e, sim, «metáforas». Por exemplo, o fato de Jesus ter dito «Eu sou a porta», «Eu sou o caminho», «Eu sou o pão que desceu do céu», etc., são metáforas, as quais ilustram um objeto ou ensino identificando-o com outro objeto. Uma *símile* pode ser parecida com uma metáfora, exceto que explana a comparação, ou, segundo poderíamos dizer, — explica os seus *símbolos*. Uma parábola, segundo a definição dos dicionários, é uma história simples contada com o fito de ilustrar ou ensinar ou moralizar ou doutrinar. Usualmente não procura ensinar algo com cada minúcia, como é o caso das alegorias. Com o uso da palavra «parábola», aplicada às histórias narradas por Jesus, queremos incluir o que poderia ser chamado com mais acerto, em alguns casos pelo menos, de «símile», em outros casos, de «alegoria», e ainda em outros, de «metáfora». Por conseguinte, a palavra «parábola», necessariamente assume um sentido muito lato, incluindo todas essas idéias. — Abaixo, tentamos ilustrar os temas principais das quarenta e uma parábolas de Jesus, preservadas para nós nos evangelhos.

1. *Parábolas que Explicam Diversos Aspectos do Reino dos Céus*

a. Jesus mantém uma *relação especial* para com o reino dos céus ou reino de Deus. Ele prepara o caminho, e prega a mensagem; e assim a mensagem se torna conhecida entre os homens. A maioria dos homens a rejeita, mas outros a recebem e produzem fruto em vários graus. (Parábola do semeador: Mat. 13:3; Mar. 4:3; Luc. 8:4). Nesse reino, surgem discípulos falsos que causam condições destrutivas. Mas o julgamento final separará os falsos dos verdadeiros. (Parábola do joio: Mat. 13:36). O reino desfrutará de um fenomenal crescimento exterior. (Parábola do grão de mostarda: Mat. 13:31; Mar. 4:30; Luc. 13:18). *O reino* será dotado de notável poder inerente de crescimento. (Parábola do fermento: Mat. 13:33; Luc. 13:20). O reino cresce de uma maneira inconsciente para os observadores. (Parábola da semente, Mar. 4:3). O reino tem grande valor, e pode ser descoberto acidentalmente, isto é, sem que haja busca consciente; mas mesmo nesse caso o seu grande valor será percebido por quem o encontrar. (Parábola do tesouro escondido: Mat. 13:34). O reino tem grande valor e pode ser objeto de intensas pesquisas, e quando encontrado por aquele que o busca, o seu valor é imediatamente reconhecido. (Parábola da pérola de grande preço, Mat. 13:45). O reino se estenderá a muitos povos, nações e indivíduos, e reunirá tanto bons quanto maus; mas uma separação seletiva final haverá de purificar o reino. (Parábola da rede de pesca: Mat. 13:47). O reino se assemelha a uma grande festa de casamento, com muitos convidados presentes, alguns aceitáveis e outros não. (Parábola das bodas: Luc. 14:7. A parábola da grande festa ilustra a mesma verdade: Luc. 14:16).

b. *Perto do fim de seu ministério*, Jesus apresentou outra série de parábolas do reino, que visam ilustrar especialmente que o mesmo foi tirado das mãos de Israel, que o juízo aguarda aos que rejeitarem o reino, e que todos os homens devem preparar-se para esperar o reino. Assim é que temos a parábola dos dois filhos (Mat. 21:28), a parábola dos trabalhadores na vinha (Mat. 20:1), a parábola do casamento do filho do rei (Mat. 22:1), a parábola da figueira (Mar. 13:28; Mat. 24:32; Luc. 21:29), a parábola dos servos (Mar. 13:34; Luc. 12:35), a parábola do pai de família e do ladrão (Mat. 24:42; Luc. 12:36), a parábola do servo bom e do servo mau (Mat. 24:45; Luc. 12:42), a

parábola das dez virgens (Mat. 25:1), a parábola dos talentos (Mat. 25:14; Luc. 19:11), a parábola das ovelhas e dos bodes (Mat. 25:31). Com essas parábolas, Jesus ilustrou quão insensato é rejeitar a sua mensagem, e também ilustrou a *rejeição de Israel*, o sucesso final do reino, a volta do rei a fim de reinar, a necessidade de vigilância diligente e de serviço no reino, para quem deseja ser verdadeiro discípulo do rei.

c. O termo *reino dos céus* (ou reino de Deus) tem assumido muitos sentidos diversos, e o próprio Jesus o empregou de diversas maneiras. O conceito básico é a idéia da dimensão onde todos estão sujeitos a Deus, ou pelo menos onde há a tentativa de pôr tudo sob o seu controle. O reino pode ser o reino terreno; o reino celestial; o mundo do além, onde ninguém pode entrar sem passar pelo novo nascimento; ou a influência da verdade e da espiritualidade entre os homens. A igreja pode ser um agente do reino, bem como seu ponto ou consideração central. O reino pode ser encarado como a súmula de todos os benefícios espirituais, pelo que também nenhum preço é alto demais para pagar por sua aquisição. Por conseguinte, as parábolas do reino têm uma aplicação vastíssima, que afeta nossa vida inteira. Deveríamos ser os servos fiéis, os recebedores da semente, interessados pelo crescimento do reino, vigiando pelo retorno do rei. Deveríamos buscar o seu reino como buscaríamos um tesouro ou uma pérola excelente, e deveríamos estar dispostos a nos desfazermos de qualquer e de todas as nossas posses, a fim de adquirirmos o reino, que se reveste de valor infinito. Portanto, as parábolas do reino incluem muitas lições acerca do discipulado cristão e acerca da inquirição espiritual.

2. *Parábolas que Ensinam a Natureza Revolucionária da Doutrina Cristã*

As duas primeiras parábolas de Jesus que foram registradas ensinam exatamente isso. Trata-se das parábolas dos panos e remendos novos e velhos e dos odres novos e velhos: Mar. 2:21,22; Mat. 9:16,17.

3. *Parábola que Ataca o Preconceito e a Hipocrisia Religiosos*

É o caso da parábola dos lavradores maus: Mar. 12:1; Mat. 21:33 e Luc. 20:29.

4. *Parábolas que Ensinam Vários Princípios Éticos*

Por meio de suas *Parábolas*, Jesus ensinou a necessidade de misericórdia: Parábola do servo incompassivo (Mat. 18:21). Também ensinou a necessidade de misericórdia e de sermos perdoadores, porquanto o pecador pode ser restaurado: Parábola do filho pródigo (Luc. 15:11) e da moeda perdida (Luc. 15:8).

5. *Parábolas que Ensinam o Amor de Deus pelos Homens*

Jesus ilustrou esse amor de Deus por toda humanidade com o princípio que Deus não quer que ninguém pereça: Parábola da ovelha perdida (Mat. 18:11; Luc. 15:3).

6. *Parábolas que Frisam a Graça*

Jesus ensinou parábolas nesse sentido, como as da ovelha perdida, do filho pródigo e do servo incompassivo, nas quais ilustrou o princípio da graça, que chega ao ponto de perdoar inúmeras vezes.

7. *Parábolas que Ilustram Aspectos do Discipulado Cristão*

Jesus também usou parábolas com esse propósito. As primeiras intenções não são suficientes, e é melhor obedecer finalmente, ainda que haja rebeldia a princípio, do que mostrar boa intenção no princípio mas nunca realizar o serviço. É o caso da parábola dos dois filhos (Mat. 21:28), da parábola da vinha (Mat. 20:1-16). A parábola dos talentos (Mat. 25:41) também ilustra certos aspectos do discipulado cristão, embora a grande verdade seja que ilustra principalmente a rejeição do reino por parte de Israel. Nessa classificação também cabem as parábolas do *tesouro perdido*, e da *pérola de grande preço*, as quais falam do grande prêmio a ser conquistado pelo verdadeiro discípulo, incentivando-nos ao verdadeiro discipulado cristão.

8. *Parábolas sobre a Oração*

Jesus contou a parábola do amigo importuno (Luc. 11:5) e da viúva persistente (Luc. 18:1) a fim de ensinar a importância da oração e seus notáveis resultados.

9. *Parábolas sobre a Insuficiência das Riquezas*

Jesus também contou parábolas que mostram que as riquezas materiais não são suficientes, pois a vida é muito mais importante do que a teoria dos bens materiais nos leva a supor. A alma é mais importante do que as riquezas, segundo a parábola do rico insensato. (Luc. 12:16).

10. *Parábolas sobre o Correto Uso das Riquezas*

Jesus ensinou-nos a usar corretamente o dinheiro, bem como o modo de tratarmos aos outros, para nosso próprio benefício espiritual. É o caso da parábola do mordomo desonesto (Luc. 16:1).

11. *Parábola sobre a Religião Falsa*

Existe uma religião falsa, que se ufana de suas realizações mas que é repelida por Deus, embora os homens tanto a favoreçam. Jesus relatou uma parábola nesse sentido, que também mostra como os homens podem encontrar-se com Deus, mediante o arrependimento e a confiança simples. Foi o que ele ensinou na parábola do fariseu e do publicano (Luc. 12:16).

12. *Parábolas sobre a Volta do Rei*

Nessas parábolas Jesus se referia à sua *parousia* ou aparecimento em glória, mostrando que devemos estar preparados para esse acontecimento. Cinco são as parábolas que nos ensinam a necessidade de preparação: Parábola do dono da casa (Mat. 42:42), parábola do mordomo sábio (Mat. 24:45), parábola das dez virgens (Mat. 25:1), parábola dos talentos (Mat. 25:14) e parábola das ovelhas e dos bodes (Mat. 25:31).

Conforme mencionamos antes, em conexão com essas parábolas, também foram ensinadas lições específicas a Israel, como nação, como também foram ilustrados certos elementos da doutrina do reino.

13. *Parábolas sobre a Sabedoria de Ouvir a Cristo*

Jesus mostrou, numa parábola, quão grande sabedoria mostra aquele que lhe dá ouvidos e, em contraste, quão louco é o que não lhe dá atenção. É o caso da parábola dos dois fundamentos (Mat. 7:24 e Luc. 6:47).

14. *Parábolas Contra os Preconceitos Religiosos e Raciais:* Luc. 10:33 *ss.*

15. *Parábolas sobre o Alto Custo do Discipulado*

Querendo ilustrar quanto custa a verdadeira religião e o discipulado cristão autêntico, Jesus contou a parábola da torre que não foi terminada (Luc. 14:28) e do rei que se preparava para a guerra (Luc. 14:31).

Vemos, pois, que as parábolas de Jesus incluem muitas implicações éticas, doutrinárias e dispensacionais que não estão incluídas nestes comentários. Um estudo minucioso acerca de cada parábola, com o auxílio deste artigo, poderá ilustrar esse fato,

preenchendo os hiatos quanto aos pormenores que foram deixados em branco.

IV. BIBLIOGRAFIA

Sobre a Identificação de Jesus

Anderson, H., *Jesus and Christian Origins*, 1964
Borchert, O., *The Original Jesus*, 1964
Bowman, J.W., *The Intention of Jesus*, 1943
Case, S.J., *Jesus*, 1928
Knox, John, *The Man Christ Jesus*, 1941
Mackinnon, James, *The Historic Jesus*, 1932
Zahrnt, H. *The Historical Jesus*, 1963

Sobre o Ministério de Jesus

Daniel-Ropes, H., *Jesus in his Time*, 1955
Enslin, M.S., *The Prophet from Nazareth*, 1961
Farrar, F.W., *The Life of Christ*, 1874
Goguel, Maurice, *The Life of Jesus*, 1933
Grant, F.C., *The Gospel of the Kingdom*, 1940
Goodspeed, E.J., *The Life of Jesus*, 1950
Johnson, S.E., *Jesus in His Own Time*, 1959
Loos von der, H., *The Miracles of Jesus*, 1965
Ogg, G., *Chronology of the Public Ministry of Jesus*, 1940
Robinson, J.M., *A New Quest of the Historical Jesus*, 1959
Schweitzer, A., *The Quest of the Historical Jesus*, 1950
Taylor, V., *The Life and Ministry of Jesus*, 1955
Warfield, B.B., *The Person and Work of Christ*, 1950

Sobre os Ensinos de Jesus

Dodd, C.H., *The Parables of the Kingdom*, 1936
Fuller, R.H., *The Foundations of NT Christology*, 1965
Freedman, D.N. e Grant, R.M., *the Secret Teachings of Jesus*, 1960
Henry, C. (redat.), *Jesus of Nazareth, Savior and Lord*, 1966
Porter, F.C., *The Mind of Christ in Paul*, 1930
Stewart, J.S., *The Life and Teaching of Jesus Christ*, 1958

Obras de referência e outras: AM B BART BARTS BULT BULT(1960) C E EN EP KAH KR I IB ID ND MOF NTI R ROBINS SCHW TIN UN WFH Z

JESUS (NÃO O CRISTO)

O Nome. Nas modernas línguas européias, como em português, a palavra *Jesus* deriva-se da transliteração desse nome de origem hebraica para o grego, *Iesous*. O nome hebraico é *Jehoshua*, cuja forma contraída é Josué ou Jesua (vide). Esse nome significa «ajuda de Yahweh», ou «Salvador» (Núm. 13:17; Mat. 1:21). A sua transliteração para o grego reflete a contração do nome, no aramaico, *Yesu*. Ver Nee. 3:19.

Há quatro personagens na Bíblia que são chamadas por esse nome, além do próprio Senhor Jesus, que, naturalmente, o imortalizou.

1. Josué (vide), filho de Num, o líder militar do povo de Israel durante a conquista da terra de Canaã. Em Atos 7:45 e Heb. 4:8, de acordo com algumas versões, seguindo a versão grega do nome, encontramos o nome *Jesus;* mas nossa versão portuguesa, em ambos os casos, diz «Josué», acertadamente.

2. Um ancestral de Jesus Cristo, que viveu em cerca de 500 A.C., conforme se vê em Luc. 3:29. Algumas traduções, seguindo certa variante, que aparece no texto grego, dizem *José*. Nossa versão portuguesa diz «Josué», novamente de modo acertado.

3. Na Septuaginta, o nome ocorre naqueles livros que são considerados apócrifos. O autor do livro de Eclesiástico é chamado pelo nome de Jesus. De acordo com Josefo, grande historiador judeu da época apostólica, doze notáveis vultos judeus tiveram esse nome, em vários períodos históricos. De fato, o nome tornara-se comum entre os judeus do período helenista.

4. Um certo judeu cristão, chamado *Justo* (vide), também se chamava «Jesus», conforme se vê em Col. 4:11, onde ele aparece como um dos obreiros que trabalhavam com Paulo. Ele viveu em cerca de 64 D.C.

JESUS (NAS TRADIÇÕES ISLÂMICAS)

Nos escritos islâmicos, Jesus é chamado de **'Isa ibn** *Maryam* (Jesus, filho de Maria), ao que, com freqüência, eles adicionam *Al Masih* (o Cristo). Três questões são destacadas nesses escritos: o nascimento e os poderes miraculosos de Jesus; a vida ascética exemplar de Jesus; seu papel escatológico no esquema religioso das coisas. Essas tradições islâmicas pertencem, antes de tudo, à narrativa do Alcorão sobre Jesus. Ali, Jesus aparece somente como um ser humano (chamar qualquer homem de Deus é a pior heresia e blasfêmia possível no islamismo), embora ele apareça como homem sobre quem repousava grande porção do Espírito de Deus. Jesus aparece como o porta-voz do *Injil* (evangelho). De acordo com isso, uma boa parcela do Novo Testamento foi incluída no Alcorão como material digno de fé e de ser posto em prática. Jesus é considerado a maior figura, depois do último e maior de todos os profetas históricos, o penúltimo de uma série de grandes reveladores. Jesus é retratado como quem foi elevado aos céus, em um momento de crise, sem haver sofrido a crucificação. Seu nascimento virginal e suas obras de compaixão são elementos importantes na tradição islâmica. Adornos, tomados por empréstimo de livros apócrifos do Novo Testamento fazem parte dessa documentação. Supõe-se que os livros apócrifos do Novo Testamento tiveram alguma circulação nas regiões que, posteriormente, tornaram-se territórios islâmicos, o que talvez explique a adição desse material ao Alcorão. Algumas das declarações do Alcorão são reflexos de idéias do Novo Testamento. Por exemplo, Jesus é visto a sair da casa de uma prostituta. Alguém então lhe pergunta: «Ó Espírito de Deus, que estás fazendo com essa mulher?» E Jesus responde: «O médico só visita aos enfermos». No Alcorão Jesus também mostra ser contra a ostentação no jejum. Essa idéia faz parte dos escritos islâmicos. A declaração de Jesus sobre o belo templo de Jerusalém, que seria destruído, sem que ficasse pedra sobre pedra (ver Mat. 24), é adaptada de modo a aplicar-se a uma mesquita islâmica. Mas também há alguns elementos diferentes. Ocorrem milagres mágicos de Jesus. Um desses relatos conta como Jesus foi capaz de tingir vestes com dez cores diferentes, mergulhadas em um único tanque. As tradições islâmicas dizem como Jesus foi treinado como tintureiro. Em um outro relato, Jesus é apresentado a transformar um grupo de crianças inconvenientes em suínos, para então ordenar que os porcos se fossem de sua presença!

Ascetismo. Segundo o islamismo, Jesus referiu-se à pobreza e à aflição como *dois amigos*, aos quais deveríamos amar; pois, amar a essas coisas é idêntico a amá-Lo. Uma tradição islâmica faz de Jesus o *Imam al-Sa'ihin*, «o Príncipe dos Vagabundos», o que, evidentemente, reflete a declaração dos evangelhos de

que ele não tinha onde reclinar a cabeça. As tradições islâmicas expõem a seguinte descrição sobre a aparência de Jesus: «Ele era ruivo, de tez bem clara; tinha os cabelos aparados e nunca ungia a cabeça. Costumava andar descalço e não tinha residência, nem enfeites, nem bens materiais, nem trocas de roupa, mas tão somente seu alimento diário». Al-Ghazali disse que Jesus declarou, de certa feita: «Tenho-me desgastado com meus labores, e não há pessoa tão pobre quanto eu».

Parte dessa descrição, aparentemente, visava a frisar a verdadeira humanidade de Jesus, procurando desviar a idéia para longe de um Deus humano, conforme é a concepção bíblica e cristã de Jesus Cristo. Naturalmente, Jesus também é apresentado, dentro do islamismo como uma poderosa figura escatológica que haverá de vindicar a fé dos muçulmanos, tornando-a a fé suprema entre todas as religiões do mundo. É de presumir-se que ele haverá de quebrar todas as cruzes (símbolos da idolatria) e de matar ao anticristo, que os islâmicos dão o nome de *Al-Dajjal*. Entretanto, os movimentos *Ahmadiyyah*, no século XX, têm eliminado todo o vestígio de um Jesus escatológico, afirmando que Jesus foi sepultado em *Casemira* como homem de avançada idade. Ver os artigos separados sobre o *Alcorão; Maomé; Maometanismo; Ética Islâmica; Filosofia Islâmica*. (JR MAR ND).

JESUS COMO A VIDA

Ver **Vida, Jesus como** e **Vida, Cristo como Nossa**.

JESUS COMO O PÃO DA VIDA

Ver **Pão da Vida, Jesus como.**

JESUS E A LEI

Ver **Lei no Novo Testamento, seção II.**

No artigo geral sobre *Jesus*, abordamos os problemas principais que circundam a vida e os ensinamentos de Jesus Cristo. Ver III. *Ensinos*, g. *Relacões Com o Judaísmo*, que versa sobre a questão de Jesus e a lei mosaica. É certo que Jesus e seus primeiros discípulos encabeçaram um movimento religioso que não foi mero movimento reformista dentro do judaísmo. As novas idéias e circunstâncias que afloravam no cristianismo primitivo não podiam mesmo ser contidas pelo antigo judaísmo tradicionalista. Isso não significa, porém, que Jesus tenha ensinado sobre a lei segundo os termos paulinos. No período apostólico, o Espírito de Cristo continuou instruindo e orientando a teologia; mas as idéias paulinas só apareceram quando Paulo surgiu em cena. Mesmo assim, sua teologia estava apoiada sobre o caráter ímpar de Cristo, declarado Filho de Deus, mediante a virtude da ressurreição. Foi dado a Paulo, pois, revelar novos aspectos da fé e da graça de Deus. Em vista disso, a relação exata entre Jesus e a lei mosaica é um dos mais espinhosos problemas que dizem respeito ao cristianismo primitivo. Pois, durante a vida terrena do Senhor Jesus, a doutrina cristã apenas havia lançado as suas raízes. «...o Consolador, o Espírito Santo, a quem o Pai enviará em meu nome, esse vos ensinará todas as cousas e vos fará lembrar de tudo o que vos tenho dito» (João 14:26).

1. Uma Significativa Declaração Não-Canônica

No codex D (Cantabrigiensis), no sexto capítulo do evangelho de Lucas, entre os versículos quarto e sexto (o quinto versículo vem após o versículo décimo, de outros manuscritos), encontramos a seguinte adição, que representa uma declaração extracanônica de Jesus: «No mesmo dia, vendo um homem trabalhar no sábado, ele (Jesus) lhe disse: Homem, se sabes o que estás fazendo, és bem-aventurado; mas, se não o sabes, então és maldito e transgressor da lei». Se isso reflete uma declaração genuína, que não foi registrada, então poderíamos dizer que o ponto de vista de Jesus sobre a lei era muito mais próximo do ponto de vista paulino do que poderíamos suspeitar. Por outra parte, esse versículo pode ser uma glosa, adicionada por algum escriba, com base nos sentimentos expressos por Paulo. Não há como testar a sua autenticidade, pelo que não podemos apelar para essa passagem, em qualquer discussão sobre como Jesus se relaciona à lei. Por outro lado, encontramos considerável material, nos evangelhos, referente a esse assunto. Damos abaixo um sumário.

2. Trechos Bíblicos Problemáticos

a. Este **trecho bíblico** nos dá razão para pensar: «...Mestre, que farei para herdar a vida eterna? Então Jesus lhe perguntou: Que está escrito na lei! Como interpretas? A isto ele respondeu: Amarás o Senhor teu Deus de todo o teu coração, de toda a tua alma, de todas as tuas forças e de todo o teu entendimento; e amarás o teu próximo como a ti mesmo. Então Jesus lhe disse: Respondeste corretamente; faze isto, e viverás» (Luc. 10:25-28).

Viver, realmente, a lei do amor, que é inspirado pelo amor que a pessoa tem a Deus, leva-a a ter a vida eterna. O caso do bom samaritano, pois, ilustra quem é o nosso «próximo». Vemos ali a prestação de serviço humanitário. Ora, essa foi uma resposta tipicamente dentro do contexto do judaísmo, conforme entendido por seus mestres mais espirituais. A resposta dada por Jesus leva-nos a entender que a observância da lei, desse modo, resultaria na vida eterna. Por outra parte, Paulo negou que a lei seja qualquer outra coisa além de instrumento da morte espiritual. E isso porque ninguém é capaz de guardar a lei em sua inteireza. E, ainda que alguém conseguisse fazê-lo, a lei não poderia transmitir vida eterna. Não há que duvidar que podemos depreender isso de trechos paulinos como Rom. 4:1-6 e Gál. 3:21. *Se* existisse uma lei que pudesse transmitir vida, então a vida seria transmitida desse modo. Para Paulo, porém, não existia tal lei; nem mesmo a lei de Deus poderia fazer tal coisa. A lei foi dada, segundo Paulo, para confirmar a nossa necessidade. A fé e a graça vieram para erguer essa carga e conceder vida. Poderíamos argumentar que Jesus esperava que entendêssemos os argumentos paulinos entre as linhas do que ele dizia, ou seja, que qualquer verdadeira observância da lei precisa estar alicerçada sobre a verdadeira fé e a regeneração, pois, de outro modo, a guarda da lei é algo impossível. Todavia, Jesus não falou como se a vida eterna não possa proceder da observância da lei, apesar de ser óbvio que ele requeria arrependimento, fé e regeneração genuínos, não menos enfaticamente do que Paulo. Além disso, Tiago fornece-nos a resposta judaica a esse problema, e não a resposta paulina, a menos que distorçamos o que Tiago afirmou, a fim de harmonizar suas palavras com aquilo que Paulo escreveu. A resposta dada por Jesus, à pergunta daquele homem também foi uma resposta tipicamente judaica. Naturalmente, compreendemos que, em última análise, não há verdadeira contradição entre Jesus e Tiago, por uma parte, e Paulo, por outra parte, visto que a graça divina e as obras (vistas como partes integrantes da graça divina) são coisas sinônimas, quando corretamente definidas. A verdadeira atuação espiritual procede do Espírito, mas

manifesta-se na conduta humana. Não se trata de um meio de obter mérito através das realizações humanas. Não obstante, deve haver tal realidade na vida de todo convertido, que transforme genuinamente o seu ser, e não sendo apenas alguma coisa que ele espere chegar a ter, a fim de obter uma grande bênção espiritual.

b. *Consideremos este outro trecho bíblico.* «E eis que alguém, aproximando-se, lhe perguntou: «Mestre, que farei eu de bom, para alcançar a vida eterna? Respondeu-lhe Jesus:... Se queres... entrar na vida, guarda os mandamentos» (Mat. 19:16,17).

Seria ridículo paulinizarmos essa resposta, afirmando que Jesus estava postulando apenas um dilema filosófico, visto que, tendo ele dito isso, em seguida teria de dizer que, por esse método, ninguém pode adquirir a vida eterna, e que, logicamente, teria de voltar-se para a graça divina e para o gratuito dom de Deus (conforme Paulo, sem dúvida, teria respondido àquela pergunta). Antes, o Senhor Jesus enumerou os mandamentos, e o homem disse que os estava guardando. Então, Jesus disse-lhe para vender tudo quanto tinha, e dar o dinheiro aos pobres. Isso haveria de mostrar o quanto o jovem vinha observando a lei do amor, a essência real da lei mosaica inteira. Mas o homem foi-se embora, triste, porquanto não se sentia capaz de separar-se de seu rico dinheirinho, porquanto era no dinheiro que o seu coração, na verdade, estava preso. É fácil imaginarmos uma passagem como essa, nos escritos de Paulo, ser seriamente modificada. Novamente, vemos que Jesus deu uma resposta tipicamente judaica, dando a entender vigorosamente, que a vida eterna só pode vir através da *apropriada* observância da lei, o que está dentro das possibilidades humanas, cujos princípios eram negados por Paulo.

Nossa teologia gosta de harmonizar tudo, e sente intolerável que Paulo não concorde em tudo com Jesus, em todos os pontos, de acordo com a maioria dos sistemas teológicos cristãos. Porém, o livro de Tiago lembra-nos de que é inútil a tentativa de reconciliar tudo, dentro do Novo Testamento. Há porções que olham a verdade de um ângulo, e outras porções que olham essa mesma verdade de outro ângulo. O Novo Testamento não é uma obra tão homogênea como os nossos teólogos sistemáticos gostariam que acreditássemos. Em nossos esforços de harmonização, conseguimos sistemas mais coerentes internamente; mas, na realidade o que fazemos é cortar o nó górdio, em vez de desatá-lo. Ver o artigo sobre *Nó*, segundo parágrafo. É evidente que, por muitas vezes, a teologia nada é senão um trabalho de cortar nós, em vez de resolver problemas de modo genuíno. Alguns problemas simplesmente não têm solução adequada; e um desses problemas parece ser as diferentes atitudes que Jesus e o apóstolo Paulo tinham no tocante à lei mosaica.

3. Um Comportamento Ilegítimo

Tanto Jesus quanto os seus mais chegados discípulos foram acusados de uma conduta ilegal (ver Mar. 3:16; 2:23-28). Entretanto, não deveríamos interpetar isso como uma tentativa de ab-rogar a lei. Sabemos que os galileus não eram tão estritos, quanto a essa questão, quanto as autoridades ierosalomitanas. Jesus não contradisse a essência ou verdadeiro espírito da lei. Ele tão somente objetava aos exageros dos escribas e dos fariseus. Ver Mar. 7:8 *ss*. Ver, especialmente, os vs. 14 em diante.

4. A Declaração Clássica de Jesus

A passagem de Mat. 5:17-20 é o trecho-chave das atitudes de Jesus Cristo a respeito da lei:

a. Ele veio cumprir a lei, e não anulá-la (vs. 17)

b. A lei jamais passará (vs. 18).

c. O cumprimento do menor dos mandamentos da lei importa em uma recompensa (vs. 19).

d. Jesus radicalizou a lei, longe de anulá-la. Ele fez com que os preceitos da lei se aplicassem a nossos motivos e pensamentos, e não apenas aos nossos atos. Moisés falou, mas o que Jesus *disse* é a fórmula mediante a qual a lei também envolve os nossos motivos, e não somente os nossos atos externos. Ver Mat. 5:38 *ss*.

e. A declaração final da radicalização da lei, por parte de Jesus, é a chamada para compartilharmos da perfeição de Deus Pai. *Se* guardarmos a lei, da maneira como Jesus (e não Moisés) ordenou, então teremos um meio de atingir a perfeição do Pai. Como é óbvio, Jesus esperava que os seus ouvintes entendessem que somente os homens regenerados, dirigidos pelo Espírito, são capazes de guardar a lei dessa forma. Não obstante, seu ensino, nesse ponto, não soa muito como o ensino de Paulo. A lei de Deus precisa ser inscrita nas tábuas do coração, conforme Jeremias afirmou (Jer. 31:33).

5. Ênfase Sobre a Lei do Amor

Jesus fazia a validade da guarda da lei girar em torno da observância da lei do *amor* (Mat. 22:40). Paulo também fazia a *lei do amor* ser a própria essência do espírito da lei (Rom. 13:10). Todas as fés religiosas concordam com esse princípio, como também praticamente todas as filosofias. A lei do amor é a lei suprema, e coisa alguma que possamos aprender de fato é capaz de contradizer isso. De fato, quanto maior for a nossa experiência espiritual, tanto mais teremos de concordar com esse ensinamento bíblico.

JESUS E PECADO

Ver o artigo sobre a **Impecabilidade de Jesus.**

JESUS, ENSINOS DE

Ver o artigo sobre **Jesus,** seção III.

JESUS, ÉTICA DE

Ver sobre **Jesus**, seção III. d. Ver também o artigo geral sobre a *Ética*, seção IX. *Etica Telsta*, que inclui as idéias principais sobre a ética do *Novo Testamento.*

JESUS HISTÓRICO

Esboço:

1. A Criação de Problemas
2. Obras Clássicas
3. Obras dos Racionalistas
4. O Cristo Histórico e o Jesus Histórico
5. Crítica da Forma
6. A Autenticidade dos Relatos Sobre Milagres
7. Karl Barth: Teologia Dialética
8. Rudolf Bultmann: A Demitização
9. A Nova Inquirição pelo Jesus Histórico
10. Contradição Inglesa ao Ceticismo Alemão
11. A Importância do Relato dos Evangelhos
12. A Realidade do Elemento Miraculoso
Bibliografia

1. A Criação de Problemas

A crítica moderna tem criado o problema do Jesus histórico, em contraste com o Jesus teológico (celestial ou metafísico). Essa atividade, quando atinge proporções radicais, faz o Jesus teológico reduzir-se a

uma invenção do cristianismo, além de assegurar-nos que essa atividade foi tão radical que nos é praticamente impossível descobrir como Jesus era, realmente, com base nos documentos bíblicos que atualmente possuímos. Em nosso artigo sobre Jesus, seção I, *Identificação*, damos os principais pontos de vista históricos, considerando o que deveríamos pensar sobre Jesus. O ponto f., *Liberal*, fornece-nos algumas coisas que se relacionam ao presente artigo, visto que os chamados eruditos liberais é que têm levantado e discutido a questão do *Jesus histórico*, em contraste com o *Jesus teológico*.

2. Obras Clássicas

O problema do «Jesus histórico» foi levantado, de forma gráfica, por Albert Schweitzer, em sua obra clássica, *The Quest of the Historical Jesus*, «A inquirição pelo Jesus Histórico». Parte dessa obra alicerçou-se sobre o trabalho de Herman Samuel Reimarus (1694—1768), mestre de idiomas orientais em Hamburgo, na Alemanha. Esse estudioso procurou distinguir o que Jesus realmente teria dito, daquilo que os apóstolos escreveram subseqüentemente. De acordo com essa obra, Jesus julgava ser o Messias dos judeus; mas, após a sua morte, seus apóstolos transformaram-no em uma figura celestial, e o seu tencionado reino terreno foi por eles guindado à posição do reino celeste de Deus. Reimarus, segundo sabemos, era influenciado pelo *deísmo* inglês (vide), e sob hipótese alguma não era um intérprete preconcebido. O deísmo supõe que as leis naturais cuidam das coisas, e que Deus é por demais transcendental para imiscuir-se na história humana em qualquer sentido direto. Por conseguinte, o elemento miraculoso, por exemplo, não é interpretado pelo deísmo como dotado de bases históricas.

3. Obras dos Racionalistas

As obras desses homens foram seguidas por vários livros acerca da vida de Jesus, e cujo intuito era eliminar o elemento miraculoso, atribuindo qualquer declaração mais admirável sobre Jesus aos seus apóstolos, como criações deles. O racionalismo, pois, estava trabalhando a pleno vapor, e os homens expressavam ali uma fé meramente racional. Eles perderam o contato com a experiência humana mística, de acordo com a qual ocorrem coisas realmente admiráveis, supondo que somente porque não tinham qualquer experiência incomum, essas experiências, na verdade, não existiam. Essa atitude nem é histórica e nem é científica.

David Friedrich Strauss (1808—1874) muito falava sobre os *mitos* existentes nos evangelhos, em seu livro *Vida de Jesus*, e isso se tornou uma posição popular, em alguns círculos liberais. Deveríamos reconhecer as contribuições de tais homens, porquanto foram eles que elaboraram estudos no campo da historicidade, não se ocupando com a mera teologia dogmática. Eles deixaram sua contribuição, apesar de suas respostas negativas, que dificilmente reconhecem Jesus como a grande figura que ele, indubitavelmente, foi. Nosso padrão nunca deveria ser «aquilo que esperamos» que possa acontecer. A vida de Jesus demonstrou que, constantemente, ele fazia o que os homens *não esperavam* que ele fosse capaz de fazer. Foi precisamente por esse motivo que ele deixou marcas imortais sobre a existência humana. Dificilmente poderíamos atribuir esse fato somente aos ensinamentos de Jesus. Antes, ele foi uma poderosa figura, que realmente realizou aquilo que os escritores dos evangelhos disseram que ele fez. Por que motivo duvidaríamos disso? Os homens, em nossos próprios dias, estão repetindo os milagres de Jesus!

Os teólogos sistemáticos liberais, Albrecht Ritschl e Wilhelm Herrman, e o historiador liberal, Adolf von Harnack, lançaram-se à tarefa de demonstrar a existência de certa distinção entre a história e a fé. Essa é uma tarefa dificílima, porque requer, basicamente, que o Jesus dos evangelhos seja substituído por uma figura humana na qual ainda podemos exercer fé, e cujo exemplo podemos seguir, mas que pouco ou nada tem a ver com a visão que os apóstolos tinham de Cristo. Todavia, indagamos por que motivo os apóstolos ter-se-iam dado ao trabalho de inventar e propagar uma figura que eles *sabiam* não corresponder à personagem de Jesus de Nazaré. A obra de Renan, *Vida de Jesus*, foi escrita praticamente com essa mesma atitude, como também o livro de J.R. Seeley, *Ecce Homo*, «Eis o Homem». Schweitzer, entretanto, foi sábio o bastante para perceber que o Jesus inventado por aqueles homens era apenas uma visão *idealista* do que eles pensavam que o homem natural é capaz de realizar, e não um registro histórico válido do que Jesus, realmente, foi. Em outras palavras, aqueles homens fizeram exatamente aquilo que tinham acusado os apóstolos de terem feito: eles inventaram vários Jesus, de acordo com suas próprias imaginações. Tanto Schweitzer quanto outros críticos chegaram a crer que o Jesus idealizado no século XIX era um modelo religioso mais aceitável do que a figura do Jesus verdadeiro, ao qual não podiam aceitar porque, segundo eles, era por demais estranho a este mundo. Schweitzer enfatizava os elementos escatológicos da mensagem de Jesus, com prejuízo e obscurecimento de todos os demais elementos de seu ensino.

4. O Cristo Histórico e o Jesus Histórico

Martin Kahler criticou violentamente o pressuposto fundamental de alguns eruditos, de que o Jesus histórico foi o Jesus *real*. Seu livro, publicado em 1892, intitulado, *The So-Called Historical Jesus and the Historical Biblical Christ*, «O Chamado Jesus Histórico e o Cristo Bíblico Histórico», contém o seu argumento essencial. Para ele, o que é *histórico* refere-se àquilo que podemos aprender através dos métodos seguidos pelos historiadores, os quais sempre podem ser defeituosos, ou, pelo menos, parcialmente errôneos. Por outro lado, uma pessoa ou acontecimento seria *histórico* por causa do poder e dos efeitos produzidos sobre os homens e sobre o futuro deles. Dadas as alternativas entre o chamado Jesus histórico, e o Cristo histórico, Kahler preferia este último. O Cristo histórico, segundo ele proclamava, é o Cristo real. Para ele, a busca pelo Jesus histórico não passaria de uma ruela sem saída, como tantas outras questões históricas. Ele chegava ao extremo de declarar que essa inquirição pode até mesmo obscurecer a nossa compreensão sobre o Cristo vivo. Ele cria que Jesus era diferente de nós quanto à *espécie*, e que todos os métodos que podem ser usados para revelá-lo têm sido e continuarão sendo fracos. Ademais, ele acreditava que numerosos erros penetraram nos relatos dos evangelhos, subservientes aos propósitos dos escritores sagrados. Em outras palavras, Kahler não respeitava esses autores como historiadores; e nem se sentia satisfeito diante daquilo que eles escreveram. Ele se preocupava muito mais com o evento e com a pessoa *históricos*, que estabelecem reais diferenças nas vidas dos homens. O Cristo histórico transpareceria muito bem no N.T. sem precisar das armadilhas da historicidade.

5. Crítica da Forma

De acordo com essa teoria, os evangelhos oferecem *esboços* de vários tipos, acerca de como Jesus falava e agia. Foi feita a tentativa para retraçar os tipos de atitudes mentais ou tipos de relatos que teriam

explicado o registro dos evangelhos em forma escrita. Ver o artigo *Crítica da Bíblia*, quarto ponto, quanto a um estudo completo sobre essa questão. A nossa principal crítica a essa posição é que essa maneira de interpretar a vida de Jesus, apesar de algum valor óbvio, é que, de acordo com ela, o intérprete se vê por demais envolvido em seu próprio subjetivismo, ao passo que os escritores dos evangelhos aparecem como exageradamente envolvidos na mecânica da transmissão, e não no relato daquilo que, para eles era uma narrativa vívida e admirável. Além disso, essa posição também exagera as possibilidades de mitos, memórias imperfeitas e seleções preconcebidas de material, com vistas à promoção a interesses pessoais e da Igreja em geral, como se os escritores sagrados não tivessem nenhuma vontade de anunciar, admirados, aquilo que Jesus realmente disse e fez. Essa posição também negligencia a essência dos registros de testemunhas oculares de admiráveis ocorrências, que assinalam, de maneira forte e gráfica, a memória daqueles que falaram a esse respeito. Todos nós temos passado por experiências que «parecem que aconteceram ontem», visto que os eventos importantes e dramáticos conferem-nos uma memória vívida deles, para sempre. É a vida rotineira, de todos os dias, que se perde nos arquivos das memórias meramente triviais.

6. A Autenticidade dos Relatos Sobre Milagres

Esses milagres são bem modernos, e não antigos. Fazem parte da experiência humana, embora não ocorram a todos os instantes. Alguns eruditos têm intelectualizado e provincializado a fé cristã. O que não se ajusta ao racionalismo deles é automaticamente rejeitado. E as racionalizações deles alicerçam-se sobre as suas experiências religiosas limitadas e provinciais. Muitos homens têm experimentado o que é incomum e miraculoso. Isso faz parte das experiências humanas místicas, tanto quanto as questões intelectuais e a manipulação das mesmas. A vida humana não é apenas intelecto e racionalidade; envolve, igualmente, o que é místico. A experiência humana é muito variegada e admirável. Não é histórico negar o elemento miraculoso na vida humana, negá-lo é anti-histórico e anticientífico.

«É impossível eliminar a maioria dos relatos de milagres, nos evangelhos, como se fossem meros acréscimos posteriores às narrativas. É verdade que alguns desses relatos exibem um estágio de desenvolvimento avançado, nas tradições, mais do que outros relatos—alguns deles são muito mais circunstanciais e pormenorizados, e contêm referências laterais a questões posteriores. Entretanto, refletem um mesmo e único caráter, por parte Daquele que os realizou, e isso serve de principal sinal de autoridade e poder desses relatos» (AM). Ver o artigo separado intitulado *Milagres*.

7. Karl Barth: Teologia Dialética

Karl Barth salientava ainda mais que Kahler, a idéia do *Cristo da fé* (o Cristo histórico). O seu comentário sobre a epístola aos Romanos, em certo sentido, foi uma revolta contra o liberalismo teológico. Ele ensinou uma *teologia de crise* ou *teologia dialética*, que exalta a Palavra de Deus como uma manifestação daquilo que é radicalmente diferente do homem, que se tornou humanamente conhecido na pessoa de Jesus Cristo. Ele ensinava que os evangelhos são meras tentativas hesitantes de revelar o que é o Totalmente Outro. Barth acreditava que os estudiosos liberais têm ido longe demais em sua humanização da fé cristã e do Cristo anunciado pela fé cristã e, assim sendo, passou a convocar os homens de volta à autoridade da revelação bíblica como base da fé que aceita a verdade sem racionalizações. Ele ensinava que a fé religiosa necessariamente envolve *paradoxos* (vide), visto que todos os meios de tentar revelar o Totalmente Outro fracassam, até certo ponto. Para ele, a *polaridade* é um princípio muito importante. Ver o artigo intitulado *Polaridade*. As teologias sistemáticas geralmente negligenciam um pólo e enfatizam somente o outro pólo. Isso pode ser visto no fato de que o calvinismo esquece-se ou distorce os versículos que aludem ao livre-arbítrio humano, ao passo que o arminianismo negligencia ou distorce os versículos que aludem à soberania de Deus. Outrossim, há a Infinita Palavra de Deus, a verdadeira Palavra de Deus, acerca da qual qualquer documento sagrado escrito é um mero reflexo. Ver os artigos separados sobre *Barth, Karl; Dialética, Teologia da; Polaridade; Paradoxo; Neo-ortodoxia*. Karl Barth enfatizava a *Palavra* que nos chega por meio da Bíblia, e acreditava que ela requer uma fé inquestionável de nossa parte, bem como perfeita obediência, sem as contradições das atividades racionalistas dos homens.

8. Rudolf Bultmann: a Demitização

A sua publicação, intitulada **O Novo Testamento e a Mitologia** (1941) provocou grande agitação no mundo bíblico e teológico. De acordo com ele, os escritores do Novo Testamento tentaram retratar como eles entendiam as suas próprias existências, em vez de retratarem objetivamente a realidade. Isso posto, no Novo Testamento, temos um grande âmago de mitos que fala sobre realidades religiosas, mas que, com freqüência, é não-histórico ou mesmo contra-histórico. A história ficaria em segundo plano, e os ensinamentos religiosos seriam apresentados por meios simbólicos. As tentativas humanas de falar acerca de Deus seriam expressas por meio de mitos e representações. Esses mitos tratariam da relevância do evangelho, mas de uma maneira tal que fica sacrificada a sua historicidade essencial. Assim sendo, precisamos examinar os mitos, reconhecê-los naquilo que eles são e, desse modo, obter algum discernimento quanto à historicidade, embora os resultados, ainda assim, sejam pobres. Quanto a detalhes sobre essas questões, ver os artigos separados sobre *Bultmann, Rudolf* e *Demitização*. Bultmann descobriu que qualquer inquirição verdadeira para descrever o Jesus histórico é impossível, e até mesmo ilegítima. Contudo, ele acreditava que importantes coisas acerca da obra e da pessoa de Jesus podem ser conhecidas por nós. Isso viria através da *kerygma*, «pregação» ou «mensagem», similar a *Palavra* de Barth, mas nunca através da pesquisa histórica. Ele renunciou à pesquisa do século XIX, que procurava definir a personalidade de Jesus, conferindo-lhe descrições psicológicas. Pois, apesar de podermos determinar certos fatos básicos sobre a sua história (sem entrarmos em detalhes, o que só nos envolveria no erro), essa atividade não é muito importante. O que realmente importa é a sua *kerygma*, a mensagem, a *Palavra* de Cristo.

9. A Nova Inquirição pelo Jesus Histórico

Os eruditos do século XX têm frisado a continuidade entre o Jesus da história e o Cristo da tradição. O que havia em Jesus que levou a Igreja cristã a considerá-lo o Cristo? Ernst Kasemann, em sua preleção intitulada *O Problema do Jesus Histórico* (1953), e Gunther Bornkamm, em seu livro, *Jesus de Nazaré*, embora apresentando estudos tão diferentes entre si, concordaram pelo menos quanto a dois pontos: a. É quase impossível escrever uma verdadeira *vida* histórica de Jesus. b. Por outro lado, é fatal à fé religiosa permitir que o ceticismo nos leve a desencorajar-nos totalmente do interesse pelo Jesus

terreno, uma posição da qual Bultmann chegou bem perto. Deveríamos continuar interessados no Jesus que viveu na terra, investigando os aspectos históricos dos evangelhos e a base da fé cristã. As duas obras mencionadas não expõem novas idéias sobre o que *mais* sabemos sobre o Jesus histórico, mas tão somente tentam manter abertas as portas para o interesse e a pesquisa, o que é um novo ponto de vista, em comparação com o que pensava Bultmann. Parte dessa nova inquirição consiste na ênfase posta não sobre nomes, lugares, harmonia de eventos particulares, etc., e, sim, sobre o *significado* das ocorrências, ainda que talvez tenham sido apresentadas por escrito de modo incorreto. A atenção é enfocada sobre a tarefa a que Jesus se entregou, a sua personalidade, e o que essas coisas deveriam significar para nós. Essa nova inquirição, na verdade, é uma espécie de retorno à inquirição original, que trocou o Jesus idealista dos liberais (inventado por eruditos do século XIX) pelo Jesus existencial, inventado por Bultmann, e que os seus estudantes e discípulos continuaram tentando descrever.

10. Contradição Inglesa ao Ceticismo Alemão

Quase tudo quanto ocorreu antes, nesse campo, reflete aspectos do ceticismo alemão, que se manifesta de diferentes modos. Todos estão prontos a admitir a erudição detalhada e notável dos eruditos alemães. Porém, eles são caracterizados por um pronunciado ceticismo. Os eruditos ingleses, como um todo, embora não totalmente divorciados dessa atitude, não aceitaram em grande extensão, várias formas da abordagem germânica, como, por exemplo, a *crítica de forma*. Além disso, os ingleses têm-se mostrado mais otimistas acerca da possibilidade de se obter (ou de já se ter obtido) um conhecimento genuíno a respeito do Jesus histórico. Por certo, isso nos faz pensar em uma disposição racial, o que se reflete nas igrejas evangélicas estabelecidas na Alemanha e na Inglaterra. A Igreja Anglicana nunca acompanhou até muito longe o liberalismo alemão (com algumas notáveis exceções), e nem jamais favoreceu o fundamentalismo radical. Ela prefere seguir um curso intermediário entre esses extremos, tendo demonstrado uma notável tolerância para com outros grupos cristãos e seus pontos de vista, sem sentir a responsabilidade de concordar com este ou aquele grupo.

11. A Importância do Relato dos Evangelhos

Embora aquilo que os harmonistas têm feito algumas vezes tenha chegado às raias do ridículo, é inútil tentar divorciar o Cristo histórico do Jesus histórico, como alguns têm feito. Isso alicerça-se sobre a ausência de fé, supondo que simplesmente porque alguém não experimentou *pessoalmente* o que é miraculoso, então é que o miraculoso não existe. A história da religião, antiga e moderna, bem como a experiência humana no campo do misticismo, demonstram que o miraculoso é uma realidade, a despeito das distorções, fraudes e errôneas interpretações a que os homens o têm sujeitado. Também não deveríamos permitir que a falta de entendimento dos homens, sobre a natureza de Cristo, obscureça o fato de que o Logos estava em Jesus, e saiu a realizar maravilhas extraordinárias. Isso transparece com clareza nos registros dos evangelhos, e foi confirmado por inúmeras testemunhas. Eis a razão pela qual os antigos (e também os modernos) encontram tanta dificuldade para explicar a pessoa de Jesus Cristo. Ele era, realmente, diferente de nós, pois, do contrário, não haveria qualquer dificuldade na tentativa de explicá-lo. Ver o artigo sobre *Jesus*, seção I, *Identificação*, que mostra os variegados meios que têm sido empregados para explicar o que Jesus era e fez. Porém, o problema real não consiste em saber se ele fez o que fez e era o que disse que era. O evangelho informa-nos fidedignamente sobre essas coisas. O problema real consiste em explicar o *como*. Isso nos envolve em uma pesada teologia, e a *cristologia* (vide) é o resultado dessa atividade.

12. A Realidade do Elemento Miraculoso

Em primeiro lugar, deveríamos entender que o verdadeiro milagre é a própria pessoa de Jesus, e não tanto o que ele fazia. Pois o que ele fazia resultava daquilo que ele era. Assim, nossa primeira investigação deveria girar em torno da pessoa de Cristo, e não em torno de suas realizações. Em segundo lugar, importa reconhecermos a realidade de suas admiráveis obras. Pessoas bem informadas sabem que, em algum lugar, agora mesmo, muitas coisas miraculosas estão acontecendo. Os céticos, porém, nunca acreditam, sem importar o que suceda. Para eles, nenhuma evidência é suficiente. Existe o que se poderia chamar de mente fechada, que não crê sob hipótese alguma. Agostinho salientou que o ceticismo leva os homens às reais trevas espirituais, impossibilitando assim a fé. Os eruditos, envolvidos em seu intelectualismo, têm feito muitas contribuições que nos beneficiam em nosso conhecimento e em nossa maneira de viver. Porém, as pesquisas eruditas podem ser efetuadas em uma atmosfera distante da vida religiosa de todos os dias. Há muita coisa, na tradição mística, que fala em favor da verdadeira espiritualidade, e que se manifesta naquilo que é miraculoso. Ver sobre *Misticismo*. Milagres estão ocorrendo a cada dia. Nesta enciclopédia há um artigo sobre *Satya Sai Baba*, um homem que está duplicando milagres feitos por Cristo. Disse Satya Sai Baba: «Não há como a ciência poder investigar-me». Julgo que há nisso uma verdade que se aplica, supremamente, a Jesus Cristo. Os homens caem no ceticismo quando se defrontam com mistérios para os quais não há lugar em seus sistemas mentais. Todavia, deveríamos lembrar que o elemento miraculoso não serve de prova da veracidade de posições teológicas, pois esse elemento aparece nos mais variegados círculos, religiões e lugares. Todavia, o elemento miraculoso demonstra que precisamos de maiores definições sobre a vida do que aquelas que nos são oferecidas pelos céticos e incrédulos.

Bibliografia. AM B BART BARTS BULT BUTL(1960) KAH ROBINS SCHW.

JESUS, IDENTIFICAÇÃO

Ver sobre **Jesus**, seção I.

JESUS JUSTO

Ver sobre **Justo.**

JESUS, MINISTÉRIO DE

Ver Jesus, seção II.

JESUS, TRADIÇÕES MUÇULMANAS

Ver **Jesus (nas Tradições Islâmicas).**

JESUS, VIDAS DE

Ver os artigos separados sobre **Jesus** (artigo geral); **Jesus e a Lei; Jesus Histórico.** A vida de Jesus e a busca pela compreensão ao Jesus histórico e ao Cristo apresentado nas páginas da Bíblia têm produzido uma prodigiosa literatura em termos de volume. O propósito deste artigo é o de apresentar um breve

esboço da literatura envolvida. Alguns poucos livros representantes são alistados:

1. *Os Evangelhos*. Estão em foco os três evangelhos sinópticos e o evangelho de João. Os evangelhos mesclam a história pessoal de Jesus com a sua mensagem. Ver o artigo acerca do *Problema Sinóptico*, bem como a introdução a cada evangelho. Não há razão alguma para supormos que os evangelhos não narraram essencialmente aquilo que Jesus foi e fez. A grande questão não é a da historicidade. Antes, consiste em *como* ele fez o que fez, ou seja, qual era a sua verdadeira natureza.

2. *O Diatessaron, a Harmonia dos Evangelhos de Taciano*. A palavra grega *diatessaron* significa «através de quatro». Trata-se do exame dos quatro evangelhos, procurando pô-los em harmonia, uns com os outros, no tocante às suas apresentações da história da vida de Jesus. É impossível a produção de uma harmonia totalmente satisfatória, porquanto os escritores sagrados fizeram seleções dentre um número muito maior de ocorrências na vida de Jesus. «Na verdade, fez Jesus diante dos discípulos muitos outros sinais que não estão escritos neste livro...» (João 20:30). Contudo, essa atividade não é inútil, porquanto tem produzido excelentes resultados. Papias informa-nos que Marcos não alistou os eventos da vida de Jesus necessariamente em ordem cronológica. É mesmo provável que grande parte da seqüência histórica se tenha perdido para sempre. Isso não significa que o relato dos incidentes (ainda que nem sempre em sua ordem cronológica exata) não seja fidedigno, ou que tenha sido fraudulentamente narrado. Os grandes acontecimentos produzem um forte impacto sobre a mente humana. Assim, embora um grande número de anos se tenha passado entre os eventos da vida de Jesus e o registro, por escrito, desses eventos, a memória das testemunhas oculares não se embotou apreciavelmente. Por outra parte, o Senhor Jesus garantiu de antemão a assistência de seu Santo Espírito: «...mas o Consolador, o Espírito Santo, a quem o Pai enviará em meu nome, esse vos ensinará todas as cousas e vos fará lembrar de tudo o que vos tenho dito» (João 14:26).

3. Durante os primeiros séculos do cristianismo, o cristianismo ortodoxo, ao que tudo indica, não sentiu qualquer necessidade de produzir um exame histórico da vida de Jesus. Por outra parte, houve muita teologia sistemática e muita teologia dogmática.

4. A obra de Ludolf (falecido em 1377), *Vita Christi*, apresentava uma vida de Jesus que enfatizava o pietismo medieval.

5. Incrível é que a reforma protestante não tenha produzido livros individuais sobre a vida de Jesus. Mas, houve muitos comentários bíblicos que, naturalmente, incluíam esse tipo de material histórico.

6. Várias vidas de Cristo, produzidas por diferentes autores, foram publicadas por eruditos alemães, a partir do século XVIII, mas, apareceram em maior número no século XIX. Essa atividade foi feita em preparação e como parte da inquirição (ou negação) sobre o Jesus histórico. Gotthold Phraim Lessing (1729—1781) aplicou métodos críticos à fé cristã e aos documentos históricos do cristianismo. Lessing publicou uma obra póstuma de Reimarus, intitulada *Sobre o Propósito de Jesus e de Seus Discípulos*. Em contraste com a forte ênfase sobre o aspecto sobrenatural, esse livro procurava dar uma explicação puramente racionalista sobre as coisas registradas nos evangelhos. O elemento miraculoso foi posto em dúvida. H.E. Paulus (1828) deu continuação a esse tipo de exame. David F. Strauss tentou interpretar o relato sobre Jesus do ponto de vista mitológico (1835). Ele pensava que o conceito de mito provia uma síntese entre o sobrenatural e o racional. Entrementes, homens como Ewald e Neander (ver os artigos sobre eles) continuaram a defender o elemento miraculoso dos relatos bíblicos.

A obra de Renan, *Vida de Jesus* (1863), dependeu da obra e das idéias de Strauss e de F.C. Baur (1847). Estranhamente, ele eliminava o quarto evangelho, como se não tivesse qualquer valor histórico. Weisse (1838) e Wilke (1838) demonstraram a prioridade histórica do evangelho de Marcos. T. Kein produziu uma maciça obra sobre a vida de Jesus (1867—1872), onde o evangelho de Marcos e Q (vide) foram salientados como fontes históricas. — Esse foi o começo do desenvolvimento da discussão sobre o *Problema Sinóptico* (vide). O ceticismo e o racionalismo produziram um Jesus ideal, um homem agradável aos estudiosos do século XIX, de tendências racionalistas, que não tinha muita conexão real com o Jesus histórico. Albert Schweitzer percebeu quão fútil era essa atividade, embora tivesse exagerado os aspectos escatológicos da mensagem de Jesus (1901). Temos apresentado um esboço mais completo sobre essa questão, com idéias e esforços específicos envolvidos, no artigo sobre o *Jesus Histórico*.

7. *Obras Correntes sobre a Vida de Jesus*. Essas obras modernas podem ser divididas em quatro categorias: a. Vidas harmonizadas, como a de David Smith, *The Days of the Flesh* (Os Dias da Carne) (1905). b. *Vidas críticas*, como as de S.J. Case (1927), M. Gogel (1933) e Charles Guignebert (1935). c. Estudos que rejeitam a possibilidade de uma recuperação histórica acurada da vida de Jesus, preferindo enfatizar a carreira e os ensinamentos de Cristo, procurando encontrar nisso alguma significação: Wernle (1918), Debelius (1939) e C.C. McCown. Este último escreveu *The Search for the Real Jesus* (A Busca pelo Jesus Real) (1940). d. Os eruditos conservadores, naturalmente, formam uma quarta categoria, tendo eles produzido narrativas sobre a vida de Jesus, nas quais o elemento histórico dos evangelhos é aceito como fidedigno, e aquilo que ele disse e fez é aceito como vital para a fé e a prática cristãs.

JESUS BEN SIRAQUE

Esse é o nome do autor do livro apócrifo judeu, conhecido também pelo nome de *Eclesiástico* (vide). Algumas vezes, esse livro é chamado pelo nome do seu autor. Quanto ao conteúdo e às atitudes, trata-se de um livro parecido com os livros canônicos de Provérbios e Eclesiastes, e pertence à chamada literatura de sabedoria dos judeus (vide). Foi escrito em hebraico, em cerca de 180 A.C., e, então, foi traduzido para o grego pelo neto do autor da obra. Atualmente, existe em sua inteireza somente no grego, ainda que, no começo do presente século, boas porções da obra, em hebraico, tenham sido descobertas em um antigo armário de uma sinagoga judaica, no Egito. Ver o artigo geral sobre os *Livros Apócrifos*.

JETER

No hebraico, «abundância» ou «excesso». Esse é o nome de várias personagens que figuram nas páginas do Antigo Testamento, a saber:

1. Um ismaelita (I Crô. 2:17). Algumas versões grafam seu nome como Itra. Ele era o pai de Amsa, que liderou a revolução de Absalão contra Davi. Sua esposa era Abigail, irmã de Davi (I Crô. 2:17). Em II

Sam. 17:25, ele é chamado de «israelita», embora seja considerado «ismaelita», em I Crô. 2:17. Muitos estudiosos pensam que «israelita» seja uma corrupção do texto original, ou mesmo um erro primitivo do autor original. Seu nome significa, no hebraico, «excelência». Viveu por volta de 1050 A.C.

2. Um descendente de Aser, que teria tido três filhos: Jefoné, Pispa e Ara. Teria vivido por volta de 1540 A.C. Ver I Crô. 7:38.

3. O primogênito de Gideão (Juí. 8:20). Viveu por volta de 1250 A.C.

4. Um filho de Jerameel, filho de Hezrom (I Crô. 2:32). Viveu por volta de 1400 A.C.

5. Um filho de Esdras, descendente de Calebe, o espia (I Crô. 4:17). Viveu por volta de 1400 A.C.

6. O sogro de Moisés tinha esse nome, ainda que, mediante um erro escribal, seu nome apareça com a forma de *Jetro* (vide).

JETETE

Enquanto alguns estudiosos opinam que o sentido desse nome é incerto, outros arriscam falar em «sujeição». Ele foi um chefe idumeu, que viveu no monte Seir. Esse nome também pode ter sido o nome de um clã, provavelmente formado pelos seus descendentes. Ver Gên. 36:40 e I Crô. 1:51. Viveu por volta de 1470 A.C.

JETRO

No hebraico, «abundância», «excesso», «superioridade», «excelência». Esse era o nome do sogro de Moisés. Ele foi sacerdote e príncipe de Midiã. Parece que, entre os midianitas, os seus príncipes automaticamente também oficiavam como sacerdotes. Há uma certa confusão no tocante ao nome desse homem, que a Bíblia não se dá ao trabalho de explicar. Ele é chamado *Reuel*, em Êxo. 2:18 e Núm. 10:29. Em Juí. 4:11, ele é chamado de Hobabe; mas, em Núm. 10:29, Hobabe parece ser o filho de *Reuel* (Jetro). Todas as demais passagens, onde aparece esse homem, dão o seu nome como Jetro. É possível que os nomes Reuel e Jetro fossem ambos nomes desse homem, o que não era um caso único. Moisés passou quarenta anos em seu exílio em Midiã, enquanto se preparava para o seu ofício de *Libertador* de Israel, em companhia de Jetro, e uma de suas filhas com a qual se casou, Zípora (vide) (Êxo. 3:1; 4:18).

Não somos informados quanto à religião que Jetro promovia; mas é vão tentar ligá-lo a *Yahweh*, o Deus dos judeus, conforme este se revelou a Moisés, na sarça ardente (ver Êxo. 6:3). Todavia, segundo alguns estudiosos, *Yahweh* pode ter sido uma das divindades dos midianitas, embora muito duvidemos disso. Seja como for, residindo Moisés com seu sogro, aquele recebeu uma teofania da parte do Deus de Abraão. Na oportunidade, Moisés estava cuidando das ovelhas de seu sogro. Então, ele reconheceu sua comissão divina como *libertador* de Israel da servidão egípcia. Moisés tomou sua esposa e seus filhos e viajou para o Egito. Posteriormente, entretanto, os enviou de volta a Midiã, talvez como uma medida de segurança. O décimo oitavo capítulo do livro de Êxodo registra a narrativa comovente de como, depois que Moisés conseguiu retirar, com sucesso, do Egito, o seu povo de Israel, e estava acampado no deserto, Jetro, juntamente com seus familiares (incluindo a esposa e os filhos de Moisés, que tinham sido deixados em Midiã), vieram visitar Moisés, no deserto. Jetro estava muito satisfeito com o que Moisés fizera, e deu ao Deus de Israel o crédito pela operação inteira. Foi então que Jetro reconheceu a superioridade de Yahweh sobre todos os deuses das nações, tendo-lhe oferecido sacrifícios e ofertas queimadas. Jetro observou como Moisés estava trabalhando arduamente, a fim de tentar solucionar os inúmeros problemas que o povo de Israel lhe trazia para julgar; e o aconselhou a nomear assessores, em vez de tentar atuar como juiz exclusivo. E Moisés aceitou o conselho de seu sogro, tendo nomeado juízes e líderes de mil, de çem, de cinqüenta e de dez (ver Êxo. 18:24,25). Após esse incidente, Jetro partiu para a sua própria terra.

Por causa do crítico envolvimento de Jetro nessas questões práticas atinentes ao começo da história do povo de Israel, alguns estudiosos têm pensado que a sua influência também se fez sentir até na religião ensinada por Moisés. E alguns deles vão ao extremo de ensinar que *Yahweh* não era um nome de Deus conhecido e usado por Moisés, e, sim, que Jetro foi quem teria introduzido esse nome divino na religião hebréia. Ver o artigo sobre *Jeová* quanto a uma discussão sobre essa questão. Se essa sugestão é verdadeira, então Jetro seria um sacerdote de *Yahweh* entre os midianitas, — podemos presumir que Yahweh era uma espécie de deus de algum sistema quase henoteísta. Ver o artigo sobre o *Henoteísmo*. Contra essa idéia, porém, encontramos a menção a Yahweh em Gên. 4:26; 6:3,5; 12:1,4 e em outros trechos desse mesmo livro. Alguns afirmam, todavia, que, nessas passagens temos material posterior que veio a ser combinado com o material mais antigo, mediante o trabalho de um editor ou editores. Damos informações sobre a questão no artigo sobre *Jeová*, além de mais detalhes no artigo intitulado *Jeovista* (*Eloísta*). Ver também o artigo sobre J. E. D. P.(S), acerca da teoria de muitos documentos complicados, que teriam servido de fontes do Pentateuco ou Hexateuco. Uma coisa que parece indiscutível, entretanto, é que Yahweh não era um nome de Deus exclusivamente usado pelos hebreus (e talvez nem mesmo originalmente). Antes, era um nome de Deus bem conhecido entre as tribos do Oriente Médio e Próximo. Sabemos que os midianitas descendiam de Abraão por meio de Quetura (Gên. 25:2,4; I Crô. 1:32,33), sendo possível que Yahweh fosse um dos nomes do Ser divino entre eles. Em português, usamos a palavra latina para Deus, isto é, *Deus*; mas isso não significa que adoramos a alguma divindade pagã romana. Há evidências arqueológicas, entretanto, em favor de amálgamas e empréstimos, nas religiões antigas; e a fé de Israel exibe evidências desse fato. Parece melhor confessarmos que nenhuma fé religiosa, à face da terra, incluindo o cristianismo, é destituída de qualquer mistura. com elementos provenientes do passado. É indubitável que todos erramos em algumas de nossas crenças e práticas, por mais sinceros que possamos ser, e por mais que gostemos de afirmar que a nossa fé é pura.

Uma ilustração de mistura com a religião dos queneus (midianitas).

No vale de Tinra, não muito longe do extremo norte do mar Vermelho, vários objetos de interesse têm sido achados pelos arqueólogos. Um desses objetos é uma serpente de cobre dourado. Os estudiosos bíblicos lembram-se de que enquanto os israelitas vagueavam pelo deserto, Moisés fez uma serpente de metal (Núm. 21:9). Mui provavelmente, a serpente de cobre era um item religioso vinculado à adoração à serpente dos midianitas. Moisés, como é sabido, casou-se com Zípora, filha de um sacerdote midianita, tendo passado nada menos de quarenta anos convivendo com aquele povo. Embora, como é provável, ele não desse à serpente o mesmo valor que eles davam, é

facilmente possível que seu uso, naquele incidente da serpente de metal, tenha sido inspirado por experiências que ele tivera entre os midianitas e com a religião deles.

JETUR

No hebraico, «cercado». Jetur foi um dos doze filhos de Ismael (Gên. 25:15; I Crô. 1:31). Uma tribo descendia dele, retendo o seu nome. Esse povo vivia a leste da área norte do rio Jordão. Alguns estudiosos têm identificado Jetur com os itureanos do Novo Testamento. Ver sobre a *Ituréia*. O lugar é mencionado somente por uma vez na Bíblia, em Luc. 3:1.

JEÚ (COMPANHEIRO DE DAVI)

Esse Jeú foi um guerreiro benjamita que se aliou a Davi, em Ziclague, quando Davi fugia de Saul. Ver I Crô. 12:3. Viveu em cerca de 1055 A.C.

JEÚ (FILHO DE HANANI)

Quanto ao sentido do nome Jeú, ver o artigo sobre **Jeú (o Rei)**, acima. Esse Jeú, filho de Hanani, foi um profeta que foi enviado por Deus para proferir juízo contra Baasa, rei de Israel. A condenação assemelhar-se-ia ao que sobreviera à casa de Jeroboão (I Reis 16:1-7). Anos mais tarde, Jeú recebeu a tarefa de reprovar a Josafá, por causa de sua tola aliança com Acabe, de Israel (II Crô. 19:2). Parece que Jeú trabalhara como cronista durante o reinado de Josafá (II Crô. 20:34). Ele viveu em cerca de 928—886 A.C. Foi um autor que deixou para a posteridade um comentário sobre o reinado de Josafá, que foi incluído no livro de Reis (que nossa Bíblia moderna desdobra em I e II Reis, livros canônicos), conforme somos informados em II Crô. 20:34.

JEÚ (FILHO DE JOSIBIAS)

Ele foi um simeonita que migrou para o vale de Gedor. Foi um dos chefes da tribo de Simeão (I Crô. 4:35). Viveu por volta de 711 A.C.

JEÚ (FILHO DE OBEDE)

Esse Jeú era da tribo de Judá, filho de Obede e pai de Azarias, I Crô. 2:38. Viveu por volta de 1612 A.C.

JEÚ (O REI)

1. **Nome e Família.** O sentido desse nome é incerto, embora uma boa suposição pareça ser que se trata de uma abreviação de *Yehohu*, «Yahweh é Ele». Porém, outros estudiosos ligam esse nome ao assírio *Jaua*, «é Já», onde *Já* aparece como um nome divino. Gesênio opinava que esse nome significa *Yahweh é Ele*, o que poderia ser uma afirmação da singularidade de Yahweh, ou seja, do monoteísmo. Seu avô foi Ninsi, e seu pai, Josafá. Em sua juventude, cavalgava atrás de Acabe, como elemento de sua guarda pessoal, como quando o maligno rei desceu a Jezreel, a fim de tomar posse da vinha obtida mediante falsa acusação e homicídio.

2. *A Figura Predita.* O ato de Acabe teve por base a profecia condenatória, por parte de Elias, dirigida contra esse monarca. E Jeú, desde o começo, foi apontado como o instrumento pelo qual o rei seria destruído. Ver I Reis 19:15-17. Temos aí um dos muitos exemplos bíblicos da operação da lei da colheita segundo a semeadura (ver Gál. 6:7,8). Eliseu, que também foi impulsionado para fazer a mesma predição, viu-a cumprida durante os dias do filho de Acabe, Jeorão. Jeú era o comandante do exército de Jeorão. Na época, estavam ocorrendo choques com os sírios. Jeorão foi forçado a fugir para Jezreel, a fim de recuperar-se dos ferimentos recebidos. Jeú foi deixado no controle das tropas. Então, Eliseu enviou um dos filhos dos profetas para que ungisse a Jeú rei de Israel. E a primeira tarefa do novo rei foi a de exterminar a casa de Acabe. Outros oficiais do exército imediatamente puseram-se ao lado de Jeú, consolidando assim a sua autoridade. Ver II Reis 9:1-16.

3. *A Matança de Acabe e sua Casa.* Jeú foi a Jezreel, a fim de matar. Ele e os seus partidários foram vistos a aproximarem-se; Jeú foi reconhecido por causa da maneira furiosa como guiava seu carro de combate. Isso posto, ele veio a tornar-se símbolo dos cocheiros ligeiros e temerários. O rei Jeorão foi, pessoalmente, ao encontro do grupo (depois que os dois mensageiros antes enviados não lhe foram mandados de volta). O rei Acazias, de Judá, também estava de visita, com um grupo, e também saiu para encontrar-se com Jeú. Jorão saudou a Jeú e indagou se ele vinha em paz. Jeú respondeu, atrevidamente, embora com toda a razão, que enquanto a mãe de Acabe estivesse promovendo a imoralidade e a idolatria em Israel, juntamente com outros atos de traição, não poderia haver paz. E imediatamente tornou-se claro, para Jorão, que havia planos de violência, e ele gritou para Acazias: «Há traição, Acazias». Jorão tentou fugir, mas Jeú era excelente arqueiro e com uma flecha, atravessou o coração do monarca. O rei Acazias, de Judá, também foi morto. E o cadáver de Jorão foi lançado no campo de Nabote, por onde acabara de passar, em sua tentativa de escapar. Ver II Reis 8:16-25. A morte de Acazias não se deu no local. Ferido, ele fugiu para Megido, mas ali morreu.

4. *A Morte de Jezabel.* Jeú avançou na direção da cidade de Jezreel. Jezabel, a rainha, apareceu em uma janela do palácio, a fim de saudá-lo. Provavelmente, ela tentou intimidá-lo, pois estava em casa, protegida por seus guardas e soldados. Mas Jeú não temeu, e entrou em um jogo de autoridade, exigindo que os guardas dela se bandeassem para ele. Vários eunucos apareceram na janela com Jezabel, e prontamente puseram-se ao lado de Jeú. E os eunucos lançaram Jezabel janela abaixo. No instante seguinte, a orgulhosa e má mulher era apenas um cadáver sangrento, na pátio do palácio. Foi pisada por cavalos, e seu sangue espalhou-se em derredor. Quando vieram recolhê-la, para sepultá-la, não restava muita coisa de seu cadáver. Encontraram seu crânio, seus pés e as palmas de suas mãos. Os cães haviam devorado o que os cavalos pisoteadores tinham deixado. E assim, de forma tão literal e excitante, a profecia de Elias e de Eliseu teve cumprimento. Ver a narrativa toda em II Reis 9:30-37. A lei da colheita segundo a semeadura tinha operado novamente.

5. *A Casa de Acabe é Julgada.* Jeú desafiou os príncipes da casa de Acabe a estabelecerem um governante e lutarem contra ele, Jeú. Porém, já tinham visto o bastante, e submeteram-se a ele. No dia seguinte haveria um encontro, quando os príncipes e oficiais teriam de defrontar-se com Jeú. Jeú proclamou que era o instrumento de Deus para purificar a sujeira que Acabe e Jezabel haviam feito. E então determinou a imediata execução de todos os membros da família de Acabe, e de todos os ex-oficiais do governo anterior. Ver II Reis 10:1-11. Todavia, a matança ainda não havia terminado. Jeú

foi até Samaria, capital do reino do norte, Israel. A caminho, ele encontrou quarenta e dois parentes de Acazias, rei de Judá, e matou a eles todos (ver II Reis 10:12-14; II Crô. 22:8). Eles tiveram a infelicidade de estar em visita àquele lugar, e foram envolvidos na violência.

6. *A Adoração a Baal Termina*. Jeú era uma máquina de extermínio. Declarou que iria a um sacrifício em honra a Baal, e assim reuniu todos os profetas falsos de Baal, para a ocasião. Profetas e sacerdotes reuniram-se, vindos de toda a nação de Israel, e todos quantos não quisessem comparecer foram ameaçados de morte. Foram feitas ofertas em uma festividade, embora tudo não passasse de mero espetáculo. No momento certo, Jeú ordenou que todos os seguidores de Baal fossem mortos, e que todos os ídolos fossem destruídos. Isso foi feito com precisão absoluta, de tal modo que a adoração a Baal foi extinta em Israel. Ver II Reis 10:15-28.

7. *Pecados e Limitações de Jeú*. Jeú não conseguiu eliminar a adoração ao bezerro de ouro, em Betel e em Dã, e isso continuou o pecado de Jeroboão, que havia promovido essa forma de idolatria. Em recompensa pelo que fez, foi prometido a Jeú que a sua dinastia prolongar-se-ia por quatro gerações. Mas, em castigo pelo que fizera de errado, sua dinastia não passaria de quatro gerações. Ademais, muitas dificuldades ocorreram, sob a forma de guerras com Hazael, o rei da Síria. Israel não prosperou durante o reinado de Jeú.

8. *Informações Extrabíblicas*. Hazael assolou todo o território da nação do norte, Israel, a leste do rio Jordão (II Reis 10:32,33). Informações dadas no chamado Obelisco Negro informam-nos de que Jeú acabou por submeter-se ao poder de Salmaneser III da Assíria. Talvez Jeú se tenha sujeitado a isso para escapar dos ataques de Hazael, da Síria.

9. *A Morte de Jeú*. O homem violento acabou tendo uma morte violenta. Jeú dormiu com seus pais, e foi sepultado em Samaria. Jeoacaz, seu filho, passou a reinar em seu lugar. Jeú governara sobre Israel, em Samaria, pelo espaço de vinte e oito anos.

10. *Caráter e Avaliação de Jeú*. Jeú realizou o plano de livrar a nação de Israel da família de Acabe e da influência religiosa de Baal. As Escrituras elogiam-no por causa disso, apesar da extrema violência com que ele agia. Quanto dessa violência partia dele mesmo, no esforço de consolidar a sua autoridade—uma atitude tão comum para os governantes—ninguém sabe dizê-lo. Ficamos consternados diante das lutas e matanças, tão comuns às sociedades primitivas. Contudo, a chamada civilização moderna não é menos violenta que a antiga. Se há alguma diferença, é que as armas modernas ainda são mais letais.

É difícil determinar a razão da incoerência de Jeú, quando ele deixou intacta a adoração ao bezerro de ouro. Qual falha, no zelo, produziu isso? Porventura, ele não precisou eliminar essa adoração, a fim de consolidar seu poder? E o seu zelo religioso pôde ser assim tão facilmente limitado? Alguns estudiosos têm sugerido que Jeú apenas serviu de instrumento em favor de uma causa, mas que ele mesmo não foi um homem reto e justo. Naturalmente, isso sucede; pois o próprio anticristo (vide) será um instrumento que produzirá o governo do Messias, como uma de suas conseqüências. Só Deus pode julgar retamente o caráter de uma pessoa. E, em todos os casos, ele precisa balancear entre o bem e o mal, porquanto ninguém é totalmente bom e totalmente mau.

Jeú não tinha a piedade de seu pai; mas não lhe faltavam determinação, coragem e audácia. Sendo um instrumento da providência divina, apesar de seus defeitos de caráter, ele salvou Israel de um declínio quase fatal, que teria levado a nação do norte ao paganismo. Ver o artigo abaixo, *Jeú (Simbólico)*.

JEÚ (SIMBÓLICO)

O trecho de II Reis 9:20 diz-nos que Jeú, o décimo monarca do reino do norte, Israel (governou de 843 a 816 A.C.), costumava dirigir *furiosamente* o seu carro, dando a entender que ele pudera ser identificado, à distância, por meio de sua maneira radical de dirigir. Jeú, pois, tornou-se símbolo dos motoristas velozes e temerários. Um tanto mais seriamente, Jeú também é símbolo das pessoas que têm muitos defeitos pessoais e cometem muitos erros, mas, que, apesar disso, são usadas por Deus como *instrumentos*, visando a alguma boa causa.

JEUBÁ

No hebraico, «Ele ocultará» ou «Yahweh ocultará». Ele era filho de Semer, da tribo de Aser, e viveu no tempo de Berias (I Crô. 7:34), ou seja, em cerca de 1618 A.C.

JEÚDE

No hebraico, «Judá», ou «louvor». Esse era o nome de uma cidade localizada no território de Dã, entre Baalate e Bene-Beraque (Jos. 19:45). Tem sido identificada com a moderna el-Yadudiyeh, cerca de treze quilômetros a suleste de Jafa. A Septuaginta, naquele texto de Josué, diz *Azor*. Provavelmente, isso originou-se de uma forma variante do texto hebraico, ou de uma interpretação quanto à sua identificação.

JEUDI

No hebraico, «judeu» ou «homem de Judá». Ele era filho de Netanias. Foi enviado para convidar Jeremias a trazer o rolo de suas predições e lê-lo diante dos príncipes reunidos de Judá. Posteriormente, Jeudi leu pessoalmente esse rolo diante do rei, Jeoaquim. Ver Jer. 36:14,21,23. Isso ocorreu em cerca de 605 A.C. O nome de seu avô era Cusi. Isso dá a entender que Jeudi não era um judeu nativo e, sim, estrangeiro naturalizado.

JEUDIA, MULHER JUDIA

No hebraico, «judia» ou «mulher de Judá». Em algumas traduções (como a nossa versão portuguesa) lemos que as palavras hebraicas correspondentes são interpretadas como um adjetivo pátrio, «mulher judia», e não como um nome próprio, «Jeudia». É provável que essa palavra *judia*, tenha sido usada para distinguir essa mulher de uma outra mulher, egípcia, mencionada no mesmo versículo (I Crô. 4:18), embora nossa versão portuguesa nem mencione nesse texto a tal mulher egípcia. Seja como for, está em pauta a segunda esposa de Merede (vide). Isso ocorreu em cerca de 1612 A.C.

JEUEL

No hebraico, «protegido por Deus». Há três personagens na Bíblia com esse nome, a saber:

1. Um homem da tribo de Judá, cuja família estabeleceu-se entre os exilados que voltaram do cativeiro babilônico (I Crô. 9:6). Seiscentos e noventa dos seus descendentes retornaram, em cerca de 536 A.C.

2. Um levita que ajudou o rei Ezequias em suas reformas religiosas (II Crô. 29:13), em cerca de 700 A.C.

3. Assim chamava-se um israelita que voltou, juntamente com Esdras, do cativeiro babilônico (Esd. 8:13; I Esdras 8:39). Isso ocorreu por volta de 445 A.C.

JEÚS

No hebraico, «forte», «apressado», ou mesmo «coletor». Esse foi o nome de quatro personagens que aparecem nas páginas do Antigo Testamento:

1. O filho mais velho de Esaú e sua esposa, Aolibama (Gên. 36:5,14,18; I Crô. 1:35). Ele nasceu em Canaã; mas, posteriormente, tornou-se um dos chefes dos idumeus. Viveu em torno de 1960 A.C.

2. O primeiro filho de Bilã, chefe de um clã benjamita. Ele viveu na época de Davi, por volta de 1000 A.C. (I Crô. 7:10,11).

3. Um levita, um dos quatro filhos de Simei, dentre os gersonitas. Era irmão de Bérias. Visto que eles tiveram muitos filhos, foram considerados um terceiro ramo da família (I Crô. 23:10,11). Jeuel viveu em cerca de 1014 A.C.

4. O primeiro dos três filhos de Reoboão, cuja mãe, ao que tudo indica, era Abiail, a sua segunda esposa (II Crô. 11:19). Ele viveu em cerca de 973 A.C.

5. No hebraico, «coleta», ou «reunir». Esse era o nome de um filho de Eseque, um descendente de Saul (I Crô. 8:39). Jeús viveu em cerca de 588 A.C.

JEUZ

No hebraico, «conselheiro». Ele era o chefe de uma casa benjamita, aparentemente um filho de Saaraim e de Hodes, sua segunda esposa (I Crô. 8:10). Ele viveu por volta de 1618 A.C.

JEWELL, JOHN

Suas datas foram 1522-1571. Sua carreira, na Universidade de Oxford, foi brilhante. Sofreu a influência de Peter Marty Vermigli, que se tornou seu bom amigo. Quando a rainha Maria, da Inglaterra, subiu ao trono, Jewel foi expulso e só conseguiu escapar à morte ao subscrever às doutrinas da Sé de Roma. Então ele fugiu para Frankfurt, na Alemanha, onde se refez publicamente de seu lapso. Peter Vermigli veio ao seu encontro, em Estrasburgo e, posteriormente, os dois residiram juntos, em Zurique. Em 1559, Jewel retornou à Inglaterra; e foi consagrado bispo no ano seguinte. Em um famoso sermão, entregue no domingo de Ramos, na capela da Cruz de Paulo, ele acusou a Igreja Católica Romana de vinte e sete erros doutrinários. Também escreveu a obra *Apologia Ecclesiae Anglicanae* (que foi traduzida para o inglês por Lady Bacon). Essa obra defendia o anglicanismo contra as idéias de Roma. Uma saúde periclitante não impediu Jewel de continuar em seus labores, como também não o conseguiram as controvérsias que sacudiram a sua carreira. Seu escrito, *Defesa da Apologia*, apelou para citações patrísticas, com o propósito de defender as doutrinas da Reforma protestante. Ele também escreveu certo número de outras obras, quase todas de natureza polêmica. Richard Hooker, a maior teólogo inglês da Igreja Anglicana, no período elizabetano, que contribuiu para o estabelecimento de uma distintiva posição anglicana, chamava Jewel de «o mais digno teólogo que a cristandade tem produzido nos últimos cem anos». Apesar disso representar um certo exagero, pelo menos serve de tributo a um homem bom que lutava pelos princípios espirituais nos quais acreditava, apesar das ameaças externas e de sua saúde pessoal periclitante.

JEZABEL

Ver também sobre **Jezabel (Novo Testamento)**.

1. *Nome.* No hebraico, «casta», um nome totalmente inapropriado para ela e para sua homônima do Novo Testamento. Quanto à Jezabel do Antigo Testamento, ver I Reis 16 e II Reis 11.

2. *Família.* Jezabel era filha de Etbaal, rei de Tiro. Tornou-se a esposa de Acabe, rei de Israel, a nação do norte, em cerca de 918 A.C. Ela pertencia a um clã fenício, tendo sido apenas natural que ela tivesse trazido consigo as idéias e as práticas de seu povo. Ela foi uma tremenda força corruptora em Israel, além do fato de que Acabe já tinha sua própria pesada dose de problemas. Embora chamado de «rei dos sidônios» (I Reis 16:31), Etbaal, o pai de Jezabel, na verdade era o monarca da Fenícia inteira. Etbaal consolidou a sua autoridade através de vários homicídios. Começou a reinar com trinta e seis anos e manteve-se no trono por trinta e dois anos, e então, morreu. Desse modo, o começo de sua dinastia, embora banhada no sangue, conseguiu firmar-se no poder. Seu bisneto foi o último membro dessa dinastia. Ele morreu noventa e quatro anos após Etbaal ter subido ao trono, o que significa que essa dinastia de quatro gerações durou por quase um século.

3. *Casamento com Acabe.* A lei mosaica havia proibido o casamento entre israelitas e pagãos; mas essa regra foi freqüentemente ignorada, mormente quando havia interesses políticos envolvidos. O casamento de Jezabel com Acabe a imortalizou de modo negativo, dentro do registro bíblico, fazendo dela um permanente exemplo que deve ser evitado. A união de Acabe e Jezabel tinha por finalidade ratificar uma aliança feita entre Israel e Tiro, pelo que Onri, pai de Acabe, procurou eliminar a hostilidade de Damasco contra Israel (cerca de 880 A.C.). O que é incrível, nessa aliança, foi a licença dada a Jezabel para dar prosseguimento ao culto ao seu deus nativo, Baal, em Samaria, cidade que veio a tornar-se a sua nova residência. Esse compromisso não pôs fim, de modo algum, às lutas entre Damasco e Samaria. Ver I Reis 16:31-33.

4. *A Introdução da Idolatria em Israel.* Conforme já vimos, Jezabel não foi tolhida, mas antes, foi encorajada a continuar em seu culto idólatra. Ela não estava disposta a fazer disso uma questão pessoal. Com fervor fanático, ela estabeleceu o culto a Baal por toda a nação de Israel, além de tentar ab-rogar a adoração a Yahweh. O trecho de I Reis 6:30-34 conta-nos sobre a apostasia de Acabe, atribuindo-a diretamente a Jezabel. Talvez Acabe nem precisasse de ajuda para desviar-se, mas Jezabel apressou o naufrágio espiritual dele. Destarte, Acabe tornou-se o mais iníquo de todos os monarcas de Israel que possam ser mencionados, embora seja duvidoso que a mera influência de uma mulher tivesse conseguido isso. Seja como for, a maçã já estava apodrecida. Samaria, a capital da nação do norte, Israel, foi envolvida nessa apostasia, inicialmente; e, então, a podridão espalhou-se por toda a nação. Foi instituído um programa sistemático para fazer desaparecer, em Israel, qualquer oposição à adoração a Baal. Os profetas do Senhor foram assassinados; e aqueles que escaparam tiveram de refugiar-se. Centenas de fiéis israelitas foram mortos. Entrementes, Baal ia ganhando todas as batalhas. Muitos dos profetas de Baal foram abrigados e sustentados pela rainha

Jezabel, até mesmo no recinto do palácio real. Ver I Reis 18:17-19.

5. *Choque com Elias*. Uma das mais famosas histórias relatadas na Escola Dominical e em inúmeros sermões, é a do confronto entre Jezabel e o profeta Elias. Ver I Reis 18 e 19. Os profetas do Senhor tinham-se escondido, ou seja, aqueles dentre eles que haviam conseguido sobreviver. Elias teve a coragem de vir a público sozinho, lançar o seu protesto. Assim, ele se tornou o único defensor *público* da fé ancestral de Israel. E Elias terminou tendo de defrontar-se, sozinho, com oitocentos e cinqüenta profetas de Baal (I Reis 18:1-40). Nisso, Elias triunfou espetacularmente, resultando no massacre dos profetas de Baal. Todavia, isso em nada diminuiu a determinação e a arrogância de Jezabel. E Elias sentiu-se ameaçado e refugiou-se na região do Sinai, visto que Jezabel jurara vingança; e, por ser rainha, tinha a autoridade para tanto. Muitas piadas sem graça têm sido inventadas sobre como Elias foi capaz de enfrentar mais de oitocentos profetas de Baal, e sair-se vencedor, mas teve de fugir de uma *mulher*, Jezabel. Esquecem-se que ela era a rainha. Quem não teria fugido diante de tal mulher? Elias derrotara os profetas de Baal de um golpe; mas o problema constituído por Jezabel precisava de tempo para ser resolvido.

6. *O Assassinato de Nabote*. Acabe mostrou a sua debilidade quando cedeu diante dos planos traiçoeiros, enganadores e violentos de sua mulher, Jezabel. Acabe cobiçava a vinha de Nabote, e queria apossar-se dela. Mas Nabote recusava-se a desfazer-se de sua herança paterna (o que era muito importante para todos os israelitas em Israel e em Judá); e Acabe hesitava em lançar mão da violência para conseguir o seu intento. No entanto, Jezabel não via qualquer problema no impasse. E conseguiu subornar falsas testemunhas, que acusaram Nabote de blasfêmia, e este acabou sendo morto apedrejado. Acabe tomou posse da vinha de Nabote. Mas isso assinalou o começo do fim, para Acabe e Jezabel. O profeta Elias proferiu a condenação do casal real. Predisse que os cães lamberiam o sangue de Acabe, no mesmo local onde o sangue de Nabote fora derramado; e que os cães comeriam as carnes de Jezabel, perto das muralhas de Jezreel (I Reis 21:19,23).

7. *Cumprimento das Predições Condenatórias*. A passagem de I Reis 22:29-40 conta o fim de Acabe, em harmonia com a profecia de Elias. E o trecho de II Reis 9:1-37 narra o fim de Jezabel. Jezabel continuou reinando por dez anos após a morte de Acabe. A morte de seu marido não ensinou qualquer lição a Jezabel. Ela foi a rainha-mãe durante todo o reinado de Acazias, e então durante a vida de Jeorão. Quando Jeorão foi morto por Jeú, Jezabel vestiu-se esplendidamente (II Reis 9:30) e ficou esperando por Jeú, sem saber que ele estava prestes a cumprir a predição feita por Elias. Ela zombou de Jeú, mas não conseguiu fazer estacar aquele homem terrível, poderoso e sem misericórdia. Ela havia encontrado um adversário à altura. De fato, posteriormente, Jeú mostrou ser um homem corrupto e violento. Mas, devemos admitir que ela enfrentou a morte com determinação e coragem! Jezabel nunca foi capaz de exibir qualquer sabedoria, no tocante às escolhas que fazia. Ela faleceu em cerca de 842 A.C. É curioso observar que os três filhos dela, Acazias, Jeorão e Atalias (se é que Jezabel era mesma a mãe desta última), em seus nomes, continham referências ao nome de Yahweh, e não de Baal, embora, sem dúvida, isso pouco significasse para Jezabel.

8. *A Má Influência de Jezabel Perdurou*. A nação do norte, Israel, não entrou em reforma moral e religiosa somente em face da morte de Jezabel. A queda de Israel no pecado deveu-se, pelo menos em parte, à culpa dela. Ela quase pôs fim à casa de Davi. Jeú exterminou a casa de Onri (841 A.C.), e a adoração a Baal foi suprimida. Não obstante, muitos males continuaram, conforme se vê no artigo acerca de *Jeú* (vide). Os quarenta anos da dinastia de Jeú foram tempos continuamente perturbados, tanto com inimigos externos quanto com conflitos internos. O cativeiro assírio não estava muito distante.

9. *O Caráter de Jezabel*. Essa rainha sidônia de Israel combinava os piores elementos da prepotência, da violência e da licenciosidade das rainhas orientais da antiguidade. A iniqüidade dela era tão grande que se tornou proverbial, conforme vemos em II Reis 9:22. De fato, ela obteve um lugar permanente, nas Escrituras Sagradas, como símbolo de iniqüidade e barbaridade femininas. Em Apo. 2:20, seu nome é usado simbolicamente como tipo de líder feminino que corrompeu a Igreja cristã primitiva, provavelmente algum tipo de profetisa gnóstica. Ver o artigo intitulado *Jezabel* (*Novo Testamento*).

JEZABEL

No Novo Testamento: Apo. 2:26

Tolerares que essa mulher, Jezabel. (Quanto à história de Jezabel, esposa do rei Acabe, de Israel, ver I Reis 16 e *ss*). Ela foi uma rainha idólatra e imoral, que lutou contra o profeta escolhido por Deus, assim desafiando e negando à autoridade espiritual legítima, na comunidade religiosa. Jezabel era filha de Etbaal, rei de Sidom (ver I Reis 16:31), que fora sacerdote de Astarte, tendo obtido o trono ao assassinar seu antecessor, Feles. Acabe não hesitou em casar-se com aquela princesa pagã, tendo sido aquela a primeira vez em que um rei da porção norte de Israel entrou em tal aliança. Esse matrimônio assinalou o começo do declínio moral da nação nortista de Israel. O certo é que Jezabel nunca entendeu e nem respeitou a «religião» do povo sobre o qual obteve ascendência, mediante esse trágico casamento. Uma apostasia mortal e completa teve início em seu reinado, e ela se fez a força principal por detrás da mesma.

«Ela foi mulher em quem, junto com os hábitos licenciosos e desabridos de uma rainha oriental, uniam-se as mais ferozes e duras qualidades, inerentes à antiga raça semita. Seu marido, a quem não faltavam sentimentos generosos e gentis, era um caráter fraco e maleável, que logo se transformou em instrumento nas mãos dela... A louca licenciosidade da vida dela e o fascínio mágico de suas artes e do seu caráter, tornaram-se proverbiais na nação. Ao redor dela e da parte dela, em diferentes graus de proximidade, evoluiu o tremendo drama da pior crise daquela porção da história israelita». (Stanley, *Jewish Church*).

Jezabel chegou ao extremo de procurar eliminar completamente os profetas de Yahweh, e teria obtido sucesso, se muitos deles não se tivessem ocultado (ver I Reis 18:13). Estabeleceu a adoração a Baal, o deus-sol. Além de Baal, as divindades fenícias também receberam seus altares. Astarte (Astarote), equivalente a Vênus, na Fenícia, tornou-se divindade proeminente, sendo provável que a própria Jezabel fosse sacerdotisa desse culto imoral. Quatrocentos sacerdotes ou profetas se vincularam a essa seita, recebendo apoio da parte da rainha. Um gigantesco santuário foi edificado em Samaria, para adoração a Baal, suficientemente amplo para conter todos os adoradores desse culto, no reino do norte. Contava

com quatrocentos e cinqüenta sacerdotes. Acabe rebaixou-se ao ponto de oferecer sacrifícios a uma divindade falsa, nos santuários que assim foram erigidos.

Jezabel, a prostituta religiosa e ardorosa promotora da idolatria, tornou-se um símbolo apto para o surgimento do gnosticismo na igreja cristã, porque era um culto estrangeiro, essencialmente uma religião misteriosa oriental, mas que procurava apresentar-se como se fora a verdadeira fé cristã, mediante a mistura com o cristianismo, o que sucedeu em diversas localidades. Normalmente, o gnosticismo promovia a imoralidade, supondo que assim ajudava na final destruição da matéria, através do abuso contra o corpo. Para os mestres *gnósticos*, o corpo não era algo «indiferente» apenas, para ser usado como o indivíduo bem entendesse, mas também era algo que tinha de ser ativamente corrompido, especialmente mediante vícios sexuais. (Ver o artigo sobre *Gnosticismo*). Supõe-se que os nicolaítas e os seguidores de Balaão eram grupos que faziam parte do movimento gnóstico geral. Essa heresia, corrupta em suas crenças e em suas práticas, assediou a igreja cristã por nada menos de cento e cinqüenta anos.

Sentidos simbólicos de «Jezabel».

1. Não há que duvidar que alguma seita gnóstica e licenciosa é representada por esse título.

2. É possível que «Jezabel» tenha sido uma mulher real, líder de um partido amoral, dentro da igreja de Tiatira, e líder da própria igreja. Não é provável que esse tenha sido o seu nome real. Não obstante, ela era uma «Jezabel».

3. Também é provável que o «culto ao imperador» seja visto aqui como algo que desempenhava papel em tudo isso. É razoável a suposição de que a Jezabel de Tiatira não hesitava em opinar favoravelmente acerca da adoração ao imperador, chegando mesmo a encorajar os crentes a participarem desse tipo especial de idolatria, juntamente com outras formas que eram uma praga no mundo antigo.

4. Notemos que Jezabel era uma *profetisa*. Ela *imitava* os dons espirituais, provavelmente mediante as artes mágicas e o demonismo. Desse modo, ela representa a imitação satânica dos dons espirituais.

5. O nome dela é símbolo da corrupção moral e espiritual da igreja, sobretudo quando o pecado obtém império tal que é «tolerado» ou até é «oficialmente aprovado» pela igreja local.

6. Profeticamente falando, Jezabel simboliza o paganismo radical que invadiu a cristandade da Idade das Trevas, quando (conforme o sabe todo aquele que lê a história do mundo), a igreja foi vencida pelas práticas licenciosas, incorporando muitas formas de paganismo.

7. O nome de Jezabel, pois, representa o adultério físico e espiritual, e um adultério tolerado e até mesmo encorajado nos limites interiores do que se chama de igreja cristã. Os perigos e as corrupções por ela simbolizados são «internos», afetando o coração mesmo da igreja, e não ameaças externas.

8. Na situação local de Tiatira, quando foi escrito o livro de Apocalipse, é provável que as «guildas comerciais», que requeriam a «refeição comum», naturalmente de caráter pagão, estivessem pressionando a igreja a «aceitar» a falsa moralidade pagã. A Jezabel de Tiatira, provavelmente, era a principal figura da igreja que promovia a «transigência mediante o comércio».

9. Várias tentativas têm sido feitas para identificar o caráter histórico real, referido no presente texto. Ela não pode ter sido uma sibila caldaica em Tiatira, porquanto essa Jezabel se achava no seio da igreja, e não fora dela. Alguns supõem que ela tenha sido a esposa do principal pastor da igreja, ou do bispo daquela região. Nada pode ser dito, com qualquer confiança, a respeito disso.

10. Alguns intérpretes pensam que ela simboliza a «Roma apóstata», a igreja de Roma. Mas, na verdade, ela era um elemento corruptor que operava dentro da igreja, mas não era a própria igreja. Lembremo-nos que a igreja de Tiatira foi elogiada quanto a certos particulares; não era totalmente má e nem totalmente apóstata.

Pode-se observar que o culto imoral representado por Jezabel (o gnosticismo religioso) era «odiado» em Éfeso (ver Apo. 2:6); *tolerado* em Pérgamo (ver Apo. 2:15,16); mas era ativamente promovido como posição *oficial*, em Tiatira (ver Apo. 2:20-24). A lição espiritual que há nisso é óbvia. Todo o mal que não nos aborrece, a princípio pode ser «tolerado», depois, «aceito» e, finalmente, «promovido oficialmente».

Profetisa, Apo. 2:20. Os dons espirituais não se limitavam a homens, na igreja primitiva. Jezabel representava a imitação satânica dos dons proféticos. Provavelmente ela era psiquicamente dotada, e talvez fosse inspirada pelos demônios. Isso ter-lhe-ia dado a autoridade de que ela precisava para promover o seu culto licencioso.

A si mesma. Ela era profetisa «autonomeada», mas as forças malignas que a usavam lhe davam uma aparência de autoridade. As suas «credenciais», seja como for, eram estranhas à igreja. Era usurpadora que usava o seu poder para destruir à igreja.

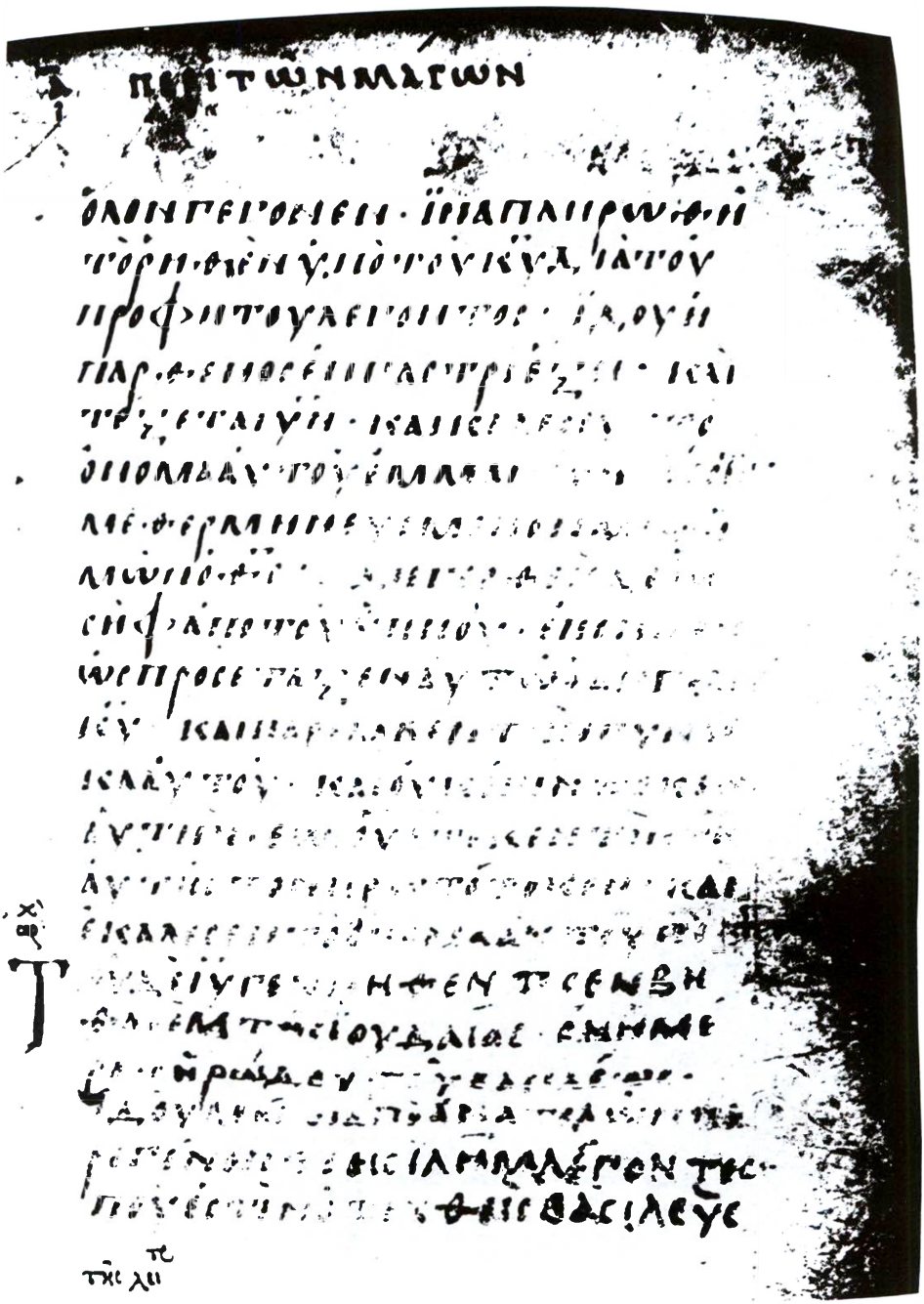
Ensine, mas ainda, seduza os meus servos a praticarem a prostituição. A doutrina de Jezabel era extremamente liberal. Particularmente, ela não via defeito no adultério. Seduziu a vários homens da igreja e, com mão de ferro, prendia a homens com a sua imoralidade. Mas o versículo também indica que essa «fornicação» (palavra que indica a prática de todas as formas de perversão e excessos sexuais) também fazia parte da adoração pagã das divindades que ela promovia, tal como no caso da Jezabel original. Na qualidade de representante do gnosticismo, ela ensinava que é bom que um homem abuse de seu corpo mediante os excessos físicos, já que isso ajuda no sistema do mundo, em sua tentativa de destruir a matéria. Os gnósticos chegavam ao extremo de dizer que os anjos se punham perto deles (embora em forma invisível), encorajando-os a participar de todas as formas de imoralidade, a fim de que obtivessem *experiência*. Era mediante tal *experiência* que obtinham o «conhecimento», o qual, para eles, era o meio mesmo da salvação. Tolamente imaginavam que pode-se abusar do corpo, sem prejudicar ao espírito. Não consideravam a verdade que um homem é corrupto tanto no corpo como no espírito. O pecado é algo que cativa e corrompe a personalidade inteira, e não meramente a porção física do ser.

Jezabel se Assemelhava ao «Bode Judas»

Na Butchers' Dressed Meat Company, de Nova Iorque, durante muitos anos, houve um bode que adquiriu o nome de Judas, por causa de suas ações. Esse bode costumava servir de «guia» das ovelhas que eram desembarcadas na beira do rio, levando-as ao matadouro. Fazia de oito a dez viagens por dia. Calcula-se que durante a sua carreira, conduziu à morte cerca de quatro e meio milhões de ovelhas. Sabe-se que as ovelhas, em contraste com os porcos ou com o gado vacum, não precisam ser tangidas. Portanto, não era problema para aquele bode de cor



Vale de Jezreel
Foto por Alistair Duncan



Codex Pi, 9° séc., Mat. 1:21 *ss*
Cortesia, Public Library, Leningrad

«branca» (o que lhe dava o aspecto de um carneiro) enganar às ovelhas, podendo assim cumprir seus propósitos de destruição.

Os profetas falsos não são apenas aqueles que sustentam doutrinas falsas. Podem ser pregadores do evangelho, cujas próprias vidas pessoais, devido à sua imoralidade, desviam às pessoas. Existem «ateus práticos», que são totalmente ortodoxos em sua doutrina e em sua pregação.

O evangelho destituído de imperativo moral. Oito livros do N.T. foram escritos para combater ao gnosticismo, o qual anunciava uma mensagem destituída de requisitos morais. Esses livros são Colossenses, as três epístolas pastorais, as três epístolas joaninas e Judas. A epístola aos Efésios, o evangelho de João e o livro de Apocalipse também fazem oposição a essa heresia, embora não tenham sido escritos primariamente para combater tal heresia. A santificação é o meio mesmo da salvação. (Ver os artigos sobre *Salvação* e *Santificação*).

JEZANIAS Ver **Jazanias**.

JEZER

No hebraico, «formação». Ele foi o terceiro filho de Naftali (Gên. 46:24; Núm. 26:49; I Crô. 7:13). Ele viveu em cerca de 1656 A.C. Foi o fundador da casa dos *jezeritas* (vide).

JEZERITAS

Esse é o nome dos descendentes de Jezer (vide). Eles são mencionados somente em Núm. 26:49.

JEZIEL

No hebraico, «assembléia de Deus». Ele era um dos filhos de Azmavete. Foi um guerreiro benjamita que se uniu a Davi, em Ziclague, quando Davi fugia de Saul (I Crô. 12:3). Jeziel viveu em cerca de 1000 A.C.

JEZRAÍAS

No hebraico, «Yah brilhará». Ele era levita, superintendente dos cantores que atuaram por ocasião da dedicação das muralhas reconstruídas de Jerusalém, depois que os judeus retornaram do cativeiro babilônico. Ver Nee. 12:42. Viveu em torno de 445 A.C.

JEZREEL

No hebraico, «semeado por Deus». Esse é o nome de várias pessoas e lugares, nas páginas do Antigo Testamento, a saber:

Pessoas:

1. Um descendente de Judá, pertencente à família do pai ou fundador de Etã (I Crô. 4:3). Parece que foi ele o fundador da cidade que tinha seu nome, existente no território de Judá (Jos. 15:56), e que viveu em torno de 1612 A.C. O texto massorético diz «pais» de Etã. Nossa versão portuguesa diz: «Estes foram os filhos do pai de Etã...»

2. Um nome simbólico de um dos filhos de Oséias (Osé. 1:4). Esse nome anunciava que *o sangue de Jezreel* seria vingado. Estava em memória a matança feita por Jeú. Podemos supor que todos os atos violentos do povo de Israel estavam sendo relembrados, simbolizados pelos atos de Jeú. Há um jogo de palavras entre os dois nomes: Israel e Jezreel. Esses nomes são fundidos, e o castigo que sobreviria a Jezreel, sobreviria, igualmente, a Israel. Assim, o desaparecimento de Israel, como nação, foi profetizado através do nome daquele filho de Oséias. Deus estava resolvido a *semear* o julgamento destrutivo em Israel, conforme o sentido do nome «Jezreel», isto é, «Deus semeia». Estava no horizonte o cativeiro assírio da nação do norte, Israel.

Lugares:

1. Uma cidade nas montanhas de Judá, mencionada em Jos. 15:56. Parece que era natural dali a primeira esposa de Davi, *Ainoã* (ver I Sam. 25:43); 27:3; 30:5; II Sam. 2:2; 3:2; I Crô. 3:1). Essa localidade é alistada juntamente com várias outras, herdadas pela tribo de Judá. Ao que tudo indica, ficava ao sul ou suleste de Jerusalém, embora sua localização moderna seja desconhecida. Entretanto, alguns estudiosos pensam que a Jezreel associada àquela primeira esposa de Davi era um lugar diferente desse.

2. Uma cidade da tribo de Issacar (Jos. 19:18). Os reis de Israel possuíam ali um palácio e uma corte, embora Samaria fosse a metrópolis do reino do norte. Esse lugar é mencionado por várias vezes no relato sobre Acabe. Foi ali que ocorreu o drama que cercou a vinha de Nabote (I Reis 18:45,46; cap. 21). De acordo com uma predição de Elias, foi também ali que Acabe encontrou a morte, por haver permitido o assassínio de Nabote, e por causa de seus inúmeros outros delitos. A dinastia de Acabe também foi extinta por Jeú. Ver II Reis 9:14-37; 10:1-11. Após esse incidente, não mais ouvimos menção à cidade de Jezreel, senão já em Oséias (1:4 e 2:22). É possível que o local tenha sido virtualmente abandonado. Pelo menos é certo que os monarcas de Israel o fizeram. Os trechos do livro apócrifo de Judite 1:8; 4:3 e 7:3 mencionam essa cidade, mas já com o nome mais recente de Esdrelom (vide). Quanto a detalhes sobre a matança realizada por Jeú, em Jezreel, ver o artigo separado sobre *Jeú*.

Nos dias de Eusébio e Jerônimo, dois dos chamados pais da Igreja antiga, Esdrelom continuava sendo uma populosa aldeia, então chamada Esdraela. Também era conhecida como Stradela (*Itin. Hieros.* par. 586). No tempo das cruzadas, os francos chamaram-na de *Parvum Gerinum*, ao passo que os árabes lhe davam o nome de *Zerin*. Tem sido identificada com a moderna aldeia de *Zerin*, ao pé do monte Gilboa, a meio-caminho entre Megido e Bete-Seã. Situada em um lugar elevado, ela domina o vale que jaz a leste de Bete-Seã.

3. O vale de Jezreel (Jos. 17:16; Juí. 6:33; Osé. 1:5). Esse vale fica situado entre as serras dos montes Gilboa e Moré. Seu extremo leste é limitado pelo rio Jordão. É a porção suleste de um vale mais extenso que divide a Galiléia, ao norte, de Samaria, ao sul. O vale de Megido também é parte do vale de Jezreel. Ao tempo da conquista da Terra Prometida, essa região era ocupada pelos cananeus. Sua principal cidade era Bete-Seã. Os cananeus dispunham de carros de combate de ferro, que lhes permitia manobrarem na planície. Quando Gideão era juiz de Israel, os midianitas, os amalequitas e outros povos habitavam nesse vale. Foi nesse vale que Gideão e seus trezentos homens aterrorizaram o inimigo e obtiveram uma tremenda vitória (ver Juí. 7). Duzentos anos depois de Gideão, Saul foi derrotado ali pelos filisteus (I Sam. 29:1-11; 31:1-6).

4. Torre de Jezreel. Essa era uma fortificação existente na cidade de Jezreel (II Reis 9:17).

5. Campo de Jezreel. Esse era um campo ou terreno contíguo à cidade de Jezreel, onde ocorreu o crime de

Acabe e Jezabel contra Nabote, e também a morte de Acabe (II Reis 9:10,21,36).

6. Muros de Jezreel. As muralhas da cidade, onde havia uma trincheira que protegia a cidade de ataques inimigos. Foi perto dali que ocorreu o assassínio de Nabote (I Reis 21:23).

7. Fonte próxima de Jezreel. Foi perto dessa fonte que Saul e suas tropas acamparam antes da batalha do monte Gilboa (I Sam. 29:1). Na região continua havendo um abundante suprimento de água, devido a fontes existentes a leste da moderna cidade de *Zerin*, que corresponde a Esdrelom e a Jezreel, em tempos mais antigos. Ver os artigos sobre *Esdrelom* e sobre *Zerin*.

8. Sangue de Jezreel. Isso alude à cidade como o lugar de derramamento de sangue, primeiro aquele provocado por Acabe, no caso do assassinato de Nabote e, em segundo lugar, pela sangrenta eliminação da casa de Acabe, por ato violento de Jeú. Ver Osé. 1:4. Essa referência bíblica mostra que apesar de Jeú ter cumprido uma diretiva divina concernente à dinastia de Acabe, ele também mostrou ser um homem cruel e sangüinário, que servia, em primeiro lugar, aos seus próprios interesses, pelo que precisou ser, ele mesmo, julgado por Deus.

JEZREELITA

Um habitante de Jezreel (vide), no território de Issacar (I Reis 21:1,4,6,7,15,16; II Reis 9:21,25). Ainoã, esposa de Davi, é chamada de «jezreelita», ou seja, natural de Jezreel (I Sam. 27:3; 30:5; II Sam. 2:2; 3:2; I Crô. 3:1).

JIDLAFE

No hebraico, «chorão» ou «lacrimejante». Esse foi o nome do sétimo filho de Naor, irmão de Abraão, e de Milca, sua esposa (Gên. 2:22). Ele viveu em torno de 2300 A.C.

JIHAD (JEHAD)

Essa palavra árabe, que significa «conflito» ou «competição», indica alguma guerra religiosa dos islamitas contra os *incrédulos*, ou seja, os membros de toda e qualquer outra religião. O Alcorão ensina que isso faz parte dos deveres de todo bom islamita. Esse termo também é usado metaforicamente para indicar uma cruzada contra uma doutrina ou um princípio estranho ao islamismo.

JINN

Palavra árabe que, estando no plural, significa «demônios», «espíritos» ou «anjos». A forma singular, *jinni*, tem ligação com a palavra portuguesa «gênio». De acordo com a demonologia islamita, os *jinn* formariam uma ordem de espíritos inferiores aos anjos, e teriam o poder de aparecer com forma humana ou animal, exercendo poderes sobrenaturais.

JIVA

Ver o artigo sobre o **Jainismo**. Essa religião ensina um atomismo com a distinção entre a alma e o corpo. O universo, bem como tudo quanto nele existe, seria composto de duas categorias em contraste. A *jiva* englobaria aquilo que tem consciência própria; e a *ajiva* compor-se-ia daquilo que é inconsciente, como a matéria bruta, o movimento, o repouso, o espaço e o tempo. A *jiva* participa da porção imaterial da existência, uma porção que não está sujeita à dissolução, porém, seria perene e independente da matéria.

JNANA MARGA

Essas palavras, que significam «caminho do conhecimento», apontam para uma das três ou quatro maneiras dos hindus obterem a salvação. No artigo geral sobre o *hinduísmo* (vide), temos descrito esses caminhos. O tipo de conhecimento aludido pela expressão *Jnana Marga* difere, dentro dos vários ramos do hinduísmo. Ver sobre o *Hinduísmo*, seção IV, *Os Quatro Caminhos da Religião Hindu*, a. *O Caminho do Conhecimento*: *Janana Ioga*.

JÓ

Parece que o sentido desse nome é «retorno». Mas outros estudiosos pensam no sentido «odiado». Há dois homens com esse nome, no Antigo Testamento:

1. O terceiro filho de Issacar (Gên. 46:13). Ele também é chamado *Jesube*, em Núm. 26:24 e I Crô. 7:1. A forma hebraica desse nome é *'yyob*, conforme se vê nos Textos de Execração, guardados em Berlim, onde se refere a um certo príncipe que governou na área de Damasco, na Síria, no século IX A.C. Também acha-se nas cartas de Tell el-Amarna. Ver o artigo sobre *Tell el-Amarna*. Essa correspondência data de cerca de 1400 A.C. Nesse material, a pessoa aludida era príncipe em Pella, Edom. Formas desse nome, nos idiomas modernos, derivam-se da sua forma grega, pelo que não se assemelham muito ao hebraico. A forma original do nome, ao que tudo indica, era *yyab*, que parece significar «onde está meu pai?», e que, portanto, poderia significar «sem pai». Esse nome sugere orfanado ou ilegitimidade. A forma hebraica da palavra era uma modificação de *ayyab*, mediante o desaparecimento de um fonema gutural entre vogais.

2. *Jó, do Livro de Jó*. Quanto a explicações sobre a derivação e o significado de seu nome, ver acima, em número «um». Alguns supõem que Jó nunca, realmente, existiu, e que o livro de seu nome é apenas uma novela romântico filosófica, e não um livro verdadeiramente histórico. De fato, é significativo que não há qualquer registro genealógico desse homem; e alguns reputam isso como um sinal inequívoco da natureza não histórica desse homem e de toda a sua história. Todavia, esse argumento se vê debilitado pelo fato de que um profeta tão importante como foi Elias (cuja historicidade não é posta em dúvida pelos eruditos) também não tem a sua árvore genealógica registrada na Bíblia. Portanto, a questão genealógica não pode ser absoluta, ainda quando a ausência de tal genealogia possa parecer-nos indício de não historicidade. Jó aparece como habitante da terra de Uz (Jó 1:1), o que, segundo alguns estudiosos, ficava situada em algum ponto entre Damasco da Síria, ao norte, e Edom, ao sul, ou seja, nas estepes a leste da Síria-Palestina. A ausência de informes geográficos específicos, ou mesmo de alusões geográficas, que poderiam ajudar-nos a identificar o lugar onde esse homem residia, também é considerada, por alguns estudiosos, como prova da não historicidade da personagem e do livro que leva seu nome. Jó é chamado de «...o maior de todos os do Oriente» (Jó 1:3); mas isso é uma descrição tão vaga que, para todos os efeitos práticos, não tem utilidade. Quanto a outros comentários a respeito, ver sobre *Jó (o Livro)*, sob *Proveniência*, terceira seção.

Jó é a figura central do livro de Jó, cujas amargas experiências com o *problema do mal* (vide) nos têm

fornecido um estudo antigo, de natureza filosófico-teológica sobre a questão. Esse é um dos mais difíceis problemas da filosofia, da teologia e da vida humana em geral. Fora do próprio livro, Jó é mencionado na Bíblia em Eze. 14:14,20 e Tia. 5:11, onde é comentada a sua notável *resistência*. A narrativa gira em torno dos sofrimentos de Jó, o que levanta a indagação: «Como pode sofrer assim um homem justo?»

Se Jó foi uma figura humana literal, conforme cremos, então ele pode ter sido um xeque que vivia perto do deserto da Arábia, nos tempos dos patriarcas do Antigo Testamento (não há qualquer menção à lei mosaica, nesse livro de Jó). É possível que Jó fosse uma personagem histórica, e que um autor posterior, conhecendo a história mediante a tradição oral, a tenha reduzido à forma escrita. Mas, por essa altura a genealogia e o arcabouço histórico de Jó se tinham perdido, pelo que esses detalhes não foram registrados, ainda que importantes para a mentalidade dos hebreus. O próprio livro pode datar de tão tarde quanto o século VII A.C., ou mesmo depois do exílio babilônico, ou seja, pertenceria ao século V ou mesmo ao século IV A.C. Todavia, é muito difícil que um autor judeu tivesse esquecido a lei de Moisés.

Jó é apresentado como homem piedoso e justo, ao ponto do próprio Deus admirá-lo. Mas, em face de um desafio lançado por Satanás, quanto à genuinidade da retidão de Jó (embora este não tivesse conhecimento desse desafio), este foi submetido a grandes provas e padecimentos pessoais. Para complicar as coisas, chegaram os molestos *consoladores* de Jó. Na verdade, esses homens foram detratores e algozes mentais, embora seus discursos fossem bastante eloqüentes, a certos momentos. A própria esposa de Jó foi envolvida no redemoinho do desespero, tendo convidado Jó para amaldiçoar Deus e morrer (Jó. 2:9). Os consoladores de Jó defendiam a teoria de que o sofrimento sempre resulta das más ações. Tal explicação, a despeito de legítima, não é completa. Porquanto há homens que sofrem sem terem praticado o mal, e, às vezes, desde o berço. Esse é o problema crucial investigado no livro, embora, como é claro, Jó fosse um mero pecador, como o são todos os homens. Contudo, não foi por *essa* razão que ele estava *sofrendo*. O próprio Jó insistia em que essa não era a razão de seus sofrimentos, apesar de todos os protestos de seus amigos. Ele assegurava de que seus sofrimentos eram desproporcionais para os seus pecados, e apelou para que o próprio Deus lhe conferisse uma *resposta*. Até hoje os homens continuam a clamar a Deus, enquanto outros os amaldiçoam ou tornam-se ateus, simplesmente porque nenhuma resposta satisfatória tem sido encontrada para esse problema. Contudo, há respostas sugestivas, que, talvez, nos possam satisfazer. O fato foi que, finalmente, Deus falou pessoalmente com Jó. Este ficou satisfeito diante da *visão beatífica* que lhe foi dada e, como é natural, desprezou a sua própria condição pecaminosa. Porém, o livro de Jó não atribui os sofrimentos daquele homem ao fato de que ele era um pecador.

Por sua vez, Deus é apresentado como um Ser gracioso, poderoso e sábio. E a resposta para o problema do sofrimento, segundo podemos deduzir, é que devemos deixar a questão ao encargo da inescrutável vontade do Senhor. Deus vindicou a causa de Jó. Os amigos de Jó, entretanto, não estavam com a razão. Jó foi restaurado em sua saúde e em sua sorte, tendo-se tornado ainda mais próspero do que antes. O livro, por assim dizer, diz-nos: «Não se sabe a resposta para o problema do mal; mas devemos confiar *Naquele* que nos deu resposta, aguardando com toda a confiança e esperança». Todavia, em meio a seus problemas, os homens continuam a busca, o que é perfeitamente legítimo. Acresça-se a isso que o Novo Testamento nos tem fornecido algumas valiosas sugestões de natureza teológica e filosófica. Ver o estudo detalhado a respeito, no artigo *O Problema do Mal*. O artigo sobre o *Livro de Jó*, também aborda esse problema. Ver seção V onde uma discussão ampla é apresentada.

A resposta especial de Jó é que a *Presença* de Deus, *experimentada*, resolve todos os nossos problemas na terra e nos céus. Naquela *Presença* sabemos, extra-racionalmente (intuitiva e misticamente) que Deus está no seu trono e que tudo está bem no mundo, mesmo sem meios adequados para explicar *como*. Isto não é a confiança de um argumento teológico, mas sim, a confiança da *alma* que chegou perto da presença de Deus, e *sentiu* a resposta. Ver Jó 19:25-27.

JÓ (O LIVRO)

Esboço:

I. Caracterização Geral
II. O Homem Jó; Problema de Historicidade
III. Proveniência
IV. Data, Autoria e Integridade do Livro
V. O Problema do Mal
VI. Esboço do Conteúdo
Bibliografia

I. Caracterização Geral

Esse livro reflete episódios da época patriarcal, quando a lei mosaica ainda não havia sido promulgada. Os intérpretes antigos e alguns modernos continuam favorecendo a data mais antiga do livro. Ver sobre *Data*, na quarta seção deste artigo. Todavia, quase todos os intérpretes modernos, embora acreditem que houve, realmente, um homem de nome Jó, que é a figura central do livro desse nome, e que ele deve ter vivido na época dos patriarcas hebreus, acreditam que a narrativa primeiramente circulou sob a forma de tradições orais, até que foi reduzida à forma escrita, aí pelo século V ou IV A.C. Quanto a especulações sobre a historicidade de Jó, ver o artigo sobre *Jó*, 2. *Jó, do Livro de Jó*. Uma das razões para a defesa de uma data posterior do livro é que o mesmo pertence à chamada literatura de sabedoria, dentro da tradição judaica, literatura essa pertencente a um período posterior. Além disso, talvez reflita uma grande crise de fé criada na mente nacional judaica, pelos cativeiros assírio e babilônico. Nesse caso, o livro não seria mera peça pessoal, refletindo os conflitos de um indivíduo isolado acerca do problema do mal, e, sim, um tipo de busca dos judeus por uma resposta acerca das aflições que Israel sofreu como nação. A antiga doutrina judaica, tão forte no Antigo Testamento, acerca da regularidade e previsibilidade da retribuição divina, foi perturbada pelos imensos sofrimentos da nação às mãos de povos pagãos que, sem dúvida, eram mais corruptos do que os judeus. O décimo nono capítulo de Jó mostra-nos que o homem que é sábio conserva a sua crença na retidão e na vindicação dada por Deus aos retos. A esperança da vindicação após a morte (uma resposta comum para o problema do mal) acha-se em Jó 19:25-27.

Os consoladores de Jó, que eram apenas atormentadores, não podiam perceber outra coisa além de uma retribuição divina regular, precisa e previsível. Para eles, Jó estava sofrendo porque merecia tal coisa, o que, segundo pensavam, fatalmente mostraria ser a

verdade, apesar da capa de justiça com que Jó se vestia.

Alguns eruditos pensam haver problemas com o arranjo do material, supondo que algum editor, ou editores, de uma época posterior, tivessem feito adições que só teriam servido para lançar o livro na confusão. O capítulo vinte e um, diferentemente dos capítulos primeiro a décimo nono, retrata um Jó cético, que condenou a si mesmo e, então, foi levado à sabedoria *divina* no cap. vinte e oito. Após uma espécie de discurso de despedida, que contém um juramento de liberação (caps. 30 e 31), que seria, basicamente, um paralelo aos discursos dos capítulos terceiro a décimo nono, quanto à atitude, aparece uma reprovação *desnecessária* por parte de certo Eliú (caps. 32—37). Então o próprio Deus força Jó a retratar-se (caps. 38 e 39). Isso posto, parece haver consideráveis mudanças de atitude entre os capítulos terceiro a décimo nono, por um lado, e as porções subseqüentes do livro. E alguns estudiosos supõem que isso reflete adições feitas posteriormente. Todavia, isso poderia ser reflexo apenas de um confuso arranjo e tratamento, por parte do próprio autor sagrado, que, ao abordar uma questão espinhosa, não se mostrou muito metódico quanto, talvez, gostaríamos que ele tivesse sido. As presumíveis adições seriam os capítulos 28, 32-37 e 38 e 39.

Alguns estudiosos também supõem que o prólogo (Jó 1 e 2) e o epílogo (Jó 42:7-17) foram adições feitas ao corpo original do livro. Outros eruditos têm criticado a filosofia que transparece na obra, supondo que as tragédias gregas são superiores, pois, nessas tragédias, quando um homem sofre, nunca mais se recupera. E dizem que isso é mais realista diante da vida. No entanto, Jó recuperou-se e prosperou mais do que antes. Todavia, a vida também nos mostra casos de recuperação diante do sofrimento, mesmo nessa vida, não havendo nisso nada que possa ser considerado contrário à realidade. Mediante essa recuperação de Jó, o autor sagrado estava dizendo que a providência divina é capaz de nos surpreender. Em primeiro lugar, devido a razões desconhecidas, o homem sofre; e a única razão para isso é a inescrutável vontade de Deus. Em segundo lugar, para consternação daqueles que acreditavam que Jó era um homem iníquo, subitamente ele voltou a prosperar materialmente. E isso prova que a resposta simplista para o problema do sofrimento que este resulta de erros cometidos, nem sempre explica o que está acontecendo entre os homens. Por outro lado, isso também prova que não podemos afirmar que Deus nunca abençoa aos pecadores. Assim, os eruditos que não apreciam a bela e surpreendente recuperação de Jó—como se isso sempre fosse contrário à experiência humana, o que já vimos que não é assim—apegam-se à idéia de que o epílogo do livro foi uma adição posterior, com o intuito de vindicar, artificialmente, a causa de Jó, de tal modo que «tudo está bem com aquilo que termina bem», o que, conforme sabemos, não corresponde à mensagem que o autor sagrado queria transmitir.

Outro Propósito. O livro de Jó provê uma resposta ou respostas várias para o problema do mal, sobre o que tratamos especificamente na quinta seção, abaixo. Não há que duvidar que esse é o principal problema a ser ventilado no livro. Porém, em adição a isso, também é seguro que o autor sagrado estava sondando as profundezas da fé de um ser humano, mesmo diante do sofrimento moral e físico. Todavia, isso constitui apenas uma das respostas possíveis para o problema do sofrimento. Um indivíduo pode lançar-se nos braços da graça, do amor e do poder de Deus, sofrendo no escuro, escudado exclusivamente em sua fé. De alguma maneira, em algum lugar, Deus está no seu trono, e tudo corre bem no mundo, a despeito de teimosas evidências humanas em contrário.

Qualidade Estética. Alfred Tennyson, que foi um poeta de grande envergadura, considerava o livro de Jó como «o maior poema dos tempos antigos e modernos». «Esteticamente falando, *Jó* é a produção literária suprema do gênio dos hebreus». (E)

Admiráveis Qualidades Intrínsecas. É de estranhar que um livro que nada exiba de caracteristicamente israelita, onde a lei mosaica nunca é promovida, tenha encontrado lugar seguro no cânon hebraico da Bíblia. Essa posição do livro de Jó nunca foi seriamente desafiada. Podemos apenas supor que a sua qualidade estética é tão grande que ninguém jamais ousou desafiar seu direito ao rol dos livros divinamente inspirados. Outrossim, o livro reflete uma experiência humana crítica, sendo uma busca por respostas para certas duras experiências humanas, diante das quais todos os povos se interessam.

II. O Homem Jó; Problema de Historicidade

Sob o título **Jó**, segundo ponto, temos falado sobre a origem e o significado do nome *Jó*, além de apresentarmos uma discussão sobre o problema da historicidade do livro. Este artigo também procura fazer uma descrição abreviada da caracterização do homem Jó, no livro que traz o seu nome.

III. Proveniência

Se o livro de Jó não é uma obra histórica e, sim, uma novela filosófico-religiosa, uma parte da literatura de sabedoria judaica, então não importa muito a investigação acerca de onde o livro foi escrito. Mas, se se trata de uma obra histórica, então temos o informe, em Jó 1:3, de que o relato ocorreu no «Oriente», com «o maior de todos os do Oriente». Mesmo nesse caso, porém, o autor sagrado, outro que não o próprio Jó, poderia ter escrito acerca de Jó, um homem do Oriente, sem que ele, o autor, residisse ali. Apesar de não podermos determinar onde o livro foi escrito, pode ser que o forte caráter aramaico do livro indique que foi produzido em um centro aramaico de erudição. Se o livro realmente deriva-se da época dos patriarcas (ver sobre *Data*, seção IV), então esse lugar poderia ter sido em algum ponto perto de *Araam Naharaim* (a Aram dos Dois Rios), ao norte da Mesopotâmia. Nos fins do segundo milênio A.C., tribos araméias deslocaram-se para o sul e se estabeleceram nas fronteiras entre a Babilônia e a Palestina, continuando a controlar a rota de caravanas que atravessava a área do Cabur. E foi então que Alepo e Damasco tornaram-se centros dos arameus. O trecho de Jó 1:17 poderia indicar um tempo quando os caldeus ainda estavam vivendo como seminômades, isto é, antes de 1000 A.C. Mas, se o livro de Jó pertence a uma data comparativamente posterior, então todas as especulações dessa natureza têm pouco ou nenhum valor, no que diz respeito à proveniência desse livro.

«Parece que Jó foi uma personagem histórica que passou por experiências incomuns. Ele, talvez, fosse um xeque que vivia próximo ao deserto da Arábia, em uma época similar à dos patriarcas hebreus. O autor do livro usou de licença poética, e assim transformou a narrativa sobre os sofrimentos de Jó em um memorável drama». (AM)

Jó é apresentado como homem que vivia na terra de Uz (Jó 1:1), que alguns estudiosos supõem que ficava situada em algum ponto entre Damasco da Síria, ao norte, e Edom, ao sul, ou seja, nas estepes a leste da

Síria-Palestina. Porém, mesmo que essa informação seja correta, isso não significa que o autor do livro residia ali. A conclusão é que não dispomos de informação certa quanto a esse particular.

IV. Data, Autoria e Integridade do Livro

1. Data. O livro é encaixado, bem claramente, dentro do período dos patriarcas hebreus. Não há qualquer menção à lei mosaica, como também coisa alguma distintamente judaica no livro. Alguns eruditos supõem que havia uma tradição oral, que preservava a narrativa, fora de Israel, antes de ter sido posta em forma escrita, por algum israelita desconhecido. A isso podem ter sido feitas adições, da parte de um editor ou editores posteriores, como um prólogo, alguns dos capítulos finais e o epílogo. Se Jó foi uma personagem histórica, então poderíamos datá-lo dentro dos limites amplos entre 2000 e 1000 A.C. Várias descrições, como a longa vida de Jó, o fato de que suas riquezas eram aquilatadas sob a forma de gado, e que o relato parece refletir uma vida nômade (própria das tribos dos sabeus e dos caldeus), ajustam-se ao segundo milênio A.C., melhor que qualquer outra época posterior. Isso faz de Jó um homem que viveu há muito tempo no passado, talvez até algum tempo antes de Abraão. Por outro lado, visto que o livro faz parte da literatura de sabedoria dos judeus, muitos têm pensado que sua compilação pertence a um tempo muito posterior a isso. As opiniões a respeito divergem muito umas das outras, indo desde o segundo milênio até o século IV A.C. Encontraram-se fragmentos do livro de Jó entre os manuscritos do mar Morto, o que elimina a data ultraposterior de 200 A.C., como alguns eruditos têm arriscado. Todavia, esse livro poderia refletir especulações filosóficas, sobre o problema do mal, especificamente o *porquê* dos sofrimentos de certos homens bons, o que já pertence ao período pós-exílico dos judeus. Os judeus estavam então meditando sobre como grandes tragédias podem sobrevir aos homens, conforme os próprios judeus tinham sofrido às mãos dos assírios e dos babilônios. Idéias comuns sobre como operam a divina providência e a retribuição, estavam sendo testadas pelos acontecimentos históricos, e o livro de Jó pode ter sido uma tentativa para prover respostas para esse problema.

2. Autoria. Em vista do ambiente patriarcal que transparece no livro, a tradição judaica piedosa tem pensado que *Moisés* foi o autor do livro de Jó (*Baba Bathra* 14v *ss*), embora isso, segundo outros, esteja fora da realidade. O próprio livro não nos fornece qualquer indicação de que *Jó* tenha escrito qualquer porção da obra. Isso posto, temos um autor desconhecido, que viveu em um período desconhecido. «A menção aos bandos de caldeus (Jó 1:17), e o uso da arcaica palavra *qesitah* (42:11; em nossa versão portuguesa, «dinheiro») apontam, meramente, para a antiguidade da história, e não para a sua presente forma escrita. Os eruditos modernos têm variado na data do livro desde os dias de Salomão até cerca de 250 A.C., embora as datas mais populares variem entre 600 e 400 A.C., apesar do que há uma tendência crescente em favor de datas posteriores... Os argumentos com base no assunto, na linguagem e na teologia, provavelmente, favorecem uma data até posterior à de Salomão; mas, visto que o livro é *sui generis* dentro da literatura dos hebreus, e que a linguagem empregada é tão distintiva (alguns eruditos chegam a pensar que se trata de uma tradução de um original aramaico, enquanto que outros consideram que seu autor teria vivido fora da Palestina), qualquer dogmatismo deriva-se de fatores subjetivos e preconcebidos». (ND)

3. Integridade. Na primeira seção, **Caracterização Geral**, temos dado as razões pelas quais alguns eruditos duvidam que o livro inteiro foi escrito por um único autor. As porções atribuídas a algum outro autor-editor são o prólogo (caps. 1 e 2), a descrição sobre o hipopótamo (40:10—41:25), os discursos de Eliú (32:1—37:24), o capítulo vigésimo primeiro, e o epílogo (42:7-17). Alguns estudiosos dizem que os capítulos 28; 32-37 e 38-39 também são adições. Porém, até onde podemos ver as coisas, as razões contra e a favor da autoria original dessas seções são puramente subjetivas, e nada de positivo pode ser provado. É verdade que uma grandeza essencial de expressão poética percorre a obra inteira; mas, tanto podem ter havido dois ou três poetas envolvidos, como também somente um. Além disso, qualquer autor pode inserir material tomado por empréstimo; e, nesses pontos, certa incongruidade ou diferença de estilo pode ser observada, interrompendo a suavidade do fluxo da apresentação, sem que isso indique a contribuição feita por algum outro autor.

Segundo aqueles críticos, os discursos de Eliú são rejeitados como originais (Jó 32:1—37:34), porque ele não é mencionado no epílogo, onde os amigos de Jó foram repreendidos. Porém, se o epílogo foi acrescentado por algum autor posterior, por que ele omitiu esse nome? Deveríamos supor que os discursos de Eliú foram incluídos no livro após a adição do epílogo? Novamente, entramos em um raciocínio meramente subjetivo, não havendo como fazer qualquer afirmação absoluta acerca do problema assim levantado. E nem isso é necessário para a crença na divina inspiração do livro. Todos os livros da Bíblia contêm seus elementos humanos, e nenhum deles foi escrito em um vácuo, para então ser hermeticamente fechado. Os eruditos que fazem a fé depender dessas coisas enfatizam aquilo que se reveste de pouca ou nenhuma importância, exceto que essas coisas, mui naturalmente, desempenham um papel legítimo na análise e na avaliação literárias.

V. O Problema do Mal

Temos provido para o leitor um detalhado artigo sobre o *Problema do Mal* (vide). O livro de Jó é o único livro da Bíblia que aborda especificamente esse problema, ao mesmo tempo que é um dos mais extensos escritos que têm sido preservados desde tempos antigos. Alguns estudiosos negam que o tema principal do livro seja esse problema, preferindo sugerir que o livro realmente perscruta as profundezas da fé que um homem é capaz de ter, diante de inexplicáveis sofrimentos. Porém, isso, por si mesmo, faz parte do problema do mal. No que consiste o problema do mal? Esse é o problema que consiste em explicar como é que pode haver tanta maldade no mundo. Existe o *mal natural*: os acidentes, as inundações, os terremotos, os incêndios, as enfermidades e, acima de tudo, a morte, a qual parece ser o ponto culminante dos males naturais. Existem males que não se derivam diretamente da vontade e dos atos maus dos homens. Essas são coisas naturais que afligem a todas as pessoas. Esses são «atos de Deus», conforme alguns dizem. Existe também o *mal moral*, males que se derivam diretamente da vontade e dos atos pervertidos e maldosos dos homens, como as guerras, as matanças, a desumanidade do homem contra o homem. Essa questão toda envolve Deus: Se existe um Deus todo sábio (que conhece até o futuro), todo poderoso e todo amoroso, então por que há tanta maldade e sofrimento neste mundo? Não podemos lançar a culpa de tudo sobre a perversidade humana. Jó ficou muito doente, e sua carne, por assim dizer, desprendeu-se de seus ossos. Isso foi uma enfermida-

de, parte dos males naturais. Por que Deus permite o sofrimento? Por que o homem bom sofre? Por que os homens maus não são julgados? Por que razão os ímpios prosperam? Qual é o resultado final do sofrimento? Haverá algum dia sem sofrimentos? Essas são perguntas que os homens costumam indagar, perplexos. Apesar de não haver respostas absolutas e perfeitas, nosso artigo sobre o problema do mal procura dar aos leitores as respostas que existem. Mas, todas essas respostas funcionam melhor quando são *outras* pessoas que sofrem. Quando temos de enfrentar alguma grande tragédia, então as respostas que existem não nos parecem muito boas.

Razões do Sofrimento, Segundo o Livro de Jó:

Seja como for, o livro de Jó procura nos fornecer algumas respostas para o problema do mal. *Abaixo, oferecemos um sumário*:

1. Os discursos dos amigos molestos de Jó fornecem a resposta-padrão, que está sendo posta em dúvida, por esse livro: Deus castiga os ímpios com o sofrimento. Segundo os amigos de Jó, a retribuição divina é a grande resposta. Mas, apesar de haver nisso alguma razão, Jó nos é apresentado como um homem *inocente* das acusações de que o acusavam, pelo que os *seus* sofrimentos não podiam ser atribuídos àquelas acusações. Mesmo quando ele se confessou pecador, e declarou que se arrependia, isso não foi feito a fim de explicar *por que* ele estava sofrendo, mas serviu apenas para mostrar que todos os homens, diante de Deus, devem assumir uma posição de humildade, como pecadores que são. Ver Jó 42:6.

2. Os discursos de Eliú salientaram o princípio de que o sofrimento é uma *disciplina* para os justos, o que corresponde a um princípio verdadeiro, embora, por certo, não seja *a* resposta, no caso específico de Jó. Ver Jó 33:16-18; 27:30; 36:10-12.

3. Jó 19:25,26. Os remidos participam de uma gloriosa vida após túmulo, pelo que todos os sofrimentos terrenos e temporários são ali obliterados. Essa é uma boa resposta-padrão, sem dúvida, mas não é ainda o principal argumento do livro. Seja como for, essa resposta tenta pôr na correta perspectiva o problema do sofrimento humano. Nós, como seres mortais, exageramos a importância das coisas temporais e transitórias desta vida. Pode haver desígnio ou não nessas coisas; mas elas duram por algum tempo, e logo se acabam.

4. Há *profundezas da fé* que os justos podem obter, e que lhes conferem coragem para enfrentar seus sofrimentos, sem duvidarem da providência e dos desígnios de Deus. Apesar disso também não ser uma resposta definitiva para o problema, é uma espécie de solução para aqueles que estão sofrendo no presente. Um homem, mediante a sua fé, impõe-se à sua situação adversa, obtendo nisso razão para prosseguir, significado, desígnio e esperança.

5. O texto sagrado declara que Deus atua em todo o universo, trazendo chuvas à terra onde nenhum homem existe (Jó 38:26); que Deus está cônscio do mal e dos sofrimentos (personificados nos monstros hipopótamo e crocodilo—Jó 40:15—41:34). É óbvio que Deus cuida dos homens e observa os seus sofrimentos. Apesar de, talvez, não sabermos qual a *razão* de nossos sofrimentos, pelo menos tomamos consciência da bondade e da providência permanentes de Deus, o qual permite todas essas coisas; e assim podemos descansar no Senhor.

6. *A Presença de Deus*. Essa é a resposta final e mais excelente do livro de Jó. Poderíamos dizer: «Estive com o Senhor, e sei que não pode sobrevir ao homem, finalmente, um dano permanente». Essa é a resposta mística, a resposta que envolve a presença majestática e consoladora de Deus. Na presença de Deus, talvez os nossos argumentos intelectuais *não melhorem*; mas a nossa fé em sua providência torna-se *invencível*. Os místicos que têm experimentado a presença divina têm chegado ao extremo de negar a existência do mal, exceto como um fator que envolve a ausência do bem, ou seja, aquilo que contrasta com o bem positivo. Todos os atos de Deus estão encobertos dos olhares humanos, embora vejamos muitas luzes. Há cores brilhantes e cores escuras, formando um grande desenho, como em um tapete. As cores escuras fazem destacar a beleza das cores brilhantes; e, juntas, essas cores, brilhantes e escuras, produzem uma beleza singular. Alguns místicos afirmam que o mal e o sofrimento perfazem as cores escuras daquele simbólico tapete, e que, finalmente, tudo é bom, tudo é necessário: tudo faz parte da beleza de todas as coisas. Na presença de Deus, pois, sentimos isso, embora, talvez, nos faltem argumentos intelectuais para afirmar tal coisa de modo inteligente. Na presença de Deus, pois, encontramos sua vontade inexcrutável, e nos inclinamos, reverentes, sabendo que até o mal redundará em bem para nós, embora não saibamos dizer de que maneira. Quando a alma comunga com Deus, ela sabe que Deus está em seu trono, e que tudo está bem no mundo. Talvez não disponhamos de respostas intelectuais, mas podemos experimentar a presença Daquele que nos dá as respostas, e é em momentos como esses que sabemos que o Consumado Artista nunca cai em erros e equívocos. O criador de todas as coisas indagou de Jó: «Acaso, anularás tu, de fato, o meu juízo? Ou me condenarás, para te justificares?» (Jó 40:8). Jó não ficou satisfeito com as respostas que lhe foram dadas, e, sim, com a comunhão imediata com o Ser divino. Foi isso que levou Jó, à semelhança dos grandes profetas, a dizer: «Eu te conhecia só de ouvir, mas agora os meus olhos te vêem» (Jó 42:5). E todas as soluções possíveis para o mal que há neste mundo são encontradas em face dessa visão beatífica.

7. *O prólogo* tem por finalidade dar-nos a resposta (ou, pelo menos, uma resposta), desde o começo. Satanás, percebendo a prosperidade de Jó, e como Deus elogiou ao seu fiel servo, pôs então em dúvida a lisura de Jó, propondo submeter a teste a autenticidade de sua bondade. Jó seria bom por ser verdadeiramente justo, ou seria bom somente porque Deus o havia abençoado? Em outras palavras, a sua bondade era autêntica justiça de alma, ou seria uma bondade *egoísta*, alicerçada sobre a prosperidade material? Seguiu-se o terrível teste de Jó. Se levarmos em conta isso, de forma literal, e não como um esquema literário para introduzir a narrativa, então temos aí um mui perturbador ensino de que os justos podem sofrer meramente porque os poderes malignos querem submetê-los a teste; e, mais perturbador ainda é o pensamento que Deus coopera para que os justos sejam submetidos a essas provas! Portanto, é melhor compreendermos esse prólogo (provavelmente escrito por um autor diferente daquele que compôs o grande poema) como um artifício literário, e não como algo cuja intenção era mostrar que as Escrituras ensinam que os poderes malignos podem fazer uma espécie de barganha com Deus, com o resultado de que os justos acabam sofrendo injustamente.

VI. Esboço do Conteúdo

1. **Prólogo. O teste é proposto e aceito (caps. 1 e 2).**
2. Primeira Série de Discursos. O discurso de Jó e de seus três amigos molestos (caps. 3—14).
   a. Jó seria culpado, pelo que estava sendo punido. Essa é a razão do sofrimento humano.

b. Jó nega tal acusação.

3. Segunda Série de Discursos. Os três amigos molestos de Jó discursam e recebem sua resposta (caps. 15—21).

4. Quarta Série de Argumentos. Elifaz e Bildade apresentam novos argumentos, e Jó lhes dá resposta (caps. 22—33).

5. Discursos de Eliú (caps. 32—37)

a. O propósito da aflição (caps. 32—33)

b. Vindicação da pessoa de Deus (cap. 34)

c. As vantagens da piedade (cap. 35)

d. Deus é grande, e Jó é ignorante (caps. 36 e 37)

e. Eliú fez a valiosa observação de que o sofrimento pode servir-nos de disciplina.

6. Os Discursos de Deus (caps. 38—42:6)

Na Presença de Deus, a solução deve ser sentida, mesmo quando não seja intelectualizada.

a. Deus é todo poderoso e majestático! Jó percebe sua pequenez e sente a vaidade de suas palavras (38:1—40:5).

b. O poder de Deus contrasta com a fraqueza humana. Jó se arrepende e demonstra a humildade que cabe bem ao homem. A *presença* de Deus experimentada garante a solução final para o problema do mal (40:6—42:6).

7. *Epílogo*. Os molestos consoladores de Jó são repreendidos. Deus reverte a fortuna de Jó, e a paz e a abundância material substituem a enfermidade e a carência (42:7-17).

Bibliografia. AM B DH G I IB ND NTI PAT PF PF(1841).

JOA

No hebraico, «Yahweh revive». Nome de duas personagens bíblicas:

1. Um filho de Berias, o benjamita. Ele foi chefe da tribo e residia em Jerusalém (I Crô. 8:16), em cerca de 588 A.C.

2. Um tizita, que foi enumerado entre os poderosos guerreiros de Davi, tendo assumido a defesa deste contra Saul. Seu irmão também pertencia ao grupo. (I Crô. 11:45). Sua época foi em torno de 1000 A.C.

JOÁ

No hebraico, «Yahweh é meu irmão». Esse foi o nome de quatro personagens que aparecem no Antigo Testamento, a saber:

1. Um filho de Asafe, que era o cronista dos dias do rei Ezequias. Foi um dos membros da embaixada enviada ao general assírio, para tratar de assuntos relativos à invasão assíria. Os enviados receberam uma mensagem insultante. Ver II Reis 18:18,26; Isa. 36:3,11,22. Isso ocorreu em cerca de 719 A.C.

2. Um filho ou descendente de Zima (I Crô. 6:21). Ele pode ser corretamente identificado com o Etã do vs. 42 daquele mesmo capítulo, a menos que os nomes de uma dessas listas sejam parcialmente omitidos na outra lista. Seja como for, Joá assessorava Ezequias em suas reformas religiosas (II Crô. 29:12). Joá viveu em cerca de 719 A.C.

3. Um filho de Obede-Edom (I Crô. 26:4). Era descendente de Coré, e foi um dos sacerdotes nomeados por Davi para guardar o portão sul do templo de Jerusalém e a casa de Asupim, um armazém ou átrio existente no templo (vs. 15). Isso aconteceu por volta de 1000 A.C.

4. Um filho de Joacaz, cronista que trabalhava para o rei Josias. Foi nomeado superintendente dos reparos feitos no templo (II Crô. 34:8). Isso ocorreu em cerca de 639 A.C.

JOABE

No hebraico, «Yahweh é (seu) pai». Esse é o nome de três homens que figuram nas páginas do Antigo Testamento: um capitão do exército de Davi; o filho de Seraías e o Joabe dos tempos de Zorobabel.

A. O Capitão do Exército de Davi

1. *Sua Família*. Joabe era filho de Zeruia, meio-irmã de Davi (II Sam. 2:18). Josefo (*Anti.* 7:1,3) diz-nos que o nome de seu pai era Suri. A Bíblia diz que seu sepulcro está em Belém (II Sam. 2:32). Isso nos permite concluir que a família de Joabe era nativa de Belém, ou, pelo menos, ali residia. Joabe era sobrinho de Davi; mas, não foi por essa razão que ele se tornou comandante das tropas de Davi. Joabe era uma máquina de matar. Visto que Zeruia, ao que parece, era uma das filhas mais velhas de Jessé, e que Davi era o filho mais jovem de Jessé, é provável que Joabe e Davi fossem, mais ou menos, da mesma idade. Amasa, que substituiu a Joabe como comandante, em duas ocasiões, era primo de Joabe, e também era sobrinho de Davi, através de Abigail, sua outra irmã (I Crô. 2:17).

2. *Detalhes Históricos de sua Vida*

a. Ouvimos falar em Joabe, pela primeira vez, em conexão com seus irmãos, Abisai e Asael, que eram guerreiros do exército de Davi, quando entraram em luta com Abner, que preferiam que Isbosete, descendente de Saul, se assentasse no trono de Israel. De fato, Isbosete chegou a ocupar o trono por breve período (II Sam. 2:8 *ss*). Mas Abner perdeu a batalha. Quando fugia, com relutância matou a Asael, que era bem jovem, e o vinha perseguindo (II Sam. 2:13-32), o que ocorreu por volta de 1000 A.C.

b. Joabe planejou vingar-se, mas não executou imediatamente o plano. Quando Abner visitou Hebrom, depois que abandonou a causa de Isbosete, e queria fazer de Davi o rei de uma unida nação de Israel, Joabe ralhou com Davi, acusando Abner de traição. Enviou mensageiros atrás de Abner, para o trazerem de volta, e prontamente o matou. Davi ficou muito insatisfeito com o ocorrido; mas, ao que parece, era impotente para fazer qualquer coisa a respeito (II Sam. 3:8-39).

c. Joabe tornou-se comandante em chefe do exército de Davi. Joabe estava sempre onde havia alguma luta. E ele era sempre mortal para os adversários. Os *jebuseus* (vide) controlavam o lugar onde Davi estabeleceu, finalmente, a sua capital, a saber, Sião, uma parte da antiga cidade de Jerusalém. Ver o artigo sobre *Jebus*. Joabe ousou atacar o lugar, pois, ao que parece, queria fazer algo de heróico que fizesse Davi esquecer-se da atrocidade que ele cometera ao matar Abner. O fato de que Joabe capturou monte Sião é registrado em II Sam. 5:6 *ss*; I Crô. 11:4 *ss*. Davi prometeu a patente de general supremo a qualquer um que conquistasse a fortaleza dos jebuseus. Alguns estudiosos pensam que Joabe entrou na cidade por meio do túnel que trazia para a cidade o seu suprimento de água. Mas outros opinam que ele simplesmente escalou as muralhas, com pesadas perdas em vidas. Seja como for, a tarefa foi realizada e Davi obteve a sua cobiçada fortaleza. Joabe reteve sua posição militar durante muitos anos, tendo servido fielmente a Davi (II Sam. 5:6 *ss*; 8:16; 20:23; I Crô. 11:4 *ss*; 18:15; 27:34). Davi, com freqüência, ia à batalha com o seu exército, mas Joabe estava sempre presente, a fim de garantir a vitória com suas inteligentes estratégias e com a sua incrível habilidade de matador.

d. Guerras Específicas de Joabe. Contra os amonitas e os sírios (II Sam. 10:1 *ss*). Contra Edom, ocasião em que Joabe eliminou grande parte da população masculina, sepultando os cadáveres nos túmulos de Petra (I Reis 11:15,16). O príncipe idumeu fugiu para o Egito, e só retornou à sua terra quando ouviu dizer que haviam morrido tanto Davi quanto Joabe (I Reis 11:21,22). Contra os amonitas, novamente, Joabe tomou a arca da aliança e assediou a cidade de Rabá (II Sam. 11:1,11). Os israelitas sofreram alguns pesados reveses, no início. E então Joabe conquistou a parte baixa da cidade. Ele convidou Davi para que viesse e tomasse a cidadela, provavelmente querendo que o rei ficasse com o crédito principal da vitória, embora não houvesse nenhuma razão pela qual o próprio Joabe não pudesse fazê-lo. E assim aconteceu (II Sam. 12:26-28).

e. O caso com Amasa. Davi não se mostrou especialmente grato a Joabe, ao oferecer a patente de generalíssimo a Amasa, na tentativa de conciliar o partido que favorecia a Absalão, quando este se revoltou contra seu pai, Davi. Amasa havia comandado o exército de Absalão (II Sam. 19:13). Mas Amasa não se mostrou eficaz, sem dúvida, em parte, porque o exército de Joabe não seguia com fervor ao novo comandante. Embora Amasa fosse seu próprio primo (pois era filho da irmã de sua mãe), Joabe removeu o competidor mediante o assassínio, o que alguns consideram um ato ainda mais traiçoeiro do que no seu caso com Abner. Ver II Sam. 20:1-13 quanto ao relato inteiro. A violência, os golpes de traição e a selvageria que transparecem nos relatos do Antigo Testamento deixam-nos boquiabertos, mas esses relatos são realistas, pois isso é que o homem é. O aspecto absurdo aparece quando os homens, antigos ou modernos, lançam a culpa dessas coisas sobre Deus.

f. Joabe apóia Adonias como pretendente ao trono. Adonias era o herdeiro natural do trono de Israel, por ser o filho mais velho de Davi. E quando Davi ainda vivia, houve uma demonstração popular em favor de Adonias. Joabe deu apoio à causa de Adonias. Mas, essa foi a única vez em que ele errou nos cálculos. Salomão foi quem ascendeu ao trono. Salomão fez abortar a demonstração, e compreendeu que teria de neutralizar a Joabe, se quisesse reter o trono.

g. Morte de Joabe. Joabe e seus seguidores estavam marcados para serem destruídos. Joabe refugiou-se diante do altar, que deveria dar-lhe imunidade. Mas, o que Salomão se importava com isso? Salomão enviou Benaia para executar Joabe, e foi exatamente isso que aconteceu (I Reis 2:28 *ss*; Núm. 35:33). Conforme diz um dos comentários que examinamos: «Esse período da história (de Israel) foi violento e primitivo, e Joabe era apenas um produto de sua época». Naturalmente, esse comentário também deve ser aplicado a Salomão.

h. O caráter de Joabe. Joabe era homem de coragem e de grande habilidade militar. Era homem de tremenda ousadia, muito destemido; mas também era traiçoeiro e selvagem. Era leal a seus amigos, e serviu a Davi durante muito tempo. Todavia, mostrava-se destituído de misericórdia e sangüinário com seus inimigos. Foi um dos mais notáveis guerreiros de Israel, mas também o mais inescrupuloso. Não era destituído de sentimentos religiosos; mas, como poderia ser ele um homem espiritual, derramando tanto sangue?

B. Joabe, Filho de Seraías

Esse Joabe era descendente de Quenaz (irmão mais jovem de Calebe), segundo aprendemos em Juí. 1:13. Ele era da tribo de Judá. Foi o pai ou fundador da tribo dos que viviam no Vale dos Artífices (I Crô. 4:13,14). Alguns estudiosos têm identificado esse local com o *wadi Arabah*. Jerônimo diz que os arquitetos do templo foram escolhidos dentre seus filhos, e que por essa razão esse Joabe foi chamado de pai ou príncipe dos ferreiros (no hebraico, *charashim*).

C. Joabe dos Tempos de Zorababel

Esse Joabe foi chefe das mais numerosas famílias que retornaram a Jerusalém, terminado o cativeiro babilônico, em companhia de Zorobabel (Esd. 2:6; 8:9; Nee. 7:11). A época era cerca de 445 A.C. Alguns dos exilados retornaram com Esdras (Esd. 8:9, ao passo que outros voltaram com Zorobabel (I Crô. 4:13,14; Nee. 11:35).

JOACAZ

Em I Esdras 1:34, essa é a forma em que aparece o nome de *Jeoacaz* (vide). O trecho neotestamentário de Mat. 1:11 diz *Jeconias* (vide).

JOACHIM, H.H.

Ver o artigo intitulado **Verdade, Teorias da**, ponto 23.

JOANA

Mui provavelmente, essa é a forma feminina do nome próprio comum *João*. No grego é *Ionna* e no hebraico, sua forma masculina é *Jehohanan*, que significa «favorecido por Yahweh». Nas páginas do Novo Testamento, Joana era mulher de Cuza, que era mordomo de Herodes Ântipas, tetrarca da Galiléia. Jesus curou certo número de mulheres de graves enfermidades, que, então se tornaram suas dedicadas seguidoras; e Joana foi uma dessas mulheres. Ela era uma das mulheres que se preocupavam com as necessidades materiais de Jesus e de seus discípulos. Ver Luc. 8:2,3 quanto a essa informação. Joana estava entre as mulheres que seguiram a Jesus a Jerusalém, para a páscoa, e acabaram sendo testemunhas da crucificação. Morto Jesus, Joana foi à cidade a fim de preparar especiarias e ungüentos para preparar o corpo de Jesus para o sepultamento (Luc. 23:56). Quando Joana e outras mulheres piedosas chegaram ao túmulo, descobriram que já havia ocorrido o grande milagre da ressurreição, e levaram a notícia aos apóstolos (Luc. 24:1-10). Não há que duvidar que ela foi uma das testemunhas do Cristo ressurrecto, embora as Escrituras não nos informem especificamente a esse respeito.

JOANÃ

No hebraico, «Yahweh tem sido gracioso», ou «Yahweh dá». Esse é o nome de vários homens do Antigo Testamento. O nome bíblico João, é um derivado do mesmo, após passar pelo grego. No hebraico é *Iohanan*. Há dez homens com esse nome, no Antigo Testamento:

1. Um dos oficiais que reconheceu Gedalias como governador da Judéia, depois que Jerusalém foi capturada e que a maioria dos cidadãos de Judá fora exilada para a Babilônia. Atuou como capitão do exército de Judá, durante o cerco da cidade. Foi a Mista, com outros líderes (ver Jer. 40:8,13) e avisou Gedalias sobre o plano traçado por Ismael para assassiná-lo (Jer. 40:14). Quis impedir o assassinato tirando a vida de Ismael, antes que este cometesse o crime (Jer. 40:16). Mas Gedalias não tomou qualquer providência, e acabou assassinado. Então Joanã

encabeçou um grupo contra Ismael (Jer. 41:11) e o alcançou perto das águas de Gibeom (Jer. 41:12), e libertaram os reféns que Ismael havia tomado (Jer. 41:14). Todavia, o próprio Ismael escapou, juntamente com oito outros homens (Jer. 41:15). Os demais foram levados a Gerute-Quimã, perto de Belém (Jer. 41:16,17). Joanã pediu que Jeremias opinasse se o remanescente de Judá deveria permanecer na Judéia ou se deveria se exilar no Egito, temendo que os babilônios os atacassem. Jeremias aconselhou, enfaticamente, que os judeus deveriam permanecer em sua própria terra. Desse modo, Jeremias se declarou favorável aos babilônios, uma atitude extremamente corajosa. Ver Jer. caps. 42, 43:2,3. Então Joanã levou todo o povo restante, incluindo Jeremias e Baruque, para o Egito (Jer. 43:5-7), onde, ao que se presume, Jeremias faleceu. Isso ocorreu em cerca de 587 A.C.

2. O filho mais velho de Josias, rei de Judá (I Crô. 3:15). Nada mais é dito sobre ele, pelo que ou ele faleceu ainda jovem, ou sua vida não se caracterizou por acontecimentos notáveis. Viveu em torno de 639 A.C.

3. O quinto filho de Elioenai, descendente de Zorobabel (I Crô. 3:24). Viveu em torno de 400 A.C. Tem sido identificado com o Naum mencionado em Luc. 3:25 como um dos antepassados do Senhor Jesus.

4. Um filho de Azarias, cujo pai tinha o mesmo nome. Ambos foram sumos sacerdotes (I Crô. 6:9,10). Alguns estudiosos têm-no identificado com Joiada (II Crô. 24:15). Servia no templo de Salomão. I Reis 4:2 é trecho que menciona seu pai como sumo sacerdote dos dias de Salomão.

5. Um dos guerreiros de Davi, que veio se juntar a ele em Ziclague, quando Davi fugia de Saul. Provavelmente era um benjamita (I Crô. 12:4). Os guerreiros benjamitas podiam atirar flechas e usar a funda com ambas as mãos.

6. Um homem da tribo de Gade, o oitavo dos gaditas que se uniu a Davi em Ziclague, quando Davi fugia de Saul. Foi um dos grandes guerreiros de Davi (I Crô. 12:12), sendo contado entre aqueles habilidosos no uso da lança e do escudo.

7. O chefe de uma família que descendia dos filhos de Azgade (Esd. 8:12). A frase «o filho de Catã», deve ser lida como «Joanã, o filho caçula», — ou, então, «Joanã, o menor». Ele encabeçou um grupo de cento e dez homens que deixaram a Babilônia, após o cativeiro, e voltaram a Jerusalém, em companhia de Esdras.

8. O pai de Azarias, que foi chefe da tribo de Efraim. Insurgiu-se contra os israelitas (da nação do N) por fazerem escravos dos judeus (da nação do S), II Crô. 28:12). O texto massorético dá seu nome com a forma de *Iehohanan*. Ele viveu em cerca de 735 A.C.

9. Um filho de Tobias, contemporâneo de Neemias (Nee. 6:18). O texto massorético grafa seu nome como Jônatas. Ele era um amonita que se casou com a filha de Mesulão, o sacerdote. Seu tempo de vida girou em torno de 445 A.C.

10. Um neto de Eliasibe, o sumo sacerdote. Joanã tornou-se também sumo sacerdote, durante o reinado de Dario II (Nee. 12:12,23). O texto massorético grafa seu nome como Iehohanan. Ele ficou desolado diante dos casamentos mistos que tiveram lugar durante o tempo do cativeiro babilônico, até que foram tomadas medidas drásticas para anular esses casamentos.

JOANA D'ARC

Suas datas foram 1412-1431. Ela nasceu em Dorémy, na França. Seu pai era um proeminente fazendeiro. Aos treze anos de idade, Joana começou a receber visões e a ouvir vozes, supostamente de São Miguel, Santa Catarina e Santa Margarida. Na época, a França estava parcialmente ocupada pelos ingleses, com a ajuda da Borgonha. As visões instavam com ela para que livrasse seu país da opressão inglesa. Dificuldades adicionais eram a economia caótica e a instabilidade da coroa francesa, de tal modo que Carlos VII, que ainda não fora coroado, não se sentia capaz de assumir uma liderança decisiva.

As visões de Joana asseguravam-lhe que Carlos era o líder legítimo, e que a campanha militar dela contra os invasores seria bem-sucedida. Foi assim que ela venceu a relutância dos chefes do exército francês, e foi comissionada pelo monarca, embora somente depois que os teólogos investigaram o caso. Ela se vestiu como homem e pôs-se a comandar o exército francês. Entre abril e julho de 1429, ela derrotou os ingleses em Orleães e capturou Troyes. A 17 de julho daquele ano, ela viu a coroação de Carlos VII, em Rheims. Foi então que sua sorte começou a mudar. Ela não conseguiu libertar Paris, e teve de enfrentar contínua oposição na própria corte francesa. Foi capturada em Compiègne, por um borgonhês, que a vendeu aos ingleses.

Pierre Cauchon, bispo de Beauvais, que favorecia a Borgonha, instituiu processo de heresia contra Joana. Esse julgamento acabou entrando na história como um vergonhoso exemplo de traição, preconceito e crueldade. — A Universidade de Paris teve um papel triste nesses acontecimentos. A própria Joana, embora tão jovem, senhora de si, apresentou uma boa autodefesa. Originalmente, foram lançadas contra ela setenta acusações. Essas acusações acabaram reduzidas em doze, incluindo a condenação por suas vestes masculinas, e uma declaração de que as visões que ela recebera eram diabólicas. E assim, Joana foi acusada de bruxaria. Sua atitude de dependência *exclusivamente de Deus*, também foi um ponto vigorosamente atacado.

Joana apresentou uma momentânea e confusa retratação; mas, então, ela caiu em uma armadilha, e caiu sob a acusação de heresia, permanecendo de pé, destarte, os seus crimes. Ela reafirmou a autenticidade das vozes que ouvira e a autoridade de Carlos VII. Foi condenada e foi queimada viva na fogueira, a 30 de maio de 1431. Suas cinzas foram lançadas no rio Sena.

Em 1450, as autoridades eclesiásticas romanistas deram início ao processo de reabilitação de Joana, acreditando que um grave erro havia sido cometido. Houve uma total reversão do julgamento, que fora realizado em 1431. Joana foi beatificada em 1909 e canonizada em 1920. A reversão do julgamento de Joana D'Arc foi inspirada com apoio popular, e também devido ao fato de que, não muito depois da execução dela, os franceses obtiveram a vitória e expulsaram os ingleses de Paris. Assim, se Joana não conseguiu levar os franceses à vitória, em vida, as suas predições tiveram cumprimento.

JOÃO, EVANGELHO DE

Esboço:

Observações Gerais

I. Data
II. Autor
III. Procedência e Destino
IV. Fontes Informativas
V. Relação Com o Pensamento Religioso e Filosófico Contemporâneo

VI. Influência do Antigo Testamento e de Outra Literatura Cristã Primitiva
VII. Propósitos deste Evangelho
VIII. Unidade deste Evangelho
IX. Relação deste Evangelho com as Epístolas de João e o Apocalipse
X. Conteúdo
XI. *Bibliografia*

Observações Gerais

Chamamos os evangelhos de Mateus, Marcos e Lucas de *evangelhos sinópticos*, não porque encontramos neles uma boa sinopse da vida e dos ensinamentos de Jesus Cristo, em contraste com o que se pode observar no evangelho de João, mas por causa do fato de concordarem entre si, porquanto *vêem juntos*, em contraste com o material apresentado pelo evangelho de João, que consiste em menos de dez por cento daquilo que é apresentado pelos demais evangelhos. Assim sendo, posto que de forma alguma os registros do evangelho de João podem ser colocados em colunas paralelas com os registros dos demais evangelistas, visto que não «vê as coisas juntamente com eles», João não é reputado como um evangelho sinóptico. Mais de noventa por cento desse material fica fora da tradição dos evangelhos sinópticos, e bastaria esse fato para tornar impossível qualquer tentativa de fazer a harmonia entre os quatro evangelhos dos quais dispomos.

Desde os tempos mais remotos do cristianismo se tem reconhecido que o evangelho de João é distinto dos demais, por se ter fundamentado em fontes informativas diferentes. Os primeiros pais da igreja reconheceram esse fato tão claramente quanto o reconhecemos, e vemos que Clemente de Alexandria (ca. de 200 D.C.) dizia:

> «Mas que João, em último lugar, consciente que os fatos corporais (isto é, externos) haviam sido revelados nos evangelhos, com o que ele tinha em mente os evangelhos de Mateus, Lucas e Marcos, sobre os quais vinha falando, foi encorajado, pelos seus conhecidos, e sob a inspiração do Espírito Santo, a escrever um evangelho espiritual». (Citado da obra *Hipóteses*, de Eusébio, em *Hist. Eccl.* VI. 14,7).

Embora a questão da autoria deste evangelho de João continui sendo assunto extremamente debatido (ver o item seguinte), uma coisa é certa: seu autor foi um homem profundamente religioso, místico por natureza, que mantinha real comunicação com o Cristo a respeito de quem ele escreveu; e, apesar do retrato falado que faz dele ser radicalmente diferente dos evangelhos sinópticos, é óbvio que ele cria que esse Cristo transcendental fosse o Jesus da história. Para que possamos compreender o evangelho de João, é mister jamais olvidarmos que apesar dele descrever aquele que a igreja cristã aceitava como salvador do mundo, para ele, esse salvador não podia estar confinado dentro dos estreitos limites da Palestina do primeiro século da era cristã, ou mesmo do mundo greco-romano daquela época, ou mesmo, meramente, dos estreitos limites de uma vida terrena, posto ser ele o Salvador eterno de todos aqueles que o têm conhecido e amado, significação essa que se estende a todos os séculos e, na realidade, até à própria eternidade.

I. *DATA*

Já houve ocasião em que uma das tentativas favoritas dos críticos eruditos era demonstrar uma data bastante posterior para o evangelho de João, talvez tão tarde como 200 D.C., mas essa idéia vem sendo gradualmente abandonada, conforme novas luzes vão sendo lançadas sobre esse problema. O descobrimento do minúsculo fragmento desse evangelho, intitulado P(52), que tem sido atribuído à primeira metade do século II D.C., tem demonstrado que este evangelho *já deveria* ter sido escrito e já deveria estar em larga distribuição por volta ou antes de 130 D.C. Também sabemos que esse evangelho já era conhecido e discutido, em círculos gnósticos, por volta de 130 D.C. Foi igualmente utilizado pelo escritor de um evangelho apócrifo recém-descoberto, editado por H. Idris Bell e T.C. Skeat, que os papirologistas supõem ter sido escrito na primeira metade do século II D.C. (Ver *Fragments of an Unknown Gospel*, conhecido por *Egerton Papyrus*, no católogo do Museu Britânico). Esse «evangelho» contém declarações e algumas passagens notavelmente similares aos evangelhos canônicos, incluindo o de João; e os eruditos concordam que apesar de uma parte desses escritos poder ter sido originada antes dos evangelhos de que dispomos (de uma fonte que nossos evangelhos também utilizaram), contudo, o mais provável é que simplesmente tais escritos foram tomados de empréstimo dos evangelhos canônicos.

À base desses fatos, tem sido comum, em anos recentes, atribuir o evangelho de João ao período entre 90 e 100 D.C., e até que outras evidências possam ser descobertas, parece que essa continuará sendo uma assertiva provavelmente correta.

II. *AUTOR*

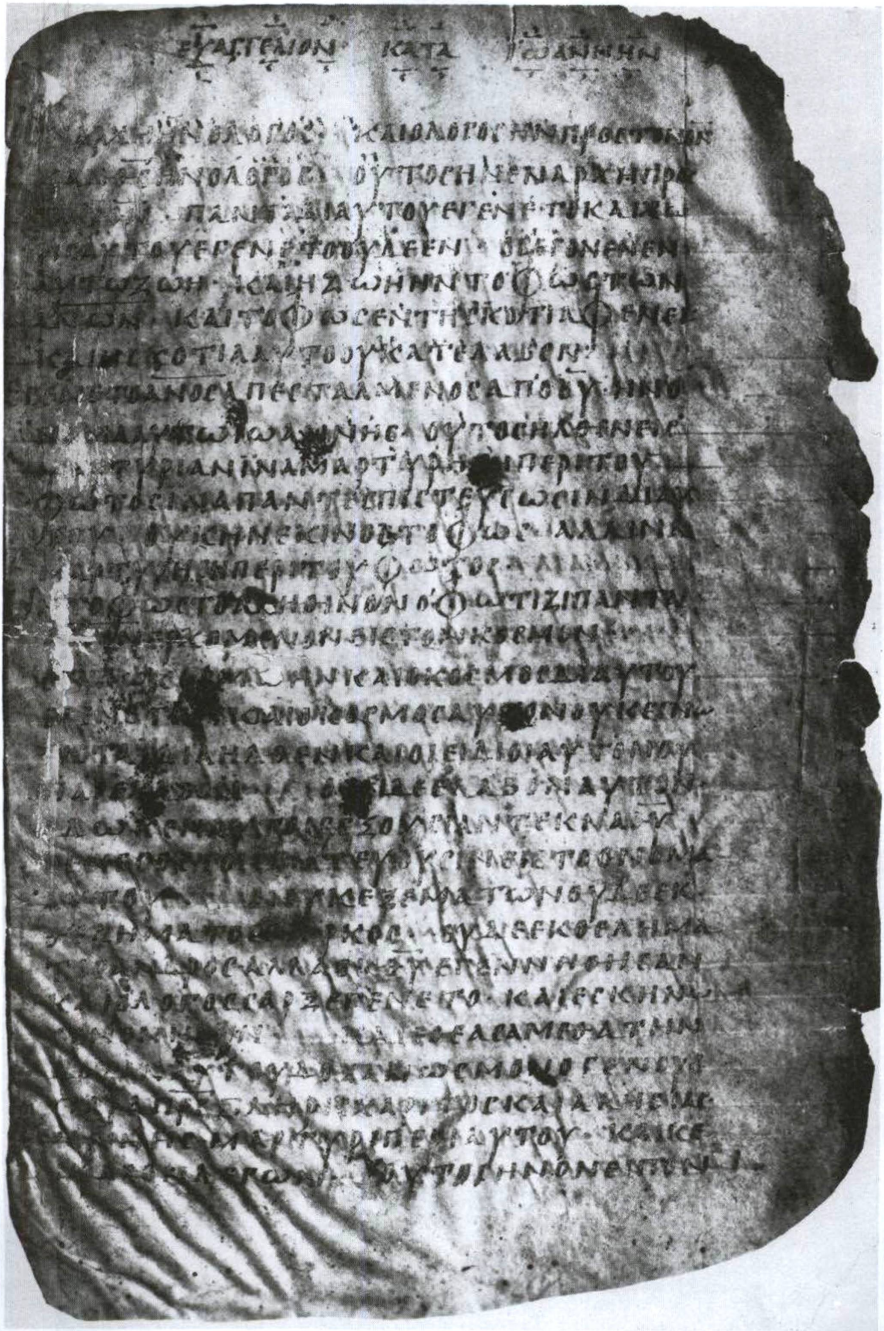
Se confiássemos somente na tradição eclesiástica, sem qualquer outra indicação, seríamos forçados a aceitar a autoria joanina do evangelho de João, e com isso se quer dizer que João, o apóstolo, filho de Zebedeu, foi o seu autor. Em favor desse ponto de vista, têm sido expostos os seguintes argumentos:

1. A Tradição da Igreja Cristã

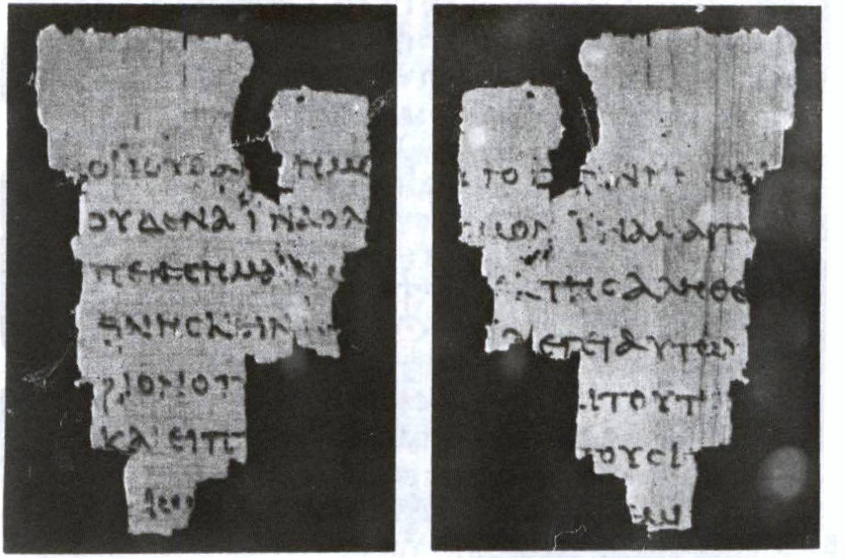
A tradição da igreja cristã favorece a autoria joanina: os Prólogos antimarcionistas, Irineu, Clemente de Alexandria, Tertuliano, o cânon muratoriano, e também Teófilo, em seu tratado, *Ad Autolycum*. Alguns consideram que a mais antiga referência ao apóstolo João, como autor desse evangelho, é o fragmento muratoriano, que deve ter sido escrito em cerca de 170 D.C. Seja como for, a afirmação da autoria joanina não poderia ser posta muito antes do que isso. Assim é que encontramos testemunhos que se derivam de lugares bem dispersos, como a Ásia, a Gália, o Egito, a África e Roma.

2. Evidências Internas

a. A mais conspícua dessas evidências é a declaração de João 21:24: «Este é o discípulo que dá testemunho a respeito destas cousas, e que as escreveu; e sabemos que o seu testemunho é verdadeiro». Esse mesmo discípulo, que evidentemente é referido como o «outro discípulo», também é salientado nos trechos de João 13:23; 19:26 e 21:7,20 (ver também João 18:15,16 e 20:2). Embora diversos dos doze apóstolos tenham sido mencionados por nome neste evangelho, Tiago e João nunca são chamados pelos seus nomes; contudo, por uma vez, os *filhos de Zebedeu* são incluídos entre aqueles que estiveram presentes quando do último aparecimento do Senhor ressuscitado, quando uma atenção especial é chamada para a pessoa do discípulo amado. O «outro discípulo, a quem Jesus amava», conforme se lê em João 20:1-10, e que correu até o sepulcro a fim de confirmar a história do túmulo vazio, quase certamente deve ser identificado com o apóstolo João; e parece que se reunirmos todas essas referências, o próprio livro assevera a autoridade de



Códex W, Século V, primeira página do Evangelho de João, — Cortesia, Smithsonian Institution, Freer Gallery of Art, Washington, D.C.



RECTO VERSO

P(52), também designado Rylands Papyrus 457: o fragmento mais antigo do Novo Testamento, segundo século — João 18:31-33; 37,38.

Cortesia, John Rylands Library

uma testemunha ocular, a saber, o testemunho do apóstolo João.

b. Muito se tem aproveitado, da parte de alguns, do fato de que neste evangelho, se evidencia grande conhecimento dos costumes judaicos e da geografia da Palestina; e por isso o autor deve ter sido um judeu da Palestina. Ele sabia, por exemplo, que era costume judaico alguém assentar-se sob uma figueira (João 1:49); ter alguém talhas para serem enchidas de água, com o propósito de usar a água nas cerimônias de purificação (João 2:6); embalsamar os mortos (João 19:40); lavar as mãos antes das refeições (João 13:4); que era errado a um rabino dirigir a palavra a uma mulher (João 4:2); que as enfermidades são resultantes do pecado (João 9:2); que Elias haveria de vir antes do aparecimento do Messias (João 1:21); que era contaminação para um judeu entrar numa moradia de gentios (João 18:29); e também esse escritor demonstrou possuir conhecimento íntimo sobre idéias messiânicas dos judeus, conforme se verifica no sétimo capítulo do livro.

Além disso, esse autor mostrou ter apurado conhecimento da *geografia* da Palestina, tendo-nos fornecido as distâncias, a descrição dos pórticos e claustros dos templos, o lado do edifício que o povo preferia durante a estação fria, etc. «Ele passa de Jerusalém para as aldeias circunvizinhas, atravessando riachos e visitando jardins, sem nem uma única vez ter tropeçado nos detalhes geográficos». (Bruce, na introdução ao evangelho de João, pág. 667). E disse também o professor Ramsya: «É impossível a quem quer que seja inventar uma narrativa, cujas cenas jazem em uma terra estrangeira, sem trair-se em pequenos pormenores, demonstrando a sua ignorância sobre o cenário e as circunstâncias, em meio aos acontecimentos que ele descreve a se desenrolarem... Até mesmo o estudo mais laborioso e minucioso das circunstâncias de uma região é incapaz de poupar o autor de tais equívocos». (Conforme citado por Bruce; ver a referência acima).

c. O autor era um *judeu*. Isso se verifica à base de considerações lingüísticas. João escreveu em grego puro, no que concerne às palavras e à sintaxe; porém, por mais de uma vez ele vaza as suas idéias em moldes de acordo com pontos de vista tipicamente judaicos, razão pela qual encontramos expressões de origem semita, como «filho da perdição» (João 17:12), «regozijar-se de alegria» (João 3:29), «estar em» ou «permanecer em» (João 14:17; 15:14 e I João 2:6), que são expressões muito mais típicas do hebraico do que do grego. Tudo isso serve para mostrar que o autor, apesar de poder usar à vontade o idioma grego «koiné», na realidade sabia manejar melhor com as idéias hebraicas. Alguns estudiosos têm frisado o fato de que as citações do V.T., feitas por João, ordinariamente não eram extraídas da versão grega do V.T., a Septuaginta; mas, na maioria das vezes, tais citações eram extraídas do V.T. hebraico, ainda que não com precisão. Isso serve para demonstrar, uma vez mais, a sua intimidade com a cultura judaica, e não tanto com a cultura grega. Assim sendo, o apóstolo João pode ter sido o autor deste evangelho, porque ele não era um judeu da dispersão, e, sim, da Palestina; e porque a linguagem deste evangelho parece indicar que o seu autor era judeu da Palestina.

3. Contra a Autoria Joanina

a. — Tem sido asseverado que posto a tradição eclesiástica não poder fornecer-nos qualquer afirmação acerca da autoria joanina, antes de 170 D.C., não temos, por essas mesmas razões, qualquer motivo para aceitar um testemunho que, assim sendo, é relativamente tardio. Entre o momento em que este evangelho foi escrito e a primeira afirmação de que dispomos de que o apóstolo João foi o seu autor, deve ter passado um período de, pelo menos, *oitenta* anos. Esse hiato de tempo parece invalidar afirmações posteriores a esse respeito, ou, pelo menos, parece torná-las um tanto duvidosas. Por exemplo, precisamos encontrar alguma explicação para o silêncio de Inácio, — que escreveu à igreja em Éfeso, quando de sua viagem a Roma, onde seria martirizado. *Inácio* apelou para a influência e o exemplo deixados pelo apóstolo Paulo, mas não faz qualquer alusão ao apóstolo João e, além disso, em seus escritos, não encontramos indício algum de que ele sabia da existência de algum evangelho escrito pelo apóstolo João. Justino Mártir, por sua vez, parece citar o evangelho de João pelos menos uma vez; — e, no entanto, não atribui a citação a um livro escrito pelo apóstolo João, apesar do fato de que, em outras oportunidades, tenha mencionado João como o autor do livro de Apocalipse. (Esses testemunhos ou semitestemunhos — porquanto, na realidade, não são testemunhos diretos sobre o caso — têm data anterior à tradição da autoria joanina, porquanto Inácio faleceu em cerca de 107 D.C., enquanto que os escritos de Justino Mártir podem ser datados como pertencentes à primeira metade do segundo século de nossa era cristã).

b. Alguns escritos, pertencentes aos séculos VII e VIII D.C., fazem alusão ao fato de que Papias, em seu livro, *Exposições dos Oráculos do Senhor*, asseverou que Tiago e João foram mortos pelos judeus; ora, esse martírio certamente teria ocorrido antes da data da escrita deste evangelho, pois João teria tido de viver até quase os cem anos de idade para que pudesse ter sido o autor do evangelho que tem o seu nome. Certo calendário siríaco de mártires, pertencente ao século V. D.C., celebra a data de 27 de dezembro como dia de memória e honra aos dois *mártires*, João e Tiago. — Alguns eruditos, entretanto, consideram que tal calendário seja resultado da aparente profecia, existente no evangelho de Marcos (10:39), de que esses dois irmãos seriam martirizados. Outrossim, se ambos foram martirizados, então a omissão de Eusébio, primeiro historiador eclesiástico, quanto a essa informação, seria um fato realmente estranho.

c. No tocante às *evidências internas*, poderíamos apresentar as seguintes observações acerca dos pontos que laboram contra a autoria joanina:

1. Deve-se admitir que o próprio evangelho de João *assevera autoridade* derivada da vida e do testemunho do apóstolo João, conforme também é expandido no ponto 2. a., acima, *Evidências Internas*. — Não obstante, sabemos que a autoridade que envolve o evangelho de Marcos é atribuída ao apóstolo Pedro; mas, apesar disso, ele próprio não foi o autor do evangelho de Marcos. Talvez o fenômeno seja idêntico neste caso. Certo discípulo de João, bem familiarizado com o pensamento grego ou com o movimento dos essênios, poderia ter sido o autor do evangelho segundo João. Ou, por outro lado, o seu autor poderia ter sido um judeu da Palestina, que tivesse residido em Jerusalém ou nas circunvizinhanças (mas não na Galiléia, segundo o próprio evangelho de João parece indicar), —que também teria sido um dos discípulos de Jesus, ou que, de alguma outra forma qualquer, tivesse estado associado ao círculo apostólico, ou ainda, que tivesse estado associado a algum dos discípulos de Jesus.

2. Também se deve admitir que o autor deste evangelho mui provavelmente foi um judeu da

Palestina, pelo menos um judeu que viveu ali durante muitos anos, porque o livro demonstra um íntimo conhecimento dos costumes judaicos e da geografia da Palestina. Todavia, essa evidência favorece mais um residente da cidade de *Jerusalém* ou da área circunvizinha a essa cidade, do que mesmo a um judeu da Galiléia. O ministério de Jesus, conforme é descrito neste evangelho de João, se circunscreve quase exclusivamente à área de Jerusalém; e, assim sendo, todas as provas concernentes ao conhecimento do autor sobre a Palestina dizem respeito à área de Jerusalém. O seu conhecimento exato acerca do templo, das aldeias ao redor, e das distâncias entre as aldeias ao redor de Jerusalém, como também a menção de haverem sido atravessados certos riachos em particular e as visitas a diversos jardins, indicam um conhecimento pessoal e especial da área de Jerusalém, que João, o pescador da Galiléia, dificilmente teria tido. Além disso, pode-se imaginar *um galileu a ignorar* quase inteiramente o ministério de Jesus na Galiléia? Todavia, podemos imaginar um habitante de Jerusalém ou da área imediatamente ao redor, a tomar interesse especial pelo ministério de Jesus ali efetuado, ao passo que os evangelhos sinópticos nos contam mais sobre o ministério de Jesus na Galiléia.

3. No que diz respeito às considerações *lingüísticas*, isso serviria tão-somente para provar que um judeu foi o autor deste evangelho, e não necessariamente o apóstolo João, o galileu. Outrossim, pode-se salientar o fato que o grego usado no livro ultrapassa em muito o que se poderia esperar de um judeu galileu sem grande cultura. Sabemos, pelos próprios evangelhos, que os apóstolos eram homens ignorantes e incultos. Por isso mesmo, de onde lhes derivaria o bom grego «koiné»? Parece mais certo, por conseguinte, que a prova lingüística favorece mais a autoria não-joanina deste evangelho.

4. Outras evidências internas também poderiam ser examinadas, as quais parecem apontar outro, não o apóstolo João, como autor do evangelho que é intitulado pelo seu nome, conforme diz Renam (*Vie de Jesus*, XXV): «Teria sido realmente João quem escreveu em grego esses discursos abstratos metafísicos, que não têm analogia nem nos evangelhos sinópticos e nem no *Talmude?* É uma pesadíssima cobrança à fé e, quanto a mim mesmo, não ouso dizer que estou convencido de que o quarto evangelho foi inteiramente produzido pela pena de um idoso pescador galileu; mas que esse evangelho, como um todo, se originou, perto do final do primeiro século, da grande escola da Ásia Menor, cujo centro era Éfeso... Às vezes somos tentados a acreditar que algumas notas preciosas, feitas pelo apóstolo, foram empregadas pelos seus discípulos».

5. Outros, ainda, supõem que o apóstolo João teria escrito o evangelho de seu nome, após ter vivido em certos centros de cultura grega, talvez a cidade de Éfeso, e após ter-se familiarizado com as idéias gregas como o *Logos*, bem como depois de haver aprendido o idioma grego. Essa teoria pode tomar duas direções diferentes: que o próprio João escreveu o evangelho, com o seu conhecimento adquirido e burilado; ou que ele entregou a tarefa de escrever a algum de seus discípulos. Esta última teoria seria mais convincente para qualquer pessoa que já tivesse aprendido a falar um idioma estrangeiro qualquer. Mesmo depois de anos de estudo e de uso, é quase impossível a um estrangeiro não revelar que ele não fala esta ou aquela língua como um nativo, mas que aprendeu a falar a mesma quando já era adulto. O grego do evangelho de João não deixa entrever que, para ele, tivesse sido um idioma adquirido; mas, ao mesmo tempo, revela uma mente *judaica*. Se João ditou a sua obra, e se algum discípulo que falava o grego como língua nativa a registrou, então poderíamos ter entre as mãos um livro da ordem do evangelho de João, do ponto de vista do conteúdo e das evidências lingüísticas. Tudo isso, entretanto, não passa de especulação.

Sumário. Abaixo damos o sumário das idéias referentes à autoria deste evangelho de João:

1. *João, o apóstolo*, filho de Zebedeu, escreveu este evangelho que tem o seu nome, talvez após ter vivido algum tempo em Éfeso ou em algum outro lugar, razão pela qual as suas expressões incluem algum material teológico abstrato ou filosófico, que não encontram paralelo no pensamento ou nos livros tipicamente hebreus.

2. O apóstolo João foi quem escreveu o livro, mas se utilizou de um *escriba* cujo idioma natural era o grego *Koiné*, para que servisse de amanuense.

3. O autor poderia ter sido um *outro João*, chamado João o Ancião, da cidade de Éfeso, um dos líderes proeminentes da igreja cristã da Ásia Menor.

4. O evangelho de João seria *anônimo*; mas houve tentativas de conseguir para o mesmo a autoridade apostólica, mediante referências ao «outro discípulo»; e daí se concluiu que o autor teria sido o apóstolo João. Bem poderia ter sido escrito por um *discípulo de João*, que baseou, pelo menos parcialmente, esses escritos, no conhecimento que tinha sobre incidentes da vida do citado apóstolo.

5. Quem escreveu o evangelho de João era residente *em Jerusalém* ou nas cercanias, e não na Galiléia.

6. O evangelho de João seria, na realidade, uma obra composta, tendo sido registrada pelo menos por duas *mãos diversas*. Alguns defendem autores judeus, e outros, autores gregos.

7. O estudo dos Manuscritos do Mar Morto (vide) e a comparação com as idéias ali encontradas, estão de acordo com os pensamentos contidos neste evangelho; isso parece indicar que o autor do evangelho de João teve alguma *conexão* com o grupo dos essênios. Frases tais como «filhos da luz», «andando nas trevas», além de outras, são típicas tanto dos essênios como deste evangelho. Todavia, é extremamente difícil demonstrar a correção dessa idéia, quando nos lembramos que tais frases se assemelhavam às judaicas em geral, que não pertenciam, como exclusividade, aos essênios.

8. Alguns acreditam que o evangelho de João foi originário *de Éfeso*, tendo sido escrito ou por um único autor ou por um grupo de escritores, e que o capítulo vigésimo primeiro foi-lhe então adicionado, escrito especificamente como defesa da autenticidade do conteúdo do livro. (Assim pensam Garvie, Alfred E., em *Commentary on John*, Abingdom Bible Commentary, Nashville, Tenn., págs. 1060-1069, 1929; e também Henshaw, T., em *The New Testament Literature*, Londres, George Allen and Unwin, 1952. E essa idéia é seguida por diversos outros eruditos).

Conclusão

1. O epílogo, cap. 21, teve, como um de seus propósitos, ligar esse evangelho à autoridade do apóstolo João (ver vss. 24 e 25). O vs. 24 menciona especificamente que ele *escreveu essas coisas*. Portanto, ali a intenção é mais do que dizer que o evangelho repousa sobre sua autoridade, sem que tivesse sido escrito por ele. Contudo, poderíamos dizer que Pedro «escreveu» o evangelho de Marcos, já que esse evangelho repousa sobre as memórias de Pedro, embora certamente tivesse tido outras fontes.

Portanto, é possível que um discípulo de João, provavelmente da escola de Éfeso (onde João passou seus últimos anos), tenha feito o trabalho de escrita, ao passo que João foi a autoridade por detrás de tal escrita.

2. Por que não aceitar, simplesmente, a idéia de que o apóstolo João escreveu a obra inteira? Se ele o fez, então é provável que ele *mandou revisar* seu livro por alguém cujo idioma nativo era o grego, algo totalmente possível. Desse modo pode-se responder à objeção «lingüística». O «grego não é o de um galileu», mas o de algum grego de Éfeso, que teria revisado a linguagem do galileu, ou até mesmo tenha «refeito» completamente os escritos de João.

3. João, sem dúvida, era capaz de aprender idéias filosóficas e teológicas abstratas, pelo que se expressou de modo diferente do que o fizeram os evangelhos sinópticos. Sua residência em Éfeso deve ter facilitado esse aprendizado. Ou então, alguns dos modos de expressão poderiam dever-se àquele que fez a redação final do evangelho para o idioma grego.

4. A única objeção *realmente difícil* à autoria joanina é o fato de que o evangelho ignora completamente o extenso ministério de Jesus na Galiléia, focalizando quase todas as suas cenas na área de Jerusalém. Seria possível que uma «testemunha» do ministério de Jesus na Galiléia, que também fosse galileu, tivesse escrito um evangelho que olvida totalmente a Galiléia? Poderíamos sugerir que se João o escreveu, que ele não resolveu escrever um evangelho ao estilo dos sinópticos, mas antes, quis compor um *tratado teológico*, cuja parte histórica está bem subordinada aos discursos. Nesse caso, João pode ter escolhido apenas alguns poucos incidentes, e todos provindos da área de Jerusalém, para agir como uma espécie de *pano de fundo* para seu tratado.

5. Apesar das dificuldades, não há razão para duvidar-se da idéia de que o evangelho repousa sobre a *autoridade de João*, refletindo seu discernimento no caráter cósmico de Cristo, embora um discípulo seu, ou da escola joanina, tivesse feito a real composição.

6. Tal como no caso de todos os livros do N.T., cuja autoria é debatida, o real problema que enfrentamos aqui não é a identificação absoluta daquele que manejou a pena, já que, em última análise, a mensagem vem do alto, pois o Espírito Santo é seu autor, mas antes: «*O que temos feito com o que foi escrito?*» Não basta crer que certa pessoa escreveu certo livro, nem mesmo basta crer em seus «conceitos». O Senhor Jesus Cristo nos interrogará, quando comparecermos perante seu tribunal: «Praticaste o que está escrito? Fizeste o que te foi dito? Justificaste teu privilégio de estar informado mediante a revelação?» Quanto do Cristo, que vive no evangelho, vive agora em nós? Essa é a questão realmente crítica.

III. *PROVENIÊNCIA E DESTINO*

Estes pontos, igualmente, têm de ser deixados na dúvida, tal como sucede à questão da autoria. Abaixo damos as idéias mais comuns. Quanto ao lugar em que teria sido escrito o evangelho de João, quatro localidades têm sido sugeridas, a saber: Jerusalém, Antioquia, Éfeso e Alexandria.

1. Aqueles que defendem *Jerusalém* como o lugar onde foi composto este evangelho, contam com o apoio do fato de que o próprio evangelho revela bom conhecimento, por parte de seu autor acerca dos costumes judaicos, do templo e das situações topográficas de Jerusalém e das circunvizinhanças, (ver b. 2, sob «*autor*»). A aparente similaridade dos chamados Manuscritos do mar Morto (*vide*), encontrados numa antiga comunidade dos essênios, em comparação com *João*, — pelo menos poderia sugerir uma origem palestiniana para o mesmo.

2. No que diz respeito à origem em *Antioquia da Síria* para este evangelho, alguns estudiosos têm apelado para a grande semelhança entre o pensamento e a fraseologia do evangelho de João e as epístolas de Inácio, bispo de Antioquia, e também com as Odes de Salomão, que foram escritas no idioma siríaco, e parecem ter-se originado em Antioquia da Síria. Confirmando ainda mais essa idéia, existe um fragmento, em siríaco, do comentário de Efrem, sobre o *Diatessaron* de Taciano, que diz: «João escreveu aquele (evangelho), em Antioquia, porquanto permaneceu no país até os tempos de Trajano». Não temos meio algum de comprovar a exatidão dessa informação, porquanto não sabemos qual a sua origem final.

3. A tradição mais constante e vigorosa tem vinculado este evangelho à cidade de Éfeso, sem importar se João o escreveu ou não, ou se é da lavra de um grupo de discípulos de João, ou se foi um só autor ou diversos autores que publicaram o livro, sob a autoridade apostólica de João. O argumento principal em prol dessa tradição é o próprio conteúdo do livro. As idéias, os discursos, a elevada teologia que emprega a *técnica do salão de conferências*, tudo parece indicar Éfeso como a localidade em foco. A tradição também vincula o apóstolo João com essa cidade. O evangelho põe ênfase especial no fato de subordinar João Batista, no que se mostra paralelo ao trecho de Atos 17:24—19:7; e isso, segundo alguns pensam, mostra ter havido certa conexão com Éfeso. «Seja como for, a esmagadora maioria dos críticos está acostumada a chamar esse escrito de o 'evangelho efésio'. E essa hipótese tem a seu favor um poderoso fator: não há rival mais forte». (Morton Scott Enslin, *The Literature of the Christian Movement*, Harper and Brothers, Nova Iorque, pág. 451, 1956). A história eclesiástica também se mostra uniforme ao testificar que o apóstolo João mudou-se para a Ásia Menor, passando a superintender as igrejas dali, e foi então banido para a ilha de Patmos durante o reinado de Domiciano (81—96 D.C.), e finalmente morreu em Éfeso, com cerca de noventa, cem ou mesmo cento e vinte anos de idade (durante o reinado de Trajano — ver Eusébio, *História Eclesiástica* XXX. 18:23).

4. *Alexandria*. Sabemos que este evangelho de João exerceu poderosa atração sobre os gnósticos de Alexandria, e que o mesmo tem marcantes afinidades com certos pensamentos e a linguagem que se encontram nos escritos herméticos (um tipo de *misticismo especulativo* que prevaleceu no Egito e em outros lugares do mundo antigo, que supostamente teria sido dado por um sábio endeusado, chamado Hermes *Trismegisto*, isto é, «três vezes o maior»). Este evangelho também demonstra similaridades com os escritos neoplatônicos de Filo de Alexandria. Não obstante, não há qualquer tradição sólida que vincule este evangelho com Alexandria, como, por outro lado, se verifica com Éfeso; e essa é a razão por que a teoria não tem alcançado aceitação generalizada.

Destino

O conteúdo do próprio evangelho de João indica para quem foi o mesmo escrito: a. Trata-se de uma *apologia cristã de caráter geral*, e o trecho de João 20:31 ilustra para quem foi escrito, onde se lê: «Estes, porém, foram registrados para que creiais que Jesus é o Cristo, o Filho de Deus, e para que, crendo, tenhais vida em seu nome». Sim, este livro foi escrito para todos os que crêem, para outorgar-lhes a certeza da fé; porém, também tem finalidades evangelísticas, para servir de instrumento para convicção dos ímpios.

b. Seu capítulo inicial, que dá ênfase especial à doutrina do *Logos*, tem por intuito combater todas as formas de gnosticismo, especialmente prevalentes nas igrejas gentílicas e que, mui provavelmente, se mostravam mais virulentas nas igrejas cristãs da Ásia Menor.

IV. *FONTES INFORMATIVAS*

No caso dos evangelhos sinópticos, é tarefa relativamente fácil perceber as fontes informativas básicas dos mesmos, e têm sido largamente aceitas as teorias sobre o *protomarcos*, o qual ter-se-ia fundamentado na tradição da comunidade cristã de Roma, sobre a fonte informativa «Q», sobre as fontes de ensino usadas por Mateus e Lucas, designadas respectivamente de fontes «M» e «L», tudo alicerçado em tradições eclesiásticas separadas, como teorias de natureza regularmente aceitáveis e que são passíveis de demonstração.

Afirmações semelhantes, no que tange às fontes informativas utilizadas pelo evangelho de João, não gozam, entretanto, de aceitação universal; e em vista disso vemo-nos frente a frente com um problema que continua a deixar-nos perplexos. Não obstante, o consenso universal, hoje em dia, para todos os efeitos práticos, é de não esperar conhecimento preciso sobre as fontes informativas. O que é inegável é que os evangelhos não são simplesmente narrativas independentes, preparadas por quatro autores diversos, acerca de acontecimentos e declarações que todos teriam visto e conheciam em comum. Em outras palavras, não são meramente diferentes narrativas dos mesmos acontecimentos. É verdade que muitas tradições são refletidas nos quatro evangelhos, algumas delas provenientes diretamente dos apóstolos, outras provenientes dos discípulos dos apóstolos, e algumas outras provenientes do lastro de tradições escritas e orais, que havia na igreja primitiva. Algumas das narrativas ou declarações ali encontradas dependem de uma única testemunha, enquanto que outras contam com amplo número de provas corroboradoras. Abaixo expomos as diversas idéias sobre as fontes informativas do evangelho de João:

1. Dependência de João em relação aos evangelhos sinópticos—Marcos. A defesa mais razoável de que João dependeu, pelo menos parcialmente, do evangelho de Marcos (isto é, do «protomarcos») como sua fonte informativa, foi apresentada por B.H. Streeter, em seu livro *The Four Gospels*. Ele alude a *seis* passagens em que as palavras gregas são por demais similares entre os evangelhos de João e de Marcos para serem explicadas como meros acidentes. Essas passagens são as seguintes: João 6:7 com Mar. 6:37; João 12:3 com Mar. 14:3,5; João 14:31 com Mar. 14:42; João 18:18 com Mar. 14:54; João 18:39 com Mar. 15:9; e João 5:8,9 com Mar. 2:11,12. Em todas essas referências existem paralelos nos evangelhos de Mateus e Lucas, mas a similaridade lingüística se verifica muito mais com a versão de Marcos; e daí se conclui que João dependeu especialmente de Marcos.

Por semelhante modo, tem-se observado que o evangelho de João raramente concorda com outros evangelhos sinópticos, quando em choque com o de Marcos; porém, é freqüente discordar com Mateus e Lucas e concordar com o de Marcos. Algumas dessas passagens são as seguintes: João 1:19-34 com Mar. 1:7-10 (João Batista); João 2:13-22 com Mar. 11:15-19 (a purificação do templo); João 6:1-5 com Mar. 6:31-44 (a multiplicação de pães para a multidão; ver também Mar. 8:1-10); João 6:15-21 com Mar. 6:45-52 (andando sobre o mar); João 12:1-8 com Mar. 14:3-9 (a unção de Jesus em Betânia); João 12:12-19 com Mar. 11:1-10 (a entrada triunfal em Jerusalém); João 13:21 com Mar. 14:18 (a traição é predita); João 13:38 com Mar. 14:30 (a negação de Pedro é predita); João 18:3-10 com Mar. 14:43-50 (o aprisionamento de Jesus); João 18:15-18; 25:27 com Mar. 14:54,66-72 (a negação de Pedro); João 18:33 com Mar. 15:2 (a pergunta de Pilatos); João 18:37 com Mar. 15:2 (a resposta de Jesus); João 18:39,40 com Mar. 16:6-15 (Barrabás); João 19:2,3 com Mar. 16:16-20 (a zombaria contra Jesus); João 19:17-24 com Mar. 15:22-27 (a crucificação); João 19:38-42 com Mar. 15:43-46 (o sepultamento); João 20:1,2 com Mar. 16:1-8 (o túmulo vazio).

2. Dependência de João em relação aos evangelhos sinópticos—Lucas. O problema, quanto ao evangelho de Lucas, é muito mais débil do que no caso do evangelho de Marcos. O argumento mais forte em seu favor é que o trecho de João 11:1,2 não somente se refere a João 12:1-3, mas também subentende o conhecimento do trecho de Luc. 10:38,39. Também parece que a narrativa da unção, apresentada por João, é uma espécie de fusão das narrativas de Marcos e de Lucas, o que fica inteiramente diferente da narração do mesmo evento, segundo se lê em Luc. 7:36-50.

A *refutação da dependência* do evangelho de João em relação aos sinópticos tem sido apresentada por certos eruditos, como P. Gardner-Smith (*Saint John and the Synoptic Gospels*), os quais têm exposto as seguintes idéias:

1. As seções que supostamente dependem dos evangelhos sinópticos, e que possuem determinadas similaridades, até mesmo na questão da formação de palavras, etc., também são *igualmente diferentes*, nas mesmas modalidades das particularidades.

2. Basicamente, o evangelho de João é *realmente diferente*, porquanto reflete outras tradições. Por exemplo, João situa a purificação do templo no começo do ministério do Senhor Jesus, ao passo que os evangelhos sinópticos põe-na no fim. Em João, o ministério de Jesus se prolonga pelo espaço de três anos, mas nos sinópticos parece ter durado apenas um ano. A história do chamamento dos primeiros discípulos é tão inteiramente diferente que chega a sugerir que jamais se poderá fazer reconciliação adequada entre os dois. A história do ministério de João Batista, no evangelho de João, é *radicalmente diferente*, e isso nos sugere uma fonte informativa distinta. João escreveu numa época em que os ensinamentos acerca do nascimento de Jesus (a localização, o nascimento virginal, etc.), ainda não estavam estabelecidos; e, por isso mesmo, não encontramos ali qualquer alusão a esses aspectos; e isso serve para demonstrar, igualmente, que se o autor estivesse familiarizado com os sinópticos, mesmo assim não lançou mão deles como fontes informativas, porquanto, de outra maneira, sem dúvida alguma teria incluído mais do material dos mesmos. O fato é que menos de dez por cento do material que figura nos evangelhos sinópticos também aparece no evangelho de João. Outrossim, as narrativas acerca dos dias finais de Jesus contêm elementos similares; mas, no entanto, se distinguem mais em vista de seus elementos diferentes.

3. De modo geral, diríamos que *não há dependência real* de João em relação aos evangelhos sinópticos, e as passagens aparentemente similares, não passam de meros reflexos de duas tradições distintas, posto que similares. Essas tradições diversas podem ter sido mesmo preservadas na forma de palavras ou de princípios gramaticais especiais, embora tivessem chegado ao conhecimento de João de forma totalmente diversa do que chegaram ao conhecimento

de Marcos e Lucas. O fato de que João conta com menos de dez por cento de material similar ao dos evangelhos sinópticos comprova, virtualmente, essa idéia; pois é quase impossível crermos que ele tivesse tido acesso aos mesmos, para então usar deles tão pequena porção. Assim sendo, ele teve acesso a tradições paralelas às tradições similares empregadas por Marcos e Lucas, mas que não podem ser identificadas com essas últimas. É por puro acaso que cerca de dez por cento do evangelho de João se assemelha aos registros dos evangelhos sinópticos.

Essa refutação é extremamente vigorosa, e parece apresentar a verdade sobre a questão.

3. Outros evangelhos, outras tradições, que não foram usadas pelos evangelhos sinópticos:

Sabe-se que o evangelho de João tem alguns pontos de semelhança com o papiro Egerton 2, do Museu Britânico (informações acerca do qual foram publicadas na obra de H. Idris Bell e T.C. Skeat, «*Fragments of an Unknown Gospel*», Londres: Oxford University Press). Alguns têm pensado que esse evangelho desconhecido simplesmente tomou de empréstimo algum material do evangelho de João e dos evangelhos sinópticos. (Assim diz a maioria dos eruditos). Mas existem outros que estão convencidos, após exame completo do material, mediante comparação do mesmo com o evangelho de João, que este evangelho em foco não fez empréstimos do de João e, sim, que ambos fizeram empréstimos de alguma outra fonte informativa, atualmente desconhecida e desaparecida, que data de um período anterior a ambos. Essa é a idéia de G. Mayeda, autor da obra mais completa sobre essa obra apócrifa, intitulada *Das Lebem-Jesu-Fragment Papyrus Egerton 2 und Seine Stellung in der urchristlichen Literaturgerschichte*, (Verna, Paul Haupt, 1946, pág. 69-75). Qualquer que seja a verdade a respeito disso, parece perfeitamente certo, porém, até mesmo à base do prefácio do evangelho de Lucas, que existiam então *muitos evangelhos* escritos e orais; e, em face disso, podemos meramente afirmar que o autor do evangelho de João teve acesso a certo material de que os evangelhos sinópticos não dispunham.

No caso do evangelho de Marcos, podemos supor com segurança que houve uma tradição central por detrás do mesmo—a tradição preservada pela comunidade cristã de Roma. Todavia, no caso do evangelho de João, na realidade não podemos afirmar de onde vieram tais tradições. Não passa de pura conjectura alguém afirmar que essas tradições se escudam primariamente na comunidade cristã de Éfeso, embora seja mais segura tal conjetura do que pensar que a base das mesmas tenha sido qualquer outra comunidade cristã primitiva. Todavia, é conjetura ainda mais sem base alguém dizer que as tradições que são refletidas pelo evangelho de João foram tomadas de empréstimo da coletânea de fatos pertencente aos essênios, ao zoroastrismo ou ao neoplatonismo. Concorda-se de maneira quase universal, entretanto, que, no caso da cena da paixão de Jesus, João contava com uma fonte antiqüíssima e fidedigna, provavelmente de *origem palestiniana*, o que nos tem fornecido detalhes que não conhecíamos através dos autores dos evangelhos sinópticos. Não obstante, algumas idéias e expressões foram tomadas de empréstimo da filosofia neoplatônica e do misticismo. O capítulo vigésimo primeiro do evangelho de João parece ser um epílogo de natureza editorial.

4. Diagrama das fontes informativas do evangelho de João:



••• ••• •••

V. *RELAÇÃO COM O PENSAMENTO RELIGIOSO CONTEMPORÂNEO*

1. Floresceu na cidade de Alexandria a chamada **filosofia neoplatônica**, e, por intermédio de Filo (que era um filósofo neoplatônico e, certamente, não Moisés falando grego, conforme alguns têm dito, mas antes, mais semelhante a Platão falando hebraico), essa influência penetrou na comunidade judaica. Ora, foi também em Alexandria que floresceu a cultura helenística geral. Naturalmente, a doutrina do *Logos* estava associada ao estoicismo (e pode ser feita retroceder até Heráclito, com alguma justificação, ou seja, até o ano 600 A.C.); todavia, essa doutrina do «Logos», na filosofia posterior à aristotélica, ficou ligada ao neoplatonismo, por motivo de fusão. Filo se referiu ocasionalmente ao *Logos*, algumas vezes de maneira impessoal, como se fora a força inteligente do mundo, a força criativa, a inteligência divina; mas, em outras ocasiões, também se referiu ao mesmo pessoalmente, como se fora o «anjo do Senhor», mais ou menos como o «demiurgo» de Platão, somente que personalizado. Não foi necessário um passo muito grande, para o autor do evangelho de João, personalizar ainda mais o conceito, assim fazendo do *Logos* (o Verbo ou Palavra), o Messias do V.T., o Cristo transcendental, o Filho de Deus, encarnado na forma de Jesus de Nazaré.

Nos escritos de Filo, o *Logos* é também aquele que revela a Deus; e outro tanto é dito acerca de Jesus Cristo, no N.T. Cristo aparece, no N.T., como a personificação da sabedoria divina. O monoteísmo hebraico havia destacado a transcendência de Deus; e isso se transformou, ou quase, numa expressão daquilo que hoje em dia é chamado, na filosofia religiosa, de «deísmo sobrenatural», — que assevera que apesar de Deus ser usualmente transcendente, ocasionalmente ele intervém na história humana, para alterar o seu curso, para realizar algum milagre, etc.

Ora, a doutrina do «Logos» oferecia, à comunidade cristã, o *instrumento necessário* para conservar a transcendência como um ensino acerca de Deus, ao mesmo tempo em que lhe emprestava uma forma de imanência. Deus veio ao mundo na pessoa do «Logos», do «Verbo». De fato parece adaptar-se maravilhosamente à mensagem inteira sobre Cristo, que é a manifestação especial de Deus neste mundo, a força criadora, o elo vinculador, a sabedoria divina, que tomou carne com o propósito de iluminar aos homens. Ao mesmo tempo, João, bem como a comunidade cristã em geral, evitaram o ensino panteísta do neoplatonismo. Seria um grande erro crermos que o autor deste evangelho de João foi um estudioso de Filo ou de sua filosofia em geral; contudo, o conceito tinha larga circulação no mundo greco-romano, e o autor desse evangelho meramente aproveitou a oportunidade de utilizá-lo como instrumento para expressar melhor a mensagem cristã. «*Embora ele tivesse emprestado o conceito, não fez empréstimos do mesmo*». (James Denny).

2. As religiões misteriosas e o gnosticismo. Até mesmo um exame superficial do evangelho de João é suficiente para convencer-nos sobre as inclinações *místicas* de seu autor. Essa circunstância tem encorajado alguns estudiosos a examinarem várias modalidades do misticismo oriental, a fim de averiguarem quais paralelos podem ser encontrados entre o evangelho de João e essas religiões misteriosas, e para verificar quais dessas idéias teriam exercido influência sobre o citado evangelho.

Durante o século passado se deu grande importância aos chamados escritos *herméticos*, uma coletânea de tratados que consiste em especulações religiosas e filosóficas e em instruções que supostamente foram transmitidas por um sábio endeusado chamado Hermes Trismegistus (que significa «três vezes o maior»). Parte desse material demonstra estranhas similaridades com alguns elementos do evangelho de João. Os dois mais importantes desses tratados são o primeiro e o décimo terceiro. O primeiro deles tem o título de *Poimandres*, isto é, «Pastor de Homens», mas que o próprio autor define como «A Razão do Senhorio». Contém certo mito sobre a criação, sem dúvida alguma alicerçado na cosmogonia do livro de Gênesis. A segunda parte contém material sobre como Deus ilumina aos homens, e também fala sobre a aproximação mística a Deus. O arrependimento é um elemento central, e inclui o evitar os caminhos da morte, da ignorância, do erro, do alcoolismo, da corrupção, além dos aspectos positivos de entrar no caminho da luz, do conhecimento, da verdade, da sobriedade e da salvação. Já o décimo terceiro tratado é um estudo sobre a regeneração. Nesse estudo, as características de uma pessoa nova e renascida são a verdade, o bem, a luz e a vida; e o corpo da razão é, literalmente, o *corpo do Logos*. A composição desses escritos teve lugar muito depois de haver sido registrado o evangelho de João; mas alguns têm pensado que tanto esses tratados como o evangelho de João tiraram subsídios de fontes informativas similares, ou, pelo menos, que se pode perceber que um vocabulário religioso distintivo foi posto à disposição do autor do evangelho de João, através da cultura que também produziu os escritos herméticos.

Outras religiões misteriosas, por semelhante modo, enfatizaram elementos comuns ao evangelho de João, tais como o milagre do grão de trigo que cai no solo, para em seguida morrer e viver de novo, assim produzindo fruto, e também os ritos da purificação, do batismo, a doutrina do renascimento, e a aproximação a Deus através da vereda mística da luz e da verdade. Os capítulos terceiro e sexto do evangelho de João são especialmente similares, quanto às idéias básicas, aos ensinamentos dessas religiões.

A semelhança que existe entre o evangelho de João e os escritos dos **gnósticos** tem sido observada com grande freqüência. Mais ou menos na época em que o cristianismo veio à existência, já havia no mundo helenista uma *estranha mistura* de conceitos religiosos do judaísmo com a filosofia grega, especialmente com o neoplatonismo. Havia diversas especulações cosmológicas, tradições astrológicas e uma demonologia mágica, tudo proveniente da Babilônia. Mais ou menos pelos meados do século II D.C., a igreja cristã já fora totalmente invadida por esses elementos. Todavia, antes mesmo dessa ocasião, tais elementos já se faziam presentes, e encontramos uma parte da literatura neotestamentária que foi escrita com o propósito de combater tais tendências, assim como as epístolas paulinas aos Efésios e aos Colossenses, como também o evangelho de João e as três epístolas de João. Todo o esforço, nessa literatura bíblica, foi enviado para exaltar a pessoa de Jesus Cristo, a fim de provar que ele não pertencia meramente à ordem dos anjos, segundo os gnósticos asseveravam, mas que ele é perfeitamente divino. Por outro lado, também houve evidente *esforço* em refutar os conceitos antinominianos e os conceitos ascéticos, próprios de determinadas variações do gnosticismo.

Por esse motivo é que o livro de Apo. também faz alusão àqueles que «...não têm essa doutrina e que

não conheceram, como eles dizem, as cousas profundas de Satanás...» (Apo. 2:24), o que, evidentemente, é um ataque contra as idéias do gnosticismo, espalhadas pela Ásia Menor. (Ver, igualmente, as passagens de I João 2:22 e 4:2,3). O gnosticismo negava a encarnação verdadeira de Jesus Cristo e, em seu docetismo, afirmava que a sua natureza humana era tão somente uma ilusão. E alguns gnósticos também negavam essa verdadeira encarnação de Jesus Cristo de outra forma, isto é, afirmando que o espírito de Cristo viera apossar-se do corpo de Jesus de Nazaré, por ocasião de seu batismo, tendo-o subseqüentemente abandonado, quando de sua morte na cruz; e dessa idéia concluíam que, em Cristo, na realidade, havia duas personalidades distintas.

E assim, se por um lado, alguns dos termos favoritos do gnosticismo tenham sido «conhecimento», «fé», «saber», «crer», «sabedoria» e «verdade», por outro lado, esses vocábulos também foram constantemente usados pelo autor do evangelho de João. E, apesar de ser historicamente demonstrável que certos grupos gnósticos de Alexandria e de Éfeso apreciaram especialmente o evangelho de João, contudo, não existe qualquer conexão vital entre os dois; parece bastante certo que, na realidade, o evangelho de João foi escrito como refutação das idéias gnósticas básicas, em vez de ter sido um reflexo das mesmas.

3. Mandeísmo. Alguns eruditos alemães, durante a década de 1920, provocaram alguma agitação quando chamaram a atenção do público para certa literatura pouco conhecida, preservada por uma seita obscura que ainda sobrevive em comunidades nos baixos rios Eufrates e Tigre. Os mandaeanos (nome proveniente do vocábulo aramaico *manda*, que significa *conhecimento secreto da vida*) podem, realmente, ser considerados uma parte integrante do grande movimento gnóstico; e em seu «cânon» de literatura existem os seguintes livros: a *Cinza* ou *Tesouro*, —que também é chamado de *O Grande Livro*; o Livro de João (Batista); a *Qolasta* (Quintessência); um livro de liturgias para a festividade batismal de todos os anos e um livro para o culto aos mortos. Em cerca de 1875, Theodor Noldeke publicou uma gramática mandaeana, e isso pavimentou o caminho para um exame mais completo dessa literatura, que se pensou ter alguma conexão bem definida com o evangelho de João. Parte dessa literatura é de caráter antijudaico, mas também anticristão, e com freqüência alude a Cristo como «o mentiroso». Posto que a data da publicação desse material se verificou após o ano de 651 D.C., isto é, após as conquistas muçulmanas, tem-se exercido muita cautela na aceitação da obra, posto terem-se descoberto muitos sinais de preconceitos islamitas; contudo, também se pensa que as tradições de onde procedeu o *cânon* mandaeano bem poderiam ter sido anteriores em muito às conquistas muçulmanas, talvez possuindo alicerces em tradições que antedatam parte da literatura do N.T., incluindo talvez até mesmo o evangelho de João.

Os diversos estudos feitos em torno dessa literatura têm demonstrado haver notável similaridade com o evangelho de João. Por exemplo, o Pai fala ao Filho (no Livro de João Batista), dizendo: «Meu filho, vem e sê meu mensageiro; vem e sê meu demonstrador, e desce à atribulada terra. Desce ao mundo das trevas, até às trevas onde não chega raio de luz, ao lugar dos leões, à habitação dos malditos leopardos...» E existem ainda outras passagens que nos fazem lembrar trechos do evangelho de João. Por semelhante modo, podem-se encontrar paralelos de todas as principais idéias do quarto evangelho. Porém, um exame mais detido desses escritos mostra-nos que não está em vista um único pai, e nem um único filho e, sim, que muitos são os mensageiros assim envolvidos.

F.C. Burkitt (*The Mandaeans*, Journal of Theological Studies, XXIX, 1928, págs. 225-235), demonstrou que os mandaeanos obtiveram as suas idéias acerca dos cristãos, bem como o seu emprego do V.T., fundamentados na tradição Peshitta, i.e., a tradução para o siríaco, feita por Rabula, bispo de Edessa, em 411 D.C. E o mesmo autor chega mesmo a mostrar que *Eshu Mshiha* (Jesus Messias) é um falso profeta, e que a hostilidade deles contra ele equivale ao antagonismo que sentiam ante a igreja bizantina, plenamente desenvolvida. Em diversos lugares, Cristo se fazia acompanhar por *Rumaia* (Bizantino). Um outro personagem teria descido a este mundo, sendo operador de milagres e homem dotado de grande poder e então, antes da sua ascensão (após ter ressuscitado dentre os mortos), ele desmascarou o «enganador», isto é, o Cristo bizantino (símbolo da igreja bizantina), Cristo esse que foi agarrado pelos judeus e em seguida foi crucificado.

Um comentário de Theodore bar Konai (792 D.C.) indica que grande parte da doutrina dos mandaeanos foi tomada por empréstimo de Márcion (pai herético da igreja, em 150 D.C.) bem como dos maniqueus. A história verdadeira dos mandaeanos (como seita distinta) provavelmente teve começo na baixa Babilônia, cerca de setenta anos após o surgimento do islamismo, e se derivou de um asceta vagabundo de Adiabene, que derivou parcialmente os seus ensinamentos de Márcion e, parcialmente, dos maniqueus (nome esse derivado do perso Manes ou Maniqueu, que ensinava certa filosofia religiosa em cerca de 400 D.C., e cuja seita persistiu até o século VII D.C.), combinando elementos do zoroastrismo, do gnosticismo e do cristianismo, tudo alicerçado no dualismo radical do bem e do mal — um deus bom e um deus mal — luz e trevas, etc. — e nas primeiras noções dos gnósticos.

A conclusão da matéria parece ser a de que havia paralelos definidos (isto é, autênticos) em relação ao evangelho de João, e que esses paralelos foram tomados de empréstimo do próprio evangelho de João, ou diretamente ou através de alguma fonte informativa intermediária, e não de fontes anteriores a esse evangelho; em face do que é um anacronismo procurar luz, nos escritos dos mandaeanos, para esclarecer o pano de fundo do quarto evangelho.

VI. *INFLUÊNCIA DO ANTIGO TESTAMENTO E DE OUTRA LITERATURA CRISTÃ PRIMITIVA*

1. O Antigo Testamento

A tendência que se vê nos estudos mais recentes sobre o evangelho de João consiste em afirmar que as raízes mais profundas desse evangelho estão bem arraigadas no judaísmo bíblico do V.T., talvez um tanto mediadas pelo judaísmo posterior, como ele é refletido em alguns livros apócrifos do V.T. A influência histórica que se vê no evangelho de João, como os costumes, os ritos religiosos, as festividades, tudo retrocede *até o Pentateuco* ou ao reestabelecimento da vida nacional judaica, ao tempo de Esdras e Neemias. A prioridade de Israel é reconhecida ali: «...a salvação vem dos judeus...» (João 4:22). Jesus é apresentado como o Messias judaico, embora na cristologia de João, fatos como o Filho divino, o Homem descido do céu, o Rei e Juiz que virá, etc., são aspectos que jamais foram incluídos nas explicações judaicas sobre o caráter do Messias.

Até mesmo a grande passagem sobre o *Logos*, no

trecho do primeiro capítulo do evangelho de João, mediante as suas palavras iniciais, «No princípio...», faz referência óbvia à história da criação, no livro de *Gênesis*; mas essa idéia está admiravelmente bem vinculada com o «Logos», a sabedoria divina, a força criadora, o revelador, que são conceitos que sem dúvida não eram comuns e nem estavam ainda bem desenvolvidos no V.T., e que certamente não faziam parte dos ensinos messiânicos dos judeus. Algumas das referências alegóricas feitas por João são de cunho nitidamente judaico, como o Pastor (capítulo décimo, alusão a Sal. 23; Is. 40; Jer. 23 e Eze. 15 e 19). É verdade que dificilmente há um capítulo deste evangelho em que não se possa encontrar alguma referência ou citação, direta ou indireta, ao A.T. Abaixo damos exemplos disso: João 1:23 (Is. 40:3); João 1:29 (Êx. 12:3; Is. 53:7); João 1:51 (Gên. 28:12); João 2:17 (Sal. 69:9); João 6:31 (Êx. 16:15; Nee. 9:15; Sal. 78:24,25; 55:1); João 7:38 (Is. 12:3); João 7:42 (Sal. 89:3,4; Miq. 5:2); João 8:17 (Deut. 17:6; 19:15); João 10:34 (Sal. 82:6); João 12:34 (Sal. 89:4; 110:4; Is. 9:7; Eze. 37:25; Dan. 7:14); João 12:38 (Is. 53:1); João 12:39,40 (Is. 6:10); João 13:18 (Sal. 41:9); João 15:6 (Sal. 80:15,16); João 15:25 (Sal. 35:19 e 69:4); João 19:24 (Sal. 22:18); João 19:28,29 (Sal. 69:21); João 19:36 (Êx. 12:46; Núm. 9:12); João 19:37 (Zac. 12:10).

2. Literatura de sabedoria

O trecho de Pro. 8:22-30 faz-nos relembrar a história da criação, no livro de Gênesis, mas também nos faz lembrar dos textos que podem ser encontrados em certas obras apócrifas do V.T., como a Sabedoria de Jesus, *Filho de Siraque* (Eclesiástico) e a Sabedoria de Salomão. A passagem de Eclesiástico 42:15 diz: «Pela palavra de Deus as suas obras foram formadas, e o que foi operado o foi pela sua boa vontade, de conformidade com o seu decreto». E o trecho de Eclesiástico 43:26 assevera: «Por razão dele, o seu fim tem sucesso; e por sua palavra todas as coisas consistem». Aqui temos notáveis paralelos do primeiro capítulo do evangelho de João e, mediante o uso de tais idéias, em combinação com o corrente ensinamento acerca do «Logos», encontramos uma expressão especial, que não é encontrada em parte alguma em sua inteireza, acerca do Filho divino, a força criadora e reveladora. Na famosa descrição da sabedoria, que se encontra no livro apócrifo Sabedoria de Salomão (7:22-8:1), a palavra *unigênito* também aparece, embora com sentido levemente diferente. J.A. Gregg, em sua obra *The Wisdom of Salomon* (Cambridge University Press, 1909) apresenta uma longa lista de paralelos entre o evangelho de João e o livro Sabedoria de Salomão. O Cristo do evangelho de João é a Sabedoria de Deus, a expressão de Deus, o conhecimento de Deus entre os homens e, de fato, na criação inteira. O autor deste evangelho indubitavelmente estava familiarizado com os diversos modos de expressão dessa literatura de sabedoria, e teceu tal linguagem em seu próprio evangelho, de maneira muito habilidosa. Dessa maneira foi apresentada uma verdade distintiva, embora tivesse chegado até nós mediante expressões não conhecidas entre os homens, mas, pelo contrário, apresentada através de veículos bem conhecidos para aqueles que conheciam e tinham interesse pelas obras da literatura religiosa contemporânea ao escritor sagrado.

3. Paulo e a epístola aos Hebreus

Antes de haver sido escrito o evangelho de João, Paulo e o autor da epístola aos Hebreus já haviam desenvolvido uma cristologia bem distinta e que, apesar de não ter empregado o vocábulo *Logos*, antecipava, de forma bem definida e até mesmo ensinava tal doutrina. Sem considerar se o autor deste evangelho já tivesse lido ou não as epístolas de Paulo e a epístola aos Hebreus, isso de maneira alguma significa que ele não tivesse sido influenciado por tal ensino, porquanto esse já se tinha tornado parte integrante da explicação dada pela igreja quanto ao significado da vida de Jesus. Jesus, o Cristo, era um personagem cósmico, preexistente, divino, mediador da salvação, elo de ligação entre os homens e Deus (ver Fil. 2:1-11; II Cor. 8:7-9; Col. 1; Efé. 1 e Col. 2). Paulo, por semelhante modo, atacou os gnósticos, tendo defendido a significação cósmica de Cristo contra as idéias inferiores que os gnósticos embalavam sobre ele, tal como o conceito de que ele pertencia a alguma ordem angelical. Assim é que podemos ler trechos como Col. 1:15-20 e cap. 2; Efé. 1:10 e II Cor. 4:4 onde Cristo aparece não somente como a glória de Deus (explicação essa que os gnósticos jamais aceitariam), mas também como a própria *imagem* de Deus. Cristo, nos escritos neotestamentários, aparece como a corporificação da deidade, como se vê em Col. 2:9. O trecho do primeiro capítulo da epístola aos Hebreus desenvolve uma cristologia notavelmente similar à do primeiro capítulo do evangelho de João. Assim sendo, verificamos que João não assumiu a posição de um inventor ou inovador, porquanto a sua doutrina do «Logos» já estava plenamente estabelecida na igreja cristã; mas meramente João aumentou o número de termos mediante os quais esses conceitos poderiam ser expressos, tendo chamado a esse Cristo transcendental e preexistente, que se encarnou entre os homens, pelo título de «Logos», o *Verbo* de Deus.

Em prova do que acabamos de dizer, citamos aqui o trecho de Sabedoria de Salomão (7:26), que diz: «Pois ela (a Sabedoria) é um resplendor da luz eterna, bem como um espelho sem mácula das operações de Deus, e uma imagem de sua bondade». Ora, essas palavras são virtualmente as mesmas de Heb. 1:3. A expressão «a Sabedoria» de Deus é identificada em I Cor. 1:30, pelo que parece ser uma idéia similar, se não mesmo diretamente tomada de empréstimo, de alguns autores mais antigos. João, por conseguinte, meramente seguiu a mesma tradição, e o seu prólogo imortal reúne tanto o sentido como as expressões verbais de autores mais antigos, os quais haviam procurado explicar certos conceitos altamente metafísicos, como aqueles que dizem respeito a Deus, à sua sabedoria, à sua criação e às suas manifestações entre os homens.

VII. *PROPÓSITOS DO EVANGELHO DE JOÃO*

Até mesmo sem as *claras* afirmações dos trechos de João 20:30,31 e de João 21:24, com *facilidade* poderíamos compreender por que razão este evangelho foi escrito. Jesus operou inúmeros milagres e teve uma vida terrena incomparável e essas coisas foram realizadas e ficaram registradas «...para que creiais que Jesus é o Cristo, o Filho de Deus, e para que, crendo, tenhais vida em seu nome». Jesus é, tanto historicamente como em sentido humano, um verdadeiro homem, como também, em sentido cósmico, é preexistente, divino. Ele é o Filho de Deus sem igual (conforme também o primeiro capítulo do evangelho de João tanto se esforça por demonstrar). Ora, nessa qualidade de Filho único, ele foi a força criadora. Esse Cristo, ao mesmo tempo histórico e cósmico, deve ser identificado com o Messias do V.T., pelo que também ele é a culminação da esperança messiânica, bem como o grande elo de ligação entre a antiga e a nova dispensações. Isso serve de ataque tanto contra a rejeição com que os judeus —

desprezaram — a Jesus, o Cristo, como contra as idéias aviltantes que os gnósticos formavam a respeito dele. Jesus não foi um mero fantasma, segundo eles ensinavam e nem foi meramente Jesus de Nazaré por algum tempo possuído pelo espírito de Cristo, que teria entrado nele por ocasião de seu batismo, e que ter-se-ia afastado dele quando de sua morte na cruz, ocasião esta em que a sua missão ter-se-ia completado. Pelo contrário, a entidade chamada pelo nome de Jesus, era a mesma entidade e tão preexistente e divina como o Cristo profetizado. Por ocasião de sua encarnação, Cristo se fez verdadeiro homem, tendo vivido e sofrido como outros homens, cumpriu a sua missão. Ele morreu, mas ressuscitou, e assim pôde trazer-nos a dádiva da salvação. Por conseguinte, faz-se necessária a fé para que recebamos essa salvação.

Dessa maneira vemos que o grande propósito deste evangelho de João era parcialmente polêmico, tendo servido como uma espécie de defesa de certa cristologia, — em combate contra os judeus e os pagãos; mas também foi parcialmente evangelístico, porquanto esse Cristo oferece a salvação aos homens.

O *epílogo* do evangelho de João, que mui provavelmente foi uma adição feita por algum autor ou autores posteriores — posto que o capítulo vigésimo realmente forma uma conclusão deste evangelho, e que o capítulo vigésimo primeiro forma outra conclusão, também polêmica — serve de afirmação da grande verdade do evangelho e dá prosseguimento ao sentimento polêmico, ao dizer: «Este é o discípulo que dá testemunho a respeito destas cousas, e que as escreveu; e sabemos que o seu testemunho é verdadeiro». É feita a tentativa para fazer este evangelho repousar em alicerces apostólicos, e também para afirmar a veracidade do testemunho daquele apóstolo, a saber, o apóstolo João. Dessa forma vemos que este evangelho é ao mesmo tempo polêmico e evangelístico.

Além desses alvos primários, podemos observar alguns outros propósitos:

1. *Combater* o judaísmo ortodoxo da época, que havia rejeitado ao Messias, demonstrando que as autoridades religiosas dos judeus foram as responsáveis diretas pelo assassínio do Messias.

2. *Refutar* a heresia que dizia que João Batista fora realmente o Messias, e procurar definir as relações entre João Batista e Jesus. Lembremo-nos de que os seguidores de João Batista deram início a uma seita que prosseguiu até bem dentro da era cristã (ver Atos 19), e que nem todos os seguidores de João se tornaram discípulos de Jesus. (Ver João 3:28-30).

3. *Estabelecer* o fato de que o cristianismo é mais do que alguma filosofia religiosa e especulativa (segundo os gnósticos, em geral, explicavam), e que Cristo é mais do que um «princípio divino» abstrato. Jesus foi um ser humano verdadeiro, que passou por tristezas e sofrimentos e, nessa qualidade, ele se tornou o Salvador dos homens.

4. O evangelho de João não foi escrito como mera biografia, como também não o foram os evangelhos sinópticos. Como biografia, a julgar pelos padrões modernos, seria uma biografia extremamente abreviada. Trata-se, antes, de *tratado teológico*, que incorpora em seu bojo alguns acontecimentos históricos da vida de Jesus, mas que, ao mesmo tempo, narra esses eventos como acontecimentos verdadeiramente históricos. O seu propósito, por conseguinte, é teológico, e não biográfico.

Nos evangelhos sinópticos, a percepção de sua missão divina parece ter raiado gradualmente para Jesus; mas, no evangelho de João, essa consciência já se fazia presente *antes* mesmo de chegarmos ao final do primeiro capítulo. No evangelho de João, a frase «...aquele que me enviou...» ocorre por vinte e seis vezes; e outras expressões sinônimas também são freqüentes. Dessa maneira, aquela glória divina que não resplandece claramente, na pessoa de Jesus, senão quando de sua transfiguração, conforme a narrativa dos evangelhos sinópticos, já pode ser vista claramente desde a primeira linha do evangelho de João, onde Deus emana a sua revelação e presença através do «Verbo» ou «Logos» encarnado. «E o Verbo se fez carne, e habitou entre nós, cheio de graça e de verdade, e vimos a sua glória, glória como do unigênito do Pai» (João 1:14).

VIII. *UNIDADE DO EVANGELHO DE JOÃO*

Por essa unidade se entende: o evangelho de João, em sua inteireza, teria sido escrito por UM ÚNICO autor? Teria ele reunido diversas fontes informativas, em diferentes ocasiões, tendo assim agido, pelo menos parcialmente, como um editor? Teria havido mais de um autor?

1. Teoria de um único autor

Nesse caso, haveria uma perfeita unidade literária. Alguns têm asseverado que o evangelho de João reflete uma unidade perfeita, uma «túnica inconsútil». Mas outros estão convictos de que se trata de uma obra feita de retalhos, construída por seções, tendo sido escrita por diversos autores diferentes. Quatro teorias principais podem ser aqui mencionadas e sumariadas: I. Unidade (ou unidade quase perfeita); II. Paredes divisórias; III. Redação; e IV. Deslocamento. Essas teorias são discutidas minuciosamente nos apêndices C e D do «*The Fourth Gospel in Recent Criticism and Interpretation*», Londres, Epworth Press, 1945.

Considerações lingüísticas parecem pesar em favor da *unidade essencial* do evangelho de João. Não encontramos quaisquer transições chocantes de estilo, de vocabulário ou de expressão, como se verifica, por exemplo, entre Mar. 16:8 e Mar. 16:9 em diante. (Ver as discussões ali existentes no NTI). Pelo contrário, o estilo é simples, quase infantil, embora majestoso e profundo. Não obstante, a maioria dos eruditos de hoje em dia, até mesmo aqueles que concordam com a unidade essencial do livro de João, —considera o capítulo vigésimo primeiro como um epílogo editorial. O trecho de João 20:30,31 quase certamente é a conclusão do evangelho original de João. Alguns acreditam que o capítulo vigésimo primeiro seja *uma adição*, feita pelo próprio autor; e essa teoria não é impossível se considerarmos apenas as evidências lingüísticas. Pelo menos os versículos vigésimo quarto e vigésimo quinto são uma inserção feita por alguma *mão posterior*, ou pelo menos feita por editores mais recentes, como comprovação da veracidade do evangelho de João, comprovação essa que poderia ter sido feita após o falecimento do autor, especificamente para estabelecer o evangelho mais claramente em alicerces apostólicos, posto que o apóstolo João é ali identificado como o autor, embora o seu nome jamais apareça diretamente mencionado no evangelho de João. (Ver a discussão sobre o problema de autoria em um item anterior deste artigo). Alguns têm conjecturado que o capítulo vigésimo primeiro, bem como algum outro material, poderiam ter sido acrescentados por membros do círculo joanino, ou por membros do círculo de discípulos ou mesmo por algum discípulo proeminente do apóstolo João. Esse epílogo evidentemente também tem por propósito assegurar, à comunidade cristã, que Pedro apóstolo, atualmente uma coluna autorizada da igreja cristã, fora perdoado depois de ter

negado a Jesus. Ora, esse fato não foi claramente exposto pelos evangelhos sinópticos, sendo um detalhe que requeria maiores esclarecimentos.

2. Teoria das paredes divisórias

Essa teoria assevera essencialmente que este evangelho de João na realidade é obra de *mais de um autor*, podendo ser «dividido» entre diversos autores; e também afirma que vários níveis de material literário podem ser descobertos. Essa teoria tem estado associada a nomes tais como Wellhausen, Schwartz e B.W. Bacon; porém, o seu expositor mais habilidoso tem sido, provavelmente, J.C.B. Mohr, de Tubingen, na Alemanha, que publicou dois livros de Emanuel Hirsch, *Das vierte Evangelium in seiner ursprunglichen Gelstalt*, e *Studien zum vierten Evangelium*. Para Hirsch, o evangelho original de João consistiria em sete seções, cada uma com cinco subdivisões; e Hirsch então conjecturou que a parte escrita por João teria sido preparada por um comerciante, que viajava em visita a Jerusalém, e que, ali estando, ajuntou algum colorido local, que as gerações sucessivas equivocadamente teriam imaginado ser provas de que o evangelho era proveniente de Jerusalém. Posteriormente, esse simples esboço de um evangelho teria caído nas mãos de um eclesiástico qualquer, o qual teria acrescentado o capítulo vigésimo primeiro, tendo também adicionado, em outros trechos, algumas alusões ao apóstolo João, a fim de emprestar ao livro aparências de alicerce apostólico. Por semelhante modo, o livro teria sido enriquecido por citações tiradas do V.T., além de passagens contra o gnosticismo. Alegorias de natureza teológica também teriam sido acrescentadas, tais como a do Bom Pastor, para fazer o contraste entre o superintendente cristão e o herege gnóstico. Um exemplo de *supostas adições*, feitas pelo segundo suposto autor, seria o seguinte: João 1:15,24; 2:13,17,25; 3:5,7,11,14,15,24, 31, 32; 4:2,22,23,36-38,44,45; 5:22-24,29,30,34,39, 43; 6:8.22,28-30,35,36,39,40,44,45,51,53-56,64, 67-71; 7:38,39; 8:23,24,36,46; 10:9,11-13,16,25,26,28, 29,34,35; 11:13,22,42,52; 12:14,15,26,42,43,50; 13:2,3,10,11,17-20,23,27-29,34-38; 14:3,8,11,13,14, 18-25; 15:1-3,6,10-12,14,16,20-27; 16:1,23,25,26,29-32,33; 17:3,11,12,16,20,21,23; 18:1,5,6,9,14,20,24, 32,39,40; 19:4-6,14,26-28, 35-37; 20:2,11; 21:1-25.

Contra essa teoria, podemos observar que parte desse complexo exame e minuciosa divisão do evangelho de João não passa de *ficção da imaginação*, e a taxa de probabilidade de que isso realmente represente a verdade, quanto à composição desse evangelho, é extremamente baixa. Outrossim, a unidade lingüística do evangelho de João simplesmente não permite a existência de tantos níveis diferentes de composição. Também podemos observar que aqueles que apresentam essa e outras teorias similares estão em grande conflito, entre si, sobre como esse evangelho deve ser dividido. Não é mesmo impossível que algum trabalho editorial tenha sido efetuado, e que o capítulo vigésimo primeiro seja um desses acréscimos editoriais; todavia, a unidade essencial do livro tem mais sentido do que essa teoria, e pode ser demonstrada com muito maior facilidade.

3. Teoria da redação

Essa teoria diz essencialmente que **um editor reuniu**, em um todo completo, diversas fontes informativas extremamente divergentes entre si, muitas das quais nem ao menos eram evangelhos primitivos, orais ou escritos. Assim é que haveria, como uma dessas fontes, os *discursos reveladores* e, como outra fonte, a «fonte informativa de sinais». A fonte reveladora proveria o prólogo e as declarações de Cristo sobre o «eu sou». E a fonte informativa de sinais (por exemplo, João 20:30,31) provavelmente seria um tradição separada. Além disso, o autor, por motivos de interesse teológico, adicionou determinado material para emprego eclesiástico, como, por exemplo, o sexto capítulo, que provê um caráter eucarístico ao discurso feito na sinagoga de Cafarnaum. Parte desse material, outrossim, poderia ter sido inteiramente editorial ou mesmo produto da imaginação, como criação literária, como, para exemplificar, a reabilitação de Pedro, segundo lemos no capítulo vigésimo primeiro. Esse mesmo redator ou editor, ao ajuntar os diversos tipos de material, teria criado certo caos na ordem dos acontecimentos.

Segundo essa mesma teoria, também é possível que tivesse havido mais de um redator. Algumas das adições *teológicas* seriam as seguintes: João 1:22-24, 26,33; 3:5; 3:24; 4:2,22; 5:28,29; 6:27; 7:20,21,38,39; 10:34-36; 11:2; 12:17,18; 18:32; 19:34,35; 20:9. Rudolph Bultmann foi o grande campeão dessa teoria (*Das Evangelium des Johannes*, Gottingen: Vandenhoeck and Ruprecht, 1941; *Meyer's Commentary*). Bultmann também procurou reconstituir esse evangelho segundo sua ordem original, isto é, cronológica e literária, antes dos redatores supostos terem efetuado o seu manuseio.

Uma vez mais, entretanto, as evidências lingüísticas *são contrárias* a tais «empréstimos», tirados de fontes informativas tão diversas, a menos, naturalmente que um único redator tivesse trabalhado, reagrupando e reescrevendo todas as fontes informativas que empregou. Porém, não é muito grande a possibilidade dessa obra editorial, especialmente nos tempos antigos, quando os autores tomavam de empréstimo em larga escala, sem pejo, de outros escritores, sem lhes darem qualquer crédito. Outrossim, poucos eruditos têm favorecido essa teoria. Além disso, tal como no caso da teoria das paredes divisórias, existem talvez alguns elementos verdadeiros nesta; mas, a unidade essencial ainda assim fica preservada, demonstrando ter havido essencialmente um autor.

4. Teoria dos deslocamentos

Essa teoria assegura essencialmente que **a ordem original** do evangelho foi perturbada, talvez por mero acidente, e que a subseqüente junção das seções diversas de papiros criou um evangelho extremamente diferente, quanto à ordem dos acontecimentos, do que aparecia no original. Essa teoria repousa em *especulações* acerca das dimensões dos pedaços de papiro e, mediante um novo arranjo, uma suposta melhor simetria teria sido conseguida e restaurada. O arranjo feito por F.H. Hoare (*The Original Order and Chapters of John's Gospel*), embora seja um dos representantes mais destacados dessa teoria, entra em grande discórdia com outras restaurações semelhantes, feitas por autores como Friedrich Spitta, F.W. Lewis, James Moffatt, J.H. Bernard e G.H.C. Macgregor, as quais têm alguma coisa de comum entre si. Escritores recentes, tais como E.C. Hoskyns, C.H. Dodd, C.K. Barrett, além de outros, não têm descoberto qualquer necessidade para tais teorias.

Apesar de talvez surgirem alguns elementos de verdade, aqui e ali nessas várias teorias, nenhuma teoria parece ser tão facilmente demonstrável como aquela que dá apoio à unidade essencial do livro, que diz que somente um autor escreveu este evangelho, com a possível exceção do capítulo vigésimo primeiro do mesmo.

IX. *RELAÇÃO ENTRE O EVANGELHO DE JOÃO E AS EPÍSTOLAS JOANINAS E O APOCALIPSE*

Essa questão é muita antiga, sendo um problema

que tem atraído bastante atenção de escritores tanto antigos como modernos. Pelos meados do século III D.C., Dionísio de Alexandria preparou alguma boa evidência para mostrar que este evangelho de João e a epístola de I João foram escritos pelo mesmo autor, embora tivesse negado que o livro de *Apocalipse* pudesse ter sido escrito pelo mesmo autor. O historiador eclesiástico Eusébio confirmou esse parecer e, diferentemente de muitos pareceres antigos, esse pensamento vem sendo preservado, até os nossos próprios dias, sem sofrer grandes assédios. Essas dúvidas têm sido levantadas essencialmente à base de questões como o conteúdo, o estilo e o vocabulário (isto é, considerações de ordem lingüística). Assim é que A.E. Brooke comparou muitas passagens do evangelho de João com as epístolas joaninas. (Ver a sua obra *Critical and Exegetical Commentary on the Johannine Epistles*, Nova Iorque, Charles Scribner's sons, 1912, Inter. Critic. Commentary, págs. 129-135). E as suas conclusões são favoráveis a essa posição. Por sua vez, *C.H. Dodd* (*«The First Epistle of John and the Fourth Gospel»*, no Bulletin of the John Rylands Library, vol. XXI, 1937, págs. 129-156), encontrou evidências suficientes para dar apoio à idéia de uma comum autoria para esses dois livros.

Todavia, existem muitos estudiosos que acham ser preferível crermos que está mais próximo da verdade aceitarmos que as epístolas joaninas foram escritas por algum outro autor, que não o autor do evangelho de João, como, por exemplo, algum *discípulo íntimo* do autor do quarto evangelho. Essas conclusões se fundamentam em diferenças lingüísticas e de conteúdo. Algumas diferenças doutrinárias têm sido alistadas, conforme se vê abaixo:

1. A epístola de I João está mais próxima da doutrina cristã em geral do que o evangelho de João.

2. A influência do gnosticismo se mostra mais aguda nas epístolas do que no evangelho.

3. No evangelho, o julgamento é exposto como um processo presente. Já, nas epístolas, trata-se mais de uma manifestação escatológica, futura.

4. Nas epístolas, a morte de Cristo é apresentada como expiação e remoção da barreira que impede a nossa comunhão com Deus. Mas, no evangelho de João, essa morte se limita à questão da remoção do pecado do mundo. (Não obstante, uma comparação entre João 1:29 e 3:16, por um lado, e I João 2:2; 3:5 e 4:9,10, por outro lado, demonstra que o conceito subjacente é o mesmo).

5. No evangelho de João, o Espírito Santo é uma pessoa; nas epístolas joaninas é mais uma inspiração profética.

Quanto a esses argumentos, além de outros semelhantes, pode-se observar que, na realidade, são bastante *superficiais*, e que qualquer leitor que conheça bem tanto o evangelho de João como as epístolas de João, não encontra grande dificuldade em derrubar por terra essas teorias, uma vez que seja ajudado pela observação de que diferentes oportunidades e circunstâncias, bem como audiências diversas, facilmente podem explicar tais diferenças.

Apesar da segunda e da terceira epístolas de João serem muito breves, o que não nos permite qualquer análise literária mais extensa, por outro lado, estão vinculadas à primeira epístola de João por diversas similaridades, tanto em pensamento como na linguagem. Por exemplo, a passagem de II João 7 parece fazer alusão aos falsos mestres da primeira epístola de João, os quais negavam a verdade cardeal da encarnação, o que, naturalmente, é também um dos temas mais salientes do evangelho de João.

Entretanto, é perfeitamente evidente para qualquer pessoa que está afeita a ler o N.T. grego, que o autor do evangelho de João *não pode* ter sido, igualmente, o autor do livro de Apocalipse. O grego do evangelho de João é um grego *koiné* simples, embora literário. Já o grego do livro de Apocalipse, em contraste, fica muito a desejar gramaticalmente, diferenciando-se de qualquer outro grego usado no N.T. Por essas razões alguns estudiosos asseveram que certo discípulo, conhecido pelo nome de João, o *ancião*, tenha sido o autor do livro de Apocalipse. E outros intérpretes asseveram que o autor era inteiramente desconhecido, também chamado «João», embora não possa ser exatamente identificado. Essa foi essencialmente a conclusão a que chegou Dionísio de Alexandria, sendo geralmente apoiada pelos eruditos modernos. (Quanto a uma discussão mais ampla sobre esse assunto, ver o artigo sobre o livro de Apocalipse, no item intitulado *Autor*).

X. *CONTEÚDO*

Existem muitas diferenças genuínas de conteúdo, no quarto evangelho, quando confrontado com os evangelhos sinópticos. Verifica-se *notável diferença* quanto à ordem e à localização dos acontecimentos. Os evangelhos sinópticos apresentam o ministério de Jesus quase inteiramente confinado à Galiléia, com apenas alguns dias finais em Jerusalém, já perto de sua morte e ressurreição. Por outro lado, o evangelho de João apresenta o ministério de Jesus como se tivesse ocorrido quase inteiramente em Jerusalém ou nas cercanias dessa cidade. O evangelho de João (ao mencionar festividades judaicas específicas) dá-nos a idéia de que o ministério de Jesus se prolongou por três anos. Mas os evangelhos sinópticos, mediante menções similares das festividades religiosas dos judeus, parecem falar apenas de um ano de ministério para Jesus. João não nos presenteia com qualquer narrativa sobre o nascimento, o batismo, o sofrimento no jardim do Getsêmani, ou mesmo sobre qualquer tentação sofrida por Jesus da parte de Satanás, segundo salientam os outros evangelhos, sobretudo os de Mateus e de Lucas, que enfatizam esses acontecimentos. No evangelho de João não há qualquer *pequeno Apocalipse* ou bloco de asseverações proféticas, e nem mesmo muitas dessas asseverações, segundo se vê nos evangelhos sinópticos. Nestes evangelhos, a Última Ceia é comida no dia da páscoa; já no evangelho de João isso sucede na noite anterior. João não registra qualquer narrativa sobre a ascensão. E assim sucede que menos de dez por cento do material dos evangelhos sinópticos encontra paralelo no evangelho de João; mas este depende igualmente de fontes informativas válidas, embora diferentes. Os eruditos modernos se têm sentido especialmente impressionados com a narrativa dada por João acerca dos últimos dias de Jesus na face da terra (que atualmente, segundo se pensa, cobriram alguns meses), em seu ministério final em Jerusalém, incluindo os seus julgamentos, os seus sofrimentos e a sua morte, e acreditam que João possuía fontes antiqüíssimas e *fidedignas* a respeito desses dias finais, muito mais completas e satisfatórias do que as fontes informativas de que dispunham os evangelhos sinópticos.

João registra apenas *oito* dos muitos milagres operados por Jesus, e *quatro* desses não podem ser encontrados nos evangelhos sinópticos. Esses quatro são: a água transformada em vinho (João 2:1-11); a cura do paralítico de Betesda (João 5:1-16); o cego de nascença (João 9:1-38); e, o mais importante de todos, a ressurreição de Lázaro (João 11:1-44). João também omite as muitas narrativas sobre exorcismos de

demônios, que os sinópticos registraram. A seleção de milagres, feita pelo autor do evangelho de João, foi altamente seletiva, calculando apresentar o poder sem-par do Senhor Jesus. João também não apresenta parábolas, conforme fazem os evangelhos sinópticos; por outro lado, expõe discursos altamente desenvolvidos, como aqueles sobre o «pão», o «vinho», o «Bom Pastor», a «luz», a «oração sumo sacerdotal», o «Consolador», etc.

Abaixo apresentamos um esboço do conteúdo do evangelho de João. E embora muitos outros esboços igualmente válidos possam ser apresentados, este evangelho, mui naturalmente, se divide em dez porções:

I. *Prólogo:* A Palavra, o *Logos*, o Cristo Preexistente. A Encarnação (1:1-18)
II. *João Batista* e suas relações para com Jesus (1:19-51)
III. *Revelação de Jesus* na Judéia, na Galiléia e na Samaria (2:1-4:54)
  1. O casamento em Caná (2:1-11)
  2. A purificação do Templo (2:12-22)
  3. A primeira páscoa (2:23-25)
  4. Nicodemos e o novo nascimento (3:1-21)
  5. O testemunho de João Batista (3:22-30)
  6. O testemunho do alto (3:31-36)
  7. Jesus e a mulher samaritana (4:1-26)
  8. Jesus e os samaritanos (4:27-42)
  9. Jesus e os galileus — o filho do oficial (4:43-54)
IV. *Diversos Sinais e Controvérsias* (5:1-9:41)
  1. Cura de um aleijado e a controvérsia sobre o sábado (5:1-18)
  2. Unidade do Pai e do Filho: O Filho dá vida (5:19-47)
  3. O pão da vida: a multidão é alimentada (6:1-15)
  4. Jesus anda sobre o mar (6:16-21)
  5. Em Cafarnaum: discurso na sinagoga (6:22-59)
  6. A prova da fé (6:60-71)
  7. A festa dos Tabernáculos (7:1-14)
  8. Mais controvérsias (7:15-24)
  9. Tentativa para aprisionar a Jesus (7:32-36)
  10. Jesus e a mulher adúltera (7:53-8:11)
  11. Jesus é a Luz do mundo (8:12-20)
  12. Controvérsia sobre a autoridade de Jesus (8:21-59)
  13. Cura do cego (9:1-41)
V. *Prelúdio ao Fim* do Ministério Público de Jesus (10:1-11:57)
  1. O bom Pastor (10:1-18)
  2. A festa da Dedicação (10:19-40)
  3. A ressurreição de Lázaro (11:1-57)
VI. *Fim do Ministério de Jesus* (12:1-50)
  1. Unção em Betânia (12:1-8)
  2. Os perigos (12:9-11)
  3. A entrada triunfal em Jerusalém (12:12-19)
  4. Gregos procuram a Jesus (12:20-26)
  5. Agonia de Jesus e a voz do céu (12:27-36)
  6. Jesus é rejeitado (12:36-43)
  7. Julgamento mediante a Palavra (12:44-50)
VII. *No Cenáculo* (13:1-16:33)
  1. O lava-pés (13:1-20)
  2. A traição é predita (12:21-30)
  3. Discurso de despedida: novo mandamento; predição da negação de Pedro; o Caminho, a Verdade e a Vida; o Consolador; a paz e a alegria (13:31-14:31)
  4. Continuação do discurso de despedida: a vinha; a comunhão e o amor; o ódio do mundo; ensinamentos sobre o Consolador; a vitória sobre o mundo (15:16-33)
VIII. *Oração Sumo Sacerdotal* (17:1-26)
IX. *Do Getsêmani ao Calvário* (18:1-19:42)
  1. O aprisionamento (18:1-11)
  2. Julgamento ante o sumo sacerdote e a negação de Pedro (18:12-27)
  3. Jesus na presença de Pilatos (18:28-19:16)
  4. Crucificação e sepultamento de Jesus (19:17-42)
X. *A Ressurreição e os Aparecimentos de Jesus* (20:1-25)
  1. Jesus ressuscita (20:1-29)
  2. Por que o evangelho de João foi escrito (20:30,31)
  3. *Epílogo*: Aparição de Jesus à beira do lago; restauração de Pedro; conclusão (21:1-25)

XI. *BIBLIOGRAFIA:* AM CKB EN I IB LAN MOF NTI R TRA TIN VIN WFH Z

JOÃO, I (PRIMEIRA EPÍSTOLA)

Esboço:
Introdução:
I. Confirmação Antiga
II. Autoria
III. Data, Proveniência e Destino
IV. Motivos e Propósitos
V. Relação entre as Epístolas e o Evangelho de João
VI. Temas Principais
VII. Conteúdo
VIII. *Bibliografia*

Embora haja dúvidas quanto ao autor (ou autores) do material joanino — o evangelho, as epístolas e o Apocalipse — nas introduções as três epístolas são normalmente tratadas como uma unidade. Esta introdução as agrupa, pois não há qualquer razão convincente de que não provieram todas as três da mesma escola de tradição, ainda que mais de um autor tivesse estado envolvido em sua escrita. As diversas idéias sobre a questão da autoria estão contidas na seção II da presente introdução.

Tal como no caso dos livros aos Hebreus e de Tiago, ainda que a primeira epístola de João seja chamada de «epístola», nada há de epistolar na mesma. Mais provavelmente trata-se de um tratado, de uma dissertação, que visava uma situação particular na igreja, e não uma congregação ou um grupo de congregações cristãs, como se dá no caso de uma carta. Em contraste com isso, II e III João são definidamente dotadas de natureza epistolar. A atração de todas as três, contudo, reside na simplicidade e no poder de seu testemunho, no sentido que Deus é amor, e que a verdadeira espiritualidade consite no amor. Apesar de nos fornecerem essa forma de ensinamento «positivo», também atacam a heresia gnóstica incipiente; e assim, juntamente com as chamadas epístolas pastorais, I e II Timóteo e Tito, II Pedro, Judas e Colossenses (e talvez até mesmo Efésios), elas se tornaram parte do que se tornou conhecido por «literatura de heresia», isto é, a porção do N.T. que foi escrita para combater as primeiras heresias que surgiram no seio do cristianismo.

Essas epístolas de João também vieram a ser classificadas junto às «epístolas católicas», alinhando-

se ao lado das epístolas de Tiago, de I e II Pedro e de Judas. Todas elas recebem essa designação. A palavra «católica», aplicada a cada uma dessas epístolas (ou tratados) tem recebido muitos significados no decorrer da história eclesiástica. Há notas expositivas sobre isso na exposição sobre a epístola de Tiago, imediatamente antes das notas expositivas começarem, em Tia. 1:1 no NTI. O significado ordinariamente dado ao termo *católica*, quando aplicado a essas epístolas, é que tencionavam ser «universais», ou seja, foram dirigidas à igreja em geral, ou ao cristianismo de uma área geral, e não a alguma comunidade cristã em particular e muito menos ainda, a algum indivíduo isolado.

I. *CONFIRMAÇÃO ANTIGA*

Devemos saber distinguir os «ecos» — e as «influências» literárias do «material em comum» e das «citações diretas». Nunca será fácil perceber se algum dos pais da igreja cita uma obra diretamente, a menos que se faça uma tradução de palavra por palavra, ou se houver a identificação de suas palavras como uma citação. No caso das «epístolas católicas» somente I Pedro e as epístolas joaninas gozam de confirmação verdadeiramente antiga (antes do século III D.C.). No caso de I João há citações extraídas da mesma nos escritos dos primeiros pais da igreja, embora não exista qualquer afirmativa de que o apóstolo João a escreveu, senão já no fim do segundo século de nossa era.

De modo bem geral, pode-se afirmar que a primeira epístola de João foi utilizada por Papias (140 D.C.), foi citada por Policarpo (110 — 120 D.C.), e mui provavelmente também foi citada por Justino Mártir (150 — 160 D.C.). Irineu (180 D.C.) aceitava essa epístola como obra do apóstolo João. O Cânon Muratoriano (180 — 200 D.C.) alista-a (juntamente com a segunda e a terceira epístolas de João) como obra canônica e joanina. E isso foi aceito por Clemente, Orígenes e seus sucessores de Alexandria. A segunda e a terceira epístolas de João algumas vezes têm sido postas em dúvida, desde os primeiros tempos, talvez devido à sua natureza breve. Mas Eusébio (século IV D.C.) mostra-nos que nunca houve quaisquer dúvidas, entre os cristãos, acerca da autenticidade da primeira epístola de João. Aqueles que têm estudado sobre questões de «confirmação» percebem que a confirmação proporcionada à primeira epístola de João é quase tão boa como aquela dada a qualquer outro dos livros do N.T. Entretanto, os primeiros *cânones* alistavam dez epístolas paulinas e os quatro evangelhos, o que vale dizer que nem mesmo a primeira epístola de João fez parte dos primeiros pronunciamentos canônicos. Contudo, não demorou muito, depois desses primeiros pronunciamentos, para que I João, pelo menos, assumisse um lugar entre aqueles livros tão prestigiados. (Ver o artigo sobre *Cânon* do Novo Testamento).

Os pais da Igreja, em particular, dão seu testemunho:

Clemente de Roma. *Romanos* xlix.5 talvez reflita o trecho de I João 4:18. *Romanos* 1:3, por igual modo, parece ser uma reverberação daquela passagem joanina.

Policarpo. Ad *Phil*. c.vii se assemelha a I João 4:2 (e 2:18,22 e 3:8 se parecem com II João 7). Essas passagens mostram, ao menos, que Policarpo estava familiarizado com as epístolas joaninas. Alguns estudiosos têm argumentado, porém, que a influência é justamente o contrário — as epístolas joaninas é que ecoariam os escritos de Policarpo. Ele não cita as epístolas (caso elas tenham surgido primeiro, e não os seus escritos) como de autoria do apóstolo João; e isso é estranho, se soubesse que assim era, pois ele mesmo era discípulo pessoal de João. Poderia ele citar a seu mestre, sem identificá-lo?

A *Didache*, ou seja, obra que reúne os ensinamentos dos apóstolos, com data de cerca de 150 D.C. (em c.x), parece ter tirado proveito de I João 4:18.

Irineu. Sua obra III.xvi.5 fala do evangelho e das epístolas do apóstolo João. Embora ele fale no singular «a epístola de João», seus escritos, na realidade, contém citações extraídas da segunda epístola. Assim sendo, ao falar em «a epístola», provavelmente ele se referia à «coletânea joanina». Ele se refere aos «profetas falsos» aludidos em I João 4:1-3 e II João 7,8 e fá-lo de tal modo que dá claramente a entender que tinha essas epístolas de João à sua frente. Nos escritos de Irineu, entretanto, não temos qualquer citação clara extraída da terceira epístola de João, sendo possível que sua aceitação e uso tenha ocorrido algum tempo depois da aceitação e do uso atribuídos à primeira e à segunda epístolas de João.

Clemente de Alexandria. Ver *Str*. ii.15.66 que cita I João 5:16 e *ss*. *Str*. iii cita I João 1:6 e *ss*; iii.5.42,44 e iii.6.45 que reverberam material joanino; *Quis Div. Salv*.37:6, que foi extraído de I João 3:15; *Ib*. *Str*. iv. 16.100 que muito se assemelha a I João 3:18 e *ss*; 4:16,18 e 5:3; v.1.13 que é trecho parecido com I João 4:16; iv.18,113 que se parece com I João 4:16; *Quis Div. Salv*. 38 que se parece com I João 4:18. Clemente faz pleno uso das duas primeiras epístolas de João, mas nunca da terceira. Isso poderia ter motivo em alguma circunstância, porém, em que a terceira epístola não se prestava diretamente para os seus fins.

É questão debatida se o **Fragmento Muratoriano confirma todas as três epístolas de João.** Pelo menos são confirmadas as duas primeiras, além do que elas são identificadas com João, o apóstolo.

Orígenes. (em *Joann*. v.3, ex Euseb., *História Eclesiástica* vi.25) confirma o material joanino, incluindo o livro de Apocalipse, mencionando João por nome. Suas citações, entretanto, se limitam à primeira epístola de João. Informa-nos esse pai da igreja que a autoria das «duas epístolas menores» era questão disputada em seus dias.

Tertuliano. Usou por muitas vezes a primeira epístola de João, mas não as outras. A história da segunda e da terceira epístolas de João é muito difícil de ser traçada; alusões específicas à terceira nem existem; e o uso que os pais da igreja fazem da segunda é bem escasso. O Cânon de Edessa (século IV D.C.) não continha qualquer dos escritos joaninos epistolares, aceitando apenas os evangelhos, o livro de Atos e as epístolas paulinas. E isso concorda com o Cânon Sírio original (400 D.C.). Porém, em outras porções da igreja antiga, parece que todas as três epístolas de João já tinham sido aceitas como canônicas, pelos fins do segundo século. Quanto à primeira não havia dúvidas; quanto à segunda, havia alguma confirmação; e quanto à terceira era ignorada, ou então referida como pertencente à mesma coletânea, sem qualquer designação específica, como «a terceira».

Eusébio informa-nos que Clemente de Alexandria comentou sobre todas as «sete» epístolas católicas. Assim, pelo menos no Oriente, todas as três epístolas de João, no meio do século III D.C., provavelmente já tinham recebido posição canônica.

Atanásio (367 D.C.), em sua trigésima nona epístola festal, incluiu todas as três epístolas de João; e isso reflete uso oficial das mesmas no Egito, naquela ocasião. Essa é a primeira declaração que possuímos

de que a igreja cristã aceitava todos os livros do N.T. que hoje em dia são considerados canônicos. Até aquela época, a questão inteira do «cânon», excetuando os evangelhos e dez epístolas paulinas, era fluída. Mas continuou havendo dúvidas acerca de algumas das epístolas católicas, em certas porções do cristianismo, até o concílio de Trento (13 de dezembro de 1545 a 4 de dezembro de 1563). Os protestantes, de modo geral, adotaram seus pronunciamentos, mas sem os livros apócrifos do A.T. Contudo, muitos indivíduos, incluindo alguns dos líderes da Reforma, até mesmo estudiosos modernos, têm posto em dúvida um ou mais livros do N.T., que, na realidade, são canônicos e inspirados; e as epístolas católicas provêem a origem da maioria dessas dúvidas.

II. *AUTORIA*

Alguns estudiosos debatem se o mesmo autor compôs todas as três epístolas que agora chamamos «de João». Porém, quase todas as introduções ao material joanino as manuseiam como uma unidade. É quase certo, pelo menos, que a segunda e a terceira epístolas de João saíram da mesma pena. O autor da primeira epístola de João permanece estritamente *anônimo*, e sua identificação como o apóstolo João se originou devido às grandes e muitas *similaridades* com o evangelho de João. Na segunda e na terceira epístolas, o autor se identifica como «o ancião», mas sem deixar entendido quem poderia ser ele. Perto dos fins do século II D.C., todas essas três epístolas vieram a ser conhecidas como de autoria de João, o apóstolo; mas Orígenes informa-nos de que a questão de autoria continuava disputada em sua época. Em algumas porções da igreja, até mesmo no século IV D.C., essas epístolas continuavam não sendo aceitas como canônicas e nem como joaninas. Há eruditos que têm identificado a primeira epístola de João com o evangelho de João, como obras de um mesmo autor e classificam a segunda e a terceira epístolas de João juntamente com o livro de Apocalipse. A qualidade e o estilo do grego, no livro de Apocalipse, mostram ter sido impossível que o autor do evangelho (ou da primeira epístola de João) tivesse sido também o autor do livro de Apocalipse. O evangelho de João exibe um grego muito simples, mas puro. Já o grego do livro de Apocalipse é notoriamente deficiente, apesar de que a mensagem que nos é transmitida é esplêndida. Não obstante, há estudiosos que pensam ter sido um o autor do evangelho de João e outro o autor da primeira epístola de João, pensando que as similaridades entre um e outro desses livros foram propositadamente feitas, isto é, que o autor de um desses livros imitou o do outro. Há aqueles estudiosos que argumentam que o mesmo autor escreveu a primeira e a segunda epístolas de João (havendo um autor diferente para o evangelho de João), e que a terceira epístola de João foi escrita pelo autor do livro de Apocalipse.

Não há maneira certa de alguém resolver o problema de autoria dessas epístolas. Devemos observar que, no tocante às epístolas de João e ao livro de Apocalipse, não há qualquer declaração, nessas obras, de que foi o apóstolo João quem as escreveu; e isso nem ao menos foi sugerido até o fim do século II D.C. Portanto, sem importar o que cremos sobre a autoria desses livros, tal crença deve repousar, pelo menos em parte, sobre a tradição ou conjectura, porque nenhuma evidência interna serve para comprovar qualquer coisa. O livro de Apocalipse afirma ter sido escrito por «João»; mas Papias parece ter conjecturado que esse era João, um «ancião» da Ásia Menor, a quem ele não identificou como o apóstolo João. Diversos intérpretes modernos têm concordado com isso, pelo que esse «João», na opinião deles, era algum cristão desconhecido, do começo do segundo século de nossa era e não o mesmo João do quarto evangelho.

No entanto, pelo menos a primeira epístola de João está intimamente vinculada ao evangelho de João (ver a seção V quanto a total estudo sobre isso). O evangelho de João (em 21:20 e *ss*) encerra uma declaração de autoria joanina. Naturalmente, isso é no epílogo do livro, e talvez tenha sido feito por anotação dos discípulos de João, em Éfeso, significando que o evangelho de Éfeso se baseava sobre a *tradição joanina* do evangelho, embora não signifique isso que o mesmo foi escrito *pessoalmente* pelo apóstolo. Não nos olvidemos que o evangelho de Marcos, no tocante a seu fundo histórico, repousa sobre as memórias de *Pedro*, embora certamente não tenha sido Simão a única fonte informativa. Se no evangelho de Marcos, houvesse declaração similar à de João 21:20 e *ss*, baseando aquele evangelho sobre a tradição petrina, não tenhamos dúvidas de que tal evangelho teria chegado até nós como o evangelho de *Pedro*, ainda que tivesse sido escrito pelo punho de Marcos. Assim também, o evangelho de João, embora escrito pelo punho de algum membro da comunidade cristã de Éfeso, porquanto reflete a tradição joanina, chegou até nós com o nome de evangelho de João. O material joanino, além do evangelho de João, desde tempos antigos vem sendo atribuído a João, filho de Zebedeu; mas há estudiosos que o têm atribuído ao João aludido por Papias, o ancião de Éfeso (que não era o apóstolo do mesmo nome). E ainda outros estudiosos, nos tempos antigos, não faziam qualquer idéia quanto à sua autoria, conforme nos mostra Orígenes, nos meados do século terceiro de nossa era.

Teorias sobre a autoria dos livros joaninos

1. Ponto de vista tradicional, depois do século IV D.C. João, o apóstolo, teria escrito o evangelho, as três epístolas de seu nome e o livro de Apocalipse. Praticamente nenhum erudito moderno toma essa posição, porquanto se reconhece que pelo menos o livro de Apocalipse teve por autor alguém cujo domínio do grego era fluente, mas não muito correto, gramaticalmente, inserindo muitos modos de expressão próprios do aramaico. O evangelho de João tem um grego muito simples, mas puro, e as influências aramaicas são muito menores. Na primeira epístola de João não há aramaísmos. Se o apóstolo João é quem escreveu esses livros, deve-se pensar que ele deu sua obra para que um revisor a refizesse completamente, porquanto o grego de nenhum desses livros pertence ao tipo que um estrangeiro — um aldeão galileu — teria escrito.

2. Alguns estudiosos afirmam que o evangelho e as três epístolas são joaninas (de autoria do apóstolo João), mas que o Apocalipse foi escrito pelo «ancião» da Ásia Menor, um outro homem de nome João. Esse ponto de vista pelo menos é defensível, mas deixa sem resposta a questão do «tipo de grego» empregado. Além disso, há diferenças genuínas entre o evangelho e as epístolas (discutidas na seção V da presente introdução), que não recebem estudo convincente da parte dos advogados de tal teoria.

3. Outros estudiosos afirmam que o evangelho e as epístolas foram escritos por um discípulo de João, ao passo que o Apocalipse foi escrito pelo próprio apóstolo. Ou que o Apocalipse poderia ter sido escrito ainda por um outro discípulo do círculo de Éfeso, que teria preservado a tradição e os ensinamentos joaninos. Certas citações extraídas dos escritos de

Papias são usadas em apoio a essa idéia. Essa é a idéia de defesa mais fácil, considerando-se todas as dificuldades. Sem importar se o «discípulo» ou «discípulos» estiveram envolvidos ou não, como discípulos em «primeira mão do apóstolo João, é algo que pode ser debatido; mas, pelo menos, é certo que não estavam muito distanciados dele, pois o evangelho e a primeira epístola de João são confirmados desde tempos *bem remotos*, desde a primeira porção do século II D.C. Podemos dizer que o evangelho e as epístolas são *joaninos*, embora talvez não escritos pelo próprio punho de João. Mas, para todos os propósitos práticos, chegamos ao mesmo ponto, a saber, à *autoridade* e à *tradição apostólicas*, que confirmam esses livros. João, como poderoso líder apostólico da comunidade cristã da Ásia Menor, como mestre que atuou por longo tempo naquela porção do mundo, naturalmente desenvolveu seus modos de expressão pessoais, suas próprias ênfases, suas próprias idéias. E os seus discípulos imediatos se alicerçaram fortemente sobre essa sua tradição e, naturalmente, seguiram sua maneira de exprimir as idéias, enfatizando aquilo que era considerado importante. Portanto, mais de um autor poderia ter produzido uma obra *genuinamente joanina*; e talvez isso é o que tenha sucedido no caso da «coletânea joanina».

Contra a idéia de que o próprio apóstolo João escreveu esses livros que ora consideramos, levamos em conta os pontos seguintes: 1. Nenhuma identificação pessoal aparece ali: os livros são anônimos. 2. O grego envolvido está longe da possibilidade de ser um «idioma adquirido». 3. A tradição antiga não dá apoio à escrita desses livros *diretamente* pelo apóstolo João, segundo se dá no caso de várias das epístolas paulinas, no tocante ao apóstolo dos gentios.

Estas objeções (contra a idéia que o Apóstolo João escreveu a coletânea pessoalmente) podem ser respondidas como segue: 1. O Evangelho não é anônimo, considerando a declaração de 21:24. As similaridades de idéias e expressões nas Epístolas e no Apocalipse, indicam que esta declaração pode ser estendida para incluir estes livros. 2. O grego diferente de cada um é devido aos escribas diversos empregados na redução. 3. A tradição antiga é forte em favor do Evangelho e I João. É mais fraca no caso das outras duas cartas, provavelmente por causa de seus tamanhos tão pequenos e insignificantes. A relutância da igreja primitiva em aceitar o Apocalipse provavelmente foi devido ao fato de que diversos outros livros semelhantes (os apocalipses judaicos) estavam circulando ao mesmo tempo, e estes livros não ganharam um lugar no cânon dos livros sagrados. O Apocalipse de João, o maior dos apocalipses, podia ter sofrido por causa da cautela dos antigos em aceitar tais livros como autoritários. Finalmente, devido ao seu valor intrínseco o Apocalipse de João ganhou um lugar merecido no cânon. O grego do livro é do tipo que esperaríamos de alguém nascido na Galiléia, quem adquiriu grego num centro como Éfeso, um autor que pensava em aramaico mas escrevia em grego.

III. *DATA, PROVENIÊNCIA E DESTINO*

Data. Dado que Policarpo (110-120 D.C.) cita a coletânea inteira dos escritos joaninos, com exceção da terceira epístola, dificilmente tais livros foram escritos muito depois da primeira porção do segundo século. O próprio João, evidentemente, viveu até o fim do 1º século ou até o começo do 2º século. Assim, de qualquer modo, esses livros foram escritos imediatamente ou quase imediatamente após a sua morte. É possível que a terceira epístola de João tenha sido dada ao público mais tarde, porquanto não é citada pelos primeiros pais da igreja. Todavia, não é impossível que meramente tenha sido negligenciada por eles, devido à sua extrema brevidade e tema tão limitado.

Proveniência. Tradicionalmente, todas as três epístolas «joaninas» bem como o evangelho de João, têm estado associados à Ásia Menor, particularmente à cidade de Éfeso. O apóstolo João aparentemente labutou ali, e ali se desenvolveu sua tradição evangélica. O fato de que se opõem à certa forma de gnosticismo que se sabe ter havido naquela área (contra a qual Colossenses, II Pedro e Judas também foram escritos) também favorece essa teoria. Policrates, bispo de Éfeso (190 D.C.), declarou que João, «que se reclinava ao peito do Senhor», após ter sido «testemunha e mestre, dormiu em Éfeso». E Irineu afirma que João «entregou» o evangelho e combateu aos hereges, recusando-se a permanecer sob o mesmo teto com Cerinto, o «adversário da verdade». E em Éfeso ele permaneceu morando até os dias de Trajano, o qual reinou em 98 — 117 D.C. Jerônimo repete a tradição que associa João a Éfeso, e fala da avançada idade a que ele chegou. Também alude ao fato de que sua ênfase sempre foi «amor entre os irmãos».

Apesar de que alguns disputem que João residiu em Éfeso, Westcott concluiu que «nada é melhor confirmado, na história da igreja primitiva, do que a residência e a obra do apóstolo João em Éfeso». Porém, há alguma evidência em prol de um martírio mais no começo de sua vida, deixando óbvia a residência de João em Éfeso. Um cronista do século IX D.C., Jorge Hamartolos, reproduziu uma declaração contida na história de Filipe de Side (cerca de 450 D.C.), que alude a um antigo fragmento de um documento que fala sobre o martírio, desde cedo, de «ambos» os filhos de Zebedeu. Mas Eusébio deixa de lado todas as tradições dessa ordem; e a maioria dos eruditos tem duvidado de sua validade. É possível que a declaração de Side se tenha baseado no martirológio sírio, escrito em cerca de 400 D.C. no qual a data de 27 de dezembro é dedicada a «João e Tiago, os apóstolos em Jerusalém», os quais, supostamente, teriam sido ali martirizados. Contudo, não há qualquer razão em supormos que esse martirológio preserva qualquer tradição antiga autêntica; e nem se segue que o martírio de ambos necessariamente tenha tido lugar ao mesmo tempo, somente porque a data que relembra a ambos é uma só. Fatal a essa teoria é a narrativa do livro de Atos, o qual, apesar de registrar a morte de Tiago, nada fala sobre João. É impossível que se o apóstolo João tivesse sido martirizado juntamente com Tiago, que isso tivesse sido olvidado por Lucas. (Ver Atos 12:2 quanto à narrativa sobre a morte de Tiago, e que ali é identificado como irmão de João). Nenhuma teoria, pois, se pode rivalizar com aquela que coloca João em Éfeso, e isso até avançadíssima idade.

Além disso, é dito que João, o «ancião», referido por Papias, morreu em Éfeso. E que, nos dias de Papias, seu sepulcro era conhecido. Portanto, ainda que o apóstolo João não tenha escrito pessoalmente os livros em questão, a tradição os vincula a Éfeso.

Destino. Todas as três epístolas de João parecem ter sido endereçadas às comunidades cristãs da Ásia Menor, vários membros das quais eram conhecidos pelo autor sagrado. A tradição universal é que foram enviadas à província romana da Ásia, território modernamente conhecido por Turquia. As principais cidades dessa área eram aquelas *sete* que figuram no Apocalipse: Éfeso, Esmirna, Pérgamo, Tiatira

Sardes, Filadélfia e Laodicéia, além de Colossos e Hierápolis. Para essa área em geral também foram enviadas a primeira e a segunda epístolas de Pedro e a epístola de Judas. Portanto, a «literatura de heresia» surgiu a fim de combater os assédios dos gnósticos naquela região, além de dar instruções éticas necessárias aos crentes dali. A primeira epístola de João foi escrita para combater o gnosticismo docético, que se sabe ter florescido na região da Ásia Menor que se supõe haver recebido essa epístola. A epístola aos Colossenses foi escrita para combater o gnosticismo ascético; e a segunda epístola de Pedro, para combater uma variedade licenciosa do gnosticismo. Sem dúvida alguma, todas essas formas pululavam na Ásia Menor. Apesar de não haver evidências esmagadoras em favor da «Ásia Menor», como destino, esse destino simplesmente não tem rival. Alguns poucos manuscritos trazem títulos que destinam as epístolas de João a *parthos*. Mas não há qualquer tradição que vincule João aos «partas» (antigo reino a sudoeste do mar Cáspio).

Clemente de Alexandria aludiu a essas epístolas como escritas às «virgens», e alguns estudiosos têm conjecturado que «parthos» seja abreviação ou corruptela de «parthenos» (virgem). Mas outros dizem que «parthenos» teria sido uma explicação para um original *parthos*. Agostinho repetiu a identificação de «parthos» como o destino dessas epístolas. Mas todas essas tradições são mal definidas e envolvem obscuridades.

IV. *MOTIVOS E PROPÓSITOS*

Cerinto, contemporâneo de João, e a quem este se opôs, era um gnóstico. Nada sobreviveu até nós de seus escritos, e os primeiros pais da igreja apresentam um quadro confuso sobre sua heresia. Mas vinculam-no a Éfeso, fazendo dele um oponente do apóstolo João. Evidentemente, Cerinto cria que o homem Jesus fora filho natural de José, e que seu poder se devera a uma descida temporária de um «aeon» ou emanação angelical. Tal «aeon» teria vindo sobre Jesus quando de seu batismo, tendo-o abandonado por ocasião da crucificação. Alguns manuscritos posteriores chegam mesmo a dizer: «Meu poder, meu poder, por que me abandonaste?» uma corrupção gnóstica da conhecida declaração de Jesus. O texto do A.T. poderia ser assim traduzido, embora o original grego, evidentemente, não o possa. (Ver Sal. 22:1). Parece que Cerinto também negava o valor da expiação de Cristo (ponto de vista bastante comum entre os gnósticos, conforme se vê em II Ped. 2:1, onde se lê: «...ao ponto de renegarem o Soberano Senhor que os resgatou...»). Os gnósticos criam que o ato do batismo é muito importante, pois o «aeon» teria descido sobre Jesus de Nazaré naquele momento. Contudo, negavam o valor de seu sangue vertido. Assim, segundo afirmavam, Cristo veio pela água, mas não pelo sangue.

Alguns estudiosos têm negado a influência de Cerinto; mas, mesmo sem ele, está em foco alguma forma *docética* de gnosticismo, como heresia combatida. O docetismo ensinava que o Cristo real não era «humano» e que o seu corpo era apenas um fantasma. Assim, pois, sua vida como homem e seus sofrimentos, teriam sido irreais — eram apenas parte do papel desempenhado pelo «aeon». Notemos como o trecho de I João 4:2,3 identifica os hereges como aqueles que negavam a verdadeira humanidade de Cristo. Os heréticos exibiam o espírito do «anticristo». Temos ali uma denúncia contra o gnosticismo docético. Os gnósticos, que faziam do Cristo apenas um dentre muitos «aeons» ou manifestações ou emanações angelicais, tinham abandonado, por isso mesmo, a verdade do «senhorio» absoluto de Cristo, negando que ele era o Cabeça de tudo. A epístola aos Colossenses foi especialmente escrita para combater essa modalidade de gnosticismo, juntamente com seu «ascetismo», que foi antes uma das manifestações éticas daquela variedade herética. (Ver Col. 2:15 e *ss*). Alguns elementos gnósticos eram licenciosos; e contra isso é que foram escritas as «epístolas pastorais» e a segunda epístola de Pedro. Podemos supor, com base em I João 2:15-17, que os gnósticos das igrejas para as quais João escreveu também tinham um caráter licencioso. (Ver essa conexão, em todo o segundo capítulo da segunda epístola de Pedro e o trecho de II Tim. 3:6 e *ss*).

Mas, se Cristo Jesus tivesse sido apenas um dentre muitíssimos mediadores, então ele nada tinha de especial, no tocante à salvação dos homens. (Tal conceito é denunciado no segundo capítulo da primeira epístola a Timóteo). Os gnósticos, pois, atacavam tanto a verdadeira divindade como a verdadeira humanidade de Cristo Jesus. O evangelho de João foi escrito para defender sua divindade; e a primeira epístola de João foi escrita para defender sua humanidade. O evangelho de João dá a entender a humanidade de Cristo e defende a sua divindade; e a primeira epístola de João dá a entender a sua divindade e defende a sua humanidade.

É impossível classificar-se exatamente os tipos de gnosticismo que assediavam cada área. O mais certo é que todas as formas de gnosticismo se faziam presentes em cada área, embora algumas dessas formas predominassem aqui ou acolá. Os falsos mestres algumas vezes se mostravam totalmente desorganizados em seu pensamento e prática. Por isso é que E.C. Hoskyns e Noel Davey sugeriram: «O autor dos escritos joaninos, tal como o apóstolo Paulo, enfrentava um romantismo religioso desordenado... quando escreveu o romantismo espiritual tinha penetrado na igreja, sendo confiantemente declarado como a essência da religião cristã. Portanto, ele se preocupa menos com o romantismo espiritual no mundo do que com seu aparecimento no seio da igreja; e sentiu-se compelido a lançar toda a sua energia pastoral e literária a fim de recuperar o controle da igreja pela vida e morte de Jesus». (*The Riddle of the N.T.*, Nova Iorque, Harcourt, Brace and Co., 1931, págs. 231—232).

Irineu mostra a confusão que existia entre os gnósticos, mediante sua declaração: «A doutrina deles é homicida, conjurando, por assim dizer, certo número de deuses e simulando muitos pais, ao mesmo tempo que rebaixa e divide o Filho de Deus de muitos modos». (*Contra Heresias*, III.16.5; comparar com III.16.8).

O gnosticismo, tal como o cristianismo, essencialmente ensinava um plano de salvação, embora de maneiras bem diversas entre si. O gnosticismo postulava um deus «deísta», isto é, que emanara os universos (mediante mediadores ou emanações) mas que não teria qualquer contacto pessoal com os homens, por ser por demais grande para tanto. A matéria é vil demais, e o ser supremo não poderia contaminar-se com ela, porque a matéria seria o próprio princípio do pecado. Assim, a fim de entrar em contacto com seres tão inferiores, era obrigado a tratar com eles mediante uma quase interminável sucessão de emanações angelicais fantasmagóricas. Cristo seria uma dessas emanações, mas não necessariamente a maior delas. De fato, a maioria dos gnósticos declarava que Cristo não era o «aeon» maior, o «demiurgo», que teria criado este mundo, teria problemas pessoais, sendo uma emanação imperfeita de Deus, porquanto habitaria em trevas

quase totais, por encontrar-se na linha fronteiriça entre a matéria e o espírito, uma longa distância de Deus. Alguns gnósticos identificavam esse *demiurgo* com o Deus do A.T. e outros,com Cristo. Seja como for, para eles Cristo era apenas um dentre muitos mediadores angelicais; e a salvação consistiria, antes de tudo, do indivíduo livrar-se da matéria (e, portanto, do corpo físico), para então participar da essência dos mediadores angelicais, com a reabsorção final na essência de Deus, quando então a alma perderia a sua individualidade e o ego se tornaria parte do «superego». Além disso, a maioria dos homens são de inclinações tão materiais que nunca serão capazes de desvencilhar-se da matéria, sendo forçados a perecer juntamente com a mesma. Portanto, não poderiam ser remidos. Os gnósticos chamavam tais pessoas de *hílicos*, termo esse derivado do vocábulo grego que significa «matéria». Outrossim, mediante a *fé*, algumas pessoas de natureza «psíquica», como os profetas do A.T., haveriam de obter certa forma inferior de redenção. Mas, mediante o «conhecimento» (no grego, «gnosis», do que se derivou o nome *gnosticismo*), os indivíduos «pneumáticos», que seriam as almas humanas verdadeiramente espirituais, haveriam de obter a total redenção. Esse «conhecimento» (que os gnósticos reputavam ser superior à «fé»), significaria o conhecimento e o poder obtidos através das mágicas, das cerimônias e do misticismo gnósticos. Portanto, o «conhecimento» seria o grande «meio» de salvação. Por isso é que se vê, na primeira epístola de João, o uso freqüente do termo «conhecimento». (Ver I João 2:3,5, 3:16,19,24; 4:2,6,13 e 5:2). Mas nessa epístola temos a menção do «conhecimento» cristão, em contradistinção ao tipo gnóstico de falso conhecimento. Para os escritores sagrados, esse conhecimento significava a «verdade», em que o indivíduo tem a Cristo Jesus como seu Salvador e Senhor. Além disso, tal conhecimento é permeado pelo «amor», resultando em uma espécie de «amor-conhecimento», que requer a atitude altruísta em favor do próximo. Isso explica a ênfase dada ao «amor», na primeira epístola de João. Alguns dos gnósticos, evidentemente, apresentavam-se como homens impecáveis. E isso, sem dúvida, queria dizer que seu espírito não era contaminado pelos pecados praticados com o corpo, pois o espírito seria o homem essencial. Mas o autor sagrado nega a impecabilidade sob quaisquer condições. (Ver o trecho de I João 1:10 a esse respeito).

Naturalmente, essas epístolas de João não são apenas polêmicas, pois foram motivadas não apenas por causa de ataques heréticos. Há ensinamentos cristãos positivos, especialmente a «ética do amor», que o escritor sagrado preferia salientar, sem importar que havia uma heresia a enfrentar. Há um mundo a que devemos fazer oposição, e há um mundo eterno que devemos conquistar.

Propósitos secundários também podem ser vistos nestas epístolas. Havia um adversário da verdade cristã, um certo Diótrefes, que vinha causando grande perturbação, que se opunha à autoridade joanina na igreja, tal como certos indivíduos se tinham levantado contra Paulo, nas igrejas da Galácia e em Corinto. Há, por igual modo, o problema do perdão dos pecados; e a primeira porção da primeira epístola de João explica a relação dos crentes para com tal problema. Ninguém está isento do pecado, mas o crente não pode ser viciado no mesmo, porque, do contrário, nem ao menos será um crente, pois todo aquele que conhece a Deus não pode viver na prática contínua do pecado (ver I João 1:8 e 2:9,10). Há perdão de pecados (após o batismo em água, conforme talvez fique subentendido), mediante a confissão. E é mediante o sangue de Cristo que nos chega o perdão divino (ver I João 1:9). A fé é um grande princípio que os gnósticos gostavam de subestimar. Porém, através da fé é que obtemos vitória sobre o mundo (ver I João 5:4,5), e essa fé é *em Cristo*.

O propósito do autor sagrado, portanto, foi fazer oposição a certa heresia (o que provocara a escrita dessa primeira epístola de João), ensinando certos princípios positivos da fé cristã. Desse modo esperava pregar aos crentes para que resistissem aos assédios da heresia, aclarando a visão deles quanto ao significado de Cristo e seu amor, para que tivessem nele uma fé completa. Assim viriam a participar da «vida eterna» (ver I João 5:13), o que mostra o «propósito» mais central do autor sagrado, ao escrever essa epístola.

«Alguns mestres falsos ensinavam, na província da Ásia, que Jesus não era homem verdadeiro, e que, quando de seu batismo, descera sobre ele um elemento divino, tornando-o o Messias, embora tal elemento o tenha abandonado por ocasião de sua morte. Esses mestres, chamados docéticos, diziam que Jesus nem é o Filho eterno e nem é homem real. O propósito desta epístola foi o de contra-atacar a influência exercida por esses mestres. Diz-se que João não quis permanecer no banho público juntamente com Cerinto, o líder herético. Quanto ao lado positivo, ele escreveu a fim de mostrar que o eterno Filho de Deus realmente se tornara homem, na pessoa de Jesus, a fim de mostrar que os crentes deveriam desfrutar de certeza pessoal de ser filho de Deus, e que a fé e o amor, que se expressam nas ações corretas, na obediência aos mandamentos de Deus, na prática do bem para com nossos irmãos sofredores, são as provas experimentais de tal certeza». (Tradução inglesa de Williams, *nota introdutória* à primeira epístola de João).

V. *RELAÇÃO ENTRE AS EPÍSTOLAS E O EVANGELHO DE JOÃO*

Apesar de não haver qualquer relação particular entre o evangelho de João, a **segunda e a terceira** epístolas de João, a sua similaridade com a primeira epístola de João é avassaladora. Além das similaridades quanto ao conteúdo e às expressões favoritas, há muitos paralelos atinentes ao estilo, ao idioma e aos modos de expressão. Em tempos recentes, entretanto, alguns eruditos têm pensado que essas grandes e muitas similaridades se devem ao fato de que o autor da primeira epístola de João imitava propositadamente o autor do quarto evangelho. A teoria da «mímica» adquire força no fato de que há diferenças e similaridades genuínas, talvez incluindo alguns aspectos difíceis de explicar, se mantivermos a autoria comum no caso de ambos esses livros. Na presente discussão, essas diferenças são discutidas imediatamente após a apresentação das similaridades. Um dos argumentos em favor da autoria comum é que o autor sagrado queria que sua epístola fosse conhecida como «de João», através da imitação do «evangelho de João»; mas isso ele poderia ter feito mais facilmente dizendo simplesmente, na introdução ou no final, que «o apóstolo João» escrevera a epístola. Tentar fazer a epístola parecer joanina, mas deixando-a totalmente anônima, é um estranho paradoxo, a menos que o autor, pertencendo genuinamente à tradição joanina, nada estivesse querendo provar com isso. Naturalmente, poderia argumentar que o autor sagrado não estava interessado em fazer a sua epístola «parecer» joanina, mas meramente gostou do estilo e do conteúdo do

evangelho de João, copiando-o, por conseguinte. Mas, nesse caso, poder-se-ia indagar por que motivo o autor sagrado, se não estava interessado em adquirir a «autoridade» de João para sua epístola, ao escrever contra os hereges da Ásia Menor, sentiu a necessidade de copiar o estilo e o conteúdo joaninos. Certamente o evangelho de João está longe desse propósito, no tocante ao seu conteúdo geral; e procurar incorporar na epístola seus modos de expressão e seu conteúdo foi algo bem supérfluo.

Talvez a solução da questão é que tanto as epístolas como o evangelho de João representam genuinamente a tradição joanina, e que, embora talvez não tenham sido escritos pelo próprio apóstolo, foram escritos por algum discípulo ou discípulos *imediatos* de João. Estavam bem alicerçados sobre sua tradição, sobre suas idéias, sobre seus modos de expressão. Estavam fundamentados sobre a tradição do evangelho de João, o evangelho efésio, o evangelho da localidade deles, sem importar se um ou mais autores estavam envolvidos na escrita do quarto evangelho e das epístolas de João, seria natural que muitas coisas similares aparecessem na «coletânea» joanina. E grande parte disso poderia fazer parte do esforço proposital de preservar expressões e idéias que eram típicas do próprio João, preservadas na comunidade cristã onde labutavam. Portanto, a tradição da coletânea joanina se deriva genuinamente de João; e se um ou mais autores estiveram envolvidos na preservação dessa tradição, isso é questão de somenos importância. Não obstante, a evidência em favor da autoria comum do evangelho de João, e pelo menos da primeira epístola de João, é irresistível. Westcott comenta como segue sobre isso, dizendo: «Nenhuma teoria de imitação consciente pode explicar razoavelmente as *sutis coincidências* e diferenças entre essas duas passagens breves mas cruciais». (Referia-se ele aos «prólogos» do evangelho de João e da primeira epístola de João).

Similaridades entre o evangelho de João e a primeira epístola de João. Nesses paralelos, um grego similar está envolvido, e não apenas a similaridade de conceitos.

Primeira Epístola de João	**Evangelho de João**
1:6 (duas frases gregas)	3:21 e 8:12
1:8 (duas frases gregas)	8:44 e 9:41
2:3	14:15
2:4	8:44
2:5	14:21
2:6 (duas frases gregas)	15:4 e 2:21
2:11	8:12; 3:8; 8:14; e 13:26
2:16	8:23 e 15:19
2:17	8:35 e 12:34
2:21	18:37
2:24	15:7
2:27	2:25 e 16:30
2:28	6:56
2:29	1:13
3:1	1:12
3:2	11:52
3:3	11:55
3:4	8:34
3:5	1:29
3:8	8:44
3:9 (duas frases gregas)	3:8 e 8:43
3:10	8:47
3:14	5:24
3:16	10:11,17,18 e 13:37
3:19	18:37
3:20	10:29
3:23	14:31; 12:49; 13:34 e 11:57
4:4	10:29
4:6	14:15 e 16:13
4:7	7:17
4:9	1:14,18; 3:16,18
4:12 (duas frases gregas)	1:18 e 6:56
4:16	6:69
4:20 (duas frases gregas)	6:46 e 5:44
5:4	3:8 e 16:33
5:5	16:33
5:6 (duas frases gregas)	19:34 e 1:33
5:9 (duas frases gregas)	3:33,34; 5:34; 14:28; 8:53
5:18	3:8
5:20	17:3

••• ••• •••

Abaixo exibimos **similaridades de estilo** que podem ser observadas nos exemplos dados:

1. O uso infreqüente de pronomes relativos. O pensamento continua através de outros meios, como «ou...alla» (Ver João 1:18,23 e I João 2:2,16,21).

2. Sentenças desconexas (ver João 3:18 e I João 1:8,9, como em «o pisteuon... o me pisteuon»).

3. Combinação de uma expressão positiva e de outra negativa, em um único pensamento, formando uma unidade (ver João 1:3 e I João 1:5).

4. A ênfase de pensamentos mediante a introdução dos mesmos com um demonstrativo, como «em touto», «aute», e isso seguido por uma cláusula explanatória introduzida com «ina», «ean», «oti», ou outra cláusula, adicionada em oposição. (Ver João 15:12 e I João 5:4 e 3:11; João 3:19 com I João 5:9; João 9:30 com I João 4:9; João 9:30 com I João 4:9; João 13:34 com I João 2:3; João 4:37 com I João 2:6; João 15:8 com I João 4:17; João 5:16 com I João 3:1 e João 18:37 com I João 3:8). Vários outros maneirismos de estilo são alistados no «International Critical Commentary», introdução à primeira epístola de João, págs. vi., vii e viii. Notemos, por igual modo, que ali se mostra como ambos esses livros envolvem um vocabulário bem limitado.

Além dessas formas de similaridades «lingüísticas», que são como que as «impressões digitais» de um autor qualquer, existem *similaridades de idéias*, o que se vê nesses dois livros nos pontos seguintes:

1. Quanto à encarnação, apresentada praticamente do mesmo modo (ver João 1:14 e I João 4:2).

2. A vida, cuja fonte originária é Cristo (ver João 1:4 e I João 5:11).

3. Nossa identificação mística com Cristo (ver João 5:26; 11:25 e I João 1:1,2).

4. A permanência em Deus, para quem permanece em Cristo (ver João 6:56; 15:4-7 e I João 2:24 e 3:6).

5. A palavra de Deus, a habitar permanentemente nos homens (ver João 5:38 e I João 2:14,24).

6. A prova do amor de Deus, ao enviar seu Filho (ver João 3:16 e I João 4:9).

7. O amor, como guia da família divina (ver João 13:34; 15:10 e I João 3:23).

8. Os crentes, como filhos de Deus (ver João 1:12,13 e I João 5:1).

9. O «testemunho» de Cristo (ver João 5:36 e I João 5:6).

10. O uso de pontos opostos metafóricos e espirituais, como a luz e as trevas; a vida e a morte; o amor e o ódio; a verdade e a falsidade; o Pai e o mundo; do mundo e não do mundo; Deus e o diabo; os filhos de Deus e os filhos do diabo; o conhecer a Deus e o não conhecer a Deus; o ver a Deus e o não ver a Deus; o ter a vida e o não ter a vida.

Dissimilaridades entre o evangelho de João e a primeira epístola de João. Os dois eruditos que, mais do que quaisquer outros, se têm esforçado para demonstrar isso, são C.H. Dodd e A.E. Brooke. Dodd chama-nos a atenção para as peculiaridades gramaticais e sintáticas, para as expressões idiomáticas e para as características retóricas distintivas, que são diferentes na primeira epístola de João. Esta última não contém aramaísmos, a exemplo do evangelho de João. Ao sumariar seus argumentos, ele diz o seguinte: «O estilo da epístola tem forte similaridade geral com o evangelho; mas, no seu total, é mais monótono e mais estreito quanto ao alcance, ao passo que usa certas expressões idiomáticas e figuras que não se fazem presentes no evangelho, o que, plausivelmente, indicaria um caráter semítico, do qual a epístola é livre. Seu vocabulário se justapõe ao do evangelho, mas falta-lhe um número maior de termos altamente significativos, que aparecem naquele. Apesar de não se poder dizer que esses fatos refutam a identidade da autoria, deixam-nos em grande dúvida» (*The First Epistle of John and the Fourth Gospel*, pág. 141).

Há outros pontos de disparidade, quanto às idéias religiosas, nessas duas obras. A epístola de João não tece qualquer alusão ao A.T., mas encerra uma doutrina do «anticristo» que é sui generis. Mas falta-lhe aquele misticismo mais profundo do evangelho. Na epístola, Jesus é o «paracleto» (ver I João 2:1); no evangelho, o «paracleto» é o Espírito Santo, o representante de Cristo (ver João 14:6). Na epístola, Deus é «luz»; no evangelho, Cristo é que é a «luz» (comparar com João 1:4, 7-9 e I João 1:5). Na epístola, a *parousia* aparece como um *acontecimento* que logo teria cumprimento; no evangelho, é uma espécie de presença mística permanente, que já se acha com os homens. Naturalmente, é possível que o mesmo autor, sob circunstâncias diferentes, a enfrentar problemas diferentes e com um intervalo de vários anos, pudesse variar desse modo, no ensinamento de doutrinas. Por exemplo, é verdade que a «parousia», na primeira epístola, é um acontecimento mais incisivamente antecipado, pois o «anticristo» deverá vir primeiro; mas desde agora já há «anticristos» no mundo. (Ver I João 2:28 e 4:3). Contudo, no evangelho, é mencionado o «último dia» (ver João 5:26-29 e 6:38,40), mesmo que não fique subentendido que isso poderia ocorrer a qualquer momento. Contra isso poder-se-ia argumentar que a vívida expectação da vinda de Cristo, «a qualquer momento», e *durante minha vida terrena*, é algo que se faz totalmente ausente do evangelho, e que, pelo tempo em que o evangelho foi escrito, essa expectação já diminuíra ou se perdera. Portanto, sem importar o argumento que apresentemos, em favor deste ou daquele lado, sempre haverá um argumento contrário. Talvez não possamos fazer melhor que Morton Scott Enslin, em sua obra *Literature of the Christian Movement*, pág. 348 (introdução à primeira epístola de João), onde ele assevera: «Que esse escritor sem nome seria o homem que traçou o quarto evangelho é, atualmente, considerado como altamente provável por muitos eruditos, embora diversos críticos competentes prefiram identificá-lo com um revisor posterior. No evangelho, por igual modo, o autor oculta o seu nome. Outrossim, há muitos paralelos e similaridades notáveis quanto ao vocabulário, ao estilo e ao tipo de pensamento. Uma conveniente pesquisa do material é provido por Moffatt (*Introduction to the Literature of the N.T.*, pág. 589-593), o qual tende por ver o escritor vivendo e movendo-se 'dentro do círculo em que se originou o quarto evangelho, embora com uma individualidade e um propósito todo seu'. A esses paralelos poderíamos bem adicionar o fato de que ambos os escritores apreciavam o tempo perfeito. Contudo, apesar das similaridades serem inescapáveis, também existem, claramente, algumas diferenças, a natureza polêmica da epístola se contrasta com a calma e fluência do evangelho, o que talvez possa ser melhor explicado como os paralelos livres do mesmo autor, que trabalhava para falar sobre um assunto bastante diferente. Um ponto de vista que não é impossível é que a epístola foi escrita algum tempo depois do evangelho, dirigida contra os falsos mestres que estavam abusando do evangelho, os quais assim punham em perigo o cristianismo e se apresentavam como mestres àqueles menos avisados».

Como é fácil ver, os eruditos não chegam a qualquer conclusão certa, mas expressam opiniões que são abertas a objeções. Parece, todavia, que os argumentos em favor da autoria comum do Evangelho e Primeiro João, têm mais peso do que os contra-argumentos.

Um completo estudo sobre esse problema pode ser lido no «*The International Critical Commentary*», introdução à primeira epístola de João, pontos i a xxvii. Mas, em última análise, o problema não é tão importante assim. Podemos dizer com confiança que a tradição «joanina» é a base de ambas essas obras; e

que talvez algum discípulo ou discípulos imediatos de João estiveram envolvidos. Mas se os escritores envolvidos foram um ou mais, não é questão de grande monta. Ambos representam bem as idéias, as crenças, os ensinamentos e as esperanças de João, e de um modo como o próprio apóstolo João gostava de expressar-se. Portanto, ambos envolvem a «autoridade apostólica joanina», tal como o evangelho de Marcos se alicerça sobre a autoridade apostólica petrina, já que Pedro foi uma das principais fontes de informação do evangelho de Marcos.

VI. *TEMAS PRINCIPAIS*

A seção IV, que trata dos «Motivos e Propósitos», já apresentou os temas principais. Mas abaixo, em forma de esboço, há um quadro mais completo dos temas principais.

De modo geral, pode-se dizer que a primeira epístola de João representa a fé comum da era apostólica, mas com adaptações às circunstâncias do fim do primeiro século e do começo do século II, na Ásia Menor. Assim, se os temas principais da mensagem apostólica são repetidos, são ditos de tal modo que fazem combate à heresia gnóstica daquela região do mundo. Isso é verdade tanto quanto ao lado «ético» da vida cristã como no que tange às doutrinas básicas.

1. A doutrina do Verbo forma o prólogo, tal como no evangelho, embora apresentada de maneira mais impessoal. Esse prólogo afirma ser obra de uma «testemunha ocular», pois a tradição do apóstolo João confirma a verdade que estava prestes a ser apresentada (ver I João 1:1,2).

2. O Verbo é, especificamente, o despenseiro da *vida*; e essa vida eterna vem da parte de Deus Pai (ver I João 1:2 e 5:13).

3. A doutrina do Verbo é polêmica. Exalta Cristo à sua posição ímpar, em contraste com os gnósticos, que pretendiam fazer dele apenas um dentre muitos «aeons» ou emanações angelicais, ou seja, mediadores. Há apenas um Mediador entre Deus e os homens, Cristo, —que é o meio de vida eterna para os homens; essa vida não pode vir através de supostas emanações angelicais.

4. No Verbo temos a *comunhão* com a família divina, com o Pai e com o Filho. E nisso reside nossa alegria (ver I João 1:3,4). Isso também é polêmico. Os gnósticos consideravam a maioria dos homens como incapazes de serem remidos. Mas a oferta do evangelho, para haver comunhão com o Pai e com o Filho, visa a todos os homens (ver I João 2:2, onde se aprende que a «propiciação» foi efetuada em favor de todos os homens, e não em favor somente de algum grupo seleto).

5. A «comunhão», embora possível para todos, é condicionada à «conduta moral», vinculada ao perdão dos pecados mediante a expiação no sangue de Cristo. (Ver I João 1:5-10). Os gnósticos negavam ambas as coisas. Viviam na licenciosidade e pensavam que abusar do corpo não prejudica em nada à alma. De fato, pensavam que abusar do corpo seria um dos meios de cooperar com o sistema do mundo, cujo intuito, finalmente, seria a destruição de todas as coisas materiais, pois a matéria seria o princípio mesmo do pecado, bem como a sua sede. Os gnósticos, pois, asseveravam não ter pecado, porquanto o espírito não poderia ser prejudicado pelos pecados praticados com o corpo, já que o espírito é o verdadeiro homem. João salienta o fato de que não há homem que não peque, mostrando assim que o pecado envolve a pessoa real, a alma, e não meramente o corpo físico.

6. A vida e a comunhão nos vêm pela *expiação* de Cristo (ver I João 2:1,2) e de sua atuação como nosso advogado. Os gnósticos, por sua vez, negavam a validade da expiação de Cristo. Não havia expiação por sangue, dentro de seu sistema.

7. As provas de comunhão e do conhecimento de Deus são a obediência aos seus preceitos e o amor ao próximo (ver I João 2:3-17). Os gnósticos, em sua licenciosidade, desobedeciam às leis de Deus; em sua altivez, desprezavam aos irmãos.

8. O evangelho de Cristo impõe certa *exigência moral*; deve ser acompanhado pela rejeição ao mal que há no mundo, nas concupiscências da carne (ver I João 2:15,16). Os gnósticos ignoravam a necessidade do crente separar-se do mundo, pelo menos os gnósticos que assediavam aquelas comunidades cristãs para onde foram escritas estas epístolas. O gnosticismo combatido na epístola aos Colossenses era ascético; o que está em foco aqui é libertino.

9. Os apóstatas negavam o verdadeiro Cristo, fazendo de seu corpo um mero fantasma, e de sua pessoa real um «aeon» angelical. Tinham eles uma atitude «docetista» (ver I João 2:18-29 e 4:2-4 quanto a esses temas).

10. Os apóstatas negavam a realidade da «parousia». Mas a doutrina cristã a apresenta claramente, pois assinalará «notável salto à frente», quando os remidos haverão de participar da própria natureza de Cristo; e assim darão início ao progresso rápido nas perfeições divinas, sendo cheios de «toda a plenitude de Deus» (ver Efé. 3:19, ver também I João 3:1,2).

11. A «parousia» impõe uma *exigência moral*, a saber, a nossa pureza pessoal. Mas isso era ignorado pelos gnósticos (ver I João 3:3-10). Um homem não pode agora ser «praticante» do pecado; de outro modo, nem mesmo conhecerá a Deus.

12. O amor é a virtude suprema exigida da parte dos irmãos. Um homem ama a Deus somente quando ama a seus semelhantes (ver I João 3:11 e *ss*). O amor cristão se manifesta através de atos de altruísmo, feitos de gentileza. Amar ao próximo é, ao mesmo tempo, amar a Deus, que é o Pai de todos. A observância dos mandamentos de Deus é prova de que o amamos. O maior dos mandamentos divinos é que nos amemos uns aos outros.

13. Os falsos mestres mostravam-se corruptos em suas doutrinas e práticas, e eram amigos do mundo. Portanto, não admira que desprezassem aos verdadeiros crentes, que não pertencem ao mundo (ver I João 4:1-6).

14. Deus é amor, e todos quantos são seus filhos genuínos devem amar. A prova desse amor é a expiação feita por seu Filho. Devemos imitar a Deus em seu amor, sacrificando-nos em favor de outros. Esse tipo de ação prepara-nos para o dia do juízo. Não tememos aquele dia porque amamos, e o perfeito amor lança fora o medo (ver I João 4:11-21).

15. O amor coopera com a fé; e essa é a «gnosis» cristã, em contraste com o suposto «conhecimento» dos gnósticos. Nessas virtudes é que obtemos vitória sobre o mundo. Aquele que «nasceu de Deus» vence ao mundo. Ora, tudo isso é mediado por Cristo, o Filho de Deus. Ele veio por água (a autoridade de seu batismo), mas também veio por sangue (a autoridade de sua expiação). Os gnósticos aceitavam somente a primeira idéia, e mesmo assim não em sua forma completa (ver I João 5:1-10).

16. O Filho de Deus veio para dar-nos a *vida eterna*; e a vida está nele. O principal propósito do autor sagrado era demonstrar isso, em oposição àquilo ao que Cristo fora reduzido pelos gnósticos, fazendo dele

apenas um dentre muitos senhores e mediadores. Nosso *conhecimento* consiste em conhecer a Cristo; e a nossa vida está em Cristo, presentemente mediada pela moralidade cristã. Em contraste com isso, os gnósticos buscavam a vida eterna independentemente do verdadeiro Cristo e da santidade (ver I João 5:13-21).

VII. *CONTEÚDO*

I. *Prólogo* — O verbo possibilita a comunhão com Deus (1:1-4)
II. Condições e Base da Comunhão — Exigências morais do evangelho (1:5-2:17)
  1. A comunhão se dá no perdão e na santidade (1:5-10)
  2. A comunhão é possibilitada pela expiação e advocacia de Cristo (2:1-6)
  3. Prova e condição de comunhão: a *lei do amor* (2:7-11)
  4. Comunhão com Deus mediante separação do mundo (2:12-17)
III. Os Falsos Mestres (2:18-27)
  1. Têm o espírito do anticristo (2:18-23)
  2. Os verdadeiros crentes são convidados à fidelidade, negando às doutrinas anticristãs (2:24-27)
IV. Os Filhos de Deus — Advertências e promessas (2:28-3:24)
  1. Suas relações para com a *parousia* (2:28-3:3)
  2. Suas relações para com o diabo (3:4-10)
  3. Como devem viver uns com os outros. A lei do amor fraternal (3:11-24)
V. Os Espíritos Falsos e o Espírito de Deus (4:1-6)
  1. O docetismo (4:1-3)
  2. A vitória dos verdadeiros filhos de Deus (4:4-6)
VI. O Amor de Deus Inspira Nossa Confiança (4:7-5:12)
  1. É a base do amor *mútuo*, o vínculo da família divina (4:7-12)
  2. Inspira a nossa confiança (4:13-18)
  3. É a base dos mandamentos (4:19-5:5)
VII. Cristo Veio Por Água e Sangue e o Testemunho do Espírito (5:6-12)
VIII. *Epílogo* — Afirmações e Exortações Finais (5:13-21)

VIII. *BIBLIOGRAFIA:* AM CKB E EN I IB LAN MOF NTI R TRA TIN VIN WFH Z

JOÃO II (SEGUNDA EPÍSTOLA)

A introdução às epístolas joaninas aparece no artigo sobre a primeira epístola de João. Trata-se ali de problemas como autoria, data, proveniência, confirmação antiga, motivos e propósitos, etc. Tais comentários devem ser consultados para que melhor se possa compreender a epístola que temos agora à frente. A única coisa que precisa ser adicionada aqui é o esboço do conteúdo desta segunda epístola de João.

Esboço do Conteúdo

I. Saudação (vss. 1-3)
II. O Mandamento do Amor (vss 4-6)
III. Advertência Contra o Erro Gnóstico (vss.7-11)
IV. *Conclusão* (vss. 12-13)

É interessante observar que a segunda e a terceira epístolas de João possuem saudação e conclusão epistolares formais, o que as assinala como epístolas legítimas, ao passo que a primeira epístola de João não conta nem com uma coisa e nem com a outra, o que significa que ela é mais um tratado do que realmente uma epístola. Assemelha-se muito mais ao evangelho de João, havendo muitos grandes paralelos entre esses dois livros. A primeira epístola de João, pois, tem mais o estilo de um tratado do que de uma epístola. Na segunda e na terceira epístolas de João, o autor sagrado chama a si mesmo de *ancião*, mas sem dar qualquer indicação que esclareça tal posição, pelo que tais epístolas são sinônimas. A primeira epístola de João, porém, nem ao menos alude ao «ancião». Contudo, seus muitos paralelos com o evangelho de João fez com que tanto a primeira, como, por extensão, a segunda e a terceira epístolas de João, fossem consideradas de autoria do apóstolo João. Pelo menos elas se acham dentro da tradição joanina. Ver discussão completa acerca da «autoria», na introdução à primeira epístola de João. Mas nem todos os eruditos acreditam que todas essas três epístolas foram escritas por um só autor.

Uma coisa, porém, é indubitável — a *razão* central por que essas três epístolas foram escritas é essencialmente a mesma. Os falsos mestres gnósticos estavam conseguindo grandes conquistas na igreja, e tinham de sofrer oposição. Estavam reduzindo o Cristo anunciado pelos apóstolos, o Verbo encarnado, o Deus-homem, a mera emanação angelical de Deus, um *aeon*. Negavam a realidade da encarnação, e viam o «Espírito-Cristo» meramente como um dos sombrios «aeons», o qual, por ocasião do batismo de Jesus de Nazaré, teria vindo possuir-lhe o corpo, usando-o como seu instrumento, até à sua crucificação. Por ocasião da morte, o «aeon» teria abandonado a Jesus, pelo que sua morte, quando muito, teria sido a de um mártir por uma boa causa, mas sem valor como expiação. Os gnósticos, por conseguinte, degradavam tanto a pessoa como a obra de Cristo. Em lugar de Cristo, apresentavam um «cristo» falso, dotado de uma missão diferente.

Alguns líderes cristãos tinham sido conquistados para os pensamentos dos gnósticos, e assim um evangelho não-cristão estava sendo impingido à igreja. Diótrefes (ver III João 9), que assumira poderes ditatoriais sobre a igreja da região da Ásia Menor, provavelmente era um dos principais proponentes do gnosticismo da igreja. O que esse homem foi capaz de fazer, o que é descrito em II João 9-11, demonstra a natureza crítica do problema que era enfrentado. O trecho de I João 2:19 mostra, entretanto, que os verdadeiros crentes tinham obtido certa vitória sobre os mestres falsos, porquanto muitos deles tinham rompido comunhão com a igreja cristã (ver o artigo sobre o «gnosticismo»).

Os versículos sétimo a décimo primeiro mostram que a doutrina dos gnósticos se espalhara por muitos lugares da Ásia Menor, através de pregadores itinerantes, que se aproveitavam da boa vontade e da hospitalidade natural dos cristãos primitivos. Foi mister que o «ancião» advertisse à igreja que os supostos «evangelistas» itinerantes de modo algum eram representantes da tradição apostólica. A igreja cristã foi avisada, pois, a não dar hospitalidade a tais homens, e a segunda epístola de João foi escrita essencialmente como advertência contra esses itinerantes pregadores gnósticos, embora o seu conteúdo não verse exclusivamente sobre esse tema.

Oito dos livros do N.T. foram escritos para combater o gnosticismo: as três epístolas pastorais, as três epístolas joaninas, a epístola aos Colossenses e a epístola de Judas. A epístola aos Efésios, o evangelho

de João e certas porções do livro de Apocalipse, também foram dirigidos contra essa heresia, que assediou a igreja por cento e cinqüenta anos.

A presente epístola, naturalmente, é a mais polêmica de todas, mas polêmicas também são as demais epístolas joaninas. O grande tema do amor é novamente salientado (ver os versículos quarto a sexto); mas, devido à sua extrema brevidade, somente esse tema, além daquele que trata da defesa da verdade cristã contra os assédios da heresia, é abordado nesta epístola.

JOÃO III (TERCEIRA EPÍSTOLA)

Introdução:

No tocante à introdução geral às epístolas joaninas, ver o artigo sobre a primeira epístola de João. Este artigo aborda temas como autoria, data, proveniência, destino, confirmação antiga, motivos, propósitos e temas destas epístolas.

Esboço do Conteúdo

I. Saudação a Gaio (vss. 1,2)
II. Problema dos Evangelistas Itinerantes (vss. 3-8)
III. Diótrefes, o Ditador (vss. 9-11)
IV. Demétrio, o Bom (vs. 12)
V. Conclusão (vss. 13-15)

Se compreendermos que a *eleita* Kiria era uma matriarca da igreja, e não um título simbólico da própria igreja (ver no NTI as notas expositivas sobre II João 1), então, nas páginas do N.T. teremos três epístolas pessoais, isto é, cartas enviadas a indivíduos e não a igrejas locais ou à igreja em geral. Essas epístolas são a segunda e a terceira epístolas de João e a epístola a Filemom. Dentre as três, a terceira epístola de João é a que oferece melhor exemplo de antiga carta pessoal, em forma e conteúdo (Comparar com Atos 23:26 quanto à forma das cartas antigas).

As cartas antigas começavam com o costumeiro *cheirein* («regozijai-vos»), e que equivale à nossa expressão «Saudações». Em seguida há uma declaração solícita sobre a saúde do endereçado. Nas páginas do N.T., normalmente isso é substituído por uma bênção, como «graça e paz da parte de Deus, nosso Pai, e do Senhor Jesus Cristo» (nas epístolas de Paulo), ou «graça, misericórdia e paz» (nas epístolas pastorais e na segunda epístola de João). Judas diz «misericórdia... paz e amor». Eram adaptações cristãs de antigas formas epistolares. Há um papiro cristão (Papyri Greci e Latini, Publicazioni della Societá Italiana — Florence, 1912), o qual é citado por Allen Wikgren, em «Hellenistic Greek Texts» (University of Chicago Press, pág. 130), que é carta de um jovem para sua mãe, e que exibe uma forma que ilustra a forma comum nos tempos antigos: «Ámom para Kalinika, minha senhora e mãe: saudações. Em primeiro lugar, rogo que estejas com saúde («ugiainein», a mesma palavra usada aqui, em III João) no Senhor Deus». (Quanto a outras notas expositivas sobre as formas epistolares da antiguidade, ver as notas que aparecem imediatamente antes de Rom. 1:1 no NTI).

Nas páginas do N.T., **há oito epístolas** que foram escritas em oposição à heresia gnóstica. São as três epístolas pastorais, as três epístolas joaninas e as epístolas aos Colossenses e de Judas. O evangelho de João, a epístola aos Efésios e algumas porções do livro de Apocalipse também têm um gnosticismo em vista, embora não tão enfaticamente. Ver o artigo sobre o *Gnosticismo* e também sobre *Docetismo*, ver a exposição sobre I João 4:2 e 3 no NTI. Este texto ataca uma forma do docetismo. O perturbador *Diótrefes* (vide) foi mais do que um ditador; foi um representante do gnosticismo, um mestre falso, o qual obtivera poder suficiente na igreja para controlar a igreja local. Diótrefes não aceitava a autoridade apostólica de João, e rejeitava qualquer orientação vinda da parte do apóstolo, recusando-se a acolher os evangelistas itinerantes por ele enviados, demonstrando ainda, de outras maneiras, sua hostilidade franca aos representantes normais da igreja cristã.

Supomos que, na qualidade de representante da doutrina gnóstica, ele rejeitasse a Cristo como o Verbo eterno encarnado, e também a divindade e a humanidade verdadeiras de Cristo, em uma só pessoa. Antes, deveria pensar que algum «aeon» (não uma emanação tão elevada como o «Logos») tivesse vindo possuir temporariamente o homem Jesus de Nazaré, por ocasião de seu batismo, tendo-o abandonado quando de sua crucificação. Isso também significaria que ele negava a «expiação pelo sangue de Cristo», supondo que Cristo (o «aeon») não poderia sofrer e nem morrer. Se ele era um mestre gnóstico comum, então negava até mesmo a possibilidade de «encarnação» como algo metafisicamente impossível, pelo que veria a morte de Jesus como se fosse a morte de um mero homem, e não a morte do Cristo, e como se não tivesse qualquer valor expiatório. Pelo contrário, o «conhecimento» (do tipo místico, mágico e cerimonial) seria o meio da salvação. Também é provável que ele concordasse com o pensamento gnóstico normal que é matéria indiferente aquilo que fazemos por intermédio do corpo. Conforme pensavam os gnósticos, os homens podem abusar de seus corpos mediante o *ascetismo* (o tipo de gnosticismo combatido em Col. 2:15 e *ss*), ou mediante a «imoralidade» (o tipo de gnosticismo combatido nas outras sete epístolas mencionadas acima). Tal abuso, conforme pensavam eles, ajudava o sistema mundial em seu desígnio de destruir o corpo humano, que fazia parte da matéria, a qual deve ser destruída, porquanto é o princípio mesmo do mal (conforme pensavam os mestres gnósticos). Supostamente, os abusos contra o corpo não prejudicariam à alma, da mesma maneira que o ouro, ainda que mergulhado na lama, não pode ter alterada a sua natureza áurea.

A imoralidade, pois, veio a ser não apenas sancionada, como também passou a fazer parte do sistema doutrinário do gnosticismo, como porção oficial do mesmo. Não admira, pois, que se Diótrefes foi um gnóstico, que ele se opusesse amargamente à autoridade da igreja cristã, recusando-se a dar hospitalidade a seus evangelistas itinerantes.

A epístola perante nós reflete o surgimento da autoridade investida em um único homem. As igrejas neotestamentárias, originalmente, eram governadas por diversos «pastores» (também chamados «anciãos» ou «supervisores»), e não por um único oficial. Porém, é evidente que Diótrefes queria controlar tudo sozinho. Posteriormente, isso se tornou o estilo comum de governo eclesiástico, conforme os dons ministeriais e espirituais foram desaparecendo, quando um certo «profissionalismo» tomou seu lugar. Não havendo muitos que pudessem exercer dons espirituais no ministério, foi apenas natural que indivíduos dotados de personalidade forte, treinados na oratória ou em outras habilidades, as quais os qualificavam acima dos demais, tivessem usurpado a autoridade que antes estava investida em um grupo de anciãos em cada congregação local. Seja como for, é certo que perto dos fins do primeiro e no começo do segundo séculos, teve início o ofício dos «bispos»,

como título dado a uma classe especial, e não equivalente aos «pastores». Em outras palavras, certos «anciãos» vieram a exercer autoridade sobre uma «região», — em vez de fazê-lo sobre uma única congregação local. E note-se que isso já tivera começo quando foram escritas as «epístolas pastorais».

Primeiramente surgiram os «bispos», — e apareceu o «ministério de um homem só», porquanto os dons espirituais e ministeriais tinham praticamente cessado, tornando-se mister que um profissionalismo eclesiástico tomasse o lugar do ministério espiritual. Certamente nada há de errado com o conceito de «bispo» ou «supervisor». Os apóstolos *sempre* exerceram essa forma de autoridade, sendo com freqüência vantajosa, para qualquer grupo de igrejas, que se reúnam-sob alguma autoridade comum, contanto que tal autoridade não se mostre ditatorial. Contudo, o advento do ministério de um homem só, em cada igreja local, foi, é, e sempre será prejudicial para o cristianismo, simplesmente porque ninguém pode possuir todos os dons espirituais e ministeriais que precisam ser exercidos na igreja local, para seu ótimo desenvolvimento espiritual. O trecho de Efé. 4:10 e *ss* mostra-nos que os dons ministeriais é que possibilitam o crescimento espiritual da igreja. Idealmente, todos os membros deveriam contribuir com a prática de algum dom espiritual, embora nem todos eles, como é óbvio, recebam os vários dons ministeriais: apóstolos, evangelistas, profetas, pastores e mestres.

Diótrefes, pois, além de ser exemplo de como um homem pode tornar-se um herege, também mostra como pode tal indivíduo obter o controle da igreja local, para detrimento desta. Isso sucede quando os dons ministeriais e espirituais não estão em operação, ainda que tal coisa não possa ser firmada como questão fixa. Por outro lado, isso ilustra o quanto precisamos dos dons espirituais hoje em dia como sempre. Os ditadores na igreja florescem somente quando os dons são reprimidos. Os dons devem ser exercidos, embora não necessariamente segundo o *modus operandi* do primeiro século. Sem tal espiritualidade, *pequenos césares* surgem na igreja.

JOÃO APÓSTOLO

Ver os artigos separados sobre *João Apóstolo, Teologia (Ensinos) de* e *Apóstolos, Apostolado*, onde há a descrição de cada um dos apóstolos e onde a missão do ofício apostólico é descrita. O nome *João* deriva-se do hebraico *Iohanan* ou *Iehohanan*, que significa «Yahweh tem sido gracioso».

Esboço:

I. Caracterização Geral
II. Fontes Informativas
III. A Teologia e os Ensinos Joaninos
IV. Escritos Joaninos
Bibliografia

I. Caracterização Geral

1. **Ampla Informação.** Sabe-se mais sobre **João** através dos três evangelhos do que atráves do próprio evangelho que tem o seu nome. Ele é identificado como «o discípulo amado», mencionado em João 19:26; 20:2. Há breve menção a ele, em Atos 4:13 e 5:33.40, que são trechos que aludem ao seu conflito com as autoridades judaicas. Foi considerado pelos eruditos fariseus como homem sem cultura e sem letras, porquanto não recebera o treinamento acadêmico dos rabinos. Uma outra breve menção aparece em Atos 8:14, onde lemos que, juntamente com Pedro, ele impôs as mãos sobre novos convertidos samaritanos, para que fossem batizados no Espírito Santo. O único outro lugar onde João é mencionado por nome, fora dos evangelhos, é na epístola paulina aos Gálatas (2:9), onde ele é chamado de uma das colunas da Igreja. As evidências patrísticas a seu respeito não são abundantes e nem muito confiáveis, o que também se dá com o material neotestamentário apócrifo. Logo, continua de pé o fato de que pouco ou nada sabemos sobre o apóstolo João, fora dos escritos do Novo Testamento; mas, mesmo ali o material que nos é oferecido sobre esse apóstolo é escasso, em relação àquilo que poderíamos esperar acerca de uma das principais personagens do cristianismo primitivo.

2. **Família e Chamamento.** João era filho de Zebedeu e Salomé. Zebedeu, ao que parece, tinha uma pequena flotilha de barcos de pesca, e vários empregados. Salomé, sua esposa, tornou-se uma das principais cooperadoras que contribuíam para sustentar a Jesus e aos seus primeiros discípulos, o que lhes permitiu continuarem o ministério de ensino, embora nunca tivessem muita coisa. Ver Mar. 1:20; 15:40,41; 16:1. É possível que João, a princípio, fosse um dos seguidores de João Batista, o que talvez fique subentendido em João 1:35,40; embora não se tenha certeza quanto a isso.

Sua chamada para ser um dos discípulos especiais de Jesus é registrada em Mar. 1:19,20. Parece que João e Tiago não tinham visto a Jesus antes daquele dia, sendo surpreendente, por isso mesmo, que tivessem aceitado tornar-se seus discípulos naquele mesmo dia. Outros estudiosos supõem, entretanto, que houve algum contato anterior deles com Jesus, o que os evangelhos nunca historiam. Todavia, sabemos que poderosas figuras espirituais, como era a de Jesus Cristo, podem fazer discípulos instantaneamente. Existem homens extraordinários que têm grande ascendência espiritual sobre outras pessoas, e não precisam exercer qualquer persuasão gradual. Seja como for, parece que Zebedeu também deu apoio ao discipulado cristão de seus dois filhos. Não é provável que Salomé tivesse podido contribuir financeiramente como fez, e menos que o seu marido concordasse com esse apoio.

3. **Natureza Explosiva de João**

João e seu irmão, Tiago, receberam o apodo de *Boanerges*, «filhos do trovão». Esse apelido, talvez, aluda à natureza explosiva, enérgica e imprevisível deles. Ou pode referir-se à ocupação deles, pois os pescadores tinham de enfrentar súbitos temporais. A interpretação tradicional é «prontos a se irarem», o que é apoiado pela falta de paciência que João demonstrou com alguns, que, embora não fossem discípulos de Jesus, estavam exorcizando demônios em seu nome (Mar. 9:38; Luc. 9:49). É significativo que essa impaciência de João se manifestasse sob a forma de exclusivismo, o que geralmente é o caso. Também é significativo o fato de que Jesus repreendeu essa atitude, o começo de intermináveis conflitos entre as denominações cristãs, todas afirmando-se seguidoras de Cristo. João também quisera fazer descer fogo do céu, contra uma aldeia samaritana nada hospitaleira, conforme se lê em Luc. 9:54, o que Jesus igualmente repreendeu, a despeito do fato de que João foi capaz de salientar o precedente veterotestamentário de Elias, o profeta, que eliminou os opositores mediante fogo do céu.

4. **O Círculo de Discípulos Íntimos de Jesus**

Apesar de suas evidentes falhas, João, Tiago e Pedro faziam parte do círculo mais chegado de discípulos de Jesus. Ver Mar. 5:37. Isso é novamente evidenciado no relato sobre a transfiguração de Cristo (Mat. 17:1; Mar. 9:2; Luc. 9:28) e, igualmente, na

agonia de Jesus no Getsêmani, que ele sofreu em companhia daqueles três discípulos (Mar. 14:33).

5. Líder da Igreja Primitiva

Se João foi um dos mais íntimos dos três discípulos de Jesus, era apenas natural que ele tivesse assumido um papel de especial liderança na Igreja primitiva. Ele era objeto especial do amor do Senhor Jesus (ver João 19:26). Em Atos 3:1,4, Pedro e João foram aqueles que operaram o notável milagre que os levou a entrar em dificuldades com os membros do Sinédrio judeu. Atos 1:13 afirma especificamente o lugar de liderança que João ocupava. Parece que João compartilhou do encarceramento de Pedro (Atos 4:13). Além disso, encontramos João e Pedro a regularem a missão da Igreja primitiva entre os samaritanos (Atos 8:14,25). Paulo, além disso, assevera que João era uma das colunas da Igreja de Jerusalém (Gál. 2:9), o que é a única referência direta ao apóstolo João, fora dos evangelhos e do livro de Atos, se não considerarmos os títulos antigos que faziam dele o autor das epístolas que trazem o seu nome. A similaridade daquelas três epístolas com o evangelho de João, no tocante à linguagem usada e aos temas selecionados, serve de uma espécie de confirmação indireta da autoria joanina desses livros neotestamentários, bem como da importância que ele desempenhava nas atividades da Igreja cristã primitiva.

6. Evidências Patrísticas

Polícrates, bispo de Éfeso, em cerca de 200 D.C., alegava que o apóstolo João foi sepultado em Éfeso; mas, não podemos ter a certeza disso. A escola joanina, ao que se presume, estava vinculada àquela cidade. Porém, Polícrates também nos diz que Filipe foi sepultado em Hierápolis. Mas, nessa informação ele confundiu o apóstolo Filipe com o evangelista Filipe, que é mencionado em Atos 21:8. Portanto, não sabemos quão exata é essa sua informação. Irineu, contemporâneo de Polícrates, afirmou que João escreveu o quarto evangelho em Éfeso, e que ele também escreveu o livro de Apocalipse. Essa informação não pode ser exata, pelo menos no que concerne ao Apocalipse, livro que contém uma linguagem inteiramente diversa das demais obras joaninas, cheia de erros no original grego, bastante diferente do evangelho de João, que, embora simples, foi escrito em grego relativamente puro. Tertuliano, no começo do século III D.C., adicionou a essa tradição de João, ao afirmar que este fora exilado, por causa de sua fé, na ilha de Patmos, vinculando-o assim ao João aludido em Apo. 1:1,4,9 e 21:2. Porém, ao que parece, Tertuliano não estava escudado em qualquer evidência independente, mas somente elaborou as declarações de Polícrates. Parece que houve um homem proeminente, de nome João, perto do fim da época apostólica; mas os eruditos chamam-no de ancião ou vidente, dizendo que alguns antigos confundiram o apóstolo João com esse homem.

7. A Morte de João

Não dispomos de informações seguras sobre como João terminou a sua vida terrena. Uma antiga tradição, levada a sério por alguns eruditos modernos, assevera que ele não haveria de morrer, mas permaneceria até o segundo advento de Cristo. Isso alicerça-se sobre a misteriosa passagem de João 21:21-23. Porém, o vs. 23 parece distinguir essa tradição do verdadeiro sentido das palavras de Jesus, que dá a entender que ele morreria. Talvez João tenha perecido como seu irmão Tiago, que teve uma morte prematura de mártir (Atos 12:2). O trecho de Mar. 10:38 parece indicar a mesma coisa. Porém, as tradições antigas afirmam que João teve uma longa vida em Éfeso, talvez tendo sido o único apóstolo que não morreu como mártir cristão. Sobre essas questões, remotas como elas são, nada pode ser dito com absoluta certeza.

8. A Luz que Brilhava

Embora tenhamos tão poucas informações sobre o apóstolo João, é claro que ele foi uma luz que resplandeceu no primeiro século da era cristã, uma grande luz reflexa do Senhor, mas que, nesse reflexo, assumia um resplendor todo próprio. É significativo que *vinte e três papas* tenham escolhido chamar-se João. Sabemos que o apóstolo João era homem de ardente lealdade e de firme discipulado. Se ele é o discípulo cujo nome não é dado, em João 18:15, então é claro que ele não participou da negação de Pedro acerca de Jesus. De fato, João caminhou ousadamente entre a multidão agitada, a despeito do perigo que isso representava. Sabemos que João era amigo do sumo sacerdote, e chegou a entrar mesmo no pátio onde Jesus estava sendo submetido a interrogatório.

O retrato de Browning sobre a morte de João é atrativo e autêntico em espírito, apesar de não corresponder à realidade histórica. Ele pintou João como quem morria, já em estado de coma. Mas, por um breve período, recuperando-se, João começou a «contar novamente a velha, velha história» de Jesus e seu amor. O quadro de Correggio pinta João como uma alma em forma de águia, plena de poder e graça, o que não é estranho à narrativa dos evangelhos.

Penso continuamente naqueles que foram realmente grandes,
Que desde o ventre relembraram a história da alma,
Através dos corredores da luz, onde as horas são sóis
Intermináveis e cantantes. Cuja amável ambição
Era que seus lábios, ainda tocados pelo fogo,
Falassem do espírito, revestido em cântico, da cabeça aos pés,
E que ajuntaram ramos da fonte,
Os desejos que ornaram seus corpos como florescências.
Penso continuamente naqueles que foram realmente grandes,
.....
Os nomes daqueles que na vida lutaram pela vida,
Que usaram nos corações o centro do fogo,
Nascido do sol, que viajaram por um pouco em direção ao sol,
E deixaram o ar vívido, assinado com a sua honra.
(Stephan Spencer)

II. Fontes Informativas

Sob a primeira seção, **Caracterização Geral**, damos as informações essenciais sobre essas fontes. O que damos abaixo sumaria a questão:

1. Nos Evangelhos Sinópticos. Que Salomé era mãe do apóstolo João pode-se inferir com base em Mar. 16:1 e Mat. 27:56. Nas listas dos discípulos de Jesus, em Mateus e Marcos, a ordem sempre é primeiro Tiago, e então João, talvez dando a entender que João era o mais jovem dos dois. Porém, em Lucas-Atos, seu nome aparece antes do de seu irmão, talvez dando a entender sua posição mais proeminente. Pedro encabeça a lista dos três discípulos mais íntimos (Luc. 8:51; 9:28; Atos 1:13). Usualmente, Salomé é considerada irmã de Maria, mãe de Jesus, porque, em João 19:25, quatro mulheres aparecem perto da cruz, incluindo as duas Marias, mencionadas em Mateus e Marcos, além da mãe de Jesus e da irmã dela. Se essa

identificação é correta, então Jesus era primo em primeiro grau de João. A profissão do pai de João, Zebedeu, era a de pescador (Mar. 1:20). Salomé sustentava financeiramente o pequeno grupo dos primeiros discípulos de Cristo (Mar. 15:40). João tem sido tradicionalmente identificado com o discípulo de João Batista, cujo nome não é dado, o qual, juntamente com André, foi enviado a Jesus, por João Batista, que o chamou de «o Cordeiro de Deus» (João 1:35-37).

O temperamento sangüíneo de Tiago e de João é mencionado em Mar. 3:17. Todavia o grande zelo deles não era bem orientado (Luc. 9:49). Eles queriam receber posições especiais de importância no reino, um pedido mediado através da mãe deles (Mat. 20:20; Mar. 10:37). Eles faziam parte do círculo mais íntimo dos doze: Mat. 5:37; 9:2; Mar. 14:33. Pedro e João foram os dois discípulos enviados por Jesus para prepararem a refeição final da páscoa (Luc. 12:8). O quarto evangelho aparentemente alude a João, embora sem chamá-lo pelo nome. Ver João 13:23; 19:26,27; 21:23. O trecho de João 21:24, pelo menos, mostra-nos que as tradições sobre João estão por detrás do quarto evangelho, mesmo que ele não o tenha escrito pessoalmente.

2. No livro de Atos, nas epístolas de João e no Apocalipse. Pedro e João foram dois dos primeiros líderes da Igreja, e tiveram de padecer ante as perseguições iniciais contra os cristãos (Atos 4:13; 5:33,40). Mas eles exibiram ousadia e determinação, características essas obtidas como discípulos de Jesus. Pedro e João também foram líderes dos primeiros movimentos missionários da Igreja (Atos 8:14). Sem dúvida, isso incluía o ofício apostólico de supervisão sobre as atividades de outros cristãos. Talvez João seja o «ancião» que aparece em II João 1 e em III João 1, embora muitos achem que não é provável que seja o mesmo João, o vidente, do Apocalipse 1:1,4,9 e 21:2.

3. Nos Pais da Igreja. Nesses escritos temos algumas evidências que passamos em revista, essencialmente, no primeiro ponto, *Caracterização Geral*. Em adição ao que foi dito ali, temos o que foi mencionado na história de Filipe de Side (cerca de 450 D.C.), conforme foi narrado pelo cronista do século IX D.C., George Hamarttolos, que afirmava que Papias, bispo de Hierápolis (meados do século II D.C.) disse que *ambos* os filhos de Zebedeu tiveram morte violenta, em cumprimento a profecia de Jesus, em Mar. 10:39. Não há como julgar se Papias realmente fez essa afirmativa e, se a fez, se ela era exata ou não. Um martirológio sírio, escrito em cerca de 400 D.C., preserva a data de 27 de dezembro como o dia para relembrar os martírios de João e de Tiago, em Jerusalém. Um calendário da igreja de Cartago (datado de 505 D.C.), entretanto, diz que se deveria pensar em João Batista e em Tiago. Seja como for, porém, não precisamos imaginar que tais calendários preservassem qualquer item histórico de valor, que, porventura, tivesse sido perdido por outras fontes informativas. A tradição sobre a longa permanência de João em Éfeso é muito mais convincente, segundo já pudemos notar; mas muitos estudiosos duvidam do valor histórico até mesmo dessa tradição. Irineu, contudo, confirmou essa tradição, falando sobre as dificuldades de João com os gnósticos e com Corinto, em particular, principal representante daquele grupo. Ele também disse que João continuou vivo até os dias do imperador Trajano, que reinou de 98 a 117 D.C. Ver III.1,1; 3,4. Jerônimo repete essa tradição, embora seja duvidoso que ele estivesse estribado em qualquer informação independente. Contra essas afirmações, porém, encontramos o fato de que a literatura cristã da época, que emanava da Ásia Menor, nada diz a respeito desses informes. Coisa alguma parecida com isso é dito nas cartas de Inácio e na epístola de Policarpo, uma estranha omissão, de fato, se é que João estava residindo ali. É muito difícil crer que as menções posteriores a João dependessem do fato de que sua posição e importância na Igreja tinham crescido. Qualquer homem que tivesse sido um dos discípulos originais de Jesus, já revestir-se-ia de estatura gigantesca, somente por esse fato, não precisando tornar-se ainda mais importante para entrar na literatura posterior. Eusébio (III.21,3) citou Polícrates acerca do sepultamento de João, em Éfeso. Ele fala sobre como João viveu até avançadíssima idade, tendo acompanhado os reinados de Domiciano, Nerva e Trajano, e tendo vivido nos tempos dos bispos Clemente, Inácio e Simão. Afirmou, igualmente, que o quarto evangelho e I João sem dúvida alguma foram obras escritas por esse apóstolo, e que também havia fortes possibilidades das outras duas epístolas de João e do Apocalipse também terem saído de sua pena (Hist. 3:34,13). O quanto Eusébio meramente repetia tradições de terceiros, e o quanto ele disse, por si mesmo, é algo que não sabemos precisar.

4. Nos Livros Apócrifos

Ocorre algo de surpreendente na história e na literatura que circundam o apóstolo João. Temos pouquíssima informação sobre ele, no período patrístico inicial; mas, em contraste, dos fins do século II até os fins do século IV D.C., ele aparece com grande proeminência no material apócrifo de *Atos de João*, que data de meados do século II D.C., e que conta os alegados prodígios e discursos de João, acontecidos perto de Éfeso. Ele fala sobre o retorno de João da ilha de Patmos, um naufrágio, a cura de Cleópatra e a ressurreição do marido dela, a destruição do templo de Ártemis e muitas coisas semelhantes, algumas delas abertamente fantásticas. João também narra ali a história de suas ligações com Jesus. O livro termina com uma narrativa sobre a morte de João, e com a declaração do próprio João, que se mostrava agradecido por haver vivido como celibatário. De fato, o livro não passa de uma peça de propaganda e de novela romântica dos gnósticos, nada acrescentando ao conhecimento que possuímos sobre João. A tradição efésia é muito forte nesse livro, sendo mesmo possível que o livro tivesse sido inventado em Éfeso. Por outro lado, esse item pode estar baseado sobre um fato histórico.

Ptolomeu, da escola gnóstica de Valentino, produziu uma exegese sobre o evangelho canônico de João. Essa obra data de cerca de 150 D.C. Reclama para o quarto evangelho a autoria joanina, conforme nos diz Irineu (Her. 1:8,5). Um outro mestre gnóstico, Heráclio, dos fins do século II D.C., também escreveu um comentário sobre o evangelho de João. Nesse comentário também se menciona a autoria joanina do quarto evangelho. O Diatessarom de Taciano, uma das primeiras harmonias dos evangelhos (cerca de 160 D.C.), também dá apoio à autoria joanina do quarto evangelho. O chamado *Segundo Livro de João*, que se encontra entre os papiros gnósticos de Berlim, e que fazia parte da biblioteca gnóstica de Nag-Hammadi, no Egito, também diz algo sobre João. Outras obras gnósticas existem que citam o evangelho de João, embora nada digam sobre a autoria do mesmo, e nem nos fornecem qualquer material sobre ele que já não conheçamos.

III. A Teologia e os Ensinos Joaninos

A mais extensa declaração sobre essa questão aparece, nesta enciclopédia, na introdução ao

evangelho e às epístolas de João. Em face da importância do assunto, temos provido um artigo separado chamado *João Apóstolo, Teologia (Ensinos) de*.

IV. Escritos Joaninos

Embora várias obras, fora do Novo Testamento, tenham sido escritas em nome do apóstolo João, conforme se vê sob o ponto II.4, os escritos joaninos tradicionais limitam-se ao evangelho e às epístolas. Alguns insistem que o Apocalipse também é de autoria joanina, conforme se vê em muitas listas do material joanino. Contudo, poucos eruditos de hoje em dia acreditam que o apóstolo João foi, realmente, autor do Apocalipse. O grego ali usado é próprio de um autor que falava o aramaico, e que adquiriu o grego como segundo idioma. Há muitos erros gramaticais no original, ao passo que o evangelho de João, embora escrito em grego simples, mostra um grego relativamente puro, quase certamente da autoria de alguém cuja língua nativa era o grego. E, se João, o pescador galileu, foi quem escreveu mesmo o Evangelho, então alguém submeteu o livro a uma revisão bem completa da linguagem, visto que nenhum aldeão galileu teria podido escrever a cópia final desse livro. Muitos estudiosos supõem que apesar do evangelho de João preservar as tradições de João, além de adicionar material histórico valioso que ultrapassa àquilo que dizem os evangelhos sinópticos, é muito difícil acreditar que João possa tê-lo escrito.

O que admira no evangelho de João é que o mesmo nada diz acerca do ministério de Jesus *na Galiléia*, ao passo que os evangelhos sinópticos enfocam toda a sua atenção sobre o seu ministério galileu. No evan. de João, quase todas as narrativas giram em torno da área de Jerusalém. Alguns indagam: Seria isso possível para um autor que era natural da Galiléia, e que passou todo ou quase todo o seu tempo ali? Por essa e por outras razões, alguns intérpretes modernos supõem que foi a escola joanina (os seguidores imediatos de João) quem produziu o evangelho de João, as três epístolas de João e o Apocalipse, e que o próprio João não escreveu coisa alguma, pessoalmente. Essa posição, porém, é considerada radical, na opinião de outros eruditos, que preferem permanecer crendo na autoria joanina desses cinco livros, mesmo porque as discussões sobre a autoria são supostamente subjetivas. Essa questão é muito debatida; e, nos livros em apreço, sob o título *Autoria*, abordamos os argumentos pró e contra a autoria joanina, com detalhes. As introduções a esses cinco livros fornecem completas descrições sobre as datas, proveniências, destinos, propósitos, problemas especiais, esboços do conteúdo, etc., referentes a esses cinco livros.

Bibliografia. Ver a bibliografia que há no fim do artigo *Evangelho de João*.

JOÃO APÓSTOLO, TEOLOGIA (ENSINOS) DE

O material joanino, que consiste no evangelho de João, nas três epístolas de João e no Apocalipse, certamente representam uma unidade distintiva no Novo Testamento, caracterizando-se por vários pontos de vista e elementos teológicos distintivos. Naturalmente, o apóstolo não escreveu o Apocalipse (com o que discordam os estudiosos conservadores), mas esse livro pertence à escola joanina. De acordo com alguns, o próprio evangelho de João pertence à escola joanina, embora talvez não tenha sido pessoalmente escrito pelo apóstolo João. Mas, mesmo que esse ponto seja admitido, o fato é que o quarto evangelho é autêntico, contendo traços e contribuições distintivas da escola joanina, para a mensagem do evangelho. Quanto ao problema de autoria, ver cada livro do grupo. Ver também o artigo sobre *João*, que nos oferece suas idéias distintivas. Cada um desses cinco livros joaninos entrou com sua contribuição especial. Mas, apesar de haver muitos pontos homogêneos entre eles, também há algumas distinções entre os mesmos.

Esboço:

I. Ensinos Acerca de Deus
II. Ensinos Acerca de Jesus Cristo
III. Ensinos Acerca do Espírito de Deus
IV. Ensinos Acerca da Salvação
V. Escatologia
VI. A Lei do Amor
VII. Ensinos Acerca da Ética Cristã
VIII. Ensinos Acerca da Igreja

I. Ensinos Acerca de Deus

Sabemos que a base doutrinária do cristianismo se encontra na teologia judaica, do Antigo Testamento. Naturalmente, no judaísmo encontramos um desenvolvimento doutrinário sobre Deus, desde um Deus antropomórfico, que andava com Adão e falava com ele, no jardim do Éden, até o Deus mais transcendental e misterioso dos profetas do Antigo Testamento. João, sem dúvida, reflete mais o Deus dos profetas.

1. *O Deus transcendental* do judaísmo posterior é enfatizado na declaração joanina de que ninguém jamais viu a Deus (ver João 1:18). O Antigo Testamento fala de homens que viram Deus, o que também sucede até no Novo Testamento. Ver Gên. 32:30; Êxo. 24:10; 33:18; Juí. 6:22; 13:22 e Apo. 22:4. Todavia, nesses casos, ninguém viu a essência de Deus, ou seja, aquilo em que Deus consiste, mas viram tão somente alguma manifestação que O representava. Como é óbvio, porém, é inútil negar a diferença entre as primeiras apresentações de Deus e as últimas. Nestas últimas representações, Deus é mais transcendental e mais sofisticado, teologicamente falando.

2. *A revelação do Deus transcendental*. Por causa da natureza essencialmente transcendental de Deus, era mister que ele se revelasse através do *Logos*, o que é uma doutrina distintivamente joanina, repetida (embora sem o emprego desse termo exato), na epístola aos Hebreus. Ver João 1:18.

3. *Deus é o criador*. Esse é o conceito comum dos judeus e, de fato, universal, acerca do Ser Supremo. Nos escritos de João isso assume um traço distintivo, tomado por empréstimo da filosofia grega (do estoicismo e do platonismo), embora não seja uma verdade por esse motivo. Deus criou todas as coisas através do Logos (João 1:1,2).

4. *Um Deus ativo*. As obras de Deus prosseguem. O Pai continua operando (João 5:17), um conceito que alguns teólogos judeus negavam, visto que supunham que o fato de que Deus descansou, no sétimo dia da criação, dava a entender que ele cessara em todas as suas atividades, sem entenderem que ele descansou apenas como «criador», e não como «sustentador» e «dirigente» de toda a criação. Ver Gên. 2:2: «...descansou nesse dia de toda a sua obra que tinha *feito*». Entretanto, a ciência está ensinando que a própria criação é um processo contínuo. Universos aparecem e desaparecem continuamente. Pelo menos podemos afirmar com vigor que a obra espiritual de Deus jamais fica estagnada; e, talvez, até possamos afirmar que os destinos dos seres inteligentes também nunca são coisas estagnadas e fixas, embora talvez tenham de atravessar longos ciclos, que obscureçam

esse fato. Naturalmente, quando assim dizemos, entramos no campo da teologia especulativa. Todavia, se não se desviar dos ensinos bíblicos, as especulações não prejudicam, mas até enriquecem a teologia. Pelo menos sabemos que a obra divina da salvação vai além do sepulcro (I Ped. 4:6), penetrando nos ciclos da eternidade (Efé. 1:9,10).

5. *O agente das atividades divinas é o Logos.* Deus estava atuando em Cristo, o Logos encarnado (João 3:2), realizando as obras que Deus queria realizar. Por sua vez, os demais filhos de Deus precisam se atarefar naquilo que pertence legitimamente às atividades da família divina, no que consiste o discipulado cristão. Ver João 14:12.

6. *Deus como Pai.* Esse é um dos mais notáveis temas da fé religiosa, que pode ser encontrado no judaísmo, embora ali aplicado exclusivamente ao povo de Israel. No evangelho cristão, a paternidade de Deus desconhece barreiras nacionais e raciais. Na salvação, a vida de Deus, vida necessária e independente, é dada do Pai ao Filho encarnado, e deste para os filhos de Deus, conforme se aprende em João 5:25,26, A paternidade de Deus é frisada em João 8:18-59. Ver também João 10:31 *ss.* Na qualidade de Filho, o Verbo é um com o Pai (João 10:30). A oração sumo sacerdotal de Jesus foi endereçada ao Pai (João 17). O décimo quarto capítulo do evangelho de João, que faz parte dos sermões de despedida de Jesus, enfatiza Deus como Pai. Pediu Filipe: «Senhor, mostra-nos o Pai, e isso nos basta» (João 14:8). Mas, em sua resposta, Jesus mostrou que o Pai só pode ser conhecido na pessoa do Filho; e também que os filhos de Deus, mediante o poder dado pelo Pai, podem fazer obras maiores que aquelas que o Filho realizou neste mundo (João 14:12). Naturalmente, isso quer dizer que assim fariam através do ministério do Espírito. Deus é mencionado como Pai por nada menos de cento e dezenove vezes no evangelho de João, e por doze vezes nas suas três epístolas.

7. *A união entre o Pai e o Filho.* Em João 10:30, disse Jesus: «Eu e o Pai somos um». E, em 10:30, aprendemos que o Pai e o Filho desfrutam de uma íntima e inquebrantável comunhão. O Logos tanto estava com Deus como ele mesmo é Deus (João 1:1). O décimo sétimo capítulo de João, que encerra a grande oração sumo sacerdotal de Jesus, enfatiza a união de natureza, de propósito e de ações entre o Pai e o Filho.

8. *Deus como Espírito.* Isso enfatiza o fato de que Deus pertence a outra categoria da criação. Não sabemos o que é um espírito, embora saibamos que é algo imaterial. Deus não faz parte de sua criação; e nem, metafisicamente, a sua criação faz parte de Deus. O *panteísmo* (vide) é assim negado, sendo afirmada a natureza diferente de Deus. Ver João 4:24. Visto que Deus é espírito, é necessário que o homem O adore em espírito e em verdade, e não segundo as formas antigas e terrenas que se encontravam no templo judaico, com seus ritos e cerimônias. A espiritualidade, pois, torna-se uma questão de comunhão pessoal com o Senhor. A espiritualidade de Deus é exposta como uma fé mais espiritualizada, segundo se vê no cristianismo bíblico, onde os homens é que são templos de Deus, e nos quais o Espírito de Deus opera.

9. *Deus como luz.* O trecho de João 1:4 *ss*, no começo do evangelho, frisa esse fato. O tema se repete em João 8:12 *ss*, e reaparece em I João 1:5. O Logos também é a Luz de Deus; por ser Deus, o Logos é a luz de Deus. Ver também Apo. 21:23 e 22:5. O ensino que Deus é luz se encontra no judaísmo helenista, na hermética e nos escritos de Filo. Era apenas natural que a mente religiosa inventasse essa metáfora. Em contraste, as trevas são más. A luz é uma conseqüência natural da santidade de Deus, de sua capacidade de manifestar a verdade.

10. *Deus como amor.* Ver I João 4:16. O único atributo de Deus que pode representar devidamente o ser de Deus é o amor. O amor é a base de toda a espiritualidade e, sem amor, não há tal coisa como a salvação dos homens. O amor é a prova própria da espiritualidade, e até do próprio novo nascimento. Ver I João 4:7-12. Ninguém jamais viu a Deus; mas, se nos amamos mutuamente, então é que Deus veio residir em nós, e está operando em nós a sua espiritualidade. O amor é a motivação que levou Deus a enviar o Filho em sua missão, da qual resultou a salvação dos homens. Ver João 3:16 e também o artigo separado sobre o *Amor.*

11. *O Deus verdadeiro e eterno.* Pode estar em pauta o Filho de Deus (I João 5:20), ou, então, a ênfase sobre a autêntica divindade do Pai, em contraste com todos os supostos e imaginários deuses. Só Deus possui a verdadeira eternidade; mas ele compartilha da eternidade com os seus remidos. Embora, por vontade divina, as almas humanas nunca morram, os homens só se tornam verdadeiramente imortais, ou eternos, quando chegam a compartilhar da natureza divina, o que lhes é conferido pelo Filho de Deus (João 5:25,26).

12. *Deus como Juiz.* Ver João 3:17 *ss.* O julgamento será imposto de acordo com o que os homens fizeram acerca da mensagem e dos requisitos do Filho. A ira de Deus sobrevém àqueles que desobedecem ao Filho (João 3:36). Ver o artigo intitulado *Julgamento.*

Apesar de muitos dos ensinos acima serem compartilhados por outros autores do Novo Testamento, podemos ver neles elementos distintivamente joaninos.

II. Ensinos Acerca de Jesus Cristo

Há alguma repetição dos ensinos referentes ao Pai e referentes ao Filho, pelo que os primeiros itens aqui apresentados já haviam sido salientados na seção I, acima.

1. *O Deus transcendental revela-se no Logos.* Ver os pontos primeiro e segundo da seção I.

2. *As obras de Deus têm continuação por meio de Cristo.* Ver os pontos terceiro e quarto da seção I.

3. *Deus é o Pai do Filho, que é o Cristo.* Por sua vez, outros filhos são gerados pela divina família, e passam a pertencer a essa família. Ver o quinto ponto da seção I.

4. *Há inquebrantável união entre o Pai e o Filho.* Isso envolve tanto a natureza quanto os propósitos de ambos. Ver o sexto ponto da seção I.

5. *O Pai e o Filho são ambos luz do mundo.* Ver o ponto oitavo da seção I.

6. *O Filho cumpriu os ditames do amor do Pai.* Isso inclui a missão salvatícia de Cristo, e a sua expressão, no seio da família divina, no que diz respeito aos filhos de Deus. Ver o nono ponto da seção I.

7. *O juízo é determinado por aquilo que os homens fizerem com Cristo.* Ver o ponto décimo primeiro da seção I.

8. *O Filho é o verdadeiro Deus, e é eterno.* Essa é uma possível interpretação de I João 5:20.

9. *O Filho transmite a vida* independente e necessária de Deus aos homens. Isso é evidenciado em João 5:25,26. Os homens, em Cristo, tornam-se verdadeiramente imortais, porquanto recebem a própria origem da vida necessária e independente, a vida de Deus.

10. *O Filho é o Logos.* O *Logos* (vide) é uma doutrina antiga, que data, pelo menos, do século VI A.C. A personalização do Logos teve lugar na apresentação de Filo sobre o Poder de Deus, como o Anjo do Senhor. Porém, o Logos como o Filho de Deus, é uma das contribuições joaninas para o desenvolvimento dessa doutrina. O Logos tanto é criativo quanto transmite poder. Nele residem todas as revelações e manifestações de Deus. Os pais alexandrinos ensinavam que o Logos implanta suas sementes (*logoi spermatikoi*, no grego) em muitos lugares, e não meramente no judaísmo e no cristianismo. Eles acreditavam que o Logos também operara na melhor parte da filosofia grega (mormente no platonismo), e que essa filosofia serviu de aio para levar os gentios a Cristo, tal como a lei foi o aio que levou os judeus a Cristo. Pensamos que essa apreciação é correta; e deveríamos tirar vantagem de certas idéias, fora de nossos sistemas tradicionais, reconhecendo o valor de outros sistemas. Adiciono a isso o comentário de que não há diferença entre o Filho de Deus e o *Logos*, embora «Logos» seja um termo mais abrangente. «Filho» é o nome do Logos em sua relação trinitariana. O Messias foi a manifestação do Logos encarnado, a fim de realizar uma missão especial, primeiramente entre os judeus; e então, mundialmente, através da Igreja. Porém, o Logos é mais universal do que os nossos sistemas confessam, podendo ser conhecido por outros nomes, nos lugares onde menos suspeitaríamos. O Logos é o próprio Deus, conforme João 1:1 e I João 5:20. O artigo intitulado *Logos* adiciona abundantes detalhes.

11. O Filho é o *Eu Sou*. Antes de tudo, Cristo é o divino *Eu Sou* (João 8:58; ver também Êxo. 3:14). Além disso, na qualidade dessa elevada autoridade espiritual, Ele proferiu várias declarações em que ele aparece como o «Eu Sou», conforme se vê abaixo:

«Eu sou o pão da vida» (João 6); «Eu sou a porta» (João 10:7); «Eu sou o bom pastor» (João 10:11); «Eu sou a ressurreição e a vida» (João 11:25); «Eu sou o caminho e a verdade e a vida» (João 14:6); «Eu sou a videira verdadeira» (João 15:1). Essas declarações de Jesus apresentam uma característica ímpar do ensino e da expressão cristãs, uma característica enfatizada por João por intermédio de várias figuras, expondo a autoridade exclusiva de Cristo, o Logos de Deus.

12. *A humanidade de Cristo.* A primeira vez em que falou sobre o Logos *divino*, João deixou claro que iria enfatizar a natureza divina de Cristo. Contudo, João não deixou de lado a humanidade de Cristo, embora a tenha enfatizado menos. O décimo primeiro capítulo de João mostra-nos que ele compartilhava de emoções humanas; João 19:18 diz que ele teve sede. E o fato de que ele morreu mostra-nos que Cristo não era algum fantasma, a representar um papel teatral, conforme os gnósticos asseveravam.

13. *Atos de misericórdia.* Apesar de haver grandes mistérios enfatizados por João, na natureza divina, há pontos que demonstram os atos de misericórdia do Logos em favor dos homens. Jesus transformou água em vinho, a fim de garantir uma impecável festa de casamento (João 2); ele curou, até mesmo em dia de sábado (João 5); ele curou as enfermidades de muitos (João 6); ele curou um cego de nascença, um notável milagre que deu origem a todo um capítulo do quarto evangelho· ele ressuscitou dos mortos a seu amigo, Lázaro (João 11); ele mostrou profundo interesse pelos discípulos que estava prestes a deixar (João 14); e mesmo já estando na cruz, em meio a seus próprios sofrimentos espirituais e físicos, ele se preocupou com o bemestar de outras pessoas (João 19:26,27).

14. *Jesus como o Messias. Seu Reino.* Os trechos de João 1:14,19 *ss*, especialmente os versículos 29 e 41, afirmam especialmente o ofício messiânico de Jesus. Nesse quarto evangelho, não há qualquer *segredo messiânico*. Nos evangelhos sinópticos, vemos que Jesus chegou a proibir outras pessoas de revelarem a sua identidade, pois, sem dúvida, seus contemporâneos estavam percebendo cada vez mais. Assim, temos em Mat. 16 a grande *revelação* de Jesus como o Messias. João dá início à revelação em consonância com a sua exaltada apresentação do poder e da autoridade de Jesus. A mulher samaritana confessou o caráter messiânico de Jesus (João 4:25). O trecho de João 20:31 contém a específica assertiva do fato de que Jesus é o Messias, mostrando que o seu evangelho foi escrito justamente para provar o ponto. Pelo tempo em que foi escrito o evangelho de João, já havia esfriado a expectação do estabelecimento do reino de Deus à face da terra para qualquer tempo previsível. João mostra que Jesus falara sobre o seu reino, e não sobre o mundo (João 18:36). Sem dúvida, essa foi uma declaração genuína de Jesus, que serviu admiravelmente bem aos propósitos de João. O terceiro capítulo de João apresenta o reino espiritual de Cristo, em cujo reino se entra por meio do novo nascimento, pouco tendo a ver com o reino político e terreno que João Batista anunciara e que os evangelhos sinópticos enfatizam.

O reino terreno de Cristo tornou-se assunto a ser tratado nas profecias, um reino que será materializado durante o milênio (vide). Entrementes, o reino de Jesus é de natureza espiritual, místico, não pertencente a este mundo.

III. Ensinos Acerca do Espírito de Deus

1. Ênfase especial do quarto evangelho. O Espírito Santo tem maior ênfase no evangelho de João do que nos três evangelhos sinópticos. O ofício do Espírito Santo, no batismo de Jesus, aparece logo no primeiro capítulo de João (1:32). Somente João registrou a mensagem anterior dada a João Batista, acerca do significado dessa atuação do Espírito.

2. João 1:33 parece *predizer* o Pentecoste cristão, quando o dom do Espírito Santo foi derramado sobre os discípulos de Cristo, reunidos em Jerusalém, dez dias após a sua ascensão ao céu.

3. *A história de Nicodemos* enfatiza o lugar do Espírito Santo na experiência do novo nascimento (João 3:3-5). Sem essa ação do Espírito, não poderia haver regeneração. A espiritualidade se alicerça sobre o poder do Espírito, e não sobre ritos e instituições religiosas.

4. *O Espírito é largamente concedido pelo Pai*, primeiramente ao Filho (por meio de quem o Espírito opera) e, então, aos filhos de Deus (João 3:34; 14:16 *ss*).

5. *A água viva e o Espírito.* Do coração do homem regenerado fluem rios de água viva, símbolo do Espírito e de suas abundantes manifestações. Isso é uma promessa acerca do dia de Pentecoste. Ver João 7:38,39.

6. *As declarações sobre o Paracleto.* O Espírito é o ajudante, o advogado, aquele que se põe ao nosso lado para nos ajudar, conforme a palavra grega *paraklete*, indica. Ver o artigo separado sobre esse assunto. Há cinco declarações de Jesus em que o Espírito Santo é chamado de *paraklete*. Ver João 14:15-17; 14:25,26; 15:26,27; 16:5-11 e 16:12-15. O Espírito apresenta-nos a verdade de maneira toda especial; reside no crente; possibilita a comunhão com Deus; é nosso conselheiro e guia; ensina-nos acerca de Cristo; glorifica a pessoa de Cristo; dá prosseguimento ao ministério de Cristo no mundo; revela a verdade

de uma maneira mais extensa e completa do que era possível a Jesus fazê-lo em seu ministério terreno, o que significa que ele se tornou o alter ego de Cristo, neste mundo.

7. *O Espírito Santo foi conferido aos primeiros discípulos* de Jesus, e isso deu a especial autoridade apostólica (João 20:22). Isso serviu de prelibação do dia de Pentecoste; mas foi um ato especial em si mesmo, relacionado à autoridade apostólica, como garantia do cumprimento da missão dos apóstolos.

Referências na Primeira Epístola de João. Essas referências sobre o Espírito de Deus cobrem o mesmo terreno que se vê no evangelho de João. Ver os trechos seguintes: I João 3:24 (o conhecimento vem por meio do Espírito); 4:2 *ss* (a confissão de Cristo como Salvador é inspirada por Ele); 4:13 (o Espírito é dom de Deus); 5:7,8 (o Espírito é testemunha dos pontos essenciais da mensagem cristã).

Referências no Livro de Apocalipse. Apocalipse 1:10; 4:2; 17:3; 21:10 (o autor sagrado foi inspirado pelo Espírito); 1:4; 4:5; 5:6 (há sete Espíritos de Deus—isso significa ou sete seres divinos especiais, ou, mais certamente, os ofícios do Espírito Santo, apresentados em sete aspectos diferentes); 14:13 (o Espírito é uma voz celestial); 22:17 (o Espírito, juntamente com a Noiva, que é a Igreja, faz o último convite que a Bíblia oferece aos homens).

IV. Ensinos Acerca da Salvação

1. *A Filiação*

Na moderna Igreja evangélica, os ensinos sobre a salvação se alicerçam essencialmente, sobre textos de prova extraídos dos evangelhos sinópticos (Mateus, Marcos e Lucas) e do livro de Atos. A necessidade de arrependimento e de perdão de pecados destacam-se nesse ensino, juntamente com a promessa do céu (usualmente apresentado como um lugar estagnado) e com a ameaça do inferno. Segundo essa apresentação, o céu é um bom lugar, onde as pessoas viveriam sem a presença das enfermidades e da morte, e onde as bênçãos celestes seriam abundantes. O inferno, por sua vez, é um lugar de tormentos eternos, sendo também apresentado como um lugar estagnado. No evangelho de João e nos escritos de Paulo, porém, encontramos coisas que vão muito além desse ensino parcial. João 1:12, é trecho que vincula a salvação à *filiação*, tal como o fez Paulo. De acordo com Paulo, isso envolve a transformação do crente segundo a imagem do Filho, de tal modo que ele vem a participar da natureza metafísica e da glória transcendental de Cristo. Ver Rom. 8:29; II Cor. 3:18. Pedro ensina que a salvação consiste na participação na natureza divina, o que interpretamos como uma participação real, posto que em proporções finitas. Ver II Ped. 1:4. No entanto, essa finitude ir-se-á ampliando eternamente, de tal maneira que, em certo sentido, a salvação é um processo eterno, e não uma realização de uma vez por todas. A natureza do Pai e os seus atributos serão continuamente compartilhados pelo crente, em proporções cada vez maiores, de tal modo que os remidos vão passando de um grau de glória para o próximo, interminavelmente. No evangelho de João é-nos ensinado que os filhos de Deus, por meio do Filho, por um dom do Pai, chegam a compartilhar da vida divina que é necessária e independente. Isso posto, a salvação consiste no dom da imortalidade, onde o ser humano deixa de ser uma alma que não morre (vida sem-fim, mediada pela vontade de Deus), a fim de tornar-se um ser eterno, dotado do mesmo tipo de vida que Deus manifesta em Cristo. Em outras palavras, os remidos recebem aquele tipo de vida que tem, em si mesma, a origem de sua existência, uma vida necessária, uma vida não contingente, que não depende de outra vida qualquer, a fim de continuar. Essa doutrina fica implícita em João 5:25,26. Ver o artigo geral sobre a *Salvação*, bem como aquele intitulado *Transformação Segundo a Imagem de Cristo*.

2. *A Expiação*

O evangelho de João, em harmonia com os evangelhos sinópticos, naturalmente, trata sobre o problema do pecado. O terceiro capítulo nos diz que a condenação resulta dos pecadores não virem ao Filho, que trouxe a vida eterna ao mundo. A realização de Cristo foi inspirada pelo amor de Deus, sendo um amor muito amplo, universal mesmo. I João 2:2 encerra a mais enfática declaração neotestamentária contra qualquer noção de expiação limitada. Cristo é a propiciação pelos nossos pecados, e não somente pelos nossos, mas ainda pelos pecados do mundo inteiro. Isso combatia o exclusivismo dos gnósticos. O gnosticismo ensina que somente alguns poucos homens seletos, que eles chamavam de *pneumáticos*, têm qualquer chance de ser salvos. Um outro grupo menor, que seriam os *psíquicos* (como os profetas do Antigo Testamento e outros homens santos da época), poderiam atingir uma glória secundária. Mas a grande maioria dos homens, que seriam os *hílicos* (dominados pela materialidade), não teriam a menor chance de serem remidos e, fatalmente, haveriam de perecer, na conflagração geral que haveria no fim dos ciclos mundiais. Esse esquema é enfaticamente negado pelo apóstolo João. É lamentável que o calvinismo (vide) insista sobre esse mesmo tipo de limitação, anulando assim o mistério do evangelho. Há versículos bíblicos que ensinam a *eleição* (vide), mas também há versículos que ensinam o *livre-arbítrio* (vide). E é aí que encontramos um misterioso paradoxo que nenhum sistema teológico tem conseguido resolver, e que os sistemas ignoram, anulando ou um ou outro dos lados da questão. Podemos, contudo, aceitar ambos os elementos se postularmos que a iniciativa é divina (Deus escolheu antes da fundação do mundo, os seus escolhidos), e que, nesta vida, a vontade humana, com a ajuda do Espírito de Deus, se põe ao lado dessa decisão divina tomada na eternidade passada. Cristo é o Cordeiro de Deus, que tira o pecado do mundo (João 1:29). A crucificação expiatória de Cristo atrai *todos os homens* a si mesmo (João 12:32). A obra expiatória de Cristo foi completada (João 19:30), quando da crucificação.

3. *A Obra do Espírito*

Faz parte da obra do Espírito convencer aos homens, porquanto, sem esse poder divino, a mensagem cristã simplesmente não exerce qualquer poder. Ver João 16:9. Além disso, ninguém pode vir a Cristo, a menos que o Espírito de Deus o atraia (João 6:44). De fato, faz parte do propósito da missão de Cristo atrair *todos os homens* a si mesmo (João 12:32). E isso ele faz mediante as operações do Espírito. Outrossim, o amor de Deus é tão abrangente que Deus fez provisões universais, de tal modo que todos aqueles que queiram vir a Cristo, poderão fazê-lo (João 3:16). Temos aqui o paradoxo entre a interação do poder eletivo de Deus e o livre-arbítrio humano. Deus usa o livre-arbítrio do homem sem destruir esse livre-arbítrio, embora não saibamos dizer *como*. Não se resolve esse problema difícil cortando o *nó górdio* (ver o artigo com esse título).

4. *O Problema do Pecado*

O pecado reside no fato de que os homens rejeitam a luz divina (João 1:9; 3:19), visto que a iniqüidade, inspirada pelo maligno, cativou os homens, tornando-os prisioneiros do reino das trevas (I João 3:4,8). O indivíduo precisa nascer do alto, a fim de poder

escapar dessa armadilha (João 3 e I João 3:9). A ira de Deus dirige-se contra aqueles que preferem permanecer nas trevas (João 3:36).

5. *A Fé*

O evangelho de João foi especificamente escrito para provocar a fé da parte dos homens, levando-os a confiar na missão salvatícia de Cristo (João 20:30,31). A fé leva à vida eterna, e a incredulidade leva à condenação eterna (João 3:16-18). Naturalmente, a fé inclui a outorga da alma aos cuidados de Cristo, com a conseqüente santificação e transformação espiritual, não envolvendo, isso posto, apenas a anuência diante de algum credo. Como é óbvio, isso reflete o ensino bíblico sobre o *novo nascimento*. A fé precisa ser transformadora, e não meramente um assentimento intelectual.

6. *O Novo Nascimento*

Ver os artigos separados sobre *Novo Nascimento* e sobre *Regeneração*. O Espírito de Deus é que realiza essa obra espiritual, ou a mesma nunca é realizada. O novo nascimento é uma profunda modificação na essência do indivíduo, é uma intervenção espiritual, seguida pela evolução espiritual. João 3:3 *ss*, fornece-nos detalhes a respeito. A regeneração ou novo nascimento é uma operação do Espírito, segundo se aprende em João 3:5. Não é algo organizacional (dependente da participação do indivíduo em algum grupo específico); não é algo sacramental (a participação em um, vários ou todos os sacramentos); não é algo credal (a crença em algum conjunto específico de doutrinas); e nem algo atingido pelo mérito humano, mediante o acúmulo de boas obras. Antes, é uma transformação espiritual, que modifica totalmente a natureza da alma humana, espiritualizando-a, de modo a participar da natureza do Filho, levando-a a ingressar na divina família, mediante um novo nascimento espiritual.

7. *A Vida Eterna*

Ver o artigo sobre esse assunto. A vida eterna não consiste meramente em existência sem-fim. Antes, é um tipo de existência, com base na participação na natureza divina, conforme manifestada em Cristo. Platão falava sobre como os homens cessam de ser meramente eternos e passam a ser imortais, quando são absorvidos pelo universal (vide). O conceito joanino é parecido com isso. Ver sob o primeiro ponto, *Filiação*, onde oferecemos detalhes sobre essa noção bíblica. Somente Deus é verdadeiramente *imortal* (ver I Tim. 6:16). Porém, a promessa do evangelho é que Deus compartilha dessa imortalidade com os seus escolhidos. A imortalidade consiste na vida necessária e independente de Deus, e que é oferecida, em Cristo, ao pecador. Grande mistério!

V. Escatologia

1. **O Apocalipse.** Esse é o nosso único livro inteiramente profético do Novo Testamento. Tradicionalmente é atribuído ao apóstolo João. Entretanto, a linguagem do livro é inteiramente diferente, como uma língua *adquirida* por um homem cujo idioma nativo era o aramaico. Contém um bom número de erros gramaticais, e algumas de suas passagens só são claramente compreendidas quando reconstituídas no aramaico original, por detrás do grego. O evangelho de João, por outro lado, apesar de simples, foi escrito em grego essencialmente puro, apesar de algumas influências aramaicas. É impossível que um mesmo autor tenha escrito ambos esses livros. Por isso, a maioria dos eruditos acredita que certo *João, o vidente*, foi quem escreveu o Apocalipse, embora ele também pertencesse à escola joanina. Isso posto, é legítimo incluirmos o livro de Apocalipse neste artigo referente aos ensinos joaninos. Seja como for, não é provável que uma boa parte do conteúdo do Apocalipse tenha saído da pena do apóstolo João. Esse livro pertence a uma *longa tradição* de apocalipses, dentro da literatura judaica tradicional. E, naquilo em que não sofre a influência do Antigo Testamento (no caso, especialmente do livro de Daniel), reflete os livros pseudepígrafos do Antigo Testamento. Os livros pseudepígrafos são certo número de livros escritos durante o período intertestamental. Poucos de seus símbolos são originais. Estão firmemente baseados na literatura apocalíptica judaica, que se foi acumulando no decurso de várias centenas de anos. Seja como for, muitos eruditos levam a sério o quadro profético oferecido por esse livro, embora o esboço das predições proféticas seja, essencialmente, o esboço de I Enoque. O Apocalipse é interpretado, essencialmente, de três maneiras; e um quarto (ou mais) método de interpretação é conseguido mediante a mistura daquelas três maneiras. Essas maneiras são: 1. a interpretação preterista, isto é, o livro inteiro é considerado como uma *história*, pelo que as profecias ali contidas ou seriam pseudoprofecias, ou então não chegariam a envolver os *últimos dias*, conforme entendemos essa expressão. 2. Outra interpretação diz que o livro é *simbólico* (ou místico), o que significa que se trata de um livro de instruções espirituais simbólicas, e não uma profecia acerca do futuro. 3. A terceira interpretação é a *futurista*, essencialmente uma profecia sobre acontecimentos que ainda jazem no futuro, embora, como é óbvio, o livro contenha alguns pontos históricos. No artigo sobre o *Apocalipse*, damos as informações básicas sobre essas questões.

2. *O Evangelho de João e a Escatologia*

a. *O Reino*. Certamente a primeira coisa a ser notada é que o reino de Deus, na terra, como uma realização imediata, o que é um tema comum nos evangelhos sinópticos, foi um tema abandonado pelo autor do quarto evangelho. Ora, o reino de Deus é um conceito espiritual essencialmente equivalente ao novo nascimento. O indivíduo entra no reino de Deus por meio do novo nascimento (João 3:5). Jesus declarou a Pilatos que o seu reino não é deste mundo (João 18:36). O evangelho de João ultrapassou, definitivamente, o fervor apocalíptico dos evangelhos sinópticos. Alguns eruditos modernos, como Bultmann e Dodd, eliminam de modo radical os elementos futuristas, no tocante a predições do Apocalipse sobre o nosso tempo, sem falarmos no futuro do povo de Deus no céu, a vida eterna, etc.

b. *O Antigo Testamento Cumprido em Jesus*. Isso fala sobre a *parousia* futura e sobre o reino de Deus. A graça e a verdade encontram-se em Cristo, o novo Moisés (João 1:17). À semelhança de Abraão, Jesus é o cabeça de uma raça. Mas Jesus é superior a Abraão por ser o cabeça de uma raça celestial, e não meramente terrena (João 8:53 *ss*). Comparação similar é feita com Jacó (João 4:5,12; comparar com João 1:50,51). Haverá uma futura *parousia*, ou segunda vinda de Jesus Cristo (João 14:3,18; 21:22). Isso introduz o reino celestial de Deus (João 18:36,37). Os filhos de Deus assumirão o seu lugar junto com o Filho de Deus, devido ao favor divino (João 17). No reino de Deus entra-se por meio do novo nascimento (João 3).

c. *A Ressurreição dos Últimos Dias*. Os mortos ouvirão a voz do Filho de Deus, e sairão de seus sepulcros. Isso garante a imortalidade. Todavia, o evangelho de João não alude a uma primeira e a uma segunda ressurreições, conforme se vê em Apo. 20:4-6. Não obstante, distingue as coisas que daí

resultarão. Pois alguns ressuscitarão para a vida eterna, e outros para a condenação eterna (João 5:29).

d. *O Julgamento Futuro.* Ver João 3:19; 5:25-28 e 12:31. O julgamento faz parte indispensável do plano de Deus. A ira de Deus permanecerá sobre alguns (João 3:36). A questão do julgamento eterno é pressuposto no fato de que o juízo divino é contrastado com a vida eterna. Naturalmente, o livro de Apocalipse ensina a eternidade do julgamento (Apo. 14:11; 20:11 *ss*). A possibilidade da salvação no além-túmulo (o que certamente é ensinado em I Ped. 4:6), e a futura restauração de todas as coisas (Atos 3:20,21; Efé 1:9,10; ver também o artigo intitulado *Restauração*), não são assuntos abordados nos escritos joaninos, pelo menos chamando-os por esses nomes.

e. *O Anticristo e os Anticristos.* Um futuro anticristo é esperado, mas não descrito. Os anticristos presentes são denunciados em I João 2:18 e II João 6. Supõe-se que os anticristos presentes eram os mestres gnósticos. Foi deixado a Paulo descrever o anticristo (vide). Naturalmente, encontramos descrições detalhadas sobre o anticristo e seu falso profeta, nos capítulos treze e dezessete do Apocalipse.

Ao evangelho de João *falta* um *pequeno Apocalipse*, como aquele que se vê no capítulo vinte e quatro de Mateus e no capítulo treze de Marcos.

VI. A Lei do Amor

Todas as religiões e quase todas as filosofias dão ao amor o lugar supremo na fé religiosa, e todos fazem do amor a mãe de toda ética autêntica. João foi apodado de apóstolo do amor; pois sua ênfase sobre o amor excede a de todos os demais escritores do Novo Testamento, se, naturalmente, excetuarmos o hino ao amor, em I Cor. 13. O amor de Deus era a grande inspiração da missão terrena de Cristo (João 3:16). A necessidade de amor, na comunidade cristã, é enfatizada no décimo terceiro capítulo de João. Ver o vs. 34. Se amarmos a Cristo, então guardaremos os seus mandamentos (João 15:12). O amor inspirou a expiação pelos nossos pecados (João 15:13). O mandamento específico de Cristo é que nos amemos mutuamente (João 15:17). Esse é o seu mandamento *novo* especial (João 13:34; I João 1:8 *ss*; II João 5). Trata-se do mesmo antigo mandamento do amor, embora com uma nova ênfase e significação. Há um amor divino mútuo unindo o Pai, o Filho e os filhos de Deus (João 17:26). O amor nos é conferido mediante o novo nascimento, por derramamento do Espírito, sendo o amor a própria prova da espiritualidade (I João 4:7 *ss*). Se nos amarmos uns aos outros, então Deus estará habitando em nós, e o seu amor é em nós aperfeiçoado (I João 4:12). Ver o artigo detalhado sobre o *Amor*.

VII. Ensinos Acerca da Ética Cristã

1. **A mãe de toda ação ética é o amor.** Demos a isso uma seção toda própria para efeito de ênfase. Ver a seção VI.

2. *A nova base.* Jesus anunciou uma nova existência, de acordo com a qual o indivíduo é espiritualizado mediante o novo nascimento (João 3). A encarnação é a base da nova ordem espiritual (João 1:1-14), o que tornou possível a nossa filiação (João 1:12) e que resulta em um homem de nova categoria, com ações diferentes.

3. *Misericórdia para com o pecador.* Jesus não evitou a mulher que viera falar com Ele, à beira do poço de Jacó, somente porque ela tinha má reputação, e problemas morais sérios. Antes, anunciou para ela o poder de sua missão messiânica. A missão de Jesus aprimora os homens. Ver João 4.

4. *Uma revolução moral.* Nicodemos pertencia à elite dos líderes dos judeus, sendo dotado de uma religião extremamente ética. No entanto, Jesus salientou diante dele que, se quisesse agradar a Deus e participar do seu reino, teria que experimentar uma grande revolução moral, a revolução do novo nascimento. Ver João 3:3 *ss*.

5. *Quando a iniqüidade é forte.* O nono capítulo de João mostra-nos que certos homens religiosos opunham-se às obras de Jesus, por sentir-se ele liberto para fazer certas coisas em dia de sábado. É possível ficarmos cegos por dogmas que servem somente para impedir nossos pensamentos e atos, levando-nos a combater a verdadeira retidão. É possível alguém ter a Satanás como seu pai, sendo apanhado em sua armadilha, cooperando com ele, ao mesmo tempo em que esse alguém se ocupa em atividades religiosas (João 8:44). A ética nunca pode estar baseada meramente nas atitudes e ações de um homem. Sempre nos envolve naquele quadro maior e cósmico da lealdade ao reino da luz ou da lealdade ao reino das trevas. Ver João 3:19,20; I João 2:9 *ss*; 5:18,19. O mundo inteiro jaz sob o poder do maligno. É mister uma revolução espiritual radical para que esse poder seja anulado na vida de uma pessoa. Isso ocorre quando o indivíduo nasce do alto, mediante a regeneração do Espírito.

6. *A verdadeira ação ética* alicerça-se sobre a comunhão. Jesus é a *vinha*, e nós somos os *ramos*. Dele recebemos a vida e a nutrição. Se estivermos *permanecendo* em Cristo, então seremos o que devemos ser, e agiremos como é de nosso dever (João 15). A nossa permanência em Cristo leva-nos a produzir muito fruto espiritual. Nós somos ramos, filhos, amigos (João 15:5; I João 5:1; João 15:14). Somos amados (I João 2:7; 3:2) e estamos sendo santificados (João 17:17). Esses são os elementos espirituais que nos levam a agir corretamente.

7. *A vitória* está garantida a todos quantos se acham em Cristo (I João 3:8; 5:4,5).

8. *A vida é o resultado.* Não podemos separar a fé das obras, e nem as obras da fé. O homem bom tem fé e age corretamente, e herda a *vida eterna* (João 3:16,36; 5:28,29).

VIII. Ensinos Acerca da Igreja

Apesar da palavra **igreja** nunca aparecer no quarto evangelho, a comunidade cristã transparece ali claramente, com suas ordenanças e suas características distintivas.

1. No capítulo dezessete certamente temos um reflexo da consciência da existência da *comunidade cristã*, separada do judaísmo tradicional.

2. O fato de que Cristo atrai todos os homens a si mesmo (João 12:32) alude à sua própria e contínua missão por meio da Igreja. O décimo sétimo capítulo de João fala da missão de Cristo por meio da autoridade de Deus Pai.

3. No primeiro capítulo de João, a doutrina do *Logos* é reflexo de um tempo quando a teologia cristã estava se tornando mais sofisticada.

4. *A alegoria do Pastor*, do décimo capítulo de João. Isso tem reflexos em Sal. 23; Isa. 40:11; Eze. 34:11, informando-nos sobre o novo rebanho que se reunia em torno de Cristo, uma alusão direta à Igreja cristã. As forças adversas, que pretendiam prejudicar as ovelhas, incluíam os primeiros adversários do cristianismo, especialmente os judeus incrédulos que se opunham ao crescimento da nova religião. As «outras ovelhas» de João 10:6 referem-se à missão da Igreja em territórios gentílicos.

5. *O Espírito, Mestre e Guia da Igreja.* As

declarações de Jesus sobre o divino Paracleto apresentam-nos o ministério do Espírito, conforme o mesmo operaria após o dia de Pentecoste. Ver João 14:16,17; 15:26,27. O trecho de João 16:7 *ss* prevê definidamente o Pentecoste.

6. *A alegoria da vinha*, no décimo quinto capítulo de João, alude à unidade essencial da comunidade da Igreja, por depender totalmente do Filho de Deus, a própria origem da vida. A Igreja, desse modo, é vista como um organismo espiritual, e não como uma mera organização terrena.

7. *O exclusivismo do cristianismo* é aludido em João 14:16, bem como na alegoria da porta, em João 10:7.

8. *A comissão de Pedro*, de ser um bom pastor, reflete uma época em que a Igreja estava sendo formada e precisava de orientação (João 21:15-19).

9. *O Lava-pés*. O quarto evangelho é o único dos evangelhos que frisa, com detalhes, a ordenança do lava-pés. Quase todo o seu décimo terceiro capítulo gira em torno de cerimônia. Vários segmentos da Igreja, hoje em dia, por causa do ensino contido nesse capítulo, requerem o lava-pés como uma ordenança, embora o mesmo seja observado de vários modos, alguns radicalmente diferentes de outros.

10. *A Autoridade Apostólica*. O trecho de João 20:21-23 tem ocasionado considerável dificuldade de interpretação. A questão da autoridade para perdoar pecados é interpretada literalmente pela Igreja Católica Romana. Eles crêem que os padres têm essa autoridade, por meio da *sucessão apostólica* (vide). Os grupos protestantes supõem que esse ofício pertence a Cristo, sendo mediatoriamente cumprido, isto é, através do *ministério* da Igreja, através da pregação. Seja como for, é claro que aos apóstolos foi dada alguma espécie de autoridade especial na passagem em questão. Após a destruição de Jerusalém, no ano 70 D.C., o que pôs fim à autoridade do Sinédrio dos judeus, foi deixado um grande vácuo no campo da *autoridade eclesiástica*. O décimo sexto capítulo de Mateus parece pôr Pedro como a rocha fundamental da Igreja, preenchendo esse vácuo, embora o décimo oitavo capítulo do mesmo evangelho ponha nesse vácuo a autoridade coletiva dos apóstolos, o que também acontece no evangelho de João. Ver os artigos intitulados *Apóstolos* e *Apostolado*.

11. *As Ordenanças*. Já fizemos considerações passageiras sobre o lava-pés, no ponto nono, acima. A instituição da Ceia do Senhor não aparece, surpreendentemente, no evangelho de João; mas o estudo sobre Jesus como o Pão da Vida, ao que tudo indica é uma abordagem teológica do sentido essencial da Ceia. Ver os artigos intitulados *Eucaristia* e *Jesus Como o Pão da Vida*. A expiação de Cristo é o maná espiritual da Igreja (João 6:51). Ver também os artigos *Transubstanciação* e *Consubstanciação*.

Não há que duvidar que o batismo em água é aludido em João 3:3-5, como um símbolo, mas não como a origem do novo nascimento. O batismo em água pode representar os poderes regeneradores do Espírito de Deus, que é a Água da Vida. Ver sobre *Batismo*.

Bibliografia. Ver a bibliografia que damos no fim do artigo sobre o Evangelho de João.

JOÃO (O BATISTA)

Esboço

I. Caracterização Geral
II. Família e Começo de Vida
III. Fontes Informativas
IV. Ministério e Mensagem de João Batista
V. Elias Redivivo
VI. João Batista e Jesus
VII. Seguidores de João Batista
VIII. Morte de João Batista
Bibliografia

I. Caracterização Geral

1. *O Precursor*. João, filho de Zacarias (que era sacerdote) e de Isabel (igualmente de ascendência sacerdotal), foi o *precursor* de Jesus, o Cristo. As datas de seu nascimento e da inauguração de seu ministério público não podem ser determinadas com precisão. As sugestões variam de 8 a 4 A.C., quanto ao seu nascimento, e de 26 a 28 D.C., quanto ao início de seu ministério público. Lucas informa-nos que João Batista nasceu quando seus pais eram ambos de avançada idade. No evangelho de Lucas temos a bela visão de Zacarias, que mostrou que João seria um vaso especial para servir ao Senhor. Ele nasceu na região montanhosa da Judéia, — onde também passou os primeiros anos de sua vida. Isabel, sua mãe, era parenta (talvez prima) de Maria, mãe de Jesus. João vivia como um asceta, segundo se vê em Mat. 3:4. Vestia-se de maneira similar à de Elias (II Reis 1:18). Alguns estudiosos pensam que João Batista era a reencarnação de Elias, mas outros, mais acertadamente, dizem que ele meramente cumpriu um ministério como o de Elias. Ou alguém que ministrava no poder e espírito de Elias. João Batista era uma voz no deserto, que conclamava os homens ao arrependimento, para que eles se voltassem para o Cristo, o Cordeiro de Deus (João 1:23,29). Foi o Batista quem preparou o núcleo inicial dos discípulos de Jesus, os quais, finalmente, se tornaram seus seguidores, quando chegou o tempo aprazado para isso.

2. *A Mensagem de João Batista*. Essa mensagem tinha como ênfase principal a necessidade de arrependimento, a breve inauguração do Reino de Deus à face da terra, e o iminente aparecimento do Messias, que haveria de julgar, purificar e unificar o povo de Deus. João Batista identificou Jesus como o Messias prometido, embora pareça ter hesitado quanto a essa identificação, pelo menos durante algum tempo, quando, sofrendo no cárcere, e sob forte desapontamento, chegou a duvidar (Mar. 11:3).

3. *O Batismo de Jesus por João*. Entre os que vieram receber o batismo de João, achava-se o próprio Jesus, que quis assim identificar-se com o grupo separado daqueles que buscavam fervorosamente o reino de Deus (vide). Foi nessa oportunidade que João declarou enfaticamente que Jesus era o Messias. Ver Mat. 3:13-15.

4. *Um Extenso Ministério*. Sabemos que o ministério de João Batista não se confinou ao vale do Jordão. O trecho de João 3:23 mostra-nos que ele deixou aquele local e, por algum tempo, pregou batismo de arrependimento em Enom, perto de Salim, onde havia muita água para imergir os penitentes. W.F. Albright (*The Archeology of Palestina*) diz que esse lugar ficava a suleste de Nablus, perto das cabeceiras do wadi Far'ah, em território samaritano. Depois disso, João retornou ao território governado por Herodes Antipas, provavelmente a Peréia. Acabou despertando a hostilidade de Herodes Antipas, e mais ainda de sua segunda esposa, Herodias, ao denunciar que o casamento deles era ilícito, porquanto ela era esposa de um irmão dele. Por esse motivo, João foi encarcerado na fortaleza de Maquero (vide), na Peréia; e, poucos meses mais tarde, foi executado. Ver Mat. 14:1-12 quanto a essa narrativa.

5. *João Batista e os Essênios*. Os eruditos comumente têm feito a ligação entre João Batista e os essênios (vide). Os seus hábitos ascéticos e os locais onde ele costumava pregar, perto de onde os membros daquela seita se localizavam, bem como as afinidades entre João Batista e os manuscritos do mar Morto (vide), encontrados em Qumran, chegam quase a confirmar essa pura especulação. Um grupo de ascetas essênios residia na margem noroeste do mar Morto; e tanto João Batista como os membros dessa seita residiam no deserto da Judéia; ambos tinham um caráter nitidamente sacerdotal; ambos davam ênfase ao batismo em água como sinal de purificação interna; ambos ensinavam um iminente juízo divino; ambos apelavam para Isaías 40:3 como a autoridade para suas missões. Os eruditos, pois, até hoje continuam a debater essa possível conexão entre o Batista e os essênios. Mas, se porventura João em algum tempo fez parte do grupo, então é certo que ele ultrapassou em muito as limitações do grupo e tornou-se líder de um movimento distinto. É mesmo possível que, bem antes de iniciar seu ministério, o Batista tivesse tido ligações com eles; o fato, porém, é que o *movimento* de João Batista nada tinha a ver com os essênios. Em *Qumran*, o batismo era um rito de iniciação; mas João universalizou a *imersão*, tornando-a sinal daquele movimento que em breve acolheria ao *Messias*. A mensagem do Batista dirigia-se à nação inteira de Israel. Ele não falava em nenhuma seita separatista e exclusivista. O batismo de João tornou-se uma espécie de ato escatológico, a declaração em favor da crença em um apocalipse que *em breve* se manifestaria.

6. *João, o Imersor*. Tanto o Novo Testamento (no grego), quanto Josefo, chamam João Batista por esse nome. A imersão em água era um elemento essencial e básico em seu ministério. Essa imersão ou batismo era o sinal de arrependimento e de aceitação da mensagem de João como precursor do Messias. Preparava as pessoas para um discipulado *sério* e especial. Ver Josefo (*Anti*. 18.5,2).

7. *O Movimento de João Batista*. João era homem dotado de grande poder e influência. Os evangelhos acharam por bem mostrar que ele mesmo não era o Messias, e que ele não tinha quaisquer ambições messiânicas. Ver João 1:19-28. É o trecho de Atos 18:25 mostra-nos que o movimento de João Batista teve prosseguimento mesmo após a formação da Igreja cristã. Ver também Atos 19:1-7. A obra intitulada *Reconhecimentos Clementinos* sugere que o movimento continuou e que chegou a entrar em conflito com grupos cristãos. Alguns estudiosos têm afirmado que a comunidade dos *mandeanos* (vide), que até hoje sobrevive, teve suas origens no movimento de João Batista; porém, nada de certo se pode afirmar quanto a esse respeito.

8. *Reconhecimentos Clementinos*. Entre a literatura que alegadamente procedeu da pena de Clemente de Roma (embora isso não seja verdade), temos as *Homilias* que, presumivelmente, preservam os ensinos e os sermões de Clemente de Roma. Também existem dez livros chamados *Reconhecimentos Clementinos*. Esses volumes, alegadamente, oferecem-nos informes históricos associados a Clemente, com grande abundância de ensinamentos. Entretanto, ambas essas obras parecem mais ter-se originado entre os gnósticos judeus, datando de algum período da porção final do século II D.C. Mas, embora esse material não seja genuinamente clementino, não há razão alguma para duvidarmos que contém alguns informes históricos genuínos, como aquele que diz que o movimento gerado por João Batista continuou até o fim do século II D.C.

II. Família e Começo de Vida

João Batista era filho do sacerdote Zacarias, que pertencia ao turno de Abias (I Crô. 24:10). Sua mãe, Isabel, também era de família sacerdotal, pois é até chamada de «das filhas de Arão» (Luc. 1:5). Seu nascimento foi miraculoso, visto que ambos os seus pais eram de idade avançada. Ele nasceu na região montanhosa da Judéia. Maria, mãe de Jesus, foi visitar Isabel, e permaneceu com ela por cerca de três meses. Ver Luc. 1:56. Elas eram parentas (Luc. 1:36). Alguns estudiosos pensam que elas eram «primas», conforme a palavra grega correspondente é traduzida; mas outros preferem pensar que o termo grego *sungenes* não demarca nenhum grau específico de parentesco, e que pode ser melhor traduzido por «parenta». Esse termo grego é tão indefinido que pode até significar «compatriota». Ver Josefo (*Guerras* 7.262; *Anti*. 12.338). Talvez Jesus e João Batista fossem primos em algum grau desconhecido. Praticamente nada sabemos acerca da vida de João Batista, antes dele dar início a seu ministério público. Sabemos somente que ele residia na região montanhosa da Judéia, embora a cidade onde ele residia não seja mencionada nas páginas do Novo Testamento. É evidente que ele vivia sob o voto dos nazireus (vide), permitindo que seus cabelos crescessem e não aparando os cantos da barba. Evitava todo vinho e toda bebida alcoólica, e vivia como asceta. Por isso mesmo, alguns eruditos têm pensado que, pelo menos em algum tempo, antes de iniciar seu ministério, ele se tenha associado com os essênios, que habitavam em comunidades separadas, no deserto. Porém, não há provas conclusivas quanto a essa especulação. O trecho de Lucas 1:80 meramente diz-nos que João cresceu e se tornou forte, habitando no deserto, até o tempo de sua manifestação a Israel.

III. Fontes Informativas

Nossas fontes informativas sobre a vida de João Batista são os quatro evangelhos e algumas poucas citações das obras de Josefo:

Marcos 1:2-11,14; 2:18; 6:14-29; 8:27 *ss*; 9:11-13; 11:29-33.

Mateus e *Lucas*, que compartilham de material de «Q» (ver sobre o *Problema Sinóptico*): Mat. 3:7-10 = Luc. 7:24-28; Mat. 11:16-19 = Luc. 7:31-35; Mat. 11:12 = Luc. 16:16.

Mateus, em informes independentes: 3:14 *ss*, 11:14 *ss*; 21:32.

Lucas, em informes independentes: 1:5-25,57-66, 67-80; 3:1 *ss*; 3:10-14; 3:19 *ss*; 7:29 *ss*; 11:1.

Atos 1:6,22; 10:37; 11:16; 13:24 *ss*; 19:1-7.

João 1:6-8,15; 3:22-30; 5:33-36; 10:40 *ss*; 19:40.

Josefo (*Anti*. 18.5.2).

Há outras alusões, nos ensinos mandeanos e no Josefo Eslavônico. Porém, os informes ali contidos, de acordo com os estudiosos, revestem-se de pouco valor histórico.

IV. Ministério e Mensagem de João Batista

Quanto à narrativa geral sobre João Batista, ver a seção I, *Caracterização Geral*.

1. *O Precursor de Cristo*. A vida de João Batista visava a preencher um propósito todo especial, ou seja, o de ser o precursor do Messias. Tal como se dá no caso do próprio Senhor Jesus, pouco se sabe acerca do período de preparação de João Batista. João Batista deu início ao seu ministério público poucos meses antes do Senhor Jesus iniciar seu próprio ministério. Tal como se deu com o Filho de Deus, João Batista dispunha de curtíssimo prazo para

cumprir o seu ministério. Josefo afiança que João Batista era pessoa dotada de grande magnetismo pessoal e força de atração. A vida dele foi como um brilhante meteoro que apareceu subitamente, coriscou durante um breve período, e desapareceu. Alguns chegaram a pensar que ele seria o Messias prometido, e o primeiro capítulo do evangelho de João cuida em mostrar que essa opinião estava equivocada, porquanto João Batista mesmo nunca fizera tal reivindicação. Todavia, a vida de João Batista foi de tal modo poderosa que outros identificaram-no com Elias. E, em certo sentido, estavam com a razão. Foi o próprio Senhor Jesus quem declarou: «E, se o quereis reconhecer, ele mesmo é Elias, que estava para vir» (Mat. 11:14). Ver a seção V quanto a esse particular.

2. *João Batista Foi uma Figura Profética.* Ele se assemelhava aos profetas do Antigo Testamento, sobretudo com Elias (ver Mat. 5:4 com II Reis 1:8 e Zac. 13:4). Os autores do Novo Testamento ensinaram que ele cumpriu a profecia de Isa. 40:3 (ver Mat. 3:3; 17:10-12; ver também Mal. 3:1 e 4:5). Como um homem do destino, João Batista coube dentro dos tempos do cumprimento de promessas messiânicas e, durante um tempo breve mas crucial realizou o seu ministério terreno. Embora fosse grande, do ponto de vista espiritual, é deveras significativo que Jesus tenha afirmado que o menor no Reino de Deus será maior do que ele (Mat. 11:11). Isso nos revela algo sobre a grandiosidade espiritual que o Reino de Deus haverá de trazer.

3. *Um Profeta Asceta.* João pode ter vivido ou não sob os votos do nazireado (vide). Seja como for, ele vivia de modo extremamente ascético, vestido, como Elias, com pêlos de camelo e comendo gafanhotos e mel silvestre, e falando acerca de acontecimentos apocalípticos e sobre a necessidade dos homens se arrependerem. Tudo, em João Batista, fazia lembrar Elias, e as multidões vinham ouvi-lo.

4. *Retirada e Reforma.* Embora, a exemplo dos essênios, João Batista se tivesse retirado do convívio social, de forma alguma ele se distanciou da sociedade de seus dias. Sua missão consistia em anunciar as condições, àquela sociedade, mediante as quais os homens de então deveriam acolher o Messias e o seu reino. O Batista engolfou Samaria em seu ministério (João 3:23). Se é que João Batista começou entre os essênios (um ponto muito disputado), então, por certo, ele não se limitou a essa «denominação», visto que a sua mensagem profética era universal, e ele não pregava a uma claque fechada, conforme faziam os essênios.

5. *O Messias Anunciado por João Batista.* O Novo Testamento deixa claro que João Batista esperava que o Messias estabelecesse o seu reino, pela força, se necessário, e que isso constituiria um acontecimento apocalíptico. De fato, João referia-se a esse advento com termos idênticos àqueles em que os pregadores modernos aludem ao Segundo Advento de Cristo. O Novo Testamento não tenta esconder que o Batista, em certa medida, ficou desapontado diante do modo como Jesus se apresentou publicamente. Jesus não reuniu algum exército, nem se mostrou militante. Ao que parecia, não foi ao menos capaz de proteger o seu homem-chave, ou seja, ao próprio João Batista. Os adversários de Jesus pareciam estar ganhando todas as vitórias. Verdadeiramente, do ângulo de João, as coisas não estavam avançando nada bem. Foi por essa razão que ele enviou mensageiros a Jesus, para que indagassem *se* ele era, veramente, o Messias, Aquele pelo qual ele, João Batista estava esperando. Ver Mat. 11:2 *ss*. João ouvia falar sobre os grandes prodígios de Jesus; mas ali estava ele mesmo, no cárcere. Como poderia ser isso?

A resposta de Jesus dificilmente poderia tê-lo satisfeito. Jesus não foi capaz de anunciar qualquer progresso na revolução! Não tinha reunido nenhum exército; não obtivera qualquer poder político; não havia um numeroso grupo de seguidores dispostos a combater por ele. Tudo quanto Jesus pôde dizer é que os cegos estavam recebendo de volta a visão, que os aleijados estavam andando novamente, que os leprosos estavam sendo purificados, que os surdos estavam ouvindo, que os mortos estavam sendo ressuscitados dos mortos, e que aos pobres estava sendo anunciado o evangelho. Dificilmente esse era o Messias pelo qual João estava esperando! Ou, pelo menos, muitos pensam assim a respeito de João. Não obstante, naquela mesma ocasião, Jesus afirmou que João estava cumprindo a predição de Mal. 3:1: «Eis que eu envio o meu mensageiro que preparará o caminho diante de mim...» Sim, o caminho fora preparado por João; mas o *caminho* não parecia ser aquele pelo qual João esperava. Não é que o Batista tivesse perdido a fé em sua missão, mas ficou muito desanimado, indagando se Jesus realmente cumpria os requisitos da missão messiânica. Os profetas do Antigo Testamento não sabiam separar a primeira da segunda vindas de Cristo. Pedro alude a isso em I Pedro 1:11: «...investigando atentamente qual a ocasião ou quais as circunstâncias oportunas, indicadas pelo Espírito de Cristo, que neles estava, ao dar de antemão testemunho sobre os sofrimentos referentes a Cristo, e sobre as glórias que os seguiriam». Eles não entendiam que, na primeira vinda haveria os «sofrimentos» de Cristo, e que só em sua segunda vinda haverá as «glórias». Esse era o motivo da perplexidade de João Batista.

6. *O Mistério da Cegueira de Israel.* Paulo falou, profundamente admirado, sobre essa cegueira, em Rom. 11:25 *ss*. Ele explicou que a cegueira de Israel era uma necessidade, a fim de que o evangelho pudesse ser anunciado às nações gentílicas também, para que houvesse uma Igreja formada por judeus e gentios, igualmente. Mas, chegado o tempo certo, e removido o véu que agora tapa os olhos do povo judeu, eles haverão de reconhecer que o Senhor Jesus é o Messias prometido. Não obstante, Israel é responsável pelos seus atos. O poder predestinador do Senhor usa a vontade humana sem destruí-la, embora não saibamos precisar como. O décimo primeiro capítulo de Mateus mostra como a mensagem de João Batista e de Jesus caíram em ouvidos surdos, como eles tocaram para o povo, mas eles não dançaram; como eles lamentaram, mas o povo não chorou. João veio como um asceta; mas Jesus, ao contrário, não era asceta. Todavia, nem João Batista e nem Jesus tinham sido devidamente ouvidos. O povo judeu permaneceu na indiferença (Mat. 11:16-19). Nem mesmo os poderosos prodígios de Jesus levaram o povo judeu a arrepender-se (vs. 20 *ss*). No entanto, um pequeno remanescente acreditou, mediante o poder de Deus; e a esses foram revelados os mistérios do reino de Deus (vs. 25 *ss*). É significativo que dentre esse contexto de rejeição, emergiu aquele belo convite de Jesus, por tantas vezes citado:

> *Vinde a mim, todos os que estais cansados e oprimidos, e eu vos aliviarei.*
> *Tomai sobre vós o meu jugo, e aprendei de mim, que sou manso e humilde de coração;*
> *e achareis descanso para as vossas almas.*
> (Mateus 11:28,29).

7. *O Batismo de João.* Sem dúvida a imersão aplicada por João Batista era muito mais que algum

rito de iniciação, a fim de que membros fossem aceitos em alguma seita (como era o caso entre os *essênios*). Antes, era um sinal de conversão a Deus, um sinal requerido de que uma pessoa havia abandonado seus antigos caminhos pecaminosos, em preparação para acolher ao Messias e ao seu reino. Todavia, o batismo de João não era um batismo cristão, com todo o seu simbolismo e significado. Para tanto, era mister que Jesus morresse e ressuscitasse. Mas, à semelhança do batismo cristão, apontava para o arrependimento, a renovação espiritual e a resolução de viver a vida de um piedoso discípulo da retidão. Também havia um intuito messiânico, pelo que estava aliado bem de perto com a fé cristã, que em breve Jesus haveria de trazer. Supomos que aqueles que foram batizados por João, ao se unirem ao movimento cristão, não eram rebatizados. No entanto, houve casos de pessoas, inteiramente ignorantes sobre Cristo e suas reivindicações, que, embora tivessem sido discípulos de João Batista, mais tarde foram novamente batizadas (ver Atos 19:1 *ss*). Os judeus costumavam batizar os gentios que se convertessem ao judaísmo, imergindo-lhes totalmente o corpo, o que representava uma completa purificação. Não há que duvidar que esse precedente foi o que determinou o espírito e o modo da imersão aplicada pelo Batista. O evangelho de João destaca o ponto que João batizava em Enom, perto de Salim, porque ali havia *muita* água. Teria sido inteiramente fora de ordem, do ponto de vista dos judeus, se João se pusesse à beira de um rio, com algum candidato ao batismo, para então apanhar uma pequena quantidade de água e a derramar sobre a cabeça do candidato. Isso não seria imersão, mas aspersão. Ver o artigo geral sobre o *Batismo*, o que inclui a maneira como se deve batizar corretamente.

A seita de Qumran (ver Sobre **Khirbet Qumran**) praticava um batismo de arrependimento que assinalava os novos convertidos ao seu grupo, permitindo-lhes o ingresso na seita. Porém, isso era meramente uma adaptação da imersão de prosélitos ao judaísmo. O *Manual de Disciplina* (vide), em seu quinto capítulo, descreve o batismo praticado entre os essênios. Se João Batista estivera, em algum tempo, associado aos essênios, então, naturalmente, teria continuado a prática de batismo, mas o batismo dos essênios não era o verdadeiro precedente de seu batismo, que ia buscar raízes ainda mais longe na história do povo judeu.

V. Elias Redivivo

Era doutrina comum entre os judeus do começo do cristianismo que grandes personagens proféticas do Antigo Testamento, teriam mais de uma missão espiritual terrena. Muitos rabinos pensavam que Jeremias fosse a reencarnação de Moisés. E eles esperavam que Elias voltasse a viver como o precursor do Messias. E do próprio Senhor Jesus chegaram a pensar que ele fosse Jeremias ou algum dos antigos profetas. Ver Mat. 16:14. E os discípulos de Jesus tinham consciência da tradição, promovida pelos fariseus, de que Elias deveria retornar à vida, antes da carreira do Messias, envolvendo-se no drama de sua aparição (Mat. 17:10 *ss*). Jesus, chegado o momento certo, ensinou que Elias já viera a este mundo, na pessoa de João Batista. Alguns intérpretes crêem que João Batista foi uma autêntica reencarnação de Elias; mas outros crêem que o Batista cumpriu *o espírito* daquela profecia, mas que ele não era o próprio Elias. João Batista declarou que ele mesmo não era Elias (João 1:21). Porém, aqueles que acreditam que João Batista era, realmente, a reencarnação de Elias, salientam que a pessoa reencarnada (com algumas notáveis exceções) usualmente não tem consciência de sua anterior identidade (ou identidades). Eu mesmo não penso que podemos eliminar essa possibilidade sobre bases dogmáticas. Pois o próprio Novo Testamento ensina casos especiais de reencarnação, com vistas a missões terrenas especiais. As duas testemunhas do Apocalipse (cap. 11) aparecem como quem já tinha outras histórias terrenas. — O anticristo, segundo se lê em Apo. 17:8,11, haverá de subir do hades a fim de cumprir ainda uma outra missão diabólica. Os cristãos antigos pensavam que o anticristo seria Nero *redivivo*. E muitos crentes ensinam, até hoje, que Elias terá uma outra missão na terra, antes do segundo advento de Cristo.

João foi cheio do Espírito Santo desde antes do seu nascimento (Luc. 1:15). Deve haver razões imperiosas para uma coisa assim, não meramente dentro da vontade de Deus, mas *no próprio indivíduo*. Os pais da Igreja oriental não encontravam dificuldades com essas idéias. Eles acreditavam na preexistência da alma e, assim sendo, uma alma altamente desenvolvida e poderosa como era João, *já* teria chegado desse modo na terra, não se tendo tornado uma figura espiritual importante somente depois de haver nascido de Isabel. João Batista teria vindo como um *missionário*. Tivera uma longa e espiritualmente próspera história, muito antes do século I A.C. Outro tanto poderia ser dito a respeito de Paulo, que era um vaso escolhido *antes* de seu nascimento, que se deu no século I D.C. Ver Gál. 1:15.

Não há como dizermos, com toda a confiança, que João Batista era a mesma entidade que Elias; mas também não há bases doutrinárias e dogmáticas que nos levem a negar essa possibilidade. O ponto é deveras interessante, embora não seja crítico. Ver o artigo geral sobre a *Reencarnação*, onde mostramos os pontos prós e contras, envolvidos na questão. Há algo de romântico em torno da idéia de que não estamos limitados a uma única vida, obrigatoriamente, para cumprir nossas missões espirituais neste mundo, antes de, finalmente, tomarmos nosso lugar no mundo da luz, a fim de nos ocuparmos de novos aspectos de labor e de desenvolvimento espiritual. Contudo, o romantismo não prova coisa alguma, embora não devamos limitar o poder de Deus, mediante uma visão que pode ser míope. Deus não parece ter pressa, conforme alguns teólogos dão a impressão. A vida é imensa, e não pode ser explicada, no tocante a indivíduos, supondo-se que eles começaram, como entidades, faz apenas alguns anos. A preexistência de todas as almas, por outro lado, faz muito sentido, e é uma idéia que, apesar de especulativa, merece nosso respeito e uma contínua investigação. Ver o artigo geral sobre a *Alma*, em sua primeira seção, *A Origem da Alma*. Naturalmente, a preexistência da alma pode ser uma realidade, mesmo sem o seu corolário, a reencarnação. Só o tempo dirá o quanto há de verdade ou de falsidade nessa idéia.

VI. João Batista e Jesus

Sabe-se que alguns dos primeiros discípulos de Jesus vieram do círculo dos discípulos do Batista (João 1:35 *ss*), embora o movimento resultante da missão de João Batista tivesse continuado por muito tempo depois dos primórdios do cristianismo. Alguns estudiosos crêem que tanto João Batista quanto Jesus estiveram ligados aos essênios, pelo que teriam conexão e amizade antes do ministério público de um e de outro. Como primos em algum grau, também pode ter havido alguma forma de contato doméstico social entre eles, antes de iniciarem seus respectivos ministérios públicos. A história tem ocultado essas coisas de nós; e, a menos que alguma descoberta

inesperada de documentos antigos lance luz sobre esse ponto, nunca saberemos, por meios naturais, toda a verdade sobre essas coisas. Naturalmente, o Novo Testamento mostra que o ministério dos dois estava relacionado. O ministério de João começou primeiro, reforçando as reivindicações messiânicas de Jesus. O primeiro capítulo do evangelho de João é enfático quanto a isso.

Os autores neotestamentários também fazem de João uma figura profética, especificamente como o precursor do Messias, conforme já vimos sob IV.2. É muito significativo, e sem dúvida autêntico, que João, de certa feita, em um momento de desencorajamento, em seu cárcere, duvidou que Jesus teria cumprido os requisitos da missão messiânica, pela qual ele vinha procurando (Mat. 11:2 *ss*). Porém, não há razão alguma para supormos daí que nunca houve qualquer reversão nessa dúvida de João. Todos nós experimentamos instantes de dúvida e desencorajamento; e João Batista, afinal de contas, era apenas um homem. Seja como for, é significativo que João Batista e Jesus efetuaram ministérios paralelos, embora distintamente separados. Nunca houve uma completa unificação dos dois esforços, mesmo depois que o cristianismo já estava bem firmado. Porém, sabemos, com base nos registros históricos, que muitos seguidores de João Batista bandearam-se para Jesus, e que o próprio João encorajou isso. Tanto Jesus quanto João reivindicavam autoridade divina para suas respectivas missões, e afirmavam outro tanto um acerca do outro (Mat. 21:23-27).

VII. Seguidores de João Batista

Visto que esse particular já foi bem ventilado nas seções anteriores, fornecemos aqui apenas um sumário:

1. João tinha seguidores que formavam um movimento espiritual crescente, antes mesmo do começo do ministério público de Jesus. O primeiro capítulo do evangelho de João mostra-nos isso.

2. Quando Jesus iniciou o seu ministério público, pelo menos alguns dos principais discípulos de João vieram engrossar o movimento encabeçado por Jesus (João 1:35 *ss*).

3. O movimento liderado por João continuou, paralelo ao de Jesus, havendo pontos de contato entre os dois movimentos (Mat. 11:2 *ss*).

4. O movimento de João Batista continuou atuante, mesmo depois da morte dele, e entrou até bem dentro da era apostólica. Apolo fora discípulo de João Batista (Atos 18:24 *ss*). Outros discípulos de João converteram-se ao cristianismo, e assim uniram-se à Igreja primitiva (Atos 19:1-7).

5. Os *Reconhecimentos Clementinos* (fim do século II D.C.) dão provas de algum conflito entre os posteriores seguidores de João Batista e o cristianismo. Todavia, que certeza se poderia ter se as pessoas que continuaram o movimento Batista eram fiéis às suas idéias? João pode ter sido para elas uma espécie de santo patrono, e não uma figura histórica do movimento deles.

6. O poder de João Batista foi confirmado por Josefo, que disse que muita gente acreditava, em sua época, que os infortúnios de Herodes ocorreram por causa da maldade dele contra João Batista. João conseguira seguidores leais, e o povo comum considerava-o um profeta de grande estatura (*Anti.* 18:5,2). Não é para admirar, pois, que o movimento não tenha morrido, apesar do aparecimento do cristianismo.

7. Os *mandeanos* (vide) são considerados por alguns estudiosos como os continuadores do movimento de João Batista até os nossos próprios dias. Os historiadores, contudo, continuam debatendo o valor de tal reivindicação. Essa seita surgiu séculos depois da época de João, tendo tomado os seus ritos por empréstimo dos cristãos nestorianos (vide). Uma das figuras centrais desse movimento é a pessoa de João Batista, pelo que parece que ele se tornou uma espécie de santo patrono do grupo. Então foram formulados argumentos em favor da antiguidade histórica do grupo. Deve-se admitir, porém, que alguns historiadores vêem certa conexão histórica com movimentos que tiveram sua origem no movimento de João Batista, pelo que deve ter havido alguma forma de conexão antiga, embora indireta. O gnosticismo parece ter maculado as raízes mais primitivas desse grupo.

VIII. Morte de João Batista

O relato da morte do Batista é contado em Mar. 6:17-29. Essa é a única crônica importante dos evangelhos que não gira especificamente em torno de Jesus. E isso mostra a importância que João Batista tinha para o cristianismo primitivo. É perfeitamente possível que o episódio tenha sido preservado tanto pelos discípulos de Jesus quanto pelos discípulos de João. Josefo fornece-nos outros detalhes sobre a questão, conforme observou-se acima. João, sem dúvida, foi tido como uma ameaça política para a autoridade de Herodes. A execução de João Batista, por ordem de Herodes, não se deveu meramente ao fato de que João objetava ao casamento de Herodes com sua própria cunhada, Herodias. Herodes havia encarcerado João no castelo de Marquero, na margem oriental do mar Morto. Foi então que João mandou indagar a Jesus acerca de suas reivindicações messiânicas (Mat. 11). Herodias, amargurada contra João, por achar que este interferia em sua vida particular, foi a mola que levou Herodes a mandar executar o Batista e, sem dúvida, ela ficou muito satisfeita em ver-se livre daquele empecilho. Herodes, por sua vez, sabia que João era homem reto (Mar. 6:20). Não fizera ainda qualquer violência contra ele, por saber que ele era tão estimado pelo povo comum, e não queria se arriscar a provocar qualquer revolta popular (Mar. 6:20). Porém, Herodias acabou ganhando a parada; e podemos ter a certeza de que Herodes não tentou entravar a vontade dela. Herodias exigiu a cabeça de João Batista como prêmio pela dança tão aplaudida de sua filha. A jovem muito agradara a Herodes e aos convivas meio alcoolizados, que participavam de sua festa de aniversário natalício. Herodes mandou um executor cortar a cabeça de João Batista. E a cabeça de João foi exposta ao público.

Quando os discípulos de João souberam o que havia acontecido, obtiveram o seu cadáver e o sepultaram. Em seguida, foram informar Jesus e seus discípulos sobre o que acontecera (Mat. 14:3-12; Mar. 6:17-29). E a notícia teve um profundo efeito sobre o Senhor Jesus. Ao ouvir sobre o acontecido, ele se retirou para a Galiléia, talvez sentindo o perigo contra si mesmo e contra os seus discípulos (Mat. 4:12). E, sabedor da execução de João, retirou-se para um lugar solitário (Mat. 14:3), sem dúvida a fim de orar e meditar, para decidir o que faria em seguida, sob aquelas novas circunstâncias.

Nem mesmo aos mais espirituais dentre os homens lhes são poupadas as dores sofridas na batalha espiritual. Eles passam por seus reveses e tragédias; eles têm os seus momentos de temor; eles precisam de reorientação, de reavaliação e de novas resoluções. Mas esse é o poder que vence o mundo, a nossa fé (ver I João 5:4).

Bibliografia: AM GEY KR KU ND RO(1912) UN Z.

JOÃO (DIVERSOS)

Esse nome português vem do hebraico, **Iehohanan**, «Yahweh tem sido gracioso». Para chegar à nossa Bíblia portuguesa, passou pela forma grega do nome, *Ioannen*. Há dez homens com esse nome na Bíblia ou em livros apócrifos da Bíblia, a saber:

1. *João Batista*, filho de Zacarias e Isabel (Luc. 1:5-25), e primo de Jesus Cristo (Luc. 1:36). Ver o artigo separado sobre *João Batista*.

2. *João o apóstolo*. Ele era filho de Zebedeu e irmão de Tiago. Ver o artigo separado sobre *João, o Apóstolo*.

3. *João Marcos*, mencionado por dez vezes no Novo Testamento. Ele era primo de Barnabé (Col. 4:10) e é reputado como o autor do evangelho que tem o seu nome. Ver o artigo separado intitulado *Marcos, João*.

4. *João*, ou *Jonas*, pai de André e Simão Pedro (Mat. 16:17; João 1:40-42; 21:15-17). Talvez, à semelhança de Zebedeu, pai de Tiago e João, ele também fosse um exportador de peixes. Vivia em Cafarnaum (Mar. 1:19,20).

5. Um parente do sumo sacerdote Anás. Ele participou do julgamento de Pedro e João, juntamente com Anás, Caifás e Alexandre, depois que aqueles dois apóstolos os assustaram com o notável milagre da cura de um esmoler, no templo de Jerusalém. Ver Atos 4:6.

— Nada de certo se pode dizer com respeito à identificação desse homem, embora alguns eruditos pensem que se tratava de Jochanan ben Zaccai, famoso rabino, que atingiu seu ponto culminante cerca de quarenta anos antes da destruição de Jerusalém, o que ocorreu no ano 70 D.C. e que foi presidente da Grande Sinagoga, após a sua transferência para Jamnia. Esse personagem era membro do sinédrio e parente do sumo sacerdote. Era conhecido como grande mestre, e diversas narrativas lendárias se desenvolveram em torno de sua pessoa, o que geralmente sucede no caso de indivíduos famosos. Foi escrito sobre ele, no Talmude, Jucas, fol. 60: «O rabino Jochanan ben Zaccai, o sacerdote, viveu cento e vinte anos. — Achou favor aos olhos de César. Mas quando ele faleceu, cessou a glória da sabedoria». Uma crônica, concernente à sua pessoa, é relatada em *Yoma*, fol. 39; que pinta um acontecimento bem próximo ao tempo sobre o que esse trecho do livro de Atos foi escrito: «Quarenta anos antes da destruição do templo, as portas do templo se abriram por si mesmas; o rabino Jochanan ben Zaccai as repreendeu, dizendo: 'Ó templo, templo, por que te perturbas? Sei o teu fim, que serás destruído; pois assim profetizou de ti Zacarias, filho de Ido, Zac. 11:1: 'Abre, ó Libano, as tuas portas, para que o fogo consuma os teus cedros'».

A esperança mundana dos corações dos homens
Vira cinzas — ou prospera; e imediatamente,
Como a neve, sobre a face poeirenta do deserto,
Após perdurar uma hora ou duas — desaparece.
(*Rubaiyat*, de Omar Khayyam, estrofe *viii*).

O códex D registra o nome desse homem sob a forma de «Johathon». Se isso representa a verdade, provavelmente ele foi filho de Anás, que sucedeu Caifás como sumo sacerdote no ano de 36 D.C. Porém, a outra variante, muito mais provavelmente, é a que representa o original do livro de Atos.

6. *João*, avô dos Macabeus. Ver sobre os *Hasmoneus*. Era filho de Simeão e pai de Matatias (I Macabeus 2:1). Esse Matatias foi o pai de cinco filhos que se tornaram figuras nacionais e patrióticas dos judeus, na luta contra os dominadores sírios (168—142 A.C.). Matatias deu início à revolta matando a um judeu apóstata, quando este estava prestes a oferecer uma oferenda pagã sobre o altar dos holocaustos. O resultado foi um período de independência para Israel, período esse que terminou por haverem os judeus apeiado para os romanos.

7. *João* ou *Joanã*, filho de Matatias (ver o ponto sexto, acima), que tinha por sobrenome *Cadis*. Ele era capitão do povo. Foi capturado pelo povo de Medeba e, provavelmente, foi executado pelos filhos de Jambri (I Macabeus 9:35,36).

8. Um outro *João* aparece com proeminência em I Macabeus 8:7. Era filho de Acos e pai de Eupolemo. Obteve sucesso nas negociações com os romanos, com vistas a uma compreensão e amizade melhores.

9. Um outro hasmoneu era chamado *João*. Seu sobrenome era Hircano. Era filho de Simão e sobrinho de Judas Macabeu. Tornou-se, a princípio, capitão do exército judeu e, então, governador de Israel (I Macabeus 13:53). Casou-se com a filha do sumo sacerdote e, finalmente, ele mesmo tornou-se sumo sacerdote. — Assim sendo, combinava o poder político com o poder religioso. A nação judaica prosperou em seus dias, e suas fronteiras se ampliaram até atingirem as mesmas dimensões que tinham tido nos dias de Salomão.

10. Ainda um outro *João* aparece na narrativa sobre os hasmoneus. Juntamente com Absalão, foi enviado por Judas Macabeu em uma missão a Lisias, a fim de firmar com ele um tratado de paz (II Macabeus 11:17).

JOÃO MARCOS Ver **Marcos, João**.

JOÃO (PAPAS)

João é o nome de nada menos de vinte e dois papas, até o presente, como título que assumiram no pontificado. Damos abaixo um sumário sobre cada um deles:

1. João I (santo). Nasceu na Toscana, Itália, em cerca de 470 D.C. Faleceu a 18 de maio de 526 D.C. Foi o sucessor de Hormisdas, em 523 D.C. Foi enviado a Constantinopla, em 525 D.C., a fim de tentar obter tolerância da parte do imperador Justino, para os árabes. Obteve sucesso apenas parcial; e, no decurso dessa missão foi aprisionado por Teodorico (vide), que o havia enviado, em Ravena, na Itália.

2. *João II* (Mercúrio). Não se sabe a data de seu nascimento, embora seja sabido que morreu a 27 de maio de 535 D.C. Seu nome romano era *Mercurius*, que ele obteve como apodo, devido à sua grande eloqüência. Conseguiu obter da parte de Atalarico, rei dos ostrogodos, um decreto contra a simonia (vide). Além disso, através de seus esforços, foi regulamentada a eleição dos papas. Em 534 D.C., sob a sua direção, foi aprovada uma confissão de fé escrita, nos dias do imperador Justiniano, do Império Romano do Oriente.

3. João III. Não se sabe qual a data de seu nascimento, mas ele morreu em 13 de julho de 574 D.C., em Roma, Itália. Era romano de nascimento, e tornara-se papa em julho de 561 D.C. Foi durante o seu pontificado que os lombardos invadiram a Itália, por repetidas vezes.

4. João IV. Nasceu em Salona, na Dalmácia, embora em data desconhecida. Faleceu a 11 de outubro de 642 D.C., em Roma. Foi escolhido papa em dezembro de 640 D.C. Era um homem zeloso em geral, fanático pela ortodoxia. Contra os desejos expressos do imperador Heráclio, ele condenou a declaração de fé dos monotelitas. Ver sobre o *Monotelismo*.

5. João V. Nasceu em Antioquia da Síria, em data desconhecida. Morreu em Roma, a 2 de agosto de 686 D.C. Tornara-se papa em julho de 685 D.C., mas serviu nessa função por pouco mais de um ano. Foi o primeiro dos papas romanos a ter nascido no Oriente.

6. João VI. Não se sabe a data de seu nascimento, mas morreu em Roma, a 11 de janeiro de 705 D.C. Tornou-se papa em 701 D.C. Era de origem grega. A disputa entre Wilfredo de Iorque e a Sé de Canterbury foi decidida em favor desta, por João VI.

7. João VII. A data de seu nascimento é desconhecida, mas ele faleceu a 18 de outubro de 707 D.C., em Roma. Era de origem grega. Tornou-se papa em março de 705 D.C. Virtualmente nada se conhece acerca de sua vida e de seus atos.

8. João VIII. Não se sabe quando nasceu, mas morreu a 16 de dezembro de 882 D.C., em Roma. Era de origem romana. Os sarracenos forçaram-no a pagar tributo, visto que conseguiram invadir a Itália até os portões da própria cidade de Roma. Coroou ao imperador Carlos II (apelidado de O Calvo), em 875 D.C.; e a Carlos III (apelidado de O Gordo), em 881 D.C. Tentou obter a união eficaz dos ramos grego e latino da Igreja Católica, mas não obteve êxito.

9. João IX. Não se conhece a data de seu nascimento. Crê-se que morreu em maio de 900 D.C. Sua cidade nativa era Tivoli, na Itália. Pertencia à ordem dos beneditinos, e foi posto na sé papal através do poder do partido franquista, no começo de 898 D.C. Viveu em um período de muita violência, tendo usado a sua influência para tentar obter alguma paz.

10. João X. Nasceu em Romagna, na Itália, em data desconhecida. Faleceu em Roma, em 929 D.C. Foi homem de grandes virtudes e de profunda religiosidade. Tornou-se arcebispo de Ravena em 905 D.C., e foi eleito papa em 914 D.C. Assumiu o posto de general do exército, e expulsou os sarracenos da Itália, em 916 D.C. Desafortunadamente, imiscuiu-se nas facções políticas em litígio e se tornou malquerido por Marozia, a filha de Teodora, que era a esposa do governante da Toscana. Ela fez o papa ser lançado na prisão, onde, ao que parece, foi assassinado, em 929 D.C.

11. João XI. Nasceu em data desconhecida, mas morreu em 936 D.C. Era filho de Marozia (ver sob João X, acima). Foi eleito papa em 931 D.C. Como ainda não era adulto, governava sob a tutela de sua mãe. Um outro filho dela, Alberico II, aprisionou a própria mãe, tornando-se então o verdadeiro poder por detrás dos bastidores do papado.

12. João XII (apelidado *Otávio*). Nasceu em data desconhecida, mas morreu em 14 de maio de 946 D.C. Era filho de Alberico II (ver sobre João XI). Tornou-se papa em 955 D.C., com apenas dezoito anos de idade. Foi o primeiro dos papas a mudar de nome, por ocasião de sua ascensão ao trono papal. Envolveu-se em problemas políticos, no começo ao solicitar e receber a ajuda de Oto I, contra Berengário II, que era seu inimigo. João XII coroou Oto como imperador (do Santo Império Romano), mas posteriormente voltou-se contra ele. Em retaliação, Oto depôs o papa. Leão VIII tomou o seu lugar, em 963 D.C. Entretanto, mais tarde, João XII recuperou sua autoridade; e, quando Oto deixou Roma e voltou à sua própria terra, João XII excomungou seu rival, Leão VIII.

13. João XIII. Nasceu em data desconhecida, mas morreu a 6 de setembro de 972 D.C. Fora bispo de Narni; mas, tornou-se papa em 965 D.C., por influência de Oto I. Não demorou muito, porém, para ser deposto pelos nobres romanos. Posteriormente, Oto II o restaurou ao trono papal. E João XIII teve por incumbência coroar ao novo imperador. Durante seu pontificado, os poloneses e os húngaros foram cristianizados.

14. João XIV (apelidado *Pedro*). Nasceu em Pávia, na Itália, em data desconhecida. Morreu a 20 de agosto de 984 D.C. Foi antes bispo de Pávia. Tornou-se papa em novembro de 983 D.C., através do poder de Oto II. Foi o substituto do antipapa Bonifácio VII. Quando Oto II faleceu, Bonifácio retornou de Constantinopla, em 984 D.C., e lançou João XIV na prisão, nas masmorras do castelo de Sant'Ângelo, onde veio a falecer.

15. João XV. Nasceu em data desconhecida, mas, provavelmente, morreu em abril de 996 D.C. Era filho de um presbítero romano, e foi escolhido papa em 985 D.C. Crescêncio e seu partido conseguiram a façanha, e exerceram domínio sobre o papa durante todo o tempo do pontificado deste.

16. João XVI (apodado *Filagato*). Nasceu em data desconhecida. Provavelmente, faleceu em abril de 1013 D.C. Era nativo de Rossano, na Calábria. Foi arcebispo de Piacenza. Tornou-se papa em 997 D.C., pela influência poderosa de Crescêncio. Foi antipapa por menos de um ano. Oto III invadiu a Itália, em 998 D.C. O papa João XVI foi capturado, cego e multilado. Então, foi lançado na prisão, embora, finalmente, tivesse sido removido para um mosteiro.

17. João XVII (apelidado *Sico*). Nasceu em data desconhecida, mas faleceu em Roma, a 6 de novembro de 1003 D.C. Era romano. Fora eleito papa em 13 de junho de 1003 D.C., mas morreu naquele mesmo ano, após um pontificado que em nada se notabilizou.

18. João XVIII (apodado *Fasiano*). Nasceu em data desconhecida, mas morreu em junho de 1009 D.C. Foi sucessor de João XVII, tendo chegado à sé romana através da influência de João Crescêncio, filho de Crescêncio, o Velho. Resignou ao papado em maio de 1009, tendo morrido apenas um mês mais tarde. Seu pontificado foi assinalado por uma estrita atenção às questões eclesiásticas.

19. João XIX (apelidado *Romano*). Nasceu em data desconhecida e morreu em janeiro de 1032 D.C. Sucedeu no papado a seu irmão, Benedito VIII, em abril ou maio de 1024 D.C. Foi persuadido a conceder reconhecimento oficial ao patriarcado de Constantinopla, o que foi obrigado a retirar, posteriormente, devido à oposição havida na Igreja ocidental. Coroou a Conrado II, em 1027, na presença de Rodolfo da Burgúndia e de Canuto, rei da Dinamarca e da Inglaterra.

JOÃO XX

Não há registros da existência de João XX. Pode tratar-se de um simples erro cronológico, a menos que se referia a algum esquecido papa ou antipapa.

20. João XXI, também chamado João XX (apelidado de *Pedro*). Nasceu em Lisboa, Portugal, em cerca de 1215. Morreu em Viterbo, na Itália, a 20 de maio de 1277. Fora cardeal de Francati, em 1273. Foi eleito papa em setembro de 1276. Era um filósofo erudito, e escreveu vários tratados sobre medicina.

21. João XXII, também chamado João XXI. Seu nome original era Jacques d'Euse. Nasceu em Cahors, na França, em 1249. Morreu em Avignon, na França, a 4 de dezembro de 1334. Foi arcebispo de Avignon, desde 1310. Foi bispo-cardeal da cidade do Porto, em Portugal, desde 1312. Foi eleito papa em Lyon, na França, em agosto de 1316, dois anos após a morte de Clemente V. Embora residisse em Avignon, contava

com muitos aderentes na Itália. Luís de Bavária (chamado Luíz IV) tentou depô-lo, mas fracassou. Luíz IV queria pôr no trono um antipapa, Nicolau V. O pontificado de João XXII também foi perturbado por controvérsias teológicas. A principal delas foi o caso que envolveu Guilherme de Occam (vide). Além disso, os chamados franciscanos espirituais foram perseguidos por defenderem a idéia de pobreza absoluta.

22. João XXIII. Seu nome real era Ângelo Giuseppe Roncalli. Nasceu em Sotto il Monte, perto de Bérgamo, na Itália, a 25 de novembro de 1881. Morreu em Roma, a 3 de junho de 1963. Nasceu como um dos treze filhos de um agricultor cuja família se ocupara nesse mister durante séculos. Estudou para o sacerdócio católico romano em Bérgamo, tendo começado aos treze anos de idade. Continuou seus estudos em Roma. Foi ordenado padre em 1904. Trabalhou como secretário do bispo de Bérgamo. Dedicou-se aos estudos históricos. Serviu no exército italiano durante a Primeira Grande Guerra, como sargento do corpo médico, e, posteriormente, como capelão.

Tornou-se arcebispo titular. Foi nomeado pelo papa Pio XI como visitador apostólico na Bulgária. Em 1935, na qualidade de arcebispo Roncali foi promovido ao ofício de núncio, e então, tornou-se delegado apostólico na Turquia e na Grécia. Durante alguns anos, na Segunda Guerra Mundial, obteve respeito como mediador neutro, quando residia em Istambul, na Turquia. Nos fins de 1944 foi nomeado núncio na França. Ali cuidou de muitos problemas sociais e religiosos e, terminada a guerra, obteve reputação como homem capaz e virtuoso. Em 1953, tornou-se cardeal, e foi chamado de patriarca de Veneza. Opunha-se com firmeza ao comunismo, e tornou-se conhecido pela maneira graciosa e informal como se misturava com o povo comum, ajudando-os com seus problemas.

Após a morte do papa Pio XII, o cardeal Roncalli foi eleito papa no décimo primeiro escrutínio. Escolheu o título de *João*, que não fora título de nenhum papa por quinhentos anos. João, o amado discípulo de Jesus, o discípulo do amor, servia de inspiração ao papa João XXIII, e ele viveu ocupado em muitos atos de caridade. Teve um pontificado muito ativo, embora não muito longo, de 1958 a 1963, quando então, por motivo de falecimento, foi sucedido pelo papa Paulo VI.

O papa João XXIII precisava cuidar dos interesses de cinqüenta e três milhões de católicos romanos, da melhor maneira possível, por detrás da chamada Cortina de Ferro, ou seja, nos países comunistas. Católicos romanos estavam sendo perseguidos e mortos na China, e havia condições de radicalismo por toda a parte. Ele consternava-se diante da violência e dos sofrimentos provocados pelo homem. Por ocasião de seu primeiro programa radiofônico internacional, declarou: «Por que os recursos do engenho humano e da ira das nações deveriam cada vez mais ser canalizados para a preparação de armamentos—perniciosos instrumentos de morte e destruição—em vez de serem usados para melhoramento do bem-estar de todas as classes, particularmente das classes mais pobres?» Seus atos eclesiásticos incluíram o aumento do número de membros do colégio cardinalício de setenta para setenta e cinco, e a nomeação de vinte e três novos cardeais. No Natal de 1958 ele reviveu o costume (que não vinha sendo observado desde 1870) de visitar a prisão de Regina Coeli, e um dos hospitais da cidade de Roma. A 24 de dezembro de 1961, ele convocou um concílio ecumênico que se reuniu com o título de Segundo Concílio Vaticano, em outubro de 1962. Esse concílio teria vastas conseqüências sobre a Igreja Católica Romana. Ele morreu de modo corajoso e exemplar a 3 de junho de 1963.

JOÃO XXIII (ANTIPAPA)

c. 1370-1419. Este nome foi adotado por **Baldassare** *Cossa*, antipapa cismático de 1410 a 1415. Promoveu o *Concílio de Pisa* (1408), para acabar com o grande cisma. Eleito papa pelos cardeais do concílio, defendeu Roma contra seu rival Gregório XII. Instado pelo Imperador Sigismundo, convocou o Concílio de Constança em que concordou abdicar, desde que seus dois rivais fizessem o mesmo. Como não cumpriu a promessa, o concílio depôs todos os três (1415). Cossa foi feito cardeal em 1419; morreu no mesmo ano.

JOÃO DA CRUZ (SANTO)

1. Informes Pessoais e Idéias

Suas datas foram 1543—1591. Ele foi um místico carmelita espanhol, do período da contra-reforma católica romana. É considerado um dos maiores escritores sobre o misticismo, de todos os tempos. Compartilha com Teresa de Ávila (vide) o papel de fundador das carmelitas descalças (vide), tendo sofrido ainda mais perseguições do que ela, por causa das idéias e reformas que idealizou. Seus livros, «A Noite Negra da Alma» e «Ascensão ao Monte Carmelo» encontram-se entre os maiores clássicos da literatura mística que o mundo já viu. Em contraste com outros escritores desse tipo de literatura, suas obras são sistemáticas. Exibem uma excelente poesia, posta ao serviço da expressão espiritual. Seu livro sobre *A Noite Negra da Alma* aborda a purgação que se faz necessária para que haja iluminação espiritual. O homem tem o dever de desembaraçar-se de todos os desejos, a fim de que o seu coração se abra para a iluminação divina, que por ele espera. O clímax desse processo é quando desce a noite sobre os sentidos e os desejos humanos, trazendo, finalmente, o alvorecer da luz divina. Depois disso, a alma nada mais cobiça; nada é capaz de cansá-la, quando ela é elevada, e nada é capaz de oprimi-la, mesmo que se sinta abatida, porque então a alma estará no centro de sua humilhação. Seu livro, *Ascensão ao Monte Carmelo*, contém uma explicação sobre a fé que João da Cruz equiparou a uma segunda noite. Em seguida, ele passa a discutir o progresso da meditação, até chegar à contemplação. Ato contínuo, ele expõe um extenso estudo sobre a natureza e o uso das visões e das experiências místicas.

Questões mais incidentais são o uso devocional de imagens de escultura, a ereção de oratórios, a celebração de festas religiosas, o abuso de formalidades religiosas e as qualidades de um sermão. Seus livros, *O Cântico Espiritual* e *A Chama Viva do Amor*, descrevem os mais altos vôos das experiências espirituais e da união com Deus de que a alma humana é capaz. Ele fala sobre um noivado espiritual entre essa alma e o Logos, o Filho de Deus. O segundo desses livros aborda especificamente o estado místico da união com o Ser divino.

2. Problemas na Interpretação das Idéias de João da Cruz

a. Seu austero ensino sobre o desinteresse diante das coisas deste mundo irrita algumas pessoas como se isso fosse uma perversão das experiências humanas normais. No entanto, o interesse (apego) que as

pessoas têm nas coisas terrestres, ou nas pessoas mortais, deve ser interpretado como uma *ansiedade* em relação a elas. Se confiarmos o suficiente na vontade e bondade de Deus, então podemos nos desligar de tudo. Tendo nos desligado, podemos receber de volta todas as coisas, mas agora através da pessoa de Deus, e não de nós mesmos. Desse modo, chegamos a conhecer as pessoas e as coisas *por meio de Deus*, em vez de fazê-lo através de nós mesmos, o que apenas distorce a realidade e cria ansiedades. Temos aí uma profunda percepção, realmente. Se eu puder me desligar de um filho amado, então minha ansiedade sobre ele cessará. Se eu chegar a conhecer esse filho *por meio de Deus*, então ele me será restaurado de uma maneira mais alta e diferente.

b. *A absorção* nas experiências místicas. É típico da linguagem mística do Oriente ou do Ocidente, falar sobre a absorção da alma no Ser divino, tal como um rio deságua no mar, com a suposta perda de sua identidade pessoal. Algumas tradições místicas realmente ensinam essa doutrina. A grande pergunta é: O misticismo cristão ensina tal coisa, e João da Cruz, em particular, ensinava tal coisa? Aqueles que têm analisado os escritos de João supõem que ele evitou o panteísmo. Assim, há o amor conjugal, que envolve os dois cônjuges; mas, no entanto, eles continuam sendo duas entidades distintas. Também podemos considerar os raios do sol. Os raios são do sol; e, no entanto, formam uma entidade separada dele. O fogo queima no pedaço de lenha; mas o fogo e a lenha são duas entidades separadas. A lenha e as chamas estão intimamente ligadas entre si, mas continuam sendo entidades separadas. Alguns místicos sugerem que a alma assume um tipo de *existência comunal*, unida à família divina. Assim, a alma compartilharia da consciência coletiva; e assim também a vida mental e a vida espiritual estão unidas, embora aquela coletividade consista de indivíduos que a formam.

c. *A Realidade Totalmente Outra de João da Cruz*. Haveria duas maneiras de tomar conhecimento das coisas, que João da Cruz chamava de «conhecimento matutino» e «conhecimento vespertino». No conhecimento matutino, tomamos conhecimento do mundo por meio de Deus e sua luz. No conhecimento vespertino, chegamos a conhecer as coisas mediante nossos poderes de intelecção e intuição, sem a ajuda da luz divina. Quando salientamos o conhecimento matutino, podemos até falar em termos pejorativos sobre os poderes intelectuais humanos normais; mas isso é uma maneira de falar comparativa, e não absoluta. O verdadeiro misticismo, como é óbvio, não exibe qualquer tendência antiintelectual. No entanto, há indivíduos que são inimigos figadais do intelectualismo. Ver o artigo separado *Antiintelectualismo*. É ridícula a atitude de certas pessoas, amadoras no misticismo, cujas experiências místicas são dúbias ou preliminares, que fazem grandiloqüentes declarações antiintelectuais, como se tivessem se tornado as únicas depositárias da sabedoria divina. Deus conferiu-nos o intelecto com um propósito, para servir de vigia que nos impeça de cair em muitos erros e exageros. Quando um místico autêntico passou da intelecção para a intuição, e daí para as experiências místicas, tendo encontrado em Deus uma expressão superior, no fim desse processo, então ele pode falar sobre a *debilidade* do intelecto humano. E então podemos dar-lhe ouvidos e podemos, finalmente, imitá-lo, em sua ascensão espiritual. O que representa um perigo é desistir de nossa intelectualidade antes de termos tido qualquer experiência mística autêntica. Portanto, aquilo que podemos aproveitar de pessoas altamente místicas, como João da Cruz, não podemos aproveitar de outras pessoas, cuja experiência seja superficial. Não desprezamos a inteligência humana; e nem a ignoramos. Antes, passamos pela inteligência humana e a ultrapassamos, em nossa ascensão espiritual e união com Deus.

3. O Uso do Misticismo. Platão garantia que o conhecimento aumenta quando passamos de um nível de conhecimento para outro. O mais baixo nível de conhecimento é o da *percepção dos sentidos*. Assim é que os animais tomam conhecimento das coisas, um método naturalmente também utilizado pelos seres humanos. Temos aí uma maneira prática mas distorcida de saber, que a ciência considera inexata, embora útil. O nível mais acima é o *racional* ou intelectual. Nessa esfera há aprimoramento do conhecimento, pelo menos no que se refere a certos itens do conhecimento humano. Podemos chegar a certas verdades éticas meramente através da razão, sem fazer qualquer experiência prática. O intelecto nos foi dado por Deus, e tem poderes de raciocínio que nos podem brindar certas verdades, sem qualquer necessidade de experimentação. Do nível intelectual podemos subir para o nível *intuitivo*. Temos aí um conhecimento imediato, sem a necessidade da mediação dos sentidos ou da razão. Assim como Deus sabe de tudo, sem qualquer necessidade de investigação, assim também o homem pode saber de certas coisas por esse método, porquanto a sua natureza é tal que o homem é uma *criatura conhecedora*. E, finalmente, chegamos ao conhecimento místico, na *contemplação*. Chegamos aí a perceber diretamente a verdade, sem a intervenção de qualquer faculdade humana. Essa é a mais elevada forma de conhecimento, porquanto resulta da união da alma com o Ser divino, mediante as operações do Espírito de Deus.

4. Meios do Desenvolvimento Espiritual

Esses meios consistem no **estudo** (uso do intelecto), o aprendizado de conceitos e como aplicar os mesmos. Está envolvido o estudo de livros sagrados e outras obras literárias que aumentam o nosso conhecimento. Outro meio é a oração, com sua irmã gêmea, a meditação. Na oração, pedimos, e, na meditação, ouvimos a voz divina. A meditação pode ser uma ajuda às experiências místicas. A santificação é um estribo necessário, para livrar-nos das influências prejudiciais da maldade e do pecado, que impedem muito eficazmente a nossa busca por Deus. Esse é um modo de desenvolvimento espiritual. Importantíssimo, também, é *viver a lei do amor*, por meio do qual agimos como Deus age, em sua benevolência universal. Cada vez que realizamos um ato benévolo, sem motivações ulteriores, a nossa espiritualidade se aprimora. Também há o concurso do *toque místico*, que é apenas um outro nome para a comunhão com o Ser divino. A meditação nos ajuda nesse particular, embora haja muitos tipos de experiências místicas, incluindo a possessão e o uso dos dons espirituais. Ver † Cor. 12—14:25, por exemplo. Esses dons podem e devem manifestar-se e ser usados de acordo com o padrão neotestamentário, embora também se possam manifestar de outros modos. Aqueles que têm recebido dons espirituais sabem, por experiência própria, o quanto o crente precisa mantê-los desimpedidos de mistificações humanas! As experiências não somente fortalecem a nossa espiritualidade, mas também aproximam-nos do Poder divino, onde se oculta toda a espiritualidade. O *misticismo* (ver o artigo separado a respeito) aborda a questão do toque divino em nossas vidas. Precisamos desesperadamente desse toque divino, neste nosso mundo de materialismo, de dogmatismo e de falsa espiritualidade. Mas,

aquilo pelo que mais devemos anelar é pela *iluminação*, conferida pelo Espírito de Deus.

5. *Perseguições, Exílio e Canonização de João da Cruz.* João era homem dotado de muitas experiências espirituais e de grande piedade espiritual. A sua insistência quanto a reformas que outros não desejavam provocou a ira dos carmelitas não-reformados. João acabou detido por eles, embora tivesse conseguido escapar posteriormente. Foi privado de seus ofícios dentro da ordem carmelita, e faleceu em algum lugar remoto da Andaluzia, sem jamais ter sido reintegrado. No entanto, foi canonizado em 1726 e declarado doutor da Igreja, em 1926.

6. *Obras Publicadas.* Uma edição revisada de suas obras (em inglês) foi publicada em três volumes, em 1953, editada por E. Ellison Peers.

JOÃO DAMASCENO

1. *Sua Vida e sua Obra*

O nome dele, em latim, era *Johannes Damascenus*. Ele era de raça árabe. Foi um santo e doutor da Igreja oriental, e foi a maior figura religiosa de seus dias. Nasceu em Damasco, na Síria, em cerca de 675 D.C., e, provavelmente, faleceu em 749 D.C. Era filho de um cristão que ocupava um cargo governamental sob o califa sarraceno. Recebeu educação filosófica e teológica do monge italiano Cosmas. Tornou-se herdeiro da ocupação de seu pai, mas resignou a mesma quando ingressou no mosteiro de São Sabas, perto de Jerusalém. Foi ordenado padre. Compôs hinos magníficos, e tornou-se um dos principais compositores de hinos da Igreja oriental. Conforme diz a tradição, ele foi um dos contribuintes das obras litúrgicas da Igreja oriental, chamada de *Octoechus*. Essa obra inclui muitos hinos excelentes usados por aquela igreja. Sua obra principal intitula-se *Fonte do Conhecimento*. Trata-se de uma obra enciclopédica em três volumes. O terceiro volume é uma apresentação sistemática da fé ortodoxa oriental. Ver o artigo sobre *Ortodoxa Oriental, Igreja*. Essa obra informa-nos sobre as crenças dos pais da Igreja, sendo uma das nossas principais fontes informativas a esse respeito. Essa obra influenciou os labores e os conceitos dos escolásticos (vide) da Idade Média. João Damasceno era homem dotado de grande eloqüência, tendo recebido o apodo de *Chrysorrhoas* (fluxo de ouro).

2. *A Controvérsia Iconoclástica.* Entre seus livros, infelizmente, acham-se três tratados nos quais ele defendeu o uso pio de imagens de escultura, com propósitos devocionais. Seus argumentos filosóficos sutis foram utilizados no apoio ao uso de imagens na Igreja e, finalmente, a controvérsia iconoclástica pendeu em favor do emprego oficial de tais itens. Ver o artigo separado sobre *Iconoclasmo* (*Controvérsias Iconoclásticas*).

3. *Um Evangelho Mais Otimista.* Em seu livro, *Fonte do Conhecimento*, João Damasceno demonstrou que os primeiros pais da Igreja, e a grande maioria dos pais da Igreja Ortodoxa Oriental, criam no ministério de Cristo no hades, após a sua morte e antes de sua ressurreição, com a extensão da oportunidade de salvação naquela dimensão espiritual, que é um lugar de julgamento. A Igreja Ortodoxa Oriental nunca aceitou a idéia do fim da oportunidade de salvação da alma por ocasião da morte física. Nessa convicção, ela segue os ensinos dos primeiros pais gregos da Igreja. Quanto a um estudo completo sobre a questão, ver o artigo *Descida de Cristo ao Hades*.

4. *Definições Filosóficas.* As definições de João Damasceno sobre «ser», «substância», «acidente», «essência», «existência», «pessoa», «indivíduo», «natureza», e muitas outras questões, foram empregadas e refeitas pelos filósofos escolásticos, da Idade Média, especialmente nos séculos XII e XIII D.C. Sua sistematização da filosofia e da teologia foi empregada por Pedro Lombardo, em suas *Sentenças*. Uma obra de João Damasceno, *Sobre a Fé Ortodoxa*, foi usada por Tomás de Aquino.

5. *Canonização.* João Damasceno foi homem de grandes dotes intelectuais. Ele era um erudito com um conhecimento enciclopédico; também era homem de profunda religiosidade e influência religiosa. Em conseqüência, foi canonizado tanto pela Igreja Oriental quanto pela Igreja Ocidental.

JOÃO DE JANDUM

Suas datas foram 1286-1328. Ele nasceu em Jandum, na França, e educou-se em Paris. Tornou-se um dos filósofos liderantes de sua época, e ensinava na Universidade de Paris. Foi seguidor e intérprete de *Averróis* (vide). Suas obras escritas foram usadas por séculos, visto que Averróis foi um dos intérpretes de Aristóteles, e a filosofia aristotélica era o padrão usado pelos pensadores da época. Juntamente com Marsílio de Pádua (vide), João de Jandum escreveu a famosa obra *Defensor Pacis*, que foi condenada pelo papa, e que lhe causou sérios problemas políticos. Não obstante, Luís de Bavária, ao tornar-se imperador do Santo Império Romano, recompensou-o por seu apoio político, e nomeou-o bispo de Ferrara, na Itália. Seus principais escritos foram sobre a *Metafísica*, de Aristóteles; *Física; Sobre a Alma; De Caelo et Mundo* e *Parva Naturalia*.

JOÃO DE LA ROCHELLE

Suas datas foram 1190-1245. Ele foi um filósofo franciscano que ensinava na Universidade de Paris. Ele escreveu o primeiro e o terceiro livros de Alexandre de Hales (vide), a *Summa*, embora essas obras viessem a participar das obras atribuídas a este último. Os principais livros de João de La Rochelle foram: *Tratado sobre a Alma e as Virtudes; Sumário dos Vícios e Pecados; Sumário sobre os Dons; Sumário sobre a Alma*.

JOÃO DE MIRECOURT

Foi um monge cisterciano que viveu no século XIV. Escreveu um comentário nunca publicado sobre as Sentenças de Pedro Lombardo (vide), comentário esse condenado pela Universidade de Paris. Seguia Ockham na declaração de que as provas racionais sobre a existência de Deus não são válidas. Também ensinava o *voluntarismo* (vide), dizendo que o que é certo ou errado depende somente da vontade arbitrária de Deus, e não da avaliação do homem sobre essas coisas. Manifestava-se em favor de duas proposições auto-evidentes: 1. as proposições que dependem do fator da contradição; 2. as proposições que dependem das evidências internas. A crença na própria existência (contra o niilismo e contra o ceticismo radical) é tão forte quanto qualquer proposição. Trata-se de algo auto-evidente pertencendo à primeira categoria do conhecimento.

JOÃO DE SALISBURY

Suas datas foram 1115-1180. Nasceu em Salis-

bury, na Grã-Bretanha. Foi um filósofo inglês. Educou-se na França, sob os auspícios de Abelardo, Guilherme de Conches, e Gilberto de la Porreé. Ele é lembrado como um dos principais representantes da escola humanista de Chartres (vide). Foi secretário de Teobaldo, arcebispo de Canterbury, e continuou nessa obra, servindo a Tomás Becket, quando este se tornou arcebispo, em 1161. Realizou várias missões para ambos, e isso fê-lo entrar na política da época. Por algum tempo, precisou exilar-se na França, quando Henrique II e Tomás Becket estavam disputando, e ele mesmo falara demais. Becket acompanhou-o nesse exílio. Ambos retornaram à Inglaterra em 1170. Esteve presente por ocasião do assassinato de Tomás Becket. Em 1176, tornou-se bispo de Chartres, na França.

João de Salisbury foi um escritor excepcional, que moldava suas obras escritas segundo o estilo de Cícero (vide). Combinava um ceticismo controlado com a fé, no tocante às verdades centrais da fé, apoiadas na fé. Na sua controvérsia sobre os *universais* (vide), ele defendia o *conceptualismo* (vide). Em 1159, ele completou suas duas obras principais: *Policrático*, um tratado sobre o governo civil e eclesiástico, e suas interações; e *Metalógico*, que censura o escolasticismo e provê uma pesquisa sobre a vida intelectual daquele período histórico. A primeira dessas duas obras, que é um tratado político, advoga a teoria das *duas espadas*, o poder civil e o poder eclesiástico, lado a lado. Ver uma completa exposição dessa idéia no artigo chamado *Duas Espadas, Doutrina das*. João de Salisbury também escreveu biografias sobre *Becket* (vide) e *Anselmo* (vide). Seus escritos fornecem-nos compreensão sobre a história do seu período. Suas obras coligidas foram publicadas em inglês, em cinco volumes, por J.A. Giles.

JOÃO DE SÃO TOMÁS

Foi um filósofo teólogo que atuou na Espanha. Nasceu em Lisboa, Portugal, em 1589. Educou-se em Coimbra e em Louvain, esta última na França. Ensinou em Alcalá de Hanres e em Alcalá, na Espanha. Foi um dos grandes comentadores de Tomás de Aquino, e a seu crédito diz-se que ele fez importante trabalho no desenvolvimento da lógica formal. Seus escritos principais foram: *Curso de Filosofia* e *Curso de Teologia*. Faleceu em 1647.

JOÃO DUNS SCOTUS Ver sobre **Duns Scotus**.

JOÃO MARCOS Ver **Marcos, João**.

JOÃO PAULO

Esse tem sido o título de dois papas, a saber.

1. *João Paulo I.* Suas datas foram 1912—1978. Seu nome de batismo era Albino Luciani. Era de origem humilde, mas foi subindo os degraus da hierarquia católica romana rapidamente. Serviu como *cardeal patriarca* de Veneza. Foi eleito sucessor do papa Paulo VI, que faleceu em agosto de 1978. Foi eleito papa a 26 de agosto de 1978. Todavia, seu pontificado foi dos mais breves de todos os papas, porquanto faleceu a 9 de setembro de 1978. Previsões diziam que ele teria um pontificado curto e, após sua morte, circularam rumores que especulavam que ele teria sido assassinado, embora as autoridades católicas romanas negassem tal coisa peremptoriamente. Aqueles que o conheciam, testificaram que ele era um homem humilde, simples e sempre alegre.

2. *João Paulo II.* Nasceu em 1920. É o atual papa da Igreja Católica Romana, ao tempo em que este artigo está sendo escrito e traduzido (agosto/setembro de 1987). É de origem polonesa. Assim, ele é o primeiro papa de origem não-italiana, desde o ano de 1522. Seu nome verdadeiro é Karol Josef Wojtyla. Foi cardeal de Cracóvia. Foi eleito papa a 16 de outubro de 1978, como sucessor do papa João Paulo I. É homem erudito, tendo obtido seu doutorado em filosofia. Sua tese foi acerca de Edmundo Husserl (vide). Ele tem escrito certo número de obras eruditas, e também uma novela, que o cinema está aproveitando. Sua vida tem estado envolvida na defesa dos direitos do povo polonês em face do comunismo. Tem mostrado ser um homem muito corajoso, em face de ameaças à sua segurança pessoal. Foi alvo de um atentado, aparentemente por causa de suas atividades anticomunistas. Deu ao mundo um esplêndido exemplo de perdão cristão, ao perdoar pessoalmente o homem que tentara matá-lo, não havendo qualquer razão para duvidarmos da sinceridade desse ato. Mais que qualquer outro papa dos tempos modernos, ele tem viajado muito em deveres pastorais, algo incomum para os intelectuais. Suas maneiras informais e sinceras têm ganho para ele a admiração de milhões de pessoas ao redor do globo, incluindo muitos não-católicos romanos e muitos não-cristãos. Tem tomado posição firme contra a chamada *teologia da libertação* (vide), encarando-a como uma corrupção social da fé cristã, que extrai a teologia da teologia, substituindo-a por idéias filosóficas-políticas e sociais que encorajam o conflito e o desassossego social. Sem dúvida, parte de sua missão tem sido a de fazer deter o avanço do comunismo no seio do catolicismo e no mundo. Contudo, sabemos, pelas predições bíblicas, e outras, que chegará, finalmente, o tempo maduro para o conflito de vida e morte entre o Oriente e o Ocidente, o que será uma das convulsões que abrirá caminho para o período do milênio no mundo.

A encíclica de João Paulo II, *Redemptor Hominis* (1979), tenta definir a missão da fé religiosa no mundo moderno, um mundo onde se fazem presentes muitas teorias e realidades conflitantes, no campo político e social. A ênfase dessa encíclica incide sobre a dignidade do indivíduo e os seus direitos, em um mundo onde imperam injustiças.

Necessidade Histórica do Ofício Papal:

A Igreja Ortodoxa Oriental reconhece o papa como o genuíno *bispo de Roma*, mas não como o Sumo Pontífice ou sumo sacerdote, o bispo de todos os bispos. Muitos grupos protestantes concordam com essa avaliação. Outros desses grupos, mais radicais, consideram o bispado de Roma, com suas pretensões de universalidade, uma pura perversão do governo eclesiástico. Porém, sem importar nossas atitudes acerca desse ponto, pode-se defender com sucesso *a necessidade histórica* do ofício papal, apesar dos abusos que se tenham imiscuído na questão. Os argumentos em favor dessa idéia são os seguintes:

1. A Igreja Católica Romana, durante mil anos de declínio e degradação na história da humanidade ocidental, foi a força que *preservou a civilização* latina e ocidental, como protetora das ciências e das artes, além de ser, para todos os efeitos práticos, a única instituição de ensino no Ocidente. O ofício papal proveu o poder centralizador que tornou possível essa tarefa. Embora os grupos protestantes louvem a pureza doutrinária superior de certos grupos dos movimentos reformadores, tais grupos nunca tiveram atuação que se comparasse com a da Igreja Católica Romana, naqueles campos referidos, mesmo porque passaram a existir em um período histórico em que tal

força não se fazia mais tão agudamente necessária, porquanto havia terminado a Idade Média, e a Europa se recompusera das invasões dos bárbaros e do estilhaçamento do império romano.

2. Papas individuais (apesar dos exemplos em contrário, entre eles) foram homens poderosos, dotados de coragem espiritual, homens de muitos empreendimentos, que deixaram suas marcas na história, evitando a perda total dos valores da civilização latina.

3. A tradição profética tem podido prever, com sucesso, a linha dos papas, com suas qualidades e defeitos específicos. Para que isso tenha acontecido, é apenas lógico pensarmos que o ofício papal fazia parte do plano geral de Deus para o mundo, a despeito de alguns abusos significantes que o sistema papal tem perpetrado. Todavia, isso está longe de reconhecer o papa como vigário ou substituto de Cristo, um dogma que precisou de séculos para desenvolver-se. Cristo é insubstituível, em qualquer sentido imaginável. Porém, o ofício papal tem tido um propósito sustentador do cristianismo ocidental, em uma época de tremendas inseguranças e distúrbios sociais. Se é que estamos entendendo corretamente a tradição profética, um dos papas (talvez o próprio João Paulo II) será forçado a resignar de seu ofício, devido à crescente pressão dos bispos católicos romanos. E um outro papa será assassinado. De acordo com essas previsões, ele será o último da linhagem papal. De acordo com essas previsões, o ofício papal desaparecerá do cristianismo. E, então, o centro da Igreja voltará a Jerusalém, após a conversão de Israel. Naturalmente, quando chegamos a esse ponto, temos de dizer as coisas com extremo cuidado, porque aí já entramos no campo das predições proféticas propriamente bíblicas, que a teologia sistemática estuda sob o título de *Escatologia* (vide). Só o tempo poderá esclarecer se aquelas predições são autênticas ou se apresentam distorções tipicamente humanas. Há aqueles que asseguram que o último papa terá por título Pedro II. Aguardemos, pois, os acontecimentos futuros, com certa ansiedade! Até onde diz respeito ao papa João Paulo II, este autor não tem dúvida de que ele é o homem divinamente apontado para refrear, pelo menos em parte, o poder do comunismo, até que chegue o tempo para um conflito armado que resolva o impasse Oriente-Ocidente. A espiritualidade não obedece a organizações denominacionais!

Acontecimentos notáveis na vida de João Paulo II:

1. Nasceu em Wadovice, Cracóvia, na Polônia, a 18 de maio de 1920.

2. Foi ordenado sacerdote a 1º de novembro de 1946.

3. Foi eleito bispo de Ombi a 28 de setembro de 1958.

4. Designado arcebispo da Cracóvia a 13 de janeiro de 1964.

5. Designado cardeal católico romano a 26 de junho de 1967.

6. Eleito papa a 16 de outubro de 1978.

7. Solenemente entronizado a 22 de outubro de 1978. (DEL DLI)

JOÃO SCOTUS

Ver sobre **Erigena**.

JOAQUIM

No hebraico, «que Yahweh estabeleça». Há outras formas do mesmo nome, formas contraídas, como Jeconias e Conias. Ver esses nomes em I Crô. 3:16 *ss* e Jer. 22:24. Ele foi o décimo nono e penúltimo dos reis de Judá, filho de Jeoaquim. Ver o artigo separado sobre *Judá, Reino de*. Ver também sobre *Rei, Realeza*, que apresenta um gráfico comparativo dos reis de Israel e Judá, juntamente com monarcas contemporâneos dos poderes gentílicos.

1. O Nome. A raiz hebraica é **knn**, de onde se derivam vários nomes próprios, segundo se vê acima. A forma cananéia parece ter sido *yakin-el* (BASOR XCIX, 1945). Também há o nome acádico *Yaukin*, relacionado ao mesmo (BA, 52, 1942). É provável que Jeoaquim e suas variantes fossem nomes de coroa, isto é, de reis e linhagens reais. O nome encontra-se em tabletes de ração babilônica e em um selo de Eliaquim, mordomo de *Aukin* (*ywkn*, uma forma variante). Conias, uma forma abreviada de Jeconias, é usada por Jeremias (22:24; 37:1).

2. Cronologia. Joaquim reinou apenas por três meses e dez dias (II Crô. 36:9). Ele subiu ao trono por ocasião do falecimento de seu pai, e mostrou ter uma autoridade precária, em tempos perturbados (sua autoridade fora concedida pelos babilônios), tendo reinado até à captura de Jerusalém, que tem sido datada em 16 de março de 597 A.C., de acordo com as crônicas babilônicas. Esse evento deu início ao cativeiro babilônico, sobre o qual oferecemos um artigo detalhado, onde há detalhes concernentes ao pano de fundo em Judá e seu último rei. Joaquim faleceu em dezembro de 598 A.C.

3. Reinado. Quando seu pai foi morto, em cerca de 597 A.C., o rei da Babilônia permitiu que Joaquim o sucedesse. Na época, tinha apenas dezoito anos de idade (II Reis 24:8), embora o trecho de II Crônicas 36:9 diga que ele tinha apenas oito anos. (Mas nossa versão portuguesa diz «dezoito» anos em ambas essas passagens). Muitas tentativas têm sido feitas, pelos harmonizadores, para explicar essa discrepância. Talvez a melhor idéia apresentada é que ele reinou por dez anos em parceria com seu pai, pelo que, quando começou a «reinar» sozinho, tinha dezoito anos. Mesmo assim, é muito difícil explicar como um menino de oito anos teria sido co-regente com seu pai. O mais provável é que os «oito anos» de II Crônicas 36:8 seja em erro escribal, requerendo apenas a falta da letra hebraica *yodh* para mudar dezoito para oito. Uma outra discrepância do texto hebraico envolve o tempo da captura. Em II Reis 24:12, lemos que isso teve lugar durante o oitavo ano do reinado de Nabucodonosor. Mas, em Jeremias 52:28, isso teria acontecido no sétimo ano do reinado desse mesmo monarca babilônio. Essa pequena diferença pode ter surgido ou devido a uma maneira diferente de computar os anos de governo de Nabucodonosor, ou devido a um pequeno erro quanto às letras hebraicas, usadas para representar números.

Um outro problema é se Joaquim morreu ou não sem filhos, o que teria sido um julgamento divino proferido contra ele. Essa *falta de filhos* é compreendida por alguns como se isso quisesse dizer que não haveria quem o sucedesse no trono, pertencente à sua linhagem, e não que ele jamais tivesse gerado filhos. O trecho de I Crô. 3:17,18 mostra que ele tinha filhos, usando ali seu outro nome, *Jeconias*. Discrepâncias dessa natureza nada têm a ver com a fé, e nem nos deveríamos atirar a frenéticas atividades para harmonizar coisas que, agora, não podemos mais harmonizar.

Ele governou apenas por três meses e dez dias (II Crô. 36:9; Josué, *Anti.* 6:9). Esse breve período é descrito em II Reis 24:8-16 e II Crô. 36:9. O trecho de Jer. 32:24-30 observa como, nesse breve período,

Joaquim conseguiu praticar o que era mau aos olhos do Senhor, dando motivos morais para o juízo divino que não tardou a recair sobre ele. Josefo informa-nos de que Nabucodonosor, que havia nomeado Joaquim, mudou de parecer sobre a questão e voltou para tornar a cercar Jerusalém. E, então, levou aprisionados ao jovem rei, à sua mãe e a muitos seus compatriotas judeus. A crônica babilônica também narra a história, onde ficamos sabendo que a cidade teve sua queda final e absoluta a 16 de março de 597 A.C.

O jovem tio de Joaquim, Matenias, que recebeu o nome de Zedequias, foi nomeado para sucedê-lo (II Reis 24:17; Jer. 27:1). Porém, ele se tornou apenas governador do pouco que sobrara em Judá, pelo que tanto Jeremias quanto Ezequiel consideraram Joaquim como o último rei legítimo de Israel. Estritamente falando, o último rei de Judá foi Zedequias, embora tudo não tivesse passado de uma farsa. Não obstante, é verdade que houve uma outra invasão de tropas babilônias em seus dias, que desfechou o golpe final e fatal contra Judá.

Na Babilônia, Joaquim tornou-se um hóspede real, sustentado às custas da corte babilônica. Seu nome aparece com a forma de *Ya'u-kin*, nos registros babilônicos, que datam de 595—570 A.C. Ele tinha em sua companhia cinco filhos, aparentemente nascidos no cativeiro. Suas propriedades, em Judá, eram gerenciadas pelo mordomo Eliaquim. Quando Nabucodonosor morreu, as coisas melhoraram bastante para Joaquim. Pois ele foi tirado da prisão e deixado no palácio real da Babilônia (I Reis 25:27-30; Jer. 52:31-34). O benfeitor de Joaquim foi o próprio filho de Nabucodonosor, Evil-Merodaque. Ver o artigo separado sobre *Evil-Merodaque*. Não sabemos dizer por que razão Evil-Merodaque mostrou-se tão generoso. Os escritores rabínicos afiançam que Evil-Merodaque havia sido encarcerado por seu próprio pai, pelo que teve compaixão de um colega de prisão. Presumivelmente, Evil-Merodaque e Joaquim conheceram-se na prisão. Porém, não há como comprovar a veracidade dessa informação. Poderia ser mera criação dos rabinos, que buscavam uma razão para a generosidade de Evil-Merodaque.

4. A Arqueologia e Joaquim. Algumas descobertas notáveis ilustram a vida desse último rei de Judá. Perto do Portão de Istar, na cidade de Babilônia, foram encontrados cerca de trezentos tabletes de argila, com escrita cuneiforme (595—570 A.C.), descrevendo suprimentos de cevada, azeite e outros itens alimentares que foram dados a artesãos e operários cativos, que haviam sido deportados de outras partes para a Babilônia. O rei Joaquim, de Judá, é especificamente mencionado, com o nome de *Yaukin*, rei de *Yahud* (Judá). Cinco de seus filhos também são mencionados, juntamente com o governador ou auxiliar deles, chamado ali pelo nome de *Kenaiah*.

«Esses tabletes, descobertos por E.F. Weidner, apontam para o fato de que diversos dos filhos (do rei Joaquim) lhe nasceram antes de 592 A.C., e que o mais velho, Sealtiel, pai de Zorobabel, nasceu mais tarde, em cerca de 598 A.C., o que faz de Zorobabel, ao tempo da reconstrução do segundo templo (cerca de 520—516 A.C.), um tanto mais idoso do que geralmente se tem pensado» (UN).

Uma outra impressionante descoberta foi a de asas de jarras de barro, encontradas em Bete-Semes e Quiriate-Sefer (ver sobre *Debir*), com um antigo escrito fenício, com as palavras «pertencente a Eliaquim, mordomo de Yaukin». Parece que esse mordomo ficou encarregado das possessões de Joaquim, em Jerusalém e nas imediações, na esperança de que, finalmente, fosse capaz de retornar à Terra Prometida. Zedequias, seu sobrinho, que se tornou rei em seu lugar, não confiscou essas propriedades, provavelmente na esperança de que as coisas pudessem voltar à normalidade. É possível que os babilônios o considerassem o legítimo rei de Judá, embora o retivessem na prisão. Nesse caso, Zedequias era reputado apenas um regente. Todavia, o profeta Jeremias não compartilhava de tais sentimentos. Pois afirmou que a posteridade de Jeconias (ou Joaquim) não haveria de reinar (Jer. 22:24-30).

JOAQUIM (NOS LIVROS APÓCRIFOS)

Nos livros apócrifos do Antigo Testamento são mencionados quatro homens com esse nome, que nunca figuram no cânon palestino dos livros sagrados, isto é, nos trinta e nove livros correntes do Antigo Testamento, a saber:

1. Um sumo sacerdote dos dias de Baruque (Baruque 1:7).

2. Um sumo sacerdote que vivia em Jerusalém, nos dias de Judite (Judite 4:6,7,14,15; 15:8). Ele veio saudar Judite, depois que esta matou Holofernes.

3. Um filho de Zorobabel, mencionado em I Esdras 5:5.

4. O marido de Susana (*Susana* 1:4,63).

JOAQUIM DE FLORIS

Suas datas foram 1145-1202. Foi um místico italiano. Nasceu em Celico. Foi abade do mosteiro de Corazzo. Fundou o mosteiro de San Giovanni, em Fiore, onde também serviu como abade. A ordem religiosa que ele fundou, a ordem de Floris, foi oficialmente aprovada pelo papa Inocente III, em 1204.

Fez uma peregrinação aos lugares santos do Oriente; e, ao voltar à Europa, retirou-se para o mosteiro cisterciense de Sambucina, onde deu início a um período de vida ascética. Entrou nessa ordem religiosa e tornou-se o superior de Corazzo, perto de Martirano, que pertencia ao mesmo. Durante esse tempo, foi aumentando o seu interesse pelo conhecimento e pelas experiências místicas.

Idéias:

1. Ele pensava em três períodos da história da humanidade: a era da lei (ou do Pai); a era do evangelho (ou do Filho); e a era do Espírito (ou do Espírito Santo). Ele pensava que essa terceira era havia começado em 1260. Provavelmente, essa idéia foi inspirada por suas próprias experiências, que ele considerava derramamentos do Espírito Santo, o que, segundo ele pensava, chegaria à plena fruição no tempo por ele especificado, embora ele mesmo não tivesse chegado a ver tal era, pessoalmente.

2. A terceira era, de acordo com sua doutrina, trazia a purificação da Igreja, com o triunfo mundial do monasticismo e da guarda do sábado para toda a humanidade. Suas expectações eram exageradas, e nunca se cumpriram. Suas predições fracassaram.

3. Suas idéias propalaram-se, e os franciscanos tornaram-se grandes entusiastas em defesa das mesmas, especialmente na Itália e na França. Alguns chegaram mesmo a supor que os franciscanos seriam os arautos da nova era. Porém, um concílio efetuado em Arles, na França, em 1260, condenou a idéia inteira, juntamente com os escritos e os seguidores de Joaquim de Floris, embora ele mesmo não tivesse sido condenado.

4. Não obstante, Joaquim de Floris deixou a sua marca. Dante pintou-o como quem conseguira um lugar no paraíso. (AM E P)

JOARIBE

Um antepassado de Matatias (I Macabeus 2:1; 14:29). Essa família é mencionada pela primeira vez na época de Davi (I Crô. 24:7), com a forma de Jeoiaribe. Era uma família sacerdotal, que constituía o primeiro dos vinte e quatro turnos sacerdotais.

JOÁS

Alguns estudiosos pensam que a palavra hebraica é a contração de *Jehoash*, nome esse que significa «dado por Yahweh». Mas outros encontram uma raiz árabe para o nome, com o sentido de «dar», ou uma raiz assíria, com o significado de «força». Albright, por sua vez, defendia a raiz ugarítica *'usn*, sinônimo de *ytnt*, «presente», tendo proposto o sentido do nome como «que o Senhor dê». Esse foi o nome de várias personagens do Antigo Testamento:

1. *O filho de Acazias* e que foi o oitavo rei de Judá. Ele começou a reinar em 878 A.C., com a idade de sete anos, e reinou durante quarenta e um anos.

a. *Salvo da Morte na Infância*. Atalia usurpou o trono por seis anos. Ainda infante, Joás foi salvo do massacre que varreu a família real, mediante um ato corajoso de Jeoseba, esposa do sacerdote Joiada. Joás foi ocultado na casa dela, onde foi criado (II Reis 11:1-3). Atalia, após a morte de seu filho, Acazias, promoveu o massacre; e somente a intervenção divina não permitiu que ela obtivesse sucesso completo.

b. *Posto no Trono*. As coisas foram feitas de modo secreto e habilidoso. Atalia, que era avó de Joás, não tinha consciência da conspiração. Pessoas importantes bandearam-se para a causa de Joás. Ele era o único membro sobrevivente da linhagem real de Davi. Joás foi levado ao átrio do templo no dia marcado, e, então, foi ungido e coroado rei. Houve grande entusiasmo popular, e gritos de «Viva o rei». O incidente tomou Atalia inteiramente de surpresa. — Ela foi levada ao templo e executada. Isso teve lugar em 837 A.C., quando Joás tinha apenas sete anos de idade. Ver o relato todo em II Crô. 23.

c. *Reformas Iniciais*. O trecho de II Crô. 23:16 *ss*, mostra-nos que Joás começou bem a sua carreira, sem dúvida por causa da influência e liderança de Joiada, o sumo sacerdote. Os altares de Baal foram derrubados e foi estabelecido um novo pacto com Yahweh. O trecho de II Crô. 24:2 afirma especificamente que Joás agiu direito enquanto Joiada viveu. Foram restaurados o templo do Senhor e as instituições religiosas da nação. Joiada faleceu com a idade de cento e trinta anos e teve um sepultamento solenemente honroso.

d. *Apostasia*. As coisas pioraram rapidamente, na vida e na atuação de Joás, após o falecimento de Joiada. A idolatria foi restaurada. Zacarias, filho de Joiada, que atuava como sumo sacerdote, protestou e foi executado. O mais incrível é que isso foi feito por ordem do rei (II Crô. 24:21). Zacarias, em face da morte, pronunciou uma maldição divina sobre o rei, maldição essa que mostrou ser fatal para o rei.

e. *Dificuldades, Juízo Divino e Morte*. O reinado de Joás prolongou-se por quarenta e um anos (835—796 A.C.). Não foi um governo distinguido, e foi maculado por muitos erros e dificuldades. Seu reino foi devastado pelos sírios, nos dias de Hazael. Seus exércitos foram dizimados por um inimigo muito inferior em número. Joás só conseguiu impedir a destruição de Jerusalém entregando os tesouros do templo aos sírios. Finalmente, Joás foi assassinado, por um de seus próprios oficiais. Seu corpo não foi sepultado nos túmulos reais, embora Joiada tivesse sido sepultado naquele cemitério. Joás, juntamente com Acazias e Amazias, são omitidos na genealogia de Jesus, em Mat. 1:8.

2. *O Filho e Sucessor de Jeoacaz*, no trono de Israel. Esse Joás foi o décimo segundo monarca do reino do norte, Israel. Ele foi o terceiro rei da dinastia de Jeú. Reinou durante dezesseis anos, a partir do trigésimo sétimo ano de Joás, de Judá, até o décimo quinto ano de Amazias (II Reis 13:10-19,25; 14:8-16,23). Ele seguiu o exemplo negativo de seus antecessores, pois manteve a adoração aos bezerros de ouro. Apesar disso, houve algumas coisas boas, feitas por ele. A condenação de seu reinado, segundo está registrado em II Reis 13:11, aparentemente, refere-se à primeira metade de seu governo. Um longo conflito com a Síria quase levou Israel, o reino do norte, ao fim. Porém, logo depois, a maré começou a virar em favor de Israel, principalmente porque os assírios estavam atacando e debilitando a Síria. Nesse conflito, o profeta Elias dava sua ajuda e seu encorajamento constantes. Joás também precisou guerrear contra Amazias, de Judá, o que fez com relutância, embora com sucesso. Joás capturou e assolou Jerusalém, tendo levado reféns para garantir o bom comportamento do rei de Judá. Também levou muitas riquezas da cidade. Todavia, Joás não viveu por muito mais tempo, depois disso. Morreu em paz e foi sepultado em Samaria, conforme o registro de II Reis 13:9-25 e 14:1-17. Jeroboão II (vide) foi o seu sucessor.

3. *O Pai de Gideão*. Joás, pai daquele juiz, foi um homem idólatra, talvez porque quisesse obter o apoio da parte do povo, durante a ocupação midianita. Ele dedicou um altar a Baal (Juí. 6:11,29-31; 7:14; 8:13,29,32). No entanto, protegeu seu filho, Gideão, daqueles que desejavam vingar-se deste, por haver derrubado os altares de Baal. Joás foi sepultado em Ofra, onde residia (Juí. 8:29-32).

4. Um «filho» mais novo de Acabe, que já ocupava uma jurisdição subordinada ou, então, foi nomeado governador, enquanto seu pai desfechava um ataque contra Ramote-Gileade (I Reis 22:26; II Crô. 28:25). Alguns intérpretes pensam que a palavra «filho», que aparece na primeira dessas referências, não deve ser interpretada literalmente. Estaria em pauta um jovem da linhagem real, embora não filho biológico de Acabe. Seja como for, Joás aprisionou a Micaías, o profeta, por haver o homem de Deus denunciado uma expedição conjunta contra Ramote-Gileade. Isso aconteceu por volta de 853 A.C.

5. Um descendente de Selá, filho de Judá (I Crô. 4:22). Ele é mencionado entre aqueles que dominaram Moabe.

6. Um filho de Semaa. Ele era benjamita e um dos guerreiros que se aliaram a Davi, em Ziclague, quando Davi fugia de Saul (I Crô. 12:3). Viveu em torno de 1030 A.C.

7. Um dos oficiais de Davi, encarregado dos armazéns de azeite e de outros produtos de Davi (I Crô. 27:28). Ele continuou a ocupar tal ofício nos dias de Salomão. Viveu por volta de 1000 A.C.

8. Um filho de Bequer, e chefe de um clã de Benjamim, nos dias de Davi (I Crô. 7:8). Viveu em torno de 1020 A.C.

JOATÃO

O filho de Uzias, conforme o registro da genealogia de Mateus, em Mat. 1:9. Ver também sobre *Jotão*.

Esse nome significa «Yahweh é reto». Viveu por volta de 785 A.C.

JOBABE

No hebraico, «uivar», «clamar», «toque de trombeta». Esse foi o nome de várias personagens do Antigo Testamento, a saber:

1. O filho caçula de Joctã (Gên. 10:29; I Crô. 1:23). Os estudiosos não têm conseguido localizar sua tribo, sendo mesmo possível que nenhuma tribo tenha se originado dele. Outros filhos de Joctã deixaram tribos no sul da Arábia.

2. Um dos reis de Edom (Gên. 36:33,34; I Crô. 1:44,45). Ele era filho de Zerá, de Bosra, e residia ali, e é o segundo monarca da lista daqueles reis.

3. Um dos reis nortistas (ou chefes de tribo) que governavam sobre Madom. Josué o derrotou, de acordo com Jos. 11:1. Ele viveu em torno de 1400 A.C.

4. Um benjamita, chefe de clã, o primeiro dos filhos de Seraim a ser chamado por nome. Sua mãe era Hodes (I Crô. 8:9).

5. Um filho de Elpaal, um benjamita que residia em Jerusalém (I Crô. 8:18). Viveu em cerca de 588 A.C.

JOCDEÃO

No hebraico, «queima do povo». Esse era o nome de uma cidade da região montanhosa de Judá (Jos. 15:56). Aparece juntamente com os nomes de Maom, Carmelo e Zife, e é chamada de *Jorqueão*, em I Crô. 2:44. Tem sido tentativamente identificada com Khirbet Raqa' ao sul de Hebrom.

JOCMEÃO

No hebraico, «o povo erguer-se-á». Nome de uma cidade do território de Efraim, e que, finalmente, ficou como possessão dos levitas da família de Coate (I Crô. 6:68). No trecho paralelo de Jos. 21:22, essa mesma cidade aparece com o nome de *Quibzaim* (vide). Ao que parece, devido à sua menção em I Reis 4:12, ela ficava situada no vale do rio Jordão, na fronteira leste do território de Efraim.

JOCNEÃO Ver **Jocmeão.**

JOCNEÃO

No hebraico, «o povo será lamentado». Era uma cidade da tribo de Zebulom, que foi dada aos levitas da família de Merari (Jos. 19:11; 21:34). Em Jos. 12:22 aparece com o nome de *Jocneão do Carmelo*, por causa de sua proximidade daquela região. Na lista das cidades, nas passagens acima mencionadas, provavelmente estão incluídas as principais cidades que participaram na guerra como aliadas de Hazor contra Israel. Jocneão tem sido identificada com o moderno *Tell Quinum*. No hebraico, esse cômoro chama-se *Tel Yoqneam*. Jocneão era uma das praças fortes que guardavam as rotas que atravessavam o Carmelo. Ficava em um dos desvios da principal estrada comercial que corria na direção norte-sul (via Maris). Esse desvio ia desde Megido até à planície de Aco. Jocneão aparece no centésimo décimo terceiro lugar na lista de cento e dezenove cidades que Tutmés III, do Egito, capturou. Napoleão usou a rota que as forças de Tutmés III haviam seguido, em sua marcha contra Acre.

JOCSÃ

No hebraico, «armador de cilada» ou «passarinheiro». Esse era o nome do segundo filho de Abraão e Quetura. Seus filhos, Seba e Dedã, ao que tudo indica, foram os antepassados dos sabeus e dedanitas, que habitavam em certa região da Arábia Feliz (Gên. 25:2,3; I Crô. 1:32). Alguns estudiosos pensam que esse nome deve ser identificado com o *Joctã* de Gên. 10:25,26. Ver sobre *Joctã*.

JOCTÃ

No hebraico, «pequeno». Esse foi o nome do segundo filho de Sem (Gên. 10:25,26,29; I Crô. 1:19). Supõe-se que foi o progenitor de treze tribos do sul da Arábia. Os árabes chamam-no de Catã, reconhecendo-o como um dos patriarcas de sua raça. Traços dos nomes de seus filhos podem ser encontrados em vários lugares da Arábia. As tribos árabes originais viviam sem se misturar com outros povos até que Ismael, filho de Abraão e Hagar, com os filhos dele, também se estabeleceram ali. Houve então a miscigenação, e os povos daí resultantes são conhecidos como mos-árabes ou mostae-árabes, isto é, «árabes mistos».

JOCTEEL

No hebraico, «veneração a Deus». Esse é o nome de duas cidades mencionadas no Antigo Testamento:

1. O rei Amazias deu esse nome à cidade de Petra, ou Sela, capital da Arábia Petrea, quando ele a tomou dos idumeus (II Reis 14:7; II Crô. 25:11-13).

2. No território de Judá havia uma cidade desse nome (Jos. 15:38). Ficava localizada entre Mispa e Laquis. O local exato da mesma é desconhecido atualmente.

JODÃ

Variante do nome «Judá», que significa «louvor», e que, em nossa versão portuguesa, aparece somente em Lucas 3:26,27 como um homem que foi um dos ancestrais de Jesus.

No livro apócrifo de I Esdras 5:58, há menção a um Jodá, filho de Iladum, chefe de uma família levita, após o retorno dos judeus do cativeiro babilônico. Em Esdr. 3:9 ele é chamado «Judá». Em Esd. 2:40 ele é chamado Hodavias, e, em Nee. 7:43, de Hodeva.

Um filho de Josué, filho de Josadaque, segundo I Esdras 9:19. Em Esd. 10:18 ele é chamado Gedalias (vide).

JOEDE

No hebraico, «Yahweh é testemunha». Nome de um homem da tribo de Benjamim, que vivia em Jerusalém, nos dias de Neemias, após o retorno dos judeus do exílio babilônico. Ver Nee. 11:7. Seu nome não aparece na lista paralela de I Crô. 9:7. Ele viveu em torno de 520 A.C.

JOEL (LIVRO DE)

Quanto ao significado do nome **Joel**, ver o artigo **Joel (Não o Profeta)**, na Introdução.

Esboço:

I. Caracterização Geral
II. Joel e a Autoria do Livro de Joel
III. Data
IV. Pano de Fundo Histórico e Propósitos
V. Alguns Pontos Teológicos Distintos do Livro

VI. Esboço do Conteúdo
Bibliografia

I. Caracterização Geral

Joel foi um profeta do reino de Judá, que alguns têm pensado ter agido em cerca de 800 A.C., enquanto que outros pensam que ele é dos tempos pós-exílicos. Mas, apesar de suas profecias terem sido escritas especificamente ao reino do sul, Judá, a sua mensagem é universal. Se aceitarmos a data mais antiga, então o seu ministério teve lugar durante o reinado de Joás (II Crô. 22—24). Assim sendo, é possível que tenha conhecido Elias, quando ainda era menino e por certo era contemporâneo de Eliseu. Joel escreveu uma obra-prima poética, falando sobre a devastadora praga de gafanhotos, que havia assolado a Palestina. Todavia, seu poema profético envolve quatro mensagens centrais. Além da espantosa devastação produzida pelos gafanhotos (símbolo da ira divina, além de poder predizer outros juízos divinos), Joel também falou sobre a frutificação renovada da terra, sob a condição de arrependimento; o dom do Espírito, nos últimos dias; e o julgamento final das nações que tenham perseguido ou feito dano à nação de Israel. Os estudiosos conservadores vêem sentidos escatológicos ainda mais profundos em seus escritos, afirmando que eles se aplicam ao final da nossa dispensação. De fato, o esquema profético de Joel é o mais completo do Antigo Testamento, embora apresente-nos esse esquema em largas pinceladas. Só o Novo Testamento vai mais longe, na abrangência de sua visão. Naturalmente, em um livro pequeno como o de Joel, não há detalhes. Os demais livros proféticos se encarregam de preencher esses detalhes. Não foi à toa que Pedro, no primeiro sermão da Igreja cristã, tenha citado diretamente somente a Joel e a Davi! Ver Atos 2:14-36.

Alguns eruditos supõem que o livro de Joel não foi escrito somente por um autor, e dizem que houve uma série de suplementos, da parte de outros autores, que seriam nacionalistas e escatologistas militantes. Esses pensam que tudo o que se lê de Joel 3:1 em diante é suplementar. Além disso, teria havido um editor jeovista (alguém que favorecia o uso do nome divino Yahweh), que fez alguns acréscimos nos caps. 1 e 2, procurando converter a descrição da praga de gafanhotos em uma profecia sobre o dia do juízo divino. Nesse caso, originalmente Joel teria narrado, com grande brilhantismo, a praga de gafanhotos, que havia devastado campos, pomares e vinhedos, além de haver convocado o povo de Judá ao jejum e à oração, para que a devastação dos insetos terminasse. Finalmente, Joel teria registrado o livramento que se teria seguido, mediante ações de graças. Usualmente, quando os eruditos vêem a mão de vários autores em um livro, mormente se o mesmo é pequeno, como o de Joel, eles se estribam sobre meras razões subjetivas, escudando-se naquilo que este ou aquele supõe que o autor sagrado deve ter escrito. E os argumentos contrários são igualmente subjetivos, de tal modo que quase sempre esses debates são inócuos, e não levam a nada. Os eruditos conservadores, como é natural, não gostam de ver os livros da Bíblia perturbados e manipulados, quase como se isso fosse contrário a divina inspiração. Os estudiosos liberais, por sua vez, em seu afã por sondar, examinar e entender pequenos detalhes, quase sempre se acham capazes de encontrar mais de um autor em uma obra escrita qualquer. Mas, se houve mesmo um só ou mais de um autor, em qualquer livro da Bíblia, isso nada tem a ver com a sua espiritualidade, e só deveria tornar-se uma questão de debate se isso puder aprimorar o nosso conhecimento acerca das qualidades históricas e literárias da obra em discussão.

Na lista dos doze profetas menores, segundo o cânon hebreu, Joel aparece em segundo lugar; mas, na Septuaginta (vide), aparece em quarto lugar. O texto massorético exibe os quatro capítulos tradicionais; mas as versões da Septuaginta trazem três, combinando os capítulos 2 e 3 em 2:1-27,28-32. A Vulgata Latina também segue esse arranjo.

A profecia de Joel parte da praga de gafanhotos, agravada por seca e fome subseqüentes. Essa praga se assemelhava a um exército devastador, que atravessou, marchando a região inteira da Palestina. Isso levou o profeta a meditar em termos mais amplos, sobre o juízo divino vindouro. Alguns estudiosos vêem nisso uma predição sobre os cativeiros assírio e babilônico; e, além disso, um quadro escatológico sobre o futuro Dia do Senhor. Tal juízo requer arrependimento da parte dos homens, pelo que lemos: «Rasgai o vosso coração, e não as vossas vestes, e convertei-vos...» (2:13), o que aponta para um autêntico arrependimento, e não para mero cerimonial religioso. A lamentação também é requerida (1:14; 2:15). Os sacerdotes deveriam tomar a liderança, conclamando o povo ao arrependimento e à retidão de vida; porém, somente uma conversão genuína será capaz de salvar, no dia da tribulação (2:12-17). Deus é misericordioso com os penitentes (2:14).

O estilo de Joel é dramático, e prende a atenção do leitor. Os processos da natureza, bem como aqueles provocados pelos homens, estão sob o controle de Deus, de tal modo que, em todas as vicissitudes da vida, a nossa responsabilidade primária é diante de Deus. O juízo divino não consiste em mera vingança. Antes, é um meio de produzir o bem, visando especificamente esse bem, embora precise preencher o seu ofício retributivo. A salvação é prometida aos humildes e aos arrependidos. É interessante observarmos que Pedro, ao empregar as predições de Joel, convocou o povo judeu a arrepender-se.

Se procurarmos por duas contribuições distintivas desse livro, então poderemos apontar para sua ênfase sobre o Dia do Senhor e sobre o derramamento do Espírito Santo sobre todo o povo de Deus. O Novo Testamento ensina-nos que o cumprimento primário dessas predições teve lugar no dia de Pentecoste (vide), dez dias após a ascensão do Senhor Jesus, conforme se vê no segundo capítulo do livro de Atos. Mas, o cumprimento maior espera pelo próprio Dia do Senhor (vide), aquela série de acontecimentos que culminará com o segundo advento de Cristo e a instalação do reino milenar de nosso Senhor, Jesus Cristo.

II. Joel e a Autoria do Livro de Joel

1. *Joel*. Praticamente nada conhecemos a respeito de Joel, e as próprias tradições não nos ajudam muito. Sabemos que ele atuou como profeta no reino do sul, Judá, e que seu livro era alistado como o segundo dos profetas menores. O nome de seu pai era Petuel (Joel 1:1; Atos 2:16). Ele vivia em Judá, talvez em Jerusalém. A data de seu ministério é disputada. Alguns situam-no tão cedo quanto 800 A.C., pelo que ele seria contemporâneo do rei Uzias e de profetas como Amós e Isaías. Talvez até tenha conhecido Elias e Eliseu. A obscuridade de Joel tem mesmo feito alguns eruditos opinarem que sua realidade histórica é duvidosa.

2. *Autoria*. Temos aqui um problema de integridade. Em outras palavras, uma pessoa só escreveu o livro inteiro, ou, em sua forma presente, o livro é uma compilação? Isso é melhor tratado na primeira seção, *Caracterização Geral*.

III. Data

As datas atribuídas ao livro de Joel variam muito. Alguns situam-no pouco depois da divisão de Israel em dois reinos: Israel e Judá, ou seja, algum tempo depois de 932 A.C. Outros pensam que Joel escreveu nos tempos de Malaquias, em cerca de 400 A.C., ou mesmo mais tarde que isso. Se a praga de gafanhotos teve por intuito advertir, metaforicamente, sobre as invasões assíria e babilônica, com os subseqüentes dois cativeiros, então o livro é de origem pré-exílica, talvez nos dias de Joás, rei de Judá, que reinou em cerca de 835—832 A.C.

Argumentos em Favor da Data mais Antiga:

1. O estilo e a atitude geral do livro são diferentes dos livros de Ageu, Zacarias e Malaquias, profetas pós-exílicos. Sua linguagem e estilo pertencem mais ao período da literatura clássica dos hebreus.

2. Joel parece paralelo ao livro de Amós, e este último parece ter feito uso de certas idéias de Joel, como Joel 3:16 (em Amós 1:2) e Joel 3:18 (em Amós 9:13).

3. Os adversários de Israel, no livro de Joel, são os fenícios, os filisteus, os egípcios e os idumeus (3:4), e não os assírios e babilônios, que assediaram Israel e Judá bem mais tarde.

4. A posição de Joel, como o segundo livro da lista dos profetas menores (embora quarto na Septuaginta), indica uma data mais antiga do livro.

5. Joel 1:1—2:7 é similar às profecias de Jeremias, sobretudo as de Isaías (4:2,3).

6. Joel não faz qualquer alusão aos assírios e babilônios, o que parece inconcebível, se ele tivesse vivido quando essas potências se estavam levantando, ameaçadoras. Se o cativeiro assírio e o cativeiro babilônico já tivessem ocorrido, é difícil imaginar por que ele não teceu qualquer comentário sobre os mesmos. E, se certos trechos de Joel, de acordo com alguns, seriam referências a esses cativeiros, então deve-se responder que são trechos proféticos preditivos e não históricos, tal como Osé. 6:11 e Miq. 1:16.

Argumentos em Favor da Data mais Recente:

1. Joel 3:1 é uma clara referência ao cativeiro babilônico, se partirmos da idéia de que temos aí um informe histórico, e não uma profecia preditiva.

2. Os eruditos acham mais de vinte paralelos literários com os profetas posteriores, como Malaquias e Obadias, contradizendo os pontos dois e cinco, acima. As fontes informativas que temos investigado não alistam esses alegados paralelos; porém, devemos supor que são satisfatórios, para alguns estudiosos, como evidências. Todavia, isso enfraquece bastante o argumento, podendo até mesmo invalidá-lo.

3. A descrição de Joel sobre a adoração religiosa parece refletir um país unido, e não dividido, e isso situaria o livro, quanto ao tempo, após o retorno de Judá do cativeiro babilônico. Não há alusões à adoração idólatra nos lugares altos, etc., o que fez parte importante da história de Judá, antes do cativeiro. Nenhuma menção é feita ao reino do norte, provavelmente porque o mesmo não mais existia. Judá, agora, era Israel, as circunstâncias que prevaleciam após o exílio babilônico, e o retorno de Judá transparecem no fato de que «Judá» e «Israel» são nomes usados como sinônimos (2:27; 3:2,16,20).

4. A expressão de Joel, «opróbrio, para que as nações façam escárnio dele» (2:17,19), é uma expressão típica dos tempos pós-exílicos.

5. Os «muros» referidos em 2:9 talvez sejam as muralhas restauradas por Neemias, em Jerusalém, em 444 A.C.

6. Os gregos são mencionados, mas não como o poder mundial dominante (3:6). Esse predomínio grego só ocorreu após Alexandre, o Grande (336—323 A.C.).

7. Sidom ainda haveria de ser julgada (3:4); mas isso não aconteceu senão quando Artaxerxes III realizou o julgamento, vendendo os sidônios à escravidão, em cerca de 345 A.C.

8. Várias palavras hebraicas são de uso tardio, como «ministros» (1:9,13; 2:17); «lanças» (2:8); «vanguarda» e «retaguarda» (2:20); e o pronome pessoal «eu», que Joel dá como *ani*, mas que o hebraico mais antigo dizia *anoki*. Ver 2:27; 3:10,17.

9. A ênfase escatológica é similar àquela dos profetas posteriores, isto é, Ezequiel, Sofonias, Zacarias e Malaquias.

Datas Anteriores e Posteriores:

Alguns estudiosos supõem que a porção original do livro de Joel reflete o período pré-exílico (1:1—2:27), mas que o resto do livro é de origem pós-exílica. Essa teoria poderia explicar os vários argumentos que defendem as datas anteriores e posteriores para o livro.

Na verdade, não há como solucionar o problema da data do livro de Joel; e nem a ausência dessa informação prejudica, em qualquer sentido, a tremenda mensagem divina que esse livro nos oferece.

IV. Pano de Fundo Histórico e Propósitos

A grande praga de gafanhotos e o julgamento divino, ou dia do juízo, simbolizado por aquela praga, foram o que deu origem a esse livro. Grandes pragas de gafanhotos tinham lugar periodicamente, no Oriente Próximo, até onde a história é capaz de registrar, pelo que é impossível identificarmos qualquer praga particular como aquela mencionada por Joel. Se esse livro foi escrito em tempos pré-exílicos, em antecipação ao castigo das nações de Israel e de Judá, pelos assírios e babilônios, respectivamente, então esse foi um dos motivos da escrita do livro. O motivo imediato dos oráculos de Joel foi o incidente da severa praga de gafanhotos. Todavia, uma coisa não podemos esquecer é que Joel antevia um julgamento divino final, no dia do Senhor. E alguns eruditos têm vinculado as profecias de Joel ao Armagedom (vide), através da invasão da Palestina por parte de potências gentílicas do norte (Joel 2:1-10). A destruição desses exércitos invasores aparece em Joel 2:11. O arrependimento da nação de Israel, no fim, é visto em Joel 2:12-17. Também há menção à infusão ou derramamento do Espírito, em bases mundiais, em Joel 2:12-17, nos *últimos dias* (o que para nós ainda parece futuro). Todavia, devemos entender que, para Pedro, o início do cristianismo já marcava os «últimos dias» (ver Atos 2:16,17). O retorno do Senhor Jesus ao mundo (a *parousia*; vide) é visto em Joel 2:30-32, e o recolhimento do disperso povo de Israel, em sua própria terra, em Joel 3:1-16. Em seguida, aparecem as bênçãos do reino milenar (Joel 3:17-21). Quanto desses informes são realmente proféticos, e quanto os cristãos têm lido nessas predições, terá de continuar sendo motivo de debates, até que os acontecimentos preditos realmente aconteçam. Naturalmente, o livro faz do arrependimento a condição *sine qua non* para alguém estar espiritualmente preparado para aqueles momentosos acontecimentos finais.

V. Alguns Pontos Teológicos Distintos do Livro

1. Se admitirmos que o livro de Joel contém predições sobre os últimos dias desta dispensação, então a mensagem do mesmo é crucial para que possamos formar um completo esquema escatológico.

«É notável que Joel, tendo surgido no começo mesmo da profecia escrita (836 A.C.), seja o livro que nos confere a visão mais completa da consumação de toda a profecia escrita» (SCO, *in loc.*). As observações feitas por Joel, naturalmente, dependem, em grande parte, da data em que o livro foi composto e, em segundo lugar, da aplicação correta das predições em questão. Se Joel só falava sobre uma praga de gafanhotos e sobre a necessidade de Israel se arrepender, em face dessa praga, então o livro é ridiculamente destituído de importância!

2. A posição exclusiva dada à nação de Israel, na economia divina, é muito enfatizada. Joel afunila ainda mais o esboço de sua atenção: somente um remanescente, dentro do povo de Israel, é que será salvo, e não a casa inteira de Israel (2:32). Naturalmente, essa visão é menos abrangente que a de uma restauração universal de todas as coisas, como a que se vê em Atos 3:20,21 e Efé. 1:9,10. Joel vai até onde Paulo também foi (ver Rom. 11:26), pois ambos acreditavam na conversão final de todos os escolhidos dentre o povo de Israel.

3. O derramamento universal do Espírito Santo aparece em Joel 2:28,29. Os cristãos primitivos aplicavam isso ao Pentecoste e seus resultados, conforme se vê em Atos 2:16 *ss*. Mas, não exclusivamente a isso, porque o resto do Novo Testamento prevê um derramamento muito maior e cabal do Espírito Santo, durante o período da grande Tribulação, com uma colheita de almas inigualável em toda a história do mundo: «Depois destas cousas vi, e eis grande multidão, que ninguém podia enumerar, de todas as nações, tribos, povos e línguas, em pé diante do trono e diante do Cordeiro, vestidos de vestiduras brancas, com palmas nas mãos; e clamavam em grande voz, dizendo: Ao nosso Deus que se assenta no trono, e ao Cordeiro, pertence a salvação» (Apo. 7:9,10).

4. Uma figura messiânica toda importante não figura no livro de Joel.

5. Joel via claramente como o propósito e as obras de Deus acompanham e influenciam os processos históricos no mundo, uma visão teísta, em contraste com a posição do deísmo. Ver sobre o *Teísmo* e sobre o *Deísmo*.

6. *O Dia do Senhor*

«As duas grandes contribuições de Joel à religião bíblica encontram-se em suas ênfases sobre o dia do Senhor e o derramamento do Espírito de Deus sobre todos os povos» (AM). Quanto a referências sobre o *Dia do Senhor*, ver Joel 1:15; 2:1,11,31; 3:14. Ver o artigo separado sobre o *Dia do Senhor*.

VI. Esboço do Conteúdo

I. O Dia do Senhor Exemplificado (1:1-20)
   1. O profeta (1:1)
   2. A praga de gafanhotos (1:2-7)
   3. O arrependimento de um povo aflito (1:8-20)

II. O Dia do Senhor nas Profecias Bíblicas (2:1-32)
   1. Os exércitos invasores (2:1-10)
   2. O exército do Senhor no Armagedom (2:11)
   3. O remanescente penitente (2:18-29)
   4. Sinais da vinda do Senhor (2:30-32)

III. O Julgamento das Nações (3:1-19)
   1. A restauração de Israel (3:1)
   2. O julgamento das nações (3:2,3)
   3. Condenação da Fenícia e da Filístia (3:4-8)
   4. Edom e Egito desolados (3:17-19)

IV. As Bênçãos do Milênio (4:20,21)
   1. Judá é restaurada e perpetuada (4:20)
   2. O Senhor sobre seu trono, em Sião (4:21)

Bibliografia. AM G HARR I IB PF PU SCO

JOEL (Não o Profeta)

No hebraico, **Yahweh é Deus**; em sua forma abreviada, **Yahu**. Esse é o nome de várias personagens que figuram nas páginas do Antigo Testamento, excetuando o famoso profeta desse nome:

1. O mais velho dos dois filhos de Samuel, que foram nomeados por ele como juízes, em Berseba. Eles perverteram o ofício, aceitavam peitas e, de modo geral, tornaram-se culpados de conduta imoral e injusta (I Sam. 8:3). Esse Joel foi pai de Hemã, que foi cantor, dirigente da música, no santuário de Davi (I Crô. 6:33; 15:17).

2. Um levita coatita, filho de Azarias e pai de Elcana (I Crô. 6:36). Foi um dos antepassados do profeta Samuel. Essa linhagem incluía três homens com o nome de Elcana e dois com o nome de Joel, conforme se vê em I Crô. 6:33-38. Mui provavelmente, ele é o Joel que ajudou Ezequias em suas reformas religiosas (II Crô. 29:12). Viveu por volta de 719 A.C.

3. Um descendente de Simeão, um membro das famílias que emigraram para o vale de Gedor (I Crô. 4:35). Viveu em cerca de 715 A.C.

4. Um descendente de Rúben, que vivia no lado oriental do rio Jordão. Não se sabe que grau de parentesco ele tinha com Rúben. Ver I Crô. 5:4,8.

5. Um dos chefes da tribo de Gade, que residia em Basã (I Crô. 5:12). Viveu em torno de 782 A.C.

6. O terceiro filho de Israías, e que era chefe da tribo de Issacar nos dias de Davi. Viveu por volta de 1000 A.C.

7. Um dos grandes guerreiros de Davi, irmão de Natã (I Crô. 11:38). Ele é chamado de «Jigeal, filho de Natã», em II Sam. 23:36, o que nos deixa em dúvida quanto ao grau de parentesco que eles mantinham entre si.

8. Um levita, um dos chefes da família de Gérson. Seu clã consistia em cento e trinta homens. Foi nomeado para ajudar a trazer a arca da aliança até Jerusalém, nos dias de Davi (I Crô. 15:7,11). Viveu em c. de 1000 A.C. Tem sido identificado com o mesmo homem que aparece como o terceiro filho de Ladã (I Crô. 23:8), e também como o filho de Jeiel, que era um dos que guardavam os «tesouros da casa do Senhor» (I Crô. 26:22).

9. Um filho de Pedaías, que era oficial da meia-tribo de Manassés, durante o tempo do reinado de Davi (I Crô. 27:20). Sua época foi cerca de 1000 A.C.

10. Um levita coatita, filho de Azarias, e que ajudou a santificar o templo de Jerusalém, durante as reformas religiosas instituídas por Ezequias (I Crô. 29:12). Viveu em cerca de 726 A.C.

11. Um filho de Nebo, contemporâneo de Esdras. Ele se casara com uma mulher estrangeira durante o cativeiro babilônico, e foi forçado a divorciar-se dela após o retorno do remanescente para Jerusalém. Ver Esd. 10:43. O tempo foi cerca de 456 A.C.

12. Um filho de Zicri, que era um dos superintendentes dos benjamitas que vieram residir em Jerusalém, terminado o cativeiro babilônico (Nee. 11:9). Ele viveu por volta de 536 A.C.

13. O profeta que escreveu o livro de Joel. Quanto àquilo que se sabe sobre ele, pessoalmente, ver o artigo sobre o livro de *Joel*, seção II.

••• ••• •••

JOELA

No hebraico, «Deus está arrebatando». Um filho de Joroão, de Gedor. Outros estudiosos interpretam seu nome como «outrossim». Quando Davi fugia de Saul e foi para Ziclague (I Crô. 12:7), Joela foi um dos guerreiros que se aliou a Davi, tendo ido com ele para aquela localidade. Ele ou era benjamita ou era judaíta. Viveu na época de Davi.

JOELHO, AJOELHAR-SE

Há uma palavra aramaica, uma palavra hebraica e uma palavra grega envolvidas nesse verbete que fala sobre uma parte do corpo humano, a saber:

1. *Arkubah*, palavra aramaica usada apenas por uma vez, em Dan. 5:6.

2. *Berek*, palavra hebraica empregada por vinte e cinco vezes, como em Gên. 30:3; Deu. 28:35; Juí. 7:5,6; I Reis 8:54; II Reis 1:13; II Crô. 6:13; Esd. 9:5; Jó 3:12; Isa. 35:5; Eze. 7:17; Dan. 6:10; Naum 2:10.

3. *Gónu*, palavra grega que ocorre por doze vezes: Mar. 15:19; Luc. 5:8; 22:41; Atos 7:60; 9:40; 20:36; 21:5; Rom. 11:4 (citando I Reis 19:18); 14:11 (citando Isa. 45:23); Efé. 3:14; Fil. 2:10; Heb. 12:12.

A oração e a homenagem ao Senhor podem assumir muitas formas, incluindo determinadas posições do corpo como símbolos de humildade, súplica e intenso interesse. No Oriente Próximo, era costume pôr-se de pé nas orações públicas, enquanto que o ato de ajoelhar-se confinava-se a atos de obediência e submissão.

Usos Específicos

1. Gênesis 30:3; 50:23 e Jó 3:12 referem-se aos joelhos de uma maneira que dificilmente pode ser compreendida sem informações em um bom comentário. Sendo aparentemente estéril, Raquel deu Bila a Jacó, a fim de que essa serva desse filhos em lugar dela. E o primeiro desses versículos diz: «...e eu traga filhos ao meu colo por meio dela». Assim diz nossa versão portuguesa, mas isso representa uma interpretação, pois o original diz algo como «para que ela (Bila) dê à luz sobre os meus joelhos». Isso poderia significar que Bila se sentaria sobre os joelhos de Raquel, na hora do parto; porém, mais provavelmente ainda, isso significa que ela daria à luz um filho que, mais tarde, seria posto sobre os joelhos de Raquel, para ela segurá-lo como se fosse seu próprio bebê. Isso significaria que Bila estaria dando à luz um filho que seria considerado pertencente a Raquel. Em Gênesis 50:23, lemos que foi sobre os joelhos de Jacó que os filhos de seus descendentes vieram a descansar, o que deve significar que nasceram para que ele os segurasse e reconhecesse como seus, como patriarca que era. Em Jó 3:12, pergunta aquele patriarca: «Por que houve regaço que me acolhesse?» Essa pergunta equivale a «Por que nasci, vindo a descansar nos joelhos de minha mãe?» Outros pensam que seriam os joelhos da parteira, a qual, imediatamente após o nascimento, seguraria a criança no colo. Ou a referência poderia ser ao pai da criança, o qual, segurando o recém-nascido, demonstraria com isso ser ele o pai, o qual estava reconhecendo e recebendo o seu filho.

Alguns supõem que, em Israel, quando um homem acolhia uma criança pequenina em seu colo, estava reconhecendo assim ser o pai daquela criança, como uma futura cidadã de Israel.

2. Ajoelhar-se diante de alguém é um símbolo universal de *submissão*. Quase todas as inúmeras cartas cuneiformes mencionam o ato de ajoelhar-se ou prostrar-se diante de um superior. A arqueologia demonstra o costume na Babilônia, no Egito e entre os cananeus, em suas obras de arte e em seus desenhos. Algumas vezes, o ato consistia, primeiro, em total prostração, e então a pessoa se ajoelhava. Ver Sal. 95:6; Mar. 1:40; 15:19; Mat. 17:14.

3. *Uma postura de oração*. Jesus, em sua agonia no horto, caiu de rosto em terra, orando a Deus. Muitas pinturas exibem-no ajoelhado. Talvez isso também tenha sucedido. Ver Mat. 26:39. Seja como for, no trecho de Atos 20:36, vemos que Paulo ajoelhou-se a fim de orar. Paulo alude ao seu costume de ajoelhar-se, quando orava, em Efésios 3:14.

4. *O senhorio universal de Cristo* é retratado pelo ato de ajoelhar-se, por parte de todos os seres inteligentes, diante dele (Fil. 2:10). Esse ato de ajoelhar-se terá um aspecto restaurador, não sendo apenas uma obediência forçada. Em outras palavras, o senhorio universal de Cristo está alicerçado sobre a idéia da restauração (Efé. 1:10).

JOEZER

No hebraico, «Yahweh é ajuda». Um guerreiro que se aliou a Davi, em Ziclague, quando Davi fugia de Saul (I Crô. 12:6). Não há certeza se ele era benjamita ou judaíta. Viveu na época de Davi.

JOGBEÁ

No hebraico, «outeiro». Esse era o nome de uma cidade de Gileade. Foi fortificada pelos descendentes de Gade (Núm. 32:35). Quando Gideão perseguia aos midianitas, fez um circuito em torno dessa cidade, a fim de atacá-los pela retaguarda (Juí. 8:11). O lugar tem sido identificado com a moderna Khirbet el-Ajbeihat, cerca de onze quilômetros a noroeste de Aman.

JOGLI

No hebraico, «exilado». Foi pai de Buqui. Foi chefe tribal de Dã, e foi escolhido para ajudar na distribuição dos territórios na porção oeste da terra de Canaã, entre as tribos de Israel (Núm. 34:22). Viveu em cerca de 1380 A.C.

JOGO

Ver o artigo sobre o **Acaso**. O jogo envolve a transferência de investimento de algo valioso, na esperança de ganhar mais do que se gastou, com base nas vicissitudes da sorte ou acaso. De acordo com essa definição, muitos atos humanos são puros jogos, envolvendo questões de dinheiro ou de coisas valiosas. O maior de todos os jogos é a bolsa de valores, embora muitos procurem convencer aos interessados de que não se trata de um jogo. Porém, seus argumentos não são convincentes. É verdade que, em relação a isso, o dinheiro arriscado tem por finalidade desenvolver a indústria e o comércio, como também é verdade que, nas loterias federais e estaduais, muitas obras dignas são promovidas através do dinheiro que as pessoas arriscam. Naturalmente, as chances são sempre favoráveis aos banqueiros, e não aos jogadores. De outra sorte, ninguém haveria de querer bancar o jogo. Portanto, parece melhor afirmar que um jogo é qualquer atividade onde o elemento do acaso ou sorte é o elemento *primordial*. Especialmente se estiver envolvido algum dinheiro, então estará havendo jogo, sem importar se aquela atividade seja ou não chamada, oficialmente, de jogo. As especulações com terras também, por certo, são uma forma de jogo. Um jogo é qualquer tipo de ato em que o resultado

depende do mero acaso, quando alguma importância ou valor pode ser ganho ou perdido, na dependência exclusiva desse fator. De acordo com essas definições, o amor entre os sexos também é um jogo, conforme muitas pessoas têm descoberto, para sua tristeza.

De acordo com uma definição mais comum, entretanto, um jogo é um risco que envolve dinheiro, que se pode ganhar ou perder mediante uma aposta. A longa história do jogo tem sido praticamente universal. Dados com números em quatro faces têm sido encontrados no Egito, datando de milhares de anos antes da época de Jesus Cristo. Foram descobertas mesas de jogo entre as ruínas de Pompéia. Tácito, historiador romano (cerca de 100 D.C.) afirmou que os jogos eram um divertimento comum entre as tribos germânicas. Na própria Bíblia lemos acerca do lançamento de sortes (Núm. 26:52-56; I Sam. 10:20,21; I Crô. 24:5). Surpreendentemente, e para consternação de alguns estudiosos da Bíblia, os apóstolos resolveram encontrar o substituto de Judas Iscariotes mediante o lançamento de sortes, um jogo. Alguns, todavia, têm refutado essa interpretação, dizendo que nenhum acaso esteve envolvido, pelo que também não teria havido qualquer jogo. Entretanto, outros confessam que não esteve envolvido um ato dos mais nobres, e que, além disso, uma má escolha foi feita, o que teria sido ocasião para mais tarde, Deus ter escolhido Saulo de Tarso como apóstolo. Como é óbvio, isso tem suscitado muitos debates.

Certos jogos, no sentido moderno do termo, não são mencionados na Bíblia, como, por exemplo, os jogos em que são levantados fundos, como as loterias. Por outro lado, podemos ter a certeza de que o lançamento de sortes envolvia apostas pessoais. Formas comuns de jogos de azar, como esses são chamados, são os vários tipos de loteria, aqueles que envolvem números, a roleta, o baralho, as máquinas para arrecadar moedas, os jogos com dados, os cartões de perfurar, os pebolins, as rifas, as corridas de cavalos ou de cães, as lutas entre homens e entre animais, e muitas competições esportivas, onde vultosas somas são apostadas.

As estatísticas mostram que, nos Estados Unidos da América do Norte, cerca de cinqüenta milhões de cidadãos envolvem-se em alguma forma de jogo, de maneira mais do que esporádica. Isso significa cerca de uma quinta parte da população total do país. Dentre esses, calcula-se que cerca de seis milhões são jogadores compulsivos, para quem o jogo é um vício tão difícil de interromper quanto qualquer outro vício.

O jogador é alguém que possui as seguintes características: trata-se de uma pessoa que gosta de se arriscar, divertindo-se com situações arriscadas. Da mesma forma que há pessoas que participam ou assistem feitos esportivos de modo prazenteiro, assim também os jogadores derivam prazer do jogo, torcendo com entusiasmo, mesmo que se saiam perdedores. Para eles, o prazer está no risco de perder, e não tanto na remota possibilidade de ganhar. Tanto é assim que aqueles que ganham algo em um jogo de azar não se satisfazem enquanto não perdem tudo nas apostas seguintes. Contudo, mostram-se sempre otimistas; e suas tristezas, em vista das perdas (sempre muito mais numerosas do que os ganhos), derivam-se do fato de que isso os leva a dívidas, algumas vultosas. Também são supersticiosos, empregando toda a espécie de esquema para tentar ganhar. Alguns jogadores, pois, sentem um estranho prazer no senso de humilhação e derrota, quando se saem perdedores. Isso talvez explique por que razão o Corinthians, time de futebol de São Paulo, é o maior clube de futebol do Brasil!

Para alguns, o jogo tornou-se tanto uma ciência quanto uma arte, e muitos livros, mais ou menos volumosos, têm sido escritos para ajudar os jogadores a fazerem seus cálculos. Temos de admitir que, para a maioria das pessoas que jogam, só há uma maneira de enfrentar o jogo: ele será bom, se a pessoa sair-se ganhadora; e será mau, se a pessoa sair-se perdedora. A dificuldade é que, usualmente, as pessoas perdem no jogo.

O jogo e a Moralidade. Governos, escolas e até mesmo igrejas têm apelado para o jogo a fim de pagarem suas despesas, construírem instalações, promoverem caridades, dirigirem sistemas escolares, etc. O sucesso desses empreendimentos depende do fator humano em que as pessoas dispõem-se a gastar dinheiro em seu auto-interesse, embora não fossem convencidas, de qualquer outro modo, a *contribuírem* financeiramente para alguma boa causa.

A única coisa que pode ser dita em prol de certos jogos é que muitas obras são assim efetuadas. Quando não há elementos criminosos, envolvendo corrupção presentes nessa forma de atividade, não precisamos considerá-la má em si mesma. Além disso, muitos pensam que é bom que as pessoas dêem dinheiro para causas boas, ainda que, para isso, tenham de ser agitadas por seu auto-interesse e pelo seu prazer de arriscarem-se. Contra o jogo, contudo, pode-se afirmar que a porcentagem de indivíduos que ganha alguma coisa com o jogo é extremamente reduzida, e que, por períodos muitos longos, um dinheiro que poderia ser empregado em coisas úteis, perde-se para sempre. Certo jogador norte-americano calculou que, no decurso de alguns anos, ele já havia gasto cerca de vinte mil dólares no jogo, sem ganhar coisa alguma.

Em alguns casos, o jogo transmuta-se em um vício poderosíssimo, capaz de ser a causa de muitos males, como perda de emprego, separação doméstica, perda de propriedades, etc. Mas, o pior de tudo, é que um jogador inveterado joga até a própria mulher, no seu prazer de arriscar-se sem necessidade. Um forte argumento cristão contra o jogo é que exibe falta de fé no suprimento dado pelo Senhor. No entanto, os aficcionados do jogo retrucam que Deus é capaz de suprir algum dinheiro através do jogo. Mas, não nos devemos esquecer que o Novo Testamento exalta o trabalho árduo e a boa mordomia, o que elimina totalmente a prática do jogo, em qualquer de suas formas. Ver II Tes. 3:10-12; Efé. 4:28; I Cor. 10:23; Gál. 5:13,14; Mat. 22:37; I Tes. 5:22 e Rom. 12:9.

Para benefício dos jogadores compulsivos, que não têm controle nem sobre os seus atos e nem sobre a quantia que estão dispostos a arriscar, foi formada uma instituição na América do Norte, intitulada Jogadores Anônimos, paralela aos Alcoólatras Anônimos quanto a seus propósitos e seu modo de agir. A primeira exigência para quem quiser tornar-se membro dessa organização é o desejo de parar de jogar. As pessoas reúnem-se ali a fim de compartilharem de suas experiências e, mediante o apoio mútuo, procuram alterar sua maneira de pensar e sentir acerca do jogo. Nos países de maioria islâmica o jogo é estritamente proibido. Nos países chamados cristãos, o esforço concentra-se na idéia de exortar os jogadores mediante um bom exemplo, para que cessem a prática.

JOGO DE DADOS

Ver o artigo geral sobre **Jogos**.

••• ••• •••

JOGOS ATLÉTICOS

A mente humana não pode ser continuamente séria. É legítimo, e até mesmo necessário, que as pessoas participem de atividades que sejam mentalmente relaxantes, mesmo que tais atividades não realizem coisa alguma por si mesmas. Alguns jogos atléticos, pois, ajudam as pessoas a aprenderem alguma coisa, que pode ser até mesmo, de natureza positiva. Porém, quase todas essas atividades atléticas visam, tão-somente a entreter. Os esportes melhoram as condições físicas e mentais dos participantes. Os jogos de palavras podem melhorar o vocabulário e o uso da linguagem das pessoas. Porém, um jogo atlético não precisa ser útil e nem preencher um propósito digno, e o simples relaxamento conseguido justifica a prática dos jogos atléticos.

Esboço:

I. Antigos Jogos Atléticos e as Terras Bíblicas
II. A Cultura dos Hebreus e os Jogos Atléticos
III. Os Esportes Entre os Gregos
IV. Esportes e Jogos Atléticos no Novo Testamento
V. Usos Simbólicos

I. Antigos Jogos Atléticos e as Terras Bíblicas

As evidências arqueológicas mostram que os jogos atléticos são tão antigos quanto a própria civilização. Um bom tabuleiro de jogos, de Ur (baixa Mesopotâmia), com data de cerca de 3000 A.C., fornece-nos prova de que desde a mais remota antiguidade havia interesse por coisas assim. Têm sido encontrados dados em todos os locais habitados pelo homem, no mundo antigo. Esses dados eram feitos de vários materiais, como o marfim, cerâmica, madeira, metais, etc. Tabuleiros de jogar têm sido descobertos pertencentes à XVIII Dinastia do Egito (cerca de 1560 — 1350 A.C.). Porém, no Egito, o jogo mais antigo que se conhece é um tabuleiro com homenzinhos feitos de cerâmica. Não sabemos como esse jogo funcionava, todavia. Esse tabuleiro data de cerca de 5000 A.C. Uma outra forma de tabuleiro de jogar foi encontrado em Abidos, de cerca de 2900 A.C. Era feito de alabastro róseo. Estiletes de marfim, com um dos lados pintado de negro, evidentemente, eram usados como se fossem dados. Bolinhas de gude têm sido encontradas pertencentes desde a XVIII Dinastia egípcia. Um completo jogo, com várias peças, foi encontrado em Tell Beit Mirsim (Quiriate-Sefer). Estava em um palácio real, o que mostra que a realeza, algumas vezes, preenchia seus momentos de lazer com jogos. Os hicsos (que invadiram o Egito e, durante algum tempo, dominaram-no) tinham um tabuleiro quadrado de marfim, que usava dados em formato de pirâmide.

As *descobertas arqueológicas* e os *textos literários* demonstram o amor que os egípcios e os babilônios tinham por vários testes de força, como levantamento de pesos e combates corpo a corpo. Porém, é inútil supormos que Jacó, somente porque lutou com um anjo, tivesse treinado qualquer tipo de luta (ver Gên. 32:24-26), embora certos intérpretes bíblicos não concordem com essa avaliação. Outros supõem que a expressão «perna juntamente com coxa», que aparece em algumas versões, como, por exemplo, a Edição Revista e Corrigida da tradução de J.F. de Almeida, da Sociedade Bíblica do Brasil, em Juízes 15:8 (embora não na versão portuguesa que serve de base para esta enciclopédia), reflete alguma espécie de luta técnica. Outros também supõem que o combate em grupo, mencionado em II Samuel 2:14, começou como uma espécie de competição em forma de luta livre. O arco e a flecha, aparentemente, era um jogo em que a habilidade era desenvolvida com propósitos mais práticos (I Sam. 20:20; Jó 16:13; Lam. 3:12). É verdade que em relevos assírios um dos esportes ilustrado é o do arco e flecha, que os assírios não usavam somente com finalidades guerreiras.

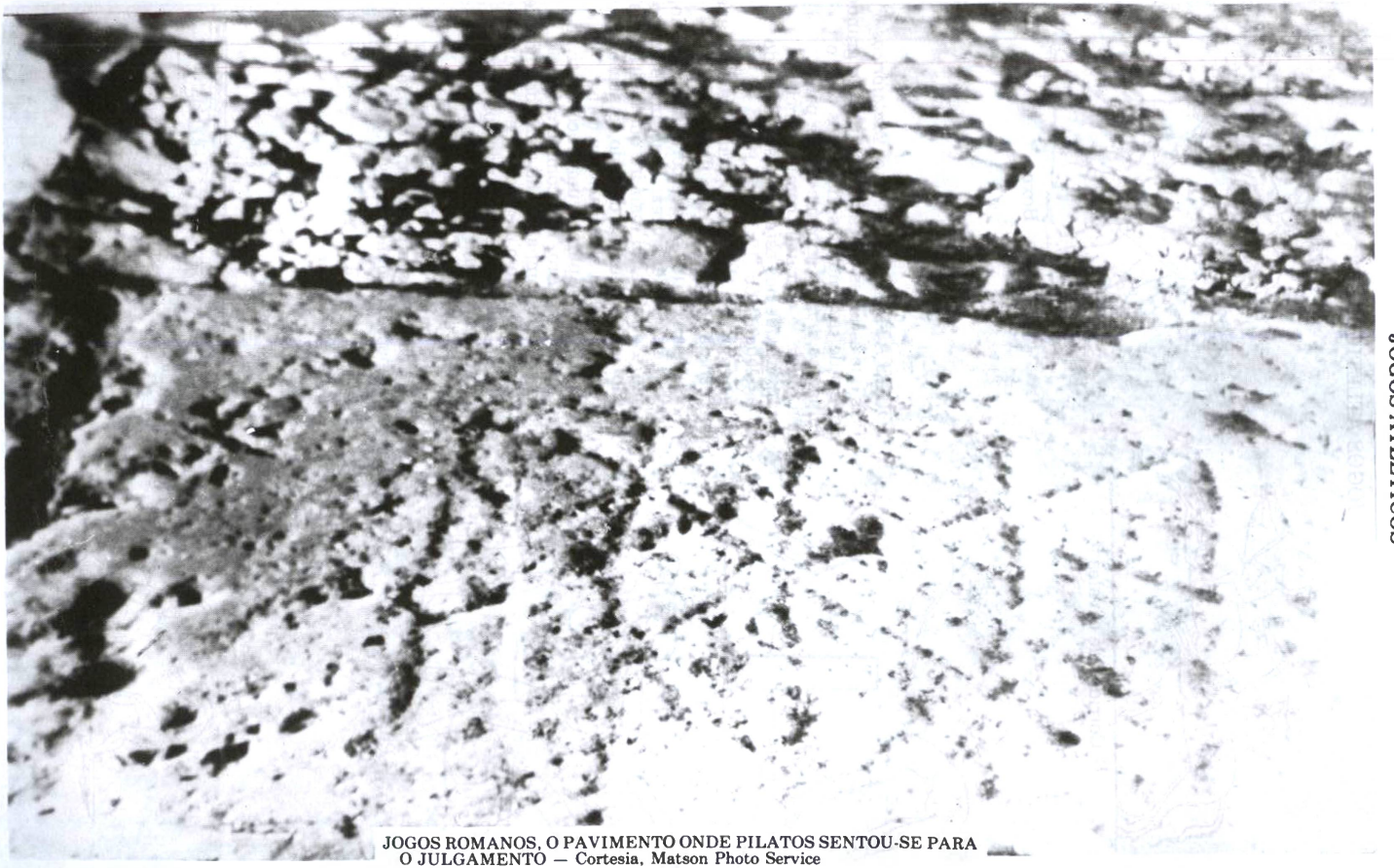
Uma forma de xadrez era jogado no Elão e na Babilônia, desde o terceiro milênio antes da era cristã. Têm sido descobertos tabuleiros de jogos em Nínive, em Tell Half e na Síria, embora não se saiba dizer como esses jogos operavam. Um tabuleiro extremamente elaborado e bem decorado foi descoberto na ilha de Creta. Era trabalhado em ouro, prata, marfim e cristal, o que demonstra que, para algumas pessoas, jogar era uma atividade importantíssima. Brinquedos, bonecas, animais em miniatura e outros objetos eram usados pelas crianças da antiguidade. Bonecas com juntas móveis e com cabelos, tipo vida real, têm sido encontradas. Brinquedos encontrados em Tell Beit Mirsim incluem apitos, reco-recos e bonecas. No Egito, os cidadãos mais abastados ocupavam-se na caça, e a pesca era um esporte. O equipamento que usavam era bastante elaborado, incluindo cajados entalhados, bumerangues de madeira, arpões, lanças para pescar e anzóis de bronze.

II. A Cultura dos Hebreus e os Jogos Atléticos

É possível que a luta livre fosse um esporte na antiguidade (ver Gên. 32:24-26; II Sam. 2:14 e Juí. 15:8). O arco e a flecha eram usados na guerra, mas também servia de esporte (I Sam. 20:20; Jó 16:13; Lam. 3:12). As crianças tinham jogos infantis nas ruas (Zac. 8:5), alguns dos quais imitavam coisas que elas viam nos adultos, incluindo casamentos e funerais. Isso é refletido em Mat. 11:16. Há algumas evidências de que as crianças hebréias imitavam os jogos egípcios como jogos de mão, cabo de guerra, lançamento e apanhamento de bolas, o uso de raquetes, folguedos com modelos de animais, carros miniatura e outros brinquedos. As bonecas com juntas móveis podem ter sido objetos de culto e não brinquedos infantis. E talvez a guarda de pássaros mansos (ver Jó 41:5) também fosse considerada um esporte.

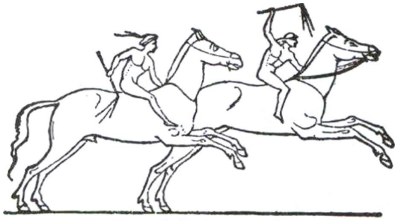
A cultura dos hebreus caracterizava-se pelo uso do vinho, pelos banquetes, pelo regozijo, pela dança, pelo regozijo em comunidade, e essas atividades eram muito comuns entre os israelitas. Ver Jer. 21:4; Juí. 9:27; 11:34; 21:21; I Reis 1:40; Êxo. 15:20. Essas atividades celebravam todas as formas de ocasião embora também servissem apenas como diversão, conforme essas referências bíblicas mostram bem. Uma forma de entretenimento entre os adultos consistia em reunir-se e contar piadas (Jer. 15:17; Pro. 26:19). As pessoas fazem coisas assim quando não costumam usar sua imaginação de maneira mais proveitosa; mas tal atividade, até os nossos próprios dias, continua sendo muito comum nas pequenas cidades, onde não há qualquer forma de entretenimento constante.

Parece que os hebreus contavam com certos eventos esportivos públicos, vinculados às atividades militares. Nesses jogos, aos jovens eram ensinadas habilidades militares como o uso do arco e da flecha, ou então da funda (ver I Sam. 20:20; 35:40; Juí. 20:16; I Crô. 12:2). Até hoje os homens se ocupam em jogos de guerra, a fim de que, chegado o momento da necessidade, saibam como ferir e matar com maior eficácia. O Talmude menciona jogos com dados, uma prática provavelmente derivada do Egito. Os jogos públicos, excetuando aqueles com propósitos militares, não faziam parte da cultura dos hebreus, conforme sucedia entre os gregos e os romanos. Os hebreus consideravam os jogos gregos como atividade



JOGOS ROMANOS, O PAVIMENTO ONDE PILATOS SENTOU-SE PARA O JULGAMENTO — Cortesia, Matson Photo Service

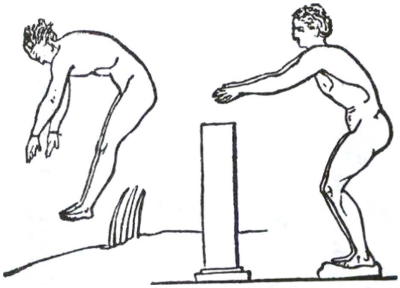
JOGOS ATLÉTICOS

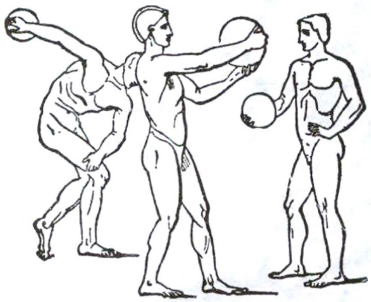


Corridas de cavalos



Boxe





Pulos e discos

JOGOS ATLÉTICOS— *Usos Metafóricos*

Pois que estamos rodeados de uma tão grande nuvem de testemunhas, deixemos todo o embaraço, e o pecado que tão de perto nos rodeia, e corramos com paciência a carreira que nos está proposta, olhando para Jesus. (Heb. 12:1,2)

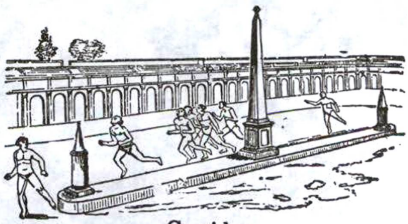
Prossigo para o alvo, pelo prêmio da soberana vocação de Deus em Cristo Jesus. (Fil. 3:14)

Não sabeis vós que os que correm no estádio, todos, na verdade, correm, mas um só leva o prêmio? Correi de tal maneira que o alcanceis. E todo aquele que luta de tudo se abstém; eles o fazem para alcançar uma coroa corruptível, nós, porém, uma incorruptível. Pois eu assim corro, não como a coisa incerta; assim combato, não como batendo no ar. Antes subjugo o meu corpo, e o reduzo à servidão, para que, pregando aos outros, eu mesmo não venha de alguma maneira a ficar reprovado. (I Cor. 9:24-27)

Retendo a palavra da vida, para que no dia de Cristo, possa gloriar-me de não ter corrido nem trabalhado em vão. (Fil. 2:16)



Luta romana



Corridas

des próprias dos pagãos. Assim, quando Jason erigiu um ginásio, isso foi considerado um ato tipicamente helenista (I Macabeus 1:14; II Macabeus 4:12-14). Paulo, em seus escritos, aludiu por várias vezes a eventos esportivos, embora, nos ensinos de Jesus, haja uma notável ausência a menções a essa atividade humana, excetuando a sua alusão aos jogos infantis de rua (ver Mat. 11:16,17). Sem dúvida, isso reflete uma diferença cultural entre os dois. Paulo era um típico greco-romano ao passo que Jesus era um típico palestino.

III. Os Esportes entre os Gregos

O ideal grego era corpo são e mente sã. Os esportes competitivos eram altamente desenvolvidos nas cidades-estados dos gregos. Os jogos gregos mais elaborados e célebres eram quatro: os *jogos istmianos*, efetuados no ístmo de Corinto, em um bosque consagrado a Poseidon. Isso começou em 589 A.C., sendo efetuados no primeiro mês da primavera, bem como no segundo e no quarto anos de cada Olimpíada. As Olimpíadas eram efetuadas de quatro em quatro anos, entre duas celebrações sucessivas dos jogos olímpicos. Os gregos antigos calculavam o tempo por meio desses períodos. 2. Os *jogos nemeanos*, celebrados no vale de Neméia, em honra a Zeus. 3. Os *jogos olímpicos*, celebrados em honra a Zeus, em Olímpia. 4. Os *jogos pitianos*, realizados na planície Crisseana, perto de Delfos, a partir de 586 A.C. Estes ocorriam a cada quatro anos, no terceiro ano após cada Olimpíada. Os jogos olímpicos eram celebrados a cada quatro anos.

É claro que os esportes gregos eram efetuados de mistura com a religiosidade pagã. E talvez seja em parte por esse motivo que os hebreus criticavam qualquer coisa assim e não participavam de tal atividade. Esses jogos incluiam oferendas, principalmente a Zeus, mas também a outras divindades. Além disso, havia muitas formas de competição, de corridas, de saltos, de lançamento de lança, de lutas, de boxe, de corridas de bigas e também o pancrácio (um misto de boxe e luta livre), a corrida com armaduras, competições entre arautos e trombeteiros, etc. A princípio, essas competições eram franqueadas aos homens livres de pura ascendência helênica; mas, posteriormente, os romanos começaram a participar. Os jogos eram observados até mesmo por escravos e bárbaros, mas as mulheres não podiam participar dos mesmos. Todos os competidores deveriam apresentar-se bem preparados, após terem treinado, pelo menos, durante dez meses. Juízes oficiais eram nomeados para declarar os vencedores. Os competidores que usassem de ludíbrio, ou que desobedecessem às regras dos jogos, eram desqualificados. Os prêmios incluíam, originalmente, artigos de valor; mas, com a passagem do tempo, os vencedores recebiam apenas uma coroa de louros, feita com folhas da sagrada oliveira brava, que teria sido cultivada, pela primeira vez, por Neracles. Os atletas visitantes também recebiam muitas honras, incluindo prêmios em dinheiro, depois de terem voltado para suas respectivas nações de origem. Herodes, o Grande, introduziu jogos assim na Palestina, tendo-se então tornado comuns teatros e grandes anfiteatros de pedras. A arqueologia tem demonstrado amplamente essa situação na Palestina. À medida que se foi processando a helenização do Oriente Próximo, os jogos e esportes dos gregos foram-se tornando mais e mais comuns nas terras bíblicas. As muitas alusões de Paulo aos esportes demonstram isso. Ver a quarta seção, abaixo. O mundo pagão do período neotestamentário dava grande valor às diversões, tal como sucede em nossos próprios dias.

IV. Esportes e Jogos Atléticos no Novo Testamento

1. Jogos infantis de rua (Mat. 11:16,17).

2. Corridas de bigas (provavelmente) (Fil. 3:13 *ss*).

3. Corridas a pé (mais provavelmente) (Fil. 3:13,14). Temos nesse trecho uma excelente aplicação espiritual relacionada à chamada à salvação, a percorrer o próprio percurso da corrida cristã e à obtenção do prêmio final, isto é, o destino humano, dentro da salvação providenciada por Deus. Essa passagem bíblica tem inspirado muitos sermões, muitas lições.

4. O trecho de I Coríntios 9:24-27 fala sobre a necessidade que todo atleta tem de treinar e de seguir as regras à risca. Essa ilustração também foi usada por Epicteto, um filósofo estóico romano; e, sem dúvida foi tomada por empréstimo do fundo estóico pelo apóstolo Paulo, cujos ensinamentos éticos com freqüência contêm metáforas e lições estóicas. Nessa passagem, Paulo alude a vários esportes, o que tenho anotado no NTI, *in loc*. Ele ilustrou como a vida espiritual precisa ser conduzida com disciplina e treinamento, porquanto, somente dessa maneira, podem ser produzidos vencedores. Nem todos os homens que competem saem-se vencedores. Um atleta precisa tornar-se um *mestre* em seu esporte, para poder triunfar. O crente bem-sucedido também deve ser um mestre de sua fé e da prática da mesma.

5. O trecho de II Timóteo 2:4 frisa que nenhum atleta é coroado, por haver obtido a vitória, a menos que tenha obedecido às regras do jogo. Nesse passo bíblico, o apóstolo exortava a Timóteo para que fosse disciplinado, diligente, capaz de dominar sua fé cristã, a fim de que pudesse viver a vida cristã com poder e sucesso, cumprindo a sua missão.

6. A passagem de II Timóteo 4:8 menciona a «coroa da justiça» que esperava por Paulo, por haver terminado com sucesso a sua carreira. Ele havia guardado a fé e também havia terminado a sua carreira. Na qualidade de atleta espiritual, inevitavelmente, ele haveria de receber a coroa da vitória. O trecho de I Pedro 5:4 repete esse pensamento geral.

7. As passagens de Gálatas 2:2; 5:7; Filipenses 2:16 e Hebreus 12:1,2 referem-se à corrida, para o que um mínimo de vestuário era usado e durante a qual o atleta não transportava nenhum peso. A nuvem de testemunhas refere-se aos espectadores de qualquer corrida. Os pesos a serem evitados são os pecados e os obstáculos à prática apropriada da vida cristã.

8. I Coríntios 15:32 é trecho que alude ao brutal esporte romano que consistia em forçar homens (usualmente criminosos ou prisioneiros de guerra, que eram indesejáveis) a lutar com feras, nas arenas. É possível que as «feras» aludidas no texto fossem os adversários *humanos* de Paulo, animalescos em sua maneira de tratar seus semelhantes; porém, alguns intérpretes pensam que a alusão deve ser entendida literalmente. Todavia, a interpretação metafórica parece ser preferível. Os adversários de Paulo eram quais feras, fortes e brutais, cujo intuito era matar e destruir.

9. Paulo afirma, em I Coríntios 4:9, que os apóstolos eram como um *theatron*, um teatro, um espetáculo para os homens e para os anjos, em face dos abusos que sofriam, o que, provavelmente, incluia a sujeição a diversões brutais dos romanos. Talvez o circo romano esteja em foco. Os lutadores e gladiadores eram forçados a ficar combatendo até à morte. Esses podiam ser cativos de guerra ou criminosos. Algumas vezes, seres humanos eram forçados a lutar com feras. Os espectadores contemplavam tudo entre gritos, e ficavam satisfeitos

somente quando viam o sangue jorrar e seus semelhantes perderem a vida. Paulo ilustra o sacrifício e os perigos envolvidos em ser um seguidor de Cristo, mediante cenas comuns em seus dias. Muitos viam os sofrimentos dos cristãos com uma alegria perversa.

10. O trecho de I Timóteo 4:8 afirma que o exercício físico tem algum valor, embora bem menor do que o exercício espiritual e moral, que visa ao desenvolvimento da alma, mediante a piedade, ou temor a Deus. Os esportes e os jogos, portanto, estão incluídos nesses valores secundários. Paulo, pois, reconheceu sua relativa utilidade. Porém, ele não se esquece de acautelar-nos para reconhecermos os grandes e duradouros valores da vida, as realidades do Espírito de Deus.

V. Usos Simbólicos

1. O jogo da vida: as vicissitudes, os ganhos, os riscos, as reversões desta vida terrena.

2. Metáforas esportivas abundam nos sonhos e nas visões daqueles que se ocupam em tais atividades, usualmente retratando conflitos, atividades profissionais, esperanças a serem atingidas, alvos a serem obtidos, etc.

3. Os jogos de baralho simbolizam a estratégia que alguém pode empregar em qualquer empreendimento humano.

4. Jogos e esportes simbolizam a vitalidade, o esforço dirigido em busca de alguma vitória ou realização. (FAL MU PM UN Z)

JOIADA

No hebraico, «conhecido por Deus» ou «o Senhor reconheceu». Esse é o nome de várias personagens da Bíblia, a saber:

1. O pai de um dos notáveis guerreiros de Davi, de nome Benaia (II Sam. 8:18; 20:23; 23:20,22; I Reis 1:8,26, etc). Ele viveu em algum tempo antes de 1046 A.C.

2. Um dos filhos de Benaia, um dos principais conselheiros de Davi, conforme somos informados em I Crô. 27:34. É provável que ele tivesse sido a mesma pessoa que aquela acima (número um).

3. Um sumo sacerdote dos tempos de Acazias e Atalia. Seu nome é melhor relembrado por sua participação na reintegração do jovem Joás ao trono. Joás havia sido salvo do massacre com que Atalia, sua avó, quisera exterminar a linhagem real de Davi. Dali por diante, Joiada foi um fiel conselheiro de Joás. Ver II Reis 11 e 12 e II Crô. 23 e 24. A determinação de Joiada foi demonstrada pelo fato de que durante seis anos, ele e sua esposa, Jeosabeate, irmã do rei Acazias, ocultaram o sobrinho dela, Joás, nos recintos do templo. Durante todo esse tempo, Atalia, filha de Acabe e mãe do rei Acazias, reinou como usurpadora. Finalmente, porém, Atalia foi executada, fora do recinto do templo.

Enquanto Joás era menor de idade, Joiada era quem, realmente, governava o país. Ele destruiu os santuários dedicados a Baal e organizou os levitas, a fim de que pudessem dedicar-se devidamente à adoração ao Senhor. Arranjou duas esposas, a fim de garantir que haveria sucessão real (II Crô. 24:3), e reparou o templo de Jerusalém, por insistência de Joás. Joiada faleceu com cento e trinta anos de idade, e foi sepultado no túmulo real, em reconhecimento por seus relevantes serviços prestados à nação, por sua coragem e determinação. O trecho de II Crônicas 24:17 *ss* mostra que assim que Joiada faleceu, a nobreza do reino não demorou a rebelar-se contra suas estritas tradições religiosas.

4. Um príncipe aaronita que veio aliar-se a Davi, em Hebrom (I Crô. 12:27). Viveu por volta de 1048 A.C.

5. O sumo sacerdote dos tempos de Seraías, mas que foi deposto por Zedequias. Sofonias foi nomeado em lugar dele (Jer. 29:25-29).

6. Um sumo sacerdote de Israel, sucessor de Eliasibe ou Joasibe, que viveu na época de Neemias, isto é, em cerca de 434 A.C. Ver Nee. 12:10,11,22; 13:28.

7. Um filho de Paseia, um sacerdote que ajudou a reparar a Porta Velha, após o cativeiro babilônico, quando Neemias restaurou as muralhas de Jerusalém. Ver Nee. 3:6. Viveu em torno de 435 A.C.

JOIAQUIM

No hebraico, «Yahweh estabelece». Foi sumo sacerdote em Israel. Era filho daquele Jesus (vide), que, em companhia de Zorobabel, liderou o primeiro grupo de exilados que voltou da Babilônia para Jerusalém. Seu filho se chamava Eliasibe (Nee. 12:10,12,16). Viveu em torno de 445 A.C.

JOIARIBE

No hebraico, «Yahweh contentará». Esse foi o nome de três personagens que figuram nas páginas do Antigo Testamento, a saber:

1. Um silonita (descendente de Selá, filho de Judá). Ele é alistado na genealogia de Masséias (Nee. 11:5). Viveu em torno de 445 A.C.

2. Um homem que retornou com Esdras do cativeiro babilônico (Esd. 8:16). Ele atuou como um dos dois mestres que Esdras usou para obter servos do templo, que se ocupariam em trabalhos sagrados.

3. Um fundador de um dos turnos sacerdotais (Nee. 12:6). Terminado o cativeiro babilônico, seus descendentes se mostraram ativos, sob a direção de Neemias. Ver Nee. 11:10 e 12:19. Viveu em torno de 536 A.C.

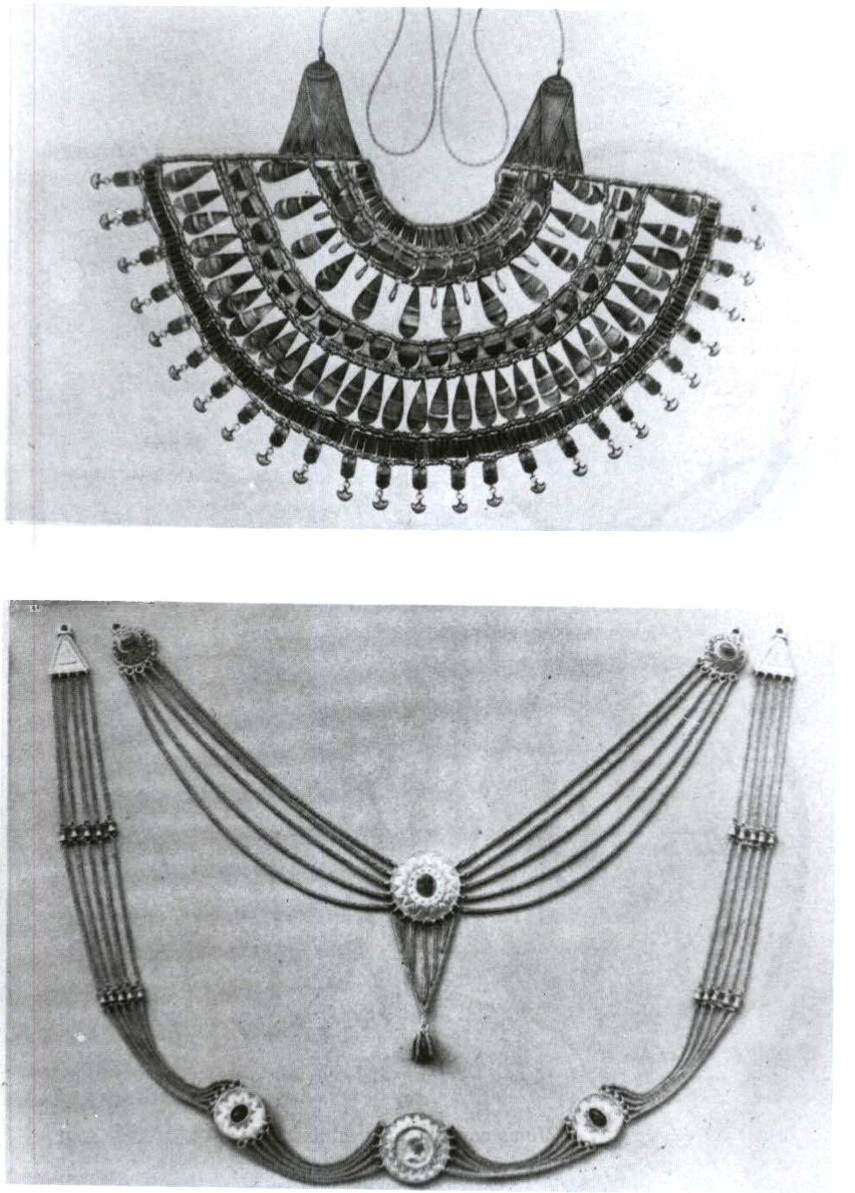
JÓAIS E PEDRAS PRECIOSAS

Esboço:

I. Antiga História das Jóias
II. Uso de Jóias na Bíblia
III. Jóias Egípcias, Assírias, Babilônias, Fenícias, Gregas e Romanas
IV. Pedras Preciosas Especificamente Usadas
V. Uso Metafórico

I. Antiga História das Jóias

Quase até onde a arqueologia nos leva de volta ao passado, há evidências do uso de jóias e pedras preciosas como adorno, e com propósitos de culto público ou privado. Alguns metais são considerados preciosos, como o ouro e a prata. E também temos as pedras preciosas e semipreciosas. Porém, antes do uso desses materiais, eram usados vários itens de origem orgânica, como conchas, âmbar, corais, e até mesmo dentes, garras e ossos de animais. Materiais mais primitivos, incluindo pedras, polidas ou não, eram usados na Idade da Pedra. Agulhas e fivelas serviam a propósitos úteis como se fossem colchetes para roupas, mas outros itens, como contas, anéis, pendentes e outros objetos decorativos, eram usados como enfeites pessoais, ou, então, como encantamentos que supostamente protegiam os usuários de poderes misteriosos que, porventura, estivessem vagando ao redor. Os motivos que levaram os homens a fabricar jóias indicam o desejo de obter adorno



Jóias egípcias (250 A.C.)

Cortesia, Metropolitan Museum of Art



Jóias com retratos miniaturos

Jóias com retratos miniaturos, cultura grega, Cortesia, Boston Museum of Fine Arts

público ou particular, ou então considerações práticas, como no caso de colchetes e alfinetes. E também devemos pensar nos usos religiosos, como no uso supersticioso de jóias, para efeito de proteção, ou então para atrair o favor de alguma divindade, que era considerada como honrada por alguma jóia. O fabrico de jóias de alta qualidade, no antigo Oriente Médio, até onde nossas evidências o demonstram, começou no quarto milênio A.C., no Iraque e no norte da Síria. Era usada a técnica da roda para a obtenção do polimento, uma técnica que se propagou à Mesopotâmia tão cedo quanto 3000 A.C.

Entre os primeiros objetos de ouro, usados como enfeite, encontram-se aqueles descobertos nos vales dos rios Tigre e Eufrates, pertencentes cerca de 2500 A.C. Muitos itens dessa espécie têm sido encontrados nos tŭmulos sumérios de Ur. A fundição e a gravação eram técnicas praticadas desde então, com quase incrível habilidade decorativa. Na era pré-histórica do bronze, muitos objetos decorativos e jóias eram feitos desse metal. A prática quase universal de sepultar jóias e pedras preciosas juntamente com os mortos, tem-nos permitido recolher um tremendo acervo de informações sobre as jóias antigas. Os benefícios laterais incluem informações sobre a tecnologia, o comércio, as artes, a cultura e os movimentos migratórios dos povos antigos.

II. Uso de Jóias na Bíblia

Palavras Gerais no Hebraico. a. **Segullah**, que significa «fechado», «tesouro», algumas vezes refere-se, especificamente, a jóias. Ver Mal. 3:17, e quanto a usos figurados, ver Sal. 135:4. b. *Keli*, algo «feito» ou «preparado», como um artigo de ouro ou prata (Gên. 24:53; Êxo. 3:22; 11:2; 12:35; Núm. 31:50,51; Isa. 61:10; Eze. 16:30). Essa palavra tem sentido geral e pode significar decorações e armadilhas, e não, especificamente, jóias. c. *Chali*, um ornamento ou adorno pequeno (Osé. 2:13), embora tal termo também possa ter um sentido geral. d. *Nezem*, especificamente, um «anel», para ser usado em um dedo ou pendurado no nariz (Gên. 35:4; Êxo. 32:2,3; Eze. 16:12; Juí. 8:24,25; Pro. 25:12).

A palavra *jóias* não figura no Novo Testamento, embora haja menção a muitas pedras preciosas e semipreciosas, usadas no fabrico de jóias. Ver sob a quarta seção, abaixo.

Usos dos Hebreus

1. Nos dias do Antigo Testamento, as jóias eram muito apreciadas tanto por homens quanto por mulheres (Êxo. 11:2; Isa. 3:18-21). 2. Jóias eram dadas como presentes (Gên. 24:22,53). 3. Jóias faziam parte dos despojos de guerra (II Crô. 20:25). 4. A riqueza era parcialmente contada sob a forma de jóias, mormente antes do aparecimento das moedas (II Crô. 21:3). 5. As jóias proviam um certo padrão de valor (Jó 28:16; Pro. 3:15; Apo. 21:11). 6. Os tipos de jóias incluíam os braceletes para o pulso (Gên. 24:22,30,47; Eze. 16:11); ornamentos para o tornozelo (Isa. 3:18,20); os colares (Gên. 41:42—comparar com Luc. 15:8). Um colar podia ser feito por uma fieira de moedas presas lateralmente entre si, como o trecho de Luc. 15:8 pode subentender. Também eram usadas coroas (Zac. 9:16); brincos (Gên. 24:22); argolas para o nariz (Isa. 3:21); anéis para os dedos (Gên. 41:42; Est. 3:10; Luc. 15:22). Pedras preciosas também eram usadas como jóias, em selos com inscrições.

2. Havia jóias vinculadas à adoração no tabernáculo. O sumo sacerdote tinha um peitoral adornado de pedras preciosas (Êxo. 28:17-20 e 39:10-13), que é a mais completa coleção de pedras preciosas citada em todo o Antigo Testamento. É provável que essa arte do fabrico de jóias tenha sido uma arte aprendida dos egípcios. Também pode ser percebida a influência dos assírios, dos babilônios e dos fenícios, nas jóias que, posteriormente, foram feitas pelos hebreus. Todavia, as pedras preciosas não eram cortadas facetadas, o que já foi um desenvolvimento europeu posterior. Antes, as pedras preciosas e semipreciosas eram polidas em vários formatos, com superfícies polidas convexas. Esse modo de preparação continua sendo usado no caso de várias pedras, nos dias modernos, como as turquesas, as opalas, os ortoclásios, as granadas, etc. Esse método não produz um brilho tão grande conforme conseguem algumas técnicas modernas de lapidação. Refrações brilhantes resultam de reflexos internos de luz, produzidos pela refração de raios luminosos, partindo de numerosas facetas. Os antigos, entretanto, não conheciam essa técnica. Os antigos apreciavam mais a ornamentação das pedras preciosas por meio de inscrições gravadas nas mesmas. Eles eram excelentes quanto a esse particular, ao ponto que as técnicas mais modernas não podem igualar a nitidez dessas inscrições antigas.

III. Jóias Egípcias, Assírias, Babilônias, Fenícias, Gregas e Romanas

1. *Egípcias*. Certas jóias egípcias eram feitas de material frágil, vítreo, conforme têm sido encontradas nos túmulos egípcios e nas decorações de múmias. No caso de adornos para pessoas vivas, eram empregadas jóias de metais e de pedras preciosas. A cornalina, o jaspe, a turquesa, a esmeralda, o lápis-lazúli são materiais de que foram feitas jóias antigas, descobertas pelos arqueólogos. Sabemos que os antigos egípcios faziam centenas de sondagens, em busca de esmeraldas. A arte do fabrico de jóias atingiu uma admirável precisão e graça, no antigo Egito. Jóias de grande elegância têm sido encontradas com as múmias da XII dinastia egípcia. As jóias encontradas no túmulo de Tutancamom, da VIII dinastia egípcia eram magnificentes. O túmulo dele foi aberto em 1922, sem que, antes disso, coisa alguma tivesse perturbado esse túmulo. De algum modo, havia escapado às pilhagens dos ladrões. Colares, braceletes, anéis e vários outros tipos de jóias foram, então, encontrados. As pedras ali usadas eram a cornalina, a pérola (considerada uma pedra preciosa pelos antigos), a esmeralda e o lápis-lazúli. Duas notáveis coroas foram achadas, incrustradas de flores feitas de gemas diversas, e leques de enfeites tipo flores. Os pedúnculos das flores eram fabricados com ouro. Mas, talvez o formato mais familiar de jóias, entre os egípcios, fosse o dos chamados selos escaravelho. O escaravelho (uma vespa grande, que gosta de restos de fezes) era considerado um inseto sagrado pelos antigos egípcios, e as gemas eram moldadas de modo a representar esse inseto.

2. *Assírias e Babilônias*. Mui caracteristicamente, as jóias assírias e babilônias eram grandes e espetaculares. Os formatos mais conhecidos eram os cilindros caldeus, ou selos de rolar. Tinham propósitos práticos, mas também eram usados esses selos como ornamentos. Alguns desses selos, como é claro, eram usados como encantamentos. Heródoto menciona selos cilíndricos, observando que eles faziam parte do vestuário dos cavalheiros babilônios, em ocasiões especiais. Comparar isso com Gên. 38:18. As jóias sumérias têm sido ilustradas por jóias achadas no túmulo real da rainha Subade, descoberto em Ur dos caldeus. Os selos cilíndricos eram feitos com pedras semipreciosas gravadas, ou, então, com cerâmica vitrificada, provenientes desde antes de 3200 A.C. Esse itens foram os antepassados das jóias

produzidas nos tempos clássicos dos gregos e dos romanos.

3. *Fenícias*. Não há que duvidar que joalheiros e obras de arte fenícias, (trabalhadas estas em metais), apareciam em Judá, sobretudo nas cidades maiores. Mas, a maioria desses artesãos eram itinerantes. Eles percorriam muitos lugares, levando fornalhas portáteis e vendendo os seus objetos de arte. As mulheres traziam moedas e metais preciosos, bem como pedras preciosas e semipreciosas que aqueles joalheiros transformavam em belas jóias, como braceletes, pulseiras e anéis. Escavações feitas nos túmulos reais de Biblos, na Fenícia, têm encontrado grande abundância de objetos dos habilidosos joalheiros artesãos fenícios. O Museu Nacional do Líbano exibe muitas jóias e obras de arte dessa natureza, feitas por artesãos fenícios.

4. *Gregas*. A era áurea grega, que foram os séculos V e IV A.C., produziu notáveis obras de arte sob a forma de jóias. A arqueologia tem desenterrado pássaros em miniatura, animais e outros itens decorativos, que tomavam a forma de pendentes, brincos e outros objetos. Flores e folhagem, imitando a natureza, feitas de finíssimas folhas de ouro batido, encontram-se entre os tesouros descobertos pelos arqueólogos. Algumas dessas folhas de ouro eram tão finas que chegavam a mover-se ante o mais leve movimento do ar!

5. *Romanas*. O fabrico de jóias, entre os romanos, caracterizava-se, acima de tudo, pelo uso de pedras semipreciosas, preparadas segundo descrevemos no ponto segundo, acima, *Usos dos Hebreus*. 2. Essas pedras eram moldadas *en cabochon*, ou seja, em forma *ovalada*, seguindo o formato natural das pedras. Também havia jóias preparadas a partir de conchas, sardônio, ônix e ágata. Era empregada uma técnica que aproveitava ao máximo as camadas naturais das pedras. As gemas recebiam desenhos, freqüentemente com filigranas intrincadas, representando animais, membros da família de uma pessoa, ou representações mitológicas e imperiais. Os *camafeus* romanos chegaram a ser copiados pelos joalheiros da Renascença a partir do século XV. Um camafeu é uma pedra ou uma concha com desenhos em relevo, a fim de exibir as diferentes camadas coloridas da pedra. Os romanos não foram os inventores da arte da esmaltagem; mas usavam essa técnica de maneiras inéditas, usando pós de vidro, predominantemente nas cores branco e vermelho, a fim de preencher cavidades feitas a propósito, em ornamentos de bronze. O calor aplicado sobre as peças permitia que houvesse uma fusão permanente de materiais. Muitos broches, fivelas e vários outros objetos têm vindo à luz através das descobertas arqueológicas.

IV. Pedras Preciosas Especificamente Usadas

1. *Metais*: o cobre (II Tim. 4:14); o ouro (Sal. 21:3); o ferro (II Crô. 18:10); a prata (Êxo. 3:22).

2. *Ligas metálicas*: o latão (Apo. 1:15); o bronze (II Crô. 24:12).

3. *Os óxidos*: as ametistas (Apo. 21:20), usualmente de cor púrpura; *os cristais* (Apo. 21:11), claros ou opacos, de variegadas cores, ou mesmo sem cor; a *ágata* (Isa. 43:12), de cor verde ou de outras cores; *a cornalina* (Êxo. 39:13), nas cores vermelha, marrom e azul; *a calcedônia* (Apo. 21:19), também chamada, em algumas traduções, de «ágata», usualmente verde, mas também branco leitoso, com veios azuis. Plínio informa-nos de que certas esmeraldas e jaspes eram também denominadas «calcedônias», por serem provenientes da Calcedônia, região da Ásia Menor. *Os crisóprasos* (Apo. 21:20), também chamados «berilos», verde bem claro, eram pedras de difícil identificação. *O jaspe* (Êxo. 28:20), provavelmente o jade está em pauta, ou, então, o quartzo esverdeado. O nome jaspe era empregado pelos antigos para indicar pedras de várias cores, ainda que na linguagem moderna esteja em foco uma forma de quartzo opaco, vermelho escuro. *O ônix* (Eze. 28:13) indicava uma pedra esverdeada. A Septuaginta diz «berilo», em vários trechos onde o original hebraico diz ônix. Algumas vezes está em foco uma ágata translúcida, com camadas brancas e pretas. A própria palavra, «ônix», significa «unha», porquanto essa é a aparência dessa pedra. *O sardônio* (Apo. 4:3), que também pode apontar para a cornalina, que já descrevemos acima, era outra dessas pedras. O *sárdio* (Apo. 21:20), que era uma pedra vermelha, no hebraico tem seu nome derivado de *'adam*, que significa «avermelhar». Modernamente, também existe o sárdio, uma forma de cornalina. Era um quartzo de cor vermelha ou marrom profundo. *A sardônica* (não confundir com o «sardônio», acima) também era uma variedade da ágata, com camadas marrons e brancas. Os antigos também usavam a palavra «ônix» para indicar essa pedra.

4. *O alumínio*: o diamante (Êxo. 3:9; Zac. 7:12), conforme o classificamos atualmente, provavelmente não era uma pedra conhecida pelos antigos hebreus e gregos. Todavia, o poeta Manilius, em cerca de 12 D.C., como também Plínio, definidamente descreveram o verdadeiro diamante. O mais provável é que aquilo que a Bíblia chama de «diamante» fosse o *coríndon*, o mais duro dos minerais, depois do diamante. Ver o artigo separado sobre o *Diamante*. Essa palavra significa «invencível», por ser duríssima essa pedra. *O rubi* (Lam. 4:7), que algumas traduções (como a nossa versão portuguesa) chamam de *coral*, indicava a cor vermelha, embora dificilmente esteja em foco a verdadeira pedra rubi. O coral vermelho está em foco, em algumas referências bíblicas. Alguns estudiosos têm sugerido a tradução «pérolas róseas». De fato, essa palavra significa «vermelhidão». É possível que esteja em mira a granada. *A safira* (Êxo. 24:10) é o moderno «lápis-lazúli», uma pedra de azul profundo, porquanto a moderna safira, que é um coríndon azulado, provavelmente não era conhecida pelos antigos.

5. *Carbonatos*: *a malaquita* (Est. 1:6; em nossa versão portuguesa, «alabastro»), que era um carbonato esverdeado.

6. *Sílicas*: *o berilo* (Apo. 21:20), uma pedra verde associada a Társis, na Espanha, que era o verdadeiro berilo ou uma pedra similar a ela, quanto à cor. *O carbúnculo* (Isa. 54:12), uma pedra verde, que a Septuaginta, em algumas de suas ocorrências, traduz por «esmeralda». Pode estar em pauta o berilo verde. O carbúnculo moderno é vermelho. *A crisólita* (Êxo. 28:17) era um topázio amarelo, ou um quartzo amarelado. *A esmeralda* (Apo. 21:19), que, provavelmente, inclui a verdadeira esmeralda, embora também a granada e o carbúnculo. *O feldspato* (Eze. 28:13, em nossa versão portuguesa, «topázio»), que incluía várias rochas cristalinas, silicatos de alumínio com alguma mistura de potássio, sódio ou cálcio. *A granada* (Eze. 27:16; em nossa versão portuguesa, «coral») era um mineral transparente ou translúcido, de várias cores, podendo estar em foco o carbúnculo. *O jacinto* (Êxo. 39:12), um berilo azul ou a safira. *O jade* (Eze. 28:13), que não aparece em nossa versão portuguesa, é uma sílica esverdeada ou branca, bastante dura. *O ligure* (Êxo. 28:19), que nossa versão portuguesa também traduz por «jacinto». *O topázio* (Apo. 21:20), uma pedra amarela ou um cris-

tal de rocha, ou mesmo a crisólita. *A turqueza* (Êxo. 28:19), uma palavra que, geralmente, não aparece nas traduções, como é o caso da nossa versão portuguesa. Mas as descrições dessa pedra apontam para o *teofrasto*, que Plínio chamava de *calais* ou *calaina*. Sua cor era azul ou azul esverdeado.

7. *Materiais orgânicos*: *o âmbar* (Eze. 1:4; em nossa versão portuguesa, «metal brilhante»), que era uma resina vegetal fossilizada, de cor amarela, amarela avermelhada ou amarela amarronzada. Era um material duro, quebradiço e translúcido. *O coral* (Jó 28:18), que os antigos geralmente conheciam nas cores negra ou vermelha. Consiste na compactação de inúmeros esqueletos de pequenos pólipos marinhos. *A pérola* (Mat. 13:45), que talvez, aponte para pérolas róseas, em Lam. 4:7. Estritamente falando, a pérola não é uma pedra preciosa, embora os antigos a associassem às mesmas. As pérolas são formadas mediante secreções nos corpos de muitos moluscos que vivem no interior de conchas, secreções essas do mesmo material e da mesma cor que as camadas interiores das conchas, onde elas crescem. O próprio material é parcialmente feito de matéria mineral (carbonato de cálcio), e parcialmente de matéria orgânica. Quase todas as pérolas comercializadas procedem da ostra.

N.B.—Os nomes dados pelos antigos às pedras preciosas não seguiam qualquer classificação científica, pelo que ocorrem consideráveis confusões onde os nomes dados são traduzidos pelas modernas traduções. Se algumas identificações são seguras, outras, mui provavelmente, são muito difíceis, ou mesmo impossíveis.

V. Uso Metafórico

Uso Geral. As pedras preciosas e as jóias feitas dessas pedras falam sobre algum tesouro ou sobre algo dotado de beleza especial. Algumas vezes está em vista a abundância material, embora uma jóia também possa simbolizar a integridade de caráter, a individualidade, o valor e a estima pessoais. Uma *jóia* pode ser uma pessoa bem amada; as jóias, em geral, também podem aludir, simbolicamente, aos órgãos sexuais masculino e feminino; uma jóia no interior de um flor pode referir-se à natureza humana, que mistura seu lado carnal com seu aspecto religioso e místico. Em um sonho ou em uma visão, uma jóia que se transforma em mero vidro pode referir-se a ideais, esperanças ou planos frustrados; mas, se ela não sofrer alterações para pior, então fala sobre um caráter bem formado, mediante as operações do Espírito, ou, então, a promessa da segunda vinda de Cristo. A grandeza, a preciosidade e o esplendor da Nova Jerusalém são ilustrados por meio de muitas pedras preciosas (Apo. 21).

Significações Específicas. O *cristal* fala sobre pureza, iluminação e simetria. O *diamante* fala sobre inteireza, preciosidade, ausência de ilusões ou ludíbrios, matrimônio, mas também dureza de coração e persistência no pecado. O pecado de Judá era como um estilete de ferro, com ponta de diamante, de forma a gravar uma inscrição pecaminosa permanente (Jer. 17:1). A *pérola* pode indicar personalidade bem formada, mente sã e corpo hígido. Dentro do contexto religioso, representa a preciosidade do evangelho e do discipulado cristão (Mat. 13:46). O *rubi* alude à beleza feminina, mas também às virtudes e à graça da mulher, o que também é representado pela *rosa*. O preço da mulher virtuosa está acima do valor dos rubis (Pro. 31:10). O *ouro* é emblema daquilo que é precioso, puro, espiritual, raro, divino. O preço da sabedoria é comparado à preciosidade dos *rubis* (Jó 28:18). O *dourado* fala sobre a verdade e a mente consciente. O fator intuitivo do homem também pode estar em foco. A combinação *ouro* e *prata* refere-se ao relacionamento masculino/feminino. Os juízos do Senhor são comparados ao ouro, visto que são preciosos e desejáveis (Sal. 19:10). Muitas pedras preciosas ilustram as riquezas, a abundância material, mas também a ganância, conforme se vê na descrição do rei de Tiro, em Eze. 28:13. Alguns intérpretes pensam que aquele texto alude ao esplendor maligno de Satanás, tipificado no rei de Tiro. Mas outros estudiosos vêem nisso uma antecipação do *anticristo* (vide), segundo se percebe em Dan. 7:8 e Apo. 19:20. Doze pedras preciosas decoravam os alicerces da Nova Jerusalém, o que talvez aponte para os doze apóstolos (Apo. 21:14,19). A excelência e as qualidades espirituais da Igreja remida também estão em vista, se considerarmos que a Cidade celestial representa o grupo dos remidos, e não alguma cidade literal. O ouro das suas ruas fala sobre a pureza, o caráter ímpar, o grande valor e o caráter divino. O ato de lançar pérolas diante dos porcos fala sobre a loucura que consiste em baratear a mensagem cristã, mediante a tentativa de forçá-la sobre os obstinados (Mat. 7:6). As pedras preciosas do peitoral do sumo sacerdote (Êxo. 28:17-20 e cap. 39) têm recebido inúmeras e variadas interpretações. Alguns chegam a supor que os doze meses do ano e/ou os signos do zodíaco, devem ser incluídos nesse simbolismo. Essa é uma antiga interpretação, encontrada nos escritos de Filo, como *Vita Moses* 2.124 *ss*. O povo de Deus é comparado ao resplendor de jóias existentes em uma coroa (Zac. 9:16). Pedro proibiu o adorno excessivo nas mulheres cristãs, por meio de jóias e outros luxos, dando a entender que isso reflete decadência espiritual e um espírito rebelde. Ele preferia a beleza que transparece de um espírito manso e tranqüilo, o que, aos olhos de Deus, reveste-se de grande valor. Ver I Ped. 3:3-5. (AM DANA ND UN Z)

JONÃ

Provavelmente, esse nome é uma forma de **Joanã** (vide) ou de **Jônatas** (vide). Esse foi o nome de um dos antepassados de Jesus, conforme a genealogia de Luc. 3:30. Ele era filho de Eliaquim.

JONADABE

Algumas versões grafam esse nome com a forma de *Jeonadabe*. Há três homens com esse nome, nas páginas do Antigo Testamento. Esse nome significa «Yahweh impele». Mas outros estudiosos interpretam-no como «Yahweh é nobre» ou «Yahweh é liberal».

1. Um sobrinho de Davi, filho de Siméria, irmão de Davi. Jonadabe era homem inescrupuloso e cheio de truques, pelo que causou muitas dificuldades. Ajudou a seu primo e amigo, Amom, filho de Davi, a obter satisfação para seus desejos incestuosos, o que resultou na violentação de Tamar. Tamar era meio irmã de Amom e irmã de Absalão. Por causa disso, Amom acabou sendo assassinado por ordens de Absalão. Daí resultou uma guerra civil, com a conseqüente brecha política em Israel. Apesar de toda essa participação de Jonadabe, parece que, pelo menos durante algum tempo ainda, ele continuou a desfrutar de intimidade com a casa real (II Sam. 13:1-33).

2. Um descendente de Recabe (ver acerca dos *recabitas*). Ele foi o genitor desse povo nômade, que persistia em viver desse modo a qualquer custo, várias gerações depois dele. Uma das esposas de Davi era recabita (I Crô. 2:55).

3. Outro descendente de Recabe (ver acerca dos *recabitas*). Ele era vulto liderante entre os *queneus* (vide) (I Crô. 2:55), aparentado à família de uma das esposas de Moisés (Juí. 4:11). Estabeleceu-se no extremo norte da terra de Canaã (Juí. 4:6,11). Parte de sua gente, contudo, estabeleceu-se na parte sul da Palestina (Juí. 1:16; Núm. 24:21). Os informes sobre Jonadabe (II Reis 10:15 *ss*) e sobre sua gente (Jer. 35:2,3,5) mostram-nos que gente interessante eles eram. Eles eram um povo nômade ou seminômade, dedicados aos costumes ensinados por Moisés, embora de práticas ascéticas. Jeremias salientou que eles eram um povo obediente às suas tradições de família, provendo um bom exemplo nos dias do ímpio Jeoaquim. Ver Jer. 35:1-10, onde a casa dos recabitas é descrita como totais abstêmios de vinho, que nada plantavam, mas residiam em tendas e peregrinavam entre o resto do povo de Israel. Jonadabe era um zeloso adorador de Yahweh, e ajudou Jeú a suprimir a adoração a Baal (II Reis 10:15,23).

Em I Crônicas 3:18 encontramos o nome *Nedabias* que é uma forma variante desse nome, mediante a transposição de dois dos fonemas que o constituem.

JONAS (O LIVRO E O PROFETA)

Esboço:

I. Caracterização Geral
II. O Nome
III. O Profeta Jonas e a Autoria do Livro
IV. Historicidade
V. Data
VI. História do Grande Peixe: Sua Historicidade e Tipologia
VII. Ocasião e Propósitos do Livro
VIII. Pontos de Vista Teológicos
IX. Esboço do Conteúdo

I. Caracterização Geral

a. *Idéias dos Intérpretes Liberais.* Os intérpretes liberais supõem que Jonas é o último dos livros proféticos do Antigo Testamento, escrito no século III A.C., por algum autor anônimo. Se isso é verdade, então ele escolheu um meio ambiente de cerca de quinhentos anos antes, para dar colorido de antiguidade ao seu livro. Outrossim, isso significaria que *Jonas* é uma novela religiosa com o propósito de ensinar lições morais e espirituais, mas sem qualquer traço de historicidade. Ver a quarta seção, *Historicidade*, quanto a esses problemas.

b. *Interpretação Alegórica.* De acordo com essa interpretação, em contraste com os sentimentos antiestrangeiros de Jonas, os pagãos são ali apresentados como pessoas ansiosas por arrepender-se de seus pecados e por abraçar novos conceitos religiosos, a fim de evitarem as horrendas predições de condenação feitas por Jonas.

Na verdade, o livro mostra a universalidade da autoridade do Deus do povo de Israel. Jonas não foi capaz de escapar dele meramente fugindo da Palestina. E, de acordo com a interpretação alegórica, o conceito de um Deus nacional e vingativo, que teria Jonas, é substituído no livro pela noção de um Deus gracioso, lento em irar-se e cheio de misericórdia. Destarte, o livro serviria como uma espécie de alegoria que ensina que o povo de Israel precisava ser menos beligerante, mais tolerante, mais ansioso por propagar suas vantagens religiosas, para benefício das nações pagãs. Além disso, o Deus concebido por Jonas também seria pequeno demais, pois o conceito que o profeta fazia de Deus não Lhe faria justiça, fechando-o em uma prisão de orgulho e exclusivismo nacionais.

Alguns estudiosos vêem em tudo isso uma figura das nações de Israel e de Judá, que tiveram de ir para o cativeiro (assírio e babilônico, respectivamente). Antes desses exílios literais, as duas nações escolhidas já se tinham condenado ao cativeiro, devido à sua apostasia. Esses exílios talvez sejam simbolizados pelos três dias em que Jonas passou no ventre do grande peixe. Pelo menos, alguns estudiosos pensam que isso é o que o livro está, realmente, ensinando. A interpretação alegórica, naturalmente, ignora o contexto histórico em que o autor do livro põe a personagem principal, Jonas. Se a teoria sobre o exílio está com a razão, então o livro seria apenas uma espécie de sátira acerca das atitudes bitoladas e atrasadas de Israel, ao mesmo tempo em que o profeta Jonas apareceria apenas como uma figura romântica, mas não histórica. Por outro lado, se Jonas foi um profeta autêntico e histórico, essas mesmas lições transparecem claramente no relato, sem qualquer prejuízo. — É claro que essas lições aplicam-se igualmente bem a todos os grupos religiosos ou indivíduos que são prisioneiros de seus próprios preconceitos, que, por assim dizer, impõem sobre si mesmos uma forma de exílio, em relação ao resto da humanidade, merecendo tanta compaixão como quaisquer outros prisioneiros.

c. *Pano de Fundo Histórico.* Essa é a posição que os eruditos conservadores assumem com seriedade; mas que os liberais pensam ser apenas um artifício literário artificial. Dizemos mais a esse respeito na seção IV, *Historicidade*.

Nenhum período histórico é indicado no próprio livro de Jonas; mas, como é evidente, o tempo tencionado é durante ou pouco antes do reinado de Jeroboão II, em que as bem-sucedidas conquistas militares de Israel ampliaram grandemente os seus territórios, e houve grande prosperidade material daquele reino, durante o reinado daquele monarca. Nesse caso, o livro data de cerca de 850 A.C.

Alguns estudiosos supõem que o arrependimento em massa, dos habitantes de Nínive, poderia ter sido facilitado por sua tendência pelo monoteísmo (com uma espiritualidade que se aprimorou naquela geração), o que houve durante o reinado de Adade-Nirari III, cujas datas foram cerca de 810—783 A.C. Outrossim, houve uma grande praga durante o reinado de Assurdã III (cerca de 771—754 A.C.), o que poderia ter impelido os ninivitas a se mostrarem receptivos para com uma mensagem de condenação, como houve, por meio de Jonas, com o subseqüente arrependimento em massa daquela gente. Apesar de tudo, alguns eruditos argumentam em favor de uma data posterior para o livro de Jonas. Examinamos a questão na quinta seção deste artigo, *Data*.

d. *Caráter Ímpar do Estilo e da Mensagem de Jonas.* O livro de Jonas não consiste em uma coletânea de *oráculos*, conforme usualmente se vê nos livros proféticos do Antigo Testamento. Antes, é uma espécie de esboço biográfico, sobre um importante incidente na vida do profeta Jonas. Outrossim, ele não estava ministrando em favor do povo de Israel, e, sim, em favor de um povo estrangeiro, em contraste com todos os demais escritores proféticos do Antigo Testamento. Em seu simbolismo, o livro repreende os preconceitos do povo de Israel, mas também prevê a experiência crucial de morte e ressurreição de Jesus, o Messias prometido. Pois foi com esse sentido que o próprio Senhor Jesus interpretou a experiência de Jonas, com o grande peixe, em Mat. 12:39-41.

II. O Nome

Podemos comparar o nome de Jonas com o trecho de Sal. 74:19, onde a nação de Israel é chamada de «rola», o termo hebraico *Jonas* significa «pomba». Esse era um nome próprio pessoal muito comum em Israel. O pai de Simão Pedro tinha esse nome (ver Mat. 16:17 e o artigo intitulado *Barjonas*). No artigo *Barjonas* aprendemos que os tradutores têm confundido, no Novo Testamento, no tocante ao pai de Simão Pedro, os nomes *Jonas* e *João*. O nome Jonas, *pomba*, era, ao que parece, dado pelas mães a seus filhos, como um título afetuoso. Pois a pomba é uma ave que demonstra muito carinho com outros membros de sua espécie, sobretudo no ato de cruzamento. Modernamente, tornou-se um símbolo bem conhecido da «paz». Nas Escrituras vemos que vários nomes de animais eram dados a pessoas, como são os casos de *Dorcas*, que no grego significa «gazela», ou de *Raquel*, que no hebraico significa «ovelha». Nomes de flores também eram empregados da mesma maneira.

III. O Profeta Jonas e a Autoria do Livro

Muitos eruditos liberais acreditam que nunca existiu um profeta com o nome de *Jonas*, porquanto o livro que traz esse nome seria, na opinião deles, apenas uma *novela* religiosa. Embora Jesus o tivesse mencionado por nome (ver Mat. 12:39-41), eles supõem que nem por isso Jesus afirmou a *existência histórica* de Jonas, mas apenas citou um apropriada passagem do livro de Jonas a fim de ilustrar a sua própria experiência de morte e ressurreição. Mas outros estudiosos insistem que a referência de Jesus a Jonas confirma a sua historicidade. O trecho de II Reis 14:25 registra o cumprimento da profecia de Jonas, chamando-o de *filho de Amitai*, além de identificar a sua cidade natal como Gate-Hefer. Essa cidade é mencionada em Jos. 19:13. Ficava no território de Zebulom, cerca de oito quilômetros ao norte de Nazaré. Há uma lenda que faz de Jonas o filho da viúva de Sarepta, o jovem a quem Eliseu enviou para ungir a Jeú, para que fosse o próximo rei de Israel. Mas os eruditos não levam essa lenda a sério. Outros estudiosos salientam que embora tenha havido um Jonas histórico, isso não significa que ele escreveu o livro, apesar do fato inegável de que o livro descreve um incidente muito importante de sua vida.

Argumentos Contra Jonas como Autor do Livro:

1. O livro fala sobre um profeta Jonas, mas não afirma que foi ele quem escreveu o livro. O livro seria uma biografia, mas não uma autobiografia.

2. A ligação do livro com um Jonas histórico, que era um profeta conhecido, seria apenas um artifício literário, e não uma séria afirmação histórica. Isso era um expediente extremamente comum na antiguidade. Os livros pseudepígrafos são a melhor demonstração desse fato.

3. As referências a Jonas, no livro, estão na terceira pessoa do singular. Apesar de alguns autores referirem-se a si mesmos na terceira pessoa, isso favorece mais a idéia de biografia (verdadeira ou romântica), e não a idéia de uma autobiografia.

4. Há fortes argumentos em prol de uma *data posterior* (ver a quinta seção, abaixo) para o livro de Jonas. Nesse caso, é impossível que Jonas, filho de Amitai, tivesse sido o autor do livro. Seu nome pode ter sido arbitrariamente escolhido como aquele que experimentou o que o livro descreve; ou então ele não estava em vista, desde o começo da narrativa. Nesse caso, para essa *novela*, o nome de Jonas foi arbitrariamente selecionado, sem que houvesse qualquer tentativa de identificá-lo como uma personagem histórica.

5. Vários argumentos são contrários à historicidade do livro; e essa argumentação também tem sido empregada pelos críticos, contra a historicidade da personagem central, Jonas. Ver sob a quarta seção, quanto a pormenores sobre esse item. Os contra-argumentos a essas críticas são expostos abaixo.

Respondendo a essas objeções, osbervamos o seguinte:

1. Visto que o próprio livro de Jonas em parte alguma diz quem foi o seu autor, o assunto perde a importância, exceto como uma curiosidade para algumas pessoas. — Dificilmente podemos testar a ortodoxia ou a espiritualidade de alguém defendendo ou atacando Jonas como o autor desse livro. Aquilo que cremos sobre esse ponto demonstra somente o quanto confiamos ou não nas tradições que têm aparecido, através dos séculos, sobre o livro de Jonas.

2. Sem importar se o uso do nome de Jonas (tendo em mente uma personagem histórica) é um artifício literário ou não, isso jamais poderá ser determinado com qualquer segurança. A alusão do Senhor Jesus a Jonas parece afirmar a sua historicidade. Mas, dificilmente alguém poderia argumentar sobre a historicidade da personagem Jonas, meramente com a ajuda de uma citação. Pois é impossível determinarmos o intuito do Senhor Jesus, ao fazer essa citação. Os liberais supõem que o próprio Jesus poderia ter-se equivocado quanto à questão em foco, se é que ele pensava em Jonas como uma figura histórica. Naturalmente, Jesus teria confiado nas tradições judaicas, ou teria pensado que a questão não era importante, e nem merecesse ser discutida.

3. A referência que o autor faz a si mesmo, na terceira pessoa do singular, é uma prática literária comum, e nada pode ser dito a favor ou contra a autoria de Jonas, tomando-se por base referências indiretas a ele. Esse ponto, pois, deve ser considerado neutro.

4. Os argumentos que dizem respeito à data do livro aparecem na quarta seção, chamada *Historicidade*.

IV. Historicidade

Na primeira seção, **Caracterização Geral**, chamamos a atenção para os problemas envolvidos na historicidade do livro de Jonas. Alistamos abaixo os argumentos específicos sobre essa historicidade:

1. Os aramaísmos do livro apontam para uma data posterior, distanciando-o dos dias de Jonas, filho de Amitai. Porém, essa objeção é muito enfraquecida pelo fato de que os aramaísmos também ocorrem em livros antigos do Antigo Testamento, podendo ser encontrados até mesmo nos épicos de Ras Shamra, encontrados em Ugarite, que datam de cerca de 1400 A.C.

2. *Tropeços Históricos*. Um erudito tão respeitável quanto Robert Pfeiffer supõe que a designação do imperador da Assíria como «rei de Nínive» (Jon. 3:6), e que a descrição de Nínive como «cidade muito importante» (Jon. 3:3), são asserções historicamente infundadas. Um autor que pertencesse à época sobre a qual escrevia, sem dúvida saberia melhor que isso, diz ele. Nínive foi local de palácios reais assírios, desde remota antiguidade; mas, não foi elevada à posição de capital do reino assírio senão já nos dias de Sargão II (722—702 A.C.). Apesar da capital desse império não ser Nínive, na época de Jonas, o que poderia impedir o imperador assírio de ser chamado de seu «rei»? Apesar da designação comum, no Antigo Testamento, ser «rei da Assíria», não há nada de estranho quanto à pequena variante, «rei de Nínive». No tocante às dimensões da cidade, como é óbvio, nos dias de Jonas, Nínive não era tão grande assim. Isso

posto, as interpretações que supõem que os «três dias» mencionados no livro de Jonas falam sobre o tempo que Jonas precisou para pregar nas praças da cidade, e não sobre o tempo que ele gastou para atravessar a cidade a pé, como se estivesse a medi-la em sua extensão. Na época, Nínive tinha cerca de seiscentos mil habitantes. E, apesar disso não parecer muito grande, de acordo com os padrões modernos, significa uma gigantesca cidade, de acordo com os padrões antigos. Quando muito, o autor sagrado «exagerou» sobre o tamanho da cidade. Os pregadores sempre calculam as dimensões de suas audiências mais do que elas, realmente, são! Deve-se admitir, porém, que o trecho de Jonas 3:3 parece afirmar claramente que seriam necessários três dias de caminhada para que um homem atravessasse a cidade, apesar dos esforços de alguns eruditos para verem a questão sob outro prisma. Quanto a mim, não me preocupo com o tamanho de Nínive, e nem se o autor exagerou um pouco ou não. Mesmo que ele tivesse exagerado as dimensões da cidade, isso não provaria nada contra a historicidade do relato bíblico. Apenas mostraria que o autor caiu em algumas poucas inverdades, muito próprias da exagerada linguagem oriental.

Há duas estranhas atividades que surgem em discussões dessa natureza. A *primeira* delas é que os estudiosos liberais, em sua ansiedade por descobrir problemas na Bíblia, dão imensa importância a pequenos detalhes, a fim de tentarem consubstanciar sua posição. E a *segunda* é que os eruditos conservadores não hesitam em distorcer os textos sagrados, a fim de que digam coisas que, na verdade, não dizem, porquanto eles são incapazes de tolerar (psicologicamente) a idéia de que, nas Santas Escrituras, podem ser encontrados quaisquer equívocos, de qualquer natureza. Ambas essas atividades são bastante infantis, e nada têm a ver com a fé e com a espiritualidade.

3. *O Relato sobre o Grande Peixe.* Os estudiosos liberais simplesmente não vêem como um homem poderia sobreviver por três dias no ventre de uma baleia, ou de qualquer peixe. Não crêem que qualquer espécie de peixe seja capaz de engolir vivo a um homem. Daí, pensam que essa porção do relato sobre Jonas deve ser apenas uma ficção divertida; e que, por causa disso, deveríamos pôr em dúvida a história inteira, como uma produção literária destituída de seriedade. Histórias sobre peixes, dizem eles, fazem parte das lendas e do folclore. E os eruditos conservadores, pensando que os liberais conseguiram marcar um tento, chegam ao extremo de dizer que Deus criou um *peixe especial*, para engolir Jonas. Para exemplificar isso, vemos que até a prestigiosa enciclopédia *Zondervan* precisou apelar para o sobrenatural, a fim de dar foros de autenticidade ao relato sobre o grande peixe de Jonas. Lemos ali: «Aceitando o sobrenatural—preparou o Senhor um grande peixe (1:17)—teremos removido toda a dificuldade». Há outros estudiosos conservadores que apelam para o dogma. Assim, Jesus falou sobre o peixe. Logo, teria de ser um peixe real, e não uma mera lenda. No entanto, ambas essas abordagens são desnecessárias. Há incidentes, fartamente documentados, que mostram que algumas espécies de baleias são capazes de engolir um homem; e também que alguns homens, realmente, têm sobrevivido a tão bizarra experiência. Ver a seção sexta, abaixo, onde há uma demonstração desse fato.

4. *Poder Demasiado na Pregação de Jonas.* Alguns eruditos não podem crer que qualquer judeu cheio de preconceitos, ao pregar sua mensagem de condenação, fosse capaz de fazer os orgulhosos ninivitas se vergarem. Há uma canção popular norte-americana que exalta a cidade de Chicago. Uma das coisas que se diz nessa canção é que Chicago é cidade tão incomum que nem Billy Sunday foi capaz de fechá-la. Billy Sunday foi um pregador tão poderoso que, em certas cidades onde ele pregava, havia mudanças tão radicais na conduta do povo que as forças policiais podiam ter o seu número reduzido. Não obstante, ele não teria conseguido vergar Chicago! E assim também, os liberais não vêem como Jonas teria podido submeter os ninivitas! Os conservadores, por sua parte, apelam para o poder de Deus. É possível que Nínive tenha passado por uma melhoria espiritual, tendo abraçado o monoteísmo, depois que seus habitantes sofreram uma praga devastadora. Essa praga poderia ter abrandado o fanatismo pagão dos ninivitas, preparando a cidade para a pregação de Jonas. Já comentamos sobre isso em I. c., *Pano de Fundo Histórico*. Devemos observar, porém, que toda essa discussão é fútil e supérflua. O que acreditamos sobre o que Jonas poderia ter feito depende apenas de nossos sentimentos subjetivos, sobre o poder de sua prédica. Nada há de estranho, porém, quanto a conversões em massa, ou quanto a multidões se deixarem influenciar por uma retórica inflamada. Consideremos como Hitler conseguia arrebatar multidões de seus ouvintes alemães, com alguns poucos discursos.

5. *O Livro de Jonas tem um Escopo Universal.* A leitura do Antigo Testamento dá-nos a impressão de que o povo de Israel era exclusivista. O livro de Jonas, todavia, reflete uma atitude universalista, que caracteriza os tempos posteriores daquela nação. Assim, na opinião de alguns, não passa de um *anacronismo* o interesse de Deus pelos ninivitas. Isso no caso de insistirmos sobre uma data mais antiga para o livro. Mas, contra isso, frisa-se o fato de que o pacto estabelecido com Noé (Gên. 9:9) tinha em mira todos os povos; e também que o pacto abraâmico (Gên. 12:1 *ss*) apresenta-o claramente como pai espiritual de muitas nações; ou, pelo menos, em Abraão todas as famílias da terra seriam abençoadas. Isso pode ser confrontado com Isa. 42:6,7 e 49:6. Talvez houvesse muitos judeus exclusivistas, mas a própria Bíblia não assume tal posição!

Seja como for, os judeus, desde os tempos mais remotos, consideram o livro de Jonas uma obra histórica. Ver alusões a isso em III Macabeus 6:8; Tobias 14:4,8; Josefo (*Anti.* 9:10,2). Jesus também considerou Jonas uma personagem histórica (Mat. 12:9 *ss;* 16:4 *ss*; Luc. 11:29). É verdade que alguns eruditos modernos pensam que a passagem de Mat. 12:9 é uma interpolação posterior. Porém, não há qualquer evidência disso, nos manuscritos.

V. Data

Se partirmos do pressuposto que foi Jonas, filho de Amitai, quem escreveu o livro que tem seu nome, então essa obra foi produzida em cerca de 750 A.C. Tudo depende, porém, da historicidade do livro (o que é ventilado no ponto quarto, acima), e com base na suposição de que o autor foi o Jonas que é a figura central do livro. Uma data tão recente quanto 200 A.C. poderia ser aceita, se o livro não passasse de uma novela religiosa, segundo alguns têm dito. Pelo menos sabe-se que o livro deve ter sido escrito antes do livro apócrifo de Eclesiástico (49:10), que alude à existência dos livros dos doze profetas menores. O trecho de Tobias 14:4,8 tece referências ao livro de Jonas, e a maioria dos estudiosos pensa que o livro de Tobias foi escrito antes do ano 200 A.C.

Argumentos em Favor de uma Data Mais Recente: Vários dos pontos expostos na quarta seção,

Historicidade, que afirmam que o livro não está ligado ao período histórico que a tradição aceita, também se aplicam à questão de uma data mais recente do livro. A isso, adicionamos:

1. O trecho de Jonas 3:3 parece falar sobre Nínive como cidade que não mais existia quando o autor sagrado escreveu. O texto diz ali: «...Nínive era...» Porém, contra esse argumento tem sido salientado que há uma construção gramatical similar, no caso de Emaús, quando a cidade continuava existindo (ver Luc. 24:13). Admite-se, todavia, que é estranho dizer-se que Nínive «era», quando ela continuava existindo quando o autor sagrado escreveu.

2. O autor do livro de Jonas parece ter tido conhecimento de profetas posteriores, e ele chega a aludir aos escritos deles. Assim, conforme alguns estudiosos pensam, o trecho de Jon. 3:10 reflete Jer. 18:1 *ss*; o de Jon. 3:5 reflete Joel 1:13 *ss*; o de Jon. 3:9 reflete Joel 2:14, e o de Jon. 4:2 reflete Joel 2:13. Todavia, o que sentimos sobre essa questão depende, em muito, daquilo que quisermos ler nas entrelinhas do texto sagrado, ou deixar de fora das passagens envolvidas.

3. O salmo de ação de graças (Jon. 2:1-9) reflete os salmos canônicos, alguns dos quais, segundo se supõe, foram compostos posteriormente, não tendo sido da autoria de Davi. Mas, os estudos mostram que os salmos, a grosso modo, refletem a antiga literatura cananéia, devendo ser reputados como antiqüíssimos.

A atribuição do livro de Jonas a uma data mais recente repousa sobre o tipo de mensagem que o leitor percebe no livro. Se a obra é alegórica e reflete um período quando o judaísmo estava se universalizando, então a data posterior faz sentido. Mas, se o livro é de natureza histórica, então precisamos afirmar que houve alguma universalização nos sentimentos de Israel, desde bem antes do período helenista (vide). Os argumentos em favor e contra uma data mais recente, como se vê, não são conclusivos.

VI. A História do Grande Peixe: Sua Historicidade e Tipologia

Uma das características interessantes do livro de Jonas, se não a mais notável, é o relato de como Jonas foi engolido por um grande peixe (presumivelmente, uma baleia), mas foi capaz de sobreviver à prova, apesar do fato de ter permanecido no ventre do peixe por três dias! Há possibilidades científicas de uma coisa assim realmente suceder?

1. *Historicidade da Narrativa*. Ver sob a quarta seção, *Historicidade*, em seu terceiro ponto, *O Relato Sobre o Grande Peixe*. Ali damos uma boa descrição sobre como os liberais e os conservadores têm argumentado sobre esse item. O material que se segue mostra que, de fato, tal coisa pode acontecer.

Será possível ser engolido por uma baleia e continuar vivo para contar a história? A ciência responde «Não», mas a resposta correta é «Sim». Os registros oficiais do Almirantado Britânico provêm evidências documentadas sobre a espantosa aventura de James Bartley, um marinheiro britânico que foi engolido por uma baleia, e escapou com vida para contar a história! O Sr. Bartley estava fazendo sua primeira viagem (que terminou também por ser a única), como marinheiro de um navio baleeiro, cujo nome era *Estrela do Oriente*, em fevereiro do ano de 1891. Estavam a algumas centenas de quilômetros a leste das ilhas Falkland, no Atlântico Sul.

Em certo momento foi arpoada uma grande baleia, que então mergulhou às profundezas abissais. Quando ela subiu para respirar, ocorreu que seu corpanzil esmigalhou o bote, e muitos homens caíram no mar. Dois homens não puderam ser encontrados e um deles era o Sr. Bartley. Depois de muito serem procurados, foram dados, finalmente, por perdidos.

Pouco antes do por-do-sol, naquele mesmo dia, a baleia moribunda flutuou até à superfície. A tripulação rapidamente prendeu uma corda na baleia e a arrastou até o navio-mãe. Posto que era tempo de verão, foi necessário despedaçar imediatamente o gigantesco animal. A baleia foi sendo cortada em pedaços. Pouco depois das onze horas da noite, os exaustos tripulantes removeram o estômago e o enorme fígado da baleia. Esses pedaços foram levados para a coberta e notou-se que havia algum movimento no interior do estômago da baleia.

Fizeram uma grande incisão no estômago da baleia, e apareceu um pé humano. Era **James Barley**, dobrado em dois, inconsciente, mas ainda vivo. Bartley soltava grunhidos incoerentes ao recuperar um pouco mais a consciência, e durante cerca de duas semanas pendeu entre a vida e a morte. Passou-se um mês inteiro antes que pudesse contar perfeitamente a história do que lhe acontecera.

Lembrava-se de que quando a baleia atingiu o bote, ele foi atirado no ar. Ao cair, foi engolfado pela gigantesca boca da baleia. Passou por fileiras de minúsculos e afiados dentes, e sentiu uma dor lancinante. Percebeu que estava escorregando por um tubo liso, e então desapareceu na escuridão. De nada mais se lembrava, senão depois de ter recuperado a consciência,uma vez libertado do estômago da baleia.

Muitos médicos de vários países vieram examiná-lo. Viveu mais *dezoito anos* depois dessa experiência. Sua pele ficara com uma desnatural coloração esbranquiçada, mas não sofreu outros maus efeitos além desse. Na lápide de seu túmulo foi escrito um breve relato de sua experiência, com o acréscimo: «James Bartley, 1879 a 1909, um moderno Jonas». (Extraído do livro *Stranger Than Science*, por Frank Edwards, págs. 11-13).

2. *Tipologia*. A experiência de Jonas é um tipo de como Jesus, o Cristo, haveria de ficar retido em um sepulcro, mas ressuscitar dentre os mortos, três dias mais tarde. Esse símbolo era um «sinal» para os mestres judeus incrédulos, os quais estavam submetendo Jesus a teste, quanto às suas reivindicações messiânicas. Jesus repreendeu aqueles que queriam receber o sinal, como necessário, porque isso comprovava que aqueles homens perversos estavam espiritualmente cegos. Em tal estado de trevas, precisavam de sinais e não eram capazes de reconhecer as realidades espirituais. Jesus recusou-se realizar algum grande milagre, a fim de autenticar suas reivindicações. Ele já havia feito isso, com abundância. E eles já tinham rejeitado todos os sinais que ele fizera. Portanto, o Senhor lhes ofereceu um sinal bíblico. Por assim dizer, Jonas *morreu* e então retornou à *vida*. Por semelhante modo, Jesus morreria, de fato, mas ressuscitaria. Ver os artigos separados sobre *Ressurreição* e *Ressurreição de Cristo*. O Senhor ressurrecto tornou-se o doador da vida eterna àqueles que nele confiam, que passam a ser moldados segundo a sua imagem. Parte da condenação de Jesus aos mestres incrédulos consistiu no fato de que os ninivitas, habitantes de uma cidade pagã, se tinham arrependido em face da pregação de Jonas. E no entanto, Aquele que era muito maior do que Jonas pregara e mostrara sinais aos teimosos mestres judeus, mas estes tinham-se recusado a arrepender-se. Isso significava que Deus haveria de tratar com eles com grande severidade. A ressurreição de Jesus Cristo, como é claro, foi o *sinal*

final e definitivo da autenticidade das reivindicações de Jesus, como Messias prometido e Salvador.

VII. Ocasião e Propósitos do Livro

O livro de Jonas é uma ilustração veterotestamentária da verdade contida em João 3:16: «Deus amou o mundo de tal maneira», que tomou as providências para que houvesse uma missão de misericórdia, com a finalidade de prover remédio para o pecado e para a degradação moral e espiritual. Se Deus teve tanto interesse pela sorte de Nínive, então todos os povos devem ser vistos como objetos de seu amor.

Se os estudiosos liberais estão com a razão, então um dos propósitos do livro de Jonas era atacar os preconceitos judaicos, mostrando que Deus está interessado pelos pagãos, e não meramente pelo povo de Israel. Nesse caso, teríamos um propósito polêmico no livro. Também poderíamos encarar esse propósito como didático. O autor não estaria sendo beligerante. Estava meramente procurando ensinar Israel acerca do interesse de Deus pelos demais povos da terra. O perdão divino é muito amplo; seu amor vai desde os mais altos céus até os mais profundos infernos.

Um outro propósito possível era o de mostrar que a própria nação de Israel deveria interessar-se pelas missões às nações. Nesse caso, o livro é uma espécie de antigo evangelho, cujo intento é impelir à atividade missionária.

O Julgamento é Remedial. Deus não tem prazer na destruição e na dor. Contudo, destruição e dor podem ser aplicadas quando se fazem necessárias. O juízo divino tem por escopo produzir nos homens o arrependimento. O trecho de I Ped. 4:6 mostra que esse princípio continua atuante no após-túmulo, e não apenas durante a vida biológica do indivíduo.

VIII. Pontos de Vista Teológicos

1. *Deus é o governante universal*, razão pela qual ele tem o direito de convocar qualquer nação ao arrependimento.

2. Na qualidade de governante universal, Deus também é *o juiz universal*. Se os homens não derem ouvidos à sua chamada ao arrependimento, então Deus os julgará (Jon. 3:4).

3. Contudo, Deus é *o Salvador universal*. Jonas foi enviado para salvação de Nínive, e não para obter a destruição da cidade. O próprio profeta sentiu-se contrariado, quando Nínive se arrependeu e foi poupada. Ele gostaria de ter visto o cumprimento de sua profecia de condenação. Deus, porém, não concordou com essa atitude. Ver Jon. 4:10,11.

4. *O abundante amor de Deus.* O amor de Deus é permanente e abundante (Jon. 4:2). Chega mesmo a envolver os animais irracionais! (ver o vs. 11). Assim, chegou aos pagãos. Não era coisa pequena, se Nínive viesse a perecer. Vemos aí, novamente, a mensagem de João 3:16, o que é contrário a uma aplicação exclusivista do amor de Deus, a qualquer grupo exclusivo. Isso se volta contra qualquer tipo de exclusivismo, incluindo o *calvinismo* radical (vide)!

5. *Os preconceitos exclusivistas são um erro.* É moralmente errado alguém ser um bitolado religioso, que nada pode ver de bom além de seu próprio grupo ou denominação. É bom o homem ter uma visão mais universal, reconhecendo que Deus é, verdadeiramente o Pai de todos os povos, embora haja uma paternidade divina e especial, no caso dos remidos (que podem ser de qualquer raça, nação, seita ou denominação, não nos esqueçamos disso).

6. *A motivação missionária.* — Deveríamos preocupar-nos com a propagação da mensagem espiritual e com a salvação das almas.

7. *O propósito remedial do julgamento divino* já foi abordado, na seção sétima, em seu último parágrafo.

IX. *Esboço do Conteúdo*

1. Chamada ao Profeta Desobediente (cap. 1)
   a. A fuga de Jonas (1:1-3)
   b. A confissão de Jonas (1:8-12)
   c. Jonas engolido pelo grande peixe (1:13-17)
2. Jonas Livrado pela Misericórdia Divina (cap. 2)
3. Nova Comissão Divina e Obediência de Jonas (cap. 3)
   a. Jonas em Nínive (3:1-4)
   b. Os ninivitas se arrependem (3:5-9)
   c. A cidade de Nínive é poupada (3:10)
4. A Consternação de Jonas e os Cuidados de Deus (cap. 4)
   a. A indignação de Jonas (4:1-4)
   b. A história da trepadeira (4:6-10)
   c. O amor de Deus por todos os homens (4:11)

Bibliografia: AM I IB LAE PR PU YO Z

JÔNATAS

No hebraico, «dado por Deus». Foi sempre um nome comum entre os israelitas, em todos os períodos de sua história. Na Bíblia há vários homens assim chamados.

1. *Um filho de Gérson*, neto de Moisés (Juí. 18:30). Ele era levita. Sua história é contada em Juí. 17 e 18. Esses relatos formam uma espécie de apêndice ao livro de Juízes, sendo provável que os eventos ali registrados ocorreram após a morte de Josué. Jônatas residia em Belém. Os levitas estavam recebendo uma manutenção insuficiente. E parece que Jônatas, querendo melhorar de vida, foi para o monte Efraim e, no caminho, hospedou-se na casa de Mica. Ali, tornou-se uma espécie de diretor do culto religioso, o que lhe deu a oportunidade de exercer o seu ofício, ao mesmo tempo em que ganhava mais dinheiro (Juí. 17:7-13). Não muito depois que ele iniciou sua nova carreira, espias danitas, em busca de regiões que pudessem ocupar mais ao norte, chegaram à casa de Mica. Foram bem recebidos ali. Mais tarde, um grupo de seiscentos danitas, a caminho de Laís, pararam na casa de Mica. E levaram os itens pertencentes ao culto recém-instalado, como a estola sacerdotal, os terafins e a imagem de escultura. Jônatas foi convidado a acompanhá-los; e a idéia foi a de estabelecer aquele tipo de adoração idólatra no lugar para onde estavam indo. Jônatas aceitou o convite que lhe fizeram, e se tornou o sacerdote dos danitas. Mica protestou contra o «furto», mas sem que fosse ouvido. E foi assim que, desse tempo em diante, até à época do cativeiro assírio, Jônatas e seus descendentes continuaram sendo sacerdotes dos danitas, na cidade de Laís, que acabou tendo seu nome mudado para Dã. Alguns intérpretes supõem que essa adoração envolvia a apostasia contra *Yahweh*; mas há aqueles que negam isso, supondo que a adoração danita foi antes uma adaptação do culto a *Yahweh*. O que é inegável é que havia três pontos condenáveis: 1. Foi estabelecido um rito religioso que diferia do original; 2. esse novo rito era uma forma idólatra; 3. o sacerdócio danita não era autorizado, pois um levita não tinha o direito de arrogar-se à posição de sacerdote, oficiando sobre um sistema separado de adoração. Além disso, finalmente, esse culto danita acabou mesclando-se com a adoração aos bezerros de ouro, que Jeroboão estabeleceu naquele lugar.

Discrepância? Jônatas era um autêntico descendente de Moisés, pelo que se indaga: Por que ele foi

chamado de «filho de Manassés», em Juí. 18:30? Esse versículo foi modificado para dizer «filho de Moisés», em muitas traduções. É provável que o nome Moisés (no hebraico, *Mosheh*) tenha sofrido uma interpolação mediante a qual foi adicionado um *num* (a letra *m*, em hebraico), o que alterou o nome para «Manassés». E tal alteração pode ter sido feita a propósito por algum escriba que queria salvar Moisés da desgraça de ter um de seus descendentes como criador de uma adoração idólatra estranha.

2. *Jônatas, o filho mais velho de Saul*, rei de Israel, e herdeiro presuntivo do trono de Israel. Mas, por decisão divina, Davi foi rei em lugar dele. Ver I Sam. 14:8; I Crô. 8:33; 9:39.

a. *Circunstâncias Históricas*. Israel guerreou contra os filisteus, e isso deu a Jônatas a oportunidade de mostrar sua coragem e suas qualidades de príncipe em Israel. Somos informados como ele, com a ajuda única de seu escudeiro, surpreendeu e derrotou uma guarnição de filisteus em Micmás, um dos atos de maior coragem no relato do Antigo Testamento. Ver I Sam. 14:1-14. Visto que se dava então tanto valor ao poder militar e a atos de audácia, certamente isso qualificou Jônatas para suceder a seu pai no trono. Saul, ansioso pela vitória, havia votado tolamente que qualquer um que comesse qualquer coisa antes da noite seria executado. Jônatas, não sabendo disso, ao entrar no bosque, encontrou algum mel silvestre e comeu do mesmo. Saul, aderindo ao seu estúpido voto, esteve a pique de executar seu próprio filho heróico; mas outros israelitas impediram que tal coisa acontecesse (I Sam. 14:16-52). Quanto a votos infelizes, ver também o artigo sobre *Jefté*.

b. *Um Querido Amigo de Davi*. Davi também demonstrou ser homem de extraordinária coragem pessoal. Seu ato de coragem, ao enfrentar o gigante Golias, e ao obter sobre ele a vitória, impressionou profundamente a Jônatas, e isso deu início a uma duradoura e fiel amizade entre os dois.

c. *A Intercessão de Jônatas*. Jônatas aceitou com boa atitude a nomeação de Davi para ser rei; mas Saul resolveu matar o candidato escolhido por Deus. Naturalmente, Saul ficou muito aborrecido diante da amizade entre Davi e seu próprio filho, Jônatas; e isso fez com que não só Davi mas também Jônatas ficassem sujeitos à morte. Davi, afinal, foi forçado a fugir; mas a amizade entre Davi e Jônatas prosseguiu. Eles se encontraram em Ezel e estabeleceram um segundo pacto, comprometendo-se a lutar pela segurança um do outro. Davi também jurou que demonstraria bondade para com a família de Jônatas. Mas, quando Saul tomou conhecimento do que ocorria, certo dia quase matou seu próprio filho, Jônatas, ao lançar contra ele uma lança. É que Jônatas tentara reverter os maus intentos de seu pai contra Davi. Por isso, Davi teve de permanecer exilado, e Jônatas só se encontrava com ele quando as circunstâncias o permitiam (I Sam. 20:1-42). O último encontro entre os dois foi na floresta de Zife, durante a busca de Saul por Davi. Eles, porém, fizeram um acordo perante o Senhor, e separaram-se novamente (I Sam. 23:15-18).

d. *A Batalha de Gilboa*. A Bíblia nada mais nos revela sobre Jônatas, até chegar a descrever a batalha de Gilboa. Jônatas, Saul e dois irmãos de Jônatas foram mortos ali, pelos filisteus (I Sam. 31:2,8). Seu cadáver foi transportado para Jabes de Gileade, onde também foi sepultado (vs. 13). Posteriormente, o corpo de Jônatas foi levado para Zela, juntamente com o cadáver de seu pai, e ali foi sepultado, no território da tribo de Benjamim (II Sam. 21:12-14).

e. *A Lamentação de Davi*. A lamentação de Davi por seu amigo, Jônatas, fornece-nos uma das mais belas páginas da poesia dos hebreus. Ver II Sam. 1:17 *ss*.

f. *Mefibosete, filho de Jônatas*, tinha apenas cinco anos de idade quando seu pai foi morto (II Sam. 4:4). Davi mostrou favores especiais a Mefibosete, quando subiu ao trono, cumprindo assim o pacto estabelecido com Jônatas. Ver I Sam. 20:15; I Crô. 9:40. As propriedades de Saul foram devolvidas a Mefibosete, e ele era convidado diário à mesa real, em Jerusalém (II Sam. 9).

g. *O Caráter de Jônatas*. Os estudos modernos feitos sobre a herança genética mostram-nos que devemos receber menos crédito quando nossos filhos se saem bem, e menos culpa quando não se saem bem. Jônatas era o oposto de seu pai. Jônatas era homem generoso, justo e completamente destituído de inveja. Em contraste com o espírito traiçoeiro de Saul, Jônatas era leal. Era homem dotado de grande coragem e determinação, capaz de amar verdadeiramente. Uma outra característica significativa sua era que, a despeito de todos os erros cometidos por seu pai, ainda assim ele se pôs ao lado de seu pai, combatendo junto com ele até o fim. Os dois foram companheiros na morte.

3. *O Filho de Abiatar*, o sumo sacerdote. Foi esse outro Jônatas quem comunicou a Adonias e a seus apoiadores, perto da fonte de Rogel, que Davi havia nomeado Salomão como seu sucessor ao trono (I Reis 1:42,43). Quando Davi fugia de Absalão, Jônatas foi com seu pai até o monte das Oliveiras (II Sam. 15:36), a fim de aliar-se à causa de Davi. Juntamente com Aimaás, filho de Sadoque, ele atuou como mensageiro de Davi, durante seu exílio, mantendo-o informado sobre a situação. Ele residia em En-Rogel (II Sam. 17:17), e recebia informações de Jerusalém, que, ato contínuo, transmitia a Davi. Quando eles foram descobertos ali, fugiram para Baurim, e esconderam-se em um poço (I Sam. 17:17-21). Ele viveu em cerca de 966 A.C.

4. *O Filho de Simei* (II Sam. 21:21). O nome de seu pai aparece com a forma de Siméia, em I Crô. 20:7. Esse Jônatas era sobrinho de Davi, visto que Simei ou Siméia era um dos irmãos de Davi. Ele matou um gigantesco parente de Golias, e se tornou um dos principais guerreiros de Davi (II Sam. 21:21; I Crô. 20:7). Parece que ele foi nomeado como secretário do gabinete real (I Crô. 27:32). Alguns estudiosos supõem que ele foi o guerreiro do exército de Davi descrito abaixo, no número cinco. Todavia, segundo outros, pode ter sido idêntico à pessoa que aparece em oitavo lugar nesta lista, abaixo.

5. *Um Filho de Sama, o Hararita*. Ver II Sam. 23:33. Foi um dos trinta mais valentes guerreiros do exército de Davi. Em I Crô. 11:34, ele aparece como filho de «Sage, o hararita».

6. *O Filho de Jada*, irmão de Jeter. Ele era sobrinho de Samai, pai de Pelete e Zaza. Descendia de Jerameel, que se tornara aliado da tribo de Judá (I Crô. 2:32 *ss*). Visto que Jeter não teve filhos, sua linha continuou através dos dois filhos de Jônatas, Pelete e Zaza (I Crô. 2:32,33).

7. *O Filho de Uzias*. Esse Jônatas atuou como superintendente dos armazéns provinciais, durante o reinado de Davi (I Crô. 27:25).

8. *Um Tio de Davi* (I Crô. 27:32). Esse Jônatas mostrou ser um homem sábio e excelente conselheiro. Dava a Davi boa orientação e conselhos. Também trabalhou como escriba. Alguns traduzem a palavra hebraica *dod*, não como «tio», e, sim, como «parente». Ver II Sam. 21:21 e I Crô. 20:7. Nesse caso, ele foi o

mesmo homem que é chamado filho de Simei, um irmão de Davi e, portanto, seu «sobrinho».

9. *O Pai de Ebede*. Esse homem era dos filhos (ou descendentes) de Adim. Esse Jônatas retornou do cativeiro babilônico junto com Esdras, acompanhado por cinqüenta homens (Esd. 8:6). Isso ocorreu por volta de 457 A.C. Esse Jônatas também é mencionado em I Esdras 8:32.

10. *Um Filho de Asael*. Juntamente com Jaséias, filho de Ticvá, esse Jônatas ajudou a divorciar os homens de Judá de suas esposas estrangeiras, com quem se haviam casado no tempo do cativeiro babilônico. Isso fez parte das reformas religiosas que foram efetuadas quando o remanescente judeu retornou a Jerusalém e reiniciou a prática seguida pelos antigos hebreus. Isso ocorreu em cerca de 457 A.C. Nossa versão portuguesa, seguindo a tradução inglesa Revised Standard Version, traduz a passagem onde ele aparece na Bíblia (Esd. 10:15), como se ele se opusesse a esses divórcios, em vez de implementá-los. Ver também I Esdras 9:14, que o menciona.

11. *O Filho de Joiada*. Esse Jônatas foi pai de Jadua. Ambos foram sumos sacerdotes (Nee. 12:1). Em Nee. 12:22, ele é chamado «Joanã». Josefo (*Anti*. 11:7,1,2) revela-nos que ele assassinou a seu próprio irmão, Jesus, no templo, porque este último estava procurando arrebatar-lhe o sumo sacerdócio. Jesus agia sob a influência de Bagoses, o general persa. Coisas incríveis acontecem no campo religioso! Seja como for, ele retornou do cativeiro babilônico em companhia de Zorobabel e Josué.

12. *Um Sacerdote da Família de Maluqui*. Ele serviu no sacerdócio levítico durante o sumo sacerdócio de Joiaquim (vide) (Nee. 12:14). Ele atuou, aproximadamente entre 549 e 536 A.C.

13. *Um Filho de Semaías*. Esse Jônatas era pai de Zacarias, um sacerdote que tocou a sua trombeta por ocasião da dedicação da muralha que foi construída em redor de Jerusalém, após o cativeiro babilônico, em cerca de 536 A.C. Ver Nee. 12:35. Talvez ele seja o mesmo Jônatas referido em Nee. 12:18, pelo que não abrimos espaço para outro Jônatas, mas identificamos as duas menções como a um único indivíduo.

14. *O Secretário de Zedequias, Rei de Judá*. Sua casa serviu de prisão, onde ficou detido o profeta Jeremias (Jer. 37:15,20; 38:26). Isso ocorreu por volta de 589 A.C.

15. *Um Filho de Careá* (Jer. 40:8). De acordo com o texto massorético, que é seguido por várias traduções, como é o caso da nossa versão portuguesa, «Jônatas» aparece depois de «Joanã». No entanto, há outras traduções, como a Revised Standard Version, que omitem o nome, como uma ditografia ou repetição do nome «Joanã». Esse nome também é omitido pela Septuaginta, nesse trecho, bem como na passagem paralela de II Reis 25:23. Se esse Jônatas realmente existiu, então ele esteve entre aqueles que tiveram uma conferência com Gedalias, o governador nomeado pelos babilônios sobre o remanescente de Judá, ainda no começo do cativeiro babilônico.

16. *Um Filho de Matatias*. Seu apodo era Afus (I Macabeus 2:5). Ele foi o sucessor de Judá, e foi um dos principais líderes da revolta dos judeus, conforme a narrativa dos livros dos Macabeus. Todavia, não tinha tanta habilidade estratégica quanto Judá, embora sua capacidade como diplomata fosse maior. Foi aprisionado por Trifo, em um ato de traição; e embora Simão tenha pago resgate, acabou sendo assassinado (I Macabeus 12:48 *ss*).

17. *Um dos filhos de Absalão*, a quem (Jônatas) Simão enviou com um exército judeu a Jope. Jônatas foi capaz de conquistar a cidade (I Macabeus 13:11).

18. *Um sacerdote* que liderou o povo em oração de ação de graças, no culto religioso que teve lugar quando da dedicação do templo reconstruído em Jerusalém (II Macabeus 1:23).

JONATH ELEM REHOKIM

Ver sobre **Música; Instrumentos Musicais**.

JÔNIA (FILOSOFIA JÔNICA)

A Jônia era a região costeira e as ilhas adjacentes da porção ocidental da Ásia Menor, que foi colonizada pelos gregos. Foi ali que teve início a investigação da filosofia ocidental; e os filósofos envolvidos por isso mesmo foram chamados jônios. Os filósofos mais notáveis dessa escola foram Tales, Anaximandro e Anaxímenes, sobre os quais esta enciclopédia contém artigos. A atividade deles teve lugar no século VI A.C.

JOIO

No grego, **zizánion**, «joio». Essa palavra ocorre por oito vezes no Novo Testamento, sempre no evangelho de Mateus, em seu décimo terceiro capítulo (vs. 25-27,29,36,38,40).

O joio, também chamado loio, é uma planta daninha extremamente parecida com o trigo, antes da espiga amadurecer. De fato, somente os especialistas são capazes de distinguir o joio do trigo verdadeiro. Nos estágios finais de amadurecimento, entretanto, as diferenças são notáveis. Portanto, é quase impossível arrancar o joio, sem danificar seriamente o trigo, no meio do qual se desenvolveu.

O joio é uma planta que floresce uma vez por ano. Cientificamente, o seu nome é *Lolium temulentum*. Tem muito menor número de grãos de que o trigo. Dizem os entendidos que se esses grãos forem pilados até formarem uma farinha, esta é venenosa. Talvez esse veneno seja devido a algum fungo particular que aparece nas próprias sementes do joio. Por conseguinte, essa farinha não serve para coisa alguma, senão para ser jogada fora. Ver o artigo sobre *Sementes*.

JOPE

1. *O Nome*. No hebraico, esse nome significa «bela». As tradições dizem-nos que esse nome foi dado a essa cidade por causa do brilho do sol que suas casas e edifícios refletiam. Além disso, Jope ficava situada em um pitoresco porto de mar, cerca de cinqüenta e seis quilômetros a noroeste de Jerusalém, o que, sem dúvida, contribuiu para a cidade receber tal nome. Em nossa verão portuguesa, em Jos. 19:46, também encontramos a grafia *Jope*, enquanto que outras versões dizem algo como *Jafo*.

2. *História Antiga*. Jope é uma cidade antiqüíssima. É enumerada na lista de cidades conquistadas por Tutmés III (século XV A.C.). Também é mencionada nas cartas de Tell el-Amarna (vide), dos primórdios do século XIV A.C. Depois que Israel conquistou a Terra Prometida, foi aquinhoada à tribo de Dã (Jos. 19:46). Seu porto tornava Jope o porto natural de Jerusalém. Até Jope é que Hirã fazia flutuar as toras de madeira que ele cortava no Líbano (II Crô. 2:16). No entanto, nada mais lemos a respeito dessa cidade, até que o nome aparece novamente em Jonas 1:3. Quando Jonas decidiu que seria melhor deixar Nínive sem a sua presença, então fugiu para *Jope*. Ali, apanhou um navio que estava de partida para Társis, provavelmente uma cidade na costa atlântica da

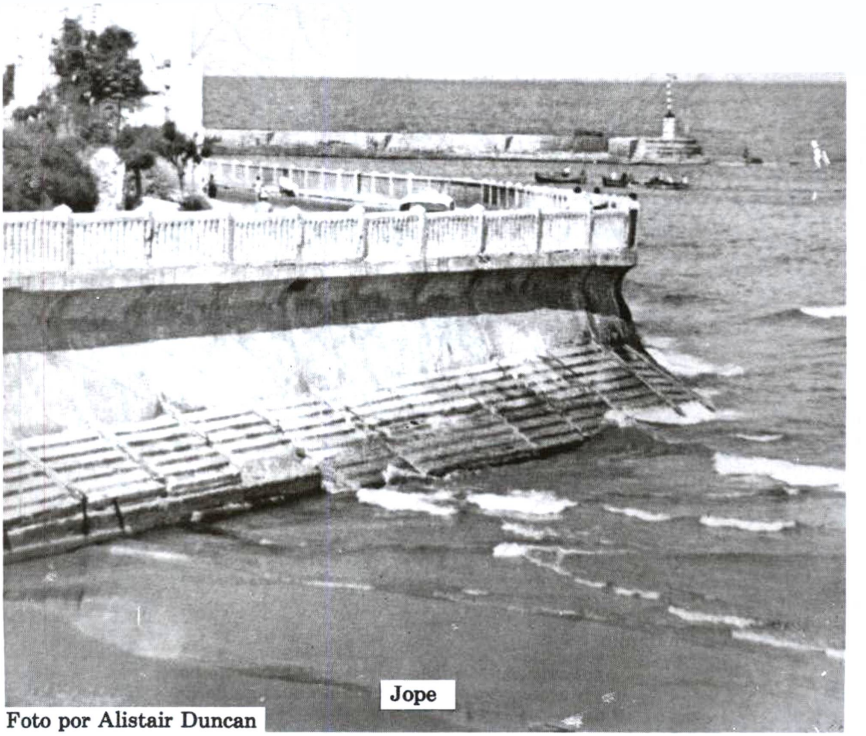


Foto por Alistair Duncan



Reprodução Artística de
Darrell Steven Champlin

Arte céltica — o leão, símbolo do evangelho de Marcos, e o boi, símbolo do evangelho de Lucas

Espanha, e, por conseguinte, na direção diametralmente oposta para quem deveria ir da Judéia a Nínive. Isso ocorreu em cerca de 743 A.C., nos tempos de Salmanesar III. Supõe-se que quando Tiglate-Pileser III invadiu a Palestina, tendo capturado Gaza e outros lugares, que Jope aparecia entre as suas conquistas. Posteriormente, Senaqueribe chegou à Palestina e abafou uma revolta, na qual o reino de Judá esteve envolvido, nos dias do rei Ezequias. E Jope foi uma das cidades a ser destruída pelos assírios. Todavia, mais tarde, a cidade foi reconstruída, embora não se saiba quem o fez. Seja como for, nos dias de Esdras, Jope servia de porto comercial para onde eram trazidas toras de cedro do Líbano, para a reconstrução do templo de Jerusalém. Ver Esd. 3:7. No século IV A.C., parece ter sido dada pelos persas ao rei Esmunazar, rei de Sidom. Mas, quando Sidom revoltou-se, e, então, arrasada por Artaxerxes III, Jope parece ter-se tornado uma cidade livre.

Jope não escapou à atenção de Alexandre, o Grande. Ele fez de Jope o centro de sua autoridade na região. Foi ele quem alterou o nome da cidade de Yapho para Jope, um novo nome que tinha por intuito honrar a filha do deus grego dos ventos. E foi ali que ele começou a cunhar moedas. Os sucessores de Alexandre lutaram por causa da cidade. Em 301 A.C., Ptolomeu tomou a cidade, e os egípcios passaram a controlá-la, o que o fizeram até 197 A.C. Depois disso, Jope tornou-se porto pertencente ao império selêucida. Durante o período dos macabeus, a sua importância se devia ao fato de que era uma base militar. Antíoco IV usou seu porto quando tentou helenizar a Palestina à força. Judas Macabeu incendiou as instalações portuárias e passou a exercer controle sobre Jope; mas Jônatas Macabeu acabou perdendo o controle da cidade. Simão Macabeu transformou-a em uma cidade inteiramente judaica. Os romanos chegaram à região e, em 63 A.C., Pompeu fez dela uma cidade livre. Foi devolvida ao controle dos judeus por Júlio César, e Herodes, o Grande, governou-a a partir de 37 A.C. Porém, os habitantes judeus da cidade lhe faziam forte oposição, o que o inspirou a construir um novo porto, em Cesaréia, cerca de sessenta e quatro quilômetros ao norte de Jope.

(Ver João 1:3; Atos 9:36; 10:5; 11:5,13).

Modernamente, esta cidade, se chama Jafa e é cidade portuária de Jerusalém. No trecho de Jos. 19:46 é denominada «Jafo». Sua forma grega é Loppe, e no árabe é Yafa, de onde procede a forma moderna da palavra «Jafa». Essa cidade fica a cinqüenta e seis quilômetros de Jerusalém, e tem servido como sua cidade portuária há muitos séculos. É o único porto natural entre a baía de Aco (isto é, a baía de Haifa) e a fronteira com o Egito. Sua história é longa, e já era cercada de muralhas nos dias de *Tutmés* III (mencionada nas listas de suas cidades). Nos dias dos Macabeus, era guarnecida por tropas sírias, até que foi capturada por Simão Macabeu. Pompeu devolveu-a à Síria em 63 A.C., mas, dentro de vinte anos, voltara novamente à posse dos israelitas. Durante a guerra judaico-romana, Vespasiano a capturou. E assim, durante a sua história, tem trocado de mãos por muitas vezes.

Nos dias que correm, ela foi ultrapassada por sua vizinha maior, Tel Aviv, e na realidade se transformou apenas em um subúrbio sulino da mesma. As duas cidades, juntas, formam uma só municipalidade. Aos turistas geralmente se mostra uma mesquita que supostamente assinala o local da casa de Simão, o curtidor; mas essas identificações ordinariamente são fictícias.

De conformidade com as lendas gregas, era famosa como o local onde Andrômeda fora amarrada, ao ser entregue por Perseu. (Ver *Estrabão* xvi, pág. 759; e Josefo, *Guerras dos Judeus*, i.6 §2).

Na narrativa do profeta Jonas, a cidade aparece como porto de onde partiam navios em direção a Társis e Espanha (ver Jon. 1:3).

3. *No Novo Testamento*. Tabita, também chamada Dorcas, residia ali (Atos 9:36-42). Ela era uma excelente obreira cristã, a quem Pedro ressuscitou dos mortos. Pedro esteve residindo em Jope por algum tempo, hospedado na casa de um certo Simão, o curtidor. Durante essa sua permanência em Jope, ele recebeu a sua crucial visão sobre o lençol cheio de animais imundos e nessa visão o apóstolo ouviu palavras que lhe ensinavam a não considerar imundo o que Deus havia purificado, aceitando os gentios convertidos a Cristo como iguais aos judeus convertidos, como membros da novel Igreja cristã. Na verdade, tornara-se mister resolver a questão mediante uma direta intervenção divina, concedendo iluminação a Pedro (Atos 9:36-42). Partindo de Jope, Pedro foi pregar a Cornélio e seus familiares e amigos, no porto rival de Cesaréia (Atos 10:1-48). E foi assim que teve começo oficial a missão gentílica da Igreja apostólica, embora, como é óbvio, gentios já tivessem sido evangelizados antes daquela oportunidade.

4. *Jope e a Revolta dos Judeus*. Jope foi um dos lugares onde os judeus rebelados estabeleceram-se militarmente, quando buscavam obter independência do domínio romano. Eles fortificaram a cidade; mas os judeus não encontraram dificuldades para destruir as fortificações, assumindo controle da cidade. O procônsul sírio, Céstio Galo, passou a comandar o poder romano na cidade. Tempos depois, os judeus tornaram a fortificar a cidade, que, novamente, entrou em choque com os romanos. Os romanos invadiram de novo a área, transformando-a em um acampamento militar, em 68 D.C. Moedas romanas eram cunhadas ali. Os arqueólogos têm descoberto moedas que pintam a vitória de Roma sobre a flotilha judaica, que foi destruída em Jope.

5. *Informes Geográficos e Topográficos*. Jope, como já dissemos, servia de porto de mar para Jerusalém. Ficava cerca de sessenta e quatro quilômetros a noroeste de Jerusalém. Era o único porto natural em toda a área que medeia entre o Egito e Aco (no Novo Testamento, Ptolemaida). O porto era formado por um cabo rochoso que se projeta mar adentro. A elevação maior dessa formação rochosa natural é de cerca de 38 m. Há recifes que formam um semicírculo malfeito, localizados entre cerca de noventa e cento e vinte metros distantes da praia. Isso significa que as embarcações tinham de entrar vindas do norte, porquanto os recifes impediam o acesso vindo de qualquer outra direção. Havia praias arenosas, que recebiam pequenos barcos. Atualmente, a cidade se chama Jafa, sendo um subúrbio da moderna cidade israelense de Tel Aviv. Tel Aviv e Jafa, na verdade, formam uma única municipalidade. Há uma mesquita no suposto local onde ficava a residência de Simão, o curtidor.

6. *Na Mitologia Grega*. Há uma rocha que emerge à entrada do porto de Jope. Segundo a lenda, esse foi o lugar onde Andrômeda estava acorrentada, quando Perseu matou o monstro.

JOQUEBEDE

No hebraico, «glorificada por Deus» ou «Yahweh é a glória». Esse era o nome de uma filha de Levi, irmã de Coate, esposa de Anrão, mãe de Aarão, irmão de

Moisés e Miriã (Êxo. 6:20; Núm. 26:59). Alguns eruditos põem em dúvida o sentido desse nome, que parece ser composto com o nome divino Yahweh (ver sobre *Yahweh* e sobre *Jeová*). Isso eles alegam, porque estão convencidos de que o uso do nome divino *Yahweh* vem de antes da época de Moisés. Há evidências, porém, de que esse nome divino realmente pré-datava os dias de Moisés e que era usado entre os povos semitas antigos. Ver o artigo sobre *Jetro*. Em Êxo. 6:20, está registrado que Joquebede era irmã do pai de Anrão, pelo que era a tia de seu próprio marido. Visto que casamentos entre parentes assim chegados foram posteriormente proibidos (ver Lev. 18:12), várias tentativas têm sido feitas para anular essa informação, interpretando-a de alguma outra maneira. O exemplo de Abraão (Gên. 20:12), todavia, mostra que essas tentativas são anacrônicas. Joquebede viveu em cerca de 1520 A.C. A Septuaginta, em Êxo. 6:20, faz dela prima de seu marido, mas isso deve refletir uma antiga modificação feita por copistas, com base no que dissemos acima acerca de casamentos proibidos por motivo de parentesco muito próximo.

JOQUIM

No hebraico, «Yahweh estabelece». Esse nome é uma forma contraída de *Joaquim* (vide) Um homem com esse nome era filho de Selá e neto de Judá (I Crô. 4:22). Jerônimo (*Quast. in Paral.*) dizia que ele era o mesmo Elimeleque (vide), esposo de Noemi.

JORA

No hebraico, «aspersão». Nome de família dos descendentes do Jora original. Esses descendentes alcançavam o número de cento e doze pessoas, que retornaram do exílio babilônico à Palestina, em companhia de Zorobabel (Esd. 2:18; I Esdras 5:16). Em Nee. 7:24, esse mesmo homem é chamado de Harife (vide). Essa volta dos descendentes de Jora a Jerusalém ocorreu em cerca de 536 A.C.

JORAI

No hebraico, «aspersão» ou «chuvoso». Trata-se de uma forma variante do nome *Jora* (vide). Um homem desse nome, um gadita, residia em Gileade, na região de Basã. Sua genealogia foi registrada nos dias de Jotão, de Judá (I Crô. 5:13), em cerca de 782 A.C. Jorai foi um dos chefes dos gaditas.

JORÃO

No hebraico, «exaltado por Yahweh», ou então «Yahweh é exaltado». Esse nome é uma forma abreviada de Jeorão (vide). O nono rei de Israel tinha esse nome. Temo-lo descrito com o nome mais longo, Jeorão.

Também houve um rei de Judá cujo nome era Jeorão (vide), filho de Josafá (I Reis 22:50). Além desses dois homens, houve outros que sempre são chamados «Jorão», a saber:

1. Um filho de Toí, que foi enviado para congratular a Davi por sua vitória sobre Hadadezer, rei de Zobá (II Sam. 8:9-12). Ele também é chamado *Hadorão* (vide), em I Crô. 18:10. Viveu por volta de 986 A.C.

2. Um levita, antepassado de Selomite, que viveu na época do rei Davi (I Crô. 26:25).

3. Esse era o nome de um sacerdote dos dias de Josafá, cuja incumbência era a de instruir o povo quanto à lei mosaica. Seu trabalho foi desenvolvido nas cidades de Judá (II Crô. 17:8).

4. Um capitão do exército, nos tempos do rei Josias (I Esdras 1:9). Em II Crô. 35:9 é chamado pelo nome de «Jozabade» (vide).

JORDÃO (RIO)

Esboço:

I. O Vale do Jordão
II. Caracterização Geral
III. O Nome
IV. Formadores
V. Curso do Rio
VI. Pontes e Vaus
VII. Tributários
VIII. Informes Históricos
IX. Cidades do Vale do Jordão
X. Nos Tempos Modernos
XI. Usos Simbólicos

I. O Vale do Jordão

Ver o artigo separado sobre **Jordão (Vale)**. Ao que ali foi dito, adiciono aqui alguns detalhes. Uma fenda natural, na direção norte-sul, separa as montanhas do Líbano das montanhas do Antilíbano. Um pouco mais ao sul, essa fenda é cheia pelo rio Jordão e pelo mar Morto, numa extensão total de cerca de duzentos e quarenta quilômetros. De fato, a fenda continua para o sul, mediante o wadi Arabá, o golfo de Ácaba do mar Vermelho, e entra na África, sempre para o sul, até Tanganica. E o vale do Jordão é a formação geológica mais espetacular dessa região inteira. As montanhas que ladeiam o vale do Jordão chegam até 1200 m de altura, o que faz tremendo contraste com as partes mais baixas do vale, que descem até cerca de 396 m abaixo do nível do mar, no fundo do mar Morto.

O rio Jordão, em seu curso superior, passa por canhões. Um pouco mais abaixo fica o *Zor*, ou seja, a planície de aluvião que costumava ser inundada nos períodos de cheia do rio, conforme somos informados em Josué 3:15. Nessa área havia uma vegetação luxuriante. Nos tempos antigos, leões percorriam toda aquela região (Jer. 49:19). Através dos séculos, o rio foi mudando de curso, conforme o demonstram as modernas fotografias aéreas. A maior parte do vale não se presta para a agricultura. Ali chove pouco, e a temperatura da parte sul do rio Jordão é extremamente elevada durante boa parte do ano. Até mesmo a noite, a temperatura cai pouquíssimo.

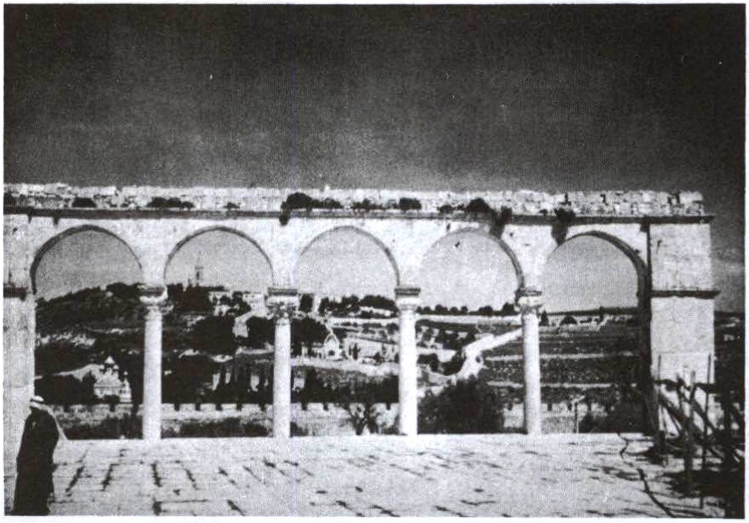
II. Caracterização Geral

O rio Jordão nasce nos montes do Antilíbano, a oeste do monte Hermom. O rio dirige-se para o sul, passando pelo mar da Galiléia e, finalmente, deságua no mar Morto. No seu curso superior, ao norte, forma as fronteiras sírio-israelense e jordano-israelense.. Seu curso sul fica completamente dentro do vale do Jordão. Na guerra dos Seis Dias, em 1967, que houve entre Israel e os países árabes coligados, toda a porção do vale do Jordão, na margem ocidental do rio, veio a ser ocupada pelas tropas de Israel. O rio Jordão tem uma extensão de cerca de trezentos e vinte quilômetros no total. Seu curso vai de 70 m acima do nível do mar até 396 m abaixo do nível do mar. Seu principal tributário é o Iarmuque. O vale do Jordão, ao sul do lago da Galiléia, é uma grande depressão, com cerca de cento e cinco quilômetros de extensão. Essa depressão chama-se *Ghor*.

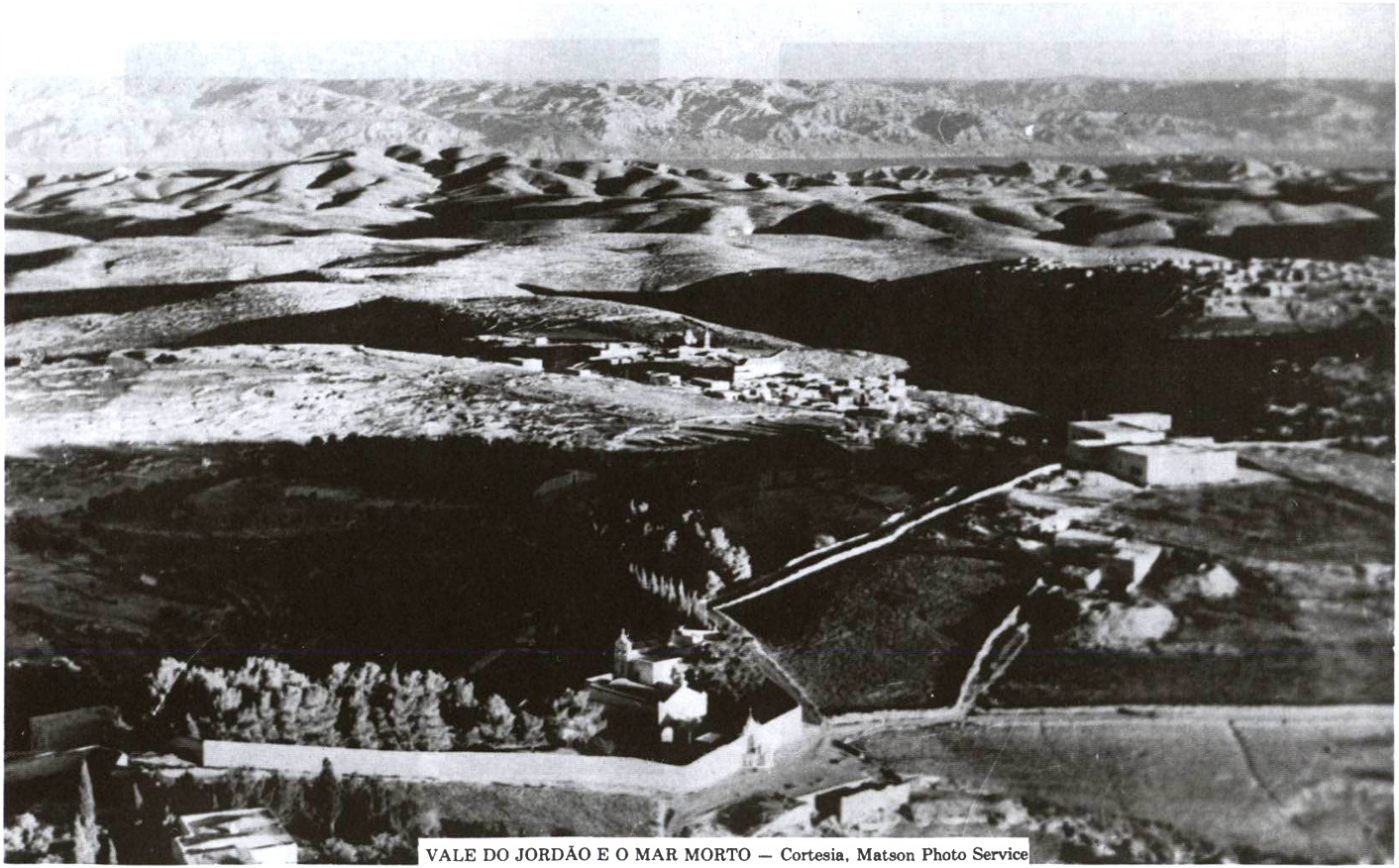
O rio Jordão não é navegável. Porém, possui um tremendo potencial hidrelétrico. Há várias caracterís-



O Rio Jordão — Cortesia, John F. Walvoord



Arcaria da Cúpula da Rocha, área original do templo de Salomão — Cortesia, John F. Walvoord



VALE DO JORDÃO E O MAR MORTO — Cortesia, Matson Photo Service

ticas desse rio que o tornam sem igual no mundo. Além de ser o rio que fica em nível mais baixo, em relação ao nível do mar, tem conhecido a ocupação humana, em ambas as suas margens, desde os tempos mais remotos. É o principal rio da Terra Santa. De fato é o maior rio perene da Palestina. A história bíblica tornou o rio Jordão um rio mundialmente conhecido, e o incidente do batismo de Jesus, em suas águas, deu-lhe uma notoriedade inteiramente em desproporção com suas dimensões e sua utilidade.

III. O Nome

Jerônimo (em cerca de 400 D.C.) mencionou uma tradição que dizia que o nome Jordão deriva-se dos nomes de dois outros rios: o *Jor*, que nasceria em Banias, e o *Dã*, que se originaria em Tell el-Kadi, ou seja, «Jor» + «Dã». Mas isso é extremamente fantasioso. De acordo com Gên. 13:10, o rio já era conhecido por *Jordão* muito antes da tribo de Dã ter dado seu nome a Lesém (Jos. 19:47) ou Laís (Juí. 18:29). A palavra hebraica é *hah-yordane*, «o Jordão», que significa *aquele que desce*. O rio desce rapidamente de nível desde suas cabeceiras até o mar Morto; e esse fato, sim, deu origem ao nome do rio. O artigo definido (no hebraico, *hah*) sempre faz parte integrante do nome desse rio, exceto em Sal. 42:6 e Jó 40:23. Os árabes chamam o rio de *esh-Sheriah*, «lugar irrigado». O verbo correspondente ao substantivo, no hebraico, significa «descer». Todavia, alguns eruditos têm proposto uma outra possível origem do nome. A palavra hurriana para «água» é *iar*, que é semelhante à primeira parte do nome do rio Jordão. E a segunda parte da palavra assemelha-se ao hurriano para «juiz». Daí obtemos o significado de «o rio é o juiz», o que poderia refletir a antiga prática de lançar um suspeito de crime dentro do rio. Se sobrevivesse, então era declarado inocente da acusação. É muito difícil avaliar a validade dessa suposição. Por isso mesmo, a outra explicação é mais aceita geralmente.

IV. Formadores

O Jordão nasce nos montes do Antilíbano, e é formado por quatro riachos principais: 1. O *Hasbani*, que mana de uma grande fonte, chamada *'Ain Furar*, localizada perto de Haabeya. Ali a altitude é de cerca de 520 m acima do nível do mar. A laguna ali existente é muito profunda, talvez tanto quanto 300 m de profundidade. 2. O *Banias*, que nasce perto das ruínas de Banias (antiga Cesaréia de Filipe; Mat. 16:13), no sopé do monte Hermom, onde a elevação é de 348 m acima do nível do mar. 3. O *Ledã*, que nasce em uma grande fonte de água, no lado ocidental do Tell el-Kadi, «cômoro do juiz», situado no local da antiga cidade de Dã. Uma poderosa nascente brota do solo, naquele ponto. Josefo chamava essa nascente de «pequeno Jordão», sendo essa o caudal mais poderoso dos quatro formadores do Jordão. 4. O *Esh-Shar* ou *Bareighit*, que é um pequeno tributário. Além desses quatro principais formadores, há um grande número de pequenos riachos, provenientes de nascentes dos montes do Líbano. Também há um alagadiço acima do lago Hulé, que também contribui para formar o rio Jordão.

V. Curso do Rio

Como já dissemos, o rio Jordão nasce nos montes do Antilíbano. Atravessa, então, dezenove quilômetros vale do Jordão abaixo, e então penetra em uma área turbulenta e poluída, pelo espaço de pouco mais de onze quilômetros. Em seguida, atravessa um alagadiço com cerca de dezesseis quilômetros de extensão. Então, desemboca no lago Merom, também chamado Hulé. Continua seu curso na direção sul e, após mais dezenove quilômetros e meio, entre o lago ou mar da Galiléia. Sai novamente na parte sudeste desse lago e, então, flui por cerca de noventa e sete quilômetros, até desaguar no mar Morto. Seu comprimento total é de cerca de trezentos e vinte quilômetros. Desce de uma altitude de 70 m até uma depressão de 396 m abaixo do nível do mar.

VI. Pontes e Vaus

Nenhuma ponte foi construída para travessia do rio Jordão, senão já nos dias dos romanos. Por essa razão, era preciso vadear o rio em cerca de uma dúzia de lugares diferentes, onde as águas eram suficientemente rasas para permitir a travessia de homens e animais, a pé. Visto que havia tantos lugares onde era possível vadear o rio, esse rio nunca serviu de fronteira defensiva. Podemos supor que Abraão vadeou o rio um pouco acima ou um pouco abaixo do mar da Galiléia, ao entrar na Terra Prometida. No Antigo Testamento há algumas alusões a vaus. Conforme somos informados em Jos. 2:7, os oficiais de Jericó procuraram pelos espias de Israel em todos os vaus do Jordão. Os efraimitas, liderados por Eúde, derrotaram os moabitas, nos vaus do Jordão (Juí. 3:28). Os melhores lugares para tais travessias eram nas desembocaduras dos tributários principais, porque, nesses trechos, o entulho depositado pelos tributários criava uma espécie de baixio, permitindo a travessia a pé. Mas o Jordão, em quase todo o seu curso, é de pouca profundidade e de corrente bastante rápida, impróprio para a navegação.

Pontes. Os engenheiros romanos construíram várias pontes, atravessando o rio Jordão. As ruínas de algumas dessas pontes podem ser vistas até hoje. Há três pontes principais: 1. na desembocadura do Iarmuque; 2. no local onde o rio deixa para trás o mar da Galiléia; 3. em Damiya. Nos tempos modernos, seis pontes foram construídas para cruzar o rio. Elas são a ponte Allenby, a leste de Jericó; a ponte Damiya, abaixo da boca do Jaboque; a ponte Xeque Hussein, a leste de Bete-Seã; a ponte das Filhas de Jacó, ao norte do mar da Galiléia; e mais duas pontes ao sul do mar da Galiléia.

VII. Tributários

O rio Jordão recebe águas de outros rios menores, ao longo de seu curso. Aquele que fica mais ao norte é o Iarmuque. Embora menos extenso, traz quase o dobro do volume de águas em relação ao rio Jordão, até aquele ponto. Drena grande parte de Gileade e de Basã (na moderna Síria e no norte da Transjordânia). Os gregos chamavam-no de *Ieroumaks*. Nos tempos modernos, os jordanianos desviaram boa parte de suas águas para fazer funcionar uma usina hidrelétrica. E essas mesmas águas, uma vez usadas, são empregadas em um canal de irrigação que corre paralelo ao Jordão. A antiga cidade de Gadara, uma das cidades de Decápolis, ficava acima onde deságua o Iarmuque.

O *wadi Bira* (também chamado Nahal Tavor) entra no Jordão, vindo do Ocidente, cerca de seis quilômetros e meio abaixo do Iarmuque. Mais ou menos à mesma altura, mas vindo do Oriente, o *wadi Arab* deságua no Jordão. Mais abaixo, encontramos então, a leste, o *wadi Tayibeh*, e, a oeste, o *Nahal Harod* (Jalude). Esse último tributário foi onde os homens de Gideão beberam água, e onde Gideão escolheu seus homens, dependendo da maneira como bebessem (Juí. 7:1 *ss*). O *wadi Jurm* flui diante de Pela e vai adiante, entrando no rio Jordão vindo do leste, cerca de oito quilômetros abaixo da ponte de Xeque Hussein. Isso não fica longe de Harode, que fica ligeiramente mais abaixo. Então, mais oito quilômetros rio abaixo encontramos o *wadi Yabis*. Na Bíblia há menção a Jabes-Gileade, que deu a esse riacho o seu nome. Descendo mais oito quilômetros

topamos com o *wadi Malih*, que contribui com bem pouca água; e, um pouco mais abaixo, outros dois riachos, o *wadi Kufrinji* e o *wadi Rajib*.

Cerca de sessenta e cinco quilômetros acima do mar da Galiléia, o rio *Jaboque* deságua no rio Jordão, vindo do Oriente. Esse rio tem suas nascentes perto de Aman, e servia de fronteira oriental para os antigos amonitas. Flui através do vale que separa a porção norte da porção sul de Gileade. Perto de sua desembocadura ficava a antiga cidade mencionada na Bíblia, Adã (que agora se chama Damija; Jos. 3:16). Foi ali que as águas estancaram, para Josué e o povo de Israel atravessarem. Atualmente existe uma ponte no local. O *wadi Far'ah* é o próximo tributário do Jordão. Fica perto da cidade que a Bíblia chama de Tirza (I Reis 15:21; 16:8). Fica localizada cerca de onze quilômetros ao sul do Jaboque.

Descendo um pouco mais, achamos o *wadi Malha*, que drena as regiões a oeste do rio Jordão. Oito quilômetros abaixo aparece o *wadi Nimrin*, localizado imediatamente acima da moderna ponte Allenby. E, a quase cinco quilômetros acima do mar Morto, flui para o Jordão o *wadi Abu Gharaba*. Portanto, há um total de onze riachos perenes que fluem para o rio Jordão, vindos da Transjordânia. E há um certo número de tributários que fluem apenas parte do ano.

VIII. Informes Históricos

Além de sua situação geográfica incomum, que tem distinguido o rio Jordão, há muitos episódios históricos a serem considerados, que tiveram lugar em regiões associadas a esse rio. Esses acontecimentos têm dado a esse rio uma notoriedade universal.

1. *As evidências arqueológicas* demonstram que a região em volta do rio Jordão vinha sendo habitada desde os tempos pré-históricos, desde a Idade da Pedra Média. Também houve habitações ali no período do Bronze Médio. Que as condições têm mudado muito é evidenciado pela descoberta de ossos de elefantes e rinocerontes, além de outros animais que, há milênios,. desapareceram das proximidades do rio Jordão. Uma antiqüíssima cidade neolítica, que desconhecia a cerâmica, foi descoberta em escavações arqueológicas feitas em Tell Es-Sultan, a Jericó referida no Antigo Testamento. Ver sobre *Jericó*, onde se explica que várias cidades, nos tempos antigos, foram construídas naquela área, e que a Jericó do Antigo Testamento e a Jericó do Novo Testamento não eram a mesma cidade, embora ocupassem praticamente o mesmo local. No vale do rio Iarmuque têm sido encontrados artefatos pertencentes a antigas civilizações.

2. *Nos Tempos do Antigo Testamento*:

a. Ló preferiu residir na planície do Jordão, porque ali havia água abundante (Gên. 13:10). Essa é a primeira menção que a Bíblia faz a esse local, em cerca de 2000 A.C.

b. Jacó vadeou o rio Jordão (Gên. 32:10), provavelmente acima ou abaixo do mar da Galiléia. Naquele tempo, Jacó estava tendo dificuldades com seu irmão, Esaú, e precisou fugir dele.

c. *Durante e após a conquista da Terra Prometida*, por Israel, a área do rio Jordão tornou-se parte importante da história de Israel, a partir de cerca de 1400 A.C. Quando houve a divisão do território entre as tribos de Israel, o rio Jordão passou a ser usado como limite natural entre as tribos. Manassés ocupou a fronteira mais extensa, na parte ocidental e na parte oriental do rio, chegando quase da Galiléia até Jericó. O território de Naftali se estendia para o sul do mar da Galiléia, e também para o norte, até chegar a incluir as cabeceiras do rio Jordão. A oeste, Benjamim e Judá tinham um pequeno trecho das margens do rio Jordão. E, na parte oriental, Gade também contava com um pequeno trecho. Detalhes sobre essas questões aparecem em Núm. 32 e 34 e em Jos. 13—19.

d. *A Memorável Travessia de Josué*. Esse relato aparece em Jos. 3:14-17. Em Adã teve lugar um milagre que possibilitou a travessia do Jordão. Provavelmente, o prodígio esteve relacionado ao transporte da arca para o outro lado do rio. Explicações naturalísticas falam até em uma deslocação de terreno como causa do milagre. E a história tem demonstrado que isso, realmente, ocorre periodicamente, fazendo as águas do rio represarem-se temporariamente. Alguns estudiosos pensam que o *momento exato* desse deslizamento de terras foi a parte miraculosa. Nada existe de incomum na suposição de que Deus usa acontecimentos naturais de maneiras incomuns.

e. *Várias travessias* são mencionadas, que dizem respeito ao rio. Os gileaditas atravessaram o Jordão quando perseguiam um inimigo (Juí. 12:5 *ss*); Absalão atravessou o rio quando procurava se refugiar (I Sam. 17:24); Elias atravessou o rio quando fugia de Acabe e Jezabel (I Reis 17:3,5).

f. Eliseu recomendou que o general leproso, Naamã, mergulhasse no Jordão por sete vezes, o que curou o homem (II Reis 5:10).

g. A parte metálica de um machado se perdeu nas águas revoltas. E o machado flutuou a mando de Eliseu (II Reis 6:1-7).

h. O *hipopótamo* de Jó não temia flutuar nas águas do Jordão (Jó 40:23).

i. *Leões* que habitavam em regiões adjacentes às áreas do Jordão foram mencionados por Jeremias (49:19) e por Zacarias (11:3). Nenhum leão tem sido visto naquela área, durante muitos e muitos séculos.

3. *Nos Dias do Novo Testamento*:

a. *O ministério público de Jesus* começou às margens do rio Jordão, quando foi ali imerso por João Batista (Mat. 3:13-17). E, naturalmente, o próprio João Batista fez história ali, em sua missão de precursor do Messias. O lugar do batismo de Jesus tem ocasionado muita discussão, embora sem resultados certos. Nada menos de sete santuários diferentes, alegadamente, assinalam o lugar desse acontecimento. Pelo menos sabe-se que João batizava perto de Enom, nas proximidades de Salim, que fica a poucos quilômetros ao sul de Bete-Seã (João 3:23).

b. Sem dúvida, Jesus atravessou o Jordão por muitas vezes, a caminho de Nazaré, se ele, a exemplo dos residentes de Nazaré e da Galiléia em geral, evitasse atravessar a Samaria, quando ia a festas religiosas em Jerusalém. Isso talvez explique a presença de Jesus, em Jericó, quando ele curou o cego (Mat. 20:29-34). Lucas nos diz que ele estava atravessando a cidade de Jericó. Ver Luc. 19:1 *ss*.

c. A grande confissão messiânica de Simão Pedro, em Cesaréia de Filipe (Mat. 16:13 *ss*; Mar. 8:27 *ss*), teve lugar perto das cabeceiras do rio Jordão.

IX. Cidades do Vale do Jordão

1. Conforme já se notou, várias cidades pré-históricas, de várias raças, existiram nesse lugar, antes de qualquer informe bíblico a respeito. Só podemos indagar quantas cidades devem ter aparecido e desaparecido, com suas diferentes culturas e civilizações! Ver o artigo sobre os *Antediluvianos*, quanto a especulações sobre tais raças. Alguns até pensam que devemos incluir raças pré-adâmicas!

2. Existem nomes nativos para *cômoros*, o que pode indicar a existência de aldeias ali em tempos pré-históricos.

3. *Jericó* e *Bete-Seã* têm histórias que remontam aos tempos calcolíticos. Ambas as cidades eram lugares importantes, segundo a história do Antigo Testamento. Ver os artigos separados sobre esses lugares. Houve muitas cidades com o nome de Jericó. Destruições e reconstruções eram o que mais acontecia ali. Jericós do Antigo e do Novo Testamentos, embora construídas na mesma área geral, não eram uma mesma cidade, mas uma sucessão de cidades. Bete-Seã (chamada *Sitópolis* por Heródoto; é a mesma *Beisan* dos tempos modernos) ficava na bacia do Nahal Jalude, perto da extremidade sul do vale de Jezreel.

4. *Bete-Ierá*, uma localidade que não é mencionada no Antigo Testamento, contava com uma considerável população, a julgar pelos artefatos que os arqueólogos têm conseguido trazer à luz ali. Ficava perto da desembocadura do rio Jordão, ao sair do lago da Galiléia, e vinha sendo habitada desde tempos tão antigos quanto a era do Bronze.

5. Os textos de execração egípcios mencionam *Reobe* (perto de Bete-Seã, um pouco mais para o sul; ver Núm. 13:21), e também *Zaretã* (ver Jos. 3:16), que ficava ao norte de Adão, na desembocadura do Jaboque, um dos tributários do Jordão. *Adã* é a moderna Pela, que também é mencionada nos textos egípcios, embora o lugar não seja mencionado no Antigo Testamento. Veio a tornar-se uma das cidades de Decápolis (vide).

6. *Sucote é* mencionada em Gên. 33:17, em conexão com as viagens de Jacó. Salomão fundiu os objetos de bronze para o templo, nesse lugar (I Reis 7:46; II Crô. 4:17). Tem sido identificada com o moderno Tell Deir-Alla.

7. *Zafom*, mencionada em Jos. 13:27, também figura nas cartas de Tell el-Amarna (vide). Ficava ao norte de Zaretã.

8. *Gilgal*, um subúrbio de Jericó, foi usada como base de operações, por Josué (Jos. 4:19).

9. *Jabes-Gileade*, identificada como o Tell el-Meqbereh (ver II Sam. 2:4), ficava perto da boca do wadi Yabis.

10. Bete-Arabá (Jos. 16:6,61; 18:22) tem sido identificada como 'ain el-Gharabeh.

11. *Lo-Debar* foi residência temporária de Mefibosete, o neto aleijado de Saul, e a quem Davi favoreceu, ao tornar-se rei. Lo-Debar tem sido tentativamente identificada com a moderna *Umm ed-Debar*, localizada ao sul de Umm Qeis, na margem oriental do Jordão. Ver II Sam. 9:3-6.

12. As cidades do vale do Jordão, mencionadas nas páginas do Novo Testamento são: *Jericó* (Mat. 20:29; Mar. 10:46; Luc. 10:30; 18:35; 19:1); *Betabara*, um lugar perto de onde João Batista batizava, na margem oriental do Jordão (João 3:23). O mesmo texto menciona *Enom*, perto de Salim (Umm el-'Amdan). Ficava ao sul de Bete-Seã. *Betsaida*, na margem norte do mar da Galiléia, também pode ser considerada uma cidade do vale do Jordão.

X. Nos Tempos Modernos

No decurso da história, Judá entrou novamente em cativeiro, em face do poder romano, após o ano 70 D.C. Daí por diante o rio Jordão não mais assinalou as fronteiras políticas de Israel, ou de qualquer outro país, até os tempos em que vivemos. A partir da época dos romanos, ambas as margens desse rio passaram a constituir uma só unidade.

Terminada a Primeira Grande Guerra, em 1918, o rio Jordão, porém, uma vez mais se tornou uma fronteira política. Passou a dividir o reino hasemita da Transjordânia (no Oriente), do Mandato Britânico sobre a Palestina (no Ocidente). E mesmo após as decisões de 1947 e 1948, acerca da divisão da terra entre judeus e árabes, e a subseqüente Guerra dos Seis Dias, de 1967, pelo menos, parcialmente, o rio continuava servindo de divisão entre esses dois Estados. Terminada a guerra árabe-israelense, o rio Jordão, desde a Galiléia até o mar Morto veio a ser a linha do cessar fogo entre os dois Estados. Desse modo, o nome *Jordão* reapareceu, uma vez mais, nos cabeçalhos dos jornais.

XI. Usos Simbólicos

1. Alguns intérpretes vêem no curso do rio Jordão um quadro sobre a vida humana. Começa como uma nascente; chega a ser uma torrente, descendo rapidamente terreno abaixo; passa por muitas vicissitudes; chega à maturidade no mar da Galiléia; faz muitas circunvoluções e meandros; e chega à morte no mar Morto.

2. Esse rio tem sido usado em canções e na literatura, para indicar a divisão entre a vida física e a vida do após-túmulo, divisão essa que todos precisamos atravessar, por ocasião da morte. Por isso mesmo, há um hino que diz: «Não terei de cruzar sozinho o Jordão». E também há uma canção popular, que diz com grande entusiasmo: «O rio Jordão é profundo e largo; esfria o corpo, mas não a alma». Então vem a linha triunfal: «Miguel remou o barco e atravessou. Aleluia». Além disso, há aquele hino que fala sobre o crente, de pé «sobre as margens agitadas do Jordão», com olhares saudosos e anelantes pela Terra Prometida.

Nos sonhos e nas visões, os rios simbolizam a vida; e as curvas e meandros de um rio indicam as reviravoltas da vida, até que a pessoa chegue ao seu destino. E, naturalmente, a travessia de um rio indica a transição da vida para a morte.

Bibliografia. AM BAL CHE GL(1960) GL(1946) SMI UN Z

JORDÃO (VALE)

A palavra hebraica significa «decaimento», «aquele que desce» (Jos. 18:18; Deu. 11:30; Eze. 47:18). Essas várias referências dão ao vale diferentes nomes, como «planície» e «deserto». Seu nome moderno é *El Ghor*. O vale do Jordão é uma fissura (uma brecha que apareceu em face de uma falha geológica). Tem mais de duzentos e sessenta quilômetros, e começa imediatamente ao sul do lago Hulé, onde começa a fissura abaixo do nível do mar, e vai até à ponta da Arabá, no extremo sul. Nesse ponto final, o terreno já se elevou novamente ao nível do mar. O vale do Jordão varia em largura de três a vinte e quatro quilômetros. Seu curso leva o vale até tão baixo quanto 86 m abaixo do nível do mar. E o fundo do mar Morto chega até 396 m abaixo do nível do mar. O rio Jordão (vide) corre na garganta formada por esse vale.

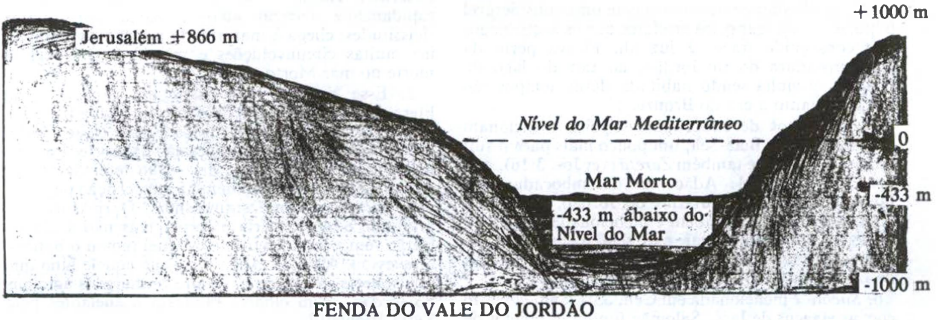
Características especiais desse vale, se excetuarmos o próprio rio Jordão, são os dois grandes lagos, o Hulé e o da Galiléia. O primeiro tem dezenove quilômetros de comprimento e o segundo tem oitenta e cinco quilômetros. Há grandes extensões de terra arável, no vale do Jordão, especialmente nas imediações de Genezaré de Belém e de Jericó. A ação vulcânica foi a principal força geológica que criou esse vale. Podemos imaginar que os abalos sísmicos também tiveram sua devida participação, visto que duas longas dobras de pedra calcária foram forçadas para cima, na direção norte-sul, com uma crista diagonal que fecha o mar Morto do mar Vermelho, isolando o primeiro e transformando-o em um lago extremamente salgado. Essa elevação da crista originalmente engolfou um

trecho do mar, e o conteúdo salino do lago assim formado tem sido mantido por não haver saída para as águas do lago, com o resultante acúmulo dos sais que se vão depositando lentamente.

O vale do Jordão está dividido em seis seções distintas: 1. o vale de Beka'a, ou vale entre os Líbanos; 2. o Jordão superior, desde suas cabeceiras, no sopé do monte Hermom, atravessando o lago Hulé e chegando até o lago ou mar da Galiléia; 3. o próprio lago da Galiléia; 4. a porção média e baixa do rio Jordão, até Jericó; 5. o mar Morto (vide); 6. do mar Morto até o golfo de Ácaba, que é o wadi 'Arabah.

A Mais Funda Depressão na Terra. O vale do Jordão forma a mais funda depressão que existe no planeta Terra. O fundo do mar Morto chega a nada menos de 400 m abaixo do nível do mar. Por causa desse grande declive geográfico é que se deu a esse vale o seu nome, que, no hebraico, significa «aquele que desce». Ver outros detalhes a respeito no artigo *Jordão* (*Rio*), primeira seção.

Diagrama



FENDA DO VALE DO JORDÃO

JORIM

Forma grega do nome hebraico **Jorão** (vide), que, por sua vez, é abreviação de *Jeorão*. No hebraico, essa palavra significa «Yahweh exaltou» ou «Yahweh é exaltado». Todavia, há estudiosos que pensam que esse nome seja uma variante de *Joiarim*, um nome nunca encontrado na Bíblia. Seja como for, Jorim foi um dos antepassados de Jesus (Luc. 3:29). Ele era filho de Matã e pai de Eliezer.

JORNADA, VIAGEM

Uma jornada ou viagem é a remoção de uma pessoa de um lugar para outro. No caso dos judeus, isso tinha importância em relação às leis estritas que governavam a guarda do dia de sábado. Uma *jornada de dia de sábado* era considerada legítima, pelos israelitas, como uma distância de dois mil côvados, ou seja, pouco menos de um quilômetro. Se qualquer judeu jornadeasse mais do que isso, para longe de uma cidade, em dia de sábado, estava sujeito a um castigo corporal. Naturalmente, se a sinagoga que ele freqüentava ficasse mais distante do que isso, então fazia-se uma exceção, porquanto, antes de mais nada, todas as caminhadas naquele dia deveriam ter o propósito específico de chegar à sinagoga. Ver II Reis 4:23 e Atos 1:12.

Uma *jornada de um dia*, ao que tudo indica, era de cerca de vinte e cinco a trinta e dois quilômetros, dependendo da resistência de cada um. As codornizes que Deus permitiu que os israelitas juntassem, para delas se alimentarem, tinham-se espalhado em redor do acampamento de Israel essa distância (Núm. 11:31). Provavelmente foram necessários cerca de onze dias de jornada para os israelitas cobrirem a distância do Sinai a Cades-Barnéia, uma distância de cerca de cento e oitenta quilômetros (ver Deu. 1:2). Quando os romanos construíram suas famosas e bem-feitas estradas, a jornada de um dia aumentou, embora animais continuassem sendo o principal meio de viajar. Essas estradas foram extremamente úteis para a disseminação do evangelho, dentro do império romano. E assim, lugares distantes do império romano (que tinha, mais ou menos a mesma área do Brasil, se incluirmos no mesmo o mar Mediterrâneo) puderam ser alcançados facilmente, em uma época em que não havia locomoção rápida.

JORNADA DE UM SÁBADO

Expressão que aparece somente uma vez na Bíblia, em Atos 1:12. No grego é *sabbáton odós*, «estrada de um sábado». Muitos estudiosos pensam que se trata de uma medida de distância, algo similar à unidade egípcia de mil passos duplos, e que era o limite da distância que uma pessoa podia percorrer durante o descanso do sábado. A expressão tornou-se comum, para indicar uma distância relativamente curta. Os estudiosos, geralmente, pensam em um quilômetro. Essa é, mais ou menos, a distância entre o monte das Oliveiras e Jerusalém, isto é, do portão Oriental de Jerusalém ao atual local da Igreja da ascensão, no monte das Oliveiras.

Crê-se que isso teve origem no período mosaico, na injunção que proíbia os israelitas deixarem o acampamento para colherem o maná em dia de sábado (ver Êxo. 16:29). No Targum de Jerusalém esse mandamento lê: «Que nenhum homem caminhe desde seu lugar mais de dois mil côvados, no sétimo dia». Ora, o côvado é calculado em cerca de 46 cm. Outro cálculo baseava-se na área pertencente às cidades levíticas, que envolviam as terras ao redor das muralhas, por dois mil côvados de todos os lados (ver Núm. 35:5). Um outro cálculo alicerçava-se sobre a suposta distância entre a arca e o povo, tanto no acampamento como quando em marcha (ver Jos. 3:4). Sem importar qual o cálculo exato, a proibição dizia respeito somente à distância dos portões da cidade

para fora. Dentro da própria cidade, sem importar quão extensa fosse ela, não havia qualquer limitação de distância.

O intuito da provisão era assegurar um sábado tranqüilo, sem azáfama e bulha (ver Êxo. 16:29). Também tinha o propósito de manter os adoradores israelitas dentro da área do centro de sua adoração. O motivo era nobre, mas, infelizmente, transformou-se em um estéril legalismo. Por isso, houve tentativas casuístas para evitar o preceito. Entretanto, havia uma exceção legítima. Se alguém fosse apanhado a certa distância, estando de viagem, poderia caminhar até o abrigo mais próximo sem temor. Todavia, havia esquemas simples mas engenhosos para multiplicar a distância que podia ser percorrida. Um desses esquemas consistia em escolher uma árvore ou uma rocha, a certa distância, pôr ali algum alimento, e declarar: «Que aqui seja a minha residência». Ah! a astúcia dos homens!

JORQUEÃO

No hebraico, «dotado por Yahweh». Alguns supõem que, em I Crô. 2:44, haja menção a um judaíta, descendente de Calebe. Outros pensam que a alusão é a uma localidade que deve ser identificada com a *Jocdeão* (vide), de Jos. 15:56. A nossa versão portuguesa, à semelhança de outras, é bastante vaga: «Sema gerou a Raão, pai de Jorqueão». Mas a impressão que daí se colhe é que o avô se chamava Sema, o filho, Rema, e Jorqueão, o neto.

JOSA

No hebraico, «presente de Yahweh». Esse foi o nome de um chefe simeonita (I Crô. 4:34). Ele atacou os pastores camitas, em Gedor, sem provocação, e os exterminou, ocupando suas terras. Isso sucedeu em cerca de 711 A.C.

JOSAFÁ

Esse nome, que significa «Yahweh julgou», é o nome de cinco personagens das páginas do Antigo Testamento, a saber:

1. Um oficial da corte de Davi que trabalhava como cronista. Ver II Sam. 8:16; 20:24; I Crô. 18:15. Continuou a trabalhar para Salomão, quando este sucedeu a seu pai, Davi. Sua época de atividades foi entre cerca de 984 a 965 A.C. Era filho de Ailude.

2. Um dos doze intendentes do rei Salomão. Josafá era filho de Parua (I Reis 4:17). Controlava o distrito de Issacar. Viveu por volta de 960 A.C.

3. O pai do rei Jeú, e filho de Ninsi (II Reis 9:2,14). Ele viveu por volta de 842 A.C.

4. Um sacerdote que teve a missão de tocar a trombeta, perante a arca, quando esta estava sendo transportada da casa de Obede-Edom para Jerusalém, em cerca de 982 A.C. Ver I Crô. 15:24.

5. O quarto rei de Judá, reino do sul, e sexto da linhagem real de Davi. Ele era filho do rei Asa, quando o sucedeu no trono, com a idade de trinta e cinco anos. Continuou reinando por vinte e cinco anos, de 873 a 849 A.C. Foi contemporâneo de vários reis de Israel, a saber, Onri, Acabe, Acazias e Jeorão. Os profetas Elias e Eliseu estiveram ativos durante o seu reinado, posto que atuavam muito mais no reino do norte, Israel.

Uma curiosidade bíblica é que o seu notável governo foi quase inteiramente omitido nas narrativas dos livros de Reis. Os trechos de I Reis 15:24; 22:1 *ss*; II Reis 1:17; 3:1; 7:27; 8:16,24,25 e 12:18 dão detalhes meramente incidentais sobre ele, quando se referem ao que estava acontecendo, paralelamente, no reino do norte, Israel. Entretanto, as Crônicas nos fornecem quatro longos capítulos sobre Josafá (ver II Crô. 17—20). Além disso, I Crô. 3:10 e II Crô. 22:9 nos dão mais algumas informações sobre Josafá. As Crônicas frisam o caráter piedoso de Josafá, e como ele reviveu antigas práticas e costumes do judaísmo. A estranha omissão que se vê nos livros de Reis poderia dever-se ao fato de que, naqueles livros, o autor ou autores estavam mais ocupados com a descrição de como o reino do norte, Israel, estava se precipitando em sua queda, pelo que qualquer outra coisa, ao que parece, era muito secundário em suas mentes.

Itens Interessantes e História Geral:

a. **Governo de Josafá.** Os três primeiros anos de seu governo ele os fez em substituição a seu pai, cuja doença nos pés o deixava incapacitado (I Reis 14:24 e 22:41-50). Desde o começo, ele mostrou ser zeloso na defesa de uma fé hebraica pura. Resistiu à idolatria que se avultara em Judá. Tentou derrubar os bosques dos lugares altos e, de maneira geral, eliminou a idolatria. Em tudo isso, porém, obteve êxito apenas parcial (I Reis 22:43; II Crô. 17:6 e 20:33). Escolheu mestres, dentre os sacerdotes e os levitas, e os enviou para que instruíssem ao povo, nas cidades de Judá. O propósito disso foi levar os judaítas a aderirem aos ensinamentos da lei (II Crô. 17:7-9).

b. *Atos de Coragem.* Os atos de Josafá tornaram-no alvo da proteção divina, e houve muita prosperidade em seu reinado. Uma parte disso consistiu em sua vitória sobre os filisteus, que foram forçados a pagar-lhe tributo, o que também aconteceu com os árabes. Ele dispunha de um considerável poder militar. II Crônicas 17:10 *ss* nos fornecem detalhes sobre essas questões.

c. *Normas Militares.* Ver II Crô. 17:1,2. Ele levantou defesas contra os ataques de Onri, rei de Israel, reino do norte. Seu pai, Asa, tivera choques constantes com Israel (II Crô. 16:11 *ss*, I Reis 15:32). Quando Josafá e Acabe tiveram de enfrentar os sírios, um inimigo comum, eles estabeleceram um acordo de proteção mútua. O profeta Micaías opôs-se a essa aliança; mas Josafá insistiu quanto ao pacto. A batalha de Ramote-Gileade quase mostrou ser fatal a Josafá, provando assim a veracidade das palavras daquele profeta. Acabe foi morto durante essa batalha com os sírios, os quais ganharam a batalha com facilidade. Mas Josafá conseguiu escapar, e voltou para Jerusalém. Ver I Reis 22:1 *ss;* II Crô. 18—19:1.

d. *Reformas Religiosas.* O profeta Jeú repreendeu a Josafá por sua tolice. Sem dúvida, a questão inteira lhe ensinou uma profunda lição, e ele procurou compensar por seu erro mediante outras reformas, de natureza religiosa. Então, ele estabeleceu agências que promoviam a fé religiosa, no estilo da antiga e unificada nação de Israel. Ele examinou e aprimorou as administrações locais, com vistas às questões tanto seculares quanto religiosas. Ele estabeleceu um supremo concílio de sacerdotes, levitas e outros líderes, que solucionavam problemas advindos dos tribunais provinciais. Ver II Crô. 19:4-11.

e. *Comércio.* Josafá restabeleceu um considerável comércio marítimo, que havia sido iniciado por Salomão. Judá mantinha controle sobre os portos do golfo Elanítico, portos esses usados no comércio com Ofir. O reino do norte, Israel, desejou participar desse negócio e, finalmente, isso azedou a questão inteira. As embarcações naufragaram. Uma nova tentativa foi feita, em aliança com o reino do norte. Essa vez as coisas funcionaram um pouco melhor; mas o

empreendimento não perdurou por longo tempo. Ver II Crô. 20:35-37; I Reis 22:49.

f. *Muitas Guerras*. Um detalhe consternador nos registros bíblicos é a ocorrência de guerras contínuas. Como é óbvio, isso caracteriza a história humana inteira. A suposta *teocracia* esteve continuamente envolvida nessa atividade, dando-nos razões para indagar por que motivo os ensinamentos divinos não fizeram grande diferença quanto a essa questão. Depois da morte de Acazias, rei de Israel, o seu sucessor, Jorão, persuadiu Josafá a unir-se a ele em uma expedição contra os moabitas. Os exércitos aliados, da nação do norte e da nação do sul, foram salvos por um miraculoso suprimento de água, e eles obtiveram a vitória. Ver II Reis 3:4-27. Essa questão, embora tivesse obtido sucesso inicial, só provocou a ira dos moabitas, os quais persuadiram aos amonitas, aos sírios e aos idumeus a retaliarem contra Judá. Tudo isso causou a Josafá uma profunda consternação, visto que ele supunha que a nova ameaça significaria a sua derrota inevitável. Por isso mesmo, ele muito orou e clamou ao Senhor. Jeaziel, um levita, recebeu do Espírito Santo a informação de que Judá obteria a vitória, sem receber muitos golpes. A vitória de Judá começou a esboçar-se quando os inimigos aliados começaram a lutar entre si, com o resultado que acabaram se autodestruindo. Isso permitiu que Josafá terminasse seu reinado e a sua vida em paz. Ver II Crô. 20.

g. *Morte*. Josafá viveu até os sessenta anos, e morreu após ter reinado por vinte e cinco anos. Isso ocorreu em cerca de 896 A.C. Jeorão, seu filho, que havia atuado como co-regente nos últimos anos de sua vida, sucedeu-o no trono. Uma declaração de Josefo, grande autor judeu da época dos apóstolos de Cristo: «Ele (Josafá) foi sepultado com magnificência, em Jerusalém, porquanto havia imitado os atos de Davi» (*Anti*. 9:3,2). Ver também o relato em I Crô. 21.

h. *Caráter Espiritual*. A espiritualidade de Josafá avulta entre as mais bem formadas, entre os monarcas de Judá. Ele incorreu em erros; mas a sua vida, considerada como um todo, foi espiritualmente positiva. Ele se mostrou leal para com a fé de seus antepassados, puro em seus motivos e em seus atos. Todavia, quando se sujeitou à influência de terceiros fracassou. Não foi bem-sucedido em todas as suas reformas, embora tenha enviado para isso seus melhores esforços. Também errou no tocante à sua política de casamentos mistos com a família reinante do reino do norte, visando a vantagens políticas e militares. E isso produziu muitos frutos amargos. Ver I Reis 2:48,49 e II Crô. 20:35-37.

JOSAFÁ, JEOSAFÁ

1. Um mitenita que era um dos guardas especiais de Davi, ou seja, um dos trinta poderosos guerreiros ao seu serviço. Evidentemente, ele veio do território a leste do Jordão (I Crô. 11:43). Viveu em torno de 1000 A.C.

2. Um sacerdote que recebeu a incumbência de tocar a trombeta diante da arca da aliança (I Crô. 15:24). Também viveu em cerca de 1000 A.C.

Deve-se observar que, no hebraico, há ligeira modificação na grafia do nome, em relação aos outros cinco homens com esse mesmo nome na Bíblia.

JOSAFÁ, VALE DE

No hebraico, «vale onde Yahweh julga». Esse vale limitava Jerusalém em sua porção leste, separando essa cidade do monte das Oliveiras. O trecho de Joel 3:2-12, diz-nos que o Senhor, no futuro, haverá de reunir os exércitos de todas as nações nesse vale, e ali contenderá com aquelas nações. Muitos intérpretes, com base nessas referências bíblicas, supõem que essa seja uma profecia sobre uma espécie de julgamento contra as nações, naquele lugar. Mas outros pensam que se trata de uma alusão histórica, pensando estar em pauta alguma grande vitória militar dos judeus, talvez com a ajuda de Nabucodonosor, que teria derrotado a velhos inimigos de Israel, similar à vitória de Josafá, quando ele derrotou a liga formada pelos amonitas, moabitas e idumeus (II Crô. 22:22-26). Ainda há outros que pensam que a questão inteira é *simbólica* apenas, como se ali houvesse tão-somente uma alusão metafórica, ao «vale da decisão», quando estaria em jogo alguma questão crucial, do que poderia resultar ou a vitória ou a derrota. Em Joel 3:14, de fato, lemos que esse profeta falou sobre o «vale da decisão». A passagem de Zac. 14:2 também alude a esse vale. Muitos estudiosos pensam que se trata do vale de Cedrom (vide).

Identificações. Desde o século IV D.C., a identificação comum do vale de Josafá, ou vale da decisão, tem sido o vale de Cedrom. Eusébio e Jerônimo referiram-se a isso, em suas obras enciclopédicas. Mas Eusébio chamou esse vale de «vale de Hinom» (em um artigo, em sua obra *Onomasticom*; vide). Jerônimo, porém, prefere pensar no vale de Cedrom. Mas outros, pensando que aquela referência do livro de Joel é apenas simbólica, pensam que é inútil tentar qualquer identificação geográfica real.

O Vale e o Julgamento. As tradições judaicas, islâmicas e cristãs referem-se a esse vale em termos do julgamento final. Por causa disso, membros de todas essas três fés têm organizado cemitérios nas faldas do vale. O livro pseudepígrafo de I Enoque (53:1) localiza o juízo final em um profundo vale, perto de Hinom. Tudo isso, porém, é fantasioso. O conceito do juízo final, associado a um vale próximo de Jerusalém, ficou perpetuado em um dos portões das muralhas orientais dessa cidade. O portão que dá para o vale de Cedrom passou a ser conhecido como Porta do Vale de Josafá. A Vulgata Latina identifica esse portão com a Porta da Revista de Tropas (em nossa versão portuguesa, «Porta da Guarda», segundo Nee. 3:31). No hebraico, essa porta é chamada *Miphkad*, «lugar apontado». Na Vulgata Latina encontramos *Porto Judicialis*, «porta do julgamento». Dois pórticos da Porta de Ouro estão associados, dentro das tradições islâmicas, à «misericórdia» e à «contrição». Parte do vale do Cedrom, que dá de frente para esse portão, é chamada pelos islamitas de *Djahannum*, «Geena» (vide). O vale em questão, foi chamado Vale de Josafá depois que Josafá morreu. Em II Sam. 18:18, também é denominado de «vale do rei» (vide).

Coisas Interessantes no Vale de Josafá. Foi ali que Absalão erigiu uma coluna, e alguns estudiosos supõem que ele foi sepultado nesse vale. O túmulo que tem sido considerado pertencente a Absalão aparece como adjacente ao de Tiago e ao de Zacarias; mas tudo isso data de um período posterior, pelo que sua autenticidade é muito precária. A fonte de Geom, o poço de Siloé, o túnel de Ezequias e a fonte de En-Rogel, o jardim do Getsêmani, a basílica da Agonia e o campo do Oleiro são locais associados a esse vale.

Uso Cristão Figurado. A profecia de Joel, onde esse vale é mencionado, segundo a tradicional opinião

cristã, representa o lugar do juízo das nações, imediatamente depois do segundo advento de Cristo, advento esse que inaugurará a era do reino milenar.

JOSAVIAS

No hebraico, «Yahweh é suficiente». Era filho de Elnaal. Foi um dos guerreiros especiais de Davi (I Crô. 11:43), chamados de «os trinta». Sabe-se dele apenas que era filho de Elnaão. Viveu por volta de 1000 A.C.

JOSBECASA

No hebraico, «sentado na dureza». Era um dos filhos de Hemã, o principal líder da música, no tempo de Davi. Seu nome aparece em I Crô. 25:4,24. Viveu em cerca de 1015 A.C.

JOSÉ

Esse é o nome de um dos patriarcas hebreus, o primeiro filho de Jacó e Raquel. Várias outras personagens do Antigo Testamento também têm esse nome. No Novo Testamento, esse era o nome do marido de Maria. Nos tempos modernos, tornou-se um dos nomes pessoais masculinos de maior divulgação. Quatorze pessoas na Bíblia têm este nome.

A. No Antigo Testamento

1. *José, o Patriarca*

Esboço:

I. Nome e Caracterização Geral
II. A Família de José
III. Informes Históricos
IV. Cronologia
V. Arqueologia
VI. Caráter de José e Lições Espirituais
VII. José do A.T. no Novo Testamento

B. No Novo Testamento: Josés do N.T.

I. Nome e Caracterização Geral

José vem de uma palavra hebraica que significa «Yahweh acrescentará», ou, então, «que Yahweh adicione». Muitas pessoas tiveram esse nome, no Antigo Testamento. Porém, o mais conhecido e mais significativo desses personagens foi o patriarca José, o décimo primeiro filho de Jacó e sua esposa favorita, Raquel. Provavelmente, José viveu em cerca de 1678—1570 A.C., embora essas datas continuem sendo disputadas. Parece que ele viveu na época dos reis hicsos, dominadores do Egito. Ver Gên. 37—50. José, filho favorito de Jacó e sua esposa, Raquel, sonhou que receberia ascendência sobre os seus irmãos. Eles foram tomados de inveja, por causa disso e do favoritismo demonstrado por Jacó por José, e acabaram vendendo-o como escravo. — Mas, no decurso dos acontecimentos, José se tornou o superintendente da casa de Potifar, alto oficial egípcio. A mulher de Potifar, em várias ocasiões, tentou seduzir José, ao que ele resistiu resolutamente. Para vingar-se, ela o acusou falsamente de ter tentado violentá-la. E Potifar mandou lançar José no cárcere.

Na prisão, José mostrou que era vidente, e isso chegou aos ouvidos de Faraó, que precisou que seus estranhos sonhos fossem interpretados. José mostrou que era o homem talhado para a ocasião, e salvou o Egito (e muitos povos ao derredor), em um período de fome que perdurou sete anos. E o Egito se tornou fornecedor de víveres durante aquele período crítico, até mesmo para Jacó, seus onze filhos e as famílias deles, por causa das habilidades proféticas de José. José tornou-se conhecido como homem sábio, e foi nomeado como uma espécie de primeiro-ministro com amplos poderes, estando sob as ordens exclusivas do próprio monarca egípcio. — A fome forçou os irmãos de José a buscarem provisões alimentícias no Egito. Sem que soubessem disso, os irmãos de José negociaram com ele. Mediante ameaças bem colocadas, José conseguiu reunir todos os seus irmãos, incluindo Benjamim, filho de Raquel, o único que era seu irmão verdadeiro, além de Jacó, no Egito. Antes da descida de Jacó ao Egito, José perdeu a paciência com o drama que estava criando e revelou sua verdadeira identidade aos seus irmãos. A consternação deles, diante de suas anteriores injustiças contra José, foi aliviada pelo amor demonstrado por José, pois o amor cobre multidão de pecados. Ver I Ped. 4:8.

O relato foi registrado pelo autor do livro de Gênesis a fim de explicar como Israel veio a ser um povo escravizado no Egito. Isso pavimentou o caminho para a libertação da servidão no Egito, por intermédio de Moisés. Os ossos de José foram levados para fora do Egito, nos dias de Moisés, por ocasião do êxodo e foram novamente sepultados em Siquém. Naturalmente, o espírito de José muito antes disso fizera sua jornada para o mundo dos espíritos e da luz celestial.

II. A Família de José

Ver o artigo sobre **Jacó**, onde apresentamos um gráfico que mostra o crescimento da família patriarcal de Israel, bem como a origem das suas doze tribos. José foi o primeiro filho de Jacó e Raquel. Raquel era a esposa amada e favorita de Jacó. O único irmão de pai e mãe de José era Benjamim. O relato do romance de Jacó e Raquel aparece em Gên. 29:1-20. Ver o artigo sobre *Jacó*, quanto a detalhes. Naturalmente, Jacó se mostrava parcial em favor de José. E uma das provas disso foi a «túnica talar de mangas compridas» (Gên. 37:3). Isso despertou o antagonismo dos irmãos mais velhos de José, contra ele. Esse antagonismo piorou diante dos sonhos proféticos de José, que mostravam que ele teria ascendência sobre seus irmãos. Ver o artigo geral sobre os *Sonhos*, onde se mostra que até os sonhos das pessoas comuns exercem uma função precognitiva. Vários irmãos de José resolveram tirar-lhe a vida; mas Rúben interveio e fê-lo ser lançado em um poço seco, de onde tencionava retirá-lo mais tarde, quando houvesse oportunidade para isso. Mas, antes que ele pudesse livrar a José, um grupo de ismaelitas surgiu; e, enquanto Rúben estava ausente, os outros irmãos venderam José aos ismaelitas, como escravo. E os ismaelitas levaram José ao Egito. Esses incidentes mostram que o caráter da família patriarcal estava longe de ser ideal, a própria família que seria a origem das doze tribos de Israel. A Bíblia nunca oculta as faltas e os pecados de seus heróis. Por outro lado, o desígnio divino consegue operar, a despeito das falhas e dos defeitos humanos; e isso explica como sucedeu que essa família foi escolhida para a tarefa de produzir uma nação que seria fonte de mensagem espiritual ao mundo inteiro, a nação da qual haveria de nascer o Messias.

III. Informes Históricos

Nas seções I e II, temos oferecido o esboço dos eventos históricos da vida de José, além de uma série de incidentes que acabou levando-o ao Egito. A partir desse ponto, continuamos aqui o exame da narrativa bíblica.

1. *Adversidades de José no Egito*. No Egito, José foi vendido ao capitão da guarda pessoal de Faraó, Potifar. Ele agiu corretamente, e mereceu a confiança

de Potifar. Mas a esposa de Potifar observou que ele era um rapaz atraente, e resolveu seduzi-lo. O texto bíblico nos mostra que os ataques da mulher eram persistentes, exigindo uma resistência permanente da parte de José. José não cedeu; mas, por causa disso, acabou sendo lançado na prisão, visto que Potifar acreditou na mentira de sua esposa, acerca das supostas intenções de José. Os bons nem sempre se dão bem! Mas, seja como for, na prisão, José teve uma nova oportunidade. Ele interpretou sonhos que indicavam que o copeiro-mor seria reintegrado por Faraó em suas funções, mas que o padeiro-mor seria executado. Todavia, o copeiro-mor só se lembrou de José quando Faraó teve, por sua vez, o sonho que muito o deixara perturbado, e queria saber sua interpretação. Foi assim que José foi convocado à presença de Faraó. E foi capaz de interpretar o duplo sonho, de que haveria sete anos de fartura, seguidos de sete anos de fome. José foi tirado da prisão e, em seguida, tornou-se o segundo mandante do reino. Ver Gên. 41:1-45, quanto à narrativa inteira.

2. José apodreceu na prisão por dois anos; mas um bom desígnio divino estava em andamento. Uma boa lição que podemos extrair desse período da vida de José é que o livramento dele, de uma série de acontecimentos adversos, não foi algo imediato e automático. Durante muito tempo (treze anos), desde que ele tinha dezessete anos de idade, José sofreu uma série de reveses. Por ter agido corretamente, tornou-se um encarcerado. Por dois longos anos mofou na prisão, embora inocente. Contudo, o plano de Deus a seu respeito estava em andamento. O tempo favorável a José ainda chegaria. As coisas não estavam sucedendo por mero acidente. As próprias coisas más têm um propósito, com aplicações legítimas, segundo se aprende em Rom. 8:28: «Sabemos que todas as cousas cooperam para o bem daqueles que amam a Deus, daqueles que são chamados segundo o seu propósito». Assim sendo, quando nos achamos em meio a uma situação adversa, poderá parecer-nos que essa situação perdurará para sempre; mas Deus faz com que as coisas terminem redundando em nosso favor, afinal de contas. As próprias adversidades são elementos do destino determinado por Deus para nosso bem e para a nossa utilidade. José mesmo jamais teria planejado ser vendido ao Egito como escravo. Mas isso fazia parte vital de seu final e glorioso destino.

3. Os irmãos de José foram forçados a descer ao Egito. É interessante a observação de que foi a *fome* que abriu a oportunidade de José subir ao poder, no Egito, e também foi o que forçou os seus irmãos a irem buscar ali alimentos. Foi então que José deu início à sua charada, que terminou quase em um drama. Como se fosse um oficial egípcio rígido (pois seus irmãos não o reconheceram, após se ter passado treze anos), José tratou seus irmãos com muito rigor. José fez indagações sobre a família deles. A fim de que tivesse Benjamim (seu único irmão de pai e mãe) à sua frente, José reteve Simeão como refém. Então, quando Benjamim estava retornando à Palestina com eles, José criou um artifício para fazer Jacó vir ao Egito, no episódio da taça de prata. De acordo com José, essa taça de prata era por ele usada em adivinhações (talvez funcionasse como uma espécie de bola de cristal, uma vez cheia de água), foi escondida na sacola de Benjamim. E os irmãos de José foram alcançados no caminho por um grupo enviado por José, a fim de que se verificasse quem teria «furtado» a taça. Judá acabou se oferecendo para permanecer como escravo, em lugar de Benjamim, a quem José queria reter no Egito, a fim de que Benjamim pudesse retornar a Jacó. No entanto, no caso de José, Judá sentira tão pouca consciência, quando José estava no poço e rogava para não ser vendido como escravo a estrangeiros.

4. *Fim da Charada.* José estava fazendo o papel de um oficial egípcio inflexível. Subitamente, porém, foi dominado pela emoção. Ordenou que todos os assessores egípcios saíssem do salão, e seus soluços foram ouvidos pelo palácio inteiro. Ele, então, revelou a seus irmãos a sua verdadeira identidade, os quais ficaram perplexos diante da mudança de sorte de José. O austero oficial egípcio não era outro senão o próprio irmão deles, José, a quem tinham vendido como escravo, aos mercadores ismaelitas. Eles temiam que ele quisesse tirar vingança; mas a verdade é que José não era homem vingativo.

5. *O Mal Acabou Redundando em Bem.* O trecho de Gên. 50:20 encerra uma declaração clássica sobre as operações da vontade de Deus, uma espécie de Romanos 8:28 do Antigo Testamento. Aquilo que os irmãos de José planejaram como uma *maldade,* Deus transformou em *bem*. As vidas de um certo número de pessoas foram assim preservadas, em tempos dificílimos, porque os eventos, ainda que pareçam improváveis, cooperam juntamente tendo em vista algum resultado positivo.

6. *Vindicação dos Sonhos de José.* Os irmãos de José chegaram a dizer-lhe: «Eis-nos aqui por teus servos» (Gên. 50:18). E, ao proferirem essas palavras, se prostraram diante dele. Destarte, teve cumprimento o sonho preditivo de José acerca de seu predomínio sobre seus irmãos, embora ele mesmo não estivesse querendo qualquer posição, ostentação ou dominação. Não obstante, é algo ótimo quando Deus vindica os nossos sonhos e faz as coisas operarem em nosso favor, de acordo com esses sonhos preditivos.

7. *Provisões para os Patriarcas de Israel.* José cuidou de seus irmãos e de seus «filhos» (Gên. 50:21). A graça e a provisão de Deus são suficientemente amplas para todos. O Banco Celeste cuida de todas as nossas necessidades, apesar de nossas falhas e defeitos.

8. *A Vida Útil e a Morte de José.* José e toda a sua família ficaram unidos no Egito, e muitos anos felizes se passaram. No entanto, os filhos de Israel eram estrangeiros exilados no Egito. O desígnio de Deus haveria de alterar finalmente essa situação. José foi capaz de predizer o livramento do povo de Israel do Egito (Gên. 50:24). A preocupação de José era a de que os israelitas não deixassem seus ossos no Egito, por ocasião do futuro êxodo. José faleceu com a idade avançada de cento e dez anos, e o livro de Gênesis termina com a melancólica observação que «o puseram num caixão no Egito» (Gên. 50:26). Isso ocorreu em cerca de 1800 A.C.

9. *A Promessa a José Foi Cumprida.* O trecho de Êxo. 13:19 informa-nos de que Moisés levou os ossos de José, quando o povo de Israel deixou o Egito. Os ossos de José foram sepultados em Siquém (Jos. 24:32). Os ossos de José ficaram no Egito cerca de trezentos anos, antes de serem levados para a terra Santa.

IV. Cronologia

Se seguirmos as indicações do texto massorético, então teremos de situar o relato sobre José em cerca de 1871 A.C., ou seja, durante a XII Dinastia do Egito. Muitos eruditos modernos, porém, têm alegado certo número de razões, negando tal possibilidade. Eles pensam que seria muito improvável que um jovem estrangeiro semita tivesse obtido tal autoridade no Egito, conforme sucedeu a José. Por isso, pensam que

o mais provável é que sua época coincidiu com o período de dominação dos hicsos, que eram *semitas*. Porém, a história revela-nos bem pouco acerca desse período; e, por esse motivo, é difícil tomar decisões firmes a respeito da questão. Seja como for, o período de 1750 — 1550 A.C. foi um período agitado e confuso no Egito. Nesse caso, o *novo rei*, o Faráo que *não conhecera a José* (Êxo. 1:8) poderia referir-se a um dos Faraós do Novo Império, depois que os odiados hicsos asiáticos foram expulsos do Egito. Uma outra evidência possível para essa conjectura é que os israelitas residiam na planície de Tanis, que era chamada «campo de Zoã» (Sal. 78:12). Essa era a capital hicsa no Egito. Visto que os hicsos eram um povo semita, podemos facilmente imaginar como José, um semita, poderia ter recebido tão grande autoridade. Os registros egípcios mostram a presença de muitos semitas no Egito, na época atribuída a José. Em um registro de nomes de prisioneiros, quarenta e cinco são nomes semíticos, pertencentes cerca de 1740 A.C. Essa lista se acha no chamado *papiro Brooklyn* (35.1446). Nomes semíticos familiares aos nossos ouvidos são ali achados como Jacó, Issacar, Aser, Jó e Menaém. Além disso, temos os túmulos dos Beni Hassã, com suas pinturas, que retratam negociantes semitas que entraram no Egito. O relato egípcio, «Conto dos Dois Irmãos», encerra um paralelo da história de José e da mulher de Potifar, relatada em Gên. 39:7-23. Esses diversos paralelos da história de José, favorecem essa data posterior para a sua carreira na terra dos Faraós.

V. Arqueologia

Sob a seção IV, temos mencionado vários itens de interesse arqueológico, que poderiam indicar que a história de José teve lugar no tempo do domínio hicso no Egito. Alguns estudiosos têm posto em dúvida a essência do relato, ou seja, que Jacó e seus filhos desceram ao Egito, somente porque José os convidou para virem residir ali. Porém, o arqueólogo W.F. Albright não vê qualquer dificuldade quanto a isso, porque sua história pessoal está por demais entretecida com a história dos primeiros passos do povo de Israel. Em favor do exílio dos israelitas no Egito encontram-se registros de nomes semíticos naquele lugar, segundo já se mencionou acima, na quarta seção. Apesar dos nomes ali achados pertencerem, essencialmente, a nomes típicos da tribo de Levi, é realmente muito precário o argumento daqueles que dizem que somente indivíduos da tribo de Levi estiveram exilados no Egito Esse fato certamente ter-se-ia refletido na história do povo hebreu.

Além desses informes, temos pequenos indícios, no Pentateuco, que nos fornecem informações sobre a vida egípcia. Esses indícios têm sido confirmados pelas descobertas arqueológicas. Um desses itens é a expressão «copeiro-chefe», em Gên. 40:2. Esse era um ofício revestido de muita honra, conforme os documentos egípcios confirmam. As inscrições tumulares egípcias, em muitas pinturas, ilustram as condições de fome pelas quais os egípcios passaram. Uma dessas inscrições menciona, especificamente, sete anos de escassez, nos dias do Faraó Zozer, da III Dinastia, ou seja, cerca de 2700 A.C. Também há provas abundantes que ilustram o interesse dos egípcios pela interpretação de sonhos e outras formas de adivinhação. Mágicos e videntes eram figuras importantes na cultura egípcia. Certas informações têm seu paralelo em Gên. 39:4; 41:40; 41:42,43. A mumificação (Gên. 50:2) é um item sobre o qual o relato bíblico concorda com os registros históricos egípcios. É bem provável que o corpo de José tenha sido mumificado, o que talvez explique por que, cerca de trezentos anos mais tarde, ele pôde ser levado do Egito para a Palestina. Os monumentos egípcios falam sobre o número cento e dez como o ideal para uma vida longa e feliz (ver Gên. 50:22), e é bem possível que esse número específico seja um reflexo desse ideal, e não o tempo real da vida de José. O trecho de Gên. 47:11 se refere ao «melhor da terra», como o lugar onde a família de José se estabeleceu. Isso foi na porção oriental do delta do Nilo, em redor do wadi Tumilat, havendo evidências históricas que confirmam essa assertiva. No túmulo de um dos oficiais de Senwosrete II, cujo nome era Khnumhotep, existente em Beni Hassã, há uma cena esculpida de imigrantes semitas, ocupados no comércio com o Egito. Os cabelos negros dos semitas descem, compridos, até os ombros, e suas barbas terminam em ponta, o que se sabe corresponder à verdade, no caso dos povos semitas. Eles traziam pintura para os olhos e conduziam lanças, arcos e flechas. Além disso há nomes cananeus (semitas) para certas localidades do delta do Nilo. Entre esses nomes podemos citar Sucote (Êxo. 12:37), Baal-Zefom (Êxo. 14:2), Migdol (Êxo. 14:2), Zilu (o cômoro de Abu Zeifah) e Gósen (Êxo. 8:22; 9:26). É claro, pois, que houve uma mescla de culturas, a semítica e a egípcia, durante o tempo de José no Egito, do que a Bíblia testifica em tão interessante narrativa.

VI. Caráter de José e Lições Espirituais

Tipo de Cristo. Este artigo enfatiza várias lições que podemos extrair da vida de José. Abaixo damos um sumário dessas lições:

1. *O Caráter de José.* José sofreu perseguições e tremendas reviravoltas na vida, mas não ficou amargurado com essas coisas, e nem com a maneira como a vida o maltratou.

2. José combinava em si as qualidades de uma elevada moral, de grande simplicidade, de inteligência e de vontade férrea, tudo o que o impulsionava fortemente para a frente.

3. Sua vida foi a vida de um homem. Ele foi vendido como escravo, e precisou reverter a sua situação. Ele foi um homem do destino. Os próprios acontecimentos negativos contribuíram para fazê-lo progredir, bem como para abençoar àqueles que viviam ao seu derredor.

4. Por meio dele, houve provisão alimentar para muitas outras pessoas. Através dele, os propósitos espirituais se desdobraram, afetando para melhor os destinos de outras pessoas, incluindo a nação inteira de Israel, em seus primórdios.

5. Ele foi capaz de cumprir o propósito de sua vida, contra grandes forças de oposição, e por meio de acontecimentos muito improváveis, como aquele de ter-se tornado o primeiro ministro do Egito, saído diretamente do cárcere.

6. José foi um homem místico. Parte de seu sucesso se deveu ao fato de que ele era capaz de exercer dons espirituais. O toque místico é um dos meios do desenvolvimento espiritual. Ver o artigo sobre o *Misticismo*.

7. De maneira suprema, José se identificou com o desígnio espiritual que atuava através do povo de Israel. Ele nem ao menos queria que seus ossos permanecessem no lugar do exílio. Ele aguardava um país melhor, um destino mais alto, celestial.

VII. José do A.T. no Novo Testamento

Em Atos 7:9, dentro do discurso final de Estêvão, José é mencionado. Estêvão menciona como José, em um ataque forte de ciúmes e inveja de seus irmãos,

foi vendido como escravo e levado para o Egito. Mas Estêvão se apressou a adicionar: «...mas *Deus* estava com ele». Por isso é que tudo terminava bem para José e ele acabou sendo o governador da terra. O vs. 18 do sétimo capítulo de Atos menciona um Faraó que não conhecera a José. Isso produziu uma grande modificação para pior na sorte dos israelitas no Egito. Todavia, em ato de grande fé, José havia predito que Israel sairia, afinal, do Egito, e pediu que seus ossos fossem levados pelos descendentes dos patriarcas. O trecho de Apo. 7:8 faz de «José» uma das doze tribos de Israel, uma estranha designação. Na lista das doze tribos, daquela passagem, as tribos de Dã e de Efraim são omitidas. E *José* ocupa o lugar de Efraim. A razão para isso, talvez, fosse que o autor sagrado queria incluir, especificamente, uma tribo descendente da esposa favorita de Jacó, *Raquel*. Além disso, José era nome mais famoso que o de Efraim, que foi o segundo filho de José e Asenate, filha de Potífera (ver Gên. 46:20). Também é possível que, no tempo em que o Apocalipse foi escrito, a tribo de Efraim tenha deixado de existir como uma unidade distinta, pelo que o nome «José» veio a ocupar a tradicional tribo de Efraim. Mas, por que motivo «Dã» foi omitida da lista do Apocalipse, é comentado no NTI nos comentários sobre Apo. 7:6.

2. *José, pai de Igal*. Ele foi um espião enviado da parte da tribo de *Issacar*, a fim de explorar a terra de Canaã. Estava entre aqueles que trouxeram um relatório negativo, baseado na incredulidade (Núm. 13:7). Ele viveu em cerca de 1209 A.C.

3. Um membro da família de Bani, que esteve entre aqueles que tiveram de separar-se de suas esposas estrangeiras, com quem se tinham casado durante o cativeiro babilônico (Esd. 10:42), em cerca de 536 A.C.

4. Um sacerdote da família de Sebanias, que viveu na segunda geração depois que o remanescente de Judá voltou do cativeiro babilônico para fixar residência em Jerusalém. Ele viveu após 536 A.C.

5. Um filho de Asafe, que foi nomeado como um dos chefes dos músicos do culto sagrado, ao tempo de Davi (I Crô. 25:2,9). Ele viveu em cerca de 960 A.C.

B. No Novo Testamento: Josés do N.T.

1. *José, Marido de Maria e Pai-Guardião de Jesus, o Cristo.*

a. *Informes Bíblicos*. José não é mencionado no evangelho de Marcos, e é aludido apenas em João 1:45 e 6:42. Mateus declara que ele descendia de Davi (1:20). Alguns eruditos supunham que a genealogia de Lucas segue a linhagem de Maria, e não a de José. Porém, a maioria dos estudiosos modernos não continua defendendo essa antiga idéia. Ver sobre a *Genealogia de Jesus, o Cristo*. Tanto Mateus quanto Lucas frisam o nascimento virginal de Jesus. Ver sobre *Nascimento Virginal de Jesus*. Isso significa que José foi o pai guardião de Jesus, e não o seu pai biológico. Muitos estudiosos liberais, entretanto, têm posto esse fato em dúvida. Nosso artigo sobre o assunto examina ambos os lados da questão. Seja como for, Mateus e Lucas afirmam que Maria ficou grávida antes de qualquer atividade sexual com José (Mat. 1:18; Luc. 1:27,35). Isso é o que diz a Bíblia; mas a Igreja Católica Romana ajunta a isso o dogma que diz que Maria permaneceu virgem antes, durante e depois do parto. Todavia, o fato de que José teve uma família, que consistia em Maria, Jesus e seus irmãos e irmãs, demonstra que essa opinião católica romana não passa de uma lenda piedosa, posta a serviço da doutrina de que a virgindade é mais santa que o estado matrimonial.

José atuava como pai de Jesus. Ele o levou a Jerusalém, para as cerimônias da purificação (ver Luc. 2:22); fugiu para o Egito, a fim de protegê-lo, ainda menino pequeno, dos maus propósitos de Herodes (Mat. 2:13). Essa fuga foi inspirada por um sonho que lhe foi dado divinamente. Terminado o perigo, José voltou para a Palestina, tendo fixado residência em Nazaré. Mui provavelmente, Jesus cresceu ajudando José na carpintaria (ver Mat. 2:19 *ss;* 13:55; Mar. 6:3). Além disso, José levava Jesus anualmente a Jerusalém, durante os festejos da páscoa (Luc. 2:41). Alguns estudiosos supõem que o trecho de Luc. 2:49 indica que, aos doze anos de idade, Jesus já reconhecia sua origem celeste, e que não era filho biológico de José.

b. *A Morte de José*. Visto que não há qualquer menção a José, durante o período do ministério terreno de Jesus, muitos estudiosos supõem que José já havia falecido, antes de Jesus atingir os trinta anos de idade. E, embora isso seja uma especulação (pois a Bíblia nada declara a respeito), trata-se de uma especulação válida, porquanto, já crucificado, Jesus instruiu ao apóstolo amado, João, para que cuidasse de Sua mãe (João 19:26), o que teria sido desnecessário se José ainda estivesse vivo. E, por que não a entregou aos cuidados dos filhos de José e de Maria, cujos nomes são até dados na Bíblia (ver Mar. 6:3)? O motivo mais provável disso é que eles permaneciam ainda na incredulidade, embora se tivessem convertido após a ressurreição do Senhor. Ver João 7:5.

c. *As tradições cristãs* apresentam José como um homem já idoso quando se casou com Maria (Epif. *Haer.* 79,7). O casal teve, então, quatro filhos e duas filhas. No entanto, com a passagem do tempo, segundo o dogma da perene virgindade de Maria, que se foi firmando em certos círculos cristãos, esses irmãos foram sendo considerados meros «primos» de Jesus. Há uma tradição, do século IV D.C., *História de José, o Carpinteiro*, que perpetuou a idéia de que José já era viúvo ao contrair matrimônio com Maria, e que ela se teria casado com ele quando tinha apenas doze anos de idade! Ver o artigo separado sobre essa obra, nesta enciclopédia, intitulado, *José, o Carpinteiro, História de*.

d. *A tradição católica romana* fez de José um de seus «santos». Mas a verdade é que o cristianismo primitivo e antigo não deu muita importância a José, durante os primeiros quinhentos anos de sua história, e certamente não o venerou durante todo esse tempo. A veneração a José começou e prosperou em certos mosteiros, sendo, por isso mesmo, uma invenção fradesca. Mas, somente no século XV D.C. é que começaram a aparecer na Europa as primeiras missas e ofícios em honra a São José. Em 1479, Pio IV introduziu a festa de São José, em Roma. Pio IX, em 1870, declarou que José era o patrono da Igreja Universal. Em 1955, o papa Pio XII estabeleceu a nova festa católica romana de *José, o Trabalhador*. Essa nova festa é celebrada a 1º de maio, o Dia do Trabalho dos europeus. A missa associada a isso é celebrada em setembro, no Canadá, e nos Estados Unidos da América. A Igreja Ortodoxa Oriental começou a celebrar uma festa em honra a José em cerca do ano 1000 D.C., mas a Igreja Cóptica Monofisista parece ter tido tal festa desde tão cedo quanto o século VII A.C.

2. Um antepassado de Jesus, o Cristo (Luc. 3:26). Ele era filho de Jodá (ou Abiúde) e neto de Joanã, que, por sua vez, era neto de Zorobabel.

3. Outro antepassado de Jesus, o Cristo (Luc. 3:24). Ele era filho de Matatias, da sétima geração antes de



JESUS COM 12 ANOS INDO PARA JERUSALÉM



O anjo e os pastores



Isabel recebe Maria



A fuga para o Egito

José, marido de Maria.

4. *José, chamado Barsabás*. Ver o artigo separado sobre ele.

5. *José de Arimatéia*. Ver o artigo separado sobre ele.

6. José, cujo sobrenome era *Caifás* (vide).

7. Um dos irmãos de Jesus (Mat. 13:55; Mar. 6:3), filho de José e Maria.

8. Um irmão de Tiago, o menor, cuja mãe, Maria, esteve ao pé da cruz do Senhor Jesus e observou o seu sepultamento (Mar. 15:40,47). Alguns identificam esse José com o anterior; mas erroneamente, porque, nesse caso, Tiago, o menor, também seria irmão de Jesus, o que não é verdade, apesar de Jesus também ter tido um irmão de nome Tiago (Mar. 6:3).

9. Nome original de Barnabé, de acordo com Atos 4:36. Ver o artigo sobre *Barnabé*.

JOSÉ BARSABÁS

Alguns pensam que o seu nome significa **José** = «Yahweh aumenta», e **Barsabás** = «filho de Sabá». Porém, outros interpretam Barsabás como «nascido no sábado». Se devemos pensar em «Sabá», como o significado desse nome, então alguns interpretam que isso significaria «filho de um ancião». Ele é mencionado em Atos 1:23 *ss*, em conexão com a substituição a Judas Iscariotes, como apóstolo de Cristo. Ele era um dos dois candidatos disponíveis. A regra a seguir é que o novo apóstolo teria de ter acompanhado os demais discípulos de Jesus desde o começo, ou seja, precisava ser testemunha ocular das obras de Jesus, um discípulo experiente de Cristo. Um aspecto estranho dessa narrativa, e que tem consternado grandemente a muitos intérpretes, é que uma decisão tão importante quanto essa precisou ser determinada pelo lançamento de sorte, uma forma de *adivinhação* (vide). Naturalmente, eles esperavam que o Espírito de Deus determinasse o resultado. *Matias* (vide) foi o escolhido, mas podemos ter a certeza de que José foi um notável discípulo de Cristo, pois, doutro modo, não poderia ter sido um dos candidatos. Ele tinha o honroso apodo de «Justo», o que, provavelmente, lhe foi dado em vista de seu caráter bem formado. Também é possível que José Barsabás fosse um dos setenta discípulos especiais de Cristo, enviados em trabalho missionário especial (Luc. 10:1 *ss*). Eusébio confirma essa informação em sua *História* I.12.

Alguns poucos manuscritos antigos, como 1 (lect), as versões saídicas e o Si(p) dizem *Joses*, em vez de José. Com base nessa circunstância, alguns têm suposto que se pode identificar esse personagem com o *Joses* de Atos 4:36. Mas, o próprio nome *Joses* pode ser uma abreviação (no grego) ou uma variante de *José*. A identificação dos dois indivíduos não é muito provável; pois, — apesar de seus nomes se assemelharem, os seus sentidos são diferentes. O Barnabé de Atos 4:36 parece ser apresentado como uma personalidade nova.

JOSÉ, IRMÃS DE SÃO

Ver sobre as freiras da **Sociedade de São José para Missões Estrangeiras**.

JOSÉ, O CARPINTEIRO, HISTÓRIA DE

Ver o artigo *Livros Apócrifos; Novo Testamento*.

Este livro é uma pseudonarrativa que, alegadamente nos conta a vida e a morte de José, o pai de criação de Jesus. Há detalhes que falam, inclusive, sobre sua profissão de carpinteiro. Ele seria viúvo, homem muito mais idoso do que Maria. Ele já tinha quatro filhos e duas filhas. Maria teria apenas doze anos de idade, por ocasião de seu «casamento». Mas, como o livro está interessado em promover a idéia da perpétua virgindade de Maria, por isso mesmo José casou-se com ela já pai daqueles seis filhos. Assim, Maria seria madrasta dos seis filhos de José, e José seria o padrasto do filho único de Maria, uma situação que, naturalmente, nunca foi explorada por aqueles que acreditam no dogma da perpétua virgindade de Maria, porque a situação é das mais ridículas!

Esse livro também relata a enfermidade e o falecimento de José, com nada menos de cento e onze anos de idade. Visto que, com trinta anos de idade, quando Jesus iniciou sua carreira pública, José já era falecido, isso significa que houve um casamento em que o marido (José) teria, no mínimo, oitenta e dois anos, e a mulher (Maria) seria uma criança de doze anos! E, quem fez o panegírico de José? Jesus Cristo! No entanto, mui estranhamente, os ritos do sepultamento de José seguiram o cerimonial egípcio a Osíris!

Ver o artigo separado sobre *José*, B. 1. *José, Marido de Maria e Pai-Guardião de Jesus, o Cristo*. Esse artigo acompanha a glorificação gradual de José, de tal modo que, finalmente, ele veio a tornar-se o patrono da Igreja Católica Romana. A história de *José, o Carpinteiro*, é a mais antiga das obras escritas, que deram início a esse processo de exaltação de José. Foi escrita no Egito, talvez no século IV D.C. O gnosticismo transparece claramente ali, como também várias idéias das religiões egípcias. Provavelmente teve um original grego; mas, as cópias que chegaram até nós são versões para o copta e para o árabe. Também há uma tradução para o latim, do século XIV, feita a partir da versão copta. Há materiais já existentes em anteriores evangelhos apócrifos, que são repetidos nesse livro. O que admira é que foi mister os religiosos basearem-se em obras dessa baixa natureza, para arquitetarem doutrinas como a da perpétua virgindade de Maria!

JOSÉ, ORAÇÃO DE

Essa obra já fez parte da coletânea das obras pseudepígrafas do Antigo Testamento. Ver sobre os *Pseudepígrafos*. A obra não mais existe, embora seja parcialmente conhecida por meio de citações em outras obras. Nosso principal informante é Orígenes. Está reunida no livro *Stichometra*, de Nicéforo, uma lista de livros canônicos e de obras apócrifas, onde aparece o número de versículos de cada uma dessas obras.

A Oração de José aparece como o terceiro dos livros ali mencionados, onde somos informados de que tinha mil e cem versículos. Orígenes conta a história de como Jacó teve de lutar com o anjo Uriel. No mesmo livro, Uriel aparece como o maior dos arcanjos. Jacó é exaltado ali acima de Abraão e de Isaque. De fato, Jacó aparece como o primogênito de todas as criaturas vivas! Orígenes pensava que um livro desses é útil para instruir aos cristãos e menciona que os judeus usavam o mesmo, o que, provavelmente, indica que foi escrito por algum judeu desconhecido.

JOSÉ DE ARIMATÉIA

Ver o artigo separado sobre **Arimatéia**. Esse José foi membro do *Sinédrio* (vide). O título *de Arimatéia* diz-nos onde José residia ou onde ele nasceu, sendo

usado para distingui-lo de outros indivíduos com o mesmo nome, pelo que atuava como um sobrenome. Arimatéia era uma cidade localizada no território de Benjamim, na serra de Efraim, não muito longe de Jerusalém, um pouco mais para o sul (Jos. 18:25; Juí. 4:5). Gibeá ficava nas proximidades, conforme somos informados em Juí. 19:13; Isa. 10:29 e Osé. 5:8. O trecho de Mar. 15:43 mostra que José era homem religioso, que esperava pelo aparecimento do Reino de Deus (vide), o que refletia a sua piedade pessoal, e, talvez o seu discipulado (secreto) cristão. O fato de que ele era seguidor de Cristo só se tornou de conhecimento público quando ele solicitou a permissão de sepultar o corpo de Jesus, e então o fez. E podemos ter a certeza de que ele se opusera à decisão do Sinédrio, que condenou o Senhor Jesus à morte. Lucas afirma especificamente isso, em Luc. 23:51.

Antigas tradições cristãs faziam de José de Arimatéia um dos setenta discípulos especiais de Jesus (ver Luc. 10). Mas, como é óbvio, isso é incorreto, porque, nesse caso, o discipulado de Arimatéia desde há muito que seria uma questão publicamente conhecida. Nenhum membro do Sinédrio teria permissão de ocupar-se em tal atividade. Essa mesma tradição faz dele o apóstolo enviado às ilhas Britânicas. Já sobre isso não podemos dizer muito coisa, nem contra e nem a favor, pois não há como testar tal afirmativa pelas Escrituras. Essas tradições estão contidas em Ittig. Diss. de Pat. Apostol. sec. 13; Assemani, Blioth. Orient. iii.1,319 *ss*.

Era um *homem justo* segundo Mat. 27:57, bem provavelmente um amigo dos apóstolos, depois da ressurreição de Jesus. Mediante a ação de sepultar Jesus, declarou abertamente a sua lealdade a Jesus, o que até então vinha ocultando. A ousadia de tal ato ficou demonstrada pelo fato de que os outros discípulos continuavam escondidos, e também por temor aos judeus. Todos os discípulos se tinham ocultado, exceto João, que ficou diante da cruz em companhia de Maria, mãe de Jesus.

A tradição assevera que José de Arimatéia foi enviado à Grã-Bretanha pelo apóstolo Filipe, em 63 D.C. e que se estabeleceu com um grupo de discípulos em Glastonbury, Somersetshire. Porém, não temos qualquer informe exato sobre tal notícia.

Na história em Mat. 27:57 *ss*, naturalmente, encontramos um triste comentário. Poderíamos ter suspeitado que Maria, sua mãe, ou Pedro, ou algum outro de seus discípulos íntimos viria, naquelas horas, a fim de mostrar seu amor por Jesus, cuidando do seu corpo. Porém, quem veio? José de Arimatéia. E quem o ajudou? Nicodemos, que também era membro do sinédrio. (Ver o artigo sobre o *Sinédrio*, o superior tribunal judaico. Ver Mat. 22:23). Ambos esses homens eram discípulos secretos, mas as crises produzem estranhos resultados. Para muitos significou uma demonstração de covardia. Para outros, como no caso desses dois homens, incendiou-lhes a coragem. Conforme diz o ditado comum: «*...a história é mais estranha do que a ficção*».

O discipulado secreto de José de Arimatéia fora uma lição para ele; foi uma lição trágica, mas a sua alma tirou proveito disso. Ele revelou-se, e sob circunstâncias perigosas, deixou claro o seu discipulado. Mas em realidade já fizera isso, quando se opusera à decisão do concílio. De certa feita, um rei francês cavalgou até o campo de batalha clamando: «Que aquele que me ama me siga» (Francisco I, quando da batalha de Marignano, 1515). José de Arimatéia, por motivo *de amor*, seguiu a Jesus, embora sem saber da grande vitória que estava a menos de três dias, no futuro. Abundam lendas a respeito de sua pessoa. Uma delas diz que ele usou o cálice da Ceia do Senhor a fim de apanhar um pouco do sangue de Jesus, no Calvário e que esse cálice se transformou no Santo Graal. Outras aludem aos seus muitos ministérios na Grã-Bretanha. Outra lenda conta como ele enfiou seu bordão no chão, e este floresceu com flores brancas como a neve, no período do Natal, (Anne Taxter Eaton, «*The Animal's Christmas*»). Disse Buttrick (*in loc.*): «Essas lendas têm algum elemento de verdade. Aquele que corajosamente sepultou o corpo de Jesus, pensando que ele estivesse morto para sempre, tornou-se porta-voz do evangelho. Há muitas ocasiões em que Jesus parece liquidado; porém, se lhe somos fiéis, então nossa lealdade se ilumina como uma nova tocha de fé». Alguns reputam José de Arimatéia como o santo guardião dos ricos.

O Trabalho de José

Mat. 27:59: *E José, tomando o corpo, envolveu-o num pano limpo, de linho,*

Envolveu-o num pano limpo de linho. Não um envoltório, nem uma peça de roupa e, sim, *tiras* envolventes, panos de linho (ver João 19:40,onde se lê que o corpo de Jesus foi envolvido). Provavelmente era — uma única peça — de tecido, no princípio, e que foi dividida em tiras menores, com o propósito de envolver o corpo de Jesus. As tiras de linho tinham de ser enroladas de tal modo a envolver também as especiarias, que haviam sido postas sobre o corpo de Jesus em forma de pó, a fim de servirem como agentes embalsamadores. A primeira unção, temporária, e a intenção da segunda unção, que era mais completa, passam ambas sem qualquer menção por parte de Mateus. A segunda unção foi o propósito da visita das mulheres, na manhã bem cedo de domingo. A segunda unção cumpriria as exigências cerimoniais da lei, o que era muito importante para os judeus devotos. Não houvera tempo para essa unção, na sexta-feira à tarde, porque o dia de sábado já estava muito próximo. Mirra e aloés eram empregados nesse processo, e as mulheres teriam dificuldades em encontrar esses materiais para comprá-los, em dia de sábado. Contudo, devem tê-los obtido, de tal maneira que no primeiro dia da semana, bem cedo, já estavam preparadas para fazer o que era necessário. O pano de linho limpo concorda com os costumes rabínicos. José de Arimatéia, sem dúvida, preservara o túmulo para ele mesmo e para sua família. Certamente foi-lhe impossível usá-lo posteriormente, porque era proibido a alguém usar um túmulo onde jazera um homem condenado e ele não o teria mesmo feito por respeito a Jesus. Aprendemos, em João 19:39,40 que cerca de cem libras da mistura de mirra e aloés haviam sido supridas para o corpo de Jesus. Não é impossível que o pano ainda exista, o mesmo que conteve o corpo de Jesus. (Ver o artigo sobre o *Sudário de Turim*). (AM I IB ND NTI S Z)

JOSEBE-BASSEBATE

Ver sobre **Jasobeão**. Ele matou, em uma única ocasião, trezentos homens.

JOSEFO

Essa é a forma como aparece o nome **José**, de acordo com algumas versões, em I Esdras 9:34. O trecho paralelo de Esd. 10:42, diz *José*.

JOSEFO, FLÁVIO

O que Eusébio foi para a história eclesiástica, Josefo

foi para a história secular da época dos apóstolos de Jesus. Ele não comentou a história do cristianismo, embora mencione muitas coisas interessantes para os estudiosos do Antigo e do Novo Testamentos.

1. Caracterização Geral. Suas datas foram aproximadamente, 37/38—110 D.C. Josefo foi um famoso historiador judeu, de origem sacerdotal, bem instruído no Antigo Testamento e nas tradições judaicas, profundo conhecedor das disciplinas estudadas pelos gregos. Na juventude, viveu por três anos como um rígido asceta. Posteriormente, uniu-se ao partido dos fariseus. Em 64 D.C., viajou a Roma, em missão religiosa, com o propósito de obter a liberdade de alguns sacerdotes que haviam sido encarcerados.

Josefo opunha-se à dominação romana e, por ocasião da guerra judaico-romana recebeu a tarefa de tentar organizar e pôr em ordem a revoltada Galiléia. Josefo levantou um exército e organizou a província. Teve algum sucesso inicial; mas Roma lhe parecia intolerável. Josefo escapou à morte, e fugiu. Anos depois, entretanto, rendeu-se a Vespasiano, general romano. Foi suspeito de traição. Mas, talvez, ele não aguentasse mais tanta guerra, destruição e derramamento de sangue. Prevendo com clareza o que aconteceria, ele predisse que Vespasiano seria o próximo imperador de Roma. Isso impressionou profundamente ao futuro imperador, obtendo isso para Josefo certo favor da parte de Vespasiano. Josefo esteve em campanha militar juntamente com Tito, filho de Vespasiano, tornando-se assim um adversário de seu próprio povo judeu, que defendia uma causa perdida—resistir ao império romano! No entanto, Josefo tentou desempenhar um duplo papel, conservando a amizade com os romanos, ao mesmo tempo em que procurava ser útil e bondoso para com o seu próprio povo judeu. Em certo sentido, pois, ele se viu na mesma posição do profeta Jeremias, que percebia o inevitável poder da Babilônia e aconselhou aos judeus que aceitassem a situação, em vez de provocarem a própria destruição total, por meio da resistência aos babilônios. Jeremias também foi considerado um traidor; mas, às vezes, é melhor estar no lado certo do que mostrar-se rebelde e temerário. Assim também a Josefo foi conferida a cidadania romana, devido à sua cooperação. Foi nessa oportunidade que ele adquiriu o nome pessoal Flávio, de origem latina, e se tornou Flávio Josefo.

Após a queda de Jerusalém, Josefo voltou sua atenção para o registro escrito de suas memórias. Ele escreveu em árabe. Mas esses escritos foram traduzidos para o grego. Isso explica por que motivo o grego de Josefo é tão difícil de ser entendido pelos estudiosos do grego helenista. Conforme disse um de meus colegas: «A gente lê Josefo em grego quando quer sentir-se humilhado». Foi assim que Josefo produziu suas obras imortais: *Guerras dos Judeus; Antiguidades* e uma *Autobiografia*. Além desses livros, ele escreveu *Contra Ápion*, uma apologia do judaísmo contra o paganismo. Apesar de não se poder confiar sempre no que Josefo afirma em seus escritos, com freqüência ele é a única fonte informativa sobre muitos pontos acerca do século I D.C. Foi a Igreja cristã que preservou as suas obras, por conterem muitos informes relativos ao período do desenvolvimento inicial do cristianismo. Em *Anti.* 18:3,3, Josefo dá um relato favorável a respeito de Jesus, o Cristo, embora alguns estudiosos pensem que isso foi interpolado por algum autor subseqüente.

2. Seu Ofício de Mediador. Os radicais nunca buscam a ajuda de um mediador, procurando reconciliação. Josefo se interpôs entre dois poderes: o nacionalismo radical dos judeus e o poder militar dos romanos, em constante expansão. Ele procurou reconciliar e obter a concórdia; mas sua missão foi considerada uma traição, por parte dos judeus, tal e qual sucedera a Jeremias. O fato de que ele foi favorecido por importantes figuras romanas, como Vespasiano, Tito e Domiciano não contribuiu em nada para ele ser bem acolhido pelos seus compatriotas. No entanto, deixou-nos uma memorável contribuição.

Escritores modernos têm-no chamado de egoísta, motivado por interesses próprios. Talvez ele tivesse lisonjeado aos romanos; mas nem sempre é favorável a um povo seguir a vereda da destruição, em defesa de uma causa perdida. Essas avaliações desfavoráveis perdem um tanto de sua contundência quando nos lembramos que as obras literárias de Josefo exibem um elevado grau de patriotismo, formando uma elaborada narrativa e defesa do povo de Israel e suas idéias religiosas. De fato, Josefo produziu uma brilhante apologia do *judaísmo* (vide).

3. Obras. Josefo obteve pouco sucesso como militar, e um efeito duvidoso como mediador; mas suas obras literárias foram um retumbante e duradouro sucesso.

a. *Guerras dos Judeus*. Essa obra foi escrita entre 75 e 79 D.C., em sete volumes. Foi Tito quem instou com Josefo para que escrevesse a obra. Ela narra, com pormenores, como os judeus e os romanos entraram em choque, e como os romanos obtiveram a vitória. Foi escrita inicialmente em aramaico, e, então, traduzida para o grego. Sobrevive em sua cópia grega. A obra é extremamente valiosa, pois contém muitas narrativas em primeira mão, do próprio Josefo, incluindo atuações e palavras de Vespasiano e Tito. É uma espécie de história *feita no local*, com algumas distorções, mas também grande riqueza de material valiosíssimo.

b. *Antiguidades dos Judeus*. Essa gigantesca obra, em vinte volumes, foi escrita em 93 ou 94 D.C. Começa com o relato e o comentário sobre a *criação*, e vai até o irrompimento da guerra com os romanos. É obra *sui generis*, uma realização literária nunca antes empreendida. Combina aspectos históricos, apologia e edição de muitas fontes informativas. Termina como uma *apologia do judaísmo*. Sua primeira parte, do Gênesis ao exílio, depende bem de perto de dados bíblicos; mas mesmo ali há comentários valiosos, citações e pequenas informações extraídas de outras fontes. No tocante ao tempo após o exílio, foi compilada com base em muitas fontes informativas, incluindo muito material dos rabinos.

c. *Vida de Josefo*, uma autobiografia. Essa obra, originalmente, era uma espécie de apêndice da obra *Antiguidades*. Além de seu material autobiográfico, contém uma apologia contra as acusações do historiador judeu rival, *Justus*.

d. *Contra Ápion*. Trata-se de uma defesa formal da religião judaica, conforme ela existia nos tempos de Josefo.

4. Contribuição Especial de Josefo. Josefo é nossa principal fonte informativa sobre o mundo greco-romano do período entre 100 A.C. e 100 D.C. Ele nos oferece muitas informações geográficas que, desde então, a arqueologia tem consubstanciado. Descobertas feitas em Qumran e Massada têm demonstrado que ele se mostrava exato nas descrições que fazia. Ele confere aos leitores muitas informações sobre diversos assuntos, como religião, teologia, filosofia, agricultura, indústria, táticas militares, política, etc. Josefo comentou sobre figuras importantes, do ponto de vista religioso e histórico como João Batista, Jesus, Herodes, Pilatos, os dois imperadores de nome Agripa, Félix, o governador, e outros. Como é óbvio,

ele demonstrou preconceitos e erros (como, de resto, sucede a todos os historiadores), mas a sua exatidão geral tem sido confirmada por outras fontes informativas. Tonybee, grande historiador norte-americano deste século, considerava-o um dos cinco maiores historiadores do período helenista, juntamente com Heródoto, Tucídides, Xenofonte e Políbio.

Para nós, reveste-se de interesse todo especial o seu comentário sobre Jesus Cristo: «...(ele era) um homem bom (se é legal chamá-lo um homem), com quem se associavam homens bons» (*Anti.* 18:3,3). Alguns estudiosos modernos sentem que as palavras «se é legal chamá-lo um homem», que lemos nessa citação, na verdade seria uma interpolação cristã posterior. É, realmente, surpreendente que ele não tivesse mais para dizer sobre Jesus. Porém, as circunstâncias especiais de Josefo, e suas vinculações com Roma, sem dúvida não o encorajavam a falar muito sobre Jesus Cristo.

Bibliografia. AM SHU THA WHI Z

JOSIAS

No hebraico, «fundado por Yah», ou «Yah sustenta». Ele foi o décimo sétimo rei de Judá. Ver o artigo geral sobre o *Reino de Judá*. A forma grega do nome, que transliterada para o português é *Iosías*, encontra-se em Mat. 1:10,11.

Esboço:

I. Caracterização Geral
II. Sumário de Informes Históricos
III. História Contemporânea

I. Caracterização Geral

Era filho de Amom, a quem sucedeu no trono como o décimo sétimo monarca de Judá, a nação do sul. Seus anos de governo real foram cerca de 639—609 A.C. Tornou-se rei com a tenra idade de oito anos. A Bíblia diz a seu respeito: «Fez ele o que era reto perante o Senhor, andou em todo o caminho de seu pai Davi e não se desviou nem para a direita nem para a esquerda» (II Reis 22:2). Josias iniciou a reforma do culto no templo de Jerusalém, aboliu a idolatria por todo o seu reino e começou a restaurar, materialmente, o templo. Durante o seu governo foi achado o livro da lei (o que, na opinião de alguns eruditos modernos, tornou-se posteriormente o âmago do nosso livro de Deuteronômio), por Safã, o escriba. Esse documento, com a ajuda do sumo sacerdote Hilquias, foi utilizado por Josias como a base e a inspiração de suas reformas religiosas. Josias foi morto por ocasião de uma batalha, em Megido, onde tentara cortar a marcha do exército egípcio para o norte. Foi sucedido no trono por seu filho, Jeoacaz II.

II. Sumário de Informes Históricos

a. **Josias sucedeu a seu Pai, Amom**, como rei de Judá, em cerca de 639 A.C. (II Reis 22:1). Desde o começo ele governou com um propósito reto, não se desviando do Senhor em coisa alguma (vs. 2). Foi contemporâneo do profeta Zacarias (Zac. 6:10).

b. Seu governo foi depois do reinado aterrorizante de Manassés, de que se tornou culpado seu pai, Amom. Mas o anterior desgoverno de seu avô e de seu pai foi corrigido por Josias (II Crô. 34:2; ver também II Reis 22:1,2).

c. *Purificação religiosa de Judá*. Sem dúvida, nos seus primeiros anos de governo, Josias foi monarca apenas de nome. Mas, tão cedo quanto os seus dezesseis anos de idade, ele já começara a impor sua vontade, com a eliminação da idolatria e a purificação geral das formas religiosas e práticas. Quando ele estava com vinte anos de idade, esse era um fenômeno generalizado em Judá. Ele chegou mesmo a execrar as sepulturas dos sacerdotes idólatras que tinham participado da apostasia das gerações anteriores. E os ossos deles foram consumados nos altares e, então, esses altares foram derrubados. Ver II Crô. 34:3-7.

d. *O templo é reparado*. Isso teve lugar no décimo oitavo ano de seu reinado. A tarefa foi deixada ao encargo de Safã, o secretário de Estado, a Maaséias, governador de Jerusalém, e ao cronista Joá. Ver II Reis 22:3-7; II Crô. 34:8-13.

e. *Descobrimento do livro da lei*. Não se sabe qual a natureza exata e o conteúdo dessa descoberta. Hilquias, o sumo sacerdote, enquanto fazia reparos no templo de Jerusalém, descobriu um volume que continha pelo menos uma parte dos livros de Moisés, o Pentateuco. Visto que o povo se surpreendeu diante das coisas que ouviu, é claro que o sistema da guarda das Escrituras havia falhado, mantendo o povo na virtual ignorância da herança escrita da fé dos hebreus. Alguns estudiosos supõem que, por esse tempo, o livro de Deuteronômio ainda não havia sido escrito, e que o que foi encontrado foi o âmago que veio a produzir esse livro. Nesse caso, a descoberta não foi de nenhum grosso volume. O décimo segundo capítulo de Deuteronômio fala em favor da centralização do culto religioso; e visto que as reformas religiosas de Josias visavam precisamente isso, alguns estudiosos associam esse achado com o livro de Deuteronômio. Porém, isso não serve de evidência conclusiva dessa opinião, sendo melhor admitirmos que não sabemos qual o conteúdo do livro que foi achado por Hilquias.

Josias sentiu-se alarmado diante das penalidades impostas pela lei quanto a diversas transgressões, e consultou a profetisa Hulda. Ela afirmou que dias de intenso sofrimento estavam a caminho, mas que Josias, pessoalmente, não haveria de viver o bastante para ser testemunha dos mesmos. A leitura da lei levou ao estabelecimento de um solene pacto, o que foi ratificado pela observância da páscoa, no tempo determinado. Ver II Reis 22:8—23:3; II Crô. 34:29-33.

f. *O juízo divino continuaria de pé*. A ira do Senhor ainda cumpriria seus propósitos (II Reis 23:21-23,26; II Crô. 35:1-19), e isso sobreviria sob a forma do cativeiro babilônico. Os capítulos segundo a sexto de Jeremias indicam que apesar de Josias ser homem sincero diante do Senhor, entre o povo as reformas foram apenas superficiais. Naturalmente, isso não bastou para impedir a iminente invasão da parte de potências estrangeiras, com os tremendos efeitos que isso teria para Judá. Seja como for, as reformas instituídas por Josias foram mais profundas que as de Ezequias; porém, ocorreram tarde demais, e não conseguiram impedir o desastre nacional de Judá.

g. *Morte de Josias*. Josias morreu por ocasião da batalha de Megido, em 609 A.C. Essa morte tanto foi trágica quanto desnecessária, pelo menos do ponto de vista humano. Neco II, Faraó egípcio, marchava pela Palestina, a fim de ajudar aos assírios, que estavam a pique de ser derrotados pelos babilônios, em Harã. Josias, talvez pensasse que o avanço das forças egípcias, cruzando o território de Judá, fosse uma invasão contra a própria nação de Judá. E ofereceu oposição aos egípcios (II Reis 23:29,30; II Crô. 35:20-24). Foi assim que ele foi morto em batalha (II Reis 33:25). A morte de Josias foi lamentada tanto por Jeremias quanto por Sofonias. O livro de Jeremias menciona Josias por dezoito vezes, conforme se vê, por exemplo, em Jer. 1:2,3; 3:6; 22:11,18, e o livro de Sofonias menciona Josias uma vez (Sof. 1:1).

III. História Contemporânea

Quando Josias começou a reinar, o poder dos assírios já estava em franco declínio. Psamético I, Faraó do Egito, estava fortalecendo suas forças, especialmente nas costas marítimas da Filístia. Quando Nabopolassar tornou-se o rei da Babilônia (novembro de 626 A.C.), isso predisse, de forma definida, o fim do império assírio, que os babilônios não demoraram a derrubar. Porém, o Egito, procurando evitar a extinção final da Assíria, por temer ao inimigo comum, a Babilônia, aliou-se aos assírios. Isso ocorreu em cerca de 616 A.C. Nínive caiu em 612 A.C. Não obstante, as forças assírias ainda não estavam mortas, e controlavam diversos lugares. A Alta Mesopotâmia, com a ajuda dos egípcios, foi mantida por algum tempo pelos assírios. Mas a derrota final da Assíria ocorreu em *Carquemis* (vide). À proporção que a Assíria declinava, maior era a independência de Josias e de seu reino, Judá. A renovação do pacto (622 A.C.) pode ser encarada como um desafio à Assíria e às suas formas religiosas. É possível que a morte de Josias tenha ocorrido em resultado de seu desejo de obter uma independência ainda maior de qualquer dominação estrangeira, na esperança de restabelecer o reino de Davi. Porém, o poder dos babilônios era uma força imbatível e que nunca desistia, conforme o profeta Jeremias não se cansava de salientar, e que os líderes de Judá teimavam em não acreditar. O resultado final, para Judá, como todos sabemos, foram os setenta anos de exílio na Babilônia.

JOSIAS (CONTEMPORÂNEO DE ZACARIAS)

Esse Josias era filho de Sofonias. Zacarias fez da casa de Josias o lugar onde se reuniram os principais líderes judeus que haviam retornado do cativeiro babilônico. A assembléia fora convocada a fim de coroar a *Josué* (ou *Jesua*, vide), o sumo sacerdote. Isso ocorreu por volta de 519 A.C. Ver Zac. 6:10.

JOSIBIAS

No hebraico, «Yahweh fará habitar». Ele foi um chefe simeonita (I Crô. 4:35). Viveu em torno de 800 A.C.

JOSUÉ (LIVRO)

Ver o artigo separado sobre *Josué (Pessoa)*, onde se discute sobre o sentido do nome pessoal *Josué*.

Esboço:

I. Caracterização Geral
II. Pano de Fundo Histórico
III. Autoria e Data
IV. Destino e Propósito
V. Canonicidade; Texto; Traduções
VI. Problemas Especiais
VII. Problemas Arqueológicos
VIII. Teologia Distintiva do Livro
IX. Tipologia
X. Esboço do Conteúdo
Bibliografia

I. Caracterização Geral

Josué é um dos livros históricos do Antigo Testamento, incluído entre os *Profetas Anteriores*, dentro do cânon hebreu. Outras vezes, é agrupado juntamente com os primeiros cinco livros da Bíblia, o Pentateuco, formando então o *Hexateuco*. Muitos eruditos crêem que esses seis livros formam uma unidade, por estarem alicerçados sobre fontes comuns de informação. O livro de Josué contém a narração da invasão da Terra Prometida pelo povo de Israel, com o resultado que a maior parte da Palestina foi conquistada e colonizada pelas doze tribos de Israel. Os caps. 1—12 de Josué contam a invasão; os caps. 13—21 relatam a divisão da terra entre as doze tribos; os caps. 22—24 nos dão os atos e discursos finais de Josué. Josué foi o sucessor de Moisés. As tradições judaicas dão-no como o autor do livro que tem seu nome (*Baba Bathra* 14v). Muitos eruditos, porém, supõem que narrativas anteriores foram entremeadas, formando uma obra composta, mediante o trabalho de algum editor ou editores posteriores. Em sua forma atual, muitos pensam ser um produto essencial da escola deuteronômia de historiadores, também chamada fonte informativa *D*. Material tradicional mais antigo, proveniente das fontes *J* e *E*, também teria sido entretecido na narrativa. Ver o artigo sobre *J. E. D. P.(S.)* quanto a uma completa discussão sobre essas supostas fontes informativas. Cada uma dessas fontes também é examinada em separado, sob cada uma dessas quatro letras.

A posição padrão acerca da conquista da Terra Prometida é que essa conquista foi executada por Israel como uma nação unificada, e não pelo esforço de tribos separadas, em diferentes épocas. Além disso, a conquista é considerada como tendo sido um sucesso imediato. Esse, pelo menos, é o quadro que nos é apresentado pelo livro de Josué, não havendo quaisquer fatores históricos contrários a essa opinião geral. Um grande número de descobrimentos arqueológicos tem confirmado a exatidão geral do livro de Josué. Naturalmente, os capítulos 15—17 de Josué, como também o trecho de Juízes 1—2, exibem algumas falhas, algumas das quais só foram sanadas com a passagem dos séculos, enquanto que outras só conseguiram ser remediadas plenamente nos dias de Davi e Salomão. Estamos falando acerca de falhas na conquista da Terra Prometida, e não falhas no relato histórico dos livros de Josué e Juízes.

A autoria do livro, sem importar se de Josué ou de alguma outra pessoa, que teria agido como historiador, é essencialmente a autoria de uma só pessoa. Não obstante, à semelhança de qualquer historiador, ele contou com várias fontes históricas. Talvez as teorias envolvidas no conceito do *J. E. D. P.(S.)* (vide) consigam explicar de modo genuíno a questão. Seja como for, Josué pertence àquele grandioso corpo de literatura judaica que inclui livros como Deuteronômio, Josué, Juízes, I e II Samuel e I e II Reis. Essa coletânea narra a história do povo de Israel desde Moisés até à queda de Jerusalém, em 587 A.C. O escritor escreveu do ponto de vista do código deuteronômico (ver Deu. 4:44—30:20), que incorporou corajosamente logo no início de seu livro. Juntamente com a narrativa, pois, ele teria incorporado a idéia de *D*, que mostra que as vitórias e a prosperidade de Israel sempre dependem da obediência espiritual às exigências da lei divina. Esse conceito dominou o judaísmo desde então. Em conseqüência disso, a história da conquista da terra tornou-se uma espécie de alegoria sobre como um homem espiritual, ou uma nação espiritual, pode realizar grandes coisas e cumprir um significativo destino, uma vez que as condições espirituais para tanto estejam sendo observadas.

Alguns datam o livro na época do próprio Josué, cerca de 1440 A.C. Porém, outros pensam que o livro só foi escrito após o cativeiro babilônico. Os estudiosos liberais parecem sempre preferir uma data mais recente. Todavia, podemos admitir que o livro recebeu alguma contribuição editorial, depois do

retorno do exílio babilônico. Ver uma completa discussão sobre o problema da *data* do livro, na terceira seção deste artigo.

Uso Proposto de Fontes Informativas

1. *D*: Temos aí o uso de matéria já existente, oral e/ou escrita. A história geral de Josué, além do propósito teológico de ilustrar como um homem (ou uma nação) espiritual pode obter sucesso, é questão bem destacada.

2. Nos caps. 13—21 de Josué, o historiador *D* continua a empregar várias listas que descreviam as fronteiras das tribos, tendo descrito, de modo generalizado, como foi a distribuição de terras entre as tribos. Essas listas não pertenciam às novas divisões políticas e gerenciais criadas por Salomão, conforme alguns estudiosos têm, erroneamente, pensado (ver I Reis 4:7-19). Todavia, há quem pense que a questão das cidades de refúgio e das cidades dos levitas, nos capítulos 20 e 21, refletem uma época posterior, talvez tão tarde quanto o século X A.C.

3. Outros estudiosos supõem que os itens pertencentes às fontes informativas *J* e *E* foram entretecidos nos primeiros doze capítulos do livro. Nesse caso, os editores posteriores de *J e E* talvez tenham reescrito certas porções do livro. Contudo, essa teoria não tem sido bem recebida pelos eruditos mais recentes.

4. Alguns estudiosos vêem *P* nas listas das tribos e das terras que lhes foram alocadas (conforme se vê em Jos. 15:20-62). Porém, com igual propriedade esse tipo de material poderia ser atribuído a *D*. Ver detalhes sobre a questão da fonte informativa *D* sob a seção VI.1. *Problemas Especiais*.

Embora o livro de Josué conte sua história do ponto de vista teológico, não há razão alguma para duvidarmos da historicidade essencial de sua narrativa.

«Após longos anos de vagueação pelo deserto, finalmente foi dada permissão aos israelitas para que conquistassem a Terra Prometida. A história de Josué é a história da conquista da Palestina. Tal como quase todos os relatos sobre batalhas, não é uma história agradável. E muitos sentem—sem dúvida, com razão—que o Deus de Josué estava infinitamente distante do Deus de Jesus. Nesse livro, o Deus de Israel parece uma deidade puramente nacional, um Deus das Batalhas, cujo poder manifestar-se-ia, principalmente, no desfechamento de guerras santas» (*Introduction to Joshua*, RSV, edição comentada, Oxford).

O conceito de Deus, que os homens fazem, foi melhorando com o desdobramento gradual da revelação divina; e é fácil os homens atribuírem a Deus as suas próprias atrocidades. Isso não significa, porém, que Deus estivesse ausente ou inativo, mas tão-somente que é precário atribuir a Deus tudo quanto fazemos, ou as maneiras pelas quais as fazemos.

II. Pano de Fundo Histórico

a. Os patriarcas estiveram jornadeando na terra de Canaã, durante a idade do Bronze Média (2100—1550 A.C.). Abraão chegou em Siquém e Betel (Gên. 12) em cerca de 2000 A.C. Desde então, os genitores da nação de Israel passaram a viver na Palestina ou no Egito.

b. Vem, então, o relato sobre *José*, que foi vendido ao Egito. Ele acabou assumindo a segunda posição de maior mando no Egito (cerca de 1991—1785 A.C.), durante o tempo da XII Dinastia egípcia. Porém, esse ponto é muito disputado pelos estudiosos. Há eruditos que preferem pensar que José governou o Egito durante o tempo dos intrusos semitas, os reis hicsos. Nesse caso, o período de José foi cerca de 1750 A.C., ou mesmo mais tarde. E o rei que não conhecera a José pode ter sido o primeiro rei que se elevou ao trono do Egito, depois da expulsão dos hicsos (Êxo. 1:8), não pertencendo à raça semita. Quanto a maiores informações sobre essas conjecturas, ver o artigo sobre *José*, seção IV, *Cronologia*. Se a data posterior para a carreira de José está correta, então ele deve ter falecido em cerca de 1570 A.C.

c. *O Cativeiro de Israel no Egito*. Os descendentes de Jacó, pois, após José, foram escravizados no Egito, visto que, então, José tornou-se um fator desconhecido ali. O cativeiro no Egito parece ter durado entre duzentos e trezentos anos.

d. *O Êxodo*. A data desse grande evento também é intensamente debatida pelos intérpretes. Alguns pensam que o mesmo ocorreu em cerca de 1445 A.C., ou seja, cerca de quinhentos anos antes de Salomão ter erigido o templo de Jerusalém. Mas há quem pense que o êxodo teve lugar na XIX Dinastia do Egito (135—1200 A.C.). Ver os artigos sobre *Cronologia* e o *Êxodo*. Seja como for, Moisés foi levantado pelo Senhor, a fim de pôr fim ao cativeiro de Israel no Egito.

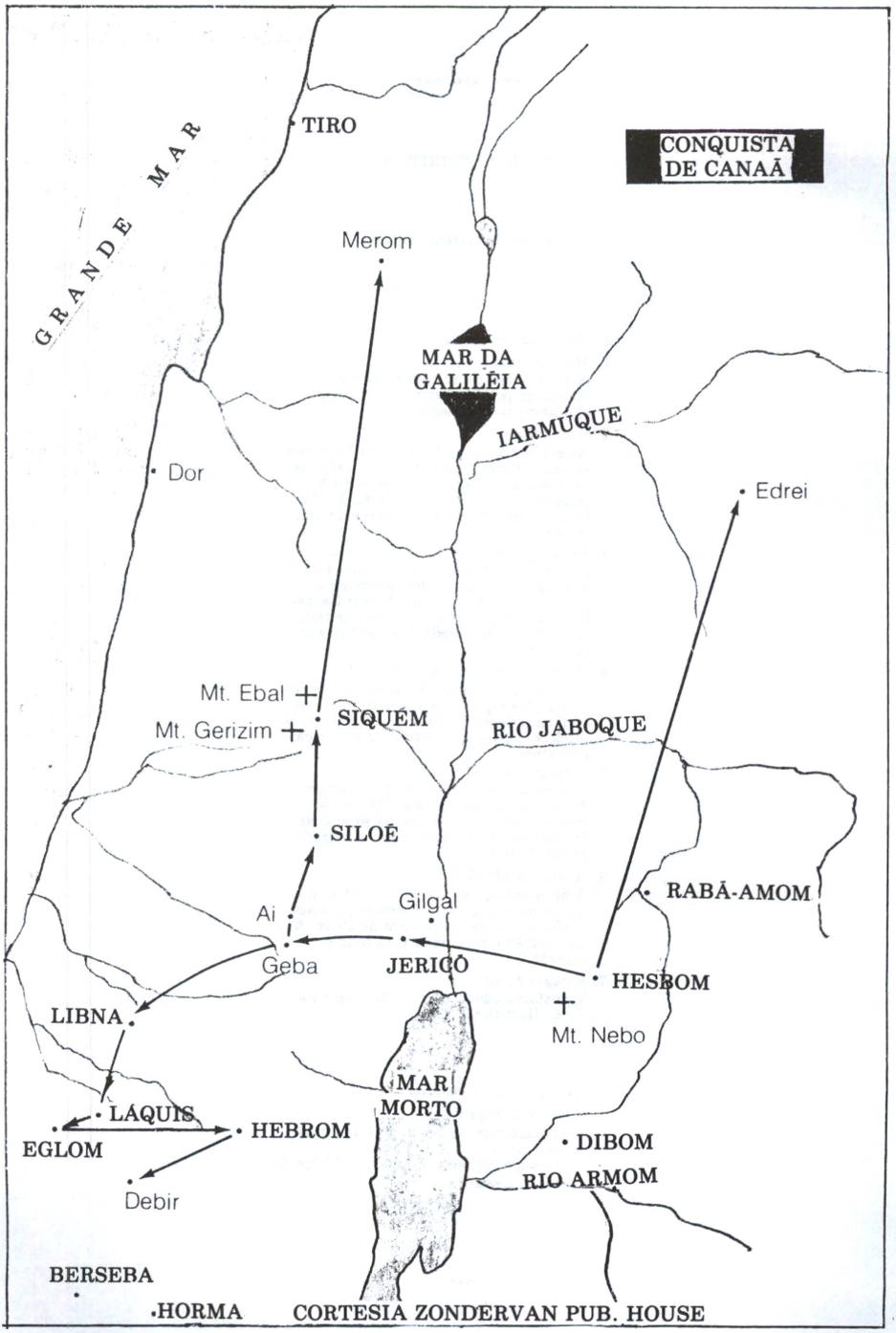
e. Vieram, então, os *quarenta anos de vagueação de Israel* pelo deserto, que atuaram como uma espécie de resfriamento e de período de planejamento, um tempo de preparação para a conquista da Terra Prometida. Em parte, isso foi uma espécie de retorno à pátria, uma renovação dos antigos modos de viver. Parece que, por essa altura dos acontecimentos, as doze tribos de Israel já estavam bem formadas, podendo ser distinguidas claramente uma das outras, e eles entraram assim na Terra Prometida. Josué e seus exércitos encontraram o país dividido em muitas pequenas cidades-estado, sempre se hostilizando mutuamente, mas unindo-se umas às outras, quando tinham de combater contra algum intruso comum. As cartas de Tell el-Amarna (vide), fornecem-nos esse tipo de quadro, o que concorda com os detalhes que achamos no livro de Josué.

f. *Josué* é livro que conta a história de como Israel invadiu a terra de Canaã, apossou-se dela (com várias falhas, deixando muitos nativos sem terem sido deslocados), e então dividiu o país em regiões, cada qual pertencente a uma tribo. Quanta coisa precisou ser corrigida mais tarde, e se as conquistas precisaram de um tempo mais dilatado do que aquilo que nos é dito (pois pode ter havido uma espécie de condensação das narrativas), não sabemos dizê-lo. Porém, podemos confiar na mensagem geral que ali nos é exposta, sem nos preocuparmos muito com detalhes cronológicos.

III. Autoria e Data

1. Josué Como autor

Se aceitarmos Josué como o autor do livro que tem seu nome, conforme assevera uma antiga tradição cristã, então a data que atribuímos ao livro pode variar entre c. de 1400 e c. de 1200 A.C., ou um pouco mais, conforme temos sugerido nas especulações sob o ponto II, que tratam sobre o pano de fundo histórico do livro. Entretanto, quase todos os eruditos modernos acreditam que o livro, na verdade, é uma obra anônima. Nesse caso, um autor desconhecido compilou-o em alguma data após a conquista da Palestina ser fato inteiramente consumado. Nesse caso, a questão seria esta: *Quão mais tarde*, o livro de Josué foi escrito, após a conquista de Canaã? As próprias fontes históricas, sem dúvida, são anteriores à escrita do livro, por algum tempo. A maioria dos eruditos liberais parte do pressuposto de que o livro


CONQUISTA DE CANAÃ
GRANDE MAR
TIRO
Merom
MAR DA GALILÉIA
IARMUQUE
Dor
Edrei
Mt. Ebal
Mt. Gerizim
SIQUÉM
RIO JABOQUE
SILOÉ
RABÁ-AMOM
Ai
Gilgal
Geba
JERICÓ
HESBOM
Mt. Nebo
LIBNA
MAR MORTO
LAQUIS
EGLOM
HEBROM
DIBOM
RIO ARMOM
Debir
BERSEBA
HORMA
CORTESIA ZONDERVAN PUB. HOUSE

●●● ●●● ●●●

VITÓRIA ESPIRITUAL

Conquista de Terreno Espiritual

Estágios da Inquirição

1. *Materialismo*
   A alma é imersa no bem-estar físico; dominada pelo egoísmo; afligida pelo agnosticismo e ateísmo.
2. *Superstição*
   As evidências de poderes super-humanos são suficientes para convencer a alguns de que a abordagem materialista não pode explicar todos os fenômenos. Mas bem pouco é reconhecido acerca de tais forças.
3. *Fundamentalismo Rígido, Farisaico*
   Livros Sagrados tornam-se objetos de adoração. Credos rígidos dominam o pensamento. Porções dos Livros Sagrados são distorcidas ou omitidas na tentativa de criar um credo sem conflitos ou problemas.
4. *A Mente Inquiridora, Iluminada*
   Os homens começam a pensar por si; as convicções espirituais são mantidas, mas há menos dependência ao mero dogma. O intelecto é posto por detrás da inquirição espiritual.
5. *Perseguição e Perseverança*
   A alma do indivíduo é afligida por profundos anelos espirituais. Há tensão interior, ou mesmo angústia espiritual. O amor de Deus passa a ser enfatizado acima de tudo.
6. *A Vereda Mística*
   A alma esforça-se por desvencilhar-se dos muitos dogmas e sistemas parciais. A alma procura a Presença de Deus. A iluminação é procurada com todo o coração.
7. *Estágio Final*
   Transformação à imagem do *Logos* na Visão Beatífica.

Artigos para Consultar

Vitória Espiritual
Transformação Segundo a Imagem de Cristo
Desenvolvimento Espiritual, Meios do
Visão Beatífica

●●●

foi escrito ou algum tempo antes do cativeiro babilônico (586 A.C.), ou pouco depois do mesmo. Estão envolvidos nisso problemas como autoria e de fontes, conforme se vê na teoria *J. E. D. P.(S.)* (vide), sobre o que discutimos na seção VI. *Problemas Especiais*, ponto primeiro, onde se procura examinar a fonte informativa *D*, que é considerada por alguns como a principal fonte informativa do livro de Josué. Alguns pensam que os capítulos 1 e 2 de Josué estribaram-se sobre a fonte E; que a maior parte dos capítulos 1—12 está alicerçada sobre *D*; e, então, nesses doze capítulos, em alguns trechos, transparecem informes derivados da fonte *S*. A fonte informativa *J*, por sua vez, seria vista em Jos. 5:13,14; 9:6 e 17:14-18. Adições baseadas em *D*, que não representam grande volume, são vistas nos caps. 1; 10:17-43; 11:10-12:24; 21:43-22:6 e cap. 23. Esse tipo de análise, porém, é rejeitado por outros *críticos*, para nada dizermos sobre os eruditos conservadores. Também têm sido sugeridas as mais arbitrárias divisões para o livro. A teoria mais simples a que se chegou é que é inútil tentar deslindar tão grande complexidade de fontes informativas, embora a fonte informativa *D* seja a mais pesadamente envolvida no livro. Por essa razão é que o livro de Josué tem sido chamado de «inteiramente deuteronômico» em sua natureza.

2. Um Autor Antigo Desconhecido?

Mesmo que suponhamos que um autor desconhecido foi o autor do livro de Josué, é perfeitamente provável que ele tenha incorporado material antiqüíssimo, que remontava à época do próprio Josué, ou de alguém intimamente ligado a ele. Josué ordenou que se fizesse uma descrição do território, por escrito (Jos. 18:9). Ele poderia ter escrito pessoalmente as palavras do pacto renovado, com vários estatutos e ordenanças para o povo de Israel, no livro da lei de Deus, em Siquém (Jos. 24:25,26). Talvez, ele também tenha escrito pessoalmente o juramento acerca de Jericó e a maldição que sobreviria a qualquer reconstrutor futuro daquela cidade. Comparar Jos. 6:26 com I Reis 16:34. Além disso, devemos observar que o trecho de I Reis 16:34 diz que a maldição foi proferida pelo Senhor, «por intermédio de Josué, filho de Num». E isso pode indicar que uma forma escrita da maldição foi redigida pelo próprio Josué. Naturalmente, Josué não pode ter sido o autor final do livro. Pois Jos. 24:29,30 registra a sua morte, o que evidencia a atividade de algum editor ou autor posterior. O Talmude afirma que foi Eleazar, o sumo sacerdote, quem adicionou esse apêndice, e que o seu filho, Finéias, acrescentou o último versículo (Jos. 24:33), a fim de dar o toque final ao livro (*Baba Bathra* 14b-15).

3. As Narrativas de Testemunhas Oculares.

O material mais antigo deve ter incorporado algum relato de *testemunhas oculares* diretas. O trecho de Jos. 5:1 diz que o Senhor bloqueou o rio Jordão «até que passamos». O pronome «nós» é empregado em Jos. 5:6, embora isso não apareça em nossa versão portuguesa, que prefere usar a terceira pessoa do plural. Há itens que indicam condições anteriores a Davi, como o fato de que os cananeus ainda estavam na posse de Gezer (Jos. 16:10; cf. I Reis 9:16). Saul massacrou a muitos gibeonitas, e queria destruir a todos eles (II Sam. 21:1-9). Nos dias de Josué, Sidom, e não Tiro, era a principal cidade fenícia, uma situação que só foi revertida bem mais tarde. Ver Jos. 11:8; 13:6 e 19:28. Os cananeus dominavam a Palestina nos dias de Josué. Mais tarde, os filisteus é que tiveram essa distinção. O território que Josué queria tomar era essencialmente cananeu (Jos. 13:2-4). Depois de 1200 A.C., os filisteus entraram armados na planície costeira da Palestina, conforme os registros egípcios de Ramsés III nos informam. Esses dados históricos mostram que há material antiqüíssimo no livro de Josué, embora não possam mostrar-nos quando eles foram incorporados no livro, e nem quando o livro foi publicado pelo próprio Josué ou outro autor.

4. Um Autor Sacerdotal?

O sacerdote Finéias pode ter sido o autor de certas partes do livro de Josué. Ele era filho e sucessor de Eleazar, o sumo sacerdote, e foi uma das colunas de Israel, naquele tempo (Núm. 25:7-13). Ele, e não Josué, foi a figura mais proeminente no solucionamento das disputas em torno do altar que foi erigido pelas duas tribos e meia que preferiram residir na parte oriental do vale do Jordão (Jos. 22:10-34). Ou, então, algum sacerdote, associado a Finéias, poderia ter feito contribuições para o livro. Isso tem sido suposto por alguns, devido ao interesse todo especial que se dá, no livro de Josué, às cidades de refúgio (vide; ver Jos. 20:7; 21:13), bem como às questões atinentes às quarenta e oito cidades dos levitas (Jos. 21:11-13). Há uma longa lista das fronteiras e cidades de Judá (Jos. 15:1-63), o que pode indicar que era ali o território dos sacerdotes envolvidos. Outras fronteiras e territórios são abordados apenas de passagem. Ver os caps. 16 e 17. Tais especulações, entretanto, são curiosas e podem refletir a verdade da questão; mas é difícil julgar tais coisas.

5. Dependência Literária

Seja como for, o autor sagrado parece ter dependido dos livros de Números e Deuteronômio quanto a algum de seu material, que Josué pode ter utilizado, se é que, realmente, *Moisés* escreveu o Pentateuco. Porém, se temos nisso, igualmente, um produto das fontes informativas *J. E. D. P.(S.)* (vide), então, teremos voltado a uma data posterior para o *hexateuco* (vide) inteiro. Seja como for, visto que o livro de Josué, embora trazendo o seu nome, não afirma quem teria sido o seu autor (pelo que é uma obra anônima), isso significa que não podemos dizer que é teste de ortodoxia alguém afirmar ou negar a autoria do livro a Josué, filho de Num. Outrossim, nem sempre a palavra *ortodoxia* é sinônimo de *veracidade*. *Tradições*, e não fatos, compõem uma boa porção daquilo que, em teologia, se tem chamado de *ortodoxia*. A isso sinto-me na obrigação de adicionar que as disputas sobre questões como essas pouco ou nada têm a ver com a espiritualidade. Pois essas questões não são cruciais e em nada afetam a fé de quem quer que seja. Ao mesmo tempo, se quisermos entender as situações históricas dos livros que formam a Bíblia, é bom que as examinemos, se pudermos evitar atitudes hostis para com aqueles que de nós discordem.

IV. Destino e Propósito

Duas características distinguiam o antigo povo de Israel: a preocupação com a história; e a preocupação com material religioso escrito, que agisse como guia nas crenças e na conduta. As palavras de Moisés (o Pentateuco) foram postas sob forma escrita desde o começo, como testemunho escrito sobre o relacionamento entre Yahweh e o povo de Israel. A esses escritos mosaicos foram adicionados os registros das vitórias de Israel, na conquista da terra de Canaã, o que envolve significados tanto históricos quanto teológicos. O livro de Josué foi escrito tendo em vista a edificação moral e espiritual do povo de Israel, como parte de sua herança histórica e religiosa. As Escrituras eram lidas diante do povo, e a substância delas era explicada por sacerdotes eruditos. Mui

provavelmente, bem poucas pessoas sabiam ler; e os poucos que podiam fazê-lo, não tinham obras manuscritas. Os manuscritos existentes tornaram-se um dos principais tesouros da nação, sendo guardados ciosamente pelos sacerdotes. O trecho de Nee. 8:9 reflete esse costume de fazer leituras bíblicas em público, o que, segundo supomos, é um costume antiqüíssimo em Israel. Historicamente falando, Josué é livro cujo intuito é dar continuação à história sagrada da nação de Israel. Essa história é sagrada porque, segundo a crença de Israel, o processo histórico entre eles era controlado por forças divinas. E, naturalmente, concordamos com isso. Portanto, a história, para Israel, era um aspecto importante da teologia. A mensagem do livro de Deuteronômio, de que Israel seria abençoada enquanto estivesse obedecendo a Deus, mas amaldiçoada quando fosse desobediente ao Senhor, é o conceito mais central da teologia histórica do livro de Josué.

O registro sagrado tinha por finalidade instruir e inspirar o povo de Israel em sua inquirição espiritual e em sua expressão como nação escolhida pelo Senhor Deus, a fim de que pudesse cumprir seus propósitos especiais e seu destino ímpar no mundo. Nos livros proféticos posteriores do Antigo Testamento, encontramos a exortação, dirigida a Israel, para que voltasse a aderir ao pacto mosaico (ver Nee. 9:30; Zac. 7:8-12). Portanto, o respeito pelas raízes era tido como a chave para a correta conduta. Deus é capaz de cumprir todas as suas promessas (ver Jos. 21:45), mas ele precisa encontrar uma reação favorável por parte de seu povo, que assim preencha as condições divinamente impostas. Deus envolve-se diretamente na história da humanidade, e isso até os menores detalhes (ver sobre o *Teísmo*, em contraste com o *Deísmo*). Isso é abundantemente ilustrado no Antigo Testamento. Consideremos, só para exemplificar, o incidente em que Acã esteve envolvido. Ele cometeu um erro, e a comunidade inteira sofreu por causa desse erro. Ver Jos. 7:1,18-20,24 e 11:1-15. A história era muito importante, nos escritos sagrados dos hebreus. Mas essa história nunca foi escrita somente como finalidades históricas. As lições morais e religiosas estão sempre à base de todos os escritos históricos dos hebreus.

«O livro de Josué demonstra a fidelidade de Deus às suas promessas, que guiou Israel até à terra de Canaã, conforme também os tirara do Egito (Gên. 15:18 e Jos. 1:2-6). A narrativa da conquista é altamente seletiva e abreviada. Aqueles acontecimentos que são enumerados foram considerados suficientes para servir aos propósitos que os autores sagrados tinham em mente» (UN).

V. Canonicidade; Texto; Traduções

1. **Canonicidade.** O livro de Josué era classificado na coletânea de livros sagrados dos hebreus como parte dos *Profetas Anteriores*. Esses informes cobrem o período da história que vai da conquista da Terra Prometida ao exílio babilônico. Isso é o que encontramos nos livros de Josué, Juízes, I e II Samuel e I e II Reis. Naturalmente, a porção mais fundamental desse cânon são os cinco livros de Moisés, o Pentateuco (vide). Todavia, a história teológica de Israel começa no livro de Deuteronômio, mas como parte integrante do Pentateuco. Josué dá continuidade a esse relato, e, pelo menos em parte, depende do mesmo.

Alguns eruditos supõem que a fonte informativa *D* seja a mais saliente no livro de Josué e no livro de Deuteronômio, razão pela qual haveria tão íntima vinculação entre eles. Josefo falava sobre os Cinco Livros, distinguindo-os dos treze livros proféticos que vinham em seguida. O tempo atribuído por Josefo a esses treze livros era desde a morte de Moisés até o reinado de Artaxerxes. Ver *Contra Ápion* 1:7,8. Apesar de muitos estudiosos considerarem a suposta unidade de seis livros (o hexateuco) como uma teoria inventada (porquanto nem os judeus e nem os samaritanos reuniram assim esses seis livros), torna-se claro que Josué demonstra certa dependência ao livro de Deuteronômio. Ver a seção VI. *Problemas Especiais*, primeiro ponto. O livro de Josué fornece uma apropriada conclusão para o Pentateuco. As condições adversas ali relatadas, quando Israel estava cativo no Egito, são inteiramente revertidas na Terra Prometida, restaurando assim as esperanças dos tempos patriarcais. Por isso mesmo, a canonicidade do livro de Josué era comumente aceita em Israel, embora os samaritanos, e, posteriormente, os saduceus, reconhecessem como autoritários somente os cinco livros de Moisés, o Pentateuco. Josué, porém, obteve posição sólida no cânon reconhecido pelos fariseus. E essa era a posição mais popular e aceita entre o povo de Israel. E a primitiva Igreja cristã, concordando com a maneira farisaica de pensar, acerca dessas questões canônicas, aceitava o cânon do Antigo Testamento inteiro (o cânon Palestino, como era chamado). Na Igreja antiga também foram aceitos livros que faziam parte do cânon chamado Alexandrino (vide), que incluía vários dos livros apócrifos. Ver o artigo sobre os *Livros Apócrifos*, quanto a uma discussão sobre problemas canônicos relativos a esses livros. Ver também o artigo separado intitulado *Hexateuco*, quanto a pormenores atinentes a essa teoria, onde também alistamos as objeções levantadas contra a mesma.

2. **Texto.** O texto hebraico do livro de Josué é essencialmente puro. Alguns poucos e óbvios erros escribais penetraram no texto, — que foram perpetuados pelo texto massorético. Ver o artigo sobre a *Masorah*. Entre os manuscritos achados em Qumran (ver sobre *Khirbet Qumran*), chamados popularmente *Manuscritos do Mar Morto*, havia fragmentos do livro de Josué. A Septuaginta mostra ser uma boa tradução do texto hebraico do livro de Josué, o que também tem sido demonstrado no que concerne ao resto do Antigo Testamento. *Algumas vezes*, porém, a Septuaginta exibe um texto superior ao do texto massorético, que antecede aos manuscritos massoréticos típicos. Tal fenômeno, porém, precisa ser averiguado individualmente, visto que nenhuma declaração geral envolve todos os casos possíveis. Ver o artigo separado sobre *Mar Morto, Manuscritos*.

3. **Traduções.** No parágrafo anterior, vimos a importância da tradução da Septuaginta, no caso do livro de Josué. A tradução da Septuaginta não difere do texto hebraico em nenhum sentido apreciável. No entanto, é fraca quanto à tradução dos nomes geográficos, pelo que os nomes hebraicos (transliterados, e não traduzidos) quase sempre são preferidos. Há versões mais longas e mais breves da Septuaginta, do livro de Josué. Os escribas tendem muito mais por alongar os livros do que por abreviá-los, visto que os comentários escribais aumentam o texto. As primeiras versões latinas baseavam-se quase inteiramente na Septuaginta, e não no texto hebraico. A versão de Jerônimo, porém, foi feita diretamente do hebraico. As traduções modernas dependem essencialmente do texto massorético, embora os textos críticos tenham a vantagem de contar com a evidência representada pelas versões, mormente a Septuaginta.

VI. Problemas Especiais

1. **Fontes Informativas.** Deve-se pensar na teoria J.

E. D. P.(S.) (vide), e, especialmente, na relação entre *D* (vide) e Josué. Sob as seções I e III. 4. e 5, damos as informações essenciais sobre essas questões das fontes propostas para o livro de Josué. Temos visto que, excetuando a fonte informativa *D*, as teorias que cercam essa questão são bastante incertas e mesmo contraditórias. Que o livro de Josué é *deuteronômico* é fato que se pode demonstrar até com certa facilidade.

Josué em Relação a Números e a Deuteronômio:

1. Comissão de Josué. Comparar Jos. 1:1-9 com Deu. 31.

2. Extensão das promessas. Comparar Jos. 1:3,4 com Deu. 11:24.

3. Informações sobre as tribos orientais. Comparar Jos. 1:12-15 com Núm. 32 e Deu. 3:18 *ss*.

4. Ebal. Comparar Jos. 8:30-35 com Deu. 27.

5. Conquistas na Transjordânia. Comparar Jos. 12:1-6 com Núm. 21:21-35 e Deu. 2 e 3; 4:45-49.

6. Divisão da Terra Prometida. Comparar Jos. 13:6,7 com Núm. 24:7 e Deu. 1:38.

7. Fixação na Transjordânia. Comparar Jos. 13:8-14 com Núm. 32:33-42 e Deu. 2:32 *ss*.

8. Josué e Eleazar. Comparar Jos. 14:1 com Núm. 34:7 e Deu. 1:28-36.

9. A herança de Calebe. Comparar Jos. 14:6 *ss* com Núm. 14:24 e Deu. 1:28-36.

10. A fronteira sul. Comparar Jos. 15:1-4 com Núm. 34:3-5.

11. As filhas de Zelofeade. Comparar Jos. 17:3—6 com Núm. 27:1-11.

12. Comissão sobre o alocamento de terras. Comparar Jos. 18:4-10 com Núm. 34:17 *ss*.

13. Cidades de refúgio. Comparar Jos. 22 com Núm. 35:9 *ss* e Deu. 19:1-13.

14. As cidades dos levitas. Comparar Jos. 21 com Núm. 35:2-8.

Alguns intérpretes têm chegado ao extremo de propor uma *história deuteronômica*, onde Josué aparece como o segundo livro dessa história. Mas outros estudiosos repelem terminantemente essa teoria que diz que houve uma fonte informativa comum para os livros de Deuteronômio e Josué, supondo somente que, em certo número de casos, houve material paralelo de diferentes autores. Os desacordos entre os críticos têm fortalecido a causa dos conservadores, que relutam em considerar que aquela teoria é necessária, visto que, seu intuito consiste em tentar demonstrar uma data posterior para o Pentateuco e para o livro de Josué, a fim de que nem Moisés e nem Josué possam ser autores dos livros que lhes são atribuídos. Além disso, alguns eruditos preferem manter o Pentateuco como uma unidade separada para estudos, sem se deixarem envolver nas controvertidas teorias que circundam a idéia do *Hexateuco* (vide).

Parece-me que seria mister um erudito do Antigo Testamento e do idioma hebraico muito profundo para que fizesse um juízo inteligente sobre essas questões. Com base no que tenho lido, eu diria o seguinte: A teoria do *J. E. D. P.(S.)* (vide), considerada como um todo, não parece explicar as fontes informativas do livro de Josué. Mas a fonte informativa D parece figurar fortemente nesse livro. Alguns críticos dizem que o livro de Josué tem um estilo deuteronômico, mas outros negam tal estilo. Pelo menos a teologia deuteronômica se evidencia no livro de Josué: se alguém obedecer à lei de Deus, prosperará, o que envolve tanto indivíduos quanto nações.

2. O Tratamento Dado aos Cananeus

Tal como todas as narrativas sobre guerras, o relato de Josué é bastante brutal e selvagem. Os antigos intérpretes cristãos tiveram dificuldades em explicar a questão, e não somente os estudiosos modernos. Podemos atribuir a Deus toda aquela matança, tantas coisas feitas das maneiras mais violentas? Deus é, realmente, o Deus dos exércitos? Não há uma diferença muito grande entre o Deus retratado no livro de Josué e o Deus retratado no Novo Testamento, que se manifestou em Jesus Cristo?

Em defesa da visão de Deus no livro de Josué, temos argumentos que dizem que a ira divina contra o pecado faz parte necessária da teologia. Às vezes, os homens chegam a extremos de maldade que merecem um tratamento muito severo. Além disso, há intérpretes que assumem a posição extremada do *voluntarismo* (vide), ensinando que aquilo que Deus quer é correto, sem importar a nossa atitude para com a questão. Mas essa posição se parece muito com a antiga teoria grega, que dizia: «O poder é direto». Mas essa teoria deveria ser rejeitada com base em uma revelação mais iluminada sobre a natureza de Deus. Sabemos que os cananeus eram excessivamente malignos (ver Lev. 18:21-24), e também sabemos que existe tal coisa como contaminação pelo mau exemplo (ver Deu. 7:1-5). Sabemos que a religião dos cananeus era tremendamente imoral (o que tem sido demonstrado pelas escavações arqueológicas em Ras Shamra). O principal deus dos cananeus, *El*, era uma espécie de Zeus brutal e imoral. Seu filho, *Baal* (vide), também não servia de bom exemplo para homens piedosos. Ao admitir tudo isso, indagamos até que ponto podemos fazer uma comparação entre Yahweh, por um lado, e El e Baal, por outro lado. Outrossim, não podemos evitar de ver que as representações de Yahweh, no Antigo Testamento, em certos trechos não se diferenciam grandemente das representações de El na literatura antiga não bíblica. Além disso, tanto *El* quanto *Yahweh* são nomes compartilhados pelas culturas dos assírios, dos babilônios e dos hebreus. Não admira, pois, que também houvesse compartilhamento de idéias religiosas, e não meramente de nomes divinos. De fato, sabemos que havia essa herança comum de idéias. Até hoje em dia, os homens se deleitam em culpar Deus em tudo quanto eles pensam e fazem; e até mesmo homens bons são culpados dessa atribuição. Pessoalmente, tenho cuidado com o uso de nomes divinos, relutando em juntar a palavra «Senhor» a tudo quanto penso ou faço. Em contraste com isso, há pessoas que vivem dizendo: «O Senhor me disse isto». «O Senhor levou-me a fazer isto ou aquilo». O «Senhor», pois, quase se tornou um bichinho de estimação da família, sendo envolvido pelas pessoas em todas as coisas tolas que os homens pensam ou fazem, como a cor do automóvel que alguém comprou, ou o lugar a ser visitado na próxima viagem de verão. E assim, os homens envolvem o nome de Deus em coisas que o Senhor não está interessado nem um pouco, por serem extremamente triviais.

Alguns problemas no A.T., — não são nada triviais. Em primeiro lugar, gostaria de frisar que a própria revelação bíblica é algo progressivo, não sendo de admirar que as idéias dos homens acerca de deus se tenham aprimorado, à medida que eles se vão espiritualizando e se vão tornando capazes de ter uma concepção mais nítida da deidade. É inútil imaginar que Josué se encontrava no mesmo nível de compreensão que Jesus, ou que os vários autores do Novo Testamento, quando falavam a respeito de Deus. Sabemos que, por muitas vezes, não menos que

os gregos e muitos outros povos, Israel agiu como qualquer tribo selvagem e saqueadora. Como poderíamos negar esse fato? A história fala por si mesma!

Consideremos o Caso de Davi. A época de Davi deve ter sido mais iluminada que os dias de Josué. No entanto, quando Davi fugia de Saul e se refugiou em Ziclague, que lhe fora dada como residência por Aquis, rei de Gate, ele iniciou uma série de ataques de terror e de matanças, nas áreas circunvizinhas. Por que ele agiu assim? O trecho de I Sam. 27:10 *ss* nos revela o motivo. Ele fazia isso a fim de impressionar a Aquis, dando a impressão de que estava atacando à sua própria gente, quando, na verdade, atacava inimigos de Israel. I Sam. 27:9 nos diz que ele a ninguém deixava vivo, nem homem, nem mulher e nem animal. Aquis aceitava a mentira, supondo assim que Davi se alienara totalmente de Israel, pelo que seria seu servo (de Aquis) para sempre.

As palavras de Jesus por certo devem ter um peso decisivo em qualquer discussão desse tipo. Quando os seus discípulos quiseram invocar fogo do céu para consumir os samaritanos, que tinham negado hospitalidade a Jesus e seu grupo, imitando assim uma figura nada menor que Elias, Jesus os repreendeu e declarou: «Vós não sabeis de que espírito sois. Pois o Filho do homem não veio para destruir as almas dos homens, mas para salvá-las» (Luc. 9:51-56). A ignorância e a falta de maturidade espiritual continuam afirmando que não há qualquer diferença entre as atitudes refletidas no Antigo Testamento e aquelas refletidas no Novo Testamento, no tocante à pessoa de Deus. Mas, o que poderíamos ganhar com a hipótese de que as idéias dos homens não melhoram, conforme os homens são iluminados e sua espiritualidade se desenvolve? Poderíamos asseverar que não há qualquer diferença entre o Antigo e o Novo Testamento sobre uma questão tão importante quanto é a natureza de Deus? Deus não mudou, mas nossa compreensão sobre a natureza de Deus melhorou.

A ira de Deus é uma realidade, mas é um dedo de sua amorosa mão. Ele julga os homens a fim de melhorá-los. O juízo divino é remedial, e não apenas retributivo. Ver o artigo sobre a *Ira de Deus*, e também aquele chamado *Ira*. Ver I Ped. 4:6 quanto à natureza remedial do julgamento divino. Notemos que, nessa passagem petrina, os perdidos estão em foco. A cruz do Calvário foi um julgamento, mas também serve de medida do amor que Deus tem pelos homens perdidos.

Conclusão. Temos que admitir o propósito de Deus, atuante através da entrada dos patriarcas hebreus na Palestina, segundo o registro de Gênesis. Também devemos admitir que o propósito de Deus se manifestou no cativeiro egípcio. Outrossim, seria ridículo dizer que Deus não estava com Moisés, e nem realizou uma obra grandiosa, tirando Israel do Egito. Além disso, dentro do plano de Deus era necessário que Israel, uma vez mais, ocupasse a Palestina, a fim de preparar o caminho para o Messias e para os futuros desenvolvimentos espirituais, em escala mundial. Porém, quase não podemos desculpar a maneira como a conquista da Terra Prometida foi efetuada, com excessos de brutalidade. Em tempos menos selvagens, Deus poderia ter feito a mesma coisa de maneira diferente, sem tanto morticínio. Mas, se tribos e nações selvagens começarem a lutar, então teremos um registro como aquele do livro de Josué. Isso não significa, todavia, que tais atos concordavam com a natureza de Deus, mas somente que essas coisas, naturalmente, tiveram lugar em face do tipo de material humano com o qual Deus teve de tratar, diante do primitivismo e da violência dos tempos em que aqueles acontecimentos ocorreram. Em outras palavras, faz-se uso do material que se dispõe; mas isso não significa que aquilo que é feito reflete a natureza e os ideais divinos.

O Testemunho do Livro de Jonas. O livro de Jonas é o João 3:16 do Antigo Testamento. Jonas foi enviado para salvação de um povo pagão, e o verso final do seu livro mostra-nos que Deus estava interessado até pela vida dos animais, para nada dizermos sobre os seres humanos. Acresça-se a isso o próprio trecho de João 3:16, no Novo Testamento. Deus enviou o seu Filho amado para salvar os pecadores, e não para destruí-los. A destruição física faz parte do programa de purificação de Deus, mas as matanças violentas e excessivas, que acontecem por ocasião das guerras, dificilmente se coadunam com a natureza de Deus.

3. O Longo Dia de Josué (Jos. 10:13)

A palavra de ordem de Josué realmente fez o sol parar? Ver o artigo separado sobre esse assunto, intitulado *Bete-Horom, Batalha de* (*O Dia Longo de Josué*).

4. O Represamento das Águas do Jordão (Jos. 4:15 *ss*).

Temos aí uma divisão, em miniatura, das águas do mar Vermelho, uma reiteração daquele prodígio. Houve, realmente, uma intervenção divina, que fez as águas do rio se avolumarem, ou um deslizamento de terras, convenientemente, ocorreu no momento crucial?

VII. Problemas Arqueológicos

As evidências arqueológicas que nos podem ajudar sobre o livro de Josué permanecem incertas. Quanto a Jericó, sabemos que no local foram erigidos diversas cidades com esse nome. Alguns arqueólogos, como Kathleen M. Kenyon, acreditam possuírem provas da assertiva de que ali não havia qualquer habitação na idade do Bronze Média (1550 a 1400 A.C.). As evidências acerca da idade do Bronze Posterior foram apagadas. Túmulos e outros itens testificam acerca da ocupação do lugar na idade do Bronze Posterior II, pertencente ao século XIV A.C. Essa evidência pode favorecer uma data mais remota para a composição do livro de Josué, embora as questões atinentes a isso sejam muito incertas.

Ai até hoje não foi localidade identificada com certeza. As ruínas de et-Tell a três quilômetros e pouco a leste-suleste de Betel, têm sido consideradas como um local possível; mas as escavações ali feitas não têm mostrado que o local tenha sido ocupado durante as idades do Bronze Médio e Posterior, quando devemos datar o livro de Josué. Restos de fortificações têm sido encontrados, pertencentes a um período ainda mais antigo (cerca de 2900—2500 A.C.), da idade do Bronze Anterior, ou de um período mais recente (cerca de 1200 a 1000 A.C.), de tal modo que a Ai dos dias de Josué ainda não foi encontrada pelos arqueólogos. Ver Jos. 8:1-29. Outras escavações, feitas nas vizinhanças de Khirbet Haiyan e em Khirbet Khudriya não têm produzido quaisquer provas de ocupação humana que corresponda à época de Josué. Talvez *Ai* fosse apenas um posto militar avançado, e não uma cidade, o que poderia explicar a ausência de evidências arqueológicas correspondentes aos dias de Josué. Outros supõem que a destruição de Betel é que está em pauta, nos capítulos sétimo e oitavo de Josué, e não de Ai. E as dúvidas que cercam a verdadeira data do livro de Josué, apenas adicionam às incertezas que circundam toda a questão. Ver os artigos separados sobre *Jericó* e *Ai*.

VIII. Teologia Distintiva do Livro

1. O problema da matança dos cananeus, pelos israelitas, foi abordado na seção VI. 2. Isso nos envolve na visão de Deus que o livro de Josué nos dá.

2. O livro de Josué certamente apresenta-nos uma grande fé no destino determinado por Deus. Mesmo enfrentando grandes forças contrárias, Israel entrou em uma terra que, para aquela geração, era-lhes desconhecida, e venceu. Eles creram que era Deus quem estava ordenando suas vidas e suas obras. E assim cumpriram, com sucesso, os propósitos que lhes foram dados.

3. O tema do *teísmo* (vide) é bem destacado. Deus é quem controla a história humana, e nela intervém. Ele não é uma figura distante, divorciada de sua criação, conforme diz o *deísmo* (vide).

4. A fidelidade de Deus ao seu pacto é um dos temas dominantes. Ver o artigo sobre *Pactos*. Comparar com Deu. 7:7 e 9:5,6.

5. O *monoteísmo* (vide) é ilustrado no livro, especialmente através da determinação de extirpar os cananeus *e* a religião deles. Comparar com Gên. 15:16; Êxo. 20:2-6; Deu. 7.

6. A necessidade de um discipulado autêntico e resoluto é o tema geral do livro de Josué; pois sem isso, a conquista da Terra Prometida teria sido impossível.

7. Vários tipos simbólicos podem ser encontrados no livro de Josué. Ver a seção IX, quanto a isso.

IX. Tipologia

1. *Tipos Cristológicos*

«Estas cousas lhes sobrevieram como exemplos, e foram escritas para advertência nossa...» (I Cor. 10:11). O trecho de Heb. 4:1-11 usa o relato da conquista da terra de Canaã para ilustrar como entramos no descanso de Deus, ou seja, na vida eterna, que é a grande Terra Prometida. Josué não deu ao povo o final e verdadeiro descanso (Heb. 4:8), pelo que resta um descanso espiritual (vs. 9). Compete-nos esforçarmo-nos por entrar nesse estado bem-aventurado (vs. 11). A desobediência e a dureza de coração são nossos inimigos. Moisés (representante da lei), não foi capaz de conduzir o povo de Israel até o interior da Terra Prometida. Josué (representante de Cristo e da graça divina) foi quem conseguiu fazer isso. Como é sabido, *Josué* foi um tipo de *Jesus*, o Cristo. E Cristo é o comandante que vence a batalha, batalhando juntamente com seu povo, com o seu exército. No sentido cristão, Jesus, o Cristo (cujo nome é o equivalente neotestamentário de *Josué*, Salvador) é aquele que provê um lar na Terra Prometida celestial, provendo descanso para nós, após as vitórias espirituais que obtivermos neste mundo.

2. *Lutas e Vitórias Espirituais*

A vida de todo homem espiritual e sério é uma luta em busca da vitória, e cada vitória é uma espécie de conquista da Terra Prometida.

3. *A experiência da redenção* é prefigurada pelo fato de que o povo de Israel foi batizado em Moisés, na nuvem e no mar (I Cor. 10:2). Os homens obtêm posição espiritual quando o Espírito os imerge no corpo de Cristo (I Cor. 12:13; Efé. 1:3; Rom. 6:2,3). Essa posição espiritual consiste na união com Cristo e na participação na redenção que há em seu sangue.

4. *A travessia do Jordão* é uma figura simbólica da morte física, através da qual chegamos à vida plenamente espiritual.

5. *A terra de Canaã* pode tipificar o nosso encontro com os adversários espirituais e a nossa subseqüente vitória sobre os mesmos; ou, então, pode apontar para o céu, os mundos da luz, visto que esses mundos celestes são equivalentes à Terra Prometida.

6. Os vários povos inimigos, em volta da Terra Prometida, como os cananeus, os fariseus, os heveus, etc., aludem aos nossos adversários espirituais, aos quais precisamos vencer (Efé. 6:12).

7. *As cidades de refúgio* (Jos. 20). Há segurança espiritual em Cristo, abrigando-nos do pecado e seus efeitos.

8. *A divisão do território* (Jos. 13:1—21:45). Em nossa herança espiritual há variedade e abundância. Vale a pena seguir a santidade. Há grande abundância espiritual para todos, em nossa herança eterna.

X. Esboço do Conteúdo

A. *A Conquista de (Canaã* (caps. 1—12)
  1. *Preparação* (1:1—5:12)
    a. Josué é comissionado (1:1-9)
    b. Josué dá orientações (1:10-18)
    c. Os espias são enviados (2:1-24)
    d. A travessia do Jordão (3:1—5:1)
    e. O povo é circuncidado em Gilgal (5:2-12)
  2. *Várias Campanhas Militares* (5:13—11:15)
    a. Jericó e Ai são capturadas (5:13—8:29)
    b. Um altar é erigido no monte Ebal (8:30-35)
    c. O logro dos gibeonitas (9:1-27)
    d. Conquista do sul de Canaã (10:1-43)
    e. A campanha no norte de Canaã (11:1-15)
    f. Sumário das conquistas (11:16—12:24)

B. *Fixação de Israel na Terra de Canaã* (caps. 13—24)
  1. Josué é instruído (13:1-7)
  2. As tribos orientais recebem sua herança (13:8-33)
  3. As tribos ocidentais recebem sua herança (14:1-19:51)
  4. As cidades de refúgio (20:1-45)
  5. Designação das cidades levíticas (21:1-45)

C. *Consagração do Povo Escolhido* (caps. 22:1—24:28)
  1. Concórdia com as tribos orientais (22:1-34)
  2. Admoestações finais de Josué aos líderes (23:1-16)
  3. Um pacto nacional estabelecido em Siquém (24:1-28)

D. *Epílogo:* Morte de Josué e Conduta Subseqüente de Israel (cap. 24:29-33).

Bibliografia. AH ALB AM BRI IB ROW ROW(1950) YAD YO

JOSUÉ (PESSOAS)

Ver o artigo separado sobre o livro de Josué, relacionado ao primeiro homem que, na Bíblia, recebeu esse nome. Houve um total de quatro homens com esse nome, nas páginas do Antigo Testamento:

1. *Josué, filho de Num*, assistente e sucessor de Moisés.

a. *Nome.* Esse nome deriva-se do hebraico, *Yehoshua*, «Yahweh é salvação». Moisés mudou o nome dele de Oséias («salvação») para *Yehoshua*. Ver Núm. 13:16 e 13:8. Esse é o equivalente veterotestamentário de Jesus. A Septuaginta traduziu aquele nome hebraico para o grego, *Iesous*, a forma grega do nome hebraico.

b. *Família.* Ele era filho de Num, que era filho de Elisama, príncipe da tribo de Efraim (Êxo. 33:11; Núm. 1:10).

c. *Informes Históricos* 1. Considerando-se a

habilidade de Josué como estrategista militar, é possível que ele tivesse sido um soldado profissional, treinado no Egito. A arqueologia dá-nos conta de que estrangeiros eram contratados pelo exército egípcio. Moisés usou Josué como seu comandante militar, contra o ataque dos amalequitas, em Refidim (Êxo. 17:8-16). A tarefa de Josué era organizar aquele bando de ex-escravos, que tão recentemente haviam obtido a liberdade, organizando com eles um exército respeitável. A tarefa, pois, não era nada pequena. 2. Josué era o ministro pessoal e assistente de Moisés, quando este recebeu a lei (ver Êxo. 24:13; 32:17). 3. Josué foi um dos espias enviados para obter uma visão geral da terra a ser conquistada. Ele foi um dos dois únicos que deram um relatório bom, e encorajaram o ataque (Núm. 14:6-9). 4. O povo de Israel, como um todo, foi proibido de entrar na Terra Prometida em face de desobediência e incredulidade. Somente Josué e Calebe tiveram permissão, dentre aquela geração inteira, de entrar na Terra Prometida (Núm. 26:65; 32:12; Deu. 1:34-40). 5. Josué foi comissionado para ocupar a liderança, após o falecimento de Moisés. Josué, pois, tornou-se o novo pastor de Israel (Núm. 27:12—17). Ele recebeu a autoridade divina de Moisés (Núm. 27:20). Foi ordenado por Moisés para assumir seu novo posto (Núm. 27:21-23; Deu. 3:21-28). 6. A tarefa de Josué consistia em liderar Israel na conquista da terra de Canaã (Jos. 1—12). Se excetuarmos uma comunidade que, através de engodo, conseguiu assinar um acordo de não agressão com Josué, ele conseguiu exterminar os habitantes de Canaã até o último homem, excetuando aqueles lugares onde obteve vitórias apenas parciais. 7. Quando a totalidade da Palestina havia sido conquistada, Josué recebeu a tarefa de averiguar que a mesma fosse dividida entre as doze tribos (Jos. 13—21). 8. Josué foi homem de notável habilidade como líder, conforme se vê em seu trabalho, capaz como o general dos exércitos de Israel (Jos. 1—12), em sua capacidade de conduzir espiritualmente os israelitas, estabelecendo os acordos apropriados (Jos. 8:30-35), ao orar pedindo poder e orientação espirituais, e recebendo as mesmas (Jos. 10:10-14), em seu respeito pela mensagem espiritual e pelo uso que fazia da mesma, o que tanto o ajudou a conduzir corretamente o povo de Deus (Jos. 1:13-18; 8:30-35, 11:12,15; 14:1-5; 23:6). Quando da divisão da terra, ele mostrou ser um hábil administrador (Jos. 13—21). 9. Foi Josué quem deu ao sistema tribal dos israelitas sua forma fixa, impondo o elemento do acordo para fixação de terras específicas entre as diversas tribos (Jos. 24:1-28). 10. Idade avançada e morte. Quando o fim de sua vida terrena aproximava-se, Josué quis consolidar os ganhos que obtivera. Convocou uma assembléia, com representantes de todo o povo de Israel, e apresentou um solene discurso e incumbência, relembrando-os sobre o que fora realizado, e exortando-os a guardarem a aliança e continuarem na fé de seus pais. Em Siquém, foi renovada a aliança com o Senhor. Josué faleceu com a idade de cento e dez anos, e foi sepultado em sua cidade, Timnate-Sera, pertencente à tribo de Efraim, (Jos. 24:29). Isso ocorreu em cerca de 1365 A.C.

d. *Tipos*. Na seção IX, no artigo sobre *Josué (Livro)*, em seu primeiro ponto, mostramos como Josué é símbolo de Cristo. Ele foi o Jesus do Antigo Testamento. Ambos conduzem à Terra Prometida, e ambos receberam uma autoridade acima da de Moisés. Aquela seção sublinha certo número de outros tipos que se encontram no livro de Josué, e que nos são instrutivos.

e. *Caráter de Josué*. Foi Josué quem disse a Israel: «...escolhei hoje a quem sirvais... Eu e a minha casa serviremos ao Senhor» (Jos. 24:15). Isso exprimiu a atitude que Josué teve durante toda a sua vida. Ele foi uma personagem das mais fulgurantes do Antigo Testamento, a quem o próprio Moisés não fez muita sombra. Sentimo-nos infelizes diante de tanta matança que houve na conquista da terra de Canaã. Ver sobre *Josué (Livro)*, seção VI. *Problemas Especiais*, segundo ponto, *O Tratamento Dado aos Cananeus*, quanto a uma discussão sobre essa questão. É óbvio que Josué sempre cumpriu o seu dever, sem nenhum grande desvio, sem nunca haver cometido qualquer grave infração, o que também se vê no caso de todos os outros grandes vultos do Antigo Testamento. Josué serve de ilustração do homem que confronta alguma imensa dificuldade, mas a vence, porquanto nele não havia nem dúvida e nem hesitação, de tal modo que, com coragem e resolução, ele foi capaz de realizar a tarefa que o Senhor lhe deu.

2. *Josué, um nativo de Bete-Semes*. Esse foi um israelita, proprietário do campo onde chegou a carruagem que trazia a arca da aliança, ao retornar da terra dos filisteus. Ver I Sam. 6:14,18. Ele viveu em cerca de 1076 A.C.

3. *Josué, governador de Jerusalém*, no começo do reinado de Josias. Um dos portões da cidade recebeu nome com base em seu nome. Ver II Reis 23:8. Ele viveu em cerca de 621 A.C.

4. *Josué*, também chamado Jesus, filho de Jeozadaque. Ver sobre *Jesua*, terceiro item.

JOSUÉ, DIA LONGO DE

Ver sobre *Bete-Horom, Batalha de (O Dia Longo de Josué)*

JOTÃO

No hebraico, «Yahweh é perfeito» ou «Yahweh é reto». Esse é o nome de três personagens que aparecem no Antigo Testamento:

1. *O mais jovem dos setenta filhos legítimos de Gideão*. Ele foi o único filho de Gideão que escapou ao massacre da família, determinado por Abimeleque (Juí. 9:5). Jotão avisou os habitantes de Siquém acerca da maldade de Abimeleque, mediante a parábola das árvores que escolheram o espinheiro como rei. Essa honra havia sido declinada pelas nobres espécies, como o cedro, a oliveira e a videira. Ver Juí. 9:5 *ss*. Mas a advertência foi ignorada pelos siquemitas, e a calamidade sobrevelo três anos mais tarde (vs. 57). Após ter bradado essa corajosa parábola ou apólogo, diante do perigo que corria, Jotão fugiu; e não mais se ouve falar dele nas Escrituras. Supomos que ele viu o julgamento divino cair contra Abimeleque, embora não possamos ter certeza disso. Seja como for, em uma batalha, em Tebez, Abimeleque morreu quando uma mulher jogou muralha abaixo uma pedra superior de moinho, que caiu sobre sua cabeça. A pancada não o matou instantaneamente. Então, ele ordenou que o seu escudeiro acabasse de matá-lo com a sua espada, a fim de que não se dissesse que uma mulher o havia matado. A lei da colheita segunda a semeadura estava novamente em funcionamento.

2. *O décimo rei de Judá, filho de Uzias*, e que sucedeu a seu pai no trono em 758 A.C Na época, ele tinha vinte e cinco anos de idade. Reinou por dezesseis anos. Seu pai ficara leproso e fora excluído da vida pública, pelo que seu filho, Jotão, tornara-se o monarca virtual. Ver II Reis 15:5. Tornou-se rei único cerca de dez anos mais tarde. Ver o artigo geral chamado *Reino de Judá*.

a. *Aprendendo pela força do exemplo*. Jotão não conseguiu corrigir todas as práticas corruptas que haviam sido implantadas no meio do povo, em Judá; mas, pelo menos, fez o esforço.

b. *Um governo próspero*. Jotão, como quase todos os reis, também teve de guerrear. Suas campanhas militares foram bem-sucedidas. Uzias fizera os amonitas pagarem tributo a Israel. Quando adoeceu, porém, esse tributo foi descontinuado; mas Jotão conseguiu subjugar novamente os amonitas. Ver II Crô. 26:8; 27:5,6. Esse predomínio tinha valor comercial. Jotão recebia, como tributo, prata, trigo e cevada.

c. *Obras públicas*. Jotão reconstruiu o portão principal do templo de Jerusalém, tornando-o mais magnificente do que antes. Novas fortificações foram construídas na cidade. Várias outras cidades foram edificadas e fortificadas em Judá, e também foram erigidas torres e outras obras de defesa, no deserto. Ver II Crô. 26. A reconstrução de Jerusalém pode ter feito parte de um plano mais ambicioso, para ampliar as muralhas da cidade de forma a engolfarem os bairros mais distantes, aumentando assim a capacidade de resistência da cidade. Posteriormente, Ezequias construiu uma nova muralha norte; e, Manassés completou o circuito, o que pode ter sido feito em continuação do plano original de Jotão.

d. *Profetas contemporâneos*. Estiveram ativos, nos dias de Jotão, os profetas Isaías, Oséias e Miquéias.

e. *Morte de Jotão*. Jotão foi muito lamentado pelo povo, e foi sepultado no sepulcro dos reis (II Reis 15:28; II Crô. 27:3-9). Morreu em cerca de 735 A.C.

3. *Jotão, filho de Jadai*, um descendente de Calebe, segundo todas as aparências.

JOTBÁ

No hebraico, «bondade» ou «coisa agradável». Esse era o nome da cidade onde residia Haruz, cuja filha, Mesulemete (vide), tornou-se a mãe do rei Amom, conforme o registro de II Reis 21:19. Essa cidade tem sido identificada com Jotapata, chamada modernamente Khirbet Jefat, a onze quilômetros ao norte de Seforis. O Talmude refere-se a uma cidade de nome Jotbate, a catorze quilômetros e meio de Nazaré; e alguns estudiosos têm-na identificado com Jotbá, embora isso seja improvável. O mais provável é que sejam lugares diferentes um do outro.

JOTBATA

No hebraico, «deleite», «coisa agradável». Esse era o nome do vigésimo nono acampamento de Israel no deserto, entre Hor-Gidgade e Abrona (Núm. 33:33, 34; Deu. 10:7). Era um lugar onde havia água potável abundante, «terra de ribeiros de águas», diz-nos a passagem de Deuteronômio. Interessante é que, em nossa versão portuguesa, Jotbata aparece como «Jotbatá», e Hor-Gidgade como «Gudgodá», na passagem de Deuteronômio. Alguns estudiosos têm identificado Jotbata com a moderna *'Ain Tabah*, ao norte do golfo de Ácaba.

JOVINIANO

Faleceu em 390 D.C. Ele foi um importante monge pré-Agostinho, que supunha que a transmissão do Espírito Santo estaria ligada aos atos eclesiásticos do batismo e da penitência. Isso emprestava àqueles atos um caráter sacramental, vinculado à realização dos ritos da Igreja. Isso, naturalmente, fortaleceu a autoridade das ordenanças eclesiásticas. Entretanto, ele não acreditava que o ascetismo fosse capaz de adicionar qualquer coisa à vida controlada pelo Espírito. Outrossim, ele afirmava que o estado celibatário não é superior à vida marital. Outrossim, o jejum não seria melhor do que uma boa refeição, contanto que não se caísse na gula.

JOWETT, BENJAMIM

Suas datas foram 1817-1893. Foi um importante teólogo e classicista. Foi grande educador, tendo ensinado como diretor do Balliol College, em Oxford, Inglaterra, durante muitos anos. Ensinava grego ali, e produziu uma tradução dos *Diálogos de Platão*, que se tornou um padrão para os leitores em língua inglesa. Teologicamente, ele era muito generoso e liberal em seus pontos de vista. Seus ensaios sobre a Bíblia criaram intensa controvérsia. Tal como acontece com tantas figuras importantes, muitas lendas desenvolveram-se em redor de sua pessoa.

JOZABADE

No hebraico, «Yahweh dotou». Essa é a forma contraída do nome *Jeozabade* (vide). — Houve nada menos de dez homens com esse nome, nas páginas do Antigo Testamento:

1. Um filho de Somer e de Sinrite, a moabita. Ele conspirou com Jozacar a fim de assassinar a Joás, rei de Judá (837—800 A.C.). Queria fazer isso por causa das vantagens políticas. Assassinou o filho do sacerdote Joiada, cuja esposa havia protegido o infante Joás dos planos homicidas de Atalia (II Reis 12:21; II Crô. 24:26). Esteve de algum modo envolvido no assassinato de Joás, por seus próprios oficiais. É provável que algum parente deles tenha sido executado, e eles quisessem vingar-se da morte dele. Isso ocorreu em cerca de 839 A.C.

2. Três homens que se aliaram a Davi, em seu exílio, em Ziclague, quando ele fugia de Saul, tinham o nome de *Jozabade*. Eram hábeis no manejo do arco e flecha e da funda. Um deles era benjamita, de Gederá (I Crô. 12:4). Os outros dois eram da tribo de Manassés (I Crô. 12:20). É possível, entretanto, que tantos indivíduos houve com esse nome, que um deles surgiu nas cópias por ditografia, no vigésimo versículo.

3. Um benjamita que se mostrou ativo durante o reinado de Josafá. Ele comandava dezoito mil homens armados (II Crô. 17:18).

4. O segundo filho de Obede-Edom, um coraíta. Davi nomeou-o porteiro (I Crô. 26:40). Viveu em torno de 1000 A.C.

5. Um chefe levita dos dias do rei Ezequias. Serviu sob Conanias e Simei, na questão dos dízimos e das contribuições (II Crô. 31:13). Viveu em cerca de 719 A.C.

6. Um chefe dos levitas, que serviu durante o reinado de Josias (II Crô. 35:9). Foi superintendente das ofertas e das coisas dedicadas ao templo. Viveu em cerca de 623 A.C.

7. Um filho de Jesua, um levita, que serviu em Jerusalém terminado o cativeiro babilônico, sob a direção de Esdras (Esd. 8:33). Alguns identificam-no como o homem do mesmo nome, mencionado em Esd. 10:23, que se casou com uma mulher estrangeira durante o cativeiro, e da qual precisou divorciar-se depois que o remanescente de Israel voltou a Jerusalém. Além disso, ele pode ter sido o homem, do mesmo nome, que instruiu o povo na lei de Moisés, conforme o registro de Nee. 8:7. Uma outra referência a esse mesmo homem encontra-se em Nee. 11:16.

8. Um filho de Pasur, um sacerdote, que se casara com uma mulher estrangeira, durante o cativeiro babilônico, mas teve que se divorciar dela após o retorno do remanescente de Judá a Jerusalém (Esd. 10:22). Ele viveu em torno de 456 A.C.

JOZACAR

No hebraico, «lembrado por Yahweh». Era filho da amonita Simeate e de um dos assassinos do rei Joás, de Judá (II Reis 12:21). Em II Crô. 24:26, ele é chamado pelo nome de Zabade. Muitos eruditos pensam que esse nome, Zabade, representa um erro escribal. Seu companheiro no assassinato foi *Jozabade* (vide, número um). Isso ocorreu em cerca de 839 A.C.

JOZADAQUE

Uma forma contraída de **Jeozadaque** (que aparece em I Crô. 6:14, etc.). A forma contraída aparece em Esd. 3:8; 5:2; 10:18 e Nee. 12:26. Esse nome significa «Yahweh é grande». Ver o artigo sobre *Jeozadaque*.

JUBAL

No hebraico, «riacho». Era descendente de Caim, filho de Lameque e Ada. Ele aparece na Bíblia como o inventor da *kinnor* e do *ugab*, que alguns traduzem, respectivamente, por *harpa* e *órgão*, enquanto que outros preferem traduzir por *lira* e *gaita*. Ver Gên. 4:21. O nome dele, talvez, tenha alguma vinculação com o *Yobel*, o chifre de carneiro. Nesse caso, como músico que era, tinha um nome associado àquele instrumento de sopro.

JUBILEU, ANO DE

Esboço:

I. Caracterização Geral
II. O Nome
III. Referências Bíblicas
IV. Provisões da Lei
V. Propósitos da Lei a Respeito
VI. Relação com o Ano Sabático
VII. O Problema do Ano Bissexto
VIII. Tipologia

I. Caracterização Geral

Segundo a analogia do descanso semanal do último dia da semana, cada *sétimo ano* foi designado como um período de descanso para as terras agricultáveis, que deveriam ser deixadas por cultivar (Êxo. 23:10,11). Um *sábado de sábados* (49 anos) deveria anteceder o *ano de jubileu*. Portanto, passavam-se cinqüenta anos para que houvesse um novo *ano de jubileu*. Naquele qüinquagésimo ano, pois: 1. a terra teria de ser deixada sem cultivo; 2. a terra deveria voltar ao seu anterior proprietário; 3. os escravos hebreus deveriam ser postos em liberdade. Há muitos eruditos modernos que pensam que essa legislação foi observada raramente e que ela existia mais como um ideal do que como uma realidade. Ver os preceitos em Lev. 25:10 *ss*. Seja como for, é verdade que a lei judaica posterior rescindiu alguns elementos das provisões bíblicas, ao mesmo tempo em que confirmou outros desses elementos.

II. O Nome

A palavra portuguesa «jubileu» corresponde ao termo hebraico *yobel*, que também indica a «clarinetada» tirada de um corno de carneiro. Essas clarinetadas anunciavam as festas religiosas e os dias santificados. A palavra acabou indicando o próprio chifre de carneiro. O termo *jubileu*, em português, indica o regozijo do dia; vem do latim, *jubilum*, um *grito* de alegria. Sua presença nas traduções modernas, referindo-se ao *ano de jubileu* vem do nome que lhe dá a Vulgata Latina, *annus jubilei* ou *jubileus*.

III. Referências Bíblicas

A lei do ano do jubileu acha-se registrada em Lev. 25:8-55, cujo trecho se deve comparar com Lev. 27:16-25. Uma judia herdeira deveria casar-se somente com algum homem de sua própria tribo, pois, do contrário, sua propriedade não reverteria à sua tribo, nem mesmo no *ano de jubileu* (Núm. 36:4). É curioso que o *ano de jubileu* não é mencionado em nenhuma outra porção das Escrituras canônicas ou dos livros apócrifos, o que confirma a suposição de que as leis atinentes ao *ano do jubileu* não eram praticadas, mas somente permaneceram como um ideal que nunca foi plenamente atingido.

IV. Provisões da Lei

1. **As Provisões de Levítico** 25:8-17. a. **O ano de jubileu** deveria ser anunciado no dia da expiação, no qüinquagésimo ano; b. as terras deveriam reverter aos seus proprietários originais; c. os escravos hebreus deviam ser libertados; d. a semeadura, a vindima e a colheita eram proibidas no *ano de jubileu*; e. provisões adequadas tinham de ser feitas com antecedência para o *ano de jubileu*.

2. *As Provisões de Levítico 25:25-38*. a. As terras podiam ser remidas no período do *ano de jubileu*; b. a remissão de terras, nas cidades, era limitada a um ano. Se a oportunidade não fosse aproveitada, não mais poderia haver remissão de terras nas cidades. c. As terras pertencentes aos levitas não estavam sujeitas a essa legislação. d. Os pobres podiam tornar-se casos de caridade de uma comunidade, se necessário, a fim de que houvesse uma distribuição melhor das riquezas materiais, beneficiando toda a sociedade.

3. *As Provisões de Levítico 25:39-55*: a. Os escravos hebreus deviam ser postos em liberdade; mas, mesmo antes do *ano de jubileu*, os escravos hebreus não podiam ser sujeitos aos rigores da servidão, por parte de seus compatriotas. b. Os hebreus que tivessem ficado obrigados a servir a estrangeiros, poderiam remir a si mesmos, ou um parente podia remi-los. Nesse caso, parte do preço tinha de ser pago, dependendo dos anos que ainda restassem até o *ano de jubileu*. Doutra sorte, só poderiam ser libertados no *ano de jubileu*. Ao que parece, os estrangeiros precisavam respeitar às leis de Israel, tendo de libertar seus escravos hebreus, mesmo sem compensação adequada, se isso fosse necessário.

V. Propósitos da Lei

1. **Esses Preceitos Tinham um Lado Econômico.** O equilíbrio de riquezas materiais era restaurado com a reversão das terras aos seus proprietários e com a libertação dos escravizados. O monopólio de alguns, embora não fosse totalmente evitado, pelo menos ficava bastante restrito.

2. *Esses Preceitos eram Humanitários*. A opressão econômica reduz a varonilidade e o auto-respeito dos indivíduos, para nada dizermos sobre o potencial que cada homem tem de trabalhar e produzir. Era bom libertar os escravos e reverter as propriedades aos seus antigos donos. Leis como essa do *ano de jubileu* tendem por reduzir a agressão dos ricos contra os pobres e por refrear a ganância.

VI. Relação com o Ano Sabático

O trecho de Lev. 25:1-7 vincula a lei do ano de jubileu ao sétimo ano. Ver também Êxo. 23:10,11.

Damos um artigo pormenorizado sobre o *Ano Sabático*. Os escravos, de acordo com o ano sabático, eram libertados após seis anos contínuos de serviço (Deu. 15:1-19). Mas, nesse mesmo período de sete anos, as terras não eram devolvidas aos seus proprietários originais. Como é patente, havia outras leis de libertação, às quais Jeremias se referiu. Ver Jer. 34:14. O trecho de Nee. 10:31 também parece aludir a alguma lei que não estava sendo observada. Se essa lei era, especificamente, a lei do ano sabático e a lei de jubileu, ou não, é algo muito difícil de determinar. Parece que outras estipulações legais tinham sido feitas, além dessas. É significativo que tanto Alexandre, o Grande, quanto Júlio César cancelaram o tributo relativo aos anos sabáticos. Josefo (*Anti.* 16:2; 15:1,2) alude à observância das leis pertinentes. Ele também menciona o *ano de jubileu* (*Anti.* 3:12,3), e, aparentemente, considerava que cada qüinquagésimo ano era o ano seguinte ao sétimo ano sabático. O ponto de vista oficial da Mishna (vide) é que o ano de jubileu foi abolido após o exílio babilônico (*Sebi'it.* 10:3). Várias razões são oferecidas para essa abolição. É que haviam entrado abusos. As pessoas incorriam em dívidas, sabedores de antemão que poderiam evitar pagá-las; ou, então, vendiam terras, sabendo que poderiam recuperá-las de novo.

VII. O Problema do Ano Sem Cultivo

O trecho de I Macabeus 6:49 subentende a natureza antiprática de um ano nacional sem cultivo das terras. Muitos eruditos supõem que, com freqüência, isso não era praticado, apesar de menção ao costume por parte de autores como Josefo. Mas, é possível que essa suspensão do cultivo fosse alternado de distrito em distrito, de tal modo que em nenhuma época havia uma suspensão nacional do plantio, exceto nos primeiros anos da história do povo de Israel. As passagens bíblicas que se referem à suspensão do plantio têm deixado os intérpretes em dificuldades, e não sabemos dizer quão rigorosa e regularmente essas leis eram observadas.

VIII. Tipologia

O **ano de jubileu** refere-se à redenção que há em Cristo, e aos benefícios advindos de sua missão terrena, de modo geral. Todos os homens, ricos e pobres, beneficiam-se com base nessa missão, e nenhum homem é esquecido, porquanto Deus amou ao mundo de tal maneira que fez provisão adequada para o bem-estar espiritual e material dos homens. Em Cristo encontramos provisão e herança (ver Rom. 8:17). E deveras significativo que há passagens bíblicas que aludem, em primeiro lugar, à escravidão espiritual da qual somos libertados, a fim de que cheguemos a desfrutar dos privilégios próprios de filhos de Deus.

JUBILEU (CATÓLICO ROMANO)

De acordo com a Igreja Católica, um ano de jubileu é um ano de *indulgência* (vide) *especial*. Um ano desses só pode ser decretado pessoalmente pelo papa. Para eles, nesse ano, certas condições de confissão, comunhão, boas obras, etc., obtêm a remissão das conseqüências penais terrenas dos pecados. Um ano desses também é conhecido como *Annus Sanctus*, ano santo.

JUBILEUS, LIVRO DE

Esboço:

I. Caracterização Geral
II. Autoria
III. Origem e Propósito
IV. Conteúdo e Manuscritos
V. Teologia do Livro

I. Caracterização Geral

Ver os artigos gerais sobre *Livros Apócrifos* e *Apocalípticos, Livros*. O *Livro de Jubileus* é um livro apocalíptico que se encontra entre os *pseudepígrafos* do Antigo Testamento (vide). Também é conhecido como *O Pequeno Gênesis*, ou, então, como *Apocalipse de Moisés*. Foi originalmente escrito em hebraico e subseqüentemente foi traduzido para o grego, para o etíope, para o latim e para o siríaco. Afirma ser uma revelação dada a Moisés, alegadamente recebida no monte Sinai. Um anjo do Senhor ter-lhe-ia aparecido, dando-lhe as leis e as práticas religiosas que são mencionadas na Bíblia desde o primeiro capítulo de Gênesis até o décimo capítulo do livro de Êxodo.

Na verdade, esse livro foi produzido por uma seita desconhecida, algum tempo nos fins do século III A.C., ou, quando mais tarde, em cerca de 100 A.C. O livro inteiro é ajustado a uma cronologia considerada de acordo com os anos de jubileu, o que explica um de seus títulos. Contém várias curiosidades e características místicas. Ensina a preexistência da Tora, que, presumivelmente, foi escrita em tabletes celestiais, antes mesmo da criação do homem. Além disso, diz que a festa de Pentecoste é regularmente observada no céu. Então, a Tora (lei) teria sido entregue aos homens, no devido tempo. Essa obra é aparentada de I Enoque e outras porções, mais antigas, do Testamento dos Doze Patriarcas, havendo similaridades com matéria escrita pertencente à comunidade de Qumran. De fato, alguns estudiosos pensam que esse livro foi publicado por aquela comunidade, ou então, por alguma seita similar.

II. Autoria

Não há como determinar a autoria de um livro como esse. Como é óbvio, Moisés nada teve a ver com o mesmo, embora escrito em seu nome, o que significa que se trata de uma obra pseudepígrafa. O verdadeiro autor pode ter pertencido à comunidade de Qumran, ou a alguma comunidade parecida. Alguns pensam que ele seria um fariseu, mas isso é debatível. Comparar o cap. 30 desse livro com Gên. 49:5-12. Parece que ele apoiava os governantes macabeus. Ele chamava os sucessores de Levi de «sacerdotes do Deus Altíssimo», um título que apareceu inicialmente no período dos hasmoneanos (ver 32:1).

III. Origem e Propósito

O livro divide a história do mundo, desde a criação até à outorga da lei, no monte Sinai, em períodos iguais de quarenta e nove anos. O autor afirma que Israel entrou na terra de Canaã ao término do qüinquagésimo jubileu, ou seja, no ano 2450 da criação. Visto que o livro reproduz as Escrituras desde o começo de Gênesis até o décimo segundo capítulo de Êxodo, foi chamado de *Pequeno Gênesis*. E visto que o livro é situado dentro do contexto do Antigo Testamento, então, o autor pede-nos para supormos que foi *Moisés* quem forneceu detalhes extras, tendo escrito essa obra antiqüíssima. Porém, o uso que o autor faz de obras pseudepígrafas mostra *quando*, realmente, ele escreveu. Assim, encontramos o anacronismo crasso dos patriarcas que seriam observantes estritos da lei mosaica. E essa discrepância é explicada pelo expediente de dizer que a Torá já estava escrita no céu, antes mesmo da criação, pelo que estava disponível aos homens desde o começo da humanidade. Essa obra assemelha-se muito ao livro de I Enoque, parecendo refletir o período dos Macabeus, conforme mostramos sob a seção II.

Autoria. Portanto, a origem real do livro é bastante tardia, talvez pertencente cerca de 100 A.C. Na realidade, o livro era uma peça de propaganda, que promovia certos ideais e conceitos teológicos da época.

Propósito. «O livro de Jubileus é uma produção pseudepígrafa, escrita em hebraico, talvez por um ex-fariseu, algum tempo entre a inauguração do sacerdócio de Hircano, em 135 A.C., e o seu rompimento com o farisaísmo, em 105 A.C. Trata-se de uma tentativa de reescrever a história de Israel, incluindo grande acúmulo de informes tradicionais... Conforme afirmou Robert Henry Charles, o objetivo do autor era defender o judaísmo dos ataques das atitudes helenistas, que tinham estado em ascendência uma geração antes, e continuavam poderosas, e também provar que a lei tem uma perene validade» (AM).

IV. Conteúdo e Manuscritos

O livro tem cinqüenta capítulos, reproduzindo desde o primeiro capítulo de Gênesis até o décimo segundo capítulo de Êxodo, e adicionando muito material tradicional dos judeus. Introduz a esperança messiânica de Israel, em um tempo (o período dos Macabeus) quando essa doutrina já andava bem desenvolvida em certos livros pseudepígrafos, especialmente em I Enoque. A narrativa foi inicialmente escrita em hebraico e, então, foi traduzida para o grego e quiçá, para o aramaico. Quatro manuscritos do livro preservam-no no etíope. Assim sendo, a despeito de seu claro caráter pseudepígrafo, desfrutou de larga divulgação. Uma tradução para o etíope, de cerca do século VI D.C., foi encontrada e publicada em meados do século XIX. Fragmentos de manuscritos em latim datam de cerca do século V D.C. As versões latina e etíope foram traduzidas da versão grega. Fragmentos da versão grega foram encontrados entre os chamados *Manuscritos do Mar Morto* (vide). Os estudiosos pensam que o texto grego mostra-se fiel ao texto hebraico original.

O transmissor da mensagem do livro, alegadamente, seria um anjo do Senhor. Esse anjo levou Moisés a escrever uma reiteração do trecho de Gên. 1—Êxo. 12, mas, dessa vez, adicionando tradições judaicas posteriores! O propósito principal do autor do livro foi o de estabelecer a autoridade eterna da lei mosaica, protegendo o povo de Israel das intrusões do helenismo. O anjo contaria com fontes infalíveis para seu *ditado*, a saber, «as tabelas das divisões em anos, desde o tempo da criação, até a outorga da lei, e incluindo o testemunho das semanas de jubileus, de acordo com anos individuais, seguindo o número dos jubileus...» (1:29). A autoridade da lei mosaica (que repousa sobre a sua aplicação eterna) é ali enfaticamente asseverada; e contra aqueles que ousassem ignorar essa autoridade, foi ameaçado o juízo divino. A seção V., chamada *Teologia*, adiciona detalhes sobre o conteúdo do livro.

V. Teologia

1. **A ênfase sobre a lei mosaica**, incluindo sua alegada origem anterior à humanidade, nos céus, e sua eterna aplicação, é um ponto principal do livro.

2. *A esperança messiânica*, um tema que também é desenvolvido em outras obras produzidas no período helenista, especialmente I Enoque, é outro ponto destacado. Entretanto, esse tema, no livro de Jubileus, não é bem desenvolvido. Seja como for, é significativo que o Messias seja ali apresentado como quem procederia da tribo de Judá. Provavelmente isso foi dito com base nas profecias atinentes à eternidade do trono de Davi.

3. *O milênio*. O reino messiânico, segundo se esperava, inauguraria uma era áurea de mil anos. Isso seria um tempo de paz e prosperidade. Mas, o juízo final ocorreria no final desse período de mil anos. Os leitores do Novo Testamento surpreendem-se de fatos dessa natureza, se é que não têm familiaridade com a literatura judaica do período intertestamentário. A verdade é que o esboço em grandes pinceladas, das predições do Novo Testamento, acerca do fim, está alicerçado sobre o esquema traçado nos livros pseudepígrafos. — Por causa disso, muitos estudiosos liberais duvidam que haja qualquer mensagem verdadeiramente *profética*, tanto nos livros pseudepígrafos quanto no Novo Testamento. Alguns estudiosos conservadores radicais evitam o problema, permanecendo na ignorância acerca das obras pseudepígrafas, preferindo que ninguém saiba coisa alguma a respeito delas. Um pensamento mais equilibrado é o daqueles que supõem que a tradição profética é um desenvolvimento, como se dá com todos os pontos teológicos, e que essa tradição pode ser autêntica quanto à sua substância, embora talvez não quanto aos detalhes, apesar do fato de que uma importante porção dessa tradição se tenha desenvolvido nas obras pseudepígrafas. Essa posição é fortalecida diante da observação de que os estudos mostram que a mente humana, mesmo à parte da iluminação divina, é capaz de prever o futuro. Aqueles que se têm envolvido na escrita de composições espirituais, a despeito das tolices que têm inventado, podem ser sensíveis o bastante para traçar um esboço geral das coisas vindouras. Tendo dito isso, — mostraríamos grande ignorância se disséssemos que eles nunca erram.

Um polemista poderia dizer que as profecias bíblicas também não são perfeitas. Por exemplo, a expectação do autor do livro de Apocalipse, de que o império romano em breve chegaria ao fim, e que a *parousia* (vide) poria fim, em breve, ao império romano (ver a afirmação cuidadosamente verbalizada, em Apo. 17:7 *ss*), não tiveram cumprimento. Houve muito mais do que oito imperadores em Roma, do que aquele livro fala. De fato, o império romano continuou ainda por vários séculos, sem ser afetado pelas predições feitas pelo vidente João. Isso não significa que ele não tenha percebido o esboço geral das coisas vindouras, a despeito de suas dificuldades com os detalhes. Todavia, esse argumento pode ser respondido quando nos lembramos que o relógio profético da Bíblia parou por ocasião da morte de Cristo, no Calvário, e só começará a tiquetaquear novamente quando tiver início a septuagésima semana de Daniel, o que, segundo alguns estudiosos, começará quando o anticristo surgir em cena como aquele que fará um acordo com «muitos» (ver Dan. 9:27). E isso significa que, do ponto de vista do Apocalipse, quando suas predições sobre o fim começarem a ocorrer, então o império romano renovado (o império do anticristo) estará apenas a poucos anos de seu ponto final!

No livro de I Enoque, a era áurea perdura por apenas trezentos anos. Talvez os mil anos de que fala o livro de Jubileus alicerce-se sobre a suposição de que a criação seguiria um ciclo de sete mil anos, assim distribuídos: seis mil anos desde a criação até o fim da presente dispensação do ciclo humano e, então, os mil anos, um sábado espiritual de descanso, controlado pelo poder divino, que porá fim a esta dispensação e completará o ciclo da história da humanidade.

4. *A imortalidade da alma*. No livro de Jubileus não há qualquer menção à ressurreição dos mortos, embora haja uma firme expectação quanto à

imortalidade da alma.

5. *Espíritos angelicais e demoníacos*. O livro de Jubileus apresenta um certo esquema sobre esses assuntos, bastante parecido com o ensino do Novo Testamento, dando apoio à teologia dos fariseus e opondo-se vigorosamente à doutrina dos saduceus. Por isso mesmo, alguns estudiosos pensam que o autor era do partido dos fariseus. Ver Atos 23:7.

6. *Ritos e cerimônias estritamente judaicos*. O livro de Jubileus mostra-se ainda mais estrito do que o Talmude, em sua insistência sobre o cerimonial. Os estatutos sobre a observância do dia de sábado, sobre os dízimos, sobre o casamento, sobre a circuncisão, sobre a páscoa, sobre as primícias e sobre outras coisas de uso tipicamente judaico são enfaticamente salientados.

7. *O fim do ofício profético*. Tão fanático mostrou ser o autor do livro de Jubileus, em favor da lei mosaica, que ele não via qualquer necessidade para o ofício dos profetas. De fato, ele asseverou ousadamente que em vista de termos a lei de Moisés, qualquer livre exercício de um ofício extra seria uma ofensa contra Deus. Presume-se que ele esperava que alguma forma de *inovação* seria produzida pelo ofício profético, e ele temia muito essa possibilidade. De fato, ele se opunha às inovações impulsionadas pela influência do helenismo, motivo pelo qual ele assumia posição tão conservadora. É isso que sempre acontece entre os ultraconservadores. Eles temem qualquer coisa que cheire a novidade. Primeiro, eles declaram que a revelação terminou nas Escrituras, e que não pode mais haver Escrituras. Isso é uma dogma, e não um ensino das próprias Escrituras. Em seguida, o impacto da Palavra escrita torna-se tão poderoso e fanático que as pessoas chegam a temer que o ofício profético, ou o uso dos dons espirituais, de alguma maneira se torne competidor da Palavra escrita.

8. *Nenhuma esperança para os gentios*. O livro de Jubileus reflete um judaísmo exclusivista. Não oferece qualquer esperança de redenção para os povos gentílicos. De fato, determina que os judeus se separem totalmente deles. Por meio de outras fontes, ficamos sabendo que essa era a atitude típica da comunidade de Qumran; e, assim, isso pode ser uma pequena prova em favor da suposição de que o autor do livro esteve vinculado àquela comunidade, em algum tempo de sua vida. Naturalmente, isso representa uma compreensão distorcida do Antigo Testamento, que não era compartilhada por todos os israelitas, porquanto o povo de Israel deveria ser testemunha, diante de todos os povos, acerca do verdadeiro Deus. E o cristianismo, embora seus primeiros líderes (excetuando Cristo, naturalmente), se tivessem mostrado antigentílicos (ver Atos 10:9-16), terminou revertendo totalmente essa atitude, ensinando que «Deus amou o mundo de tal maneira que...» (João 3:16). Cristo deu à sua Igreja a comissão de pregar o evangelho a todos os homens, de todos os lugares (Mat. 28:18 *ss*). Quanto a Paulo, que gostava de pregar primeiramente ao judeu, e então, ao grego, houve tempo em que, ao que tudo indica, acabou invertendo essa norma. Isso aconteceu na Macedônia. «Opondo-se eles (os judeus) e blasfemando, sacudiu as vestes e disse-lhes: Sobre a vossa cabeça o vosso sangue! eu dele estou limpo, e desde agora vou para os gentios» (Atos 18:6).

Bibliografia. Ver as bibliografias gerais que há no final dos artigos sobre *Livros Apócrifos* e sobre *Pseudepígrafos*.

●●● ●●● ●●●

JUCAL

No hebraico, «Yahweh é capaz». Ver Jer. 37:3 e 38:1. Ele é descrito como um dos príncipes que o rei Zedequias enviou a Jeremias, a fim de pedir conselhos e rogar suas orações pelo reino (Jer. 37:3). Entretanto, quando de sua volta, Jucal uniu-se àqueles que exigiam a morte daquele profeta. No original hebraico, nessas duas passagens de Jeremias, há uma diferença na grafia de seu nome, razão pela qual algumas traduções dão seu nome como *Jeucal*, em Jer. 37:3, mas como *Jucal* em Jer. 38:1. Nossa forma portuguesa dá uma só forma, *Jucal*, em ambas essas referências. Jucal viveu em torno de 589 A.C.

JUDÁ

No hebraico, **Yehudah**, «seja Ele (Deus) louvado» ou «seja Ele celebrado». Esse foi o nome de várias personagens bíblicas, como também de uma das doze tribos de Israel, do território pertencente àquela tribo, e, finalmente, do reino que tinha esse nome, depois de Salomão, desde os dias de seu filho, *Roboão* (vide).

Esboço:

I. Indivíduos de Nome Judá
II. A Tribo de Judá
III. O Território Ocupado por Judá
IV. O Reino de Judá

I. Indivíduos de Nome Judá

1. *Judá, o Patriarca*

a. *Nome*. Ver acima, sob *Judá*.

b. *Família*. Ele foi o quarto filho de Jacó e Lia. Seus irmãos de pai e mãe foram Rúben, Simeão e Levi (mais velhos que ele), e Issacar e Zebulom (mais novos que ele) (Gên. 29:35). Viveu em torno de 1950 A.C. De acordo com a Bíblia, Judá casou-se com uma mulher cananéia, com a qual teve três filhos: Er, Onã e Selá. Com a passagem dos anos, conforme nos mostra o relato bíblico, ele gerou dois filhos, gêmeos, com sua nora, Tamar, a saber, Peres e Zera.

c. *Informes Históricos*. Foi Judá quem sugeriu aos outros nove irmãos que José fosse vendido aos ismaelitas, em vez de ser morto. Não temos razão para acreditar que ele não tenha agido movido por um espírito humanitário. Ver Gên. 37:26,27. Entretanto, alguns pensam que ele agiu assim por puro egoísmo. É como se ele tivesse pensado: «Se o matarmos, que vantagem isso nos dará? Vamos vendê-lo. E, então, obteremos algum dinheiro». O relato sobre seu casamento e sobre os seus filhos aparece no capítulo trinta e oito de Gênesis. Após vários acontecimentos importantes com seus filhos e uma nora, ele acabou gerando dois filhos (gêmeos) com sua própria nora, por astúcia desta, que se disfarçara de prostituta. Assim, sem consciência do que estava fazendo, Judá acabou praticando incesto. Tamar queria filhos a qualquer custo; e, ao escolher seu próprio sogro (então ela vivia como viúva, quando deveria estar casada com o filho mais novo de Judá, Selá, mediante a lei do casamento levirato, vide), provavelmente estava pensando que, dessa maneira, ele tomaria conta dela e dos filhos. Er, o filho mais velho de Judá, o que se casara com Tamar, havia falecido, não deixando filhos. Presume-se que o costume do casamento levirato já operava, antes mesmo de sua formalização, em Deu. 25:6. Assim, ela, uma vez viúva, casou-se com o segundo filho de Judá, Onã. Mas este também morreu. E Selá, que ainda era muito jovem, teria que crescer um pouco para casar-se com ela. Todavia, Selá cresceu, mas Judá, temendo a morte de seu terceiro filho, foi adiando indefinidamente o terceiro casamento. E foi isso que

armou o palco para o incesto de Judá e Tamar.

O caso de Onã. Tendo-se casado com sua cunhada, por força do casamento levirato, Onã praticava o *coitus interruptus*, derramando o sêmen no chão. Daí se originou a expressão «pecado de Onã», que é a *masturbação* (vide). Ver Gên. 38:8 *ss.* E Deus lhe tirou a vida, igualmente. Por promessa de Judá, Tamar ficou esperando que Selá se tornasse adulto, para casar-se com ela. Mas, como Judá não cumprisse nunca a sua palavra, ela traçou um plano astuto. O que nos chama aqui a atenção foi a facilidade com que ela conseguiu seduzir seu sogro, a patriarca Judá, ao fingir-se de prostituta! Judá lhe havia dito, anos antes: «Permanece viúva em casa de teu pai, até que Selá, meu filho, venha a ser homem» (Gên. 38:11). O pai dela residia em Adulão. As mulheres rejeitadas por muitas vezes se desesperam, e dispõem-se a fazer qualquer coisa!

d. *Liderança.* Embora Judá não tivesse sido o primogênito de Jacó, foi «poderoso entre seus irmãos, e dele veio o príncipe» (I Crô. 5:2). Por essa razão, assumiu a posição de liderança. Vemos aspectos dessa liderança nas jornadas ao Egito, por ocasião da prolongada fome de sete anos (Gên. 43:3-10). Ele desempenhou o papel de mediador, quando a taça de José foi encontrada entre as coisas pertencentes a Benjamim. Foi o apelo eloqüente e intenso de Judá, diante de José, em favor da família, que levou José a não mais poder conter-se, o que o levou a revelar a seus irmãos a sua verdadeira identidade, pondo fim à charada que ele vinha planejando e executando com tanta maestria. Ver Gên. 44:16-34. Judá também enviou Jacó para preparar o caminho diante dele, para que se instalasse na terra de Gósen (Gên. 46:28). Porém, nada mais nos é dito no livro de Gênesis, acerca de Judá, senão na descrição final das bênçãos de Jacó a seus doze filhos, no trecho de Gên. 49:1-12.

Naturalmente, foi de Judá que se originou a tribo de Judá e, finalmente, o reino de Judá. E foi da linhagem de Judá, por meio de Peres, filho de Judá, e de Tamar, que veio o Senhor Jesus. E o termo *judeu?* Essa designação também se deriva do nome daquele patriarca. Ver o artigo sobre *judeu*, quanto à origem e aos usos desse vocábulo.

2. *Um levita que voltou a Jerusalém*, terminado o cativeiro babilônico, em companhia de Zorobabel, também se chamava *Judá*. Ver Nee. 12:8. Isso ocorreu em cerca de 536 A.C. Talvez ele seja o mesmo homem cujos filhos são mencionados em Esd. 3:9, como pessoas que também ajudaram na reconstrução do templo de Jerusalém.

3. *Um filho de Senua*, um benjamita, que foi oficial do governo em Jerusalém, «o segundo sobre a cidade» (Nee. 11:9). Talvez esse Judá fosse o prefeito de Acra, a Cidade Baixa. Ele viveu em cerca de 445 A.C.

4. *Um sacerdote ou levita* que é descrito como quem seguia os líderes judeus em torno da porção sul das muralhas reconstruídas de Jerusalém, depois que Judá voltou do cativeiro babilônico, e que seu remanescente fixou residência em Jerusalém. Ver Nee. 12:34. Talvez ele seja o mesmo músico mencionado em Nee. 12:36. Deve ter vivido em torno de 445 A.C.

II. A Tribo de Judá

1. *Descendência.* O genitor dessa tribo foi Judá. A tribo de Judá era uma das seis tribos (metade das tribos) que descendiam diretamente de Lia, esposa de Jacó. As demais seis tribos descendiam de Raquel, Bila e Zilpa (duas de cada uma dessas três mulheres).

2. *Informes Históricos.* Nada de especial é dito acerca da tribo de Judá, no relato atinente ao êxodo e às vagueações pelo deserto, antes da conquista da Terra Prometida. O trecho de Núm. 2:9 informa-nos de que Judá era a tribo líder vanguardeira. Os números dos dois recenseamentos (Núm. 1:27 e 26:22) não apresentam aumentos significativos na população judaíta.

ACÃ, que pertencia à **tribo de Judá**, causou um incidente desagradável, provocando com isso (como causa espiritual) a derrota militar de Israel diante da cidade de Ai (Jos. 7). *Calebe* foi o representante da tribo de Judá, como um dos espias enviados a explorar a Terra Prometida (Núm. 13:6). Quanto à porção da terra que coube à tribo de Judá, ver o terceiro ponto, abaixo. Durante o tempo dos *juízes* (vide), a tribo de Judá manteve uma certa independência das outras tribos. Os homens da tribo aceitaram Saul, o benjamita, como primeiro rei da nação de Israel, embora, ao que pareça, com uma certa atitude de resistência passiva. Isso pode ficar subentendido pelo fato de que eles supriram um miserável contingente para o exército de Saul, quando este combatia contra os amalequitas (I Sam. 15:4). *Davi*, que pertencia à tribo de Judá, desagradou aos efraimitas, quando removeu a capital e o centro da adoração religiosa para Jerusalém. Esse foi um dos fatores da subseqüente divisão da nação em Israel (dez tribos) e Judá (duas tribos). As duas nações assim formadas, por várias vezes, se hostilizaram. Destarte, a tribo de Judá tornou-se no *reino de Judá*, unida somente a uma outra tribo, Benjamim, além de alguns elementos de *Simeão* e *Levi* (ver os artigos sobre essas duas tribos). Essa divisão em duas nações ocorreu durante o começo do reinado de *Reoboão* (vide), filho de Salomão, que nascera em cerca de 975 A.C., e que o sucedera no trono. Seguiram-se muitos conflitos e guerras, tanto com a nação do norte, Israel, como com certas nações estrangeiras, como o Egito, a Síria, e, finalmente, a Babilônia, que assolou o território de Judá, e levou para o cativeiro a maior parte de sua população. Isso aconteceu em cerca de 586 A.C. Ver o artigo separado sobre o *Cativeiro Babilônico*.

3. *Território.* Ver a seção III quanto a maiores detalhes. Judá foi a primeira das tribos de Israel a receber os territórios que lhe foram alocados, a oeste do rio Jordão. Seu território incluía cerca de uma terça parte da Terra Prometida a oeste do rio Jordão. Suas fronteiras aparecem em Jos. 15:20-63. O trecho de Jos. 19:1,9 registra que uma parte desse território, mais ao sul, foi dado à tribo de Simeão. A tribo de Judá ocupava as terras altas da Palestina, estando elas limitadas ao norte, por porções de Dã e de Benjamim; a oeste e a leste pelo mar Mediterrâneo e pelo mar Morto, respectivamente; e a fronteira sul estendia-se até onde era possível o plantio. Os conflitos com os filisteus fizeram os judaítas retrocederem de parte de seu território, permitindo assim que os homens da tribo de Simeão ocupassem uma faixa do território, que, ao que parece, atuava como tampão contra ataques estrangeiros.

4. *Uma Invasão Anterior por Judá? A Independência da Tribo de Judá.* Alguns estudiosos têm pensado que a tribo de Judá teria capturado seus territórios antes da invasão geral da Terra Prometida, sob a liderança de Josué. O trecho de Juí. 1:1-20 conta a conquista de territórios por parte de Judá e Simeão. Todavia, a arqueologia moderna tende por mostrar que a opinião daqueles estudiosos está equivocada. Seja como for, o fato de que os judaítas não conseguiram conservar Jerusalém, no princípio (ver Juí. 1:8,21), bem como o outro fato da existência da tetrápolis dos gibeonitas, que se manteve em estado de semi-independência (ver Jos. 9; II Sam. 21:1,2),

criaram uma espécie de barreira psicológica entre Judá e as tribos centrais, mais ao norte. É possível que isso tenha sido um dos fatores que, posteriormente, levaram à divisão de Israel em duas nações, ainda que, durante várias gerações, todas as tribos continuassem unidas, e até aceitassem Jerusalém, em Judá, como a capital do reino unido. Também pode-se dizer, com muita razão, que a topografia montanhosa de grande parte do território de Judá proveu uma espécie de barreira geográfica entre Judá e as demais tribos. Nos dias de Davi, Judá tornou-se a tribo dominante em Israel, embora a tribo de Efraim disputasse essa hegemonia. Estavam sendo semeadas sementes que, finalmente, provocaram a divisão do povo de Israel em duas nações.

III. O Território Ocupado por Judá

O trecho de Jos. 15:1-63 fornece-nos detalhes sobre o território conferido à tribo de Judá. Na verdade, a tribo nunca ocupou efetivamente todas as terras que lhe foram outorgadas. Sob a seção II. 3., *Território*, mostramos quais as fronteiras de Judá, em largas pinceladas. O território de Judá era caracterizado por montanhas e colinas. Trata-se de um planalto semidissecado, que se projeta, mais ou menos, na direção norte-sul. Primariamente, era um território próprio para atividades pastoris, embora com trechos bons para a agricultura. Suas fronteiras naturais proviam defesas em todas as direções, excetuando o norte. Nas colinas ocidentais havia vales profundos; ao sul havia o deserto do Neguebe; e a leste havia o deserto da Judéia.

As informações bíblicas sobre as cidades do território de Judá referem-se também às suas fronteiras (Jos. 15:1-12). Os lugares ocupados no Neguebe são aludidos em Jos. 15:21-32; os lugares ocupados nas terras baixas são mencionados nos vss. 33-47 daquele mesmo capítulo; os lugares na região montanhosa aparecem nos vss. 48-60 do mesmo capítulo; e os lugares ocupados no deserto são mencionados nos vss. 61 e 62 do mesmo capítulo. Uma parte da fronteira norte era com o território de Benjamim (Jos. 18:11-28), e outra parte era com o território de Dã (Jos. 19:40-48).

IV. O Reino de Judá

Ver o artigo separado sob esse título.

JUDÁ (HISTÓRIA)

Ver sobre **Reino de Judá**.

JUDÁ (PESSOAS)

Ver sobre **Judá, I. Pessoas Chamadas Judá**.

JUDÁ, REINO DE

Ver sobre **Reino de Judá**.

JUDÁ (Território e Lugares Ocupados)

Ver sobre *Judá*, II. 3. *Território*, e também seção III. *O Território Ocupado por Judá*.

JUDÁ (TRIBO DE)

Ver sobre **Judá, II. Tribo de Judá**.

JUDÁ HALEVI

Ele também se chamava Judah Ben Samuel Halevi. A forma árabe de seu nome é *Abul Hasan*. Suas datas aproximadas foram 1085—1140 D.C. Nasceu em Toledo, na Espanha, e faleceu na Palestina. Foi um renomado poeta, filósofo e médico, praticante judeu. Abandonando a prática da medicina, dedicou-se à poesia e à filosofia, vindo a tornar-se um dos maiores poetas hebreus da Idade Média. Seus poemas refletem o anelo pela terra dos judeus, a Terra Santa. Finalmente, ele a visitou (em 1140); e, conforme as coisas sucederam, ele acabou falecendo ali, naquele mesmo dia. Sua principal obra filosófica intitulava-se *Kuzari*. Nessa obra, ele expôs os princípios das três grandes religiões, o judaísmo, o cristianismo e o islamismo. Também procurou afirmar e reavaliar a filosofia de Aristóteles. Edições de sua filosofia e de seus poemas têm aparecido em inglês e em alemão.

JUDÁ IBN GABIROL

Ver sobre **Avicebron**.

JUDAÍSMO

Sob o título **Israel**, temos apresentado mais de vinte artigos atinentes aos hebreus, sua cultura, história, governo e fé religiosa. Assim, o que poderíamos dizer sobre o *judaísmo*, já foi coberto em outros artigos. Portanto, este artigo aborda as *filosofias* que se desenvolveram dentro do arcabouço do judaísmo. Também temos provido um artigo separado que se intitula *Filosofia Judaica*. As definições e usos do termo *Israel* aparecem na primeira seção do artigo intitulado *Israel, História de*. Ver também sobre *Judaísmo Conservador; Judaísmo Reformado* e *Judaísmo Ortodoxo*.

Definições do Judaísmo:

O termo **judaísmo** deriva-se de **Judá**. O cativeiro assírio marcou o fim do reino do norte, Israel (cerca de 722 A.C.); e isso deixou Judá em ascendência, porquanto o reino do sul (Judá) permaneceu intacto como nação por cerca de mais de cento e cinqüenta anos. Mas, então, veio o *cativeiro babilônico* (cerca de 586 A.C.), que pôs fim temporariamente ao *reino de Judá* (vide). Passados setenta anos, voltou à Palestina um remanescente, composto quase inteiramente de pessoas pertencentes à tribo de Judá. Para todos os propósitos práticos, pois, Judá tornou-se a nação de Israel. E, então, os termos *judeu* (vide) e *israelita* (vide) tornaram-se intercambiáveis. Isso posto, o termo *judaísmo* veio a designar tudo quanto diz respeito a Israel. A história judaica, a sociedade judaica, a sua forma específica de governo (a teocracia), e as crenças e costumes religiosos, fazem parte do que se chama *judaísmo*. No que concerne à fé religiosa, o *judaísmo* é uma palavra que se refere àquele sistema que se tornou a religião que deu origem ao cristianismo e que também forneceu muitos elementos ao islamismo. — Dentro do próprio judaísmo desenvolveu-se todo um conjunto de idéias filosóficas, embora o judaísmo não fosse, especificamente, uma filosofia. Este artigo, pois, desenvolve esse tema.

I. Origens e Idéias Religiosas do Judaísmo

Historicamente, o **judaísmo** veio à existência quando foi firmado o *pacto abraâmico* (vide). Ver o artigo geral sobre *Pactos*. Desde o começo, o judaísmo foi uma religião revelada e não uma religião natural ou filosófica. Em outras palavras, tal como o cristianismo, o judaísmo repousa sobre o *misticismo* e sobre a sua subcategoria, a *revelação*. Ver os artigos separados sobre *Misticismo* e *Revelação*. Os triunfos e as derrotas do povo de Israel sempre foram medidos em termos de sua espiritualidade e lealdade a

Yahweh. A história de Israel sempre esteve intimamente ligada à vontade de Deus, tudo dependendo das reações do povo de Israel, em anuência ou desobediência. Os monarcas de Israel foram sempre aquilatados, essencialmente, não por seu desempenho militar ou econômico, e, sim, pela retidão deles diante de Yahweh, ou pela ausência dessa retidão. Os judeus, portanto, sempre foram o *Povo do Livro*, porquanto, para eles, a Bíblia sempre foi o grande padrão (embora não exclusivo) de leis e de conduta coletiva e pessoal. Dentro desse arcabouço, do ponto de vista filosófico, poderíamos alistar vários importantes conceitos que se foram desenvolvendo.

1. O Monoteísmo. É bem provável que o clã que se tornou no povo israelita foi subindo do **politeísmo** para o *henoteísmo*, e daí para o *monoteísmo*. Ver os artigos sobre essas questões. Seja como for, o *monoteísmo* veio a ser o conceito central do judaísmo. Não há Deus fora de Yahweh. Esse único Deus é Alguém que se revela a si mesmo. Ele é a base própria do conhecimento espiritual e das normas éticas. A justiça pessoal é requerida pelo judaísmo, como o caminho da salvação. O judaísmo original não tinha uma visão clara sobre a imortalidade da alma e sobre a vida após-túmulo. Esses conceitos faziam parte de desenvolvimentos que só surgiram bem mais tarde. Quanto a esse aspecto, o judaísmo chegou a ficar atrasado em relação a certas religiões orientais e às filosofias ocidentais, porquanto a revelação que Israel recebeu foi gradual, à medida que os profetas recebiam suas revelações e escreviam os seus livros e ministravam seus ensinamentos.

2. O Cânon Bíblico e os Documentos Judaicos de Apoio.

O *cânon da Bíblia* provia um padrão sólido para a cultura, para a religião e para as filosofias que apareceram no seio do judaísmo. Várias outras obras, porém, foram surgindo, a fim de interpretar as Escrituras, conforme se vê abaixo. A eclosão do cristianismo forçou a fixação do cânon do Antigo Testamento. Porém, mesmo, então, surgiram vários padrões canônicos. Os saduceus e os samaritanos aceitavam como canônicos somente o Pentateuco, os cinco livros de Moisés. O chamado «cânon protestante», que consiste nos trinta e nove livros do Antigo Testamento, coincide com o consenso de opinião na Palestina, sobretudo entre os fariseus. E também há o «cânon alexandrino», refletido na versão da Septuaginta do Antigo Testamento, que inclui os livros apócrifos. Esse se tornou a Bíblia dos judeus da dispersão. Ver o artigo geral sobre *Cânon do Antigo Testamento*, quanto a maiores detalhes.

Mas, em qualquer desses casos, a autoridade central, no judaísmo, sempre foi o livro da Lei, a *Tora* (vide). O texto da lei parece ter-se fixado em torno do século V A.C. (Os eruditos conservadores modernos, todavia, insistem sobre uma data bem anterior a essa). O texto da lei requeria interpretação, razão pela qual vieram à existência o *Talmude* (vide) e a *Midrash* (vide). O Talmude inclui as estipulações civis e religiosas que não se acham na Tora, além de explicações e ampliações das leis da Torá e do próprio Talmude. A *Mishnah* (vide) é parte integrante do Talmude, como uma espécie de sumário da lei oral que havia entre os séculos V A.C. e II D.C. A Mishnah está ligada à *Gemara* (vide), que amplia e explica a Mishnah. Também deveríamos observar que o próprio Talmude pode ser dividido no *Talmude Palestino*, completado aí pelo século V D.C., e o *Talmude Babilônico*, que só foi terminado no século VII D.C. O material exegético, chamado Midrash, foi desenvolvido entre os séculos IV e XII D.C. A Midrash é constituída pela *Halakha*, que contém as leis judaicas tradicionais, juntamente com preceitos minuciosos, que não se encontram na lei escrita, e pela *Haggadah*, composta pelas interpretações livres que incluem certo número de parábolas ilustrativas, com base em ensinos e sugestões das Escrituras. Ver os artigos separados intitulados, nesta enciclopédia, *Halacá* e *Hagadá*.

3. A Importância Crucial da Lei

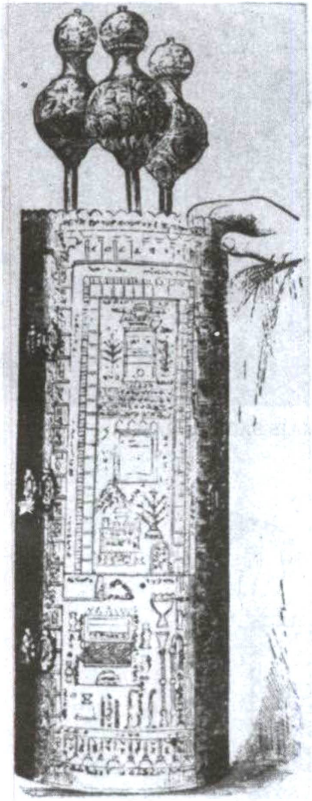
A lei mosaica predominava em Israel. Mas ela exigia interpretação, conforme vimos no segundo ponto, acima. Para tanto, havia necessidade de uma estrutura eclesiástica que fornecesse *intérpretes* autorizados. No começo, Moisés foi o supremo legislador. Aarão, seu irmão, foi nomeado sumo sacerdote. Mais tarde houve a descentralização, sob a forma de autoridades civis e autoridades religiosas. Ver o artigo separado sobre *Israel, Constituição de*. O judaísmo posterior produziu o ofício formal dos *rabinos* (vide). Os rabinos eram juízes civis e mestres religiosos, ao mesmo tempo. Acima deles havia o *Sinédrio* (vide), o corpo governante máximo do judaísmo, bem atuante na época do surgimento do cristianismo. Esse tribunal superior tinha autoridade tanto civil quanto religiosa. O *sumo sacerdote* (vide) era tanto o chefe de Estado quanto o chefe religioso, porquanto essas duas funções eram inseparáveis em Israel. Os *escribas*, por sua vez, trabalhavam com os textos bíblicos, copiando-os e fixando a forma da lei e das Sagradas Escrituras, além de também serem os mestres populares. Finalmente, no judaísmo surgiram partidos, como o dos fariseus e o dos saduceus, que lutavam pela hegemonia no tocante à liderança civil e religiosa, e cujas idéias religiosas e filosóficas por muitas vezes entraram em choque. Nesse conflito, os fariseus, finalmente, levaram a melhor, pois o judaísmo moderno é apenas uma versão do farisaísmo. Não restaram documentos produzidos pelos mestres saduceus. Pode-se comparar os saduceus com as modernas *Testemunhas de Jeová* (vide), porquanto, tais como estas, negavam as realidades espirituais, como a existência de espíritos, de anjos, etc., pois a posição deles era a do negativismo.

4. A Lei Escrita; A Dominação Romana; a Diáspora; a Universalização do Judaísmo.

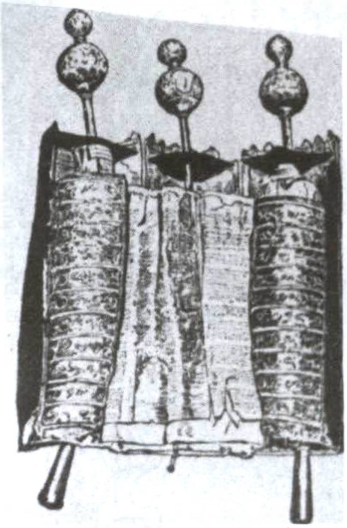
Esses foram importantes estágios do desenvolvimento do judaísmo. A diáspora, ou dispersão dos judeus, por mais desagradável que tenha sido para eles, foi uma força que universalizou o judaísmo. A destruição do templo de Jerusalém provocou a descentralização. A escola do rabino Johanan ben Zakkai foi importante no desenvolvimento de um sistema legal. O *Talmude*, entre outras coisas, finalizou a universalização do judaísmo. Apareceu então o conceito do Messias, inicialmente ventilado no livro de *Daniel*, e, então, nas obras *pseudepígrafas* (vide). Esse conceito concebia o aparecimento da era áurea, um período de paz universal, dentro do qual Israel tornar-se-ia a cabeça das nações.

II. Instituições e Tradições Judaicas e a Tradição Filosófica Judaica

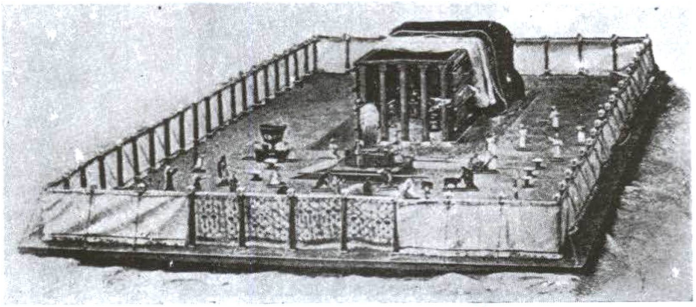
5. Filo de Alexandria. Ver o artigo separado sobre ele. Notemos que continuamos com o *quinto ponto*, a fim de preservar pontos distintivos, embora, daqui por diante, esses pontos estejam mais especificamente ligados à tradição filosófica de Israel, e não às suas tradições religiosas. Alguns estudiosos têm dito que Filo era um Moisés que falava grego; mas outros opinam que ele se parecia mais com Platão falando em hebraico. Seja como for, temos aí uma verdade. Ele representava a tentativa de harmonizar o judaísmo com a filosofia grega. A fim de atingir o seu



LIVRO DA LEI (FECHADO)



LIVRO DA LEI (ABERTO)



Tabernáculo — Reconstrução de Dr. Conrad Schick



BEZERRO; CARNEIRO E JAVALI, ANIMAIS SACRIFICIAIS



PEITORAL DO SUMO SACERDOTE

desideratum, ele precisou apelar para a interpretação alegórica do Antigo Testamento. Ele usava motivos neoplatônicos, vistos do ponto de vista dos ideais judaicos. Suas datas foram 30 A.C.—50 D.C.

6. Saadia ben Joseph Fayyumi. Suas datas foram 892-942 D.C. Ele pretendia harmonizar a filosofia à religião. Opunha-se ao sistema dos *caraítas* (vide). Esses esforçavam-se por retornar à Tora como a única autoridade em matéria religiosa, pelo que eles formavam um tipo de movimento de *volta à Bíblia*. Saadia respeitava e defendia a Tora, mas também promovia as idéias do Talmude e dos rabinos. Seus escritos incorporam a defesa do uso da *razão*, como algo necessário à fé religiosa. Portanto, por assim dizer, ele não guardava todos os seus ovos na cesta da revelação. Isso é típico dos filósofos religiosos. É claro que qualquer chamada *autoridade única* deve ser *interpretada*, devendo haver alguma forma de autoridade interpretativa. Em caso contrário, obtém-se a *fragmentação*, porquanto cada indivíduo torna-se a sua própria autoridade. Nesse processo de fragmentação, surgem muitos grupos religiosos, cada qual afirmando ser o melhor intérprete (ou mesmo o único intérprete) da autoridade bíblica. A razão, a filosofia e a comparação entre religiões, portanto, precisam tornar-se parte do processo, a fim de ser preservada a sanidade. *Saadia ben Joseph* (ver esse título) foi um gênio que estudou e escreveu sobre leis rabínicas, astronomia, liturgia, gramática, lexicografia e apologética. Em sua época, ele foi a maior autoridade sobre o judaísmo. Os intelectuais não se sentem à vontade diante de autoridades exclusivas e de sistemas restritos.

7. Harmonia Entre a Religião e o Conhecimento Geral, Através da Razão. Os filósofos judeus sefarditas do século XI D.C. em diante, buscavam obter a harmonização entre a fé religiosa e o raciocínio filosófico. Uma figura fulgurante, dentro desse movimento, foi *Bahya ben Joseph ibn Paqudah* (vide). Ele desenvolveu uma teologia racional. O seu sistema ético alicerçava-se sobre o princípio da gratidão a Deus. Ele procurou sistematizar a ética judaica por via da expressão filosófica. Ele era influenciado pelo *neoplatonismo* (vide) e proveu um certo número de provas racionais da existência de Deus.

8. Avicebron (vide). Suas datas foram 1020-1070. Nasceu em Málaga, na Espanha. Era muito mais um filósofo do que um rabino. Desenvolveu o seu sistema sem considerar quaisquer razões religiosas. Sua obra era, essencialmente, neoplatônica, e os filósofos posteriores, com freqüência, o citavam.

9. Judah Halevi (vide). Suas datas foram 1085—1143. Ele nasceu em Toledo, na Espanha, e deu prosseguimento à filosofia judaica sefardita (dos judeus do sul da Europa, norte da África e Oriente Próximo). Ele se opunha à doutrina aristotélica da eternidade da matéria e à doutrina platônica das emanações, defendendo o ensino bíblico da criação. Também combatia a doutrina do livre-arbítrio sem limites. Ele ensinava que a vontade do homem é restringida a certas esferas e escolhas possíveis. Dentro dessas esferas, o homem seria livre. Mas, haveria outras grandes esferas que estão fora da vontade humana. O poder do bem ou do mal, entretanto, está debaixo do controle humano, pelo que o homem é responsável pelos seus atos. Ele se opunha ao grupo dos caraítas (ver o sexto ponto, acima), apoiando os esforços dos rabinos e as tradições que eles desenvolviam. Halevi é considerado um grande poeta, além de ter sido notável filósofo.

10. Ibn Ezra (ver sobre **Ibn Ezra, Abraham Ben Meier**). Ele e sua família contribuíram para a filosofia, para a poesia, para a gramática e para as ciências. Moisés ben Jacó Ibn Ezra nasceu em Granada, na Espanha, e suas datas aproximadas são 1070—1138. Ele se tornou famoso por suas orações e por seus poemas; mas também era muito respeitado como filósofo. Abraham Ben Meir Ibn Ezra (1092-1167) nasceu em Toledo, na Espanha, e tornou-se o mais bem conhecido dos eruditos judeus da Idade Média.

11. Moisés ben Maimon, conhecido também como Maimônides (vide). Nasceu em Córdoba, na Espanha. Suas datas foram 1135—1204. Foi filósofo, teólogo, cientista e médico. No campo da filosofia, ele promovia a causa tanto da revelação quanto da razão, procurando encontrar o ponto de equilíbrio entre essas duas coisas. Ele favorecia a combinação da razão e da revelação contra o misticismo subjetivo; mas devemos lembrar-nos que a própria revelação é uma subcategoria do *misticismo* (vide). As coisas podem perder o devido equilíbrio, e Maimônides interessava-se por restaurar o equilíbrio perdido quando os fanáticos diziam: «Eu vi!» Seu tratado filosófico mais famoso chamava-se *Guia para os Perplexos*. Ele também compilou uma obra gigantesca chamada *Segunda Tora*, ou então, *Mishnah Tora*. O alvo dessa obra era sistematizar o judaísmo inteiro. Incluía um credo dividido em treze artigos. Essa famosa obra *halakhica* (ver o segundo ponto, acima), teve imenso valor para o judaísmo e continua sendo estudada e citada pelos eruditos atuais.

12. A Cabala. Algumas pessoas pensam que a **letra** (com apoio em argumentos, como única autoridade) e a *razão* (escudada na argumentação filosófica), são ambas meios muito deficientes quando se trata de obter a verdade. De fato, alguns pensam e estão convencidos de que a verdade é encontrada na pré-lógica, ou mesmo em proposições ilógicas, mas que não se afastam dos padrões ou modos de expressão dos homens. A Cabala exprimia o misticismo judaico. Ver sobre o *Misticismo*. O misticismo gnóstico já se fazia presente na Haggadah. Desenvolveu-se como uma revolta contra a lógica. As pessoas buscavam a *presença* de Deus. Essa presença substituiria toda a intelecção e todo esforço humanos. A alma humana entraria assim em harmonia e união com o Ser divino. As pessoas andavam atrás da perfeição, da santidade e da autopurificação, como maneiras de chegarem à presença divina. O instrumento usado nessa inquirição era a Cabala, que, naturalmente, incorporava muitas idéias pagãs, no campo dos conceitos, como a adivinhação. Não obstante, foi esse um esforço para permitir que o espírito dos homens se desenvolvesse e buscasse a verdade através do contacto imediato com o Ser divino, e não mediante a manipulação de textos de prova autoritativos e de raciocínios filosóficos.

13. Misticismo Versus Razão. Maimônides tem sido citado a defender a razão. A Cabala era usada como a Bíblia do misticismo. As duas escolas de pensamento faziam oposição uma à outra, até o ano de 1305, quando o sínodo de Barcelona proibiu tanto o estudo secular quanto a leitura das obras de Maimônides, um ato duvidoso, apesar de espetacular! Isso provocou uma contraproibição, expedida quando do sínodo de Montpellier. Esse sínodo excomungou aqueles que proibiam o estudo das ciências, ou que ousavam abusar das idéias de Maimônides. Os sínodos judaicos, em contraste com os de origem católica, tinham uma autoridade meramente local, pelo que os teólogos continuavam a disputar, cortar e queimar, o que é uma das grandes desgraças

associadas à história religiosa, tanto no judaísmo quanto no cristianismo.

14. Levi ben Gershon (ver sobre **Gersonides; Gerson, Levi Ben**). Suas datas foram 1288-1340. Ele foi um sucessor aristotélico de Maimônides. Salientava o princípio da razão na determinação da verdade. Foi um filósofo judeu francês, nascido em Bagnols, no Languedoque. Também foi matemático e médico. Além das investigações filosóficas, ele promoveu as ciências em geral. A Igreja cristã, através do papa Clemente VI, fez com que alguns de seus escritos fossem traduzidos para o latim, para que pudessem ser investigados pelos pensadores católicos. Spinoza adotou a teoria dos milagres de Gershon. Ele defendia a realidade dos milagres, embora limitasse severamente o papel deles na fé religiosa.

15. Hasdai ben Abraham Crescas revoltou-se contra a expressão da fé religiosa através de modos aristotélicos, promovendo a revelação como a base de qualquer sistema religioso. Suas datas foram 1340—1410. Parte de seu argumento repousava sobre a demonstração da insuficiência da razão como a única (ou mais importante) base da fé. Ele acreditava que a revelação é necessária para que saibamos qualquer coisa sobre as realidades espirituais.

16. O Talmude Versus a Cabala. Esse conflito era muito agudo no século XVII. Perturbou comunidades judaicas tanto na Europa quanto na Asia. Por detrás desse conflito havia o ceticismo de alguns, no tocante às crenças judaicas tradicionais e uma reação contra os excessos do cabalismo. *Uriel da Costa* (vide) promoveu o *deísmo* (vide) como uma alternativa para modos judaicos usuais de pensamento. Suas datas foram 1548—1647. *Spinoza* (vide) não era um judeu tradicional, religiosamente falando, embora muitas de suas idéias tivessem raízes no pensamento judaico. Ele opinava que o judaísmo tradicional deveria ter terminado juntamente com a destruição do templo de Jerusalém, em 70 D.C. Promovia o panteísmo filosófico. Temos provido um artigo detalhado sobre o seu pensamento. Suas datas foram 1632—1677.

17. Moisés Mendelssohn. Suas datas foram 1729-1786. Ver o artigo intitulado **Mendelssohn, Moisés.** Ele obteve a reputação de ser um hábil filósofo, na Alemanha onde vivia, e também um importante rabino, dentro da comunidade judaica. Frisava os usos da lei cerimonial; requeria a tolerância e também total liberdade de opinião. Empregava vários argumentos em defesa da idéia da imortalidade da alma e da existência de Deus. O homem busca, mas nunca obtém a unidade na variedade, porquanto o segredo da unidade é conhecido exclusivamente por Deus. Na busca pela verdade, precisamos da razão e do bom senso. Respeitamos os sistemas religiosos, mas não nos deveríamos limitar por nenhum desses sistemas.

18. O Movimento Reformado no Judaísmo. Um dos produtos do **Iluminismo** europeu foi o movimento de reforma no judaísmo. Punha-se ênfase sobre a razão e sobre a reformulação da liturgia. Os serviços religiosos eram efetuados nos idiomas vernáculos, e não no hebraico bíblico ou no aramaico. *Moisés Mendelssohn* foi uma figura importante que encorajou a eclosão desse movimento. O movimento propagou-se por toda a Europa oriental, renovando a vida cultural do povo judeu. Houve uma espécie de emancipação dos judeus no Ocidente, e isso despertou sentimentos anti-semitas. Ver sobre o *Anti-semitismo*. Nasceu o idioma hebraico moderno, e floresceu a literatura em *yiddish* (vide). A interpretação científica das Escrituras, dentro do judaísmo, também surgiu nesse tempo. Foi criada uma ciência do judaísmo por Krochmal, Rapoport e Zunz, e foram implantadas as sementes da distinção entre judaísmo ortodoxo, judaísmo reformado e judaísmo neo-ortodoxo. Ver o artigo separado sobre *Judaísmo Reformado*, quanto a mais detalhes. Ver também sobre *Judaísmo Conservador*.

19. Assidismo. Temos preparado um artigo com esse título. Esse movimento influenciou muitos aspectos da cultura judaica. Foi apenas uma renovação da tradição mística do judaísmo, tendo influenciado a teologia, a música, a literatura e a filosofia dos judeus. A imanência de Deus, conforme ela é experimentada pelo homem, era a sua ênfase principal. Os líderes desse movimento foram perseguidos nos séculos XVIII e XIX, porquanto os judeus *ortodoxos* temiam o entusiasmo e os abusos do misticismo. *Martin Buber* (vide) foi um produto desse movimento, que acabou declinando, na segunda metade do século XIX.

20. O Neokantianismo e o Existencialismo. Hermann Cohen (vide) promoveu uma escola que ensinava o neokantianismo, em Marburgo; e o seu aluno, Franz Rosenweig (1886—1929), trabalhou juntamente com Buber, em uma tradução da Bíblia hebraica para o alemão. A filosofia deles era uma expressão do *existencialismo* (vide).

Bibliografia. AM COH(2) E EP JE JOH JUN P PHIL MOR MP MW

JUDAÍSMO CONSERVADOR

Ver os vários artigos relacionados ao **Judaísmo**, alistados sob o título *Israel*. Ver também sobre *Judaísmo; Judaísmo Ortodoxo* e *Judaísmo Reformado*.

1. *Definição*. O judaísmo conservador não é uma seita específica dentro do judaísmo. Antes, é uma escola de pensamento, uma série de atitudes e doutrinas dentro da comunidade judaica. Há uma espécie de consenso geral sobre as coisas que são vitais ao pensamento judaico. Nenhuma conferência adotou algum credo que distinguisse os judeus conservadores dos judeus liberais; mas há uma espécie de consenso de pensamento que faz esse tipo de distinção.

2. *Primeiros Líderes*. Os primeiros exponentes foram Isaque Bernays (1792—1849), Zacarias Frankel (1801—1875) e a faculdade e os graduados do Seminário Breslau, fundado em 1854. Nos Estados Unidos da América, o Seminário Teológico Judaico da América (fundado em 1885) provia liderança ao movimento.

3. *Conceitos*:

a. A autoridade da fé judaica, conforme exibida na Bíblia e interpretada pelo Talmude, e pelos principais rabinos conservadores dos últimos tempos.

b. A lei mosaica é necessária e universal em sua aplicação.

c. Ocorrem inevitáveis mudanças, mas a verdade encontra-se em meio ao fluxo, podendo ser sempre determinada pela lógica interior e pela interpretação sensata da lei.

d. O consenso de opinião entre pessoas espirituais sérias pode resolver diferenças de opinião em favor da verdade, quando estiverem envolvidos pontos essenciais.

e. O uso do idioma hebraico é fundamental para o judaísmo conservador. Apesar das orações e das exortações poderem ser feitas na língua de qualquer região particular, o idioma hebraico deve predominar no culto da sinagoga e no currículo das escolas. Seu uso na literatura é encorajado.

f. A esperança da restauração da comunidade

judaica na Palestina sempre foi afagada com zelo, o que em nossos dias, se tem concretizado no estado de Israel. Como é óbvio, muitos elementos judeus conservadores têm apoiado o movimento sionista. Essa esperança e sua concretização não deviam (nem devem) interferir com a lealdade do indivíduo ao país onde ele vive.

g. O conhecimento da história inteira de Israel é fundamental para essa escola de pensamento. Isso tem encorajado a pesquisa e a erudição na cultura judaica, bem como na história, na língua e na fé religiosa dos judeus. Muitos eruditos notáveis têm vindo à tona, produzindo boa e abundante literatura.

4. *Relação com o Pensamento Moderno*. Apesar do judaísmo conservador não se opor às ciências e às pesquisas em qualquer campo, capaz de produzirem idéias contrárias às suas crenças básicas, nem por isso sente-se forçado a fazer dos resultados desses estudos diretrizes para a sua fé. E quando tais descobertas mostram estar acima de qualquer dúvida, então o judaísmo conservador incorpora as mesmas dentro de seu arcabouço já existente.

JUDAÍSMO HELENISTA

1. *Definição*. O *helenismo* (termo derivado do verbo grego *hellenízo*) pode aludir até a povos ou culturas que, embora não originalmente gregos, adotaram idéias e formas culturais dos gregos. Trata-se da assimilação da língua, das maneiras, da cultura e dos ideais helênicos por parte de outros povos, como os romanos ou os judeus da diáspora, que são os exemplos mais notáveis dessa absorção. Temos provido um artigo detalhado sobre o *Helenismo*, que fornece todas as informações essenciais sobre a questão, incluindo detalhes sobre o período histórico envolvido, e o seu relacionamento com os judeus e o Novo Testamento.

2. *O Processo da Helenização*. Esse processo foi efetuado por meio da conquista militar, mediante o estabelecimento de cidades gregas que se tornaram centros de propagação da cultura helênica, mediante literatura e escolas, em todas as partes do mundo então conhecido.

3. *Circunstâncias Históricas*. As conquistas de Alexandre, o Grande, (que foi pupilo de Aristóteles), que morreu em 323 A.C., armaram o palco para a helenização do mundo conhecido da época. Damos informes sobre isso no artigo sobre o *Helenismo*, no tocante à propagação da língua grega (seção II), além de um esboço dos eventos históricos (seção III). Os elementos sobre a cultura helenista, incluindo o aspecto religioso, são discutidos na seção IV. Os sucessores de Alexandre estabeleceram dinastias que promoviam o movimento helenizador. Antíoco IV Epifânio fez ingentes esforços por helenizar aos judeus, no que resultou a sangrenta guerra encabeçada pelos heróis macabeus. — Ver o artigo geral sobre os *Hasmoneanos*. Após um período de independência que só foi ganha a custo de muitas vidas, os romanos intervieram. Apesar disso ter introduzido na Palestina um novo elemento cultural, não podemos esquecer que a própria Roma já havia sido muito intensamente helenizada, antes mesmo disso.

4. *Literatura e Idéias Envolvidas*

O Antigo Testamento foi traduzido para o grego em uma famosa versão conhecida como *Septuaginta* (ou LXX). Ver o artigo separado sobre o assunto. Em certo sentido, a fé dos hebreus foi assim helenizada, visto que essa versão permitiu que muitos povos tivessem acesso direto ao pensamento dos hebreus, com uma resultante amálgama de maneiras de pensar. Como é óbvio, a cidade de Alexandria, onde foi preparada aquela tradução, tornou-se o centro do judaísmo helenista. Os livros apócrifos, que fazem parte dessa tradução da Septuaginta, embora não fizessem parte do cânon palestino (equivalente ao nosso cânon veterotestamentário de trinta e nove livros), incluía relatos históricos sobre aquele período, como é o caso dos livros dos Macabeus, além de muitas adaptações de idéias gregas, como a literatura de sabedoria. Esse processo não teve aspectos somente negativos, como é claro, especialmente no tocante a idéias mais sensíveis sobre a imortalidade da alma, a natureza universal de Deus e ensinos gerais sobre a existência após-túmulo, que foram incorporadas no judaísmo por esse tempo. Essas eram as áreas onde o judaísmo mais antigo mostrava-se deficiente, precisando de muitos melhoramentos. Em Alexandria, que foi o foco do judaísmo helenista, este mostrou ser tão dominante que acabou afetando todo o judaísmo dali por diante. Foi, então, que apareceram figuras como Filo (vide), que, aberta e corajosamente, se lançaram à tarefa de procurar harmonizar o pensamento grego com as idéias religiosas dos hebreus. Fragmentos de escritos de historiadores judeus helenistas (como Demétrio, Eupolemo, Artapano e outros) podem ser encontrados em citações de Eusébio e de Clemente de Alexandria, ambos escritos cristãos antigos. Além disso, a filosofia judaica helenista pode ser percebida nas obras de Aristóbulo; na poesia de Ezequielos, em seu drama sobre o êxodo, e também em inserções nos oráculos sibilinos e nos escritos de Focilides (vide). Josefo (vide), naturalmente, foi o mais importante historiador judeu da cultura greco-romana. Ver os artigos separados intitulados *Filosofia Helenista; Filosofia Judaica* e *Período Intertestamental*, quanto a maiores detalhes sobre a situação do judaísmo sob a influência da helenização.

5. *Do Judaísmo Para o Cristianismo*. O cristianismo, é claro, emergiu do judaísmo helenizado. No nosso artigo sobre o *Helenismo*, seção V, damos informações sobre como elementos da cultura grega penetraram no cristianismo. Em certo sentido, o próprio Novo Testamento foi a última das produções literárias importantes do movimento religioso helenista.

JUDAÍSMO ORTODOXO

1. Definição. O judaísmo ortodoxo é aquele movimento e escola de pensamento, no seio do judaísmo, que tem por base a autoridade das tradições judaicas, alicerçadas sobre o código mosaico, do Pentateuco, com a ampliação produzida por três mil anos de vida e interpretação judaicas, embora sempre de acordo com diretrizes conservadoras. Não há nenhuma organização mundial que o represente, embora conte com grupos locais, como a União das Congregações Judaicas Ortodoxas da América, nos Estados Unidos da América do Norte. Também não dispõe de qualquer organização eclesiástica autoritária, visto que, teoricamente, todo rabino devidamente consagrado tem autoridade idêntica à de qualquer outro rabino. Numericamente falando, o judaísmo moderno é *ortodoxo*.

2. Codificação. O judaísmo ortodoxo, em sua expressão maior, não é um movimento rígido que pregue o retorno à Bíblia, que nunca permite a produção de livros interpretativos, dotados de autoridade. Não são muitos os judeus que se apegam à Bíblia como seu grande Livro. A expansão da lei mosaica escrita foi provida pela *Mishnah* (vide), terminada perto do fim do século II D.C. Posterior-

mente, isso se expandiu no *Talmude* (vide). E, durante a Idade Média, houve a expansão ainda maior e ordeira dos detalhados códigos de Yad Ha-Hazakah, de *Maimônides* (vide), e de Shulhan Aruch, de *José Caro* (vide). Ver o artigo geral sobre o *Judaísmo*, pontos 2 e 11, que desenvolve esse pensamento. Mas, apesar dessas codificações terem sido aceitas e promovidas como obras úteis, por detrás das mesmas permaneceu sempre de pé a lealdade à autoridade divina de Moisés; e, mesmo quando uma lealdade e uma prática literais não podem ser mantidas, por causa de modificações nos tempos e nos costumes, as *idéias* religiosas e éticas, contidas nos escritos de Moisés continuam sendo honradas e celebradas de maneiras simbólicas, como se dá, por exemplo, no caso dos sacrifícios de animais.

3. Fluidez do Judaísmo Ortodoxo. A disposição por aceitar a codificação e a observância simbólica dos preceitos mosaicos, além da autoridade investida nos rabinos, como indivíduos, tem mantido o judaísmo ortodoxo em estado de fluidez, a fim de que possa adaptar-se às modificações impostas pela passagem do tempo. Em contraste com isso, temos a seita dos *caraítas* (vide), que, em seu rígido conservantismo (com doutrinas baseadas *unicamente* na Bíblia), estagnou a fé religiosa. Para exemplificar, as antigas leis que governavam a observância do dia de sábado, não são possíveis nas sociedades modernas, de tal modo que apesar do sábado ser fielmente observado, certas leis a respeito do mesmo são ignoradas.

4. Bases Essenciais. A força unificadora do judaísmo ortodoxo, como um movimento mundial, é a aceitação de seus códigos literários básicos como autoritários, a começar pela própria Bíblia e, então, descendo às codificações mencionadas no segundo ponto, acima. Entretanto, nas situações locais, os costumes e os preceitos que se têm desenvolvido são respeitados. E é aí que encontramos a diversidade dentro da unidade. A força do judaísmo ortodoxo reside em seu intenso e inquebrantável tradicionalismo, que se tem mantido a despeito das dispersões, perseguições, guerras e tentativas de extermínio. O hebraico é considerado, entre os judeus ortodoxos, um idioma divino; a lei mosaica é reputada como básica; as admoestações dos profetas e as mensagens dos salmos são tidas como essenciais.

5. Obrigações Pessoais. De todo judeu ortodoxo espera-se que seja um estudioso das Sagradas Escrituras e das tradições judaicas. A esperança messiânica e o retorno à Palestina são doutrinas que tanto os judeus ortodoxos, como indivíduos, quanto as comunidades a eles pertencentes, sempre fizeram questão de manter.

6. Elementos Cardeais:

a. A unidade de Deus, e Deus como o grande Revelador. Esse é o único Deus, e ele está interessado nos homens, tornando-os dispostos a tomar conhecimento da revelação divina. Ver sobre o *Teísmo*. O *monoteísmo* (vide) é o começo da revelação divina.

b. A lei de Moisés como a autoridade básica de todas as crenças e práticas religiosas.

c. A prática dos ritos e cerimônias essenciais da fé judaica, como costumes que unificam um povo e sua expressão religiosa.

d. A aceitação e uso das codificações que fazem parte da tradição judaica.

e. A esperança messiânica e a volta à Terra Santa são pontos essenciais para a maioria dos judeus ortodoxos.

f. A autoridade de todo rabino devidamente ordenado possibilita a aplicação local da fé entre as congregações individuais.

Bibliografia. Ver sob *Judaísmo*.

JUDAÍSMO REFORMADO

Ver os artigos sobre *Judaísmo; Judaísmo Conservador; Judaísmo Ortodoxo*, e os muitos artigos sobre *Israel*, alistados nesse título.

1. Origem do Movimento. O judaísmo reformado surgiu como uma tentativa das comunidades judaicas da Europa ocidental por ajustarem-se intelectual, cultural e espiritualmente ao *Iluminismo* (vide). Também houve a influência de levantes políticos e sociais, nos fins do século XVIII. Assim, o judaísmo reformado é produto indireto do iluminismo europeu. É como se fosse a reforma protestante do judaísmo. A ênfase recaía sobre a razão e a reformulação da liturgia.

2. Uma Influência Renovadora. Foi obtida uma espécie de emancipação dos seguidores do judaísmo. Passaram a florescer as modernas literaturas em hebraico e em iídiche, e a interpretação científica das Escrituras teve começo. Os cultos religiosos começaram a ser efetuados nas línguas vernáculas locais, e não no hebraico bíblico ou no aramaico. *Moisés Mendelssohn* foi uma figura importante nos primórdios desse movimento. Ver o artigo a seu respeito. Ele ganhou a reputação de ser um habilidoso filósofo, na Alemanha, como também uma importante figura religiosa na comunidade judaica. Ele frisava a tolerância e a liberdade de opinião. Desenvolveu argumentos filosóficos em favor da existência de Deus e da alma humana. Respeitava os sistemas religiosos, mas não se sentia obrigado a qualquer deles. Foi criada uma ciência do judaísmo, por Krochmal, Rapoport e Zuns. E isso lançou as sementes da distinção entre o judaísmo ortodoxo, o judaísmo reformado e o judaísmo neo-ortodoxo.

3. O Judaísmo Reformado e os Direitos Humanos. A doutrina política dos direitos humanos, que culminou com a Revolução Francesa (vide), derrubou por terra as barreiras que haviam sido erigidas pelo Estado e pela Igreja, a fim de segregarem os judeus das comunidades gentílicas. Em 1791, a assembléia nacional da França conferiu direitos iguais a todos os cidadãos franceses, incluindo os judeus franceses. Quatro anos antes disso, em 1787, a Constituição norte-americana fizera a mesma coisa, visto que nenhuma distinção racial foi reconhecida como existente entre os cidadãos daquele país. E assim, pela primeira vez, desde a dispersão, os judeus adquiriram condições sociais iguais às de seus vizinhos gentios. Outro tanto tornou-se o alvo social na Alemanha. Os judeus ultraconservadores, entretanto, não ficaram satisfeitos diante das novas liberdades e da mistura social entre os judeus e os outros povos, supondo que seus compatriotas judeus abandonariam a lealdade a Moisés, a esperança de retorno à Palestina e a esperança messiânica. Os extremistas continuavam a agitar, supondo que o judaísmo, em qualquer de suas formas, fosse incompatível com as novas liberdades. Muitos religiosos forçaram a completa assimilação dos judeus nas comunidades cristãs, na esperança da extinção das comunidades judaicas. O judaísmo reformado tem-se esforçado por evitar extremismos, e continua mantendo a defesa das liberdades individuais e coletivas.

4. Unidos, Embora Diferentes. Moisés Mendelssohn levou a sua comunidade judaica à filosofia que se identifica com seus vizinhos gentios quanto à política, à economia, à indústria e à vida cultural, embora mantendo uma religião distinta. As questões culturais

diretamente afetas à questão religiosa também deveriam manter o seu aspecto distintivo.

5. Pontos de Vista Religiosos Modificados e Mudanças nas Formas Religiosas.

As principais forças modificadoras do judaísmo foram o *deísmo* (vide) e a *filosofia kantiana* (vide). As novas liberdades e as trocas de idéias, na verdade, debilitaram as estruturas do antigo judaísmo, embora não sua forma antiga e fixa. Os resultados desse esforço foram o templo reformado, edificado por Israel Jacobsohn, em Seesen, em 1810, e o templo de Hamburgo, na Alemanha, construído em 1818, que serviram de modelos para outros templos posteriores. Salientou-se a modernização dos serviços religiosos, mediante a revisão da liturgia. Idiomas locais começaram a ser usados na adoração, instrumentos de música foram adotados, e começou a haver a confirmação religiosa de moças, e não só de rapazes. Em seguida, surgiu a reinterpretação dos alicerces teológicos do judaísmo, à luz do conhecimento, da ciência e da filosofia presentes. Leopoldo Zunz (1794—1886), Samuel Holdheim (1806—1860) e Abraham Geiger (1810—1874) foram os grandes líderes dessas reformulações.

6. A Propagação do Movimento. Os discípulos dos homens acima mencionados tomaram sobre si mesmos a tarefa de propagar essa nova e progressista forma de judaísmo. A América do Norte, a terra da democracia e das ciências, proveu um lar muito acolhedor para a fé reformada judaica. Isaque M. Wise (1819-1900) foi uma figura central desse movimento. Outras figuras importantes foram David Einhor (1809—1879) e Kaufman Kohler (1843—1926). O Colégio Hebreu União, organizado por Isaque Wise, em 1875, tornou-se um centro de erudição e uma força poderosa por detrás do movimento. O Instituto Judaico de Religião, organizado por Estêvão S. Wise, em 1922, foi uma valiosa adição a essa organização.

7. Bases do Judaísmo Reformado. Conforme já vimos, esse movimento foi uma conseqüência indireta do Iluminismo, na Europa. Isso não significa que o judaísmo reformado tenha rompido com suas raízes hebréias. O judaísmo tradicional continua sendo a pedra fundamental do judaísmo reformado. Porém, o judaísmo tem sido ali reinterpretado mediante a razão e a interpretação científica das Escrituras, as tradições orais e os códigos legais tradicionais. A fé reformada é mais universalista, em seu ponto de vista, que a fé do judaísmo mais antigo. Não ignora os aspectos tradicionais e cerimoniais do judaísmo, mas esses elementos são menos enfatizados do que se verifica no judaísmo ortodoxo (vide). As questões éticas revestem-se de grande importância, dentro desse movimento. A reafirmação do judaísmo como uma religião mundial é uma das ênfases do judaísmo reformado. A esperança messiânica é ali espiritualizada, sendo encarada como o esforço do judaísmo por cooperar com todos os homens no estabelecimento do reino de Deus à face da terra. As doutrinas da fraternidade universal, da justiça para todos e da busca pela verdade e pela paz na terra encontram-se entre suas características mais preciosas.

Bibliografia. AM COH(2) E EP JE JOH JUN P PHIL MOR MP MW

JUDAIZAR, JUDAIZANTES

Essas palavras derivam do verbo grego (no original grego), em Gál. 2:14, que, em nossa versão portuguesa, é traduzido por «viverem como judeus». O termo aparece novamente nas cartas de Inácio (*Maq.* 8:1; *Phil.* 5). Na qualidade de bispo de Antioquia, ele se opunha àqueles que insistiam sobre a necessidade da circuncisão, da observância do sábado e de outros costumes tipicamente judaicos, incluindo a guarda da lei como uma forma de vida meritória, a fim de se obter a salvação.

A mensagem do Paulo combatia aqueles **cristãos judeus** que ensinavam que a Igreja cristã, incluindo seus segmentos gentios, deveriam observar os ritos da legislação hebréia, a fim de obterem a salvação. Por isso foi que Paulo os combateu em termos tão contundentes, em sua epístola aos Gálatas. Na verdade, os judaizantes eram pessoas simples, sem um claro entendimento espiritual, que tentavam fazer a Igreja cristã voltar à posição de uma simples sinagoga. Eles aceitavam as reivindicações messiânicas de Jesus, mas não entendiam que a doutrina paulina da salvação pela graça, mediante a fé, havia anulado a lei como método de obtenção da salvação. É muito instrutivo que a epístola de Tiago, no Novo Testamento, que só veio a ser aceita como canônica após muito tempo, na realidade é um livro com tendências judaizantes, conforme o segundo capítulo, com sua insistência sobre a fé e as obras da fé, como bases para a justificação, prova amplamente. Afinal, não nos deveríamos surpreender diante disso. Pois o décimo quinto capítulo de Atos mostra-nos claramente que esse tipo de filosofia foi fortíssimo na Igreja primitiva, devido à preponderância numérica dos judeus sobre os gentios. O primeiro versículo daquele capítulo mostra-nos que alguns ensinavam que a circuncisão era necessária à salvação. E o quinto versículo do mesmo capítulo diz que, na Igreja primitiva, houve muitos convertidos dentre os fariseus. Naquele versículo, eles são chamados de «fariseus, que haviam crido». Naturalmente, esses fariseus ensinavam, conforme aquele versículo o mostra, que tanto a circuncisão quanto a observância da lei eram necessárias à salvação da alma. Aqueles homens também insistiam que essa obrigação pesava não somente sobre os judeus, mas também sobre os gentios que se convertessem. Visto que eles tentavam fazer os cristãos tornarem-se judeus por religião (embora reconhecessem Jesus como o Messias), eles foram apodados de *judaizantes*. Mas o concílio apostólico de Jerusalém (o primeiro e único verdadeiro concílio ecumênico, que realmente representava o cristianismo como um todo), cuja menção histórica se acha no decimo quinto capítulo do livro de Atos, decidiu que os costumes judaicos, incluindo a circuncisão, não eram obrigatórios para os cristãos, quer judeus, quer gentios, por não fazerem parte da dispensação do evangelho.

Dizer que os judaizantes não eram verdadeiros crentes por não estarem convencidos quanto à doutrina paulina da justificação pela fé, e até se opunham à mesma, para dizermos o mínimo, é um anacronismo. O Novo Testamento reflete um período de transição, e foi preciso um longo tempo para que a Igreja cristã se tornasse essencialmente paulina, quanto à sua perspectiva, até abandonar a perspectiva refletida na epístola de Tiago. Obviamente, outro tanto está acontecendo em grandes segmentos da cristandade atual. Também deve ser dito que nem todos os eruditos concordam que a Igreja cristã foi inicialmente tiaguina, e só mais tarde, paulina, embora admitam que esses dois apóstolos encaravam as mesmas verdades de dois ângulos diversos.

Temos provido vários outros artigos que fornecem aos leitores detalhes variegados sobre a questão. Ver sobre *Legalismo; Circuncisão, Partido da*; o artigo sobre *Tiago*, especialmente em sua sexta seção, *O*

Cristianismo Judaico. A declaração introdutória do artigo sobre aquele livro também fornece detalhes sobre a questão. Ver também os artigos sobre os *Ebionitas* e sobre os *Nazarenos*.

JUDAS

Existem diversas pessoas no Novo Testamento que têm esse nome.

1. *Judas Tadeu ou Labeu*, segundo pensam alguns intérpretes, seria irmão de um dos irmãos de Jesus, chamado Tiago (por conseguinte, seria um dos irmãos do Senhor). Entretanto, parece mais acertado dizer que nenhum dos irmãos carnais de Jesus seguiu-o desde o princípio de seu ministério; bem ao contrário, não o seguiram senão após a ressurreição, quando as provas de seu caráter messiânico se tinham tornado indiscutíveis e esmagadoras. A maioria dos intérpretes modernos pensa que esse Judas era «filho» de Tiago; e Tiago era então um nome extremamente comum, o que significa que não precisamos de forma alguma identificá-lo com o meio-irmão do Senhor Jesus, que atendia por esse nome. A única referência a este Judas, em todo o N.T., à parte dos trechos que meramente dão o seu nome, na lista dos apóstolos, é esta, em João 14:22. Por conseguinte, possuímos pouquíssima informação sólida a respeito dele. A tradição revela-nos que ele partiu para Edessa, para Abgarus, rei de Osroene (ver Jerônimo, Anotações sobre Mateus), e que ele pregou na Síria, na Arábia, na Mesopotâmia e na Pérsia. Neste último país, segundo essas tradições, ele teria sido martirizado. Porém, não podemos ter certeza alguma sobre qualquer dessas informações. Na igreja ocidental ele é comemorado, juntamente com o apóstolo Simão (não confundi-lo com Simão Pedro), no dia 8 de outubro. À base das Escrituras (Atos 15:22,27-33), que falam de um certo Judas, irmão de Barsabás, e que andava em companhia de Silas, alguns têm chegado à conclusão de que esse Judas era irmão de Tiago e João. Pois, segundo essa interpretação, «Barsabás», significaria «filho de Sabas». Por sua vez, «Sabas» (ou «Zabas») seria uma forma abreviada de «Zebedeu», o qual é declarado pai dos apóstolos Tiago e João. Porém, uma vez mais estamos palmilhando simplesmente o terreno das conjecturas e não possuímos qualquer informação de natureza indiscutível sobre a questão. Alguns pensam que esse Judas foi o autor da epístola de Judas; mas isso também não expressa uma opinião isenta da possibilidade de ser contradita.

João 14:22: *Perguntou-lhe Judas (não o Iscariotes): O que houve, Senhor, que te hás de manifestar a nós, e não ao mundo?*

Judas, não o Iscariotes. Esse esclarecimento foi dado a fim de distinguir esse apóstolo do traidor, o qual já se retirara do meio dos demais; e, além disso, o autor do quarto evangelho queria deixar patenteado que esse Judas nada tinha contra o Senhor, mas antes, era um de seus discípulos autênticos. Outrossim, mediante esse esclarecimento, ele novamente alude ao traidor com desdém, sabendo que todos os leitores do texto sagrado de imediato haveriam de relembrar-se do caráter envilecido de Judas Iscariotes. Pois o autor sagrado queria que entendêssemos que os outros apóstolos de Cristo não possuíam essa natureza traiçoeira e carregada de suspeita, segundo ficava evidenciado nas ações de Judas Iscariotes.

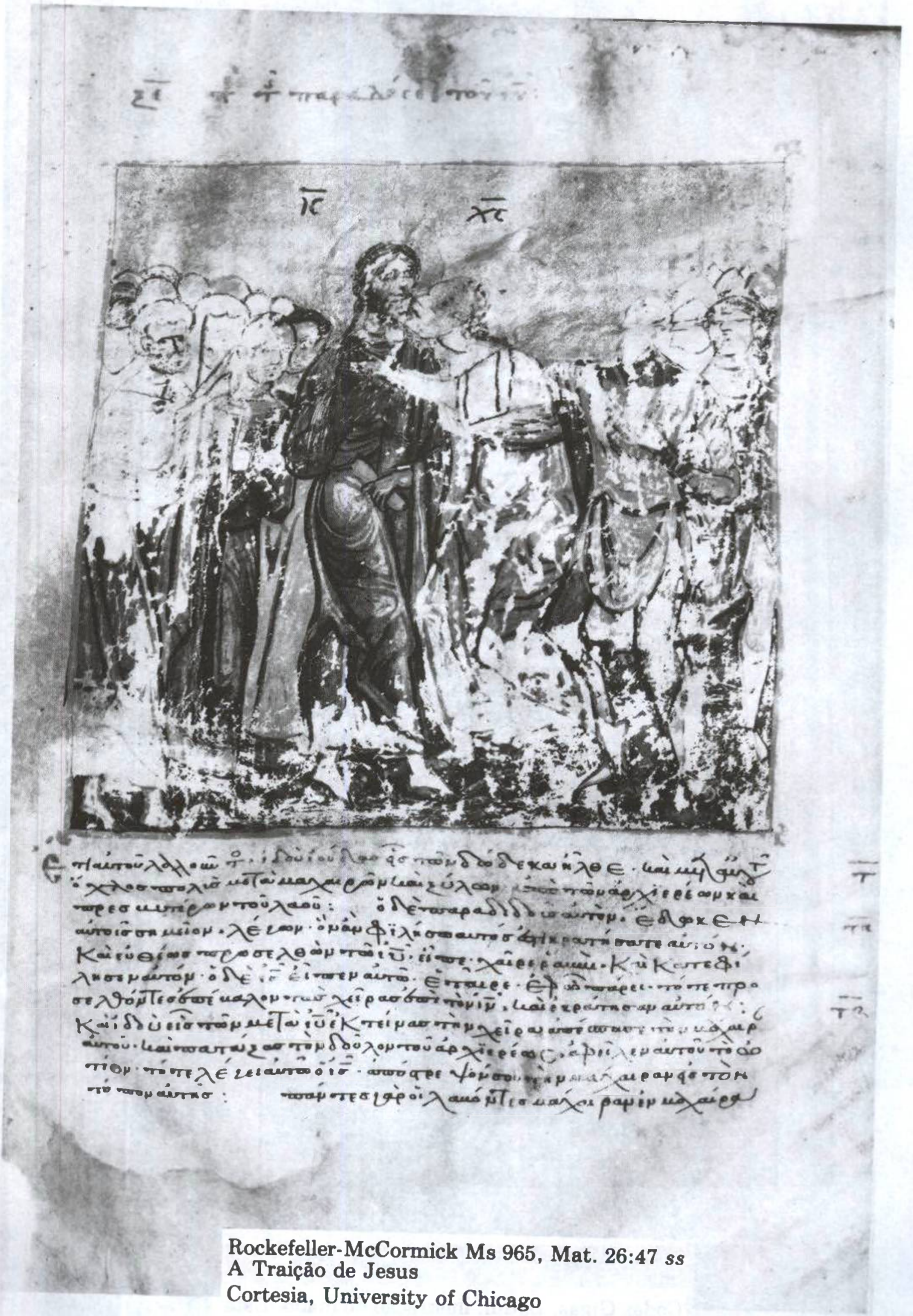
Este Judas é também chamado de *Tadeu ou Labeu* (ver Mar. 3:18 e Mat. 10:3), sendo irmão de Tiago (Luc. 6:16 e Atos 1:13); embora alguns estudiosos prefiram reputá-lo como filho de Tiago. O apelativo «Judas», sem dúvida, significa «célebre» ou «louvado», embora a origem desse nome não seja indiscutível. Existem diversos indivíduos com esse nome nas páginas do N.T. A forma *Judas* é a modalidade grega do nome que, em hebraico, é «Judá».

2. *Judas Iscariotes*. (ver as seguintes referências: João 6:70; Luc. 6:12 e Mat. 26:14-16).

Mat. 26:14: *Então um dos doze, chamado Judas Iscariotes, foi ter com os principais sacerdotes;*

Um dos doze, chamado «Judas Iscariotes». As tentativas para fazer com que esse nome signifique *assassino*, relacionando-o a uma palavra aramaica semelhante, têm sido fúteis. A referência mais provável é a *Queriote*, localidade de Moabe (Jer. 48:24), ou então a Queriote-Hezron (Jos. 15:25), cerca de vinte quilômetros ao sul de Hebrom. Esse Judas sempre aparece em último lugar nas listas dos apóstolos, sendo sempre identificado pelo adjetivo *o traidor*. Era o tesoureiro do grupo apostólico. Aprendemos, em João 12:6, que ele não ficou perverso repentinamente; pelo contrário, durante o tempo todo vinha surripiando da «sacola» do tesouro comum, a fim de satisfazer sua cobiça pessoal. Pelas narrativas tiramos a conclusão de que, juntamente com os demais, ele fora dotado de certos poderes miraculosos; mas isso não mostra que ele se tenha convertido verdadeiramente. Sendo da região de Judá, ele era o único dos apóstolos que não era nativo da Galiléia. Sua carreira levou-o, finalmente, à apostasia e ao suicídio (ver Atos 1:18,25; Mat. 27:5).

Não há que duvidar que Judas Iscariotes foi o responsável pelo aprisionamento de Jesus. Sua *traição* consistiu em fornecer informações às autoridades religiosas, sobre onde Jesus poderia ser encontrado, tendo mesmo chegado ao cúmulo de ter acompanhado o bando até o local, a fim de guiá-los. Evidentemente, Jesus *se retirara* do ministério público, possivelmente para sua própria proteção, bem como para segurança de seus discípulos íntimos, que também seriam objetos do ódio dos chefes eclesiásticos. Não podemos precisar todos os motivos por detrás desse ato de traição. Sabemos que o dinheiro foi uma consideração importante nesse ato, e a tradição de Marcos salienta definidamente esse elemento (ver Mar. 14:11). Porém, é provável que também houvessem outras razões. Mui provavelmente Judas esperava a vinda de um governante terreno, como o esperavam os demais apóstolos e o povo comum. Jesus jamais aceitou esse papel, segundo as condições que o povo julgava serem necessárias. O Senhor nunca deixou de ser um reformador espiritual, e a reforma política só ocorreria através e em decorrência de uma mudança espiritual. O povo — no que certamente era acompanhado por Judas Iscariotes — ansiava por ver a derrubada de Roma, e não encontrava muita utilidade para o lado «espiritual» dos planos de Jesus. E assim vieram gradualmente a perceber que Jesus jamais viria a ser um rei no sentido em que pensavam. E isso levou-os a perderem as esperanças quanto a todos os seus planos de um Israel renovado, independente, reinante com as glórias anteriores dos tempos de Davi e Salomão. Suas esperanças e seu respeito para com Jesus começaram a transformar-se em *ressentimento* e ódio. Esse ódio visava especialmente a pessoa de Jesus, resultante de muitas ansiedades mentais e frustrações por causa da situação, sem falar no mais puro desapontamento. Judas feriu ao Senhor Jesus, entregando-o às autoridades traiçoeiramente. O povo comum atingiu ao Senhor Jesus anuindo ante os desejos das autoridades religiosas, e isso até com satisfação. Gostariam de ter-se livrado do poder dominante de Roma; já que não podiam fazê-lo, voltaram-se contra



Rockefeller-McCormick Ms 965, Mat. 26:47 *ss*
A Traição de Jesus
Cortesia, University of Chicago



Códex Gigas, Latim, ilustração do diabo. Este manuscrito é o maior (em tamanho) de todos os mss do N.T., medindo quase 1 por 1/2 metros. Cortesia, Kungliga Biblioteket, Estocolmo.

Jesus, para destruí-lo, porque, supostamente, ele não conseguira livrá-los de Roma.

As passagens paralelas deste texto são Mar. 14:10,11 e Luc. 22:3-6. A fonte informativa é o «protomarcos».

Marc. 14:10: *Então Judas Iscariotes, um dos doze, foi ter com os principais sacerdotes para lhes entregar Jesus.*

Pensemos na tragédia que foi Judas!

Um homem privilegiado acima de outros e em grau extraordinário. Um homem com inacreditáveis oportunidades nas mãos. Mas também um homem com profundas veias maléficas. Poderia ter vencido, mas recusou-se a lutar contra suas más tendências. A vereda do crente requer uma luta resoluta. Exige santificação por meio da renúncia. Aqueles que se recusam a entrar por esse caminho, com freqüência alimentam seus vícios e fracassos espirituais. Algum tipo de tragédia é o resultado inevitável. Judas queria seguir a Jesus, mas recusou-se a tomar a cruz. A igreja da «crença fácil», tão comum nos dias de hoje, está infeccionada com essa atitude do Iscariotes. Quando chega a crise, a pessoa falha e cai, porquanto sua moralidade íntima está apodrecida, apesar de sua bela aparência externa.

A Temível Queda

1. A Judas Iscariotes fora conferido o mais elevado ofício. Deve ter possuído características de caráter que justificassem sua escolha. Jesus deve tê-lo selecionado com boas intenções. Poderia ter sido um Pedro ou um Paulo.

2. Alguma profunda perversão o *desviou*. Algum defeito básico de caráter resistiu a todo efeito transformador.

3. Com *angústia* e perplexidade é que a igreja primitiva dizia: «Um dos *doze* é que traiu a Jesus!» Essa perplexidade continua entre nós. De algum modo Satanás descobriu um meio para reduzi-lo a nada. Por quê? Por ter encontrado na natureza de Judas alguma afinidade com a *malignidade*. (Ver João 6:70).

4. É possível que alguns poucos anos de experiência tenham levado Judas àquele ponto; ou seria ele uma alma pervertida de antemão, desde alguma pre-existência? (Quanto a essa idéia, e o que nela está implícito, ver Gál. 1:15). Alguns pais alexandrinos da igreja olhavam essa idéia favoravelmente.

5. O futuro haverá de trazer Judas de volta, em alguma nova missão maligna? Alguns têm pensado assim, identificando-o com o *anticristo* (vide).

«Fica aqui novamente assinalado o trágico contraste entre o que poderia ter sido e o que realmente aconteceu. *Um dos doze*, um diabo! um dos doze, um *traidor?*» (Ellicott em João 7:71). «Ficou demonstrado o caráter monstruoso e diabólico de sua incipiente infidelidade» (Lange em João 7:71). «O horror eterno de tudo isso!» (Robertson, *idem*).

Mas eis que podemos meditar em seguida sobre a graça de Deus, que é estendida aos remidos e lhes impede de cometerem crimes dessa natureza. Pois «...se somos infiéis, ele permanece fiel, pois de maneira nenhuma pode negar-se a si mesmo» (II Tim. 2:13).

Ó Salvador, nada tenho para pleitear,
Na terra abaixo ou nos céus acima,
A não ser minha grande necessidade,
E o teu amor sem igual.
(Jane Crewdson)

Por que Judas falhou? Oferecemos algumas respostas tradicionais:

1. Sua *ambição* perseguiu-o o tempo todo. Ele realmente queria aquelas poucas moedas da traição. 2. Ficou *desapontado* porque não se cumpriram suas expectações messiânicas; o fato de que Jesus não incluía a *política* em suas reivindicações messiânicas levou-o, finalmente, ao desespero. 3. Ele não queria realmente trair a Jesus, mas tão somente forçá-lo a *declarar-se* o Messias. Essa opinião, na realidade, não se encaixa nos fatos do evangelho. 4. Judas era homem de *profundos vícios* desde o princípio, e os maus atos, finalmente, atingem a superfície, a despeito de nosso suposto discipulado. 5. Ele foi inspirado por *Satanás* (ver João 13:2,27). Assim sendo, podemos ver que nunca experimentara real conversão; bem pelo contrário, vivia perto da possessão demoníaca, e sua maldade íntima era facilmente encorajada pelo poder espiritual maligno. 6. Nunca foi crente *verdadeiro*. A teoria do ceticismo de Judas é tão antiga quanto a obra de Irineu, «*Contra Heresias*», V.33.4. Mas há aqueles que pensam que Judas fora crente, embora mais tarde tivesse apostatado. E isso não é impossível.

O que Judas «revelou» em sua traição?

1. Alguns dizem: Revelou o *segredo messiânico*. Em outras palavras, apesar de Jesus sentir ser o Messias, não o declarava publicamente, talvez por esperar uma boa oportunidade ou circunstâncias favoráveis (ver Mar. 7:36; 8:26,30 e 9:9, quanto ao «segredo messiânico»). Porém, apesar de ser verdade que havia algum segredo, muito antes da semana final Jesus já o tinha revelado. Portanto, não foi a «reivindicação messiânica» de Jesus que Judas revelou às autoridades religiosas.

2. Nem podemos pensar que Jesus realmente tivesse quaisquer intenções *revolucionárias*, que Judas revelou às autoridades, levando-o a tornar-se um «mártir político».

3. A verdade simples parece ter sido a de que Jesus se ocultara e que Judas revelou *onde* poderiam achá-lo e detê-lo. Ele foi o guia dos soldados que detiveram a Jesus (Atos 1:16). O fato de que Jesus se tornou impopular ante os líderes religiosos (ele era uma ameaça para o poder deles, e era blasfemo contra suas doutrinas, fazendo extravagantes reivindicações messiânicas e tornando-se politicamente perigoso), levou-o a ocultar-se por algum tempo, a fim de proteger a si mesmo e aos seus discípulos. Judas, conhecendo os hábitos de Jesus, revelou onde ele estava. É difícil saber se Judas — meditou maduramente — em sua ação inicial; isto é, se ele previu que isso terminaria na morte de Jesus, ou se pensou que as autoridades o poriam na prisão, ou simplesmente ordenariam que ele cessasse sua atividade. É impossível saber a resposta. Mas é significativo que quando ele viu que Jesus seria morto, imediatamente sentiu remorsos pelo que fizera. Isso parece sugerir que ele esperava que algo menor fosse o resultado. Mas é claro que ele quis *sair* do movimento iniciado por Jesus e que parte de seu propósito foi de fazer Jesus *parar*. Mas como ele pensava que Jesus deveria ser parado, é outra questão.

O Suicídio de Judas

Atos 1:18: *Ora, ele adquiriu um campo com o salário da sua iniqüidade; e precipitando-se, caiu prostrado e arrebentou pelo meio e todas as suas entranhas se derramaram.*

A notícia da morte trágica de Judas Iscariotes havia desencadeado um grande interesse, e, em resultado disso, várias versões vieram à existência sobre a

maneira como ele morreu. Existem essencialmente três tradições diversas sobre a questão:

1. A narrativa do livro de Atos parece indicar que a morte de Judas Iscariotes foi *violenta*, produzida por alguma espécie de *queda* incontrolável, evidentemente por algum precipício abaixo.

2. Há também a narrativa de Mat. 27:3-10, segundo a qual Judas Iscariotes *enforcou-se*.

3. Por semelhante modo, há uma história, preservada por *Papias*, discípulo do apóstolo João (ou do «presbítero») de que Judas Iscariotes foi atacado por alguma *enfermidade* asquerosa, que causou uma excessiva *inchação* de seu corpo e que, estando ele nessas condições físicas, foi esmagado por uma carroça, em um lugar de estreita passagem, por onde ordinariamente poderia ter passado com sucesso, se não tivesse inchado tanto. (Ver J.A. Cramer, *Catanae in Evangelia, S. Matthaei et S. Marci*, Oxford: Typographeo Academico, 1884, sobre o vigésimo sétimo capítulo do evangelho de Mateus). Alguns intérpretes têm sugerido que essa história, preservada por Papias, na realidade é a mesma que aparece historiada nas páginas do livro de Atos e que a tradução que aqui aparece como *«precipitando-se»* (comum, de resto, a todas as traduções), traduz um termo médico obscuro (no grego *prestheis*), que indicava inchação excessiva. (Essa teoria é exposta na obra *«The Beginnings of Christianity»*, editores F.J. Foakes Jackson e Kirsopp Lake: Londres, The Macmillan Co. 1933, V. págs. 22-30).

Além das idéias acima expostas, várias outras interpretações têm aparecido, ou de natureza inteiramente apócrifa, ou como variações das tradições já existentes. Alguns intérpretes têm asseverado que as palavras «...foi enforcar-se...», da passagem de Mat. 27:5, na realidade deveriam ser traduzidas por *sufocou-se*, deixando um tanto *vago* o modo real de sua morte. Outros estudiosos têm pensado que essas palavras significam que ele foi consumido pelo remorso de consciência. Mui provavelmente essas explicações vieram a lume na tentativa de reconciliar a narrativa do livro de Atos com o relato do evangelho de Mateus, posto que, mediante tais interpretações, nenhum modo específico de morte pode ser atribuído à narrativa de Mateus. Tais tentativas, não obstante, não são bem fundadas, e nem têm sido bem recebidas pelos estudiosos em geral.

Uma outra tentativa de reconciliação entre essas duas narrativas, é aquela que diz que as narrativas do evangelho de Mateus e do livro de Atos são descrições de *várias etapas* da morte de Judas. — A idéia é que Judas pendurou-se por uma corda ou em um ramo, o qual ter-se-ia *partido*, precipitando-o para baixo e propiciando as condições descritas em Atos. Essa interpretação tem deixado a vários estudiosos satisfeitos; mas outros têm-na considerado como mera tentativa de *harmonizar* os relatos bíblicos *a qualquer custo*, até mesmo ao preço da honestidade.

É justo dizermos que o problema permaneceu praticamente *sem solução* nos tempos antigos; e para muitos intérpretes, é nesse ponto de insolubilidade que o problema se encontra até hoje. Mas todas as narrativas, até mesmo as lendárias, concordam sobre o ponto de que Judas Iscariotes sofreu alguma forma de *morte violenta e horrenda*. Isso parece apropriado, considerando-se o seu crime inominável, o que sem dúvida foi paralelo ao horror de sua morte. Tanto o evangelho de Mateus como esta narrativa lucana do livro de Atos, vê em tudo isso o cumprimento de profecias bíblicas concernentes ao traidor de Cristo. A passagem de Mat. 27:9 menciona a profecia de Zac. 11:13, que diz: «Tomei as trinta moedas de prata, e as arrojei ao oleiro, na casa do Senhor», é inexatamente identificada como uma predição de Jeremias. O autor sagrado do primeiro evangelho talvez tivesse em mente os trechos de Jer. 18:1-4; 19:1-3 e 32:6-15, mas a profecia é distintamente aquela feita por Zacarias. (Quanto a uma discussão sobre esse problema, ver as notas relativas a Mat. 27:9 no NTI). Lucas (em Atos 1:20) cita os trechos de Sal. 69:25 e 109:8; e assim todo incidente da morte de Judas Iscariotes é vinculado às profecias messiânicas, o que é visto como prova da validade das reivindicações messiânicas de Jesus, porquanto ele cumpriu, em sua vida terrena, até mesmo profecias obscuras e de ordem secundária. (Quanto às diversas provas neotestamentárias do caráter messiânico de Jesus, ver o sumário apresentado em João 7:45 no NTI).

3. Judas, *o patriarca*, um dos filhos de Jacó, — que é mencionado em Mat. 1:2,3, nas genealogias dos ancestrais do Senhor Jesus.

4. Há *um dos antepassados* do Senhor Jesus que recebe esse nome, embora algumas traduções digam *Judá*, em Luc. 3:30.

5. Judas, *irmão do Senhor* (ver Mat. 13:55 e Mar. 6:3). Talvez tenha sido esse Judas o autor da epístola de Judas, ainda que outros estudiosos opinem que Judas Tadeu é que foi o autor desse breve livro do N.T. Esse Judas é igualmente chamado de irmão de Tiago, outro dos irmãos de Jesus, segundo pensam alguns.

Judas v.1: *Judas, servo de Jesus Cristo, e irmão de Tiago, aos chamados, amados em Deus Pai, e guardados em Jesus Cristo*:

No tocante a Judas, irmão do Senhor, temos pouquíssima informação. Ver Mat. 13:55 quanto à lista dos irmãos de Jesus. Evidentemente ele era filho de José e Maria, ainda que alguns estudiosos neguem isso, com base em um preconceito *a priori*, que defende, sem base, a idéia da perpétua virgindade de Maria. Ver o artigo sobre a *Família de Jesus* e o trecho, Mat. 12:46,47. Dentre seus muitos irmãos, dois se tornaram «apóstolos», isto é, dotados de estatura especial apostólica, Tiago e Judas. O trecho de Atos 1:14 mostra-nos que muitos, e talvez todos os irmãos de Jesus, se converteram após a ressurreição. E talvez exatamente devido à sua ressurreição. O trecho de I Cor. 15:7 evidentemente dá a entender que Tiago, irmão do Senhor, foi uma das pessoas privilegiadas pelo aparecimento pessoal do Senhor ressurrecto.

Há uma tradição, preservada por Hegesipo (conforme foi registrado por Eusébio, em sua *História Eclesiástica* III.20.1,2), que mostra que os netos de Judas continuaram na fé, e que seu íntimo relacionamento com Jesus lhes trouxe dificuldades perante o governo imperial, até que Domiciano viu que eram humildes de aparência, um tanto rústicos, pobres, certamente não servindo de ameaça ao império, como traidores em potencial.

6. Judas, o *Galileu*. Esse homem provocou um movimento rebelde contra os romanos, conforme ficou registrado no trecho de Atos 5:37, fato esse que também é mencionado pelo historiador judeu, Josefo. Ele nos diz que esse Judas nasceu em Bamala, e data a rebelião em 6 D.C., nos tempos de Quirínio, governador da Síria. No choque que houve, Judas, o Galileu, foi derrotado e morto.

7. Judas, *um judeu* em cuja casa, em *Damasco*, Paulo ficou hospedado por algum tempo (ver Atos 9:11).

8. Judas, *—certo profeta cristão*, de sobrenome *Barsabás*, — que, juntamente com Silas, foi escolhido

pela igreja de Jerusalém a fim de acompanhar Paulo e Barnabé até Antioquia, para entregarem a decisão escrita dos apóstolos, acerca da natureza não obrigatória da circuncisão (ver Atos 15:22-33). Alguns têm procurado identificar esse Judas com Judas Tadeu, ou então como irmão de Tiago e João. (Como é feita essa identificação, o leitor pode inteirar-se nas notas sobre Judas Tadeu (1) mais acima).

Um profeta e líder cristão, cujo nome, ao que tudo indica, significa «nascido no sábado», ou, então, «filho de Sabá». Talvez ele tenha sido irmão de José, chamado Barsabás, conforme se vê em Atos 1:23, que foi um dos dois candidatos a substituto de Judas Iscariotes, no apostolado. Foi homem de dotes espirituais excepcionais.

9. *Um cidadão de Jerusalém*, que se aliou a outros judeus, ao enviarem um missiva aos judeus que residiam no Egito, em 165 A.C. Eles anunciavam ali a iminente rededicação do templo de Jerusalém. Esse relato é contado em II Macabeus 1:10.

10. *Um filho de Simão*, irmão de Judas Macabeu. Ele e seu irmão, João, derrotaram um exército sírio invasor, comandado por Candebaeus. Porém, em 135 A.C., Simão Judas e seu irmão, Matatias, foram assassinados por Ptolomeu, genro de Simão. Essa história de traição é contada no décimo sexto capítulo de I Macabeus.

11. *Judas Macabeu*. Esse homem era apelidado «martelador» (*macabaios*) por causa de sua capacidade de militar e seu espírito invencível. Ele foi o terceiro filho de Matatias, o sacerdote hasmoneano. Tornou-se o sucessor de seu pai, como líder da guerra santa contra Antíoco IV Epifânio, do que resultou um período de independência de Israel, antes que os romanos, finalmente, tomassem conta da região. Ver o artigo geral sobre os *Hasmoneanos*, que narra a história dessa influente e corajosa família, que assinalou um marco na história geral dos judeus. A revolta contra Antíoco IV Epifânio começou em 167 A.C. Vários membros da família dos *hasmoneanos* (que atendiam pelo apodo de Macabeus) estiveram envolvidos nessa revolta dos judeus. Quando a independência foi obtida, então, os membros dessa família formaram uma dinastia governante, até que o décimo segundo descendente direto foi executado por Herodes, o Grande, em 29 A.C. A resistência passiva dos *hasidim* (ou «piedosos») transformou-se em violência, quando editos contrários, expedidos pelo poder dominante, tornaram-se insuportáveis para o ânimo dos judeus.

Matatias, pai de Judas, em sua indignação, matou um oficial judeu que fora enviado para estabelecer um culto pagão em Modein, perto de Jerusalém. Antíoco IV Epifânio estava seguindo as normas que levariam à helenização de Israel, o que, naturalmente, haveria de modificar a fé dos hebreus, antes que se pudesse helenizar mais profundamente os judeus. Matatias, entretanto, não morreu muito depois desse incidente, pelo que Judas levou adiante a resistência judaica, na forma de guerrilheiros. Depois disso, ele conseguiu destruir, quase imediatamente, um destacamento do inimigo, surpreendendo e dizimando forças ainda maiores, em Bete-Horom. Em vista disso, Antíoco nomeou Lísias para pôr fim à revolta; mas, em Emaús, Judas Macabeu derrotou o exército de Lísias, que estava sob as ordens de Ptolomeu, Nicanor e Górgias. E Judas foi novamente o vitorioso, em Bete-Zur, quando precisou enfrentar o próprio Lísias. Entrementes, na Terra Santa, muitos judeus cooperavam com os esforços helenizadores de Antíoco. Por isso mesmo, as vitórias de Judas parecem ainda mais impressionantes. O conflito não foi fácil para os judeus, visto que uma guarnição síria permanecia entrincheirada na Acra, a cidadela de Jerusalém. Apesar disso, em 165 A.C., Judas foi capaz de purificar o templo de Jerusalém e remover dali os itens pagãos, que os helenizadores tinham posto naquele lugar sagrado. Um altar fora erigido em honra a Zeus, e ritos pagãos, durante algum tempo, haviam dominado o culto. Judas, porém, desvencilhou-se de todos os sinais do paganismo. A festa religiosa que celebra esse acontecimento chama-se Festa da Dedicação, ou, no hebraico, *Hanukkah*. Ver o artigo separado sobre *Dedicação, Festa da*, quanto a detalhes sobre a questão.

A purificação do templo cumpriu o propósito imediato da revolta; mas Judas Macabeu e seus aliados tinham idéias mais amplas do que isso. O que eles almejavam era a independência da Judéia. Isso posto, a revolta que era apenas religiosa, no começo, tornou-se um movimento que visava à obtenção da independência nacional. Lísias, então, assediou a cidade, e quase conseguiu que seus habitantes se rendessem, pressionados pela fome. Porém, foi exatamente por essa altura dos acontecimentos que morreu Antíoco IV Epifânio, um homem muito amado por sua família e por sua gente, embora um dos piores inimigos históricos de Israel. Em vista da morte de Antíoco, Lísias precisou voltar para sua terra. Foi então que Judas Macabeu conseguiu obter liberdade religiosa do governo sírio. E desde então os sírios começaram a enfrentar toda forma de problemas, sem nada ter a ver com o que estava sucedendo em Israel, o que somente ajudou à causa de Judas Macabeu. Judas firmou um pacto com os romanos; mas a ajuda que ele esperava que viesse dos romanos reduziu-se a nada. A despeito disso, Judas obteve, finalmente, uma espetacular vitória sobre os sírios. Pouco tempo depois, porém, sofreu uma humilhante derrota, tendo sido morto em Elasa, em 161 A.C. Pelo menos em parte, isso deveu-se a intrigas promovidas por sua própria gente.

Seu irmão, *Jônatas*, tomou a peito a causa. Finalmente, *Simão*, o último sobrevivente dos cinco filhos do velho Matatias, assumiu a liderança, ao obter a independência política que fora cobiçada durante tantos anos sangrentos. Os livros de I e II Macabeus (nome derivado de Judas, que tinha por apodo «macabeu») contam a história toda. Desde então, essa narrativa tornou-se inspiradora do indomável espírito judaico, que tem promovido a luta dos judeus contra muitos inimigos muitas vezes mais poderosos do que eles. O cânon do Antigo Testamento da Igreja Católica Romana, confirmado por ocasião do concílio de Trento, em 1546, recebeu I e II Macabeus (e outros dos chamados livros *apócrifos*) em seu cânon oficial dos livros do Antigo Testamento. Todavia, para os grupos protestantes e evangélicos, esses livros continuam fora do cânon veterotestamentário. Ver o artigo sobre os *Livros Apócrifos*. Quanto a uma bibliografia acerca dessa época da história, ver o artigo intitulado *Hasmoneanos*.

JUDAS (LIVRO)

Introdução:
I. Confirmação Antiga
II. Autoria
III. Data
IV. Proveniência e Destino
V. Relação Entre II Pedro e Judas
VI. Motivo e Propósitos
VII. Conteúdo

VIII. Bibliografia

A preservação da epístola de Judas, epístola tão breve e sobre assuntos que para nós parecem remotos, se deveu ao fato de que é defesa do cristianismo contra os assédios do gnosticismo, questão bem vívida na igreja primitiva pelo espaço de cerca de cento e cinqüenta anos. Apesar de não termos mais perturbações diretas com o gnosticismo, contudo, problemas similares sempre houve na igreja, pelo que esta epístola sempre será atual. Assim, se a heresia enfrentada é para nós apenas uma nota de rodapé na história eclesiástica, os princípios ímpios que ela representava se renovam a cada geração.

De fato, até mesmo alguns crentes têm tendências para o gnosticismo. Uma das principais idéias dos gnósticos era sua negação da humanidade de Cristo, pois não podiam perceber como seria metafisicamente possível a um ser espiritual (uma emanação angelical, um «aeon» ou mesmo o «Logos») encarnar-se. Eles viam a matéria como o princípio mesmo do pecado; e se um ser espiritual se encarnasse fá-lo-ia somente para contaminar-se. Hoje em dia, apesar da encarnação ser vigorosamente defendida, contudo, quando muitos crentes começam a dizer como Cristo era capaz de realizar aquilo que fez, sempre atribuem tudo à sua «natureza divina»; nada deixam para sua humanidade, senão a sua morte. Não vêem claramente a tremenda significação ética e metafísica da vida de Jesus. Como homem ele se tornou o Pioneiro do caminho que conduz de volta a Deus. Mostrou ele como um homem, cheio e transformado pelo Espírito, pode viver não apenas vitoriosamente sobre o pecado, mas como pode operar maravilhas, milagres e prodígios. Foi o homem Jesus de Nazaré quem fez todas essas coisas, dotado pelo Espírito e por ele transformado; e isso está franqueado a todos os homens, conforme fica claro em João 14:12. (Ver as notas expositivas completas sobre a «importância da humanidade de Jesus, em Fil. 2:7 no NTI).

Deveria ser lembrado que os homens, dotados pelo Espírito, apesar de serem «instrumentos» de seu poder, são mais do que isso. O próprio poder que usam os *espiritualiza*, — para que venham a compartilhar da imagem e da natureza de Cristo; e assim chegam a participar da natureza divina (ver II Ped. 1:4). Desse modo, assim como Cristo assumiu humanidade e foi transformado como homem, na qualidade de *Pioneiro* do caminho, assim tomamos a sua essência, a sua natureza de Filho, o Deus-homem. Esse é o grande desígnio do evangelho (comentado em Col. 2:10 no NTI). Quão importante, pois, foi sua autêntica identificação com os homens, em sua humanidade, e quão gloriosa é a nossa identificação com ele, em sua divindade!

Jesus, como homem, ensinou-nos o imperativo moral do evangelho. Os gnósticos faziam da imoralidade parte oficial de seu sistema ético. (Ver os comentários sobre isso na seção VI deste artigo). Jesus contradiz tudo isso. Sua humanidade tem tremenda importância ética, e a veracidade de sua experiência é infundida em todos os seus verdadeiros discípulos. Judas ensina-nos claramente essa lição, sendo essa uma das razões porque sua epístola foi preservada, por que ela mereceu lugar no «cânon» do N.T.

I. *CONFIRMAÇÃO ANTIGA*

Judas é um daqueles livros (juntamente com Tiago e II Pedro) menos confirmados pelos antigos pais da igreja. Ou era desconhecido ou foi ignorado por Policarpo, Irineu e Inácio, do começo do século II D.C.. Há frases e declarações similares nos escritos de Policarpo (115 D.C.), conforme se vê em sua epístola aos Filipenses 3:2. que se parecem com o que diz Judas 3 e 20 ao usar a figura simbólica da «edificação na fé». O trecho de Filipenses 1:10, de Policarpo, é similar a Jud. 21; e Filipenses 11:4 é similar a Jud. 20,23. Porém, a maioria dos eruditos acredita que essas instâncias nada provam senão que houve um «fundo de frases» que era comum ao ensinamento cristão primitivo, que encontrou lugar em muitos documentos antigos, sem que isso envolva qualquer «dependência literária». Também há similaridades verbais entre as doxologias de I Clemente 20:12 e 65:2 (95 D.C.) e Jud. 25; e entre *Hermas, Sim.* V, 7.2 (130 D.C.?), na alusão à contaminação do corpo, e Jud. 8. Uma vez mais, porém, nada de muito convincente pode ser dito para mostrar qualquer dependência literária entre essas obras e esta epístola de Judas. Outrossim, nesses primeiros escritos, Judas nunca é mencionado como quem escreveu algo.

A dependência de II Pedro a esta epístola de Judas, todavia, é algo universalmente reconhecido, embora alguns poucos eruditos pensem que Judas é que depende de II Pedro. (Essa questão é discutida na seção V do artigo sobre a segunda epístola de Pedro). Mas, visto que a segunda epístola de Pedro foi aceita depois da de Judas, a única coisa que essa dependência prova é que a epístola de Judas foi escrita primeiro.

A primeira menção indisputada à epístola de Judas, na igreja antiga, aparece no cânon Muratoriano (que reflete a aceitação por parte da igreja romana, em cerca de 190 D.C.). Até mesmo nesse caso, entretanto, a menção a Judas é fraseada de tal modo que mostra que tal livro não era reconhecido como canônico em certas seções da igreja cristã. Esta epístola é omitida no cânon Monseniano, um catálogo africano de livros sacros, feito em cerca de 350 D.C., pelo que até cerca dos meados do século IV, a posição desta epístola não estava garantida no «cânon», em algumas porções da igreja. Todavia, quando do terceiro concílio de Cartago (397 D.C.), Judas foi incluída na lista das Escrituras canônicas.

Tertuliano (197 D.C.) aceitava a epístola de Judas; e visto que o trecho de Jud. 14,15 usa o livro de Enoque, ele inferiu disso a posição bíblica daquele livro também. Isso mostra que a questão do cânon ainda era fluida naquele tempo e que a epístola de Judas fora traduzida para o latim, sendo conhecida nessa forma, mui provavelmente, na província romana da África.

Clemente de Alexandria (200 D.C.) não somente aceitava esta epístola como canônica, mas também dizia que Judas, o meio-irmão do Senhor Jesus, fora o seu autor. (O Instrutor III.8; comparar com Miscelâneas III.2). No seu Paed. iii.8.44, Clemente cita Judas 5 e 6 por nome, e na próxima seção (45), ele cita Jud. 11; embora sem identificar o autor. Em seu Strom. iii.2,11 ele cita Judas 8-10 por nome (identificando a citação como de Judas).

Orígenes (250 D.C.) trata Judas mais ou menos como fez com II Pedro. Ele reconheceu as dúvidas que circundavam o livro, mas não parecia entreter pessoalmente tais dúvidas. Em sua versão latina de Judas, ele dá o título de «apóstolo» a Judas. Cita Jud. 6 em seu «*In Matth.*», vol. XVII,30. Na mesma obra (x.17), ele menciona diretamente a Judas como autor, reconhecendo assim a sua autoridade; em sua versão latina ele cita Jud. 6 (em ad Rom. iii.6). Em sua «Epíst. *ad Alex.*», ele cita o trecho de Jud. 8 e 9.

Eusébio (340 D.C.) dá-nos sua própria opinião, pensando que a epístola de Judas era «falsa», com base no fato de que poucos pais antigos mencionaram-na ou citaram-na por nome. Diz ele que a

aceitação dessa epístola, por parte de Clemente, se deveu ao fato de que ele não hesitava em usar o testemunho de escritos disputados, entre os quais ele situava vários livros apócrifos do A.T., como a «Sabedoria de Salomão», a «Sabedoria de Jesus, filho de Siraque», além de alguns livros apócrifos do N.T., como a Epístola aos Hebreus, e as epístolas de Barnabé, Clemente e Judas. (Ver História Eclesiástica VI.13:6; VI.14.1). Em alguns lugares, Eusébio chama de «espúria» a esta epístola, ou então de «disputada» (ver História Eclesiástica II.23.24-25; III.25.3; VI. 13:6; 14:1). Isso mostra que até os meados do século IV D.C. a canonicidade desta epístola era questão debatida, devida, principalmente, ao fato de que poucos dos pais da igreja a aceitavam, entre os quais não havia nenhum dos fins do primeiro e do começo do segundo séculos.

Atanásio (366 D.C.) incluía Judas sem nenhuma dúvida, em seu «cânon». A sua lista foi a primeira lista canônica a incluir todos os vinte e sete livros do N.T. que atualmente são aceitos.

Jerônimo (392 D.C.) também incluía esta epístola sem qualquer laivo de dúvida, embora admitisse que, em seus próprios dias, alguns a rejeitavam, especificamente por ser ela citada no livro apócrifo de Enoque (Sobre Homens Famosos, IV).

Pode-se ver, pois, que somente nos fins do século IV D.C. é que parte da igreja cristã veio a aceitar a epístola de Judas; mas até mesmo no fim desse século alguns ainda duvidavam da autenticidade da mesma, julgando não ter ela o direito de fazer parte do «cânon» das Escrituras. (Ver o artigo sobre *Cânon*).

II. *AUTORIA*

Apresentamos aqui os argumentos, pró e contra a idéia que Judas, o apóstolo, ou Judas, irmão do Senhor, escreveu este livro.

Dúvidas e disputas. Argumentos contrários, típicos de escritos e livros.

A confirmação antiga (ver as notas anteriores) naturalmente tem uma relação direta com a questão da autoria. Poder-se-ia crer, indagam alguns, que se Judas, um apóstolo, ou se Judas, um irmão autêntico do Senhor, tivesse escrito algo, que a igreja dos primeiros séculos teria ignorado ou duvidado de sua autenticidade? O autor parece tentar identificar-se como irmão do Senhor (presumivelmente ligando-se a Tiago, que supomos devemos entender como irmão do Senhor). Mas o testemunho antigo é que as coisas não foram realmente assim, pelo que teríamos à frente uma pseudepígrafe, isto é, um livro cujo autor não é aquele declarado na introdução. Isso surpreende os leitores modernos, porque imediatamente pensam em «obra forjada», «fraude» e «desonestidade». Mas isso é ignorar o fato de que os antigos aceitavam tais escritos com naturalidade, pois eram freqüentemente produzidos em honra a algum mestre, como tributo prestado a algum professor bem conhecido, com propósitos de fomentar seu prestígio e suas doutrinas. Muitos escritores anônimos, que ligavam o nome de algum mestre a seus escritos, provavelmente, faziam-no em atitude humilde, e com nobres propósitos. Os antigos simplesmente não viam a questão do modo como a vemos. O advento de Cristo produziu grande atividade literária, pelo que muitos evangelhos, atos, epístolas e apocalipses, que trazem nomes de famosos cristãos primitivos, como apóstolos e outros, não foram realmente escritos pelos tais. Ver o artigo, *Livros Apócrifos do N.T.* e outra literatura cristã primitiva. Não se deve estranhar, pois, se nosso cânon final do N.T., que precisou de alguns séculos para atingir sua fruição, tenha incluído um ou mais desses escritos «pseudepígrafes». Além disso, a investigação no campo da autoria dentro dos estudos neotestamentários, é algo plenamente justificado. Se afirmarmos que um ou mais dos livros do N.T. não foram escritos pelos autores cujos nomes aparecem na introdução dos mesmos, não afirmamos mais do que o fizeram quase todos os pais mais antigos da igreja, cuja fé cristã estava acima de reprimenda, e que estavam em melhor posição para julgar essas coisas que nós, os modernos.

Vários eruditos, não aceitando que Judas, o apóstolo, ou Judas, irmão do Senhor, escreveu o livro, mas não querendo dar-lhe o título de *pseudepígrafe*, têm procurado vinculá-lo a certo bispo de Jerusalém, conforme se lê em Eusébio; e alguns têm identificado com ele o autor sagrado. Todas essas conjecturas, porém, não têm qualquer possibilidade de prova, e quando muito são tentativas precárias. Outros, esperando preservar o título «Judas», conjecturam que as palavras «irmão de Tiago» são uma interpolação antiga, que visa a identificar o livro com o «círculo apostólico». Nesse caso, algum «Judas» desconhecido escreveu o livro, e isso explicaria por que a igreja primitiva essencialmente o ignorou, até o século IV D.C. Porém, não há qualquer evidência textual em favor dessa idéia, e ela não se recomenda a nós como válida.

É interessante notar que Hegesipo tinha alguma prova do fato de que dois netos de Judas foram levados perante Domiciano, pois as autoridades se tinham alarmado ante o fato de que se diziam descendentes de Davi, estando diretamente aparentados com o próprio Cristo. Porém, quando aqueles homens mostraram suas mãos calejadas, e tendo descrito quão pouco possuíam, e tendo falado do «reino» pelo qual esperavam, que «não é deste mundo», foram despedidos entre zombarias (ver Eusébio, *História Eclesiástica* iii.20). Os descendentes de Judas viveram até o reinado de Trajano (até 117 D.C.) e morreram homens idosos (Eusébio, *História Eclesiástica* iii.32.5). Isso subentende que o Judas original era homem não muito mais jovem que Jesus, mas também subentende que o próprio Judas morreu relativamente cedo (provavelmente antes de 70 D.C.) Sendo esse o caso, não é provável que Judas, irmão do Senhor, tenha escrito o livro à nossa frente, porquanto parece envolver um ataque ao gnosticismo do século II D.C. Outrossim, se tais detalhes como os ditos acima foram preservados acerca de indivíduos remotos, meramente por estarem relacionados com Judas, como se pode imaginar que qualquer escrito genuíno seu pudesse ter sido totalmente ignorado pela igreja primitiva?

Apresentamos agora uma típica defesa da idéia que Judas, irmão do Senhor, foi autor deste livro. O leitor, munido das informações acima, será capaz de ver os pontos fracos e fortes dos argumentos dados abaixo (extraídos do Comentário de Lange):

«1. Quanto ao testemunho antigo, vemos que essa epístola fora recebida no cânon das Escrituras no século IV D.C. Jerônimo reconhece seu caráter genuíno, mas observa que em conseqüência de citar do livro apócrifo de Enoque, era repelida pela 'maioria' — tal rejeição, pois, não tinha bases objetivas e históricas... Eusébio a classifica entre as *antilegômena*, e adiciona que embora muitos dos antigos não a tenham mencionado, era publicamente usada pela maioria das igrejas. Orígenes alude a ela respeitosamente (Comentário em Mat. 13:55,56, par. 17: 'Judas escreveu uma epístola de poucos versículos, embora dotada de palavras vigorosas de graça celestial'), citando-a repetidamente, e só em um lugar

dúvida de sua genuinidade. É mencionada no antigo fragmento muratoriano (cerca de 170 D.C.). Clemente de Alexandria teceu comentários a seu respeito, atribuindo-a expressamente ao apóstolo Judas; e Orígenes também chama-o de apóstolo em dois lugares... Não aparece na antiga versão siríaca Peshitta... O testemunho dos pais não recua mais do que isso... A razão talvez esteja na brevidade da epístola, em sua afinidade com II Pedro e, conforme ficaremos convictos, em sua origem não apostólica... Sumariando o testemunho, descobrimos que prepondera em favor do caráter genuíno da epístola».

«2. Quanto às bases 'internas', os críticos não têm podido firmar objeções válidas. De Wette nota que a autoria de Judas não é afetada pelo uso do livro de Enoque, nem por sua provável familaridade com a epístola aos Romanos, nem por sua dicção dura, a qual, apesar disso, mostra familiaridade com o idioma grego. Huther rebate com razão a suposição superficial de Schwegler de que os vss. 17 e 18 atribuem a epístola a uma data pós-apostólica, dizendo que aqueles versículos de modo algum frisam uma era pós-apostólica, pois antes supõem que os leitores da epístola tinham ouvido a pregação dos apóstolos; e que se, conforme ainda supõe Schwegler, a epístola visava a servir aos interesses do judaísmo contra o paulinismo, certamente isso deveria transparecer na epístola; um forjador, outrossim, dificilmente teria atribuído seu escrito a um homem de tão pouca proeminência quanto esse Judas...»

«A epístola transpira um espírito moral estrito, brilhando de zelo contra o erro e o vício, cuidando amorosamente da salvação das almas, mostrando profunda reverência por Deus e sua Palavra. Assim, pois, em tudo é digna de ter-se originado de um primitivo cristão, que estava tão intimamente relacionado ao Senhor».

«Não devemos permitir que nosso juízo seja afetado pelo uso do livro apócrifo de Enoque, da tradição de Enoque e do *'ascensio Mosis'*, visto que Paulo também dá os nomes dos mágicos egípcios, Janes e Jambres, embora nada seja dito acerca deles nos livros históricos do A.T. (ver II Tim. 3:8). Antes, admiremos a reserva com que o autor de nossa epístola usa o livro de Enoque, o qual contém tantas coisas fantásticas, a fim de nessa reserva reconhecermos a orientação do Espírito de Deus. Além de depender decididamente da segunda epístola de Pedro, a de Judas contém muitas características originais, comparações notáveis (por exemplo, os vss. 12,13), delineações características em poucas palavras (vs. 19), exortações sábias e bem pensadas (vss. 20-23). Como prova da originalidade do autor sagrado deve-se mencionar que os 25 versículos desta epístola contêm nada menos que dezoito *'apaks legomena'*, nos vss. 3,4,7,10,11,12,13,15,17,19 e 23».

O comentário de Lange prossegue, dando razões por que Judas, o apóstolo, não é o autor, principalmente porque o próprio livro parece ter o cuidado de não nos dar essa impressão. Argumenta ele que o «Tiago» mencionado deve ter sido indivíduo bem conhecido, já que o autor se identifica com ele (como seu irmão), como se isso fosse significativo para seus leitores. Quem, pois, são esses irmãos? A história de Eusébio (H.E. 3,19,20) é citada para mostrar que Judas (irmão do Senhor) tinha um irmão de nome Tiago. Eusébio também menciona um certo «Tiago» um irmão do Senhor, o qual, juntamente com os apóstolos, era líder da igreja de Jerusalém, trazendo a alcunha de «Justo». Josefo informa-nos de que o sumo sacerdote Anano fez Tiago, irmão 'do chamado Cristo', ser apedrejado (62 D.C.), descrevendo-o como um homem reto. «Os pais chamam-no claramente de bispo de Jerusalém; assim fazem-no Eusébio, Jerônimo, Nicéforo... A igreja antiga, pois, considerava o Judas e o Tiago aqui referidos como irmãos do Senhor segundo a carne. Em que isso concorda com o N.T.? Paulo, em Gál. 1:19 apresenta-nos Tiago, irmão do Senhor, e evidentemente o distingue, por aquela designação, do apóstolo Tiago, o Menor; e descreve-o como um apóstolo em sentido mais lato (cf. II Cor. 8:23; Rom. 16:7; Fil. 2:25 e Atos 14:14). Portanto, não precisamos ficar surpreendidos que alguns dos pais, como Jerônimo, Epifânio e Agostinho, também o tivessem chamado de apóstolo... (ver Mat. 13:55 e Mar. 6:3). Os nomes dos irmãos do Senhor eram Tiago, Joses, Simão e Judas...» (Neste ponto Lange expõe razões para crer que estão em foco «irmãos» autênticos, e não «primos», material esse fora do escopo de nossa investigação).

«Entre os irmãos do Senhor, após se terem tornado crentes, Tiago veio logo a ocupar lugar de destaque. Ele é apresentado como representante da tendência judaico-cristã da igreja-mãe (ver Atos 12:17). Seu íntimo parentesco com o Senhor, sua vida piedosa e seus hábitos austeros logo o elevaram à dignidade apostólica. No concílio dos apóstolos sobre a obrigatoriedade da lei, seu parecer mostrou ser decisivo (ver Atos 15:13). O concílio dos anciãos reunia-se em torno dele (ver Atos 21:18). Entre as colunas da igreja, ele é mencionado em primeiro lugar (Gál. 2:9), ao passo que em outros lugares Pedro é o príncipe dos apóstolos. Provavelmente ele é o autor da epístola de Tiago do cânon; pois os princípios ali contidos concordam com o que se sabe de sua vida, noticiado pelos pais; e ele, tal como Judas, descreve-se não como apóstolo, mas apenas como servo de Deus e do Senhor Jesus Cristo (ver Tia. 1:1). Tem-se objetado que Lucas não distingue claramente o Tiago não apostólico do apóstolo Tiago, o qual é aludido em Atos 1:13, porém, podemos responder, juntamente com Huther, que a familiaridade que então os cristãos tinham com todas as circunstâncias não exigia que tal distinção fosse feita de modo especial, o que também sucede no caso dos dois Filipes (ver Atos 1:13 e 8:5). A assertiva de Wiesler de que a igreja de Jerusalém não reconheceria como seu cabeça quem não fosse apóstolo, não pode ser consubstanciada por qualquer razão. Nosso Judas foi irmão daquele reverenciado líder de Jerusalém, tendo a mesma relação de família com o Senhor. O fato de não se ter descrito como irmão do Senhor, tal como Tiago faz em sua epístola, pode ter-se motivado na modéstia, ou em seu senso da relação que mantinha com Cristo, espiritualmente falando, o que prevaleceu sobre a relação física, tal como se deu no caso de nosso Senhor mesmo (ver Mat. 12:48-50)».

Conclusão:

1. Se nossa disposição é concordar com os primeiros pais da igreja (antes dos meados do século III D.C.), então rejeitaríamos Judas (apóstolo ou irmão do Senhor) como autor deste livro. Se nossa inclinação é concordar com a igreja do século IV D.C. e depois, provavelmente aceitaríamos Judas, irmão do Senhor, como autor deste livro.

2. O nome «Judas» era comum, tal como o de «Tiago» (no grego, «Jacó»). O Judas deste livro não afirma ser irmão do Senhor. Vários intérpretes, antigos e modernos, sugerem vários «Judas» como autor desta epístola. Apesar de podermos dizer que «provavelmente» o autor queria identificar-se como «irmão do Senhor», mas a humildade não o deixou asseverar tão alta posição, o único «fato» que podemos

afirmar é que o livro à nossa frente é anônimo. Portanto, sem importar o que cremos sobre a identidade de seu autor, se foi «este» ou «aquele» Judas, assim cremos por causa da aceitação de uma ou outra tradição. Não se pode acreditar nisso devido a qualquer declaração constante na própria epístola de Judas.

3. Nenhum dos pais realmente antigos da igreja identificou o livro com Judas, irmão do Senhor, e vários pais posteriores negaram vigorosamente que pudesse ter sido escrito por ele. Isso se deve, em parte, porque há ali citações extraídas de dois livros apócrifos, *Enoque* e a *Assunção de Moisés*; e alguns dos pais da igreja, pensando que esses livros não eram dignos de ser citados, automaticamente pensaram que Judas era indigno de ser considerado livro «canônico», por ter-se utilizado de tal material em suas citações.

4. Este livro se acha entre os mais «debatidos» do N.T., e tem retido essa posição até hoje. Essa «disputa» tange à sua autoria e à sua canonicidade. Minha própria opinião é que Deus teve parte na formação do cânon, e embora isso tenha ocupado vários séculos, certos livros foram preservados para nós. «A mão de Deus sobre o livro de Judas» subentende sua inspiração, de tal modo que qualquer discussão de autoria humana se torna secundária, sobretudo quando nenhuma conclusão certa é exeqüível, nos tempos antigos ou modernos. Nosso problema, pois, é «como obedecemos» ao que foi escrito neste livro, como participamos de seu zelo na defesa da fé, contra os erros satânicos, representados pelo gnosticismo (a heresia aqui atacada).

5. A questão da autoria do livro dificilmente pode ser usada como prova de ortodoxia ou de fé cristã, considerando-se o seu manuseio pelos pais mais antigos da igreja, cuja fé cristã está acima de reprimenda.

III. *DATA*

Se Judas, irmão do Senhor, escreveu a carta, então não pode ser datada posterior a 70 D.C. Provavelmente Judas não viveu mais que isso. Se esse Judas não a escreveu, então supomos que foi escrita nos começos do século II D.C., como um tratado contra o gnosticismo da época. Visto que é mencionado no cânon muratoriano, da última porção do século II D.C., o livro não pode ter sido escrito muito depois dos meados daquele século. Já que II Pedro incorpora grande parte do mesmo, então sua data deve ter precedido tal escrito. Se II Pedro pertence genuinamente a Pedro, então Judas teve de ser escrita realmente cedo. Em caso contrário, então o começo do século II D.C. é uma boa conjectura acerca da data da epístola de Judas, tão boa quanto qualquer outra conjectura.

IV. *PROVENIÊNCIA E DESTINO*

Proveniência. Não se pode afirmar, com qualquer certeza, onde essa epístola foi escrita. Porém, se argumentarmos que a 2ª epístola de Pedro teve proveniência romana, então seria razoável a suposição de que Judas proveio dali também, já que aquele livro de Pedro incorpora muito da epístola de Judas. E se a epístola de Judas foi conhecida primeiramente em Roma e cercanias, então poderia ser copiada ali. Outrossim, a primeira menção dessa epístola aparece no «cânon Muratoriano», e isso reflete um uso romano, perto do final do século II D.C. Já que essa epístola foi pela primeira vez usada e reconhecida nessa área, é razoável supormos que ali foi ela composta. Seu reconhecimento, da parte de Tertuliano e da igreja de língua latina, antes de qualquer confirmação proveniente de outras áreas, parece apontar para a mesma conclusão. Outras sugestões relativas à proveniência têm sido Jerusalém, a Palestina (na suposição que seu autor foi Judas, irmão do Senhor), a Síria, o Egito e a Ásia Menor. (Ver a segunda epístola de Pedro, em sua introdução, no ponto IV, quanto a outros argumentos que talvez dêem a entender a proveniência romana para ambas essas epístolas—Judas e II Pedro).

Destino:

A saudação é «...aos chamados, amados em Deus Pai e guardados em Jesus Cristo...» Essa é uma saudação muito geral, sem que qualquer indicação seja dada acerca de seus leitores originais. Provavelmente essa epístola tenha sido verdadeiramente «católica» ou «universal» não visando qualquer comunidade em particular, pois se destinava à igreja inteira, em todos os lugares, onde quer que houvesse dificuldades com o ataque gnóstico. A Ásia Menor estava infestada com o ensino gnóstico, sendo possível que esta carta tenha sido enviada originalmente para aquela região, tal como o foram as epístolas joaninas e aquela dirigida aos Colossenses — (todas elas combatem o gnosticismo). A segunda epístola de Pedro também parece ter sido enviada para a Ásia Menor, por razões declaradas na seção IV da introdução daquele livro. Isso poderia servir de pequena indicação que Judas foi epístola que originalmente também foi posta a circular naquela região do mundo, pois, em algum sentido, a segunda epístola de Pedro é companheira desta epístola de Judas.

V. *RELAÇÃO ENTRE II PEDRO E JUDAS*

Reconhece-se universalmente que há certa dependência entre essas duas epístolas, e a maioria dos eruditos supõe que o trecho de II Ped. 2:1-18 foi copiado de Jud. 3-18, apenas com leves modificações. Esse problema é amplamente discutido, com ilustrações, na seção V da introdução à segunda epístola de Pedro.

VI. *MOTIVO E PROPÓSITOS*

Motivo. Quase todos os estudiosos, com razão, concordam que Judas foi epístola escrita para combater a heresia gnóstica que floresceu no segundo século da nossa era. A crise de falsos ensinamentos, que cercou a igreja, levou o autor a lançar um tratado que fora planejado para defender «...a nossa comum salvação...» Em seu lugar, ele pensou ser bom compor um violento ataque contra o gnosticismo. As doutrinas gnósticas específicas, que transparecem (sob ataque), nesta epístola de Judas, são as seguintes:

1. *Imoralidade* dos mestres gnósticos (ver o quarto versículo). Os gnósticos faziam da licenciosidade uma parte oficial de sua ética. Criam eles que a matéria é o princípio mesmo do mal; e assim, por participar da matéria, o corpo físico é o princípio do mal no homem. Também acreditavam que o sistema do mundo visa destruir a matéria, finalmente, libertando o espírito para seu vôo até à realidade espiritual e final. Supunham que devemos «cooperar» com o mundo nesse intuito, abusando do corpo. Isso faziam mediante ascetismo extremo (tipo de ética gnóstica combatida em Col. 2:15 e *ss*) ou mediante a imoralidade extremada (tipo combatido nas epístolas pastorais, nas três epístolas joaninas e neste livro de Judas). Acreditavam os gnósticos que o espírito não se corrompe com aquilo que é feito através do corpo, tal como o ouro não perde sua essência e pureza se mergulhado na lama. Portanto, a imoralidade não somente era aceita, mas era encorajada. Isso contradizia radicalmente com o ponto de vista judaico

cristão da moralidade, pelo que os livros no N.T. que combatem o gnosticismo licencioso (mencionados acima), assediam fortemente as imoralidades gnósticas.

2. Os gnósticos *negavam a expiação* pelo sangue de Cristo (implícito no quarto versículo). Eles «negavam» a Deus e a nosso Senhor, Jesus Cristo. Criam eles que o «*Espírito-Cristo*» (o «aeon» ou emanação angelical, embora não o grande «Logos») meramente viera possuir o corpo do homem Jesus de Nazaré, quando de seu batismo, não se tendo «encarnado» realmente. Repeliam a encarnação como algo metafisicamente impossível e moralmente prejudicial. Se um espírito viesse a encarnar-se, ficaria corrompido pela matéria, o princípio do mal. Já que Cristo não se encarnara e, por conseguinte, não sofrera e nem morrera, como poderia ter feito expiação? Quando o homem Jesus morreu, o «aeon» ter-se-ia afastado dele; e sua morte, portanto, teria sido meramente humana, sem qualquer valor expiatório. (Ver o trecho II Ped. 2:1 que diz: «...até ao ponto de renegarem o Soberano Senhor que os resgatou, trazendo sobre si mesmos repentina destruição», o que é clara alusão à *expiação*). — Pode-se supor que em Judas 4 há a mesma alusão.

3. Os gnósticos *negavam a Deus Pai* (ver o quarto versículo). Tinham um conceito **deísta** de Deus. Em outras palavras, Deus teria criado a tudo, mas seria tão **transcendental** que nada mais teria a ver com a sua criação. Teria deixado sua criação entregue às leis naturais, não interferindo e nem recompensando e punindo. O cristianismo autêntico, porém, toma a posição **teísta**, isto é, Deus não somente existe e criou a tudo, mas também intervém na história humana, recompensando e punindo. O fato de que os gnósticos negavam a Deus, provavelmente também inclui a idéia de que tinham vidas ímpias e imorais. Isso negava qualquer pretensão que tivessem de ser inspirados e guiados por Deus.

4. A *imoralidade e perversão* dos gnósticos era algo profundo (ver os versículos quinto e décimo nono). Essa porção da epístola descreve, nos termos mais horrendos, a natureza moral dos falsos mestres, fortalecida tal descrição com alusões ao A.T. e aos livros apócrifos do A.T. Foi a fim de combater tal imoralidade, que se fazia passar por «cristã», que esta epístola foi escrita.

5. Os gnósticos negavam que a *salvação plena* fosse oferecida aos homens (o que talvez fique refletido nos versículos vinte e um a vinte e três). Os gnósticos dividiam os homens em três classes: a. Os «*hílicos*» ou terrenos, que estariam tão mergulhados na matéria que nunca poderiam escapar, pelo que haveriam de perecer na grande conflagração que assinalaria o fim das «emanações», quando a criação retornaria ao seu «fogo central», Deus. A maioria dos homens pertenceria a essa classe, pelo que seriam eles totalmente incapazes de receber a redenção. b. Os *psíquicos*. Estes seriam espirituais até certo ponto, como os profetas do A.T., os quais poderiam receber uma forma secundária de salvação, com base na «fé», que seria inferior ao «conhecimento». Todos os homens bons que não fossem «gnósticos» pertenceriam a essa classe. c. Finalmente, haveria os *pneumáticos*, que seriam os indivíduos realmente espirituais, remidos através do «conhecimento» e, portanto, «gnósticos» (termo que procede do vocábulo grego «gnosis», «conhecimento»). Os indivíduos dessa última classe seriam, finalmente, reabsorvidos pelo Espírito divino, com a perda de sua identidade pessoal, em que o «ego» se tornaria em «superego».

Quase todos os gnósticos eram *docéticos* ou «semidocéticos». Supunham que Jesus, o Cristo, não teria corpo humano, mas tão-somente «pareceria» ser humano (do que se deriva o termo «docetismo», no grego, *dokeo*, «parecer»). Isso expressa o «docetismo puro», a total negação de qualquer tipo de humanidade associada à pessoa de Cristo. Todavia, a maioria dos gnósticos era «semidocética». Acreditavam na teoria da «possessão». Um «aeon» (emanação angelical — o *Espírito-Cristo*) teria vindo possuir o homem Jesus de Nazaré quando de seu batismo, tendo-o abandonado por ocasião de sua morte. Não era humano e nem jamais se «encarnara». Mediante essa forma estranha de «cristologia», pois, os mestres gnósticos negavam o verdadeiro Cristo. (Ver o quarto versículo. Ver o artigo sobre o *Gnosticismo*).

Propósitos: Pelo que é dito nas notas acima, o «propósito» do autor sagrado é claro. Ele escrevia contra a heresia do gnosticismo, esperando quebrar o encantamento exercido pelo mesmo sobre os crentes, trazendo-os de volta ao evangelho apostólico. Ao longo do caminho também queria dar instruções positivas sobre a natureza da verdadeira fé; e isso faz ao mencionar várias crenças cristãs, contrastando-as com a heresia que havia ao redor. Também os encorajou a «lutarem» pela fé cristã que vinha sendo atacada pelos hereges (ver o terceiro versículo) e isso «diligentemente», porquanto grande crise sobreviera à igreja cristã. Se o gnosticismo houvesse ganho nessa batalha, o cristianismo ter-se-ia transformado apenas em um outro culto misterioso. Contudo durou somente cento e cinqüenta anos; e a fé cristã triunfa até os nossos dias.

Além desse propósito polêmico, o autor sagrado também quis consolar aos verdadeiros crentes (ver os versículos vinte em diante). Há uma fé revelada, na qual devemos confiar, e há orações a serem feitas no Espírito Santo. Também há o amor de Deus, que nos guarda e no qual nos devemos resguardar. E há a «vida eterna», a qual será obtida pelos fiéis, os que permanecerem na esfera da graça divina. E Deus é capaz de conservar-nos, impedindo-nos a queda, não nos deixando perecer, arrastados pelo encantamento de qualquer heresia. E, finalmente, ele nos apresentará diante de si mesmo sem falha e com inexcedível alegria. Por conseguinte, àquele que é o único Deus sábio, o nosso Salvador, seja a glória, a majestade, o domínio e o poder, tanto agora como para sempre. Assim seja.

Em contraste com a bem-aventurança de que desfrutam os verdadeiros crentes, temos a «condenação» em que incorrem os falsos mestres. O autor sagrado mostra que assim como Deus julgou, no tempo passado, haverá de julgar novamente; e que o juízo divino inevitavelmente recairá sobre os que rejeitarem a Cristo (ver os versículos 5-7, 14,15).

A apostasia sobreviera à igreja com poder repentino e eficaz. Isso poderia ter deixado confusos a alguns, em dúvida acerca da mensagem cristã. O autor sagrado mostra (sendo esse um dos propósitos desta epístola) que tudo isso fora predito (ver os versículos décimo sétimo e décimo oitavo), e que a apostasia era apenas um dos sinais dos «últimos tempos», nos quais a igreja cristã (conforme acreditava o autor sagrado) já vivia.

VII. *CONTEÚDO*

I. Saudação (vss. 1,2)
II. Propósito central da Epístola (vss. 3,4)
III. A apostasia não é nova: exemplos históricos (vss. 5-7)
IV. Descrição dos hereges gnósticos (vss. 8-13)
   a. Tinham objetos santos (vss. 8-13)

b. São denunciados (vss. 11-13)
V. A profecia inspirada já descrevera a eles e sua condenação (vss. 14-16)
VI. Os apóstolos do N.T. nos advertiram sobre eles de antemão (vss. 17-19)
VII. Os verdadeiros crentes triunfarão a despeito deles (vss. 20-23)
VIII. Bênção (vss. 24-25)

VIII. *BIBLIOGRAFIA*: AM E EN I IB ID LAN MOF NTI R TRA TIN VIN Z

JUDAS, GALILEU

Ver o sexto item do artigo sobre **Judas**.

JUDAS, IRMÃO DO SENHOR

Ver o quinto item do artigo sobre **Judas**.

JUDAS ISCARIOTES

Ver o segundo item do artigo sobre **Judas**.

JUDAS MACABEU

Ver o décimo primeiro ponto do artigo sobre **Judas**.

JUDAS TADEU (LABEU)

Ver o primeiro item do artigo sobre **Judas**.

JUDÉIA

1. *Nome*. O nome do território de *Judá* veio do patriarca desse nome e da tribo que tomou o seu nome. Ver o artigo sobre *Judá*. Ver a segunda seção do artigo, *A Tribo de Judá*, bem como a terceira seção do mesmo, *O Território de Judá*. *Judéia* é a designação greco-romana de uma área que, antes, incluía o reino de Judá. Na literatura judaica, esse nome aparece, pela primeira vez, em Tobias 1:18, como nome do reino de Davi. Pode indicar a parte ocidental da Palestina (ver Luc. 23:5 e Atos 10:37). Estritamente falando, porém, indica a região mais sulista das três divisões tradicionais da antiga Palestina, do norte para o sul: Galiléia (ao norte), Samaria (no centro) e Judéia (ao sul).

2. *A Terra*. A expressão «terra da Judéia» indica a região de Judá, em contraste com sua capital, Jerusalém (ver Mar. 1:5; João 3:22). A Judéia era a porção do extremo sul das três principais divisões da Terra Santa (conforme se viu acima). Também denotava o reino de Judá, para distingui-lo do reino de Israel. Ver o artigo sobre *Judá*. Terminado o cativeiro babilônico, a Judéia tornou-se, essencialmente, o território ocupado pelo remanescente judeu, que voltara da Babilônia para a Palestina. Então, o nome *Judéia* passou a significar a totalidade da Palestina, a oeste do rio Jordão (Ageu 1:1,14 e 2:2).

3. *Dimensões*. De acordo com os padrões modernos, essa região da Judéia era minúscula. Mesmo que incluamos toda a planície marítima e o deserto, a sua área não tinha mais de 5.200 km(2). Entretanto, nunca incluiu a totalidade daquela planície marítima. À parte da Sefelá e da planície, a Judéia tinha apenas oitenta e oito quilômetros e meio, de Belém a Berseba, no sentido norte-sul, e apenas cerca de quarenta e quatro quilômetros na direção leste-oeste. Isso significa que tinha cerca de três mil e novecentos quilômetros quadrados apenas, metade deserto. A leste dessa região ficava o rio Jordão e seu vale; mais para oeste vinha a região montanhosa; e, mais para oeste ainda, a Sefelá ou colinas baixas. Finalmente, seguindo nessa mesma direção, vinha a planície marítima. Ao norte, a Judéia fazia fronteiras com a Samaria; e, estendendo-se para o sul da Judéia, ficava o grande deserto que era apenas uma continuação do deserto do Sinai.

4. *O Deserto da Judéia*. João Batista pregava e imergia ali (Mat. 3:1). E o Senhor Jesus foi ali tentado (Mat. 4). O local exato pode ter sido ao norte dessa área, perto de Jericó. Certas porções desse deserto eram virtualmente desabitadas. O que se chama de «deserto da Judéia» fica ao longo da fronteira oriental da Judéia, já aproximando-se do mar Morto. Seis cidades localizadas naquela área, são mencionadas em Jos. 15:61 *ss*. O maior proveito da área era como terras de pastagem. Os viajantes que atravessam esse deserto, enfrentam algumas extensões de território inteiramente destituídas de água. Porém, há pontos bem servidos por água, na sua fronteira oriental: Jericó; 'Ain Feshkah, a dezesseis quilômetros mais ao sul; 'Ain Jegi, Engedi, a vinte e nove quilômetros mais adiante.

5. *Estradas*. Três estradas partem de Jericó, e seguem na direção noroeste, até Ai e Betel, a sudoeste de Jerusalém, e para o sul e para o sudoeste, até o baixo Cedrom ou até Belém. A última dessas estradas, após cruzar o Cedrom, faz junção com a estrada que vem de 'Ain Feskah. A estrada que parte de Engedi bifurca-se em duas. Um dos ramos corre para noroeste, até Belém e Jerusalém. Essa estrada não era muito usada, visto que a região não era bem desenvolvida. O outro ramo parte para sudoeste, até Yuttah e Hebrom.

6. *Topografia*. A Judéia é assinalada por três características principais: o seu deserto, as suas colinas e os seus vales. As colinas são separadas umas das outras por vales e corredeiras. Essas colinas são de altitude moderada, mas são muito íngremes. A rocha de que se compõem transforma-se facilmente em solo, sendo então arrastado pelas águas das chuvas, formando terraços. Isso torna as colinas muito úteis para a agricultura, em longas e estreitas faixas de terra arável. Nos tempos antigos, as videiras e as oliveiras eram as espécies vegetais mais intensamente cultivadas. Mas, finalmente, as chuvas provocaram a erosão do solo, e daí resultou que ficaram somente rochas áridas, nuas e desoladas. Certas porções ainda contam com bosques, mas a quantidade de vegetação vem-se reduzindo cada vez mais.

Dois profetas nasceram no deserto da Judéia: Amós (em Tecoa) e Jeremias (em Anatote). O coração da Judéia sempre foi a região montanhosa, um planalto que se estende desde Betel até Berseba. Essa área inclui Jerusalém, Belém e Hebrom. Próximo de Jerusalém, o planalto eleva-se até cerca de 820 m. Em Hebrom, atinge os 1020 m de altitude. Esse era o centro da vida na Judéia, desde os tempos antigos, como até hoje também. Esse planalto tem vertentes que descem na direção do Ocidente, através da Sefelá e daí até à planície marítima, até chegar às margens do mar Mediterrâneo. No seu lado oriental, aquele planalto vai descendo também, na direção do mar Morto e do rio Jordão. É justamente a leste dessa área que fica o chamado deserto da Judéia. Jericó era a região habitada mais importante da região. Ao longo das costas do Mediterrâneo, mas ainda dentro do território da Judéia, ficava a mais poderosa das cidades da Filístia. Após a conquista da Terra Prometida, essa área continuou a perturbar os habitantes de Judá. Em tempos posteriores, Jabneel

(mais tarde chamada Jamnia) ficava localizada aí. Esse veio a tornar-se um importantíssimo centro da erudição rabínica.

7. *Informes Históricos*. As descobertas arqueológicas mostram que povos primitivos, de tempos pré-históricos, ocuparam o território que, posteriormente, veio a chamar-se *Judéia*. Porém, dentro da história conhecida, temos o seguinte:

a. A conquista da Terra Prometida, nos dias de Josué, deu à tribo de Judá esse território. Alguns eruditos supõem que essa parte da conquista foi efetuada antes de outras partes; mas as evidências demonstram justamente o contrário, em favor de uma invasão generalizada, da parte de todas as tribos de Israel. Contudo, o relato dessa conquista pode não ter chegado até nós em sua inteireza, pelo que contaríamos somente com alguns lances da mesma. O relato aparece em Jos. 15:1-63. Judá, naturalmente, nunca ocupou todo o território que lhe foi alocado e os filisteus, que ocupavam a faixa marítima, foram, durante séculos, uma constante irritação para os homens da tribo. As informações sobre as fronteiras do território e sobre os locais ocupados aparecem em Jos. 15:1-22.

b. Quanto a uma narrativa detalhada da história desse território, ver o artigo separado sobre o *Reino de Judá*. Durante o tempo da nação unida de Israel, encontramos a história de Davi, que estabeleceu sua capital em Jerusalém, uma antiga fortaleza dos jebuseus. Seu neto, Roboão, viveu no tempo da divisão de Israel em dois países, Israel (ao norte) e Judá (ao sul); e, daí por diante, encontramos a história do reino de Judá. Isso começou em cerca de 934 A.C.

c. O reino de Judá continuou por cerca de trezentos e cinqüenta anos, como unidade distinta da nação do norte, Israel. Houve muitas guerras durante esse período, tanto contra inimigos estrangeiros como contra a nação do norte, Israel. Os adversários estrangeiros foram o Egito, a Síria, e, finalmente, a Babilônia. O reino de Judá chegou ao seu fim pela brutal invasão e exílio, chamado de cativeiro babilônico. Jerusalém caiu em 586 A.C. Ver o relato a respeito no artigo intitulado *Cativeiro Babilônico*.

d. *Ciro*, o primeiro imperador persa, deu permissão aos cativos hebreus para retornarem à sua terra nativa. O templo de Jerusalém foi reconstruído e a nação teve prosseguimento. Judá e Israel tornaram-se, desde então, termos sinônimos, pois aqueles que retornaram pertenciam, essencialmente, à tribo e ao reino de Judá, com elementos esparsos das demais tribos, dentre as quais preponderavam indivíduos das tribos de Benjamim, Simeão e Levi.

e. *Alexandre, o Grande*. Um dos resultados a longo prazo das conquistas militares de Alexandre foi o governo da dinastia *Selêucida* (vide) sobre Israel.

f. Sob os *Hasmoneanos* (vide), Israel obteve um período de independência. Em 165 A.C., o templo foi purificado; e, não muito depois, foi obtida a independência política. Judas Macabeu foi o instrumento usado nessa vitória religiosa; e seu irmão, Simão, foi o instrumento usado na outra vitória, política. Os livros apócrifos, I e II Macabeus, narram a história toda.

g. *O Domínio Romano*. A independência de Israel, obtida pelos Macabeus, perdurou somente por cerca de cem anos. A dinastia hasmoneana continuou até o décimo segundo descendente direto de Matatias, o pai dos cinco filhos originais que encabeçaram a revolta. Herodes, o Grande, executou esse último membro da família, em 29 A.C. A Palestina caiu sob o controle dos romanos em 63 A.C., e Antípater, com o título de procurador, foi designado para governar pelos romanos. O imperador romano era então Júlio César. Herodes reconstruiu o templo de Jerusalém e proveu um lindo exemplar de construção para fins religiosos. Ele governou a Palestina inteira de 40 A.C. até 4 A.C. Seus filhos, Herodes e Arquelau, governaram a Palestina de 4 A.C. a 6 D.C. Finalmente, foram depostos pelos romanos, que passaram a dirigir a Palestina por uma série de governadores. Em tudo isso estiveram envolvidos os três territórios da Judéia, Samaria e Iduméia. Esse tipo de governo, mediante governadores nomeados, perdurou de 6 a 41 D.C.

O mais bem conhecido desses governadores, para os leitores da Bíblia, foi Pôncio Pilatos, aquele que precisou julgar a causa de Jesus. Ele governou de 26 a 36 D.C. Então começou a governar Herodes Agripa I, neto de Herodes, o Grande, e Agripa governou a Palestina entre 41 e 44 D.C. Então os governadores romanos nomeados passaram a controlar novamente Israel, até que os judeus rebelaram-se contra os romanos. Essa rebelião durou de 66 a 73 D.C., e o ano de 70 D.C. assinalou a destruição de Jerusalém. Os judeus, porém, não desistiram, e forçaram os romanos a destruir Israel, da maneira mais brutal e definitiva, em 135 D.C. E isso iniciou o grande exílio de Israel, a diáspora, que só foi revertida em nossos próprios dias, quando foi formado o estado de Israel, em 1948. Todavia, ainda durante o período de dominação romana, Jerusalém foi reconstruída, mas sem a presença de judeus, pelo imperador Adriano, que a rebatizou com o nome latino de Aelia Capitolina (132—135 D.C.).

h. *Cristianismo*. Jerusalém foi a primeira capital do cristianismo. As primeiras missões cristãs visavam apenas à Judéia. Centros foram estabelecidos em Belém, Eleuterópolis (Beit Jibrin) e Messana ('Auja el-Hafir).

i. *Constantino*. Esse imperador romano reorganizou a Palestina, e reuniu a Judéia e a Samaria sob um único nome, *Palestina Prima*.

j. *O Poder Islâmico*. A Judéia foi conquistada pelos árabes em 637 D.C., e eles continuaram dominando a região até que a mesma tornou-se parte do mandato britânico da Palestina, terminada a Primeira Grande Guerra. De 1099 a 1187 D.C., potências européias cristãs controlaram temporariamente o território, em resultado das *cruzadas* (vide).

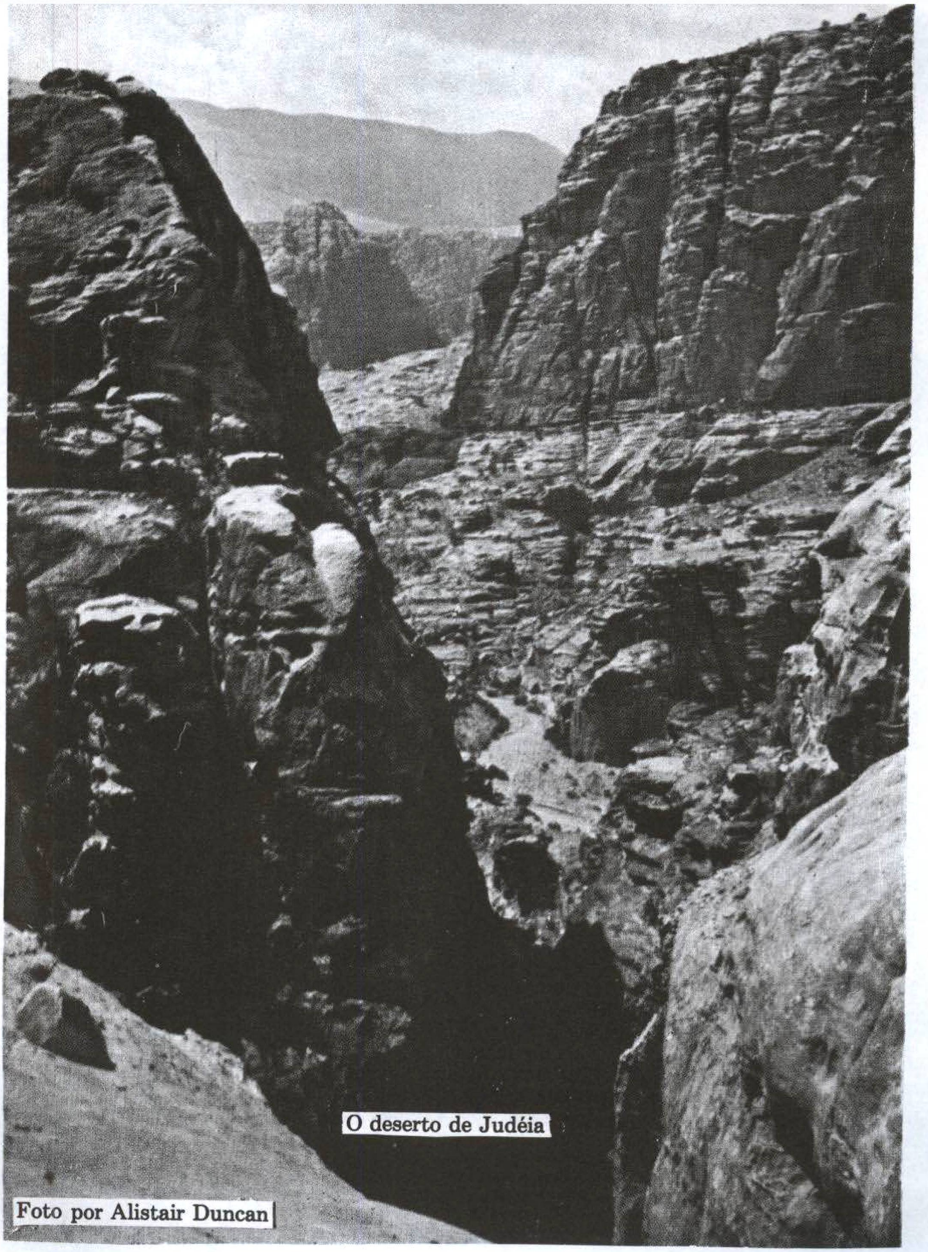
l. *Partição*. Em 1948, o território da antiga Palestina foi dividido entre judeus e árabes.

m. *Guerra dos Seis Dias*. Esse conflito, que teve lugar em junho de 1967, resultou no controle dos judeus sobre todo o território que havia pertencido à antiga Judéia.

Bibliografia. Ver no fim do artigo sobre o *Reino de Judá*.

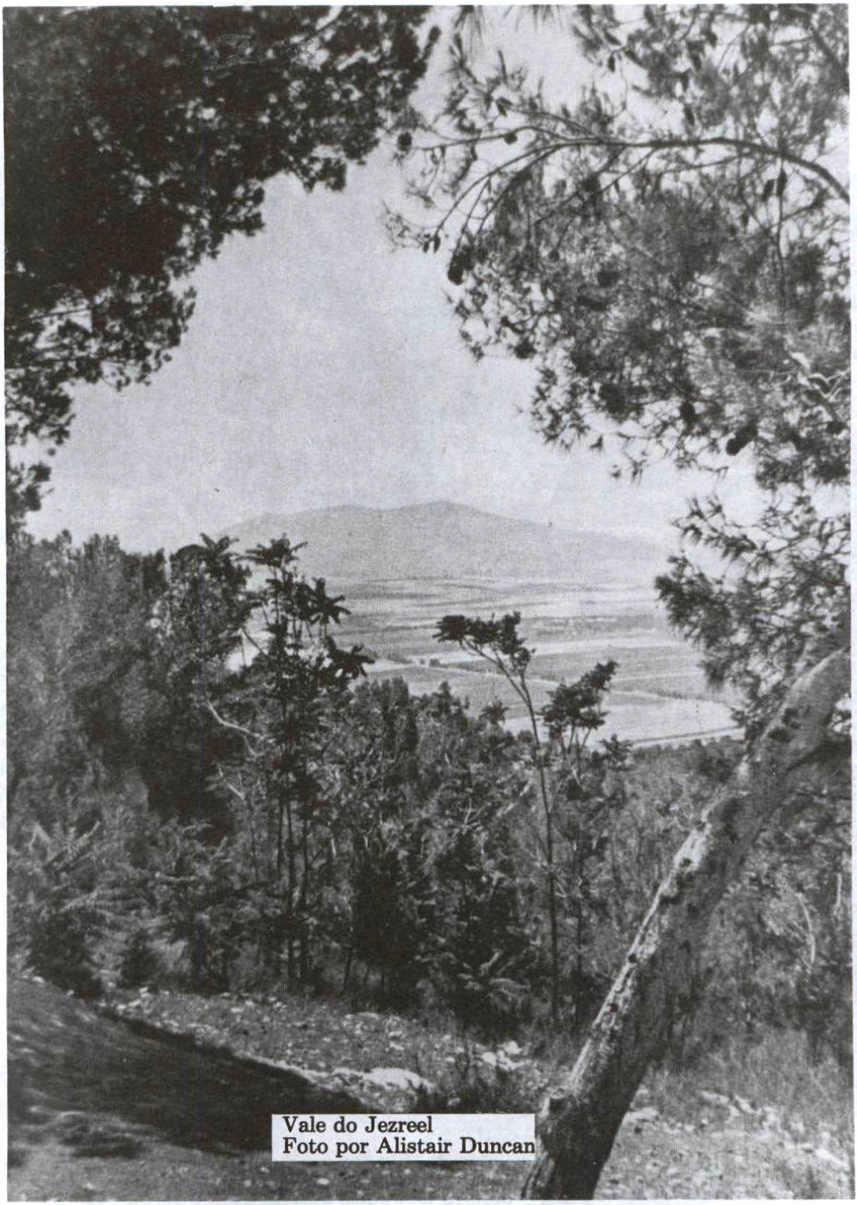
Judéia em Atos 2:9

A inclusão da Judéia, na lista preparada por Lucas, tem deixado alguns intérpretes perplexos, visto que esse autor sagrado vinha dando uma descrição geral de supostos povos estrangeiros, que falavam diferentes idiomas da língua dos galileus. Mas o mais provável é que isso foi feito não meramente porque o aramaico da Galiléia fosse levemente diferente do aramaico judaico, mas mais certamente para que a lista ficasse mais completa. Pois seria indesculpável que Lucas, ao mencionar todas as nações representadas, não mencionasse os nativos da Palestina. O termo Judéia, neste caso, provavelmente tem seu emprego mais amplo como indicação de todos os habitantes da Palestina, e não meramente da Judéia, em distinção às demais regiões da Palestina. Além



O deserto de Judéia

Foto por Alistair Duncan



Vale do Jezreel
Foto por Alistair Duncan

disso, os leitores do livro de Atos, sendo romanos ou provenientes de países vizinhos, considerariam a Judéia como uma nação estrangeira, que falava um idioma diferente do das demais nações, o qual também foi ouvido naquele dia.

Mas também é possível que *Judéia*, neste caso, signifique a região da Palestina onde se falava o aramaico, que também incluía certas partes da Síria, conforme o termo é utilizado algumas vezes. Em diversos manuscritos e versões, a palavra «Judéia» é omitida, havendo muitas substituições, como Síria, Armênia, Índia, Lídia, Iduméia e outras. Mas tais substituições foram feitas por escribas, os quais, por propósitos interpretativos, não viam razão para a inclusão da Judéia. Diversos dos pais da igreja também fizeram essa alteração, como Tertuliano; e Agostinho preferia substituir Judéia por «Armênia». Não obstante, em outras oportunidades Agostinho deixou ali «Judéia». Jerônimo conjecturou que se trataria da «Síria», ao passo que Crisóstomo favorecia a *Índia*. Porém, nenhuma dessas substituições têm autoridade como representante do original, e «Judéia» sem dúvida alguma aparecia no texto original do livro de Atos.

Adjetivo com o sentido de *«judaico»*. Depois da conquista pelos romanos, em 63 A.C., a palavra passou a ser usada para indicar toda a Palestina, incluindo a Samaria e a Galiléia. Às vezes, naquele tempo, era usada para indicar a Palestina inteira, com exceção da Samaria e da Galiléia. O reino de Herodes, o Grande, incluía toda a Palestina e certas regiões a leste do rio Jordão, e se chamava «Judéia» (37-4 A.C.). O tetrarca Arquelau (4 A.C. — 6. D.C.) reinava sobre uma região mais estreita, isto é, a oeste de Jordão, ao sul e a oeste do mar Morto, e ao sul de Samaria, que também foi chamada «Judéia», mas que não incluía a Samaria. O distrito da Judéia e esses limites também constituíam a província romana da Judéia (6—41 D.C.). Após 44 D.C. o nome passou a incluir também a Galiléia.

JUDEU

1. *O Nome.*

No hebraico, esse adjetivo pátrio é *Yedudi*, um judaíta, um descendente de Judá, pertencente à tribo de Israel por ele originada. O patriarca Judá (vide) foi o quarto filho de Jacó e Lia. Seus irmãos de pai e mãe foram Rúben, Simeão e Levi (que eram mais velhos do que ele), e, então, Issacar e Zebulom (que eram mais novos que ele). (Ver Gên. 29:35). Ele viveu em torno de 1950 A.C. Seu nome, segundo muitos estudiosos, significa «seja Ele (Deus) louvado». A raiz desse nome é *ydh*, que significa «louvar». Todavia, alguns estudiosos duvidam da derivação do nome *Judá* dessa raiz hebraica, embora nenhuma idéia melhor do que essa tenha sido apresentada pelos estudiosos.

2. *Usos da Palavra*

a. A tribo de Judá (II Reis 16:6).

b. Nos textos assírios, pelo menos por volta do século VIII A.C., era um apelativo comum usado por não judeus a fim de se referirem aos hebreus em geral, ou seja, aos descendentes de Abraão. Assim, em Jer. 34:9, esse nome é sinônimo de hebreu.

c. Posteriormente, após a divisão dos reinos de Israel em reino do norte e reino do sul, esse termo veio a aludir ao reino do sul, composto por um núcleo básico das tribos de Judá e Benjamim, com misturas com Levi e com membros de outras tribos, em número mais reduzido. Ver II Reis 16:6; 25:25; Jer. 32:12; 38:19; 40:11; 41:3; 52:28.

d. Essa palavra também era usada para indicar o dialeto semita local falado em Judá, ou, conforme diz a nossa versão portuguesa, o «judaico» (II Reis 18:26,28; Isa. 36:11 e Nee. 13:24).

e. A partir da época do cativeiro babilônico, visto que aqueles que retornaram à Palestina pertenciam, em sua maioria, à tribo de Judá, o povo inteiro de Israel veio a ser conhecido como os *judeus*. Isso também aparece em II Macabeus 9:17; João 4:9; Atos 18:2,24. Os termos *hebreu* e *judeu*, por conseguinte, tornaram-se sinônimos.

f. No Novo Testamento, «judeus» indica todo o povo de Israel. Judia também era um adjetivo usado, conforme se vê em I Crô. 4:18 e Atos 16:1. Ver a forma adjetivada em Gál. 2:14 e Tito 1:14. Ver esse uso em Rom. 1:16; 2:9; 10:12; Gál. 2:14; 3:28 e Col. 3:11.

g. Algumas vezes, nos evangelhos (no grego, *ioudaioi*), o termo «judeus» não se refere a todos os judeus, mas somente aos seus líderes religiosos, especialmente o partido dos fariseus. Nesse caso, o termo pode ter um certo sentido pejorativo, porque os líderes religiosos do povo judeu rejeitaram a Cristo. Ver João 7:11,13; 11:8; 18:12.

3. *Uso Metafórico e Espiritual*

Paulo considerava verdadeiro judeu aquele que tivesse não somente a circuncisão física, mas também a circuncisão espiritual, mediante a regeneração. Ver Rom. 2:29; Fil. 33:3; Col. 3:11 *ss*; Deu. 10:16; Jer. 4:4. Isso reitera uma distinção que vinha sendo feita desde a antiguidade. Os verdadeiros judeus, pois, são os descendentes de Abraão que se convertem ao Messias, Jesus Cristo (Gál. 3:29).

4. *Uso Moderno*

Em nossos dias, um judeu é um membro da nação de Israel, ou, então, alguém que descende de genitores judeus. Feita uma enquete em Israel, a opinião mais prevalente entre os cidadãos do estado de Israel foi que judeu é aquele que se sente judeu no coração. Os rabinos, contrariamente às genealogias bíblicas, que traçam a descendência sempre através do pai, dizem que judeu é aquele que tem «mãe» judia. Se aplicarmos essa regra então nem Isaque e nem Jacó eram judeus! E muitas figuras tidas na mais alta conta, como grandes vultos judeus do passado, eram gentios, porque seus pais eram judeus, mas suas mães não o eram! As restrições religiosas, aplicadas a esse nome, em Israel moderno, desapareceram quase inteiramente, excetuando no caso dos ultraortodoxos. Contudo, um convertido ao judaísmo, naquela nação, sem importar qual a sua etnia original, é considerado um judeu.

5. *Uso Pejorativo*

Uma pessoa que empresta dinheiro (um agiota), ou, então, um indivíduo desonesto e cheio de truques em questões financeiras, por muitos é chamado de «judeu». O verbo *judiar*, que é de origem popular, em português, dá a idéia de maltratar fisicamente. Essa idéia, bastante infeliz, deriva-se da idéia de que os judeus maltrataram fisicamente a Cristo.

JUDEUS

Os artigos que tratam sobre os judeus, a história, a religião, a filosofia deles, etc., aparecem sob o título *Israel* (onde alistamos mais de vinte artigos interessantes). Ver também sobre *Judá, Reino de* e sobre *Israel, Reino de*. O artigo sobre o *Judaísmo* fornece uma detalhada descrição sobre os aspectos históricos da fé judaica, como uma das grandes religiões mundiais.

••• ••• •••

JUDITE

No hebraico, «judia». Duas personagens vinculadas à Bíblia tinham esse nome, a saber:

1. Uma das esposas de Esaú, filha de Beei, o heteu (Gên. 26:34).

2. A figura principal do livro de Judite, um dos livros apócrifos. Ela matou Holofernes, general de Nabucodonosor, e assim Jerusalém foi poupada. Ver sobre *Judite (Livro)*, em sua segunda seção.

JUDITE (LIVRO)

Esboço:

I. Caracterização Geral
II. Judite, a Heroína
III. Historicidade do Livro
IV. Holofernes
V. Autoria e Data
VI. Propósitos do Livro
VII. Esboço do Conteúdo
Bibliografia

I. Caracterização Geral

O livro de **Judite** é um dos chamados **livros apócrifos** (vide), de acordo com a definição protestante; ou então, um dos livros *deuterocanônicos*, segundo os conceitos católicos romanos. Seu nome deriva-se da heroína do livro, que à semelhança dos livros de Daniel e de Ester, celebra o livramento dos judeus da perseguição movida por estrangeiros. Seu propósito era o de infundir encorajamento através do exemplo excepcional da heroína. Esse livro tem sido datado com boa variedade de datas: desde o período dos Macabeus (vide), até o tempo do imperador Adriano (130 D.C.)! Foi originalmente escrito em hebraico, embora tenha sido preservado para nós em suas versões grega, siríaca e latina. Porém, é impossível situar os nomes pessoais e locais mencionados no livro dentro de qualquer período conhecido da história, embora alguns estudiosos tenham tentado o feito. A maioria dos eruditos concorda com o fato de que o livro é uma narrativa fictícia, uma espécie de novela religiosa, pseudo-histórica. O propósito do livro, conforme já dissemos, foi o de mostrar um grande exemplo de coragem pessoal, a fim de encorajar os judeus para enfrentarem qualquer período de opressão, por parte de seus inimigos estrangeiros.

II. Judite, A Heroína

O nome dela, no hebraico, significa «judia». Nos livros pertencentes ao cânon palestino (vide), esse nome pessoal ocorre somente em Gên. 26:34, onde aparece como apelativo de uma das esposas de Esaú, uma pessoa totalmente diferente da heroína do livro de Judite. O nome era um nome judaico bastante comum, apesar do fato de que os livros canônicos do Antigo Testamento só falam sobre uma «Judite», a esposa de Esaú, que não era judia.

Na história judaica, encontramos poucas heroínas. A posição social da mulher, na antiguidade, não era muito invejável. Todavia, houve algumas notáveis exceções, como no caso da juíza Débora. A heroína do livro de Judite aparece como a viúva de Manassés, um cidadão da fictícia cidade de Betúlia. Quando, de acordo com o livro, o general de Nabucodonosor, Holofernes (vide), cercou Betúlia, Judite foi até à tenda do general, armada somente com sua fé e coragem. Ela foi admitida à tenda dele em face de sua grande beleza física. De fato, ela teria ido até ali a fim de enganar aquele general, como se quisesse oferecer-lhe favores sexuais. Holofernes caiu no logro, e, enquanto dormia, Judite decepou a cabeça dele com a própria espada do general. Então, Judite retornou a Betúlia. Os habitantes ficaram entusiasmados diante do ato heróico dela, e, inspirados pelo mesmo, saíram a campo e derrotaram o inimigo.

Essa narrativa tem-se tornado um dos temas favoritos de poetas e artistas, tendo sido retratada e recontada das mais diferentes maneiras. É o tema de um grupo de estátuas esculpido em bronze, por Donatello, na Loggia dei Lanzi, em Florença, na Itália. Lucas Cranach retratou a história na Galeria Dresden. Horácio Vernet pintou várias cenas inspiradas no relato, intituladas *Judite Vai a Holofernes* e *Judite na Tenda de Holofernes*.

Há algo de intrigante quando uma *mulher* se torna a heroína, em tempos de perigo, quando os homens, devido ao temor, não enfrentam o adversário com a determinação necessária. E a história torna-se ainda mais atrativa quando a mulher em foco é linda e faz o papel de sedutora. Isso posto, o relato sobre Judite combina aqueles elementos que arrebatam as mentes dos homens; e, dessa narrativa, as lições religiosas emergem com facilidade.

III. Historicidade do Livro

Lutero aceitava o livro como uma novela pseudo-histórica, dizendo que a sua principal lição é que a nação da Judéia ficaria segura enquanto obedecesse à lei mosaica. Isso, naturalmente, é um tema comum ao Antigo Testamento, embora seja essa uma visão simplista do processo histórico. Entretanto, alguns eruditos pensam que algum evento histórico esteja, realmente, por detrás do livro, embora disfarçado pelo uso fictício de personagens e lugares. Uma das aplicações desse ponto de vista é que o rei Nabucodonosor realmente representa Antíoco IV Epifânio, ou, talvez, Artaxerxes Ocus. Esse tipo de teoria já esteve em grande voga. Pfeiffer produziu uma lista de nada menos de dezessete monarcas, que, supostamente, Nabucodonosor representaria dentro dessa narrativa. Os nomes sugeridos também abarcam um largo segmento de tempo, começando com Adade-Nirari III (810—783 A.C.), até Adriano (117—138 D.C.). Entretanto, esse exercício de adivinhação histórica é inteiramente inútil. O livro está repleto de muitos erros cronológicos, geográficos e históricos para ser levado a sério, como uma genuína produção histórica.

IV. Holofernes

Esse general teria acampado na planície de Esdrelom (Judite 1:3). De acordo com o livro, os judeus teriam retornado do cativeiro babilônico ainda recentemente. O templo de Jerusalém e seu culto, porém, já haviam sido restaurados. Entretanto, Holofernes traçou maus desígnios, ameaçando perturbar a nova ordem de coisas entre os judeus. O sumo sacerdote dos judeus, em vista disso, enviou cartas aos habitantes de Betúlia e de Betomestã, ambas perto da planície de Esdrelom (4:6), encarregando-os de guardarem as passagens entre as montanhas. Holofernes ficou boquiaberto diante da audácia daquela gente tão fraca, e fez indagações a respeito deles. Aquior, o chefe dos amonitas, informou-o então que aqueles eram o *judeus*, sempre invencíveis, enquanto obedecessem a seu Deus. Se fossem desobedientes, entretanto, poderiam ser derrotados. Essas palavras, postas nos lábios de Aquior, é a grande lição do livro, segundo Lutero observou.

Holofernes não ficou impressionado. Ele adentrou as passagens entre as montanhas, cortou o suprimento de água e, de vários modos, dificultou extremamen-

te a sobrevivência dos judeus. Ao fim de trinta e quatro dias, a condição dos judeus chegara a um ponto extremamente difícil. Foi, então, que se deu a intervenção de Judite. Para começar, ela disse aos líderes judeus que se esquecessem totalmente da idéia de rendição. Em seguida, vestiu-se ricamente, e foi à presença de Holofernes, dizendo certo número de mentiras, a fim de convencê-lo de que ela fugira dos judeus, os quais teriam desobedecído a Deus e estavam prestes a ser julgados. Então, ela exibiu sua beleza plástica; e o coitado do Holofernes, a quem ninguém ainda vencera, foi dominado por uma simples mulher! Holofernes organizou um grande banquete, onde todos os convivas acabaram alcoolizados. Holofernes, intoxicado, foi para a sua tenda. E ficou caído ali, bêbado, em grande estupor. Foi essa a oportunidade para Judite brandir a espada do próprio general e decepar-lhe a cabeça, que levou de volta para Betúlia. Esse ato de bravura de Judite impeliu os judeus ao ataque. Obtiveram o mais retumbante êxito.

Holofernes como Tipo Simbólico. Ele representa qualquer perigo, obstáculo ou problema que os piedosos tenham de enfrentar. Esse perigo pode ser transposto mediante a obediência ao Senhor, sem importar quão impossível pareça ser o caso.

V. Autoria e Data

O autor do livro é anônimo, e coisa alguma se sabe a respeito dele. Sem dúvida, foi algum judeu piedoso que encarava a história e todos os lances da vida como envolvidos no relacionamento com um Deus que requer obediência e castiga àqueles que não são suficientemente sábios para anuírem à sua vontade. Os eruditos não concordam quanto à época histórica em que ele deve ter vivido, conforme se vê abaixo.

Data. Apesar das opiniões diferirem muito, a maioria dos estudiosos pensa que o livro de Judite foi escrito no século II A.C., provavelmente inspirado pela vitória de Israel em seu conflito contra Antíoco IV Epifânio e os sírios. O livro transpira de entusiasmo pela ortodoxia judaica, pela invencibilidade dos judeus contra inimigos muito mais poderosos, atitudes essas características do tempo dos Macabeus. Onias, o suposto sumo sacerdote judeu, aparece como uma figura mista de rei e sacerdote, o que também se ajusta ao período dos Macabeus. O próprio livro propõe-se pertencer à época pouco depois do tempo de Nabucodonosor, rei da Babilônia. No entanto, ele figura como rei dos assírios, em Nínive; mas sabe-se que Nínive havia sido destruída em 612 A.C., e desde há muito deixara de ser uma potência mundial.

Outros estudiosos pensam que o livro foi escrito já dentro da era cristã. Nesse caso, pode ter tido o intuito de inspirar os judeus a revoltarem-se contra os dominadores romanos, e, talvez, especificamente, da época de Adriano. A segunda revolta dos judeus (contra Adriano) fracassou, tanto quanto a primeira (ocorrida no ano 70 D.C.), pelo que é possível que o livro de Judite tenha sido escrito no período entre esses dois acontecimentos, isto é, entre 70 e 132 D.C. Também há argumentos em favor de uma data pós-macabéia, embora antes do início da era cristã. Visto que o livro de Judite glorifica a cidade de Siquém, há quem identifique Siquém com Betúlia. Devemo-nos lembrar que João Hircano (vide) destruiu o templo do monte Gerizim, em cerca de 120 A.C. E ele também reedificou a cidade de Samaria, em cerca de 109 A.C. A glorificação de Siquém ajusta-se, mais logicamente, dentro do período depois que aquelas destruições já tinham tido lugar. Porém, conjecturas dessa ordem têm de permanecer na dúvida; e, juntamente com elas, a data da composição do livro.

VI. Propósitos do Livro

1. Em primeiro lugar, o livro foi escrito para *entreter*. A história encerra vários elementos que contribuem para a formação de uma boa estória. Antes de tudo, há aquela crise dos obstáculos intransponíveis, que augura a extinção dos judeus. Também há uma força brutal e irresistível, mas que precisava ser destruída. Em seguida, temos o elemento da bela mulher dotada de maior poder de sedução do que se julgaria ser possível. Em histórias dessa natureza, tais mulheres podem ser boas ou más. Judite aparece como uma boa mulher, embora, a exemplo de muitas mulheres bonitas, fosse uma mentirosa e sedutora. Holofernes, que jamais fora derrotado pelo mais poderoso inimigo, assim que conheceu Judite, foi vencido. Essa é uma antiga história; mas o aspecto espantoso da mesma é que, com freqüência, isso corresponde à realidade dos fatos. Holofernes perdeu a cabeça ante a beleza física de Judite; e, logo em seguida, perdeu literalmente a cabeça! E houve algo de consternador na cena que Judite saiu da tenda dele com a cabeça do invencível general inimigo, levando-a para o interior da cidade de Betúlia, que estava sendo assediada e estava à beira da rendição!

2. Todavia, o livro de Judite também tem um propósito sério. Pretende ensinar que Israel é capaz de vencer a qualquer obstáculo, crise ou ameaça *contanto que permaneça obediente a Deus*. Talvez, também, haja um propósito secreto. O autor queria que o povo de Israel se revoltasse contra o inimigo que os estava ameaçando.

3. O mais provável, todavia, é que o livro seja uma *celebração* das vitórias de Israel durante o período dos Macabeus. Isso posto, teria sido escrito a fim de celebrar, e, ao mesmo tempo, encorajar os israelitas a agirem conforme tinham feito os líderes Macabeus.

4. A *obediência à lei mosaica* destaca-se sobremaneira.

5. Talvez o livro tenha sido escrito por um fariseu, que desejava usá-lo a fim de ensinar os *ideais do farisaísmo*. Na verdade, os ideais salientados no livro coincidem com os ideais dos *fariseus* (vide), mencionando regras concernentes ao templo, ao dízimo, a alimentos, a preceitos de toda variedade, a orações, a jejuns e a abluções cerimoniais.

VII. Esboço do Conteúdo

1. Nabucodonosor, rei dos assírios (um erro, evidentemente), conquistou Arfaxade e lançou-se à conquista da Ásia, na região a ocidente de Nínive. Holofernes era o seu braço direito. Mediante suas vitórias militares, foram subjugadas a Síria, a Líbia, a Cilícia e a Iduméia.

2. As costas marítimas também não conseguiram oferecer-lhe resistência; mas, embora se tivessem rendido sem oferecer resistência, Holofernes só se divertiria se destruísse, incendiasse e matasse, pelo que assolou e arrasou aquelas cidades da faixa marítima, apesar de terem cooperado com ele.

3. Nabucodonosor exigiu ser tratado como uma divindade. E isso quer dizer que, em certo sentido, as guerras encabeçadas por Holofernes eram guerras santas.

4. Holofernes chegou à planície de Esdrelom (Judite 1:3). Betúlia e outras cidades, que ficavam no trajeto de sua marcha, estavam em grave perigo. Israel assim sendo, preparou-se para a defesa. Joaquim, o sumo sacerdote judeu, em Jerusalém, enviou um recado aos habitantes de Betúlia e de Betomestraim, duas cidades nas vizinhanças da planície de Esdrelom, para que defendessem as passagens montanhosas,

a fim de que, ao menos, entravassem um pouco o avanço dos exércitos de Holofernes.

5. Holofernes não gostou dessa preparação bélica, e convocou todos os líderes de Moabe, de Amom e das áreas costeiras, a fim de informar-se sobre o povo que estaria fazendo toda aquela inútil preparação. Foi dentro desse contexto que Holofernes foi informado de que Israel era invencível, se obedecesse a seu Deus, embora nada representasse, podendo ser facilmente dominado, se fosse desobediente. Naturalmente, Holofernes não ficou impressionado diante dessa lição teológica, e jactou-se de que em breve varreria a nação de Israel do mapa.

6. Holofernes preparou um exército de cento e setenta mil infantes e de doze mil cavalarianos, a fim de conquistar Israel. E atravessaram as passagens montanhosas e bloquearam o suprimento de água dos judeus.

7. Após um assédio de trinta e quatro dias, a água potável acabou-se e o alimento sólido tornou-se muito escasso. Israel fora reduzida a nada, e agora teria de render-se.

8. Foi por essa altura dos acontecimentos que a bela Judite resolveu intervir. E sua atuação valeu mais do que todo o esforço dos exércitos de defesa de Israel.

9. Então vieram as mentiras, os truques e a sedução empregados por Judite, que só buscava ocasião para tirar a vida a Holofernes, conforme já foi descrito. De mistura com tudo isso, temos descrições sobre a grande devoção religiosa de Judite, sempre de acordo com as idéias dos fariseus.

10. O ato extremado. Um toque interessante do relato é que Judite, antes de degolar Holofernes, teve de orar pedindo forças para executar o seu intento. A sua oração foi respondida, tanto que, com apenas dois golpes da espada, conseguiu decepar fora a cabeça de Holofernes. Então, ela puxou o cadáver dele para fora do leito e fechou as cortinas. E saiu calmamente da tenda dele, com a cabeça de Holofernes nas mãos, e entregou-a à sua criada, que a pôs em uma sacola de mantimentos.

11. A cabeça de Holofernes foi levada até Betúlia, onde ficou exposta à apreciação pública. E Judite ordenou que a cabeça do general inimigo fosse encravada em uma parede, a fim de ser contemplada por todos os passantes. E o livro esclarece que, afinal, Judite não cometeu nenhum pecado sexual com Holofernes. E, isso, por si só, foi um feito notável, considerando-se que ela teria passado vários dias em seu acampamento militar. Sem dúvida, aquele guerreiro pagão tinha maior respeito pelas mulheres judias do que se poderia esperar! É evidente que o livro é uma novela pseudo-histórica!

12. *Aquior*, o líder amonita, foi um dos chefes convocados por Holofernes, a fim de informá-lo sobre os judeus, que se preparavam para a resistência. E foi ele quem falou sobre a invencibilidade dos judeus. Os soldados israelitas queriam executá-lo, mas ficou resolvido (convenientemente) que ele seria levado para Betúlia, a fim de que morresse *juntamente* com o povo de Israel. Ele se escondera nas vizinhanças, mas alguns judeus acharam-no e levaram-no para a cidade. Judite, em seu triunfo, ordenou que Aquior fosse trazido para ver a cabeça decepada de Holofernes. Ao vê-la, caiu desmaiado. Mas, ao recuperar os sentidos, confessou o poder do Deus de Israel, foi circuncidado e tornou-se judeu!

13. Em seguida, os assírios foram derrotados e o acampamento deles foi saqueado. Em celebração da vitória, o povo da Judéia reuniu-se. As mulheres iniciaram uma dança, lideradas por Judite. Os homens também vieram participar, brandindo suas armas de guerra, em meio a grande regozijo. Em seguida, os habitantes dirigiram-se a Jerusalém, para continuarem as celebrações. Vários itens e objetos que haviam pertencido a Holofernes foram dedicados a Deus, incluindo as cortinas que ela tirara do leito onde ele fora assassinado. Em Jerusalém, as festividades duraram por nada menos de *três meses*. Somente, então, foi que Judite retornou a Betúlia. Porém, permaneceu viúva e faleceu com a idade de cento e cinco anos. Ela deu liberdade à sua criada, até então escrava, e distribuiu suas riquezas entre seus parentes, tanto os dela mesma quanto os de seu falecido marido.

Bibliografia. Ver o fim do artigo sobre os *Livros Apócrifos*.

JUDSON, ADONIRÃO

Suas datas foram 1788-1850. Foi um dos missionários pioneiros dos batistas. Nasceu em Malden, Massachussets, e faleceu em alto-mar. Foi membro da primeira Junta de Missões Estrangeiras norte-americanas, que consistia em cinco membros. Foi a Londres conferenciar com a Sociedade Missionária Londrina, mas foi capturado, durante a viagem, por um aventureiro francês, e ficou prisioneiro em Bayonne, na França. Ao ser solto, completou sua viagem até Londres. Voltou à América do Norte, e, juntamente com quatro outros missionários, foi enviado à Índia (Burma), pela Junta Norte-Americana de Missões no Estrangeiro. Isso teve lugar em fevereiro de 1812.

Em Calcutá, já na Índia, ele e sua esposa juntaram-se aos batistas, em suas atividades, do que resultou a formação da União Missionária de Batistas Norte-Americanos, organizada em 1814. Iniciou-se, então, um período de viagens, que terminou quando a família Judson estabeleceu-se em Rangum, em Burma em 1813. Nos primeiros anos foram feitos bem poucos convertidos, e as relações entre Judson e o governo indiano não eram muito boas. Irrompeu a guerra entre Burma e a Companhia das Índias Orientais. Judson foi aprisionado a 8 de junho de 1824, tendo ficado encarcerado pelo espaço de um ano e quatro meses, até que o general Sir Archibald Campbell ordenou sua soltura. Então, os Judsons passaram um ano em Amherst, na Baixa Burma, e, em seguida, mudaram-se para Maulmain. Ali tiveram bom êxito na fundação de uma igreja. Mas Judson teve de voltar à América do Norte, em 1845, por motivo de má saúde. Em 1847, Judson voltou a Rangum. Sensível para com a necessidade de literatura evangélica, ele preparou um dicionário na língua nativa. Esse foi o dicionário burmês-inglês, inglês-burmês. Em seguida, conseguiu reunir uma equipe de nativos, que o ajudaram a traduzir a Bíblia e diversas obras evangélicas, para o burmês. Auxílios essenciais nessa obra foram o dicionário e uma gramática, que, mais tarde, ele publicou. Essas obras, naturalmente, foram preparadas a interesse da propagação da mensagem espiritual da Bíblia, embora também tivessem servido como ajudas utilíssimas no estudo do idioma burmês.

Tolerância Religiosa. Além de sua obra literária, Judson muito fez para produzir a atitude de tolerância religiosa na área onde ele trabalhava; e isso ajudou no avanço das missões cristãs naquela região do mundo. Judson trabalhou por um total de trinta e sete anos como missionário evangélico e, finalmente, foi sepultado no mar.

Adonirão Judson foi um facho luminoso que se levantou na América e coriscou brilhantemente nos céus do Oriente, antes de desaparecer tragado pelo mar. Sua vida tem inspirado a milhões de pessoas, e nenhuma denominação cristã no mundo inteiro, mostrou-se mais ativa, na causa das missões evangélicas em âmbito mundial, como os *batistas* (vide).

JUGO, CANZIS

No hebraico, **motah**. Com o sentido de «jugo», «ligadura», essa palavra aparece por oito vezes nas páginas do Antigo Testamento: Isa. 58:6,9; Jer. 27:2; 28:10,12,13; Eze. 30:18. O significado literal dessa palavra hebraica é «barra». No entanto, os tradutores de nossa versão portuguesa mostraram-se muito pouco uniformes na tradução dessa palavra. Assim, em Isa. 58:6 e 9 encontramos a tradução «jugo». Em todos os versículos de Jeremias, «canzis», a tradução mais feliz. E, novamente, no trecho de Ezequiel, achamos «jugo». Vale a pena citar uma dessas referências: «Porventura não é este o jejum que escolhi, que soltes as ligaduras da servidão, deixes livre os oprimidos e despedaces todo jugo?» (Isa. 58:6). A idéia de despedaçar o jugo ficaria ainda mais clara se nossa versão dissesse aqui: «...e despedaces todos os canzis». Os canzis eram barras de madeira onde eram amarrados os braços da vítima, em posição estendida ao longo dessas barras. A barra era passada por cima do pescoço e apoiada sobre o mesmo, e a pessoa era obrigada a andar como se estivesse crucificada somente nos braços. O simbolismo é o de uma servidão pesada e incômoda. Visto que, na época, muitos israelitas oprimiam seus compatriotas, até mesmo através de medidas econômicas desonestas e exploradoras, é perfeitamente compreensível essa exigência do profeta em favor de melhores igualdades sociais. Todo o contexto mostra a violência reinante contra o ser humano, lançando luz sobre a passagem citada. Essa interpretação é confirmada em Jeremias, onde lemos: «Assim me disse o Senhor: Faze brochas e canzis, e põe-nos ao teu pescoço» (Jer. 27:2).

O verbo correspondente a *motah*, isto é, *mot*, significa «tropeçar», «cambalear», e até mesmo no substantivo há a transmissão da idéia de um movimento cambaleante, como de alguém que transportasse pesado fardo. Por isso mesmo, com o tempo, o substantivo veio a significar «barra», conforme dissemos acima; e daí foi um pequeno salto para indicar «canzis».

Há uma outra palavra hebraica que deve ser levada em conta, e que nos permite fazer a transição para o Novo Testamento. Esse termo hebraico é *tsemed*, que significava, originalmente, «par» ou «junta de bois», e, com o tempo, veio a indicar *jugo*, porque os animais envolvidos ficavam presos um ao outro pela barra de madeira que os unia pelo pescoço. Assim, com o sentido de «par», essa palavra ocorre por quatro vezes nas páginas do Antigo Testamento, em Juíz. 19:3; II Sam. 16:1; Isa. 21:7,9. E, com o sentido de «jugo» ou «canzil», por sete vezes, em I Sam. 11:7; 14:14; I Reis 19:19,21; Jó 1:3; 42:12 e Jer. 51:23. Lemos em Jó 1:3: «Possuía sete mil ovelhas, três mil camelos, quinhentas juntas de bois...», onde nossa versão portuguesa, de acordo com a índole de nosso idioma, diz «juntas», apegando-se à idéia de «par», que está à raiz dessa palavra.

Quando chegamos ao Novo Testamento, encontramos a palavra grega **zeûgos**, que também significa «par» e «jugo», porquanto o desenvolvimento do termo deve ter sido o mesmo que sucedeu no hebraico. Esse vocábulo hebraico foi usado por duas vezes, ambas no evangelho de Lucas (2:24 (citando Lev. 12:8) e 14:19). Em seguida, encontramos a palavra grega *zugós*, «barra», «jugo», «balança», que ocorre por seis vezes: Mat. 11:29,30; Atos 15:10; Gál. 5:1; I Tim. 6:1 e Apo. 6:5. A mais conhecida dessas passagens é a primeira, onde se lê: «Tomai sobre vós o meu jugo, e aprendei de mim, porque sou manso e humilde de coração; e achareis descanso para as vossas almas. Porque o meu jugo é suave e o meu fardo é leve».

Os conquistadores romanos compeliam os prisioneiros de guerra a marchar passando por baixo de algum arco triunfal, a fim de simbolizar a derrota e a servidão a que o povo daquela gente havia sido reduzido. A circuncisão, quando imposta aos gentios, era considerada um *jugo* pelos apóstolos de Jesus, o que demonstra que eles entendiam que Cristo nos libertou dessa imposição: «Agora, pois, por que tentais a Deus, pondo sobre a cerviz dos discípulos um jugo que nem nossos pais puderam suportar, nem nós? Mas cremos que fomos salvos pela graça do Senhor Jesus, como também aqueles o foram» (Atos 15:10,11). Os crentes da Galácia se tinham deixado cativar pelas idéias dos judaizantes, que ensinavam que o crente do Novo Testamento deve guardar a lei de Moisés e ser circuncidado, a fim de poder salvar-se (ver Atos 15:1,5). Nas instruções que o apóstolo Paulo deu àqueles crentes gálatas, ele chega a dizer: «Para a liberdade foi que Cristo nos libertou. Permanecei, pois, firmes e não vos submetais de novo a jugo de escravidão. Eu, Paulo, vos digo que, se vos deixardes circuncidar, Cristo de nada vos aproveitará. De novo testifico a todo homem que se deixa circuncidar, que está obrigado a guardar toda a lei. De Cristo vos desligastes, vós que procurais justificar-vos na lei, da graça decaístes» (Gál. 5:1-4). Essa citação é longa, mas é extremamente esclarecedora, porquanto mostra-nos que, em Cristo, não temos mais qualquer obrigação de guardar a lei como meio de salvação. Pelo contrário, buscar a justificação, por esse meio, é demonstração de que a pessoa está desvinculada de Cristo, de que a sua fé não é vital.

É significativo que Clemente de Roma, em sua epístola, descreve os crentes como aqueles que ficaram sujeitos ao jugo da graça. A única maneira de entender isso é que ele estava pensando nas palavras de Jesus, registradas em Mateus 11:29,30, que já citamos.

Visto que uma balança com pratos equilibrados era feita mediante uma barra horizontal, lembrando assim os «canzis» (ver acima), por isso mesmo, no grego, uma balança também tinha o nome de *zugós*, conforme se vê em Apocalipse 6:5: «Então vi, e eis um cavalo preto, e o seu cavaleiro com uma balança (no grego, *zugós*) na mão». Esse jugo do terceiro selo será o flagelo da fome, provocada por salários baixíssimos, segundo também é explicado no versículo seguinte: «E ouvi uma como que voz no meio dos quatro seres viventes, dizendo: Uma medida de trigo por um denário; três medidas de cevada por um denário; e não danifiques o azeite e o vinho».

Várias espécies de animais de tração eram postas a trabalhar juntas, embora, geralmente, esses animais fossem de gado vacum. É interessante observar que a legislação mosaica proibia que se fizessem parelhas compostas de espécies diferentes, como um boi e um jumento. «Não lavrarás com junta de boi e jumento» (Deu. 22:10). E isso devido às características tão diferentes desses animais, em relação um ao outro, como tamanho, força, regime de trabalho, etc. Sem a menor dúvida, esse pensamento está à raiz de uma determinação como aquela apresentada pelo apósto-

los dos gentios, aos crentes, em II Cor. 6:14,15: «Não vos ponhais em jugo desigual com os incrédulos; porquanto, que sociedade pode haver entre a justiça e a iniqüidade? ou que comunhão da luz com as trevas? Que harmonia entre Cristo e o Maligno? ou que união do crente com o incrédulo?» A primeira frase, «Não vos ponhais em jugo desigual...» encerra uma palavra grega composta, *eterozugoũntes*, particípio presente do verbo *eterozugéo*, «pôr sob jugo com espécie diferente». Entretanto, estamos vivendo em uma época em que muitos crentes não observam esse princípio espiritual; mas fazem-no somente para sua própria infelicidade futura. Só o Senhor Jesus é capaz de livrar os crentes que assim fazem das más conseqüências do ato. Se o crente tem por pai espiritual a Deus, e o incrédulo tem por pai espiritual ao diabo (ver 8:44), se um crente jovem chegar a contrair matrimônio com alguém que é incrédulo, qual será o seu sogro espiritual? Ora, no ensino de Jesus, o incrédulo é impelido a satisfazer aos caprichos de seu pai espiritual: «Vós sois do diabo, que é vosso pai, e quereis satisfazer-lhe aos desejos...» Por conseguinte, Paulo ordenava que os crentes não entrassem em «jugo desigual» com os incrédulos a fim de que os mesmos não fossem as grandes vítimas de suas impensadas escolhas.

Animais acostumados ao jugo (conforme nós dizemos no Brasil, à «canga»), eram usados para puxar arados, pedras, carroças e para fazer outros trabalhos pesados nos campos e nas cidades. Os arqueólogos têm descoberto que, no mundo antigo, eram empregadas muitas cangas, de formatos e utilizações diferentes; e isso desde os tempos mais remotos. Quanto mais recuado o período histórico, mais simples e toscos eram esses jugos. A complexidade só foi aparecendo com a passagem de muitos séculos.

JUIZ

Ver também sobre **Juiz, Eclesiástico**, e também uma completa lista dos *juízes* de Israel, no artigo sobre o livro de *Juízes*, oitava seção.

1. As Palavras Originais e seus Significados. A palavra hebraica para «juiz» é **shaphat**. Ocorre por cento e dezoito vezes no Antigo Testamento, desde Gên. 16 até Miq. 4:3. O termo grego é *kritês*. Esse substantivo ocorre por dezoito vezes no Novo Testamento: Mat. 5:25; 12:27; Luc. 11:19; 12:14,58; 18:2,6; Atos 10:42; 13:20; 18:15; 24:10; II Tim. 4:8; Heb. 12:23; Tia. 2:4; 4:11,12 e 5:9.

Além de designar os indivíduos que tomam decisões sobre questões civis e religiosas, as palavras envolvidas falam sobre a tentativa de determinar causas (ver Êxo. 18:13). Entre os povos, as decisões judaicas são anunciadas de várias maneiras. Os juízes de Israel faziam-no verbalmente: «Tu és culpado!» ou «Tu és inocente!» Entre os romanos, marcava-se alguma espécie de material, como um tablete de argila ou um pedaço de papel, com um *A* (absolvido) ou com um *C* (condenado). Entre os gregos havia o costume de apresentar uma pedra branca ao acusado, para indicar sua inocência, ou uma pedra negra, para indicar sua culpa.

Outros Significados. Considerar (Atos 16:15); governar (Sal. 58:11); punir, em conseqüência de julgamento condenatório (Heb. 13:4; Eze. 7:3-8; 22:2); censurar acerbamente (Mat. 7:1).

2. No Antigo Testamento

a. Yahweh é chamado, antes de todos, de Juiz dos homens. «Não fará justiça o Juiz de toda a terra?» (Gên. 18:25). Deus julga os indivíduos e as nações com base em sua justiça absoluta (Gên. 3:14 *ss;* 6:3 *ss;* 11:5 *ss;* 15:14; 16:5; 20:3; 31:53).

b. *O chefe patriarcal* de uma casa, na antiguidade, era o juiz de seus familiares e de seu clã (Gên. 21, 22 e 27).

c. *Moisés* era o único juiz da nação de Israel, depois que esta saiu da servidão, no Egito; mas Jetro, seu sogro, encorajou-o a distribuir tal responsabilidade escolhendo juízes secundários. Disso resultou a primeira instituição dos juízes. Ver Êxo. 18:13-17; Deu. 1:9-18.

d. Na codificação que se seguiu, conforme se vê no livro de Deuteronômio, houve a nomeação de juízes e oficiais, de tal modo que cada cidade contasse com o seu próprio juiz (Deu. 16:18 *ss*). Se o caso assim o exigisse, os sacerdotes podiam ser convocados para atuar como juízes (Deu. 17:8-13).

e. *Nos dias de Josué*, houve juízes que atuavam nas cidades, mas que também eram membros de um concílio geral (Jos. 8:33 *ss*; 24:1).

f. *Após a morte de Josué* (conforme se vê no livro de Juízes), os juízes, na realidade, eram reis com autoridade limitada, e nem sempre o juiz supremo de Israel era a autoridade judiciária principal em *todo* o Israel. Às vezes, a questão era tribal, e não nacional. A autoridade dos juízes é descrita como proveniente de Yahweh (Juí. 2:16). Eles eram autoridades civis e religiosas, que decidiam casos, protegendo Israel da idolatria. Ocasionalmente, também tinham de tornar-se comandantes militares que livravam o povo de Israel de alguma opressão estrangeira (Juí. 3:9,15). Por isso mesmo, o título «juiz» é aplicado a quinze pessoas diferentes que presidiram sobre Israel, de uma forma ou de outra, por um período de cerca de trezentos e cinqüenta anos, de acordo com a cronologia do bispo Usher, embora por um período mais breve, se houve juizados que se justapuseram. O período coberto por esses juízes vai da morte de Josué à ascensão de Saul ao trono.

g. *Entre os juízes* houve personagens notáveis, cujas histórias são interessantes e mesmo dramáticas. Poderíamos falar sobre os feitos de Otniel (Juí. 3:9); de Sansão (Juí. 13—16); de Débora, a profetisa (Juí. 4:4 *ss*); de Samuel, que também era profeta, que também ungiu (sob seu protesto), o primeiro rei de Israel, Saul (I e II Samuel). A opressão de adversários estrangeiros, contra quem os diversos juízes tinham obtido êxito apenas parcial, sempre foi a principal motivação por detrás do desejo que os israelitas tinham de ter um rei (I Sam. 8:5; Deu. 17:14-20).

h. *Sob a monarquia*, o ofício dos juízes continuou, posto que de forma modificada. Entretanto, o rei era o Juiz supremo, dotado de autoridade quase ilimitada (II Sam. 15:2 *ss*). Josafá nomeou juízes para todas as cidades fortificadas de Judá (II Crô. 19:5 *ss*), e em todas as demais cidades havia alguém dotado de autoridade civil e religiosa, com a responsabilidade de manter a ordem e tomar decisões.

i. *Terminado o exílio*, Esdras nomeou juízes e magistrados, que tomariam conta das questões civis; mas também certificou-se de que o reavivamento das antigas crenças e dos antigos costumes religiosos fosse protegido (Esd. 7:25 *ss*).

j. *Prestígio e Autoridade dos Juízes*. Algo do prestígio e da autoridade dos juízes pode ser entendido pelo fato de que eles também eram chamados «deuses» (no hebraico, *elohim*), por atuarem sob a direção de Deus (*Elohim*). Ver Sal. 82:1,6; João 10:34 *ss*.

3. No Novo Testamento

a. **Idéias Gerais.** Para facilitar as coisas, sempre foi

norma dos romanos preservar, tanto quanto era praticamente possível, as estruturas governamentais dos povos conquistados. Na Palestina, em muitas aldeias, a vida continuou praticamente a mesma coisa que sempre fora. O juiz, em uma dessas aldeias, era homem revestido de grande autoridade, e agia conforme achava melhor, a menos que fosse pressionado. A história da viúva e do juiz que cedeu às exigências dela, com relutância, ilustra bem esse ponto. Ver Luc. 18:2 *ss*. Os *sinédrios* (vide) existiam, dotados de tal autoridade que podiam ordenar o espancamento dos considerados culpados de infrações, embora não tivessem o poder de impor a punição capital (Mat. 27:1 *ss*). Entretanto, nem sempre essas decisões eram cumpridas. E, por outro lado, pressões sobre as autoridades romanas locais podiam distorcer a justiça. O caso clássico, quanto a isso, foi o simulacro de julgamento do Senhor Jesus.

b. *A doutrina cristã* requer a obediência dos crentes a todos os governantes terrestres, incluindo os juízes (Rom. 13:1 *ss*). Essas autoridades são determinadas por Deus, mesmo que sejam pagãs. Ver I Ped. 2:13, uma das principais passagens neotestamentárias sobre a autoridade dos oficiais do governo humano. Os *indivíduos* não podem arvorar-se em juízes (Mat. 7:1 *ss*; Rom. 2:1); nem podem tirar vingança (Rom. 12:19-21). Deus é o Juiz Supremo (Rom. 3:6; Heb. 10:30; 12:23; Tia. 4:12; 5:9).

c. Cristo foi nomeado para ser o futuro Juiz Supremo de toda a humanidade (Mat. 25:31-46; João 8:16; Atos 10:42; 17:31; II Tim. 4:1; I Ped. 4:5; I Cor. 15:24,28).

d. Os crentes também atuarão como juízes (II Cor. 5:10 *ss*).

e. *Os conflitos entre crentes* devem ser resolvidos por juízes nomeados com essa finalidade, e não apresentando os casos às autoridades civis (pagãs) (I Cor. 6:1 *ss*).

f. *Durante o reino milenar*, os crentes atuarão como juízes e governantes, uma autoridade que lhes será dada pelo Rei (Luc. 22:30; I Cor. 6:2 *ss*; Apo. 20:4; ver também Dan. 7:9,22,27, quanto a essa conexão).

JUÍZES (LIVRO DE)

Esboço:

I. Caracterização Geral
II. Pano de Fundo Histórico
III. Arqueologia
IV. Propósito e Plano do Livro
V. Autoria e Data
VI. Integridade e Unidade
VII. Os Juízes de Israel
VIII. Esboço do Conteúdo
IX. Principais Idéias Teológicas
Bibliografia

I. Caracterização Geral

O título «juízes» é conferido às quinze pessoas que presidiram aos israelitas durante um período de trezentos e cinqüenta anos (ou pouco menos), entre o falecimento de Josué e a subida de Saul ao trono, como primeiro rei de Israel. Há estudiosos que pensam que esse período consistiu em apenas duzentos anos. As diferenças nos cálculos devem-se quase totalmente à possibilidade de justaposição entre os períodos em que os juízes governaram Israel. Ver o artigo geral chamado *Cronologia*, pontos 4 e 5, quanto a uma discussão sobre os problemas envolvidos. O período dos juízes tem deixado perplexos os cronologistas. O livro de Juízes é o sétimo livro do Antigo Testamento. Israel havia escapado da servidão no Egito; havia conquistado, com sucesso, a Terra Prometida, mas muitos adversários tinham permanecido instalados em derredor, e gostariam de expelir os israelitas dali. Assim, Israel esteve em turbulência constante, e sob ameaça de extinção. Os juízes, pois, foram, entre outras coisas, libertadores de várias opressões estrangeiras. O livro de Juízes foi incluído entre os *Profetas Anteriores*, no cânon hebraico. Esse livro narra um período crítico da história de Israel.

O livro de Juízes consiste em três blocos bem definidos de material: um breve repasse da ocupação de Canaã pelos israelitas (Juí. 1:1—2:5). A história dos juízes (2:6—16:31). E, finalmente, um apêndice, que fala sobre a migração dos danitas e o conflito interno contra os benjamitas (Juí. 17—21). Esse livro está envolvido na controvérsia sobre a teoria *J.E.D. P.(S.)* (vide), que trata da questão das supostas fontes informativas dos primeiros livros da Bíblia. Aqueles que advogam essa teoria supõem que o bloco principal do livro (Juí. 2:6—16:31) procedeu da escola deuteronômica de historiadores, que teriam tido acesso a informes históricos mais antigos, relacionados a um período muito antigo, e que seriam as fontes informativas J. e E. Presumivelmente, os relatos sobre os juízes teriam sido preservados em uma espécie de arcabouço estereotipado. Esse material informativo teria sido manipulado e incluído no relato geral do livro. Em cada um dos casos, temos a história de alguma opressão estrangeira, o clamor dos israelitas a Yahweh, pedindo livramento, e, então, o próprio livramento. Os autores envolvidos encararam a história de Israel como uma série ou ciclos de apostasias e livramentos, devido ao julgamento divino contra a transgressão, seguido pelo arrependimento do povo e sua restauração ao favor divino.

Os eruditos que defendem a teoria do *J. E. D. P.(S.)* supõem que a introdução do livro de Juízes (1:1—2:5) foi adicionada posteriormente, derivada de material informativo mais antigo, paralelo de certos trechos do livro de Josué, especialmente em seus capítulos quinze a dezessete. Presumivelmente, o apêndice do livro de Juízes também estaria alicerçado sobre tal material. Além disso, sentem que o relato sobre Abimeleque (Juí. 9) e sobre certos juízes menores (Juí. 10:1-5; 12:8-15), que seriam não deuteronômicos, foi adição posterior. Uma porção especial do livro seria o cântico de Débora (cap. 5). Essa é uma obra-prima da poesia hebréia primitiva, que mostra consideráveis habilidades literárias.

Os juízes foram líderes militares e religiosos, usualmente em defesa de tribos (uma ou duas), e nunca da nação inteira. Pois, até então, não havia qualquer governo centralizador em Israel. O livro está permeado pela crença, comum aos livros históricos do Antigo Testamento, de que Israel prosperava quando obedecia à lei de Deus; mas caía em desgraça, decadência e destruição, quando não obedecia a essa lei. Muitos historiadores consideram simplista esse ponto de vista *teológico* da história. Seja como for, esse é um conceito fundamental que persiste tanto nos livros canônicos do Antigo Testamento quanto em seus livros apócrifos.

Muitos estudiosos supõem que o livro de Josué dá um relato muito otimista a respeito da conquista da Terra Prometida, dando a entender uma completa conquista daquele território. Na verdade, porém, muitos inimigos ferozes foram deixados. Esses inimigos nunca perderam certos territórios como também até tentaram apossar-se novamente dos territórios que haviam perdido. O primeiro capítulo do livro de Juízes deixa claro que a conquista militar,

por parte de Israel, teve sucesso apenas parcial. Talvez os relatos de como Israel se defendeu dos ataques posteriores desses vários inimigos, antes de se haver tornado um reino unido sob Saul, tenham sido preservados como tradições das tribos envolvidas nos conflitos. O livro de Juízes, nesse caso, seriam as histórias de como certos heróis locais derrotaram os vários adversários, tendo de enfrentar grandes dificuldades. Historicamente, é muito difícil determinar até que ponto Israel se sentia como uma única nação, e não um grupo de tribos frouxamente relacionadas entre si, antes que houvesse um governo centralizador, representado pelo rei.

O livro de Juízes reveste-se de capital importância para entendermos esse período de transição, dentro da história de Israel. O comentário dos editores finais do livro de Juízes, acerca dos frouxos laços que unificavam o povo de Israel, com suas doze tribos, é o seguinte: «Naqueles dias não havia rei em Israel: cada um fazia o que achava mais reto» (Juí. 21:25). Não tivessem surgido aqueles heróis locais, que se levantaram para defender o que a conquista da Terra Prometida havia ganho, e Israel, como nação, bem poderia ter desaparecido durante aquele período. Para piorar ainda mais a situação, as tribos de Israel, com freqüência, entraram em conflito interno, umas contra as outras. O livro de Juízes é a história da sobrevivência de um pequeno e ameaçado povo, que gradualmente se solidificou para formar uma nação que deixou uma marca perpétua na história da humanidade.

II. Pano de Fundo Histórico

a. Os *patriarcas hebreus* estiveram jornadeando na terra de Canaã, durante a idade do Bronze Média (2100—1550 A.C.). Abraão chegou em Siquém e Betel (ver Gên. 12), em cerca de 2000 A.C. Desse tempo em diante, os genitores da nação de Israel viveram na Palestina.

b. Em seguida, ocorreu o incidente no qual *José* foi vendido como escravo e foi levado para o Egito. Ele chegou ao segundo posto de autoridade naquele país, em cerca de 1991—1786 A.C., durante a XII Dinastia egípcia. Porém, esse ponto é intensamente disputado; e alguns preferem pensar que seu governo foi exercido durante o tempo dos intrusos semitas, os reis hicsos. Nesse caso, seu período foi cerca de 1750 A.C., ou mesmo depois. O rei que não conhecera a José pode ter sido o primeiro dos reis hicsos (ver Êxo. 1:8), ou, então, o monarca egípcio que pôs fim ao domínio dos hicsos. Quanto a maiores informações sobre essas conjecturas, ver o artigo sobre *José*, em sua quarta seção, *Cronologia*. Se a data posterior para a vida de José é a correta, então José deve ter falecido em cerca de 1570 A.C.

c. *O Cativeiro Egípcio*. Os descendentes de Jacó acabaram sendo escravizados no Egito, como minoria ameaçadora, porquanto José se tornara, nesse tempo, um fator desconhecido. O cativeiro no Egito pode ter durado entre duzentos e trezentos anos.

d. *O Êxodo*. A data desse evento é muito debatida. Alguns pensam que ocorreu em cerca de 1445 A.C., ou seja, perto de quinhentos anos antes de Salomão haver construído o templo de Jerusalém. Mas outros estudiosos opinam que o êxodo teve lugar na XIX Dinastia egípcia (1350—1200 A.C.). Ver os artigos sobre *Cronologia* e sobre o livro de *Êxodo*. Seja como for, Moisés foi levantado como profeta do Senhor no fim do grande cativeiro egípcio de Israel.

e. Vieram, então, os *quarenta anos de vagueação pelo deserto*, que atuaram como um período de resfriamento e preparação para a invasão da antiga terra dos patriarcas hebreus, a Palestina. Seja como for, foi uma espécie de retorno genético e uma renovação da antiga confiança própria dos hebreus. Parece que as doze tribos de Israel eram formadas por unidades distintas umas das outras, mesmo quando estavam no Egito. Sem dúvida, isso foi confirmado quando a invasão da Terra Prometida teve começo. Josué e seus exércitos encontraram o país dividido em muitas cidades-estado do regime tipo feudal, sempre guerreando umas contra as outras, — embora também sempre dispostas a aliarem-se para expelir qualquer invasor de fora. As cartas de Tell el-Amarna (vide) contam aspectos da história, e fornecem-nos pormenores que concordam com o relato do livro de Josué.

f. *Josué* é livro que relata como o povo de Israel invadiu a terra de Canaã. Israel conquistou essencialmente o território, embora tivessem ficado bolsões por conquistar. Há estudiosos que pensam que o relato do livro de Josué é excessivamente otimista. O primeiro capítulo do livro de Juízes deixa claro que muito território ficou sem ser conquistado. Seja como for, muitos nativos da terra foram deixados sem serem molestados. Apesar dessa falha, o território foi dividido entre as doze tribos de Israel. Os eruditos disputam se a terra foi conquistada em uma única e prolongada campanha, ou se aconteceu em ondas sucessivas. O livro de Josué, de fato, pode fornecer-nos a condensação da questão, uma espécie de esboço histórico, e não uma narrativa contínua do que sucedeu. De qualquer modo, podemos confiar na historicidade geral do livro, não nos preocupando com detalhes dessa natureza.

g. *Juízes*. Esse livro relata o período que vai da morte de Josué até à unção de Saul como primeiro rei de Israel. Se esse período dos juízes durou trezentos e cinqüenta anos, conforme alguns dizem, então, deve ter começado em cerca de 1350 ou 1375 A.C. Alguns limitam esse período em apenas duzentos anos; e, nesse caso, começou em cerca de 1225 ou 1250 A.C. Ver a primeira seção deste artigo, *Caracterização Geral*, quanto a uma declaração sobre a natureza desse período.

III. Arqueologia

A ocupação da Terra Prometida, por parte de Israel, foi obtida em um período relativamente curto, e também foi uma conquista contínua. As explorações arqueológicas não mostram qualquer interrupção no processo da conquista. As evidências colhidas nessas escavações indicam que os israelitas não eram nômades, que já haviam desenvolvido uma sociedade permanente e bem estruturada, ainda que, no período coberto pelos livros de Josué e de Juízes eles não formassem uma nação estreitamente solidificada. Todavia, não eram bons arquitetos e construtores. As culturas que eles destruíram eram bem superiores a deles, no tocante à arquitetura e às artes. A invasão israelita baixou o nível de vida e acabou com muitas atividades artísticas. No entanto, os hebreus eram superiores quanto às noções religiosas, como também no registro dos fatos históricos e na produção literária. A arqueologia também tem ilustrado o fato de uma contínua ocupação cananéia, sobretudo das terras baixas (em Megido e Bete-Seã). Os cananeus contavam com exércitos melhor preparados que os hebreus, incluindo carros de combate. Os israelitas, pois, muito aprenderam deles quanto a esses armamentos. Os trechos de Jos. 11:13; 13:1 *ss*; 17:16 e Juí. 1:19,27 admitem que muitas áreas da terra de Canaã não foram ocupadas, porquanto os adversários dos israelitas eram simplesmente mais fortes que eles, e estavam muito bem entrincheirados em suas fortalezas locais.

A falta de água restringia os cananeus a certas áreas da Palestina. As descobertas arqueológicas mostram que Israel trouxe do Egito, ou, então, desenvolveu grandemente, o conceito de armazenar água potável em *cisternas* (vide). Era usada a forração das paredes das cisternas, tornando-as estanques. Essa invenção possibilitou a ocupação dos israelitas em áreas que, antes disso, haviam sido ocupadas muito esparsamente.

A ausência de santuários antigos, nos lugares ocupados pelos israelitas, é conspícua, segundo as descobertas arqueológicas. Mas isso talvez se deva à falta de durabilidade dos materiais usados, ou, então, à proibição divina acerca da ereção de santuários. Ver Êxo. 20:24-26; Deu. 12:1-7.

Artefatos pagãos, entretanto, têm sido encontrados pelos arqueólogos com relativa abundância. Figurinhas de argila, representando mulheres despidas, têm sido encontradas em conexão com as deusas da fertilidade, dos cananeus. Talvez essas figurinhas fossem amuletos de boa sorte, pelo que serviriam a um duplo propósito. Nunca foram encontradas figurinhas representando homens despidos.

Megido e Taanaque. As evidências arqueológicas mostram que essas cidades não foram ocupadas ao mesmo tempo. Ficavam cerca de oito quilômetros de distância uma da outra. Quando Débora e Baraque obtiveram a vitória, na batalha de Taanaque, Megido já jazia em ruínas. O trecho de Juí. 5:19 talvez reflita isso, porque Megido não é mencionada como uma localidade habitada então.

Pequenos reinos da Transjordânia continuaram a fustigar os israelitas, especialmente Moabe e Amom. A arqueologia tem mostrado que esses lugares eram bem habitados. Além disso, a ocupação do Neguebe (em sua porção mais ocidental) tem sido confirmada e ilustrada por várias descobertas. Outro tanto se pode dizer quanto à Sefelá (vide). Figuras representando divindades e peças de cerâmica têm sido ali encontradas, fornecendo-nos diversas informações. Uma das divindades filistéias era Dagan, uma antiga deidade dos amorreus.

Silo. O culto ali existente foi destruído. Esse fato não é mencionado no livro de Juízes, mas a tradição israelita confirma o fato em Sal. 78:60; Jer. 7:12 e 26:6 Foi destruída mediante um incêndio, conforme as evidências o demonstram, em cerca de 1050 A.C. Sem dúvida, isso resultou da derrota sofrida por Israel, em Afeque (ver I Sam. 4). Nessa mesma época, os filisteus destruíram outras cidades dos israelitas, o que demonstra como o poder dos filisteus permanecia, apesar de todos os esforços das tropas israelitas. Ver o artigo separado sobre *Silo*.

IV. Propósito e Plano do Livro

O autor sagrado, como é óbvio, tinha um plano bem definido ao escrever o livro. O trecho de Juí. 2:11-23 demonstra isso. É nessa passagem que ele diz quais os pontos principais de sua narrativa, segundo se vê nos dois pontos abaixo:

1. No primeiro capítulo do livro, ele diz até que ponto progredira a guerra contra os cananeus; quais tribos de Israel tinham obtido êxito, e quais haviam falhado, não conseguindo dominar regiões alocadas; e também como se conseguiu impor tributo a alguns filisteus. O trecho de Juí. 2:1-10 fornece-nos algumas informações nesse sentido.

2. Em seguida, ele afirma a tese de sua teologia histórica, a saber, que o povo de Israel ia bem quando obedecia a Yahweh; mas que ia mal, quando não obedecia ao Senhor. A apostasia aparece como o principal impedimento ao pleno sucesso de Israel: «Porquanto deixaram o Senhor, e serviram a Baal e a Astarote» (Juí. 2:13). O castigo era imposto, portanto, aos desobedientes: «Por onde quer que saíam, a mão do Senhor era contra eles para seu mal, como o Senhor lhes havia dito e jurado: e estavam em grande aperto» (Juí. 2:15). Mas, quando se arrependiam, novamente as coisas lhes corriam bem (ver Juí. 2:16,23). Presume-se que o desígnio do autor sagrado não era fornecer uma narrativa definitiva sobre o período dos juízes, e, sim, prover um esboço que ilustrasse a sua tese. Ele não queria apenas ser um cronista, e, sim, explicar por que motivo houve um declínio moral, religioso e político, em Israel; e por que motivo, finalmente, impôs-se o surgimento da monarquia. E ele concluiu com a melancólica observação de que, durante aquele período predominava o caos, pois cada um fazia o que lhe parecia melhor, não havendo um governo central que unificasse as coisas. Ver Juí. 21:25.

V. Autoria e Data

Os eruditos liberais pensam que é inútil tentar descobrir um único autor do livro de Juízes, visto que crêem que a principal fonte informativa do livro seja *D* (a escola deuteronômica), e que também há contribuições feitas pelas fontes informativas *J* e *E*. Ver sobre a teoria chamada *J. E. D. P.(S.)*, nesta enciclopédia. Todavia, o livro não inclui qualquer menção a seu autor ou autores, pelo que é uma obra anônima. Segundo alguns teóricos, *D* teria sido uma escola de editores ou historiadores que viveram no século seguinte ao da publicação do livro de Deuteronômio, que, segundo eles, teria sido lançado em 621 A.C. Esses homens teriam empregado o mesmo vocabulário e o mesmo estilo usados naquele livro. Presumivelmente, também foram os responsáveis pelas edições dos livros de Josué, I e II Reis e Jeremias, além do livro de Juízes, e além de outras porções de outros livros, possivelmente. Naturalmente, os eruditos conservadores consideram que essa data é tardia demais. No entanto, o próprio livro não nos fornece qualquer declaração direta quanto ao tempo em que foi escrito, embora haja alusões que nos ajudam no tocante à questão, posto que somente parcialmente. O cântico de Débora (Juí. 5:2-31) afirma ser uma composição contemporânea. Isso deve ter ocorrido em cerca de 1215 A.C. Mas o livro como um todo, não pode ter sido compilado senão aproximadamente dois séculos mais tarde. Pois refere-se à captura e destruição de Silo (ver Juí. 18:30,31), o que teve lugar durante a juventude de Samuel (I Sam. 4). E isso ocorreu aí por volta de 1080 A.C. O último evento registrado no livro de Juízes é a morte de Sansão (ver Juí. 16:30,31), e isso teve lugar poucos anos antes da inauguração de Samuel como juiz, ou seja, em cerca de 1063 A.C. E a alusão ao fato de que não havia rei em Israel, deixa claramente inferido que a monarquia, então, já havia começado, visto que o autor sagrado parece estar comparando um tempo em que não havia rei, com o tempo então presente, em que já havia sido inaugurada a monarquia. *Não* parece que o autor sagrado estivesse *predizendo* sobre a monarquia. Ver Juí. 17:6; 18:1 e 26:25.

Saul tornou-se rei em cerca de 1043 A.C., pelo que a compilação do livro de Juízes deve ter sido depois disso, embora tenham sido incorporados materiais mais antigos, orais e escritos. O livro parece ter sido composto antes que Davi capturasse Jerusalém, o que sucedeu em 1003 A.C. (II Sam. 5:6,7), porquanto não há qualquer indício, no livro, que Israel tenha conquistado aquela cidade. Por todos esses motivos, muitos estudiosos supõem que o autor sagrado

escreveu durante os primeiros anos de Saul como rei, chegando mesmo a asseverar que *Samuel* foi o mais provável autor do livro. Naturalmente, ao assim precisarem, já estão conjecturando. Mas não há como negar ou confirmar essa conjectura, pois o próprio livro nada diz quanto à identidade do autor. É verdade que o Talmude (Baba Bathra 14B) assim afirma, mas não há nenhuma comprovação histórica dessa afirmação. A mesma tradição afirma que Samuel também escreveu o livro de Rute e os livros que têm o seu nome, uma informação que também não há como confirmar ou negar.

O trecho de Juí. 1:21 declara que os jebuseus estavam residindo em Jerusalém lado a lado com os filhos de Benjamim, até o dia em que o material sobre essa informação foi escrito, ou seja, antes da época de Davi. Todavia, é possível que isso inclua material mais antigo, e que um compilador posterior (de depois dos tempos de Davi) deixou intacto. Mas, se aceitarmos essa informação como dada pelo autor compilador do livro de Juízes, então torna-se plausível pensarmos em uma data que coincida com os dias de Saul, antes da época de Davi. Se o autor falava do ponto de vista da época de Saul, então é patente que sua obra consiste, em sua maior parte, em compilações, pois ele registrou coisas que haviam acontecido muito tempo antes. Isso posto, ele deve ter tido acesso a tradições antigas, de natureza oral e escrita. Essas tradições podem ter sido preservadas por certas tribos de Israel, cujos heróis (juízes) eram decantados, e cujas narrativas mereceram ser preservadas.

VI. Integridade e Unidade

O ponto de vista dos liberais envolve-nos na teoria *J. E. D. P.(S.)* (vide), conforme eu já disse na primeira seção, *Caracterização Geral*. Ali dou um esboço das idéias concernentes aos vários *materiais* que um editor-autor teria reunido, para formar o livro de Juízes. Os eruditos conservadores, apesar de defenderem a idéia de um único autor essencial (ou seja, a unidade do livro), admitem que ele deve ter sido mais um compilador do que um autor, conforme dissemos no último parágrafo da seção V, acima. A unidade de propósito do livro é salientada como prova de que houve um único autor, embora não se possa ver qualquer razão pela qual um editor não possa ter reunido e dado unidade ao trabalho de vários autores. Infelizmente, questões dessa natureza têm-se tornado, desnecessariamente, o centro de debates e querelas, embora se revistam de pouca importância comparativa, exceto que é bom que saibamos o máximo possível a respeito dos livros da Bíblia. Pelo menos, nesses debates, nenhuma questão de fé é envolvida, e também não deveriam tais questões tornar-se padrão de julgamento sobre a espiritualidade de quem quer que seja.

Os estudiosos têm salientado que o livro de Juízes divide-se em três partes naturais: 1. a natureza incompleta da conquista da Terra Prometida, com descrições sobre como cada tribo se saiu na empreitada. 2. Os repetitivos ciclos de apostasia, perda de liberdade e restauração das tribos de Israel. 3. Um quadro de desorganização, no qual Israel caiu antes do estabelecimento da monarquia, uma espécie de Idade das Trevas de Israel. Alguns estudiosos pensam que um único autor foi o responsável por essas três seções do livro. Mas outros vêem a terceira dessas seções como um trabalho distinto, e até com idéias conflitantes com a primeira seção. Porém, o que tenho lido a respeito mostra-se muito vago a esse respeito; e os eruditos conservadores não se sentem impressionados diante desses argumentos. Outros dizem que os capítulos 9, 16 e 17—21 são destituídos de conteúdo religioso, pelo que não refletiriam um único e constante propósito do autor-editor, que sempre quis lembrar-nos de que Israel passou bem quando seguiu a retidão, mas deu-se mal quando se desviou do Senhor. Esses capítulos, pois, para esses intérpretes, seriam adições ou interpolações posteriores. Alguns deles vêem dois trabalhos editoriais distintos, o primeiro no século VII A.C., que teria envolvido os capítulos 9, 16 e 17—21; e, então, teria havido uma segunda edição, presumivelmente no século VI A.C., quando os capítulos que haviam sido omitidos na primeira edição, foram devolvidos ao livro. Desse modo, esses citados capítulos teriam escapado aos comentários editoriais que caracterizam o resto do livro. Supostamente, a forma final do livro teve de esperar pelos primeiros anos do cativeiro babilônico. Porém, as evidências acerca de todas essas conjecturas são apenas subjetivas, faltando-lhes consubstanciação histórica.

VII. Os Juízes de Israel

O livro de **Juízes** alista catorze juízes diferentes. Os nomes deles e as referências bíblicas atinentes a cada um aparecem na seção VIII., *Conteúdo*. A essa lista deve-se adicionar os nomes de Eli e Samuel. Débora deve ser contada juntamente com Baraque, em Juí. 4:1—5:31. E Gideão e Abimeleque também devem ser associados um ao outro, formando um único juizado. E isso nos daria doze períodos de juizado no livro de Juízes. Mas, se contarmos os juízes, individualmente, então acharemos catorze deles. E alguns estudiosos pensam que Abimeleque foi um usurpador, pelo que não deveria ser contado como um dos juízes.

Os nomes dos juízes representam heróis locais, que se tornaram lendários na história das tribos de Israel. Os governos deles poderiam ter coberto um período de nada menos de quatrocentos anos. Os eruditos liberais crêem que muitas lendas, ou mesmo mitos, penetraram nessas narrativas, tal como sucede em muitas outras obras literárias do mundo, quando se trata de glorificar heróis nacionais. De fato há eruditos que pensam que Sansão representa o deus sol, e que Débora, Samuel e ainda outros, seriam tipos tradicionais de líderes semi-religiosos, semi-tribais, que talvez tenham mesmo existido, mas cujos relatos chegaram até nós de mistura com muitas lendas. Contra essa opinião pode-se salientar que uma das grandes características do povo de Israel sempre foi a sua sensibilidade diante da história. Acima de qualquer outro povo, os israelitas sempre trataram a história como uma questão séria, incluindo suas genealogias e seus registros históricos. Por essa razão, apesar de admitirmos que o livro de Juízes pode representar um esboço da história, ainda assim não há razão alguma para duvidarmos da veracidade desse esboço histórico. N.B. — Temos provido um artigo separado sobre cada um dos *juízes* de Israel.

Cronologia. Quanto a especulações sobre a cronologia do livro de Juízes, o que representa inúmeras dificuldades, ver a seção V. e. 4, do artigo *Cronologia do Antigo Testamento*.

VIII. Esboço do Conteúdo

A. O Período Antes dos Juízes (1:1—2:5)
   1. Condições sociais e políticas (1:1-36)
   2. Condições religiosas (2:1—5)
B. Descrição de Juízes Específicos (2:5-16—31)
   1. Otniel (3:7-11)
   2. Eúde (3:12-30)
   3. Sangar (3:31)
   4. Débora e Baraque (4:1—5:31)
   5. Gideão e Abimeleque (6:1—9:57)

6. Tola (10:1,2)
7. Jair (10:3-5)
8. Jefté (10:6—12:7)
9. Ibsã (12:8-10)
10. Elom (12:11,12)
11. Abdom (12:13-15)
12. Sansão (13:1—16:31)

C. Apêndices (17:1—21:25)
1. A idolatria de Mica e Dã (17:1—18:31)
2. O crime em Gibeá e seu castigo (19:1—21:25)

IX. Principais Idéias Teológicas

Poucos historiadores, ou mesmo nenhum, escrevem sem qualquer preconceito ou sem propósitos subjetivos, que deixam transparecer em seus escritos. Toda história é acompanhada de interpretação. Os historiadores bíblicos não formam exceção a essa regra. O autor do livro de Juízes ansiava por destacar ideais espirituais e juízos morais, e tornou-os parte integrante de suas narrativas, mas com o intuito de mostrar-nos que certas coisas sucederam, ou não sucederam, em face das condições espirituais do povo de Israel. Isso posto, o livro de Juízes apresenta-nos uma história teológica, e não apenas um relato sobre condições sociais e políticas.

1. *A ira de Deus volta-se contra o pecado* (Juí. 2:11,14). Israel era abençoado quando obedecia a *Yahweh*, mas era castigado quando se rebelava. Israel só podia sobreviver, cercada como estava essa nação por poderosos adversários, mediante a graça divina. Esforços de cooperação que rendiam resultados positivos, tinham de estar alicerçados sobre a lealdade coletiva a Deus (Juí. 5:8,9, 16-18). Os juízos corretivos de Deus tocavam tanto sobre cada indivíduo como sobre a sociedade israelita como um todo.

2. *O arrependimento produz a misericórdia divina* (Juí. 2:16). As opressões de povos estrangeiros serviam de meios para corrigir as condições de decadência moral, e isso tinha em vista o bem de Israel (Juí. 3:1-4).

3. *O homem é, verdadeiramente, um ser decadente.* Após cada livramento descrito no livro de Juízes, Israel escorregava novamente para a idolatria, o que exigia ainda outro ato de juízo divino e outro libertador. Parece que essa lição nunca foi absorvida, ou, então, que tinha de ser aprendida de novo a cada geração. Ver Juí. 2:19, que diz: «Sucedia, porém, que, falecendo o juiz, reincidiam e se tornavam piores do que seus pais, seguindo após outros deuses, servindo-os e adorando-os eles; nada deixavam das suas obras, nem da obstinação dos seus caminhos». Um sociedade individualista por excelência estava repleta de erros, pessoais e coletivos. «Naqueles dias não havia rei em Israel: cada qual fazia o que achava mais reto» (Juí. 17:6 e 21:25).

4. *Os sistemas centralizados no homem fracassam.* Essa é a lição geral ensinada pelo livro de Juízes. Na história de Israel, aprende-se que a única esperança reside na espiritualidade. Os políticos mostram-se corruptos, quando não antes, pelo menos depois que galgam a posições de autoridade.

Bibliografia. ALB(1936) AM I IB ID KR(2) ND PAY(2) PF UN YO Z.

JUÍZES, ECLESIÁSTICOS

No latim, **judex ecclesiasticus**. Os dignatários da Igreja Católica Romana recebem esse título. Um desses juízes tem a autoridade de sentar-se em tribunal e passar sentença. Sua jurisdição pode ser: a. *ordinária*, quando está vinculada por lei a algum ofício eclesiástico; ou b. *delegada*, quando a sua autoridade lhe é conferida por alguma autoridade eclesiástica superior competente. A jurisdição do papa é considerada universal. E a autoridade de um bispo, em comparação, confina-se à sua própria diocese. A *Sagrada Rota Romana* é o tribunal papal, uma espécie de corpo eclesiástico supremo, na qual está investida a autoridade do papa. Entretanto, pessoalmente o papa exerce uma autoridade superior, de tal modo que algumas decisões podem ser tomadas exclusivamente por ele. Um *juiz diocesano*, intitulado *oficial*, usualmente age em nome de um bispo qualquer. Algumas vezes, é mister reunir um tribunal de três ou cinco juízes eclesiásticos, para tratar de casos difíceis. Os juízes são supremos em suas decisões, visto que as leis canônicas não provêem a existência e atuação de júris.

JUÍZO ANALÍTICO

Uma proposição em que o predicado é logicamente subentendido no sujeito e portanto, que nos dá novas informações sobre o sujeito. Exemplo: 2 2 4, e todas as proposições matemáticas. Ou então: «Os raios de um círculo são todos do mesmo comprimento». Se não o fossem, não seriam os raios de um círculo, mas de uma elipse ou de um oval. O termo analítico é usado para contrastar com *sintético*, que indica que o predicado acrescenta algo ou descreve o sujeito, dando novas informações, não contidas no sujeito. O predicado dos juízos sintéticos não são necessários ou logicamente implícitos no sujeito. Ver o artigo sobre *juízos sintéticos*.

Leibniz distinguia verdades da razão (matemática e lógica, por exemplo) das verdades de fatos observados. Kant e Hume partiram desse raciocínio e o desenvolveram. Recentemente, alguns filósofos têm objetado à rigidez da distinção entre declarações analíticas e declarações sintéticas, supondo que as primeiras são apenas partes do esquema conceptual, remoto da periferia experimental. Outros têm argumentado que algumas afirmações não podem ser claramente classificadas como analíticas ou sintéticas. Por exemplo: «Vejo com os meus olhos». Poderíamos considerar esse juízo como analítico, visto que a palavra «olhos» necessariamente inclui o ato de ver. Também, qualquer coisa com que eu vejo, pode ser chamada de *olhos*. Porém, pode estar envolvida uma situação empírica, sintética, no uso dos olhos. Assim, dizer: «Vejo com meus olhos» pode ser uma afirmação sintética. Os filósofos, porém, têm ressaltado que o que se sucede nesse caso é apenas o uso da mesma sentença de ambos os modos, e isso não demonstra que uma única proposição tenha ambas aquelas qualidades.

As afirmações analíticas são tautologias sem sentido, mas não são desarrazoadas. Por serem sem sentido, não alteram nosso ponto de vista do mundo, mas, visto que não são desarrazoadas, fazem parte de nosso simbolismo. Os juízos analíticos podem transmitir fatos, com aplicações práticas, como se dá no campo da matemática, a mais fundamental de todas as ciências.

Afirmações analíticas e a teologia. O argumento de Anselmo em prol da existência de Deus, com base na própria definição de Deus como um ser perfeito (argumento ontológico), é considerado por muitos como uma afirmação analítica, e assim sendo, um argumento que não pode demonstrar existência. A perfeição requer a existência, pois um ser não existente não poderia ser chamado perfeito. Mas, a perfeição que criamos é apenas uma questão de definição

verbal. Dizer que Deus é perfeito, e assim sendo, que deve existir, não pode fazer Deus vir à existência, se, de fato, Ele não existir. Temos apenas uma *afirmação* analítica, cujo sujeito, *Deus*, requer as idéias de perfeição e existência. Por outra parte, o sujeito, *perfeição*, requer um perfeito ser que exista, pois, de outro modo, não será perfeição. A mim, porém, parece que o argumento de Anselmo também é, se não primariamente sintético, primariamente místico, sem dúvida. Mediante as experiências místicas, sutis ou claras (por meio da comunicação com o Espírito), somos levados a postular Deus mediante a definição de Sua perfeição. É a experiência que nos leva a isso, e não alguma mera afirmação analítica. Ver o artigo sobre *o argumento ontológico*, e o artigo geral sobre *Deus, provas de Sua existência*. (E EP MM)

JULGAMENTO — JULGAMENTOS

Esta enciclopédia apresenta um número de artigos sobre julgamentos da Bíblia, da filosofia e da teologia, sendo:

Julgamento *a Priori* (Analítico)
Julgamento *a Posteriori* (Sintético)
Julgamento, Cadeira de
Julgamento da Cruz
Julgamento das Nações
Julgamento de Cristo, Tribunal De
Julgamento de Deus dos Homens Perdidos
Julgamento de Jesus
Julgamento de Israel
Julgamento de Paulo
Julgamento de um Crente por Outro Perante a Lei
Julgamento (Censura) de Uma Pessoa Contra Outra
Julgamento do Crente por Deus
Julgamento do Próprio Ser
Julgamento do Trono Branco
Julgamento dos Anjos
Julgamento na Filosofia
Julgamento que Cega (Cegueira Judicial)
Julgamento Segundo as Obras
Julgamento Sintético *a Priori*
Julgamentos das Escrituras

A ordem dos artigos segue a ordem desta lista.

JULGAMENTO A PRIORI (ANALÍTICO)

Ver o artigo separado sobre **Julgamento (na Filosofia)**, especialmente em seu quarto ponto. Um *juízo a priori* é uma asserção sobre um assunto qualquer que existe antes mesmo de qualquer percepção dos sentidos, repousando sobre a razão, a intuição ou as experiências místicas. A matemática é um ótimo exemplo de *juízos a priori*, porquanto suas verdades são *analíticas*. Em outras palavras, esses juízos dependem da análise de conceitos mentais, e não de informes dados pela percepção dos sentidos. Alguns filósofos supõem que toda verdade pertence a essa natureza, como nas categorias mentais de Kant, que são forçadas sobre o mundo experimental, levando-a a ser compreendida de maneiras específicas. Alguns estudiosos alicerçam a ética sobre os *juízos a priori*, supondo que a mente conhece e diz-nos no que consiste a verdade, sem qualquer necessidade de experimentação. Para muitos outros, a teologia também depende de tais proposições; mas a realidade é que, na teologia também há o concurso do que é místico e das revelações (vide), e esse concurso é que nos fornece as principais informações da teologia. Aqueles que dizem que a teologia depende dos *juízos a priori* estão defendendo um modo racionalista de pensar. Ver sobre o *Racionalismo*. Para esses, a razão é a grande fonte informativa (ou, pelo menos, a principal fonte informativa) da verdade.

JULGAMENTO A POSTERIORI (SINTÉTICO)

Trata-se das assertivas sobre um assunto qualquer que adicionam descrições à sua definição mais simples, e que ocorrem *depois* da atuação da percepção dos sentidos, dependendo dos informes dados pelos sentidos. Isso deve ser contrastado com os *juízos a priori* (vide). Esses julgamentos são sintéticos, ou seja, originam-se da síntese provida pela experiência; e são assim chamados porque acrescentam algo às definições originais. As proposições *sintéticas* são aquelas que são firmadas e averiguadas empiricamente. As proposições *analíticas* dependem unicamente da razão, e são verdadeiras diante dos fatos, por simples definição. A expressão «juízo sintético» é associada a Kant, que afirmava que, nesse tipo de julgamento, o predicado não está contido no seu sujeito. Isso posto, o predicado *adiciona* algo ao sujeito, e o descreve, tornando-se assim uma síntese. Os julgamentos sintéticos, visto que dependem dos nossos sentidos, carecem do elemento certeza, e entram no terreno das probabilidades, ao passo que pelo menos alguns julgamentos analíticos, ou *a priori*, como os da matemática, são certos. Entretanto, Quine rejeitava qualquer distinção firme ou rígida entre as declarações sintéticas e as declarações analíticas, supondo que, dessas duas formas, a variedade sintética é meramente aquela que mais se aproxima da periferia experimental da ciência.

JULGAMENTO, CADEIRA DE

Ver o artigo geral sobre **Cadeira**, quinto ponto. O termo grego *bema*, que significa, basicamente, «degrau», também era usado para indicar uma «plataforma elevada», de onde os juízes e outros oficiais julgavam. Com base nisso, o *bema* veio a indicar qualquer trono de juízo. Ver Mat. 27:19; João 19:13; Atos 18:12,16 *ss*; 25:6. Em Rom. 14:10 e II Cor. 5:10, o vocábulo é especificamente usado para indicar o tribunal de Cristo, onde ele julgará a todos os crentes. Herodes mandou construir uma estrutura que se assemelhava a um trono, no teatro de Cesaréia. Era dali que ele assistia aos jogos atléticos e fazia discursos ao povo (Atos 12:12). A palavra grega *bema* também foi usada para aquela estrutura.

JULGAMENTO DA CRUZ

A teologia da cruz ensina que a cruz foi, ao mesmo tempo, um julgamento contra o pecado, e o meio de livrar os homens desse julgamento. Isso é característico de todos os juízos divinos, incluindo o julgamento dos perdidos. Ver I Ped. 4:6, quanto a essa afirmação. Ver o artigo separado sobre o *Julgamento de Deus dos Homens Perdidos*. Quanto a amplos detalhes sobre a cruz como um julgamento, e também como meio de salvar do juízo divino, ver o artigo *Cruz de Cristo, Efeitos*. O nono ponto desse artigo aborda, especificamente, a cruz como um julgamento.

JULGAMENTO DAS NAÇÕES

1. Ponto de Vista Dispensacional

O texto quanto a isso é Mat. 25:31-46. Os irmãos dispensacionalistas supõem que o julgamento das nações ocorrerá após o período da tribulação (ver o artigo sobre *Tribulação, A Grande*). As nações seriam tratadas à base de como trataram a nação de Israel durante aquele período crítico. Haveria as ovelhas (os

justos) e os cabritos (os maus) que seriam nações, cada qual de acordo com sua conduta específica, mormente em relação a Israel. As nações cabritas iriam para o juízo eterno. As profecias do Antigo Testamento mostram que certas nações gentílicas terão parte no milênio, juntamente com a nação de Israel (Isa. 6:3; 61:6 e 62:2). Os dispensacionalistas, além disso, acreditam que Israel tornar-se-á a cabeça das nações, durante esse período milenar, e que quando for inaugurado o estado eterno, terminado o milênio, as nações gentílicas continuarão à face da terra, enquanto que a Nova Jerusalém será a capital dos céus e da terra. Ver Apo. 21:24 e 26.

2. Ponto de Vista Não Dispensacional

Muitos intérpretes acreditam que o trecho de Mat. 25:31 *ss* é apenas uma descrição de um julgamento geral. Nesse caso, as *nações* seriam os indivíduos, considerados coletivamente, e não nações que tenham favorecido ou desfavorecido a Israel, durante o período atribulado do fim. Essa passagem, pois, seria uma maneira vaga e generalizada de descrever como todos os homens enfrentarão o julgamento final. O contexto mostra-nos que está em foco como os homens terão respondido a Cristo e à sua mensagem, e não meramente a questão de ter fé ou não. Também estaria sendo julgado como cada qual atuou, de acordo com a lei do amor, o que deve fazer parte da espiritualidade de cada indivíduo, se é que essa espiritualidade é genuína. Ver os dois artigos que abordam, com detalhes, essas questões, a saber: *Julgamento de Deus dos Homens Perdidos* e *Julgamento do Crente por Deus*.

JULGAMENTO DE CRISTO, TRIBUNAL DE

Ver o artigo geral sobre **Cadeira**, quinto ponto. Em II Cor. 5:10 somos informados de que todos os crentes haverão de comparecer diante do tribunal de Cristo. Ali é empregado o termo grego *bema*, «degrau», «tablado elevado». Esse é um pensamento extremamente solene. Ver o artigo *Julgamento do Crente por Deus*, que dá detalhes sobre a questão. Apesar da salvação da alma não estar ali em vista, serão submetidos a escrutínio severo a espiritualidade e as obras de cada crente, em consonância com as exigências da lei da colheita segundo a semeadura, da qual ninguém está isento. Ver Gál. 6:7 *ss*. Todavia, é inútil supor que o julgamento dos crentes haverá de deixar estagnada a posição deles no céu. Bem pelo contrário, a menos que ele possa progredir até tornar-se possuidor da plenitude de Cristo, como membro de seu corpo místico, o corpo de Cristo haveria de tornar-se sempre enfermiço. E isso significa que Cristo permaneceria fraco e enfermiço, porque o seu corpo místico continuaria nessa condição. Dentro do plano de Deus não existe tal coisa como a estagnação, nem em suas obras e nem em seu relacionamento com os homens, sejam eles crentes ou não. Contudo, o crente haverá de possuir a plenitude de Deus (ver Efé. 3:19), o que não permite qualquer estagnação. O artigo acima mencionado fornece detalhes e ilustrações suficientes acerca do julgamento dos crentes.

JULGAMENTO DE DEUS Dos Homens Perdidos

No meu comentário sobre o Novo Testamento (*O Novo Testamento Interpretado*) expressei minhas opiniões essenciais sobre este assunto. Aqui dou um sumário das idéias, mas sob ponto 12, acrescento algumas adições.

1. O juízo dos perdidos será *eterno*, mas o *tipo* de julgamento envolvido se modificará, dependendo da reação e aproveitamento do ser que está sendo julgado. O *Universalismo* (vide), embora uma idéia atraente, não tem um alicerce muito sólido nas Escrituras. Não podemos considerar algumas passagens, como o primeiro capítulo de Efésios isoladamente.

2. O juízo será de acordo com *as obras* de cada um, ou seja, será administrado de acordo com *graus* de gravidade. Ver Rom. 2:6 e Apo. 20:12 e também o artigo intitulado, *Julgamento, Segundo Obras*. O trecho de Mat. 23:14 fala da *maior condenação* de alguns, que tiveram maiores privilégios e oportunidades, mas agiram de modo contrário a isso.

3. O julgamento será *preciso*, obedecendo à lei da colheita segundo a semeadura. Ver Gál. 6:7,8.

4. O juízo, se não conduz os perdidos ao estado da salvação, *melhorará* o estado deles, levando-os a um nível completo de lealdade e confiança no *Logos* (chamado Cristo na sua encarnação). Isto lhes conferirá uma existência útil e cheia de propósito, o que redundará na glória de Cristo, e no bem-estar das almas. Esta doutrina podemos inferir da missão de Cristo no hades, bem como dos efeitos necessários da restauração prevista no mistério da vontade de Deus, Efé. 1:9,10. Ver especialmente a declaração de I Ped. 4:6, que é a conclusão da história da descida de Cristo ao hades. Os homens serão *julgados* segundo *homens na carne*, com o propósito específico de «viverem segundo Deus no espírito», ou então, *segundo Deus vive no espírito*, dando a entender uma vida espiritual *útil*, posto que inteiramente diversa da vida que os redimidos têm na sua participação na natureza divina (II Ped. 1:4). Por conseguinte, o julgamento não será *apenas* «retributivo» (como a Igreja Ocidental tem ensinado, tradicionalmente), mas também terá finalidades disciplinadoras e *restauradoras* (como a Igreja Oriental, tradicionalmente, tem ensinado).

5. O primeiro capítulo de Efésios certamente ensina que *todas* as coisas, por toda a parte, de todos os tempos, serão levadas *à unidade com Cristo*. Ver Efé 1:9,10 e o artigo separado sobre o *Mistério da Vontade de Deus*. Essa *unidade* não poderá efetivar-se com a *exclusão* de alguns (uma *eisegese*, (vide) não uma exegese). A unidade deve incluir *todas as coisas* como o texto declara. Da mesma maneira que o Logos (Cristo) é o *Criador* de tudo, assim deve ser também o *restaurador* de tudo. Isto fica claro em Col. 1:16. Todas as coisas foram criadas *em Cristo*, isto é, tiveram sua pessoa como *padrão*, modelo e *razão* de ser (estando em foco sua glória e benefício). Todas as coisas também foram criadas *por ele*, ou seja, através de sua energia criadora. Todas as coisas foram criadas *para ele*, isto é, para sua glória e utilização. Essa criação *para* ele é definida no primeiro capítulo de Efésios. Exige a *unidade de tudo*. A unidade encontrará no *Logos* o seu centro, de tal modo que tudo achará o *propósito* de sua existência na sua pessoa. Por conseguinte, há uma *restauração* universal envolvida na expressão *para ele*. O mistério da vontade divina é justamente esta restauração que incluirá tanto a *redenção* dos eleitos como a *restauração* dos não eleitos. Portanto, a missão de Cristo é vasta e tocará todos, afinal. O cântico do Cordeiro ascenderá até mesmo do hades, conforme se lê em Apo. 5:13. Tal cântico não será o cântico dos redimidos, embora seja um cântico de louvor pela bondade de Cristo, a qual ele dispensará, finalmente, por toda a parte e para todos. O julgamento será *um* dos meios para garantir este resultado feliz.

O julgamento será exatamente tão *severo* como *deve* ser para efetuar o mistério da vontade de Deus.

As eras futuras da eternidade serão envolvidas no processo da realização deste *mistério*.

6. Isso, naturalmente, eleva em muito nossa estimativa sobre a eficácia da missão de Cristo, em sua realização final. Erramos por observar somente os versículos que falam sobre o sofrimento eterno, negligenciando aqueles aspectos mais elevados da missão de Cristo. De fato, insultamos ao Senhor por querer seguir apenas certas passagens bíblicas, negligenciando outras, e assim reduzindo as realizações de sua missão a quase nada.

7. A tragédia maior do juízo não é que os perdidos sofrerão, pois certamente isso lhes sucederá. Mas é antes, que terão perdido o *destino* que poderiam ter obtido, sendo transformados segundo a imagem de Cristo e participando de sua natureza (ver Rom. 8:29 e II Cor. 3:18), participando da «plenitude de Deus» (ver Efé. 3:19 e Col. 2:10) e, portanto, participando da própria divindade (ver II Ped. 1:4). A tragédia consistirá do que vierem a sofrer, e sem importar ao nível — de lealdade a Cristo a que vierem a ser levados; não poderão jamais obter a vida dos eleitos; que é a própria vida de Cristo. Sem dúvida, essa é uma *perda infinita* — e essa é a tragédia da perdição. Erramos quando não consideramos esse aspecto da «perdição». Ver item 12 que modifica esta declaração.

8. *O hades é uma sociedade*. O mundo dos perdidos é uma sociedade. Não está destituída da presença de Deus, mas antes, é governada por Deus. Tem e terá propósito, conforme é esclarecido acima. Mas seus habitantes jamais poderão atingir a bem-aventurança dos eleitos.

9. As fronteiras eternas não são traçadas quando da morte física do indivíduo e, sim, serão traçadas quando da segunda vinda de Cristo, segundo se comenta nas notas expositivas acerca de I Ped. 4:6 no NTI com muitas outras referências. O «lago do fogo» não será instituído senão após o milênio, conforme se aprende no vigésimo capítulo do livro de Gênesis. A missão de Cristo, até seu segundo advento, pode penetrar no próprio hades, conforme se vê com base em I Ped. 3:18-20. A interpretação que diz que Cristo não desceu ao hades, mas que Noé por meio do espírito de Cristo, pregou aos perdidos dos tempos imediatamente anteriores ao dilúvio (em lugar de Cristo), os quais morreram, mas estavam vivos nos dias de Noé, nem ao menos foi concebida senão já nos tempos de Agostinho. Todos os pais e concílios anteriores proclamaram a *realidade da descida* de Cristo ao hades, com os benéficos resultados disso dados ao espíritos confinados. — A maioria dos intérpretes da igreja cristã continua firmada nesse ponto de vista, em graus variados. Dentre os dezessete comentários consultados sobre a questão, doze concordam que Cristo fez algo para os perdidos do hades, a fim de melhorar-lhes o estado. A maior parte dos comentadores concorda que Cristo ali desceu a fim de oferecer a salvação a seus habitantes. Alguns insistem na idéia de *melhoramento no lugar da oferta de salvação*. E a maior parte também crê que isso estabeleceu um precedente, que continuará até que a segunda vinda de Cristo trace barreiras eternas.

10. Os três pontos de vistas sobre o julgamento:

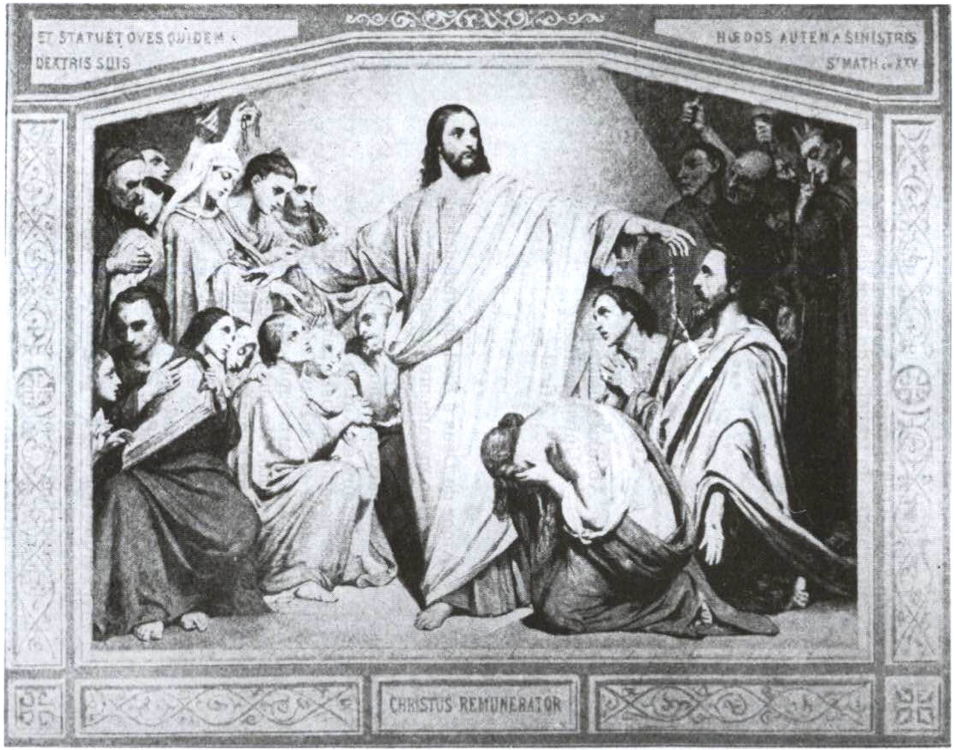
a. Em um dos extremos, encontramos aqueles intérpretes que supõem que o julgamento consistirá exclusivamente de retribuição, e que as condições das almas perdidas jamais serão modificadas em qualquer sentido. Esse ponto de vista resulta da aderência tenaz a alguns poucos textos de prova, que se prestam para provar tal noção incompleta.

b. No extremo oposto, encontram-se aqueles estudiosos que imaginam que todos os homens se acharão, finalmente, entre os eleitos de Deus e que a única diferença entre os homens será o «ponto dentro do tempo» em que tiverem de ser remidos. Essa é a posição do universalismo, uma bela idéia, sem dúvida, mas que não se acha nas Escrituras.

c. O terceiro ponto de vista é o daqueles que declaram que os eleitos serão poucos, comparativamente falando, mas que a missão de Cristo terá efeitos universais, chegando a aprimorar a condição até mesmo dos perdidos, embora sem levá-los à salvação dos remidos. Essa interpretação se fundamenta sobre trechos bíblicos como Efé. 1:10, onde é prometida a restauração geral de todas as coisas; como João 12:32, que parece indicar uma obra universal, deflagrada pela expiação e pelo missão de Cristo; como Rom. 11:32, que indica que os julgamentos divinos sempre estarão envolvidos na misericórdia e terão propósitos beneficentes. A narrativa da descida de Cristo ao hades, naturalmente, também exerce papel preponderante nessa interpretação (ver I Ped. 3:18 — 4:6). O trecho de I Ped. 4:6 quase certamente ensina que o julgamento divino terá aspectos restauradores em sua natureza, e não meramente retributivos. Por conseguinte, podemos antecipar (juntamente com a mensagem de Efé. 1:10) que a restauração de todas as coisas ficará aquém da redenção dos eleitos. Todavia, a restauração emprestará propósito e bem-estar aos perdidos, porquanto Cristo haverá de tornar-se tudo para todos (ver Efé. 1:23). Sem embargo, sem importar o que os perdidos venham a ganhar por meio disso, em comparação com a redenção dos eleitos, tais vantagens terão de ser reputadas uma perda infinita. (Quanto a detalhes sobre esses conceitos, ver as notas nas referências oferecidas no NTI. Ver também sobre a «universalidade da missão de Cristo», explicada nas notas referentes a João 14:6). Apressemo-nos a ajuntar que essa restauração de tudo será efetuada por intermédio do julgamento. Não deixará este para um lado. O julgamento é o dedo da mão amorosa de Deus; mas o amor pode ser severo. O julgamento será severo, mas não será destituído de propósito. E visto que os perdidos não venham jamais a alcançar a salvação — embora sua condição venha a ser melhorada — isso significa que eles permanecerão debaixo da condenação para sempre, porque o julgamento é, essencialmente, aquele *estado* próprio de quem *não atingiu* a salvação. Todas as demais considerações concernentes a natureza do julgamento divino, em comparação com esse fator, são meramente triviais.

11. *Sete são os grandes princípios do julgamento divino, segundo Rom. cap. 2.*
   1. O julgamento de Deus é 'segundo a verdade' (ver o segundo versículo).
   2. É de conformidade com a culpa acumulada (ver o quinto vs).
   3. É de conformidade com as obras (ver o sexto versículo).
   4. É sem fazer acepção de pessoas (ver o décimo primeiro versículo).
   5. É segundo as obras realizadas, e não segundo o conhecimento (ver o décimo terceiro versículo).
   6. Atinge os segredos do coração (ver o décimo sexto versículo).
   7. É de acordo com a realidade, e não com a profissão religiosa (ver os versículos décimo sétimo a vigésimo nono).

12. Meus amigos, os comentários sobre o julgamento dos ímpios, dos pontos 1 a 11, foram escritos (essencialmente) por mim na minha obra, *O Novo*



CHRISTUS REMUNERATOR

••• ••• •••

O julgamento é um dedo da mão amorosa de Deus. O julgamento efetua aspectos importantes do trabalho do amor de Deus. O amor de Deus escreverá o último capítulo da história humana.

•••

O Amor de Deus é Real
Todo-Poderoso
e será
Absolutamente Efetivo
Universalmente
Afinal

O Amor de Deus é Real Universalmente
— Não meramente potencial.

O amor de Deus desce
ao mais baixo inferno.

Porque também Cristo padeceu uma vez pelos pecados, o justo pelos injustos, para levar-nos a Deus; mortificado, na verdade, na carne, mas vivificado pelo Espírito. No qual também foi e pregou aos espíritos em prisão.
(I Ped. 3:18,19)

A missão de Cristo era e é
— *tridimensional*—
na terra, em hades, e nos céus.

...

Porque por isto foi pregado o evangelho também aos mortos para que, na verdade, fossem julgados segundo os homens na carne, mas vivessem segundo Deus em espírito.
(I Ped. 4:6)

••• ••• •••

Testamento Interpretado, que foi publicado em 1980. Hoje, dia 29 de outubro de 1986, estou acrescentando alguma coisa que modifica, em parte, as minhas opiniões sobre o *Julgamento*. Uma teologia estagnada fala que pensamos que já aprendemos tudo que há para aprender. Mas somente Deus realmente sabe a *teologia*. Nossos conhecimentos são imperfeitos e inexatos. Portanto, podemos progredir e melhorar no conhecimento. Triste é o dia quando alguém chega à arrogância de pensar que sabe toda a verdade.

Da covardia que teme novas verdades,
Da preguiça que aceita meias verdades,
Da arrogância que pensa saber toda a verdade
Ó Senhor, livra-nos!
(Arthur Ford)

Eis algumas modificações no meu modo de pensar sobre o julgamento:

a. Embora, restritamente, seja correto falar da posição dos perdidos, na restauração como uma *perda infinita*, (como falei sob ponto 7), em comparação com aquela dos redimidos, hoje percebo que uma linguagem deste tipo degrada a obra restauradora do *Logos*, portanto me arrependo em ter falado isto. No artigo sobre *Restauração* procuro esclarecer melhor este assunto. Apresento também um artigo detalhado sobre a *Descida de Cristo ao Hades* que esclarece o assunto da larga missão de Cristo em favor dos homens perdidos. Efé. 4:7 *ss* mostra que a *descida* teve o *mesmo* propósito da *ascensão* de Cristo, isto é, de fazer Cristo tudo para todos, para que ele possa encher tudo e todos. Assim, o *Logos*, chamado Cristo na sua encarnação, tinha três missões que formam uma unidade: a missão na terra; a missão no hades; a missão nos lugares celestiais. Nada ficou fora do alcance de seu poder salvador-restaurador. Estas missões levam sua mensagem de graça, amor e bondade para todas as três esferas.

b. Sob ponto 9, declaro que o dia da oportunidade para a salvação é terminado pela *Parousia* de Cristo, não pela morte biológica de cada pessoa. Esta é uma posição da igreja histórica. Hoje acho que não podemos aplicar um dogma a este assunto. Especulo que a oportunidade é terminada para cada pessoa individualmente nas eras futuras da eternidade, através da evolução espiritual de cada uma. Os espíritos se tornarão em muitas espécies diferentes, assim fechando a porta contra a participação na natureza divina, do mesmo modo que os redimidos, através de muitos estágios de evolução espiritual, participarão mais e mais na natureza e atributos divinos, II Cor. 3:18. Haverá muitos estágios de glória. Pelo menos, é claríssimo para mim que uma única vida física é incapaz de determinar o destino de uma alma eterna.

c. O julgamento será um dedo da mão amorosa de Deus, e de fato, operará através do amor. Será tão severo, e durará o tempo que for necessário (entrando nas eras da eternidade), para efetuar o mistério da vontade de Deus, Efé. 1:9,10; isto é, promover e efetuar uma unidade gloriosa ao redor do Logos. Deus pode fazer algumas coisas melhor através do julgamento do que em qualquer outra maneira. Portanto, traga logo o julgamento! O julgamento, portanto, é uma medida de esperança, não de desespero final, embora, trará desespero e sofrimento para *afinal* restaurar. Certamente I Ped. 4:6 apresenta este tipo de julgamento.

d. A visão do julgamento como somente desespero e somente retributivo, e também de fogo literal, é a visão dos Livros Pseudepígrafos (vide) do Velho Testamento. O Novo Testamento, em alguns lugares, emprestou esta visão. Mas em outros lugares, ultrapassou, consideravelmente, aquela visão pessimista. A missão de Cristo, em todas as suas dimensões, anulou aquela visão inadequada do julgamento. Grandes foram o amor e a misericórdia de Deus! Lá descanso minha fé.

Se estas dimensões diferentes do julgamento não sejam a verdade, então o evangelho de Cristo trouxe péssimas prospectivas para a humanidade. Declarando-se em favor da salvação de todos os homens, falhou miseravelmente no seu propósito. É impossível pensar que o evangelho seja tão fraco.

O oposto de injustiça não é justiça — é *amor*.

Julgamento de Israel Ver depois de **Julgamento de Jesus**.

JULGAMENTO DE JESUS

Esboço:
Introdução
I. O Julgamento Judaico
II. O Julgamento Romano

Introdução

Dois dos grandes campeões dos direitos humanos, a legislação judaica e a legislação romana, combinaram-se nessa mais colossal e trágica de todas as injustiças — o injusto julgamento de Jesus Cristo.

Os judeus, tão confiantes nas suas leis reveladas por Deus, não tiveram o discernimento necessário para identificar a pessoa de Cristo. Além disso, cegos por sua determinação de se livrarem de Cristo a qualquer custo, distorceram o direito passo a passo e cometeram o mais tremendo de todos os erros judiciários: a condenação de Jesus à pior das mortes, quando ele era perfeitamente inocente. De nada adianta declarar que o povo judeu não foi culpado da morte de Cristo. A última geração de judeus haverá de reconhecer seu erro e rejeição. E então, sim, será corrigida a injustiça: «E sobre a casa de Davi, e sobre os habitantes de Jerusalém, derramarei o espírito de graça e de súplicas; olharão para mim, a quem traspassaram; pranteá-lo-ão como quem pranteia por um unigênito, e chorarão por ele, como se chora amargamente pelo primogênito» (Zac. 12:10). A culpa da nação de Israel, como um todo — amados como eles são pelo Senhor — não será jamais expiada por frases piedosas, que busquem isentá-las. Mas um arrependimento verdadeiro fará isso.

Os romanos, orgulhosos de seus jurisconsultos e últimos descendentes das antigas leis codificadas por Hamurabi (vide), nesse lamentável erro judiciário, representados pelo governador romano, Pôncio Pilatos, ainda perceberam a inocência de Jesus. Foi Pilatos quem declarou: «Apresentastes-me este homem como agitador do povo; mas, tendo-o interrogado na vossa presença, nada verifiquei contra ele dos crimes de que o acusais» (Luc. 23:14). E Pilatos ainda insistiu nessa tese por mais duas vezes (vs. 15 e 22). Mas, sendo homem fraco e covarde, pressionado pelas autoridades religiosas judaicas, acabou entregando Jesus à sanha deles: «Mas eles (as autoridades eclesiásticas dos judeus) estavam com grandes gritos, pedindo que fosse crucificado. E o seu clamor prevaleceu. Então Pilatos decidiu atender-lhes o pedido: soltou aquele que estava encarcerado por causa da sedição e do homicídio (Barrabás), a quem eles pediam; e, quanto a Jesus, entregou-o à vontade deles» (Luc. 23:23-25). E os soldados romanos, barbarizados como estavam pelas durezas da vida militar, não pouparam esforços para humilhar a Jesus, esbofeteando-o, zombando dele, tripudiando de sua aparente impotência. «Igualmente os soldados

o escarneciam, e, aproximando-se, trouxeram-lhe vinagre, dizendo: Se tu és o rei dos Judeus, salva-te a ti mesmo» (Luc. 23:36,37). Os interesses mesquinhos de Pilatos, a crueldade dos soldados romanos e a cegueira e ódio dos judeus incrédulos, aliaram-se para declarar a falência da justiça humana, do modo mais eloqüente possível.

I. O Julgamento Judaico

O propósito declarado dos líderes religiosos judeus era, conforme se lê em Mateus 26:4: «...prender Jesus, à traição, e matá-lo. Mas, diziam: não durante a festa, para que não haja tumulto entre o povo». Isso posto, o que interessava a eles não era a legalidade, e, sim, desfazerem-se de Cristo de qualquer modo. Por essa razão, eles toleraram tantas e tão graves irregularidades, durante o julgamento. Essas irregularidades, por si só, teriam anulado o julgamento. Porém, as coisas foram feitas com tanta precipitação que não houve tempo para corrigir qualquer abuso da parte dos juízes judeus. Consideraremos três lances decisivos desse simulacro de julgamento: 1. o exame preliminar; 2. o julgamento noturno ilegal; 3. a decisão matinal, adredemente determinada.

1. *O Exame Preliminar.* Enquanto os membros do Sinédrio se iam reunindo, Jesus ficou detido na casa de Anás, que era apenas um ex-sumo sacerdote, embora compartilhasse da dignidade do ofício com seu genro, Caifás. Como procedimento inteiramente à parte do julgamento regular, Jesus foi interrogado a respeito de seus discípulos e de sua doutrina (ver João 18:19). O propósito desse interrogatório era reunir evidências contra ele. Na verdade, o Senhor Jesus não aceitou pacificamente essa irregularidade, insistindo que apresentassem testemunhas de acusação contra ele (João 18:20,21). Afinal, as acusações devem ser feitas antes de qualquer interrogatório. Como se vê, antes mesmo do julgamento começar, os juízes já estavam resolvidos a condenar o inocente. Bastaria isso para desqualificar os juízes, diante de qualquer tribunal sério.

2. *O Julgamento Noturno Ilegal.* Julgar Jesus às pressas era importante para os adversários dele, assentados por engano na cadeira de Moisés. Era preciso condenar e executar a Jesus, antes que houvesse qualquer reação da parte dos que com ele simpatizavam. Segundo uma estipulação da própria lei judaica, não se podiam fazer julgamentos à noite. Mas, ou as autoridades religiosas judaicas passavam por cima dessa proibição, ou correriam o risco de não conseguir condenar a Jesus. O julgamento judaico era de caráter religioso. Entretanto, os portões do templo ficavam fechados à noite. Mas, no pátio central aberto, havia uma sala separada do mesmo apenas por colunas. Ali, pois, reuniram-se os juízes de Jesus, o Sinédrio, o Superior Tribunal dos judeus. Do outro lado desse pátio ficavam os aposentos de Anás. Enquanto o Sinédrio se reunia, os principais sacerdotes trabalhavam freneticamente, na tentativa de encontrar testemunhas contra Jesus, dispostas a mentir. Mas, embora cuidadosamente instruídos sobre o que deveriam dizer, e embora obrigados sob juramentos solenes, as testemunhas arranjadas não concordavam umas com as outras (Mar. 14:56; ver também Deu. 19:15). Jesus, pois, enfrentou essa fase do simulacro de julgamento com silêncio e desdém. Por mais condescendente que ele tivesse querido ser, aquele tribunal se precipitara em um ridículo à toda prova, eliminando qualquer senso de dignidade humana; e o Senhor Jesus jamais compactuaria com isso, embora tivesse vindo a este mundo justamente para dar a sua vida em resgate por muitos (ver Mat. 20:28).

Em atitude de desespero, o sumo sacerdote pôs Jesus sob juramento (ver Mat. 26:63,64). E o Senhor Jesus admitiu francamente a sua reivindicação de ser o Cristo, o Filho de Deus (Mat. 26:65,66), embora soubesse que isso lhe custaria a vida. A questão, a partir daí, tornou-se clara. De acordo com o ponto de vista do tribunal judaico, a condenação de Jesus dependia única e exclusivamente dessa questão. Mediante sua astúcia, Caifás fez de cada membro do Sinédrio, incluindo ele mesmo, uma testemunha credenciada. De acordo com a doutrina judaica, sendo Jesus um homem, ao declarar-se ele Filho de Deus, tornou-se blasfemo, digno de morte. Todavia, Jesus foi condenado, mas não sentenciado. Isso os judeus não podiam fazer. Ver João 18:31: «A nós não nos é lícito matar a ninguém». Não podiam nem sentenciá-lo e nem executá-lo. Para isso, era preciso comprar o governador romano, pois a execução era privilégio dos romanos. O problema dos judeus era de que a lei romana não aceitasse a acusação de blasfêmia. Diante de Pilatos, as autoridades judaicas teriam de inventar outra coisa que pudesse incriminar gravemente a Jesus. Por isso mesmo, o Sinédrio despediu-se em estado caótico, desordenado. Alguns cuspiam em Jesus, e outros lhe davam bofetadas (Mar. 14:65).

3. *A Decisão Matinal, Adredemente Determinada.* A reunião da sexta-feira pela manhã, do Sinédrio judaico, teve o propósito de emprestar um ar de legalidade à decisão tomada na noite anterior, e planejar como a questão seria apresentada à apreciação de Pilatos. Assim, o sumo sacerdote iniciou novamente todo o julgamento, mas apenas tendo o cuidado de eliminar aqueles pontos que não se tinham mostrado frutíferos para suas finalidades. Jesus foi novamente interrogado por seus juízes, e novamente testificou acerca do fato de ser ele o Filho de Deus. Não houve nenhum avanço real no processo. Não surgiu nenhum fato novo, incriminador, que se prestasse para ser exposto diante de Pilatos. Tão-somente todos concordaram que Jesus havia blasfemado. Então disseram todos: «Logo tu és o Filho de Deus? E ele lhes respondeu: Vós dizeis que eu sou. Clamaram, pois: Que necessidade mais temos de testemunho? porque nós mesmos o ouvimos da sua própria boca» (Luc. 22:70,71). O problema dos judeus, dali por diante, era tirar proveito do momento de fraqueza política de Pilatos, que não vinha fazendo um bom governo, descontentando aos judeus, razão pela qual ele não podia arriscar-se a não os atender. Contudo, lembremo-nos que até ali a acusação contra Jesus havia sido de natureza religiosa. Diante de Pilatos, a acusação teria de ser de natureza política. Essa foi a pior falha judicial de todo o julgamento do Senhor Jesus. Pois, no julgamento judaico não ficou provado que Jesus estava blasfemando — que ele não era o Filho de Deus. Essa sua afirmativa ficaria reivindicada na manhã do domingo da ressurreição: «...e foi designado Filho de Deus com poder, segundo o espírito de santidade, pela ressurreição dos mortos...» (Rom. 1:5). Portanto, Deus *reverteu* a decisão dos juízes judeus. Eles é que deveriam ter sido condenados, por tão flagrante falha na justiça, por tão lamentável falta de discernimento — eles que eram os guias espirituais e religiosos da nação. Não obstante, naquela sexta feira de manhã, Deus ainda não se havia manifestado — ressuscitando gloriosamente a Jesus — e os membros do Sinédrio se levantaram e conduziram Jesus à presença do governador romano.

II. O Julgamento Romano

Enquanto o tribunal romano não se manifestasse,

Jesus estava condenado pelo Sinédrio, mas não sentenciado. Como um júri, os membros do Sinédrio haviam chegado ao veredito de culpado; mas somente Roma podia determinar legalmente a sentença e a execução de Jesus. Desejamos considerar agora sete lances que mostram o quanto o julgamento romano de Jesus foi um lamentável e ridículo erro judiciário: 1. tentativa de evasão; 2. acusações sem fundamento; 3. exame e absolvição; 4. o parecer de Herodes; 5. Jesus ou Barrabás? 6. «Eis o homem»!; 7. a sentença.

1. *Tentativa de Evasão.* Os judeus deram fortemente a entender que queriam que Pilatos cedesse à vontade deles, encarregando-se o governador somente da execução do réu, mas deixando com eles o direito de sentenciá-lo à morte. Algumas vezes, governadores romanos tinham tido tal condescendência diante das autoridades religiosas judaicas, ou por pura indolência ou como um favor especial, sobretudo quando estavam em foco questões de cunho religioso. Porém, Pilatos não parecia disposto a conceder esse privilégio a eles. Todas as propostas dele, a princípio, é como se ele tivesse dito: «Quero ter o privilégio de julgar e executar-o réu, se culpado, ou então, vocês terão de satisfazer-se em aplicar a ele somente as penas de que são capazes de aplicar». (Ver João 18:29-31). O motivo principal de Pilatos, nessa sua atitude, nos é dado no Novo Testamento: «Pois ele bem percebia que por inveja os principais sacerdotes lho haviam entregado» (Mar. 15:10). Todas as razões dos sacerdotes judeus eram subjetivas. Não havia coisa alguma pela qual Jesus pudesse ter sido condenado, ou que agora obrigasse o governador a sentenciá-lo e mandá-lo executar.

2. *Acusações Sem Fundamento.* Se Jesus tivesse de ser julgado e sentenciado pela lei romana, era mister começar toda uma nova série de acusações. Roma nunca se interessaria em alguma mera acusação de blasfêmia. Portanto, forçados pelas circunstâncias, os líderes judeus começaram a derramar contra Jesus fortes acusações. Essas giravam em torno de três questões básicas. Segundo eles, Jesus pervertia a nação, impedia o pagamento de impostos a César e se declarava rei (ver Luc. 23:2). As duas primeiras acusações foram automaticamente descartadas pelo governador. Somente a terceira chegou a impressioná-lo, pois ele não poderia ser considerado como governador que permitira que um sedicioso contra o governo imperial — no caso, Jesus — ficasse sem a devida punição. Os romanos desconheciam pior crime do que o de traição política. Foi por esse motivo que Pilatos resolveu examinar pessoalmente a Jesus.

3. *Exame e Absolvição.* O diálogo entre Pilatos e Jesus foi breve. O quarto evangelho é o que mais nos permite entender esse diálogo. Diante da pergunta de Pilatos, «És tu o rei dos judeus?», Jesus mostrou-lhe que não se interessava por qualquer poder político deste mundo, quando respondeu: «O meu reino não é deste mundo» (João 18:33-38). Bastou isso para Pilatos ficar plenamente convencido da inocência de Jesus. Por isso lemos que Pilatos, terminado o diálogo com Jesus, «...voltou aos judeus e lhes disse: Eu não acho nele crime algum» (João 18:38b). Ora, esse veredito deveria ter posto fim àquele burlesco julgamento, se tivesse havido a resolução de se fazer justiça. Porém, Pilatos sentia que deveria agradar aos judeus de alguma maneira, pois sua relação com eles não andava nada boa. E isso deu início a uma nova fase do julgamento.

4. *O Parecer de Herodes.* Em vista dos brados indignados dos judeus, Pilatos temeu que ocorresse um impasse, o que ele não queria. Quando ouviu a palavra «Galiléia», isso lhe sugeriu uma idéia: Já que Herodes Antipas, que governava a Galiléia, estava na cidade, por que não entregar o caso de Jesus às mãos de Herodes, livrando-se assim o governador romano de uma tremenda batata quente? O gesto agradou a Herodes, de tal modo que ele e o governador romano, diante dessa cortesia, fizeram as pazes, pois antes não estavam em boas relações. Entretanto, Herodes era por demais experimentado e astuto para se deixar envolver em um julgamento que envolvia uma acusação de traição contra o governo imperial. O máximo que Herodes fez foi ridicularizar a Jesus, para então mandá-lo de volta a Pilatos. A tentativa de Pilatos, pois, fracassou; e novamente voltou aos seus ombros a responsabilidade de dar o seu parecer. Pilatos, pois, agora dispunha de um argumento mais forte sobre a inocência de Jesus, e usou desse argumento: «Apresentastes-me este homem como agitador do povo; mas, tendo-o interrogado na vossa presença, nada verifiquei contra ele dos crimes de que o acusais. Nem tão pouco Herodes, pois no-lo tornou a enviar. É, pois, claro que nada contra ele se verificou digno de morte» (Luc. 23:14,15). Uma vez mais, toda a questão poderia ter sido arquivada, conforme se diz atualmente. Mas, querendo ainda agradar aos judeus, Pilatos apelou para duas outras alternativas: castigar com açoites a Jesus, embora julgado inocente, ou, então, mandar executar a Barrabás e deixar Jesus. Talvez se os judeus, uma multidão ululante diante do palácio, vissem sangue, se acomodassem e se satisfizessem. E, contra todos os mais comezinhos preceitos da justiça, o Senhor Jesus foi açoitado. Ora, os açoites já eram uma preparação para a crucificação, pois debilitava muito o réu sentenciado à cruz, onde deveria morrer por pura exaustão, pois os ferimentos nos pés e nas mãos não eram suficientes para provocar a morte dos crucificados.

5. *Jesus ou Barrabás?* Lemos que o criminoso Barrabás, já preso por sedição e homicídio, foi solto. Mas que Jesus, inocente de qualquer acusação, foi entregue ao cruel castigo de açoites. É incrível como a natureza humana, representada naquele momento pelas autoridades judaicas e pela multidão de judeus que se tinham reunido diante do palácio do governador, se voltou tão ferozmente contra o seu próprio Criador. Em altos brados eles exigiram a soltura de Barrabás e a crucificação de Jesus. Pilatos procurou eximir-se de sua responsabilidade lavando as mãos diante do povo, como que a dizer: «Estou limpo do sangue deste inocente». Mas a reação do povo foi: «Caia sobre nós o seu sangue, e sobre nossos filhos!» (Mateus 27:17-26). Aquela escolha errada foi trágica para o povo judeu. O sangue do inocente Jesus, realmente, caiu sobre as cabeças deles e de seus descendentes. Cerca de quarenta anos mais tarde, os romanos destruíram Jerusalém, sob as ordens de Tito, filho do imperador da época. Josefo informa-nos de que faltou madeira em redor, para fazer cruzes e crucificar a tantos judeus, que tiveram de ser executados pelo exército romano. Pior ainda, os judeus foram dispersos da Judéia por todos os países do mundo. A saga do povo judeu, em suas peregrinações durante mais de dezenove séculos, é um dos capítulos mais tristes da história da humanidade.

A rejeição final a Jesus veio quando Pilatos indagou: «Hei de crucificar o vosso rei?» e a multidão retrucou: «Não temos rei, senão César» (João 19:15). Destarte, rejeitaram o herdeiro do trono de Israel, constituído por Deus, e se puseram sob a proteção dos césares. Quão diferente teria sido a sorte do povo judeu se, naquele momento em que Pilatos lhes apresentou a alternativa — Jesus ou Barrabás — eles

tivessem agido com justiça, concordando com a soltura de Cristo e deixando Barrabás receber o seu merecido castigo!

6. *«Eis o Homem!»* Em um último apelo aos sentimentos de humanidade dos judeus, Pilatos apresentou Jesus, sangrando com as chicotadas recebidas, com a coroa de espinhos na cabeça e com o manto púrpura, com que os soldados romanos haviam zombado e tripudiado dele. As palavras de Pilatos, ao exibir Jesus à furiosa multidão, devem ter soado extremamente fora de lugar e sem sentido: «Eis o homem!» (João 19:5).

7. *A Sentença.* E, pela última vez, Pilatos sentenciou: «Tomai-o vós outros e crucificai-o; porque eu não acho nele crime algum» (João 19:6). E também pela última vez, os judeus incrédulos sentenciaram: «Temos uma lei, e, de conformidade com a lei, ele deve morrer, porque a si mesmo se fez Filho de Deus» (João 19:7). Então Pilatos entregou Jesus às mãos das autoridades judaicas, desistindo de sua própria autoridade superior, para que ele fosse crucificado. Estava terminado o julgamento. Os dois maiores tribunais do mundo tinham acabado de decretar a maior *injustiça* que já se cometeu oficialmente à face da terra. Nem o tribunal religioso e nem o tribunal civil serviram, realmente, à justiça! Foi somente para tentar aplacar aos judeus que Pilatos permitiu a crucificação de Jesus! Alguns anos mais tarde, Pilatos foi tirado do governo da Judéia, e acabou se suicidando, embora, para isso, só contemos com tradições um tanto duvidosas. Mas, antes disso, ele deve ter tido muitos pesadelos que envolviam um obscuro carpinteiro da Galiléia, a quem não se fizera justiça! Ver o artigo sobre a *Crucificação de Jesus*, e também sobre *Jesus, o Juiz*.

JULGAMENTO DE ISRAEL

Israel, como nação, terá de ser submetida a julgamento, antes de poder ser restaurada. Esse é o claro ensino do trecho de Eze. 20:33-44. Daí aprende-se o princípio geral que diz que os julgamentos divinos não são meramente retributivos, não são meras medidas de punição. Antes, são meios de restauração, pelo que sempre são potencialmente remediais. Isso sucedeu no caso do julgamento da cruz; será verdade no caso do julgamento dos incrédulos (I Ped. 4:6); e também é a verdade no caso do julgamento dos crentes nesta vida (Heb. 12:5 *ss*).

Fazia parte do mistério da vontade de Deus que Israel rejeitasse ao seu próprio Messias. Isso tinha a ver com a necessidade de propalar a salvação pelo mundo inteiro, para que fosse chamada uma Igreja composta, igualmente, por judeus e gentios, conforme Paulo deixa claro em seu estudo especial, nos capítulos nono a décimo primeiro da epístola aos Romanos. Chegado o tempo certo, a atenção de Deus voltar-se-á para a restauração de Israel. E, uma vez convertida, essa nação fará parte integrante da última geração da Igreja, juntamente com um incontável número de gentios convertidos, na maior colheita de almas de todos os tempos. Ver Apo. 7:2-10. Para tanto, porém, a nação de Israel será preparada, em meio a intensos sofrimentos. Deus pode fazer, por meio do julgamento, coisas que não poderia fazer melhor por qualquer outro meio. E nisso estão envolvidas Israel e a Igreja do fim, cujos destinos confundir-se-ão, afinal, porquanto quem quer que se converta, judeu ou gentio, torna-se parte da Igreja de Cristo. Durante o período da Grande Tribulação (vide), a nação de Israel será oprimida pela força quase insuportável do anticristo. Mas, quando sua própria existência estiver sendo ameaçada, o Senhor Jesus voltará e será visto entre os soldados de Israel. Isso haverá de inspirá-los à vitória, e Israel tornar-se-á uma nação cristã, realmente convertida, por decreto oficial. Isso fará parte daquilo que Paulo disse em Rom. 11:26: «E assim todo o Israel será salvo, como está escrito: Virá de Sião o Libertador, ele apartará de Jacó as impiedades». Todavia, não devemos imaginar que isso indica mera libertação da opressão dos inimigos, pois destaca-se ali a salvação eterna da alma. Ver o artigo chamado *Restauração de Israel*. Ver também *Queda e Restauração de Israel*.

JULGAMENTO DE PAULO

Sobre o Julgamento de Paulo Perante César

O livro de Atos dos Apóstolos não nos dá qualquer informação sobre o julgamento de Paulo, nem quaisquer outros detalhes dos últimos anos da vida do apóstolo, incluindo a sua execução. Provavelmente esses detalhes foram deixados por escrever, a fim de que não servissem de obstáculo e escândalo na disseminação do evangelho pelo império romano. As evidências arqueológicas, existentes nos papiros, indicam que nos tempos de Cláudio e de Nero, os casos eram ouvidos pessoalmente pelo imperador, juntamente com um conselho de amigos selecionados, ainda que tal autoridade pudesse ser delegada a outros. Nenhum judeu acusador apareceu em Roma para fazer carga contra Paulo (ver Atos 28:21), pelo que se acredita que esse caso inicial foi arquivado e que, depois de dois anos de espera, Paulo *recuperou* a sua liberdade. Durante esse período de confinamento, o apóstolo provavelmente escreveu suas epístolas aos Filipenses, aos Colossenses, a Filemom e aos Efésios. A sua libertação teria ocorrido em cerca de 63 D.C. Jerônimo data a morte de Paulo em 68 D.C., pelo que Paulo ainda teve cerca de mais quatro anos de atividade missionária. As circunstâncias do segundo aprisionamento de Paulo são desconhecidas. Semelhantemente, nada sabemos sobre seu julgamento final.

Sobre os últimos anos da vida de Paulo — suas outras viagens missionárias e sua execução.

Muitas especulações se têm multiplicado quanto às atividades de Paulo durante seus últimos anos de vida. Alguns crêem que houve apenas um período de aprisionamento, o qual terminou com a execução de Paulo. Lucas não menciona os detalhes finais, e assim fez para que o livro de Atos e o cristianismo, promovido por essa obra escrita, não fossem rejeitados no império romano. — Essa teoria, no entanto, quase nos obrigaria a rejeitar as epístolas a Timóteo e a epístola a Tito, como se fossem meros pseudônimos (escritos sob falso nome), e não como de autoria paulina, posto que indicam lugares que Paulo visitou após o seu primeiro aprisionamento. Mui provavelmente, Paulo foi solto cerca de dois anos após ter ficado prisioneiro em Roma, mais ou menos em 63 D.C., após ter sido arquivada qualquer acusação porventura feita contra ele.

Após receber a liberdade, o apóstolo Paulo visitou a *Espanha*, segundo desejava fazer (ver Rom. 15:24). Além disso, visitou a área do mar Egeu, o Oriente Próximo, a ilha de Creta (ver Tito 1:5), a Ásia Menor (ver II Tim. 4:23), a Macedônia (ver I Tim. 1:3) e a Grécia (ver II Tim. 4:20). Depois disso, é bem possível que Paulo tenha sido novamente aprisionado, em Nicópolis, no Epiro (ver Tito 3:12), e que dali foi enviado para a cidade de Roma, onde foi encarcerado na prisão Mamertina, de onde teria escrito a epístola II Tim. (I Tim. e Tito foram escritas no intervalo). A

Epístola de Clemente (5:5-7), escrita em 95 D.C., o *Cânon Muratoriano*, de cerca de 170 D.C., e o apócrifo *Atos de Pedro* (1:3, de cerca de 200 D.C.) falam todos de uma visita que Paulo fez à Espanha.

Conforme se demonstrou acima, as epístolas a Timóteo e a Tito fornecem-nos pouquíssimos informes sobre o ministério de Paulo, depois que ele esteve em Roma. — Seu aprisionamento final levou-o à morte. De conformidade com a tradição, Paulo foi decapitado à espada na Via Ostiana, o que foi um método de execução coerente com a posição que tinha de cidadão romano. Nada sabemos dizer com respeito aos detalhes de seu aprisionamento final, de seu julgamento e de sua execução; mas, evidentemente, tudo resultou do ódio cego de Nero, o imperador. Eusébio diz-nos que a morte de Paulo ocorreu em 67 D.C., ao passo que Jerônimo fala em 68 D.C. Se essas especulações têm foros de verdade, possivelmente é bem apropriado que o grande apóstolo dos gentios tenha morrido às mãos do cabeça dos poderes gentílicos, e não executado pelos judeus.

Aprisionamentos de Paulo

Alguns estudiosos mostram insatisfação ante a teoria dos *dois aprisionamentos*. Se aceitarmos as epístolas *pastorais* como obras autênticas do apóstolo Paulo, ou mesmo de algum discípulo seu, que estava bem informado sobre as suas atividades, antes de sua execução, certamente teremos de aceitar a idéia dos dois períodos de aprisionamento, juntamente com um intervalo de alguns anos entre esses dois períodos. A passagem de II Tim. 4:16,17 se refere à sua «primeira defesa», o que subentende uma *segunda defesa*, onde também, lemos que ele foi «...libertado da boca do leão...» Ora, isso nos dá a entender um livramento do aprisionamento descrito no capítulo final do livro de Atos. Alguns eruditos crêem, entretanto, que houve tão-somente um período de aprisionamento, e abaixo expomos os argumentos por eles apresentados, em favor dessa teoria:

1. Certa diferença de estilo, de vocabulário e temas que refletem condições mais eclesiásticas na igreja cristã (que talvez não estivessem tão desenvolvidas no tempo de Paulo), indicam-nos que as epístolas pastorais não são de autoria paulina, mas devem ter sido escritas por *algum discípulo seu*, em data posterior, em nome de seu mestre e herói. Se isso é verdade, então todas as referências bíblicas a qualquer soltura de Paulo e a um segundo aprisionamento, ficam automaticamente eliminadas.

2. As referências, existentes nos escritos dos pais da igreja, referentes a dois aprisionamentos, se alicerçam sobre as epístolas pastorais, o que significa que tais alusões não possuem autoridade independente.

3. Alguns estudiosos têm visto, na narrativa sobre o avanço de Paulo de Corinto a Jerusalém, uma *marcha para o martírio*, o que, de conformidade com a mentalidade dos primitivos cristãos, era um triunfo, e não uma derrota. Pode-se observar, em Atos 20:37,38, como os anciãos da igreja de Éfeso derramaram lágrimas, crendo que jamais veriam ao apóstolo Paulo novamente, mas a quem devem ter visto outra vez, se porventura Paulo foi solto de seu primeiro aprisionamento. (No que diz respeito a uma discussão sobre esse assunto, ver no NTI, as notas expositivas sobre aquela referência bíblica).

4. Há um suposto completo silêncio sobre a declaração de inocência de / Paulo, dentro da narrativa sobre o aprisionamento descrito no vigésimo oitavo capítulo de Atos.

5. Se Paulo foi finalmente exonerado, no julgamento diante de César, seria inconcebível que Lucas não nos tivesse prestado tal informação, especialmente se lembrarmos que um de seus grandes temas é que o cristianismo jamais foi pressionado pelas autoridades romanas, porquanto todas as dificuldades dos cristãos eram causadas por seus antagonistas judeus.

No entanto, podemos responder a essas objeções com os seguintes argumentos:

1. Ainda que as epístolas pastorais não tivessem sido produto da mão do apóstolo Paulo, contudo não temos razão alguma para crer que algum discípulo bem informado dele não tenha podido escrevê-las. Tal discípulo teria tido o cuidado de informar-nos *corretamente* sobre as atividades posteriores de Paulo.

2. Já no ano de 95 D.C., não muito tempo depois que foi escrito o livro de Atos, Clemente de Roma (ver Epístola 5:5-7) diz-nos que Paulo «*...tendo chegado ao ocidente... foi libertado do mundo e partiu para o lugar santo*». Encontramos aqui uma alusão definida à tradição que fala sobre as viagens de Paulo à Espanha e áreas em derredor, em regiões ao ocidente da Itália. Mas dificilmente poderíamos imaginar que Clemente de Roma assim escreveu baseado nos informes das epístolas pastorais. Pois nem mesmo é provável que as epístolas pastorais já circulassem então geralmente na igreja, antes dessa data. Portanto, o informe de Clemente é um relato independente.

3. Não há necessidade alguma de considerarmos a viagem de Paulo, de Corinto para Roma, como uma *marcha para o martírio*. Mesmo admitindo-se que tal marcha seria um *triunfo*, conforme a mentalidade da igreja cristã primitiva, os versículos finais do livro de Atos parecem preparar-nos para uma exoneração de Paulo, de todas as acusações feitas contra ele e para uma execução. A liberdade e a ousadia de Paulo são enfatizadas. *Evidentemente*, não corria perigo algum.

4. Se as epístolas pastorais são genuínas (isto é, de Paulo) ou mesmo que algum discípulo de confiança de Paulo as tenha escrito, e se Clemente de Roma nos deixou uma informação autêntica, bastariam esses fatores para contradizer a tese que diz que há um completo silêncio sobre a exoneração de Paulo. Pois a liberdade de viajar à Espanha e outros lugares diversos naturalmente pressupõe que ele foi declarado inocente.

5. Pensar que é *inconcebível* que Lucas não tenha contado coisa alguma acerca da exoneração de Paulo, *se* é que ele foi realmente libertado, não é um pensamento bem consubstanciado, a menos que possamos professar saber todos os motivos por detrás da composição da narrativa de Lucas. Alguns estudiosos asseveram que o autor sagrado planejava escrever um terceiro volume histórico, tendo deixado tais informes para essa terceira composição. Não sabemos dizer se isso é verdade, mas pelo menos, é uma alternativa para o suposto *inconcebível silêncio* de Lucas. Devemos admitir, entretanto, que esse quinto ponto é o mais forte dos argumentos apresentados em defesa da teoria que diz que só houve um aprisionamento de Paulo, quando ele foi declarado culpado e executado.

JULGAMENTO DE UM CRENTE POR OUTRO PERANTE A LEI

Contra os processos legais entre os crentes (I Cor. 6:1-8).

Gradualmente Paulo foi repreendendo os muitos vícios, as práticas condenáveis, os males de toda a sorte, na igreja cristã de Corinto. Já havia condenado o problema das divisões partidárias, a ênfase sobre a

sabedoria mundana, a diminuição da importância da palavra da cruz, a veneração aos *heróis*, e a degradação de ministros autênticos de Cristo. (Ver os capítulos primeiro a terceiro de I Cor.). Também havia mostrado como os verdadeiros devem ser avaliados (ver o quarto capítulo de I Cor.). Por igual modo, havia atacado os baixos padrões morais, tendo destacado especialmente um caso de abuso sexual dos mais abomináveis, dentre tudo o que já se ouvira falar. E exigira ação por parte da igreja cristã de Corinto nesse caso, bem como a exclusão do indivíduo culpado, sua entrega a Satanás, para que o mesmo perdesse a sua vida física.

Mas, a partir deste ponto, Paulo ataca um diferente tipo de abuso, a saber, o de julgar a outros, em sentido legal, na presença de incrédulos, em seus tribunais de justiça. Paulo considerava que a igreja cristã tem a capacidade de efetuar os seus próprios julgamentos, a despeito das questões que porventura fossem encontradas. Essa ação, naturalmente, pressupõe o caso de dois crentes que discordassem e entrassem em conflito por algum motivo, e não os casos em que um crente fosse envolvido em querela com um incrédulo. Não é provável, neste caso, seja como for, que o incrédulo concordasse em ser julgado em um tribunal cristão eclesiástico. Paulo continuava procurando regulamentar a conduta no seio da igreja, e não entre crentes e incrédulos. Preocupava-se o apóstolo com a ordem correta no seio da igreja cristã, e em que o espírito de Cristo fosse aplicado a todas as suas ações.

Paulo raciocina aqui que se os crentes não devem julgar aos **de fora**, conforme se lê em I Cor. 5:12,13, então não deveriam os de fora ter qualquer coisa a ver com o julgamento de crentes, naqueles casos em que dois crentes, em conflito um com o outro, podem ser julgados pela igreja local. Paulo deixava subentendido que a consciência cristã e a influência do Espírito Santo contribuem para fazer da igreja cristã local um tribunal melhor e mais sábio do que qualquer tribunal secular poderia sê-lo. Mui provavelmente a idéia geral em que esse pensamento se alicerça vem da cultura judaica, pois dentro da sinagoga e do templo havia provisão para todas as formas de julgamento, incluindo os julgamentos de natureza inteiramente secular. O próprio governo romano permitiu aos judeus continuarem essa prática, até que caiu no mais total abuso. Os rabinos costumavam usar o trecho de Êxo. 21:1 a fim de mostrar que era ilegal apresentar uma queixa perante juízes idólatras. Entre os judeus, ordinariamente três eram os juízes nomeados para cuidarem de tais casos. (Ver Strack e Billerbeck, *Kommentar zum N.T. aus Talmud und Midrasch*, III, págs. 364-365).

O mais provável é que Paulo não estivesse pensando que a igreja cristã devesse assumir qualquer *posição legal*, a fim de julgar questões dessa natureza, posição essa que fora atribuída à sinagoga judaica por permissão do governo romano. Não obstante, a igreja deveria cuidar de si mesma quanto a essas questões, quando dois de seus membros entrassem em conflito um com o outro. Pois Paulo era da opinião que a sabedoria espiritual deve ser suficiente para cuidar de tais casos, sobretudo em face do fato de que os crentes estão destinados a serem juízes universais (6:2), em sentido escatológico. O terceiro versículo deste mesmo capítulo mostra-nos que tal juízo envolverá até mesmo aos «anjos», acerca de cujo assunto dispomos de bem escassa informação, mas que indica o tema que tem sido constantemente abordado nesta obra, i.e., que mediante a transformação dos remidos segundo a imagem de Cristo, em cujo assunto há a formação de sua natureza moral e metafísica, os homens são elevados a uma estatura espiritual muito superior à dos próprios anjos. De fato, assim deverá ser, pois os remidos participarão da própria «natureza divina», no dizer de II Ped. 1:4. Sendo essa a realidade, certamente que as pequenas questões que atualmente surgem entre os irmãos na fé podem ser solucionadas sem a ajuda dos incrédulos, os quais, presumivelmente, possuem muito menor sabedoria, ou pelo menos, sabedoria espiritual muito inferior.

Paulo nos permite entender que os crentes devem viver *acima da lei*, já que possuem a lei superior de Cristo para obedecerem. Isso, entretanto, fará dos remidos excelentes súditos, cidadãos exemplares e cumpridores das leis de seus respectivos países. (Ensino esse bem esclarecido no décimo terceiro capítulo da epístola aos Romanos). O crente deve preocupar-se com suas responsabilidades espirituais, e não meramente com os seus *direitos*. Por essa exata razão é que disse Aristófanes (444-380 A.C.): «*Os sábios, ainda que todas as leis fossem abolidas, levariam o mesmo tipo de vida*».

I Cor. 6:1: *Ousa algum de vós, tendo uma queixa contra outro, ir a juízo perante os injustos, e não perante os santos?*

A palavra **Aventura-se** também poderia ser traduzida por «ousa» ou «tem a audácia». O vocábulo grego *tolmao* significa «ousar», —ter a coragem», «mostrar-se à altura de», dando sempre a entender alguma audácia no íntimo. Paulo usa aqui essa palavra em sentido negativo. Alguns crentes como que brincavam com os princípios básicos do cristianismo, mostrando-se ousados, presunçosos. Notemos que Paulo escrevia para crentes gentios, sem grande conhecimento dos costumes judaicos, ou, pelo menos, não bem versados nesses costumes. Qualquer judeu teria compreendido de imediato a repreensão de Paulo aqui, porquanto teria sido instruído desde a infância que não se deve apelar para juízes pagãos e idólatras quanto a questões de natureza religiosa. Os judeus consideravam que tais juízes eram totalmente inidôneos para julgarem a um israelita.

Embora os leitores de Paulo talvez não se aferrassem aos mesmos princípios aceitos pelos judeus, como formação cultural, contudo esse apóstolo esperava que aqueles crentes, como convertidos a Cristo que eram e, portanto, dotados de sabedoria divina e de compreensão espiritual, entenderiam quão impróprio seria levar questões de ordem espiritual a tribunais seculares. Aqueles crentes deveriam ao menos usar de bom senso, percebendo a impropriedade dessa ação. O oitavo versículo deste capítulo mostra-nos que Paulo não tinha algum caso isolado em mente. O número de casos semelhantes deve ter sido regular, o que explica a severidade da reprimenda.

Questão. No grego original a palavra é *pragma*, que era usada, de maneira geral, para indicar «feito», «coisa», «acontecimento», «ocorrência», «ocupação», «questão», «assunto»; contudo, também havia um sentido forense ou judicial de *questão legal*, de «processo legal», de «disputa legal» de qualquer espécie. Paulo todavia, não esclarece aqui a natureza exata dos casos acerca dos quais tinha conhecimento, mas não há que duvidar que tais casos eram variegados. Talvez as disputas girassem em torno de questões de dinheiro, de propriedade, de transações comerciais, de testamentos de contratos, etc.

Contra outro. Essas palavras significam o próximo, em sentido tipicamente cristão. (Comparar com I Cor. 10:24; 14:17; Rom. 2:1 e Gál. 6:4).

Submetê-la. Isto é, «apelar para a lei» (no grego, *krinesthai*, que aparece na voz média), palavra usada com freqüência em sentido forense. «Levar a juízo», entregar queixa a um juiz, desejando que seja baixada uma decisão judicial a respeito.

Perante os injustos. Paulo não falava pejorativamente aqui, como se os juízes incrédulos jamais buscassem chegar a soluções justas, acompanhadas de sabedoria. — O termo *injusto* era comumente usado para referir-se aos gentios, em contraste com os judeus; e isso foi aproveitado pelo vocabulário cristão para indicar os incrédulos, os quais são reputados como quem não está «justificado» diante de Deus, sujeitos à condenação divina. Paulo não quis dizer que os juízes pagãos são sempre injustos; tão-somente salientava que os incrédulos são pagãos, não tendo realmente direito para tomar decisões acerca de conflitos entre crentes, porque, moralmente falando, isso estava fora de sua jurisdição e do alcance de sua sabedoria. Por semelhante modo, Paulo não quis dizer que havia pouca ou nenhuma oportunidade de um crente obter um julgamento justo em tribunal secular, somente porque chama a todos os juízes pagãos de «injustos».

Os gregos apreciavam muito os litígios, e os membros da igreja de Corinto que se inclinavam para os pontos de vista dos sofistas, sem dúvida, não teriam hesitado em apresentar casos perante a lei, talvez deleitando-se em apresentar as suas queixas contra outros. (Ver Aristófanes, *Rhet.* II xxiii.23, acerca do gosto que os gregos tinham nessa forma de atividade).

Não havia «tribunais cristãos» (conforme havia tribunais judaicos). Os cristãos que se inclinavam para o litígio, portanto, apelavam para os tribunais pagãos, — em vez de aplicarem o bom senso, a sabedoria cristã, conservando os casos de querelas entre os crentes dentro da própria igreja cristã. Paulo não estabelece quaisquer regras quanto ao número de juízes, funções, etc., e nem determina qualquer conjunto de regras, mas antes, dá a entender que isso poderia ser adequadamente arranjado mediante acordo mútuo. Os tribunais judaicos para solucionar tais casos, geralmente eram constituídos de três juízes.

Santos. É palavra que faz contraste com os juízes «injustos». Ora, sendo os crentes «santos», possuidores de sabedoria divina, eram capazes de encontrar solução para os conflitos entre os irmãos na fé, porquanto também exerciam a devida jurisdição sobre a comunidade religiosa, dos cristãos. O termo «santos» é largamente aplicado, nas páginas do N.T., a todos os crentes, e não meramente apenas a alguns poucos indivíduos, conforme esse vocábulo é usado em certos círculos da cristandade.

Findlay (*in loc.*) comenta a respeito da atitude dos crentes de Corinto, quanto a esse particular, como segue: «Tratais a igreja, que é a sede do Espírito Santo (ver I Cor. 3:16 e *ss*), como se ela não tivesse autoridade ou sabedoria; e apresentais os vossos casos ao tribunal comparativamente mais inferior». Naturalmente, Paulo também apelou para tribunais humanos, mas jamais em qualquer caso que envolvesse irmãos na fé (ver Atos 28:19). (Quanto às proibições rabínicas, que impediam os judeus de apresentarem queixa contra outros judeus, em tribunal pagão, *ver Sulchan Aruch, Chosen Hummishpat*, 29. Maimônides, *Hilch, Sanhedrin*, cap. 26, seção 7; *Talmude Babilônico Bittin*, fol. 38:2; *Rabino Abraham Seba*, sobre *Tzeror Hammor*, fol. 80.4; Rabino Bechai em *Kad Hakkmemach*, fol. 21.4; Maimônides, *Talmud Tora*, cap. 6, seção 4; *Zohar* sobre Êxodo, fol. 103.3). Por conseguinte, tudo isso era tema explorado pelo Talmude e pelo ensino dos rabinos.

Na primeira dessas referências judaicas mencionadas, lê-se o seguinte: «Aquele que julga uma causa perante os juízes gentílicos, e perante os seus tribunais, ainda que as decisões sejam idênticas às de um tribunal israelita, eis que tal homem é ímpio; e é como se tivesse blasfemado e fosse réprobo, tendo levantado a mão contra a lei de Moisés, o nosso mestre, conforme aparece em Êxo. 21:1: 'São estes os estatutos que lhes proporás... perante eles, e não perante gentios... perante eles... e não perante idiotas, homens privados e iletrados'». Na opinião dos judeus, pois, levar um caso de natureza religiosa a um tribunal secular era medida equivalente a *profanação* contra o nome de Moisés e contra o Deus por ele representado, que baixara provisões acerca dessas questões, no teor da lei mosaica.

Ou não sabeis vós que os santos hão de julgar o mundo? Ora, se o mundo há de ser julgado por vós, sois porventura indignos de julgar as coisas mínimas? I Cor. 6:2

Julgar o mundo. Quando do estabelecimento do reino messiânico (o que é identificado com o **milênio**, por alguns estudiosos), os remidos compartilharão da autoridade de Cristo; e, assim sendo, serão juízes entre os homens. Isso concorda com antigas tradições judaicas, conforme se aprende no livro de *Sabedoria de Salomão* 3:8: «Julgarão às nações, e terão domínio sobre os povos». (Ver igualmente o trecho de Ecl. 4:15). I Enoque 108:12 diz: «Farei aparecer revestidos de luz brilhante aqueles que tiverem amado ao meu Santo Nome; e a cada um deles farei assentar-se no trono de sua honra».

Os crentes haverão de participar da glória de Cristo, segundo aprendemos em I Cor. 4:8 (o que inclui também a idéia que eles *reinarão* com Cristo); Rom. 8:17; Dan. 7:22; Apo. 2:26,27; 3:21 e 20:4. A última dessas diversas referências fala especificamente sobre o fato de que reinaremos com Cristo por mil anos. A passagem de Mat. 19:28 promete aos doze apóstolos que exercerão domínio e governo sobre as doze tribos de Israel, quando for inaugurado o reino *messiânico*. Não parece haver no trecho que ora comentamos qualquer alusão ao governo e julgamento dos homens, para além desse reinado milenar de Cristo, embora isso também seja possível, considerando-se o fato de que os crentes julgarão até mesmo os *próprios anjos* (I Cor. 6:3). Ora isso subentende a altíssima *exaltação* dos remidos em Cristo, o que lhes permitirá, igualmente, desempenharem grandes serviços *no estado eterno*.

Sois acaso indignos de julgar as coisas mínimas? Quanta incongruência era praticada por aqueles crentes de Corinto! Os crentes estão destinados a compartilhar do reinado universal de Jesus Cristo, tanto na esfera terrena como na esfera celestial (Efé. 1:23). No entanto, aqueles crentes se sentiam *incapazes* de julgar até mesmo as suas questões *terrenas*, e portanto, comparativamente, *triviais*, preferindo entregar a solução de seus casos a *juízes injustos*. Esse é o âmago do argumento aqui apresentado pelo apóstolo dos gentios, sendo um argumento de grande efeito. Quanto ao seu espírito, segue a mentalidade judaica, conforme se explicou nas notas expositivas mais acima.

Alguns estudiosos consideram a última porção deste versículo como se dissesse: «Sois indignos de vos assentardes nos menores tribunais?» Outros traduzem: «Sois indignos de julgar questões *triviais?*» Esta última possibilidade é preferível, embora se devam

incluir ambas essas idéias. Os crentes estão destinados a participarem de grandes e *cósmicos* tribunais; no entanto, na sua própria igreja, são incapazes de formar um tribunal de três homens, para julgar casos de interesse exclusivo aos crentes, não podendo julgar nem mesmo *trivialidades*.

Ou não sabeis...É como se Paulo tivesse indagado: «Vós, que sois tão sábios, tão hábeis no sofisma e na retórica, tão excelentes oradores, tão admiráveis expositores da sabedoria humana, desconheceis esta verdade simples, subentendida no fato de que os crentes haverão de julgar tanto o mundo, como até mesmo os próprios anjos?

As coisas mínimas. Estão aqui em foco diversos negócios, como contratos, heranças, testamentos, disposição de propriedades, e outras questões mundanas. Ou então, se está em vista a idéia de *tribunais*, — a alusão seria a tribunais que cuidam de questões de natureza *trivial*.

Não sabeis vós que havemos de julgar os anjos? Quanto mais as coisas pertencentes a esta vida? I Cor. 6:3.

As palavras *não sabeis* nos permitem entender como se Paulo estivesse indagando: «Vós que sois tão sábios, tão orgulhosos de vossos dons espirituais, de vossos discursos eloqüentes, de vossa elevada capacidade como mestres e líderes: não sabeis qual é o vosso elevado destino? *Havemos de julgar os próprios anjos*. Não possuímos muita informação sobre essa particularidade. *Várias* interpretações são possíveis. Mas, nenhuma delas pode ser afirmada com qualquer certeza. Os anjos (sem importar se estão em foco os bons ou os maus) são mencionados como as criaturas mais elevadas e importantes do universo, sobre as quais Deus exerce controle absoluto. Orígenes não postulava qualquer diferença essencial entre o espírito humano e os anjos. Também acreditava que o homem fazia parte da criação original, pertencendo à mesma categoria dos anjos, antes da queda no pecado. Não obstante, por sua própria natureza, é potencialmente igual aos anjos. Na *redenção* em Cristo, o crente participará, finalmente, na própria *natureza divina*. Assim, o destino do homem redimido será mais elevado do que o estado dos anjos, pelo menos, o estado que têm atualmente. Não nos deveria surpreender, portanto, que os homens, redimidos e transformados na imagem de Cristo, sejam elevados acima dos anjos e realmente se tornem seus juízes e governantes. Devemos antecipar aqui não meramente o julgamento dos anjos *caídos*, mas também uma forma de domínio que tornará os anjos sujeitos aos remidos, tal como estão sujeitos ao próprio Cristo. Obviamente, esse é um conceito extremamente sublime, cuja própria magnificência serve para obscurecê-lo. Não devemos pensar que esteja aqui em foco somente o reino messiânico. Estas condições caracterizarão o estado eterno.

Certa expectação dessa natureza já podia ser vista no judaísmo, embora tal idéia não tivesse sido ali desenvolvida. Que os homens remidos serão superiores aos anjos é uma verdade que também aparece em II Baruque 51:12, que diz: «Haverá então nos justos, uma excelência superior à dos anjos». Apesar do fato de que Paulo provavelmente inclui aqui a idéia dos *anjos caídos* (ver Judas vs. 6 e II Ped. 2:4) como seres que serão envolvidos no julgamento presidido pelos santos (um direito que lhes será delegado por Cristo), incluindo, talvez, também a idéia de que os anjos estarão sujeitos ao seu domínio (embora nada detalhadamente saibamos sobre as condições que prevalecerão no estado eterno) não há motivo algum para limitarmos essa referência somente a isso. A passagem de I Cor. 15:24 mostra-nos que Cristo virá governar com *todo o domínio*, autoridade e poder. Em Efé. 1:21, Cristo é visto acima «...de todo principado, e potestade e poder e domínio, e de todo nome que se possa referir, não somente no presente século, mas também no vindouro» (estado eterno).

Quando da glorificação final é que os crentes virão a participar de tudo quanto Cristo tem e é, o que, certamente, envolverá também esse domínio, citado em Efé. 1:21. Rejeitamos aqui a idéia de alguns intérpretes que dizem que o julgamento aqui descrito é a derrubada dos poderes malignos, mediante a propagação do evangelho, durante esta dispensação da graça. Também, não podem ser aceitas aquelas interpretações que dizem que o vocábulo *anjo* aqui se refere a poderes *humanos*. Estão em foco aqui os anjos de Deus que são seres imortais e muito exaltados.

Julgar. Esse verbo precisa ser compreendido em um sentido *lato*, para incluir a idéia de condenação, mas também aquela de *domínio*, ou seja, o exercício do juízo, que é um dos direitos atribuídos a um governante.

JULGAMENTO (CENSURA)

De Uma Pessoa Contra Outra

1. *Como Testar os Falsos Mestres*:

Ensinou Jesus. «Pelos seus frutos os conhecereis» (Mat. 7:16). E, assim dizendo, ele acautelou aos crentes para que não dêem crédito a qualquer indivíduo que chegue anunciando alguma mensagem religiosa. Esse teste, a ser aplicado, é o teste da espiritualidade. É fácil proferir palavras imponentes, avassalando às pessoas com mensagens eloqüentes e inspiradoras. Porém, o verdadeiro teste consiste naquilo que a mensagem de uma pessoa tem feito, espiritualmente, em favor dela. Existem falsos ministros de Cristo, para não dizermos ministros do diabo. O trecho de Mat. 7:21 *ss* mostra-nos que alguns desses falsos ministros chegam até a realizar milagres e obras impressionantes. Esses «sinais» são feitos com o intuito de autenticar ou uma mensagem falsa, ou um falso crente.

2. *Um Dom Espiritual para Testar a Outras Pessoas*:

Tão crítica é essa questão de determinarmos os falsos mestres, que podem estar sendo impulsionados por entidades espirituais malignas que, na Igreja primitiva, havia um dom espiritual especial, conferido com o propósito de outorgar discernimento espiritual aos crentes. Os imitadores são muito habilidosos, e somente um especialista cristão (impelido pelo Espírito de Deus) é capaz de determinar a autenticidade ou falsidade de quem se apresenta como mestre cristão. Ver I Cor. 12:10, bem como o artigo separado e detalhado, intitulado *Discernimento de Espíritos*.

3. *Atacando os Gnósticos*:

O *gnosticismo* (vide) foi uma antiga heresia que mesclava ensinos do judaísmo, do cristianismo e de religiões orientais misteriosas, sem falarmos sobre a filosofia grega e a mitologia. Tudo isso formava uma salada, que era então exposta como se fosse uma avançada forma de cristianismo. Nada menos de oito dos livros do Novo Testamento têm algo a dizer contra o gnosticismo, embora de forma indireta. Quando João ordenou que os crentes não aceitassem cegamente a qualquer pregador, dizendo: «não deis crédito a qualquer espírito» (I João 4:1), mui provavelmente tinha os gnósticos em mira. As várias descrições sobre os falsos mestres, naquela epístola, fornecem-nos algum discernimento sobre o tipo de

gnosticismo que os crentes da Ásia Menor estavam tendo de enfrentar. Esse sistema falso, pois, representa qualquer sistema religioso falso que procure intrometer-se nas fileiras cristãs. O efeito desses falsos ensinos é moral, doutrinário, ou ambas as coisas.

Limites da Censura Eclesiástica. João não estava advogando que um grupo cristão qualquer se pusesse a censurar outro grupo. I João é epístola que nos ensina claramente sobre o que o apóstolo estava falando. Os gnósticos negavam a doutrina básica de Cristo, não aceitando a validade da encarnação, conforme se vê em I João 4:2 *ss*. Eles também negavam que Jesus Cristo viera em carne. Além disso, eram indivíduos moralmente corruptos. Portanto, nessa epístola não recebemos licença para, como denominação cristã, começarmos a censurar outras denominações. No entanto, os cristãos mostram-se muito arrogantes quanto a essa questão, pois cada denominação promove, entre seus próprios membros, a ilusão de que é superior às demais denominações. E indivíduos pertencentes às várias denominações, arrogam-se a tarefa de cortar e criticar a outros cristãos, a fim de satisfazerem à necessidade que têm de se sentirem superiores.

Por outra parte, as regras da correta censura não eliminam a pesquisa, o exame das coisas a serem criticadas. De fato, quanto mais investigamos, mais somos capazes de apreciar a grandiosidade da missão de Cristo. A minha própria experiência tem-me ensinado que, quanto mais aprendo, maior é o poder que vejo na missão de Jesus Cristo, e maior aplicação universal espero da parte dessa missão. Não há como exagerar a imensidade de sua realização. As obras de Cristo atingiram a terra, o céu e o inferno; e, desse modo, os homens, onde quer que estejam, estão sujeitos ao seu poder e à sua graça remidora.

4. *Os Julgamentos Civis e a Condenação*:

A passagem de Rom. 13:1 *ss* deixa bem claro que as autoridades civis podem passar julgamento sobre outros homens, pois o seu ofício foi determinado pelo Senhor Deus, tendo em vista a preservação da boa ordem entre os homens. Uma passagem paralela a essa é a de I Ped. 2:13 e seu contexto. Ver o artigo intitulado *Governo*, que descreve amplamente essa doutrina.

5. *A Atitude Censuradora é Condenada*:

Apesar de haver formas de juízo que não somente se espera que os homens exerçam, mas também que lhes são ordenadas, a *atitude censuradora* é condenada. As duas passagens centrais a esse respeito são Mat. 7:1 *ss* e Rom. 2:1 *ss*. Citamos ambas: «Não julgueis, para que não sejais julgados. Pois com o critério com que julgardes, sereis julgados; e com a medida com que tiverdes medido vos medirão também...» (Mat. 7:1,2). «Portanto, és indesculpável quando julgas, ó homem, quem quer que sejas; porque no que julgas a outro, a ti mesmo te condenas; pois praticas as próprias cousas que condenas. Bem sabemos que o juízo de Deus é segundo a verdade, contra os que praticam tais cousas. Tu, ó homem, que condenas aos que praticam tais cousas, e fazes as mesmas, pensas que te livrarás do juízo de Deus?» (Rom. 2:1-3). Dessas duas passagens básicas, podemos extrair os seguintes princípios:

a. *Está envolvida a questão da hipocrisia*. Vemos algum erro em um nosso semelhante, e condenamos nosso próximo. No entanto, durante todo o tempo também incorremos no mesmo erro. Isso afeta, principalmente, os defeitos morais e espirituais. Deveríamos mostrar-nos cautelosos antes de condenar a outras pessoas quanto a esse aspecto, porque todos estamos sujeitos a errar. Na verdade, erramos quase o tempo todo. Na verdade, — quase tudo que condenamos em outras pessoas, já as praticamos nós mesmos, em um período ou outro de nossas vidas. É fato conhecido que os pregadores mostram-se mais vociferos contra os vícios que, ocasionalmente, os dominam. O trecho de I Cor. 5:9 *ss* mostra que existem pecados que, quando são praticados com persistência, condenam eternamente aos seus praticantes, pelo que os culpados dessas coisas deveriam ser expulsos da igreja local, como medida disciplinar. Essa medida visa à restauração, e não meramente à retribuição. Entretanto, tais pessoas devem ser retiradas da igreja local, embora somente após cuidadoso exame, para que não haja qualquer injustiça. Ver o artigo separado sobre *Exclusão*. Devemo-nos lembrar que todas as pessoas religiosas são hipócritas em certo sentido, porquanto ninguém cumpre os ideais que estabeleceu para si mesmo, e muito menos os ideais que outras pessoas estabelecem para alguém. Cada qual sempre quer parecer melhor do que realmente é. Naturalmente, há muitos graus de hipocrisia, maiores e menores. Não obstante, quanto a essa questão da hipocrisia, quem está livre de culpa? Portanto, é claro que deveríamos ter cuidado, antes de censurarmos a outras pessoas.

b. *Aquele que censura ao próximo* precisa se corrigir antes de censurar, e assim pode ter o *direito* de censurar a outros. Um censurador que não se corrige é uma aberração.

c. No segundo capítulo de Romanos, Paulo mostra claramente que a *censura religiosa está fora de ordem*. Ele condenou aos judeus que censuravam aos gentios. Uma das razões para isso é que ele via que apesar da superioridade dos judeus, por terem recebido a lei mosaica, de maneira nenhuma os judeus estavam mais livres de pecado do que os gentios. Um *conhecimento maior* não dá a ninguém o direito de censurar a quem sabe menos, a menos que seu conhecimento *tenha-o libertado* das coisas que aquele conhecimento condena. Porém, mesmo que alguém tenha liberdade para tanto, por causa de seu desenvolvimento espiritual superior, ainda assim deverá usar de um espírito gracioso, que reflita sua maior espiritualidade, e não de um espírito censurador.

d. *Deus é o verdadeiro Censor e Juiz*. Deus sempre faz um trabalho bem feito, quanto a essa questão de ajuizar. Ele não precisa da ajuda humana para tanto.

e. Em vez do espírito de censura, deveríamos fazer *um sincero esforço de ajudar ao próximo*, procurando reformar seus costumes e suas idéias. Jesus é o Juiz supremo; mas ele não veio a fim de condenar aos homens, mas a fim de salvá-los. Ver João 3:16 *ss*.

JULGAMENTO DO CRENTE POR DEUS

Texto Principal — I Coríntios 3:12

Se alguém sobre este fundamento (Cristo) *levanta um edifício de ouro, prata, pedras preciosas, madeira, feno, palha...*(etc.)

Um templo, por motivos decorativos, pode incluir ouro, prata, e pedras preciosas entre seu material de construção. Alguém poderia levantar um *barraco* ou cabana como lugar onde abrigar-se; e aqueles que têm visto as favelas de algumas grandes cidades, sabem que as pessoas muito pobres erguem barracos feitos de quase qualquer material, por mais frágil que seja. Mas, um *templo* exige o uso de materiais *nobres*. O templo se torna um lugar de honra, onde se venera um poder superior, um elevado espírito, um deus, ou mesmo o *Deus verdadeiro*, como era o caso do templo

de Jerusalém. Quanto mais preciosos e raros forem os materiais empregados, tanto maior será a *honra atribuída* ao ente, real ou imaginário, que é venerado ali. Os vários templos que foram erguidos durante a história da nação de Israel, foram construídos com materiais *caríssimos*, importados de vários países estrangeiros, para que tais templos fossem edifícios sem-par e exaltados. Desnecessário é dizer que muitos templos pagãos eram da mesma forma suntuosos; pois, nas culturas antigas, grandes riquezas eram usadas nesses edifícios religiosos.

O apóstolo Paulo, portanto, não pensou, meramente, em usar uma metáfora capaz de sugerir o emprego de *materiais duráveis*, embora, certamente, essa idéia esteja envolvida aqui, mas também capaz de sugerir o uso de *materiais preciosos*. A vida cristã pode ser construída com o material próprio da debilidade da carne, do orgulho humano, da satisfação dos desejos profanos; mas também, pode ser levantada com todas as riquezas do ser, com muito maior durabilidade.

No tocante aos materiais usados na construção desse edifício *espiritual*, várias coisas específicas podem ser ditas: o *feno*, capim seco de qualquer variedade, poderia ser usado para preencher as fendas, em uma construção apressada de adobe; a *palha*, ou canas de vários grãos, com as folhas cortadas, poderiam ser usadas para fazer telhados de palha. A *madeira* poderia ser usada como material de construção de portas e até mesmo paredes. Reunindo todos esses elementos, uma coisa se torna perfeitamente *óbvia*: a construção assim levantada é extremamente *temporal*, pobre e com grande risco de incêndio. Em contraste com isso aparece o *templo*. Ali, as *pedras preciosas* poderiam ser os mármores e também as gemas. Pedras de qualidade formariam as paredes, ao passo que as pedras preciosas, o «*ouro*» e a «*prata*», podiam ser usados como materiais de construção ou toques decorativos. O resultado seria um edifício de grande duração, um encanto para os olhos, algo não facilmente sujeito ao fogo e à destruição.

Tais interpretações são legítimas, mas diversos intérpretes têm ido ainda mais longe, procurando identificar cada material como se houvesse um sentido específico para cada um. Assim sendo, o ouro significaria as doutrinas mais excelentes do evangelho, ao passo que a prata e as pedras preciosas seriam outros aspectos dessa doutrina, mostrando os valores da pessoa de Cristo. Outros pensam que o ouro representa a *divindade* de Cristo, ao passo que a prata representaria a sua *humanidade*, e que as pedras preciosas mostram suas várias «virtudes e graças». Por semelhante modo, a madeira, a palha e o feno representariam as doutrinas heréticas, as heresias condenáveis, que são diametralmente opostas e procuram desvirtuar o fundamento... «doutrinas de demônios, coisas vazias, corriqueiras, inúteis...fábulas, genealogias intermináveis, tradições humanas, ritos e cerimônias próprias do judaísmo; o que, através dos preconceitos da educação, e através da ignorância e da inadvertência, sem qualquer mau desígnio, pode ser introduzido por alguns em seus próprios ministérios, conforme sucedera no caso da religião judaica; e estaria também em vista a sabedoria do mundo, a filosofia dos gentios, as oposições da chamada ciência, as especulações curiosas, as noções inúteis e vãs, que ainda eram retidas por alguns elementos educados segundo o sistema grego, os quais muito apreciavam essas coisas. Através disso, sentiam a coceira da vanglória, de mistura com suas ministrações evangélicas. Numa palavra, está em foco tudo quanto agora se pode introduzir no ministério do evangelho que não é tão honroso para a graça de Deus e nem tão apropriado à pessoa, ao sangue e à justiça de Cristo, e nem tão coerente com a obra graciosa do Espírito de Deus». (John Gill, *in loc.*).

Tais interpretações, embora sem dúvida contenham grandes verdades identificam mui precariamente os materiais mencionados aqui por Paulo com algumas idéias específicas. Mas, mesmo que esse apóstolo tivesse em mente dar a entender alguma identificação assim, não há meio para sabermos o que ele poderia querer dizer.

A linguagem simbólica aqui usada, evidentemente, tem por intuito indicar os **ensinamentos** que eram propagados por diversos ministros do evangelho ou por crentes particulares, embora também indique o padrão geral de vida e o desenvolvimento espiritual de tais pessoas; e isso certamente envolve também o «poder dos ensinamentos bíblicos» sobre as suas vidas. Paulo falava especificamente para os «mestres» e seus respectivos labores, conforme o contexto certamente nos sugere; o apóstolo igualmente incluía os padrões de vida possíveis para todos os crentes, os quais constroem suas vidas sobre o grande fundamento, que é Cristo. Por conseguinte, os materiais significam aquilo que os crentes, ministros ou não, ensinam, bem como a influência exercida por esses ensinamentos sobre eles mesmos, o que modifica, para melhor ou para pior, a conduta deles, amoldando essa conduta sobre o alicerce, que é *Cristo*.

«Paulo tinha dois contrastes em mente. O primeiro diz respeito àquilo que é *digno* e àquilo que é *indigno*, sem importar se esses materiais eram ou não realmente empregados nas construções. O outro contraste é entre o que é inflamável e o que é à prova de fogo, porque, perante os seus olhos, estava o dia do juízo». (C.T. Craig, *in loc.*).

«Alguns homens edificam com o ouro da fé, com a prata da santidade e com as imperecíveis pedras preciosas do amor; mas outros edificam com a madeira morta de esterilidade nas boas obras, com a palha vazia da falta de espiritualidade, com a ostentação do conhecimento, e com a cana quebradiça do espírito continuamente em dúvida». (Schrader, *in loc.*).

Tais interpretações têm algum valor, ainda que Paulo talvez não tencionasse designar os sentidos específicos para cada material mencionado. Alford (*in loc.*) sumaria o sentido essencial desses materiais como segue:

1. A símile não envolve muitos edifícios... mas um apenas (ver o décimo sexto versículo), aquele que tem a Cristo por seu fundamento; mas diferentes porções do mesmo vão sendo construídas pelos ministros que trabalham sob as suas ordens, alguns trabalhando bem e substancialmente, mas outros trabalhando mal e sem consistência.

2. O ouro, a prata, etc., se referem ao *material* do ensino apresentado por esses ministros, primariamente; e, por inferência, se referem àqueles em quem esses ensinamentos penetram, edificando-os em Cristo, os quais devem ser as pedras vivas do templo. Não há aqui a alusão aos meros frutos morais, produzidos pela pregação sobre os membros individuais da igreja (conforme pensavam Orígenes, Crisóstomo, Teodoreto, Teofilacto, Agostinho e Jerônimo).

3. Os construtores que usam materiais inúteis e inconsistentes, ainda assim, 'no fim', são 'salvos' e isso nos mostra que sua prédica anunciava a pessoa de Cristo e que eles mesmos eram sinceros em seus

esforços.

4. Aquilo que é dito aqui não se refere, senão por acomodação, à vida religiosa do crente, em geral (como vários comentadores têm dito), mas antes, alude ao 'dever e galardão' dos pregadores. Ao mesmo tempo, tal acomodação é legítima, porquanto cada indivíduo é o mestre e o edificador de si mesmo.

5. Os vários materiais mencionados não devem ser imaginosamente comparados com as 'doutrinas particulares' ou com as 'graças' de Deus. Ver os versículos dezesseis e dezessete, deste mesmo capítulo, onde esse ensinamento envolve todos os crentes, e não meramente os mestres.

A obra de cada um se manifestará; pois aquele dia a demonstrará, porque será revelada no fogo; e o fogo provará qual seja a obra de cada um. I Cor. 3:13.

A tradução inglesa RSV grava a palavra *Dia*, com inicial maiúscula, a fim de mostrar que está em vista aqui o dia do juízo. E esse dia é sempre metaforicamente relacionado ao fogo, à consumação, à purificação, à eliminação da escória, mostrando a qualidade real das coisas e dos indivíduos (ver também os trechos de Mal. 4:1; II Tes. 1:10; Heb. 10:25 e II Cor. 5:10). A passagem de II Baruque 48:39 mostra-nos como isso era imaginado, ao dizer; «Portanto, o fogo consumirá seus pensamentos, e nas chamas serão testadas todas as meditações de suas mentes».

Certos materiais, com que os homens edificam as suas vidas, não são inflamáveis em sentido espiritual (ver I Ped. 1:7); mas outros materiais empregados pelos homens serão consumidos pelo fogo, por não possuírem natureza resistente e permanente (ver Mat. 7:19). A salvação pela graça não elimina a necessidade de julgamento, conforme nos é solenemente ensinado em trechos como II Cor. 5:10 e Rom. 3:6 (ver no NTI as notas expositivas a respeito na referência da segunda epístola aos Coríntios). Perante o «tribunal de Cristo» seremos julgados de conformidade com o que tivermos feito de bom ou de mau. Assim será determinada a nossa posição nos lugares celestiais, a nossa medida de transformação segundo a imagem de Cristo, conforme é descrito nas notas expositivas sobre I Cor. 3:8 no NTI. Ali seremos o que fomos espiritualmente neste mundo, e isso é o que significa a expressão *receber o que tivermos feito*.

Isso não significa, contudo, que se estabelecerá um estado de estagnação no estado eterno que impeça todo outro progresso espiritual. Isso é uma idéia totalmente contrária à maneira divina de fazer as coisas, pois certamente Deus nunca se estagnará. Não obstante, o julgamento da vida do crente, que ele teve neste mundo, é uma questão da maior gravidade. Os crentes serão então abalados até os próprios alicerces de seus seres, embora estejam seguros em Cristo, sendo-lhes permitido prosseguirem na direção das perfeições do Senhor, na participação de sua natureza moral e metafísica, que é o alvo de toda a existência humana, porquanto ele é o «padrão» ou modelo tanto da vida presente como daquela que há de ser.

A reprovação de certos labores, que talvez tenham ocupado a vida inteira de um crente, não significa a destruição do ser desse crente, o que Paulo deixa bem claro nesta passagem. Outros trechos bíblicos, entretanto, falam sobre o perigo real que representa o desvio ou queda. Não obstante, faz parte das promessas eternas de Cristo que nenhuma de suas ovelhas se perderá finalmente. Como isso poderá cumprir-se é especulado nas notas expositivas sobre o trecho de Rom. 8:39 no NTI.

Purgatório? Os intérpretes da Igreja Católica Romana vêem, na seção que ora comentamos, uma confirmação de sua doutrina do «purgatório», sendo esta a melhor passagem neotestamentária que supostamente dá apoio a tal idéia. Essa doutrina medieval geralmente é apresentada de forma a — levar os homens a imaginarem que o purgatório indica algum *lugar distinto*, alguma esfera da existência dos espíritos separada dos lugares celestiais; antes, seria um local de purificação das almas. Não obstante, conforme esta passagem bíblica deixa bem claro, nos lugares celestiais é que o juízo e a purificação terão lugar. Assim é que alguns crentes serão reduzidos a apenas sua salvação básica; e isso significa que estarão nos lugares celestiais, libertados desta dimensão terrestre e de qualquer outro lugar de julgamento severo (como o hades), onde ainda assim serão potencialmente capazes de serem transformados segundo a imagem de Cristo. Em outras palavras, Deus ainda assim permitirá tal privilégio para os que forem salvos como que «através do fogo», prometendo-lhes a total concretização desse privilégio. Não nos enganemos, entretanto: uma espécie de *purgatório*, ou outro nome qualquer que queiramos aplicar a tal processo, terá lugar nos lugares celestiais, sendo essa uma *solene necessidade*, ensinada na Bíblia. A vida cristã descuidada, pecaminosa, errônea, em que o crente tenha ensinado doutrinas falsas para detrimento de outros, não pode deixar de receber sua devida retribuição, não podendo passar despercebida e sem julgamento, o que fica perfeitamente claro nesta passagem e no trecho de II Cor. 5:10. O erro doutrinário envolvido na idéia romanista do «purgatório» consiste em pensar que o mesmo se segue imediatamente à morte física, ou que as penas sofridas ali pelas almas possam ser aliviadas ou abreviadas por «missas» e orações que os vivos façam aqui em favor delas, a troco de dinheiro. Esse juízo terá lugar no «*dia*» referido neste versículo; envolverá todo o povo de Deus, que então já terá passado para a outra existência, e não haverá meio de suavizar ou abreviar qualquer pena ali imposta, porquanto esse «tribunal de Cristo» não terá por fito aplicar castigos, e sim, aquilatar o valor da vida cristã de cada remido e determinar os galardões que cada um receberá ou deixará de receber, tendo em vista o seu grau de transformação segundo a imagem moral e metafísica de Cristo, conforme já temos mostrado em outras porções deste artigo.

A vida terrena do crente, a história da alma neste mundo, aquilo que cada remido houver feito com as oportunidades que lhe tiverem sido oferecidas, aquilo que o crente tiver ensinado, a quem ele realmente glorificou, tudo isso será submetido à luz do julgamento de Cristo. Naquele dia, pois, muitos crentes verdadeiros serão abalados até os alicerces da alma, quando contemplarem a «história terminada de suas vidas», e então virem a choupana que construíram sobre o glorioso fundamento que é Cristo.

O tribunal de Cristo será uma ocasião de avaliação, de nova determinação e dedicação, um período de conflito de alma e, finalmente, uma oportunidade de avanço. E assim Cristo, uma vez mais, se tornará o alvo de toda a existência humana. Mas esse novo progresso não se efetuará enquanto não houver sido expurgados da alma toda a madeira, palha e feno deterioradores, isto é, enquanto não for eliminado da personalidade do crente tudo quanto lhe impede o avanço espiritual. E esse pensamento nos permite ver que o pensamento paulino inclui um certo «expurgo», embora tal doutrina, como outras doutrinas neotesta-

mentárias, tenha sido sujeitada aos exageros e perversões dos homens.

Pensando sobre o Julgamento dos Crentes

1. Tal como se dará no caso dos incrédulos, os crentes também serão julgados de acordo com as suas obras (ver Gál. 6:7,8, trecho que ensina sobre a lei da colheita segundo a semeadura).

2. Esse julgamento será baseado naquilo que tivermos praticado, «de bom ou de mau», segundo diz II Cor. 5:10. Ver o artigo sobre o *Julgamento do Crente*.

3. «O bem e o mal» darão o «meio termo do caráter espiritual», bem como das «realizações espirituais»; e com base nesse «meio termo» é que cada um obterá certo grau de participação na natureza e nos atributos de Cristo. Dotado dessa participação, pois, o crente entrará no estado eterno, e sua capacidade de agir e realizar ali, dependerá desse caráter.

4. As «coroas» falam de atributos específicos dos espíritos dos remidos. Ver o artigo sobre *Coroas*.

5. Todavia, não pensamos que haverá qualquer *estagnação* envolvida no estado eterno, pois se algum membro do corpo de Cristo pudesse *permanecer* fraco, o próprio Cristo permaneceria fraco, pois o seu corpo seria fraco. Além disso, a promessa feita para cada crente é que, finalmente, haverá de atingir a perfeição em Cristo, pois o Filho terá de tornar-se «tudo para todos», segundo se aprende em Efé. 1:23. Obteremos, fatalmente, a *plena filiação*, embora essa plenitude não venha a ser atingida por todos ao mesmo tempo. O crente terá, finalmente, a plenitude de Deus (ver Efé. 3:19), e dificilmente isso ocorreria se o crente ficasse em estado de estagnação, dotado de uma glória comparativamente inferior.

6. Quanto ao «julgamento dos crentes», ver Apo. 14:11 e Efé. 1:10.

Podemos estar perfeitamente seguros de que o Senhor não nos deixará ficar como estamos; antes, Cristo continuará sendo formado em nós. Esse processo será, certamente, eterno e infinito, e poderá ser um processo agonizante aquele ao qual seremos levados, para que isso tenha lugar.

A obra de cada um. Assim como a salvação da alma é uma questão individual, assim também será a questão do julgamento perante o «tribunal de Cristo». A transformação dos remidos segundo a imagem de Cristo é uma questão individual; o progresso na direção das perfeições de Cristo é uma tarefa que cabe ao crente individual, conduzido pelo Espírito Santo de Deus. Até que ponto haverá tal transformação e com que prontidão, tudo depende do crente individual, embora a influência constante da graça de Deus garanta a concretização final desse grande alvo.

Maus mestres. Comenta John Short (*in loc.*), como segue: «uma das grandes notas dominantes do ensino paulino é a da responsabilidade pessoal de cada indivíduo, quanto à sua vida e, além disso, o fato de que, em algum lugar, em algum tempo, o crente terá de prestar contas a Deus. As grandes linhas escritas por Mílton, indignado como estava ele contra os falsos pastores e contra o trabalho desleixado que os mesmos faziam, continua soando como um sino, aos ouvidos daqueles que estão dispostos a ouvir».

As ovelhas famintas olham, mas não são alimentadas,
Mas, batidas pelo vento e pela unidade se arrastam,
Corroídas por dentro; espalhando um mau contágio:
Além do que o lobo voraz, com patas sedentas,
Devora a cada passo, e nada lhe é dito em contrário.
Mas a máquina de duas mãos, à porta,
Sempre está pronta para ferir uma vez, e não mais.
(Milton, em *Licidas*).

A Importância do Exemplo

1. Cristo estabeleceu o exemplo supremo da vida santa e produtiva. Seu exemplo foi perfeito (ver Heb. 7:26).

a. Exibiu a santidade (ver I Ped. 1:15,16).

b. Foi demonstração de como se deve seguir a lei do amor (ver Efé. 5:2).

c. Caracterizou-se pela obediência (ver João 15:10) e pela abnegação (ver Mat. 16:24).

2. Paulo deu um claríssimo exemplo de como deve ser a conduta cristã (ver I Cor. 11:1).

3. Se seguirmos a esses grandes exemplos, seremos «aprovados» por Deus, o que não é coisa sem importância.

4. Um pai deve a seu filho, e um mestre deve a seus estudantes três coisas: exemplo, exemplo, exemplo.

O próprio fogo o provará. Devemos notar que, imediatamente antes destas palavras, Paulo escreveu, «...está sendo revelada pelo fogo...», referindo-se ele à obra de cada homem. As metáforas utilizadas por Paulo parecem severas demais, inesperadas para aquilo que poderíamos imaginar envolvido no julgamento dos «crentes», mas envolvido somente no julgamento dos perdidos. Não nos devemos olvidar que a metáfora do «fogo» é usada para indicar tanto o julgamento dos crentes como o dos perdidos. Isso é instrutivo, no sentido de que é algo suficiente para mostrar que temos à frente uma linguagem simbólica. Deus não está se preparando para torrar seres humanos em um forno, para sempre, conforme as chãs interpretações humanas têm dado a entender. Deus não é o maior Monstro dos séculos, segundo alguns intérpretes fazem dele. Não obstante, o julgamento, tanto aquele que envolverá os crentes como aquele que envolverá os perdidos, não será algo insignificante, motivo pelo qual o «fogo» é usado como símbolo de ambos. Esse simbolismo é usado, portanto, por causa dos seguintes motivos:

1. Por causa da severidade do juízo de Deus. A questão é seriíssima.

2. Por causa de seu caráter completo, o que é simbolizado pelo fato de que o fogo consome algo até o fim, extinguindo toda a escória, purificando os materiais imperecíveis de tudo quanto não convém.

3. Por causa do elemento purificador do julgamento. O julgamento não visa apenas a retribuição destruidora, nem mesmo no caso dos incrédulos, e muito menos ainda no caso dos crentes.

Orígenes observou que somente as mentes símplices e sem imaginação vêem apenas «retribuição» no julgamento divino. Pois o juízo de Deus, apesar de certamente incluir um aspecto de «retribuição», porquanto cada indivíduo receberá segundo aquilo que tiver praticado, sendo julgado conforme as suas obras, também terá um efeito *disciplinador e remidor*.

Eis os meios do Desenvolvimento Espiritual

1. **A oração:** É um ato criativo, que pode alterar as pessoas e as circunstâncias. (Ver Efé. 6:18).

2. *O estudo.* Entreguemos nosso intelecto a Cristo. A mente é capaz de muitas maravilhas. A mente dedicada a Deus, pode transformar-nos a vida.

3. *A meditação.* A meditação pode ser o portal da iluminação espiritual. (Ver Efé. 1:18).

4. *A santificação.* Pouco progresso espiritual pode ser obtido sem a santidade de vida (ver I Tes. 4:3).

5. *A prática da lei do amor* (as boas obras realizadas em favor do próximo). O amor é a comprovação da espiritualidade (ver I João 4:7).

6. *O uso dos dons espirituais*. Isso ajuda no cumprimento da missão do crente nesta vida (ver I Cor. capítulo 12).

O símbolo do fogo é coerentemente associado nas Escrituras ao **dia do Senhor**, conforme verificamos nesta passagem; e esse dia é igualmente simbolizado por uma súbita explosão de luz e chamas ardentes, que se despejarão sobre a terra. (Ver os trechos de Mal. 3:1-3; 4:1; II Tes. 1:8 e 2:8). Embora Paulo certamente soubesse de determinada diferença entre o julgamento dos crentes e o julgamento do mundo incrédulo, usou ele praticamente os mesmos símbolos. A expressão «dia do Senhor», embora envolva quase exatamente a idéia do julgamento, pode ser aplicada, de maneira mais ampla, a diversas ações divinas «decisivas», e não meramente ao segundo advento de Jesus Cristo, quando ele houver de aparecer como o grande Juiz que dirigirá o juízo final. Pois o vocábulo *dia* sugere tanto o aparecimento da luz, que expele as trevas e os seus males, — como também uma «nova dispensação», um novo período em que Deus tratará com os homens de certa forma particular, o que, ao mesmo tempo, fará reverter e renovar o processo histórico (ver o artigo sobre *Dia do Senhor*). Ver I Cor. 1:8 quanto ao termo «dia», naquilo em que o mesmo se aplica ao segundo advento de Cristo e ao julgamento dos crentes.

«O apóstolo Paulo não tencionava descrever os detalhes do segundo advento de Cristo; pelo contrário, declarava de maneira figurada aquilo que afirmaria, sem qualquer linguagem simbólica, em I Cor. 4:5, isto é, que por ocasião da grande crise do dia do Senhor será perscrutadoramente testado o valor real do trabalho de cada crente individual. Esse teste, pois, é simbolizado pelo apóstolo como o fogo do segundo advento, que envolverá o edifício inteiro, reduzindo a cinzas todo o seu material inútil». (Robertson e Plummer, *in loc.*).

Existem outras interpretações acerca do presente versículo, conforme se vê na lista abaixo:

1. Conforme já tivemos ocasião de observar, vários exageros têm sido impingidos aos homens sobre essa passagem que descreve um certo «purgatório», em estado intermediário entre o céu e o inferno e a preparação para o céu dos eleitos. Essa dogmatização da idéia paulina deve ser rejeitada. Não obstante, o «fogo» aludido aqui é um «expurgo» bem definido, tendo uma finalidade claramente «penal» e «disciplinar», e não meramente testadora. Portanto, se usarmos o vocábulo «purgatório», ou alguma outra expressão em seu lugar, ainda que tal vocábulo inclua muitas idéias prejudiciais, ainda assim estaremos descrevendo um conceito paulino. Na verdade, porém, esse julgamento terá lugar nos *lugares celestiais*, e não em algum estado intermediário. Naturalmente que alguém poderia postular o argumento que isso ocorrerá em níveis inferiores dos lugares celestiais, como se esses níveis inferiores fossem, de fato, os lugares «intermediários». É possível que assim seja, mas, mesmo admitindo-se tal possibilidade, ainda estaremos dentro dos limites da teologia paulina, embora disponhamos de informações extremamente escassas sobre os «lugares celestiais», acerca dos quais Paulo fez alusões. (Ver o artigo sobre *Lugares Celestiais*. Ver João 14:6 e Efé. 2:6). Nessas passagens, o «fogo» aparece ligado ao segundo advento de Cristo, e não à morte física dos crentes.

2. Completamente errônea é aquela interpretação que vê, nesta passagem, apenas a destruição de Jerusalém e o ponto final das instituições judaicas.

3. Por igual modo, a palavra *fogo*, neste caso, não se refere à «purificação progressiva» da igreja, por toda a dispensação do N.T. Trata-se de uma referência definidamente escatológica, tendo conexões com o segundo advento de Jesus Cristo. Há aqui alusão a algum tempo futuro de julgamento dos crentes, o que Paulo esperava que ocorresse durante seu próprio período de vida terrena (ver I Cor. 15:51).

4. Outros intérpretes (como Calvino), fazem com que este versículo se prenda à propagação da mensagem pura do evangelho pela terra, como um dos efeitos da era da igreja. Essa interpretação é inconcebível aqui, por ser essencialmente não escatológica.

5. A despeito do uso do símbolo do «fogo», o juízo geral da humanidade inteira não é focalizado aqui, como o *hades*, etc. Pois o julgamento aqui anunciado envolverá exclusivamente os crentes.

6. Este versículo não nos encoraja a orar em favor dos mortos. Pois tais orações não fariam a menor diferença quanto ao que sucederá aos crentes, no seu julgamento. Alguns oram em favor dos mortos incrédulos com base na opinião que o julgamento final será determinado não quando da morte do indivíduo e, sim, quando da segunda vinda de Cristo. Talvez haja algum valor nessas orações, mas o N.T. faz completo silêncio sobre a questão. (Ver I Ped. 4:6 quanto à missão de Cristo além-túmulo, e o que a mesma envolve). Entretanto, seja como for, é verdade que o julgamento é sempre situado para quando ocorrer a segunda vinda de Cristo, ou após o milênio, e jamais quando da morte física de cada pessoa.

Se permanecer a obra que alguém sobre ele edificou, esse receberá galardão. I Cor. 3:14.

Podemos estar certos de que o julgamento dos crentes será perscrutador. Ninguém será ali capaz de enganar o Juiz, nas esferas eternas, conforme tantos agora podem enganar aos homens quanto ao caráter real e ao valor do trabalho que fazem. Não é um erro supormos que alguns dos supostos «maiores» cristãos, que realizaram aparentemente uma tarefa mais magnificente, serão desvendados como «últimos», naquele dia. Esses serão aqueles cujas realizações foram efetuadas mediante a força da carne, da capacidade humana, dos dotes naturais, e não através do Espírito de Deus. Além disso, alguns daqueles que agora são reputados como *últimos*, serão então primeiros. Esses serão aqueles que tiverem sido humildes em sua vida de oração e de trabalho cristão, embora aparentemente tenham contribuído bem pouco para os destinos da vida humana. Somente o Senhor Jesus pode fazer o julgamento preciso e apropriado (ver I Cor. 4:4,5), do que podemos estar certos que ele o fará.

Além disso, haverá alguns casos que não constituirão surpresa. Aqueles que tiverem trabalhado com diligência, mediante os meios espirituais, o que se tornou conhecido pelos homens, receberão sua devida recompensa. E outros, que obviamente não se importaram grandemente com as realidades espirituais, mas antes, viveram para a carne, verão que o pouco que pensaram ser valioso, será consumido pelo fogo, transformando-se em nada, e os seus seres serão desnudados de toda a pretensão de desenvolvimento em Cristo.

Devo partir de mãos vazias,
Para encontrar assim meu Redentor?
Sem dar-lhe um dia sequer de serviço,
Sem depositar um só troféu a seus pés?
.....
Oh, se pudesse recuperar os anos de pecado,
Se pudesse tê-los devolvidos agora.
Eu os daria para meu Salvador,
E me inclinaria humilde à sua vontade.
(C.C. Luther)

«Não é um tolo aquele que dá aquilo que não pode reter, a fim de ganhar aquilo que não pode perder». (*James Elliott*, missionário evangélico martirizado por índios do Equador).

Como seremos julgados, nós, os crentes? Mediante a consideração da maneira como tivermos consumido nossas vidas. Quais foram as nossas esperanças, os nossos desejos, os nossos motivos, as nossas ambições, ao trabalharmos no evangelho? Qual foi a nossa atitude espiritual, nossas intenções mais secretas, ao nos ocuparmos do nosso serviço prestado a Jesus Cristo. Temos amado aos irmãos e temos procurado servi-los sinceramente, ou temos amado *tão-somente* a nós mesmos? Temos amado a Jesus Cristo, ou ele tem sido para nós apenas alguma forma de princípio religioso ou idéia abstrata? Uma avaliação verdadeira dessas perguntas, e as respostas que elas provocam em nós, nos darão uma boa idéia do que poderemos esperar perante o *tribunal de Cristo*.

Um grande político do sul dos Estados Unidos da América do Norte estava moribundo. Um amigo íntimo se aproximou de seu leito e lhe perguntou: «Devo orar por você?» E ele respondeu: «Não. A minha vida deve ser a minha oração. Este momento não é tão significativo como os anos solenes que se passaram. Que eles permaneçam». E nessa resposta encontramos uma profunda verdade. Não importa o momento da transição a que denominamos de morte, mas o que importa é a inteireza da vida antes da morte. Para o crente a morte é tão inconseqüente como o sono. Mas o pensamento de irmos ao encontro do Senhor de mãos vazias deveria fazer-nos franzir o cenho, preocupados.

Galardão, (ver o artigo sobre **Recompensa**).

1. O galardão não é a mesma coisa que a salvação eterna, no sentido ordinário da palavra. Em outras palavras, não significa que um indivíduo galardoado irá para os lugares celestiais, mas que aquele que não será galardoado irá para o «hades», ou para algum outro lugar qualquer de julgamento severo e eterno.

2. Porém, visto que a *glorificação* é uma parte integrante da salvação, e que os galardões têm muito a ver com a extensão e a natureza da glorificação, os galardões, na realidade, fazem parte da salvação. A extensão em que tivermos de ser transformados segundo a imagem de Cristo, quando assumirmos suas qualidades morais e metafísicas, será determinada pela extensão em que formos galardoados.

3. Parte dessa glorificação envolve o conceito inteiro das «coroas», as quais não devem ser encaradas como objetos físicos e literais, mas antes, como realizações espirituais, como «graus de glória», como a níveis de participação em tudo quanto Jesus Cristo tem e é.

4. O conceito *materialista* dos galardões, como se estes fossem «bens» nos lugares celestiais, como mansões, etc., é uma idéia completamente antibíblica. Possessões materiais serão realmente nossas, mas não são elas os galardões que nos cumpre conquistar. O que está envolvido nos galardões é sermos semelhantes a Cristo, é compartilharmos mais plenamente do que ele é, e realizar mais plenamente aquilo que ele realiza. Também está envolvido o recebimento de sua imagem moral e metafísica, o que nos transformará em seres muito superiores aos próprios anjos, porquanto seremos participantes da própria natureza divina (ver II Ped. 1:4). Isso é o que está envolvido nos galardões.

5. Quando formos transformados em seres dotados de grande poder, então nos serão dadas tarefas de grande magnitude, para cumprirmos nos lugares celestiais e eternos. Nossa futura capacidade de realizar essas grandiosas tarefas resultará do nosso galardão em Cristo, o que, por sua vez, resultará de nossos esforços conscientes por sermos transformados segundo a sua imagem.

6. Seja como for, não devemos supor que os galardões, uma vez recebidos, importarão em um estado fixo, estagnado; porque não há razão para imaginarmos que o céu seja mais estagnado do que a terra. Portanto, o grande alvo da total perfeição dos remidos, em Cristo, prometido para todos os crentes, é um alvo firme, que finalmente terá o seu cumprimento no caso de todos eles, embora alguns crentes atrasem grandemente esse processo, através da perversidade de suas próprias vontades livres. Isso porque o *avanço espiritual*, nos lugares celestiais, igualmente dependerá da reação positiva da vontade humana, porque assim determinou Deus. Mediante essa reação positiva da vontade do crente é que todo o avanço espiritual é obtido. Tal aperfeiçoamento não é conferido a meros autômatos, que nada mais podem fazer senão obedecer ao seu comando. Até mesmo quando o pecado é removido de uma vida crente, pode haver reações mais rápidas ou mais lentas perante o plano e os impulsos divinos. Seremos sempre responsáveis por aquilo que somos, recebendo plena ou parcialmente a graça de Deus, aproveitando-nos total ou parcialmente de nossas oportunidades, ou mesmo desconsiderando inteiramente a vida espiritual que Deus nos tem proporcionado.

Se a obra de alguém se queimar, sofrerá ele prejuízo; mas o tal será salvo, todavia como que pelo fogo. I Cor. 3:15.

As palavras *sofrerá ele dano*, significam que o crente cujas obras forem consumidas perante o «tribunal de Cristo», não receberá os plenos benefícios de uma completa transformação segundo a imagem de Cristo, não sendo beneficiado pelos «galardões» descritos em I Cor. 3:14. Tal crente sofrerá atraso em sua transformação moral segundo a imagem de Cristo; e apesar de não mais possuir pecado positivo algum, também não possuirá o amor verdadeiro, a bondade, a justiça, a nobreza de caráter de Cristo, tudo o que, supostamente, deveria ser característica sua, por ser um remido pelo sangue de Cristo.

Sofrendo a Perda

1. O crente pode sofrer detrimento, não obtendo aquilo que poderia ter obtido, isto é, se a sua vida tivesse produzido obras espirituais.

2. Por certo isso significa que a sua transformação segundo a imagem de Cristo não será tão completa quanto poderia ter sido — e que assim ele terá menor porção das virtudes positivas de Cristo, como o amor, a bondade, etc. (embora o próprio crente não possua mais a natureza pecaminosa, uma vez que chegue nos lugares celestiais). Outrossim, ele terá menor participação nos atributos e poderes de Cristo. A salvação consiste da participação na natureza do Pai e seus atributos (ver Efé. 3:19), conforme essa natureza e esses atributos são vistos no Filho (ver Col. 2:10). O crente de pouco êxito espiritual, portanto, não

crescerá grande coisa dentro dessa estatura divina, pelo que a sua perda será imensa.

3. O crente pode perder aquilo que já tiver obtido mediante um viver pecaminoso e descuidado (ver II João 8).

4. O que está positivamente vedado a pensarmos é que o crente terá menor acúmulo de bênçãos celestiais, como uma mansão celestial menor, menores riquezas, etc., conforme a questão é explicada popularmente. O que está em foco é o que cada crente será em si mesmo, nos lugares celestiais.

5. Não obstante, essa perda terá vinculações diretas com a missão de cada crente. Andou um crente como devia? Seus motivos foram corretos? Trabalhou ele para Cristo, ou para si mesmo? As respostas a essas perguntas é que determinarão quanto ganho ou perda estarão envolvidos.

6. Naturalmente, essa «perda» não pode significar «estagnação» permanente. A recuperação não somente será possível, mas também será absolutamente necessária, a fim de que o plano divino sobre cada crente possa ter, finalmente, o mais cabal cumprimento.

Posso meditar sobre o dia em que estarei perante o *tribunal de Cristo*, nos lugares celestiais. Então a minha alma será repassada diante do Senhor. Olharei para as minhas mãos e lamentarei as criancices feitas por mim. Olharei para os meus pés, e pensarei sobre as veredas desviadas por onde andei. Pensarei em minha mente, na inteligência que Deus me deu, e me envergonharei do uso escasso que fiz de meus recursos intelectuais. Também me entristecerei por causa do pouco uso que fiz do dom da fala, para glória do Senhor Jesus Cristo. Por igual modo, ficarei coberto de pejo por causa das palavras que proferi impensadamente, precipitadamente, por muitas vezes ofendendo até a outros. Minha consciência requeimará em face de coisas deixadas por fazer e de palavras deixadas de dizer, por causa de cargas que eu poderia ter aliviado para outros, mas não o fiz, por causa do sofrimento que eu poderia ter suavizado, mas que negligenciei em cumprir, devido a meu egoísmo. Compreenderei então quão justo será o meu julgamento, e não poderei proferir uma única sílaba em defesa própria. Talvez então eu pense, «Oxalá pudesse eu recuperar os anos desperdiçados no pecado!»

«Quando o Senhor vier assim ao seu templo, qual chama consumidora, todas as porções desse edifício que não puderem resistir ao fogo, serão consumidas; e os que edificaram com esses elementos consumidos escaparão apenas com a salvação pessoal, embora percam toda a sua obra, em meio àquela conflagração. (Alford, *in loc.*)

Aqueles que sofrerem tal «dano» é que serão os «últimos», muitos dentre os quais pensaram que eram os «primeiros», de acordo com as palavras do Senhor Jesus, em Mat. 20:16 e Mar. 10:31. Outrossim, é possível a um crente perder um galardão já conquistado, mediante o descuido e a negligência em sua vida cristã, segundo o que aprendemos no trecho de II João 8; e exatamente a mesma verdade fica subentendida na passagem que ora comentamos.

«*Esse mesmo será salvo, todavia, como que através de fogo*». Comenta Fausset (*in loc*), acerca dessas palavras: «Quando o Senhor vier repentinamente ao seu templo, como se fora fogo ardente, todas as partes desse edifício que não resistirem ao fogo, serão consumidas; os próprios construtores escaparão, com sua salvação pessoal, mas perderão tudo quanto tiverem feito. Uma vez mais podemos reputar a sobrestrutura como representação de questões menos essenciais, sobrepostas sobre as questões realmente essenciais; um homem pode errar quanto àquelas questões menos essenciais, passando pela mortificação de ver a perda de grande parte de seus labores e no entanto, ser salvo; mas outro tanto não poderá ocorrer no tocante à questões essenciais. (Comparar com Fil. 3:15)».

Trata-se de uma expressão quase proverbial «ser salvo como que através do fogo». Essa expressão indica ter alguém escapado por pouco de um grande perigo, e equivale mais ou menos ao dizer de Amós 4:11, «...um tição arrebatado da fogueira...» (Ver também Zac. 3:2). A idéia que se tem é que o fogo se mostrará tão rápido na execução de seu serviço que o obreiro deverá apressar-se, «através» do incêndio, a fim de ficar em segurança. Mas, fazer desse «fogo», aqui citado, representação do inferno, é usar de uma exegese monstruosa; por semelhante modo, não está aqui em foco algum lugar do julgamento dos crentes, como um «purgatório», ainda que não possamos escapar do ensinamento claro desta passagem que esse julgamento não será meramente retributivo, mas também será disciplinador e, em certo sentido, até mesmo remidor, porquanto, através do mesmo, o crente será capaz de avançar mais celeremente para as riquezas de Cristo, tendo aprendido uma excelente lição sobre como não lhe compete servir ao Senhor.

Salvo. Diversas interpretações têm sido dadas a esse vocábulo, na presente passagem:

1. Alguns pensam que essa palavra significa a «preservação» do crente a fim de que não sofra as penas infernais, o que quer dizer que tal crente não será aniquilado, mas antes, conservado vivo em tormentos eternos. É óbvio que essa interpretação peca pela base, sendo uma distorção do que significa alguém ser «salvo».

2. Outros torcem a frase como se ela dissesse, «poderá ser salvo», como se o próprio julgamento pudesse levar tal indivíduo à salvação, embora não necessariamente. Mas essa é uma interpretação claramente desonesta.

3. Além disso, não há qualquer indício que a «obra» aqui referida signifique os seus «discípulos», os quais, embora venham a perecer, ele mesmo não perecerá, porquanto se trata de alguém bem firmado em Cristo, apesar de só poder escapar por um triz.

4. Pelo contrário, está aqui em foco a *salvação em sua totalidade*, no sentido que tal crente realmente se achará nos lugares celestiais, tendo escapado do «hades», isto é, do lugar onde ficarão os incrédulos, embora certamente não esteja aqui em vista a plena salvação, no sentido do recebimento até mesmo da glorificação. Não obstante, nem mesmo um crente nessa situação terá uma existência estagnada, nos lugares celestiais; antes, poderá obter e realmente obterá sua completa glorificação em Cristo, porquanto todos os escolhidos deverão ser verdadeiramente redimidos.

Quanto a essa passagem em geral, John Gill (**in loc.**), comenta como segue: «...**será salvo**... como uma eterna salvação; não por seus labores ministeriais, e muito menos ainda por sua madeira, feno e palha, tudo o que será queimado; mas devido ao fato de que o seu ser, apesar das imperfeições de seu ministério, está alicerçado sobre o fundamento, que é Cristo. Contudo, será salvo 'como através do fogo', ou seja, com grande dificuldade, por margem mínima (ver Zac. 13:9), isto é, com grande perda e vergonha. Está aqui em foco o homem que perde em um incêndio a sua casa e o seu lar, consegue escapar com a própria vida, mas perde tudo o mais... Tal homem será testado pelo fogo da Palavra, ficará convencido pela

luz lançada pela mesma sobre os seus erros, irregularidades e incoerências em seu ministério; e isso quer durante seu período de vida e saúde, quer já no leito de morte; e assim verá queimados a sua madeira, o feno e a palha...».

Esse comentário tem pontos recomendáveis, exceto que não está aqui focalizado o leito de morte, porquanto esta referência é de natureza escatológica, estando associada ao segundo advento de Cristo.

O Tribunal de Cristo

Porque é necessário que todos nós sejamos manifestos diante do tribunal de Cristo, para que cada um receba o que fez por meio do corpo, segundo o que praticou, o bem ou o mal. II Cor. 5:10.

No grego encontramos o vocábulo «*bema*», que originalmente significava apenas um «degrau»; dessa idéia passou a indicar uma «plataforma elevada» qualquer, como aquela usada pelos oradores, pelos árbitros das competições esportivas, ou pelos juízes, em seus julgamentos formais. A tentativa feita por alguns estudiosos de despir o «tribunal de Cristo» de qualquer ação judicial verdadeira, ou «julgamento», no caso dos crentes, como se tudo que ali tivesse de ser feito fosse uma revisão da maneira de competir dos remidos entre si, é contradito pelo próprio vocábulo, que indica certa variedade de significados, incluindo o de um tribunal formal, como também é contradito pela mensagem geral deste versículo. Essa palavra é empregada por onze vezes nas páginas do N.T., isto é, em Mat. 27:19; João 19:13; Atos 12:21; 18:12,16,17; 25:6,10,17; Rom. 14:10 e II Cor. 5:10. As duas referências nos evangelhos indicam o tribunal de Pilatos. O trecho de Atos 12:21 fala sobre o tribunal de Herodes. A referência no décimo oitavo capítulo do livro de Atos se refere ao tribunal de Gálio, e as de vigésimo quinto capítulo ao tribunal de Félix. Já os trechos de Rom. 14:10, II Cor. 5:10 e o versículo presente, aludem ao «tribunal de Cristo».

Pode-se observar, por conseguinte, que o uso ordinário do termo diz respeito a algum lugar formal de julgamento. O uso que Paulo fez do termo provavelmente se deveu ao conhecimento que ele tinha do fato de que seus leitores, familiarizados com os tribunais romanos, compreenderiam instantaneamente algo da solenidade da questão; pois enfrentar um juiz humano é uma coisa, mas comparecer perante o Juiz de toda a humanidade é outra coisa inteiramente diversa.

O Julgamento dos Crentes Segundo este Trecho

1. **Nós** teremos de **comparecer** perante o tribunal de Cristo. É ele quem nos vigia, quem contempla nossa carreira, e ele é quem terá de julgar os resultados disso. Ele estabeleceu os padrões, e ele foi quem determinou as regras. Ele é o Juiz (ver Atos 17:31). Portanto, se o simbolismo está baseado na vida atlética (o *bema*, ou tribunal, era o assento do juiz das competições esportivas), ou em uma cena forense, o Rei está assentado em seu trono e passa em revista os méritos ou deméritos de seus servos, e a realidade retratada vem a ser a mesma. O julgamento dos crentes é inevitável, e o Juiz sabe de tudo.

2. *Nós*, os crentes, é que seremos julgados. Trata-se de um «coletivo», mas também é um «nós» individual. «Todos nós, e eu, pessoalmente, seremos julgados». Por conseguinte, esse julgamento será *universal* e *particular*, no que tange aos crentes.

3. *Isso ensina o teísmo*. Grande e profundo é o pensamento que, embora esse julgamento venha a mesclar tanta dor com prazer, Deus sabe que eu existo e está interessado naquilo que faço. Ele tanto recompensará quanto punirá. Contraste-se isso com a frieza do «deísmo», o qual afirma que desde há muito o Senhor abandonou a sua criação, não estando mais interessado por ela e nem pretendendo recompensar ou castigar.

4. *Esse julgamento será meticuloso*. Levará em conta todos os meus atos e palavras, e não apenas o caráter geral da minha vida. (Ver no NTI as notas sobre a lei da colheita segundo a semeadura, em Gál. 6:7,8, e sobre o princípio de todo o julgamento divino, isto é, «segundo as obras» de cada um, em Rom. 2:6). Esses princípios se aplicam tanto aos crentes quanto aos incrédulos.

5. *Esse julgamento* será revelador. Ele *nos* revelará, tornando-nos manifestos diante de Deus, naquilo que tivermos praticado de bom ou de mal. Ora, isso envolve certo temor natural (ver II Cor. 5:11). Não é coisa pequena ter a própria vida desvendada diante do Senhor, o qual passará sentença sobre cada coisa que tiver sido feita, dita ou pensada.

6. *Esse julgamento será moral*. Se esse julgamento não fosse revelador e meticuloso, a justiça não seria feita; e a alternativa única da justiça é o caos. O mundo criado por Deus não pode ser caracterizado pelo caos. Portanto, a justiça terá de ser feita.

7. *Esse julgamento será determinador*. Do equilíbrio geral que será conseguido, é que se derivará nosso galardão. Esses galardões não consistirão essencialmente daquilo que recebermos, mas daquilo que seremos e que poderemos fazer no estado eterno. Isso significa que o grau a que seremos transformados segundo a imagem de Cristo, o grau de glória que atingiremos (ver II Cor. 3:18), é algo determinado.

8. *Esse julgamento será recompensador*. As coroas ser-nos-ão conferidas em resultado do julgamento. Essas coroas falam de realidades espirituais, qualidades e poderes, como uma elevada retidão, uma elevada vida de glória (a coroa da glória, a coroa da vida, etc.). (Ver II Cor. 4:8). Este ponto é essencialmente idêntico ao anterior, exceto que as «coroas» são usadas como símbolos do estado de existência ou qualidades do estado espiritual e metafísico, na vida posterior.

9. *Esse julgamento não será um fator de estagnação*. É impossível pensarmos que o crente, por ter-se saído mal em sua missão terrena, possa ficar estagnado por toda a eternidade. De fato, esse é um pensamento impossível, porquanto é destino de todo o crente atingir as perfeições de Cristo, participante como será de sua imagem e natureza (ver Rom. 8:29 e Col. 2:10). Todos os crentes terão necessariamente a plenitude de Cristo, segundo nos mostra o trecho de Colossenses. Portanto, o julgamento dos crentes apenas assinalará o *começo* da posição do crente, na eternidade, e não um estado final. Por certo, não poderá haver fim no processo da glorificação, pois esse será um processo eterno, e não uma ocorrência isolada, por ocasião da morte física. O corpo místico inteiro de Cristo, e cada um de seus membros individuais, chegarão à sua perfeição, pois, do contrário, o próprio Cristo seria enfermiço e débil.

10. Apesar do julgamento dos crentes marcar somente o começo do estado eterno, será um começo solene! Todos os crentes haverão de compartilhar da plenitude de Deus, de sua natureza, dotados de expressões de todos os seus atributos (de maneira finita, é verdade, mas de forma crescente), e não podemos conceber aqui qualquer idéia de estagnação. A salvação do crente (a entrada nos lugares celestiais) não está aqui em mira; antes, a posição que o crente ocupará ali.

11. Não nos olvidemos, por nenhum instante, da grandiosidade da nossa salvação. Nem mesmo o

julgamento poderá apagar esse pensamento de nossas mentes. Porém, teremos de enfrentar um solene começo! É trivial falar em «lágrimas» nos céus, em «remorso» e coisas semelhantes. Porém, é bem possível que essas coisas venham assinalar esse começo, determinado pelo julgamento dos crentes. Porém, o que estará em jogo não serão coisas triviais como um mau sentimento por causa de uma conduta terrena deficiente. O que estará sendo pesado, é a própria natureza de nossa espiritualidade, o lugar que ocuparemos, na participação, na natureza e nos atributos de Cristo. A porta estará perenemente aberta, mas será um passo solene entrar pelos portais da eternidade!

12. As Escrituras situam constantemente esse julgamento para a ocasião da segunda vinda de Cristo, e não para o momento da morte física de cada um de nós. Nesta última oportunidade, evidentemente, o espírito desencorporado receberá certa orientação, certa revisão preliminar, por assim dizer. Mas o julgamento terá lugar quando do início do estado imortal quando os crentes serão revestidos por seu corpo ressurrecto. (Ver I Ped. 4:6, no tocante ao tempo desse julgamento).

«Teria parecido quase impossível, não fosse o engenho perverso dos criadores de sistemas teológicos, escaparmos da força dessa assertiva sem qualificativos sobre a atuação da lei universal da retribuição. Nenhuma fórmula de justificação pela fé, ou retidão imputada, ou perdão selado pelo sangue de Cristo, ou absolvição sacerdotal, é permitida, pelo apóstolo Paulo, misturar-se com as expectações sobre aquele grande dia, que revelará os segredos dos corações dos seres humanos, e que conferirá a cada indivíduo o que suas obras merecem. '...aquilo que o homem semear, isso também ceifará' (Gál. 6:7); para o apóstolo, era uma lei eterna e imutável. A revelação de tudo quanto tem estado em secreto, de bom ou de mau; a aquilatação perfeitamente eqüitativa de cada elemento de bem ou de mal; a determinação de cada indivíduo, segundo essa medida, do que cada um merece, pelo bem ou pelo mal que houver praticado, isso é a súmula e a substância da escatologia paulina». (Plumptre, *in loc.*).

Nem ante a morte poderei hesitar,
Pois meu Salvador salva-me agora;
Mas, encontrar-me com Ele de mãos vazias,
Só de pensá-lo, fico preocupado.
(C.C. Luther)

Invictus

Dentre aquela noite que me envolve,
Negra como o abismo de pólo a pólo,
Agradeço a quaisquer deuses que existam,
Pela minha alma inconquistável

Nas manoplas duras das circunstâncias
Não tenho titubeado e nem gritado.
Sob os golpes terríveis do acaso
Minha cabeça tem sangrado, mas não pendido.

Para além do lugar da ira e lágrimas
Paira tão-somente o horror das sombras,
Todavia, a ameaça dos anos me acha
E sempre me achará destemido.

Não importa a estreiteza do portão,
E nem os castigos postos no rolo,
Sou o senhor da minha sorte,
Sou o capitão perene de minha alma.
(William Ernest Henley, 1849 — 1903).

Este poema é um tanto ou quanto beligerante, não caracterizado por uma fé sazonada e completa. Não obstante, há nele uma grande e profunda verdade. O Senhor Deus resolveu que o nosso avanço na direção dele deve ocorrer mediante desenvolvimento espiritual; e este é de tal natureza que sempre requer a anuência da nossa vontade, porquanto Deus não transforma ninguém em autômato. O Espírito de Deus nos ajuda, mas não nos força. Uma vez que ceda aos impulsos do Senhor, o indivíduo experimenta uma transformação de cunho celestial que ultrapassa aos seus próprios poderes; mas, repetindo, isso acontece somente aos submissos. Em certo sentido, pois, ainda que com freqüência seja olvidado, um homem é senhor da sua sorte, e o capitão perene de sua própria alma, embora isso aconteça por força de um decreto divino. No entanto, esse decreto confere aos remidos um poder verdadeiramente assombroso, que envolve uma altíssima responsabilidade. Podemos estar certos de que, no juízo da eternidade, somente os verdadeiros valores serão levados em consideração; e isso serve de advertência para nós todos.

Importar que todos nós. É importante que nosso propósito seja **agradar** ao Senhor, visto que esse é um aspecto central das questões eternas, isto é, aquilo que fazemos exerce efeito decisivo sobre o nosso estado eterno. A palavra *«todos»* se refere aqui aos remidos, naturalmente.

Compareçamos. Alguns intérpretes preferem entender aqui essa palavra como «seremos manifestados»; em outras palavras, não seria questão de mero comparecimento perante o «tribunal de Cristo», mas antes toda a nossa vida seria revelada perante o Senhor, de tal modo que nenhum segredo venha a ser guardado. Haverá completa e perfeita avaliação de cada vida. Os crentes não serão julgados coletivamente, em massa, mas antes, individualmente, conforme os méritos de cada um. Esse juízo incluirá a revelação do ser do crente exatamente como ele é; e os galardões serão distribuídos para cada um nos termos exatos dessa aquilatação.

Para que... receba. A idéia dessas palavras é «receba cada um o que merece». O julgamento do «tribunal de Cristo» como que virará o indivíduo pelo avesso. Nenhuma dúvida restará. A salvação eterna, contudo, não será perscrutada; —tão-somente a aquilatação da vida do crente, para efeito do recebimento de galardões. E isso está vinculado à segunda vinda, ao «dia de Cristo», e não com a morte física de cada um, visto que o julgamento não ocorrerá enquanto não houver a eliminação do presente mundo *intermediário*.

Por meio do corpo. Essa declaração é totalmente contrária à idéia gnóstica, que dizia que não importa o que um homem faça com seu corpo, por ser este a própria sede do princípio pecaminoso, visto que participa da materialidade. A verdade, porém, é que o corpo não é pecaminoso por si mesmo, embora se torne um instrumento fácil do pecado, conforme se aprende no sexto capítulo da epístola aos Romanos. Contudo, embora se torne o corpo um veículo fácil para o pecado, temos a responsabilidade de usá-lo apropriadamente, de disciplinã-lo, de utilizá-lo para a glória de Deus. O corpo é nosso veículo, nesta esfera da existência. Se usarmos dele como um meio para a prática do mal, seremos julgados por isso. Tudo quanto fazemos aqui deve ser feito através do uso do corpo, e isso fala de tudo quanto praticamos, da nossa vida diária, de nosso serviço cristão, do bem ou do mal que fizermos. Em suma, seremos julgados, perante o «tribunal de Cristo», por tudo aquilo que tivermos praticado como seres mortais.

Neste texto, o corpo aparece como o símbolo da nossa mortalidade, de nossa vida mortal, de nossa vida terrena. É interessante que alguns estudiosos

antigos (como também alguns poucos modernos) têm pensado que a palavra «*corpo*», neste caso, se refere ao corpo ressurrecto. Mas tal interpretação é completamente estranha às exigências do próprio versículo. Tal idéia compreende que o sentido dessa declaração é que «seremos recompensados por meio do corpo ressurrecto», recebendo galardões ou não. Alguns outros eruditos têm imaginado até mesmo certas diferenças entre corpos, cada corpo de conformidade com um grau de glória. É possível que essa opinião seja correta; e a idéia expressa acerca do recebimento de galardões, como algo manifesto na expressão do corpo ressurrecto, provavelmente também é correta, embora não seja isso que Paulo tinha em mente dizer aqui.

«As ações morais de um homem estão depositadas com Deus, nos céus, e deverão ser novamente recebidas, com uma retribuição correspondente. (Comparar com os trechos de Efé. 6:8 e Col. 3:25). Uma figura simbólica similar é expressa pela comparação com a semeadura e colheita, em Gál. 6:7, bem como com o tesouro ajuntado, em Mat. 6:20 e I Tim. 6:19. Uma expressão mais completa pode ser encontrada nos trechos de I Ped. 1:9; 5:4 e II Ped. 2:13». (Kling, *in loc.*). Sobre *Cristo como juiz*, vej Atos 17:31.

Este versículo não aborda problemas tais como o julgamento de infantes batizados ou não, indivíduos mentalmente incapacitados, etc., considerações essas que alguns estudiosos têm especulado quanto a esta passagem.

JULGAMENTO DO PRÓPRIO SER

Isso envolve o **autojulgamento** e a **autocensura**. Apesar de não termos o direito de julgar a nossos semelhantes (ver o artigo intitulado *Julgamento (Censura de uma Pessoa Contra Outra)*, faz parte das responsabilidades de cada indivíduo julgar a si mesmo. O trecho de I Cor. 11:31,32 mostra-nos que deveríamos julgar a nós mesmos. Desse modo, não seremos julgados por outras pessoas. O autojulgamento, naturalmente, pode ser errôneo e preconcebido. Cada um de nós ama a si mesmo e inclina por desculpar-se de seus erros, ao mesmo tempo que condena aos outros, por causa daquilo que são ou fazem. Paulo, ao ser condenado por seus oponentes, em Corinto, afirmou que «...de nada me argúi a consciência...» (I Cor. 4:4). Mas, nem por isso, ele se sentia inocente. Pois reconhecia que o Senhor é o Juiz que faz avaliação final quanto a cada indivíduo, conforme aquele mesmo versículo assevera. Finalmente, Deus trará à plena luz todas as coisas (vs. 5), desvendando quais os propósitos dos corações, isto é, os *motivos* mais secretos por detrás de toda ação, boa ou má. E, então, cada indivíduo será declarado inocente ou culpado, diante de Deus. Essas palavras são muito acauteladoras, ensinando-nos que, sob hipótese alguma, devemos censurar ao próximo, e nem devemos fazer um juízo muito favorável sobre nós mesmos. O trecho de I João 1:7-9 ensina a necessidade de conhecermos no que consiste o pecado, de abandonarmos o pecado, e de entrarmos na luz, e assim desfrutarmos de companheirismo com Deus.

Meios para Alcançarmos um Melhor Autojulgamento. À medida que vamos crescendo espiritualmente, empregando os meios espirituais de desenvolvimento (a oração, a meditação, a santificação, o estudo dos documentos sagrados e de outros livros que nos ajudem a obter maior poder intelectual e de discernimento, a prática da lei do amor e das boas obras, e o toque místico, como se dá no uso dos dons espirituais e das experiências místicas), vamo-nos tornando capazes de melhor avaliar a nós mesmos, fazendo-o com maior sabedoria e precisão. Quanto maior for a nossa espiritualidade, menor será a nossa inclinação para censurar ao próximo.

JULGAMENTO DO TRONO BRANCO

Ver o artigo separado e detalhado chamado *Trono Branco, O Grande*.

JULGAMENTO DOS ANJOS

Esse julgamento é referido em passagens como I Cor. 6:3; II Ped. 2:4; Jud. 6 e Apo. 20:10. O trecho de I Coríntios afirma que os crentes (de alguma maneira ali não definida), farão parte desse julgamento, como juízes. Os anjos caídos serão julgados tal e qual os homens caídos. Alguns estudiosos acreditam que isso será um dos aspectos do julgamento do Grande Trono Branco (vide), ou seja, do julgamento geral dos incrédulos. A Bíblia não nos fornece dados suficientes para fazermos essa identificação. Contudo, devemos supor que os anjos estão sujeitos à *restauração* (vide), através do julgamento, tal como sucederá aos homens; mas também não temos informações suficientes sobre a questão, excetuando as indicações gerais de Efé. 1:9,10, onde é afirmada a necessidade de uma restauração universal. A passagem de I Ped. 3:18—4:6, que alude à descida de Cristo ao hades, em favor dos *homens perdidos*, para que ali lhes anunciasse o evangelho (ver I Ped. 4:6), é bastante similar a certos trechos de I Enoque. Naquele livro estão em pauta os *anjos caídos*. Ver o artigo sobre a *Descida de Cristo ao Hades*, onde apresentamos um longo estudo sobre esse importante assunto, que ensina que a missão remidora de Cristo deve incluir todos os lugares onde houver almas perdidas. Assim sendo, a missão de Cristo é tríplice: na terra, nos céus e no hades. Somente assim Cristo tornar-se-á Salvador e Senhor universal, e somente assim poderá exercer corretamente o seu ofício de Juiz do universo.

O julgamento e restauração dos anjos deixa implícita a redenção deles. Não se sabe dizer em que isso diferirá da redenção dos homens. Orígenes, contudo, não fazia qualquer diferença entre a *essência* dos espíritos angelicais e a essência dos espíritos humanos. De acordo com sua maneira de pensar, a única diferença entre anjos e homens fora determinada pela queda no pecado. Se isso exprime a verdade, é perfeitamente possível que estejamos equivocados ao estabelecer diferença entre o julgamento dos homens e dos anjos, no que diz respeito ao plano de redenção. Há muitos mistérios. Todavia, muitos estudiosos sentem ser impossível a redenção dos anjos. Em primeiro lugar, eles usam o argumento do silêncio, o qual, convenhamos, não é muito forte. Ou seja, a Bíblia, é silente quanto à redenção dos anjos que caíram. O argumento mais forte deles é que Cristo tornou-se homem para remir aos homens, mas não se tornou anjo para remir aos anjos. Ver Heb. 2:14: «Visto, pois, que os filhos (os crentes) têm participação comum de carne e sangue, destes também ele (Cristo), igualmente, participou, para que, por sua morte, destruísse aquele que tem o poder da morte, a saber, o diabo». Sim, há muitos mistérios, e qualquer especulação arrisca-se a não acertar com a vontade e o plano eterno de Deus.

Seja como for, sabemos que a redenção eleva o espírito humano muito acima da posição dos arcanjos, visto que os homens já são participantes da natureza divina, posto que, por enquanto, somente no nível do espírito deles (ver II Ped. 1:4; Col. 2:9,10;

Rom. 8:29), mediante a transformação gradual segundo a imagem de Cristo (II Cor. 3:18). Por ocasião da ressurreição, os crentes compartilharão, juntamente com Cristo, de toda a plenitude de Deus, o que envolve a sua natureza e os seus atributos, posto que em proporções sempre finitas, mas sempre crescentes. Afirmamos, pois, que talvez os anjos também tenham esse mesmo destino, *se* a essência do ser deles não difere grandemente da essência dos homens. Mas, confessamos que a questão deve permanecer na esfera das idéias nebulosas, enquanto não recebermos maiores luzes a respeito. Contudo, o fato de que, uma vez ressurrectos e glorificados, seremos superiores aos anjos, parece indicar que em nós, os crentes em Cristo, haverá uma evolução espiritual, uma passagem para um nível superior na escala do ser, ao passo que os anjos e arcanjos terão sua posição atual apenas confirmada, sem qualquer subida na escala do ser. A Bíblia deixa patenteada a misericórdia e graça especiais de Deus para com os seus escolhidos, os filhos de Abraão segundo a fé.

JULGAMENTO NA FILOSOFIA

Essa palavra portuguesa, «julgamento», vem do latim *jus*, «direito», e *dicere*, «dizer», «determinar».

Usos:

1. No uso moderno, «julgamento» é sinônimo de «proposição», ou seja, uma afirmação na qual algo (o sujeito) é afirmado ou negado, em termos de outra coisa qualquer (o predicado), em que essas coisas, geralmente, estão relacionadas por um verbo declarativo. Um exemplo simples: «A erva é verde»; ou: «A erva não é azul». O termo «postulado» veio a indicar alguma forma de juízo que repousa sobre alguma inferência lógica, ou sobre algo dito e baseado sobre a intuição, a razão ou as experiências místicas, em vez de algo baseado sobre o método científico, ou sobre a percepção dos sentidos. Os *postulados* podem ser reputados como declarações auto-evidentes, como os postulados da matemática. Mas também pode indicar uma declaração cuja veracidade é pressuposta, a fim de explicar alguma outra coisa. Um exemplo disso é o argumento moral de Kant em prol da existência de Deus e da alma humana. Mas, para ele, as *proposições* não podiam ser usadas no tocante a esse tipo de argumentação. Ver os artigos sobre *Proposição* e *Postulado*.

2. *Nos Escritos de Platão*. Ele negava que houvesse um verdadeiro juízo, no tocante a qualquer tipo de descrição, quando alicerçado sobre os informes da percepção dos nossos sentidos, como se isso pudesse servir de base à verdade. Nesse caso, ele preferia depender daquelas idéias que se originam na razão, na intuição e nas experiências místicas, onde o *universal* (vide) pode ser percebido mais diretamente, algo que a percepção dos sentidos jamais poderá atingir.

2. *Nos Escritos de Aristóteles*. Em sua obra, *De Interpretatione*, uma «proposição» é alguma assertiva importante, falsa ou verdadeira, que resulta de um *juízo*. Ele acreditava que os verdadeiros julgamentos, com uma descrição absoluta (através da observação, do método científico, etc.), podem produzir a verdade. Ele pensava que a percepção dos sentidos é adequada para esse processo, com a ajuda de certos impulsos intuitivos ou «lampejos de luz». Portanto, ele defendia uma forma de realismo engenhoso.

3. *Nos Escritos de Tomás de Aquino*. Ele fazia dos julgamentos a unidade fundamental do conhecimento, mas afirmava que a verdade reside no *intelecto*, o qual compõe e divide, e assim chega a conclusões acerca de qualquer questão. Essa é a abordagem racionalista do descobrimento da verdade. Ver sobre o *Racionalismo*.

4. *Nos Escritos de Emanuel Kant*. Ele fazia dos juízos o centro de sua filosofia. Ele falava sobre *juízos a priori*, ou seja, aqueles que não dependem de investigações e provas, através do uso dos sentidos. Pois são *anteriores* à percepção dos sentidos. Além disso, há os *juízos a posteriori*, que são formulados *depois* da percepção dos sentidos e repousam sobre as informações que nos são dadas pelos mesmos. Os *juízos a priori* partem da razão ou da intuição. Mas Kant criou um terceira categoria de juízos. Ele supunha que podiam existir os *juízos sintéticos a priori*, e não meramente *juízos sintéticos a posteriori*. «Sintético», nesse caso, indica algo que se origina na síntese, ou investigação, repousando sobre os sentidos. Um juízo sintético adiciona conteúdo ou descreve um assunto qualquer que foi declarado. Um *juízo sintético a priori* pode existir, visto que as categorias da mente existem *a priori*, embora se tornem práticas e sejam experimentadas na vida diária, tornando-se então sintéticas, e não meramente analíticas. As categorias começariam *a priori*, porquanto pertencem à mente humana, antes mesmo de qualquer investigação. Tornam-se sintéticas através da experiência, e seus informes dependem da percepção dos sentidos.

Para Kant, o emprego da mente nos juízos é algo indispensável, para a construção mental do mundo dos fenômenos. A mente força suas categorias *a priori* sobre a experiência e dá-lhe forma. Trata-se de uma espécie de *idealismo subjetivo*. Com base em categorias *a priori* encontramos toda forma de julgamentos, incluindo aqueles de natureza estética, teológica e até mesmo as idéias que temos de Deus e da alma. Ver os artigos separados sobre *A Priori; A Posteriori; Proposição; Postulado; Julgamento a Priori; Julgamento a Posteriori; Julgamento Sintético A Priori*.

JULGAMENTO QUE CEGA (CEGUEIRA JUDICIAL)

Há três tipos de cegueira:

1. *A cegueira física*. Ver sobre esse tipo no artigo *Cegueira*.

2. *A cegueira espiritual*. Ver sobre *Cegueira, Usos Metafóricos*.

3. *Cegueira judicial*. Aquilo que os homens recusam-se a fazer de direito e certo torna-se para eles moralmente impossível, se persistirem em sua teimosia. Isso sucedeu a Israel, antes da vinda do Messias. As duas nações formadas com base na nação unida de Israel, ou seja, Judá (ao sul) e Israel (ao norte), sofreram os severos juízos dos cativeiros (babilônico e assírio, respectivamente). A rejeição do Messias, por parte de Israel (João 1:12), foi pecado ainda mais sério, e levou à cegueira judicial de Israel, como nação (Rom. 11:7). Deus lhes deu um espírito de estupor e olhos que não podem ver e ouvidos que não podem ouvir, conforme nos mostra aquele versículo de Romanos, citando trechos do Antigo Testamento como Deu. 29:4 e Isa. 19:10. Ver também Isa. 6:9,10.

Predestinação? O contexto do décimo primeiro capítulo de Romanos sem dúvida penetra na inescrutável vontade de Deus, inteiramente à parte de qualquer consideração humana. Nesse caso, a cegueira judicial depende tão somente da vontade divina, como parte da *reprovação* (vide). Muitos intérpretes, apelando para outros trechos bíblicos que

aludem ao problema, supõem que a cegueira judicial é provocada pela rebeldia obstinada dos homens. Seja como for, o trecho de Rom. 11:26 promete restauração e salvação para aqueles que estavam judicialmente cegos. É difícil crer que «todo o Israel» pode significar apenas um pequeno remanescente final, embora muitos estudiosos pensem exatamente assim.

A passagem de II Cor. 3:14-16 diz-nos que o véu que cobre os corações dos judeus, mesmo quando Moisés é lido, de tal maneira que não conseguem entender a mensagem que há ali, será finalmente retirado. Esse texto mostra-nos que a fé, finalmente, derrotará a incredulidade, no caso da última geração viva do povo de Israel, e aquele véu será tirado, e os israelitas aceitarão a Jesus Cristo como o Messias há muito tempo prometido.

JULGAMENTO SEGUNDO AS OBRAS

Rom. 2:6: *que retribuirá a cada um segundo as suas obras*;

De acordo com o ensino deste segundo capítulo da epístola aos Romanos, o juízo de Deus opera mediante sete princípios, dentre os quais o presente versículo apresenta o terceiro, a saber, «segundo as obras». (Ver no NTI as notas introdutórias a este capítulo, onde aparece uma lista desses sete princípios. Isso é repetido nos comentários sobre o décimo primeiro versículo deste capítulo).

Deus julgará a cada um *segundo as suas obras*, conforme o que cada um praticou. E não poderia mesmo seguir outro critério. Essa é outra maneira de reiterar o ensinamento bíblico sobre a lei da colheita segundo a semeadura, conforme a lemos declaradamente em Gál. 6:7,8. Essa lei é universal, e se aplica a todos os seres humanos, sem importar se se trata de crentes ou de incrédulos. Existem muitos graus diferentes de punição, como também muitos graus de recompensa.

O julgamento será de acordo com as obras de cada um. O leitor pode examinar as seguintes referências bíblicas, que afirmam a mesma verdade: Sal. 62:12; Jer. 17:10; Mat. 16:27; II Cor. 5:10; I Ped. 1:17; Apo. 20:12 e 22:12. (Isso também pode ser comparado com trechos como Gál. 6:7; Efé. 6:8; Col. 3:24 e Apo. 2:23). Quando essas referências são lidas e meditadas, transparece nelas, como verdade óbvia, que algumas vezes tal declaração é aplicada aos incrédulos, —mas outras vezes ela é aplicada aos crentes; o que nos leva forçosamente a concluir que essa regra se aplica a ambos os grupos. Todavia, para alguns comentadores, esse fato tem criado o que lhes parece uma contradição, face à doutrina da justificação; e esse aspecto da questão é abordado nos pontos abaixo discriminados:

Como Essa Regra se Aplica aos Incrédulos?

1. O indivíduo incrédulo é capaz de praticar boas obras que modificam o seu julgamento final, embora a maioria dessas obras seja de natureza maligna, do ponto de vista da espiritualidade. Deus pesará tudo na balança. Haverá muitos graus de punição.

2. Apesar das boas obras dos incrédulos não resultarem na salvação evangélica (porquanto esta só vem pela graça, ver Efé. 2:8), são capazes de conferir-lhes uma melhor posição no após-vida. em relação àqueles que não tiverem boas obras.

3. A despeito disso, todas as obras más dos incrédulos serão levadas a juízo com exatidão absoluta (ver Gál. 6:7,8), e eles serão condenados com justiça. A incredulidade é o pior dos males, levando os homens a ficar sob a ira de Deus (ver João 3:18).

4. Os juízos divinos não são meramente retributivos, mas também disciplinadores e restauradores. Isso se aplica até mesmo aos perdidos, conforme se aprende em I Ped. 4:6. Esse pensamento abre um novo caminho para meditarmos sobre o julgamento; mas isso não é uma novidade, pois é algo tão antigo quanto as Escrituras! Devemos fazer a distinção entre a *restauração* (da qual todos os homens haverão de participar, ver Col. 1:16) e a *redenção* (que envolverá exclusivamente os eleitos).

5. Os juízos de Deus fazem parte de seus esforços por produzir a unidade em torno da pessoa de Cristo. No que concerne aos perdidos, esses juízos tornar-se-ão parte dessa unidade (portanto, harmonia, bem-estar); mas isso, não por haverem escapado à condenação e, sim, por terem passado pelo julgamento (ver Efé. 1:10).

6. Contudo, apesar de se beneficiarem com a missão de Cristo (ver no NTI, notas em João 12:32), se deixarem de tornar-se autênticos crentes, antes de Deus cerrar a cortina da oportunidade, padecerão uma perda infinita, a despeito de qualquer outro bem que a missão de Cristo possa fazer em favor deles. E isso por haverem perdido o ganho infinito da participação na própria imagem e natureza de Cristo (ver notas em Col. 2:10 no NTI), e cerne mesmo da salvação: ver o artigo sobre *Missão Universal do Logos (Cristo)*. Essa é a grande tragédia do julgamento, e não o quanto alguém terá de sofrer.

7. Se a perda será infinita, então quão grande será a aflição do pecado! Não obstante, não existe juízo sem misericórdia, e o amor já fez sua intervenção.

8. O estado de perdição deve ser considerado como algo que incorpora muitas dimensões da existência. As obras praticadas pelo indivíduo — boas ou más — haverão de situá-lo em seu devido lugar. Porém, nada ficará estagnado. A misericórdia divina (atraves do julgamento) conduz cada indivíduo até o lugar onde poderá redundar em glória positiva para Cristo, embora não possa tornar-se um eleito de Deus, uma vez estabelecidas as fronteiras eternas. Na verdade, tornar-se-á uma espécie de ser totalmente diferente, uma espécie muito inferior. Os eleitos, por sua vez, virão a participar da natureza divina (II Ped. 1:4). Os perdidos não poderão embalar jamais a esperança de participar de uma glória dessa ordem. No entanto, Cristo haverá de ser tudo para todos, finalmente, conforme por certo se aprende em Efé. 1:23.

9. Os perdidos acabarão compreendendo o que perderam, e que fazia parte de seu destino em Cristo, por causa de sua estúpida rebelião. Isso fará parte do castigo que receberão. Se pudermos ao menos entrever a imensidade da salvação, compreenderemos melhor o que significa estar perdido.

10. Enquanto, podemos falar *comparativamente* numa perda infinita das almas perdidas, considerando a imensa glória das almas redimidas que participarão na natureza divina (II Ped. 1:4; Col. 2:10), devemos nos lembrar que a obra *restauradora* do Logos será muito grande e dará para os não eleitos uma vida útil, de fato, *afinal*, gloriosa, uma vez que o julgamento completar sua tarefa. Ver o artigo separado sobre a *Restauração* que explica conceitos relacionados a este assunto.

Como essa Regra se Aplica aos Crentes

Não há contradição alguma entre a doutrina da salvação pela graça e a idéia de alguém ser julgado segundo as suas próprias obras, no sentido mais estrito. Isso fica claro após as seguintes considerações:

1. Os esforços humanos, à parte da ação do Espírito, não têm mérito algum, e só contribuem para

condenar ao indivíduo, exceto no sentido anteriormente explanado, o de que o homem injusto, por meio de tais ações, se feitas com honestidade (ainda que honestidade meramente humana), pode sofrer uma punição menor. No caso do crente, entretanto, os meros atos humanos não podem redundar em sua glória, ainda que as ações egoístas possam diminuir-lhe a glória futura.

2. A lei da semeadura e da colheita se aplica ao crente em termos exatos. Isso transparece tanto em Gál. 6:7,8 como em II Cor. 5:10. Esta última referência mostra que tanto as obras «boas» quanto as «más», têm seus respectivos efeitos. O julgamento do crente determinará seu nível de glória. Deus estabelecerá o devido «equilíbrio». É óbvio que tal equilíbrio terá algo a ver com a totalidade das obras de um homem. As obras malignas diminuirão o lado positivo dessa balança; as boas obras, todavia, aumentarão o nível de glória. A alma de um homem pode ser salva até mesmo como que «através do fogo» (ver I Cor. 3:5), ou «com dificuldade» (ver I Ped. 4:18).

3. Isso não quer dizer, entretanto, que o crente terá uma posição estagnada no estado eterno, como se fora uma espécie de castigo por não ter sido melhor crente na sua vida terrena. Isso seria mesmo impossível, porquanto todos os crentes terão de progredir, até o ponto de adquirirem a plena imagem e natureza de Cristo, com todos os seus atributos. Os crentes haverão de ir perpetuamente progredindo na direção desse alvo infinito, pelo que também não poderá haver estagnação. A glorificação será algo infinito, e glorificação é salvação, quando contemplada do ponto de vista de seu conceito mais elevado (ver Rom. 8:30). As obras do crente, neste mundo, entretanto, colocam-no em uma situação de desvantagem inicial, a qual poderá ser ultrapassada, entretanto.

4. Consideremos a questão das *Coroas* (ver o artigo). As diversas coroas evidentemente indicam qualidades e poderes espirituais, que a alma redimida possuirá, para expressar-se no estado eterno. Alguns dos primeiros pais da igreja supunham que, nos muitos lugares celestiais, os próprios crentes haverão de possuir diferentes tipos de corpos ressurrectos, capacitando-os para dimensões superiores ou inferiores daquela existência. Provavelmente essa idéia é correta, apesar de ser apenas uma especulação. Todos os *lugares celestiais* (ver o artigo) fazem parte da mansão celeste de Deus (os seus céus), mas há muitas regiões de glória, menores e maiores. Se a glorificação é eterna, então, presume-se que haverá uma sucessão de corpos espirituais, que acompanharão esse desenvolvimento da alma. Isso é pura especulação, mas é um pensamento digno de nele meditarmos. Seja como for, o que o crente fizer aqui, determinará a qualidade de sua alma do outro lado da existência, e isso é simbolizado pelas coroas. Mas, por que pensaríamos que a realidade simbolizada pelas coroas se aplica somente ao labor de cada um nesta vida física? Pelo contrário, pensamos que sempre será possível conquistar coroas celestes.

O princípio que há por detrás da conquista das coroas são as obras; mas obras realizadas no poder e pela inspiração do Espírito, e não por mérito humano, coisas feitas pela força humana e para a glória do homem.

5. Se considerarmos que as obras do crente são atuações do Espírito em nós e através de nós, então essas obras serão sinonimas da graça, mas graça em ação. (Ver o artigo sobre *Graça*). Não há contradição alguma entre a graça e as obras, uma vez que as obras sejam definidas dessa maneira (ver Fil. 2:13).

6. Os próprios galardões são conferidos pela graça, porque nenhum homem tem qualquer poder sobre Deus. Todavia, ele achou por bem recompensar as boas obras e, de fato, nossa própria salvação tem por intuito produzir tais obras, como sua própria conseqüência natural (ver Efé. 2:10 quanto a esse conceito).

Interpretações Errôneas Deste Versículo

1. Alguns supõem que Paulo nem sempre era coerente com os seus próprios ensinamentos. Usualmente ele ensinava a salvação pela graça divina, mas aqui teria escorregado de volta a uma idéia judaica. Isso é extremamente improvável!

2. Outros pensam que a proposição deste versículo, «retribuirá a cada um segundo o seu procedimento», foi apresentada como mera hipótese, em razão do argumento que Paulo armava, a fim de finalmente demonstrar que nada pode derivar-se dessas obras; mas tal idéia é contrária a muitos trechos escriturísticos, que ensinam o mesmo princípio aqui exposto.

3. É um erro supormos aqui, que a fé é considerada como «a grande obra», e que, com base nisso é que o indivíduo será julgado. Isso exprime uma verdade, mas não é o que está em foco no presente versículo.

É verdade, todavia, que Paulo empregava aqui esse argumento principalmente a fim de *combater* as falsas esperanças dos judeus, os quais inutilmente imaginavam que a observância da lei, por parte deles, lhes redimia a alma. Paulo, entretanto, estava prestes a demonstrar que ninguém observa a lei meramente como um princípio legal, sem a ajuda da graça divina. Não obstante, mediante a graça, a lei é levada à perfeição no caso do crente, em todas as suas exigências, mas não apenas judicialmente e, sim, como algo que, finalmente, se realizará plenamente no crente, o qual, por fim, participará da santidade perfeita de Deus. Ora, é exatamente isso que a lei exige, de um ponto de vista não meramente literal, mas espiritual. Tais pessoas poderão ser verdadeiramente julgadas segundo as suas obras, pois serão aprovadas nesse teste.

Os Oito Princípios que Norteiam o Juízo de Deus, por Conseguinte, São Estes

1. De conformidade com a verdade (segundo versículo).

2. De conformidade com a culpa acumulada (versículo quinto),

3. De acordo com as obras.

4. Sem fazer acepção de pessoas (versículo décimo primeiro). E daqui por diante veremos:

5. Segundo a realização de cada um e não apenas conforme seu conhecimento (versículo décimo terceiro).

6. Tem o poder de sondar os segredos do coração (versículo décimo sexto).

7. Segundo a realidade, e não a mera profissão religiosa (versículos décimo sétimo a vigésimo nono). Por conseguinte o julgamento de Deus, conforme os princípios quarto e sétimo, não será efetuado segundo a acepção de pessoas.

«Os ricos, os educados, os viajados, os cultos, os proeminentes, os influentes, os agradáveis, os fortes, todos são procurados. Os pobres, os ignorantes e os fracos, porém, são desprezados e negligenciados. Não é assim com Deus, entretanto. Ele vê os homens através de seus olhos santos, sempre verazes. Ele 'não vê como o homem vê'. — Isso é um pensamento aterrorizante para os grandes da terra mas é um pensamento infinitamente consolador para toda a

alma humilde e temente ao Senhor Deus, aquele que mostra que existe um Ser imparcial, que não faz acepção de pessoas e com quem temos de tratar!» (Newell, *in loc.*).

«Os homens serão julgados de acordo com as suas obras, sem importar se têm recebido ou não qualquer revelação especial sobre a vontade divina, conforme ela foi dada a Israel». (James Denny, *in loc.*).

8. O julgamento de Deus tem efeitos *remediais* e *restauradores*, não meramente punitivos. I Ped. 4:6 declara isto enfaticamente. Devemos nos lembrar também que a crucificação de Jesus era ao mesmo tempo um ato divino de julgamento contra o pecado e um ato salvador. É óbvio que o julgamento do crente (castigo) tem o propósito de disciplinar e melhorar a pessoa, não meramente de dar uma recompensa negativa por atos errados, Heb. 12:8. Grande parte da Igreja Histórica também vê o mesmo princípio operando no julgamento de homens no hades e na eternidade no caso dos homens perdidos. Esta interpretação é mais sana do que a doutrina que diz que o julgamento é somente punitivo. Ver o artigo sobre *Julgamento de Deus dos Homens Perdidos*. Ver sobre *Restauração* e a *Descida de Cristo ao Hades*.

Não há nenhuma contradição entre o *amor* de Deus e sua *ira*. A ira de Deus opera os ideais do amor de Deus, sendo um dedo na mão amorosa de Deus. O julgamento é tão severo e duradouro como deve ser para cumprir a obra restauradora-redentora de Deus. Eu explico estes princípios detalhadamente nos artigos separados.

JULGAMENTO SINTÉTICO A PRIORI

O tipo de julgamento que aqui ventilamos é a grande contribuição de Kant ao pensamento humano. Ver sobre *Julgamento* (*na Filosofia*), em seu quarto ponto. Kant opinava que a mente já vem equipada com categorias, mediante o que todas as coisas podem ser conhecidas e descritas. Essas categorias existem *a priori*. Não dependem de quaisquer experiências, e já existem antes de qualquer experiência provida pela percepção dos sentidos. Tais categorias também são *analíticas*, ou seja, são (alegadamente) verdadeiras em si mesmas, sem a necessidade de qualquer adição feita através dos dados fornecidos por nossos sentidos. Essas categorias seriam impostas ao mundo, pela mente, levando-nos a compreendê-lo das maneiras adredemente determinadas pela mente. Na prática, porém, aparentemente adicionamos algo a qualquer juízo mental, através da experiência empírica. Dessa maneira, os juízos analíticos, *a priori*, que são providos pela mente, tornam-se sintéticos ou empíricos. A mente é um instrumento indispensável, tanto para dar ao mundo a forma que o mesmo tem, como também para examinarmos o mundo. Na mente, temos um estado de coisas analítico, *a priori*; mas na experiência, fazemos esses juízos tornarem-se sintéticos. Em certo sentido, os homens usam as categorias *a priori* em suas experimentações, e assim *acrescentam-nas* à sua experiência.

JULGAMENTOS DAS ESCRITURAS

1. Na pessoa mesma de **Cristo**, que levou nossos pecados. O resultado desse julgamento é a vida para o crente (ver Rom. 5:9; 8:1; II Cor. 5:21).

2. *Autojulgamento*, pelo qual o crente melhora suas relações tanto com Deus como com os homens (I Cor. 11:31).

3. Julgamento no seio *da igreja*, mediante a disciplina de crentes que laboram em erro (I Cor. 5:1-5).

4. Julgamento futuro *de Israel* (Sal. 50:1-7; Eze. 20:33-44). Esse julgamento determinará quais israelitas receberão os privilégios e a glória do reino milenar de Cristo.

5. Julgamento *dos anjos* que caíram (Judas 6).

6. Julgamento *dos crentes* e de suas obras (II Cor. 5:9,10).

7. Julgamento *dos ímpios* (Apo. 20:11-15), também chamado de julgamento do Grande Trono Branco.

8. Julgamento *de Satanás* (Apo. 20:10).

9. Julgamento *das nações*, especialmente condicionado pela maneira como trataram a Israel, durante seu período de grande tribulação, quando o remanescente crente surgirá. Esse é o julgamento que a passagem de Mateus 25:33 está frisando, embora vejamos que as descrições sejam gerais, incluindo princípios de julgamento em geral. Aqueles que — tratam os filhos de Deus, — seus semelhantes, com misericórdia e generosidade, sempre poderão esperar o favor de Deus, sem importar a dispensação em que tiverem vivido. A íntima identificação de Cristo com todo aquele que agrada a Deus, faz com que tanto eles como ele também, sejam os recebedores do tratamento conferido pelos homens ao seu povo. Isso é evidenciado nas palavras de Cristo a Saulo de Tarso: «Saulo, Saulo, por que me persegues?» (Atos 9:4), quando em realidade Saulo perseguia à igreja. A recompensa do tratamento certo conferido a Israel parece ser uma bênção e um privilégio especiais, durante o milênio, para algumas nações e indivíduos. Entretanto, seria impossível negar que a salvação pessoal dos indivíduos também está indicada nestes versículos de Mateus, e parece claro que essa idéia também está incluída. Os vss. 34 e 46 parecem indicar exatamente isso, pelo que não pode estar em foco apenas o julgamento das nações. Não há razão pela qual tanto as bênçãos nacionais como as bênçãos pessoais não possam estar em vista, porquanto que é uma nação senão a congregação de muitos indivíduos, que se chamam por um nome comum? Não obstante, muitos elementos são vistos como diferentes daqueles elementos que pertencem ao julgamento do Grande Trono Branco, onde serão julgados os ímpios.

JÚLIA

Essa é a forma feminina de **Julius**, que deu, em português, Júlio, proveniente do latim. No latim significa «dotado de barba penugenta». Refere-se à penugem que aparece no rosto dos adolescentes do sexo masculino. Com base nisso, a palavra veio a indicar «jovem», visto que os jovens é que apresentam essa penugem no rosto. Esse era o nome de um dos clãs romanos. Vários membros desse clã obtiveram grande fama, como Júlio César, seu filho adotivo, Otávio (que era seu sobrinho), e Júlia, filha de Augusto e esposa, sucessivamente, de Marcelo, Agripa e Tibério. Além disso temos os *mensis julius*, ou seja, o mês de julho, assim chamado em honra a Júlio César.

No Novo Testamento há menção a uma certa «Júlia», em Rom. 16:15. Ela foi incluída nas saudações de Paulo, naquele capítulo. Visto que seu nome aparece junto com o de Filólogo, ela pode ter sido sua esposa ou sua irmã. Os nomes *Júlio* e *Júlia* eram comuns entre os romanos.

JULIANO DE ECLANO

Ele foi bispo de Eclano, na Apúlia, Itália, em cerca de 417 D.C. Acabou expulso da Itália, em 421 D.C. É lembrado em face de sua oposição a Agostinho e sua

defesa de *Pelágio* (vide). Ele objetava particularmente à doutrina do *pecado original* (vide).

JULIANO, O APÓSTATA

Damos uma ampla descrição dele no artigo **Gregos Primitivos, Religião dos**, em seu quinto ponto. Suas datas foram 331—363 D.C. Foi sucessor de Constâncio como imperador romano, e reinou de 361 363 D.C. Ele despediu os cristãos de todos os postos oficiais e aplicou medidas repressivas contra os cristãos, como proibi-los de ensinar os clássicos. O seu propósito era restaurar o paganismo no império romano, e eliminar a influência do cristianismo. Ele representou uma espécie de último estertor das religiões pagãs do passado, que estavam morrendo. Os esforços de Juliano não tiveram qualquer efeito duradouro, e suas repressões limitaram-se ao período de seu curto governo. Quando ele tinha apenas seis anos de idade, seu pai e vários outros membros de sua família foram assassinados por soldados a serviço de seu primo, o imperador Constâncio. Sem dúvida, isso proveu o impulso para seu ódio contra a fé cristã, que Constantino promovera. Interessante é que ele foi criado como cristão, estudou filosofia e letras, residiu durante algum tempo em Atenas. E foi ali que tomou a decisão de abraçar o paganismo, tendo procurado impô-lo novamente ao império romano. Embora seja melhor conhecido por sua rebeldia contra o cristianismo, os historiadores dizem-nos que ele foi um hábil general, um governante justo. Deixou obras literárias, incluindo discursos, cartas e peças satíricas que exibem considerável espirituosidade e inteligência. Naturalmente, entre seus escritos, há aqueles que atacam a fé cristã.

JÚLIO

Quanto ao significado e à origem desse nome pessoal, ver o artigo sobre *Júlia*. É interessante, para os estudiosos da Bíblia, que só existem dois Júlios, mencionados nas páginas do Novo Testamento, e um deles pertencente à família dos Césares.

1. *Júlio, um centurião romano*. Ele e suas tropas estavam estacionados em Cesaréia. Paulo foi entregue aos cuidados dele, quando teve de viajar, prisioneiro, a Roma, onde haveria de ser julgado diante de César. Ver Atos 27:1,3,43.

2. *Júlio, da Família dos Césares*. Ver o artigo separado sobre *César*. Os Césares do Novo Testamento foram: *Augusto* (Luc. 2:1); *Tibério* (Luc. 3:1); *Cláudio* (Atos 11:28) e *Nero* (Atos 25:8). Damos artigos separados sobre cada um deles. Ver o artigo sobre *Júlio César*, no terceiro ponto do artigo sobre *César*.

JÚLIO (PAPAS)

1. Júlio I. Ele nasceu em Roma, mui provavelmente, e ali faleceu, a 12 de abril de 352 D.C. Pontificou de 337 a 352 D.C. Atanásio, bispo de Alexandria, fora deposto pelos arianos (335 D.C.). Atanásio, pois, apelou a Roma, pedindo ajuda. Júlio I convocou os vários disputantes, mas os opositores orientais de Atanásio não quiseram comparecer, embora, originalmente, tivessem concordado com a convocação. Júlio reuniu um concílio de cinqüenta bispos da Itália (em cerca de 340 ou 341 D.C.). O resultado do concílio foi que Atanásio e suas doutrinas foram vindicadas. Um outro resultado foi que o concílio de Sárdica (341 D.C.) asseverou que as decisões locais, em casos de questões controvertidas sérias, poderiam ser revisadas por Roma. Atanásio foi restaurado como bispo de Alexandria, em 346 D.C. Júlio, ao que tudo indica, foi o construtor de dois importantes templos católicos: a Igreja dos Santos Apóstolos, em Roma, e a Igreja de Santa Maria, em Trastevere, também na Itália. Ele foi sepultado no cemitério da via Aurélia, em Roma.

2. Júlio II. Seu nome secular era Giuliano Della Rovere. Nasceu em Albissola, perto de Savona, na Itália, em 1443. Faleceu em Roma, a 20 ou 21 de fevereiro de 1513. Foi papa de 1503 a 1513. Seu tio, Francesco della Rovere, um cardeal franciscano, tornou-se papa antes dele, tendo tomado o nome de Xisto IV. Xisto IV pontificou de 1471 a 1484. Foi esse tio de Júlio II quem o interessou para que estudasse com os franciscanos, em Perúgia, e quem o tornou bispo de Carpentras, em outubro de 1471. Júlio tornou-se padre cardeal de São Pedro, em Vincoli. Não mantinha bom relacionamento com Alexandre VI (papa que governou entre 1492 e 1503); mas, posteriormente, reconciliou-se com ele. Esteve presente ao conclave que elegeu Pio III, em 1503. Porém, Pio III morreu um mês mais tarde e Júlio II foi eleito como seu substituto.

Júlio II pontificou com considerável habilidade; mas também tornou-se conhecido como quem oferecia peitas e fazia barganhas duvidosas. Fez muitas promessas aos cardeais, de que não agiria sem o consentimento deles; mas, ao tornar-se senhor da situação, não observou as restrições com as quais havia concordado. Contudo, foi capaz de restaurar à sé de Roma boa parcela de independência. Acabou envolvendo-se em guerras, primeiramente aliando-se à França, a fim de dominar Veneza; mas, posteriormente, voltou-se contra os franceses. Expulsou os franceses da Itália. Então Luíz XII, o monarca francês, tentou levantar um partido contrário ao papa, através de figuras importantes da época, como o cardeal Bernardino López de Carvajal, Guillaume Briçonnet, Filipe de Luxemburgo e Francesco Boriga. Esses convocaram o papa para que comparecesse a um concílio que haviam arranjado, mas ele reagiu, declarando-os destituídos de autoridade, e convocando ele mesmo um concílio, que lhe foi favorável, o concílio Laterano, em 19 de abril de 1512. Júlio II saiu-se vencedor nessa refrega, e a Espanha e a Inglaterra tomaram partido contra a França. No entanto, por ocasião da morte de Júlio II, os franceses reconquistaram parte do poder anterior de que gozavam.

Realizações. Júlio II tornou-se conhecido como hábil e poderoso político e militar. Também foi patrono das artes e empregou artistas famosos como Miguelângelo e Rafael, a fim de que adornassem o Vaticano. Embora ele mesmo se tivesse envolvido em algumas negociações duvidosas, em seu *De Fratrum nostorum*, ele declarou que qualquer eleição pontifical que fosse efetuada dentro da atmosfera da simonia estaria, automaticamente, anulada. Também afirmou que quaisquer acordos, ou barganhas, a que se apelasse, a fim de obter uma eleição para cargos eclesiásticos, anulariam automaticamente tal escolha.

3. Júlio III. Seu verdadeiro nome era Giovanni Maria Ciocchi del Monte. Nasceu em Roma, a 10 de setembro de 1487 e ali faleceu, a 23 de março de 1555. Governou como papa de 1550 a 1555. Distinguiu-se nos estudos de literatura e direito. Foi feito prelado por Júlio II. Tornou-se arcebispo de Manfredônia (1512); governador de Roma, e, finalmente, cardeal (1536). Serviu como bispo cardeal de Palestrina (1543). Foi legado de Paulo II, e, como tal, serviu como um dos presidentes do concílio de Trento,

convocado em 1545. Interessava-se por reformar a Igreja Católica Romana, no esforço por anular os efeitos da *Reforma Protestante* (vide). Quando foi eleito papa, promoveu essa causa e designou os cardeais Reginaldo Pole, Giovanni Morone e Marcelo, para serem seus principais assessores. Eles fizeram parte de importantes sessões daquele concílio, que examinou as doutrinas da *eucaristia* (vide) e da *penitência* (vide).

Júlio III imiscuiu-se na política. Procurou reconciliar o imperador do Santo Império Romano, Carlos V, com o rei Henrique II, da França. Reconciliou a Inglaterra à Santa Sé, durante o reinado da rainha Maria I. Favoreceu aos jesuítas e aumentou o poder deles. Foi ele quem assinou a bula que resultou na construção do Colégio Germânico, em Roma, em 1552. Encorajou Francisco Xavier em sua evangelização do Japão.

Por seu lado melhor, ele foi um homem habilidoso, culto, religioso e eloqüente. Mas, pelo seu lado pior, apelou para o nepotismo. E também faltava-lhe firmeza e tenacidade. (AM CE PAS)

JUMENTINHO

No hebraico encontramos duas palavras, e no grego, uma, a saber:

1. *Ben*, «filho», mas com esse sentido em Gên. 32:15 e 49:11.

2. *Ayir*, «jumentinho». Palavra hebraica que aparece por quatro vezes: Juí. 10:4; 12:14; Jó. 11:12; Zac. 9:9.

3. *Pōlos*, «jumentinho». Palavra grega que ocorre por doze vezes: Mat. 21:2,5 (citando Zac. 9:9); Mat. 21:7; Mar. 11:2,4,5,7; Luc. 19:30,33,35; João 12:15.

Na Bíblia, pode estar em foco o filhote de um jumento ou de um camelo. Fora da Bíblia, a palavra também é usada para indicar um pônei. Ver o artigo geral sobre o *Asno*. A mais notável passagem bíblica que fala sobre um jumentinho é a de Zacarias 9:9, que prediz a vinda do rei de Israel montado sobre um desses animais. Todos os quatro evangelhos falam sobre o cumprimento dessa predição: Mat. 21:1-11; Mar. 11:1-10; Luc. 19:28-49 e João 12:12-19. Alguns eruditos têm pensado que o ato de Jesus, ao procurar um jumentinho para entrar em Jerusalém, montado nesse animal, foi um ato deliberado, alicerçado sobre a consciência que ele tinha de ser o Messias, quando chegou o momento de cumprir aquela profecia bíblica. O asno foi escolhido por ser um animal pacífico, usado no trabalho de tração, empregado em misteres humildes. O cavalo, por sua vez, era usado como animal de guerra. Seja como for, o asno era o animal comumente empregado no transporte de pessoas ordinárias. Jesus mostrou a sua humildade através dessa escolha. Quanto a comentários completos sobre a narrativa bíblica, ver a exposição no NTI, em Mat. 21:1-11.

JUMENTO SELVAGEM

Três palavras hebraicas estão envolvidas neste verbete, a saber:

1. *Pere*, «jumento selvagem» ou «jumento livre». Esse termo aparece por nove vezes: Jó 6:5; 11:12; 24:5; 39:5; Sal. 104:11; Isa. 32:14; Jer. 2:24; 14:6 e Osé. 8.9.

2. *Arad*, «jumento selvagem ou livre». Esse termo aparece somente por uma vez em todo o Antigo Testamento, em Dan. 5:21.

3. *Arod*, «jumento selvagem ou livre». Outro vocábulo hebraico que só figura por uma vez na Bíblia, em Jó 39:5.

Ao que tudo indica, essa tradução é correta. Dizemos isso porque é muito difícil interpretar nomes de animais, plantas, objetos do reino mineral, etc., sobretudo do Antigo Testamento, porquanto os antigos não classificavam cientificamente essas espécies, mas davam-lhes nomes segundo a aparência geral das mesmas. Jumento selvagem ou onagro (segundo a classificação científica, *Equus hermionus*), essa espécie é classificada como um «meio-asno» pertencente a uma espécie distinta do verdadeiro asno selvagem, do qual se deriva o nosso burro.

Houve tempo em que o onagro era largamente distribuído, embora dividido em várias áreas geográficas, desde as fronteiras da Europa e da Ásia, ao sul, estendendo-se para o Oriente, passando pela Índia e daí até à Mongólia. Jó descreveu com toda a precisão o seu habitat, ao dizer: «Quem despediu livre o jumento selvagem, e quem soltou as prisões ao asno veloz, ao qual dei o ermo por casa, e a terra salgada por moradas?» (Jó 39:5,6).

Pelos meados do século XIX, os jumentos selvagens já haviam sido extintos na Palestina, embora até hoje sobrevivam, em números mais ou menos regulares, no Iraque. Também há sobreviventes na Índia e na Ásia central. Embora o onagro, por muito tempo tenha sido considerado um animal que não pode ser domesticado, há evidências indiscutíveis sobre o fato de que esse animal era usado pelos sumérios para puxar carroças, o que é amplamente demonstrado no cemitério real de Ur (de cerca de 2500 A.C.). A identificação desse animal, entre eles, tem sido confirmada pelo estudo e comparação de ossos e carcaças, encontrados em Tell Asmar, embora não seja possível determinarmos se eles chegaram a ser plenamente domesticados ou se simplesmente foram capturados quando jovens, mais ou menos como acontecia aos elefantes.

O onagro tinha de ser arreado de uma maneira bem diferente dos cavalos. E isso sugere que o uso dos jumentos selvagens, como animais de tração, se baseava no uso de bois como animais de tração, e não que os que se utilizavam dos onagros estivessem acostumados com o uso de cavalos. No entanto, fora da Palestina, outros países próximos já usavam o cavalo. O fato é que assim que o cavalo era introduzido em alguma região, o jumento selvagem era deixado de lado, devido à eficiência muito maior do cavalo. O onagro era um animal quase branco, com os flancos amarelados e uma estreita faixa negra dorsal. A cauda terminava em tufo. Ver também sobre o *Asno*.

JUNCO

No hebraico temos duas palavras: **Agmom** usada por cinco vezes (por exemplo: Isa. 58:5); e *gome*, usada por quatro vezes (por exemplo: Êxo. 2:3; Isa. 18:2). Esta última palavra corresponde ao «papiro». O junco era uma planta alta, com colmo fino, que cresce nos alagadiços e que o vento facilmente dobra. Além do papel, a planta também era usada para o fabrico de pequenas embarcações e cestos (Êxo. 2:3). O colmo usualmente tem três metros de altura, e de cinco a oito centímetros de diâmetro na base. Uma área recoberta de papiro, que com suas belas plumas, chega a tornar-se bela. Dessa planta é que se deriva o nome do nosso *papel*.

Uso Figurado: Inclinar a cabeça como um junco é demonstrar o sentimento de tristeza, real ou

imaginário. Em Isaías 58:5 está em foco apenas a demonstração externa de tristeza, sem a correspondente tristeza interior.

JUNG, CARL GUSTAV

Ele nasceu a 26 de julho de 1875 e faleceu a 6 de junho de 1961. Nasceu em Kesswil, Thurgau, na Suíça, e morreu em Kussnacht, no mesmo país. Era filho de um clérigo evangélico e filólogo. Foi educado em Batel e formou-se em medicina. Ainda no começo de sua carreira, ficou sob a influência de *Freud* (vide), tendo-se tornado um de seus mais brilhantes colaboradores. Em 1912, separado de Freud, Jung publicou o livro, com título em alemão *Wanlungen und Symbole der Libido*. Isso mostrou que, mesmo nesse tempo, ele já havia desenvolvido sua própria maneira de pensar. Então, fundou sua própria escola de psicanálise, em parte devido a experiências quase místicas que teve, que o levaram a rejeitar algumas das idéias de Freud, tentando novos caminhos de investigação. Era homem dotado de profundos dons intelectuais, o que combinava com uma forte fé religiosa.

Jung foi o primeiro homem a desenvolver o conceito de um *complexo psíquico*, uma constelação de idéias ou tendências, completa com um conjunto de arquétipos que, segundo ele, seriam herdados através da raça, desde os tempos mais remotos, que influenciam toda a nossa maneira de pensar e de agir. Ele pensava que esses arquétipos, ou conceitos principais, podem ser descobertos ou desenterrados da mente inconsciente, através de sonhos, mitos e símbolos religiosos. Foi ele, igualmente, quem cunhou as palavras *introversão* e *extroversão*, a fim de descrever tipos básicos de personalidade. E, juntamente com essas palavras, podemos enumerar uma série de outros vocábulos que vieram a fazer parte do vocabulário padrão da psicologia. Ele acreditava que a distinção mais básica, nas personalidades, consiste ou na orientação para com a realidade objetiva ou na orientação para com os determinantes subjetivos. Ele desenvolveu o teste de associação discreta, uma abordagem ao estudo da personalidade que a examina pelo lado introspectivo, mediante as reações verbais do indivíduo.

Seu verdadeiro desacordo com Freud ocorreu em 1913. Ele seguia teorias que davam muito menor peso ao sexo do que Freud estava fazendo, e mesclava isso com discernimentos comuns às religiões orientais. Parte disso devia-se às suas próprias experiências espirituais e místicas. Ele possuía dons psíquicos e obtinha discernimentos com base na intuição e em suas experiências pessoais. Chamava o seu sistema de *Psicologia Analítica*. Publicou muitos livros, que são uma espécie de relato das aventuras que ele realizava no campo da psicologia. A começar em 1932, tornou-se professor de psiquiatria da Universidade Federal Politécnica de Zurique, na Suíça. A partir da década de 1950, a Fundação Bolingen começou a publicar suas obras, traduzidas para o inglês, em dezoito volumes.

Seu método terapêutico é designado pelo nome de **prospectivo**. Procura guiar o paciente até à autorealização, mediante a perseguição a alvos cheios de propósito. As obras de Jung têm tido imensa importância no estudo da literatura, dos mitos e das religiões, e não meramente da psiquiatria. Entre os fundadores do movimento psicanalítico, ele foi a figura mais religiosamente sensível de todas. Mostrou ser realmente universal em sua abordagem mental e em seu método, construtivo em seus ideais e simpático para com o poder das verdades e idéias religiosas, dentro da psicanálise. Ele não temia falar sobre a alma e sobre Deus, mas também fazia da alma e de Deus partes importantes de seus esforços por compreender o homem. Seus rivais fustigavam-no, chamando-o mais de filósofo do que psiquiatra. Porém, aí residia precisamente um dos segredos de seu sucesso. Jung tem sido uma fonte de inspiração para a guilda dos psicólogos pastorais britânicos, os quais estão interessados, acima de tudo, na promoção e compreensão da psicoterapia entre os ministros religiosos.

Obras principais: *Dementia Praecox; Psychology of the Unconscious; Studies in Word Association; Psychological Types; Modern Man in Search of a Soul; Psychology of Religion; The Integration of the Personality; Archetypes and the Collective Unconscious; Aion; Contributions to the Symbolism of the Self; The Spirit of Man in Art and Literature; The Practice of Psychotherapy; The Development of the Personality; Memories, Dreams, Reflections*; e, em dezoito volumes, a coletânea de suas obras, sob o título *The Symbolic Life, Miscellaneous Writings*.

Idéias:

1. Os tipos básicos de personalidade, os *introvertidos* e os *extrovertidos*. Porém, mais importantes ainda seriam os *arquétipos* da mente humana inconsciente, que são as forças poderosas que fazem de um homem o que ele é. Ver o artigo sobre *Arquétipo*.

2. *A análise da natureza humana* pode ser obtida mediante o exame dos padrões *arquétipos*, também chamados de *mandalas*. Os arquétipos (modos básicos de pensar, ocultos na mente inconsciente) projetam-se à mente consciente, através de representações simbólicas nos sonhos, nas fantasias, nos mitos e nos símbolos religiosos. Alguns arquétipos específicos são mencionados nos pontos abaixo.

3. *O Ego*. Esse é o nível consciente do homem, o homem conforme o conhecemos. A *persona* é a maneira como um indivíduo apresenta-se ao mundo, o que pode ser uma distorção daquilo que ele realmente é.

4. *A Ânima*. O ego masculino tem uma contraparte feminina, chamada *ânima*. E o ego feminino tem uma contraparte masculina, chamada *ânimo*. Ambas as coisas são arquétipos. O *amor* consiste em uma dupla projeção da mente inconsciente; e aqueles que amam algum membro do sexo oposto, possuem assim o *ânimo/ânima* do outro, o que explica por que essa emoção pode ser tão forte. Por essa razão é que o amor seria ao mesmo tempo cego e idealista. Chega aos arquétipos básicos do ser e expressa-os de maneira toda especial.

5. *A Sombra*. Essa é outra projeção do arquétipo. Trata-se de um princípio negativo no homem, correspondendo àquilo que é negro, misterioso e destrutivo. É algo semelhante ao desejo de morrer, postulado por Freud, embora mais amplo ainda, pois envolve outras negatividades. Explica aqueles desejos estranhos, por meio dos quais as pessoas atraem o infortúnio contra si mesmas. É aquilo que é mau, negativo e destrutivo, dentro da personalidade humana.

6. *O Eu*. Essa é a projeção do «eu» ideal, e também é um arquétipo. Origina-se em nossa natureza mais desenvolvida. Inclui outros arquétipos que já foram bem integrados na personalidade emergente. A conversão religiosa pode ser, pelo menos em parte, responsável pela integração dessas forças. E esse é o motivo pelo qual, algumas vezes, algumas pessoas desabrocham em diferentes tipos de personalidade,

através desse processo. A conversão religiosa mostra que as forças interiores da personalidade podem ser integradas, a fim de formar-se uma pessoa superior.

7. *Arquétipos Simbólicos*. Essas são realidades mentais que são representadas por animais, coisas ou pessoas:

a. *O profeta*. Essa é a porção sábia de um homem, aquela parte que participa da eterna sabedoria dos séculos. Uma figura religiosa, um profeta, um antigo sábio pode aparecer-nos em um sonho, dizendo-nos o que devemos pôr no coração, visto que essa figura simbólica nunca mente. Tal figura sempre nos transmite alguma mensagem importante. O profeta aparece-nos em sonhos, visões, fantasias, imagens mitológicas, símbolos religiosos, mas também pode assumir uma existência muito pessoal e quase independente. Essa função pode estar vinculada à idéia do anjo da guarda, do cristianismo e de outras religiões.

b. *A serpente* (sabedoria, se positiva: ou atos enganadores, se negativa; e também as funções sexuais). *O sol* (surgindo ou desaparecendo no horizonte; vida e morte, e também iluminação). *A estrela* (a verdade divina e a iluminação).

c. *A grande mãe*. Também chamada de *Mãe Terra*. Essa é o equivalente feminino do Profeta, representando integralidade na mulher, um desenvolvimento em potencial até à grandeza. Não deve ser confundida com o arquétipo da *mãe* (vide, abaixo). Com base nesse arquétipo pode proceder a atenção que algumas religiões têm dado às deusas, ou, então, à Virgem Maria, na Igreja Católica Romana. O desejo que os homens têm de idealizar e deificar uma figura feminina, provavelmente vem de um arquétipo profundamente arraigado, a Grande Mãe, que faz parte de todos nós.

d. *A mãe*. Ela também pode ser a *Mãe Terrível*. Essa é a porção maternal e protetora da mulher, que tem tanto poder em nosso mundo, que faz os jovens adolescentes quase enlouquecerem, buscando a reprodução e a maternidade. Esse poder pode ser tão grande que chega a obscurecer o «eu», na mulher, o que já é um ideal bem mais amplo. A Mãe Terrível é aquele lado possessivo, devorador e destrutivo da maternidade. Essa é a mãe que mantém os filhos presos a ela a qualquer custo, procurando abafar a individualidade deles e praticando toda espécie de coisa destrutiva, em nome do amor maternal. Essa parte da maternidade pode ser representada nos sonhos como um *porco* (a forma final do egoísmo e da auto-indulgência), como um *lobo* (que devora os seus próprios filhotes). Outrossim, a Mãe Terrível é aquela que dá à luz a todas as abominações da terra, porquanto as mães, neste mundo, são originárias de tudo quanto existe de bom e de ruim nesta vida terrena.

e. *A princesa/sedutora*. Essa bela mulher, real e poderosa, pode fazer com os homens quase qualquer coisa que ela queira. Apesar de arquitetar casamentos felizes, também pode desbaratar famílias e desmanchar casamentos. Em sua forma mais dramática, ela é o *súcubo*, um demônio feminino que tem poderes ilimitados sobre os homens.

f. *A feiticeira*. Essa é a intuição não desenvolvida que corta uma mulher da esfera espiritual inteira, mostrando-se destrutiva e indigna de confiança. A feiticeira, pois, pode apontar para os aspectos primitivos da mulher, para os poderes primitivos e, algumas vezes, malignos, que uma mulher pode possuir.

g. *O pai/ogre*. Esse arquétipo do homem corresponde à mãe terrível da mulher. Essa figura é a personificação da autoridade, da *lei*, da boa ordem, das convenções sociais, do impulso protetor masculino, do pai opressivo que procura estampar sua própria individualidade sobre os filhos, dominando todos os auto-interesses que eles possam ter. Esse arquétipo pode ser representado falsa e ignorantemente pelo amor.

h. *O jovem/safado* e *caçador*. No homem, esse arquétipo equivale ao da *Princesa/Sedutora* da mulher. Pode ser negativo, como um jovem ainda sem maturidade. Pode disfarçar-se de Herói ou de Sábio. Pode ser um safado que vaga de uma coisa para outra, sem nada criar nem desenvolver. Quando ele se faz de *caçador*, então torna-se um sedutor, um amante de aventuras e de conquistas sexuais.

i. *O mágico cheio de truques*. Suas mágicas são mágicas negras. Equivale à *Feiticeira*, na mulher. Ele é o lado negro dos poderes intuitivos do homem. Pode mostrar-se ajudante; mas, na maioria das vezes é destrutivo, astucioso e imprevisível.

j. *O vilão*. Esse é o arquétipo masculino do egoísmo, que pode chegar a atingir proporções de megalomania. Busca aquilo que deseja sem ser refreado por qualquer escrúpulo, sem deixar-se impedir por quaisquer limitações impostas pela sociedade. A parte agressiva de um homem pode adaptar quase qualquer coisa para que se torne uma arma, mediante a qual queira obter suas finalidades egoístas.

8. *As Mandalas*. Essa palavra pode referir-se aos padrões arquétipos e suas porções constitutivas. Tipicamente, têm quatro partes. Jung pensava em termos de quaternidade, e não de trindade. A *mandala* simboliza a totalidade. Por exemplo, consideremos os quatro aspectos do «eu» de uma mulher: a. a amazona/caçadora; b. a sacerdotisa/feiticeira; c. a princesa/sedutora; e d. a mãe/mãe terrível. Esses aspectos formam o «eu» inteiro, que produz a *Grande Mãe* (vide, acima).

9. *A Vida Semi-autônoma dos Arquétipos*. Jung acreditava que a atuação dos arquétipos é tão poderosa dentro de nós que chega a assumir uma vida semi-autônoma em nosso homem interior. Isso posto, um indivíduo seria uma espécie de comunidade de pessoas, e não uma única pessoa. Ele procurava integrar todos esses aspectos do homem em suas atividades, em sua religião, em seus sonhos, em suas experiências místicas, em suas artes e em sua ciência.

10. *A Cura da Alma*. Dentro dessa comunidade de pessoas que é cada indivíduo, surgem muitos conflitos, derrotas e vitórias, matanças e curas. O objetivo da psicoterapia-filosofia de Jung era a cura das almas. Sabemos que a alma humana está enferma em face de sua rebeldia e pecado contra Deus. A verdadeira cura da alma, pois, é aquela promovida pelo evangelho: a volta da alma, de todo coração, de todas as forças, de todo o entendimento para Deus, na pessoa de Jesus Cristo. O Espírito Santo, então, faz o que Lhe é mister, transformando-nos, gradual e progressivamente, à imagem do Homem perfeito, Jesus Cristo, o Logos, o Filho de Deus, o grande arquétipo de toda personalidade humana. Ver II Cor. 3:18. (ÁM CHE DRE E EP IRA P)

JÚNIAS

Não há certeza se essa é a forma masculina ou feminina de *Juninus*, o nome de um clã latino. Sabe-se, porém, que a palavra está relacionada a *Juno* (*onis*), a deusa, filha de Saturno, que era irmã e esposa de Júpiter. O nome do mês de *junho* deriva-se

desse nome. No Novo Testamento, Júnias era um cristão (em Roma, ou, talvez, na Ásia Menor), a quem Paulo enviou saudações. Ver Rom. 16:7. Não há certeza se *Júnias* era homem ou era mulher. Se foi um homem, então talvez fosse irmão de Andrônico, mencionado juntamente com ele. Se era mulher, então os dois podem ter sido irmã e irmão, ou, então esposa e esposo. Seja como for, ambos são identificados como parentes de Paulo (o que talvez deva ser interpretado como compatriotas judeus), que tinham sido aprisionados juntamente com Paulo. Eram cristãos de considerável reputação, que se haviam convertido a Cristo antes do apóstolo dos gentios. Ver o artigo separado sobre *Andrônico*.

JUNÍPERO (ARBUSTO SOLITÁRIO)

A palavra «junípero» não aparece em nossa versão portuguesa, em Jer. 17:6 e 48:6, onde ocorre a palavra hebraica *arar* ou *aroer* (esta última forma, em Jer. 48:6). Nossa versão portuguesa prefere traduzir por «arbusto solitário». A Edição Revista e Corrigida, em co-edição com a Sociedade Bíblica do Brasil, diz ali «tamargueira». O sentido literal da palavra hebraica é «objeto nu» ou «objeto destituído». Junípero talvez seja a tradução mais provável, porquanto parece que se trata do junípero anão que está em foco, e que cientificamente se chama *Juniperus sabina* ou *juniperus phoenicia*, que medra bem no deserto, embora não seja comum na Palestina. Esse arbusto tem folhas pequenas, parecidas com escamas, e cresce no lado ocidental das montanhas de Edom. A espécie *Erica verticillata* é uma outra identificação possível. Essa é uma espécie de junípero que se acha no Líbano.

JUNTAS

1. A junção de ossos em qualquer corpo animal, como um corpo humano (Dan. 5:6). 2. As partes de uma armadura, que se justapõem (II Crô. 18:33). 3. Figuradamente temos a expressão «todo o corpo, suprido e bem vinculado por suas juntas e ligamentos, cresce o crescimento que procede de Deus» (Col. 2:19; ver também Efé. 4:16). Em foco estão os ofícios do Espírito e as graças da fé e do amor, das quais compartilham todos os crentes. Esses fatores são necessários para o desenvolvimento e o bom funcionamento do corpo místico de Cristo.

Em Hebreus 2:14, a expressão «juntas e medulas» aponta para as disposições secretas dos homens. A Palavra de Deus, na qualidade de *espada* de Deus, penetra nessas disposições secretas e as revela. Essa mesma passagem alude à divisão entre alma e espírito, através da mesma função da Palavra de Deus. Isso se tornou um dos fatores dentro da controvérsia *Dicotomia-Tricotomia* (vide).

JUNTURAS

No hebraico, **dabeq**, «junta», «ligação», palavra usada somente por três vezes: I Crô. 22:3; Deu. 4:4 e Pro. 18:24. Com o sentido literal de algo que ligava as portas aos batentes, no caso do templo de Jerusalém, temos a primeira dessas referências. Nas outras há um sentido metafórico da palavra, que aparece, em nossa versão portuguesa, nas frases «vós que permanecestes fiéis» e «há amigo mais chegado do que um irmão». Não se sabe qual a natureza exata da juntura, em seu sentido literal.

JÚPITER

1. O Nome e os Mitos:

O latim por detrás desse nome significa «pai do céu». Portanto, equivale ao Pai celeste do cristianismo. Júpiter, para os romanos, equivalia a *Zeus*, para os gregos. De acordo com os mitos greco-romanos, Zeus/Júpiter era o governante supremo dos céus. Dentro da religião pagã romana, Júpiter era originalmente representado como um espírito celeste, o controlador dos dias (*jovis*). Dali foi que ele teria subido para a posição superior de chefe de todas as divindades. O raio, tal como também se dava com o Zeus dos gregos, era sua arma mais letal, diante da qual nenhum ser, celeste ou terrestre, era capaz de resistir. Ele era o protetor do povo, mormente em tempos de guerra; além disso, era o deus da justiça e dos juramentos. Em seu desenvolvimento completo, ele recebeu o título de *Jupiter Optimus Maximus*, e, como tal, equivalia ao Zeus dos gregos. Era ele o originador de todas as modificações do firmamento, e também era o guardião das propriedades de todos os cidadãos romanos. Animais de cor branca lhe eram oferecidos em holocausto, e seus sacerdotes usavam gorros brancos. Sua carruagem seria puxada por quatro cavalos brancos celestiais. Sua árvore era o carvalho e seu pássaro era a águia. Seu templo mais célebre ficava na colina Capitolina, em Roma.

2. No Novo Testamento:

As populações da época do Novo Testamento sem dúvida acreditavam em *epifanias* ou aparições. O trecho de Atos 14:12 registra que Paulo e Barnabé foram erroneamente identificados como Hermes e Júpiter, pelos habitantes de Listra. Paulo foi chamado de Hermes, por ser o orador principal. Pois, para os gregos e os romanos, Hermes era o mensageiro dos deuses. Havia um culto local a Júpiter (vs. 13), entre o povo de Listra, que falava a língua licaônica. É claro que aquela gente ansiava por ver alguma manifestação de sua principal divindade entre eles. O prodígio efetuado e as palavras ditas pelos missionários cristãos proveram a oportunidade para aquelas pessoas «verem» tal manifestação. A mente religiosa está sempre disposta a inventar e exagerar coisas, a fim de obter alguma forma de confirmação para sua fé e teologia. Paulo e Barnabé, pois, tiveram de protestar contra a adoração às suas pessoas, para evitarem os sacrifícios que já começavam a ser oferecidos, como se eles fossem mesmo Júpiter e Hermes. No entanto, judeus rebeldes, não muito tempo depois, conseguiram modificar totalmente o ânimo dos habitantes da cidade, que se transformaram de excitados adoradores em quase linchadores. Paulo foi apedrejado e deixado como morto. No dia seguinte, ele e Barnabé partiram para Derbe.

JURAMENTO DE HIPÓCRATES

Ver **Hipócrates, Juramento de.**

JURAMENTOS

Esboço:

I. Definição e Sentidos; Palavras Envolvidas
II. Os Juramentos de Deus
III. O Ensino de Jesus sobre os Juramentos
IV. Gestos e Atos Acompanhantes
V. Juramentos e Provas
VI. O Perjúrio
VII. Juramentos Tolos e Pecaminosos
VIII. Juramentos Judiciais, Antigos e Modernos

I. Definição e Sentidos; Palavras Envolvidas

Um **juramento** é uma solene **confirmação**, em apoio

a alguma declaração, ou então, uma *promessa*, reforçada por um apelo a Deus, a alguma coisa sagrada, a alguma elevada autoridade, a alguma testemunha, que garanta a sinceridade e a intenção de quem jurou de que cumprirá a sua declaração. Nos tribunais, tal confirmação da veracidade de uma declaração torna a pessoa passível de punição por perjúrio, se ficar provado que uma declaração importante sua é falsa.

Um juramento também pode ser uma imprecação que, presumivelmente, tenha o poder de prejudicar àquele contra quem a imprecação é proferida. Utiliza-se um juramento para afirmar a veracidade de uma declaração qualquer, quando não há evidências presentes com esse propósito. A credibilidade de uma assertiva é fomentada por um juramento (ver Êxo. 22:10,11; Núm. 5:16 *ss*). Jesus fez um juramento quando o Sinédrio duvidou de suas reivindicações messiânicas (Mat. 26:63). Outrossim, um juramento submete aquele que jura ao escrutínio de Deus. Presume-se que ninguém juraria e mentiria, ao mesmo tempo. A Bíblia ensina-nos que Deus sempre tem consciência de nossos atos e de nossas palavras; e um juramento torna-nos responsáveis diante de Deus ainda com mais força.

Os juramentos fazem-nos lembrar do fato de que os atos e as palavras que dizemos são questões sérias, mormente quando estão em jogo questões importantes. Em certas oportunidades, houve regozijo no caso dos juramentos, porquanto é satisfatório conclamar Deus como testemunha, nessas ocasiões (ver II Crô. 15:14,15). O próprio Deus deu-nos exemplo disso. Embora suas palavras nunca requeiram confirmação, os autores do Antigo Testamento encastoaram-nas em juramentos divinos, conforme se vê, por exemplo, em Gên. 22:16-18; Sal. 110:4 e Heb. 6:13. As promessas de Deus são irrevogáveis (Núm. 23:19). Era questão muito séria um hebreu proferir o nome divino, usando-o em um juramento, para dar maior solenidade a uma declaração.

Palavras Envolvidas:

No *hebraico* são usadas duas palavras referentes aos juramentos, a saber:

1. *Alah*, «imprecação». Essa palavra é baseada sobre o nome divino *El*. Essa palavra é usada por trinta e cinco vezes com o sentido de «juramento», «maldição», «imprecação», etc. Por exemplo: Gên. 24:41; 26:28; Lev. 5:1; Núm. 5:23; Deu. 29:12,14; I Reis 8:31; Isa. 24:6; Eze. 16:59; Zac. 5:3. Essa palavra também indica um *acordo* feito sob juramento (Gên. 26:28; II Sam. 21:7), ou um apelo a Deus, para que seja testemunha de algo (Nee. 10:29; Êxo. 22:11).

2. *Shebuah*, «juramento». Essa palavra hebraica está baseada na palavra que significa *sete*, o número sagrado. Algumas vezes, os juramentos eram feitos com o acompanhamento de um ato em sete fases ou repetido por sete vezes, como se fosse uma enfática afirmação. Abimeleque deu a Abraão sete ovelhas, como juramento (Gên. 21:29,30).

No grego, temos o substantivo *órkos*, «promessa», «juramento». Em Heb. 6:17, vemos que os juramentos eram usados como garantia de uma declaração qualquer. Jesus objetou à feitura frívola de juramentos, uma prática que se tornara muito comum entre os judeus (ver Mat. 5:33 *ss*), uma proibição reiterada em Tia. 5:12. Outras referências no Novo Testamento são: Mat. 14:7,9; 26:72; Mar. 6:26; Luc. 1:73; Atos 2:30; Heb. 6:16,17. Também temos a considerar o verbo grego *omoióo*, «jurar», que ocorre por quinze vezes no Novo Testamento: Mat. 6:8; 7:24,26; 11:16; 13:24; 18:24; 22:2; 25:1; Mar. 4:30; Luc. 7:31; 13:18,20; Atos 14:11; Rom. 9:29 (citando Isa. 1:9); Heb. 2:17.

II. Os juramentos de Deus

Esse é um ponto comumente destacado em ambos os Testamentos. Deus é retratado na Bíblia como quem jurou, a fim de garantir a veracidade de suas declarações (Núm. 23:19), a fim de que todos confiassem em suas promessas (Isa. 45:20—24). Deus jura por si mesmo, visto não ter ninguém maior que ele, por quem jurar (Heb. 6:13). Deus jura pela sua santidade (Sal. 89:13), por seu grandioso nome (Jer. 44:26), por sua vida (Eze. 33:11). Deus jura a fim de reforçar as suas ameaças de castigo contra os desobedientes (Sal. 110:4-6). E Deus também jurou, garantindo a sua promessa de salvação, por meio de Cristo (Heb. 7:20-28).

Pontos de Vista sobre os Juramentos de Deus. Realmente, estranhamos que Deus precise fazer juramentos, para ser crido pelos homens. Por essa razão, muitos intérpretes pensam que isso é uma demonstração do ponto de vista antropomórfico de Deus, e não algo que devamos aceitar em termos literais. Mas outros estudiosos, não tendo medo dos antropomorfismos, insistem em que Deus, literalmente, jurou. Parece que podemos aceitar a questão como *símbolo* de profundas verdades, isto é, símbolos usados pelos autores sagrados para falarem sobre verdades fixas. Se a questão é simbólica, então não há razão para supormos que Deus jurou, literalmente, diante de suas criaturas. Esses símbolos, porém, refletem grandes verdades relacionadas ao trato de Deus com os homens.

III. O Ensino de Jesus Sobre os Juramentos

É deveras significativo que a questão dos juramentos foi abordada por Jesus, em seu doutrinamento sobre como devemos compreender a lei por um ângulo mais espiritual. Na qualidade de segundo Moisés, ele reinterpretou algumas importantes questões. No seu Sermão da Montanha, Jesus abordou os juramentos, juntamente com outras questões importantes. O texto básico para isso é Mat. 5:33-37.

1. *A Palavra do Primeiro Moisés*

Mat. 5:33: *Outrossim, ouvistes que foi dito aos antigos: Não jurarás falso, mas cumprirás para com o Senhor os teus juramentos.*

Jesus prossegue com as ilustrações sobre a espiritualidade da lei, em contraste com a interpretação estrita das autoridades judaicas. Ele já ilustrara a mesma questão com três outras coisas: 1. o sexto mandamento: Não matarás; 2. o sétimo mandamento: Não adulterarás; 3. a lei do divórcio. Agora usaria a quarta ilustração (vss. 33:37): os juramentos.

Não jurarás falso (Lev. 19:12 e Êxo. 20:7) «...não tardarás em cumprí-lo...» (Deu. 23:22; ver Núm. 30:1-16). O costume de jurar era mais antigo que a lei. Foi adotado pela lei civil como algo necessário (Êxo. 22:11). O que Jesus condena não é a simples idéia da lei, e, sim, como nos casos do sexto e do sétimo mandamentos, os abusos ao princípio. Os judeus classificavam os juramentos, e alguns eram reputados mais importantes, de acordo com o *objeto* sobre o qual o juramento era feito. Juravam pelo céu, pela terra, por cidades como Jerusalém, por partes do corpo humano, como a cabeça, pela sinagoga, pelo templo, e muitas vezes pelo nome de Deus (ou por respeito ao nome de Deus), modificando o som, às vezes fazendo o nome de Deus significar outra coisa, pelo modo de sua pronúncia. Às vezes usavam os nomes dos deuses dos gentios em seus juramentos. Até hoje, em questão de profanação e juramentos,

não há povo como os orientais. As formas de juramento e profanação são infinitas. Os judeus consideravam que só o juramento feito em nome de Deus era importante e exigia cumprimento. Maimônides disse: «*Se quis jurat per coelum, per terra, per solem, non est juramentum*». (Se alguém jura pelo céu, pela terra, pelo sol, não é juramento). Filo também mostra a atitude dos judeus quando afirma que os juramentos pela terra, pelo céu, e outros tantos juramentos, não eram obrigatórios. O desenvolvimento do costume de juramentos debilitou a moral da honestidade e da sinceridade entre o povo. A multiplicação de juramentos criou um espírito superficial, inclinado à mentira. Foi principalmente isso que Jesus censurou.

2. *A Palavra de Jesus, o Segundo Moisés.*

Mat. 5:34: *Eu, porém, vos digo que de maneira nenhuma jureis; nem pelo céu, porque é o trono de Deus;*

De modo algum jureis. Provavelmente Tia. 5:12 foi diretamente copiado desse texto. Quatro são as interpretações dessa expressão: 1. Não jurar, se o juramento não estiver de acordo com a reverência devida a Deus. 2. Não jurar ignorantemente, como os judeus. 3. Não jurar de maneira superficial, como os judeus, ficando excluídos, entretanto, os juramentos civis, neste ensino. 4. Trata-se de uma proibição *absoluta* para qualquer tipo de juramento, sob qualquer circunstância.

3. *O Ideal*

Como ideal mais elevado, provavelmente seria melhor não jurar, especialmente na comunidade cristã. O homem honesto, aprovado por Deus e que vive no espírito da lei, jamais teria necessidade de jurar, bastando o simples *sim* ou *não*. Jesus interpreta o espírito da lei, o ideal da humanidade. Lembrando-nos disso, podemos afirmar que a simples interpretação das palavras de Jesus, seria exatamente esta, «De modo algum jureis, nem pelo céu...» etc. Contudo, infelizmente a sociedade *não regenerada* não pode atingir tal ideal perfeito, porque há grande número de indivíduos indignos de confiança, e não seriam suficientes as simples palavras «sim» ou «não» para inspirar e garantir confiança nos tribunais de justiça. Assim, pôsto que a sociedade humana é imperfeita, tornam-se necessários os juramentos. Jesus não insistiria, por exemplo, para que o indivíduo que se irasse contra outrem fosse morto (vs. 22) e nem que o homem que cobiçasse outra mulher que não a sua arrancasse (literalmente) o seu olho direito. Assim sendo, Jesus também não proibiria juramentos exigidos pela lei, que fazem parte do costume legal em muitos lugares. Cristo proíbe o espírito *imprudente e orgulhoso* com que faziam grandiosas mas falsas declarações em nome de Deus, em nome do lugar onde Deus habita (os céus), ou em nome de algum lugar associado ao seu nome, como o templo de Jerusalém. Deus não é obrigado a apoiar esses juramentos inprudentes, e o homem santo não pode esperar que Deus o faça. O emprego do nome de Deus, nessas condições, não passa de uma forma de profanação. Como ideal perfeito, a proibição absoluta contra qualquer forma de juramento deve ser a interpretação correta; mas esse ideal não impediria o fato de ser esse o costume dos tribunais, que trata com homens imperfeitos e desonestos. Provavelmente Cristo expunha o ideal para o indivíduo, não incluindo os costumes próprios dos tribunais, isto é, não estava legislando.

Alguns comentaristas mostram que o *próprio Jesus* respondeu sob juramento (ver Mat. 26:63,64). E os apóstolos usaram juramentos nas Escrituras (Gál. 1:20; II Cor. 1:23; Rom. 1:9; Fil. 1:8; I Cor. 15:31). O Anjo do Senhor também jurou (Apo. 10:6). Essas referências mostram que a lei dos juramentos não é norma absoluta para todas as circunstâncias.

4. *Juramentos Específicos*

Nem pelo céu. Não podemos jurar pelo céu, porque está associado ao nome e à pessoa de Deus. O juramento pelo céu, portanto, é uma maneira de jurar pelo nome de Deus. Tal juramento foi e ainda pode ser uma forma de profanação. Deus não está obrigado a cumprir os desejos só porque usam o seu nome, especialmente quando profanam o seu nome.

Mat. 5:35: *nem pela terra, porque é o escabelo de seus pés; nem por Jerusalém, porque é a cidade do grande Rei;*

Nem pela terra. Porque a terra também está diretamente ligada a Deus, por ser o «estrado de seus pés» (ver Isa. 66:1). A cidade de Jerusalém é a cidade do grande Rei, isto é, Deus. (Ver Sal. 48:2). Jurar por Jerusalém, pois, é uma maneira indireta de jurar pelo nome de Deus. Jesus diria que o cumprimento de todos esses juramentos seria obrigatório porque estão vinculados ao nome de Deus; mas também diria que, especificamente, o homem não tem o direito de usar o nome de Deus para garantir a validade de qualquer juramento. Outrossim, o homem honesto não tem necessidade de confirmar o juramento com qualquer outro nome além do seu.

Mat. 5:36: *nem jures pela tua cabeça, porque não podes tornar um só cabelo branco ou preto.*

Nem jures pela tua cabeça. Esse juramento provavelmente não era reputado como vinculado a Deus; por isso era usado como meio de jurar sem cometer profanação. Mas mesmo assim alguns opinam que tal juramento inclui profanação do nome de Deus, por ser o homem uma criatura feita por Deus à sua própria imagem. Essa é uma verdade, mas o restante do versículo mostra que não foi por essa razão que Jesus destacou esse juramento como exemplo. Cristo ilustra que o juramento feito pela própria cabeça constitui uma forma de *profanação*, apesar de não usar o nome de Deus, pois em realidade ninguém exerce controle sobre a própria vida e não pode mudar, pela sua vontade, nem mesmo a cor de seus cabelos. Se o homem não pode nem ao menos mudar a cor de seus cabelos, como seria possível a ele confirmar ou garantir qualquer juramento feito por sua cabeça? Portanto, isso é uma tolice. Não podemos tratar de coisas sérias, como os juramentos, de maneira superficial (e a despeito do fato de que alguém pode pensar não se tratar de questão séria). Além disso, a simples palavra do homem honesto deve ser suficiente. A cor de seus cabelos está fora do controle do homem, e por isso não pode servir de base para juramento algum

5. *A Santidade da Linguagem*

Mat. 5:37: *Seja porém, o vosso falar: Sim, sim; não, não; pois o que passa daí, vem do Maligno.*

Sim, sim... não, não. Ver Tia. 5:12; II Cor. 1:17,18. A repetição da palavra é a confirmação ou não da verdade. A garantia da honestidade do indivíduo deve ser a confiança na sua *simples palavra*. Provavelmente Jesus insistiria que tal honestidade deve ser inspirada pela consciência da presença de Deus e a relação do homem para com o Senhor. O homem cônscio da presença de Deus e que sente responsabilidade para com Deus, não mente. Tal honestidade não requer a confirmação de qualquer juramento. E o juramento feito—pelo homem desonesto—não tem valor. A desonestidade de nossa natureza se expressa não apenas na tendência em nos

desviarmos da verdade pura, mas também na esperança de que nossos semelhantes façam a mesma coisa. A prática dos juramentos apenas agrava essa situação, porque o próprio juramento é usado para enganar, conformando de maneira séria uma desonestidade.

6. *A Perversidade da Linguagem*

Vem do maligno. Alguns interpretam «*do diabo*», que é o ser maligno (Eut., Zig., Cris., Teof., Beza, Zwínglio, Fritzche, Meyer e outros). Ninguém negaria que, segundo as idéias básicas do N.T., todo mal tem origem na pessoa do diabo, direta ou indiretamente; mas a referência aqui é à perversidade dos homens que empregam o juramento com o fito de enganar e cumprir propósitos desonestos, profanando o nome de Deus nesse processo. Dificilmente tais homens usam de juramentos sem algum tipo de maldade. O próprio juramento tende a provocar a maldade. Não jures. Aquele que jura, mente. Aquele que mente, rouba. Que mais não faria o homem?

IV. Gestos e Atos Acompanhantes

As palavras, por mais solenes que sejam, não eram consideradas suficientes, por aqueles que faziam juramentos. Certo ritual desenvolveu-se em torno dos juramentos, conforme se vê nos cinco pontos abaixo:

1. A mão era estendida (Eze. 17:18).

2. A mão era erguida para o céu, como que apelando para Deus como testemunha (Deu. 32:40). Nesse caso, quem jurava erguia sua mão direita (Dan. 12:7; Apo. 10:5,6). O próprio Deus aparece fazendo esse gesto (Isa. 62:8), o que é um puro antropomorfismo.

3. Aquele que recebia o juramento punha a mão sob os órgãos genitais de quem jurava. Como eufemismo, é usada a palavra «ccxa» (Gên. 24:2; 47:29). Alguns intérpretes pensam que isso já representa um exagero!

4. Aquele que proferia o juramento podia reforçá-lo dando um presente àquele a quem era feita a promessa (Gên. 21:25-32).

5. Sacrifícios de animais podiam ser oferecidos, para solenizar ainda mais os juramentos (Gên. 15:9,10).

V. Juramentos e Provas

A questão das águas amargas, no caso de supostas mulheres adúlteras (ver Núm. 5:11-31), era uma maneira de submeter à prova o juramento de inocência delas. Água benta era misturada com a poeira do chão do tabernáculo, e a isso adicionavam-se as imprecações (juramentos negativos). Isso era uma mistura de água não fervida, poeira retirada de onde tantas pessoas caminhavam, e alguma espécie de tinta de escrever. Não admira que, ao beberem a mistura, as mulheres se sentissem mal, o que, presumivelmente, mostraria que elas eram culpadas! Porém, na verdade, devemos pensar muito mais no aspecto psicossomático da questão. Uma mulher, premida por sua consciência culpada, haveria de reagir negativamente. Naturalmente, a crença da época era que Deus protegeria a mulher inocente, ao passo que a mulher culpada sentiria tremenda dor de estômago. Verdadeiramente, palmilhamos aqui sobre um terreno religioso primitivo. Sabemos, pela história antiga, que coisas perigosas eram requeridas da parte daqueles que faziam juramentos, sempre com a idéia de que Deus protegeria aos inocentes. Na Idade Média, era assim que os hereges (ou acusados de heresia) eram submetidos à prova. Lançavam um homem em um tanque de água, fazendo-o submergir. Se ele voltasse à tona, era inocente, e não morreria afogado! Ou, então, faziam-no caminhar sobre brasas vivas. Se fosse inocente, não se queimaria! Não admira que Jesus tenha proibido terminantemente os juramentos, considerando os abusos que geralmente vêm-se misturar aos juramentos. Seja como for, há algo de ridículo quando um homem invoca a Deus para confirmar suas palavras, como se Deus tivesse de satisfazer os caprichos dos homens. Todavia, no caso da prova pela água amarga, Deus prometeu intervir, desmascarando a culpada e inocentando a inocente!

Provas Pela Água e Acordos Feitos Sob Juramento. Podemos pensar no dilúvio de Noé; na passagem de Israel em seco, pelo mar Vermelho; e na travessia do rio Jordão, por Josué e o povo de Israel. Essas foram provas pela água, que funcionaram como confirmações do pacto estabelecido por Deus com o seu povo. Ver esse conceito comentado no Novo Testamento, em trechos como I Cor. 10:2; I Ped. 3:21; II Ped. 3:5-7; Luc. 12:50; Mar. 10:38.

A *ressurreição* de Jesus pôs ponto final à prova da cruz do Calvário. E tanto a prova como o triunfo obtido por Cristo tornaram-se confirmações do valor da missão salvatícia de Cristo.

VI. O Perjúrio

Era questão seriíssima profanar o nome de Deus, se tivesse sido proferido em um juramento (Lev. 19:12). Os trechos de Êxo. 20:7; Jer. 34:18 e Eze. 17:16-19 mostram que tal perjúrio não ficava sem o devido castigo. Por estranho que pareça, a questão dos juramentos foi distorcida de tal modo que alguns pensavam que era correto mentir, contanto que a pessoa não escudasse a mentira em um juramento! O Senhor Jesus, em contraste com isso, condenou terminantemente os juramentos, afirmando que a palavra de um homem deve ser suficiente. Se um crente disser «sim», então que seja «sim»; e se disser «não», então que seja «não» (Mat. 5:37). Jesus insistia sobre a necessidade de integridade em nosso linguajar, embora os homens gostem de profanar sua linguagem de maneira frívola.

VII. Juramentos Tolos e Pecaminosos

Algumas vezes os homens fazem juramentos que os põem em situações ridículas e dolorosas. Jefté (vide), o nono juiz de Israel, fez um juramento *tolo* e pecaminoso, quando prometeu oferecer um sacrifício humano, se obtivesse a vitória militar sobre o inimigo. Ele jurou que sacrificaria a primeira pessoa que viesse saudá-lo, ao retornar vitorioso. Infelizmente, sua filha única foi quem veio ao seu encontro. Alguns meses mais tarde, ao que tudo indica, ele a sacrificou. Ver Juí. 11:34 *ss*. Pedro negou ao seu Senhor com juramento (Mat. 26:72). O juramento feito por Herodes à filha de Herodias, resultou na decapitação e morte de João Batista (Mat. 14:6-10). Os adversários de Paulo reforçaram suas intenções assassinas com juramentos (Atos 23:12-15). O juramento precipitado de Saul quase custou a vida a Jônatas (I Sam. 14:24,25).

VIII. Juramentos Judiciais, Antigos e Modernos

1. **Nos Tempos do Antigo Testamento**. quando não havia evidências sobre alguma questão grave, e pessoas inocentes poderiam ser prejudicadas, ou pessoas culpadas poderiam nada sofrer, então a lei mosaica requeria juramentos, para que houvesse esclarecimento. As situações assim envolvidas eram as seguintes: a. quando os bens que alguém deixara sob a guarda de outrem eram furtados ou destruídos (Êxo. 22:10,11). b. Quando alguém que achara alguma propriedade perdida, fosse acusado de furto (Lev. 6:3). c. Quando se suspeitava do adultério de uma esposa (Núm. 5:11-28). d. Quando, sem sabê-lo, uma comunidade abrigasse um criminoso (Lev. 5:1).

Também havia juramentos que prometiam o cumprimento do dever ou a satisfação de condições, em um negócio (I Reis 2:43). A lealdade de um vassalo a um senhor qualquer podia envolver um juramento (Ecl. 8:2).

2. *Nos Tempos Modernos.* Os juramentos podem envolver problemas morais e civis. Aqueles que aceitam os ensinos de Jesus talvez se recusem a fazer qualquer tipo de juramento, até mesmo em tribunais de lei. Os quacres nunca fazem juramentos de qualquer espécie. Alguns intérpretes suavizam a proibição de Jesus, dizendo que ele apenas se opunha aos abusos; mas Mat. 5:37 é contrário a essa interpretação. Por outro lado, se a lei de um país requer que se façam juramentos em tribunal, então, cada um deve resolver a questão à luz de sua consciência. O indivíduo poderá jurar, obedecendo à lei do país, segundo o ensino de Rom. 13:1 *ss*; ou, então, pode não jurar, observando a estrita palavra de Cristo. Nesse caso, terá de sofrer as sanções impostas pela lei, por sua recusa. Em favor dos juramentos judiciais, porém, temos o caso do próprio Deus. O raciocínio é que se o próprio Deus jurou, então, seu povo também pode jurar. Além disso, em seu julgamento, Jesus atendeu a um apelo, com juramento (Mat. 26:63). Se Jesus sentiu-se obrigado diante de um juramento, outro tanto pode suceder com os seus seguidores, se a lei de um país assim o requerer. (B DD H ID KLI UN Z)

JUROS

Esse é o lucro calculado sobre determinada taxa de dinheiro emprestado ou de capital empregado; rendimento; interesse. O termo hebraico usado no Antigo Testamento é *nasa*, «conceder um empréstimo» (Deu. 24:11; Isa. 24:2; Jer. 15:10). Mas esse vocábulo também é usado para indicar juros ou usura (Êxo. 22:25). Uma outra palavra hebraica, *massa*, também pode ser usada com ambos esses sentidos. Assim, em Neemias 10:21 significa *dívida*; mas, em Neemias 5:7, *usura*. A raiz verbal de nasa é *nasak*, «reivindicar interesse» (Deu. 23:19), que vem de *nesek*, ou seja, «extorquir» (Sal. 109:11). A palavra grega correspondente, usada no Novo Testamento, é *tókos*, «nascimento», «prole», envolvendo a idéia de que dinheiro gera dinheiro, um princípio bem conhecido da economia.

Quando discutimos a questão dos empréstimos entre os hebreus primitivos, deveríamos lembrar que um empréstimo podia ser pedido a fim de sustentar a própria vida física, considerando a profunda pobreza em que viviam muitos hebreus de vida nômade ou seminômade. Isso ilustra a seriedade dos empréstimos e das dívidas. O comércio escravagista era sustentado, pelo menos em parte, por pessoas que não podiam pagar as suas dívidas, as quais então eram vendidas como escravas, com essa finalidade. Apesar das pessoas que faziam empréstimo raramente poderem esperar alguma misericórdia da parte de seus credores, havia estipulações veterotestamentárias pondo à disposição dos interessados os empréstimos (Deu. 15:7-11). Paralelamente, um israelita não podia cobrar juros de um seu compatriota (Êxo. 22:25; Lev. 25:36,37; Deu. 23:19,20). De fato, os israelitas não deveriam tornar-se agiotas (Sal. 15:5). No entanto, muitos deles praticam a agiotagem, a despeito disso ser-lhes vedado pela lei mosaica, onde é condenada como desonesta e imoral (ver Pro. 28:28; Eze. 18:13; 22:12). Todavia, juros podiam ser legitimamente cobrados de estrangeiros que pedissem empréstimos (Deu. 23:20). Sabemos que, nos dias do Novo Testamento, os juros cobrados sobre os empréstimos eram a regra econômica da época (Mat. 25:27; Luc. 19:23; Josefo, *Guerras* 2.17). Supõe-se que, na sociedade hebréia, a lei contra a cobrança de juros de algum «irmão» (compatriota israelita) prevalecia de modo geral, embora com abusos ocasionais.

Em outras culturas, conforme se vê em documentos provenientes da Babilônia, as taxas de juros cobradas eram elevadas. Esses empréstimos de alimentos e produtos vários eram pagos com o acréscimo de uma terça parte, como juros; e os empréstimos feitos a dinheiro (moedas de prata) tinham uma taxa de vinte por cento. Em Nuzi (vide), as taxas de juros subiam até cinqüenta por cento. Poderíamos supor corretamente que essas taxas de juros nada tinham a ver com a inflação, porquanto estavam alicerçadas sobre a pura cobiça, que é sempre um importante fator em todos os cálculos econômicos. Em outras palavras, a inflação sobe artificialmente, e não por causa de imposições naturais do mercado.

Historicamente, os ensinos do judaísmo, do cristianismo e do islamismo condenam a usura. O terceiro concílio laterano (em 1179 D.C.) proibiu especificamente a prática dos usurários. As posturas da Bíblia e de Aristóteles são que «o dinheiro é estéril», ou seja, dinheiro não deve produzir dinheiro. Vale dizer, os bens é que devem ser considerados a riqueza de uma pessoa ou de uma sociedade. Quão contrário a isso é o sistema capitalista! Foi durante a Idade Média que a prática da agiotagem se tornou praticamente universal e que as antigas idéias a respeito se desintegraram. Ver o artigo separado intitulado *Dívida, Devedor*, que acrescenta muitos detalhes omitidos pelo presente artigo. Além disso, aquele artigo inclui vários usos metafóricos acerca da questão das dívidas e dos devedores.

Onde o Dinheiro Prevalece, Aí Surgem Abusos. A prática de hipotecar terras, às vezes a juros exorbitantes, cresceu entre os judeus, durante o cativeiro babilônico, o que violava diretamente a antiga lei mosaica. Assim, Neemias precisou arrancar um juramento da parte de seus compatriotas, a fim de que esse abuso tivesse ponto final (Nee. 5:3-13). Abusos são feitos até mesmo contra as leis mais humanas, e, com exagerada freqüência, as leis mesmas não são nada justas e humanas. A lei cristã do amor poderia dar solução a todos esses problemas, se, realmente, fosse aplicada. O homem, em sua degeneração moral, não pende por ser generoso.

JUSABE-HESEDE

No hebraico, «devolvedor da bondade». Os estudiosos não têm certeza sobre seus laços de família, devido à incerteza de interpretação dos textos que o envolvem. Alguns pensam que ele era filho de Pedaías (I Crô. 3:20), mas fazem dele o último dos filhos de Zorobabel a ser chamado por nome. Talvez as duas diferentes listas de filhos, dos vs. 19 e 20 daquele capítulo, tivessem mães diferentes, ambas esposas de Zorobabel.

JUS NATURALE

Forma latina de **lei natural** (vide).

JUSTIÇA

Esboço:

I. Definições

II. Na Filosofia e na Ética

III. Na Bíblia
IV. A Justiça Divina
V. A Justiça de Deus

O oposto de justiça não é injustiça — é *amor*.

I. Definições

A palavra portuguesa «justiça» vem do latim, **jus**, «direito», «lei». A justiça consiste na preocupação exata e escrupulosa pelos direitos alheios e pelo relacionamento do indivíduo com o Juiz Supremo, Deus. A justiça requer atos de retidão, e não meras palavras ou aceitação de certos ideais. O homem justo age corretamente, de forma altruísta. De acordo com a teologia cristã, ninguém pode ser justo por si mesmo. A justiça é um dos atributos comunicáveis de Deus, sendo investida no homem através de Cristo, por meio da conversão, da santificação e do contínuo ministério do Espírito Santo. É assim que o homem vai absorvendo a forma de justiça e da santidade divinas, não sendo mera produção humana, imitação daquela justiça e santidade. A justiça também consiste em *conformidade com uma reta conduta*. Mas a reta conduta é definida, em última análise, segundo padrões divinos de conduta e de ideais. Envolve qualidades de caráter, como a retidão, a eqüidade, a santidade, a correção, a razoabilidade. A justiça é uma *excelência moral*, cujo modelo ou padrão é Deus, e cujo agente é o Logos, o Filho de Deus. Quanto aos vocábulos bíblicos envolvidos, e seus respectivos significados, ver a seção III. 13.

II. Na Filosofia e na Ética

1. Os *sofistas* definiam a justiça como mera convenção social. Mudando os costumes sociais, muda também a justiça, porque esta seria dependente das condições prevalentes. *Trasímaco*, membro dessa escola, pensava que «poder é direito». Em outras palavras, quem tem autoridade, determina as normas da sociedade. Isso seria uma forma de *voluntarismo*, mas no nível humano.

2. *Platão* objetava à visão relativista e voluntarista dos sofistas, afirmando que há o *universal* da justiça. Em outras palavras, a justiça é uma realidade dos mundos imateriais, invisíveis; e a justiça que se vê em nosso mundo é apenas uma pobre imitação da verdadeira justiça, que é a divina. Em seu diálogo sobre as *Leis*, Platão singularizava os *universais* (vide) em *Deus*, pelo que, para ele, a justiça é um dos atributos de Deus. Deus, pois, é o supremo padrão da conduta correta, e somente em Deus reside a verdadeira justiça. Em sentido secundário, para Platão, a *justiça* é aquele estado que ocorre quando cada um ocupa a sua devida função, fazendo assim a sua contribuição para o todo, da melhor maneira possível.

3. *Sócrates* entendia as questões éticas em termos de conceitos da Mente Universal. Esse armazém mental e divino de idéias envolve o conceito da verdadeira justiça. Os homens imitam esse modelo, e aproximam-se do mesmo através da razão, mediante o uso de diálogos. O homem teria, em si mesmo, os conceitos da *Mente Universal*, podendo descobrir aquilo que já sabe, mediante a disciplina mental apropriada. A filosofia, por sua vez, seria a ciência que sonda a verdadeira teoria ética, procurando conhecê-la e pô-la em prática.

4. *Aristóteles* opinava que a justiça é o *meio termo* entre a injustiça que consiste em interferir com aquilo que pertence a outrem, e o sofrer a interferência alheia naquilo que nos pertence. Ele se referia a duas manifestações da justiça: para que se faça justiça, o indivíduo precisa compartilhar dos recursos da coletividade, ou Estado. Em outras palavras, deve ser-lhe conferida uma partilha eqüitativa. Além disso, as ofensas precisam ser devidamente punidas. Aos homens não deveria ser permitido que fossem injustos e prejudiciais, sem pagarem à altura por causa disso.

5. *Tomás de Aquino* e *Locke* concordavam que, para poder haver justiça, é necessário que haja uma ordem de coisas natural e racional, e que a razão pode conduzir-nos a essa situação, de uma maneira adequada. Naturalmente, Tomás de Aquino mostrava-se sensível para com a realidade da justiça divina, como o verdadeiro padrão por detrás da ordem que os homens conseguem estabelecer em sociedade. Locke preferia apelar para a abordagem empírica. Para ele, descobre-se a justiça mediante a experimentação, guiada pela razão.

6. O *pragmatismo* assevera que aquilo que funciona bem é justo e bom, e que podemos chegar a esse estado mediante a experimentação. Visto que as sociedades diferem umas das outras, por isso mesmo a justiça, como todos os princípios éticos, é algo relativo (ver sobre o *Relativismo*). Para os pragmáticos, não existe tal coisa como valores éticos fixos, e nem verdade absoluta. A praticalidade ou função é a única prova de que algo é justo e bom, na opinião deles.

7. *O positivismo lógico* supõe, juntamente com o pragmatismo, que não existem valores fixos; mas enfatiza mais o papel da ciência no estabelecimento de valores relativos e funcionais. Não se apela, ali, para qualquer coisa divina, pertencente ao mundo espiritual. Para os positivistas lógicos, a justiça é algo meramente humano, determinado dentro de um contexto humano.

8. A *ética situacional* afirma que a justiça, ou seja, aquilo que é bom para ti e para mim, depende das vicissitudes das circunstâncias e das exigências que essas circunstâncias nos impõem. Mudando as circunstâncias, mudam os padrões. Outrossim, o que é bom para mim, neste momento, não é necessariamente bom para ti e o que é justo para uma sociedade (dentro do contexto de suas experiências) não é necessariamente bom para outra sociedade (dentro do contexto de experiências diferentes). E até mesmo aquilo que para mim é bom, neste momento, mais tarde poderá não ser bom para mim. Tudo é relativo, dependendo do fluxo permanente das coisas e das circunstâncias.

9. *A ética absoluta* ou *rigorosa* supõe que existem padrões éticos absolutos. Os homens não desenvolveriam o que é certo por meio da experimentação. Antes, eles sempre descobrem o que é direito. Uma forma de ética absoluta é o imperativo categórico de Kant: «Faça somente aquilo que gostaria que se tornasse uma lei universal». As religiões, de modo geral, visto que apelam para uma justiça e uma bondade divinas, dão apoio à idéia da justiça absolutista, embora, usualmente, valham-se das revelações e livros sagrados como padrões autoritários. O cristianismo ortodoxo representa um sistema ético rigoroso e o *Novo Testamento* é sua autoridade.

••• ••• •••

III. Na Bíblia

1. A *base* do conceito da justiça vem *através da revelação*. A revelação foi preservada, em forma escrita, nas Sagradas Escrituras. Elas nos foram dadas para nossa instrução, para ensinar-nos quais devem ser os padrões de nossa conduta, conforme se aprende em II Tim. 3:16,17: «Toda Escritura é inspirada por Deus e é útil para o ensino, para a repreensão, para a correção, para a educação na justiça, a fim de que o homem de Deus seja perfeito e perfeitamente habilitado para toda boa obra». Isso

permite que o homem espiritual seja equipado para poder pôr em prática todas as boas obras, com a mente esclarecida.

2. O *teísmo* (vide) é um importante e constante conceito ensinado na Bíblia. Há um Deus que se faz conhecido dos homens, que determina o que é certo e o torna conhecido, e que impõe a conduta própria, por meio da promessa de galardões ou da ameaça de julgamento.

3. A justiça é um produto das *operações do Espírito Santo*, que cultiva em nós os vários aspectos de seu fruto (Gál. 5:22,23). Dessa forma, os atributos da justiça, que pertencem a Deus, são reproduzidos nos crentes. Ver a quinta seção do presente artigo, que aborda essa questão com detalhes.

4. A justiça, bem como os demais valores éticos, são entravados ou mesmo anulados pela rebeldia e carnalidade dos homens (Gál. 5:19-21). Assim como o Espírito de Deus transmite sua bondade aos homens, assim também o *espírito do mal*, que se deriva de seres infernais, opera nos homens sem Deus (Efé. 6:11 *ss*). Nenhum ser humano peca sozinho; nenhum ser humano é injusto sozinho. Ele age prestando lealdade ao reino espiritual ao qual pertence e sob a influência do qual se encontra, seja o reino da luz, seja o reino das trevas. Ver Gál. 1:12,13.

5. Os *crentes* são derrotados espiritualmente pela *carnalidade*, podendo tornar-se instrumentos ou agentes da injustiça (I Cor. 3:1 e Rom. 8:5-8).

6. *Jesus Cristo é o agente da justiça*, porquanto em sua imagem é que estamos sendo gradativamente transformados (Rom. 8:29; II Cor. 3:18), de modo a virmos compartilhar de seus atributos morais e espirituais, porquanto nos estamos tornando partícipes de sua natureza metafísica (Col. 2:9,10; II Ped. 1:4). É segundo se lê em I Cor. 1:30: «...Cristo Jesus, que se nos tornou, da parte de Deus, sabedoria, e justiça, e santificação, e redenção». Outrossim, ele é o justificador dos crentes: «...para ele mesmo ser justo e o justificador daquele que tem fé em Jesus» (Rom. 3:26).

7. *Atitudes e Ações Específicas de Justiça*:

a. Devemos honrar, reverenciar e respeitar aos nossos superiores, governantes, etc. Essa conduta é justa. Ver Rom. 13:1 *ss*; Efé. 6:1,3; I Ped. 2:17; I Tim. 5:17.

b. Mostrar bondade para com o próximo é um ato de justiça (Pro. 17:17).

c. A prática da lei do amor é a base de toda a justiça humana (Gál. 4:15; 5:22; I João 4:7 *ss*).

d. No tocante às questões práticas, deveríamos pagar o que é direito ao próximo, tanto na questão do dinheiro (como os impostos), quanto na questão do respeito e da honra. O amor é a maior de todas as obrigações. Ver Rom. 13:7,8. Ver também Deu. 24:14.

e. Deveríamos ajudar ao próximo em momentos de necessidade (Tiago cap. 2).

f. Não basta sermos *justos*, no sentido de exatos, mas também devemos ser bondosos, isto é, generosos, em nosso trato com o próximo (Rom. 5:7).

g. Os caminhos de Deus são verdadeiros e justos, e os homens devem imitá-Lo, como o maior e mais elevado padrão de conduta (Apo. 15:3. Ver também Jó 9:2; 37:23; Sof. 3:5; Sal. 84:14; 36:6). Esses versículos descrevem atos de Deus que estabelecem padrões para a conduta humana.

h. O *voluntarismo* (vide) é um ensino refletido no nono capítulo da epístola aos Romanos. Uma coisa é boa porque assim o determinou a vontade de Deus, sem importar o que pensemos a respeito. Porém, outros trechos bíblicos contrabalançam esse ensino, afirmando que o Juiz de todas as coisas faz somente aquilo que é direito (como Gên. 18:25). E podemos pressupor que nossa intuição e nossa razão diz-nos o que realmente é direito, visto que ambas essas funções dependem da comunhão com a presença divina e são sensíveis a ela.

8. A justiça de Deus requer a *retribuição*. Mas o próprio juízo divino também tem um aspecto *remedial*. Ver o artigo separado sobre *Julgamento de Deus dos Homens Perdidos*. Os dois pólos da justiça divina são declarados em Rom. 1:32, em comparação com I Ped. 4:6.

9. Há *atos de vindicação*, que contrabalançam a injustiça. Esses são atos de justiça (Juí. 5:11; II Sam. 15:4; Sal. 82:3; Isa. 58:2,3; Ecl. 7:15 e 8:14).

10. A justiça, embora vindicativa e retributiva, também deve manifestar-se temperada pela misericórdia. Não há tal coisa como *justiça divina crua*, ou seja, retribuição não condicionada pelo amor. O primeiro capítulo de Romanos mostra-nos que Deus não estaria errado se aplicasse uma justiça nua, constituída somente por vingança e retribuição. Porém, a partir do terceiro capítulo de Romanos, Paulo mostra-nos que, de fato, a justiça divina não opera dessa maneira inflexível. A intervenção do evangelho serve de prova desse fato. Àqueles a quem Deus tem de julgar, também procurou salvar, através da elaborada missão de Cristo, uma missão com um aspecto terreno, outro no hades, e outro no céu (I Ped. 3:18-4:6).

11. Deus confere a justiça a quem nada merece; mas, então, espera que eles correspondam, buscando a justiça e a bondade (Isa. 1:17).

12. *O justo viverá pela fé* (Hab. 2:4; Rom. 1:17; Gál. 3:11). Essa fé, por sua vez, é produto da atuação do Espírito. Ao viverem pela fé, os homens são reputados justos, em todo o seu relacionamento uns com os outros. A fé produz a *justificação* (vide); e a vida da fé obrigatoriamente envolve a *santificação* (vide).

13. *Palavras Bíblicas para Indicar a Justiça*:

Os termos bíblicos, no hebraico, *tsedeq* e *tsadaqah*, como também o vocábulo grego *dikaiosune*, são traduzidos em português por «justiça» ou «retidão». Essas palavras são usadas no tocante a Deus e aos homens. A justiça aponta para uma conduta reta, um governo justo, o pagamento de dívidas a quem tem direito, a retribuição, a retidão nos atos, a regra da lei e o respeito à lei. Deus é justo quando julga, porque a sua retidão moral não pode permitir que a injustiça permaneça sem a devida resposta. Mas os atos de Deus nunca consistem apenas em retribuição, visto que a idéia inteira dos julgamentos divinos é a de restaurar aos ofensores (I Ped. 4:6). Além dessas palavras, temos o vocábulo hebraico *yoser*, que indica a probidade ou retidão moral (Deu. 9:5). No contexto físico, essa palavra significa «reto». *Tsedaqah* também pode envolver a idéia de «conformidade». A conduta do homem precisa amoldar-se a retos padrões (Gên. 30:33). A forma adjetivada do termo grego *dikaioo* é usada em Col. 4:1 (ou seja, *dikaios*), onde a referência é sobre como os proprietários de escravos deveriam tratar equanimemente os seus escravos. Deus é justo (no hebraico, *tsadiq*) e Salvador (ver Isa. 45:21). Essas duas qualidades divinas nunca se manifestam isoladas uma da outra, pois, do contrário, não haveria justiça, segundo o conceito escriturístico.

O termo grego **dikaiosúne** pode indicar a «probidade de Caráter», conforme se esperaria, por exemplo, da parte de um juiz (ver I Clemente 13:1; Apo. 19:11; Rom. 9:28; Isa. 10:22; na LXX), ou, então, «retidão»

da parte de Deus ou dos homens (ver Mat. 3:15; 5:6; Atos 10:35; Fil. 1:11; Heb. 12:11; Is. 56:1, na LXX; II Clemente 19:2). A *retidão outorgada por Deus* é um outro uso dessa mesma palavra. Ver a quinta seção deste artigo, onde há uma ampla descrição a respeito; ver também Rom. 5:17. Visto que essa palavra constitui uma virtude específica dos regenerados, torna-se um sinônimo virtual do cristianismo (Mat. 5:10; I Ped. 3:14).

IV. A Justiça Divina

Com «justiça divina» indicamos o fato de que a justiça de Deus *deve julgar* ao pecado e aos pecadores. Isso deve ser contrastado com a seção V, *A Justiça de Deus*, que fala sobre como a justiça de Deus é conferida ao indivíduo regenerado. Em outras palavras, o atributo divino da justiça é transmitido aos homens, a fim de que se tornem justos, na qualidade de «filhos de Deus», compartilhando das qualidades morais de Deus. Os remidos chegam a compartilhar das qualidades morais de Deus porque também compartilham de sua natureza metafísica, posto que em um sentido secundário, apesar de perfeitamente real. Temos provido um artigo separado, intitulado *Julgamento de Deus dos Homens Perdidos*, que procura mostrar que os juízos de Deus tanto são *retributivos* (pois corrigem as injustiças e causam sofrimentos onde esses são merecidos) quanto são *remediais*. Os próprios sofrimentos têm por finalidade restaurar (ver I Ped. 4:6). Deus não faria qualquer injustiça se meramente aplicasse a parte retributiva do juízo, sem qualquer misericórdia, de forma final e sem qualquer esperança. O primeiro capítulo de Romanos mostra-nos isso. Mas, a começar pelo terceiro capítulo de Romanos, o apóstolo mostra-nos que a justiça de Deus nunca é aplicada cruamente, e, sim, sempre revestida de misericórdia e amor. O evangelho tempera o julgamento de Deus com a sua misericórdia e o seu amor. De fato, o julgamento divino é apenas um dedo da sua mão amorosa. A justiça e o julgamento são lados diferentes do mesmo amor. É que Deus pode fazer certas coisas melhor, através do juízo, do que através de qualquer outro meio. A cruz do Calvário foi um julgamento, mas também foi uma medida restauradora. Ver o artigo sobre *Cruz de Cristo, Efeitos da*. Ver também sobre *Descida de Cristo ao Hades*, acerca de como o julgamento divino dos injustos incluirá certa medida de misericórdia, tendente à redenção deles, sempre com base nas condições inarredáveis do arrependimento e da fé em Cristo. Isso teve lugar na própria dimensão da condenação, o que parece mostrar que a morte biológica não é o fim da oportunidade de salvação.

V. A Justiça de Deus

Rom. 1:17: Porque no evangelho é revelada, de fé em fé, a justiça de Deus, como está escrito: Mas o justo viverá da fé.

1. Essa *justiça* designaria a natureza intrinsecamente santa de Deus, o seu próprio caráter justo (ver Rom. 3:5).

2. Talvez seja usada no sentido de que Deus vindica a sua justiça, ou seja, torna conhecida qual seja essa justiça.

3. Todavia, essa justiça não é meramente a descrição de um atributo divino, mas também subentende uma espécie de natureza que ele injeta nos remidos. Os homens, uma vez transformados segundo a imagem de Cristo, em sentido bem real e literal participam da santidade de Deus (ver Mat. 5:48). A passagem de Isa. 46:13 também contribui para esclarecer esse aspecto, onde lemos: «Faço chegar a minha justiça, e não está longe; a minha salvação não tardará; mas estabelecerei em Sião o livramento e em Israel a minha glória». Isso indica a doação das perfeições morais aos remidos. E é a agência do evangelho que produz essa natureza moral nova nos homens.

A santidade de Deus se desenvolve nos homens por meio da atuação do Espírito Santo, e essa atuação tem prosseguimento até que os remidos atinjam a perfeição absoluta, quando então os crentes serão santos como é santo o seu Pai celestial. Isso pode envolver a eternidade inteira, mas o processo tem *início* quando do primeiro exercício da fé em Cristo e em seu evangelho, continuando nas experiências da conversão, da santificação, da regeneração e da glorificação. Essa modificação moral produz a modificação metafísica.

4. Essa justiça de Deus se manifesta por intermédio da fé, porquanto tem início através do princípio da fé, como também tem continuação e é sustentada pela fé, tudo o que é obra do Espírito Santo, que leva a alma humana a depender de Cristo. Por conseguinte, a justiça de Deus não se torna realidade por meio de alguma disciplina mental, e nem através de qualquer resolução intelectual, e nem mesmo por qualquer cerimônia religiosa. Mas depende exclusivamente da operação *do Espírito de Deus*. E, quando a alma de um indivíduo é sintonizada com essa operação, passa a exercer fé. Assim, pois, a fé consiste na sintonização da alma com Deus e seu Cristo, uma total entrega da personalidade inteira a Jesus Cristo, a fim de que possa ser operada na alma a elevada obra divina, descrita no presente versículo.

5. A justiça de Deus no homem, pois, não é apenas uma declaração legal, que afirma que um homem está perfeito em Cristo; antes, é a produção real dessa retidão no indivíduo. Pois estar perfeito em Cristo é a mesma coisa de ter sido transformado por ele. É a esse aspecto de nossa salvação que denominamos de «santificação».

6. O adjetivo grego «*dikaios*» (reto, justo), vem da mesma raiz que deu a palavra «*justiça*», que aparece no presente versículo; e isso ilustra o sentido dessa palavra.

a. Esse adjetivo é usado com relação a Deus e a Jesus Cristo. Com relação a Deus: I João 1:9; João 17:25; Apo. 16:5 e Rom. 3:26. Com relação a Cristo: I João 2:1; 3:7; Atos 3:14; 7:52 e 22:14. No presente versículo esse vocábulo indica a norma eterna da santidade divina.

b. Esse adjetivo, «justo», também é usado com referência aos homens, não meramente para denotar um caráter reto, mas também dando a entender alguma forma de atribuição ou participação na própria santidade essencial de Deus. O termo *justiça* é utilizado como algo *possível* para a personalidade humana, na passagem de Rom. 6:13,16,18,20. Nesse trecho, o contexto mostra-nos que essa justiça decorre de nossa união espiritual com Cristo, na forma de um batismo espiritual, que é a identificação dos crentes com a morte e a ressurreição de Jesus Cristo, em condições místicas. Em outras palavras, os benefícios da morte de Cristo — morte para o pecado, desvencilhamento completo do poder e efeito do reino das trevas — e os benefícios de sua ressurreição, são produzidos por uma forma de contacto real com o Espírito Santo.

7. Portanto, por *justiça* devemos compreender o que é feito tanto na justificação como na santificação, —os resultados dessas medidas divinas, operados na alma do crente. A forma verbal de «justificar», no grego, é «*dikaioo*», o que, nas páginas do N.T., pode

algumas vezes significar alguma forma de pronunciamento judicial acerca dos direitos que um homem tem de ficar diante de Deus, em Cristo Jesus. Todavia, perderemos inteiramente de vista a idéia da justificação se ignorarmos o fato de que isso também significa *fazer justo,* não se resumindo a uma mera declaração sobre aquela retidão que decorre da posição correta do crente, diante de Deus, em Cristo.

Por meio da justificação, o indivíduo recebe o «dom da justiça». E é a pessoa que recebe esse dom que reina em Cristo, conforme aprendemos em Rom. 5:17. Assim sendo, a justificação não consiste em uma simples declaração estéril que reconhece a legítima posição de alguém em Cristo, mas antes, requer que tal indivíduo se torne verdadeiramente justo. Essa verdade não tem sido vista com muita clareza pela igreja cristã moderna, ainda que, felizmente, aquilo que aqui é comentado sobre a justificação, é transferido para a doutrina da *santificação,* segundo a maioria dos sistemas teológicos.

«A retidão absoluta, tal como a graça e a verdade absolutas, revelou-se pela primeira vez no cristianismo. Trata-se daquela justiça que não somente instaura a lei da letra, e requer a retidão da parte dos homens e que, em seu caráter de juiz, profere a sentença e mata; mas é igualmente aquilo que finalmente se manifesta na união com o amor, ou seja, a graça divina em forma de retidão, produzindo essa retidão no homem... ou ainda, em suma:

«A justiça de Deus é a autocomunicação da retidão que procede da parte de Deus, que se torna justiça na pessoa de Cristo, o qual, em seus sofrimentos, como nossa propiciação, satisfez a justiça da lei (em consonância com as exigências da consciência) e que, mediante o ato da justificação, aplica ao crente, para santificação de sua vida, os méritos da expiação de Cristo». (Lange em Rom. 1:17).

Bibliografia. B DAVI I IB ND NTI QS

JUSTIÇA CRUA

1. A justiça, informam-nos os capítulos um e dois de Romanos, exigiria que todos os homens fossem condenados e severamente julgados por seus atos. Isso exprime uma verdade onde somente a consciência serve de guia para o homem (como é o caso dos gentios, no primeiro capítulo); ou quando a lei mosaica serve de regra (como é o caso dos judeus, no segundo capítulo). Ambos os esquemas fracassaram miseravelmente. Deus mostrar-se-ia justo se julgasse a ambos sem misericórdia alguma.

2. Porém, não existe tal coisa como justiça crua, sem o condimento do amor e da misericórdia. Eis por que existe o evangelho. Esse tempera e contém o julgamento.

3. O evangelho haverá de confrontar, finalmente, a *todos os homens,* obrigando-os a fazerem a escolha? A narrativa da descida de Cristo ao hades encoraja-nos a responder afirmativamente. (Ver o artigo sobre a *Descida de Cristo ao Hades*).

4. A misericórdia divina estabelecerá alguma diferença universal, na direção da melhoria do estado de todos os homens, afinal de contas, embora o número dos eleitos seja pequeno? O trecho de Efé. 1:10 encoraja-nos a responder que *«sim»!* Grande é o amor de Deus — imensa é a sua misericórdia!

5. Os capítulos um e dois de Romanos, asseguram-nos que Deus seria justo, mesmo que julgasse aos homens sem o tempero da misericórdia. Por certo que eles merecem tal julgamento. E quem pode disputar isso, quando passa em revista o caos da história da humanidade? Mas o evangelho responde a isso: «A misericórdia temperará o julgamento». E também: «O amor abrirá o caminho de escape».

6. O oposto de injustiça não é justiça. É o *amor.*

JUSTIÇA DE DEUS, A

Ver **Justiça,** seção V.

JUSTIÇA DIVINA, A

Ver sobre **Justiça,** seção IV.

JUSTIÇA NA BÍBLIA

Ver sobre **Justiça,** seção III.

JUSTIÇA NA FILOSOFIA E NA ÉTICA

Ver sobre **Justiça,** seção II.

JUSTIÇA ORIGINAL

Ver, **Original, Justiça.**

JUSTIÇA PRÓPRIA

Nas Escrituras não encontramos nenhum vocábulo isolado, hebraico ou grego, com esse sentido. O conceito deriva-se, primariamente, de um quadro negativo sobre os fariseus, encontrado nos evangelhos (cf. o termo francês *pharisaisme,* equivalente à nossa expressão «justiça própria»). Essa expressão refere-se à atitude mediante a qual qualquer pessoa religiosa considera-se justa moralmente, ou então aos olhos de Deus, em face de sua aderência aos requisitos legais que ela aceita, mas sem levar em conta o seu verdadeiro estado espiritual.

Tecnicamente, o termo pode ser aplicado, em sentido religioso, ao indivíduo que procura tornar-se aceitável diante de Deus, mediante a sua «própria justiça», talvez através de sua observância de estatutos divinos. Assim foi que Paulo referiu-se aos judeus nestes termos: «Porquanto, desconhecendo a justiça de Deus, e procurando estabelecer a sua própria, não se sujeitaram à que vem de Deus. Porque o fim da lei é Cristo para justiça de todo aquele que crê» (Rom. 10:3,4). E também testificou sobre si mesmo, como «...não tendo justiça própria, que procede de lei, senão a que é mediante a fé em Cristo, a justiça que procede de Deus, baseada na fé» (Fil. 3:9). Em uma maneira mais distante, esse tipo de «justiça própria» era a acusação de Eliú contra Jó (cf. Jó 32:2; 33:8-12).

Mais freqüentemente, porém, o conceito reveste-se de implicações morais. O Senhor Jesus referiu-se aos fariseus como «os justos», em contraste com os coletores de impostos e os pecadores notórios (Mar. 2:15-17 e paralelos). E, quase certamente, havia fariseus que tinham o mesmo ponto de vista (Luc. 18:9). Mas, como é claro, Jesus deixou bem entendido que os «justos» não eram, realmente, tais, quando disse: «Porque vos digo que, se a vossa justiça não exceder em muito a dos escribas e fariseus, jamais entrareis no reino dos céus» (Mat. 5:20). A «justiça» dos fariseus era meramente externa, com ênfase sobre a conformidade com um padrão legal e sobre a quantidade de obras (cf. Mat. 23:1-36, especialmente 23:28, que diz: «Assim também vós exteriormente pareceis justos aos homens, mas por dentro estais cheios de hipocrisia e de iniqüidade»). A justiça requerida por Jesus era interna, com ênfase sobre a qualidade (cf. Mat. 5:21-48), embora também envolvesse ações compatíveis com isso (cf. Mat. 7:21,24; 25:31-40).

Conclui-se que, de acordo com os ensinamentos bíblicos, a pessoa justa aos seus próprios olhos, não é justa nem no sentido moral e nem mesmo no sentido

religioso. Seus auto-esforços ou sua aderência aos preceitos da lei não a tornam reta diante de Deus. E também não é moralmente reta, visto que somente a sua conduta externa é afetada, mas não as suas atitudes e os seus motivos. Mas, quando Deus julgar aos homens, trará à tona os motivos de cada um. «Portanto, nada julgueis antes do tempo, até que venha o Senhor, o qual não somente trará à plena luz as cousas ocultas das trevas, mas também manifestará os desígnios dos corações; e então cada um receberá o seu louvor da arte de Deus» (I Cor. 4:5).

JUSTIFICAÇÃO

Esboço:

I. Usos Clássicos da Palavra
II. Usos do Termo no Novo Testamento
III. Justificação — A Doutrina
IV. Justificação é Mais do que Perdão
V. Justificação Gratuita
VI. Pela Graça
VII. Para Tiago: Do que Consistia a Justificação?
VIII. Considerações em Torno da Justificação
IX. A Justificação Que Dá Vida
X. Justificação nos Sistemas Eclesiásticos

Rom. 3:24: *sendo justificados gratuitamente pela sua graça, mediante a redenção que há em Cristo Jesus.*

A idéia da *justificação*, que aqui transparece no vocábulo «*justificados*», pode ser dissecada conforme seus dois usos principais, a saber:

I. Usos Clássicos da Palavra

1. O sentido primitivo desse termo é **fazer justo**, e isso tanto em sentido relativo como em sentido absoluto. Como uma modificação, podia significar também, «tornar justo no juízo de alguém». (Ver Tucídides, ii, 6,7: «Os atenienses julgaram certo retaliar contra os lacedemônios». Assim também diz Heródoto i.89, onde encontramos Creso dizendo a Ciro: «Penso que é correto mostrar-te tudo que penso que te é vantajoso»).

2. Também pode significar *julgar ser esse o caso*. Assim lemos em Tucídides iv.122. «A verdade concernente à revolta foi antes que os atenienses deveriam julgar qual era o caso».

3. Porém, essa palavra também pode significar apenas *julgar*, conforme lemos nos escritos de Tucídides (v.26): «Se alguém concordar que o intervalo da trégua deva ser suspenso, não estará julgando corretamente». Esse uso do termo foi transferido para os concílios eclesiásticos, com o sentido de julgar quais as coisas retas, ou de decidir quanto a certas deliberações.

4. Na obra de Aristóteles, «Ética» (v.9), essa palavra com freqüência se reveste do sentido de *tratar de alguém eqüitativamente*, onde não temos qualquer exemplo do sentido de formar alguma coisa intrinsecamente correta, ainda que esse vocábulo claramente tenha o sentido de tornar algo direito, de alguma maneira relativa.

5. Na obra de Ésquilo, *Agamenon* (390-393), essa palavra tem o significado de *testar* ou *provar* a natureza de alguma coisa, como quando o cobre de má qualidade se torna negro quando é sujeito à fricção, ao passo que o cobre de boa qualidade não sofre tal modificação. Isso, pois, é aplicado ao teste a que é submetido o caráter dos homens.

6. Esse vocábulo também pode tomar um sentido negativo, o de *condenar*, quando os julgamentos feitos são negativos. Ver Tucídides (iii.40). De conformidade com Cícero (*Contra Verres*, v.57), os sicilianos empregavam essa palavra como termo que denota a punição capital.

O sentido da raiz dessa palavra no grego koiné (e no grego clássico), é *tornar justo*, ainda que no uso comum pudesse significar «fazer um juízo», a respeito de algo, tachando-o de correto ou errado, julgando, condenando, punindo, ou mesmo executando.

II. Usos do Termo no N.T.

A palavra «justificar» ocorre por trinta e nove vezes no N.T., vinte e sete das quais nas epístolas de Paulo. Usualmente está vinculada ao sentido do adjetivo paralelo, «*dikaios*», que significa «reto», «justo», e que, nas passagens que falam sobre a justificação, indica um homem que possui essas qualidades, *à vista de Deus*, ou seja, «correta posição». É por essa razão que a tradução inglesa de Williams diz *right standing* («correta posição») na passagem de Rom. 3:24, em vez da usual tradução, «justificados». Essa palavra, pois, pode indicar a correta posição forense, ou pode também subentender aquela correta posição que é declarada porque o indivíduo envolvido é realmente justo ou reto, *participando*, de fato, da santidade de Deus. Assim, pois, no N.T. encontramos os seguintes usos do termo:

1. No grego bíblico a forma verbal «justificar» pode significar *demonstrar justiça* para com alguém (ver Sal. 81:3 e Isa. 1:17).

2. Pode significar também *vindicar*, tratar como justo, mostrar que alguém é justo (ver Gên. 44:16 e Luc. 7:29). E, nesse caso, envolve alguém que já é justo, mas que precisa ser vindicado como tal.

3. Pode ser usada essa palavra em pronunciamentos *forenses*, sem que isso indique, necessariamente, a condição real da pessoa envolvida (ver Mat. 12:37 e Gál. 2:16). E é dessa maneira que a maioria dos intérpretes protestantes considera ser o uso dessa palavra, no segundo e terceiro capítulos da epístola aos Romanos.

4. Também pode significar *tornar puro*, justo, santo, de conformidade com o seu uso original (ver Sal. 73:13; Rom. 6:7 e I Tim. 3:16). Esta última referência diz respeito a Cristo, parecendo dar a entender que, em sua humanidade, assim ele foi feito; contudo, não por ter sido corrigida qualquer suposta conexão sua com o pecado e, sim, porque, como homem, sua humanidade se desenvolveu até assumir a natureza moral positiva de Deus. Rom. 3:24, entretanto, bem poderia ser classificado dentro da terceira posição, acima.

5. Quando essa palavra é usada com referência a Deus, obviamente significa *provar ser justo*, e não fazer justo. Assim dizem os textos de Rom. 3:4; I Cor. 4:4 e, segundo a opinião de alguns estudiosos, também I Tim. 3:16 no que concerne à pessoa de Cristo.

III. Justificação — A Doutrina

Qual é o sentido bíblico da doutrina da «justificação»? Com base no sentido das palavras podemos deduzir o intuito de várias doutrinas, ainda que, em alguns casos pelo menos, o sentido das palavras bíblicas é que seja deduzido daquilo que entendemos ser o sentido do contexto, — o que faz que certas palavras, que são ambíguas, tenham determinados sentidos. Portanto, abaixo damos as principais possibilidades.

1. A interpretação mais comum, entre os intérpretes protestantes, é aquela que dá a essa palavra um sentido *forense*. Em outras palavras, a «justificação» é reputada como uma «declaração» de que alguém ocupa correta posição diante do Senhor, exibindo

uma «modificação de posição judicial», e não a modificação do caráter do indivíduo assim declarado. Trata-se de uma *declaração judicial* de que agora este ou aquele indivíduo está em «correta posição» perante Deus, à base da expiação efetuada por Cristo e da fé no sangue vertido de Cristo. De acordo com os intérpretes que assim dizem, a «santificação» é que representa a modificação do caráter do crente, sendo esta uma doutrina inteiramente diferente daquela.

É de conformidade com esta primeira interpretação que Hodge (*in loc.* no Comentário de Calvino) diz: «Jamais participou da doutrina da reforma, ou dos sábios luteranos e calvinistas, que a imputação da retidão afeta o caráter moral daqueles que estão envolvidos. É verdade que aquele a quem Deus justifica, também santifica; mas a justificação não é a mesma coisa que a santificação, e a imputação da justiça não é a doação da retidão».

Não obstante, essa interpretação puramente *forense*, de que Hodge serve aqui de porta-voz, não é aceita por certos eruditos, sob a alegação de que se trata de uma «espécie de *ficção legal*, de uma imputação fria e sem vida», que separa da doutrina da justificação «...a doutrina mais lata e mais profunda da 'união de vida' entre o crente e Cristo» (conforme Lange diz, *in loc.*). A grande verdade é que se por um lado a justificação visa apenas ao pronunciamento forense, as passagens bíblicas que empregam esse vocábulo vão muito mais *além* do que a idéia estéril desse pronunciamento; e essa doutrina, na forma como ela é definida por determinados homens, ainda que homens de Deus, é estéril.

2. Alguns teólogos católicos romanos e racionalistas cambam para o extremo oposto do da posição da interpretação forense, supondo que «justificar» significa *tornar justo*; e a explicação de *como* isso sucede cria uma mistura de «obras e de fé». Em outras palavras, através de obras *humanas* sinceras, inspiradas pelo Espírito Santo (o que usualmente é explicado como o cumprimento apropriado da lei, o que significa a intrusão do elemento legal), em combinação com a fé, é que é produzida a «justificação». Esse tipo de justificação, porém, envolve em sua própria definição, a doutrina da santificação, e o resultado esperado consiste em uma posição diante de Deus em santidade essencial, que deve ser agradável ao Criador. Através disso, por semelhante modo, é que teria sido prometida a absolvição no juízo divino. Tal ponto de vista, entretanto, nega frontalmente o que Paulo ensina em toda epístola aos Romanos, porquanto inclui uma forma de doutrina legalista, ao mesmo tempo em que esquece inteiramente a atuação da graça gratuita de Deus, em Cristo Jesus.

3. A «justificação», conforme os escritos paulinos, que se evidencia quando examinamos os versículos que contêm essa palavra, bem como os respectivos contextos dos mesmos, tem um sentido *mais* do que forense, apesar de não legalista sob hipótese alguma. Não se trata de mero pronunciamento formal da parte do Senhor, como se fora um decreto judicial de que alguém, que continua em sua natureza pecaminosa, agora é pronunciado justo em Cristo, pois, através da fé, foi aceito no Amado. A verdade é que o ponto de vista forense está correto, ainda que incompleto. Porquanto, segundo diz a posição da interpretação forense, o crente é judicialmente declarado justo, em Cristo, inteiramente à parte de seu próprio caráter, de quaisquer modificações em seu caráter. Todavia, isso não inclui tudo quanto a verdadeira doutrina da «justificação» nos ensina. Assim, pois, vejamos:

a. A justificação envolve o perdão de pecados (ver Rom. 4:7,8), mas é mais do que isso.

b. Quando se diz que ela se relaciona às obras (ver Rom. 2:13), devemos pensar num caso meramente hipotético, sustentado por Paulo por um pouco, para somente mais adiante demonstrar a futilidade de toda a idéia. Além disso, entretanto, Paulo talvez encarasse a justificação como algo que incluísse obras espirituais, segundo anotamos no NTI em Rom. 3:20, sob o título «Relação entre as obras, a justificação e a graça», pontos segundo, terceiro e quarto. A justificação, pois, desse ponto de vista, está envolvida nos galardões futuros, embora, como doutrina, esteja desvinculada dos tais.

c. A justificação «dá vida» (Rom. 5:18). A vida eterna está em foco, pelo que a justificação é vista como algo que resultará na glorificação. A glorificação é a justificação em sua operação final.

d. A justificação também resulta na santificação, já que é sua fonte e que a santificação é apenas outro nome para indicar como o princípio justificador é exercido. Paulo, asseveramos, não fazia distinção clara entre a justificação e a santificação, e chegava mesmo a ver a glorificação embebida potencialmente na mesma. Diversas citações abaixo ilustram essa linha de pensamento.

IV. Justificação é mais do que Perdão

O perdão é um ato que livra o ofensor da penalidade da lei, que ajusta as suas relações externas para com a lei, mas que não afeta necessariamente a sua personalidade, em nada a modificando. O perdão é necessário para a justificação, mas não é idêntico a ela. A justificação tem por escopo direto o caráter. Tem por intuito tornar o homem um indivíduo reto, a fim de que a nova e correta relação com Deus, na qual a fé o colocou, tenha o seu resultado natural e legítimo, na forma de retidão pessoal. A expressão bíblica «*...a sua fé lhe é atribuída como justiça...*» não significa que a fé seja substituta da retidão e, sim, que a fé é retidão ainda em forma de gérmen, para dizer a verdade, mas, apesar disso retidão '*bona fide*'. O ato da fé inaugura a vida reta e o caráter reto. O indivíduo não se torna inerentemente santo, porque a sua justiça é derivada de Deus, nem é ele meramente declarado justo, através de alguma ficção legal, sem qualquer vinculação com o seu caráter pessoal; mas o decreto justificador, a declaração de Deus que o declara reto, é literalmente veraz, no que diz respeito ao fato de que ele está em verdadeira e simpática relação com a fonte eterna e a norma da santidade, bem como com a inspiração pessoal e divina do caráter. A fé contém todas as possibilidades da santidade pessoal. Une o homem ao Deus santo e, através dessa união, o homem torna-se participante da natureza divina, escapando da corrupção que há no mundo, através da concupiscência (ver II Ped. 1:4). O intuito da justificação é expressamente declarado por Paulo como a conformidade com a imagem de Cristo (ver Rom. 8:29,30). A justificação que de fato não remove a condição errada do homem, condição essa que, em sua raiz, consiste na sua inimizade com Deus, não pode ser chamada de justificação. Na ausência disso, uma mera declaração legal de que o homem é justo, não passa de uma ficção. A declaração da justiça deve ter sua base real e substancial na condição moral verdadeira do indivíduo.

«É por essa razão que a justificação é chamada de 'justificação que dá vida' (ver Rom. 5:18). A justificação está vinculada à *operação salvadora* da vida do Cristo ressurrecto (ver Rom. 4:25 e 5:10). E aqueles que estão em Cristo Jesus não andam

'segundo a carne, mas segundo o Espírito' (ver Rom 8:4). E demonstram possuir as qualidades da paciência, da aprovação, da esperança e do amor (ver Rom. 5:4,5). A justificação indica a apresentação da própria vida a Deus, como um sacrifício vivo, como a não conformidade com o mundo; como a renovação espiritual; como a correta — auto-estima — toda aquela gama da prática correta e dos sentimentos corretos que é retratada no décimo segundo capítulo da epístola aos Romanos. Ver, igualmente, Rom. 4:5». (Vincent, *in loc.*).

«O pecador não é justificado fora de Cristo, mas somente em Cristo, à base do sacrifício perfeito de Cristo e sob a condição da fé verdadeira, mediante o que esse pecador, purificado de seu pecado, torna-se realmente unido a Cristo, passando a ser participante de sua vida santa. Por conseguinte, quando Deus declara que alguém é *justo*, esse alguém se torna potencialmente justo, sendo uma 'nova criação em Cristo'; as coisas antigas passaram, e tudo se fez novo (ver II Cor. 5:17). E Deus, que vê o fim desde o princípio, vê também, ainda que por enquanto seja em gérmem, o fruto maduro e desenvolvido e, por sua promessa graciosa, assegura o seu crescimento. A fé justificadora é por si mesma uma obra da graça divina em nós, bem como a fonte frutífera de todas as nossas boas obras. Da parte de Deus, pois, e como uma realidade, o *actus declaratorius* não pode, realmente, ser abstratamente separado do *actus officiens*... A justificação, tal como a regeneração (que é a operação íntima, correspondente, simultânea ou anterior, do Espírito Santo), é um ato isolado, ao passo que a santificação é um processo contínuo; estão relacionadas entre si como o nascimento e o crescimento. A justificação, além disso, de forma alguma depende daquilo que o homem é ou fez e, sim, daquilo que Cristo tem feito por nós, em nossa natureza; e, finalmente, as boas obras não são a causa e nem a condição e, sim, uma conseqüência e uma manifestação da justificação» (Lange, *in loc.*).

«Quando Deus justifica ao ímpio, ao mesmo tempo e instantaneamente, pelo poder de sua graça, faz dele inerente e subjetivamente santo». (Owen, *in loc.*).

V. Justificação Gratuita

Justificação gratuita é, «como um presente», e não como algo merecido pelo homem, devido as suas boas obras. Também poderíamos traduzir essa palavra por «em troca de nada», isto é, no que diz respeito ao que deve ser dado pelo pecador. A doação absolutamente gratuita da justificação é aqui salientada e enfatizada. A justificação do pecador custou um preço tremendo, tanto para Deus Pai como para o Filho de Deus, mas somente a deidade poderia satisfazer as condições que permitem que um pecador seja perdoado e justificado. Esse preço é mencionado em Rom. 4:25, onde se lê «...a quem Deus propôs, no seu sangue, como propiciação, mediante a fé, para manifestar a sua justiça, por ter Deus, na sua tolerância, deixado impunes os pecados anteriormente cometidos...» A palavra sobre a qual ora comentamos, elimina qualquer tipo de sistema legal na justificação, quer nos tempos antigos, quer nos modernos. A base da justificação é, exclusivamente, o amor espontâneo de Deus. Ver João 3:16. (Quanto ao uso dessa palavra, no N.T., comparar com os trechos de Mat. 10:8; João 15:25; II Cor. 11:7 e Apo. 21:6).

«Sem qualquer merecimento que se derive de ações meritórias de nossa própria realização». (Alford *in loc.*).

VI. Pela Graça

A palavra **graça** é continuamente usada pelo apóstolo Paulo, em ligação com a doutrina da salvação. O sentido elementar desse vocábulo, no grego, é «atração», «encanto», conforme se vê em Ecl. 10:12 (versão da Septuaginta): «Nas palavras do sábio há favor...» E a idéia é similar àquilo que foi dito com referência às «...palavras de graça...» do Senhor Jesus, em Luc. 4:22. Desse sentido, a palavra passou a significar também «gentileza», «boa vontade», graciosidade». Com freqüência, dentro do uso que dela fazem as Escrituras, essa palavra significa «boa vontade» ou «graciosidade», que os homens podem obter de algum poder mais elevado, como da parte de um rei, de quem, entretanto, nada poderiam receber devido a quaisquer «direitos», pois não os possuem. Assim sendo, se qualquer coisa tivesse de ser recebida, teria de sê-lo devido à «graça gratuita» dessa pessoa ou poder superior.

Portanto, no que diz respeito à sua associação ao evangelho, a *graça* passou a significar «...a bondade espontânea e desmerecida de Deus conosco, a sua misericórdia e o seu amor; ainda que se possa estender isso para incluir uma alusão aos próprios benefícios conferidos, sobretudo a salvação em Cristo, que, em face de sua amorosa disposição, ele nos confere. No versículo, Rom. 3:24, a significação essencial do termo 'graça', que de forma alguma é medido ou depende do merecimento de quem recebe tal favor, é acentuada pela adição do vocábulo grego *dorean*, que significa 'como um presente', *gratuitamente*, ou então, conforme tanto Moffatt como Goddspeed traduziram, 'em troca de nada'». (John Knox, *in loc.*). (Ver o artigo sobre *Graça*).

VII. Para Tiago, Do que Consistia a Justificação? Tiago Capítulo 2

1. Aquilo que Abraão fez, fê-lo para agradar a Deus e obter o seu favor. Não há em Tiago qualquer indício de que a justificação de Abraão tivesse sido «diante dos homens», e não diante de Deus. Dizer-se que a justificação, no livro de Tiago, era «diante dos homens» (para comprovar a justificação já realizada na alma), ao passo que a de Paulo era «diante de Deus», e que, portanto, o tipo ensinado por Tiago precisava das obras «para provar sua realidade», ao passo que essa necessidade não existia no caso de Paulo, é uma interpretação extremamente defeituosa e desonesta do segundo capítulo da epístola de Tiago. Baseia-se em «harmonia a qualquer preço», ainda que esse preço se deva à honestidade interpretativa.

2. Notemos como o versículo vinte e três relaciona a justificação, segundo as idéias de Tiago, à questão da «retidão imputada». Por certo, a retidão imputada trata da própria salvação, e não sobre como poderei comprovar, diante dos homens, que sou um homem justo. A abordagem paulina, no quarto capítulo da epístola aos Romanos, tem a mesma espécie de declaração (ver Rom. 4:3). Em ambos os casos, essa imputação da retidão tem a própria salvação em mira..

3. Por conseguinte, embora Tiago e Paulo tivessem conceitos diferentes sobre «como» se realiza a justificação, o alvo da justificação era o mesmo para ambos, a saber, a «redenção humana».

4. Também é falsa aquela distinção que supõe que a justificação, segundo Tiago, contemplava «o curso inteiro da salvação», ao passo que Paulo via somente a declaração forense da justificação. A justificação, para Paulo, também contemplava o curso inteiro da salvação, por ser ela a semente tanto da justificação quanto da glorificação. (Ver o artigo sobre *Glorificação*).

Ainda que Paulo tivesse querido salientar somente o ato forense inicial, contudo ele mostra que a «santificação» deve dar prosseguimento àquilo que é

iniciado na conversão e na justificação. (Ver II Tes. 2:13 e as notas expositivas ali existentes no NTI). Pois tudo isso, considerado juntamente, é que nos dá a «salvação».

«Justificar» pode significar *pronunciar reto*, «mostrar ser reto», ou «tornar reto». Tanto Tiago como Paulo combinam a primeira e a terceira dessas idéias. A santificação consiste em «tornar reto»; e é ela a fruição da justificação, que conduz à vida eterna (ver Rom. 5:18).

«O sentido da palavra «justificação», nos escritos paulinos, não difere do uso que ele já encontrou corrente em seus dias, embora sua doutrina teológica da justificação, que ele expôs com a ajuda desse termo, fosse altamente original. E o sentido de Tiago 2:2 não se afasta de modo algum do que era ordinário... A afirmativa que vem 'das obras' corresponde ao ponto de vista judaico usual, de acordo com um sentido comum um tanto superficial... Que Abraão foi justificado e salvo, naturalmente, era algo reconhecido por todos; que sua justificação dependeu não meramente do ato inicial de fé, mas também de sua manifestação confirmatória, sob o teste, é o que Tiago assevera. Isso, pensa ele, se torna mais claro ao tecer alusões ao grande incidente do sacrifício de Isaque (ver Gên. 22:2 e *ss*), mediante o qual foi testada a realidade vital da fé de Abraão, e ao que se seguiu a renovação da promessa (divina) (ver Gên. 22:15-18). Se Abraão não tivesse passado nesse teste, ficaria demonstrado que sua fé era fraca e, sem dúvida, teria impedido a sua justificação; portanto, é inevitável a inferência extraída do grande caso representativo de Abraão. Ao mesmo tempo, a real contenção de Tiago, nos versículos vigésimo e vigésimo segundo, não é tanto a necessidade das obras, mas quão vitalmente inseparável é a combinação da fé e das obras. Tudo isso é dito em resposta à sugestão, levantada no décimo oitavo versículo, que a fé e as obras são funções separáveis na vida cristã». (Ropes, *in loc.*, que expressa uma correta interpretação, em contraste com muitos, que corrompem essa passagem a fim de tentarem uma reconciliação forçada com os escritos paulinos).

Alguns intérpretes reduzem a **justificação**, neste ponto, à idéia que as boas obras «sempre estão vinculadas» à fé. Porém, como pode isso significar «justificação»? Não corresponde nem ao sentido da palavra e nem ao seu emprego. Também não há aqui qualquer idéia de que as obras meramente «provam» que a fé existe. O *uso judaico* em geral labora contra isso, e o próprio cristianismo nunca concebeu tal uso do vocábulo, em todo o N.T. Não há qualquer motivo para que se entenda esta palavra em qualquer sentido diferente daquele que era usado nos tempos de Tiago, nas comunidades religiosas cristãs. A justificação, pois, deve significar «favor diante de Deus», a fim de que sua aceitação e aprovação sejam obtidas. Não há qualquer dúvida e quem pode demonstrar o contrário? que o judaísmo sempre creu que as obras são necessárias para a correta posição diante de Deus. No judaísmo nunca houve a idéia de que «basta a fé para a justificação». Tiago simplesmente refletiu a tradição judaica de seus dias, que foi aproveitada pelo cristianismo legalista (ver Atos, capítulo 15).

Alguns intérpretes, usando de sutilezas, mostram que o ato de fé de Abraão, por causa do qual foi chamado justo (ver Gên. 15:6), procedeu, por considerável período, o seu ato de obediência, referido em Tiago 2:21. E assim supõem que seu ato posterior de obediência foi apenas uma «prova» da retidão que já possuia. Porém, esse sutil raciocínio nunca fizera parte das explicações judaicas sobre o assunto, e nem é o que está em foco no presente texto. Bem pelo contrário, a ordem cronológica dos acontecimentos foi revertida pelo autor sagrado. O vigésimo primeiro versículo fala do ato de obediência, e o vigésimo terceiro versículo fala do ato inicial de fé. Isso mostra que o autor sagrado não punha a fé em primeiro lugar. De fato, ele não estava fazendo qualquer distinção cronológica. Para ele, ambos os lados são juntamente considerados — a fé e as obras são inseparáveis, e é isso que justifica ao homem. Essa é a única interpretação possível da passagem de Tiago 2:21, sem perversões, e nisso é que os judeus sempre creram e sempre ensinaram. Por que pensaríamos que é estranho encontrar aqui a simples representação do cristianismo legalista? E o que é aqui ensinado corresponde à verdade, se pensarmos misticamente, e não legalisticamente, nas obras. Infelizmente, o autor sagrado expôs a questão sob moldes legalistas. Podemos rejeitar sua maneira de exprimir o assunto, mas mesmo assim somos obrigados a aceitar a verdade na direção da qual ele se esforçava por chegar.

VIII. Considerações em torno da Justificação

1. Trata-se de um ato divino, o qual pode ser contrastado com os muitos ritos e cerimônias da economia veterotestamentária (ver Rom. 8:33).

2. O homem não pode obter a justificação por meio da lei, Rom. 8:3; Gál. 2:16 e 3:11.

3. Ela vem pela fé, independentemente das obras, Atos 15:1 e Rom. 3:28.

4. Ela é imputada, lançada na conta corrente espiritual do indivíduo, Rom. 3:22.

5. É conferida ao homem mediante a expiação pelo sangue, Rom. 5:9. (Ver o artigo sobre a *Expiação*).

6. Ela produz a bem-aventurança espiritual. Rom. 4:6-8.

7. Ela confere a vida, pelo que envolve mais que apenas o perdão dos pecados. Nos escritos de Paulo ela inclui a santificação e a glorificação, em sua definição mais ampla. Portanto, não envolve o mero decreto divino de que certos homens são tidos por justos. Mas também torna-os justos, ou seja, opera neles tudo quanto Cristo tenciona fazer neles. Paulo não separa estritamente a justificação dos processos de santificação e glorificação, conforme a teologia reformada tem feito.

8. Ela estabelece a paz com Deus (ver Rom. 5:1).

9. Em certo sentido, obras e fé são termos sinônimos. A fé é um princípio ativo que se deriva de nossa união com Cristo. É uma força vital, e não mera crença em um credo. (Ver o artigo sobre a «fé»). As obras espirituais são produto do Espírito Santo, e não esforços humanos meritórios. Portanto, quando falamos em «obras», compreendemos que elas se realizam quando «Deus opera em nós», mediante o nosso exercício da fé — «a reação humana positiva que possibilita essa operação». Esses são aspectos de uma só operação, o que mostra que obras e fé, para nós, são sinônimos que não envolvem qualquer contradição. Esse tema é desenvolvido mais elaboradamente em Efé. 2:8 e Fil. 2:12,13 no NTI. Este último trecho afirma: «...desenvolvei a vossa salvação com temor e tremor; porque Deus é quem efetua em vós tanto o querer como o realizar, segundo a sua boa vontade».

É justamente por essas razões que o apóstolo Paulo queria que os seus ouvintes soubessem quão *grandiosa realidade* é a salvação e como nenhuma porção da mesma pode concretizar-se por alguma espécie de observação de alguma lei, ainda que essa lei seja a

honrada «lei de Moisés». Na verdade, longe de justificar aos homens, a lei de Moisés só serve para condená-los, porquanto lhes aponta um caminho que não podem de forma alguma seguir. Em contraste com isso, Cristo, apesar de mostrar-nos mais ou menos o mesmo caminho, pelo menos no que concerne aos preceitos morais, porquanto nos apresenta as mesmas exigências que aquelas feitas pela lei mosaica, e até mesmo exigências mais severas, por outro lado ao mesmo tempo nos confere a capacidade de caminhar com sucesso por esse caminho.

Essa capacidade nos é dada através do seu Santo Espírito, recebido por todos quantos confiam em Cristo Jesus. O ato da fé (que é também originado pelo Espírito Santo, ainda que em cooperação com a vontade humana) conduz os homens aos estágios iniciais da regeneração e da conversão; e uma vez que o crente ali se encontre, torna-se capaz de andar no Espírito, pois a regeneração é obra do Espírito de Deus. O mesmo Espírito que confere aos homens a fé em Cristo e lhes transforma a natureza, também é o guia da vida espiritual, bem como a força moral que perenemente vai transformando os remidos segundo a imagem de Cristo. A lei de Moisés não poderia oferecer tal coisa, porquanto não lhe cabia oferecer tal bênção. Cristo, entretanto, prometeu e realmente enviou o seu Santo Espírito, e uma vida nova e mais elevada nos é outorgada por meio do Espírito Santo, o qual realiza todas aquelas coisas que a mera observância da lei jamais poderia realizar.

«Aquela era uma nova e estranha doutrina para aquela gente de Antioquia». (Robertson, *in loc.*). Ver o trecho de Rom. 8:3 onde há uma declaração direta do apóstolo Paulo, que diz essencialmente o que encontramos em Tia. 2:22.

«Essas palavras são cheias de significação, com gérmen de tudo quanto é mais característico no ensino do apóstolo Paulo. A lei 'mosaica', com seu elevado padrão de retidão (ver Rom. 7:12), com sua exigência de total obediência, com os seus sacrifícios que davam testemunho sobre a gravidade do pecado, contudo não tinha o poder de liberar a consciência de seu cativeiro (ver Heb. 8:1-3), havia ensinado ao apóstolo que a sua função dentro da vida espiritual do homem, consistia em infundir-lhe o conhecimento do pecado (ver Rom. 7:7), e não emancipá-lo do pecado. O senso de liberdade da culpa e, por conseguinte, uma vida verdadeira, haveria de ser encontrado, conforme já pudemos entender, através de sua experiência de fé em Cristo. ...*mas o justo viverá pela sua fé* (Hab. 2:4); ver também Rom. 1:17 e Gál. 3:11)». (E.H. Plumptre, *in loc.*).

IX. A Justificação Que Dá Vida - Rom. 4:25

1. A justificação é mais do que um decreto legal de que o crente se acha em boa situação diante de Deus.

2. De acordo com o uso paulino, envolve a santificação e a glorificação, pois é um princípio vivo, e não mera doutrina ou item da teologia. O Espírito, tal como no caso de todas as graças espirituais, é o poder por detrás da justificação.

3. Assim sendo, no presente versículo, vê-se que a ressurreição é uma das forças espirituais por detrás da justificação. A ressurreição serve de símbolo de poder, no N.T. Para que um homem seja justificado se faz necessário o poder para tanto. A mesma força espiritual que levantou a Jesus dentre os mortos, dando-lhe sua exaltada posição que ele agora tem, é o poder da justificação.

4. A ressurreição não é mera confirmação da validade da expiação de Jesus, no que diz respeito à justificação, mas é uma força espiritual que torna um homem justo.

5. Jesus, em sua ressurreição, tornou-se as primícias da vindoura vida espiritual, que haverá de ser outorgada aos demais filhos de Deus. É a isso que nos leva a justificação.

6. Notemos, em Rom. 5:18, a frase «justificação que dá vida». Esse versículo demonstra a latitude da doutrina paulina, em contraste com a daqueles que fazem da justificação mero decreto forense, que dá em resultado a correta posição do crente diante de Deus, em face do perdão de seus pecados.

7. A vida doada pela justificação é a participação na natureza e imagem de Cristo (ver as notas em Rom. 8:29 no NTI).

Existem vários níveis de existência animada, começando com a célula única, que já tem o poder de reproduzir-se. Em seguida há a vida dos insetos, que é um tanto mais complexa que a das células, embora muito inferior à vida de formas superiores. Há ainda a vida dos mamíferos, muito mais maravilhosa. Por igual modo, há a vida humana, que já é uma combinação tanto da vida física como da vida espiritual, porquanto o homem tem alma, e esta sobrevive à morte física. Não obstante, a imortalidade da alma humana é dependente. Pois depende dos contínuos poderes regenerativos da Palavra eterna, que é Cristo. Acima do homem há a vida angelical, que é superior à vida da alma dos homens, embora os anjos ainda não possuam a verdadeira imortalidade de Deus. A vida final e absoluta se encontra em Deus, que é a fonte originária de toda a forma de vida. Deus é eterno, mas não somente no sentido que não teve princípio e nem terá fim e, sim, no sentido de que se reveste de uma modalidade especial de vida majestática.

Ora, essa vida de Deus foi dada ao *homem* Jesus, quando de sua ressurreição, e é essa mesma modalidade de vida que Deus oferece aos homens, por meio do Senhor Jesus. Assim, pois, os remidos participam da vida verdadeiramente imortal de Deus, chegando assim a serem participantes da própria divindade (ver II Ped. 1:4).

Ó Cristo ressurrecto, ó Flor da páscoa! Quão cara a tua
Graça se tornou! De Oriente a Ocidente, com
Poder amante, faz do mundo inteiro a tua possessão.
(Philips Brooks).

Gloriosa é a coroa
Daquele que nos trouxe a salvação,
Por humildade chamado de Filho:
Tu que creste em verdades estupendas,
E agora obtiveste feitos inigualáveis,
RESOLUTO! OUSADO! e CUMPRIDO!
(Christopher Smart).

X. A Justificação nos Sistemas Eclesiásticos

1. *No Judaísmo.* O trecho de Lev. 18:5 estabelece o tom da fé judaica: «Portanto meus estatutos e os meus juízos guardareis; cumprindo os quais, o homem viverá por eles: Eu sou o Senhor». Antes de tudo, poderíamos indagar o que significa, nessa passagem, o verbo *viverá*. No Pentateuco não há qualquer ensino claro sobre a sobrevivência da alma diante da morte biológica, como também não há ali qualquer apelo à vida após-túmulo, ou como o lugar onde seremos galardoados pelo bem que tivermos feito, ou como o lugar onde seremos castigados por causa de nossas maldades. Por isso mesmo, muitos eruditos opinam que o livro de Levítico não promete a *vida*

eterna, em uma passagem como essa. Seja como for, pode ser demonstrado, com muitas provas avassaladoras, que o *judaísmo* compreendia a lei mosaica como a chave para uma vida próspera temporal, e também para a vida eterna. É inútil tentar negar a natureza *revolucionária* da doutrina paulina da justificação pela fé. O judaísmo encarava Paulo como um herege e como um apóstata, e essa doutrina da justificação contradizia claramente a antiga fé judaica.

2. *No Cristianismo Primitivo*. Não há que duvidar que a epístola de Tiago transferiu para o modo de pensar cristão muito dos conceitos judaicos acerca da justificação. A tentativa de reconciliar Paulo e Tiago é anacrônica e fútil. Precisamos reconhecer que o cristianismo primitivo tinha seu partido legalista e judaizante, que jamais se deixou convencer pela doutrina paulina da justificação somente pela fé. Ver sobre *Tiago*, seção VI. *O Cristianismo Judaico*; e na seção VII. *Paulo e Tiago*, quanto a uma discussão pormenorizada sobre a questão. Mas havia um gordo segmento da Igreja primitiva que seguia os ensinamentos paulinos sobre a questão. O primeiro capítulo de Gálatas e o décimo quinto capítulo de Atos mostram que a *maioria* dos primeiros líderes cristãos acompanhava a Paulo. Mas é perfeitamente possível, até onde é possível julgar as evidências históricas, que *Tiago* não seguia as idéias de Paulo. Os intérpretes cristãos, em sua necessidade de obter harmonia a qualquer custo, têm produzido muitas interpretações desonestas, a fim de reconciliar Tiago e Paulo; mas esses esforços são *anti-históricos*. Uma teoria dogmática sobre a *inspiração* divina leva esses intérpretes a distorcerem os textos sagrados, a fim de removerem a discordância entre Paulo e Tiago. Não há razão alguma para supormos que os documentos inspirados não possam conter desarmonias e até mesmo abertas contradições. Consideremos o Antigo e o Novo Testamentos. Na verdade, são bem diferentes entre si, quanto a várias questões teológicas fundamentais. Não obstante, conseguimos preservar ambos sob uma mesma capa, no volume a que chamamos de Bíblia, considerando a ambos Escrituras inspiradas. A harmonia a qualquer preço não honra a Deus. Somente satisfaz à necessidade humana de obter conforto mental. Essa é uma teologia infantil. Grandes questões confrontam-nos na Bíblia, reflexos de profundos mistérios. Os homens transformam a teologia em mera humanologia!

Nota do Tradutor e Co-autor: Quando aceitei cooperar com o querido irmão e professor Champlin, concordamos em que eu deixaria intacto o que ele dissesse, mas ajuntaria meu parecer, naquilo em que eu não concordasse com ele. Essa questão da suposta discrepância entre Paulo e Tiago é uma dessas questões em que discordamos. Para mim, ambos viam a verdade por este prisma: a justificação do pecador tem um aspecto da fé e um aspecto das obras produzidas pela fé. Todavia, em vários de seus escritos, Paulo salientou mais a justificação *até* o momento da regeneração, ao passo que Tiago salientou a experiência do crente *a partir do* momento da regeneração. Sumariando: Antes da regeneração, Deus não leva em conta as nossas obras, mas somente a nossa fé (quando a recebemos do alto). É o que Paulo destaca quando diz, por exemplo: «Concluímos, pois, que o homem é justificado pela fé, independentemente das obras da lei» (Rom. 3:28). Mas, depois de regenerado, as obras de fé são contadas como motivos de justificação; e Paulo nunca ocultou isso. Na própria epístola aos Romanos lemos: «Agora, porém, libertados do pecado, transformados em servos de Deus, tendes o vosso fruto para a santificação, e por fim, a vida eterna» (Rom. 6:22). Isso é apenas um exemplo, pois o tema recorre por muitas vezes, nessa e nas demais epístolas de Paulo. Por sua vez, Tiago enfrentava uma questão teológica diferente, isto é, a daqueles que se diziam crentes, mas cuja conduta não correspondia à fé que diziam ter (ver Tia. 2:14). Tiago, concordando plenamente com Paulo quanto a *essa* questão, escreveu: «Vês como a fé operava juntamente com as suas obras; com efeito, foi pelas obras que a fé se consumou, e se cumpriu a Escritura, a qual diz: Ora, Abraão creu em Deus, e isso lhe foi imputado para justiça» (Tia. 2:22,23). Não podemos jogar um desses apóstolos contra o outro, somente porque, em certos trechos, Paulo frisou a justificação *antes* da regeneração (embora também a tenha frisado *depois* da regeneração), ao passo que Tiago, em sua única epístola, frisou a justificação *depois* da regeneração. Assim, no tocante à justificação depois da regeneração, Paulo e Tiago falaram em uníssono. Mas, quanto à justificação *antes* da regeneração, isso não faz parte do escopo da epístola de Tiago. Aos intérpretes cabe averiguar de que ângulo este ou aquele escritor sagrado escreveu. Isso resolve a suposta desarmonia entre Paulo e Tiago.

Além disso, por que a Igreja primitiva não resolveu a discordância entre Paulo e Tiago, quando do concílio historiado em Atos 15? Paulo e Tiago estavam presentes, e todos concordaram em torno de uma mesma decisão. Se a Igreja primitiva não aceitou a posição dos judaizantes, como aceitaria uma brecha ainda mais profunda, dessa vez entre dois apóstolos, e acerca de um tema tão fundamental como é a justificação do homem diante de Deus? Tivesse Tiago escrito do mesmo ângulo de Paulo, quanto a certos trechos de suas epístolas, podemos ter certeza de que não discordaria em nada com Paulo. Nem Tiago nem Paulo eram antinomianos. Ver o artigo sobre o *Antinomianismo*. Eles concordaram quanto à justificação *depois* da regeneração. E podemos ter a certeza de que também concordavam com a justificação olhada do ângulo de *antes* da regeneração! Somente que Tiago não teve oportunidade de mostrar isso, em sua epístola; mas fê-lo por ocasião do concílio de Jerusalém! Fim da nota do Tradutor e Co-autor.

3. *A antiga Igreja Católica* (pelo menos importantes membros da mesma), antes que se dividisse em dois ramos, um dos quais se tornou a Igreja Católica Romana e o outro se tornou a Igreja Ortodoxa Oriental, defendia a doutrina paulina da justificação, embora a sacramentalizasse, tornando o batismo necessário à justificação.

4. *A Justificação para os Grupos Protestantes*. Não que esses grupos concordem em tudo uns com os outros, mas o fato é que a *Reforma* (vide) renovou a ênfase sobre a teologia paulina. Lutero, que era mónge agostiniano, reenfatizou a interpretação de Agostinho (vide), que era essencialmente paulina.

O próprio Lutero falava sobre a justificação como a «regeneração para uma nova vida», e não meramente como um pronunciamento judicial de Deus, como uma retidão meramente lançada na conta. Tenho concordado com a posição de Lutero em vários artigos desta enciclopédia. No entanto, no protestantismo posterior, a justificação passou a ser concebida como o mero perdão e a não imputação do pecado, como a segurança posicional em Cristo, dando a entender que a vida renovada pelo Espírito (a santificação) é uma operação inteiramente distinta, sem qualquer ligação com a justificação. Paulo não fazia essa distinção, porquanto deixou bem claro que a justificação é uma

experiência transformadora da vida, e não mera declaração forense. Lutero declarou que: «Somente a fé justifica; mas a fé nunca se manifesta sozinha». Essa é uma declaração bem arquitetada, que encerra profundas verdades. É claro que esse foi o ponto tocado por Tiago, em sua epístola; como também foi o ponto tocado por Paulo, em vários trechos de suas epístolas. Lutero também disse: «Onde não há amor, não há fé, mas somente hipocrisia». Isso posto, no pensamento de Lutero havia uma experiência dinâmica, dentro da justificação, que alguns teólogos modernos preferem pôr dentro da santificação, como se não fizesse parte da justificação. Antes, deveríamos ver a santificação como uma parte integrante da justificação, que se manifesta a partir do momento em que o indivíduo é regenerado pelo poder do Espírito! Tanto isso é verdade que, sem a justificação, não pode haver a santificação. E a santificação é a confirmação da justificação!

A obra do Espírito tem muitas facetas, embora tudo seja operado por um único Espírito. Os teólogos costumam dividir essas operações em categorias estanques. Fazem isso para efeito de análise. Mas se esquecem de salientar que todas essas operações do Espírito de Deus são interdependentes. Portanto, aquelas distinções artificialmente criadas pelos teólogos sistemáticos algumas vezes obscurecem a verdade, em vez de esclarecê-la. Os intérpretes protestantes, de modo geral, desvinculam toda atuação humana da justificação. No entanto, há obras que fazem parte da justificação. São as obras impelidas pela fé, impulsionadas pelo Espírito. O indivíduo regenerado recebeu uma nova natureza, que produz essas obras. Essas obras não devem ser reputadas como meros *resultados* da fé (conforme muitos têm dito). Antes, elas são a *substância* mesma da fé. Antes da regeneração, o homem está morto em seus pecados, e não pode ter obras meritórias. Depois da regeneração, ele ficou espiritualmente vivo, e, naturalmente, dá mostras dessa nova vida, mediante suas obras da fé. Diz Tia. 2:26: «Porque, assim como o corpo sem espírito é morto, assim também a fé sem obras é morta».

5. *A Justificação Católica Romana*. De acordo com a teologia católica romana, a justificação não se dá pela *fé somente*, e, sim, pela *fé forjada pelo amor* (no latim, *fides caritate formata*). Para essa teologia, a fé é o começo, é a raiz e a base de toda justificação; porém, ela nunca se manifesta isolada, porque tem essência e substância espiritual. No ato de fé, «o homem é impelido e atraído pela graça de Deus. Em outras palavras, é *capacitado* a crer o que foi divinamente revelado, particularmente no tocante às doutrinas da redenção e do perdão dos pecados. Assim crendo, ele se volta para Deus em esperança, amando-o e dispondo o coração à penitência, afastando-se do pecado. Então, fica preparado para o dom da graça santificadora, mediante o qual não somente seu pecado é perdoado e expurgado, mas também torna-se aceitável diante de Deus. Esse dom é inicialmente conferido por meio do batismo. Então, mais tarde, se for perdido, poderá ser restaurado pelo sacramento da penitência. O batismo e a penitência são sacramentos justificadores» (F).

Como vemos, para a teologia católica romana, as obras da fé são sempre sacramentais. No entanto, para Tiago e para todos os demais escritores do Novo Testamento, as obras da fé consistem naqueles atos exigidos pelas circunstâncias, que demonstram a realidade da fé. De acordo com Tiago, no caso de Abraão, ele mostrou ter obras de fé quando se prontificou a oferecer Isaque como holocausto, sobre o altar, porquanto assim Deus lhe havia determinado. E, no caso de Raabe, ela exibiu obra de fé quando recolheu os espias de Israel, porquanto compreendeu que eram representantes do verdadeiro Deus. Ver Tia. 2:20-6. E, para Paulo, as obras de fé consistem na conduta moralmente transformada dos verdadeiros regenerados, em cujo parecer ele é acompanhado por todos os escritores do Novo Testamento. Mas, quando um homem não foi regenerado pelo Espírito, então apela para o sacramentalismo ou cerimonialismo, isto é, para uma religião de externalidades. Essa religiosidade externa substitui, convenientemente, a realidade interior que ele não possui!

Para os católicos romanos, os sacramentos pressupõem um genuíno exercício da fé. Isso cria problemas no caso dos infantes batizados! Assim, a fé do infante a ser batizado, na verdade, é a fé de seus padrinhos! Uma fé por procuração, algo que simplesmente não existe na Bíblia! Quando aquele infante cresce, e perde a graça inicial, então, conforme foi dito acima, pode recuperá-la mediante a penitência! O erro católico romano consiste em uma justificação sacramental. Todavia, a doutrina católica romana está com a razão quando diz que Deus, ao justificar um pecador, *torna-o justo*, e não somente declara-o justo. Pensar de outra maneira é defender uma ficção teológica. Ajuntamos aqui que a justificação injeta amor no indivíduo regenerado e justificado, e é assim que ele passa a cumprir os preceitos da lei.

Os grupos protestantes precisam reexaminar seus conceitos teológicos, aproximando-os mais da Bíblia. Poderíamos pensar sobre dois pontos necessários. *Primeiro*, a justificação é um princípio vital, que contém em si mesmo as sementes da santificação e da transformação interior. Assim sendo, a justificação envolve o *tornar* um homem justo, e não meramente declará-lo posicionalmente justo, em Jesus Cristo. *Segundo*, visto que o amor é a concretização e a prova mesma da espiritualidade (ver I João 4:7 *ss*), então a justificação também deve infundir no homem o poder do amor, que é uma das operações do Espírito (ver Gál. 5:22). Mas, rejeitamos a sacramentalização da justificação, isto é, fazer do batismo e da penitência medidas justificadoras!

No *catolicismo romano popular*, muito distanciado da melhor base teológica do catolicismo romano erudito, por causa da ignorância em que as massas católicas vivem das Sagradas Escrituras, vemos que um crasso merecimento humano entra no quadro, como parte da justificação.

6. *Nas Religiões Orientais* é costumeiro haver algum sistema de reencarnação e *karma* (vide). Esse processo todo faria parte integrante da justificação da alma, embora não haja ali nenhuma doutrina que se aproxime da justificação aos moldes neotestamentários. Para mim, caso a reencarnação (vide) seja uma verdade, então só posso encará-la como oportunidade abundante para a transformação espiritual, e não como um meio de salvação, por si mesma. Além disso, visto que os que acreditam na reencarnação dizem que a necessidade da mesma seria o aperfeiçoamento da alma, o que, para eles, só se processa em meio a inúmeras voltas a esta vida terrena, para o crente, esse ciclo se torna desnecessário, porquanto ele encontra sua perfeição em Cristo, que, com uma única oferta, aperfeiçoou para sempre a quantos estão sendo separados para Deus. Ver Heb. 10:14.

Bibliografia. AM B E F GSM HC LA(1954) NTI Z

JUSTINO MÁRTIR

Suas datas aproximadas foram 100-165 D.C.

Nasceu em Flávia Neápolis (atual Nablus, na Jordânia), e faleceu em Roma. Foi um filósofo platônico. Seus estudos profundos do platonismo, do pitagoreanismo, do estoicismo e do aristotelianismo convenceram-no de que nem toda a verdade está contida na filosofia, e que ele precisava continuar inquirindo pela verdade. Converteu-se ao cristianismo, em Éfeso, na Ásia Menor. Todavia, não se desfez das vestes próprias de filósofo, a marca registrada de sua profissão. Tomou sobre si a tarefa de encaminhar pagãos educados a Cristo, mediante o método filosófico. Foi assim que ele obteve grande sucesso, em contraste com Paulo (ver Atos 17:16 *ss*), que, com seu treinamento rabínico, sentia-se fora de seu elemento, ao tentar a abordagem filosófica, e justamente em Atenas.

Subseqüentemente, Justino mudou-se para Roma, que transformou em seu grande centro de atividades. Justino atacou de modo muito eficaz o gnosticismo, mostrando ser um dos heróis do cristianismo bíblico, do qual nunca se cansou de ser defensor. Ele fazia da doutrina do *Logos* o centro doutrinário de sua abordagem filosófica à teologia. A filosofia grega era por ele adornada com a doutrina do Logos, conforme esta é apresentada pela fé cristã. Ele acreditava que o Logos divino, o Filho de Deus, implanta as suas sementes em muitos lugares, dentro e fora da religião cristã; e também que a filosofia grega (em seus melhores aspectos, como nos escritos de Platão) servia de aio para os pagãos, para conduzi-los a Cristo, mais ou menos como a lei mosaica faz no caso dos judeus. Sua *Apologia* continha a sua defesa formal do cristianismo, e também muitas de suas próprias idéias. Justino escreveu uma *Segunda Apologia*, que endereçou ao imperador Marco Aurélio. Em sua obra, *Diálogo com Trifo, o Judeu*, ele comparou a superioridade do cristianismo, em relação ao judaísmo. Foi martirizado por causa de sua fé. A Igreja celebra a sua data a 14 de abril. Justino Mártir foi morto em algum tempo entre 163 e 167 D.C.

Algumas Idéias Distintivas de Justino Mártir:

1. A **lata atividade do Logos**. Justino evitava o exclusivismo ao asseverar que o *Logos* não limita as suas atividades a qualquer escola ou organização religiosa ou filosófica. As sementes do Logos, ou *lógoi spermatikoi*, vão sendo implantadas por toda a parte, embora no cristianismo é que encontremos o melhor plantio e cultivo feitos pelo Logos de Deus.

2. Juntamente com a maioria dos pais gregos da Igreja, Justino acreditava na *preexistência* da alma, como também em uma contínua oportunidade de salvação, até depois da morte física do indivíduo. Os gregos viam essa questão como um círculo. Ninguém pode marcar onde um círculo começa ou termina. Assim também ninguém sabe determinar o começo de uma alma. E também ninguém pode marcar um ponto, em um círculo, para então dizer: «Aqui cessa a oportunidade de redenção». Na Igreja Ortodoxa Oriental, onde as idéias gregas sobre essas questões prevaleceram, a vida após-túmulo continua sendo reputada como condição em que as almas podem preparar-se para a vida eterna, e não como estado em que as almas permanecem estagnadas. Ver I Ped. 4:6 que ensina o conceito oriental. A Igreja Ocidental, entretanto, não herdou essas idéias gregas, e tem preferido limitar a oportunidade de salvação a esta única vida terrena. A Bíblia encarece a necessidade do arrependimento «agora», no tempo que se chama «hoje» (ver Heb. 3:7,13,15).

3. *Provas da Doutrina Cristã*:

a. *A tradição profética* do Antigo Testamento, muito mais antiga que a filosofia grega, predisse muitas coisas que ocorreram dentro da era cristã.

b. *A excelente qualidade dos ensinos morais do cristianismo*, superiores que são aos ensinos de outros sistemas, serve de prova da inerente veracidade da doutrina cristã.

c. *As vidas transformadas* dos crentes confirmam a veracidade do cristianismo.

4. Com o surgimento dos pais da Igreja grega e latina, que nos legaram seus escritos, a filosofia tornou-se serva da fé religiosa, e, por longo tempo, deixou de ser um sistema separado. Justino Mártir acreditava na viabilidade e desejabilidade de defender a fé cristã por meio da erudição filosófica, e também afirmava que essa forma de erudição pode ser usada para levar os homens a compreenderem melhor a fé cristã. (AM E EP P)

JUSTO: HOMENS

Nas páginas do N.T. existem vários indivíduos que atendiam pelo nome próprio de «Justo», a saber:

1. Esse era o nome de *José Barsabás*, um dos dois discípulos que poderiam servir de sucessores de Judas Iscariotes, o traidor, dentro do círculo apostólico. Evidentemente, ele vinha sendo discípulo do Senhor Jesus desde os tempos de João Batista. Papias, segundo está registrado nos escritos de Eusébio, *His.* iii.39.9, assevera como esse discípulo sobreviveu a uma tentativa de envenenamento, que lhe armaram os pagãos. É bem possível que Judas Barsabás fosse seu irmão (ver Atos 15:22).

2. *Justo*, que também tinha o nome de Jesus, foi um dos *cooperadores do apóstolo Paulo*, em seu trabalho missionário (ver Col. 4:11). Mas, acerca desse indivíduo nada mais se sabe além disso.

3. O «Justo» do livro de Atos, é *Tício Justo*. Evidentemente ele era um cidadão romano. Não se trata de Tito, um outro dos companheiros de Paulo (ver Gál. 2:1). «Tício Justo» era um homem «temente a Deus», isto é, prosélito do judaísmo, cuja casa evidentemente era contígua à sinagoga, e que, de alguma maneira estava ligada à mesma. Seguindo a possível indicação do trecho de Rom. 16:23, Ramsay e, posteriormente, Goodspeed (ver *Journal of Biblical Literature*, LXIX, 1950, pág. 328 e *ss*), identificam-no com Gaio, de Corinto, traduzindo assim o seu nome como «Gaio Tício Justo». Porém, a opinião de que ele teria sido o «Tito» das epístolas de Paulo não tem qualquer autoridade real e conta somente com sua antiguidade como um ponto em seu favor.

Na controvérsia na sinagoga, Tito evidentemente havia aderido ao apóstolo Paulo, e lhe fez um convite para permanecer em sua casa. Era estranho que Paulo tivesse querido estar tão perto do lugar onde ele acabara de entrar numa amarga controvérsia; mas provavelmente aquele era o único lugar que se lhe abriu naquela ocasião. Além disso, ele, sem dúvida, gostava da companhia de Tito. Isso também lhe proporcionou um lugar estratégico para encontrar-se com os vários gentios que vinham adorar nas sinagogas.

«Até aquele tempo, aparentemente, o apóstolo Paulo estivera hospedado na casa de um judeu, em alguma região de Corinto análoga ao 'ghetto' da moderna Roma, na esperança de conciliar os seus irmãos de acordo com a carne. Agora, em vista dos fanáticos frenéticos e selváticos, ele entrou numa casa que eles teriam evitado, embora na porta contígua à sinagoga, e ainda que o homem que ali vivia fosse um adorador devoto». (E.H. Plumptre, em Atos 18:7).

●●● ●●● ●●●

JUSTOS, LIVROS DOS

A Septuaginta diz «livro do Justo», uma tradução do hebraico *sepher jashar*. Trata-se de um antiqüíssimo escrito, que não mais existe, mencionado em Jos. 10:13 e II Sam. 1:18. A passagem do décimo capítulo de Josué informa-nos que o incidente da parada do sol ficara registrado no livro dos Justos. Quanto a esse evento, e suas muitas tentativas de explicação, ver o artigo sobre *Astronomia* 5.b.

Com base nos minúsculos fragmentos que possuímos, mediante citações, desse antiqüíssimo livro, podemos supor que se tratava de uma composição poética e histórica, ou uma espécie de crônica que louvava os eventos e vitórias da vida nacional do povo de Israel. Esse livro deve ter sido muito bem conhecido na antiguidade, a julgar pelas referências ao mesmo, sem qualquer elaboração ou explanação. Josefo (*Anti.* 5.1,17) refere-se a esse livro como um dos rolos guardados no templo de Jerusalém. Jerônimo conjecturava que Jasar seria, na verdade, um outro nome aplicado ao livro de Gênesis; mas isso não se ajusta às citações com que contamos. Conforme outros acreditam, talvez fosse uma espécie de crônica contínua, que foi recebendo adições com a passagem dos anos, fazendo parte dos arquivos literários de Israel.

As tradições e as lendas não gostam de deixar hiatos. pelo que esse livro foi «reproduzido» pelos escritores rabínicos, como se fora a última composição da literatura hagádiga do judaísmo, onde aparece um livro de Jasar que nada tem a ver com a composição original. Essa obra rabínica foi escrita em um bom hebraico, cobrindo o tempo desde Adão até os juízes de Israel, dentro de um contexto cronológico. Todavia, há muitas invenções e interpolações feitas com elementos extraídos do Antigo Testamento. Além disso, muitos mitos são adicionados acerca de várias personagens veterotestamentárias, como duas jornadas feitas por Abraão, a fim de visitar o exilado Ismael, juntamente com o aparecimento de uma estrela miraculosa. Também há um relato pormenorizado do assassinato de Abel por Caim. É possível que essa posterior versão rabínica do livro tenha tido uma origem italiana, visto que o seu autor demonstra conhecer nomes e itens próprios daquele país.

Essa obra foi publicada sob forma impressa, pela primeira vez, em 1625. Uma outra obra, posto que com o mesmo título, foi escrita pelo rabino Tam, no século XIII. Essa outra obra era um tratado sobre leis judaicas. Em 1751, em Londres, Inglaterra, ainda uma outra obra atribuída a Jaser foi publicada. Tinha o fantástico título (próprio da época) de «O Livro de Jaser, com Testemunhas e Notas Explicativas do Texto ao qual são Prefixadas Diversas Variantes». Mui curiosamente, essa obra, pelo menos em parte, voltava-se contra Moisés. Reivindicações e narrativas fantásticas foram atreladas ao livro. Porém, tudo não passava de uma forja de mau gosto, e logo caiu no mais bem merecido olvido. Wycliffe, um dos primitivos tradutores da Bíblia para o inglês, aparece ali como alguém que louvava a obra; mas isso também fazia parte da fabricação.

JUTÁ

No hebraico, «fechada», «enclausurada». Era uma cidade no território de Judá (Jos. 15:55), localizada perto do Carmelo. Foi alocada aos sacerdotes (Jos. 21:16). Tem sido identificada com a moderna *Yatta*, cerca de oito quilômetros a sudoeste de Hebrom. Essa cidade não é mencionada no texto paralelo de I Crô. 6:59.

JUVENTUDE

Os antigos conceitos sobre a infância e a juventude são muito imprecisos para nós. Não existe qualquer termo, no hebraico ou no grego, para indicar o período da puberdade e da adolescência, o que significa que os conceitos sobre a idade juvenil são, realmente, vagos. Todavia, pode-se dizer que as mulheres eram chamadas de «virgens» ou «donzelas» enquanto não se casassem, sem importar a idade; e um homem era considerado jovem desde a infância até à idade adulta, a que, conforme a concepção dos antigos, chegava aos vinte e um anos.

Há uma certa variedade de vocábulos hebraicos que podem ser traduzidos por «jovem», conforme se vê na lista abaixo (damos apenas os termos principais).

1. *Bachur*, «jovem», «solteiro». Palavra que é empregada por quarenta e cinco vezes no Antigo Testamento, conforme se vê, por exemplo, em Deu. 32:25; Juí. 14:10; Rute 3:10; I Sam. 8:16; II Crô. 36:17; Sal. 78:63; Pro. 20:29; Ecl. 11:9; Isa. 9:17; Jer. 6:11; Lam. 1:15; Eze. 9:6; Joel. 2:28; Amós 2:11.

2. *Naar*, «jovem», literalmente, «em crescimento». Palavra usada por cerca de cento e oitenta vezes com esse sentido, porquanto também significa «servo», «criado», conforme se vê, por exemplo, em Gên. 14:24; 18:7; Êxo. 10:9; Núm. 11:27; Deu. 28:50; Jos. 6:21; Juí. 8:14; I Sam. 1:24; II Sam. 1:5; I Reis 11:28; II Reis 4:22; I Crô. 12:28; II Crô. 13:7; Est. 3:13; Jó 1:19; Pro. 1:4; Isa. 13:18; Jer. 51:22; Lam. 2:21. A forma feminina dessa palavra hebraica, *naarah*, aparece por sessenta e duas vezes, conforme se vê, para exemplificar, em Gên. 24:14; Deu. 22:15,16; Juí. 19:3-6,8,9; Rute 2:5,6, I Sam. 25:42; I Reis 1:3,4; Juí. 21:12; Ester 2:2,3; Jó 41:5; Pro. 9:3,27; Amós 2:7.

3. *Neurim*, «jovens», «juventude». Esse termo ocorre por quarenta e seis vezes, conforme se vê, por exemplo, em Gên. 8:21; Lev. 22:13; Núm. 30:3; I Sam. 17:33; II Sam. 19:7; I Reis 18:12; Jó 13:26; Sal. 25:7; 71:5,17; Pro. 2:17; Jer. 2:2; Lam. 3:27; Joel 1:8.

4. *Alumim*, «jovens», «juventude». Palavra que aparece por quatro vezes no Antigo Testamento: Jó 20:11; 33:25; Sal. 89:45; Isa. 54:4.

Embora outros termos também possam ser interpretados como «jovem» ou «juventude», eles têm outros significados mais primários, pelo que não os mencionamos aqui.

No Novo Testamento, por igual modo, temos várias palavras gregas envolvidas, a saber:

1. *Neótes*, «juventude». Esse vocábulo foi usado por quatro vezes: Mar. 10:20; Luc. 18:21; Atos 26:4 e I Tim. 4:12.

2. *Neanías*, «jovem». Palavra empregada por quatro vezes: Atos 7:58; 20:9; 23:17,18.

3. *Neanískos*, «jovem, na flor da vida». Vocábulo que ocorre por onze vezes: Mat. 19:20,22; Mar. 14:51; 16:5; Luc. 7:14; Atos 2:17 (citando Joel 3:1); 5:10; 23:18,22; I João 2:13,14.

O primeiro desses vocábulos gregos, *neótes*, literalmente significa «novato», e, por extensão, «juventude», no sentido de «moço», «adolescente». Foi comumente empregado pela Septuaginta para traduzir os termos hebraicos alistados acima. O homem que veio indagar de Jesus o que fazer para obter a vida eterna, ao ser instruído que deveria guardar os mandamentos, comentou: «Mestre, tudo isso tenho observado desde a minha juventude». E o trecho paralelo de Mateus 19:20 acrescenta a esse comentário do homem, uma pergunta: «...que me falta ainda?» Tal pergunta é extremamente importante em nossa consideração, porquanto mostra que o homem

imediatamente percebeu que a guarda dos mandamentos não era suficiente para a salvação de sua alma. É como se ele tivesse dito: «Tenho observado os mandamentos por toda a minha vida adulta, e isso não me salvou!»

Paulo mostrou que era bom conhecedor da cultura e dos costumes judaicos, desde a sua «mocidade», conforme diz nossa versão portuguesa, em Atos 26:4.

Timóteo, encarregado da liderança cristã, pelo apóstolo Paulo, tinha uma desvantagem material, a sua pouca idade. Por isso é que Paulo recomendou: «Ninguém despreze a tua mocidade; pelo contrário, torna-te padrão dos fiéis na palavra, no procedimento, no amor, na fé, na pureza» (I Tim. 4:12). Em outras palavras, ele deveria lutar contra aquelas tendências que, usualmente, caracterizam aos jovens, quanto ao seu lado pior — um procedimento leviano, o egoísmo quase infantil, uma fé pouco desenvolvida e a tendência natural para as questões sexuais, com pouca pureza de pensamentos. Paulo repete esses conselhos a Timóteo, em sua segunda epístola a esse jovem, conforme se lê em II Tim. 2:22: «Foge, outrossim, das paixões da mocidade. Segue a justiça, a fé, o amor e a paz com os que, de coração puro, invocam o Senhor. E repele as questões insensatas e absurdas, pois sabes que só engendram contendas».

Há uma grande potencialidade nos jovens de ambos os sexos, quando se tornam servos de Deus. Disso as Escrituras nos dão abundantes provas. Basta que nos lembremos de jovens como José, Samuel, Davi, Maria, o próprio Timóteo, e tantos outros, para termos ilustrações preciosas dessa grande verdade. Do alto de sua grande experiência, escreveu o apóstolo João aos jovens crentes: «Jovens, eu vos escrevo porque tendes vencido o maligno... Jovens, eu vos escrevi, porque sois fortes, e a palavra de Deus permanece em vós, e tendes vencido o maligno» (I João 2:13 e 14). Isso mostra-nos do que um jovem, impulsionado e ensinado pelo Espírito de Cristo, é capaz.

Os jovens, geralmente, são acusados de pouco juízo e de muitas infantilidades, e isso, na maioria das vezes, com toda a razão. Sabedor desse fato foi que Paulo recomendou a Tito: «Quanto aos moços, de igual modo, exorta-os para que, em todas as cousas, sejam criteriosos» (Tito 2:6). Mas, se for vencida essa tendência para a falta de sobriedade mental, um jovem pode ser de grande utilidade no reino de Deus. De fato, todas as melhores qualidades de caráter podem chegar a residir em um jovem, embora, nos anos de maior maturidade, ele venha a tornar-se um servo de Deus ainda mais bem preparado. Foi o caso, por exemplo, de Daniel e seus três companheiros judeus de exílio, Hananias, Misael e Azarias. Verdade é que eles eram seletos, porquanto pertenciam à linhagem real de Judá. Mas, o grande segredo daqueles quatro jovens judeus encontra-se em Daniel 1:17: «Ora, a estes quatro jovens Deus deu o conhecimento e a inteligência em toda cultura e sabedoria; mas a Daniel deu inteligência de todas as visões e sonhos». Eles destacavam-se dos demais jovens, e até mesmo sobressaíam a sábios de mais idade, porque o Espírito de Deus estava com eles. «Em toda matéria de sabedoria e de inteligência, sobre que o rei (Nabucodonosor) lhes fez perguntas, os achou dez vezes mais doutos do que todos os magos e encantadores que havia em todo o seu reino» (Dan. 1:20). E a fortaleza de fé daqueles jovens judeus também foi notável. De certa feita, ameaçados de serem mortos na fornalha de fogo, três deles, Hananias, Misael e Azarias, responderam com grande maturidade e com uma fé que não vacilava: «Se o nosso Deus, a quem servimos, quer livrar-nos, ele nos livrará da fornalha de fogo ardente, e das tuas mãos, ó rei. Se não, fica sabendo, ó rei, que não serviremos a teus deuses, nem adoraremos a imagem de ouro que levantaste» (Dan. 3:17,18). Bem poucas pessoas adultas teriam demonstrado tão corajosa e inflexível decisão em sua fé. E sabemos que o Senhor honrou a fé daqueles jovens, deixando uma profunda lição objetiva para pessoas de todas as idades. Deus jamais se mostra indiferente para com aqueles que se põem ao seu lado, com fé e coragem.

De conformidade com o conceito grego de educação e disciplina, expresso pelo vocábulo grego **paidela**, esse treinamento é uma parte inseparável da formação de um indivíduo. Assim, lê-se em Hebreus 12:11: «Toda disciplina (no grego, *paidela*), com efeito, no momento não parece ser motivo de alegria, mas de tristeza; ao depois, entretanto, produz fruto pacífico aos que têm sido por ela exercitados, fruto de justiça».

O conceito de imaturidade aparece, com bastante freqüência, nas páginas do Novo Testamento, e isso sob a figura de juventude ou criancice, conforme se vê, por exemplo, em I Coríntios 3:1: «Eu, porém, irmãos, não vos pude falar como a espirituais; e, sim, como a carnais, como a crianças em Cristo». Por semelhante modo, o período inicial da monarquia israelita figura como a juventude ou infantilidade da nação escolhida, segundo se vê em Oséias 2:15: «E lhe darei, dali, as suas vinhas, e o vale de Acor por porta de esperança: será ela obsequiosa como nos dias da sua mocidade, e como no dia em que subiu da terra do Egito». Fazendo contraste com isso, a congregação dos remidos, no Novo Testamento, aparece como uma comunidade madura, que não mais precisava das lições objetivas do antigo pacto. É o que Paulo ensina-nos em Gálatas 3:23-25: «...antes que viesse a fé, estávamos sob a tutela da lei, e nela encerrados, para essa fé que de futuro haveria de revelar-se. De maneira que a lei nos serviu de aio para nos conduzir a Cristo, a fim de que fôssemos justificados por fé. Mas, tendo vindo a fé, já não permanecemos subordinados ao aio».

Um dos mais difíceis problemas da teologia é a questão da chamada «idade da responsabilidade». Segundo muitos estudiosos, uma pessoa só se tornaria responsável por seus pecados, diante de Deus, ao atingir essa idade. Antes disso, teríamos a idade da inocência. Mas outros eruditos encontram aí um problema, afirmando, e com toda a razão, que ninguém vai para o céu somente porque morre jovem. É possível que essa questão, como muitas outras, tenha de ser deixada nas mãos de Deus, que preferiu não nos dar informações mais precisas a esse respeito. O fato é que a «idade da responsabilidade» não se pode determinar por meio de leis promulgadas. Porquanto, entre os seres humanos, há grandes diferenças de desenvolvimento, desde quase o momento da fertilização do óvulo feminino, até à decadência física, devido à idade, e à morte. É bem sabido que algumas pessoas permanecem em um estado relativamente imaturo e infantil até bem tarde; mas outras pessoas já são perfeitamente maduras, física, mental e moralmente, com emoções e sentimentos perfeitamente assentados e equilibrados desde o fim da puberdade (o início da adolescência). Parece que isso tanto se deve a uma espécie de relógio biológico quanto às crises que um jovem precisa enfrentar na vida. Alguns jovens órfãos de um ou de ambos os genitores, talvez por pura necessidade, amadurecem mais cedo do que os jovens que contam com a proteção da família. O paternalismo exagerado

não é conducente à maturidade e ao senso de independência. Ver o artigo intitulado *Infantes, Morte e Salvação dos,* que entra, detalhadamente, no problema da *idade da responsabilidade.*

A *Igreja Ortodoxa Oriental* e os *Anglicanos* comumente não interpretam a morte biológica como um fim à oportunidade, e usam como textos de prova a história da *descida de Cristo ao hades* (ver) — o Evangelho foi pregado aos *mortos* — (I Ped. 4:6) e a promessa da *restauração* (ver), em Efé. 1:9,10. Este trecho fala sobre o *mistério da vontade de deus* (ver). Essa interpretação faz sentido.

Na época neolítica, segundo as pesquisas dão a entender, não era incomum que os pais tivessem de arranjar as coisas para o casamento de um filho já com quarenta anos de idade! Atualmente, porém, as crianças parece que já nascem sabendo de muitas coisas. E muitos jovens de hoje são mais maduros e experientes do que os adultos de gerações passadas. Talvez a razão seja a nossa cultura, onde há grande facilidade para que os homens adquiram cultura e informações gerais, em todos os campos do conhecimento humano.

Nos países de população jovem (como é o caso do Brasil, onde cinqüenta por cento dos seus habitantes têm vinte anos ou menos) surgem muitos problemas sociais mais ou menos graves. Um desses problemas é de ordem econômica, pois os jovens, até mesmo por falta de treinamento, são improdutivos. E os adultos é que precisam trabalhar para fornecer os meios de subsistência aos jovens que ainda não se integraram à força de trabalho da nação a que pertencem. Um outro problema social grave, que cada vez mais preocupa os interessados na boa ordem da sociedade, é a questão da delinqüência juvenil. É fato sabido que são os jovens, desde o começo da vida adulta, até cerca dos vinte e cinco anos de idade, que se metem em enrascadas e se tornam os transgressores da lei. Talvez seja em reconhecimento desse fato que o livro de Provérbios, — e também a Bíblia em geral, têm tantos conselhos aos jovens. Se todas as passagens bíblicas de conselho aos jovens fossem reunidas em um único bloco, segundo as estimativas de alguns estudiosos, essas passagens ocupariam cerca de vinte e três páginas da Bíblia impressa, o que indica uma elevada porcentagem, se considerarmos que as Bíblias comuns têm cerca de novecentas páginas no Antigo Testamento e de trezentas páginas no Novo Testamento. Para encerrar, citemos uma dessas passagens dos Salmos, endereçadas aos jovens: «De que maneira poderá o jovem guardar puro o seu caminho? observando-o segundo a tua palavra» (Sal. 119:9)!

••• ••• •••

Dê de seu melhor ao Mestre,
Dê de sua força e de sua juventude;
Lançe o ardor radiante e fresco de sua alma
Na batalha pela verdade.
Jesus deu o exemplo;
Ele não tinha medo,
Era Jovem e corajoso;
Dê-lhe sua devoção leal.
Dê-lhe o melhor de si.
(Mrs. Charles Barnard)

JUVENTUDE



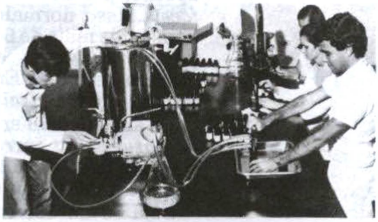






... ...



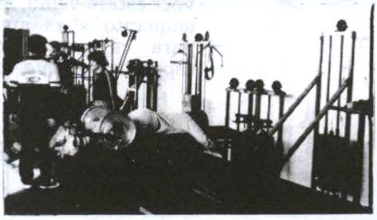


... ...



... ...





••• ••• •••

A JUVENTUDE

por Samuel Ullman

Uma redação sobre a juventude escrita por um americano que prendeu a imaginação dos japoneses. Muitos industrialistas e empresários japoneses portam uma cópia dessa redação em suas carteiras. A *juventude* é uma jornada espiritual e não uma questão de idade biológica.

•••

A *juventude* não é uma época da vida; é um estado de *espírito*; não é uma questão de bochechas rosadas, lábios vermelhos e joelhos flexíveis; é uma questão de *desejo*, emoções vigorosas; é o frescor das profundas nascentes da vida.

A juventude significa a predominância temperamental *da coragem* sobre a timidez de apetite, por aventura sobre o amor às coisas *fáceis*. Isso normalmente existe mais em um homem de mais de 60 anos do que em um rapaz de 20. Ninguém envelhece meramente em *número* de anos. Envelhecemos por desertarmos os nossos *ideais*.

Os anos podem enrrugar a pele, mas desistir do *entusiasmo* enrruga a *alma*. Preocupação, medo, e falta de autoconfiança rendem o coração e transformam a alma em poéira.

Seja 60 ou 16, em *todo* coração humano o desejo pelo desconhecido, o infalível apetite infantil que vem depois e a felicidade do *jogo da vida*. No centro de seu coração, e do meu, existe uma estação sem fio: enquanto ela receber as mensagens da beleza, da esperança, da felicidade, da coragem e da força dos homens e do *Infinito*, serás sempre jovem.

Quando as antenas estiverem no chão, e quando sua alma estiver coberta com as neves do cinismo e com o gelo do pessimismo, então você estará velho, mesmo se tiver 20 anos; mas enquanto suas antenas estiverem erguidas, para captar as ondas do *otimismo*, há esperança de que você morra jovem aos 80.

••• ••• •••